

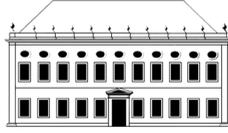
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates
pela História

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano

Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

ISBN Digital

978-989-26-0199-1

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0199-1>

DEPÓSITO LEGAL

315203/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



C E I S 2 O
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro
Coordenação



utros Combates
pela História

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Maria Manuela Tavares Ribeiro	
<i>Introdução</i>	9
OUTRAS TEORIAS DA HISTÓRIA	
Maria Manuela Tavares Ribeiro	
<i>Apresentação</i>	15
António Pedro Pita	
<i>Releitura de Althusser: o teatro no centro da teoria</i>	17
Fernando Catroga	
<i>O valor epistemológico da História da História</i>	21
Rui Cunha Martins	
<i>O desamor do contraditório. Elementos para uma problemática da prova</i>	49
Caio Boschi	
<i>O Historiador, os Arquivos e as Novas Tecnologias. Notas para debate</i>	59
Armando Malheiro da Silva	
<i>Da cientificidade e sobrevivência da História na era da informação</i>	73
Vítor Neto	
<i>Comentário</i>	91
HISTÓRIA E POLÍTICA	
Bernard Vincent	
<i>Commémorer: Le cas de l'Espagne (1981-2009)</i>	97

Carlos Cordeiro	
<i>Um percurso político: José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957).</i>	
<i>De abnegado regenerador a autonomista pragmático</i>	105
Carlos E. Pacheco Amaral	
<i>Ética, Política e Relações Internacionais</i>	129
Fernando Tavares Pimenta	
<i>Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (século XX)</i>	143
José Luís Lima Garcia	
<i>História Colonial: História do Colonizador ou História do Colonizado?</i>	159
Heloisa Paulo	
<i>Mito e História: as oposições na historiografia portuguesa</i>	167
Luís Bigotte Chorão	
<i>História e Direito: perspectivas de um combate necessário</i>	175
Fernando Rosas	
<i>Seis teses sobre memória e hegemonia ou o retorno da política</i>	187
Luís Vieira de Andrade	
<i>Comentário</i>	191
HISTÓRIA E CIÊNCIAS	
João Rui Pita	
<i>História e Ciências nos «Outros Combates pela História» ou</i>	
<i>«Outros Combates pela História das Ciências»</i>	195
Norberto Cunha	
<i>Paradigmas, Ciência e Historiografia</i>	199
Manuel Correia	
<i>Poder paradigmático da auto-representação:</i>	
<i>um exemplo do exercício do poder biográfico</i>	227
Augusto Moutinho Borges	
<i>Ontologia pragmática do agir em S. João de Deus</i>	243
José Morgado Pereira	
<i>Mudanças de paradigma na psiquiatria portuguesa</i>	251
Ana Leonor Pereira	
<i>O paradigma darwiniano da História Natural</i>	257

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

- José Amado Mendes**
*História Empresarial: da Monografia apologética
ao instrumento de Gestão Estratégica* 279
- Álvaro Garrido**
*Estado Novo e Corporativismo. Um programa de investigação em
História Económica e das Instituições* 297
- Alda Mourão**
A criação da imagem empresarial através da publicidade 311
- António Rafael Amaro**
As empresas como objecto da História: de locais de alienação a espaços de culto 327
- João Paulo Avelãs Nunes**
A História Económica, Social e das Organizações: Crise, Estagnação ou Retoma? 335

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Isabel Nobre Vargues**
Introdução 341
- Augusto José Monteiro**
*A (re)valorização de outras fontes históricas – a problemática
dos manuais escolares* 343
- António Simões Rodrigues**
Para outras leituras da História da Educação. O papel da arquitectura escolar 381
- Luís Mota**
Memória, História e Discursos Identitários. Contributos para um debate 389
- Manuel Alberto Carvalho Prata**
*Cultura e Instrução: alguns tópicos na imprensa periódica estudantil
de Coimbra (1880-1900)* 409
- Ana Teresa Peixinho**
Escritores e Jornalistas: um estudo de caso 423
- Alberto Pena Rodrigues**
*Portugal, España y la Historia del Estado Novo. Las Relaciones Ibéricas
y los medios de comunicación salazaristas en los años treinta* 437

António Manuel Matoso Martinho	
<i>Comentário</i>	463
HISTÓRIA, IDEIAS E ARTES	
António Manuel Hespanha	
<i>Direito moderno e intertextualidade. Direito próprio e Direito comum em</i> <i>“De Jure Lusitano” (1645), de Mateus Homem Leitão</i>	473
Francisco José Calazans Falcon	
<i>A História das Idéias na historiografia brasileira recente:</i> <i>uma tentativa de balanço</i>	499
Zília Osório de Castro	
<i>A nostalgia da eternidade e o ideário contra-revolucionário</i>	509
Nuno Rosmaninho	
<i>Arte nacional: conceito e funcionalidade</i>	521
Alexandre Ramires	
<i>Combates pela imagem na história do século XX – um percurso pessoal</i>	529
Paulo Cunha	
<i>A censura e o Novo Cinema Português</i>	537
Teresa Cascudo	
<i>Música e identidade na obra de Fernando Lopes-Graça:</i> <i>uma abordagem entre a História e a Crítica</i>	553
ENCERRAMENTO	
Luís Reis Torgal	
<i>Velhos e novos combates pela Universidade e pela História</i>	571
RESUMOS.....	583
OS AUTORES	601

INTRODUÇÃO

A entrega da candidatura do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra — CEIS20, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia ocorreu nos inícios de 1997. Só, porém, no princípio de 1998 teve aprovação, considerando-se, pois, essa data o marco da sua história. Agora, ao passar o 10.º aniversário do Centro, é altura de recordar o sentido do seu trajecto.

O CEIS20 tem as suas origens num projecto que começou a ser concebido em 1993-1994 por Luís Reis Torgal e um pequeno grupo de investigadores. Com base nesse programa inicial, a que se chamou *Pró-Memória*, construiu-se a ideia de uma futura unidade de pesquisa. Quase nos alvares de um novo século, entendeu-se, então, que seria urgente criar um centro de estudos particularmente dedicado ao século XX. No primeiro texto sobre a organização do CEIS20 apresentava-se assim o seu objectivo: «Analisar o século — o século XX português em conjunto com o que se passou no mundo ou o século XX na sua globalidade, sem esquecer o caso português — de forma rigorosa, digamos científica, sem se pretender sobrevalorizar este conceito, pelo menos no seu mero sentido racionalista».

Era, e é, um projecto que foi pensado sempre com um carácter pluri e interdisciplinar. Mas que também se fraccionaria em áreas restritas, numa acepção multidisciplinar, áreas em que os investigadores são especialistas ou em que trabalhavam e pretendiam prosseguir as suas pesquisas. Pese embora, desde o seu início, ser maior a presença de historiadores, o CEIS20 contou, todavia, ontem como hoje, com investigadores das áreas de Filosofia, de Farmácia, de Medicina, de Direito, de Economia, de Psicologia, de Educação, de Comunicação, de Informação, de Estudos Artísticos, porque se entendia e entende a História como uma ciência global da sociedade, mas com a consciência de que a História e qualquer ciência supõem sempre uma escolha de temas num vasto universo possível.

Todavia, se o CEIS20 teve, e tem, como área cronológica de análise o século XX, outros estudos e acções se desenvolveram e desenvolvem sobre períodos anteriores e posteriores que ajudam a explicar aquela centúria. Assim, o Centro propôs-se, como objectivo essencial, promover a investigação, actividades pedagógicas e outras acções de extensão sobre o século passado. Teve este carácter criativo e formativo que, durante dez anos, procurou desenvolver e dinamizar, criando-se por isso áreas novas de pesquisa e outras linhas de investigação.

Mas, para que se constituísse e consolidasse, usufruiu sempre do alto patrocínio e do apoio da Reitoria da Universidade de Coimbra. Daí que, por esta razão, e pela sua essência interdisciplinar, seja um Centro de Investigação da Universidade de Coimbra. O nosso agradecimento aos Magníficos Reitores Rui Alarcão, Fernando Rebelo e Fernando Seabra Santos. Reconhecemos como acolheram tão calorosamente o projecto e nos prestaram sempre um inextinguível apoio e constante estímulo.

Este Centro de Investigação não se restringe, no entanto, a reunir investigadores de diversas zonas do saber da UC, mas também se alarga a investigadores de outras Universidades e Institutos Politécnicos. Mais: não se limita ao campo dos investigadores do ensino superior, mas integra investigadores de outros níveis de ensino e de outros ramos de actividade.

O seu projecto foi, portanto, ambicioso. E hoje, conscientes de que o caminho percorrido é apenas uma parte do muito que há ainda para caminhar, continua a sê-lo. O seu objectivo passava e passa, como se disse, pela convergência de esforços de cientistas de variada formação e profissão que pudessem e possam fazer a história do século XX em várias áreas, por vezes em função de contratos e parcerias com outras instituições e unidades de pesquisa. Formado inicialmente por oito grupos de investigação, hoje, depois de uma reestruturação interna, em certa medida ditada pelas exigências da entidade financiadora, a FCT, mas também em função de um profundo debate, integra seis grupos que estimulam um potencial de pesquisa e divulgação que nos parece assinalável, numa lógica de transversalidade. Intitulam-se esses grupos: «Arquivo da Memória e História do Século XX», «Portugal, Europa e o Mundo», «História e Sociologia da Ciência», «História Económica, Social e das Organizações», «Estudos de Comunicação e Educação» e «Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais». Neles se integram 101 investigadores doutorados e não doutorados. Se uns têm já muitos anos de experiência de ensino e de pesquisa, outros são jovens investigadores, bolseiros de doutoramento e de pós-doutoramento, alguns deles vencedores de prémios e colaboradores em projectos financiados interna e externamente.

Aberto também a especialistas nacionais e estrangeiros, aos estudantes e ao público interessado, o CEIS20, sediado desde 2000 na bela «Casa das Ardenas», cedida pela Reitoria da Universidade de Coimbra, oferece um espaço para conferências, cursos, seminários, colóquios, acções de formação, estágios, uma biblioteca especializada e relativamente actualizada sobre várias temáticas da contemporaneidade e uma produção editorial considerável. No seu âmbito, para além da substancial publicação das obras de cada investigador, salienta-se: a revista *Estudos do Século XX*, revista temática, de periodicidade anual, indexada em importantes bases internacionais; os *Cadernos do CEIS20*, que dão à estampa vários ensaios dos trabalhos de pesquisa dos investigadores; quatro colecções intituladas: «*Estudos sobre a Europa*», «*História Contemporânea*», «*Ciências e Culturas*», «*A Paleta e o Mundo*».

Ideal partilhado, num esforço colectivo de pensar, estruturar e consolidar, assim se concretizou este projecto sobre os *Estudos Interdisciplinares do Século XX*. E é, deste modo, que se tem vindo a construir durante estes dez anos. Fruto do interesse colectivo, do entusiasmo e abnegada dedicação de muitos, este Centro é resultado do trabalho de todos os seus membros e de todos que com ele colaboram, incluindo nessa participação activa o zelo, o interesse e o empenho profissional de técnicos que desde o início, ou quase desde o começo, acompanharam o seu trabalho.

Como actual Coordenadora Científica do CEIS20 devo reconhecer o trabalho desenvolvido por Luís Reis Torgal, que me antecedeu neste cargo. Assim, este momento de festa deve lembrar o que foi feito pelo seu fundador e por aqueles que directamente ajudaram a erguer e a consolidar este Centro.

Agradece-se, mais uma vez, o alto patrocínio da Reitoria da Universidade de Coimbra e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mas reconhece-se também os apoios, mais ou menos ocasionais ou persistentes, mas sempre importantes, da Fundação Eng.º António de Almeida, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Mário Soares, da Fundação Aristides de Sousa Mendes, das Faculdades de Letras, de Economia, de Farmácia, de Psicologia, de Direito da Universidade de Coimbra, de outras Universidades nacionais e estrangeiras, Institutos Superiores Politécnicos, Centros de Investigação, Câmaras Municipais, Editoras, Livrarias e de outras entidades públicas e privadas.

Foram dez anos de combates pela História... Por isso considerou-se que não havia melhor forma de celebrar este aniversário do que a realização de um Colóquio precisamente sobre o tema aberto *Outros Combates pela História*, que se realizou de 4 a 6 de Novembro de 2008 e cujas actas aqui se publicam. É uma problemática que, nas suas múltiplas perspectivas, deveria ocupar um lugar central no campo das Ciências, que, ao invés do que muitas vezes se diz, não se restringem às áreas das Ciências Exactas, Naturais e Aplicadas. Agregando-se a elas e inserindo-se nas Ciências Sociais e nas Humanidades, pretendeu-se que originasse um debate que, de novo, colocasse a História no papel que lhe cabe, de questionar o mundo desde o passado até ao presente. Em torno de eixos de análise e reflexão globais privilegiaram-se os seguintes painéis que constituem partes deste livro: *Outras Teorias da História; História e Política; História e Ciências; História e Organizações Económicas e Sociais; História, Educação e Comunicação; História, Ideias e Artes*.

Procurou-se, e esse foi o objectivo essencial, que este volume fosse marcado pelo discurso questionador e crítico de historiadores, de filósofos, de especialistas da ciência política, das ideias, do direito, da economia, da educação, da comunicação, da informação, das ciências, das artes. Surgiram assim interpretações, quadros, configurações e reconfigurações, ângulos de análise diversificados que fomentarão, por certo, uma reflexão viva dos leitores.

É fundamental — continua a sê-lo — repensar e questionar campos temáticos à luz das análises teóricas e conceptuais, mas também dos processos, das dinâmicas, das relações, das potencialidades explicativas da nossa contemporaneidade. É assim que se entende este livro, com muitas contribuições, que vêm propiciar e enriquecer a reflexão sobre *Outros Combates pela História*.

Combates pela História é, como se sabe, o título de um livro famoso de Lucien Febvre dos anos cinquenta. O grupo dos *Annales* batia-se por uma história diferente que ficou depois conhecida como «Nova História». Ligada a uma concepção de «história social», mesmo de «história total», com um sentido estruturalista e de «longa duração», acabou numa lógica finalista e mesmo um pouco maniqueia, pois pôs de lado a «história política», a narrativa, a conjuntura, a biografia... Mas, através de uma recomposição, de novo se deu importância a todas as modalidades da História, mantendo, todavia, o sentido do rigor que era algo perseguido nos «combates pela História».

Quer-se, pois, reflectir sobre o sentido da História, nas suas várias áreas. Contudo, ao propor-se este tema, não se desejou que os autores apresentassem tanto as suas

investigações nas suas áreas próprias — embora elas estivessem subentendidas e devessem ser expressas —, mas que reflectissem sobre o seu sentido no âmbito da História entendida como Ciência Social e Humana. Para tal, desejou-se que discutissem o objecto e o método da História das diversas áreas, equacionando os seus vários problemas. Foi isso que também sucedeu — estamos disso convencidos. Mas será o leitor, melhor do que ninguém, a ajuizá-lo.

Uma palavra de particular apreço e agradecimento aos Colegas que nos deram a sua inestimável colaboração para que esta obra fosse uma realidade.

O nosso reconhecimento aos que nos dão com inexcelável empenho e zelo profissional o seu trabalho dedicado, a sua disponibilidade e sincero entusiasmo — à Isabel Maria Luciano, à Marlene Taveira, à Ângela Lopes, ao Gonçalo Luciano.

O nosso profundo agradecimento pelo patrocínio tão generosamente concedido pelo Governo Civil e Câmara Municipal de Coimbra.

O nosso sincero obrigada às Livrarias Almedina, Minerva, Coimbra Editora e Cafés Delta que, como sempre, nos distinguem com o seu apoio.

Coimbra, 4 de Novembro de 2009

OUTRAS TEORIAS DA HISTÓRIA

(Página deixada propositadamente em branco)

Maria Manuela Tavares Ribeiro

APRESENTAÇÃO

«Teoria da História» e «Introdução à Filosofia» constituíam duas cadeiras iniciais do curso de História da minha geração e da geração de Luís Reis Torgal. Sílvio Lima — referido por António Pedro Pita — foi o Professor que mais impressionou essas gerações de alunos que encontravam nas suas aulas momentos de questionamento e de debate. Depois dessa reflexão teórica, o aluno perdia-se numa historiografia narrativa. Mas ficava sempre no seu espírito a necessidade de reflectir sobre a História, que voltava a encontrar outros pontos de apoio em algumas análises de Marc Bloch ou em reflexões que surgiam nas disciplinas de História da Cultura, duas delas lecionadas pelo nosso Mestre comum, José Sebastião da Silva Dias.

Assim, teorizar sobre a História, numa perspectiva filosófica, epistemológica, questionando o uso das fontes e sobre as técnicas da informação é, para nós todos, um problema fundamental, mesmo que possamos ter ideias diferentes.

Estas cinco comunicações da secção *Outras Teorias da História*, duas de filósofos que se tornaram historiadores ou se aproximaram da interpretação histórica, de dois historiadores, em que se interrogam constantemente sobre questões epistemológicas, e outro que fez das ciências da comunicação a sua via de investigação e, finalmente, uma da autoria de um historiador, profundamente mergulhado nos documentos, mas que se questiona sobre o seu sentido, são a prova de reflexões distintas e interdisciplinares.

Pode dizer-se, enfim, que é uma boa forma de iniciar uma leitura crítica que tem por lema os *Outros Combates pela História*. Sim, porque a História será sempre menos uma solução do que uma interrogação.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Pedro Pita

RELEITURA DE ALTHUSSER:
O TEATRO NO CENTRO DA TEORIA

Não fui aluno do Doutor Luís Reis Torgal. Mas frequentei episodicamente as suas aulas, uma delas ocupada com referência desenvolvida à obra de Sílvio Lima, *O determinismo, o acaso e a previsão na História* (Coimbra, 1943).

Foi casual o encontro com o texto de Sílvio Lima. Mas foi premeditada a procura na História (e não, por exemplo, na Psicologia) de uma chave que permitisse *situar e agir*¹.

Será presunção ou excesso ou ignorância sugerir que tudo se passou como se, de repente, a história se tivesse tornado transparente e nós *víssemos como é* o movimento da história, subitamente concentrada no modo do presente e tornada a cena ilimitadamente aberta das nossas mais fundas expectativas?

Em jeito de contraponto eufórico da tragédia chilena, o 25 de Abril reforçou não só as razões do nosso optimismo histórico mas, muito mais do que isso, as razões da história como optimismo.

A *melancolia* virá mais tarde: no plano filosófico (porque há outros, não menos importantes) alimentada sobretudo por *Verdade e Método*, a obra prima de Hans-Georg Gadamer².

Mas pelos anos de 1975-76, o imperativo existencial consistia em dar solidez conceptual ao optimismo que cruzava a cena da história como luz sem sombras nem fantasmas.

No meio universitário, pelo menos nesta Universidade de Coimbra, entre a Filosofia e a História, a obra de Louis Althusser desempenhou um papel considerável.

Já conhecido entre nós³, o Althusser de *Pour Marx* e de *Lire le Capital* recoloca-se no centro do debate político-filosófico, nestas circunstâncias não de todo alheio à

¹ É o *primeiro momento* de uma releitura global da obra de Louis Althusser, em curso. O texto agora publicado mantém as dimensões e o tom da comunicação.

² O *traço* dessa leitura e suas consequências encontra-se em «Problema do sujeito, eficácia da história e experiência hermenêutica» in AAVV, *Tradição e Crise* – I, Faculdade de Letras, Coimbra, 1986, pp. 414-468.

³ Embora este artigo não pretenda ser um ponto de situação da presença da obra de Louis Althusser em Portugal, importa referir a edição portuguesa de alguns dos seus textos clássicos: *Lenine e a filosofia*, Editorial Estampa, Lisboa, 1970; *Sobre o trabalho teórico*, Editorial Presença, Lisboa, s/d; *Montesquieu, a política e a história*, Editorial Presença, Lisboa, 1972; *Resposta a John Lewis*, Editorial Estampa, Lisboa, 1973;

oscilação entre a hipótese de elaboração de uma *verdadeiro* marxismo (simultaneamente limpo da ganga humanista e da herança estalinista) e o reforço da convicção da profunda heterogeneidade do marxismo.

Por outras palavras, os artigos reunidos em *Pour Marx* (onde encontramos as primeiras configurações de um projecto filosófico e seus dispositivos metodológicos, entre os quais importa lembrar a demarcação entre o Marx da juventude e o Marx da maturidade, o conceito de sobredeterminação e a noção do marxismo como anti-humanismo teórico) já foram lidos em conjugação polémica mas necessária com toda a produção posterior, mesmo com aquela que os infirma, contradita ou dissolve.

Não é, todavia, nos protocolos de leitura de *Pour Marx* nem na análise dos efeitos políticos e filosóficos dessa leitura que incide a presente comunicação. Pretendo limitar-me a um texto que resistiu incólume a essa ofensiva interpretativa, um texto não lido ou cuja leitura praticamente não deixou rasto.

1. O texto em questão intitula-se «“O Piccolo”, Bertolazzi e Brecht (Notas sobre um teatro materialista)»⁴.

O Piccolo Teatro de Milão trouxe ao parisiense Teatro das Nações, em Junho de 1962⁵, a peça *El Nost Milan* de Carlo Bertolazzi, com encenação de Giorgio Strehler.

Althusser assiste ao espectáculo, que teve, aliás, uma péssima recepção crítica. Ainda em Junho inicia o seu texto, que conclui no mês seguinte.

No seu artigo, Louis Althusser passa rapidamente da peça (ou melhor: da representação, quero dizer, da peça de Bertolazzi encenada por Strehler) para a História.

No enredo da peça e no modo como ela ocorre, concretamente, no espaço cénico, nas soluções técnicas adoptadas pelo encenador, Louis Althusser lê os princípios dinâmicos do espectáculo, interpreta o espectáculo e, ao mesmo tempo, lê a peça não só como representação de um texto mas como representação do mundo.

Onde funda Althusser a legitimidade de uma tal operação? E: porque é que o espectáculo não é simplesmente *um* espectáculo, que começa no princípio e acaba no fim?

Ideologia e aparelhos ideológicos do estado, Editorial Presença, Lisboa, 1974; *Sobre o Contrato Social*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976; *Posições*, Livros Horizonte, Lisboa, 1977; «Comunismo, estado e sociedade de transição», L. Althusser entrevistado por Rossana Rossanda, in *Abril*, n.º 4, Maio, 1978, pp. 25-32. A conferência *A transformação da filosofia*, pronunciada em Granada em 1976, importantíssima pelas novas perspectivas que abre, publicada pela Editorial Estampa, Lisboa em 1981, foi conhecida entre nós logo em 1976, através da edição da Universidade de Granada. (Cf.: António Pedro Pita, «Para uma prática marxista da filosofia (sobre *A transformação da filosofia* de Louis Althusser)» in *Seara Nova*, n.º 1582, 1977.) Em *Estruturalismo – antologia de textos teóricos* (Portugália Editora, Lisboa, 1967), Eduardo Prado Coelho recolheu os textos «Freud e Lacan» (pp. 229-255) e, extraído de *Lire le Capital*, «A imensa revolução teórica de Marx» (pp. 289-308). O volume *Polémica sobre o Humanismo* (Editorial Presença, Lisboa, s/d) é uma recolha de textos fundamentais, e alguns pouco acessíveis, directamente relacionados com a controvérsia provocada pelas teses de Althusser sobre o humanismo. Visões de conjunto: João Esteves da Silva, *Para uma teoria da história – de Althusser a Marx*, Diabril, Lisboa vol. 1: 1975 e vol. 2: 1976; Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, *Problemática do estruturalismo*, INIC, Lisboa, 1988 (centrada na obra de Claude Lévi-Strauss).

⁴ Louis Althusser, «O «Piccolo», Bertolazzi e Brecht (Notas sobre um teatro materialista)», in *Pour Marx* (1965) François Maspero, Paris, pp. 129-152.

⁵ Para reconstituir as condições biográficas, cf: L. Althusser, *Lettres à Franca* (1961-1973), Stock/IMEC, Paris, p. 182 (carta de 15. Junho. 62) – 186.

O pressuposto de Althusser é simples: «o que permite a existência do teatro é que o público vem ver na cena o que tem na cabeça e no corpo. Para retomar uma velha fórmula, que não é falsa, no teatro o que o público vem ver é ele próprio»⁶.

2. O teatro é uma cena da História. Em algum teatro, o dramaturgo e o encenador (e por vezes também os actores) fazem o possível para que tudo ocorra como se a História estivesse a mostrar-se a si mesma. Ocultam os procedimentos técnicos que constituem a mediação. Provocam e alimentam no espectador o processo de reconhecimento.

Mas há outro teatro: aquele que não quer ser a História mostrando-se a si mesma mas quer mostrar o movimento da História: permite que nós vejamos (e saibamos) o que nenhum dos personagens tem condições para ver e saber; e coloca resistências à operação de reconhecimento.

3. Na peça de Bertolazzi encenada por Giorgio Strehler encontra Louis Althusser os elementos de um «teatro materialista» (expressão utilizada no título) ou de uma prática materialista do teatro — mas sobretudo as categorias centrais de *uma prática marxista da filosofia*.

O texto em análise não é, pois, «uma pausa, uma escapada do universo denso dos conceitos da filosofia, do materialismo histórico e da economia política»⁷.

É o «verdadeiro centro geométrico e teórico»⁸ de *Pour Marx*, como poderá concluir-se esquematicamente mesmo nesta breve comunicação.

Em primeiro lugar, a peça põe em cena tempos que não são homogêneos: um «tempo vazio, longo e lento a viver» coexiste mas sem nenhuma relação com um «tempo pleno, como um relâmpago»; um «espaço povoado de uma multidão de personagens com relações mútuas acidentais ou episódicas» coexiste, mas sem nenhuma relação, com um espaço curto, constituído como conflito ou como drama⁹.

Pode dizer-se que a cena da história está esgaçada. Mas a questão principal é perceber em que condições é que pode formar-se uma consciência unificadora, ou melhor: sob que condições (poderíamos dizer: na trama de que mediações) a fragmentação da sociedade e da história pode ser unificada na consciência? Althusser anota a grande importância do teatro: mostra que a consciência *espontânea é imediatamente unificadora e totalizante* — e, por isso mesmo, ilusória.

Segundo aspecto. No teatro, em algum teatro, captamos a odisseia e o naufrágio da consciência: o que vemos — o personagem construindo a clareza do seu conhecimento no interior de uma espécie de cegueira profunda — é o inconsciente no seu trabalho. Ora, trazida pela encenação de um Giorgio Strehler leitor de Brecht para um contexto estético-filosófico que não era o seu, a peça de Bertolazzi mostra que é indispensável «uma crítica da ideologia espontânea em que vivem os homens»; que «nenhuma

⁶ L. Althusser, «Sur Brecht et Marx» (1968) in *Ecrits philosophiques et politiques*, t. II, Stock/IMEC, Paris, p. 554.

⁷ Marc-Vincent Howlett, «Le théâtre n'est-il pour Althusser qu'un risqué "fictif"?» in AAVV, *Lire Althusser aujourd'hui*, L'Harmattan/Futur Antérieur, Paris, 1997, p. 116.

⁸ E. Balibar, «Avant propos pour la réédition de 1996» de *Pour Marx*, La Découverte, Paris, 1996, p. VIII.

⁹ L. Althusser, *ibidem*, p. 134.

personagem acolhe em si numa forma reflectida a totalidade das condições do drama»¹⁰ e que a ideologia de uma sociedade ou de um tempo é «a consciência de si dessa sociedade ou desse tempo, quer dizer, uma matéria imediata que implica, procura e naturalmente encontra espontaneamente a sua forma na consciência de si que vive a totalidade do seu mundo na transparência dos seus próprios mitos»¹¹.

A crítica da autoconsciência ou da consciência de si é, pois, unicamente, o aspecto mais imediato de uma crítica mais ampla, a crítica da *consciência como ilusão* — cujo primeiro momento é a convicção de ser original e originária.

Ora, não é pela consciência que começa a nossa relação com o mundo nem é pela dialéctica da consciência que se chega ao conhecimento do real. A consciência «accede ao real não pelo desenvolvimento interno mas pela descoberta radical do outro diferente de si»¹².

Por conseguinte, nenhum personagem é, em si mesmo, a moral da história — salvo quando avança para a ribalta, tira a máscara e, terminada a peça, extrai a lição dela: quer dizer, quando se coloca, de certo modo, no lugar do espectador.

Levar a sério a centralidade deste texto significará expandir o alcance de qualquer dos textos que o rodeiam e da estratégia em acto em toda a obra: dos textos que o precedem e para ele confluem porque o tema, aí, é o das condições filosóficas que ainda não permitem compreender a consciência, enquanto auto-consciência, como ilusão; dos textos que se lhe seguem porque são aqueles que definiram progressivamente o descentramento da consciência. Mas também da estratégia geral da obra, que só por desatenção pode continuar a ser confundida com uma recolha de ensaios e em cuja tessitura cerrada Etienne Balibar reconhece três constelações: uma organizada em torno do conceito de corte epistemológico; outra, organizada em torno do conceito de estrutura; a terceira, organizada em torno do conceito de ideologia.

Sublinhe-se: qualquer uma destas constelações é uma determinação específica do lugar da consciência.

4. Lidos hoje, no contexto mais amplo de uma obra terminada e interminável, os textos de *Pour Marx* são menos o enunciado de uma tese do que a sistematização regional de uma *problemática* mais ampla da qual estudos fragmentários foram dando conhecimento parcelar: sobre a ideologia, sobre a filosofia como prática destotalizadora, sobre a irredutibilidade do materialismo histórico às categorias constituintes das filosofias da história.

Como se a História devesse ser pensada entre a necessidade e a contingência, entre a homologia do ser e do pensar e o primado do ser sobre o pensar.

Belo tema para uma nova releitura de *O determinismo, o acaso e a previsão na História* de Sílvio Lima.

Alguns dos novos combates serão, por certo, os que libertam o tempo e o espaço da ordem da homogeneidade, o passado da teleologia, o futuro da determinação e afirmam o presente como um por-vir sempre eminente, em trânsito de heranças múltiplas.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 143.

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 144-5.

¹² Idem, *ibidem*, p. 143.

O VALOR EPISTEMOLÓGICO DA HISTÓRIA DA HISTÓRIA

Não será erro afirmar que a historiografia moderna escolheu como seu interlocutor privilegiado o campo das ciências (naturais e, depois, sociais), em detrimento da teologia e das filosofias da história, criticando-lhes a pretensão de deduzirem a totalidade do percurso da história universal e o desejo de serem a voz do *universal abstracto*, no seio do qual o *particular* e o *concreto* não passariam de *momentos* ou *mediações* (ontológicas) da realização de um princípio-fundamento (um *alfa*), potência primordial que exigia o tempo para explicitar a plenitude da sua vocação¹. Neste horizonte, o historiador estava condenado a ser o servidor da empiria que elas necessitavam para ilustrar as suas certezas, já que, incidindo o seu ofício sobre o factual e o mutável, ele não poderia nem ascender ao geral, nem compreender o sentido último do devir.

Será neste pano de fundo que se tem de situar as críticas que os historiadores — desde Ranke e Alexandre Herculano, até Lucien Febvre — avançaram contra o império destas grandes narrativas. Em certa medida, eles propunham-se seguir o exemplo das demais ciências, cuja emancipação também se deu contra as filosofias que, antes, recobriam o seu objecto. Mas a força do fascínio pelo paradigma então mais credível (o das ciências da natureza), por parte da historiografia, aconselha a sublinhar-se uma outra evidência: a existência, nos historiadores, de um complexo de «inferioridade», cuja análise passa pela necessidade de se contextualizar a historicidade dos esforços para se autonomizar o seu campo epistémico.

Campo que, salvo honrosas excepções, não os tem preocupado muito. Ora, ao aderir-se ao princípio segundo o qual não há prática historiográfica sem teoria da história, também se terá de perceber que esta só será proficiente se os seus cultores ousarem problematizar *o que e para que* fazem. Inquietação que nunca será gratuita, porque, «para um historiador, pensar a relação entre as duas disciplinas [a filosofia e a história], é, antes de mais, colocar uma questão inteiramente prática e útil: em que e como a reflexão filosófica permite elaborar melhor os problemas para os quais aponta, nos nossos dias, todo o trabalho histórico concreto e empírico?» (Roger Chartier, 1988).

¹ Inserimos este artigo em *Os Passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009.

Responder cabalmente a este desafio equivale a mostrar a inadequação dos discursos *normativos* (enunciação externa daquilo que a historiografia deve ou não ser), ou exclusivamente *explicativos* (como se deve proceder tecnicamente com os documentos), e a indicar que continua em aberto todo um conjunto de temas (a delimitação dos objectos historiográficos, a narratividade, os critérios de validação) que tem de ser pensado, sob pena de a historiografia se confundir com o mais acéfalo (e mentiroso) dos empirismos. E, para que sejam abaladas muitas certezas — a maior parte das vezes aceites sem crítica, ou presunçosamente escudadas na ilusão de que o saber histórico se confunde com a erudição —, convoca-se os historiadores para um convívio proveitoso com a filosofia — não estamos a escrever, com a filosofia da história —, sugestão esta que incita a discutir-se a densidade cognitiva e a pertinência das técnicas historiográficas, dentro de um questionamento epistemológico mais amplo sobre as «relações existentes entre o discurso historiográfico e o referente que ele pretende reconstituir». Desiderato que, contudo, só será cumprido se houver disponibilidade intelectual para se elaborar, «filosoficamente, as dificuldades da prática histórica» (Roger Chartier, 1988), bem como abertura para se historicizar as da própria filosofia. E, no que à sua quota-parte diz respeito, se os historiadores o não fizerem, outros o farão por eles.

O historiador-epistemólogo

Esta consequência será ainda mais nefasta se eles não se derem conta que o seu saber está sempre em debate, pelo que não lhes basta pôr em acção uma «preguiçosa», insciente (e inconsciente) «filosofia espontânea» da historiografia. E a pior das filosofias é a dos que proclamam a desnecessidade da atitude filosófica, como se a indagação do passado assentasse somente no *fetichismo do documento* e no *fetichismo do método*, e como se as suas conclusões fossem a *mimesis* do real ou uma mera racionalização do senso comum. No entanto, a saudável rejeição da filosofia da história por parte dos historiadores deixa um vazio que deve ser colmatado, não pelos seus sucedâneos ideológicos, mas por uma reflexão epistemológica que ajude a consciencializar o seu próprio trabalho e a inevitável historicidade deste, objectivo que, porém, não pode ser confundido com o da velha gnosologia. E porquê?

É conhecido que esta tinha por função estudar a *origem, estrutura e os limites* de todas as formas de conhecimento. Dir-se-á que tal âmbito é comum ao que também se designa por filosofia da ciência, disciplina que, como registou Lalande (1968) no seu célebre *Vocabulário filosófico*, procede ao «estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, com o fim de determinar a sua origem, a sua lógica, o seu valor e o seu grau de objectividade». Os limites desta caracterização são traçados pelo facto de ela referenciar mais a *ciência feita* do que a *ciência em operação*. O que pode manter a reflexão na *exterioridade* da prática do seu objecto, depositando nas mãos dos *filósofos-epistemólogos*, em exclusivo, o direito a declararem, *de fora*, o que é que deve ser a historiografia. Ora, o historiador deve sentir que tem alguma coisa a dizer sobre todas as matérias que mais directamente lhe dizem respeito.

Sublinhe-se que correntes filosóficas marcantes, mormente as de inspiração neokantiana e hermenêutica, também puseram em causa as filosofias da história. Todavia, por maior que tenha sido a utilidade das suas críticas, a sua perspectiva focou, sobretudo, a analítica dos processos *lógicos* subjacentes ao conhecimento e menos as suas implicações *crono-lógicas*. E deve lembrar-se que, quando a *reflexão é muito externa, ela chega sempre demasiadamente tarde à prática que quer fundamentar*. Por conseguinte, aconselha-se a epistemologia do historiador a estar em sintonia com a própria operação historiográfica e não ser uma espécie de *prova póstuma da sua consciência teórica*.

O cumprimento deste desiderato não pode significar, porém, surdez perante os juízos normativos de origem externa. Bem pelo contrário. Ele tem de ser confrontado com uma permanente abertura às controvérsias sobre o conhecimento e as ciências em geral, em ordem a que a historiografia, no seu terreno próprio, possa partilhar algo que é comum a todas elas: o incentivo à problematização. Atitude que, para ser criadora, terá de estar enraizado numa cultura crítica (e auto-crítica) que possibilite a análise das sobredeterminações *exteriores* e *interiores* que se juntam no *métier* do historiador, embora este também deva saber que, em últimas instâncias, será o juízo dos *outros* (o leitor e, depois, o da história da historiografia) que melhor poderá surpreender aquilo de que ele se esqueceu, ou não conseguiu controlar através da razão, ou que, conscientemente, quis mesmo esconder.

Nesta ordem de ideias, terá de dialogar, quer com as teorias (explícitas ou implícitas) dos outros historiadores, quer com a vasta literatura de orientação epistemológica, em particular com a respeitante às ciências sociais. Só assim poderá lançar um «olhar» simultaneamente *externo* e *interno* (Gaston Bachelard, s.d.) sobre o seu trabalho e assumir algo que algumas reflexões sobre as ciências (Canguilhem, Thomas Khun e outros) há muito destacaram: a historiografia, tal como as outras produções de conhecimento científico (Hanson, Toulmin, Feyerband), são construções inscritas em «sistemas culturais» mais amplos (P. Rossi, 1986; Y. Elkana, 1979). O que, transportado para o seu terreno específico, ajudará a demarcar o que é próprio da «operação historiográfica» (qualificação avançada por Michel de Certeau e que Paul Ricœur virá a recuperar).

Será abusivo deduzir-se, contudo, que só será um ótimo historiador o que, ao mesmo tempo, for um competente epistemólogo. Mas é igualmente verdade que toda a boa historiografia — a que provocou influências renovadoras no seu domínio — contém, nas obras que lhe dão corpo (de um modo assumido, ou, tão-só, praticado) uma epistemologia que, não raro, os seus autores explicitam no próprio texto, ou em ensaios teóricos que, muitas vezes *a posteriori*, ajudam a inteligir os seus fundamentos. Logo, não será por acaso que se encontram grandes historiadores a escrever sobre teoria da história, incluindo a que praticam. Daí, o crescimento recente de reflexões sobre a «historiografia» e o da tendência para se articular, ou quase fundir, a história da história com a epistemologia. No entanto, também surgiram significativas reacções que importa sintetizar (François Hartog, 2005).

Comece-se por uma das mais antigas: a de Pierre Chaunu. Em 1960, entusiasmado com a cientificidade que o uso do método quantitativo traria à historiografia, atacou as preocupações teóricas que começavam a manifestar-se no seio dos seus pares, críticas que não deixavam de pôr em prática, igualmente, uma dada posição epistémica. E sintoma de que este tipo de atitude não se extinguiu foi o mais recente

diagnóstico de G. Noiriel (1996), ao acusar os historiadores de estarem a agarrar-se à teoria como uma espécie de «fuga para a frente», a fim de escamotear a «crise» da própria historiografia. Dando conta destas indagações, Antoine Prost, nas suas *Douze leçons sur l'histoire* (1996), registou que «uma das evoluções recentes mais significativa da disciplina em França foi o interesse crescente pela reflexão epistemológica», e, ultimamente, François Hartog perguntou se, «depois do historiador como artesão», não se teria entrado na época do «historiador como epistemólogo» (F. Hartog, 2005).

Tem de se reconhecer, contudo, e como avisou Max Weber, que as preocupações exclusivamente epistemológicas e metodológicas não são decisivas, só por si, para se desbloquear o progresso das ciências, embora a pertinência do seu uso pareça aumentar nos períodos em que crescem as dúvidas acerca da natureza e da função daquelas. E a sua necessidade e importância serão tanto maiores quanto mais significativos são os sinais de *crise*, os quais, porém, também são, como já os gregos sabiam, momentos de suscitação da *crítica* (R. Koselleck, 1999), sendo útil que se convide o historiador à reflexão, de molde a consolidar-se a identidade mínima do seu do campo historiográfico, terreno com fronteiras mutantes e sempre ameaçadas pela absorção e invasão de outros e, em particular, daqueles com quem ele mantém mais afinidades. Com efeito, tem-se por certo que a prática teórica da historiografia ficará mais rica se souber mesclar a epistemologia com a operação que visa explicar/compreender o passado (François Hartog, 2005), e não separá-las, como algum pós-modernismo pretende, com a redução da historiografia à questão exclusivamente formal da sua escrita.

Será anacrónico, portanto, confundir-se este género de problematização com o praticado por aqueles a que, de um modo depreciativo, Lucien Febvre chamou «metodologistas impenitentes». Estes, nunca compreenderão que o *método* é, literalmente, *caminho*, itinerário indissociável da «operação historiográfica» que o dita e que, por isso, o cola ao problema e ao resultado da própria investigação. E tanto a sobrevalorização como a separação dos vários componentes que entram no historiar podem contribuir, ainda que involuntariamente, para o enfraquecimento da sua sustentabilidade epistémica. Por isso, aquele tem de ser pensado como um todo em acção, cujas partes só por razões analíticas e descritivas poderão ser cindidas.

A lição da história da historiografia

Num outro registo, o intercâmbio da vigilância epistemológica *externa* com a *interna* aconselha a fazer-se a retrospectiva crítica (e auto-crítica) do resultado do trabalho dos historiadores, elegendo-o como o objecto de um ramo historiográfico próprio. No fundo, põe-se em prática esta evidência: se toda a acção humana é histórica (e historiável), porque não o serão os tentames cognitivos para se apreender essa condicionalidade? Todo o trabalho historiográfico tem de ser pensado como uma actividade *epocal*, desencadeada a partir de horizontes de pré-compreensão, húmus de onde emergem os problemas a historiografar propriamente ditos. E estes, como os de todas as outras formas de saber, só podem nascer de inquietações intelectuais traduzíveis em questionários investigáveis, isto é, em perguntas conducentes a respostas capazes de alcançarem um mínimo de comprovação.

Esta posição também não está desligada da dos outros discursos com objectivos científicos e, em primeiro lugar, dos que ocupam ou encobrem o objecto da historiografia. E, por mais desnecessário que possa parecer, será útil frisar que só os historiadores (profissionais ou não, pouco importa) põem problemas historiográficos, tanto mais que nem os factos são marcos do tempo com uma génese espontânea, nem os vestígios dos antepassados são inquiridos por mentes vazias como tábuas rasas. É que, como revela a história da historiografia, pôr questões e fazer interpretações arrastam consigo a problematização do já investigado nas áreas afins ao que se visa estudar. Pelo que não será excessivo concluir-se que o historiar implica fazer *interpretações de interpretações*, característica plasmada no carácter decisivo das fontes e na bibliografia activa e passiva consultada.

Atrás já se registou esta convicção: se, tradicionalmente, a utilidade da história residia no seu magistério (*historia magistra vitae*), ou, em termos mais modernos, decorria da certeza de que o conhecimento do passado ajudava a compreender o presente, a fim de melhor se realizar o futuro, comumente se olvida que o contrário também é verdadeiro, pois, sendo a leitura do já ocorrido uma *re-presentificação*, porque edificada a partir do «presente», isso equivale a confessar que, afinal, *a vida também é a grande mestra da história*. Para isso, ela não pode ser confundida com o tempo real e, muito menos, com a sua banalização como eterno presente.

Sabe-se que o movimento intelectual que liga o renovamento das indagações às experiências do tempo que as provoca, e que tem denunciado a sobrevalorização do *tempo real* (ilusão de um presente eterno), em detrimento do *presente real*, aplicou o crivo da sua crítica à ideia segundo a qual será sempre o mesmo presente (assim postulado como um *eterno presente*, isto é, como um *fim da história*) a renovar as hermenêuticas do passado. É certo que, hoje, estas já não podem ser feitas à luz do que se julgava ser o desfecho inexorável do sentido do tempo histórico. Contudo, como poderá um eterno presente distinguir-se do passado, que reifica, sem simultaneamente se posicionar como futuro (definitivo) desse passado, prova evidente da sua insuficiência como realidade eterna?

Dito de outro modo: só o presente (ou melhor, o presente-passado e o presente-futuro) pode interrogar os vestígios do que está morto e espoletar os problemas historiográficos. Por outro lado, como se reivindica que tudo o que, consciente ou inconscientemente, foi deixado pelo homem interessa ao historiador, será uma contradição silenciar a historicidade das representações construídas a partir dos sinais deixados pelo passado, já que, ao contrário da ilusão hegeliana, seria ilógico que o historiador se julgasse situado num *não-lugar* e num *não-tempo*. A raiz óptico-existencial da história da historiografia radica, precisamente, no facto de a existência humana ser o «trespassamento do tempo», pelo que, e como sublinhou Paul Ricoeur, o homem faz e narra histórias, porque «nós somos históricos» (Paul Ricoeur, 2000). Tese bem captada por esta asserção de Umberto Eco: «ser um animal político é ser, para o homem, um modo de ajustar contas com a sua própria morte». Como poderia a historiografia fugir à sua historicidade? Mesmo afirmar que ela é «a ciência do homem no tempo» (Marc Bloch, 1960), obriga a reconhecer-se que esta última categoria da definição sobredetermina, desde logo, não só a historicidade dos conceitos de «ciência» e de «homem» (ou de «homens»), mas também de «tempo», pois também existe uma história das representações do tempo histórico.

«Ver» para além do «olhar»

Vários termos têm sido avançados para definir o processo do conhecimento do passado: «ofício», «trabalho», «operação», entre outros. Sublinhar-se-á esta última designação, pois as teorizações de Michel de Certeau, aprofundadas por Paul Ricoeur, contêm achegas que podem ajudar a inteligir melhor as múltiplas facetas do trabalho do historiador, nem que para isso se separe, o que, na prática, constitui um processo em que todas as partes reciprocamente se requerem. Com tal objectivo, seguir-se-á este conselho de Michel de Certeau (1975): «perspectivar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreender como é que se dá a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, um ofício), os processos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto». De facto, a produção de conhecimentos sobre o passado impõe a presença: de um *sujeito epistémico*, histórica e socialmente situado no espaço e no tempo; de um *texto* (toda a investigação culmina numa narração); e de destinatários deste (os *receptores*). E todas as características se vão realizando a partir de uma problemática que vai sendo posta à prova em três níveis fundamentais: o *documental*, o *explicativo/compreensivo* (ou *interpretativo*) e o da *escrita*, porque a realidade do discurso também faz parte do discurso sobre a realidade.

A mediatês do conhecimento histórico

Tudo isto ajuda a perceber, mais cabalmente, por que é que o conhecimento historiográfico é um saber *mediato*, expressão aqui usada como contraposição às ilusões perceptivistas e miméticas, tanto mais que, como se assinalou, mesmo Heródoto, não só inquiria e investigava, mas também, como o aedo, anunciava e revelava, mormente quando a realidade referenciada se afastava do visto pelo historiador.

As transformações ocorridas no modo ocidental de se entender o mundo e a vida fizeram com que as narrações sobre o próprio passado se fossem distanciando, cada vez mais, da tutela da *percepção*. Em termos muito sintéticos, poder-se-á afirmar que se consolidou a não confusão entre a *res gestae* (plano ontológico) e a *historia rerum gestarum* (plano epistemológico), e que, no último século, se caminhou para o entendimento do objecto a historiar como um constructo da própria operação historiográfica, inconfundível com o «real». Isto é: compreendeu-se, de uma maneira mais inequívoca, que o «objecto» é um conceito epistemológico indissociável do processo que, activado pelo «questionário», o vai definindo em referência a acontecimentos indirectamente inferíveis a partir dos *traços*, vindos do *esquecimento de reserva* do passado e que remetem para quando este foi um presente-passado e um presente-futuro. Em tal horizonte, a chamada imaginação histórica (Collingwood) é voo que se despede do peso da imagem.

Como o historiador trabalha sobre *sinais* — que, como sublinhou Lévinas, implicam sempre um lugar histórico —, o *fetiche do documento* ficará mais desconstruído se, quer os conceitos de *traço* e de *documento*, quer os de *acontecimento* e *facto histórico* não forem definidos como sinónimos, pois, quando tal se dá, não se faz a devida distinção entre o plano ontológico e o epistémico. E este último coloca o *documento*

e o *facto histórico* como produtos da própria *operação historiográfica*, ou melhor, da instância que a põe em movimento, a saber: o *problema*. Óptica que também nos ensina que, *se todo o documento é um traço, nem todo o traço é, só por si, um documento*, mormente quando, como *esquecimento irreversível*, é nada. O traço só será documento quando for interrogado em termos historiográficos. Antes disso, pode ser «olhado», mas não «visto» como um testemunho do passado (provam-no, por exemplo, as gravuras de Foz-Côa, vestígios que, durante séculos, foram encarados por muitos, mas somente lidos como documentos quando perguntados na linguagem adequada: a dos arqueólogos). De certo modo, poder-se-á mesmo avançar com esta ideia: na sua acepção epistemológica, é o questionário (ou melhor, a operação historiográfica no seu todo) que «inventa» as fontes.

Sendo assim, tem de se concordar com a posição dos que têm denunciado os malefícios da *fetichização dos documentos*. Se é indiscutível que não haverá historiografia sem estes, é igualmente certo que eles nem são a realidade histórica (limitam-se a indicia-la), nem falam se não forem interrogados. E a primeira condição para serem credíveis sustentáculos de um trabalho veritativo é *resistirem à prova popperiana da falsificabilidade*, afinal, na analítica Ricœur-Michel de Certau, o fundamental nível «arquivístico» da operação historiográfica. E nele se pode encontrar a condensação da longa herança que vem desde a *autopsia* de Tucídides, do comparativismo crítico do método histórico-filológico dos humanistas, das regras codificadas por Mabillon e por todos os bolandistas, até se chegar à sua recepção na historiografia alemã do século XIX e à sistematização «cartesiana» em Langlois e Seignobos.

Por outro lado, se nem todo o *traço ascende a documento, também nem toda a historiografia se faz somente com documentos*. Porém, ela não pode ser feita sem eles, desde que estejam fiabilizados pela crítica interna e externa, preceito metodológico antigo, mas ainda válido como arte da suspeita, quando adaptado às novas tecnologias da certificação, assim como ao correlato alargamento do seu próprio conceito. E, por mais autónomas que estas operações possam parecer, elas têm muito a ver com o papel matricial do questionamento na investigação, pois só por ele a fonte deixará de ser uma espécie de matéria inerte, ou arquivista, e passará a responder como uma «voz» que vem do passado.

O novo historiador, lendo o explícito ou implícito, o declarado ou silenciado, o afirmado ou o proibido, o incluído ou o excluído, o objectivado ou o lacunar, define, no interior do corpo documental, unidades, conjuntos, séries, relações, cuja construção, porém, não lhe é somente acessível através da heurística e da hermenêutica tradicionais. Por exemplo, se continua a ser necessário distinguir um documento «verdadeiro» de um «falso», é também importante tratar o «falso» como documento acreditado como «verdadeiro» no período que o produziu (Jorge Lozano, 1994). E certas correntes historiográficas como a *micro-história*, na linha do que Humboldt já tinha alvitado, reivindicam mesmo a utilidade de se recorrer a *métodos indiciários* e à *abdução* para se ultrapassar as insuficiências documentais. É que, se a imaginação historiográfica é instância criadora de problemas comprováveis — necessidade que, depois de Collingwood (1935) e outros, historiadores «analistas» como Georges Duby (1991) enfatizaram —, ela tem de imediatamente estar presente na formulação de hipóteses plausíveis em função do que indubitavelmente se conhece. Outra maneira de afirmar que, logo no início da investigação, a imaginação historiográfica brota como atitude crítica da *mimesis* da representação.

Pode dizer-se que o *traço* passa a *documento* quando começa a ser historiograficamente inquirido. Logo, ele é inseparável da problemática que, numa permanente negociação, norteia a operação historiográfica, interrogatório que, mediado pela finalidade de explicar e compreender, o põe a fornecer informações passíveis de serem comparadas. De certo modo, funciona como a «matéria-prima» — e não como «matéria bruta» — da interpretação. E é no processo de elevação do *traço* a *documento* que o *acontecido* (nível ontológico) se transmuda, em termos epistemológicos, em *facto histórico*.

Facilmente se aceita que nem todos os acontecimentos ascendem ao estatuto de «históricos», mormente aqueles sobre os quais existe uma ignorância total. Dir-se-ia que eles são o irreversível, ou, então, os cadáveres insepultos da história. Mas também se percebe que, no plano epistémico, um *facto* pode ser uma síntese que referencia milhares de *acontecimentos*. Assim, quantos destes não são convocados quando se ouve ou lê a expressão «Revolução Francesa de 1789»? Pelo que não será arrojado avançar-se com esta outra hipótese: um *facto* histórico (não confundir com o seu referente) só existe dentro da operação historiográfica, cabendo à base documental dar-lhe o suporte de referencialidade, de rectificação e de prova, requisitos deontológicos não exigíveis para as obras de ficção, incluindo as que parasitam o discurso historiográfico (como é o caso do chamado romance histórico, cujos efeitos de verosimilhança podem chegar até à citação de fontes credíveis). Como quem diz: a imaginação do historiador põe em funcionamento um processo criativo, mas aceita o controlo da crítica e da comprovação.

Não por acaso, é no patamar mais arquivístico e mais explicativo da operação que reside o nível cognitivo com maior capacidade para gerar consensos. Percebe-se. Assente na fiabilidade do documento e da conseqüente inferição e correlação (dominantemente «cronológica») dos «factos», e ainda sendo mínima a carga interpretativa, nesse degrau, o conhecimento está marcado por uma objectividade que, não só possibilita pensar-se que a historiografia só progride por *acumulação*, como parece dispensar o papel activo do *sujeito-historiador*, não obstante se saiba que já está presente na escolha, explícita ou implícita, do tema em análise.

Em concomitância, o reconhecimento da geminação do *problema* com o *documento* abre as portas à revisitação de uma outra ideia, de origem «positivista», mas durante muito tempo acreditada: a crença na *esgotabilidade das fontes*. Diga-se que ela medrou quando estas se cingiam, sobretudo, à sua faceta escrita e se escamoteava vários condicionantes «presentistas» do trabalho do historiador, particularmente a influência do questionário na metamorfose de *vestígios* em *documentos*, e a possibilidade de aquele ser movido pelo renovamento da imaginação historiográfica, mesmo nos casos em que a sua «matéria-prima» seja formada por «documentos» já conhecidos. *Provar interpretações novas a partir de documentos conhecidos é tão difícil como trazer novidades suscitadas por vestígios até aí desconhecidos.*

Aceita-se que a mera interligação dos vários níveis do trabalho a que Certeau chamou «operação historiográfica», ao tornar dependentes do *problema* tanto o *documento* como o *facto histórico*, é igualmente incompatível com a *fetichização do método*. E frisou-se que Lucien Febvre, alvejando directamente a historiografia «positivista», se distanciava daqueles para quem as questões teóricas da historiografia se reduziam à questão metodológica, comumente limitada à crítica documental.

Mas esse anátema não põe em causa a necessidade de se recorrer, para a credibilização do conhecimento histórico, às velhas «heurística» e «hermenêutica», embora se reconheça que elas terão de ser reatualizadas devido ao hodierno alargamento do conceito de documento e da capacidade tecnológica para se rectificar — prática tão necessária à investigação — a sua fiabilidade.

Ao dar-se peso ao *problema*, deseja-se frisar que o debate contém outras implicações (e aplicações), porque a sua sobredeterminação impõe a variedade dos «caminhos» que terão de ser trilhados para se demonstrar a sua pertinência. De onde os métodos correctos serem aqueles que mais convincentemente conseguirem levar a bom porto a comprovação do que se pretende demonstrar. Por outras palavras: a sua escolha não pode ser uma exclusiva opção apriorística, nem ser comparada ao uso de uma mera ferramenta, isto é, a algo exterior, como se se tratasse de uma ida a um pronto-a-vestir, ou de um casaco comprado em loja de roupa usada, sem se cuidar do corpo a que ele vai dar forma e conteúdo. Lá bem fundo, também na historiografia o caminho se faz caminhando e a justeza do rumo escolhido só no fim do percurso poderá ser cabalmente avaliada.

Quer isto significar que o método não é de senda única e universal, quando muito bifurcado pelas distintas onticidades do referente (natureza; sociedade) que marcariam um intransponível dualismo entre o *explicar* e o *compreender*. Para além do trabalho metodológico inerente à certificação documental e à consequente extracção dos factos, as escolhas, porque condicionadas pela índole do questionário, não podem estar metafisicamente pré-determinadas, sendo insensíveis às questões concretas de espaço e de tempo, isto é, de conteúdo. Deve haver liberdade de se deitar mãos a todos os «métodos», qualquer que seja a sua proveniência original, desde que eles possam servir para se testificar a validade das hipóteses. É que só o cariz predominantemente retrospectivo da análise distingue a historiografia das demais ciências sociais. E todas são ciências do homem, pois, como se sabe, nem as chamadas ciências exactas escapam às condicionalidades históricas da sua produção. Pelo que as asas do historiador, tal como as desse pássaro sem eira nem beira, o cuco, devem ser livres para o levarem a chocar os ovos dos ninhos que possam trazer futuros ao passado.

Explicar/compreender

Quanto à existência de um dualismo cognitivo, há muito que uma corrente forte tinha procurado, pelo menos desde Vico, Droysen e Dilthey, fundamentar uma via autónoma para as ciências do espírito (*Gemeinschaften*), demarcando-a do nomotetismo universalista típico da exaltação do paradigma clássico das ciências da natureza. E o tratamento mais teórico deste debate também passa pela contextualização do aparecimento das teses hermenêuticas, considerando-a fundamental para o entendimento de todas as facetas da polémica acerca dos liames que existem entre *explicação* e *compreensão*. Vertente que conduz a um outro problema básico na reflexão epistemológica e sem o qual não se poderá tomar posição no tocante aos limites da verdade historiográfica. Referimo-nos à maneira como têm sido pensadas as relações com as ciências da natureza e com as demais ciências sociais. O que, traduzido em termos epistémicos, consente o seu agrupamento em três atitudes nucleares (Elena Hernández Sandoica, 1995, 2004).

A primeira, protagonizada pelo historicismo hermenêutico, definiu-se em competição com as ciências da natureza e reivindicou, para a historiografia, um método autónomo (qualitativo). Por isso, negou a possibilidade de serem formuladas leis e defendeu a inevitável presença da mediação de «valores» na interpretação, contrapondo à universalidade daquelas a singularidade e a fluxibilidade irredutível da realidade humana.

A segunda, pode ser designada por *ciência-paradigma*, porque enfatiza um modelo aplicável a todas as áreas do conhecimento. Este foi, durante muito tempo, o das ciências da natureza. Porém, em épocas mais recentes, são detectáveis «ondas» (para alguns, autênticas modas intelectuais) em que certas ciências humanas e sociais foram invocadas como sendo o «paradigma» das ciências do homem no seu conjunto. Depois do *naturalismo*, o *psicologismo*, o *sociologismo*, o *etnologismo* têm sido, com tempos e com intensidades diferentes, algumas das expressões da história recente desta tendência.

Finalmente, a terceira corrente caracteriza-se por propor o fomento de práticas *inter* e *transdisciplinares* aconselhadas pela existência da *circularidade epistemológica*, ao mostrar que as ciências humanas fazem parte de um sistema de saberes em que, ao contrário da unilinear e fechada taxinomia comtiana, são fundamentais, constantes e inerentes ao próprio processo de conhecimento as interações e interdependências entre as várias ciências e respectivos métodos.

Como projecto, esta última tem provocado efeitos renovadores e com capacidade de resposta aos desafios do presente sempre em aberto, pois situa a historiografia num cruzamento epistemológico, sem correr riscos de diluição. Valorizar esta atitude, equivale a acolher os ensinamentos dos que, como Fernand Braudel, a puseram no lugar de «placa giratória» entre as várias ciências sociais, a fim de a demarcar das suas interpretações autárcicas e de a pôr a recato da influência negativa dos vários imperialismos epistemológicos, coisa bem distinta da aconselhável prática interdisciplinar.

A sua inserção na «espiral sem fim» destas relações desdramatiza a opção segundo a qual toda a ciência só poderá considerar-se definitivamente constituída quando tiver alcançado uma irredutível autonomia de conceitos, de métodos e de objectos. Mas, as «recepções» conceptuais e metodológicas só serão legítimas quando não se abdica do que especifica um dado projecto científico. Na matéria em apreço, isso obriga a que a perspectiva histórica não seja negligenciada, dado que ainda tem valor programático a velha definição, há muito avançada por Marc Bloch, segundo a qual a história é «a ciência do homem no tempo».

Pensando-se deste modo, não tem muito sentido andar-se, de balde, à procura de um exclusivo método, embora se reconheça, como se assinalou, que, a nível técnico, os velhos preceitos de crítica documental, quando reactualizados, mantêm uma utilidade que a retrospectiva do historiador não pode pôr em causa, sob pena de começar a confundir a historiografia com a ficção. Num plano mais epistemológico, também se tem de relativizar a excessiva dicotomia entre *compreensão* e *explicação*, pois, se é o *problema* a definir o *objecto* e a «inventar» o *documento*, também deve ser ele, no próprio processo da sua comprovação, a condicionar o uso de métodos que possam tornar mais convincentes os seus resultados. *Explicar por causas* e/ou *compreender intenções* são atitudes que decorrem do jaez das perguntas feitas às informações retiradas da massa documental que o processo foi seleccionando. Como afirmou Paul Ricoeur (1955), «la compréhension n'est donc pas l'opposé de l'explication, elle en est

au plus le complément et la contrepartie». E, sem a obsessão do causalismo nomotético ou do dualismo à Dilthey, quem decide acerca do grau das suas correlações é a *problemática*.

Não se ignora as propostas que foram avançadas por certos sectores da filosofia analítica, tendentes a demonstrar que o conhecimento histórico se aproxima das explicações nomotéticas, porque também opera com *deduções causais* (C. G. Hempel, 1979). Mas os distanciamentos críticos tomados no seu próprio interior (como os de Arthur C. Danto, 1989) não podem ser esquecidos, nem se deve menosprezar o debate acerca da intrínseca dimensão narrativa da historiografia, tanto mais que as lições vindas da corrente hermenêutica (Droysen, Windelband, Dilthey, Rickert, Simmel, Weber, Croce, Ortega y Gasset, Aron, Gadamer, etc.) solidificaram as prevenções face aos monismos metodológicos e ao império das explicações quantitativas.

Na verdade, os anos 1950 e 1960 foram o período da euforia da redução do histórico ao reino da *res extensa*. A nova história económica provocou a reformulação dos conceitos de documento e da própria ideia de irreversibilidade e singularidade do facto histórico. E os ciclos económicos mostravam que podia ler-se o passado a partir de «repetições» e similitudes, enquanto o seu ordenamento em séries lhes dava um valor informativo indesmentível que se compaginava bem com o uso da quantificação. A revolução informática reforçou ainda mais a ideia de que a historiografia só seria uma ciência se conseguisse alcançar explicações de tradução mensurável. E já se viu nesse entusiasmo a presença de um novo «complexo galilaico», porque se teria descoberto que a sociedade, tal como a natureza, estava *escrita* em caracteres matemáticos.

Rejeitar, liminarmente, esta via, será cometer num erro parecido, ainda que de sinal contrário. A riqueza patentada pelo renovamento historiográfico revela que não existe explicação sem compreensão, embora a combinatória entre a *exterioridade* e a *interioridade intencional*, que a compreensão exige, esteja dependente da natureza do questionário, premissa que determina o objecto a investigar, o corpo documental mais adequado para a indagação do verdadeiro e, por conseguinte, os métodos mais ajustados ao sucesso desse desiderato. Ora, se existem temas que consentem uma relação de maior «exterioridade» entre o sujeito cognoscente e o objecto, isto é, que permitem *explicar*, outros só poderão gerar conhecimento se aquele *prender o sentido* que, consciente ou inconscientemente, tem nos vestígios uma materialização *sígnica* cuja semântica, porém, só se desvelará desde que interrogada em termos qualitativos.

A hermenêutica introduz-nos no âmbito da alternativa compreensivista e na busca do sentido das acções humanas, explícita ou implicitamente insinuado em todos os documentos históricos. E pressupor o *círculo hermenêutico* (relação parte todo) e a *empatia* (*Erlebnis*) constitui uma atitude metodológica fundamental, o que concita à prática de *raciocínios analógicos*, pois as intenções que terão presidido às acções passadas só serão compreendidas se forem vividas na interioridade do historiador. Sem esta abertura não existe, de facto, *com-preensão*. Para que não se peque por anacronismo, a precariedade que advém desta condicionalidade não pode ser negligenciada: a compreensão do *outro ausente*, que possibilita a chegada do passado ao presente, só pode ser feita através de *mediações semióticas*. Mas, se basta a audição de um grito, por exemplo, para se despertar a *analogia* com a dor, ela não pode ser confundida com a experiência da própria dor, tanto mais que muitos sinais sugerem ser o que não são.

Mesmo nas relações entre indivíduos vivos, um *eu* só entraria na compreensão plena de um *outro* se deixasse de ser ele mesmo, passando a ser o *outro* que nele se compreende; o que constitui, por dissolução e não distanciamento, uma impossibilidade ontológica e epistémica. Por outro lado, a busca exclusiva da intencionalidade deixa sem resposta os chamados «efeitos perversos» e inconscientes da acção e tende a transformar toda a história em história das ideias, exagero praticado, entre outros, por Collingwood.

Seja como for, aceitar-se que são os problemas que definem os métodos possibilita uma atitude aberta perante todas estas questões, sem que isso signifique, contudo, a apologia de qualquer eclectismo, ou a busca de sínteses artificiais. A experiência mostra existirem interpretações históricas que extraem dos documentos a máxima explicabilidade através do uso de métodos quantitativos ou da utilização de «leis» de outras ciências. Mas, por outro lado, a pluralidade e a renovação da historiografia actual também indica que outras só serão comprovadas com o recurso a análises qualitativas, enquanto outras, ainda, aconselham a fazer-se combinatórias metodológicas. Em resumo: os debates epistemológicos contemporâneos invalidam uma concepção unicitária de ciência, pondo em causa o dualismo clássico entre ciências da natureza e ciências do espírito e, até, entre racionalidade e irracionalidade (Prigogine e Lakatos). Dir-se-ia que se chegou a um tempo da superação dos «complexos de inferioridade» e do divórcio entre as chamadas «ciências duras» e «ciências moles».

A hora será de intercâmbio e de colaboração, pois se, no século XIX, os conhecimentos sobre o homem se «travestiam» com a roupagem das ciências da natureza — criando problemas desfocados e irrespondíveis —, actualmente o diálogo é diferente: a realidade humana e social necessita das explicações sobre a realidade física e biológica; mas estas também incorporam modelos e conceitos das ciências humanas e estão imbuídas da ideia de que não existe um vazio entre *valores* e *conhecimento*, porque, como Edgar Morin (1982) tem defendido, todo o saber, para estar ao serviço do homem, tem de produzir uma *ciência com consciência*.

Neste quadro, será justo defender que a historiografia é uma ciência do homem, ou, talvez melhor, uma *sagesse* que *compreende explicando* o passado, pois participa numa *circularidade epistemológica* posta em movimento dialéctico pelo facto de todas as ciências serem, em última análise, ciências do homem e de os seus relacionamentos dependerem mais da natureza dos problemas que postulam, do que das afinidades óticas da realidade que referenciam. Concorde-se, assim, com os esforços feitos para se superar a disjunção histórica entre «natureza» e «cultura». A ciência actual tem de jogar com categorias como as de *caos* e *complexidade* e com a ideia de que representa, tão-só, uma leitura parcial e provisória de uma realidade incerta e com fronteiras imprecisas ou móveis. Por conseguinte, se, não há muito, se acreditava que a sua missão quase sagrada consistia em eliminar a indeterminação e a imprecisão, hoje já não se duvida que a diversificação das ciências e dos seus efeitos — tidos, por alguns, como perversos — foram descredibilizando este convencimento. Dir-se-ia que, mesmo nas chamadas «ciências duras», se assiste ao «regresso» do seu matricial cariz hipotético-dedutivo, humildade que se tem traduzido na maior relevância dada ao «princípio da incerteza» e ao inevitável papel da correlação entre o sujeito e o objecto na génese de todos os campos científicos.

O historiador como sujeito pré-ocupado

Em historiografia, a narração explicativa/compreensiva de uma problemática significa o ordenamento dos factos — retirados dos documentos (heurística e hermenêuticamente tratados) — numa estrutura que organiza temporalmente o cumprimento de uma estratégia gizada para produzir efeitos cognitivos. Modo de dizer que, na linha dos alertas lançados pelo pensamento hermenêutico alemão e pela filosofia crítica de inspiração kantiana, se está em face de uma valorização do papel do *sujeito-historiador*. Daí que o projecto dos *Annales*, sintetizado no programa da «história-problema», só seja novidade dentro de uma cultura onde imperava um exagerado cientismo, e por ter sido formulado, não de fora, mas de dentro da própria prática historiográfica. No entanto, este pano de fundo comum leva a que se pergunte: quais são as características do *sujeito-mediador* que fazem com que, agora de uma maneira mais assumida, o conhecimento do passado seja, também, um conhecimento feito a partir do presente-futuro?

Sabe-se que a interpretação estreita do paradigma da ciência da natureza pressunha a existência de uma ruptura ôntica e epistémica entre o sujeito e o objecto, condição tida por necessária para se alcançar leis universais e, portanto, despidas de qualquer projecção subjectivista. Como se viu, a versão historiográfica deste apriorismo ganhou um curso relativo nas correntes que acreditavam ser possível, com a utilização da metodologia adequada, reconstituir-se o passado «tal qual ele aconteceu». Recorde-se que a lição anti-cartesiana de Vico já tinha sugerido um posicionamento diferente: o passado pode ser conhecido, precisamente porque os seus vestígios são «sinais» de acções do homem.

Em certo sentido, o mesmo se afirmava no idealismo objectivo alemão — ao pressupor-se que todo o racional é real — e, embora num outro registo, em Jules Michelet, quando, no seu célebre prefácio à *Histoire de France* (1869), não recalcou a «presença» do historiador, com as suas paixões e as suas emoções, na sua obra: somente uma relação amorosa com o objecto permitiria apreender o passado com verdade (G. Bourdê e H. Martin, 1983). E as correntes hermenêuticas procuraram fundamentar essa inevitável relação *dialógica* que existe entre o presente-futuro e o presente-passado. Por sua vez, ainda que com outros argumentos, as novas historiografias do século XX, ao destacarem a importância da *hipótese* ou dos *problemas* na produção do conhecimento, deram uma análoga valorização ao cariz mediado e, até certo ponto, «presentista» da historiografia.

Para se caracterizar tal mediação, bastará salientar, sem mais, o «papel activo do sujeito»? Afinal, de que *sujeito* se trata? O *je* cartesiano? O *eu transcendental* de Kant, como pretendia a filosofia crítica da história brilhantemente praticada, entre outros, por Raymond Aron (1948, 1965, 1974, 1984)? Ou a palavra *sujeito* somente se refere à *sujeição* dos indivíduos a estruturas que os atravessam e ultrapassam?

Na perspectiva que tenta explicar historicamente as questões historiográficas, esse sujeito só pode ser o historiador, pois a componente subjectiva é influenciada pela própria historicidade que o trespassa, bem como pelo *lugar* — o *locus* — de onde ele interroga os sinais do passado. E é neste contexto que se acha limitadas as posições das filosofias críticas que destemporalizam o *sujeito*, e se reconhece maior utilidade a propostas como a expressa no conceito de «operação historiográfica» que tanto seduziu

Paul Ricœur, nomeadamente em *La mémoire, l'histoire et l'oubli* (2000), conjuntura em que, em carta, terá confessado a Bertrand Müller: «J'ai été heureux de me retrouver dans le voisinage de Michel de Certeau» (in F. Dosse, 2006).

É um facto que, ao não se recalar a mediação presentista, o historiador emerge num mundo *pré-ocupado* (Merleau-Ponty) de memórias, ideias, valores, interesses sociais, em função do qual se *pre-ocupa*. Mas só o pode fazer no seio de uma pré-existente linguagem que transmuda a inquietação em problema. E como a *res gestae*, ontologicamente falando, é o não-ser (o reino dos mortos), o passado só será «reinventado» se o presente interpelar os seus vestígios, a fim de os descodificar. E, ao pôr em funcionamento o questionário, o historiador começa a romper com a memória e a condicionar, de uma maneira mais crítica e racional, a escolha do objecto a investigar.

Esta filtragem subjectiva não pode degenerar, porém, em subjectivismo. Daí, a necessidade que ele tem de adoptar uma atitude crítico-argumentativa em face dos discursos que pretendem chegar a conhecimentos objectivos. Sabe-se que H. I. Marrou o convidou a fazer a sua *epochê*, atitude metódica que, quando erradamente interpretada, parece defender que o sujeito cognoscente pode pôr a sua *época* entre parêntesis, essa ilusão maior das filosofias críticas da história. Convirá lembrar, todavia, que as práticas científicas ocorrem sempre num espaço e num tempo que não lhes são exteriores. Acolhendo o velho anátema de Nietzsche contra o historicismo, dir-se-ia que a história só será útil como *história viva*. E este conselho só será cumprido se o *diálogo* entre o presente e o passado não for mumificado pela erudição ou pelo antiquarismo, ou, o que é o mesmo, pela a historicização do sujeito epistémico que o anima.

Ora, para se compreender a historicidade que atravessa o trabalho historiográfico, relembre-se que todo o historiador trabalha a partir de um *locus*, situação que terá de ser equacionada, porque se projecta no interior do seu resultado. Com efeito, ele não é uma abstracção, mas alguém (ou um colectivo) imbuído de formação histórica e que, com a sua crescente «profissionalização» a partir do século XIX, problematiza e interpreta dentro de um «local» que, antes de tudo, age como *instituição*. E é esta instância que, em última análise, credibiliza e garante as bases de produção da linguagem científica, ao mesmo tempo que socializa, como uma espécie de lei, o cânone do grupo. Com estas chamadas de atenção, também se pretende afirmar que o *topos* impossibilita desligar-se a análise das representações historiográficas da sociologia da sua produção, porque, se aquele, por um lado, impulsiona e enforma o trabalho historiográfico, por outro lado, também age como instância censória, já que, se estimula certas pesquisas, secundariza e recalca outras.

Em síntese: o *locus*, enquanto *instituição*, tende a excluir do seu campo problematizador tudo o que respeita à explicitação da sua própria condição de instância sobredeterminadora da produção dos saberes (Michel de Certeau). Dir-se-ia que ele é o «não dito» da operação, porque, voluntária ou involuntariamente, a sua mediação escamoteia algo que — não obstante os votos mais puristas de Paul Veyne, Raymond Aron e mesmo de um Paul Ricœur até à publicação de *La mémoire, l'histoire et l'oubli* (2000) — lhe é intrínseco: o vínculo que existe entre os textos historiográficos e as sociedades concretas que os produzem.

Reconhecida a impossibilidade de a historiografia criar um saber imediato, fruto do ver, e reafirmado o seu cariz *mediato* e *mediado*, ter-se-á de contar com o activismo

do *sujeito-historiador* no resultado final. Desde logo: no *trabalho selectivo* que está a montante da operação, mas que, como na recordação, ao dar *representância* a algo, muito deixa esquecido; na subida da *fase arquivística* para o nível *explicativo-compreensivo*, ao pôr em acção escalas espaço-temporais e ordenamentos de causalidade que só ele pode projectar no caos das informações recolhidas; no plano da interpretação, já que este implica o distanciamento entre o sujeito e o *outro* (ausente), cabendo ao primeiro proceder a uma hermenêutica não anacrónica e, portanto, dita na linguagem de quem interroga o que está mudo, abrindo janelas à imaginação historiográfica; por fim, na busca da objectividade, porque esta é indissociável de uma inevitável relação inter-subjectiva.

Em suma: o trabalho dos historiadores tem a ver, directa ou indirectamente, com a vida dos homens no tempo. Daí, a especificidade da *representância*, que ele constrói entre a narrativa e a realidade referenciada, pressuposto ôntico que só através da mediação do questionamento pode «falar» como objecto epistémico (F. Dosse, 2006). Assim se convida a que não se confunda este último com a mecânica *mimesis* da *res gestae*, e a que se compreenda porque é que a imaginação historiográfica impulsiona uma *poética* que, não obstante todos os seus condicionantes, sobrepõe a *interpretação* à ilusão verista veiculada pela imagem.

Um referente também ausente

Como se viu, a mediação do *sujeito-historiador* está em toda a operação historiográfica e esta culmina numa narrativa que almeja suscitar, no leitor, efeitos cognitivos, para além dos de índole estética que também pode provocar. Pensando bem, toda ela é guiada por uma *estratégia de convencimento* que postula a existência de um prévio, mas permanente, *contrato de veridicção* entre o historiador e o receptor, premissa omnipresente em todos os níveis do processo e que acaba por ser o fio condutor da estrutura lógica da sua trama.

Facilmente se intui que não se trata só de imaginação e que basta a auto-análise do funcionamento da memória para se detectar, na recordação, uma referencialidade que, apesar de ausente, se sabe exterior ao evocador. E, quando do passado só existem *vestígios* (e não *memórias vivas*), também se pode fiar no testemunho, desde que este seja devidamente rectificadado e credibilizado. Assim sendo, se a narrativa memorial, com a sua carga de verosimilhança, é prova de que se pode sair da zona dos puros enunciados para se referenciar o domínio do não discursivo, como não reconhecer análoga capacidade à historiografia?

Por outras palavras: se a historiografia é impossível sem a existência da imaginação — desencadeada por inquietações insatisfeitas e requerida pelo seu cariz mediato, pela necessidade de se porem problemas aos *vestígios*, e pelo teor fragmentário dos «restos» deixado pelo passado —, será erro, porém, confundi-la com a imaginação estética. Esta não está selada por qualquer *pacto cognitivo*, nem tem que prestar contas da «realidade» que ficciona, mesmo quando recorre a «factos» tidos por históricos, porque o contrato do *escritor-ficcionista* com o seu leitor não é de índole cognitiva, mas de matiz estético.

A imaginação historiográfica também não pode ser identificada com a que está subjacente ao recordar, não obstante a sua análoga convocação da *ausência* e uma comum reivindicação do verosímil. Como experiência vivida, a segunda tem dificuldade em se libertar do império da imagem, enquanto a primeira possui um cariz mais racional e controlado, e tenta convencer pela prova, sabendo, contudo, que não pode apelar a experimentos directos, nem defender que o narrado é a adequação do intellecto à «coisa» (*adæquatio rei et intellectus*). Isto é, tal como a recordação no seu âmbito próprio (e particularmente no culto dos mortos), também a historiografia é uma poética de ausência, pois *re-presentifica* o que já não existe. Fá-lo, contudo, num contexto em que a sua *imaginação interpretativa* (que *cria* as hipóteses e as interpretações) não pode dispensar o suporte documental e uma ordem diegética de cariz mais demonstrativo.

A ultrapassagem da ideia empirista de verdade foi igualmente perfilhada por todas as concepções que defenderam ser possível conceptualizar e explicar o acontecido segundo regras que, mesmo sendo incapazes de demonstrar leis por via experimental, se aproximam do conhecimento nomotético. Porém, Roland Barthes (1967) reduziu os factos à linguagem, e algum pós-modernismo mais radical apostolou que já não existem dados e factos, mas tão-somente interpretações, pelo que as clássicas divisões entre o verdadeiro e o falso, a verdade e a ficção teriam perdido o seu significado (Gianni Vattimo, 1987). Sem irem tão longe, outros, como Paul Veyne (1979), afirmaram que os homens não produzem nem o verdadeiro nem o falso, mas somente *o existente*. Na expressão de Elena Sandoica (1995) — cuja síntese estamos a seguir —, nesta época de crise, a verdade estala, dispersa-se num movimento que a metamorfoseia numa espécie de *verdade vagabunda*.

A questão da veracidade terá que ser debatida, não só no quadro das relações entre o discurso histórico e a realidade que, embora «ausente», aquele *referencia*, mas também em função da sua capacidade de convencimento, a começar dos próprios historiadores. Chamando à colação o conceito kuhniano de paradigma, segundo o qual as realizações científicas mais universalmente reconhecidas, durante um certo tempo, fornecem modelos à comunidade científica, poder-se-á esclarecer melhor o cariz não metafísico, não absoluto e, portanto, não fechado do saber histórico: uma dada interpretação (sobretudo se for controversa) terá uma base de convencimento tanto mais ampla quanto mais durável for o *reconhecimento* do seu maior poder explicativo/compreensivo, em confronto com outras sobre o mesmo objecto.

Não se pense, porém, que aquele *leitor-receptor* está exclusivamente no *exterior* da própria escrita. A sua omnipresença data do início da operação, seja como «autoridade» positiva, seja como horizonte de polémica e de contestação, seja como leitor interiorizado como juiz. Sendo assim, no que se escreve e no como se escreve perpassa e ecoa, como um ausente-presente, o «olhar» vigilante daquele para quem se escreve, nem que seja, antes de tudo, para o próprio *sujeito-historiador* quando ele se desdobra em crítico de si mesmo.

Feita a distinção entre o *objecto* (conceito epistemológico, *criado* pelo sujeito) e a *realidade* (conceito ontológico), a historiografia poderá construir um saber objectivo, pois a intuição análogica (desde logo, com a nossa própria recordação) dá credibilidade à suposição de que existiu uma realidade que, através da certificação, testificação

e interpretação dos seus vestígios, pode ser *representificada* como um produto não exclusivo da imaginação subjectiva. E esta experiência vivida, desde que escorada em normas consensuais acerca das técnicas de investigação e no *contrato cognitivo* que põe em movimento a operação, faz com que a imaginação historiográfica não possa ser confundida com a ficção, mesmo que se reconheça que a veracidade que procura alcançar só existe no próprio discurso historiográfico, ou, segundo outros, na correlação dialéctica entre o discurso e a sua recepção.

Foi precisamente para cortar com as ilusões vindas, quer da crença no mimetismo imediato da representação, quer, no pólo oposto, da redução desta à pura ficcionalidade, que Paul Ricœur preferiu falar, já em *Temps et récit* e, depois, em *La Mémoire, l'histoire et l'oubli*, em *representância*. Com este conceito, procurou enfatizar o cariz do pacto inerente à investigação histórica, à luz do qual «l'historien se donne pour objet des personnages, des situations ayant existé avant qu'il n'en soit fit récit». E visou distingui-lo do conceito de *representação*, porque este é incapaz de denotar o que Ricœur qualificou como «*lieutenance* du texte historique». Ouçamo-lo em *Temps et récit*: «daremos o nome de representância (ou de lugar-tenência) à relação entre as construções da história e os seus *vis-à-vis*, a saber, um passado ao mesmo tempo abolido e preservado nos seus rastros». O que também possibilita dialogar-se dialecticamente com os contributos dos que, depois do *linguistic turn*, haviam justamente apontado para a inevitável índole narrativa da escrita da história, mas para se distanciarem das suas teses extremas. Para isso, «contre l'indistinction épistémologique entre fiction et histoire», ele defendia «l'exigence véritative du discours historique» (François Dosse, 2006). Com propósito idêntico, mas com o intuito de explorar as analogias que surpreendemos entre a historiografia e a memória, aqui se usa a palavra *re-presentificação* (por sua vez, Collingwood [s.d.] utilizou o conceito de *re-presentação*). Modos de expressar os esforços cognitivos do homem para se situar na ordem do tempo.

A história como escrita; a escrita como história

Não restam dúvidas: todo o trabalho historiográfico finda num «texto», o que levou a transformar-se num lugar-comum caracterizá-lo como uma escrita: a escrita da história. Todavia, quem o faz só raramente destaca a outra face que o qualificativo encobre: a escrita não é um instrumento neutro, pois também é um produto histórico, como exemplarmente tem demonstrado, nas últimas décadas, a *Begriffsgeschichte* desenvolvida pela escola de Reinhart Koselleck e seus seguidores (Antonio Gómez Ramos, 2004). Salientar este aspecto será outra maneira de clarificar um pouco melhor algo que comumente surge confundido: afinal de contas, *a vida de cada indivíduo não se esgota na sua narração e a narração também faz parte da vida*.

Por outro lado, como a historiografia estuda o passado que já foi vida, a sua linguagem, por mais que tenha (e deva) recorrer a conceitos (Paul Veyne, 1979), não pode ser uma *metalinguagem*, porque dificilmente poderá dizer o que reconstrói, a partir do presente-futuro, sem recorrer a símiles, metáforas, alegorias, etc. Ela nunca poderá ser, em suma, uma *nomenclatura*, e desde a psicanálise se sabe que um indivíduo, ao falar, também é falado, e as palavras e os conceitos são igualmente criações

históricas, cujo uso carrega conotações nem sempre racionalmente controláveis. Daqui deriva o grande e incontornável paradoxo da escrita da história: se ela pretende narrar o «tal como» aconteceu, só o poderá fazer na linguagem do tempo de quem interroga os restos sígnicos do que passou.

Estas considerações obrigam a que se chame a terreiro alguns dos temas mais debatidos nas últimas décadas, em boa parte devido à saturação e à descredibilização dos modelos cientistas. O que, como se viu, gerou movimentos de *ruptura* ou de *revisão*, que têm sido colocados sob o lema do «regresso»: «regresso» da narrativa, «regresso» do sujeito, «regresso» do acontecimento, «regresso» do político, «regresso» da própria historiografia ao seu antigo estatuto de um saber que, afinal, estará mais próximo da literatura do que dos paradigmas de qualquer ciência. E, como é sobejamente conhecido, esta última questão deu azo a escritos decisivos de Paul Veyne, Roland Barthes, Paul Ricœur, Hayden White. Pelo que, hoje, os historiadores já não podem pensar que a sua escrita é um mero veículo extrínseco à verdade descritiva: como em todos os domínios, o pensamento sobre o passado é uma linguagem e historiar é «contar uma história», é construir uma ordem narrativa em que a *forma* também é *conteúdo*.

Isto não significa que não se deva estar atento à confusão dos campos, como acontece com as interpretações mais formalistas e estruturais (H. White) que tendem a esquecer-se que são um produto histórico da conjuntura em que o estruturalismo foi hegemónico no domínio das ciências humanas, bem como do facto de o historiador construir textos que não se esgotam na sua coerência interna, ou num arquetípico-estrutural de reprodução de tropos que, afinal, parece somente estar adequado aos *exempla* eleitos para se ilustrar a sua verdade: as ideias históricas e a historiografia do século XIX europeu e, particularmente, a francesa. Porém, aceita-se a *trama* como mediação entre os acontecimentos e certas experiências humanas da temporalidade, ordenando-as num conjunto inteligível que lhes incute sentido. Mas também se considera improfícua a adesão acrítica a algumas teses narrativistas, particularmente: às que não reconhecem autonomia (não escrevemos independência) às especificidades dos temários historiográficos; às que apontam para a existência de uma analogia demasiadamente estrita entre a narração histórica e a narração ficcionada; e às que desvalorizam o que a historiografia não pode alienar: a sua escrita é sempre a *forma de um «conteúdo de verdade»*, cujo estatuto só pode ser julgado pela capacidade de convencimento de uma diegese comandada por uma finalidade veritativa.

Como esta não é predominantemente estética, ter-se-á de perceber que os seus propósitos de objectividade criam, em relação à ficção, problemas acrescentados: o da *veridicidade* e o da *referencialidade* (Julio Aróstegui, 1995), exigências que não poderão ser minorizadas, sob pena de ela, depois de se ter emancipado do império cientista, se deixar diluir no campo da literatura, perdendo, assim, a possibilidade de reforçar a sua vocação medianeira dentro da constelação plural de todos os saberes. Se o fizer, estará a demitir-se das suas pretensões cognitivas, e a esquecer-se da função anamnética e, de certo modo, justiceira, que também a fez nascer. No entanto, uma mentira acreditada como verdade só será desconstruída como mentira à luz dos critérios que possibilitam demonstrar a sua falsidade. Questão importante, mas de somenos para todos aqueles que reduzem a história à auto-suficiência da sua representação escrita.

Um conhecimento sem fim da história

Este longo excursus sobre a historiografia enquanto saber *mediato e mediado* teve por finalidade última fazer ressaltar as características, não do progresso histórico, mas do progresso dos conhecimentos históricos nos vários níveis que o foram materializando, em função dos «regimes de historicidade» que eles pressupunham. E a reflexão mais epistémica, combinada com os ensinamentos extraídos da história da historiografia, indica que se acreditou no seu perfil acumulativo sobretudo quando foi dominante a concepção evolutiva da diacronia social, alicerçada na crença na capacidade perfectível do homem. Optimismo que configurou o progresso historiográfico (ilustração do progresso que ocorria ao nível da *res gestae*) como um «edifício» em crescimento, ao qual, desde os seus caboucos, cada geração iria sucessivamente levantando mais andares até se chegar a um telhado que iria ser posto, algum dia, logo que se esgotassem os documentos. Esse seria o momento em que, depois de séculos de análise, se faria a síntese definitiva da história universal.

Pode sustentar-se que, descontadas as especificidades das várias correntes, essa expectativa dominou a historiografia oitocentista. Recorde-se que, entre outros, a imagem do «edifício» foi igualmente a preferida por Alexandre Herculano, numa espécie de proto-positivismo que a «escola metódica» francesa, inspirada na lição alemã de Niebuhr e Ranke, explicitará nos finais de Oitocentos. Não deve surpreender este casamento, já que a visão acumulativa, decorrente do evolucionismo histórico, se compaginava bem com uma ideia de tempo pautada pela sua irreversibilidade cronológica e progressiva. Mas, conquanto se acenasse com a promessa de um progresso na história (*res gestae*), a busca desse ideal sintético, ainda que de concretização longínqua, não implicaria reconhecer-se um *fim da história do conhecimento histórico*?

Não se nega que, no primeiro nível da operação historiográfica, da fiabilidade dos documentos e do apuramento sólido dos factos e respectiva ordenação cronológica se extraem informações muito consensuais. Porém, não se pode esquecer que a explicação/compreensão e a escrita introduzem patamares de mediação e de relações de alteridade que não consentem que a metáfora do edifício em construção illustre, adequadamente, o caminhar da historiografia, pois, quanto mais se ousa na interpretação, mais aumentam as possibilidades de controvérsia.

Em termos muito genéricos, diz-se, amiúde, que toda a historiografia é história contemporânea (Croce), não por ter como objecto o «tempo presente», mas devido à circunstância de ser o «presente» o foco das retrospectivas, incluindo aquele que ainda não há muito era só futuro. Característica que se acentuou com o presentismo contemporâneo. No entanto, reconhece-se que, hoje, também se pluralizaram e se tornaram mais complexas as visões do mundo. Logo, como estranhar que esse horizonte se projecte na hermenêutica histórica? Só o negará quem se julgar instalado num eterno e monólitico tempo real.

Por outro lado, actualmente, também se diz que se vive num «tempo de incertezas». E só os mais dogmáticos terão dificuldades em não aceitar tal diagnóstico. Ora, este parece desconstruir a auto-suficiência da visão punctiforme do tempo, tanto no plano da *res gestae*, como no da *historia rerum gestarum*. Vendo bem as coisas, aquela sensação decorre do que se julgava vir a acontecer, ou melhor, das previsões do passado quando

ele foi presente, porque ela não pode existir em relação ao que ainda não é, horizonte que constitui somente um mundo de possibilidades. E, como o não certo é o seu modo de ser, a incerteza não deriva do futuro em si, mas dos fracassos do presente, incluindo o da sua definitiva permanência.

No campo aqui em causa, tem-se por certo que a historiografia é renovada, sobretudo, pela aptidão para se perguntar (e provar) o *novo*. É que, mais do que somar andares a um prédio há muito planificado e em construção, a mediação do *sujeito-historiador* remodela-o e, principalmente, ergue novas construções cujo perfil arquitectónico não deve ser traçado como se de uma sucessão de casas em banda se tratasse. Dito de outro modo: já não se pode regressar ao sonho do saber definitivo, pois o conhecimento não pode esgotar os enigmas do mundo. A própria incerteza instala a insatisfação e a curiosidade, e as condicionalidades apontadas vedam-lhe o escopo universalista, pois minam a fé no próprio conceito evolucionista do progresso das ciências e, particularmente, das ciências históricas. E solucionar problemas não é fechar o mundo, mas acrescentar novos mundos aos mundos conhecidos.

Com efeito, a história da historiografia tem mostrado que esta não progride somente por *acumulação*, mas também por *reformulação*, *deslocamentos* e *irrupção de novas problemáticas*. Explica-se: a joeira do *sujeito*, com todas as suas *pré-ocupações* (epistemológicas, culturais, sociais, psicanalíticas, linguísticas), faz com que a historiografia seja um trabalho sempre em aberto, tanto mais que a sua capacidade de dar translucidez ao passado a partir de *traços* — que, *se revelam*, também *escondem* —, nunca conseguirá captar aquilo que, no *outro* e no *diferente*, sempre escapará à perscrutação do presente-futuro. Nas palavras do velho Herculano, escritas meio século antes dos fundadores dos *Annales*, «a História pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces». A frase é sábia, mas esquece-se desta outra perspectiva: os textos que lhe dão visibilidade também são, com as suas *re-presentificações* cognitivas, esculptores desse mármore, ao darem voz aos apelos que, vindos do passado, solicitam futuros que só o presente, ou melhor, o cruzamento entre memória e expectativa poderá esculpir. Deste modo, não será descabido defender que a representância historiográfica é uma poética da ausência, pois, no muito que dá a conhecer, sempre existirão passos do homem que ficarão no esquecimento (ir)reversível.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *Fernand Braudel e a história. Chateauvallon, Jornadas Fernand Braudel, 18, 19 e 20 de Outubro de 1985*, Lisboa, Teorema, 1987.
- AA. VV., *Debates por una historia viva*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1990.
- ANDRÉS-GALLEGO, José, *New history, Nouvelle histoire*, Madrid, Actas, 1993.
- ANKERSMIT, Frank, *Narrative logic. A semantic analysis of the historian's language*, Haia-Boston-Londres, M. Nijhoff, 1983.
- ANKERSMIT, Frank R. e KELLNER, Hans (org.), *A New philosophy of history*, Londres, Reaktion Books, 1995.
- ANKERSMIT, F. R., «Historiography and postmodernism», *History and Theory*, XXVIII, n.º 2, 1989.

- ANKERSMIT, F. R., «Reply to Professor Zagorin», *History and Theory*, XXIX, n.º 3, 1990.
- APPLEBY, Joyce, HUNT, Lynn e JACOB, Margaret, *Telling the truth about history*, New York-London, W. W. Norton & Company, 1995.
- ARON, Raymond, *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Paris, Gallimard, 1948.
- ARON, Raymond, *Philosophie de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire*, Paris, J. Vrin, 1965.
- ARON, Raymond, «Comment l'historien écrit l'épistémologie: a propos du livre de Paul Veyne», *Annales E.S.C.*, XXIX ano, n.º 6, 1971.
- ARON, Raymond *et al.*, *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue*, Paris, Mouton, 1972.
- ARON, Raymond, *La Philosophie critique de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1984.
- ARÓSTEGUI, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*, Barcelona, Crítica, 1995.
- ATKINSON, R. F., *Knowledge and explanation in history*, Ithaca, Cornell University Press, 1978.
- AT SMA, Hartmut e BURGUIÈRE, André (dir.), *Marc Bloch aujourd'hui. Histoire comparée et sciences sociales*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études, 1990.
- AYMARD, Maurice, «Histoire et comparaison», in Atsma, HARTMUT e BURGUIÈRE, André (org.), *Marc Bloch aujourd'hui. Histoire comparée et sciences sociales*, Paris, Éd. de l'École des Hautes Études, 1990.
- BACHELARD, Gaston, *O Novo espírito científico*, Lisboa, Edições 70, s.d.
- BANN, Stephen, «Art history in perspective», in *The Inventions of history. Essays of the past*. Manchester/ Nova Iorque, Manchester University Press, 1990.
- BARTHES, Roland, «Le discours de l'histoire», *Social Science Information*, Paris, Unesco, VI, 4, 1967.
- BERMEJO, J. C., *Replanteamiento de la historia. Ensayos de historia teórica*, t. II, Madrid, Akal, 1989.
- BERMEJO, J. C., *Fundamentación lógica de la historia*, Madrid, Akal, 1991.
- BERMEJO, J.C., «La historia, entre la razón y la retórica», *Hispania*, vol. 50 (174), 1990.
- BERR, Henri, *Histoire traditionnelle et la synthèse historique*, Paris, Félix Alcan, 1935.
- BERTHELOT, M., *Les Origines de l'alchimie*, Paris, Steinheid, 1885.
- BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien, *Correspondance I La naissance des Annales. 1928-1993*, Paris, Fayard, 1986.
- BLOCH, Marc, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Paris, Armand Colin, 1960.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *Les Écoles historiques*, Paris, Seuil, 1983.
- BOURDEAU, Louis, *Histoire et les historiens. Essai critique sur l'histoire considérée comme science positive*, Paris, Félix Alcan, 1888.
- BOURDIEU, Pierre, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique, *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, Paris, Autrement, 1995.
- BOYER, Alain, *L'Explication en histoire*, Lille, PUL, 1992.
- BRAUDEL, Fernand, *Écrits sur l'histoire*, Paris, Flammarion, 1969.
- BURGUIÈRE, André (dir.), *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, PUF, 1988.
- BURKE, Peter, *New Perspectives on historical writing*, Cambridge, Polity Press, 1991.
- BURKE, Peter, *Formas de hacer historia*, Madrid, Alianza, 1993.
- BURKE, Peter, *La Revolución historiográfica francesa. La escuela de los Annales: 1929-1989*, Barcelona, Gedisa Editorial, 1996.
- CARR, D., *Time, narrative and history*, Bloomington Indiana University Press, 1968.
- CARR, E. H., *Que é a história*, Lisboa, Gradiva, s.d.

- CARRARD, Philippe, *Poetics of the new history. French historical discourse from Braudel to Chartier*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1992.
- CATROGA, Fernando, «Alexandre Herculano e a historiografia romântica», TORGAL, Luís Reis *et al.*, *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- CATROGA, Fernando, *Teoria da história e do conhecimento histórico*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996 (edição policopiada).
- CERTEAU, Michel de, *L'Absent de l'histoire*, Paris, Mame, 1973.
- CERTEAU, Michel de, *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.
- CHARTIER, Roger, *A História cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger, *Au Bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude*, Paris, Albin Michel, 1998.
- CHESNEAU, J. *Hacemos tabla rasa del pasado?*, Madrid, Siglo XXI, 1977.
- COLLINGWOOD, Robin G., *A Ideia de história*, Lisboa, Presença, s.d.
- COLLINGWOOD, Robin G., *The Historical imagination. An inaugural lecture delivered before the University of Oxford on 28 October 1935*, Oxford, Clarendon Press, 1935.
- CORNBLIT, Oscar, «Las concepciones de Hempel y Von Wright de la explicación en historia», in Reyes Mate *et al.*, *Filosofía de la historia*, Madrid, Editorial Trotta, 1993.
- COUTEAU-BÉGARIE, Hervé, *Le Phénomène nouvelle histoire. Stratégies et idéologies des nouveaux historiens*, Paris, Fayard, Economica, 1983.
- CRUZ, Manuel, «Narrativismo», in Reyes Mate *et al.*, *Filosofía de la historia*, Madrid, Editorial Trotta, 1993.
- DANTO, Arthur C., *Analytical philosophy of history*, Cambridge Mass., Cambridge University Press, 1968.
- DANTO, Arthur C., *Historia y narración. Ensayos de filosofía analítica de la historia*, Barcelona, Paidós, 1989.
- DANTO, Arthur C., «The decline and fall of the analytical philosophy of history», in ANKERSMIT, Frank e KELLNER, Hans (org.), *A New philosophy of history*, Londres, Reaktion Books, 1995.
- DARNTON, Robert, «Historia de la lectura», in BURKE, Peter (org.), *Formas de hacer Historia*, Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- DARNTON, Robert, «Diffusion vs. discourse: conceptual shifts in intellectual history and the historiography of the French Revolution», in BARROS, Carlos (org.), *Historia a Debate (Actas del Congreso «A Historia a debate», celebrado el 7-11 de Julio de 1993 en Santiago de Compostela)*, tomo II, Santiago de Compostela, Historia a Debate, 1995.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick, *Les Courants historiques en France, XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1999.
- DELACROIX, Christian, «De quelques usages historiens de P. Ricoeur», Bertrand Müller (org.), *L'Histoire entre mémoire et épistémologie*, Lausanne, Édition Payot Larrousse, 2005.
- DEVULDER, C., *L'Histoire dans l'Allemagne. XIX^e siècle*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio, *Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação*, Bauru, EDUSC, 2002.
- DILTHEY, Wilhelm, *Introducción a las ciencias del espíritu*, Madrid, Revista de Occidente, 1966.
- DILTHEY, Wilhelm, *Crítica de la razón histórica*, Barcelona, Península, 1988.
- DOMANSKA, Ewa, «An interview with Hayden White», *Storia della Storiografia*, n.º 24, 1993.
- DOSSE, François, *L'Empire du sens. L'humanisation des sciences humaines*, Paris, La Découverte, 1995.
- DOSSE, François, *L'Histoire en «miettes», des Annales à la nouvelle histoire*, Paris, La Découverte, 1995^a.
- DOSSE, François, *L'Histoire*, Paris, Armand Colin, 2000.
- DOSSE, François, *Paul Ricoeur, les sens d'une vie*, Paris, La Découverte, 2001.

- DOSSE, François, «Paul Ricoeur, Michel de Certeau et l'histoire», Bertrand Müller (dir.), *L'Histoire entre mémoire et épistémologie. Autour de Paul Ricoeur*, Lausanne, Payot, 2005.
- DOSSE, François, *Pour Ricoeur et Michel de Certeau, L'histoire entre le dire et le faire*, Paris, L'Herne, 2006.
- DOSSE, François, «L'histoire à l'épreuve de la guerre des mémoires», *Cités*, n.º 33, 2008.
- DRAY, W. R., *Leggi e spiegazioni storiche*, Milão, Il Saggiatore, 1974.
- DROYSEN, J. G., *Historica: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*, Barcelona, Alfa, 1983.
- DUBY, Georges/Lardreau, Guy, *Diálogos sobre a nova história*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
- DUBY, Georges, *L'Histoire continue*, Paris, Odile Jacob, 1991.
- DULONG, Renaud, *Le Témoin oculaire. Les conditions sociales de l'attestation personnelle*, Paris, Éd. de l'EHESS, 1998.
- DUNK, Hermann Von Der, «Narrativity and the reality of the past. Some reflections», *Storia della Storiografia*, n.º 24, 1993.
- ECO, Umberto, «Prólogo», LOZANO, Jorge, *El Discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1994.
- ELKNA, Y. (ed.), *The Interaction between science and philosophy*, Nova Iorque, Humanitris Press, Atlantic Highlands, 1974.
- ELIAS, Norbert, *Compromiso y distanciamiento*, Barcelona, Ediciones Península, 1990.
- ELTON, G., *Return to the essentials. Some reflections on the present state of historical study*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- ENGEL, Pascal, «La philosophie peut-elle échapper à l'histoire?», in BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (dir.), *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'Histoire*, Paris, Autrement, 1995.
- FEBVRE, Lucien, *Combats pour l'histoire*, Paris, Armand Colin, 1953.
- FERRO, Marc, *L'Histoire sous surveillance*, Paris, Calmann-Lévy, 1985.
- FINLEY, Moses I., *Mythe, mémoire, histoires. Les usages du passé*, Paris, Flammarion, 1981.
- FONTANA, Josep, *La Historia después del fin de la historia*, Barcelona, Crítica, 1992.
- FONTANA, Josep, *La Historia de los hombres*, Barcelona, Crítica, 2001.
- FOSTERS, Robert, «Achievements of the Annales school», in *The Journal of Economic History*, vol. XXXIX, n.º 1, 1979.
- FURET, François, *O Ofício da história*, Lisboa, Gradiva, s.d.
- GADAMER, Hans-Georg, «Herder et ses théories de l'histoire (regards sur l'histoire)», *Cahiers de l'Institut Allemand*, n.º 2, Paris, Sorlot, 1941.
- GADAMER, Hans-Georg, *Le Problème de la conscience historique*, Louvain-Paris, PUL-EBN, 1963.
- GADAMER, Hans-Georg et al., *História e historicidade*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- GADAMER, Hans-Georg, *Verdad y método*, Salamanca, Ediciones Sígueme, 1988^a.
- GADOFFRE, Gilbert, *Certitudes et incertitudes de l'histoire*, Paris, PUF, 1987.
- GIARD, Luce (ed.), *Michel de Certeau. Cahiers pour le temps*, Paris, Centre Georges Pampidou, 1987.
- GIARD, Luce; MARTIN, Hervé; REVEL, Jacques, *Histoire mystique et politique. Michel de Certeau*, Grenoble, Jérôme Millon, 1991.
- GILBERT, Felix, *History: politics or culture? Reflections on Ranke and Burckhardt*, Princeton, Princeton University Press, 1990.
- GINZBURG, Carlo, *Mythes, emblèmes, traces*, Paris, Flammarion, 1989.
- GINZBURG, Carlo et al., *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo *Il Giudice e lo storico*, Turim, Einaudi, 1991^a.

- GÓMEZ RAMOS, Antonio, «Koselleck y la *Begriffsgeschichte*. Cuando el lenguaje se corta con la historia», K. Koselleck, *historia/Historia*, Madrid, Trotta, 2004.
- GOOCH, George P., *Historia y historiadores en el siglo XIX*, México, FCE, 1977.
- HARTOG, François, *Le XIX^e, siècle et l'histoire. Le cas de Fustel de Coulanges*, Paris, Gallimard, 1988.
- HARTOG, François, «Temps et histoire. Comment écrire l'histoire de France», *Annales*, n.º 5, 1995.
- HARTOG, François, *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*, Paris, Gallimard, 2001.
- HARTOG, François, *Régimes d'historicité, présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil, 2003.
- HARTOG, François, *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*, Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- HARTOG, François, «Tempos do mundo, história, escrita da história», SALGADO, Luiz Manoel Guimarães, *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006.
- HARVEY, J. Kaye, *Los Historiadores marxistas británicos*, Saragoça, Universidad de Zaragoza, 1989.
- HELLER, A., *Teoria de la historia*, 5ª ed., Barcelona, Fontamara, 1985.
- HELLER, A., *Historia y futuro*, Barcelona, Península, 1991.
- HEMPEL, C. G., «The function of general laws in history», in H. Feigl e W. Sellars, *Reading in philosophical analysis*, New York, Knopf, 1949.
- HEMPEL, C. G., *La Explicación científica*, Buenos Aires, Paidós, 1979.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, vol. 5, Lisboa, Presença, 1986.
- HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Los Caminos de la historia. Cuestiones de historiografía y método*, Madrid, Ed. Síntesis, 1995.
- HERNÁNDEZ SANDOICA, *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*, Madrid, Akal, 2004.
- HERÓDOTO, *Histórias*, Liv. 1.º, Lisboa, Edições 70, 1994 (introdução geral de Maria Helena da Rocha Pereira; introdução ao Liv. 1.º, versão do grego e notas de José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva).
- HESPANHA, António Manuel, «História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna», *Ler Historia*, 9, 1988.
- HESPANHA, António Manuel, «A emergência da história», *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n.º 5, 1991.
- HIMMELFARB, G., *The New History and the old*, Cambridge-Mass., The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.
- HUNT, Lynn et al., *A Nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- KAYE, H. J., *The Powers of the past. Reflections on the crisis and the promise of history*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1991.
- KELLNER, Hans, «Twenty years after: a note on 'Metahistories and their horizons'», *Storia della storiografia*, n.º 24, 1993.
- KELLNER, Hans, *Language and historical representation*, Madison, University of Wisconsin Press, 1989.
- KELLEY, D. R., *Foundations of modern historical scholarship. Language, law and history in the French renaissance*, Nova York, Columbia U. P., 1970.
- KOSELLECK, Reinhart, *Futuro pasado. Para una semántica de los tempos históricos*, Barcelona – Buenos Aires – México, Ediciones Paidós, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart, *L'Éxperience de l'histoire*, Paris, Gallimard-Seuil, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e crise. Uma contribuição à protogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart, *historia/Historia*, Madrid, Trotta, 2004.

- LANGLOIS, Charles e SEIGNOBOS, Charles, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.
- LE GOFF, Jacques (dir.), *La Nouvelle histoire*, Paris, Complexe, 2006.
- LEDUC, Jean, *Les Historiens et le temps*, Paris, Seuil, 1999.
- LIMA, Henrique Espada, *A Micro-História. Escalas, indícios e singularidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- LOSEE, John, *Filosofía de la ciencia e investigación histórica*, Madrid, Alianza Universidad, 1989.
- LOZANO, Jorge, *El Discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1994.
- MANNIEN, Juha e TOUMELA, Raino (org.), *Ensayos sobre explicación y comprensión*, Madrid, Alianza Editorial, 1980.
- MARROU, Henri-Irénée, *De la Connaissance historique*, Paris, Seuil, 1954.
- MICHELET, Jules, «Préface», *Histoire du XIX^{ème} siècle*, Paris, Germer Baillière, 1872.
- MORIN, Edgar, *Science avec conscience*, Paris, Fayard, 1982.
- MOSÈS, Stéphane, *L'Ange de l'histoire. Rosenzweig, Benjamin, Scholem*, Paris, Seuil, 1992.
- MÜLLER, Bertrand, *Correspondance de Marc Bloch et Lucien Febvre*, Paris, Fayard, 1994.
- MÜLLER, Bertrand (dir.), *L'Histoire entre mémoire et épistémologie. Autour de Paul Ricoeur*, Lausanne, Éditions Payot Larrousse, 2005.
- NIETZSCHE, *Sobre a utilidade y el perjuicio de la historia para la vida*, Madrid, Biblioteca Nuova, 1999.
- NOIRIEL, Gérard, *Sur la «crise» de l'histoire*, Paris, Belin, 1996.
- NOIRIEL, Gérard, *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris, Hachette, 1998.
- NORA, Pierre e Le Goff, Jacques (org.), *Faire de l'histoire*, 3 vols., Paris, 1974.
- NORA, Pierre (org.), «Préface», *Les Lieux de mémoire*, vol 1.º, Paris, Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre (org.), *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard, 1987.
- OAKESHOTT, Michael, *Sobre história e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Topbooks/Liberty Fund, 2003.
- POMIAN, Krzysztof, *Sur l'histoire*, Paris, Gallimard, 1999.
- PORTER, Mark, *Cultural history and postmodernity*, Nova Iorque, Colombia University Press, 1997.
- PROST, Antoine, *Douze leçons sur l'histoire*, Paris, Seuil, 1996.
- REISCH, G. A., «Chaos, history and narrative», *History and Theory*, vol. 30 (1), 1991.
- RÉMOND, René, *Être historien aujourd'hui. Travaux du Colloque International*, Paris, Érès/Unesco, 1988.
- REVEL, Jacques, *A Invenção da sociedade*, Lisboa, Diffel, 1990.
- REVEL, Jacques et al., *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris, Gallimard-Seuil, 1996.
- RICKERT, H., *Introducción a los problemas de la filosofía de la historia*, Buenos Aires, Nova, 1961.
- RICKERT, H., *Ciencia cultural y ciencia natural*, 4ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1965.
- RICŒUR, Paul, *Histoire et vérité*, Paris, Seuil, 1955.
- RICŒUR, Paul, *Temps et récit*, 3 vols., Paris, Seuil, 1983.
- RICŒUR, Paul, «Entre mémoire et histoire», *Projet*, n.º 248, 1996-1997.
- RICŒUR, Paul, «La marque du passé», *Revue de Métaphysique et de Morale*, n.º 1, 1998ª.
- RICŒUR, Paul, *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000.
- ROBIN, Régine, *Histoire et linguistique*, Paris, Armand Colin, 1973.
- RORTY, R., *El Giro lingüístico*, Barcelona, Paidós-UAB, 1990.
- ROSSI, P., *Lo Storicismo tedesco contemporaneo*, 9.ª ed., Turin, Einaudi, 1971.

- ROSSI, P. (ed.), *La Teoria della storiografia oggi*, México, FCE, 1989.
- RUBEN, D. H. (ed.), *Explanation*, Oxford, Oxford University Press, 1993.
- RÜSEN, Jörn, «La historia, entre modernidad y postmodernidad», in José Andrés-Gallego (dir.), *New History, nouvelle histoire. Hacia una nueva historia*, Madrid, Actas, 1993.
- SAITTA, A., *Guía crítica de historia y historiografía*, México, FCE, 1989.
- SALMI, Hannu, «On the nature and structure of historical narration», *Storia della Storiografia*, n.º 24, 1993.
- SANTANA PÉREZ, JUAN MANUEL, «La historia en el fin de una época o el secuestro de Clío», in BARROS, Carlos (org.), t.º I, *Historia a debate*, Santiago de Compostela, Historia a Debate, 1995.
- SEIGNOBOS, Charles, *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales*, Paris, Félix Alcan, 1901.
- SEIGNOBOS, Charles, *L'Historien dans l'enseignement secondaire, la méthode, les instruments de travail*, Paris, Armand Colin, 1906.
- SIMIAND, François, *Méthode historique et sciences sociales*, Paris, Éd. Des Archives Contemporaines, 1987.
- SIMMEL, G., *Les Problèmes de la philosophie de l'histoire. Une étude d'épistémologie*, Paris, PUF, 1984.
- SKINNER, Quentin, *El Retorno de la gran teoría en las ciencias humanas*, Madrid, Alianza Editorial, 1988.
- SPIEGEL, Gabrielle M., «Towards a theory of the middle ground: historical writing in the age of postmodernism», in Carlos Barros (org.), *Historia a debate (Actas del Congreso «A Historia a debate», celebrado el 7-11 de Julio de 1993 en Santiago de Compostela)*, tomo I, Santiago de Compostela, Historia a Debate, 1995.
- STANFORD, M. J. G., *The Nature of historical knowledge*, Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- STAROBINSKI, Jean, «Le mot civilisation», *Le Remède dans le mal. Critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières*, Paris, Gallimard, 1989.
- STONE, Lawrence, «The revival of narrative. Reflections on a new old history», *Past and Present*, n.º 85, 1979.
- STONE, Lawrence, *El Pasado y el presente*, México, FCE, 1986.
- STONE, Lawrence, «History and post-modernism», in *Past and Present*, n.º 131, 1991.
- STONE, Lawrence e SPIEGEL, Gabrielle M., «History and post-modernism», in *Past and Present*, n.º 135, 1992.
- STONE, Lawrence, «The future of history», in Carlos Barros (org.), *Historia a Debate (Actas del Congreso «A Historia a debate», celebrado el 7-11 de Julio de 1993 en Santiago de Compostela)*, tomo I, Santiago de Compostela, Historia a Debate, 1995.
- SUTTER, Andreas, «Histoire sociale et l'événement historique. Pour une nouvelle approche», *Annales*, Maio-Junho, n.º 3, 1997.
- THOMPSON, E. P., *The Voice of the past*, Oxford, Oxford University Press, 1978.
- THOMPSON, E. P., *Miséria de la teoría*, Barcelona, Crítica, 1981.
- THUILLIER, Pierre, *Les Savoirs ventriloques ou comment la culture parle à travers la science*, Paris, Seuil, 1983.
- TIFFENAU, D. (ed.), *La Narrativité. Recueil préparé sous la direction de ...*, Paris, CNRS, 1980.
- TOPOLSKY, Jerzy, «Le temps dans le récit historique et les conceptions méthodologiques de l'histoire», *Les Cahiers Franco-Polonais*, Paris, 1983.
- TOPOLSKY, Jerzy, «El relato histórico y las condiciones de su validez», *Historia y universalidad de las culturas*, Barcelona, Seibal/Unesco, 1984.
- TOPOLSKY, Jerzy (eds.), *Narration and explanations. Contribution to the methodology of historical research*, Amsterdam e Atlanta, Ropodi, 1990.
- TOPOLSKY, Jerzy, *Metodología de la historia*, Madrid, Ed. Cátedra, 1992.
- TRAVERSO, Enzo, *Le Passé, modes d'emploi. Histoire, mémoire, politique*, Paris, La Fabrique Éditions, 2005.

- VANN, Richard T., «Turning linguistic: history and theory and 'History and Theory', 1960-1975», in Frank Ankersmit e Hans Kellner (org.), *A New philosophy of history*, Londres, Reaktion Books, 1995.
- VATTIMO, Gianni, *O Fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- VEYNE, Paul, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Seuil, 1979.
- VICO, *Œuvres choisies*, Paris, Flammarion, s. d. (selecção e tradução de Jules Michelet).
- WHITE, Hayden, *Metahistory. The historical imagination in XIXth century Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1978.
- WHITE, Hayden, *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1978.
- WHITE, Hayden, *The Content of the form. Narrative, discourse and historical representation*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1987.
- WRIGHT, G. H. von, *Explicación y comprensión*, Madrid, Alianza Editora, 1987.

(Página deixada propositadamente em branco)

O DESAMOR DO CONTRADITÓRIO.
ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMÁTICA DA PROVA

1. Pressupostos

Diz-se *evidente* o que dispensa a prova. Simulacro de auto-referencialidade, pretensão de uma justificação centrada em si mesmo, a evidência corresponde a uma satisfação demasiado rápida perante indicadores de mera plausibilidade. De alguma maneira, a evidência instaura um desamor do contraditório. Dotada de semelhante quadro de valências, suposto seria que ela visse blindada a sua participação em qualquer dispositivo crítico ou processual destinado a instituir-se em limite contra a arbitrariedade. Mas as coisas não se passam desse modo linear. Desde logo, por via dos elevados índices de porosidade característicos das modalidades de constrangimento à evidência tradicionalmente disponíveis no âmbito dos regimes da prova e da verdade. E, depois, por via da própria capacidade da evidência para se instalar no que seriam, à partida, os seus pólos opostos — é, designadamente, o caso da *convicção*, nunca suficientemente resguardada da *crença* que nela está subsumida e que nela é expressão da evidência, e é o caso da *prova*, cujos momentos de desregulação e cujas expressões de excesso ou ostensividade a inclinam, sem retorno, para o lado da evidência.

Assim posta a questão, há um aspecto fundamental a reter. A premonição contra as insinuações processuais da evidência não se alcança mediante uma mera acentuação do carácter corrector da prova — porque, conforme se assinalou, a prova é sequestrável — mas sim através de uma permanente atenção aos modos da prova, ou, dito de outro modo, ao *ambiente* de captação e instalação da prova, que é onde verdadeiramente se joga a sua maior ou menor capacidade de filtragem. A prova, por si só, como bandeira de legalidade ou de legitimação de juízo, de pouco serve. Processualmente falando, a prova tem que provar. Outro tanto se poderá dizer em sede de convicção, mecanismo cuja vertente de «zona de contágio» não pode ser subestimada. Destas questões se ocupará o presente texto. O pressuposto em que ele se funda é o de que, transportando a evidência o que poderemos designar por vertigem anti-crítica e anti-democrática — isto é, para todos os efeitos, anti-mediadora —, parece de todo justificável uma reflexão sobre o lugar explícito ou implícito por ela ocupado no âmbito de palcos políticos e críticos precisamente erigidos sobre fundamentos em tudo

contrastantes com aquela vertigem e que por vocação a deveriam descartar sem mácula, mas cuja admissão mais ou menos tensa obriga a perguntar, em cada momento, pelo seu efectivo empenho nas operações de constrangimento à evidência. Neste sentido se dirá, por exemplo, que o «Estado Democrático de Direito» será, de facto, tanto mais democrático e de direito, consoante os mecanismos destinados a assegurar os seus princípios basilares (o da legalidade é inegavelmente um deles¹) apresentem, pela sua parte, um grau tão mínimo quanto possível de contaminação pelas expressões da evidência. Como se dirá, na mesma linha, que a «operação historiográfica» será tanto mais eficaz e pertinente consoante saiba expressar «o cariz mediato e mediado» do tipo de conhecimento por ela assegurado², o qual, ao remeter para a impossibilidade de uma fusão acrítica entre o visto e o respectivo sentido (porque a tarefa da selectividade, apanágio da função do historiador, impõe essa distância), constitui reserva de resistência à avidez imediatista da evidência.

2. O lugar da evidência

É possível constranger a evidência? Idealmente, sim. Existem, pelo menos, mecanismos expressamente destinados a essa função. Cada um à sua maneira, a prova, a convicção, ou o próprio processo destinam-se a assegurar o estabelecimento de limites frente à pulsão devoradora da evidência. O problema que se coloca é, porém, o da efectividade do respectivo desempenho. Ora, trata-se de uma missão de algum modo condenada ao fracasso — não apenas nenhum daqueles operadores alcança níveis de total satisfação regulatória, como se verifica a sua tendencial «contaminação» pelo registo da evidência.

Em trabalho relativamente recente, tive oportunidade de ensaiar, em conjunto com Fernando Gil, uma problemática para este assunto³. Tratou-se de um exercício a todos os títulos estimulante: a Gil se devem obras de referência sobre prova, evidência, convicção, ou crença⁴; e se é verdade que algumas das plataformas críticas atingidas no nosso referido trabalho não me satisfazem hoje inteiramente, o certo é que a sua recuperação permite fixar determinados pontos insubstituíveis para o debate. Vejamos quais.

- a. Admitindo-se (conforme autorizam estudos prévios em torno da noção de verdade) a existência simultânea de uma verdade da evidência e de uma verdade da prova, admissível se torna que a verdade da evidência seja alheia à ideia de processo, enquanto que a verdade da prova não o deverá ser. Eis o motivo:

¹ BRANDÃO, 2002, 65-69.

² CATROGA, 2009, 124.

³ Refiro-me ao diálogo publicado em GIL e MARTINS, 2002.

⁴ Ao longo deste artigo, as obras de Fernando Gil designar-se-ão pelas respectivas siglas [A = *Acentos*; C = *La Conviction*; M = *Mediações*; ME = *Modos da Evidência*; MV = *Modos da verdade*; P = *Provas*; PC = *Processo da Crença*; TE = *Tratado da Evidência*], devidamente descodificadas na tabela de correspondência incluída na bibliografia final.

diferentemente da prova, a evidência não remete para dispositivos exteriores de avaliação, porque ela constitui um desdobramento do sentido na indicação da sua própria verdade, pondo-se por si, quer dizer, *alucinando*. Significa isto o seguinte: que será, desejavelmente, à prova que vai caber trabalhar a verdade de modo não alucinatorio; que, assim sendo, a prova deverá desempenhar, de alguma maneira, um efeito de correcção sobre esse carácter alucinatorio; e que, sempre em termos ideais, será ainda a prova a retirar a verdade do albergue da evidência, sujeitando-a ao exame do processo.

- b. Transpondo para a prova os critérios (de verdade, de justificação e de aceitação) classicamente estimados como condições do saber, dir-se-á que uma proposição P está provada se: (i) P tem um objecto existente (condição de objectividade); (ii) P é esteada por operadores de prova (a demonstração, a experimentação e os outros meios de prova), e (iii) eu assentir a P. Ou seja: uma condição de objectividade, uma condição de esteio, e uma condição de assentimento. Ora, pelo menos esta última condição inscreve-se ainda no registo da evidência, ela é o que na prova resta da evidência e da crença: o assentimento é da ordem da adesão, aqui adesão à prova tal como ela se efectuou (na realidade, crença e evidência intervêm também nas outras condições).
- c. Supostamente, a condição de assentimento acha-se limitada pelas outras — nas quais, pelo menos em princípio, não há lugar para a evidência nem para a crença. Tanto assim é que, se os procedimentos da prova que asseguram *i* e *ii* não são respeitados, está-se perante uma «patologia da prova», cuja figura mais geral é precisamente a instalação directa do sujeito no assentimento, sem obedecer às condições de objectividade e de esteio. Contudo, mesmo admitindo que boa parte do trajecto histórico do direito dá conta de preocupações destinadas a garantir o esteio e a justificação, o certo é que a evidência nunca desapareceu completamente do campo do direito, como ressalta, por exemplo, da importância que o testemunho conserva enquanto elemento de prova (norтеia o testemunho a ideia de que ele substitui, ou dá a conhecer, sem adulterar, a experiência directa dos factos, como se fossem estes a relatar-se a si mesmos, prescindindo de esforços exteriores de mediação), ou do papel da convicção do juiz, directamente relacionada com o assentimento (afinal, é o juiz que aceita ou não, com significativa liberdade, os modos de esteio e de objectividade que lhe são propostos)⁵.

Todos estes aspectos nos permitem entender melhor os termos em que se formula o *paradoxo da prova*. «A prova não deve ser fraca: prova fraca é aquela que se satisfaz com a verosimilhança, com o que se diz ser uma crença racional. Mas a verosimilhança que, fora da lógica e da matemática, é o regime normal da prova, não é em si um critério satisfatório, por mais convincente que seja. A verosimilhança não remove a

⁵ Estas três alíneas recolhem, com alterações, excertos do diálogo publicado em MV, em especial nas páginas 21-27.

eventualidade de exceções e de contra-exemplos — e as crenças racionais podem revelar-se errôneas: os erros judiciais assentam sempre em verosimilhanças e crenças racionais. Portanto, a prova tem de ser forte. Mas a prova forte revela-se de imediato demasiado forte»⁶ — e, nesse momento, se essa demasia se dá nos termos de uma ostensão de feição patológica, ela resvala sem escape para o terreno da evidência, a qual, veja-se a ironia, tende a dispensar a prova. Paradoxo inescapável, ainda assim. É que a vertigem alucinatória da prova não decorre de uma momentânea apetência desviante, prendendo-se antes com uma das suas vertentes constitutivas mais nucleares, ainda que das menos ditas. Chamar-lhe-ei a percepção do destinatário. Porque provar é em boa medida convencer.

3. A questão do destinatário

«Não há saber nem prova sem destinatário». Aqui, Fernando Gil decalca de modo propositado Wittgenstein, para quem o essencial da prova é engendrar a «convicção». De notar que, nesta perspectiva, essa convicção não constitui uma simples resposta, quase reflexa, à demonstração que a engendra. A demonstração que serve de suporte e que constrói a prova visa obter algo mais do que uma aceitação relativa aos procedimentos formais, ela visa, precisamente, suscitar a convicção. Daí a ideia com que se fica de que, nesta linha de raciocínio, uma prova que não provocasse uma convicção não seria uma prova⁷.

Igualmente instrutiva se revela a convocatória de Leibniz para o debate. Gil não deixa de assinalar a fecundidade da reflexão leibniziana sobre o cruzamento entre epistemologia e direito (uma reflexão estribada, no essencial, sobre o processo judicial), investimento analítico que lhe permite equacionar o problema nuclear do destinatário: «a prova é indissociável de um assentimento que apresenta *graus* e o problema que coloca é, pois, o seguinte: em que condições e segundo que critérios um juízo ou uma teoria devem ser declarados suficientemente justificados, de modo a suscitarem convicção?»⁸.

Não será despiendo lembrar que a convicção, genericamente considerada, e, por maioria de razão, esta convicção que assim se vê colocada na posição de receptora do investimento probatório, corresponde, por definição, a uma crença corrigida. Na crença, justamente, a marca da evidência impor-se-ia de um modo que não ocorreria já na convicção. Mas isso pode não significar mais do que uma diferença de grau, a persistência da marca da evidência no campo da convicção é frequente. Sucede, com efeito, que a contaminação da convicção pela crença é um dado tão constitutivo da primeira como da segunda. «A convicção é da ordem da verdade. A crença é a sede da ideologia. Mas interpenetram-se»⁹. E, ao que tudo indica, o mecanismo epistémico que assegura essa interpenetração, mediando o jogo de sobreposições, é, fundamentalmente,

⁶ ME, 91.

⁷ A, 27-28.

⁸ P, 24.

⁹ C, 95.

a *adesão*. É através dela que o assentimento, condição da convicção, se constitui em expressão máxima do contágio da convicção pela crença e, nesse sentido, em expressão de uma brecha mais nos modelos de constrangimento à evidência. «A adesão é o sinete e o conteúdo afectivo da crença: não há crença sem adesão — tal como se adere apenas àquilo em que se crê: não há adesão sem crença»¹⁰.

Por outro lado, é de novo a leitura de Wittgenstein a permitir notar que «não há convicção definitivamente premunida contra o excesso de certeza». Naturalmente: «no que tem de mais próprio, a convicção é uma forma particular de certeza emergente da actividade cognitiva, à qual retorna. Ela funciona, então, como um princípio que não requer já ser verificado em cada utilização». Assim se explica que «se a prova se desdobra em certeza, em contrapartida, a convicção nem sempre requer prova» e, mais ainda, que «as convicções mais certas não são susceptíveis de demonstração»¹¹. Bem se compreende pelo exposto que, como assinala Gil, a convicção wittgensteiniana não é uma certeza de segunda ordem mas age como uma disposição radicada no espírito¹². Haverá, nesta óptica, como que uma disposição impensada para o exercício da convicção. A mesma disposição, aliás, que permite estabelecer um nexos forte entre convicção e confiança, visto que, naquela mesma ordem de ideias, também *confiar* «é muito simplesmente a condição nativa do espírito»¹³. Trata-se de um nexos importante. Tenha-se em conta que a noção de confiança é inextricável da noção de adesão. O círculo da evidência aperta-se.

E, de facto, veja-se o nó epistemológico que neste exacto ponto se instala. Se parece aceitável a ideia de que «há graus de adesão [incluindo] os casos em que ela é máxima», forçoso será recordar que, neste último caso, o do grau máximo de adesão, «a crença chamar-se-á então *confiança*». Ora, a confiança, «que é talvez a matriz da crença em geral» («a mente é naturalmente confiante»), «repousa sobre um pressuposto de identidade e estabilidade»¹⁴. O que nos leva, sem alternativa, à ideia de «normalidade», base epistémica da *presunção*. De modo suave, mas irreversível, afastamo-nos do constrangimento e da prova. A *presunção* é apanágio da evidência.

Presume-se em função de referentes de normalidade e de estabilidade. Presumir é proceder, quase inconscientemente, a uma mobilização, entretanto naturalizada, de uma lógica estatística, no âmbito da qual os elementos de repetição e os valores de homogeneidade e coerência a eles associados configuram uma estética do preferível, esse correspondente moral do plausível. A verdadeira dimensão deste ponto percebe-se melhor quando colocada no contexto concreto do mundo jurídico: «Ao tipo de prova que se pesquisa corresponde um prognóstico, mais ou menos seguro, da real existência do *thema probandum* e, sem dúvida, também das consequências jurídicas que podem advir da positivação da questão fáctica». Eis por que razão «a ordem das coisas colocadas no processo permite, pragmaticamente, constatarmos que a acção voltada à introdução do material probatório é precedida da consideração psicológica

¹⁰ C, 91.

¹¹ C, 95, 191-192.

¹² C, 192.

¹³ C, 191.

¹⁴ PC, 434.

pertinente aos rumos que o citado material, se efectivamente incorporado ao feito, possa determinar». Em suma, «quem procura sabe ao certo o que pretende encontrar e isso, em termos de processo penal condenatório, representa uma inclinação ou tendência perigosamente comprometedora da imparcialidade do julgador»¹⁵. Até porque, nesta perspectiva, a presunção mobiliza, sem o assumir, um ponto de vista e uma carga ideológica que são precisamente o que ela tem por adquirido não dever desvelar ou sequer admitir a respectiva presença¹⁶.

Reparar-se-á que se joga aqui um problema fulcral de qualquer tipo de regime processual: a gestão das expectativas. A *expectativa* funde presunção e normalidade. Se a presunção «faz-se acompanhar de uma pré-ocupação do terreno» (podendo, por isso mesmo, «introduzir entorses no regime da prova») ¹⁷, a expectativa antecipa um *preenchimento* (toda a expectativa visa ser preenchida), que, até indicação em contrário, será sempre o preenchimento projectado a partir do que se presume expectável, quer dizer, a partir do que convém à noção de normalidade. Uma vez mais, e cada vez mais, eis-nos confrontados com o vicioso eterno retorno ao reino da evidência.

4. A gestão das expectativas

Assinala Gil o modo nítido como o pensamento wittgensteiniano associa regularidades e expectativas: «A nossa expectativa antecipa o acontecimento. Neste sentido, ela faz um modelo do acontecimento»¹⁸. São assinaláveis, de resto, os sucessivos desdobramentos desta ideia que se recolhem da obra wittgensteiniana, a exemplo daquele que sustenta que «uma expectativa está encaστοada (*eingebettet*) na situação de que brota (*entspringt*) [e que] o mesmo se pode dizer da intenção (*Absicht*), [a qual também] está encaστοada na situação, nos costumes e nas instituições humanas»¹⁹.

Gil retira desta leitura as devidas consequências: «faz parte das condições do exercício da linguagem, da sua gramática, uma crença fundada na estabilidade de um grande número de fenómenos e de comportamentos, ou, por outras palavras, uma presunção de uniformidade; toda a expectativa assenta nesta hipótese de constância»²⁰. Não admira, pois, a relação de proximidade entre o estado de expectativa e o estado de ajustamento ou conveniência. A complementaridade entre ambos é patente. Quer isto dizer, para os propósitos da nossa reflexão, que é o ajustamento à normalidade que, em rigor, solicita o preenchimento. A projecção de um conhecimento prévio naquilo que há-de vir, modelo por excelência da parilha expectativa/preenchimento, embraira na experiência. Por isso se torna possível afirmar, no seguimento da passagem atrás citada, que «a expectativa reporta-se sem intermediário à realidade»²¹.

¹⁵ PRADO, 2001, 158.

¹⁶ MIRANDA COUTINHO, 2001, 47-48.

¹⁷ M, 78.

¹⁸ ME, 67.

¹⁹ Idem.

²⁰ ME, 67.

²¹ ME, 70.

Sem intermediário, note-se. De forma directa, por conseguinte, alheia a avaliações extrínsecas ou a mediações. Não merece, pois, reserva de monta, a constatação de que a expectativa funciona no registo da evidência. Tenha-se em atenção que «a linguagem da evidência procura anular as mediações, a distância, a obscuridade, o silêncio, o arbitrário individual»²². Anotação abonatória de que «o par expectativa/preenchimento pertence à arqueologia da evidência, [correspondendo a] uma estrutura «arcaica» da compreensão»²³. De resto, «desejar, esperar, ter intenção de, crer, querer, poder alguma coisa, mandar — de certa forma todos estes verbos intencionais se acompanham por *expectativas*. Elas não são da mesma natureza em todos os casos, podem situar-se mais perto do possível ou da efectividade, a exigência do preenchimento será mais ou menos imediata: mas uma ordem espera a sua execução, como um voto ou uma esperança esperam a sua satisfação, uma decisão ou um plano a sua realização, uma intenção a sua efectivação, uma conjectura a sua confirmação»²⁴.

Bem se pode dizer, nesta linha, que, sempre que o acontecimento previsto é constatado, estávamos de alguma forma «preparados» para a constatação²⁵. É isto, verdadeiramente, o *sentimento de preenchimento*. Ele corresponde à satisfação de algo que começa por se apresentar como um *desejo* e que, de uma maneira ou de outra, deve ser cumprido. Aflora, neste ponto, uma interrogação inquietante: qual a disponibilidade da expectativa para ver frustrado esse sentimento e para ser invadida pelo sentimento de insatisfação? Pouca, ao que parece. Deve, inclusive, supor-se que o horror da expectativa ao vazio, ao silêncio e à demora traduz essa menor disponibilidade. A convivência da expectativa com a evidência radica aqui, nesta preferência pelo imediato. Um imediato que tem no argumento da «celeridade» (tome-se por exemplar o uso que é feito desta noção no campo jurídico, mormente em ordem à justificação de restrições em matéria de garantia processual) uma expressão tópica. Trata-se, nestes casos, de comprimir a distância entre o expectável e o realizável, deslocando, se necessário for, o campo da experiência e a regularidade do que se repete — feitas normalidade — para o lugar do preenchimento, e prescindindo, nesse movimento de fusão entre o que se sabe e o que se espera, de mecanismos de despistagem ou de operadores de constrangimento sobre a «irrecusável» evidência daquilo que, porque é repetidamente sabido, se supõe ser aceite, sem mais, como previsível. O circuito vertiginoso dos meios de comunicação é de igual modo um bom exemplo destes processos. Não deixa de ser curioso notar que, muito antes deles, o «direito arcaico» também o era.

Com efeito, no âmbito desse direito colado ao ritual que é o «direito arcaico» e em que «a administração da prova se dirige, não a um juiz que deve apreciar, mas a um adversário que é preciso «vencer», convencendo-o, [...] as fórmulas dizem-se, as suas contrapartidas materiais e as vindictas impõem-se, o direito exerce-se imediatamente. O processo cria o direito no acto do seu próprio presente [e] a verdade [neste direito arcaico] é nele a irradiação de uma evidência; um acto ritualizado prova *ipso facto* o

²² TE, 72

²³ ME, 65.

²⁴ ME, 73.

²⁵ ME, 74.

direito que ao mesmo tempo produz»²⁶. Além disso, e porque o modelo primordial deste direito, a flagrância, suscita uma execução imediata, transparece deste procedimento «um certo ideal do direito criminal: que a sanção forme um só corpo, sem interstício, com o facto delituoso, [num quadro sancionatório] que exclui a administração da prova»²⁷. Já o havíamos realçado: a linguagem da evidência encurta distâncias; quando radicalizada, prescinde mesmo da mediação. A vontade de preenchimento é nela mais forte do que qualquer tipo de predisposição auto-regulatória. Por isso, carente de filtragem crítica ou da hipótese de contradição, tende a exprimir-se no modo alucinatório.

Que quer isto dizer? À vista desarmada, que a evidência se caracteriza pelo seu *excesso*. Mas, dito isto, importa esclarecer que este mesmo excesso decorre, fundamentalmente, de uma *intensificação*, ou de um *transporte*, e não tanto de uma pura e directa reificação alternativa do significado. Até porque, bem vistas as coisas, o que está em causa no funcionamento da evidência é mesmo a possibilidade de o signo participar da natureza do significado, do mesmo modo que o ícone partilha aí as propriedades do representado. Correcto será, então, referir que «a evidência representa uma alucinação, mas não no sentido de um percepto do irreal *em vez* da percepção do existente: antes significa a transposição *da* percepção para outra coisa que não ela mesma. É uma operação alucinatória que, com a força irrecusável do real, converte em verdade a percepção e a significação»²⁸.

Se, por conseguinte, de acordo com o que tem apontado a nossa linha reflexiva, todo o dispositivo processual apresenta modalidades variadas de contaminação pela evidência, e se, conforme acabamos de ver, essa evidência tende a alucinar como produtora de verdade — isto é, para todos os efeitos, como participante dos mecanismos de verdade que supostamente lhe deveriam estar vedados —, pergunta-se: que fazer com essa mesma verdade, assim paradoxalmente contaminada? Nestes ou noutros moldes, a pergunta tem sido formulada com gradual insistência²⁹. As respostas diferem.

5. A de-composição do verdadeiro

Quanto à verdade e ao seu lugar (a verdade é sempre uma questão de lugar), a posição talvez mais séria, pelo menos a mais fecunda, é a que vai para lá do clássico paradigma da *verdade como adequação*, resistindo, porém, a fazer dessa ultrapassagem uma porta aberta ao que chamarei o paradigma da *verdade exilada*, isto é, uma verdade expulsa do sistema.

Este aspecto é importante. Traz subjacente a ideia de uma *condição processual do verdadeiro*. Remete-se, com esta expressão, para o carácter sistémico que há-de convir a todos os elementos participantes de qualquer dispositivo processual (e a verdade é, muito simplesmente, um deles), em relação aos quais pode dizer-se serem sistemicamente

²⁶ TE, 36.

²⁷ TE, 40.

²⁸ TE, 217.

²⁹ Por exemplo LOPES JR., 2007, 536-549.

produzidos. Não lidamos, pois, com componentes isolados, tão dispersos quanto hierarquizados — imagem de resto destituída de ancoragem funcional — mas antes com um dispositivo complexo, configurador de geometrias variáveis a partir da articulação dos seus vários elementos constitutivos. Um dispositivo onde, fatalmente, a verdade emerge do «imbricamento do manancial de significantes»³⁰, fatalidade que, por vocação, os sistemas processuais vulneráveis à sedução da evidência se afadigam a escamotear.

Percebe-se que semelhante leitura afunde, sem solução, o cânone da verdade como rainha do processo (por norma concretizado através da figura da verdade como adequação), desde logo porque, no âmbito de um entendimento configuracional ou sistémico dos sistemas processuais, é a própria ideia de topo hierárquico previamente atribuído a um dos componentes que não se sustenta. Mas, uma vez reconhecido este aspecto, de modo idêntico se perceberá a impossibilidade de, a partir da referida leitura, dar por exaurido, sem mais, o próprio lugar da verdade, ainda que em nome da necessidade de eliminar o mais possível do quadro processual os marcadores da evidência. Pense-se: como extirpar de um dispositivo, organicamente expresso em moldes sistémicos, um elemento que retira a sua condição funcional da interação com os restantes e que, assim sendo, não ocupa, em concreto, um lugar preciso? Como fazê-lo em relação a um componente que é continuamente produzido por, tanto quanto produz, os sistemas intersubjectivos que fundam o dispositivo?

Encarada como elemento inserido, por definição, no denso cruzamento de mecanismos, operadores, propriedades, contágios e subsistemas em presença, a verdade pouca eficácia retirará de uma aposta preferencial na sua versão de «verdade-adequação». Já, pelo contrário, na sua versão de *verdade-afinidade* (sumariamente definida como uma verdade produzida em contexto de «entreexpressão», a partir da articulação entre componentes tão distintos quanto complementares — *afins*, portanto — residentes em um mesmo ambiente sistémico)³¹, o seu desempenho afigura-se exequível.

A pedra de toque da questão passa, deste ponto de vista, pela forma como se traduz, na prática, a ideia atrás aduzida de uma condição processual do verdadeiro. E esta só pode querer dizer que a verdade corresponde ao somatório de vários momentos, de vários cruzamentos funcionais e de várias plataformas intra-sistémicas, sendo justamente esses momentos, esses cruzamentos e essas plataformas, ou seja, esse processo articulado de interacção entre a verdade e os mecanismos que lhe são *afins*, aquilo que demarca o tipo de verdade em exercício e, por isso mesmo, aquilo que importa ter a possibilidade de decompor. Nesta perspectiva, o verdadeiro será aquilo que eu posso *de-compor*, aquilo que me permite reconhecer o carácter processualmente construído que lhe subjaz.

Sempre que essa operação me estiver vedada, não estou já ao nível da verdade, independentemente do grau de contaminação que esta apresente; estou, declaradamente, ao nível da evidência, à qual não convém a complexidade da decomposição. Entretanto, a possibilidade de, ao invés, a decomposição me ser permitida significa, com muita probabilidade, que a verdade em causa aceita denunciar as condições processuais da sua instrução, que ela se oferece enquanto intersubjectividade e que, tido em conta que «o paradigma do Estado Democrático de Direito está assente na

³⁰ MORAIS DA ROSA, 2006, 366.

³¹ TUNHAS, 2008, 61.

intersubjectividade»³², esse modo da verdade é em algum ponto compaginável com esse mesmo Estado de Direito. Será pouco? De modo algum: significa que a operatividade dessa verdade se faz depender da respectiva capacidade para exprimir os valores democráticos e constitucionais. E, como no fundo todos sabemos, não há melhor operador de constrangimento sobre a evidência do que uma Constituição.

Os valores constitucionais são compatíveis com o Estado de Direito; os regimes da evidência são com ele incompatíveis. Entre ambos, não parece que ao sistema processual possa caber grande margem de escolha. A sua inclinação fornece, em qualquer dos casos, um sinal político — na certeza de que não há aprofundamento democrático que possa prescindir de umas quantas incompatibilidades electivas.

REFERÊNCIAS

1. Obras de Fernando Gil citadas no texto (siglas e títulos correspondentes):

- [A] GIL, Fernando, *Acentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- [C] GIL, Fernando, *La conviction*. Paris: Flammarion, 2000.
- [M] GIL, Fernando, *Mediações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- [ME] GIL, Fernando, *Modos da Evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- [MV] GIL, Fernando; MARTINS, Rui Cunha, «Modos da verdade», *Revista de História das Ideias*, n.º 23 (ano 2002), pp. 15-39.
- [P] GIL, Fernando, *Provas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- [PC] GIL, Fernando; LIVET, Pierre; CABRAL, João Pina (orgs), *O Processo da Crença*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- [TE] GIL, Fernando, *Tratado da Evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

2. Outras referências bibliográficas:

- BRANDÃO, Cláudio, *Introdução ao Direito Penal. Análise do sistema penal à luz do Princípio da Legalidade*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- CATROGA, Fernando, *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.
- LOPES JR., Aury, *Direito Processual e sua Conformidade Constitucional*, volume I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- MARTINS, Rui Cunha, *O ponto cego do Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris [no prelo].
- MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson de (org), *Crítica à Teoria Geral do Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MORAIS DA ROSA, Alexandre, *Decisão Penal: Bricolage de Significantes*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- PRADO, Geraldo, *Sistema Acusatório. A Conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
- STRECK, Lenio Luís, *Verdade e Consenso. Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- TUNHAS, Paulo, «Verdade e Imaginação em *Mimésis e Negação*», in *A Razão Apaixonada. Homenagem a Fernando Gil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

³² STRECK, 2006, 165.

O HISTORIADOR, OS ARQUIVOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS.
NOTAS PARA DEBATE

No documento que anunciava a realização do colóquio que aqui nos reúne, os seus organizadores destacavam a vocação «interdisciplinar, ou, pelo menos, pluridisciplinar» do evento e desafiavam os autores das comunicações para que, ao invés de apresentarem investigações que desenvolveram ou desenvolvem, refletissem sobre o sentido dessas no campo do conhecimento histórico. Busquei pautar-me por essa orientação, com vistas não a levantar e tentar equacionar problemas, mas sim a reiterar inquietações e, por decorrência, contribuir, de alguma forma, para o desejado debate.

Como o colóquio se reporta às lições de Lucien Febvre, delas recorto e colho uma frase para nortear esta minha curta alocação¹. Nas palavras que dirigiu, no início de 1941, aos alunos da École Normale Supérieure, dizia, em tom coloquial: «Não gosto muito de misturar os gêneros, e substituir a conferência pela confidência»². O que farei, então, conduzindo-me por Febvre, é, tão-somente, expor-lhes certas aflições que me têm assaltado nos últimos tempos, a partir de duas atividades com que me ocupei, relacionadas ao tratamento técnico de fontes históricas escritas.

Justifico minha escolha. Sendo este nosso encontro um espaço com um sempre bem-vindo afluxo de estudantes de cursos universitários de História e oportunidade para se homenagear alguém que sempre refletiu e produziu cientificamente também sobre questões pedagógicas, não fosse essa uma das vocações do CEIS20, ousou ter certa pretensão em buscar apresentar-lhes apontamentos sobre matérias que, muito provavelmente, haverão de compor a agenda das discussões da nossa área de exercício profissional nos próximos tempos.

A primeira das atividades a que aludo diz respeito ao trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumariação de conteúdos da documentação não encadernada, dita *avulsa*, concernente às Capitâneas de Minas Gerais, Maranhão, Pará

¹ Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Outros Combates pela História*, promovido pela Universidade de Coimbra, por intermédio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Coimbra, Novembro de 2008.

² Cf. FEBVRE, L. *Viver a História: palavras de iniciação*. In *Combates pela História*. Trad. port. Lisboa: Presença, 1977. v. 1, p. 37.

e Rio Negro depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Tal empreitada, em parte, inseriu-se no chamado *Projeto Resgate*³. A partir desse trabalho, tornou-se possível a microfilmagem e a posterior digitalização desses conjuntos documentais, que compreendem mais de 40.000 *dossiers*, reproduzidos e divulgados por intermédio de CD-roms, que foram ofertados principalmente a instituições universitárias e arquivísticas, promovendo, assim, inequívoco aumento da produção historiográfica respeitante à administração do império ultramarino português.

A segunda atividade, muito próxima a anterior, tem como propósito promover a reunião, consequente e definitiva, de informações relativas ao conjunto documental conhecido como *Coleção Casa dos Contos*, diversificado e rico acervo que se encontra disperso em três instituições de guarda: no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Trata-se de fontes escritas respeitantes, predominantemente, a questões de natureza tributário-fiscal da História do Brasil nos séculos XVIII e XIX. No que tange aos cerca de 6.000 encadernados («códices»), a tarefa já foi concluída e divulgada⁴. Quanto aos documentos não encadernados, abrangendo o conteúdo de 600 *caixas*, os trabalhos no Arquivo Nacional estão sendo finalizados. Os resultados dos outros dois, o da Biblioteca Nacional e o do Arquivo Público Mineiro, já podem ser consultados nos respectivos *sites* informáticos.

Esses dois empreendimentos e outros similares que se têm realizado nos últimos tempos, em Portugal e no Brasil, trazem justificado alvoroço na comunidade de historiadores, seja pela democratização no conhecimento daquelas fontes, seja pela notória facilitação no acesso às mesmas. Porém, nem tudo são flores! Há que se atentar para questões significativas que subjazem a esses esforços e que nem sempre são captadas pelos usuários dos referidos acervos documentais. A tal respeito, pretendo, a seguir, apresentar algumas ponderações pautando-me por duas vertentes que se entrecruzam.

Há pouco mais de uma década, interrogando-se sobre as *certezas e descaminhos da razão histórica*, Philippe Boutry evidenciava mais uma das intrínsecas crises de inteligibilidade com que a História e os historiadores se debatem. Com vistas a superá-la, apresentava, então, três sugestões, uma das quais aqui se singulariza: a necessidade da redescoberta do arquivo, *do documento bruto*, como pressuposto essencial para recuperar a percepção do objetivo da disciplina histórica⁵.

Tomada no seu sentido literal, a conclamação de Philippe Boutry, em bom rigor, nada inova. O contato e o diálogo diuturnos com as fontes, desde sempre, se constituíram no abecedário com o qual o historiador desempenha seu *métier*. A questão

³ Cf. BOSCHI, C. C., Projeto Resgate: antecedentes e corolários. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n.º 9, 1º sem. 2006, pp. 11-25.

⁴ Cf. BOSCHI, C. C.; MORENO, C.; FIGUEIREDO, L., org. *Inventário da Coleção Casa dos Contos; Livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUCMinas; FAPEMIG, 2006.

⁵ Cf. BOUTRY, Ph., *Certezas e descaminhos da razão histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998, pp. 74-75. Curto, mas instigante texto em torno da revolução documental, da Arquivística e do trabalho do historiador é o de André Porto Ancona LOPEZ. «Documento e História». In: MALERBA, Jurandir, org. *A Velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. pp. 15-36.

nevrálgica, a meu ver, é o fato de a ida aos arquivos, via de regra, realizar-se de maneira irreflexiva. Por exemplo, ao se dirigir aos arquivos ou já no contato com os acervos documentais que lhe interessa compulsar, o historiador, quase sempre, não se dá conta, isto é, não tem em mente uma premissa elementar: a de que o documento possui sua trajetória; nasce com determinada função e tem o seu percurso finalizado em propriedade diversa daquela de seu advento. Bem sei. Trata-se de uma obviedade. Mas, que carece de retenção: ao ser produzido, o documento tem propósito distinto daquele que, no futuro, ser-lhe-á conferido pelo historiador. Quando nada porque, como ensinam as lições básicas do labor da área, conferir historicidade às fontes é predicado do qual o historiador não pode prescindir.

Nesse sentido, ao deparar-se, por exemplo, com *conjuntos documentais* (e é a eles que aqui me refiro) já designados como tal, os historiadores podem estar correndo sérios riscos em relação ao uso que deles faz e fará. Vale dizer: em se tratando de *fundos, coleções, séries* ou qualquer outra denominação que tenham os volumes mais alentados de documentos escritos, torna-se imprescindível que, antes de mais, verifiquemos a pertinência e a correção dessas terminologias, sob pena de comprometermos as inferências que delas extrairmos.

O que, então, estou a apregoar é que os historiadores precisam romper com o traço de passividade com que se dirige à consulta aos acervos arquivísticos. É mister que, com imprescindível conhecimento prévio — ainda que não vertical — dos princípios fundamentais das Ciências da Informação, participem do processo de organização dos acervos. Permitindo-me parafrasear o festejado estrategista Carl von Clausewitz, diria que a organização e a disponibilização das fontes documentais existentes ao abrigo das mais diversificadas instituições são trabalho demasiado sério para que os arquivistas sejam por ele os únicos responsáveis.

Isentar-se de determinadas tarefas prévias no momento do contato com as fontes, portanto, pode levar o historiador a perpetrar equívocos. Esta é, como destaca José Subtil, «questão nuclear e estruturante», pois o historiador não deve «refugiar-se no mau ou incompleto trabalho do arquivista, na medida em que do controlo sobre a documentação que investiga resultará o controlo epistemológico das informações com as quais será produzido e sustentado o seu próprio discurso historiográfico»⁶.

Por isso mesmo, a análise do autor leva-o a ser enfático na conclusão sobre essa postura dos profissionais da área de História. Para Subtil, «a atitude do historiador que não comece por colocar como problema epistemológico o próprio arquivo histórico onde desenvolve a sua investigação corresponde, sem dúvida, a renunciar ao conhecimento das condições que o predispoem a intervir no pólo empírico da sua investigação»⁷.

Em síntese, nas recorrentes discussões em torno do perfil do profissional da História cumpre não deixar de lado a análise do papel que este executa na identificação, no tratamento técnico e na divulgação das diferentes fontes históricas com que depara e, principalmente, com as quais vai *operar*. O historiador exerce papel importante na

⁶ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *O Desembarço do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996. p. 108.

⁷ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *Op. cit.*, p. 109.

tarefa de identificar a lógica interna existente na documentação que consulta e, em especial, naquela que agrupa e à qual atribui harmonia e homogeneidade. A utilização das fontes tem como pressuposto, dentre outros requisitos, que saibamos (re)estabelecer as relações intrínsecas e internas a elas. O historiador deve saber, aprioristicamente, recuperar as relações de *organicidade* dos documentos como forma de captar as competências, funções, ações e atuações dos órgãos administrativos que intenciona estudar.

Reconstituir a organicidade da documentação disponibilizada é, dessa forma, outro trabalho preliminar do qual o historiador não pode se eximir. Isso porque, «é completamente absurdo (...) aplicar uniformidade e coerência a arquivos que não eram nem uniformes nem coerentes porque foram produtos de instituições diversas, com funções, organizações e procedimentos diversos, em situações históricas diversas»⁸.

É imperioso ter ciência de como ocorrem a produção e o fluxo dos documentos, e, sobretudo, identificar como se realizam a organização e o armazenamento dos documentos respeitantes às instituições ou que a ela foram endereçados. A função do documento hoje, insista-se, não é a mesma do momento de sua produção. Nem se subordina a intuítos semelhantes. Acima de tudo, são muitas e diversificadas as motivações e as razões para o valor utilitário do documento. Tal postulado, aliás, orienta-se pelo percurso que este faz. Como se sabe, ao ser gerado, o documento se integra nos chamados *arquivos correntes*, enquanto, no outro extremo, a incorporação acontece nos acervos dos *arquivos históricos* ou *permanentes*.

Por outro lado, como salienta Luciana Duranti, os documentos «estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com as suas necessidades». Assim, na medida em que, por força do manuseio dos pesquisadores ou da falta de cuidado por parte dos arquivistas, os *dossiers* têm maculada a sua forma original, rompe-se a inter-relação entre as peças documentais que os compõem. Ou seja, o destrinchar dos *dossiers* faz desaparecer a interdependência existente entre os documentos desde o momento em que estes são produzidos ou recebidos⁹.

Essa condição, para retornar a uma das vivências acima relatadas, pôde ser constatada no que se tange à documentação avulsa das capitânicas brasileiras guardada no Arquivo Histórico Ultramarino. Era, no mínimo, curioso verificar-se, ao longo dos anos, o crescimento do número de *caixas* em que os documentos estavam acondicionados. Em parte, tal se explica pelo fato de *séries* documentais originariamente tipológicas, já no século XX, terem sido *desmontadas*, robustecendo, por decorrência, os conjuntos das *séries* e *sub-séries* geográficas, critério este pelo qual os documentos avulsos do *Ultramarino* são armazenados.

No entanto, um raciocínio primário faria supor periódicas incorporações àqueles conjuntos, o que, efetivamente, não acontecia. Na verdade, o ocorrido foi que o exame inescrupuloso dos consulentes e certo desleixo dos funcionários encarregados de

⁸ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *op. cit.*, p. 115. A destacar o fato de que a análise deste autor assenta nos ensinamentos do especialista italiano Elio LODOLINI, sobretudo em seu já clássico *Archivistica: principi e problemi*. 5 ed. Milão: Franco Angeli, 1990.

⁹ Cf. DURANTI, L., Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.º 13, 1994, p. 52.

realocar os documentos levados regularmente à Sala de Leitura ou ao Setor de Reprodução ocasionavam a «multiplicação» das peças documentais e, por via de consequência, o surgimento de «novas» *caixas*.

Desconhecer a procedência dos documentos, a forma e os condicionalismos na constituição dos acervos e a trajetória histórica das instituições que os produziram e que os custodiam são inadvertências sérias e comprometedoras praticadas pelos estudiosos na elaboração do trabalho historiográfico. Realizar a análise crítica da procedência e, por conseguinte, da interdependência dos documentos é desvelo mínimo que se deve ter para captar o efetivo estatuto de *fundo* com que os arquivos tendem a nomear e a qualificar a massa documental que lhes é cometida. Em outras palavras: se a organização e a ordenação dos acervos documentais permanentes se realizam hoje, inquestionavelmente, por intermédio de *fundos*, é igualmente incontestável que os consulentes dos mesmos tenham pleno conhecimento de *como*, *quando* e, sobretudo, *em que circunstâncias* eles foram constituídos e entregues à guarda das instituições que os abriga¹⁰.

Quando se fala em conhecer as instituições produtoras dos documentos, implicitamente está-se falando em conhecer a trajetória histórica delas, pois, só por aí é que se pode compreender, por exemplo, as oscilações no fluxo da produção documental e as alterações na importância e nos conteúdos dos textos documentais determinadas por mudanças nas estruturas administrativas. Como ensina Heloisa Bellotto, no hodierno mundo hegemônico da Informática, nenhum documento é «tratado como isolado, pontual, circunstancial, mas sim ligado a uma enorme cadeia de informações organicamente estruturadas e advindas das competências das entidades no funcionamento das quais aquele documento foi gerado/ recebido/ acumulado»¹¹.

Note-se, ademais, que, em geral, as instituições depositárias da documentação não cultivam o indispensável hábito de zelar pelos seus próprios arquivos. Quantas delas mantêm atualizados livros de tomo ou livros de registro de entrada de documentos? Quando os têm! Com isso, faltam informações primárias, a respeito, por exemplo, do momento e das condições em que ocorreu a incorporação de volumes documentais que inauguraram ou que adensaram os seus acervos.

Como se não bastasse, e retornando, mais uma vez, às experiências pessoais resumidas no início desses apontamentos, rememoro que pouco se sabe sobre as condições de produção de documentos pelas instâncias do poder e pelos órgãos político-administrativos de Portugal da Época Moderna, pois praticamente se ignora a história, a estrutura e, em especial, o funcionamento dos mesmos. Inquirir-se, para exemplificar e para ficar restrito ao universo aqui considerado: onde está a bibliografia especializada que tem como objeto-tema o Conselho Ultramarino ou a Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos? Não se invocam aqui publicações que se restringem a reproduzir os ditos textos *fundadores* das instituições ou aqueles que adicionam comentários ligeiros a estes textos. O ordenamento jurídico-legal das organizações é

¹⁰ Felizmente, já vêm sendo realizados estudos e discussões em torno dessa temática, sobretudo relativamente a pertinência da organização documental por meio de *fundos*.

¹¹ Cf. BELLOTTO, H. L., *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. p. 35.

unicamente ponto inicial para o estudo. Pouco adianta conhecer (ou recuperar) a estrutura administrativa de uma instituição se, concomitantemente, não se alcança o funcionamento dos órgãos por ela abrangidos. Não será pela leitura do texto legal que criou o Conselho Ultramarino, em 1642, que detectaremos, seja a dinâmica das relações político-administrativas entre a Metrópole e as Colônias, seja o fluxo e o refluxo na tramitação dos documentos a elas respeitantes¹².

Como transitar com segurança pela vastíssima documentação não encadernada da *Série Brasil* (o correto é designar-se *Séries Brasil*) do Arquivo Histórico Ultramarino desconhecendo-se o percurso histórico das instituições e dos organismos administrativos que a produziu, a acumulou e/ou a recebeu? Como afirmar que essa documentação deriva do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos diante do inquestionável vazio bibliográfico existente em torno da história desses órgãos?

Nesse sentido, como tratar dos *modos de governar* sem distinguir bem a estrutura e a dinâmica de funcionamento da administração colonial, reinól e metropolitana? Por não saber palmilhar os insidiosos meandros da dinâmica interna, isto é, das estruturas administrativas e do funcionamento das instituições é que, grosso modo, e por comodidade auto-justificadora, a historiografia tende a qualificar como confusa, ilógica ou caótica a documentação produzida ou recebida e arquivada pelas mesmas¹³. Na verdade, o que ocorre é que ignoramos, em grande parte, a estrutura e o funcionamento dos órgãos administrativos *da* e *na* Colônia. Por conseguinte, torna-se fragmentada e parcial a percepção que possuímos, tanto da gênese como da tramitação dos documentos *neles* e *entre eles* produzidos.

Ora, para os organismos em causa, é notório que, a despeito de seu propósito original, o Arquivo Histórico Ultramarino não preserva a totalidade do conjunto dos documentos que o inspiraram e o nomeiam. Na Divisão dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal podem ser encontradas peças encadernadas e não encadernadas que, na origem, integravam as fontes que, desde 1931, foram transferidas para o antigo Palácio dos Condes da Ega, à Junqueira. Ou seja, a massa documental que pertencera ao Ministério das Colônias, à qual então se aduziu o *Arquivo da Marinha e Ultramar* e a *Secção Ultramarina* da Biblioteca Nacional tem, ainda hoje, parte dela depositada nesta última instituição. Mas, não é necessário sair do Arquivo Histórico

¹² Cumpre não esquecer que a produção e o volume documentais se encontram absolutamente associados às vicissitudes e aos distintos momentos e realidades históricas do Império Ultramarino. Assim, a abundância das fontes respeitantes à América portuguesa, no Dezoito, sucede, cronologicamente, à farta massa documental sobre a Índia, nos séculos XVI e XVII. Essa diferença evidencia não apenas as flutuações históricas do Império e os conjuntos documentais que são próprios a cada um dos períodos e dos territórios hegemônicos, como, por decorrência, obriga-nos a ter clara percepção das especificidades dos documentos a eles respeitantes. Em última análise, há que ter sempre presente o dinamismo e a trajetória próprios às instituições para que não se entendam os conjuntos documentais como tendo características uniformes e unívocas.

¹³ Como argumento explicativo para tal situação poder-se-ia evocar o conhecido fato de os titulares da Secretaria do Conselho Ultramarino entre fins do século XVII e do XVIII serem membros de uma só e influente família, a dos Lopes de Lavre (André, Manuel Caetano e Joaquim Miguel). Pode-se conjecturar que, para a manutenção de tais nepotismo e hegemonia numa função central da administração ultramarina, essas individualidades tenham lançado mão de estratégias e expedientes pouco ortodoxos e só aparentemente ilógicos como instrumento de sua perpetuação no cargo.

Ultramarino para se verificar que muita da documentação atinente às ex-colônias se encontra para além e desarticulada fisicamente dos *fundos e séries* do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, embora a elas, parcialmente, digam respeito. Refiro-me, por exemplo, ao fato de que, só agora, as cerca de 500 (!!!) caixas que constituem o Núcleo *Reino* estarem sendo objeto de intervenção, isto é, de identificação e tratamento técnico sistemáticos¹⁴.

Como exigir que o historiador se subordine ao princípio do *respeito ao fundo* se a confiabilidade do arranjo documental é ou pode ser posta em xeque? Sobretudo, quando este recebe a intervenção das novas tecnologias de informação, como vem acontecendo em quase todas as instituições arquivísticas de renome. Todavia, se as novas tecnologias têm evidentes perniciosidades, por outro lado elas têm-nos permitido saber, — para ficar restrito exclusivamente a um pequeno aspecto da operação historiográfica —, que o *cruzamento* dos dados, por vezes, resulta em, inequivocamente, recuperar *arranjos* documentais diferentes daqueles que as instituições arquivísticas nos oferecem.

Entendendo que a operação científica também deve ser dinâmica, o emprego das novas tecnologias na investigação histórica, hoje, não poderia gerar — se é que já não estaria gerando, mesmo que inconscientemente — uma outra postura frente ao *respeito ao fundo*, premissa básica da Arquivística e que, grosso modo, tem sido constantemente assimilada e incorporada pelos historiadores? As novas tecnologias não estariam aliciando os historiadores para a formulação e adoção de um novo conceito de *organicidade documental*, que teria como lastro não as relações de interdependência na origem, no contexto da produção das fontes escritas, mas sim, ao contrário, nas possibilidades que lhes são ofertadas pelas novas tecnologias? Mencione-se, a propósito, a eficiente alternativa que estas têm e poderão continuar a ter na sempre árdua e complexa tarefa de se recuperar a forma primitiva de *dossiers*.

É bem possível que elas estejam sendo responsáveis pelo afastamento do historiador em relação aos ditames prescritos pelos arquivistas ou, no mínimo, do distanciamento físico dos historiadores para com os instrumentos de busca produzidos pelos arquivistas ao longo dos tempos. Porém, tal desvencilhamento tem se realizado sem que o historiador verifique que, ao distanciar-se da orientação dos arquivistas, não cria parâmetros e instrumentos que substituam os anteriores, agora desdenhados. Ademais, diante do cunho marcadamente individualista que modela grande parcela da condução da pesquisa científica, como ter acesso ou recompor as fontes e os dados armazenados pelos pesquisadores?

Em suma, e para voltar às menções preambulares, ainda que louváveis, as atividades dos Projetos *Resgate* e *Coleção Casa dos Contos* não podem — sobretudo, não devem — se esgotar na socialização do acesso aos fundos documentais por eles abrangidos e

¹⁴ Sobre essas relevantes questões, recorra-se a Tiago C. P. dos Reis Miranda, que tem se dedicado ao estudo desses acervos e sobre os quais vem chamando a atenção dos historiadores e arquivistas, a exemplo do que proferiu, em julho de 2006, em conferência pronunciada no Arquivo Histórico Ultramarino, sob instâncias do Projeto *Resgate* (Cf. MIRANDA, T. C. P. dos R. O núcleo do 'Reino' do Arquivo Histórico Ultramarino: entre a história administrativa e a história custodial. *Nova Cidadania*. Lisboa, ano VIII, n.º 30, pp. 60-62, Out./Nov. 2006).

trabalhados. É fundamental que os historiadores participem, de maneira ostensiva e, principalmente, reflexiva das discussões em torno das formas de disposição e armazenamento dos conjuntos documentais recolhidos às instituições arquivísticas¹⁵. Importa muito, também, que, a partir dos resultados obtidos, ao lado de pesquisas de interesse individual, se desenvolvam outras tantas, com alcance social mais alargado, em particular e, antes de mais, voltadas para a reconstituição das estruturas administrativas da América portuguesa. E não só.

Uma segunda ordem de considerações da presente comunicação diz respeito ao fato de o impacto das intervenções e manipulações nos documentos proporcionadas ou facilitadas pelas novas tecnologias igualmente não estar sendo avaliado e refletido pelos historiadores. O documento escrito, por exemplo, vem perdendo a sua condição *per se*, adquirindo valor *relativo* e relacional. A própria concepção de Arquivística tem sido atingida e transformada¹⁶. À tendência comportamental dos historiadores para a volúpia da acumulação de dados permitida pelas tecnologias modernas não há a correspondente e indispensável análise crítica em torno daquelas *operações*.

É plenamente compreensível o fascínio que a abertura dos arquivos e a acessibilidade a uma maior soma de documentos exercem sobre os pesquisadores. No entanto, tenhamos claro, como reparou Étienne François, reportando-se a contexto que guarda alguma proximidade com aquele aqui abordado: «muito longe de proporcionar resposta para tudo, a abertura dos arquivos vai dar, ao contrário, num chamado ao trabalho, à exigência metodológica e ética, à modéstia, à humildade, ao questionamento das certezas adquiridas. Em 1989, não foi somente o muro de Berlim que caiu, mas também — começamos apenas a nos dar conta — uma certa maneira de pensar, de fazer e de escrever a História.»¹⁷.

Se, evidentemente, o computador revoluciona as tarefas de compilação e do cruzamento dos dados, modificando à larga os modelos e as técnicas de apuração das informações, o que se observa é que, em geral, o historiador se apropria, de maneira acrítica, dos resultados assim estabelecidos. Não avalia e nem dimensiona, por exemplo, que a sua passividade ou mesmo a sua ingenuidade frente ao processamento das informações pelas novas tecnologias tem grave implicação na metodologia e na epistemologia do conhecimento que dali emana.

¹⁵ Para se referir a um único exemplo da desejável parceria e interdisciplinaridade entre historiadores e arquivistas, mencione-se a necessária colaboração daqueles nas tarefas de descrição dos fundos arquivísticos, nos termos em que esta se realiza a partir de normas internacionais pertinentes. Nessa medida, no preenchimento dos formulários próprios a que ficam submetidas as entidades custodidoras das fontes é difícil – se não impossível – que se dispense o trabalho do historiador, sobretudo no que respeita ao estabelecimento dos chamados *dados do produtor* dos documentos (ou seja, a contextualização dos documentos, as informações sobre a trajetória de seu(s) produtor(s), a procedência dos mesmos, dentre outros elementos). Cf. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 124.

¹⁶ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. In: LE GOFF, J.; NORA, P., dir. *Histórias: novos problemas*. Trad. port. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 53.

¹⁷ Cf. FRANÇOIS, É. Os «Tesouros da Stasi» ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998. p. 161.

Sem querer ser cáustico, poderia afirmar que o avanço da reflexão metodológica em História se realiza na razão inversa ao da Tecnologia. Como, há alguns anos, afirmava Manfred Thaller, «se é verdade que o número de historiadores familiarizados com a Informática efetivamente explodiu, o computador pessoal significou também outra coisa: significou que muita gente simplesmente arranhou um programa, se deixou fascinar com o fato de ele poder ser utilizado sem grande esforço, para, de seguida, correr a dizer ao mundo as suas descobertas»¹⁸.

Seja como for, as novas tecnologias têm oferecido aos historiadores meios para que eles exerçam, cada vez mais, o domínio e o controle *das* e *sobre* as fontes. O tratamento eletrônico da informação facultou aos estudiosos ganhos extraordinários e, em simultâneo, mudanças substanciais nos procedimentos de pesquisa e na organização dos dados. São por demais conhecidas as potencialidades e as possibilidades que elas, especialmente a Informática, trazem para a efetivação das investigações científicas. No entanto, repito: no campo da História, pouco se tem ponderado sobre os reflexos de tal circunstância na Metodologia e na Epistemologia da área, sendo rarefeitos tanto a produção bibliográfica a respeito, em língua portuguesa, quanto o seu debate nos fóruns especializados sobre os estudos históricos.

O que desejo relevar, portanto, não são os manifestos benefícios que as novas tecnologias aportam à pesquisa. O problema, a meu ver, é que elas não apenas têm servido, mas também pautado certas tendências da historiografia atual. Por exemplo: não é possível dissociar o incremento nas investigações sobre as elites, em termos prosopográficos, se não à luz da recolha e do armazenamento e, principalmente, do cruzamento de dados proporcionados pela Informática. Aliás, a questão mais elementar seria: pode-se conceber a implementação dos trabalhos de prosopografia e de biografias coletivas apartados dos suportes técnicos proporcionados pela Informática?

É certo que não. O importante, porém, é que o historiador modifique sua postura na prática científica. Como, há algumas décadas, advertia Furet, em palavras que se mantêm atuais: «(...) o historiador de hoje encontra-se obrigado a renunciar à ingenuidade metodológica e a refletir sobre as condições de estabelecimento de seu saber. O computador permite-lhe o lazer, libertando-o daquilo que até então ocupava o essencial de seu tempo: a coleta de dados em suas fichas. Mas, em compensação, obriga-o a um trabalho prévio sobre a organização de séries de dados e sobre sua significação em relação àquilo que ele pesquisa»¹⁹.

O inquietante é, pois, que o repto em torno das consequências da chamada *revolução tecnológica* na produção do saber histórico não é realidade de ontem. Não era outra a preocupação expressa, nos anos de 1970, por Furet na análise da seriação dos dados e das cifras que nutriam a História Quantitativa, tão em evidência na altura. Na realidade, avaliando o impacto da História seriada na operação histórica, Furet, tal como Pierre Vilar, apontava as fortes repercussões que o Quantitativismo trazia para o *fazer* História. Interpretava que mais do que uma transformação do material histórico, o *quantitativo na História* se configurava como autêntica «revolução da consciência historiográfica»²⁰.

¹⁸ Cf. THALLER, M.. Entrevista concedida à revista *Ler História*, Lisboa, n.º 23, 1992, p. 165.

¹⁹ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. *Op. cit.*, p. 57.

²⁰ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. *Op. cit.*, p. 57.

Relembro e saliento esses fatos e depoimentos diante também das similitudes e de afinidades com tendências metodológicas de nossos dias. O diferente e desalentador, portanto, está na constatação de que raros são os momentos e os espaços em que os historiadores da atualidade se dedicam a refletir sobre essa matéria.

A ausência de rigor e de critérios no uso indiscriminado das novas tecnologias, inevitavelmente, interfere na operação historiográfica, podendo, conseqüentemente, pôr em causa a própria ontologia da História. Com efeito, elas atingem, se relacionam e repercutem mais clara e explicitamente na Metodologia da História e, sobretudo, nas técnicas com as quais esta opera.

Em decorrência, já não é sem tempo proclamar, cada vez mais elevadamente, o quanto carecemos de apreciações, de discussões e de análises sobre os efeitos, nas suas mais variadas facetas, do emprego de meios eletrônicos no processamento e na difusão das fontes históricas. Reflexos não apenas na Metodologia da História, como certamente na Teoria dela. Isto porque, para pensar no mínimo, se o uso da Informática permite-nos ultrapassar velhos e importantes obstáculos na *operação* histórica, ele, por inerência, estabelece alterações na *episteme* e no *modus faciendi* da História.

O debate é reclamado. E não apenas na área de História, como é natural. Mencione-se uma daquelas com a qual mantemos maior afinidade, exatamente a que ora tomamos como referência. Assim é que o impacto das novas tecnologias sobre as normas e parâmetros que, até agora, regeram as instituições arquivísticas, por exemplo, certamente determinará fortes reorientações de caráter metodológico e epistemológico destas. Luciano Figueiredo, remetendo-se ao historiador norte-americano Lawrence Mc Cranck, chama a atenção para o fato de que o bastião dos arquivistas esteja sendo bombardeado pela pólvora eletrônica e das profundas mudanças daí resultantes, no que respeita à natureza dos arquivos e da própria função dos arquivistas. Reconhece que o debate é longo, e embora tenha ganho força nos últimos tempos, «o deslocamento do suporte original para a memória digitalizada das máquinas com certeza abrirá profundas inquietações na práxis arquivística, envolvendo desde a propriedade intelectual das fontes históricas, alterações no conteúdo das imagens graças às técnicas de restauração, até a possibilidade de ampliação democrática da pesquisa nos acervos»²¹. Insista-se: o historiador não poderá ser espectador ou usufrutuário passivo nesse processo. Toca a ele, se não tomar a dianteira do mesmo, pelo menos predispor-se a colaborar na definição das novas diretrizes e, quem sabe, na redistribuição e redefinição dos fundos documentais confiados à guarda das instituições arquivísticas.

O fato concreto é que o uso das novas tecnologias na pesquisa e na elaboração do texto histórico tem alterado, substantivamente, os parâmetros técnicos com que as *operações* históricas até então se realizavam. Muitos dos raciocínios próprios à coleta e ao processamento, por exemplo, transitaram dos ingentes esforços do historiador para o frio rigor do equipamento eletrônico. Com o emprego de programas informáticos, se, de um lado, o estudioso viu-se dispensado de elaborar instrumentos nem sempre eficazes ou suficientes para abarcar os dados e as informações necessárias às suas investigações, por outro, não questiona criticamente as implicações que tal comportamento

²¹ Cf. FIGUEIREDO, L. R., História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R., org. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 429.

tem na análise desses dados e, por decorrência, e principalmente, no resultado do seu trabalho.

Como aponte em outra oportunidade, «empolgados com resultados tão espetaculares e com tamanhas racionalização e economia de toda natureza, podemos ficar anestesiados em relação à permanente necessidade de se *pensar historicamente*. Assim, no limite, sujeitamo-nos a resvalar para a fetichização ou para a mistificação do documento e do dado-informação, ideologizá-los, enfim, como se eles, ao invés de simples meios de acesso, oferecessem sinonímia perfeita para o *fazer História*»²².

Além disso, cumpre notar que os sistemas eletrônicos, ao processarem informações, também (mas não só) criam novas fontes históricas. Ou seja, os sistemas eletrônicos tornam-se produtores de fontes e não apenas, como ocorria há bem pouco tempo, armazenadores de dados e informações. Daí, o rápido e substancial desenvolvimento dos sistemas de gestão de documentos, em particular, dos que se realizam por meios eletrônicos.

Em outras épocas, quando se tratava de descarte, de manipulação ou de escamoteação de documentos, a explicação imediata era a de associar tais situações a motivos de natureza política ou reclamar a utilização de critérios técnicos concernentes à seleção de documentos. Hoje e no futuro, a tais premissas soma-se a extrema facilidade com que os próprios produtores dão cabo ou alteram a forma e o conteúdo dos documentos. Daí, interpelações as mais elementares: como assegurar ou manter, então, na atualidade e no futuro, o valor probatório dos documentos digitais? Como aquilatar a fiabilidade da informação transmitida pela realidade virtualizada?

Ora, a adulteração das fontes é realidade desde sempre. O diferente está em que, nos nossos dias, as novas tecnologias permitem esta prática *ad nauseam* e com maiores, quando não impossíveis, obstáculos para a detecção das manipulações e o grau e dimensão de possíveis intervenções nos documentos.

Ao mesmo tempo, importa lembrar que a autenticidade dos documentos digitalizados é outra questão em aberto. O fato de *provirem* de uma pessoa ou de uma instituição arquivística idôneas ou de nesta estarem guardados não confere, *in limine*, autenticidade e, muito menos, proveniência confiável aos documentos. Assim, inevitavelmente, o historiador deveria estar habilitado a perceber e, acima de tudo, a saber analisar criticamente a informação obtida no sistema digital, cuja forma original se configura(va) no formato analógico. É, então, o caso de se interrogar: quais são os reflexos na coerência e na consistência do discurso histórico do fato de a operação histórica alicerçar-se ou ter como referentes fontes cuja forma original não foi respeitada ou atendida? Em que medida fontes históricas advindas ou recolhidas pelas novas tecnologias comprometem o rigor metodológico inerente à operação historiográfica? Em que grau e dimensão elas trarão maior fragilidade às posturas e aos procedimentos metodológicos exercitados pelos historiadores?

Assinale-se, ainda, que o avanço tecnológico é perverso (também) no que respeita à preservação das fontes. Pelo menos em parte, paradoxalmente, as novas tecnologias, ao invés de preservarem, podem levar à destruição de fontes históricas. Dessa maneira, por exemplo, é que, em geral, fazendo uso dos equipamentos eletrônicos, praticamente

²² Cf. BOSCHI, C. C., Projeto Resgate: antecedentes e corolários. pp. 23-24.

só conhece(re)mos as versões finais dos textos. Por não ter acesso às sucessivas versões de nossos escritos, no mínimo esta(re)mos abdicando de um extraordinário manancial de fontes. Quando nada, restará um vazio irrecuperável sobre o sempre rico, quase sempre tormentoso e, algumas vezes, prolongado processo de criação intelectual. A genealogia dos textos é realidade ultrapassada?

Em simultâneo, entendendo que a digitalização de fontes e a construção de bancos de dados são recursos cada vez mais implementados pelos pesquisadores, ressalve-se que não tem havido idêntico esforço no que respeita a se assegurar mais cuidado a tais tarefas, qual seja, o de se garantir a sobrevivência física deles. Aqui também parece-me fazer sentido o chamamento: o debate em torno da volatilidade e da fugacidade dos dados e fontes registrados em suportes digitais não deve ser atributo exclusivo dos profissionais produtores das novas tecnologias. É necessário que também os usuários dos sistemas, como os historiadores, reflitam sobre as formas e os mecanismos necessários à preservação dos documentos eletrônicos ou daqueles instalados em sistemas digitais e que identicamente colaborem nas soluções possíveis para tão provocante questão, cujas implicações na legitimidade do conhecimento científico também carecem ser debatidas.

Com efeito, o canto da sereia das novas tecnologias tem levado os usuários delas a situações de frustração, por vezes, incontornáveis, como é o caso da falta de compatibilidade entre bancos de dados e outros tipos de fontes armazenadas em suportes eletrônicos, ou ainda dos dados que se perdem nos momentos de sua migração para outros sistemas eletrônicos, ou situações que requerem a compreensível demanda de *privilégios de acesso*, como o uso de senhas. Tais circunstâncias acabam por se constituir, paradoxalmente, em obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa.

Nesse contexto, não é de se pensar que a facilidade de compilação e cruzamento de dados tenha, contraditoriamente, efeitos danosos sobre o conhecimento histórico, na medida em que a produção historiográfica gerada a partir dessas possibilidades inclina-se a resultar em trabalhos excessivamente atrelados às informações contidas nas fontes documentais, em detrimento da ponderação analítica e qualitativa destas? Não seria também por aí que se poderia constatar estarmos vivendo sob a égide de um neo-positivismo científico? Ao rigor e às certezas intrinsecamente alicerçadas pela tecnologia ou pelo dito «positivismo informatizado» não estaria se contrapondo alguma anestesia na indispensável problematização, quer da pesquisa histórica, quer e, em especial, da epistemologia histórica?

Logo, o que está em causa é a necessidade de o historiador aplicar aos grandes conjuntos documentais procedimentos similares àqueles com que se orienta costumeiramente no trato com as fontes escritas individualizadas. Isto é: fundamentalmente, submeter as massas documentais a rigorosa crítica externa de procedência, cuidando de identificar, em especial, a trajetória por elas percorrida, sobretudo, captando a razão e as condições de sua produção. Nunca é demais recordar, com Paul Veyne, que «os verdadeiros problemas da epistemologia histórica são problemas de crítica e (que) o centro de toda reflexão sobre o conhecimento histórico é o que dele fazem as fontes»²³.

²³ Cf. VEYNE, P., *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971. p. 266.

Com o emprego, cada vez mais intenso e inexorável, das novas tecnologias no processo de produção do saber e do discurso historiográfico, não seria o caso de se retomar, com maior atenção e regularidade, os cuidados metodológicos que nos são prescritos pelas tradicionais *críticas externa e interna* dos documentos? É bem verdade que, em se tratando, como é a situação aqui considerada, de grandes massas documentais, tais prescrições não têm adequada aplicabilidade. O que se propugna, então, é pela conveniência de os historiadores (re)pensarem a formulação e a execução de operações análogas (às das críticas externa e interna) àquelas adotadas para peças individualizadas *vis-à-vis* aos conjuntos documentais. Caso contrário, e para ficar em um só exemplo, como aferir a integridade, a autenticidade e a fidedignidade da informação obtida por intermédio de arquivos digitais?²⁴

Em resumo e para terminar. A despeito das referências iniciais a dois projetos particulares, é indubitável que estejamos a presenciar o retorno do historiador às fontes e, por decorrência, auspiciosamente, com o respaldo da Tecnologia, à socialização do conhecimento e à vulgarização delas. O problema, a meu ver, é que não se tem conferido suficiente aplicação e empenho às ressonâncias epistemológicas dessa atitude. Assim, servindo-me das palavras de Jean-Louis Gaulin, diria que, talvez, seja chegada a hora de uma nova ascese do texto, pois, «no estado de incerteza teórica característico das ciências históricas há vários anos, a publicação das fontes poderia constituir, com ou sem razão, um ponto de enraizamento, um *valor-refúgio*»²⁵.

Mas, atenção! O historiador deve precaver-se para não se deixar dominar ou ser substituído pelos encantos que a Tecnologia lhe propicia, pois, não é desmedido repisar que o *fazer* História resulta da inspiração e do talento que o seu praticante tem e desenvolve, ao problematizar e interpretar as fontes a que se reporta. Ou, para evocar velha e essencial lição: é preciso não esquecer que começamos a *fazer* História na medida exacta em que vamos nos desvencilhando das fontes.

²⁴ Algumas instituições arquivísticas têm discutido esta última questão, como é o caso do Arquivo Público Mineiro. Cf. NEVES, Marta E. Melgaço; NEGREIROS, Leandro R. org. *Documentos eletrônicos: fundamentos teóricos arquivísticos para uma prática de pesquisa em gestão e preservação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2008. 168 p.

²⁵ Cf. GAULIN, J.-L., A ascese do texto ou o retorno às fontes. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998. p. 174.

(Página deixada propositadamente em branco)

Armando Malheiro da Silva

DA CIENTIFICIDADE E SOBREVIVÊNCIA DA HISTÓRIA
NA ERA DA INFORMAÇÃO

L'homme vit dans les trois termes du temps. Les souvenirs de son passé, les espérances de son avenir, lui sont aussi inhérens et essentiels que sa réalité présent.

(Théophile Thoré-Bürger – *Dictionnaire de Phrénologie et de Physiognomonie*, article *Esperance*, 1836, p. 141).

1. A escolha do tema

Não me foi fácil escolher o tema ou, mais precisamente, o problema adequado para partilhar no Colóquio Internacional *Outros Combates pela História*, concebido e tecido em torno do exemplo maior de historiador (muito versátil ao ponto de ter começado a investigar as ideias políticas na Idade Moderna e se tornou, nas últimas duas décadas, um reconhecido especialista no Estado Novo português), de universitário e de cidadão, que o Professor Luís Reis Torgal, meu Mestre e, sobretudo, meu grande e perene Amigo, é para todos nós, os que o conhecem, seguem, respeitam e admiram.

Não foi fácil, porque não quis (ou não pude...) ir pelo que seria mais previsível e imediato: pegar num texto relacionado com as pesquisas que encetei, sob sua orientação, no campo específico da História das Ideias e da Política portuguesa nos sécs XIX-XX; ou, em alternativa, recorrer ao meu lado de arquivista e de documentalista (faceta evocada, várias vezes, pelo meu Mestre em tom divertidamente crítico...) procurando alertar os Poderes públicos e a comunidade dos historiadores para o estado e a necessidade de preservação dos Arquivos, que continuam a ser perspectivados, inevitavelmente, como laboratórios da História e, sem dúvida, como «espaços concentrados» de documentação indispensável para o refrescamento e a validação da escrita historiográfica. Esta tarefa acabou sendo muito bem cumprida pelo colega brasileiro Caio Boschi, pelo que não me restou outra saída que não fosse arriscar uma reflexão ou, talvez melhor dizendo, uma divagação curta pelo futuro mais ou menos próximo, que a cada dia que passa está a modelar e a inquietar o nosso presente e a adensar o passado,

objecto fluido da História. Num encontro de historiadores é, certamente, algo exótico aparecer uma voz, ainda que frágil e efémera, a evocar o futuro, mas não é preciso um grande esforço poético ou filosófico para captar a evidência profunda de que o «futuro está prenhe de passado». Logo, não é absurdo que num momento de viragem e de incertezas tão diversas e inquietantes, como o que vivemos, se possa pensar a História, olhando para o que aí vem, ou pode vir, e não para o que já foi...

Decidi, pois, fazer um *mix* com as facetas de aprendiz de historiador e de militante da Ciência da Informação, que, através da parceria estratégica das Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto, e, sobretudo, a partir de 2002 está a ser implantada e desenvolvida, formando licenciados e profissionais, e promovendo, em nível de pós-graduação, investigação vital para a identidade e desenvolvimento de um campo disciplinar emergente e fragmentado por ópticas e práticas profissionais antigas e muito vincadas¹.

As questões que me animaram e me trouxeram até ao texto, que deponho perante o leitor, são relativamente simples: como poderá a História sobreviver e manter-se como ciência social, dentro dos parâmetros de uma epistemologia desencantada e afastada das premissas positivistas e marxistas, mas, ao mesmo tempo, amparada em critérios metodológicos que visam a «objectividade possível» e a «reconstituição de uma realidade vivida e acontecida» como poderá renovar-se, sem se mudar ou perder na Era da Informação, em que já vivemos, rodeados por desafios novos, surpreendentes e imprevisíveis?

A resposta é, pelo contrário, bastante difícil e sujeita a ficar indefinidamente incompleta. Não ousou, aqui, algo mais que um esboço incipiente.

2. A «Galáxia Internet» ou a gestão actual do passado histórico

Para ensaiar um esboço reflexivo de resposta, começo por me valer de um autor, que não é historiador mas sociólogo e que nos legou um trabalho sólido de análise prospectiva sobre a «Sociedade em Rede», iniciada no pós-II Guerra Mundial e derivada, entre outros factores decisivos, do clima armamentista, ideológico e técnico-científico da Guerra Fria (1945-1989). Refiro-me a Manuel Castells, autor da trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*² e do livro-súmula *A Galáxia Internet*³, além de uma longa e esclarecedora entrevista, vertida em formato livro, com Martin

¹ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002; e SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Cetac. Media/Edições Afrontamento, 2006.

² CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 – A Sociedade em rede; vol. 2 – O Poder da identidade; e vol. 3 – O Fim do milénio*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolas/Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2003.

³ CASTELLS, Manuel – *A Galáxia internet: reflexões sobre internet, negócio e sociedade*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas/Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Ince⁴. A sólida e ciclópica análise feita, a partir de um *locus* privilegiado — Berkeley e o *Silicon Valley* —, ao fenómeno classificado, em 1973, por Daniel Bell, como «sociedade pós-industrial», deixa antever um futuro cheio de desafios complicados para a prática da História ciência, sobretudo a que incida sobre o «tempo mais recente», ou seja, sobre o processo histórico gerado sob a Era da Informação. A mudança do suporte técnico, destinado ao registo, quer dos actos e eventos mais simples e vulgares, inscritos no quotidiano das pessoas de não importa que classe, grupo, credo ou grau de instrução, quer dos mais solenes e mais decisivos para a vida colectiva dos cidadãos de países e continentes, tem uma consequência directa grave na forma como se passarão a preservar, ou não, as representações do tempo e do espaço, como se continuará a dar, ou não, espessura e durabilidade à memória individual e colectiva.

O quadro-síntese, com os principais desafios da *Sociedade em Rede*, incluído na conclusão da sùmula possível de uma pesquisa, tão vasta e ambiciosa, é essencial para a reflexão despretenhiosa, mas séria, que aqui pretendo deixar como praticante historiógrafo e como assumido cientista da informação. Vale, por isso, acompanhar o olhar optimista e, ao mesmo tempo, realista e lúcido lançado por Manuel Castells sobre a «expansão tecnológica» que envolve e absorve:

A Internet é, sem dúvida, uma tecnologia da liberdade, mas pode servir para libertar os poderosos e oprimir os desinformados e pode conduzir à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor. Neste sentido geral, a sociedade não mudou muito. Porém, as nossas vidas não estão determinadas por verdades gerais e transcendentais, mas sim pelas maneiras concretas em que vivemos, trabalhamos, prosperamos, sofremos e sonhamos. Portanto, para sermos capazes de actuar sobre nós próprios, individual e colectivamente, e podermos aproveitar as maravilhas da tecnologia que criamos, encontrar um sentido para as nossas vidas, criar uma sociedade melhor e respeitar a natureza, devemos situar a nossa acção no contexto específico de dominação e libertação em que vivemos na *sociedade em rede*, construída em torno das redes de comunicação da internet⁵.

Castells alerta para uma evidência: o mundo está em processo de mudança baseado na tecnologia. Nesta base irreversível, que suscita de forma extremada ora entusiasmo, adesão e um encantamento utópico⁶, ora medo e animosidade pela exclusão social e económica, cultural e política, que a «sociedade em rede» pode trazer ou já se sente/teme que trouxe, expande-se o conceito de «espaço de fluxos», eixo crucial da análise sociológica do autor catalão e que serve para explicar as abundantes séries estatísticas, por ele usadas com solidez e desenvoltura, ou, tão só, alguns números dispostos ao correr da prosa e que bastam para impressionar e para reflectir:

⁴ CASTELLS, Manuel; INCE, Martín — *Conversas com Manuel Castells*. Porto: Campo das Letras, Editores, 2004.

⁵ CASTELLS, Manuel — *A Galáxia internet*, ob. cit., pp. 317-318.

⁶ Sobre o discurso utópico nos textos americanos «fundadores» da internet ver o estimulante trabalho de FLICHY, Patrice — *L'Imaginaire d'internet*. Paris: Éditions La Découverte, 2001.

A utilização da Internet como sistema de comunicação e como forma organizacional teve a sua explosão nos últimos anos do segundo milênio. Em finais de 1995, o primeiro ano da utilização generalizada da *world wide web*, havia cerca de 16 milhões de utilizadores das redes de comunicação informática em todo o mundo. No início de 2001, havia mais de 400 milhões, as previsões mais fiáveis apontam para 1.000 milhões de utilizadores em 2005 e é provável que, até 2010, rondemos o número de 2.000 milhões, mesmo tendo em conta o abrandamento da sua difusão quando se entra no mundo da pobreza e do atraso tecnológico. A influência da internet transcendendo o número de utilizadores, pois o que interessa é a qualidade da utilização da rede. Actualmente, as principais actividades económicas, sociais, políticas e culturais de todo o planeta estão a estruturar-se através da Internet e de outras redes informáticas. De facto, a exclusão destas é uma das formas de exclusão mais grave que se pode sofrer na nossa economia e na nossa cultura⁷.

A rede preenche-se e constrói-se com milhões de pessoas das mais variadas latitudes do planeta. Não há divisão possível por nações e por países ou estados, as línguas são múltiplas, mas o inglês impõe-se como a língua global, as actividades humanas e sociais de todo o tipo entram no «espaço dos fluxos» e desenvolvem-se aí de acordo com uma lógica de continuidade de práticas sociais, conhecidas no «mundo» real e presencial em carne e osso. No livro de conversas com Martin Ince, Castells não hesitou em tentar esclarecer melhor esse conceito-chave:

A parte de Nova Iorque que é global é uma parte muito maior do espaço de Nova Iorque do que o espaço global de La Paz, Bolívia. Mas La Paz também integra esta rede mundial com o seu pequeno centro de finanças e gestão. Portanto, o Espaço dos Fluxos é ao mesmo tempo um conceito abstracto e também uma construção muito material que liga lugares como nós de redes de instrumentalidade. Estes locais não são significativos por si mesmos, mas apenas como nós destas redes.

Tentei desenvolver uma análise similar para o espaço da indústria *hightech*, para os sistemas de informação, para a economia criminosa, e por aí fora. A rede é a mensagem no Espaço dos Fluxos. No total, este espaço de actividades dominantes tende a gerar um estilo de arquitectura, um certo tipo de estética cosmopolita e uma série de instalações que caracteriza os estilos de vida da elite global. No entanto, o meu erro teórico foi o de assimilar a prática do Espaço dos Fluxos às elites globais e às suas actividades instrumentais, ao mesmo tempo que se opunha este ao espaço dos lugares onde a maioria das pessoas constrói o seu significado e vive as suas vidas. As actividades dominantes são de facto globais (da indústria de tecnologia de ponta aos mercados financeiros, da CNN ao tráfico de droga), como globais são as elites que desempenham a função de seus agentes. Mas o Espaço dos Fluxos é materialmente baseado nas novas tecnologias de comunicação. Assim, as pessoas de todos os tipos, desejando fazer todo o tipo de coisas, podem ocupar este Espaço dos Fluxos e usá-lo para os seus próprios propósitos⁸.

⁷ CASTELLS, Manuel – *A Galáxia internet*, ob. cit., pp. 16-17.

⁸ CASTELLS, Manuel; INCE, Martín – *Conversas com Manuel Castells*, ob. cit., pp. 67-68

Ao esclarecer o conceito, simultaneamente abstracto/teórico e concreto/material ou materializado, Castells apresenta-nos a internet, ou o «espaço dos fluxos» aberto e «ocupado» não apenas pelas elites, mas por todos quantos desejem instalar-se e contribuir para a sua construção quotidiana e globalizada. E o que estamos assistindo, o que as estatísticas nacionais e dos organismos internacionais mostram é que, desde a esfera privada e íntima até à pública, estatal e supraestatal, a realidade construída e vivida, no dia a dia, invadiu e está a invadir de forma irreversível e expansiva as plataformas digitais, ou seja, a infra-estrutura das TIC onde a internet se localiza, tornando-se complemento e extensão natural do «espaço dos lugares».

3. *Real e Virtual* ou do objecto da História...

Virtual é um adjetivo, cujo significado tem de ser cuidadosamente examinado, que tem servido para sinalizar as actividades e as experiências concebidas no «universo web», em contraponto com o que acontece no planeta Terra fora da «rede». Começa, contudo, a ser bastante perceptível a impossibilidade de estabelecer uma divisória consistente entre o real e o virtual, assim como é inegável que o processo histórico em curso já se desenvolve no «interior» da Galáxia Internet e a História que venha a ser feita, discutida e ensinada, sobre o período balizado entre o último quartel do séc. XX e o último quartel do séc. XXI, não poderá ignorar, bem pelo contrário, todos os matizes desse processo e terá, desesperadamente, que obter informação, sempre contingente, parcelar e subjectiva, para reconstituir e interpretar o que se passou.

Os historiadores conhecem bem o debate que ao longo do séc. XX se desenvolveu e enraizou, no plano epistemológico, sobre a dificuldade em conhecer a realidade «encerrada» no passado. Estudá-la, descobri-la e compreendê-la a partir de traços e de vestígios vários que, quais peças de um incompleto *puzzle*, constituem a matéria-prima *sine qua non* do conhecimento histórico, é e continuará sendo o desafio maior do trabalho historiográfico, mesmo que, por efeito corrosivo do relativismo, tudo o que nos aparece como tendo acontecido, mais não seja que representações verossímeis individuais e colectivas e que, por isso mesmo, cabe no escopo de uma narrativa sugestiva e desevolta, capaz de mesclar harmoniosamente a *res factae* com a *res fictae*⁹. Mesmo para os pós-modernistas e relativistas¹⁰, posicionados orgulhosamente nos

⁹ Ver JAUSS, Hans-Robert – «Experiência histórica e ficção». In GADOFFRE, Gilbert (dir.) – *Certezas e incertezas da História*. Lisboa, Pensamento – Editores Livreiros, Lda, 1988, pp. 107-120.

¹⁰ Por muito incómoda que a comparação seja e possa até parecer insultuosa, a concepção historiográfica relativista legitima o revisionismo histórico conhecido por negar a existência do Holocausto. O universo da *res fictae* contamina e domina remetendo para a esfera dos impossíveis a existência de *res factae*. Jauss no seu texto inspirador tentou pôr um equilíbrio hermenêutico capaz de estancar esse processo, afirmando a dado passo: *O limite superior da experiência do mundo vivido pode estar situado no nível em que a experiência de si, sendo despersonalizada e o seu teor elevado à categoria de norma, pode ser objecto de uma dissertação exemplar. Este nível de formação do sentido é familiar ao historiador: a experiência histórica formou-se a partir da tradição secular dos exempla, que também pouco se importam com estruturas do relato clássico. É sobre este ponto que se deve fazer oposição à «narratologia» hiper-atrofiada, que hoje conhecemos e que pretende, com A. Greimas, que a estrutura semântica de todas as dissertações assenta na narração. Não se pode, em nenhum*

antípodas do positivismo ingênuo do séc. XIX, que conferiu ao documento um estatuto de absoluta veracidade, no mínimo, indefensável, a realidade é uma categoria presente, ainda que incómoda. Na Era da Informação, em que já estamos, a sua presença complexifica-se, e o adjetivo real já não convoca apenas, como antítese, o irreal ou ilusório (ficcional), mas o virtual, cuja significação está longe de ser simples e consensual. É, aliás, irresistível indagar como os relativistas encaram a (im)possibilidade da História, no interior da Internet, espaço de virtual(idade) e onde a realidade se confina, quando muito, à materialidade dos imprescindíveis equipamento informático e infraestrutura telemática (seja modem, banda larga por fibra óptica ou wi-fi...). Será que eles vêem, na Galáxia Internet, a confirmação plena de suas «teses»? E para os que acreditam na cientificidade da História, contrários, portanto, às posições relativistas e pós-modernistas, serão estes novos tempos um desafio promissor ou um convite impositivo a «baixar os braços», um convite à rendição aos ditames de uma ordem tecnológica nova e irreversível? Estas perguntas desdobram a questão central da presente comunicação e conduzem a respectiva estratégia discursiva...

Pierre Lévy¹¹, influenciado por Giles Deleuze, em especial pela leitura de *Diferença e repetição* (1968), afirmou entender a diferença entre possível e virtual: o primeiro tem a ver com o potencial que está preparado para acontecer sem alterações, e o segundo emerge quando a subjectividade humana entra no circuito. Mas, esta significação, dada por Lévy ao termo virtual, é demasiado singular e cola-se em demasia a Deleuze. Os informáticos e os comunicólogos trabalham (com) outro sentido que, aqui, interessa mais. Tomás Maldonado¹² alerta-nos precisamente para esse outro sentido: *Insomma, la realtà virtuale (...) viene d'improvviso presa alla lettera, facendola diventare il centro di un programma di radicale agnosticismo e solipsismo filosofico*¹³. Para Maldonado, virtual é sinónimo de ilusório, asserção encaixada num programa de pesquisa que tinha por objectivo indagar quais as implicações filosóficas, sociais e virtuais da realidade virtual. Percorrido o itinerário e atingido o objectivo, Maldonado tira suas conclusões e sintetiza, em forma de proposta, o seu pensamento:

Non mi sfugge, ma neppure mi preoccupa più di tanto, che questa asserzione possa essere giudicata come una mancanza d'interesse (e di curiosità) per le delizie dell'oltremondo. Confesso che l'idea del virtuale come técnica per «uscire dal mondo» mi risulta assolutamente estranea. Nell'orizzonte delle mie preferenze filosofiche non c'è posto per l'ipotesi che la realtà sia una spregevole illusione e che, illusione per illusione, sia meglio la realtà virtuale. Resto abbastanza fedele all'assunto – molto ingênuo, lo so – che la realtà esiste. *Nobody is perfect*¹⁴.

caso, fazer da narração a forma primária e universal da comunicação entre os homens, nem mesmo a matriz de toda a articulação de uma experiência histórica. Na medida em que é determinada pela totalidade (princípio, meio e fim da fábula) a narração é historicamente precedida de uma gama de formas de comunicação pré-literárias, definíveis por diversos modi discendi (citar, atestar, proclamar, convencer, demonstrar, etc.) (Ibidem, p. 116).

¹¹ LEVY, Pierre – *Qu'est-ce que le virtuel?* Paris, Édition La Découverte, 1995.

¹² MALDONADO, Tomas – *Reale e Virtuale*, 2005.

¹³ Ibidem, pp. 145-146.

¹⁴ Ibidem, pp. 152-153.

Contrapondo as conclusões do autor italiano à ambiguidade conceitual de Levy e aceitando, como consistente, a perspectiva de Castells de que as práticas sociais prolongam-se naturalmente no «espaço dos fluxos», vislumbra-se melhor o caminho a seguir por entre a antítese *real versus virtual*. E, para começar, pode-se entender o virtual não como antitético do real, mas, usando uma metáfora apropriada, a sua extensão em nível fenoménico diferenciado, ou seja, as sombras dos corpos ou dos objectos. As actividades virtuais têm, por trás, pessoas e grupos e tendem, por isso mesmo, a ser complementares, se não mesmo emulações da vida pessoal, familiar ou profissional e, nesta medida, o virtual significa o prolongamento do real, num condicionalismo tecnológico especial, uma vez que há uma dependência directa e decisiva da energia (electricidade) e da electrónica (informática e telemática). A falha destes factores paralisa o «espaço dos fluxos» e, conseqüentemente, afecta gravemente o mundo real: a economia, a política, a saúde, a segurança, a cultura, etc. dependem deles e já se inscrevem, cada vez mais, na Galáxia Internet, a ponto de precisarem que não haja «apagões», que não haja «vírus assassinos», que não haja avarias em provedores e servidores de «dados e de serviços *on line*»... A interdependência entre real e virtual é tão estreita que só faz sentido se pensarmos num *continuum* que a História terá de agarrar, embora fique difícil dizer, por antecipação, como ou com que estratégias heurísticas poderá fazê-lo.

Um exemplo ou caso, algo espectacular e talvez extremo, serve, aqui, para colocar o desafio aos artífices da História. Serve para saber se, na sua oficina, a matéria-prima do passado pode incluir «novos materiais» que reflectem a participação das pessoas, em plataformas digitais, para comunicarem umas com as outras — o e-mail é uma dessas formas comunicacionais assaz banal e se é certo que é possível descarregar as centenas de *mails*, recebidos no disco duro do computador pessoal, também é verdade que são imensos os serviços de correio electrónico disponíveis na web e nos respectivos servidores, onde fica armazenada a memória da correspondência sujeita a prazos de duração fixados livremente pelas empresas. A par do *e-mail* outras formas têm ganho milhares de aderentes, com especial incidência entre adolescentes e jovens, como são as pomposamente denominadas «redes sociais» (*hi5, facebook, myspace*, entre outras), onde acontecem encontros e trocas deliberadas de informação, nomeadamente fotográfica e musical, reveladora dos gostos, das preocupações, das vivências desses estratos promissores da sociedade humana. Poderá a História perder o rastro digital dos nativos digitais que formarão a população cívica e politicamente activa num futuro não muito distante?

Mas, vamos ao exemplo ou caso provocatório, que pode, à primeira vista, parecer um jogo, porém, o seu criador, Philip Rosedale, declarou de modo lacónico e incisivo, em 2003, que *o Second Life é uma nova vida e não um jogo*.

O que é, então, o *Second Life*?

Desde logo, para os entusiastas da Tecno-utopia, o *SL* está a ficar muito aquém do desejado, porque está demasiado igual ao que ocorre no espaço onde as pessoas de carne e osso vivem. Para os tecno-utopistas, expressões como «realidade virtual»¹⁵ ou

¹⁵ Tenhamos presente uma breve cronologia que inclui o surgimento, pela primeira vez, desta expressão: 15000 A.C.: Os desenhos em cavernas em Lascaux mostravam imagens «virtuais» na escuridão da caverna, que iniciaram a ideia de aprimoramento do mundo real; 1849: Richard Wagner inicia a ideia das experiências

«realidade aumentada»¹⁶ contrariam a radical crença no demiúrgico efeito da passagem deste mundo, em que vivemos insatisfeitos, para um «Mundo Novo», feito à medida do Ideal. O *SL* deveria, precisamente, configurar uma «nova vida», em vez de replicar e prolongar o real no virtual. A proposta do criador parece estar, assim, a ser desvirtuada pela criatura... Se entrarmos no *SL*, vemos uma sequência de figuras ou avatares acompanhados por palavras que anunciam tudo quanto se pode fazer nesse ambiente social de 3D que proporciona elevadíssimos níveis de interação (fig. 1). Um ambiente social já previsto e dicionarizado por Gabriel Otman, em 1998, sob a designação de *aldeia virtual*:

Local aberto num mundo virtual onde os visitantes de todo o mundo podem encontrar-se anonimamente por intermédio de um avatar ao qual atribuem um nome de código e um papel.

Reconvertido à informática, Didier Tremblay anima de facto um site diferente dos outros [...] que conta a história de uma aldeia virtual, a *Village Prologue*, e dos seus 500 habitantes em meados do século XIX¹⁷.

E se prosseguirmos a exploração iniciática no *SL* encontramos, de imediato, uma sugestiva página com a pergunta que o «cibernauta» deve formular e ver, sem demora, respondida — *what is Second Life?* (fig. 2). Entrando um pouco mais, deparamos um *naipe de FAQ* — *Frequently Asked Questions* (fig. 3), em que avulta a idéia de o *SL* ser uma construção dos residentes. As potencialidades desta «nova vida» fica nas mãos e na cabeça de quantos decidam aderir e construir, sem limites, o ambiente social que

em imersão utilizando um teatro escuro e envolvendo o público com imagens e sons; 1938: Konrad Zuse inventa o primeiro computador digital, conhecido como o Z1; 1948: Norbert Wiener cria a ciência conhecida como «cibernética», transmitindo mensagens entre homem e máquina; 1962: Morton Heilig cria um simulador de motocicleta chamado de Sensorama, com efeitos visuais, sonoros, vibrações e cheiros; 1966: Ivan Sutherland inventa capacetes para exibição de imagens, sugerindo uma janela para um mundo virtual; 1975: Myron Krueger cria um laboratório de realidade virtual chamado «Videoplace», que permite o usuário interagir com elementos virtuais pela primeira vez; e 1989: Jaron Lanier inventa o termo «Realidade Virtual» e cria o primeiro comercial em torno de mundos virtuais.

¹⁶ Realidade Aumentada (RA) ou Ampliada (Tom Caudell cunha este termo, em 1990, enquanto estava na Boeing e ajudava trabalhadores a montar cabos em aeronaves) é uma linha de pesquisa dentro da ciência da computação que lida com integração do mundo real e elementos virtuais ou dados criados pelo computador. Atualmente, a maior parte das pesquisas em RA está ligada ao uso de vídeos transmitidos ao vivo, que são digitalmente processados e «ampliados» pela adição de gráficos criados pelo computador. Pesquisas avançadas incluem uso de rastreamento de dados em movimento, reconhecimento de marcadores confiáveis utilizando mecanismos de visão, e a construção de ambientes controlados contendo qualquer número de sensores e atuadores. A definição de Ronald Azuma sobre Realidade Aumentada é a descrição melhor aceita. Para Azuma, a RA é um ambiente que envolve tanto realidade virtual como elementos do mundo real, criando um ambiente misto em tempo real. Por exemplo, um usuário da RA pode utilizar óculos translúcidos, e através destes, ele poderia ver o mundo real, bem como imagens geradas por computador projetadas no mundo. Trata-se, pois, de um sistema que combina elementos virtuais com o ambiente real; é interativa e tem processamento em tempo real; e é concebida em três dimensões. Existem aplicações educacionais, jogos e aplicações de Realidade nas mais variadas áreas, como: bioengenharia, física ou geologia.

¹⁷ OTMAN, Gabriel – *Dicionário da cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, p. 411.

lhes é oferecido como uma *virtual land* em construção. Na resposta à questão *Is Second Life a game (é o SL um jogo)?* deparamos um sim e um não simultâneos, porque, por um lado, o interface e o dispositivo de animação são similares aos mais populares jogos *online* de múltiplos jogadores, mas, por outro, apresenta duas especiais diferenças:

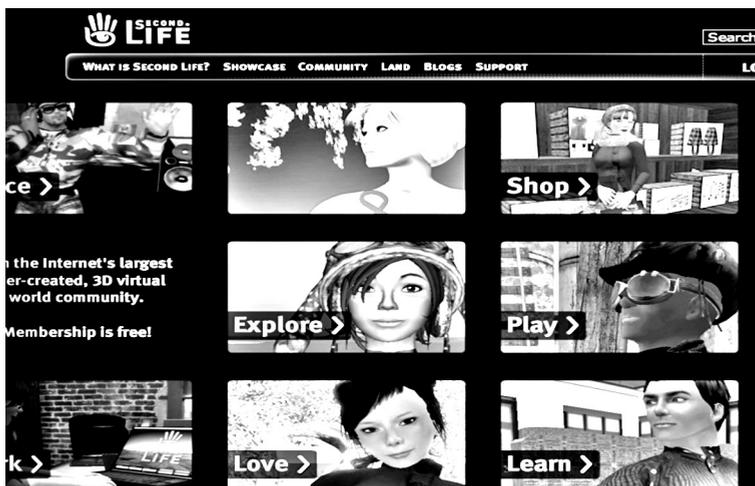


Fig. 1 – Primeira página do SL (url:http://secondlife.com/)



Fig. 2 – Página de introdução ao esclarecimento sobre o SL (url:http://secondlife.com/whatis/)

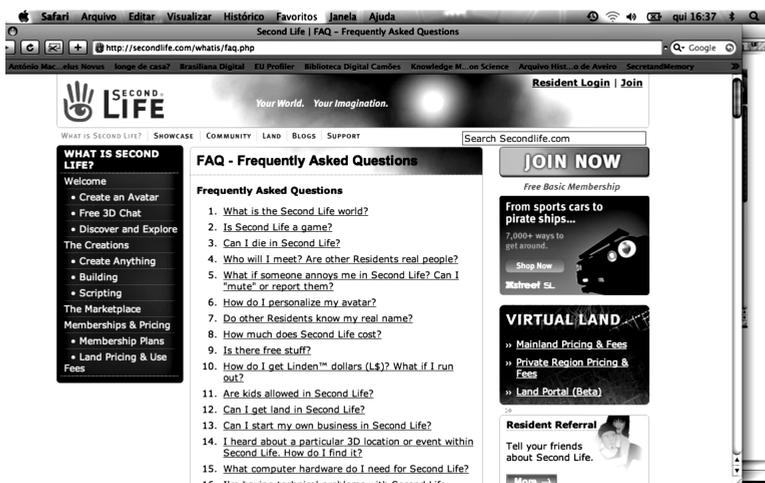


Fig. 3 – Página de entrada na *Virtual land* com «janela» das FAQ, ou seja, as perguntas mais frequentes e cuja resposta urge ser dada aos visitantes

a criatividade, ou seja, o *SL virtual world provides almost unlimited freedom to its Residents*, que o mesmo é dizer — este mundo é o que você fizer dele!; e o ser proprietário, ou seja, *If you choose to get land to live, work and build on, you pay a monthly lease fee base don the amount of land you have. You also own anything you create — Residents retain intellectual property rights over their in-world creations*¹⁸.

Muitas outras perguntas estão seriadas e respondidas, tais como: «Posso morrer no SL?»; «Quem eu quero encontrar lá?»; «Existem pessoas reais no SL?»¹⁹; «O que acontece se alguém me aborrece no SL? Posso «calá-lo» ou queixar-me dele?»; «Podem outros residentes conhecer o meu nome?»; «Como é que eu obtenho Linden dollar (L\$)?»...

Os esclarecimentos sucedem-se e a angariação de residentes, apesar de ter sofrido uma quebra acentuada por comparação com o *boom* inicial, já superou os 15 milhões de pessoas. Entre elas há já uma percentagem significativa e crescente de «profissionais», isto é, de pessoas que ganham dinheiro real, obtendo, assim, no *SL* receitas que lhes permitem viver e fazer despesas/consumo no mundo real. É, também, relevante sublinhar que não são apenas as pessoas que estão a aderir e a tornarem-se residentes do *SL*, mas também as instituições públicas e privadas: a Universidade do Porto já adquiriu uma «ilha» para fins de promoção e ensino; e a CNN ou a CBS estão

¹⁸ Ver <http://secondlife.com/whatis/faq.php> (acedido 26-7-2009).

¹⁹ A resposta a esta pergunta é bastante precisa: *SL* é um mundo virtual com uma população residente de milhões de pessoas provenientes de todas as partes do planeta. Cada pessoa é representada pelo seu avatar que corresponde à sua digital *persona* escolhida entre uma gama imensa de possibilidades: jogadores, esposas domesticas, artistas, músicos, programadores, advogados, bombeiros, activistas políticos, estudantes universitários, empresários, militares, arquitectos, médicos, etc.

instalada no *SL*, bem como jornais e outras entidades da comunicação social que chegam a divulgar no mundo real ocorrências do mundo virtual.

Não pretendi ser exaustivo na análise do *SL*, apenas apresentar uma caracterização genérica que enquadre e fundamente o terceiro e último item. Este caso extremo obriga-nos a admitir que os ambientes e as redes sociais, em franca expansão, e que tenderão a envolver tantas mais pessoas quanto maior for o esforço dos governos e das empresas informáticas de combaterem a infoexclusão, alargando exponencialmente um espaço de participação digital e um mercado digital cobiçadíssimo, registam práticas sociais concretas de milhares de anónimos e de figuras com notoriedade que, em tese, devem ser captadas pelo olhar da História.

No entanto, a incerteza paira e adensa-se: Será que essas «vidas paralelas» deverão interessar à pesquisa e à escrita históricas? (Imagino, só a propósito desta pequena pergunta, um enorme e renhido debate...) Quem assegura a preservação dos registos electrónicos que correspondem a miríades de actos e de iniciativas nas mais diversas plataformas digitais? Cabe exclusivamente às empresas (e ao seu arbítrio estratégico) que criaram e asseguram a continuidade dessas redes e ambientes a salvaguarda dessa memória colectiva? Cabe aos Estados impor, através de legislação, a salvaguarda e protecção dos dados pessoais, que estando apenas no domínio privado podem ser transaccionados e usados para todo o tipo de fins, particularmente os perversos e criminais? Como poderão os historiadores vir a utilizar essa informação? Dar-se-á a eficaz conversão tecnológica e funcional dos Arquivos Nacionais e Públicos, vocacionados em geral para custodiarem informação estatal e privada (de diversas proveniências), em suporte electrónico/digital²⁰?

Todas estas perguntas introduzem directamente o problema metodológico e a questão essencial do acesso a fontes variadas passíveis de serem analisadas e postas em confronto crítico. Indirectamente, emerge o problema epistemológico que é o das condições efectivas do conhecimento histórico, perspectivadas no quadro da Era da Informação em curso: Como é que será operacionalizada a aproximação historiográfica à realidade e à verdade possível por entre uma produção documental, muito diferente da tradicional em papel, uma produção imensamente mais volumosa, torrencial, mas incomparavelmente mais fácil de «falsificar»? Que recursos serão necessários para o historiador perseguir, amanhã e sempre, a «verdade histórica» diante de um *continuum* complexo que articula, de forma indissociável, o real ao virtual?

Muitas outras perguntas podem e devem ser formuladas, mas não se esperem respostas assertivas no último ponto deste texto. Limitar-me-ei a uma rápida revisão da teoria da História, mas antes de me embrenhar nesse exercício oportuno e final, ocorre-me trazer à colação a proposta polémica e ingenuamente optimista de Francis Fukuyama, proclamando enfaticamente o «fim da História». Ele não estava, obviamente, a declarar o fim da ocorrência de acontecimentos, mesmo dos maiores e momentosos, mas da história *compreendida como um processo singular, coerente e*

²⁰ Ver a este respeito o exaustivo levantamento dos projectos fortemente financiados por instâncias estatais e de organizações internacionais, com vista à preservação digital da memória colectiva da Humanidade: PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – «Do «efêmero» ao «sistema de informação»: a preservação na era digital». In *Páginas a&b Arquivos & Bibliotecas*. Lisboa, 15 (2005), pp. 63-175.

*evolutivo, tendo em conta a experiência de todos os povos em todos os tempos*²¹. Fukuyama «colou-se» ao filósofo idealista alemão G. W. F. Hegel e a Karl Marx, que tomara de empréstimo àquele o conceito de história e a concepção segundo a qual

a evolução das sociedades humanas não era ilimitada, mas que terminaria quando a humanidade conseguisse atingir uma forma de sociedade que satisfizesse as suas mais profundas e fundamentais aspirações. Os dois pensadores postulavam, pois, um «fim da história»: para Hegel era o estado liberal, enquanto para Marx era uma sociedade comunista (...) Significava, outrossim, que não haveria mais progresso no desenvolvimento dos princípios e instituições fundamentais, porque todas as questões verdadeiramente importantes tinham sido resolvidas²².

No rescaldo da queda do muro de Berlim e da implosão da Guerra Fria, o autor americano elegeu o liberalismo e a democracia liberal como a etapa final da perfectibilidade humana, mas não prestou nenhuma atenção aos sinais perturbadores que vinham dos laboratórios e da indústria de ponta: a microinformática estava a nascer e a *Galáxia Internet* a formar-se, constituindo o elemento que faltava para atestar a emergência de uma nova *Era* e com ela um novo fôlego para a história em sentido hegeliano e um inusitado desafio para a História ciência. A revolução tecnológica trazia consigo um estímulo poderoso para a (re)invenção da actividade humana e outros desenvolvimentos técnico-científicos espectaculares, como os operados na biogenética e na nanotecnologia, que levaram já Alvin Toffler a admitir, numa entrevista, que a grande questão no milénio, em que entramos, será a de distinguir o humano do não humano. Em vez do «último homem» de Fukuyama parece que estamos perante um cenário potencial de metamorfose da Humanidade...

4. O futuro (in)certo da História...

A Nova História, surgida com o impulso fundador de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel em torno dos *Annales*, instaurou um novo paradigma em contra-posição à prática historiográfica erudita e crítica, robustecida ao longo do séc. XIX e apoiada na diplomática enquanto análise criteriosa do documento, pensado como fonte última da verdade... Ao impôr-se e ao expandir-se, insurgiu-se contra a evocação dos «grandes homens» ou das «grandes sínteses» e virou-se para as pessoas e para as mentalidades tanto no presente, como no passado, valorizando o quotidiano como espaço fértil e instância significadora da vida humana e social. No início do livro, que condensa o essencial da Mesa-Redonda subordinada ao tema *A História — uma Paixão Nova* e que reuniu expoentes máximos dessa «escola» francesa — Philippe Ariés, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne — deparamos um enunciado breve dos fundamentos e dos objectivos desse olhar historiográfico renovado:

²¹ FUKUYAMA, Francis — *O Fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1992, p. 14.

²² *Ibidem*, p. 14.

Mas eis que surge uma nova História, nova inclusivamente em relação aos trabalhos de Fernand Braudel e à escola da revista «*Annales*».

Nova porque põe em causa o próprio lugar do observador, do historiador, que, como explicou muitíssimo bem Pierre Nora, já deixou de falar sob um ponto de vista absoluto – Deus, o progresso da Humanidade, a luta de classes – tendo, pelo contrário, de justificar a necessidade e a urgência dos seus trabalhos.

Nova também porque os objectos da História – Foucault é, a esse respeito, um exemplo bem marcante – mudaram. Da História dos grandes homens e das grandes sínteses, passou-se à História dos povos e das mentalidades, rica mas menos fácil de delimitar.

Esta renovação da História observa-se não só no estudo da época contemporânea – e a História do presente assinala uma revolução considerável – mas também na História antiga, na idéia que temos dos Hititas, dos Gregos e dos Romanos²³

A marca deste movimento renovador foi profunda e ainda perdura, apesar de ter perdido fulgor e de terem crescido as críticas e os esforços de construir visões alternativas, merecendo inevitável destaque a apologia radical da História narrativa e da História política²⁴. Pelo meio, entre os seguidores da admirada «herança» e os críticos ou cépticos, têm-se consolidado perspectivas sintéticas e matizadas que não negam a cientificidade da História, aceitam e revalorizam o seu posicionamento como ciência social, mas, ao mesmo tempo, reconhecem a força da narrativa e o peso da subjectividade na construção do conhecimento histórico. São, assim, limadas arestas e feitas aberturas, que evitem qualquer tentação quer de defesa dogmática do cientismo, quer da sua negação radical. Nesta linha intermédia e de síntese situam-se variados autores, de diversas latitudes geográficas e formações, como, por exemplo, o estado unidense Georg G. Iggers ou o romeno Eugen Cizek. Aquele deixou a sua perspectiva evidenciada no final de um ensaio assaz útil e oportuno sobre a panorâmica internacional da cientificidade da História no séc. XX, sublinhando a dado passo:

Gracias a los trabajos de Le Goff, Braudel, Thompson y Koselleck somos hoy conscientes de lo condicionado que está, por la época y por la cual une el pasado, el presente y el futuro, es decir, el concepto del tiempo que, por así decirlo, constituía

²³ LE GOFF, Jacques e outros – *A Nova História*. Lisboa, Edições 70, 1978, p. 11.

²⁴ Esta apologia faz-se através de uma desconstrução severa (Lawrence Stone destacou-se com um artigo publicado em 1979, *The return of Narrative*, reeditado em 1981 e em 1987) das ambições científicas da Nova História: *Dentro dos estritos limites exigidos por este propósito, e dentro deles somente, tenho inevitavelmente de fazer uma alusão crítica às ambições científicas da Nova História. Os seus êxitos não carecem de ser louvados. São muitos, são grandes, estão à vista de todos e constituem um património historiográfico de inestimável valor. Mas tenho de falar do preço que custou porque, porventura inevitável, foi muito elevado. Importou nada menos do que na eliminação da história política e no consequente eclipse da narrativa, em favor de uma história da social inspirada por modelos, apoiada em quantificações e servida por um discurso essencialmente analítico. Finalmente, com a terceira geração dos Annales formada nos anos 70 em torno de um novo fôlego da história das mentalidades, acabou-se de minar a unidade da história em benefício de múltiplas histórias que não sabemos bem como ligar entre si* (BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 20).

el hilo conductor para la historiografía moderna. Existen muchos tiempos, «el tiempo de la iglesia y el tiempo del comerciante en la edad Media», la *longue durée* de las estructuras sociales y culturales y el tiempo rápido de los acontecimientos; todas ellas concepciones del tiempo, que son condicionadas, al menos en parte, por los planteamientos del historiador y por el objeto de sus planteamientos. Se puede aseverar, con cierta justificación, que la historia no ha perdido, en modo alguno, su significado, sino que, gracias a la multiplicación de las perspectivas, ha ganado en significados.

(...) Esta panorámica de la historiografía del siglo XX ha intentado mostrar que la creciente incertidumbre sobre la posibilidad de una historia «objetiva» no ha conducido al fin de una investigación histórica y de una historiografía científicas, antes bien a una mayor matización²⁵

Seguindo outro caminho, Cizek chegou a uma posição de síntese idêntica com implicações metodológicas importantes:

Il est donc difficile, presque impossible, à l'historien d'attendre l'objectivité absolue. Car il est tenu, il est conditionné, par sa propre grille de lecture des phénomènes qu'il traite. Alors que cette grille est engendrée aussi bien par ses goûts personnels, que par la mentalité et les valeurs de sa propre époque. A notre avis, il peut être capable de transgresser cette grille de lecture, à condition de se mettre dans la «peau de ses personnages». C'est-à-dire s'il tache de penser comme pensaient les hommes qui peuplent la séquence historique qui l'intéresse, s'il recompose leurs valeurs. Ce n'est qu'ainsi qu'il parvient à dépasser un relativisme historique banal. L'historien à la fois prend conscience d'un certain relativisme: ce qui l'aide à le surmonter. Ainsi il se situe au niveau des phénomènes, des valeurs et des hommes, auxquels il a affaire. Ce n'est que comme cela qu'il acquiert une certaine impartialité et surtout la liberté.²⁶

Em sintonia com estes alinhamentos epistemológicos, se pronunciara Reis Torgal, quase uma década antes, no livro de história da história, área, na altura, ainda muito pouco explorada em Portugal. Em *História e Ideologia*, logo no capítulo de abertura *História, consciência histórica e ideologia* encerra, em jeito de súmula das suas «teses» centrais, afirmando preferir a ideia *de que a história é uma ciência, mas também uma «consciência», uma «memória», conceitos que dizem respeito, de forma mais ou menos complexa, à realidade*²⁷. A cientificidade da História coexiste com a presença constante e incontornável de ideologias que *agem nela de forma mais simples ou complicada*. Assumir esta evidência não significa «desvalorizar» a história ciência. Implica, pelo contrário, que *ela seja assumida cientificamente, sem prejuízos ideológicos, mas também*

²⁵ IGGERS, Georg G. – *La Ciencia histórica en el siglo XX: las tendencias actuales: una visión panorámica y crítica del debate internacional*. Presentación, adaptación y revisión científica de Fernando Sánchez Marcos. Barcelona, Idea Books, S.A., 1998, p. 107.

²⁶ CIZEK, Eugen – *Essai sur une théorie de l'histoire*. Bucaresti, Editura Universitatii din Bucuresti, 1998, pp. 166-167.

²⁷ TORGAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 41.

sem complexos «cientistas», e desejaríamos também que a «memória» de um povo se aproximasse o mais possível da «objectividade» perseguida pelo conhecimento científico da história .

Assentemos, pois, nesta perspectiva epistemológica e partamos dela para antever a postura do historiador que, imerso na Era da Informação, se encarregará de a «reconstituir» e compreender mantendo vivo o património historiográfico da Nova História e os matizes correctores, que a foram posteriormente equilibrando e conciliando com as condições e as limitações efectivas na construção do conhecimento histórico.

Calibrado por uma concepção da história «intermédia», o historiador, enquanto cientista social e apoiado no velho método «erudito-crítico» (constituído pelas três operações-chave: a heurística, a crítica e a hermenêutica), terá à partida todas as condições para reafirmar a cientificidade do seu trabalho de pesquisa, mas os desafios e os obstáculos que o aguardam podem ser antevistos como enormes e muito complicados.

É já possível vislumbrar, num horizonte próximo, a momentosa questão heurística e que é uma questão metodológica bastante delicada. Mais importante e, sobretudo, mais difícil que o controlo ou vigilância crítica sobre a reconhecida subjectividade, ou permeabilidade ideológica do historiador/pesquisador, parece ser a análise perscrutadora da realidade através de uma «película» grossa, e bastante armadilhada, de «representações» acumuladas, através, em suma, da «documentação digital» com que o historiador se debaterá cada vez mais. Não estou a declarar que a informação, registada em papel, tem um fim à vista, embora seja, hoje, uma tendência clara, por parte dos Estados e entidades privadas, com responsabilidades na custódia e no acesso ao património arquivístico e bibliográfico, no sentido da digitalização de milhares e milhares de documentos em papel, para além de que a produção quotidiana de informação ocorre, acentuadamente, em suporte digital. Mas sendo a informação (entenda-se: conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas ...) a via *sine qua non*, pela qual o historiador formula os seus problemas de estudo, giza as suas hipóteses e busca todos os elementos que lhe permitam sustentar o seu exercício hermenêutico e escrever, de forma credível, acerca do que e como aconteceu, estou a postular a extraordinária dependência que a pesquisa histórica tem e terá de um excessivo caudal de fontes (*o information overload* não é uma miragem, é hoje um pesadelo bem real...) produzidas e presas a um suporte tecnológico radicalmente diverso do papel, que tem de ser dominado e entendido para que a análise crítica — essencial ao trabalho historiográfico — possa ser feita com êxito.

Estando o real plasmado no «universo» digital e sendo o real inseparável do virtual, como tentei mostrar nos pontos anteriores, o trabalho historiográfico não poderá deixar de interpelar a vida humana (e será, por acaso, um assomo de delírio ficcional associar a esta a vida dos robôs que a robótica e a inteligência artificial estão a «criar» em laboratórios espalhados pelo Mundo), desenrole-se ela, fora ou dentro, do «espaço dos fluxos». Poderá o historiador, daqui a umas décadas, a despeito dos modismos e da efemeridade possível (traço forte da Pós-Modernidade) dos ambientes e redes sociais, ignorar a actividade intensa de pessoas, grupos, organizações e instituições no *Second Life*? Acho que não pode, nem deve... Mas, o problema heurístico e crítico põe-se e com agudíssima acuidade.

Como aceder à informação que permita desenvolver a pesquisa histórica? Como proceder à análise crítica que permita averiguar a autenticidade e veracidade dessas fontes? Sabendo nós, hoje, que muito do pensamento político, cultural, etc. se condensa em blogues, os quais se constituem referência obrigatória para a imprensa diária em papel e *on line*, blogues esses que levantam sérios problemas de credibilidade dos conteúdos divulgados e das fotografias expostas (a manipulação digital de imagens é, actualmente, uma prática banal e sofisticadíssima), não custa vê-los como fonte histórica no futuro, desafiando a capacidade crítica e hermenêutica dos historiadores.

Se muita da informação digital essencial ao trabalho historiográfico não puder estar (e não parece ser previsível que esteja), no domínio público e acessível de forma gratuita — as TIC, que acumulam informação, implicarão, para serem actualizadas e refrescadas ao ritmo da evolução futura do *hardware* e do *software*, despesas avultadas e que terão de ser suportadas pelos utilizadores e clientes —, como poderá o historiador atingir os seus objectivos de cientista social? Não está em causa a sua maturidade epistemológica para fazer ciência, mas a impossibilidade de, por um lado, obter «matéria-prima» e, por outro, de conseguir verificar a validade das fontes sem que seja informático...

É, para mim, óbvio que o historiador actual tem de ser e já é um info-incluído. Mas, a questão que deixo posta é outra, mais radical: o seu desempenho metodológico não o obrigará a adquirir sólidos conhecimentos de informática que lhe permitam, mesmo num registo interdisciplinar, submeter ao crivo da análise crítica fontes digitais «apócrifas» (perdoem-me o saboroso anacronismo)?

Sei que a diplomática contemporânea e autores como Luciana Duranti, com trabalhos e projectos situados no plano arquivístico e da preservação dos «documentos electrónicos», têm vindo a contribuir para que sejam encontradas soluções estáveis para que a História sobreviva, e a memória colectiva jamais se perca. Esse esforço meritório incide, porém, sobre a documentação governamental, a imprensa de âmbito nacional e internacional, as bibliotecas nacionais e públicas convertidas em bibliotecas digitais com funcionalidades inovadoras e pouco mais, deixando de fora uma imensidão de actores e de autores/produtores informacionais que não cuidarão de preservar a sua memória, partilhando-a com as empresas e serviços *on line*, onde, ou através dos quais, a produção e comunicação dos conteúdos fluem. Nessas circunstâncias a interrogação surge pertinente: quem e como conseguirá recuperar essa informação dispersa e «privatizada»?

Um historiador-biógrafo sabe que não pode prescindir da leitura atenta da correspondência diversa do seu biografado e dos coevos que, com ele, se entrecruzaram; acontece, porém, que a epistolografia em papel está a desaparecer e o *mailing* torna-se a regra. Mas, se os *mails* não forem descarregados no disco duro do computador pessoal (e se forem é preciso fazer *backup's* e transferências para equipamentos mais avançados, o que implica zelo e dispêndio de dinheiro), ficarão nos servidores das empresas, que prestam gratuitamente o serviço de correio electrónico, e essa informação toda fica sob sua custódia e presa ao destino incerto que elas terão (como poderá a lei proteger a salvaguarda da respectiva memória caso elas acabem e quem a guardará e possibilitará o acesso?). Este exemplo só, por si, é apelativo e perturbador...

E este é só um exemplo, entre muitos que podem ser evocados e que caracterizam o complexo desafio posto à capacidade metodológica do historiador, no futuro que se aproxima. Exemplos que tendem a confirmar a tese da metamorfose da Humanidade: não estamos diante do «último homem», mas diante da emergência expansiva de um novo *Homo* que terá todo o direito à sua História.

Que História será essa?

Nesta comunicação só poderia chegar a este ponto. Ir mais além, sem correr o risco de leviandade futurológica, parece-me impossível. Por isso, por aqui me fico até que algum tempo mais me faça voltar às diversas pontas desgarradas deste texto e me bafeje com novo fôlego para retomá-las, ousando um pouquinho mais em direcção ao desconhecido...

(Página deixada propositadamente em branco)

COMENTÁRIO

As cinco abordagens do painel *Teorias da História* representam outros tantos enfoques destinados a decodificar a dimensão empírica da ciência historiográfica nas suas relações com a teorização fundamental a uma interrogação sobre o real tal como ele ocorreu no passado. Assim, num momento em que se assiste a um certo retorno a Karl Marx, António Pedro Pita também regressou a um dos principais filósofos do marxismo dos anos 70, que marcou a nossa geração, Louis Althusser. Porém, este conferencista não voltou a um qualquer Althusser visto que a sua abordagem se centra no texto sobre o teatro «Le “Picolo” Bertolazzi e Brecht (notas para um teatro materialista)». Este é, na nossa opinião, um dos textos menos lidos do autor francês nos anos 70. Na verdade, as grandes questões que se colocavam nessa época em Althusser eram as de saber se houve ou não uma ruptura epistemológica entre o jovem Marx e o Marx da maturidade, a questão do humanismo e do eventual anti-humanismo teórico de Marx, o problema do teoricismo na obra de Althusser, etc. Estes são ainda hoje, a nosso ver, as questões essenciais na interpretação que o filósofo faz da obra de Marx. Isto não significa que se deva desvalorizar o texto sobre a estética, sobre o teatro materialista. Em todo o caso, o filósofo francês é hoje um autor integrado na história do pensamento marxista como já o fazia em 1983 (centenário da morte de Marx) um *Dicionário do Pensamento Marxista* publicado em Oxford¹, ou a obra publicada na mesma altura, em Cambridge, que procurava desenvolver a teoria marxista². Pessoalmente não somos tão cépticos em relação a Althusser como o historiador britânico Eric Hobsbawm que desvaloriza a obra do filósofo francês nas suas «Memórias» intituladas *Tempos Interessantes* publicadas em língua portuguesa em 2005³. Por isso, julgamos que a obra do filósofo, incluindo o texto sobre o teatro, é uma obra aberta que deve ser relida tal com os textos do próprio Marx.

¹ Cf. *A Dictionary of Marxist Thought*, Edited by Tom Bottomore, Laurence Harris, V. G. Kiernan and Ralph Miliband, Oxford, Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.

² Cf. *After Marx*, Edited by Terence Ball and James Farr, Cambridge University Press, Cambridge, London, New Rochelle, Melbourne, Sidney, 1984.

³ Cf. Eric Hobsbawm, *Tempos Interessantes. Uma vida no século XX*, Porto, Campo das Letras, 2005.

A conferência de Fernando Catroga chama-nos a atenção para a importância da vigilância epistemológica na historiografia e para a necessidade da crítica e da auto-crítica do trabalho do historiador. Na verdade, se como afirmou toda a acção humana é histórica como o poderiam não ser os esforços no campo do conhecimento no quadro da condicionalidade da história? Neste sentido, julgamos que a questão do tempo histórico é decisiva e no interior dessa temporalidade colocam-se os problemas donde surgem as problemáticas forjadas pelos historiadores. Concordamos, naturalmente, que a imaginação é fundamental para que se coloquem as questões historiográficas, mas também pensamos que as inquietações intelectuais surgidas, muitas vezes, pelo presente são indispensáveis à interrogação do passado. A necessidade de elaborar um questionário, a indispensabilidade de formular hipóteses, a capacidade de perguntar, são aspectos fundamentais no trabalho historiográfico colocados por este historiador. Claro, resta ainda o problema da verdade, da sua relatividade e da sua temporalidade.

Por outro lado, existe o problema das relações entre a história e as outras ciências sociais, do intercâmbio conceptual entre as diversas ciências da sociedade, questão sempre debatida. Contudo, Fernando Catroga frisa que só os historiadores põem problemas historiográficos. Será assim? É certo que só o historiador profissional tem a imaginação historiográfica que lhe permite ultrapassar o espírito tábua-rasa dos empiristas. Mas um outro cientista social que domine razoavelmente a linguagem da história e conheça, ainda que ligeiramente, a sua metodologia não poderá também colocar problemas historiográficos? Concordamos que a imaginação historiográfica não possa ser confundida com a fantasia e também não desconhecemos que as interpretações dos historiadores pressupõem um saber específico prévio. Mas não abandonamos a fantasia. Não será ela também um objecto historiográfico já que não há sociedades sem fantasias? É pertinente chamar a atenção para a necessidade de se interrogar o já investigado. Por isso, julgamos que quando um historiador escolhe um objecto específico o seu primeiro trabalho seja o de averiguar o que já se escreveu sobre o assunto. Daí a necessidade de se fazer a história da história. Nesta perspectiva, o conferencista tem razão ao definir as representações do passado como interpretações de interpretações, característica presente nas obras historiográficas, nas próprias fontes e na bibliografia activa e passiva. E se o conhecimento do passado ajuda a compreender o presente, para que melhor se realize o futuro, também é verdade que o conhecimento do presente é fundamental para a compreensão do passado. Nesta medida, também julgamos que o historiador deve ser um intelectual familiarizado com o tempo presente, informado sobre as grandes questões da actualidade, pois só assim é que poderá entender verdadeiramente o passado. O historiador isolado no seu gabinete de trabalho, rodeado por documentos e sem vivência humana poderá compreender de facto a história dos homens e das mulheres do passado? Por isso, também acreditamos que a vida é a grande mestra da história como a história é a mestra da vida.

Se Paul Ricoeur, citado por Fernando Catroga, afirma que «nós somos históricos» significa que nós temos um tempo e um lugar. E a historiografia situada no tempo tem que ser também entendida na sua historicidade. Marc Bloch definia-a como ciência dos homens no tempo. E assim parece ser como significam os conceitos de ciência

e de homem no tempo. Assim, será ilusório pensar que os investigadores podem estar fora dele. Afinal, como afirma aquele historiador tudo é histórico, incluindo a história feita pelos historiadores, com as suas verdades e com os seus erros porque os há também. Digamos que a história não tem desperdícios, tudo tem historicidade. Mas na sua selecção do passado tudo tem igual importância? E o que nos faz escolher este objecto em vez do outro? Julgamos que aqui entra a subjectividade do historiador que não se consegue libertar da sua condição de cidadão e de ser humano.

Com a sua comunicação «Democracia, Historicidade e Contexto», Rui Martins chama a atenção para a disponibilidade da história, para o problema do acolhimento e para a questão da capacidade do historiador para criar novas problemáticas a partir de desafios lançados pela própria actualidade. O homem e a sua ancoragem, a predisposição para a produção historiográfica, a adequação a determinadas instâncias políticas, a condição da sua demarcação e a contextualização, conceitos, a nosso ver, essenciais para um labor historiográfico correcto. Nesta perspectiva, também julgamos necessária a convocação para a problemática da noção de limite, mecanismo da própria democracia. Julgamos que a conceptualização é fundamental na historiografia. Os positivismo e os neo-positivismos historiográficos estão (ou deveriam estar) mortos, os modelos empíricos do conhecimento historiográfico perderam a validade. A Ciência historiográfica desde há muito que rompeu com o senso-comum. Ela tem uma linguagem própria, conceptual e a verdade que consegue alcançar não pode ser nunca a verdade das atitudes pré-críticas dos indivíduos.

Caio Boschi na sua comunicação intitulada «(Re)pensando o papel dos arquivos na operação historiográfica» chamou a atenção para a mais fulcral actividade do historiador: o seu diálogo e o seu contacto com as fontes. E numa atitude epistemológica vigilante frisou o perigoso acriticismo por parte dos investigadores quando trabalham com acervos documentais das instituições. Daí a necessidade de recuperação dos pressupostos metodológicos essenciais. A não ser assim surgirão os equívocos e distorções na produção historiográfica. A questão agrava-se, segundo este historiador, com as maiores facilidades criadas pelas novas tecnologias usadas na investigação científica. Nesta medida, Caio Boschi reflectiu sobre a sua vivência em projectos de pesquisa respeitantes à História Político-Administrativa da América Portuguesa. Mas perguntemos: Não haverá semelhantes perigos noutras áreas da historiografia?

Por fim escutámos a comunicação de Armando Malheiro da Silva intitulada «Em busca da cientificidade da História: Notas para um neo-cientismo crítico e anti-relativista». Partindo da reflexão sobre a chamada Sociedade da Informação, que sugere uma nova época — a Era da Informação, o historiador reflectiu sobre a cientificidade da História. Tomou como exemplo o domínio na Web designado *Second Life*, cujo criador pretendeu que fosse uma outra vida, ou um Mundo paralelo àquele em que vivemos. No *Second Life*, desenhado em três dimensões há uma réplica exaustiva da nossa vida terrena. Os jornalistas informam sobre o que se passa nesse Mundo e as suas notícias passam para os media reais. E perguntou se fazia sentido distinguir real e virtual. As teses relativistas ou pragmatistas com Rorty e Hayden White sucumbem ou reforçam-se perante o exemplo radical do *Second Life*? Para finalizar perguntemos: haverá, assim, uma distinção tão nítida entre o real e o virtual? Não será o virtual outro domínio da realidade, outra vida?

(Página deixada propositadamente em branco)

HISTÓRIA E POLÍTICA

(Página deixada propositadamente em branco)

Bernard Vincent

COMMÉMORER: LE CAS DE L'ESPAGNE (1981-2009)

Mémoire, lieux de mémoire, commémoration, devoir de mémoire, tels sont quelques-uns des termes ou des expressions qui ont envahi depuis les années 1980 notre vie. Leur présence insistante a des effets considérables sur le travail de l'historien et sur la place de celui-ci dans la société. Il existe une pression, pour ne pas dire une tyrannie de la demande mémorielle que tout historien ne peut négliger et en conséquence se doit d'examiner. Je souhaite dans le cadre de l'hommage à Luís Reis Torgal proposer à cet égard quelques réflexions sur ce qui me semble représenter un nouveau combat pour l'histoire. On me permettra de le faire d'un double point de vue en apparence extérieur à l'ensemble des travaux ici présentés puisque je m'exprimerai d'une part en historien moderniste, d'autre part en historien de l'Espagne, convaincu qu'il est toujours utile de bousculer les barrières tant chronologiques que géographiques et de rappeler que quels que soient les siècles ou les pays étudiés, nous faisons tous le même métier.

On me pardonnera la banalité d'un tel rappel mais force est de constater que nous vivons une évolution qui ne peut laisser indifférent. Le besoin, l'exigence de mémoire a deux conséquences fondamentales. L'histoire contemporaine et même peut-on préciser l'histoire du XX^e siècle est devenue le centre de gravité des études et des débats. Ensuite les historiens, traditionnels gardiens et pédagogues du passé sont désormais concurrencés par d'autres intervenants: témoins ayant une expérience d'un événement, juges, journalistes, politiques etc...

Ces derniers interviennent par le biais de deux registres principaux: celui de la loi et celui de la commémoration. Le premier a été illustré en particulier par l'activité du Parlement français qui a adopté depuis 1990 plusieurs lois «mémorielles», celle condamnant le négationnisme de la Shoah en 1990, celle de la reconnaissance du génocide arménien en 2001, celle sur l'esclavage et la traite négrière aussi en 2001. Il y eut même un texte recommandant d'enseigner les bienfaits de la colonisation, toujours en 2005. A l'issue d'une énorme polémique, celui-ci a été retiré. Si la loi de 1990 n'a pas provoqué de critiques dans le milieu des historiens, il n'en a pas été de même des suivantes puisqu'elle a entraîné la création d'une association Liberté pour l'histoire dont le président est Pierre Nora. Plus récemment le parlement espagnol a eu une démarche similaire qui l'a conduit en décembre 2007 à promulguer une loi sur la guerre civile et la dictature franquiste qui reconnaît les droits des victimes des persécutions et des violences.

Le second registre, celui de la commémoration a sans doute moins de prégnance parce qu'à la différence de la loi il n'est pas inscrit dans la durée. Il n'en contribue pas moins à définir une politique mémorielle et il présente l'avantage de pouvoir s'appliquer à n'importe quel épisode, proche ou lointain du passé. C'est pourquoi il existe en France depuis la fin de la seconde guerre mondiale un Haut Comité des Célébrations nationales qui dépend du Ministère de la Culture. Ainsi sous l'égide de cette institution ont été organisées en 2004 de nombreuses manifestations, du 1650^e anniversaire de la naissance du Saint Augustin (13 novembre 354) au 50^e anniversaire de la mort du peintre Henri Matisse. Mais les plus importantes ont accompagné le bicentenaire de la rédaction du code civil et le 60^e anniversaire des débarquements de Normandie et de Provence, le centenaire de l'entente cordiale franco britannique et le cinquanteenaire de la fin de la guerre d'Indochine. Il est symptomatique que le guide des célébrations nationales ne fasse pas mention du déclenchement, en 1954 aussi, de la guerre d'Algérie, les politiques commémoratives se lisant autant dans les absences que dans les présences. Pour 2010, le programme du Haut Comité prévoit le patronage de manifestations concernant le centenaire de la naissance des écrivains Jean Anouilh et Julien Gracq et de l'acteur Jean-Louis Barrault, le centenaire de la mort de la cantatrice Pauline Viardot, du photographe Félix Nadar et du Douanier Rousseau, le peintre, et le bicentenaire de la mort d'Alfred de Musset et de Frédéric Chopin.

L'expérience espagnole en la matière mérite un examen approfondi. En renouant avec la démocratie en 1975 l'Espagne a connu bientôt une sorte de vertige commémoratif dont l'explication relève de trois facteurs. Il fut désormais possible d'évoquer des pans entiers d'un passé que le franquisme avait soigneusement occultés ou instrumentalisés. Ensuite le spectaculaire développement économique permit à la fois de mettre l'accent sur la modernité du pays et de faire des commémorations une vitrine de ce phénomène, enfin la classe politique dans son ensemble fut bientôt convaincue qu'elle tenait un outil singulièrement puissant et efficace en une période où la nation est en débat.

Le point de départ d'une fièvre commémorative qui je crois n'a pas égal ailleurs, se situe en 1981. Le 10 avril le gouvernement de Leopoldo Calvo Sotelo créa la Commission nationale du cinquième centenaire de la découverte de l'Amérique. Rapidement le projet fut amplifié, et à la commémoration de la geste colombine fut associée celle de la prise de Grenade par les chrétiens en janvier 1492 et celle de l'expulsion des Juifs d'Espagne en mars 1492. Il fut immédiatement assumé et même renforcé par le gouvernement de Felipe Gonzalez lorsque celui-ci accéda au pouvoir à l'automne 1982. Les objectifs extrêmement clairs furent alors rappelés par Javier Solana, ministre des Affaires Étrangères: donner un élan décisif à une communauté ibéro-américaine des nations, diffuser la réalité d'une Espagne démocratique en voie de modernisation, faire participer tous les citoyens espagnols aux commémorations. La présentation du programme par le ministre des Affaires Étrangères montrait, s'il en était besoin, que l'entreprise avait une double dimension nationale et internationale.

Je ne m'attarderai pas sur les modalités des commémorations organisées en Espagne en 1992 sur la base de ce programme. Il suffit de rappeler que parmi les manifestations qui se sont alors tenues deux ont eu un retentissement planétaire, l'exposition universelle de Séville qui fut ouverte pendant presque six mois et les Jeux Olympiques de Barcelone, même si ceux-ci n'avaient rien à voir avec le cycle commémoratif.

Mais il y eut là une heureuse coïncidence qui permit de mieux souligner la modernité de la démocratie espagnole retrouvée. De toute manière le programme réalisé en 1992 avait été précédé par un autre, en 1988-1989, de moindre envergure et n'ayant pas fait l'objet d'une préparation aussi longue et aussi minutieuse, mais dont la teneur et l'esprit traduisent bien les objectifs et les enjeux des commémorations. 1989 fut pour le monde entier le temps des célébrations évoquant la Révolution Française et surtout *la déclaration des droits de l'homme et du citoyen*. L'Espagne de 1789 n'avait guère participé à l'élan ayant ébranlé l'Ancien Régime. Comment pouvait-elle se joindre au concert international afin de témoigner de la fermeté du chemin emprunté après la mort de Franco en 1975? Surgit l'idée de rendre solennellement hommage à la figure de Charles III «le roi des lumières» mort précisément en 1788 après un règne de trente ans. Parmi les actes qui ont marqué l'année 1988 le plus spectaculaire fut sans aucun doute l'érection au centre de la Puerta del Sol, la place emblématique de Madrid, de la statue du souverain. Sur la base de celle-ci ont été gravés une liste de 71 noms de ministres, écrivains, artistes, scientifiques etc... dont l'œuvre s'est située pendant le règne de Charles III et une inscription interminable, peut-être la plus longue jamais inscrite sur une statue. La liste réserve quelques surprises. On peut ainsi se demander pourquoi y figure le marquis de la Ensenada qui exilé en province dès 1754 n'a joué aucun rôle sous le règne de Charles III. Inversement il y a des absences significatives: les ecclésiastiques y sont très peu représentés, ainsi si Lorenzana est présent Feijoo ne l'est pas ; les étrangers au service du Roi d'Espagne ont rarement été retenus, si le marin Malaspina et l'architecte Sabatini figurent, ni le ministre Grimaldi, ni le naturaliste Bowles, ni l'architecte Sachetti, ni le peintre Tiepolo ne sont mentionnés. Et bien entendu, pas davantage, Esquilache ministre qui a été la principale cible des mouvements populaires de 1766 ni O'Reilly, le chef de l'expédition manquée à Alger en 1775. L'inscription précise bien le sens que l'on a voulu donner au monument. Le texte souligne le caractère éclairé d'un règne placé sous le signe de la modernisation — terme employé deux fois et accompagné de ceux de régénération, réforme et embellissement. La série des verbes qualifiant l'œuvre de Charles III est particulièrement emphatique «fortaleció, patrocinó, promovió (deux fois), propició, creó, apoyó, desarrolló, reconquistó, impulsó». Les temps difficiles (les émeutes de 1766) les échecs militaires (à la Havane et à Manille en 1762, à Alger en 1775), les décisions ayant suscité des polémiques comme l'expulsion des jésuites d'Espagne en 1767 sont oubliés.

Le ton était donné. Les commémorations de 1988 et de 1992, si proches dans le temps ont eu une profonde influence sur les rapports entre histoire, politique et société. Les unes et les autres ont considérablement servi à ce que Luis Yañez a résumé d'une phrase, à la fin de l'année 1992, «poner España en su sitio». L'Espagne de la fin du XX^e siècle montrait qu'elle était la digne héritière de phases parmi les plus brillantes de son histoire, la fin du XV^e siècle, la seconde moitié du XVIII^e siècle. En outre la société espagnole, par son affluence aux manifestations proposées a montrée son adhésion au message ainsi délivré. Enfin le monde politique a saisi l'importance des enjeux des commémorations. C'est pourquoi quand le Partido Popular est arrivé au pouvoir, en 1995, il s'est immédiatement engagé dans la voie que le PSOE avait tracée. Un programme destiné à commémorer à la fois le IV^e centenaire de la mort de Philippe II (1998) et le V^e centenaire de la naissance de Charles Quint (2000) fut

dessiné et confié à la responsabilité de Juan Carlos Elorza Guinea. Expositions, congrès, publications, concerts se succédèrent pendant deux ans. Un discours du chef du gouvernement, José Manuel Aznar, du 7 septembre 1999 exprime bien l'esprit qui présidait au projet commémoratif non seulement du moment mais aussi de l'ensemble de la période 1980-2000: «si es cierto que España retrasó algunas veces su caminar europeo, no podemos olvidar que estuvo en el origen de la Europa moderna de la que fue gran potencia militar, política, jurídica y cultural». De fait dans tous les discours officiels prononcés dans le cadre des commémorations filippines ou carolines l'accent fut mis tant par le roi Juan Carlos que par José Manuel Aznar et par Juan Carlos Elorza sur la modernité espagnole et sur l'impulsion donnée par Charles Quint et Philippe II à la construction européenne.

La conviction, largement répandue, d'un lustre retrouvé a donc été le moteur d'une intense politique de commémorations. Une telle entreprise n'allait pas sans difficultés. Elle ne pouvait être conduite que si elle recueillait un large consensus dans la société espagnole et ne blessait pas les sensibilités des opinions publiques d'autres pays? C'est là le double garde-fou de tout programme commémoratif mais dont les dimensions sont singulièrement importantes dans le cadre d'un projet ambitieux comme celui de l'Espagne de la fin du XX^e et du début du XXI^e siècle. Cette double exigence n'a pas été sans conséquence sur le contenu des commémorations et des discours qui les ont sous-tendues. Ainsi alors que s'exprimait le souci de l'Espagne de jouer un rôle déterminant dans la construction d'une communauté ibéro-américaine des nations, il convenait de ne pas célébrer la geste de Christophe Colomb d'une manière triomphaliste. Si en 1981 le lancement des commémorations de 1492 s'est fait sous l'égide de la Commission nationale du cinquième centenaire de la découverte de l'Amérique, le mot découverte fut en 1992 banni du vocabulaire officiel et remplacé par le mot rencontre. De même il n'a guère alors été question de l'expulsion des Juifs des territoires espagnols et de la prise de Grenade par les chrétiens. Ces événements ont servi de prétexte à l'évocation de «l'apport des Juifs à la personnalité socio-culturelle espagnole» et à la brillante civilisation d'Al-Andalus. Cette période a connu toutefois une exception le 31 mars 1992, le roi Juan Carlos s'étant rendu cinq cents ans jour pour jour après la promulgation du décret d'expulsion à la synagogue de Madrid pour participer à un acte de repentance. Ce précédent n'a pas été oublié et au sein du monde maghrébin se sont récemment élevées des voix, pour demander qu'une démarche de même nature ait lieu lors du quatrième centenaire de l'expulsion des morisques, décidée le 4 avril 1609. Mais sans succès.

Les gouvernements qui se sont succédé en Espagne depuis les années 1980 ont également pris beaucoup de précautions en direction de la population espagnole. Ils eurent soin d'associer le plus grand nombre possible de lieux aux cérémonies prévues. Les commémorations du V^e centenaire des événements de 1492 se déroulèrent à Tolède, Valence, Grenade, Séville, Palos (province de Huelva), Bayona (province de Vigo)..; Madrid a eu d'autant moins de prééminence dans l'ensemble du processus que les regards furent comme je l'ai déjà rappelé portés surtout vers Séville et l'exposition universelle et vers Barcelone et les Jeux Olympiques. Un schéma identique fut adopté entre 1998 et 2000. Il est significatif que les trois grands congrès autour de la figure de Philippe II aient eu lieu à Madrid, Barcelone et Lisbonne — le Roi-Prudent avait été aussi souverain du Portugal — et que les trois principaux organisés autour de la

figure de Charles Quint aient eu lieu à Madrid, Barcelone et Grenade. Ces choix avaient été mûrement réfléchis comme le souligna le discours prononcé à Valladolid par José Maria Aznar le 7 septembre 1999 à l'occasion de l'inauguration de l'exposition *la época de Carlos V y Felipe II en la pintura de historia del siglo XIX* «Muchos pensaron que Madrid se convertiría en sede exclusiva en las conmemoraciones. No ha sido así. El proyecto se ha desarrollado en diversos lugares de España y hay que felicitar por esta orientación que no acaba de ser recordada, y por la participación de Comunidades Autónomas y Ayuntamientos de toda España».

Il s'agissait bien de ne pas donner une part trop belle à la capitale en particulier, à la Castille en général. Ce souci eut également des répercussions sur le contenu des commémorations de toute la période. En 1992, le cinq centième anniversaire de la publication de la grammaire castillane d'Antonio de Nebrija a été très discrètement célébré afin de ne pas froisser tous les locuteurs catalans, basques et galiciens. En revanche l'élection à la papauté du valencien Rodrigo Borja (Alexandre VI) dont la langue maternelle était le catalan, n'a pas été célébré en dépit du souhait de la Généralité de Catalogne. Le rappel de l'existence mouvementée du souverain Pontife constitua un motif suffisant pour ne pas l'exaucer. La Généralité eut plus de succès, en 2000, lorsque se présenta la possibilité de fêter le tricentenaire, de l'accession des Bourbons au trône d'Espagne. Les Catalans ayant pris le parti de l'archiduc Charles le prétendant Habsbourg, Barcelone souffrit beaucoup de la répression de l'armée de Philippe V. Il n'y eut pratiquement pas de commémorations de l'événement.

C'est précisément à la fin de l'année 2000, en décembre, qu'une nouvelle étape fut en Espagne franchie dans le domaine des commémorations. Depuis 1981 et la création de la Commission nationale du cinquième centenaire de la découverte de l'Amérique chacune des éphémérides retenues fut célébrée sous l'égide d'un organisme spécifique. Nous l'avons vu longuement pour 1992, 1998 et 2000. Il en a été de même pour la commémoration en 1996 du 25^e anniversaire de la naissance de Goya. Le 15 décembre 2000 a été institué par le Conseil des Ministres la Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior (SEACEX) devenu ensuite Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales (SECC) chargée d'organiser dans la durée tous les programmes commémoratifs. Cet organisme est dirigé par un Président assisté d'un budget important. Il a au cours de la première décennie du XXI^e siècle mis l'accent sur le quatrième centenaire de la publication de la première partie du Quichotte en 1605 et depuis 2008 sur le bicentenaire de la résistance à l'invasion napoléonienne. Les commémorations sont devenues un instrument permanent de la politique.

Une telle évolution n'est pas sans poser des questions importantes aux historiens qui deviennent des acteurs majeurs de ce processus. Il a été calculé que 887 chercheurs ont participé aux diverses manifestations des commémorations de Charles Quint et Philippe II. La communauté scientifique reçoit de la sorte une aide considérable permettant à la fois de publier dans de bonnes conditions et de disposer d'une audience singulièrement élargie dans la société et ce d'autant plus que les éditeurs privés mettent aussi l'accent sur l'actualité commémorative.

Il ne s'agit donc pas de se tenir à l'écart de ce mouvement. Les commémorations peuvent être l'occasion d'établir de très utiles bilans de recherche et de faire de fructueuses propositions pour l'avenir. Elles constituent une véritable aubaine à condition que les historiens sachent en mesurer les enjeux, les contraintes et les conséquences.

Cette remarque est applicable à tous, quelle que soit la période étudiée. Il va de soi que les risques de dérive sont immédiatement évidents pour l'histoire du XX^e siècle mais les exemples fournis plus haut administrent la preuve, me semble-t-il, que n'importe quel événement, aussi lointain dans le passé soit-il peut être instrumentalisé.

Nos manières de faire de l'Histoire peuvent en être bouleversées. Nous pouvons être amenés à perdre une partie de l'initiative de nos recherches et à surinvestir certains champs d'étude en délaissant d'autres tout aussi importants. Nous pouvons surtout évoluer, consciemment ou inconsciemment, vers une histoire artificiellement consensuelle, aseptisée et politiquement correcte. Le danger nous guette non pas tant à cause de la pression du monde politique — qui accomplissant sa mission a jusqu'ici défini l'esprit des commémorations sans jamais imposer le programme — que d'un conformisme et d'une autocensure des historiens eux-mêmes. Les aspects négatifs des commémorations sont accentués par l'incitation éditoriale à publier, souvent à la hâte, des livres qui pourraient atteindre un fort tirage. La quête d'une large reconnaissance sociale et l'appât du gain peuvent avoir des effets dévastateurs. On peut de la sorte regretter que l'Amérique hispanique n'ait pas été étudiée lors des énormes colloques Philippe II, tenus à Madrid et à Barcelone en 1998¹. La lacune n'avait pas échappé à la sagacité d'Antonio Dominguez Ortiz, auteur de la contribution madrilène inaugurale.

Nous pouvons aussi déplorer l'usage inconsidéré de la biographie car, à côté de belles réussites, beaucoup d'entre elles visent à présenter les personnages étudiés, les souverains en particulier, sous un jour étonnamment favorable. Dans le nouveau et complexe paysage de l'histoire d'aujourd'hui les historiens doivent plus que jamais ne pas céder à la facilité et être les gardiens de l'esprit critique.

ANNEXE

TEXTE DE LA STATUE DE CHARLES III (MADRID, PUERTA DEL SOL)

Carlos III de España hijo de Felipe V e Isabel Farnesio nació en Madrid en 1716 casado con Doña María Amalia de Sajonia fue duque de Parma Piacenza y Toscana y Rey de Napoles sucedió a su hermanastro Fernando VI en el trono de España en 1759 monarca ilustrado gobernó y modernizó el país con ayuda de notables políticos reformadores pensadores científicos y artistas fortaleció la jurisdicción ordinaria y el poder civil frente a otros poderes. Dictó medidas para la regeneración de la sociedad y el fomento de las buenas costumbres. Patrocinó el estudio de las ciencias la medicina y las artes favoreciendo la creación de instituciones culturales y de las sociedades económicas de amigos del país. Promovió la reforma agraria la minería la industria y el comercio incrementándose durante su reinado las instalaciones fabriles y el desarrollo de la actividad de los puestos navales. Propició la colonización de nueva

¹ *Felipe II (1527-1598), Europa y la Monarquía católica*, 4 volumes, José Martínez Millán ed., Madrid, editorial Parteluz, 1998; *Felipe II y el Mediterráneo*, 4 volumes, Ernest Berenguer Cebria ed., Madrid, Sociedad Estatal para las Conmemoraciones de los Centenarios de Carlos V y de Felipe II, 1999.

poblaciones. Auspició la construcción de canales y caminos facilitando al tráfico de mercancías y personas. Suprimió las rentas provenientes de haciendas provinciales fueros aduanas internas y monopolios estableciendo una única contribución. Instauró la libertad de comercio con América. Creó el banco de San Carlos primer banco nacional del reino. Apoyó la independencia de las colonias norteamericanas. Promovió las expediciones científicas a América y Australia. Desarrolló una política de creación de riqueza en los virreinos. Reconquistó Menorca. Impulsó la modernización y el embellecimiento de las poblaciones peninsulares americanas mediante el trazado de paseos y alamedas el establecimiento de alcantarillado y alumbrado público la imposición de medidas higiénicas y de limpieza de las ciudades la construcción de hospitales y cementerios extramuros y la aplicación de ordenanzas municipales. Las grandes obras que realizó en la Corte lo proclaman como el mejor alcalde de Madrid. Murió el año 1788.

LES NOMS INSCRITS SUR LA STATUE DE CHARLES III

CADALSO FORNER IRIARTE SAMANIEGO ARTEAGA CLAVIJO CABANILLES
LORENZANA MENGES ULLOA MAYANS

PEREZ BAYER LARDIZABAL GOYA VILLANUEVA VENTURA RODRIGUEZ
MARQUET CABEZAS MELLA PONZ ARNALL

SABATINI HERMOSILLA CARNICERO LEMAYR ALTUNA NAROS PEÑAFLOIDA
MASDEU JORGE JUAN BETANCOURT

TOMAS LOPEZ BAILS MELENDEZ VALDES FERNANDEZ MORATIN BAYEU
GONZALEZ VELAZQUEZ FERONDA ARANDA

CABARRUS CAMPOMANES OLAVIDE JOVELLANOS AZARA RODA
FLORIDABLANCA ENSENADA FERNAN NUÑEZ VIRGILI

PEDRAYES FOS GIMBERNAT CONDESA BENAVENTE CARMONA RICLA
PARET MAELLA MACANAZ SANCHA

CELESTINO MUTIS MALASPINA WALL CAPMANY LARRUGA ASSO TOFIÑO
CRILLON VIRREY AMAT

(Página deixada propositadamente em branco)

Carlos Cordeiro

UM PERCURSO POLÍTICO:
JOSÉ BRUNO TAVARES CARREIRO (1880-1957).
DE ABNEGADO REGENERADOR A AUTONOMISTA PRAGMÁTICO

A História tem assistido, nos últimos tempos, à renovação dos estudos biográficos. Após décadas de uma historiografia preocupada, sobretudo, com as análises estruturais sobre a economia, os movimentos sociais, a evolução das mentalidades, em que o indivíduo parecia ter sido relegado para o limbo da História, regressa o estudo biográfico, não enquanto exercício panegírico, mas na abordagem científica do papel do biografado no ou nos contextos históricos que é preciso compreender.

Não será, propriamente, um estudo biográfico que nos propomos apresentar sobre tão importante personalidade da cultura, da política e do jornalismo açoriano. O nosso propósito limita-se a, com base na bibliografia e documentação que pudemos consultar, esboçar a intervenção política de José Bruno Tavares Carreiro em contextos históricos tão diversos como os da Monarquia Constitucional, a I República, a Ditadura Militar e (menos significativamente) o Estado Novo. Não serão mais do que ténues traços de um percurso que apresentamos com hiatos bem notórios. E, certamente, isto fica a dever-se não a uma menos relevante participação na vida comunitária nesses períodos, mas ao facto de não termos acedido a fontes documentais ou outras que, de algum modo, pudessem ilustrar melhor as suas preocupações, os seus propósitos e a indagação das soluções que considerava mais justas e adequadas ao desenvolvimento e bem-estar da sociedade açoriana. Estamos, porém, certos de que a sua influência não deixaria de se fazer notar nos círculos políticos e intelectuais com que mantinha contactos.

E neste percurso não podemos deixar de ter em conta que a vida pública de José Bruno se insere em tempos de grandes mudanças aos mais diversos níveis. Desde logo, a nível internacional, a ocorrência das duas guerras mundiais, com todos os flagelos que delas resultaram. Em termos nacionais, é bem agitado o percurso político: a crise da Monarquia Constitucional, o regicídio, a implantação da República, a participação de Portugal na Grande Guerra, a Ditadura Militar, o autoritarismo estadonovista. Foi, pois, nesse mundo de profundas alterações que se movimentou José Bruno Carreiro, que, além do mais, foi um importante homem de cultura¹.

¹ A sua obra *Antero de Quental: subsídios para a sua biografia* (2 volumes), Lisboa, ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1948 continua a ser de consulta obrigatória. Em 1949 publicaria *Hintze Ribeiro*,

Falta-nos, ainda, uma biografia de José Bruno Carreiro, e é já bem tempo de se ir pensando nessa hipótese, por exemplo, a nível de provas académicas. Não há dúvidas de que a conferência do Dr. João Bernardo Rodrigues, em 1980, aquando do centenário do nascimento de José Bruno, publicada em separata pela *Insulana*², é merecedora de vivo elogio pela investigação que comporta e pela compreensão do relevo de José Bruno, não só nos âmbitos do jornalismo e da política, mas também nas áreas da cultura e da administração pública. Mas trata-se de um texto que resulta de uma conferência, com as compreensíveis limitações que isto implica. Estou convencido de que a figura e a obra de José Bruno Tavares Carreiro serão ainda objecto de um trabalho científico de qualidade, ainda que se compreenda as dificuldades de o encetar, visto que implicará uma abordagem de tipo interdisciplinar, dadas as actividades em que se envolveu e campos de interesse que cultivou.

Nascido em 1880, em Coimbra, a infância de José Bruno Carreiro foi passada em Ponta Delgada, tendo, depois, frequentado o liceu no continente. A primeira matrícula de José Bruno na Universidade de Coimbra verifica-se no ano lectivo de 1899/1900. Frequentaria, até 1904, a Faculdade de Direito. Ai conviveu, certamente, com colegas que, num lado ou no outro das barricadas políticas e ideológicas, viriam a destacar-se na vida política e cultural do País³. Colegas seus chegaram a ministros, quer no período da I República⁴, quer no do Estado Novo⁵. Outros foram diplomatas⁶, governadores civis, presidentes de câmara, professores universitários, juízes conselheiros. Conviveu com republicanos, com monárquicos, com republicanos que se tornaram monárquicos⁷ e com monárquicos que se tornaram republicanos.

Foi, por exemplo, colega e amigo de Alberto Costa, o famoso Pad-Zé a quem, aliás, dedica uma sentida homenagem nas colunas do seu jornal, por alturas do suicídio do autor de *O Livro do Doutor Assis*. Neste artigo, refere-se à vida boémia de Pad-Zé e relembra episódios que, de algum modo, apontam no sentido de José Bruno também não ter sido alheio à boémia:

sep. da «Insulana», V (3-4), Instituto Cultural de Ponta Delgada. Em 1955 viria a público a *Vida de Teófilo Braga. Resumo Cronológico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955 e *Cartas de Amor à Viscondessa da Luz, de Garrett* (coord e anot.), Lisboa, ed. da Empresa Nacional de Publicidade, s. d. (1955). Publicou ainda *O Drama do Capitão Dreyfus*, ed. Educação Nacional, Porto, s. d. (1951), *A Aliança Inglesa: o grande triunfo da diplomacia portuguesa na confirmação da aliança pela declaração secreta de 14 de Outubro de 1899*, Coimbra, Arquipélago, 1960, além de ter colaboração dispersa por jornais e revistas regionais e nacionais.

² João Bernardo de Oliveira Rodrigues, «Dr. José Bruno Carreiro», in *Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, vols. XXXVI-XXXVII (1981-1982), Ponta Delgada, ICPD, pp. 78-110.

³ Jaime Cortesão, por exemplo, colega de José Bruno no 1.º ano, no ano lectivo de 1899-1900. Foi também colega de José d'Arruella, do dramaturgo Alfredo Cortês, do conhecido professor universitário Beza dos Santos. Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1899-1900*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900, pp. 55-58.

⁴ O caso de João de Barros, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1924-25.

⁵ José Caeiro da Matta, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Educação Nacional, nos anos 30 e 40.

⁶ O caso de Rui Ulrich.

⁷ Alfredo Pimenta será um deles.

«Num instante e num trabalho prodigioso de imaginação, todas as hipóteses ficavam previstas, todos os cálculos feitos e todas as dificuldades varridas, quer pensasse na implantação da República, quer se tratasse da organização do *programa* de uma complicada noite, a começar com *bocks* no Lusitano e a acabar com uma ceia de madrugada, em Tentúgal, onde muitas vezes o sol nos surpreendeu abancados a uma mesa junto da lareira, atacando uma travessa de peixe frito ou devorando nacos de vitela assada, – enquanto o Pad-Zé, muito sério, de pé, com o copo na mão, ia recitando uma célebre *ode*»⁸.

Esta camaradagem está, aliás, bem expressa no facto de José Bruno Carreiro ter incluído, com grande destaque, a personagem do Pad-Zé (desempenhada pelo próprio), em *Uma Véspera de Feriado. Peça de costumes de Coimbra*⁹.

Vivia-se, na Universidade, um ambiente de certa forma agitado, herdeiro das fortes movimentações estudantis na sequência do Ultimato de 1890, mas também reflexo da designada crise do fim do século.

Com efeito, as ideias de decadência e da conseqüente urgência de regeneração dos diversos sectores da vida nacional, especialmente o político, marcavam, sem dúvida, o discurso cultural dessa transição do século XIX para o XX, a que, naturalmente, a Universidade não ficava alheia¹⁰. Aliás, a oração de sapiência proferida por Bernardino Machado a abrir o ano lectivo de 1904-1905 transporta a ideia de crise para dentro da própria Universidade:

«Em tudo, eu identifico, no meu pensamento, e no meu coração, a imagem da escola com a imagem da pátria, em tudo, nas minhas tristezas pelos seus revezes e decadência, como na minha inextinguível confiança no seu ressurgimento»¹¹.

Havia, pois, a necessidade de uma profunda reestruturação do ensino, e a transformação da Universidade em lugar de liberdade e criação: «uma universidade — dizia — deve ser uma escola de tudo, mas sobretudo de liberdade. Nem o professor é um pontífice, nem o discípulo um catecúmeno»¹². É, pois, neste ambiente de efervescência cultural e política que José Bruno se forma em Direito.

Duas décadas passadas, Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa*, que integrara a «Missão Intelectual» (1924), caracteriza José Bruno como um estudante dado à boémia:

⁸ José Bruno, «Alberto Costa 'Pad-Zé'. À memória de um amigo», in *O Distrito*, Ponta Delgada, 1908, Novembro, 18.

⁹ José Bruno, *Uma Véspera de Feriado. Peça de costumes de Coimbra*, 3.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1929 (1.ª edição – Coimbra, 1904).

¹⁰ Sobre o assunto, veja-se, por exemplo, a síntese de José Esteves Pereira, «A tensão entre progresso e tradição», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, S. A., vol. II, 1990.

¹¹ Bernardino Machado, *A Universidade e a Nação*. Oração inaugural do ano lectivo 1904-1905, recitada na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra no dia 16 de Outubro de 1904, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, p. 19.

¹² *Ibidem*, p. 5.

«Primeiramente o José Bruno foi para mim o eco dum nome, o vago fantasma dum estudante de Coimbra cuja mocidade não se consumia unicamente no estudo e na veneração dos mestres, pois que para além dos severos textos civilistas tinha a sua lenda de poeta, de boémio, de insubmisso, com a elegância natural de quem já sabia que a palavra e o gesto são a melhor paisagem para o espírito. Acabada a formatura, da cidade de Minerva transitou você para a de Ulisses e da capa e batina, oleografia romântica do Choupal e arrepiada água-forte da Via Latina, passou para a estúrdia lisboeta, cuja sala dos capelos era o «Tavares», onde você mostrava à roda dos seus íntimos que tinha talento para ser milionário e um santo pai em Ponta Delgada, que, com as suas mesadas pontuais, contribuía para elevar o preço do *Pommery*» [...].

Creio [...] que uma noite alguém me perguntou: viste o José Bruno? Eu, que nunca gozara a graça da sua presença, sentindo que ele existia mais como um tema lírico, uma razão sentimental de efémeras ceias de mancebos nostálgicos, respondi: o José Bruno está neste momento a ser tocado à guitarra num gabinete do Tavares!»¹³

Passados vinte e cinco anos, o olhar retrospectivo de José Bruno Carreiro sobre o ambiente universitário «do seu tempo» é já algo crítico. Considerava então a geração a que pertencera, a famosa «geração do centenário da sebenta»¹⁴, como «iconoclasta» e «céptica»: «tudo era ainda, como cantou Afonso Lopes Vieira, o romance, a troça, a banza e a cantiga»¹⁵. Tratava-se, na sua opinião, de uma geração marcada por «uma atmosfera de negativismo demolidor», contrariamente ao que acontecia um quarto de século passado:

«Parece-me que a geração de hoje possui geralmente das coisas do mundo e da vida uma noção mais grave, mais nobre, mais alta do que nós no nosso tempo de estudantes»¹⁶.

Nesse intervalo assistira-se ao fim da Monarquia, à implantação da República, à sua decadência e queda e ao golpe do 28 de Maio de 1926, para além, naturalmente, da Grande Guerra com todo o seu cortejo de desgraças. No fundo, os jovens estudantes, desde cedo, se haviam confrontado com a «derrocada que convulsiona as sociedades» e debatido com a anarquia num mundo saído da Guerra. Tivera, pois, a nova geração que fazer escolhas, até por instinto de conservação — salvando o país do «suicídio nacional»¹⁷.

O que nos sugere a leitura do prefácio à 3.^a edição de *Uma Véspera de Feriado...* é uma certa expectativa na possibilidade de «redenção nacional», que a sua geração de Coimbra não soubera acalentar, antes a desbaratara num mundo de fantasia.

¹³ Carta de Joaquim Manso a José Bruno Carreiro [Lisboa?], [1924]. SDUA, *Fundo Carreiro da Costa*.

¹⁴ V. a descrição do «centenário da sebenta», de 1899, em Trindade Coelho, In *Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas*, 8.^a ed. Lisboa, Portugal, 1969.

¹⁵ José Bruno, *Uma Véspera...*, p. XV.

¹⁶ *Ibidem*, p. XIV.

¹⁷ *Ibidem*, p. XIV.

Relativamente à formação académica, não é menos crítico o filtro da memória:

«Muitos fomos [...] os que um dia partimos do Mondego sem qualquer vestígio da ciência que durante cinco anos nos fora laboriosamente ministrada»¹⁸.

Findo o curso, não seguiria os passos dos colegas que optaram pela contestação republicana ao poder instituído. Saiu monárquico regenerador, num contexto político-partidário marcado pelo divisionismo e a desagregação dos partidos do designado «rotativismo monárquico». Uma conjuntura em que eram patentes os sintomas de decadência das instituições monárquicas. João Franco governava, primeiro apoiado na «concentração liberal», depois, em ditadura.

José Bruno Carreiro assumiu, em Ponta Delgada, a propriedade e a direcção de um novo jornal: *O Distrito*, com primeiro número datado de 5 de Julho de 1906, para apoiar, sem reservas, o Partido Regenerador. O jornal é nitidamente partidário: *semanário regenerador*¹⁹, como vinha bem expresso em subtítulo. Teve como primeira missão a propaganda eleitoral regeneradora numa oposição difícil à «concentração liberal», que incluía franquistas e progressistas, localmente bem dirigidos por José Maria Raposo de Amaral, talvez o mais prestigiado líder político micaelense da época. O jornal ataca com profunda virulência os seus opositores políticos, tendo mesmo sido levantados três processos judiciais ao seu director. Alguns artigos atingiam o ataque pessoal, sobretudo nas referências ao presidente do Governo e ao chefe dos progressistas locais, Raposo do Amaral²⁰. João Franco chega, por exemplo, a ser tratado como «réu confesso da desonra pessoal e política»²¹, de «ambicioso medíocre», de «aventureiro desqualificado política e moralmente» ou de «epiléptico²² atacado de monomania presidencial»²³, questionando-se: «estamos em face de um cínico ou de um doído?»²⁴

O seu jornal, e certamente pela sua pena, lançou também críticas acesas à intervenção da Igreja nos assuntos da política, entrando numa acesa polémica com o jornal *São Miguel*, do Partido Nacionalista, e desafiando o bispo da diocese a esclarecer os fiéis sobre a separação entre assuntos políticos e questões religiosas²⁵.

¹⁸ *Ibidem*, p. XVI.

¹⁹ *O Distrito*. Semanário Regenerador, n.º 1, Ponta Delgada, 1906, Julho, 5.

²⁰ José Maria Raposo de Amaral é considerado, por exemplo, «um chefe político sem ideias, sem convicções, sem princípios e sem brio, excelente galopim eleitoral e apreciável *meneur* de eleições». *O Distrito*, Ponta Delgada, 1907, Junho, 20.

²¹ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1907, Junho, 6.

²² O jornal lisboeta, de tendência republicana, *O Mundo*, de 18 de Junho de 1907, publicava um panfleto do médico Artur Barbosa Leitão, em que João Franco era apresentado como um louco epiléptico, irresponsável e perigoso. Cf. José Miguel Sardica, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 62.

²³ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1907, Junho, 6.

²⁴ *Ibidem*, *Idem*.

²⁵ Cf. *O Distrito*, Ponta Delgada, 1908, Maio, 21 e 1908, Junho, 4.

Num dos artigos que deu azo a processo por abuso de liberdade de imprensa, José Bruno, referindo-se ao telegrama que Franco dirigira ao Governador Civil dando conta do êxito da sua viagem em missão política ao Porto, afirma que tal só fora possível por ele ter uma «pinguinha de bebida», encontrar-se «carregadinho»²⁶. A lei de 11 de Abril de 1907, a chamada «lei das rolhas», que visava tornar a imprensa mais «ordeira», não teve eficácia neste caso como, aliás, ocorreu em inúmeros julgamentos sobre o abuso da liberdade de imprensa, com base na lei de 11 de Abril de 1907²⁷.

Aliás, o julgamento transforma-se num libelo virulentíssimo contra o governo de João Franco, num «discurso» de José Bruno ao Tribunal, afirmando nada retirar do que dissera. Segundo a reportagem do jornal, José Bruno dirigira-se ao Tribunal nos seguintes termos:

«Escreveu-o [o artigo em questão], não num momento de exaltação, mas num momento de bom humor e de gargalhada, provocada pelo telegrama do presidente do conselho, – o que não impede que o discuta agora muitíssimo a sério.

É certo que poderia chegar ali e dizer:

– Peço desculpa, enganei-me, não foi por mal, já aqui não está quem falou. Poderia mesmo *desinteressar-se* do telegrama, como costuma fazer o sr. João Franco, sempre que vê as coisas mal paradas!... O exemplo vir-lhe-ia da presidência do conselho de ministros.

Embora, porém, o sr. Franco paire nas estonteadoras alturas dessa presidência e ele, orador, vegete cá muito em baixo, na pedregosíssima e mal calçadíssima rua do Gaspar desta cidade – quer ter o orgulho de manter tudo quanto disse, com razão ou sem ela, mas com sinceridade, com lógica e sem a intenção criminosa que lhe atribui o ministério público.

Portanto, nem ele nem o seu advogado apelarão para o coração dos juízes, porque ele nada tem que ver para ali»²⁸.

Mas, além desta assunção, com orgulho, de tudo o que escrevera no referido artigo, esta longa intervenção de José Bruno Carreiro ia mais longe nas acusações a João Franco e na defesa dos ideais de liberdade.

²⁶ *Idem*, Ponta Delgada, 1907, Maio, 9.

²⁷ «O famoso poder judicial, por que João Franco tanto esperava para limitar o arbítrio dos governos, começou logo a exercer essa função, mas contra o próprio Franco. Nos julgamentos por querelas de imprensa, eram raras as condenações. Os jornalistas podiam apelar ao regicídio, ao assalto às Necessidades, que os juízes, exibindo a mais despudorada benevolência, absolviam a torto e a direito». Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, v. vol. da HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 285. Em 20 de Junho, uma nova lei de imprensa «agravava o conteúdo da de 11 de Abril, proibindo os escritos, desenhos ou impressos 'atentatórios da ordem pública' e dando plenos poderes aos governadores civis dos distritos para suspenderem periódicos e decidirem sobre novas publicações, sem qualquer recurso para autoridades superiores». A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1991, p. 691.

²⁸ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1907, Julho, 25.

«Apertado, pois, no dilema da *estupidez córnea* e da *má fé cínica*, resolveu fazer apenas uma crítica humorística, de preferência a apresentar o chefe do governo como uma criatura que mente, esquecendo-se do respeito que deve a si próprio e ao lugar que ocupa e expedindo *oficialmente* telegramas que são um acervo de falsidades e mentiras. [...]

É mentira [...] que tenha sido completo o êxito político dessa viagem, porque ela só serviu para rebaixar e desprestigiar o princípio da autoridade na pessoa do primeiro representante das instituições, depois do Rei!... [...]

Em nome do liberalismo e da liberdade se comete tudo na época em que vivemos – em nome da liberdade se prende, se acutila e se mata, se faz a lei da imprensa, se encerra o parlamento, se viola a Carta, se originam processos da natureza deste – e deve ser até em nome da liberdade que se redigem telegramas da espécie daquele que o sr. João Franco para aqui expediu – liberdade de mistificação! [...]

Não há palavra maior nem mais sagrada do que essa. Mas, precisamente por isso, ninguém tem o direito de a prostituir, porque nessa prostituição está mais do que o suficiente para erguer num grande gesto de desprezo e num grande brado de indignação todas as consciências verdadeiramente liberais»²⁹.

A sentença é realmente significativa da discordância de muitos juízes relativamente à lei da imprensa franquista. Num dos considerandos diz-se:

«Considerando que o povo português – cuja maioria, infelizmente, vive em atraso lamentável de instrução, é de há muito responsável pela sua política, mas não pode compreender nitidamente a linguagem correcta das academias – e que, por este motivo, quem a ele se dirige e deseja, por interesse nacional, partidário e próprio ser compreendido, tem de empregar linguagem comum e acessível a todos»³⁰.

Assim e com outros considerandos do mesmo teor, o réu foi ilibado, recebendo as felicitações de uma multidão que assistira ao julgamento e o esperava à saída para o acompanhar, no meio de aplausos, até à redacção. A fachada do edifício sede do jornal foi iluminada a balões venezianos, mantendo-se a redacção aberta até tarde para que José Bruno pudesse receber as felicitações de «numerosos amigos e correligionários». Houve mesmo direito a banda de música.

Aquando do regicídio, José Bruno encontrava-se em viagem pelo estrangeiro. No seu regresso à direcção do jornal, em Abril de 1908, faria referência ao regicídio de uma maneira, de algum modo, ambígua. Desde logo, o artigo não começa propriamente pela questão do regicídio, mas por atacar a política seguida por João Franco e pelo Partido Progressista de S. Miguel. Só depois afirma o seu dever de «dirigir duas palavras de merecida homenagem à memória do rei», que caíra «varado pelas balas no cumprimento que se lhe afigurava, por fatalidade e no mais terrível dos erros, o cumprimento de um dever cívico e patriótico»³¹. Mas, o que mais sobressai nesse seu

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1908, Abril, 23.

artigo é o facto de homenagear, simultaneamente, o rei e os seus assassinos, considerando que estes «encarnaram a cólera popular, simbolizando a tempestade de indignação que em todo o país tinham determinado os decretos da ditadura», acrescentando:

«Não podemos deixar de nos descobrir perante as suas memórias, porque são as memórias de homens que tiveram a sublime e sempre nobre coragem de morrer por uma Ideia e de sacrificar a vida por aquilo que, também eles, também por fatalidade e no mais terrível dos erros, se lhes afigurou o cumprimento de um dever cívico e patriótico»³².

No entanto, deixava bem claro que a homenagem ao rei a fazia como homem e político monárquico; aos regicidas, somente como homem. Mesmo assim, era claro na reprovação da «extraordinária e inacreditável apoteose» feita aos seus cadáveres. No fundo, José Bruno interpretava o dramático acontecimento como resultado, não só da política de João Franco, um «ditador cuja vaidade corria paredes meias com a mais palpável das mediocridades», mas também do apoio que o monarca lhe concedera para governar em ditadora³³.

A leitura do jornal *O Distrito* é bem elucidativa sobre o agitado clima político e as profundas rivalidades partidárias que, de algum modo, preparavam já o caminho para a queda das instituições monárquicas e a instauração da República. No semanário, ao longo de cerca de dois anos e meio, José Bruno Carreiro foi, sem dúvida, o jornalista empenhado num «jornal de combate», como ele próprio o designava, em defesa do seu Partido e no confronto acérrimo e, como vimos, violento com seus adversários, numa linha de conduta que, ao encerrar a publicação do jornal, o seu director afirma ter sido a de que «os actos públicos dos homens públicos são do domínio da imprensa»³⁴.

Um aspecto, nesta sua incursão pela imprensa político-partidária, julgamos ser de destacar: a coragem de enfrentar, de modo por vezes bastante mordaz, áspero mesmo, as principais autoridades distritais e concelhias e as lideranças políticas locais. É evidente que o estilo da imprensa «de combate» da época era pautado por essa virulência de discurso. Mas não é menos certo que José Bruno não se encontrava a fazer jornalismo numa grande urbe ou numa comunidade que lhe fosse alheia, mas numa pequena cidade onde familiar e socialmente se encontrava bem integrado e era restrito o círculo dos detentores do poder. Seria, pois, natural a animosidade com que era lido o seu jornal pelos opositores políticos, o que, aliás, se pode confirmar pelo facto de lhe terem sido levantados três processos por abuso de liberdade de imprensa e pelos protestos públicos de alguns dos mais altos responsáveis políticos de então³⁵.

³² *Ibidem*.

³³ José Miguel Sardica destaca, a este propósito: «Para a opinião pública portuguesa, quer entre monárquicos quer entre republicanos, o regicídio foi interpretado como o corolário lógico das arbitrariedades e repressões da ditadura e, a um nível geral, de um sentimento crescentemente avolumado de ineficácia do regime». José Miguel Sardica, *ob. cit.*, p. 67.

³⁴ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1908, Dezembro, 31. O jornal iniciou uma segunda série a partir de 14 de Julho de 1910, mantendo-se «semanário regenerador», sob a direcção de Manuel da Câmara. O último número é datado de 6 de Outubro de 1910, mas só a capa.

³⁵ *Ibidem*.

Mas o certo também é que a imprensa «da situação» utilizava as mesmas armas, que arremessava com idêntico vigor.

Após concurso público, José Bruno Carreiro é investido, logo no mês a seguir à implantação da República, no cargo de secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada. Tratava-se de um cargo de extrema responsabilidade na administração pública distrital, ainda que não fosse um cargo de confiança política, mas da carreira do funcionalismo público. O certo, porém, é que nas circunstâncias em que o governador civil ou o seu substituto, por qualquer motivo, não estivessem em funções era o secretário-geral que, interinamente, desempenhava o mais alto cargo da administração distrital, o que se verificou inúmeras vezes, quer no período da I República, quer durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Esta nomeação receberia apoio, por exemplo, dos jornais *Diário dos Açores*, e de *A Folha*, este dirigido por Alice Moderno, ambos já defensores do novo regime. Segundo o *Diário dos Açores*, a notícia fora «recebida com geral agrado, pelas numerosas simpatias» de que desfrutava o nomeado na sociedade micaelense, louvando o governo por, «com justiça e acerto», ter escolhido José Bruno, «um dos que mais cabalmente poderiam exercer aquele cargo»³⁶. Entretanto, decorriam os preparativos para uma recepção condigna aquando do seu regresso a Ponta Delgada. Alice Moderno — que já dedicara trechos poéticos a Suas Majestades, aquando da «visita régia», e também à implantação da República³⁷ — escreveu a letra de um hino, composto pelo músico da banda regimental, Santos Coutinho. O jornal informava ainda que a banda «União Fraternal», de Ponta Delgada, se encontrava a ensaiar o hino para o interpretar no dia de regresso de José Bruno a S. Miguel, como «prova de simpatia e regozijo pela nomeação de secretário-geral do governo civil»³⁸.

Com efeito, a 24 de Novembro, a «União Fraternal», acompanhada de uma marcha *aux flambeaux*, dirigiu-se a casa do Dr. José Bruno Carreiro, saudando-o com o hino. Segundo o *Diário dos Açores*, uma parte da rua encontrava-se apinhada de gente (seriam mais de mil pessoas), enquanto subiam ao ar alguns foguetes e se lançavam diversos vivas, «a que s. exa. correspondeu, agradecendo e erguendo também vivas à república, ao sr. dr. Teófilo Braga e ao sr. governador civil»³⁹. Mais tarde, acorreram também a saudar o novo secretário-geral as bandas «Emulação Popular», da Lagoa, e a «Rival das Musas», de Ponta Delgada.

O jornal *A Folha* destacava também esta «calorosa manifestação» feita pela «classe popular» e salientava o espírito liberal de José Bruno:

«Além de homem de reconhecido talento, e por isso mesmo, o dr. José Bruno, como escritor, como jornalista, como tribuno, foi sempre rasgadamente liberal, terçando armas nunca embotadas contra a reacção, que durante tempos de ominosa memória, tudo parecia querer dominar e subverter»⁴⁰.

³⁶ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 18.

³⁷ Como, aliás, o fazia notar, como exemplo de incoerência política, um jornal monárquico ribeirão-grandense. *A Semana*, Ribeira Grande, 1910, Novembro, 5.

³⁸ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 22.

³⁹ *Idem*, Ponta Delgada, Novembro, 25.

⁴⁰ *A Folha*, Ponta Delgada, 1910, Novembro, 27.

Segundo Joaquim Manso, os amigos lisboetas de José Bruno, ao tomarem conhecimento do «seu triunfo burocrático choraram o seu óbito. Era homem ao mar...», terão dito⁴¹.

Esta nomeação não deixaria também de desencadear a forte crítica publicada no jornal de pendor monárquico *A Semana*, da Ribeira Grande. No fundo, os monárquicos intransigentes acusavam-no de se ter tornado republicano para obter o lugar a que se candidataram vários interessados. Afirmava-se mesmo que o Governo tinha cometido uma ilegalidade, pois José Bruno não preencheria todas as condições exigidas, pelo Código Administrativo de 1878, para o desempenho do cargo, ao contrário do que acontecia com vários outros. Era, sem dúvida, uma maneira subtil de o acusar de adesivismo e de acusar o Governo de favoritismo numa nomeação que não devia ser considerada de confiança política⁴².

O Dr. João Bernardo Rodrigues levantava a hipótese de a fácil nomeação de José Bruno pelo novo regime se ter ficado a dever, quer «pela popularidade que o seu nome gozava desde os tempos universitários e ainda pela simpatia que merecera ao Partido Republicano com a sua violenta campanha contra a ditadura de João Franco». É uma hipótese bem de acordo com a realidade. Já atrás se citou o jornal *A Folha*, em que era destacada a campanha de José Bruno contra o franquismo. Além disso, o próprio governador civil, Francisco Luís Tavares, tinha, de algum modo, uma dívida de gratidão para com José Bruno. De facto, quando, em Junho de 1907, um grupo de sete estudantes micalenses da Universidade de Coimbra regressara à ilha, na sequência da greve académica e por não terem querido voltar às respectivas Faculdades enquanto não fossem reintegrados os alunos expulsos, o director do *Distrito* louvara-lhes a atitude, «pela altivez e nobreza» de que se revestira, honrando a palavra sem olhar aos interesses materiais em jogo⁴³. Francisco Luís Tavares não se teria esquecido deste apoio do político regenerador e daí, talvez, não ter tido dúvidas em aceitar a sua nomeação, que, além do mais, podia ser vista como uma espécie de afirmação republicana de legalidade e tolerância.

Em 1918 o Dr. José Bruno Carreiro é nomeado chefe da Secção Civil do Gabinete do Alto-Comissário da República nos Açores, General Simas Machado. Com efeito, a entrada de Portugal na Grande Guerra e a instalação da Base Naval Americana nos Açores exigiriam uma «unidade de mando» que não se compadecia com a complexidade da organização administrativa dos Açores, divididos em três distritos, cada um com ligação directa ao governo central. É, também, o período sidonista das aspirações a uma «República Nova» que regenerasse a vida política nacional pelo império da ordem e da lei contra a demagogia. Mas este cesarismo populista de Sidónio Pais cairia, logo em Dezembro de 1918, com o seu assassinato.

⁴¹ Carta citada.

⁴² *A Semana*, Ribeira Grande, 1910, Dezembro, 10. A carta aberta de protesto foi, em primeiro lugar, entregue para ser publicada no jornal *Correio Micaelense*, que se mantinha hostil ao novo regime, que a recusou por se tratar de uma «questão de interesse pessoal do seu proprietário», o Dr. Humberto de Bettencourt de Medeiros e Câmara. Mesmo assim, o jornal não deixava de afirmar que se tratara de uma «flagrante injustiça perpetrada pelo ministro da república de nome António José de Almeida». *Correio Micaelense*, Ponta Delgada, 1910, Dezembro, 15.

⁴³ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1907, Junho, 27.

José Bruno Carreiro mantinha-se, entretanto, ocupado no desempenho do seu cargo de confiança junto do alto-comissário. Não entrara na luta política aquando da constituição do Partido Regionalista entre 1917 e 1918. Seria isto inadequado, dadas as responsabilidades que assumira no gabinete do alto-comissário. E, além disso, as feridas que provocara enquanto director do jornal *O Distrito* não estariam ainda, certamente, sanadas e José Maria Raposo de Amaral era o chefe incontestado dos regionistas...

No fim da Guerra, José Bruno viaja com o almirante Dunn pela Europa, certamente como reconhecimento público do seu prestígio e do trabalho que desempenhara. E, segundo defendia o cônsul americano em Ponta Delgada, José Bruno seria «um dos principais animadores dos movimentos autonomistas dos Açores, [...] defendendo abertamente que se dev[ia] aproveitar o fim da Guerra para se conseguir uma maior autonomia», centrada no lema «os Açores para os Açorianos»⁴⁴.

José Bruno Carreiro intervinha, pois, ainda que não pudesse surgir a público. Mas o facto é que o Dr. João Bernardo Rodrigues levanta a hipótese de serem da sua autoria diversos artigos não assinados, publicados no *Diário dos Açores* em 1919, em que são dirigidas fortes críticas ao governo e reivindicado o alargamento da autonomia⁴⁵.

Com efeito, o final da Guerra e a consequente extinção do cargo de alto-comissário iria marcar o início de um novo e importante debate sobre a autonomia dos Açores. Num desses artigos do *Diário dos Açores*, salientava-se que a intervenção dos Estados Unidos na Guerra viera trazer uma nova concepção da paz: um mundo novo, assente em «bases profundas de direito e de justiça», assegurando aos povos o «direito de disporem de si próprios, de se governar, de se administrar, de se desenvolver livremente, de dar livre expansão aos seus recursos e energias, sem peias sufocantes e sem entraves ao exercício das suas actividades»⁴⁶. Neste sentido, integrando Portugal a Liga das Nações, logo, concordando com os princípios propostos pelo Presidente Wilson, seria justo que atendesse às aspirações de autonomia, numa perspectiva patriótica, acompanhando, aliás, o que se passava por toda a parte: o reconhecimento dos governos a um «mais largo exercício de direitos» dos povos sob sua jurisdição.

Fundamentada a autonomia nos princípios democráticos da participação das populações na condução dos seus próprios destinos e na descentralização como factor de reforço da coesão nacional, havia que investigar se os Açores apresentavam condições que justificassem a aplicação de um sistema administrativo autónomo. Um sistema verdadeiramente autónomo, e não a «burla» do decreto de 2 de Março de 1895, que se cifrara pela dependência constante das vicissitudes inerentes ao rotativismo monárquico. Neste sentido, a reclamada autonomia assentava em *factos concretos* — as «condições especiais de vida», a «especial situação geográfica», o «próprio modo de ser» dos açorianos, que não se conformavam com o regime uniforme e centralizador do Estado português⁴⁷. Assistência, saúde e higiene pública⁴⁸, administração da

⁴⁴ António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*, Porto, Edições ASA, 1993, p. 155.

⁴⁵ João Bernardo de Oliveira Rodrigues, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁶ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1919, Abril, 11.

⁴⁷ Cf. *Diário do Açores*, Ponta Delgada, 1919, Abril, 25.

⁴⁸ *Idem*, Maio, 1.

justiça⁴⁹, instrução pública⁵⁰ foram alguns dos temas focados nesse conjunto de artigos, certamente da pena de José Bruno, em que eram dirigidas fortes críticas à actuação do Estado relativamente aos interesses açorianos. A situação negativa que caracterizava os Açores era justificada, quer pela insuficiência dos investimentos públicos, quer pela ineficácia resultante das peias burocráticas que a centralização, que caracterizava a estruturação dos órgãos do Estado, impunha.

Em termos gerais, pretendia-se um sistema administrativo que permitisse a aplicação das receitas públicas geradas nos Açores em benefício das próprias ilhas, o aligeiramento dos entraves burocráticos, a diferenciação das leis a serem aplicadas nos Açores, o alargamento das competências (e consequentes responsabilidades) dos órgãos da administração açoriana.

A autonomia inseria-se, por outro lado, num esquema doutrinário que apelava à unidade e solidariedade açorianas e ao apartidarismo. Afirmava-se que a questão não era política, mas *nacional*, ou seja, referia-se ao conjunto de interesses e aspirações das nove ilhas:

«A questão não é política. Para nós todos, açorianos, a questão é pura e simplesmente *nacional*, deixem-nos empregar esta expressão, tomando-a no sentido de com ela resumir o conjunto dos interesses e das aspirações das nove ilhas dos Açores. Ao entrar nela todas as bandeiras partidárias devem ser abatidas, todas as divergências políticas devem ser tidas como não existentes. Nela não há, não pode nem deve haver distinção entre republicanos, monárquicos, socialistas»⁵¹.

A luta pela autonomia exigia, pois, que, como na campanha de finais do século anterior, se abatessem as bandeiras partidárias e se suspendessem as divergências políticas, nomeadamente quanto à questão do regime.

O discurso da unidade e da exaltação do serviço à causa superior do Arquipélago assumia evidentes intuítos mobilizadores da opinião pública açoriana, como o tinha também o recurso à propagação de uma imagem profundamente negativa do funcionamento dos serviços públicos nas ilhas. Assim, só após a conquista do sistema autonómico seria admissível, ainda que não desejável, o regresso às convicções políticas e à militância partidária. Até lá, a «unidade de pensamento e de acção» em torno do ideal autonomista seria incompatível com o desenvolvimento e afirmação de «personalismos» políticos, verdadeiro cancro que corroía a sociedade portuguesa⁵².

Estes artigos recuperam, sem dúvida, argumentos tradicionais do discurso descentralizador mas, por outro lado, o articulista adapta-os às novas realidades da política internacional. De facto, as constantes referências à projectada fundação da Sociedade das Nações e, fundamentalmente, à doutrina de Woodrow Wilson a propósito do direito à autodeterminação dos povos constituem elementos de destaque na fundamentação do direito dos açorianos a usufruírem de um sistema político-

⁴⁹ *Idem*, Maio, 2.

⁵⁰ *Idem*, Maio, 6.

⁵¹ *Idem*, Abril, 24.

⁵² *Ibidem*.

-administrativo autónomo. Os exemplos citados das conversações entre os governos centrais e as regiões que reclamavam a concretização das suas aspirações, a expressão *nacional* (ainda que em itálico) com referência ao tipo de mobilização que os açorianos teriam de encetar tendo em vista a concretização das suas aspirações inserem-se num tipo de discurso que alguns sectores de opinião consideravam transportar uma certa ambiguidade. Assim, havia que recorrer constantemente à afirmação do acendrado patriotismo dos açorianos e do seu respeito pelas instituições do País⁵³. Além disso, criticava-se fortemente os que viam no movimento intuitos separatistas:

«Não percamos tempo a falar na independência dos Açores e deixemos isso aos que, por motivos inconfessáveis, querem, na sombra e a ocultas, para hostilizar o movimento legal da autonomia, mostrá-lo como um movimento de ataque à integridade do Estado português. Os que assim procedem, ou o fazem por má-fé ou por uma deficiência intelectual que lhes não permite distinguir entre os objectivos e as finalidades de dois movimentos»⁵⁴.

Estava, pois, traçado um novo capítulo na luta pela autonomia, agora procurando-se legitimá-la a partir das novas realidades, quer na política internacional, quer nas políticas internas dos Estados. Já então nos surgem os conceitos de «açorianismo», «consciência açoriana» e de «espírito açoriano» que, mais tarde, o *Correio dos Açores* iria aprofundar.

Esta nova campanha autonomista integraria, numa prática que, aliás, não era nova nos Açores⁵⁵, excursões de dezenas de terceirenses a S. Miguel e de micalenses à Terceira. O jornal *Os Açores*, de Angra do Heroísmo, apontava a importância destas visitas:

«Não resta dúvida nenhuma que estas visitas entre povos irmãos são como que enormes correntes eléctricas a estabelecer no espírito de todos nós uma precisa comunhão de ideias, uma forte unidade de pensamento, uma e outra muito úteis e indispensáveis sobretudo à nossa sagrada causa que defendemos com todo o ardor do nosso coração: – ‘a Autonomia dos Açores’ [...].

Basta dizer-se que a autonomia acabará por completo com os velhos processos de fazer política, ‘cortará cerce o nó górdio’ das dissensões que tanto prejudicam a comunidade»⁵⁶.

José Bruno Carreiro acompanhou também esta excursão, cabendo-lhe mesmo dirigir palavras de agradecimento ao empresário Alfredo de Mendonça, que proporcionara aos micalenses uma visita à sua fábrica de lacticínios⁵⁷.

⁵³ Cf., por exemplo, *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ V., a este propósito, Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, pp. 270-277.

⁵⁶ Transc. no *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1919, Julho, 3.

⁵⁷ Cf. *Ibidem*.

Evidentemente que esta campanha também tinha os seus detractores. A imprensa da Horta⁵⁸, por exemplo, mostrava-se profundamente contra a ideia e procurava sempre ligá-la às de independência e de separatismo, o que era, sem dúvida, agravado pelo facto de alguns jornais da comunidade açoriana nos Estados Unidos defenderem vigorosamente a independência dos Açores⁵⁹. Tudo isto era repetidamente refutado pelos defensores deste novo movimento autonomista, que integrava credenciados republicanos como, por exemplo, Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia e o próprio Dr. Francisco Luís Tavares. Só assim, aliás, se compreenderá a sua adesão ao projecto do *Correio dos Açores*.

A 1 de Maio de 1920 saíria a público o primeiro número do *Correio dos Açores*, dirigido por José Bruno Carreiro e, durante curto espaço de tempo, Francisco Luís Tavares. Surgia numa conjuntura de crise económica e social, que caracterizou o imediato pós-I Guerra Mundial, no contexto de confronto ideológico e político que marcou a I República e numa conjuntura de forte debate autonomista. O editorial de apresentação destacava essa espécie de angústia que «as incertezas e dúvidas» do pós-guerra motivaram:

«É uma luz que está em marcha? Ou está-se a preparar inconscientemente o colapso geral da civilização com o regresso a um estado semi-bárbaro [...]? Caminha-se para um mundo melhor – ou está-se a cavar a ruína completa e a abrir a sepultura eterna de uma organização social que, se não era perfeita, dava ao menos aos homens uma ilusão de felicidade e, por vezes, uma ilusão de ideal realizado?»⁶⁰

Ora, estas preocupantes questões que a direcção deixava expressas exigiriam o aprofundamento do debate e da reflexão sobre as novas realidades políticas, económicas e sociais que atravessavam todo o mundo, mas com uma atenção muito especial, como dizia ainda o editorial, ao «momento de crise» por que passava a vida açoriana. Havia, pois, que estudar as questões de natureza económica, agrícola, industrial e comercial que pudessem interessar aos Açores.

⁵⁸ Os jornais faialenses *O Telégrafo* e *A Democracia* enviam um telegrama às redacções dos jornais angnenses *A Pátria*, *A União* e *O Democrata*, nos seguintes termos: «Agradecemos saudação e olhos sempre fitos na Pátria portuguesa continuamos batalhando contra a autonomia dos Açores por grandemente prejudicial a todos os distritos, e ser sobretudo suspeitosa no actual momento». *A Democracia*, Horta, 1919, Julho, 25. Num outro artigo, *A Democracia* rejeita novamente a possibilidade de uma autonomia para os Açores, aceitando somente a possibilidade de uma autonomia para o distrito, «feita em moldes muito nossos – dizia o articulista – e com uma orientação inteiramente diversa da que acarretou os graves desastres financeiros de Ponta Delgada e Angra». Mas, mesmo assim, considerava que havia que esperar pela melhoria do ambiente político, quando se esquecesse a campanha separatista de jornais portugueses dos Estados Unidos. Este artigo surgiu na sequência de uma projectada deslocação à Horta de uma comissão autonomista de Angra do Heroísmo, a fim de servir de mediadora na questão entre as elites políticas faialenses e as micaelenses. *A Democracia*, Horta, 1919, Julho, 9. Num outro número do jornal afirmava-se: «não existe entre os Açores e a Metrópole nenhuma questão diferente que justifique o movimento autonómico em projecto». *A Democracia*, Horta, 1919, Julho, 3.

⁵⁹ Um artigo do jornal *O Popular*, de New Bedford, teve grande repercussão, precisamente por defender a autonomia dos Açores, tendo sido transcrito em diversos jornais dos Açores e de Lisboa. Cf., *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1919, Setembro, 17.

⁶⁰ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1920, Maio, 1.

Nos anos '20, o *Correio dos Açores*, sob a direcção de José Bruno Carreiro, seria essencial para conferir uma nova dinâmica, um novo percurso e, sobretudo, nova perspectiva de enfoque da questão autonomista. Um debate amplo e, digamos, pluridisciplinar, que concitou à sua volta intelectuais, políticos, empresários, jornalistas, profissionais liberais, com visões diferentes, é certo, sobre a problemática autonómica, mas tentando contribuir para justificar e legitimar o estatuto de «maioridade do povo açoriano» e a sua capacidade de auto-administração.

Para começar, uma espécie de «inquérito» à situação dos Açores — o «problema açoriano». Procurava mobilizar-se a sociedade para uma reflexão sobre a realidade açoriana, as suas potencialidades e os seus constrangimentos, numa época de profunda crise que os efeitos da guerra agravaram. Não se tratava de visar exclusivamente a problemática administrativa, mas de alargar os horizontes da discussão à economia, às finanças, à cultura e à identidade. Pode, talvez, dizer-se que o período de 1919-20 a 1926 é o que revela o discurso autonomista mais profundo e abrangente, e em que o jornal *Correio dos Açores* desempenhou papel de liderança.

Com efeito, e pela mão de José Bruno Carreiro, de quem era amigo, o terceirense Luís da Silva Ribeiro, republicano e democrata, teria um papel de destaque na defesa da cultura açoriana e da necessidade de preservação dos traços culturais da vivência insular. No fundo, com o contributo dele e de diversos outros colaboradores, procurava chamar-se a atenção para a identidade açoriana, ainda que inserida num contexto mais vasto da «raça». O povo açoriano seria lídimo representante da raça, até por preservar muitas das características do povo português dos tempos áureos dos Descobrimentos que se haviam perdido no continente. A história e a geografia teriam feito o resto. Não se tratava, acentuava-se, de uma cultura uniforme em todas as ilhas, mas com traços comuns que havia que divulgar para que os açorianos se convencessem de que pertenciam a uma realidade que ultrapassava a da sua ilha⁶¹.

Um outro aspecto em que José Bruno e os colaboradores do *Correio dos Açores* apostaram firmemente foi no da necessidade de «construção» da unidade açoriana. Seria uma preocupação constante, que perpassa inúmeras páginas do jornal. Para tanto era necessário que os açorianos se conhecessem mutuamente, para o que contribuiriam eficazmente as viagens de confraternização inter-ilhas, o intercâmbio cultural, os torneios desportivos, etc. Através do convívio e do conhecimento mútuo seria possível alcançar-se a confraternidade açoriana que se almejava. Luís Ribeiro, por exemplo, acreditava que a questão administrativa devia ser o corolário da conjugação de interesses económicos entre as diversas ilhas e de uma «consciente solidariedade moral», ou seja, do espírito açoriano, em contraponto aos egoísmos e mesmo aos ódios insulares. No fundo, à identificação com a ilha procurava substituir-se a identificação com o arquipélago, fundamentada na «comunhão de interesses», na «semelhança de temperamentos», na «unidade física», de modo a surgir uma verdadeira *consciência açoriana*⁶². *Espírito açoriano, sentimento açoriano, açorianismo, consciência açoriana* integrariam, pois, a nova perspectiva com que a problemática autonomista passaria a ser tratada.

⁶¹ Cf. Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, capítulo III.

⁶² Cf. *Ibidem*.

Em 1921, o *Correio dos Açores* esteve na linha da frente de apoio às candidaturas regionalistas para as eleições legislativas desse ano. No editorial intitulado «Nós, os açorianos», certamente da autoria de José Bruno, destacava-se precisamente a necessidade de, acima dos interesses político-partidários, se praticar a «política de interesses açorianos», já que os açorianos viviam longe das lutas e paixões que caracterizavam a vida política nacional: «Lisboa dá o *mot d'ordre* e toda a carneirada da província obedece servilmente». Assim, havia que ter o maior cuidado na escolha dos candidatos de modo ficarem bem colocados junto do poder. A «questão exclusivamente política» (entenda-se, a questão do regime) devia ser afastada da campanha e daí a crítica ao facto de ter sido escolhido como candidato a deputado o monárquico assumido, que participara na revolta de Monsanto ao lado dos monárquicos, António Hintze Ribeiro⁶³. O que é certo é que os regionalistas ganharam as minorias e os liberais as maiorias⁶⁴.

Estes resultados positivos dos regionalistas e a campanha que o *Correio dos Açores* vinha liderando na imprensa regional na divulgação dos ideais autonomistas e na afirmação da identidade açoriana desencadearam uma campanha violentíssima contra José Bruno Carreiro, vinda especialmente da parte de jornais do Continente conotados com os sectores mais radicais do PRP. Além das recorrentes acusações de «monarquismo», mais graves eram as expressas imputações de separatismo aos desígnios do movimento autonomista. O jornal *A Imprensa da Noite* seria o principal porta-voz desse tipo de ataques, levantando inclusivamente suspeitas sobre o papel de José Bruno em imaginadas conversações para a passagem dos Açores para a soberania dos Estados Unidos da América, ligando-as à viagem que fizera acompanhando o Almirante Dunn e a documentação existente no Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁵.

Na sessão do Senado, de 5 de Agosto de 1921, o senador pelo círculo de Ponta Delgada António Alves de Oliveira Júnior faz uma intervenção para rebater ponto por ponto as afirmações «torpes» de certa imprensa lisboeta a respeito do movimento autonomista açoriano e, sobretudo, sobre as intenções de José Bruno Carreiro, que afirmava ser um «espírito lucidíssimo, avançado», com «altas qualidades de inteligência e cultura», que prestara «grandes serviços» ao regime. E sobre as movimentações autonomistas defendia:

«Todos sabem que da união de todos os açorianos mais força lhes pode advir e desta maneira tem-se procurado estabelecer entendimentos entre os dois distritos açorianos que já hoje pela legislação do nosso País têm uma certa descentralização administrativa que lhes foi conferida em 1895 e que de então para cá, triste é dizê-lo, só tem sido cerceada.

O que é legítimo, pois, é que essa descentralização seja alargada.

Não há portanto no pensamento ou sentimento de qualquer açoriano a ideia de se separar dos destinos da sua Pátria»⁶⁶.

⁶³ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1921, Junho, 18.

⁶⁴ Cf. *Idem*, Ponta Delgada, 1921, Julho, 12.

⁶⁵ Infelizmente, não pudemos consultar directamente os artigos do jornal, mas as intervenções no Senado em defesa de José Bruno apontam precisamente nesse sentido.

⁶⁶ Cf. *Diário do Senado*, sessão n.º 4, de 5 de Agosto de 1921, p. 14.

Simas Machado, que fora, como se referiu, alto-comissário da República nos Açores, verberando também as interpretações da existência de um movimento separatista nos Açores, afirmava, sobre a personalidade de José Bruno Carreiro:

«Esse cavalheiro comportou-se para comigo com a maior lealdade, como homem de muita inteligência e vasta ilustração, nunca me dando a menor manifestação de ideias separatistas, pelo contrário, advogando sempre uma ampla autonomia em favor do arquipélago»⁶⁷.

A posição de José Bruno Carreiro foi a de não conferir qualquer relevo público às acusações. Conforme revela numa carta de agradecimento enviada a Simas Machado, nem o seu jornal⁶⁸ nem qualquer dos Açores fizeram transcrições de tão graves suspeitas lançadas sobre si e, em termos gerais, sobre o movimento autonomista. Nessa carta⁶⁹, José Bruno agradece o apoio que Simas Machado lhe manifestara no Senado e apodava o autor dos artigos de «garotóide e escroque» que pretendia da chantagem fazer modo de vida⁷⁰.

Esta caminhada para a tentativa de alargamento das prerrogativas autonomistas integraria um novo episódio, sem dúvida, concebido por José Bruno Carreiro: o famoso editorial de Agosto de 1922 — *se a Madeira quisesse* — que, no fundo, procurava conciliar esforços dos distritos autónomos para a luta comum em torno do ideal emancipador, uma vez que jornais da Madeira já pugnavam pela «completa e absoluta autonomia», «devendo a bandeira ser a única ligação com a mãe-pátria»⁷¹. O tipo de discurso autonomista de José Bruno parece tornar-se mais radical: os Açores e a Madeira viviam no mesmo regime «de espoliação, em benefício dos interesses das clientelas» com sede em Lisboa, que só pensavam nas ilhas para as «ordenhar, como a bujodíssimas tetas de rebanhos dóceis à voz e à vara do pastor»⁷². Além disso, também aos dois arquipélagos aplicava o tradicional argumento de as populações

⁶⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁶⁸ «Nem sequer me refiro aos artigos (?) da *Imprensa da Manhã*. Qualquer referência poderia levar-me longe, com o inconveniente de poder dar a entender que sinto necessidade de me defender». «Carta de José Bruno Carreiro a Simas Machado», Ponta Delgada, 1921, Agosto, 28. *Arquivo Simas Machado*, pertença da Dr^a Eugénia Paím Xavier (bisneta do General Simas Machado).

⁶⁹ Uma palavra de profundo reconhecimento dirijo ao Senhor Eng.º Luís Bonifácio, responsável pelo *blogue* «Cartas Portuguesas», que me cedeu três cartas dirigidas por José Bruno Carreiro a Simas Machado. Ao consultar o *blogue*, verifiquei que lá estavam publicadas cartas dirigidas a Simas Machado. Ainda que não tivesse qualquer esperança de ser atendido, dirigi um e-mail ao endereço que lá vinha indicado, perguntando se havia correspondência dirigida por José Bruno a Simas Machado. Rapidamente recebi resposta afirmativa, com o resumo das cartas existentes e a abertura à possibilidade de digitalização das que eu considerasse mais importantes. Foi precisamente isto que veio a acontecer. A presteza e simpatia do Senhor Eng.º Luís Bonifácio merecem, pois, o meu agradecimento.

⁷⁰ «Carta...» citada.

⁷¹ Cf. Nelson Veríssimo, *O Alargamento da Autonomia dos Distritos Insulares. O Debate na Madeira (1922-1923)*, sep. das «Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira», Funchal, Região Autónoma da Madeira/Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Educação/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989, pp. 493-494.

⁷² «Se a Madeira Quisesse...», in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1922, Agosto, 15.

respectivas não terem sido responsáveis pela situação política, económica, financeira e social que se traduzia por uma profunda decadência e uma aproximação progressiva e inexorável do precipício. Antes, as populações dos Açores e da Madeira seriam modelos de ordem e de trabalho.

Assim, com fundamentação idêntica e os mesmos motivos de queixa, nada obstava à definição de uma estratégia reivindicativa comum, visando a conquista das faculdades de uma «autêntica» e «verdadeira» administração autónoma que permitisse aos distritos insulanos alcançarem a realização das suas aspirações. Com a união de açorianos e madeirenses mais viável seria a compreensão e atendimento das reclamações dos dois arquipélagos que apelavam por justiça, por considerarem que o produto do seu trabalho revertia frequentemente para obras de que não recebiam qualquer benefício, uma vez que estavam implantadas no continente:

«Tudo isso pagámos, estamos pagando e continuaremos a pagar, englobados, como carneiros, nas sangrias do fisco, com a riqueza das nossas exportações sujeita a quantas sobretaxas se lembrem de lhes impor, continuando privados de tudo aquilo de que mais precisamos, reduzidos à miséria vergonhosa de ter de pedir, como se pede uma esmola, essa coisa na verdade formidável – um subsídio para um hospital»⁷³.

Encontramo-nos, pois, perante um discurso de tipo catastrofista que, não apelando à revolta das populações, procurava, todavia, nelas incutir o sentimento da justiça dos protestos insulares contra o abandono a que as ilhas eram votadas pelo governo central. Simultaneamente, procurava firmar-se a base social de apoio à estratégia de aliança com a Madeira no processo reivindicativo autonomista. Com efeito, a conquista do regime descentralizador só seria possível alcançar pela via institucional — pelo trabalho empenhado dos deputados e senadores —, mas isto exigia largo apoio da população, que era preciso, portanto, mobilizar para a causa.

Este importante editorial de José Bruno Carreiro, pelas repercussões que gerou e pela adesão da imprensa madeirense ao projecto, desencadearia uma transformação essencial no debate autonomista: de jornalística, a questão passaria a institucional, com a intervenção da Junta Geral do Distrito do Funchal a propor a conjugação de iniciativas dos três distritos autónomos — Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal — em prol da autonomia, apelando-se à união de açorianos e madeirenses, no sentido de, no parlamento, se verificar a cooperação dos representantes das ilhas na defesa do ideal comum⁷⁴. A Junta Geral de Ponta Delgada também decidiu dar o seu apoio ao projecto de união entre a Madeira e os Açores, tendo convocado uma assembleia com representação de todas as classes e opiniões do distrito, a fim de se decidir sobre o melhor modo de apoiar a iniciativa da Junta Geral do Funchal, que fora, provavelmente, despoletada pelo editorial de José Bruno⁷⁵. Nos finais de 1922 e inícios de 1923 deslocam-se à Madeira José Bruno Carreiro, Luís de Bettencourt e, como representante do distrito de Angra do Heroísmo, Luís da Silva Ribeiro⁷⁶.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ Cf., Nelson Veríssimo, *ob. cit.*, p. 497.

⁷⁵ Cf. *A Actualidade*, Ponta Delgada, 1923, Janeiro, 6.

⁷⁶ Cf. Nelson Veríssimo, *ob. cit.*, p. 502.

No regresso à ilha, os dois representantes de S. Miguel foram recebidos em apoteose e num comício muito participado apresentaram à população os resultados dos seus contactos na Madeira. Pretendia-se, no fundo, manter viva a campanha autonomista e conquistar para a causa o maior número possível de cidadãos, de modo a conferir-lhe uma firme base social de apoio⁷⁷.

Não teve sequência esta aproximação dos distritos autónomos insulares. A pretensão de alargamento da autonomia, que mobilizava vontades nos dois arquipélagos, não significava identidade de pontos de vista quanto aos projectos concretos a apresentar. As realidades de cada um dos distritos eram diferentes e a tradição do empenhamento em defesa da descentralização, também. Não seria curial impor uniformidade estatutária aos três distritos, quando se reclamava a autonomia precisamente a partir do pressuposto de que realidades diferentes exigiam leis diferentes.

Nesta conjuntura de efervescência autonomista, em que se destacavam, incontestavelmente, o *Correio dos Açores* e o seu director José Bruno, e que congregara em seu torno boa parte das elites açorianas, há também a destacar a «visita dos intelectuais», em 1924.

Com efeito, um dos aspectos fundamentais com que se tinham de debater os regionalistas e autonomistas açorianos relacionava-se com a imagem que as reivindicações descentralizadoras colhiam nos círculos políticos e jornalísticos continentais. As posições em prol da descentralização açoriana eram, amiúde, confrontadas com críticas aceras e com desconfianças sobre os verdadeiros intuitos políticos dos respectivos defensores. José Bruno Carreiro verificara, pois, a necessidade de associar à *introspecção*, que o projectado, mas só concretizado em 1938, congresso açoriano seria vertente fundamental, a *projecção* para o exterior da realidade açoriana, nas suas múltiplas facetas — e não só na politico-administrativa. Seria, pois, essencial que os protestos e as propostas açorianas encontrassem no continente, se não apoio, ao menos um ambiente não hostil. José Bruno Carreiro considerava, assim, que a «propaganda dos Açores» no continente constituía um aspecto fundamental da campanha regionalista. A actividade dos açorianos residentes em Lisboa seria, na sua perspectiva, insuficiente para que a campanha atingisse os fins almejados. A solução teria de ser a inversa: conseguir que fossem os próprios continentais a falar das ilhas. Havia que trazer aos Açores continentais que, «pela sua cultura, pela sua ilustração, pela sua posição nos meios intelectuais e no meio social português», assumissem, no seu regresso ao continente, o papel de uma espécie de embaixadores dos Açores junto da opinião pública nacional⁷⁸.

A visita seria suportada financeiramente pelo contributo de diversas firmas locais e pela colaboração de particulares. A «missão intelectual» incluía Antero de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, Teixeira Lopes, Luís de Magalhães, Henrique Trindade Coelho, Joaquim Manso, Armindo Monteiro, D. Luís de Castro e D. Manuel Ribeiro de Bragança. Acompanhavam a Missão os jornalistas Armando Boaventura, Oldemiro César e Raposo de Oliveira. A recepção por parte dos convidados foi, em alguns casos, entusiástica⁷⁹.

⁷⁷ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1923, Janeiro, 23.

⁷⁸ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1924, Março, 23.

⁷⁹ V., por exemplo, as cartas de Luís de Magalhães e de José Leite de Vasconcelos. SDUA, *Fundo Carreiro da Costa*.

Nas suas intervenções públicas, José Bruno Carreiro não procurava iludir os objectivos autonomistas que haviam presidido à concretização da «missão intelectual». O contraste, sempre acentuado, entre um povo trabalhador e sério e o abandono a que era votado pelos poderes centrais justificaria o aprofundamento das prerrogativas descentralizadoras conferidas pelo decreto de 2 de Março de 1895. Os açorianos pretenderiam somente usufruir da liberdade para trabalhar, progredir, ter «voz no governo da sua casa», na convicção de que, pelo conhecimento directo da realidade e pela capacidade e competência demonstradas, ninguém melhor do que os insulares poderiam administrar os seus próprios interesses. Era, portanto, esta «mensagem» que o director do *Correio dos Açores* pretendia que os visitantes fizessem passar para a opinião pública nacional:

«Eu mentiria a Vossas Excelências se lhes não dissesse aqui que foi em grande parte o pensamento egoísta de conquistarmos novos e poderosos advogados para as nossas reivindicações que inspirou a viagem que trouxe Vossas Excelências aos Açores [...]. Agora que tudo lhes mostrámos e tudo lhes dissemos, só nos resta pedir-lhes que, ao fim de tantas canseiras e fadigas que lhes impusemos, de tanto abuso da sua paciência e amabilidade, nos manifestem, nos grandes meios a que em breve regressarão, um pouco da sua solidariedade, que será para os açorianos um alto e poderoso conforto moral, na amarga desolação do abandono a que tantas vezes nos sentimos votados»⁸⁰.

Além de dois livros publicados, na sequência da viagem, por dois dos visitantes, a «Missão Intelectual» contribuiu, sem dúvida, para a divulgação, na imprensa continental, de uma imagem positiva dos Açores e do seu povo e também para a propagação, a nível nacional, das teses autonomistas açorianas. Internamente, a jornada serviu como elemento mobilizador em torno da autonomia e de acentuação do prestígio do «grupo do *Correio dos Açores*» e do seu líder, José Bruno Carreiro.

As movimentações em torno da visita levariam o governador civil substituto de Ponta Delgada a produzir um relatório, criticando acerbamente o comportamento de diversos funcionários públicos, acusando-os de manifestações monárquicas. Como resultado, houve a transferência de dois funcionários para o continente e a suspensão de Aristides Moreira da Mota do seu lugar de professor do Liceu de Ponta Delgada. O assunto foi debatido em ambas as câmaras do parlamento, na imprensa de Lisboa e na dos Açores. Fora, no fundo, uma grande vitória para a causa autonomista, pela onda de solidariedade que estas medidas punitivas governamentais geraram em torno dos visados e, especialmente, de Aristides da Mota⁸¹.

No fundo, o relatório do governador civil substituto, Jaime Hintze — que fora militante monárquico e que era acusado, por isso mesmo, de pretender afirmar créditos

⁸⁰ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1924, Junho, 14.

⁸¹ O republicano «histórico» Henrique Brás dava bem conta disso mesmo, numa carta dirigida a José Bruno: «Felícito vivamente o meu excelente Amigo pelo êxito, superior a toda a expectativa, da visita dos intelectuais, êxito que a perseguição idiota ao dr. Aristides Moreira da Motta veio tornar ainda mais retumbante». *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1924, Julho, 13.

de «bom republicano» — e as precipitadas decisões disciplinares dos ministros da Agricultura e da Educação serviram, fundamentalmente, os interesses dos regionalistas micaelenses. Com efeito, a fortíssima campanha que o *Correio dos Açores* lidera na condenação das medidas governamentais relativamente àqueles funcionários públicos e os apoios que o jornal foi recebendo de personalidades de diversos quadrantes políticos, quer dos Açores quer do Continente, contribuiriam para reforçar as críticas ao poder central e apelar ao reforço da unidade em torno dos ideais autonomistas. Por outro lado, os parlamentares monárquicos souberam bem aproveitar-se da situação para, em ambas as câmaras, dirigirem fortes ataques à situação política vigente, acusando os republicanos de intolerância política e de perseguições sistemáticas aos seus opositores políticos.

No rescaldo dos acontecimentos, em carta ao General Simas Machado, José Bruno Carreiro é extremamente crítico quanto ao comportamento de alguns políticos do partido democrático:

«Publiquei há pouco no *Correio* a sua bela carta ao dr. Aristides, protestando contra o vexame e a violência de que foi vítima por parte destes ascorosos políticos, em que se não sabe o que mais admirar: se a imbecilidade, se a maldade, se a desfaçatez, se o cinismo. [...] O que 3 ou 4 (não mais) democráticos urdiram e conchavaram em volta da visita da missão de continentais, com uma teia de mentiras e calúnias, é simplesmente fantástico. [...] O que é assombroso é que, apesar de o resto do partido, com os principais magnatas à frente, tomar posição, publicamente, contra o que fez o governador civil substituto [...], houve ministros que lhe deram ouvidos, praticando e fazendo a sementeira de ódios e dissensões que para aí foi lançada. Que miséria!»⁸².

Em 1925, já com sinais bem significativos do fim da I República, o *Correio dos Açores*, empenhava-se novamente na luta política: era necessário encontrar consensos em torno da ideia descentralizadora e da possibilidade de os parlamentares dos quatro distritos insulares (Madeira e Açores) definirem uma plataforma comum de actuação nas respectivas câmaras.

A análise «dramática» da situação política nacional, baseada num «modelo» definido pela oposição entre as qualidades do povo e a corrupção dos políticos, os altos interesses nacionais e a defesa egoísta dos interesses individuais ou de facção, as virtudes da unidade face à decadência provocada pela «pulverização» partidária iria desencadear, no distrito de Ponta Delgada, um movimento tendente à constituição da «unidade conservadora». A unidade de acção conservadora encontrara em Filomeno da Câmara o verdadeiro símbolo do combate patriótico contra os «desmandos» da vida política portuguesa. Solicitava-se, pois, a aceitação da sua candidatura a deputado regionalista, pelo círculo de Ponta Delgada, juntamente com a de Herculano Amorim Ferreira, engenheiro militar, também natural da Ilha de S. Miguel⁸³. O lema da campanha lançado por Filomeno da Câmara seria «a revolta dos escravos». José Bruno Carreiro,

⁸² «Carta de José Bruno Carreiro a Simas Machado», Ponta Delgada, 1924, Agosto, 24. *Arquivo Simas Machado*, pertença da Dr^a Eugénia Paím Xavier.

⁸³ Cf. Luís Menezes, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s/l [Angra do Heroísmo], SREC/DRAC, s/d [1992], pp. 158-159.

ainda que tenha recusado imediatamente o convite para se candidatar a deputado⁸⁴, envolveu-se directamente na campanha eleitoral⁸⁵. Os resultados foram óptimos para os regionalistas: venceram as eleições, elegendo Filomeno da Câmara e Herculano Amorim Ferreira como deputados. Em 1927, José Bruno Carreiro diria mesmo que esta vitória regionalista podia ser designada como o «28 de Maio dos micaelenses».

De facto, como aconteceria com a maioria da população portuguesa, o «28 de Maio» foi recebido, nos Açores, com uma atitude de expectativa benevolente. Pelo Decreto 14 402, de 7 de Outubro de 1927, seria criado o cargo de Delegado Especial do Governo da República nos Açores, com funções de superintendência nos serviços da administração pública e com competências de nomeação e demissão de autoridades administrativas e militares. Além do mais, teria especiais responsabilidades no controlo dos deportados políticos que se encontravam dispersos por diversas ilhas dos Açores, mas, sobretudo, na Terceira. José Bruno Carreiro foi logo nomeado chefe de gabinete da secção civil, colaborando, assim, directamente com o detentor do cargo, coronel Silva Leal, enquanto este mantivesse a sede em Ponta Delgada⁸⁶.

Após a instauração da Ditadura Militar, José Bruno esperava, numa atitude por ele mesmo caracterizada de «reservada», a reforma administrativa, pois as circunstâncias políticas aconselhavam o «abandono dos programas de vastas reivindicações» apresentados em diversas conjunturas. A justificação de José Bruno para esta tomada de posição sobre a autonomia seria aprofundada numa conferência realizada no Grémio dos Açores, em Lisboa. De uma visão optimista sobre a capacidade dos açorianos para gerirem, competente e honestamente, os seus próprios recursos, passara a uma perspectiva céptica sobre as relações sociais e os interesses económicos e políticos que, sobretudo após a Guerra, haviam abalado os «fundamentos das velhas sociedades» e a que a população açoriana não teria ficado imune. As «fissuras» eram já notórias na «estrutura do velho templo» da sociedade açoriana; por toda a parte surgia uma verdadeira «onda de apetites». Além disso, nos distritos açorianos e mesmo no de Ponta Delgada verificavam-se já défices nas contas públicas⁸⁷.

José Bruno Carreiro não tem dúvidas: perante a situação dos distritos e o contexto político nacional, havia que enveredar pelo pragmatismo. Abandonava-se a discussão sobre a divisão administrativa dos Açores, geradora sempre de grandes polémicas; não se debatiam as questões ligadas ao modelo de representação política nas instituições autonómicas; abandonava-se a defesa do alargamento das competências das juntas gerais. Preconizava-se, somente, manter a configuração administrativa descentralizadora de 1895 e o alargamento da autonomia financeira distrital. Seria esse o fio condutor que iria imperar durante os dois primeiros anos da vigência da Ditadura Militar.

⁸⁴ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1925, Setembro, 18.

⁸⁵ *Idem*, Ponta Delgada, 1925, Outubro, 18.

⁸⁶ Sobre o cargo de Delegado Especial do Governo da República nos Açores e o papel de Silva Leal veja-se, por exemplo, José Olívio Mendes Rocha, *Autoritarismo e Resistência nos Açores. O papel do Delegado Especial do Governo da República nos Açores – 1927-1931*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005 (dissertação de Mestrado, policopiada).

⁸⁷ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Fevereiro, 1.

E é este tipo de intervenção mais pragmática e, digamos, economicista que iria ter sucesso, pois alcançara também o apoio do Delegado Especial do Governo da República nos Açores, coronel Silva Leal. Negociado o novo diploma legal em Lisboa, com a participação activa de José Bruno e de Silva Leal, o resultado foi a passagem de receitas de diversos impostos para as juntas gerais e de algumas despesas para o governo. Ou seja, garantia-se um maior desafogo financeiro às administrações distritais, que era, no fundo, o que se pretendia⁸⁸.

Houve, naturalmente, grandes manifestações populares em torno de José Bruno e do Coronel Silva Leal.

Poucos meses passados, a euforia daria lugar ao desalento. Na sua política de controlo e contenção financeiros, objectivando o equilíbrio do orçamento de Estado, Salazar iria alterar profundamente, pelo decreto de 31 de Julho de 1928⁸⁹, o de 16 de Fevereiro do mesmo ano que tanto apoio tinha recebido em S. Miguel. Alegando o reconhecimento da capacidade de os distritos autónomos se administrarem com eficácia, e, portanto, com mais autonomia, Salazar sufocaria financeiramente as juntas gerais, retirando-lhes receitas e acrescentando-lhes encargos. Nessa conjuntura, José Bruno Carreiro não deixou de protestar, a despeito das críticas que lhe eram dirigidas pelos indefectíveis da Ditadura Militar. Num importante editorial do *Correio dos Açores*, em que é fortemente criticada a política de «facto consumado», como tinha sido a publicação do decreto de Salazar, o seu director afirma: «Por um critério que talvez possa ser arguido de excessivamente materialista, avaliamos um regímen de administração pública pela forma como serve os interesses dessa administração e não pelas palavras em que é formulado. Não é por *sport* que se têm travado as várias campanhas autonomistas. Ninguém as travou para experimentar nos Açores teorias de descentralização administrativa. Foram travadas com uma visão objectiva de *realidades e interesses*»⁹⁰. E esta perspectiva negativa seria retomada em 1934, ou seja, seis anos após a entrada em vigor do novo decreto, numa *carta aberta* ao ministro do Comércio, que então visitava os Açores. Segundo José Bruno Carreiro, era aflitiva a situação financeira da Junta Geral de Ponta Delgada, na medida em que cerca de 68% das receitas eram aplicados nos serviços de obras públicas e instrução, ficando os restantes serviços com escassas verbas para atingir os objectivos que se lhes impunham⁹¹.

A finalizar, recuperemos a sua importante conferência *Autonomia Administrativa dos distritos das ilhas adjacentes*, publicada pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada e recentemente reeditada. Trata-se de um texto fundamental e de leitura, digamos, obrigatória para quem se interessa pelas questões autonomistas, e não só os historiadores ou homens de cultura.

⁸⁸ Decreto de 16 de Fevereiro de 1928, de mais fácil consulta em José Guilherme Reis Leite (organização, prefácio e notas), *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa. 1892-1947*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987, pp. 207-218.

⁸⁹ Cf. *idem*, pp. 220-225.

⁹⁰ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Agosto, 3.

⁹¹ Cit. em José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, p. 71. (1.ª edição, sep. de «Insulana», vol. 8, n.ºs 1/2 (1952), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Desde logo, uma perspectiva da autonomia, não como resultante de conjunturas económicas, sociais ou políticas específicas, mas de um longo processo histórico marcado pela insularidade, que criara um modo de ser específico do povo dos Açores, uma, como disse, «personalidade diferenciada da população continental». Fora esta personalidade, ou identidade, marcada pela história e pela geografia, a insularidade, que justificara, por exemplo, o movimento autonomista de 1895.

Depois de uma passagem pelos principais factos históricos em que os Açores tiveram papel relevante na história de Portugal e internacional e de salientar a importância geoestratégica das ilhas, José Bruno Carreiro apresenta cruamente a situação de crise económica e social que grassava no distrito de Ponta Delgada, sem que a Junta Geral tivesse qualquer capacidade para lhe acorrer, pela escassez de recursos financeiros. Críticas fortes, sem dúvida, mas dirigidas em tom cordato.

Mas, mesmo com estas críticas ao funcionamento das juntas gerais autónomas, por falta de verbas para o investimento, José Bruno mantém-se firme na defesa da autonomia, contrariamente a algumas vozes que, desde há mais de uma década já se manifestavam no sentido de não se justificar a autonomia, pois o governo do Estado Novo tudo resolveria a bem dos açorianos. José Bruno acreditava, pelo contrário, nas capacidades das corporações locais para decidirem o melhor para o desenvolvimento do distrito, sem as peias do Terreiro do Paço e os constantes beija-mãos a funcionários das repartições centrais. O problema não era o de alargar a autonomia administrativa, mas sim a financeira.

José Bruno Carreiro manteve-se, pois, fiel ao ideal da «livre administração dos Açores pelos açorianos». Por ele se bateu em diversas frentes e sob várias perspectivas. Uma autonomia fundamentada na identidade do povo açoriano e legitimada pelo seu sentido nacional e patriótico.

ÉTICA, POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Parafrazeando John Locke, poder-se-á situar a mesmidade que enforma uma comunidade política na partilha de um corpus normativo comum, de índole ética, moral e, paradigmaticamente, jurídica. De igual modo, o facto de se encontrar fora do pacto social consubstanciador de uma comunidade política e, bem assim, do corpo normativo dele decorrente, atirará um homem ou um grupo de homens para a condição de alteridade subjacente ao estado de natureza — e às relações internacionais — em que cada um apenas se tem a si próprio e ao poder que comanda para defender os seus interesses, fazendo justiça com as suas próprias mãos. «*Vivem numa sociedade civil, uns com os outros, [escreve John Locke] todos aqueles que se encontrarem reunidos num só corpo e possuírem um sistema jurídico e judicial a que possam recorrer, com autoridade para resolver todas as controvérsias que surjam entre eles, bem como punir os transgressores*»¹. Na verdade, são precisamente a partilha de um corpo de direito e o reconhecimento de um juiz comum que são capazes de retirar um conjunto de homens do estado de natureza, imprimindo-lhes unidade política e elevando-os à unidade.

Ora, a celebração por comum acordo de um contrato social produz dois efeitos correlativos.

Por um lado, une num só corpo político o grupo de homens que o integram, transformando-os em iguais, já que todos se submetem voluntariamente a um mesmo corpo de direito por eles forjado — facto que irá permitir a Locke, e a toda a tradição liberal, radicar a liberdade na obediência à lei. Adoptada por comum assentimento, em vez de balizar ou de algum modo diminuir a liberdade de cada um, é a lei que permite a liberdade. Obedecendo à lei somos livres na medida em que estaremos a obedecer a normas que nós próprios legislamos. E, para além disso, é a lei que nos coloca para além do alcance da vontade arbitrária e conjuntural, seja dos membros da comunidade seja dos próprios detentores de poder².

¹ John Locke, *Segundo Tratado do Governo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 106-107.

² Cf. *Ibid*, em particular o capítulo IV, pp. 51-53. Numa perspectiva semelhante, Jean-Jacques Rousseau radicará a liberdade na obediência à lei, já que a sujeição à lei mais não representa do que a sujeição à nossa própria vontade comum. Cf. Jean-Jacques Rousseau, *O contrato social*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974, em especial o capítulo VI, pp. 40-43.

Porém, a celebração do contrato social produz ainda um segundo efeito fundamental. Ao mesmo tempo que eleva as partes que o celebram à unidade, decorrente da partilha de uma lei comum, adoptada por consenso, e da submissão à respectiva jurisdição, atira-as para uma circunstância de alteridade face aos demais homens, quer estes tenham optado por permanecer num estado de natureza, quer se tenham reunido e celebrado um contrato social alternativo, constituindo-se, também eles, em comunidade política. Pelo facto de partilharem uma mesma lei, livremente negociada, as partes do contrato social transformam-se em concidadãos. Paralelamente, todos os demais homens se transformam em estrangeiros pelo facto de não partilharem dessa lei e de, seja permanecerem «sem lei», num estado de natureza, seja de se terem dotado de uma lei distinta e constituído uma comunidade política alternativa.

É pela celebração do contrato social nacional, diariamente sufragado, que nos afastamos do Estado de natureza, transformando-nos em concidadãos nacionais sob a protecção da lei nacional portuguesa. E o mesmo se aplica a todas as demais comunidades políticas do planeta. Na ausência de um contrato social que a todos congregue, seja a uma escala regional, seja à escala planetária, nenhum direito positivo está disponível para regulamentar as relações que se possam desenvolver entre estas comunidades políticas em que o planeta se constitui. Assim, da mesma maneira que a celebração do contrato social conduz, a nível interno, à emergência do direito, alicerce da cidadania, e, a nível externo, à ausência de direito característica da soberania estatal.

Por outras palavras, uma comunidade política define-se pelo facto de disponibilizar aos seus membros um corpo comum de regras para a regulamentação da respectiva convivência social e para a resolução dos conflitos que possam emergir entre eles. Já as relações internacionais se definirão pela ausência de um corpo normativo que obrigue universalmente, isto é, pela inexistência de um quadro objectivo, capaz de regulamentar, de forma coerciva, as relações entre comunidades políticas independentes. Assim, enquanto os membros de uma comunidade dispõem de um sistema político, ético e jurídico, isto é, de uma hierarquia de instituições capazes de assegurar a definição, a interpretação e a aplicação de regras objectivas e aceites por todos para a regulamentação da convivência social e para a resolução de conflitos, as relações internacionais definem-se precisamente pela inexistência de um tal sistema, capaz de reunir as comunidades políticas e de garantir a resolução pacífica dos conflitos que possam surgir entre elas. Tanto assim que, enquanto a nível interno, a guerra, a guerra civil, espelha a desintegração de uma comunidade política, a nível externo, internacional, a guerra constitui o principal alicerce das relações internacionais desde os alvares das civilizações.

A Bíblia, um dos mais antigos livros de Ciência Política e Relações Internacionais do Ocidente, e seguramente o mais lido, apresenta-nos esta dualidade com clareza, elevando-a à condição de instrumento exemplar para a fixação, seja da identidade de uma comunidade política, no quadro de uma mesma lei, seja da alteridade, decorrente da ausência de uma lei comum, que caracteriza as relações internacionais.

Com base numa concepção estritamente dualista do universo, o Antigo Testamento apresenta-nos, por um lado, Israel, elevado à unidade pela partilha de um mesmo corpo normativo, um mesmo conjunto de regras pelas quais a vida interna dos judeus se deverá pautar: aquelas que lhe são gradualmente disponibilizadas por Iavé, o seu Deus, e que encontrarão tradução paradigmática nas *Tábuas da Lei*. E será precisamente no facto de cada judeu amar o seu Deus, legislador, e guardar os seus mandamentos, que radicará a mesmidade da comunidade judaica.

Paralelamente, à mesmidade do povo judaico corresponde a alteridade dos demais povos, decorrente do facto de adorarem outros deuses, falsos, e por isso mesmo menos poderosos do que o Deus verdadeiro de Israel, e de se organizarem no quadro dos corpos normativos próprios de cada um deles.

Deste modo, se, no seu seio, a lei de Deus eleva Israel à unidade, já nas relações com os demais povos, pela alteridade que os caracteriza, essa lei é substituída pela lei da indiferença ou, melhor, pela ausência de lei, contexto em que a utilidade ou o cálculo de interesses emergem como únicos crivos para aferição do modo como os Judeus se deverão comportar com eles.

«Escuta, ó Israel! [proclama Moisés] O Senhor, nosso Deus, é o único senhor! Amarás ao Senhor, teu Deus, com toda a tua alma e com todas as tuas forças»³. É deste amor comum a Deus que decorre a unidade dos judeus, amor que é correspondido, encontrando tradução concreta, seja na série de preceitos, de leis, que Deus dá ao seu povo, seja nos pactos que com ele celebra a fim de se constituírem como o seu povo.

Assim, o mesmo Deus que exige dos Judeus que o amem reunindo-se neste culto comum, fixa as fronteiras daquele que será o seu território quando escaparem do Egipto, mandando-os «passar a cutelo» os seus inimigos, isto é, todos aqueles que se encontrarem a ocupar a terra prometida, «sem que fique nem um só»⁴.

Por outras palavras, à lei do amor a Deus que fixa a mesmidade interna de Israel, a nível internacional, e decorrente da alteridade que consubstancia, corresponde a lei do cutelo, da escravidão, na melhor das possibilidades, o império do poder, do cálculo de interesses e da utilização dos outros povos como instrumentos para o serviço dos superiores interesses dos Judeus.

Acresce que as relações internacionais dos judeus, as suas guerras, o seu comércio externo, etc., etc., não são, na verdade, relações entre homens concretos, isto é, entre os judeus concretos que as desenvolvem e os outros povos concretos com os quais se relacionam. Antes, e num sentido mais profundo, elas mais não serão do que manifestações concretas das verdadeiras relações que se estabelecem entre o Deus verdadeiro, por eles venerado, e os falsos deuses dos demais povos. Tanto assim que as vitórias de Israel, não são vitórias dos generais concretos que travaram a batalha, mas do seu Deus. São vitórias de Deus. E as derrotas constituirão uma espécie de instrumentos pedagógicos concretizados com o objectivo correctivo de recolocar o povo de Israel nos caminhos de Deus. Conforme é amplamente sublinhado ao longo do Antigo Testamento, os judeus nunca se encontram sozinhos. «O Senhor vosso Deus, que marcha à vossa frente, combaterá por vós, como sempre fez sob os vossos olhos no Egipto e também neste deserto, onde vistes o Senhor, vosso Deus, conduzir-vos como um pai conduz seu filho»⁵.

«Sim, [proclama Deus ao povo de Israel] se cumprirdes convenientemente toda esta lei que vos prescrevo: amar o Senhor, vosso Deus, andar sempre nos seus caminhos

³ «Livro do Deuteronomio», Capítulo 6, versículos 4 e 5, in *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1978, p. 233.

⁴ Cf. *Ibid.*, Capítulo 7, versículos 1 a 6, em particular, p. 234.

⁵ *Ibid.*, Capítulo 1, versículos 30 e 31, p. 226.

e permanecer-Lhe fiéis, o Senhor expulsará da vossa presença todas as nações e submeteréis povos maiores e mais fortes do que vós».⁶ A lei de Deus irmana os judeus, elevando-os à condição de povo eleito, ao mesmo tempo que o demarca radicalmente da idolatria de todos os demais. Para além disso, o cumprimento dessa lei assegura a presença de Deus entre os judeus nas múltiplas actividades que desenvolvem, o que constitui garantia de sucesso⁷.

Esta concepção dualista judaica irá encontrar paralelo evidente nos universos grego e romano. Do mesmo modo que, para o povo de Israel, o universo conhecia duas partes distintas, por um lado os judeus e, por outro, os gentios, correspondendo a cada um deles leis radicalmente distintas, também os gregos e os romanos perspectivavam o mundo de forma dualista como sendo habitado por eles próprios, gregos, ou, mais tarde, romanos, irmanados cada um por uma lei comum, e bárbaros, todos os demais, sujeitos à lei do poder e à ordem dele decorrente.

A identidade judaica é definida pela integração na comunidade decorrente da partilha da lei de Deus. Tanto assim que o povo judaico se apresenta, até mesmo por definição, como sendo o povo de Deus. Paralelamente, os demais povos da Antiguidade apresentar-se-ão perante o Povo de Deus numa circunstância de estrita igualdade, na medida em que todos eles serão igualmente povos cuja identidade decorre do culto deste ou daquele deus falso. Nesta medida são enformados por um corpo normativo radicalmente distinto, e inferior, do qual decorre a alteridade que os caracteriza a todos.

Paralelamente até mesmo no universo helénico é cada *polis* que forja os seus cidadãos. E a própria religião se encontra subordinada à política, isto é, à *polis*.

Segundo os relatos platónicos, Sócrates representa um momento particularmente paradigmático. Ele é condenado à morte sob a acusação de corromper a juventude ateniense, desencaminhando-a dos deuses da cidade e levando-a ao culto de falsos deuses. Ora, os deuses falsos para os quais Sócrates procurou converter a juventude ateniense mais não eram do que a personalidade individual de cada um, a sua consciência, diríamos hoje, em substituição da autoridade dos poderes estabelecidos. E é, simultaneamente por se saber culpado e por ser produto de Atenas que Sócrates se recusa a fugir quando Crito lhe oferece a oportunidade para o fazer. Enquanto produto da matriz ateniense, apenas em Atenas é que consegue ser ele próprio. Fugir, ver-se atirado para fora de Atenas constituiria uma morte tão certa como tomar a cicuta, em termos espirituais, se não em termos físicos⁸.

Neste contexto, Antígona constitui igualmente um marco de referência. O texto de Sófocles desenvolve-se à volta da decisão de Antígona de desafiar o comando de Creonte, sepultando o irmão, Polinices. Ao fazê-lo, coloca-se acima da *polis*. Em vez

⁶ Ibid., Capítulo 11, versículos 22 e 23, p. 240.

⁷ Cf. o modo como a presença no campo de batalha da arca da aliança, símbolo da presença de Deus entre os judeus, constituía garantia de vitória, mesmo contra exércitos manifestamente maiores e mais poderosos. Para uma visão contemporânea desta visão, atente-se às aventuras narradas por Steven Spielberg, em «Salteadores da Arca Perdida», centradas na procura da velha Arca da Aliança dos judeus, pelas garantias de vitória que asseguraria a quem a possuísse, e no empenho em que ela não caísse nas mãos de Hitler, pelas consequências catastróficas que tal acarretaria para os aliados, uma vez que equivaleria a dar a invencibilidade aos exércitos nazis.

⁸ Cf. Platão, *Apologia de Sócrates e Criton*, Lisboa, Edições 70, 2009.

de se entender como um produto da *polis*, afirma deter uma identidade que lhe é anterior e superior. Tanto assim que eleva a sua consciência à condição de valor fundamental a que recorre, inclusivamente, como padrão para aferição da validade das normas produzidas pela *polis*. Daí o carácter trágico do texto. É que o comportamento de Antígona é de tal modo desviante ao ponto de se tornar incompreensível, até mesmo para sua irmã, Ismene, e para ela própria, que se sente como louca⁹.

À mesmidade que aglutina atenienses, espartanos ou tebanos, elevando-os à unidade, corresponde a alteridade com que cada uma destas comunidades se perspectiva mutuamente — para já não falar dos estrangeiros, os persas, por exemplo. Segundo o relato de Tucídides, até mesmo no universo helénico, a justiça encontra-se solidamente circunscrita à condição de igualdade produzida pela partilha de um corpo de direito comum que define cada *polis*. Tanto assim que, conforme lembra no conhecido relato das negociações que precederam a invasão e destruição de Melos pelas forças atenienses, a justiça apenas tem lugar no seio de uma comunidade política, enquanto que, nas relações entre os povos, justo é que «os fortes exerçam o poder e os fracos se submetam àquilo a que tiverem que se submeter». Cada comunidade política produz o direito através do qual garante a justiça interna, enquanto que, a nível internacional, é da força e das relações de força entre os povos que essa mesma justiça decorre¹⁰.

Ética e Relações Internacionais são, nestes termos, conceitos alternativos, nada tendo um a ver com o outro.

Com o cosmopolitismo assiste-se ao início do desmoronamento deste quadro conceptual. Primeiro, com o estoicismo, e, de forma definitiva com o cristianismo. Ao reclamar para seu irmão, como uma louca, segundo o coro, um direito superior àquele proclamado pela *polis*, Antígona representa aqui um momento exemplar. E, mais tarde, ao afirmar a unidade fundamental de todo o género humano, e, por isso mesmo, o ideal da respectiva reunião numa mesma comunidade política da dimensão do planeta no quadro de um *ius inter-gentius* natural comum, o estoicismo anunciaria um modelo novo de organização social e política e, bem assim, um novo paradigma de relações internacionais. Será, no entanto, com o cristianismo que o paradigma antigo se irá exaurir, definitivamente, sendo substituído por outro novo.

O cristianismo opera uma dupla revolução nos nossos modelos de organização social e política, ao mesmo tempo personalizante e universalizante. Personalizante, na medida em que se passará a insistir na afirmação do valor intrínseco da personalidade de cada ser humano, independentemente da comunidade política que possa integrar. E universalizante, na medida em que, em vez de dirigida a um povo eleito, a *Boa Nova* cristã se abre necessariamente a todos os homens e a todos os povos.

Assim acontece na medida em que o cristianismo assenta sobre um ideal de igualdade fundamental de todo o género humano. Conforme lembra São Paulo, em Cristo todas as clivagens que possam ser adoptadas para a fixação de desigualdade entre os homens são superadas. «Porventura Deus só o é dos judeus? [pergunta na “Carta aos

⁹ Cf. Sófocles, *Antígona*, trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, 1958.

¹⁰ Cf. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 282.

Romanos”] Sim, também dos gentios, pois há um só Deus, que justificará pela fé os circuncisos e que também pela fé justificará os incircuncisos»¹¹, elevando-os a ambos à unidade cosmopolita. Com o cristianismo assiste-se à afirmação da liberdade e da igualdade fundamentais de todo o género humano. Conforme São Paulo esclarece na Carta aos Gálatas, pela fé em Cristo, todos os homens acedem à condição de filhos de Deus. Com Cristo, «não há judeu nem grego; não há servo nem livre, não há homem nem mulher». Todos os crentes são «um só em Cristo»¹².

No paradigma antigo, a identidade e o próprio ser de cada um decorrem da comunidade política em que se insere e na qual se forja. Já na perspectiva cristã, cada um transporta consigo uma carga identitária, na qual a sua personalidade e a sua dignidade se alicerçam, que é anterior e, por isso mesmo, independente da comunidade política em que se possa inserir. Essa carga identitária original decorre tanto do facto de todos os homens serem filhos de Deus, e não apenas alguns, como de serem feitos à imagem e semelhança de Deus. Enquanto «templo de Deus»¹³, cada ser humano constitui, à partida, uma espécie de microcosmos que espelha o macrocosmos divino — facto que se impõe à comunidade política em que se possa vir a situar, qualquer que ela seja.

Assim, ao dualismo antigo, nos termos do qual o planeta era perspectivado como encontrando-se dividido entre concidadãos e estrangeiros, judeus e gentios, romanos e bárbaros, cada um com a sua lei, o cristianismo irá propor uma matriz fundamentalmente monista que, no limite, apontará para o encadeamento de toda a humanidade na unidade da fé em Cristo. E, a um tal monismo universalista religioso, a medievalidade irá fazer corresponder um monismo social e político, apontando para a reunião de todos os homens numa comunidade política comum, a *respublica christiana universalis generis humani*, uma comunidade política da dimensão do género humano.

Ao dualismo da Antiguidade correspondia a clivagem radical entre Política e Relações Internacionais. Para a mentalidade antiga a Política é, até mesmo por definição, aquela actividade desenvolvida dentro da comunidade, dentro da *polis*, na matriz Ocidental, pelos *polites*, os cidadãos. Ela encontrava-se, portanto, circunscrita à *polis*, perspectivada como comunidade autárquica, por um lado, responsável pelo próprio ser dos respectivos *polites*, e, por outro, capaz de lhes disponibilizar tudo aquilo de que poderiam necessitar para viverem a vida boa, que merece ser vivida. Fora dela, o que encontramos é a alteridade radical, o vazio axiológico sobre o qual se desenrolam as Relações Internacionais, isto é, as actividades, bélicas ou pacíficas, entre comunidades que se inter-relacionam com vista ao serviço dos respectivos interesses específicos.

Política e Relações Internacionais constituem, portanto, duas categorias ou actividades substancialmente distintas e que de modo algum se poderão confundir. A primeira, a Política, reportando-se às condições necessárias para a vida boa, que merece ser vivida, atrai-nos para o império da lei, da moral e da justiça. Com a segunda, as Relações Internacionais, vemo-nos atirados para um universo onde a única lei,

¹¹ Cf. *Biblia Sagrada*, op. cit., «Carta aos Romanos», Capítulo 3, versículos 29 a 31, p. 1487.

¹² Cf. *Ibid.*, «Carta aos Gálatas», Capítulo 3, versículo 28, p. 1535.

¹³ *Ibid.*, «Carta aos Coríntios», Capítulo 3, versículo 16.

moral e justiça disponíveis são as que decorrem das relações de força. Daí o objecto específico de estudo das Relações Internacionais: a Paz e a Guerra.

Já na concepção medieval, em virtude do monismo universalista que a enforma, esta clivagem esbate-se, ao ponto de se esboroar. Na perspectiva cristã, todos os seres humanos partilham uma natureza e um destino comuns, e as suas actuações encontram-se, de facto, regulamentadas por uma mesma lei natural que, pela sua essência, se projecta para além da capacidade de acção de toda e qualquer comunidade política que se possa estabelecer. Quer isto dizer que as Relações Internacionais de modo algum podem ser perspectivadas como detendo uma matriz substancialmente distinta das actividades que se desenvolvem entre cidadãos numa mesma comunidade. No momento em que a *polis* perde a condição de comunidade autárquica, as mesmas razões que, segundo Aristóteles, exigem a reunião das pessoas individuais em famílias, destas em aldeias, e das aldeias em *poleis*, passam a exigir, no dizer de São Tomás de Aquino, a integração das *poleis*, em províncias, reinos até à constituição, no limite, da *respublica universalis*. Deste modo, as Relações Internacionais, isto é as relações entre *regna*, enquadradas que estão na *respublica christiana*, passam a deter uma natureza semelhante àquelas que se desenvolvem entre as demais unidades políticas, começando pelos cidadãos na base. Por outras palavras, num tal contexto monista de integração planetária, as Relações Internacionais mais não são do que uma manifestação concreta da Política.

Na perspectiva dualista grega, platónica como aristotélica, a política é a actividade pública desenvolvida pelos *polites*, os cidadãos, visando a construção da vida boa, que merece ser vivida, num ambiente concreto: a *polis*. Ora, tal como o amor é o vínculo que reúne marido e mulher, na primeira instância em que a natureza social e política dos seres humanos se manifesta — a família —, também a *polis*, enquanto manifestação última deste mesma condição humana exige um elemento de aglutinação e de definição: a amizade. Assim, do mesmo modo que a *oikos*, a família, será a comunidade que integra aqueles que se amam — marido, mulher, filhos¹⁴, também a *polis* se apresenta como a comunidade dos amigos — os *polites* — que são amigos uns dos outros e solidários uns para com os outros. E, tal como onde, em vez de amor, imperar o ódio ou a indiferença, deixaremos de nos encontrar perante uma família para nos depararmos com vizinhos ou estranhos, a partir do momento em que deixarmos um universo de amizade, pública, deparar-nos-emos, necessariamente, com um universo de inimizade, pública, isto é, com estrangeiros. Por outras palavras, nesse preciso momento, sairemos de uma *polis* e encontrar-nos-emos no estrangeiro.

É assim que, para os antigos, o limiar da política, isto é, da actividade que se desenvolve na *polis*, situa-se na linha de fronteira que separa o amigo do inimigo. Tal como, aliás, o limiar da família se situa na linha que separa o amante do indiferente, ou do odiado.

Acresce que, do mesmo modo que cada um reserva todo o seu amor para os seus familiares, outra coisa não se entenderia, também cada um reserva, em exclusivo, sentimentos como a amizade, a solidariedade, a confiança para os seus concidadãos.

¹⁴ E, por analogia, os instrumentos de que dispõe para cumprir a sua missão: o lar, os animais domésticos e os escravos.

É assim que os concidadãos, os *polites*, são os amigos, enquanto que, todos os demais, os estrangeiros, são inimigos. Inimigos, em sentido público, *hostis*, não *inimicus*, conforme a tradição romana viria a sublinhar seguindo de perto, aliás, a tradição grega clássica.

Conforme Platão sublinha no livro V d'*A República*, em sentido estrito, o outro do ateniense, o estrangeiro, não é o espartano ou o tebano. Na medida em que todos partilham de *nomoi* comuns, isto é, de um mesmo corpo civilizacional e de direito, todos integram uma mesma comunidade política: «a raça helénica». Nestes termos, o outro, o estrangeiro o «inimigo natural», conforme esclarece, comum de todos é o persa e o bárbaro, em geral. O espartano pode ser o «inimigo» do ateniense, mas apenas conjunturalmente, em sentido figurado, nunca em sentido pleno. Tanto assim que guerra, em sentido estrito, um ateniense apenas a pode travar com um estrangeiro, um persa ou um bárbaro. Em sentido estrito, um conflito entre Esparta e Atenas não pode consubstanciar um estado de guerra, mas apenas de «discórdia civil», do mesmo modo que, em vez de inimizade entre ambas, se deverá falar de «sedição»¹⁵.

Daí os dois universos paralelos que o mundo antigo nos disponibilizava: da Política e das Relações Internacionais. O primeiro, regulamentando as relações entre amigos, públicos, através da lei comum que os reunia em comunidade, traduz-se no império da lei¹⁶. O segundo, reporta-se aos inimigos, públicos, espelhando a ausência da lei, e encontrando tradução concreta na guerra e nas actividades diplomática e consular.

O cristianismo introduz-nos num universo distinto, onde não há lugar para clivagens entre os homens, já que todos são irmãos em Cristo e onde, segundo a parábola do bom samaritano, cada um se torna no próximo de todos os demais. Eliminada a concepção em que o outro, seja ele romano ou samaritano, se apresenta como *inimigo*, então ele apenas pode ser um outro eu, um amigo, que, como eu, é igualmente chamado a integrar a *respublica christiana universalis*.

A própria filosofia política genuinamente medieval, abre-se, com naturalidade, a todas as manifestações da actividade política, incluindo, como é óbvio, aquela que se desenvolve entre os vários reinos, sempre no quadro axiológico monista proposto pela matriz civilizacional cristã. Tanto é assim que os manuais de Relações Internacionais contemporâneos comumente situam o surgimento desta disciplina na Antiguidade, indiana, chinesa, judaica e greco-romana. Porém, é habitual saltarem sobre o período medieval, apontando o seu renascimento com Maquiavel, a modernidade estatal e a ruptura que então se estabelece com aquilo que alguns já apelidaram de «teoria política ética» da Idade Média¹⁷.

E, de facto, aquilo que a medievalidade ocidental nos propõe é submissão de toda a política a uma ética universal: a ética cristã. Para a matriz política da Antiguidade, a ética, em vez de unitária e universal, apresentava-se de forma situada, contexto em

¹⁵ Cf. Platão, *A República*, tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, 470 b e c, p. 247.

¹⁶ Para utilizar a expressão adoptada por Ronald Dworkin para título da sua obra, *Law's Empire*, publicada em Cambridge, Massachusetts, em 1986, pela Belknap Press of Harvard University Press.

¹⁷ Cf. por exemplo, James Dougherty e Robert Pfaltzgraff, Jr., *Relações Internacionais. As teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, 2003, em especial as pp. 11 e seguintes sobre «as primeiras abordagens à teoria das relações internacionais».

que assumia tantas modalidades quantas as comunidades políticas disponíveis. Assim se explica que, no paradigma antigo, a ética derive da política. A ética, a moral e até mesmo a religião não só se encontram dentro da alçada do poder político, como são por ele definidas e delimitadas. Com a medievalidade cristã, assiste-se à inversão desta equação. A ética, a moral, a religião, são projectadas solidamente para além da pluralidade de manifestações concretas do político e reduzidas à unidade jusnaturalista. E a política passa a ser enformada por um tal corpus normativo que a transcende. É, aliás, em função de uma tal unidade normativa superior capaz de enquadrar as múltiplas formas do político que a medievalidade conheceu, imprimindo-lhes uma unidade superior, que emergem o ideal cosmopolita medieval, a ideia de Europa e de humanidade, os direitos humanos, a autonomia, a subsidiariedade, e uma pluralidade de conceitos nos dias de hoje tão acarinhados¹⁸.

A modernidade irá introduzir-nos num terceiro momento, ou patamar. Em alternativa ao ideal unitário e cosmopolita medieval a Europa moderna ficará marcada precisamente pela pulverização do corpus normativo medieval de vocação unitária em termos éticos, religiosos e jurídicos e de matriz cosmopolita, responsável pela aglutinação, até à unidade, do complexo caleidoscópico de unidades políticas diferenciadas, autónomas na sua especificidade, mas integradas até à unidade planetária. Tanto assim que, em substituição do ideal imperial cosmopolita, se assiste à consolidação das novas unidades políticas do sistema, os Estados-nação, cada um cioso da sua soberania e, por isso mesmo, da sua capacidade demiúrgica de se apresentar como o alfa e ómega de tudo e de todos os que se encontram no seio das suas fronteiras territoriais. E, em alternativa à concepção unitária e integrada do cosmos e da igual dignidade de todos os seres humanos, procede-se à recuperação do dualismo da Antiguidade, e da cosmovisão que a enformava. Por outras palavras, será o tema da morte de Deus — criador e redentor de toda a humanidade — e da sua substituição pelo próprio homem, isto é, pelo Estado, perspectivado à maneira hobbesiana como grande Leviatã, ou como deus mortal — cada um criador dos seus cidadãos e único responsável pelo respectivo dever —, que melhor captará o princípio norteador do modelo moderno de organização social e política.

Cujus regio ejus religio, é como a modernidade proclamará a inversão dos termos em que dantes se operava a relação entre a política, por um lado, e o direito, a ética, por outro. No quadro conceptual da Idade Média, o direito, a ética e a religião assumiam uma projecção universal, irmanando todos os homens num mesmo destino comum, para cujo cumprimento todos se encontravam solidariamente integrados. Agora, com a modernidade, é cada Estado que, de forma soberana, se dota do corpo de direito através do qual se deverá enformar e afirmar na sua singularidade. Do direito, da ética e, no limite, até mesmo da religião.

Recorrendo à já velha tradição do contrato social, a modernidade irá substituir o pluralismo e o universalismo que dantes se impunham na concepção medieval pela singularidade da vontade soberana das novas entidades políticas que se constituem, os Estados soberanos. Como que numa recuperação do paradigma proposto pela

¹⁸ Para uma perspectiva sinóptica do pensamento político medieval, cf. Ralph Lerner e Mushin Mahdi, eds., *Medieval Political Philosophy*, Ithaca, New York, Cornell University Press, 1963.

Antiguidade, assiste-se ao abandono final do duplo ideal medieval de autonomia e de unidade, primeiro universal e, depois, até mesmo europeia, no quadro de um mesmo modelo de ordem, jurídica, ética e religiosa. Em sua substituição, a modernidade irá apostar na simplicidade da ideia de soberania e, correlativamente, na visão de um planeta esquarterado em Estados soberanos, todos poderosos, a nível interno, e radicalmente iguais uns aos outros, a nível externo, sem que nada, nem ninguém, se lhes imponha.

Reemerge a clivagem radical separando a política interna, a política desenvolvida por cada Estado no seu seio, da política externa, das relações internacionais, e, por esta via, a clivagem correspondente entre Ciência Política e Relações Internacionais. Por força do princípio de soberania que o enforma, cada Estado ergue-se como autêntica ilha de direito e de moral, no quadro de um oceano caracterizado por um vazio axiológico radical. É num tal quadro axiologicamente neutro que se movimenta, relacionando-se com os demais Estados, seus pares, na medida em que considera poder daí retirar qualquer proveito ou servir o seu interesse nacional. São exclusivamente os Estados que produzem soberanamente o direito e a moral que vigora no seu seio e através dos quais se definem, e que, para além daqueles que são específicos de cada Estado, nenhuma moral, nenhum direito, poderá ser descortinado entre eles¹⁹.

Superiorem non recognoscit, assim se afirma cada Estado nas relações internacionais que desenvolve. As pessoas individuais são sujeitos morais detentores de direitos e de deveres, mas apenas na medida em que situam no quadro normativo de uma comunidade estatal. Os Estados, porém, não o são. Cada Estado emerge como criador dos seus cidadãos e, correlativamente, produtor e garante dos direitos de que se possam reclamar. Assim, é para com os seus cidadãos, e apenas para com eles, que a cada Estado podem ser imputados deveres. Parafraçando os Embaixadores atenienses, segundo o relato de Tucídides, e a concepção platónica e aristotélica apresentada no início deste estudo, já no século XX, Reinhold Niebuhr sublinha que «enquanto indivíduos, os homens acreditam que se devem amar e servir uns aos outros e estabelecer a justiça nas suas relações mútuas. Enquanto comunidades raciais, económicas e nacionais, cada uma toma para si tudo aquilo que o poder que comanda lhe permitir»²⁰.

É, conforme explicita, a «tragédia do espírito humano»: os códigos normativos — de índole jurídica ou moral — são aplicáveis apenas no seio das comunidades políticas organizadas em que emergem e que os conseguem sancionar através do poder coercitivo que comandam. Conforme Maquiavel já nos havia proposto, a modernidade introduz-nos num universo de ruptura com a Idade Média, designadamente em termos normativos e da relação entre Ética, Política e Relações Internacionais. Quer em termos jurídicos, quer em termos éticos, opera-se uma autonomização radical do político, contexto em que as novas unidade políticas do sistema, os Estados soberanos, não só

¹⁹ Para uma exploração detalhada da matriz moderna do Estado soberano e do modo como contrasta com o modelo medieval de organização social e política cf. o nosso livro *Do Estado soberano ao Estado das autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Afrontamento, 1998, em especial o capítulo I, pp. 29 a 111 e a extensa bibliografia ali indicada.

²⁰ Reinhold Niebuhr, *Moral Man and Immoral Society. A study in Ethics and Politics*, New York, Charles Scribner's Sons, 1932, p. 9.

passam a forjar livremente o direito por que se regem — sem quaisquer amarras a considerações de direito natural — como se adoptam uma moral privativa — igualmente liberta da moral tradicional de raiz religiosa, isto é, católica²¹.

Por outras palavras, como que numa recuperação da matriz Antiga, o direito e a moral, em vez de universais, são, de novo, situados e circunscritos a cada uma das comunidades políticas do planeta e, em vez de as transcenderem, são perspectivados como decorrendo da respectiva vontade soberana, derivar deles. Reemerge a clivagem entre, por um lado, Política, a actividade que se desenvolve dentro de cada Estado, regulamentada pelo quadro normativo, moral e jurídico, por ele desenvolvido para o efeito, e, por outro, Relações Internacionais, isto é as relações desenvolvidas pelas comunidades políticas que integram o sistema, os Estados soberanos, num vazio axiológico radical onde o princípio utilitário do serviço do interesse nacional esgota o quadro normativo de que o estadista dispõe para regulamentar o seu relacionamento com outros Estados, igualmente soberanos.

Tanto assim que, para definir a essência do político, Carl Schmitt retoma a díade antiga de amigo e inimigo. «A clivagem especificamente política a que podem ser reduzidas todas as acções políticas é a de «amigo e inimigo»²². Do mesmo modo que a estética se define pela díade belo/feio, a medicina pela de saúde/doença, a moral pela de bem/mal, ou a economia pela díade lucro/prejuízo, também a política encontra tradução na díade amigo/inimigo. Isto é, conforme esclarece, «a distinção entre amigo e inimigo denota o máximo grau de intensidade de uma união ou de uma separação, de uma associação ou de uma dissociação [...] o inimigo político não carece de ser mau, em termos morais, ou feio, em termos estéticos, não é necessário que se apresente como nosso concorrente em termos económicos, podendo inclusivamente ser útil travar relações comerciais com ele. Ele é, no entanto, um outro, um estrangeiro»²³.

O facto de alguém ser bom ou mau, belo ou feio, rico ou pobre, ou de apresentar estas ou aquelas características, físicas ou morais, é absolutamente irrelevante, para o situar em termos políticos. A única dimensão verdadeiramente relevante para o efeito é aquela que se prende com a questão de saber de que lado da fronteira essa pessoa se situa, que comunidade estatal integra, e, por isso mesmo, se é amigo ou inimigo — não em termos sentimentais, mas em termos públicos. Até os direitos de uma pessoa, civis, políticos, sociais, e económicos, variam consoante a comunidade política que integra.

Como que em recuperação do dualismo antigo, a modernidade estatal irá reorganizar a política segundo as duas categorias de amigo e de inimigo, de cidadão e de estrangeiro, reservando a ética e o direito, em exclusivo, para os primeiros. Já ao nível dos segundos, a nível externo, internacional, a guerra permanece o único instrumento disponível para identificação da justiça e do direito, seja em termos éticos, seja em termos jurídicos. Até mesmo por definição, já que a guerra, em sentido estrito, é actividade que se desenvolve entre estrangeiros, inimigos, públicos.

²¹ Para uma introdução ao pensamento político de Maquiavel e à revolução que opera em termos da relação entre política, direito e moral, derivando as segundas da primeira, cf. o nosso ensaio «Sob o signo de Maquiavel: a nova ordem e moral política», in *Arquipélago, Filosofia*, n.º 1, 1990, pp. 89-110.

²² Cf. Carl Schmitt, *The Concept of the Political*, Chicago, Chicago University Press, 1996, p. 26.

²³ *Ibid.*, pp. 26-27.

Enquanto cidadãos individuais, todos nós detemos uma panóplia de direitos e de deveres para com o nosso próximo, os nossos concidadãos, com os quais partilhamos as nossas vidas no quadro da comunidade estatal que nos forjou e na qual situamos o nosso próprio ser, desde logo, na medida em que nos definimos como sendo portugueses, espanhóis ou belgas. Já os deveres do Estadista, no entanto, dirigem-se, em exclusivo, para a comunidade cujos destinos lhe foram confiados. Daí que o Embaixador tenha a obrigação de negociar o tratado que melhor servir os interesses da sua comunidade estatal e o Primeiro-Ministro tenha a obrigação de se envolver no sistema internacional para dele procurar retirar o máximo possível de benefícios para os seus concidadãos — independentemente do impacto que essas actividades possam ter sobre os demais Estados, os respectivos cidadãos, ou o que quer que seja, a não ser que daí decorram consequências importantes para o seu Estado e os seus concidadãos no futuro. É o confronto radical entre política, desenvolvida no seio de cada Estado, e Relações Internacionais, travadas entre Estados. A primeira reporta-se ao universo da ética e da solidariedade, as segundas transportam-nos para os antípodas do Imperativo Categórico kantiano, convocando-nos a perspectivar os nossos interlocutores internacionais sempre como objectos, como instrumentos para a gratificação dos nossos interesses, nunca fins em si mesmos, como sujeitos portadores de dignidade própria.

Acresce que, conforme Niebuhr esclarece ainda, «O poder sacrifica a justiça à paz dentro das comunidades e destrói a paz entre comunidades [...] A história da humanidade é testemunho eloquente do facto que o poder que impede a anarquia nas relações internas dos grupos encoraja a anarquia nas relações entre grupos»²⁴, muito particularmente quando assumem a forma de Estados soberanos. Por força do sistema de direito de que se dota e a enforma, a comunidade estatal consubstancia uma hierarquia que contrasta com a anarquia de um sistema internacional composto por soberanias nacionais. Uma anarquia em que, conforme recorda Cálicles, «a própria natureza sublinha a justiça de o melhor tirar proveito do pior, o mais capaz do menos. E tanto entre todos os animais como em todos os Estados e raças da humanidade, isto é por demais evidente: a justiça é reconhecida como sendo a soberania e o proveito do mais forte sobre o mais fraco»²⁵. Faltando-lhe objectividade e coercibilidade, o direito internacional pouco mais constituirá, portanto, do que um estratagema desenvolvido pelos fracos para tentarem amarrar, condicionar e diminuir os fortes.

Nestes termos o direito produzirá resultados antagónicos nos domínios interno e externo. No quadro da *polis* como no quadro do Estado, é instrumento de justiça. Já a nível internacional conduzirá à injustiça. O que leva as comunidades políticas — na Grécia Antiga, Atenas, por exemplo, como na modernidade, a Inglaterra, a Rússia ou os Estados Unidos — a desafiar o direito internacional, sempre que isso é considerado adequado para o serviço dos respectivos interesses. A política externa norte-americana, lembrou o Presidente George Bush por ocasião da crise do Iraque, não será definida em Nova Iorque, na Organização das Nações Unidas, mas em Washington, pelos órgãos de governo próprio dos Estados Unidos, e para o cumprimento do respectivo interesse nacional.

²⁴ Reinhold Niebuhr, *op. cit.*, p. 16.

²⁵ Platão, *Gorgias*, in Plato, *The Collected Dialogues*, Edited by Edith Hamilton e Huntington Cairns, Princeton, Princeton University Press, Bollingen Series LXXXI, 1961. A citação encontra-se em 483 d, p. 266.

O poder soberano do Estado transforma as comunidades nacionais em domínios de ordem e âmbitos específicos da justiça, e paralelamente, nas Relações Internacionais apenas se abre espaço para um instrumento de ordem e de justiça internacional: a guerra. Tal como para o mundo antigo, também para a modernidade a guerra emerge, no limite, como instrumento de ordem e de justiça, cumprindo ao nível internacional papéis paralelos àqueles que, a nível interno, são desempenhados pelos tribunais. Uma vez que os órgãos de poder do Estado dominam a totalidade do poder disponível, a nível interno, estatal, não pode haver dúvidas, nem hesitações, e a ordem e a justiça encontram-se asseguradas. Já a nível internacional, na medida em que as relações de poder entre os Estados são sempre cambiantes, a guerra não só não é um mal como constitui uma necessidade mais ou menos permanente, já que se apresenta como o único instrumento disponível, seja para aferir o poder relativo de cada um dos Estados que integram o sistema, seja para dirimir os conflitos que possam surgir entre eles, seja para fixar a justiça e o modelo de ordem internacional.

E, no entanto, o século XX trouxe a inviabilização da guerra, pelo menos entre grandes potências. Os 78 milhões de vítimas, directas e indirectas, das duas guerras mundiais são disso a prova mais eloquente.

A partir da segunda metade do último século tornou-se imperativo forjar um modelo novo de Relações Internacionais, capaz de superar o carácter adversativo e de alteridade radical para onde o modelo moderno tradicional atirava os Estados. A inviabilidade do velho sistema de equilíbrio de poder, alianças flutuantes, consórcio de nações à maneira de Viena, de Paris ou de Nova Iorque tem vindo a ficar por demais evidente. Se bem que o modelo imperial medieval não apresente particular atractividade para os dias de hoje, torna-se evidente a necessidade de nos dotarmos de um modelo político alternativo àquele que herdámos da modernidade. Um modelo que corresponda à realidade actual e às exigências globais que ela nos coloca, a primeira das quais se prende com a desintegração da díade identitária mesmidade, alteridade, correspondente a duas realidades antagónicas, estatal e internacional.

Tal como, a nível interno, a política deixou de ser monopólio do Estado, também as relações internacionais, a nível externo, deixaram há muito de ser relações entre Estados, para se alargarem a um caleidoscópio de entidades, incluindo os cidadãos individuais, — sem que os Estados detenham quaisquer possibilidades de controlar as actividades concretas em que se traduzem. Hoje, o próximo de cada um, o conjunto daqueles com os quais se tem de conviver para se viver bem, a vida boa, que merece ser vivida, não se reduz ao conjunto dos seus concidadãos, antes se abre, no limite, a toda a humanidade. Assim, o direito, a moral, a solidariedade não poderão deter uma dimensão estritamente nacional, dado que assumem uma projecção planetária. Urge, portanto, reconciliar a ética com a política e com as relações internacionais.

Os direitos e deveres de cada um não se encontram confinados às fronteiras da respectiva comunidade nacional, antes, no dizer de Stanley Hoffman, se projectam para além delas, reportando-se à própria condição humana, independentemente do local no planeta que uma pessoa possa habitar²⁶. Cumpre-se a visão de Séneca, do

²⁶ Reportamo-nos ao importante trabalho pioneiro que publicou, já em 1981, em Siracusa, na Syracuse University Press intitulado *Duties Beyond Borders. On the limits and possibilities of ethical international politics*.

planeta como «casa comum dos deuses e de todos os homens». Falta imprimir-lhe forma. Transfigurar o político. Desenvolver um quadro de ordem adequado a esta nova realidade nos termos do qual a velha clivagem entre Política e Relações Internacionais, entre «amigos» e «inimigos» se esboroe e a comunidade dos «amigos» se abra a toda a humanidade. No Velho Continente, o projecto de integração europeia constitui um passo paradigmático nessa direcção. A reforma da Organização das Nações Unidas será outro, mas apenas se decorrer, como no caso da União Europeia, de uma reconfiguração do modelo moderno de Estado soberano e, correlativamente, do sistema internacional que engendrou.

Mas esse será tema para outra reflexão.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Carlos E. Pacheco, «Sob o signo de Maquiavel: a nova ordem e moral política», in *Arquipélago, Filosofia*, n.º 1, 1990.
- , *Do Estado soberano ao Estado das autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Afrontamento, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1978.
- DOUGHERTY, James e Robert Pfaltzgraff, Jr., *Relações internacionais. As teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, 2003.
- DWORKING, Ronald, *Law's Empire*, Cambridge, Massachusetts, Belknap Press of Harvard University Press, 1986.
- HOFFMAN, Stanley, *Duties Beyond Borders. On the limits and possibilities of ethical international politics*, Syracuse, Syracuse University Press, 1981.
- LERNER, Ralph e Mushin Mahdi, eds., *Medieval Political Philosophy*, Ithaca, New York, Cornell University Press, 1963.
- LOCKE, John, *Segundo Tratado do Governo*, trad. de Carlos E. Pacheco Amaral, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- NIEBUHR, Reinhold, *Moral Man and Immoral Society*, New York, Charles Scribner's Sons, 1932.
- PLATÃO, *A República*, tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- , *Apologia de Sócrates e Criton*, Lisboa, Edições 70.
- , *Gorgias*, in Plato, *The Collected Dialogues*, Edited by Edith Hamilton and Huntington Cairns, Princeton, Princeton University Press, Bollingen Series LXXXI, 1961.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O contrato social*, Mem-Martins, Publicações Europa América, 1986.
- SCHMITT, Carl, *The Concept of the Political*, Chicago, Chicago University Press, 1996.
- SÓFOCLES, *Antígona*, trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, 1958.
- THE POLITICAL IDEAS OF ST. THOMAS AQUINAS*, New York, Hafner Press, 1953.

Fernando Tavares Pimenta

PERSPECTIVAS DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL PORTUGUESA
(SÉCULO XX)

A historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política. O Estado Novo privilegiou o estudo do período das grandes descobertas marítimas portuguesas nos séculos XV e XVI, mas nunca apostou seriamente na promoção de uma autêntica historiografia colonial, pelo menos no que diz respeito à época contemporânea. Na realidade, o rígido controlo político e cultural exercido pelo salazarismo sobre as Universidades não criou as condições necessárias para o desenvolvimento de uma historiografia sobre o colonialismo português. A ideologia nacionalista do regime — com a sua exaltação exacerbada da «glória» do Império — não era consentânea com uma análise científica da realidade histórica colonial portuguesa. As publicações que se faziam na metrópole sobre as colónias tinham um carácter fundamentalmente político e propagandístico, sendo disso exemplo os álbuns comemorativos das exposições coloniais¹ e a «Monografia do Império» de Henrique Galvão e Carlos Selvagem². Posteriormente, a transformação nominal das colónias em províncias ultramarinas, a propagação das doutrinas integracionistas nos círculos políticos da ditadura e a negação oficial, por parte do governo salazarista, da existência de um colonialismo português dificultou ainda mais o aparecimento de uma verdadeira historiografia colonial em Portugal. Assim, foi só muito tardiamente que a Junta de Investigação do Ultramar, muito por influência de Adriano Moreira, começou a promover a publicação de trabalhos sobre os alvares da colonização portuguesa em África, entre os quais algumas compilações documentais que abarcavam pelo menos em parte o século XIX. Houve, é certo, algumas figuras ligadas ao regime que se salientaram pelos seus trabalhos sobre questões coloniais, nomeadamente Adriano Moreira³,

¹ Henrique Galvão — *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional, 1934.

² Henrique Galvão; Carlos Selvagem — *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

³ Adriano Moreira — *Política Ultramarina*. Porto: JIU, 1956; Adriano Moreira — «As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique», separata da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, 1956.

Silva Cunha⁴ e o próprio Marcelo Caetano⁵. Mas eram trabalhos mais na área da ciência política e do direito colonial, do que propriamente no campo da história.

Este vazio historiográfico foi em parte suprido pela publicação no estrangeiro de alguns estudos elaborados por intelectuais portugueses exilados. Foi o caso de Alfredo Margarido⁶, autor de numerosos artigos sobre diversos aspectos da história e da literatura das colónias portuguesas, de Armando de Castro⁷ e de Eduardo Sousa Ferreira⁸. A par destes portugueses no exílio, alguns académicos estrangeiros foram pioneiros nos seus trabalhos sobre a história do colonialismo português em África. Podemos relembrar aqui os casos mais conhecidos de James Duffy⁹, Richard Hammond¹⁰, Douglas Wheeler¹¹, John Marcum¹² e René Pélissier¹³, cujos livros constituem ainda hoje obras de referência para a história das antigas colónias portuguesas em África. Um caso ainda a realçar foi o de Charles Boxer¹⁴ que, embora não se tenha ocupado directamente do Império Português contemporâneo, criou as bases para uma primeira abordagem ao tema graças às suas sólidas pesquisas para o período anterior a 1825. Refira-se ainda que, mesmo depois do 25 de Abril de 1974, foi no estrangeiro que se continuou a fazer grande parte da investigação histórica sobre o colonialismo português contemporâneo. Assim, nas décadas de 1980 e de 1990, salientaram-se pelas suas pesquisas e pelas suas publicações vários investigadores europeus, entre os quais Gervase

⁴ J. M. da Silva Cunha – *Aspectos dos movimentos associativos da África Negra* (2 volumes). Lisboa: JIU, 1958-1959; J. M. da Silva Cunha – *Questões ultramarinas e internacionais* (2 volumes). Lisboa: Ática, 1960-1961.

⁵ Marcelo Caetano – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951; Marcelo Caetano – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954; Marcelo Caetano – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Lisboa: Ática, 1971.

⁶ Grande parte dos artigos de Alfredo Margarido foram reunidos num livro que foi publicado em Portugal em 1980. Veja-se Alfredo Margarido – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

⁷ Armando de Castro publicou os seus estudos em Portugal já depois do 25 de Abril de 1974. Veja-se Armando de Castro – *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Caminho, 1978.

⁸ Eduardo Sousa Ferreira – *Portuguese Colonialism from South Africa to Europe*. Freiburg: Aktion Dritte Welt, 1972.

⁹ James Duffy – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959; James Duffy – *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

¹⁰ Richard Hammond – *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

¹¹ Douglas Wheeler; René Pélissier – *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

¹² John Marcum – *The Angolan Revolution*. Vol. I: *The Anatomy of an Explosion, 1950-1962*. Vol. II: *Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*. Cambridge: MIT Press, 1969-1978.

¹³ Entre os seus múltiplos trabalhos sobre as colónias portuguesas salientamos estes dois livros: René Pélissier – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978; René Pélissier – *Le naufrage des caravelles. Études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1979.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, Charles R. Boxer – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

Clarence-Smith¹⁵, David Birmingham¹⁶, Malyn Newitt¹⁷, Christine Messiant¹⁸, Michel Cahen¹⁹ e Patrick Chabal²⁰.

No entretanto, em Portugal, derrubada a ditadura, instaurada a democracia e terminado o ciclo do Império, parecia haver finalmente as condições para o rápido desenvolvimento de uma historiografia nacional sobre o colonialismo português no século XX. Mas não foi assim por vários motivos. Desde logo, por uma questão de dificuldade no acesso às fontes, na medida em que determinados arquivos — como por exemplo o do Ministério do Ultramar — ficaram durante muito tempo desorganizados ou vedados à consulta. Falta de fundos, falta de condições logísticas, falta de pessoal qualificado, falta de vontade política, tantas razões impediram o uso para fins de investigação de documentação fulcral para o entendimento da nossa história colonial. Além disso, a legislação que tutela os arquivos também entrouvrou durante anos o acesso às fontes arquivísticas. É que de acordo com a legislação portuguesa, foi preciso esperar vinte, vinte cinco ou mesmo trinta anos para aceder à documentação dos principais arquivos portugueses. Foi o caso do Arquivo António Oliveira Salazar e do Arquivo PIDE/DGS, ambos guardados na Torre do Tombo, ou do Arquivo do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Não admira por isso que a historiografia colonial portuguesa tenha demorado a arrancar.

Mas há outros factores que explicam o atraso no arranque da historiografia colonial portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao estudo da fase final da presença portuguesa no continente africano. Factores de ordem política relacionados com a forma como terminou o Império Colonial Português. Com efeito, a prolongada guerra colonial, o trágico processo de descolonização levado a cabo pelos portugueses em África, as guerras civis que se seguiram em algumas das antigas colónias, enfim toda uma série de motivações políticas não proporcionaram o estabelecimento das condições necessárias para a realização de uma reflexão histórica serena e desapassionada do fenómeno colonial. O colonialismo português continuou a ser — durante anos — objecto de discussões apaixonadas entre políticos e militares portugueses e africanos. A África continuou a ser no plano das ideias um imenso «campo de batalha» para visões políticas diferentes do período colonial. E a história continuou a ser usada como uma arma, senão mesmo um instrumento de poder, o que significa que não foi feita uma autêntica «descolonização» — pelo menos imediata — nos estudos sobre o colonialismo português.

¹⁵ Gervase Clarence-Smith – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

¹⁶ David Birmingham – *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Oxford: James Currey, 1992.

¹⁷ Malyn Newitt – *Portugal in Africa: the Last Hundred Years*. London: C. Hurst & Co., 1981; Malyn Newitt – *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co., 1995.

¹⁸ Christine Messiant – *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Paris: Écoles de Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.

¹⁹ Michel Cahen; Christine Messiant – *Vilas e cidades. Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989.

²⁰ Patrick Chabal – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Na verdade, a história passou a ser «usada» para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos, sendo patente uma acentuada «promiscuidade» entre política e história em muita da literatura que inicialmente foi publicada sobre a descolonização portuguesa²¹.

Um outro factor que «dificultou» a emergência dessa historiografia colonial foi o facto de se ter gerado uma certa confusão entre história e memorialismo. De facto, a partir da década de 1990, impôs-se no panorama nacional — à falta de uma literatura científica sobre o fenómeno colonial — uma literatura de carácter memorialista sobre os últimos anos da presença portuguesa em África. Esta literatura memorialista é produzida fundamentalmente por políticos, militares e administradores coloniais, portugueses e africanos, que participaram activamente nos processos políticos da colonização e da descolonização, ou senão na guerra colonial²². Certamente, estas obras de memórias constituem fontes preciosas para a reconstrução da história colonial portuguesa e a sua publicação é mais do que louvável. Mas estes trabalhos não podem substituir uma investigação científica sobre a história recente de Portugal e das suas antigas colónias africanas. Infelizmente, passou-se exactamente o contrário, ou seja procurou-se preencher o vazio historiográfico sobre o assunto por via da elevação ao estatuto de «história semi-oficial» de todo um conjunto de livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais de militares, políticos e administradores portugueses e africanos. Por outras palavras, elevaram-se as memórias, relatos e narrativas pessoais à condição de livros de história, de modo que temos uma história colonial escrita em larga medida pelos agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o devido distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. O facto é que trabalhos deste tipo veiculam necessariamente versões altamente personalizadas — e obviamente politizadas — da história do colonialismo português, facto que não é aceitável numa perspectiva historiográfica. Isto porque a história é uma disciplina científica, com a sua teoria e os seus métodos, que produz conhecimento através de uma análise crítica das fontes. Algo bem diferente da literatura de memórias. Como tal, os relatos de militares, políticos e administradores portugueses, africanos e outros são bem vindos pelo historiador como testemunhos históricos, mas não como obras duma qualquer «história semi-oficial». Tratam-se de fontes históricas e não de livros de história. O historiador

²¹ Entre os muitos livros publicados no rescaldo da descolonização citamos, a título meramente ilustrativo, os seguintes: Pompílio da Cruz – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976; Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976; Luiz Aguiar – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977; Sá Pereira – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977; João dos Reis – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.]; Mello Machado – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].

²² Citamos aqui alguns exemplos desta literatura de carácter memorialista: Pedro Pezarat Correia – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991; João Paulo Guerra – *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004; General Silva Cardoso – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001; General Gonçalves Ribeiro – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002; António de Almeida Santos – *Quase Memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

terá de saber pô-las em perspectiva, fazendo uma crítica acurada para evitar as «armadilhas» da memória e da política e para poder analisá-las de forma correcta. Foi aliás com o objectivo de desfazer essa confusão entre história e memorialismo que publicámos o livro *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*²³. Neste livro operámos a transformação do depoimento oral de um dos agentes do processo político nacionalista angolano num documento de cariz historiográfico, recorrendo para tal aos instrumentos da crítica historiográfica e fornecendo o necessário enquadramento histórico ao testemunho desse protagonista da história do nacionalismo angolano, da guerra colonial e da descolonização de Angola.

No entanto, apesar de todos estes entraves e dificuldades, tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos uma ainda jovem — mas já consistente — historiografia portuguesa sobre o colonialismo português no século XX. Podemos mesmo dizer que é uma área em forte expansão e que há cada vez mais historiadores nacionais interessados em fazer a história da presença colonial portuguesa em África. Para o efeito contribuiu certamente a publicação de duas obras colectivas dedicadas ao estudo da história colonial portuguesa, mas que algo timidamente ainda se intitulam histórias da «expansão». Tratam-se da *Nova História da Expansão Portuguesa*²⁴, dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão, e a *História da Expansão Portuguesa*²⁵, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri. Contudo, é necessário sublinhar que a terminologia adoptada no título de ambas as obras denota a permanência de uma visão, por assim dizer, «antiquada» do fenómeno colonial. De facto, o título escolhido — «História da Expansão» — remete directamente para a visão tradicional da história dos descobrimentos marítimos e da expansão ultramarina fornecida pela ditadura de Salazar. Facto que demonstra como a historiografia colonial portuguesa ainda não se libertou completamente de certas visões políticas do passado. Portugal não dispõe por isso de uma autêntica história do Império colonial, ao contrário do que acontece na Grã Bretanha, que conta pelo menos com duas obras monumentais a esse respeito: a *Cambridge History of the British Empire* e a *Oxford History of the British Empire*²⁶. Uma lacuna que tem de ser suprida o mais breve possível.

Paralelamente, alguns historiadores, que inicialmente tinham estudado o fenómeno colonial no século XIX, deram também um útil contributo para o progresso da investigação sobre o colonialismo português no século XX. Foi o caso de Valentim Alexandre²⁷ ou

²³ Fernando Tavares Pimenta – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

²⁴ A. H. de Oliveira Marques; Joel Serrão (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001 (data de publicação do Vol. XI, *O Império Africano, 1890-1930*).

²⁵ Francisco Bethencourt; Kirti Chauduri (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa* (5 volumes). Navarra: Temas e Debates, 2000.

²⁶ Salientamos o volume 4 da «Oxford History» dedicado ao século XX. Veja-se Wm Roger Louis; Judith M. Brown (Ed. by) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century* (Vol. 4). Oxford: Oxford University Press, 1999.

²⁷ Valentim Alexandre – *Velho Brasil. Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000; Valentim Alexandre (Dir. de) – *O Império Africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri-IHCUNL, 2000.

de Isabel Castro Henriques²⁸. Mas muitos outros historiadores portugueses têm contribuído com os seus estudos para um conhecimento mais aprofundado da realidade colonial portuguesa na centúria de novecentos. Vejamos, a título ilustrativo, alguns exemplos de trabalhos recentes. Relativamente à implantação do sistema colonial e sobre certos aspectos das relações económicas no seio do espaço imperial ou, no específico, de cada colónia existem alguns estudos muito significativos. No primeiro caso, salientamos a obra colectiva dirigida por Maria Emília Madeira Santos, *A África e a instalação do sistema colonial*²⁹, que corresponde às actas da 3ª Reunião Internacional de História de África. No campo da economia, salientamos os trabalhos pioneiros de Adelino Torres, *O Império Português entre o real e o imaginário*³⁰, de António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*³¹, e, num âmbito mais restrito, de Joana Pereira Leite, *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*³², e de Carlos Fortuna, *O fio da meada: o algodão em Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*³³. Ao nível das ideologias coloniais existem alguns (raros) estudos sobre a recepção do luso-tropicalismo em Portugal, salientando-se nesta área o livro de Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*³⁴. Mas está ainda por realizar um trabalho de fundo sobre as várias ideologias coloniais que presidiram a colonização portuguesa em África desde finais do século XIX até 1975. O luso-tropicalismo foi uma dessas ideologias, mas não foi a única.

Sobre as sociedades coloniais e a formação, o desenvolvimento e as identidades políticas dos núcleos coloniais brancos nas duas maiores colónias portuguesas a produção historiográfica ainda é algo escassa. Cremos aliás termos sido pioneiros nesta área com a publicação, em 2005, do nosso livro sobre os comportamentos políticos da comunidade branca de Angola, cujo título é *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*³⁵. Felizmente, depois dele, já foram publicados outros dois estudos sobre o assunto. Em 2007 foi publicada a tese de doutoramento de Cláudia Castelo sobre as políticas de colonização branca em África, *Passagens para África*.

²⁸ Isabel Castro Henriques – *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

²⁹ Maria Emília Madeira Santos – *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930)*. Actas da III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 2000.

³⁰ Adelino Torres – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

³¹ António José Telo – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.

³² Joana Pereira Leite – *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.

³³ Carlos Fortuna – *O fio da meada: o algodão de Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*. Porto: Afrontamento, 1993.

³⁴ Cláudia Castelo – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

³⁵ Fernando Tavares Pimenta – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.

*O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*³⁶ e, em 2008, foi a vez da nossa tese de doutoramento, *Angola. Os Brancos e a Independência*³⁷. Neste livro analisámos o relacionamento político entre o poder colonial português e os colonos brancos em Angola, bem como a atitude dos brancos perante a questão da independência. A análise levou-nos a concluir da existência de um fenómeno de nacionalismo branco, ou se preferirmos de matriz euro-africana, cujo objectivo era a formação de um Estado Angolano independente, no qual os brancos pudessem assumir uma posição de relevo na vida económica, social e política do país.

Relativamente à guerra colonial e às guerrilhas nacionalistas africanas, tem-se assistido nos últimos tempos a um aumento significativo da literatura de carácter histórico sobre o tema. Esse crescimento deve-se em grande parte ao trabalho dos próprios africanos, que começam a escrever sobre a sua história recente, mas também a alguns portugueses. Entre os africanos destacamos o papel pioneiro de Mário Pinto de Andrade³⁸, que foi precursor na sua análise sobre as origens do nacionalismo africano nas colónias portuguesas e na história do MPLA. Carlos Pacheco³⁹ e Jean-Michel Mabeko Tali⁴⁰ também se debruçaram sobre a história do MPLA. Entre os portugueses, sublinhamos o esforço pessoal de Dalila Cabrita Mateus, autora de dois livros sobre os nacionalismos africanos e a guerra colonial, um sobre as elites fundadoras do MPLA, da Frelimo e do PAIGC⁴¹, e outro sobre o papel da PIDE na guerra colonial⁴². Existem também já alguns estudos sobre o papel da Igreja Católica⁴³ e das Igrejas Protestantes na consciencialização política das maiorias africanas durante o colonialismo português. Sempre no âmbito da guerra colonial, Nuno Mira Vaz⁴⁴ trabalhou sobre as opiniões públicas durante a guerra de África, enquanto Pedro Aires de Oliveira⁴⁵ estudou a política britânica relativamente a Portugal e ao problema colonial português de 1945 a 1974.

No que diz respeito à descolonização, deve-se muito aos investigadores estrangeiros o nosso conhecimento actual sobre o processo de dissolução do Império Português.

³⁶ Cláudia Castelo – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

³⁷ Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.

³⁸ Mário Pinto de Andrade – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

³⁹ Carlos Pacheco – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.

⁴⁰ Jean-Michel Mabeko Tali – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.

⁴¹ Dalila Cabrita Mateus – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.

⁴² Dalila Cabrita Mateus – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

⁴³ Pedro Ramos Brandão – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.

⁴⁴ Nuno Mira Vaz – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

⁴⁵ Pedro Aires de Oliveira – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

Um dos primeiros académicos a abordar o assunto foi o alemão Franz-Wilhelm Heimer⁴⁶, que estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica, mas com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro dá uma visão muito parcelar do processo de descolonização portuguesa em África. Outros dois contributos muito significativos nesta área são os livros *The Decolonization of Portuguese Africa*⁴⁷, de Norrie Macqueen, e *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*⁴⁸, de Josep Sánchez Cervelló. Infelizmente, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas e não operaram uma verdadeira problematização dos factos históricos que enformaram o processo político, económico e social da descolonização. Além disso, nenhuma destas obras foi elaborada com base em fontes primárias — fontes que devem estar na base de qualquer investigação histórica —, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Mais recentemente é de assinalar a publicação do livro de Witney Schneidman⁴⁹ sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que consultou para o efeito alguma documentação dos arquivos americanos. Em Portugal, salientamos a publicação do estudo pioneiro *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*⁵⁰, obra colectiva coordenada pelo angolano Mário António Fernandes de Oliveira. Outro trabalho pioneiro foi o de César de Oliveira, *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976*⁵¹. No entanto, ambos os estudos não vão além de meras «aproximações» ao tema e são carentes de uma análise feita com fontes primárias de arquivo, que na época não estavam disponíveis para consulta. Enfim, no contexto de um renovado interesse sobre a última fase da presença portuguesa em África, apareceram mais alguns trabalhos de historiadores portugueses sobre a descolonização. É o caso do livro de António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*⁵². Este livro é bastante significativo do ponto de vista da interpretação, mas não tem por base uma análise de fontes primárias, pelo que avança pouco no conhecimento já existente sobre o processo de dissolução do Império Português.

⁴⁶ Franz-Wilhelm Heimer – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

⁴⁷ Norrie Macqueen – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].

⁴⁸ Josep Sánchez Cervelló – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanoles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.

⁴⁹ Witney W. Schneidman – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

⁵⁰ Mário António Fernandes de Oliveira (Coordenação de) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo* (2 volumes). Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.

⁵¹ César de Oliveira – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

⁵² António Costa Pinto – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Neste contexto, muito embora a historiografia portuguesa ainda não tenha conseguido dar uma visão estrutural da história do colonialismo português no século XX, podemos afirmar que foram dados alguns passos importantes no sentido de produzir um conhecimento mais estruturado do nosso passado colonial. Claramente é preciso continuar a trabalhar e a fazer investigação de arquivo, em contacto directo com as fontes. Mas é também necessário «dar um salto em frente», no sentido em que a historiografia colonial portuguesa deve (e tem de) dar um salto qualitativo do ponto de vista teórico e metodológico. Isto porque, na nossa perspectiva, falta há nossa emergente historiografia colonial uma base teórica sólida, ou seja um quadro analítico que sirva de guia conceptual para a definição de um programa de trabalhos articulado sobre a história do fenómeno colonial português. Para o efeito, é indispensável realizar uma reflexão aprofundada sobre os conceitos operatórios, as tipologias e as categorias históricas, os métodos e as ferramentas de análise, as fontes e a sua crítica, bem como estabelecer uma agenda de trabalho que articule as várias pesquisas em curso, rompa o isolamento pessoal dos historiadores, crie redes de investigação, faça circular a informação e defina as prioridades de investigação. Só assim podemos construir uma nova história colonial, mais completa e abrangente, capaz de produzir uma autêntica história do Império Colonial Português.

Pela nossa parte, julgamos que qualquer próxima teorização duma nova história colonial portuguesa deve ter por base um conceito que consideramos fundamental, o de situação colonial. É um conceito «velhinho», criado pelo famoso académico francês Georges Balandier⁵³ à mais de meio século, mais precisamente em 1951, mas que nunca foi verdadeiramente aplicado — e as suas potencialidades teórico-analíticas exploradas — pela historiografia portuguesa⁵⁴. Verdade seja dita, o estudo da situação colonial também foi negligenciado durante várias décadas pela historiografia internacional. E isto porque durante muito tempo houve mais interesse por parte dos meios intelectuais europeus em atacar o colonialismo, do que propriamente em estudá-lo. É um facto que muitos historiadores recusaram fazer história colonial porque receavam fazer uma história «dos brancos em África». Influenciados pelas ideologias da descolonização, esses historiadores julgavam que só se devia fazer a história que as novas nações africanas «precisavam» para obter uma espécie de legitimidade histórica, ou seja a história do passado pré-colonial e a história do passado anticolonial, mas nunca a história do passado colonial⁵⁵. Foi só a partir da década de 1980, quando se tornou patente o fracasso da maior parte dos «projectos de modernização» política, económica e social levados a cabo pelos governantes dos novos países africanos independentes, que renasceu o interesse científico internacional pela história colonial em si.

⁵³ Georges Balandier – «La situation coloniale: approche théorique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 11, 1951, pp. 44-79. Veja-se também: Georges Balandier – «La situation coloniale: ancien concept, nouvelle réalité», *French Politics, Culture and Society*, n.º 20, 2002, pp. 4-10.

⁵⁴ Uma das poucas excepções no panorama historiográfico português é representado por este artigo: Isabel Castro Henriques – «Da virtuosa brandura do Branco à preguiça pecaminosa do Negro. Contribuição para uma releitura da situação colonial na África sob dominação portuguesa», *Studia Africana*, I, Janeiro de 1990.

⁵⁵ Frederick Cooper – *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2005, p. 34.

Isto é, foi preciso passar pelo menos duas décadas sobre as independências africanas para que a historiografia internacional revalorizasse em termos científicos o estudo do passado colonial da África. Neste contexto, tendo em conta a cronologia tardia da descolonização portuguesa, não nos surpreende o facto que as potencialidades analíticas do conceito da «situação colonial» tenham permanecido em grande parte inexploradas pela historiografia portuguesa.

Mas o que é, ao fim e ao cabo, a situação colonial? A situação colonial correspondia ao conjunto de realidades económicas, sociais, culturais e políticas coexistentes no espaço colonial, na medida em que abrangia quer a sociedade colonial criada pelos colonizadores europeus, quer as sociedades colonizadas constituídas pelas populações autóctones. A sociedade colonial era o produto directo da colonização europeia e o seu núcleo duro era formado por colonos, missionários, militares, funcionários e administradores coloniais europeus. Ao invés, as sociedades colonizadas — falamos no plural visto que quase sempre existiam mais do que uma no âmbito das fronteiras definidas pelos europeus — correspondiam aos diferentes povos colonizados, cada um dos quais com uma história, língua, tradições, costumes e hábitos próprios, mas todos submetidos — ainda que de forma diferente — à dominação colonial europeia. Embora distintas, a sociedade colonial e as sociedades colonizadas não eram realidades económicas, sociais e culturais estanques. Entre ambas havia uma ampla gama de elementos de contacto e de interdependência e, sobretudo, havia um conjunto de estratos intermédios que funcionavam de ponte entre o mundo dos colonizadores e o mundo dos colonizados. Em Angola, por exemplo, essa ponte foi durante muito tempo estabelecida pelos chamados «ambaquistas», um grupo de africanos em parte europeizados, mas que mantinham laços estreitos com as sociedades africanas de origem e que serviam de intermediários entre os núcleos coloniais portugueses do litoral e os povos e os reinos negros do interior. Noutros casos houve passagens de uma sociedade para a outra. Por exemplo, muitos africanos abandonaram definitivamente as suas sociedades de origem, estabeleceram-se nas cidades fundadas pelos europeus, adoptaram a sua língua, religião, costumes, hábitos alimentares e forma de propriedade e tornaram-se praticamente «iguais», por assim dizer, aos europeus. Estes africanos europeizados — os chamados assimilados — adquiriram o *habitus* — para usar um conceito bourdieusiano — dos brancos, a cidadania portuguesa e até o direito de voto, o que não significa que não fossem por vezes vítimas de episódios de racismo e de discriminação. Por outro lado, existia também um número significativo de brancos que se africanizava e abandonava, por vezes de forma definitiva, o modo de vida europeu. Eram os chamados brancos «cafrealizados», que viviam nas senzalas juntamente com as suas mulheres e famílias negras, adoptando os seus costumes e modo de vida. A sua existência demonstra que o movimento social não ia numa única direcção, mas que era bidireccional e que as sociedades colonizadas, embora politicamente subordinadas ao poder europeu, dispunham duma certa capacidade de atracção social, inclusive entre os brancos.

Neste sentido, o conceito de situação colonial encara o problema colonial na sua totalidade, abarcando todo o conjunto de componentes e de relações no interior do espaço colonial. E é este o ponto de partida para operar a dissecação dos muitos elementos constituintes do fenómeno colonial. Isto é, tendo a situação colonial como base conceptual e ponto de partida, é possível proceder à análise detalhada de todo o

espectro económico, social, cultural e político que compunha a colónia, a sociedade colonial e as sociedades colonizadas, bem como as três macro-categorias históricas correspondentes aos colonizadores, aos colonizados e aos estratos intermédios. Podemos colocar inúmeras questões e abrir infindáveis perspectivas de investigação. Vejamos então algumas das linhas de investigação que poderão constituir elementos de um eventual programa de trabalhos sobre o colonialismo português no século XX.

Desde logo, é necessário problematizar o papel do Estado Português enquanto poder colonial. Neste caso, Portugal deve ser pensado não em termos de Estado-Nação, mas sim como um Estado-Império. Isto porque não existia uma correspondência política entre o Estado e a Nação. O Estado Português representava não só a nação portuguesa, aquela metropolitana, como também todo o Império colonial. E, apesar da hegemonia ideológica das teses integracionistas na política portuguesa de 1951 a 1971, o Império permaneceu sempre algo bem diferente da nação metropolitana. Cada colónia era uma componente autónoma desse «grande» Estado-Império. E cada colónia tinha os seus próprios problemas, aspirações e interesses; a sua vida económica, política e cultural; a sua colocação individual no Império e no mundo. O Império era um espaço económico, social e político multifacetado e, por vezes, dentro duma mesma colónia era possível encontrar diferenças, assimetrias e mesmo oposições regionais acentuadas. O Império era assim um espaço de tensão. No entanto, muito embora nunca tenha existido uma unidade nacional portuguesa do «Minho a Timor», existia uma espécie de unidade política-administrativa imperial definida pela existência de um super-Estado colonial, que se distinguia do Estado central, este último adstrito à metrópole e às ilhas adjacentes. Este super-Estado colonial era constituído pelo Ministério das Colónias, que servia de elo de ligação entre a governação colonial e o governo central, e pelos vários órgãos da administração colonial sediados em cada uma das colónias. Dependendo dos momentos políticos, os órgãos administrativos existentes em cada uma das colónias adquiriam maior ou menor autonomia em relação ao Ministério das Colónias. E, num certo sentido, podemos falar na existência — no interior deste super-Estado colonial — de Estados coloniais mais pequenos correspondentes à administração individual de cada uma das colónias. Assim sendo, parece-nos mais do que necessária uma análise das relações políticas no interior do Estado colonial entre o centro (Lisboa) e a periferia do Império (as colónias africanas), de forma a compreender quem governava na prática o Império, as suas elites políticas, administrativas e militares⁵⁶.

Paralelamente, é preciso fazer a história do colono português em África. De facto, muito embora o assunto já tenha sido abordado nos nossos estudos e no livro (anteriormente citado) de Cláudia Castelo, continua a não existir uma história propriamente dita do colono português em África. No fundo trata-se de fazer a história dos colonizadores na verdadeira acepção da palavra, ou seja a história dos homens e das mulheres que partiram de Portugal para povoar, trabalhar e criar novas pátrias de matriz lusíada em terras africanas. Para o efeito é necessário estudar a vida quotidiana

⁵⁶ Este trabalho já foi em parte iniciado para Moçambique por Amélia Neves de Souto. Veja-se Amélia Neves de Souto – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

dos colonos e as suas relações com as populações indígenas e com os demais segmentos demográficos da respectiva situação colonial. Mas é também imperioso questionar o papel dos colonos no processo de formação das nações dessas antigas colónias portuguesas. Assim, importa analisar o comportamento político dos colonos, a sua atitude e o seu papel na guerra colonial e no processo de descolonização, bem como as suas relações com a administração colonial portuguesa. Ainda neste campo, é necessário perceber o papel dos grandes grupos económicos portugueses e estrangeiros na estruturação do sistema colonial português, bem como as suas relações — quase sempre de tensão — com o capital propriamente colonial, constituído pelos estratos superiores dos colonos, ou seja as chamadas «forças vivas» coloniais que se organizavam em associações económicas de carácter agrícola, industrial e comercial. Este é um mundo que nos permanece quase desconhecido, muito embora haja sobre a matéria uma imensidão de fontes, que estão disponíveis, pelo menos em parte, para consulta. A este respeito, parece-nos essencial a realização de uma análise acurada das numerosas publicações, boletins, revistas, relatórios e outro tipo de documentos produzidos ao longo de várias décadas pelas associações económicas coloniais. E, sempre que possível, uma pesquisa nos arquivos ainda existentes dessas mesmas instituições.

Outra área em que há muito por fazer é a que diz respeito à história dos grupos intermédios mestiços e asiáticos, indianos e chineses, que constituíam elementos particularmente dinâmicos na sociedade colonial moçambicana, sobretudo em cidades como Lourenço Marques, Beira e Moçambique. É uma das áreas mais aliantes porque coloca em relação o estudo de diversas componentes das situações coloniais da África Oriental, evidenciando a existência de uma realidade civilizacional muito complexa do ponto de vista demográfico, económico-social, cultural e político. Uma realidade que se estendia da Somália ao Cabo, passando pelos planaltos do Quênia e do Uganda, pelas margens dos grandes lagos africanos e pelas ilhas do Índico, e que tinha o seu centro em Zanzibar e nos sultanatos do Norte de Moçambique. É-nos pois quase desconhecido o processo de sobreposição, aculturação e integração dos elementos europeu e asiático na matriz africana negra dessa ampla região durante o século XX. E uma boa via de penetração na história dessa realidade civilizacional poderá ser o estudo da riquíssima imprensa colonial moçambicana e das muitas associações de grupo que floresceram no território moçambicano durante a dominação portuguesa. Na verdade, a análise da imprensa colonial portuguesa é essencial não só para o estudo da vida quotidiana das sociedades coloniais em África, mas também para a compreensão da história da vida política das colónias portuguesas.

Relativamente aos africanos negros assimilados, talvez seja pertinente do ponto de vista conceptual pensar o fenómeno da assimilação na perspectiva de criação, por parte do poder colonial, de uma espécie de «cidadania imperial», que era necessariamente diferente daquela metropolitana, mas que tinha um sentido político próprio no contexto da situação colonial. A assimilação política — para além de económica, social e cultural — de certos segmentos das populações africanas não foi aliás um fenómeno atinente só ao sistema colonial português. A França adoptou uma política de assimilação «limitada» nalguns dos seus territórios coloniais e outras formas de cidadania imperial existiram nos casos britânico, belga e italiano. O mesmo se pode dizer do indigenato, ainda que aqui haja diferenças muito significativas entre o colonialismo britânico e os sistemas adoptados pelos países latinos.

Ao mesmo tempo, é preciso adoptar uma perspectiva interdisciplinar para proceder ao estudo da história das populações colonizadas africanas. Só com o recurso à antropologia e à recolha de fontes orais, em especial a tradição oral, é possível fazer a história das sociedades colonizadas, muitas das quais não dispõem de testemunhos escritos do seu passado. A ideia não é nova e os ensinamentos de Jan Vansina⁵⁷ são neste aspecto exemplares. Mas julgamos que podemos aprender muito com a experiência da escola indiana dos *subaltern studies*, que tem procurado fazer a história das populações subalternas do subcontinente indiano. A tarefa não é fácil, porque é necessário «dar voz» aos que permaneceram sempre no «silêncio» da história. Parece-nos, porém, que este é um desafio que deve ser assumido prioritariamente pelos próprios historiadores africanos, porque se trata de descobrir as raízes mais profundas da África dos quais são herdeiros os africanos da actualidade. E é aos africanos que cabe o papel pioneiro de redescobrir a África e a história dos seus povos.

Mas voltando a falar de colonialismo, que é assunto que diz respeito tanto aos historiadores africanos como aos historiadores europeus, julgamos necessária a realização duma análise atenta do pensamento colonial português contemporâneo. Para o efeito, deve-se analisar o pensamento dos governantes portugueses e doutras figuras significativas do nosso colonialismo, a começar por Salazar e por Marcelo Caetano e passando por figuras como Norton de Matos, Quirino Avelino de Jesus, Armindo Monteiro, Adriano Moreira, Silva Cunha, etc. Foram estes homens que influenciaram de forma mais determinante os rumos da nossa política colonial em África. Torna-se por isso imprescindível conhecer o seu pensamento para poder compreender as linhas mestras do colonialismo português no século XX. E importa também perceber o papel das ideologias raciais — e da raciologia enquanto disciplina «científica» com uma certa audiência política no período entre as duas guerras mundiais — na estruturação política e jurídica do sistema colonial português em África. Na verdade, a produção da nossa etnografia colonial é riquíssima nesta área, salientando-se nos seus estudos de raciologia o antropólogo Mendes Correia, bem como alguns elementos da Escola Médica de Goa. Uma área que tem sido abordada para os colonialismos britânico e francês com excelentes resultados do ponto de vista da historiografia, mas que não tem merecido a devida atenção em Portugal.

Enfim, parece-nos indispensável a adopção duma perspectiva mais ampla do fenómeno colonial, de maneira a estudar o Império Português — e o seu fim — não de forma isolada, mas no quadro internacional do colonialismo europeu em África (e na Ásia). Isto significa que a nossa colonização deve ser analisada em comparação com a colonização britânica na África do Sul, na Rodésia ou no Quênia, ou com a colonização belga no Congo. A este respeito, não podemos esquecer que havia uma certa integração regional — ao mais diversos níveis — entre as colónias portuguesas, britânicas e belga da África Austral, formando uma espécie de «unidade» que era fomentada pelas próprias vias de comunicação, em especial pelo caminho de ferro. Mas há outros termos de comparação que não devem ser ignorados. Por exemplo, um eventual confronto com o colonialismo italiano poderá ser bastante pertinente do ponto de vista histórico-político, na medida em que Portugal e a Itália eram as únicas

⁵⁷ Jan Vansina – *Oral Tradition as History*. London: James Currey, 1985.

ditaduras europeias a possuir vastas possessões coloniais, isto é, um Império. Ditadura e Império é pois um binómio quase só atinente aos casos português e italiano.

Neste sentido, ficam aqui alguns elementos para a elaboração de uma futura agenda de investigação sobre o colonialismo português no século XX. Esperamos que sejam de alguma utilidade para o desenvolvimento de uma historiografia mais estruturada sobre o nosso passado colonial.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Luiz – *Livro negro da descolonização*. Lisboa: Intervenção, 1977.
- ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil. Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim (Dir. de) – *O Império Africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri-IHCUNL, 2000.
- ANDRADE, Mário Pinto de – *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BALANDIER, Georges – «La situation coloniale: approche théorique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 11, 1951, pp. 44-79.
- BALANDIER, Georges – «La situation coloniale: ancien concept, nouvelle réalité», *French Politics, Culture and Society*, n.º 20, 2002, pp. 4-10.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir. de) – *História da Expansão Portuguesa* (5 volumes). Navarra: Temas e Debates, 2000.
- BIRMINGHAM, David – *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Oxford: James Currey, 1992.
- BOXER, Charles R. – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- BRANDÃO, Pedro Ramos – *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974*. Lisboa: Notícias, 2004.
- CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951.
- CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- CAETANO, Marcelo – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Lisboa: Ática, 1971.
- CAHEN, Michel; MESSIANT, Christine – *Vilas e cidades. Bourgs et villes de l'Afrique lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers Monde, 1989.
- CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.
- CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- CASTELO, Cláudia – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- CASTRO, Armando de – *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Caminho, 1978.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975* (Cuadernos de Estudios Luso-Espanoles, n.º 2). Mérida: UNED/Centro Regional de Extremadura, 1998.
- CHABAL, Patrick – *Amílcar Cabral. Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CLARENCE-SMITH, Gervase – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

- COOPER, Frederick – *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2005.
- CORREIA, Pedro Pezarat – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.
- CRUZ, Pompílio da – *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- CUNHA, J. M. da Silva – *Aspectos dos movimentos associativos da África Negra* (2 volumes). Lisboa: JIU, 1958-1959.
- CUNHA, J. M. da Silva – *Questões ultramarinas e internacionais* (2 volumes). Lisboa: Ática, 1960-1961.
- DUFFY, James – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- DUFFY, James – *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- FERREIRA, Eduardo Sousa – *Portuguese Colonialism from South Africa to Europe*. Freiburg: Aktion Dritte Welt, 1972.
- FORTUNA, Carlos – *O fio da meada: o algodão de Moçambique. Portugal e a economia-mundo 1860-1960*. Porto: Afrontamento, 1993.
- GALVÃO, Henrique – *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional, 1934.
- GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951.
- GUERRA, João Paulo – *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004.
- HAMMOND, Richard – *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- HENRIQUES, Isabel Castro – «Da virtuosa brandura do Branco à preguiça pecaminosa do Negro. Contribuição para uma releitura da situação colonial na África sob dominação portuguesa», *Studia Africana*, I, Janeiro de 1990.
- HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.
- JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- LEITE, Joana Pereira – *La formation de l'économie coloniale au Mozambique*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989.
- LOUIS, Wm Roger; BROWN, Judith M. (Ed. by) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century* (Vol. 4). Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].
- MACQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].
- MARCUM, John – *The Angolan Revolution*. Vol. I: *The Anatomy of an Explosion, 1950-1962*. Vol. II: *Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*. Cambridge: MIT Press, 1969-1978.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (Dir. de) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. XI, *O Império Africano, 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 2001.
- MATEUS, Dalila Cabrita – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 2001.
- MATEUS, Dalila Cabrita – *A PIDE na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

- MESSIANT, Christine – *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Paris: Écoles de Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.
- MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Porto: JIU, 1956.
- MOREIRA, Adriano – «As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique», separata da revista *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, 1956.
- NEWITT, Malyn – *Portugal in Africa: the Last Hundred Years*. London: C. Hurst & Co., 1981.
- NEWITT, Malyn – *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co., 1995.
- OLIVEIRA, César de – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coordenação de) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo* (2 volumes). Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de – *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- PACHECO, Carlos – *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega: 1997.
- PÉLISSIER, René – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1978.
- PÉLISSIER, René – *Le naufrage des caravelles. Etudes sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1979.
- PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.
- PINTO, António Costa – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- REIS, João dos – *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*. Queluz: Literal, [s.d.].
- RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.
- SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (Coordenação de) – *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930). Actas da III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 2000.
- SCHNEIDAMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SOUTO, Amélia Neves de – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- TALI, Jean-Michel Mabeko – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 volumes). Luanda: Nzila, 2001.
- TELO, António José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.
- TORRES, Adelino – *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- VANSINA, Jan – *Oral Tradition as History*. London: James Currey, 1985.
- VAZ, Nuno Mira – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

José Luís Lima Garcia

HISTÓRIA COLONIAL: HISTÓRIA DO COLONIZADOR OU HISTÓRIA DO COLONIZADO?

«...Você recolhe os factos. Para isso vai aos Arquivos. Esses celeiros de factos. Lá, só tem de se baixar para os recolher. Cestadas cheias. Sacode-lhes o pó. Pousa-os na sua mesa. Faz o que fazem as crianças quando se divertem com «cubos» e trabalham para reconstituir a bela imagem que alguém decompôs para elas... A partida está jogada. A história está feita. Que quer mais? Nada. Senão: saber porquê. Porquê fazer a história? E logo, o que é a história?

Lucien Febvre, «A História Historicizante – sobre uma forma de história que não é a nossa» in *Combates pela História* – I, Lisboa, Editorial Presença, Biblioteca de Ciências Humanas n.º 59, 1977, pp. 175-181, especialmente p. 180.

Cinquenta e seis anos depois de Lucien Febvre ter escrito estas considerações, continua a interrogação sobre «o que é a história?» Esta questão de querer saber o que é esta ciência social torna-se ainda mais pertinente quanto nos referimos à história colonial. De facto o que é esta história? Será uma história esquecida ou com interesse para as novas gerações nascidas após o processo de descolonização? Será uma história do arrependimento do ex-colonizador ou de subtil paternalismo sobre o ex-colonizado? Pejada de ambiguidades e de contradições, este passado continua na actualidade, trinta e três anos após as independências lusófonas, praticamente ausente dos conteúdos científicos dos currículos das disciplinas de história das principais escolas universitárias portuguesas. Também essa memória se mantém quase esquecida nos órgãos de comunicação social que lhe deveriam devotar mais atenção e uma das poucas excepções foi a reportagem que a televisão estatal passou no final de 2007 sobre a guerra colonial, de autoria do jornalista Joaquim Furtado. Relativamente a mostras e exposições sobre temática colonial, estas passaram completamente despercebidas sobre as programações dos museus portugueses e mesmo aqueles que mantêm um espólio marcadamente relacionado com esta temática, como são os museus de *Etnologia* e da *Sociedade de Geografia de Lisboa* que poderiam ter feito mais para reavivar este passado recente da história portuguesa.

Quanto ao acervo documental espalhado por vários arquivos, convirá salientar o papel que a *Fundação Portugal/África*¹ está a fazer desde 1997 na recuperação dessa memória colonial com a digitalização de arquivos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) e de colecções de periódicos de referência como o *Boletim da Agência Geral das Colónias/ Ultramar* e o *Boletim Cultural da Guiné*. Embora tímidas estas medidas estarão certamente a contribuir para a socialização desta memória do passado recente de Portugal, de forma a dar a conhecer esse passado imperial junto daquelas gerações que ainda nasceram nos territórios coloniais sob administração das autoridades de Lisboa ou que já nasceram na antiga metrópole europeia, após o período da descolonização.

Na história colonial, tal como referiu Lucien Febvre, não bastava ir aos «arquivos», esses «celeiros de factos». Não chegava recolher «cestadas» de acontecimentos e «sacudir-lhes o pó». Era preciso ir mais longe, porque a história ainda não está feita e epistemologicamente procura saber o «porquê» daquela produção memorialista que se referia à dominação de Portugal sobre os territórios de Além-Mar. E nesta procura não era suficiente encetar apenas o debate ideológico sobre os aspectos positivos e negativos da colonização, pois esta era parcial, subjectiva e truncada. Como exemplo dos pressupostos aleatórios desta confrontação de ideias por vezes muito emotiva e pouco racional temos os discursos dúplices do colonizador e do colonizado: quando se fala em escolas, estradas e hospitais na perspectiva de sucesso do colonizador, está a esquecer-se que para a concretização dessas utopias se acrescentavam os aspectos negativos que se associavam aos colonizados quando construía essas benfeitorias quer em termos do trabalho compelido e mal remunerado, quer do pouco aproveitamento que se retirava desses equipamentos, visto que a relação colonial sendo desigual iria aproveitar mais o colonizador, do que o colonizado. Portanto, mais do que a questão ideológica, a história colonial deveria ser encarada na perspectiva cientifizante de um passado memorialístico que era preciso construir com comprovação, tal como Febvre nos indicava nesse seu ensaio sobre *Os Combates pela História*.

Será pois neste paradigma de questionar e pensar o facto humano quando este é analisado, a verdadeira perspectiva do historiador que, mais do que o facto colonial na versão global dos seus agentes interventores (colonizadores e colonizados), pretenderá ir mais além e saber os «porquê» desta narrativa que, apesar de ter ocorrido durante toda a contemporaneidade dos séculos XIX e XX, já nesses séculos se mostrava deslocada e fora da conjuntura temporal, como qualquer outro anacronismo. Mas sendo anacrónica, a história colonial tem memória e é esse passado que para não cair no esquecimento deverá ser socializado numa nova história crítica da colonização. De facto, ao considerarmos na actualidade esse passado teremos que nos defrontar com a história do colonizador, a «nossa» história, e a história do colonizado, a história dos «outros». Esta duplicidade entre dominador e dominado fora severamente retratada por Albert Memmi quando afirmava: «nada poderia legitimar melhor os privilégios

¹ As principais instituições que apoiam esta fundação para a digitalização da documentação colonial existente em Portugal e nos Países de Língua Oficial Portuguesa são: Instituto de Investigação Científica e Tropical, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa; Universidade de Aveiro, em Aveiro.

do colonizador que o seu trabalho; nada poderia servir melhor a decifração do colonizado que a sua ociosidade. O retrato mítico do colonizado revelará portanto uma incrível indolência; o retrato do colonizador o gosto virtuoso pela acção»².

A exorcização destas duas «visões» inevitavelmente irreduzíveis que durante o período colonial levantou ilusões e mal-entendidos levava investigadores e a opinião pública em geral a acreditar que haveria dois estratos de memória: uma mais erudita de vestígios literários que se poderia diluir nas histórias nacionais das metrópoles; outra, oral, que emanava dos testemunhos dos actores ainda vivos da dominação colonial que se iriam dissolver na história dos Estados que se tornariam independentes. Era portanto nestas duas memórias tão recalcadas e tão idiossincraticamente nostálgicas, de administradores e nativos, que o historiador colonial deveria construir uma história isenta e limpa de qualquer prurido ideológico que pudesse advir de cada uma das partes intervenientes neste processo anacrónico de dominação.

Desta forma, a história actual do «imaginário colonial», como outrora a história da «gestão colonial», fizera-se sempre na metrópole e aí nesse local, mesmo depois das independências continuava a ser o centro de todo um património memorialístico de muitos séculos que contemplava o passado dos antigos colonizadores e colonizados. Gerir esse património implicava compreender as nostalgias de uns sobre o «eldorado» da sua dominação, mas também atender às queixas e aos pedidos de reparação de outros, sobretudo daqueles que se sentiram explorados nas suas próprias terras. Assim, o historiador colonial deverá saber defender-se do «chauvinismo» epistemológico deste tipo de história fechada, autista e plena de complexos de superioridade cultural. Em contrapartida, terá que partir para uma outra visão historiográfica em que o paradigma do outro se sobreponha ao do «nós» do antigo colonizador, para deste modo poder compreender e interpretar melhor o «facto colonial» não à luz do antigo narcisismo etnocêntrico, mas sim com a clareza e o sentido crítico do investigador que trabalhando sobre os «factos» os vai interpelar, associar e experimentar para construir o seu próprio objecto de ciência. Tal como afirmava Lucien Febvre, na interpretação é que estava a verdadeira leitura desses «cortes» factuais e nessa tarefa o historiador deveria proceder com cuidado «porque descrever o que se vê, ainda passa, mas ver o que se deve descrever, isso é que é terrível!»³

Mas para fazer a análise desses factos que ocorreram durante o longo período da colonização que vai da época Moderna à Contemporânea é necessário que o historiador não esqueça o conteúdo desse meio milénio de acontecimentos relevantes para a história da Humanidade. Por que razão este período se encontra então tal mal estudado? Como compreender este desinteresse de pesquisa e inventariação, quando na verdade os estudos e as abordagens científicas evoluíram, permitindo fazer uma investigação mais segura e isenta, livre de preconceitos raciais e complexos de culpa? Apesar do desinteresse, de alguma subalternidade e do preconceito ideológico, as investigações sobre o passado colonial depois do 25 de Abril de 1974 e do período que se seguiu ao processo de descolonização em 1975 continuaram a ser feitas, algumas ainda

² Albert Memmi, «Retrato Mítico do Colonizador – Nascimento do mito» in *Retrato do Colonizado precedido do Retrato do Colonizador*, Lisboa, Mondar Editores, 1974, pp. 119-130, especialmente p. 119.

³ Lucien Febvre, «A História Historicizante ...», *op. cit.*, p. 178.

utilizando a abordagem clássica de uma história hagiográfica centrada no culto do herói e nos valores etnocêntricos do português colonizador, muito embora nos últimos anos, nomeadamente a partir da década de noventa, do século XX, tenham aparecido novos trabalhos de carácter sócio-histórico de uma geração de investigadores que já nasceram após a independência desses territórios ou que embora tenham nascido nos trópicos vieram crianças para a Europa, não retendo na memória qualquer remorso ou acto de culpa que costuma estar associado à idiosincrasia do imaginário colectivo do antigo colonizador.

Desta forma esses estudos têm-se centrado na abordagem de certos aspectos da colonização, nomeadamente das *nuances* que a mesma tomou no período contemporâneo com os regimes republicanos europeus, incluindo o português. Em França, por exemplo publicara-se em 2003 um livro sobre *La République Coloniale – Essai sur une Utopie*⁴, precursor desta interpretação do facto colonial associado a um regime que em princípio deveria ter tomado um outro tipo de atitude que não a de dominação face aos seus territórios ultramarinos. A propósito desta interpretação historiográfica os autores do livro, Françoise Vergés, Nicolas Bancel e Pascal Blanchard, confrontavam o regime republicano francês com o seu império, afirmando o seguinte: «para a grande maioria dos intelectuais, a colonização aparecia como um epifenómeno — por vezes digno de uma nota de fim de página ou de um subcapítulo numa obra colectiva -, uma empresa longínqua, pintada de exotismo ou de rapacidade segundo as aproximações, mas em todo o caso exterior à história de França... A dificuldade em regressar a estas páginas de história tinha, em grande parte, aquilo que se chama de compromisso da República na expansão colonial, com o perigo da hesitação desses valores. Estas violações dos princípios republicanos justificam-se pelo preço de uma marginalização dos crimes cometidos sob os regimes republicanos, de uma impossibilidade em os considerar por aquilo que eles foram: crimes não iguais, mas comparáveis aqueles que foram reconhecidos como a expressão do horror em si mesmo, os crimes do regime nazi»⁵.

Mas estes estudos ainda abordaram outros aspectos da história da colonização relacionados com a análise a certas instituições de domínio e influência sobre os territórios ultramarinos como a administração, a arquitectura e a urbanização, a diplomacia, a educação, o exército, a justiça, o mundo laboral, a saúde. Tal como referia Claude Liauzu⁶, esta historiografia tinha o direito de fazer o «inventário da colonização», para desta forma, nas palavras de Achille Mbembe, mostrar que a colonização não tinha sido a única via possível da modernidade no Mundo, tal como o Ocidente não tinha sido o único modelo e a única matriz e que havia outras vias que alternavam com uma «Europa que havia excluído os colonizados da história, as pessoas não ocidentais da individualidade, as sociedades diferentes da modernidade». Daniel Rivet, professor de história contemporânea na Sorbonne, escrevera a propósito um livro sobre *Le Maghreb à l'Épreuve de la Colonisation*⁷ onde procurava com o

⁴ Françoise Vergés, Nicolas Bancel e Pascal Blanchard, *La République Coloniale – Essai sur une Utopie*, Paris, Éditions Albin Michel, 2003, 172 pp.

⁵ *Idem*, «La République Coloniale: Une Crise de l' Histoire, *Ibidem*, pp. 21-27, especialmente p. 23.

⁶ Claude Liauzu, *Colonisation: droit d'inventaire*, Paris, Armand Colin, 2004, pp. 3-10.

⁷ Daniel Rivet, *Le Maghreb à l'Épreuve de la Colonisation*, Paris, Hachette Littératures, Histoire Pluriel, 2002, 459 pp.

rigor metodológico do historiador traçar o que fora a sociedade marroquina durante o período em que esteve dominada pela colonização francesa.

Desta forma procurava que sua função de escrever a história do Maghreb não fosse feita pela «hora francesa» tal como alguém que «instruísse um processo». Com este aviso à «navegação», Rivet tentava com a sua investigação «não inculpar ou desculpar nem os colonos, nem os colonizados», para que nesta dialéctica global de análise dúplice a sua perspectiva não coincidissem exactamente com o binómio «patrões e serviçais» e muito menos com o tríptico «vencedores, vencidos e vítimas». Assim, para este especialista da África do Norte, o historiador teria «...por objectivo fazer compreender, isto é ajudar os seus contemporâneos a utilizar os olhos para serem mais perspicazes»⁸ na interpretação da complexidade do facto histórico, neste caso da relação colonial entre franceses e os territórios sob sua dominação em toda a região do Maghreb (Argélia, Marrocos e Tunísia).

No caso português, uma das investigações pioneiras sobre o colonialismo em África despojada desta perspectiva luso-cêntrica que caracterizaria todo o século XX e que vinha já desde o final da Monarquia, mas que tivera o seu ponto alto com o Estado Novo, era um livro de Eduardo Sousa Ferreira publicado em 1977⁹, mas que resultara de um estudo encomendado pela *UNESCO* àquele investigador e divulgado em 1974, seis meses depois do «25 de Abril», em que se mostrava à opinião pública internacional, num momento em que Portugal estava diplomaticamente isolado e havia mesmo abandonado esse organismo para a educação, ciência e cultura das Nações Unidas, no final do ano de 1972, as principais instituições sociais das colónias de África que uns meses depois reclamariam as suas independências. O estudo foi realizado fora de Portugal já que o investigador não tivera autorização para frequentar os arquivos e bibliotecas da metrópole e das colónias. Por isso, Sousa Ferreira tivera que se basear em fontes primárias existentes no exterior, mas em grande parte «desactualizadas», «inexactas» e «incompletas». Para colmatar esse vazio, o investigador ao serviço da *UNESCO* tivera que se socorrer de fontes secundárias, como livros, jornais e revistas, existentes nas principais bibliotecas da Europa e América¹⁰.

Anos mais tarde, num curso de férias coordenado por Valentim Alexandre, nome de referência no estudo do colonialismo português, organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Setembro de 1999, subordinado ao tema «O Império Africano — Séculos XIX e XX»¹¹, este investigador explicava no «prefácio» das actas a razão pela qual a investigação sobre este ramo da história se encontrava tão atrasado em Portugal. Uma das razões primordiais para este atraso ficava a dever-se, segundo Alexandre, ao

⁸ *Idem*, Daniel Rivet, «Introduction», p. 9.

⁹ Eduardo de Sousa Ferreira, *O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 215 pp.

¹⁰ As principais bibliotecas na Europa e América onde Eduardo de Sousa Ferreira realizou este relatório para a *UNESCO* eram as seguintes: Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Instituto Arnold Bergstrasser de Friburg, Biblioteca das Nações Unidas e Centro de Estudos Africanos de Los Angeles, na Califórnia.

¹¹ Valentim Alexandre (Coordenação), *O Império Africano – Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, 195 pp.

peso da «ideologia» que durante décadas condicionou a opinião pública com a ideia de que Portugal cumpria no Mundo uma «missão civilizadora» de instruir, educar e evangelizar as populações nativas dos territórios que administrava em África e na Ásia. Mas o investigador acrescentava outros motivos a este desinteresse por temática tão rica e pertinente da história nacional: «para além do carácter envolvente dos mitos, outras dificuldades se acrescentaram à pesquisa histórica, já depois da queda do Estado Novo e da descolonização. Entre elas, as que contribuíram para afastar os jovens investigadores desta temática: a falta de apoios institucionais, motivada pela natural crise dos organismos e centros a ela dedicados, ligados ao antigo regime, que nada veio substituir; a desorganização dos arquivos, em especial do *Arquivo Histórico Ultramarino*, que desencorajava (e, é penoso dizê-lo, continua a desencorajar) quem quer que se propusesse fazer uma abordagem sistemática, em prazos fixados de antemão, como era o caso dos assistentes universitários. A tudo se juntou uma perspectiva exclusivamente eurocêntrica do país que, por contraponto à visão imperial anterior, se impôs nos anos seguintes à revolução de 1974 — e que teve a sua mais evidente expressão na *História de Portugal* coordenada pelo professor José Mattoso, onde a realidade colonial está reduzida a quase nada»¹².

Felizmente que estes trabalhos precursores tiveram continuidade nas décadas posteriores com o aparecimento de uma nova geração de investigadores dos quais destacaremos, entre muitos, dois deles cujos trabalhos académicos foram premiados pela Universidade do Minho, em 1997 e 2005, com o prémio de «História Contemporânea para Jovens Investigadores»: um deles, Cláudia Castelo, na década de noventa, com uma investigação para uma tese de mestrado defendida em 1997, na Universidade Nova de Lisboa, sobre o «luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, entre os anos de 1933 e 1961»¹³.

Trata-se portanto de um trabalho inovador e científico sobre uma corrente ideológica importada do Brasil, nomeadamente das interpretações sociológicas de Gilberto Freyre, que a partir de 1953 se tornou ideologia oficial, qual «modo português de estar no Mundo» a condicionar a opinião pública para a falsa ideia de que os naturais dos territórios coloniais de África e da Ásia teriam os mesmos direitos cívicos dos que os do Minho ou do Algarve, pelo que perante este axioma ideológico o alistamento militar para ir combater em defesa dessas parcelas tropicais era uma obrigação moral e um dever patriótico. Mas como afirmava Valentim Alexandre, orientador desta tese, o luso-tropicalismo não foi só um «instrumento» do governo e dos «meios oficiais» do regime estadonovista, e essa vertente mais abrangente foi também investigada por Cláudia Castelo acabando por envolver outros sectores que não o político, como o dos cientistas sociais e a restante elite que renovaram «...o enraizamento da imagem que o país constituía de si próprio como nação de vocação colonial ou, em versão mais recente, de vocação ecuménica»¹⁴.

¹² *Idem*, Valentim Alexandre, «Prefácio», *Ibidem*, p. 7.

¹³ Cláudia Castelo, «*O Modo Português de Estar no Mundo – O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*», Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem n.º 19, 1998, 166 pp.

¹⁴ Valentim Alexandre, «Prefácio», *Ibidem*, p. 6.

A outra investigação pioneira de um assunto ignorado ou falseado durante o Estado Novo era a questão racial. Em 2004, uma antropóloga proveniente da Universidade de Coimbra realizaria num mestrado do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, uma investigação sobre as «representações raciais no Império Colonial Português»¹⁵. Nessa abordagem, Patrícia Ferraz de Matos analisaria uma questão pertinente que Albert Memmi considerava o «racismo do colonizado», ao contrário do racismo do colonizador, uma discriminação que não era «biológica», nem «metafísica», mas «social» e «histórica»¹⁶. E, num contexto do passado colonial, a jovem investigadora analisava as «Cores do Império» numa perspectiva triádica assente em três momentos determinantes: o percurso e a ideia histórica de «raça»; as representações dominantes sobre as populações das antigas colónias a partir dos discursos, imagens e saberes; o papel das exposições coloniais, entre 1924 e 1940, na construção da imagem das populações ultramarinas. Na introdução da tese, a própria autora definia o que pretendia com esta pesquisa sobre uma temática prenhe de preconceitos ideológicos: «em Portugal só muito recentemente se assistiu à produção de trabalhos científicos sobre o racismo, de que são exemplo as recentes publicações organizadas por Jorge Vala¹⁷, que denunciam o «racismo subtil» dos portugueses. Porém, a nível nacional há ainda uma parca investigação no que diz respeito às representações raciais e, especificamente, às produzidas no âmbito do contexto do «império colonial português»¹⁸.

Em conclusão, poderemos afirmar que após trinta e três anos sobre a data do desaparecimento deste Império a problemática desta dominação ainda não foi considerada como tema de uma reflexão metodológica entre os profissionais deste ofício de projectar o futuro, a partir da análise do passado. E a prova desse facto é o que acontece com a Universidade em que agora estamos a assinalar os dez anos de um dos seus mais reputados centros de investigação. Sendo a instituição de ensino superior das mais antigas da Europa, que acompanhou a formação de colonizadores e colonizados durante os vários séculos que durou a vigência da dominação imperial, que formou elites de portugueses para a Índia, para o Brasil, e depois, a partir do século XX, para as colónias de África, que recebeu estudantes da minoria de colonizados dessas possessões (africanas, americanas e asiáticas), que recebe ainda hoje centenas de alunos de países integrados nos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não tenha, à semelhança de universidades com menos tradição no relacionamento com os estudantes do ex-Império, como é o caso das Universidades de Lisboa, Porto e Évora, um Centro de Estudos Tropicais que faça a ponte entre os cientistas sociais desses territórios e os portugueses, entre a história da colonização europeia e a história colonial

¹⁵ Patrícia Ferraz de Matos, *As Cores do Império – Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Coleção «Estudos e Investigações» n.º 41, 2006, 287 pp.

¹⁶ Albert Memmi, «As duas respostas do colonizado», *op. cit.*, pp. 163-186, especialmente p. 176.

¹⁷ Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes, *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 216 pp.

¹⁸ Patrícia Ferraz de Matos, «Introdução», in *As Cores do Império – Representações...*, pp. 17-22, especialmente p. 17.

de África (Angola, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Moçambique), da América (Brasil), da Ásia (China e Índia) e da Oceânia (Timor).

Percecionamos que o Encontro Internacional realizado pelo *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX* durante a X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, em Fevereiro de 2008, sobre «Nação e Nacionalismos em África», poderá ser o ponto de partida para um futuro Centro que faça a ligação entre os novos territórios e a antiga metrópole, entre os ex-colonizados e o ex-colonizadores, entre a Europa e os outros Continentes, para continuar a discutir, investigar e esclarecer um passado comum, assente nos pressupostos jurídico-político e sociocultural do que foi o universo colonial, para num contexto multicultural hodierno reforçar a História de Portugal e a desses países independentes que um dia sofreram a dominação e a influência da matriz lusófona deste antigo colonizador europeu.

Heloisa Paulo

MITO E HISTÓRIA: AS OPOSIÇÕES
NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

1. A historiografia e a história da oposição:
as armadilhas políticas da memória.

«Memoria: no el recuerdo, sino la economía general y la administración del pasado en el presente». (Pierre Nora citado por Lavabre, Marie Claire. «Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos» in : Aróstegui, Julio e Godicheau, François (eds). *Guerra Civil. Mito y memoria*. Madrid, Marcial Pons, 2006, p. 41.

«La memoria individual autobiográfica se alimenta de la memoria histórica de la colectividad. Además de la condición de alimento mútuo existente entre las memorias individual y colectiva, la segunda es capaz de generar procesos de revisión autobiográficas, de modificación del recuerdo de la experiencia vivida.»

Abdón Mateos. «Historia, Memoria, Tiempo Presente», in: *Hispania Nova. Revista de História Contemporanea*. n.º 1. 1998 (edición on-line)

«De tal forma, a História tem andado ao sabor dos que acabamos amnésicos.»
(Mónica, Maria Filomena. «Biografia e Autobiografia», in: Mónica, M. et. al. *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa. Esfera do Caos. 2007. p. 25.

Nos últimos anos, o tema da memória tem produzido uma vasta literatura, englobando estudos na área da história, sociologia e medicina. O prolongamento da esperança de vida e o conseqüente aumento de população idosa suscita este novo interesse, que já vinha sendo abordado pelos historiadores desde a década de oitenta com o crescimento da chamada «história oral».

A «memória», à qual a história está formalmente vinculada, é como uma peça de cristal com várias arestas, burilada pelos depoimentos e pela necessidade, pessoal ou colectiva, de reconstrução do passado. Cada uma de suas faces trabalhadas oferece uma visão parcelada, muitas das vezes não vislumbrada quando o olhar é fixado na

sua totalidade. Assim, trabalhar cada um destes «ângulos de visão» é recuperar «memórias» específicas ou individualizadas que, com maior ou menor afinidade, se coordenam para formar uma imagem única, uma «memória» coesa de um grupo ou de uma sociedade, a respeito de um dado momento do seu passado.

Para além disto, como numa montra, em alguns casos, cada grupo específico produz a sua própria «memória cristalizada», apresentando uma visão do passado que pode ser oposta a de outros contemporâneos, dando origem a diversificadas versões de uma mesma «peça», ou ainda, diferentes «peças» construídas com base em visões diferenciadas do mesmo passado comum.

No entanto, se partirmos uma «peça» ou uma «versão oficial ou oficiosa da memória» podemos deparar-nos com fragmentos reveladores de outras «memórias», como se a «perfeição» do produto final fosse destruída e deixasse transparecer outros aspectos até então «ensombrados» pela necessidade da apresentação de um único «relembra». Tais «pedaços» de memória podem levar à descoberta de uma outra versão das mesmas «memórias» ou do porquê da necessidade de apresentá-las numa versão «uniforme», da qual estas variantes contraditórias foram excluídas. Isto aplica-se às memórias institucionalizadas e às memórias «marginais», aquelas que contestam as versões mais cristalizadas do passado.

A historiografia, ao trabalhar com temas de uma história recente, passa pela necessidade de «quebrar memórias», tarefa delicada quando muito dos seus protagonistas estão vivos ou sobrevivem às condições políticas que engendraram muitas das «memórias» que passaram a ser aceites como únicas. Há casos de memórias já «partidas», como é o relato dos exilados republicanos espanhóis acerca da Guerra Civil, pois, ao atribuir ou assumir as razões da derrota, produz-se uma imagem diferenciada da «Espanha unida», presente no apelo republicano durante o conflito. Tal facto não «facilita» a tarefa do historiador, já que põe em causa a memória oficial republicana da agressão franquista, e, por vezes, serve de amparo para a própria justificativa da história oficial do regime acerca da instabilidade da República.

No que respeita à memória da oposição antisalazarista há uma série de hiatos importantes em termos do seu conjunto. A predominância de relatos ligados ao Partido Comunista faz com que haja uma «versão» onde o Partido assume a liderança do movimento oposicionista¹. Assim sendo, a sobrevalorização do partido e dos seus membros põe de parte todos os demais segmentos contrários ao regime, qualificando-os, a partir da própria lógica partidária, como «não organizados», não planeados ou como manifestações oriundas de antigos grupos no poder, no caso do *revirinho*. Neste sentido, contribuem as memórias de antigos participantes das primeiras revoltas contra a ditadura militar, os quais, uma vez no Partido, assumem a sua participação como

¹ A memória pessoal é selectiva e passível de reelaboração à medida que novos dados da história colectiva são incorporados como «verdades» oficiais ou oficiosas. Sobre a temática ver, entre outros, Fentress, James e Wickham, Chris. *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994. Sobre o problema das memórias oposicionistas, ver Ventura, António. *Memórias da Resistência*. Lisboa, Biblioteca Museu da República e da Resistência – Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

Sobre o tema ver, entre outros, Farinha, Luis. *O revirinho : revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo : 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998; e Paulo, Heloisa. «Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a Oposição», in: *Estudos do Século XX*, n.º 7, Coimbra, CEIS20, 2008.

fruto de uma «falta de consciencialização política»², oferecendo uma nova versão para a sua própria conduta e adequando o seu discurso biográfico ao discurso consagrado pelo partido.

Estes conjuntos de memórias possuem fins políticos: um deles é a consagração da imagem do Partido Comunista como a única força válida e activa no combate ao salazarismo; o outro, menos conhecido e pouco explorado, oferece uma contrapartida à imagem comunista, apresentando uma outra versão para os movimentos oposicionistas, e, neste caso, procuram justificar as razões do fracasso, ao invés de «sublimar» a luta, estabelecendo de forma indirecta um diálogo com os comunistas. É o caso das memórias e autobiografias de alguns membros do *revivalho*, esquecidas em seus arquivos particulares à espera de um olhar dos historiadores.

A quebra da unicidade destas memórias pode levar a uma releitura do movimento oposicionista, à medida que sejam postos a consulta arquivos particulares dos participantes dos mais diversos sectores da oposição. Em cada um deles, porém, terá o historiador que trabalhar com «armadilhas» da memória, ou seja, considerar que quem escreve não o faz de forma neutra, já que, colocar em papel as suas imagens do passado, significa assumir um compromisso com o presente e o papel que desempenhou na história. Justificativas para o fracasso ou «engrandecimento» dos factos são aspectos constantes de tais narrativas, nas quais se incluem os diários pessoais, marcados sempre pelo comprometimento político do autor.

O grande problema para o historiador é o do comprometimento do discurso historiográfico forjado com base neste tipo de documentação. Há muito que se deixou de lado o debate acerca da «imparcialidade» da escrita da história, ou do papel de «observador» do historiador³, mas há que ter o cuidado em não se confundir o fazer história com o fazer apologia. Neste sentido, por vezes, as fronteiras tornam-se bem ténues e cabe ao historiador, através do cruzamento de dados, impedir que a sua «escrita» acabe por «pisar o risco».

No entanto, existe um problema bem mais complexo quando tratamos de analisar a imagem oficial dos chamados «grandes vultos» da história, ou seja, o papel atribuído a determinados personagens pelas memórias oficiais ou oficiosas e incorporado como o de «heróis»⁴, pela narrativa histórica «consagrada». Figura real ou imaginária, o «herói» reúne as condições exigidas para uma acção eficaz em prol da sociedade, sendo a sua imagem «construída» a partir de valores institucionalizados e de aspectos de conduta que o possam definir como tal. Neste sentido, a sua trajectória «real» e «documental» é recortada, pouco importando as referências que fujam aos parâmetros impostos pela imagem que lhe é imposta. Da mesma forma, como produto de uma memória social cristalizada, o «herói» sofre os reveses da própria história, acompanhando as mudanças sociais, justificando as alterações políticas e ideológicas através dos tempos.

² Jorge, Joaquim Pais. *Com uma alegria imensa. Notas autobiográficas*. Lisboa, Avante, 1984;

³ Sobre o tema ver, entre outros, Shaff, Adams. *História e Verdade.*; Bloch, Marc. *Introdução a História*;

⁴ Sobre o tema ver, entre outros, Agulhon, Maurice. «De Gaulle, Histoire, Symbole, Mythe», in: Rioux, J. P. (org). *De Gaulle. Portraits*. Paris. Omnibus, 2008, p. 937.

Neste sentido, o seu papel é a tradução máxima da armadilha política para a escrita da história, já que atacar ou tentar «desmitificar» a figura de um «herói» pode levar a deduções equivocadas por aqueles que, na actualidade, o defendem como símbolo de um determinado conjunto de valores. O trabalho do historiador, ao lidar com o mito do «herói», em especial, com o dos «heróis» mais contemporâneos e de cunho «político», pode ser equiparado ao de quem «quebra» uma valiosa peça de cristal na tentativa de analisar a sua composição e o porquê da sua forma. Ao desfazer a obra já feita, todo o cuidado é pouco, tanto no sentido de não perder a noção do que ela representa, como o de não a reconstruir de forma inversa, oferecendo argumentos para aqueles que combatem o dito «herói» ou o defendem, neste caso, colocando o próprio historiador na função de propagandista político.

2. A necessidade da figura do «herói»: o problema de uma referência política para a oposição ao salazarismo.

«Le fait que'un personnage historique ait accédé au status de personnage mythique [...] n'interdit pas que l'on s'interroge sur la signification essentielle de son mythe».

«[...] Era bom que se acabasse definitivamente com o mito Delgado»

Carta de Manuel Rodrigues Lapa a Sarmento Pimentel, datada de Belo Horizonte, 26 de Outubro de 1962. Arquivo Sarmento Pimentel.

A propaganda salazarista procurou apresentar a imagem de Salazar como a de um «herói» peculiar, a de um homem simples, mas votado para a missão de ser o «salvador» da Nação. Apresentado como o professor de Coimbra, homem religioso, de origem rural e humilde, a figura do Presidente do Conselho oscila entre o homem sisudo dos anos trinta, preocupado em manter Portugal distante dos «perigos contemporâneos», o comunismo e a Guerra, e o sexagenário mais flexível e simpáticos dos anos cinquenta, mais paternal e menos autoritário, e novamente preocupado e combatente aquando do eclodir da Guerra Colonial.

Para fazer frente a esta imagem, a oposição tentou «recuperar» as figuras de alguns dos políticos republicanos, desgastadas pelo clima de tensões que marca o fim da República. É o caso de Afonso Costa, na década de trinta e, após a sua morte, o de Bernardino Machado bem como o de Norton de Matos, no imediato após guerra; mas, em todos estes casos, os seus passados remetia-os para situações enegrecidas pela propaganda oficial, ou ainda, para a «memória negativa» criada pela própria instabilidade republicana.

O surgimento de Humberto Delgado e a sua postura de desafio ao regime trouxe à oposição a perspectiva de uma nova imagem de herói e a possibilidade de a opor à figura de Salazar. Malgrado a sua própria origem como «homem do regime», o conjunto de atitudes e o desempenho de Delgado na campanha de 1958 contribuíram para forjar a «imagem heróica» que a oposição necessitava. O Pacto de Cacilhas, em Maio de 1958, evidencia tal facto, com o reconhecimento, por parte do PCP, da «utilidade» para a oposição dos feitos de Delgado.

O exílio no Brasil e a derrota nas eleições adequavam-se à assumpção de Delgado como símbolo para os combatentes oposicionistas. A sua morte às mãos de agentes da PIDE reforça ainda mais a mística de «herói», aquele que sacrifica a própria vida por uma causa. É esta a imagem que os oposicionistas passam a evocar, a partir dos finais dos anos sessenta até os dias de hoje. Humberto Delgado torna-se assim um símbolo, a despeito do seu real papel enquanto representante da oposição exilada. Paralelamente, o Partido Comunista articula um discurso em torno dos «seus heróis» anónimos, a partir da publicação dos relatos individuais ou de biografias de combatentes do PCP já falecidos.⁵

Com Delgado, a necessidade de alguém que encarne o papel de «herói» parece ficar resolvido, e ficará por muitos anos apesar de toda a documentação da oposição exilada que aponta em sentido contrário. Em grande parte dela, a ideia do consenso em torno de Delgado não é evidente, deixando transparecer o carácter múltiplo da própria oposição. De facto, o antigo general parecia a alguns não possuir o senso político e democrático que é fundamental para a gestão de divergências entre opositores ao regime; atesta-o um documento do sector republicano da oposição radicada no Brasil:

Ontem, fez muita falta a sua presença com que contávamos, no almoço de despedida ao Rodrigues Lapa. Estiveram presentes, além do homenageado e o Tito de Miranda que ofereceu o almoço, o Jayme de Moraes, o Amorim, Camilo Cortesão, Paulo de Castro e eu. Como pode calcular o assunto principal foi o caso «General». Chegou-se à conclusão que é difícil, senão impossível, um clima de entendimento com este para uma ação comum, não porque haja da parte de qualquer de nós o propósito de o hostilizar, mas porque ele está disso inteiramente convencido devido, em grande parte, a sugestões de pessoas que o cercam. No entanto, surge a esperança que o seu deslocamento para ahi o separe dessas nefastas convivências. Oxalá que não encontre ahi conselheiro que continue a obra desgraçada dos de aqui. Mas se a mudança de ambiente lhe modificar os propósitos não nos negaremos a uma colaboração, desde que, como primeiro ato de sua boa vontade, suspenda imediatamente a publicação do «Portugal Livre», cujo aparecimento tão má impressão causou nos meios brasileiros que sempre nos tem apoiado [...].

O Lapa incumbiu-se de verificar se ainda interessa à nossa causa que continuemos fazendo aqui mais sacrifícios para lhe aguentarmos os humores ditatoriais ou se podemos deixá-lo entregue ao seu destino [...] Contudo, se ele voltar ao bom caminho, nada impedirá a sua colaboração, se a desejar.»⁶

Estes e outros testemunhos contrastam com uma espécie de «mutismo» em relação ao passado deste «novo herói», a quem são atribuídas unicamente as qualidades do «combate pela democracia». Como acontece com alguns personagens da história mais recente, as suas ligações ao fascismo são apagadas no discurso produzido em torno da

⁵ Ver, entre outros, a página na internet <http://estudosobrecomunismo.weblog.com.pt>.

⁶ Carta de Carneiro Franco a Sarmento Pimentel, datada do Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1959. Arquivo Sarmento Pimentel, Biblioteca Sarmento Pimentel, Mirandela.

sua imagem⁷. De igual forma, toda a dissidência dos oposicionistas em torno da sua figura como «líder» dos antisalazaristas desaparece em favor da imagem de «mártir» da causa. Eleito como «herói exemplar», a sua presença deixa em segundo plano outros combatentes, não importando o quanto estes foram leais as suas convicções políticas durante toda a trajetória de suas vidas.

Para além disso, a sobrevivência da imagem mítica de Delgado deve muito ao empenho de familiares na perseverante divulgação de determinado tipo de documentação «comprobativa» do papel do antigo membro do Estado Novo na sua nova função de oposicionista. O acesso fácil e repetido a essa documentação e o empenho na divulgação apologética do seu nome acabaram por dar continuidade à imagem construída anteriormente, ao contrário de muitos outros oposicionistas exilados, cujos arquivos, em posse de familiares, são «esquecidos» pelos historiadores, contribuindo para a perpetuação de versões institucionalizadas sobre quem deve ser considerado «herói» na trajetória da oposição ao salazarismo.

Paralelamente ao empenho de familiares de Delgado, um *site* dedicado ao General reúne documentos recolhidos em arquivos institucionais, não citando, contudo, o espólio depositado na Biblioteca e Museu da Resistência, nem tampouco outros arquivos particulares, como o de Sarmento Pimentel⁸.

Na verdade, a questão fundamental não é a construção de novos «heróis» ou a reelaboração de mitos na historiografia, mas sim o desmontar dos mitos existentes e a abertura de espaço para novos mas decisivos personagens, esquecidos nos documentos guardados em bibliotecas ou armários de suas antigas casas ou de seus familiares. A tarefa de os trazer à luz assume uma dimensão perigosa mas aliciante para o historiador. O perigo advém do facto de que a releitura dos mitos, como já foi assinalado e em especial neste caso, pode ser encarada como uma tentativa para a sua desacreditação, que desse espaço para uma versão branqueadora do regime fascista e, simultaneamente, denegrisse a oposição⁹. O lado aliciante é que a descoberta de nova documentação permite recuperar personagens e novos dados para a história da oposição, abrindo um novo leque de possíveis análises para a historiografia.

É o caso do Arquivo de Jaime de Moraes, agora em posse da Fundação Mário Soares, e do Arquivo Moura Pinto, em posse da neta, Joana Rabinovitch. Para além destes, existe a possibilidade de localização de outros fundos e espólios documentais, seja de personagens «de ponta» do movimento oposicionista, seja de participantes «secundários», mas igualmente importantes. Neste último caso, cumpre destacar a colecção fotográfica do tenente Júlio Rodrigues Andrade que participou activamente do movimento de 3 de Fevereiro de 1927. Neste pequeno espólio, estão cerca de 100 fotografias que registam o exílio dos participantes deste movimento em Angola e na Madeira, sendo a grande maioria identificada pelo autor. Assim sendo, dado o

⁷ É o caso de Getúlio Vargas no Brasil, ditador a frente do Estado Novo, entre 1937 e 1945, a imagem com a qual é lembrado oficialmente é a do Presidente dos anos 50, capaz de dar cobro a vida em prol da manutenção dos seus ideais políticos e da democracia.

⁸ Ver: www.humbertodelgado.pt.

⁹ Uma versão «salazarista» do papel de Delgado na oposição é apresentada por Gomes, João. *O exitus de Humberto Delgado e as eleições de 1958*. Lisboa, Edição de Salazar, o obreiro da Pátria, 2008.

nome ao rosto, é possível uma identificação positiva destes personagens na sua trajetória de exilados, seja em Espanha, França ou Brasil.

Os arquivos particulares na posse das famílias precisam de ser rastreados e enumerados e, sempre que possível, encaminhados para instituições que realmente estejam interessadas na sua conservação e na sua disponibilização para os historiadores. E, depois, é preciso que os arquivos não sejam usados para fins «políticos», para a perpetuação do discurso já existente acerca da unidade da oposição e da supremacia de determinados sectores sobre os demais.

3. A necessidade de uma revisão: o repensar dos mitos.

«No se pueden equiparar las victimas de uno y outro bando, puesto que las de un bando solo se produjeron durante la guerra que fue un golpe de Estado contra un Gobierno legalmente constituído y ademas las victimas del bando vencedor han recibido durante muchos anos, reconocimiento, honores, lápidas conmemorativas, compensaciones económicas a las familias y hasta consideracion de mártires por Dios y por la Patria. Canonizaciones en masa por parte de la Iglesia. Para los otros, condenas falsas, largas y en pesimas condiciones, consejos de guerra, sin defensa, fusilamientos sin juicio y abandono en cunetas o en sitios desconocidos, confiscaciones de bienes, depuraciones, como las de 197 maestros en la província de Salamanca, exílios y deportaciones a campos de exterminio, muchas sin retorno, una represion inacabable de la familias durante cuarenta anos de la dictadura? Hay algun punto de comparacion? El hecho de equipararlos causa indignacion»¹⁰.

«Vim encontrar a tua carta, datada de 23 pp, que me entristeceu por todos os problemas familiares que te aconteceram, mas espero que reajas e que não demores a responder ao Coronel Varela Gomes. Só que eu gostaria que a tua resposta não constasse apenas de uma simples carta, mas sim de uma completa «biografia» tua, e com a maior soma de detalhes possível sobre o teu pai, como ideólogo e organizador do «Plano L», e logicamente dos seus colaboradores: a começar pelo Jaime Cortesão, Moura Pinto, César de Almeida – o operacional do Plano, Alexandrino dos Santos, etc. Eu creio que o Oliveira Pio, se não falha a memória, também esteve incluído no Plano. O que é necessário, para já e para a história, é dar coesão e força ao plano, e esquecer algumas desinteligências (especialmente acerca do Alexandrino) tanto mais que toda a gente que acompanhou o tem. Cor. na ida a Castellon de la Plana, foi já com vista à sua integração e concentração de todos os portugueses na Catalunha, como veio a acontecer. E creio bem que se assim não fosse, os teus irmãos Mario e Fernando, não teriam ido para Carabineiros.»

Carta de Mário Fernandes endereçada a Óscar de Morais, datada do Porto de 5 de Janeiro de 1984, Arquivo pessoal de Óscar de Morais.

¹⁰ Garzon Ruiperez, Matilde. «Asociacionismo y Memoria Histórica. La repuesta de la sociedad civil al olvido», in: Celada, A.; Pastor Garcia, Lopez Alonso (eds). *Las Brigadas Internacionales: 70 anos de memoria histórica*. Salamanca, Amaru ediciones, 2007, p. 467.

Retomar o estudo de determinados personagens da história recente é cada vez mais necessário, à medida que cresce o interesse editorial por um género de literatura «histórica» radicada em depoimentos de familiares ou no puro romance. A escrita biográfica feita por não historiadores, ainda que possa resultar em excelentes e relevantes obras de pesquisa corre o risco de cair na total parcialidade e no discurso apologético quando engendrada com este objectivo.

De igual forma, a procura e acesso a um novo universo documental não traduz de imediato uma versão dos factos que possa ser considerada mais real do que as já existentes. O simples facto de existir novos documentos não significa novas versões, ou ainda, o «desvendar» de alguns problemas das relações entre os diversos sectores oposicionistas. Muito pelo contrário, alguns destes textos podem vir a reforçar a ideia de unicidade, remarcando assim o posicionamento dos próprios oposicionistas em torno da questão, como atesta a citação acima.

O recorte e selecção documental, que já contribuiu para forjar a história de regimes ditatoriais, como no caso da Guerra Civil em Espanha, continua contribuindo para a manutenção de mitos e heróis e a justificar posicionamentos políticos e cultos de personalidade¹¹. Diferente do caso espanhol, onde o debate em torno da Guerra Civil ainda suscita a defesa do regime de Franco por «publicistas» como Pio Moa Rodriguez, no caso português, apesar da imensa quantidade de trabalhos em torno da figura de Salazar, a tentativa de «branqueamento» do regime fascista parece ter reunido poucos adeptos. Mas, como acontece em Espanha com a denúncia das valas comuns e das atrocidades do regime franquista, cabe também a Portugal iniciar uma busca dos personagens da sua história recente, igualmente «sepultados» em documentos esquecidos. Cumpre combater as versões mais simplistas da história nas quais, infelizmente, o papel principal não parece caber àqueles que, verdadeiramente, fizeram a história e sim ao historiador, que se assume com a função de «estrela» mediática, muito longe da sua função impar, a de actuar no sentido de dar voz àqueles que a história «oficial ou oficiosa» esqueceu.

¹¹ Ver, entre outros, Moradiellos, Enrique. *1936, los mitos de la Guerra Civil*. Barcelona, Ediciones Peninsula, 2008.

Luís Bigotte Chorão

HISTÓRIA E DIREITO:
PERSPECTIVAS DE UM COMBATE NECESSÁRIO

Quero antes de mais agradecer à Senhora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, o convite para participar neste Colóquio, cujo título sugestivo e interpelante assinala inspiradamente o décimo aniversário do CEIS20, e a justa homenagem que se presta ao Senhor Doutor Reis Torgal — um Homem de causas e de combates —, desde logo de combates pela História.

É com o maior gosto que me associo a esta iniciativa.

Cumprimento muito cordialmente o Senhor Doutor Reis Torgal e todos quantos, com ele, tornaram possível a realidade que é hoje o CEIS20, e saúdo, bem assim, os participantes no Colóquio, nomeadamente os membros ilustres do painel que tenho a honra de integrar.

Porque o tempo urge, entro de imediato no tema da minha intervenção na qual pretendo apresentar uma breve reflexão em torno da questão essencial das relações entre a história e o direito.

Perante este binómio — história e direito —, têm-se debatido qual dos dois termos constitui o elemento regente e qual o elemento regido¹. A resposta a esta interrogação é condicionante, obviamente, de desenvolvimentos e conclusões da presente reflexão.

Sendo o direito, como é, um fenómeno cultural, entre outros, situado e desenvolvido historicamente, parece dever entender-se que a prioridade ontológica pertencerá — no referido binómio —, à história, competindo à história do direito, precisamente, a análise do processo histórico-cultural do jurídico, com todos os seus laços de interdependência com outros fenómenos culturais.

Quer isto dizer, em suma, que a compreensão do direito como facto social complexo desenvolvido no tempo, através de multiformes concretizações, não pode dispensar-se da consideração, na mais ampla perspectiva possível, das realidades pré-jurídicas, extra-jurídicas e até meta-jurídicas, que de algum modo condicionam e

¹ Cf. sobre o tema, Helmut Coing, *Las tareas del historiador del derecho (reflexiones metodológicas)*, Traducción de Antonio Merchán, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977, pp. 35-41 e David Torres Sanz, *Historia del Derecho: Bases para un Concepto*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1986, p. 9.

fundamentam o direito. Só desse modo, a investigação historiográfica cumprirá o seu papel de revelação do processo de desenvolvimento do direito no contexto cultural, e de discernimento das linhas de continuidade e descontinuidade², de fidelidade à tradição e de ruptura, na dinâmica histórica. Ou seja, o historiador do direito tem de manter-se permanentemente atento ao sentido que assumem os fenómenos jurídicos na sua ligação com os diversos factores humanos e sociais que com ele se conexas. Tal o caso mormente dos factores políticos, que, de modo muito íntimo, se ligam ao direito, servindo-se dele para a consecução dos fins naturais da sociedade política, ou, porventura, instrumentalizando-o ideologicamente, em função de opções concretas historicamente identificáveis³.

É certo que, assim perspectivada, a história do direito, sem prejuízo do seu *específico interesse jurídico*, desempenha, um papel fundamental na amplificação da consciência histórica e de valorização da ciência histórica. Essa missão é ressaltada, entre outros, por Bruno Paradisi, figura notável de jus-historiador e metodólogo.

Ora, exactamente esse objectivo de amplificação da consciência histórica, e consequentemente jurídica, está pressuposto na sugestão de que um dos combates pela história se pode e deve fazer a partir de uma mais próxima colaboração entre historiadores e juristas historiadores. É este um aspecto que eu gostaria de assinalar de forma especial, servindo-me nesta circunstância do autorizado testemunho de Michael Stolleis. Numa comunicação à Universidade de Liubliana, em Maio de 2007, formulou um voto que justifica recordar aqui:

«Mon [...] vœu concerne la séparation entre les sciences historiques et l'histoire du droit. On doit dépasser ce stade. L'histoire du droit est sans aucun doute sur le plan de la méthode une spécialité historique. Son objet est le mode fonctionnel du

² Cf. Giovanni Cassandro, *Sul Problema della Continuità Storica*, Estratto, *Annali di Storia del Diritto*, Ano XIV-XVII, 1970-1973 e Hans Thieme, *La Continuidad y la Descontinuidad en la Historia del Derecho*, Conferencia pronunciada en la Academia Matritense de Notariado el día 14 de Maio de 1974 (Publicada en el Tomo XX de «Anales de la Academia Matritense del Notariado»), onde a dado passo refere que a racionalização, juntamente com a unificação, a formação de grandes famílias jurídicas homogéneas e outros factores contribuíram para que se afirmasse a descontinuidade do direito, o que leva Thieme a afirmar que a história das ideias rege a história do direito. Como ensinou Paradisi, *Apologia della Storia Giuridica*, Bolonha, IL Mulino, 1973, pp. 269-270, a continuidade do direito não é mais do que um aspecto particular do problema geral da continuidade das condições sociais, da autoridade do Estado, da tradição doutrinal, enfim, resultado do desenvolvimento da história que se reflecte no desenvolvimento do direito e que é ao mesmo tempo por ele influenciado. Tem natural pertinência neste domínio a questão formulada por Fernando Catroga, *Caminhos do Fim da História*, Coleção Caminhos, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 156: «Poder-se-á perguntar (...) se conceitos como descontinuidade, fragmentação, policentrismo, acaso, subjectividade, compreensão, poderão, só por si, ser pensados e aplicados, a um mundo crescentemente relacional e comunicacional (Habermas), sem a sua gemação com os de universalidade, continuidade, totalidade, centralidade, necessidade, objectividade».

³ Helmut Coing, *Las tareas...* cit., p. 51, nota que a compreensão de um ordenamento jurídico do passado tem de partir dos seus próprios condicionamentos, quer dizer, como um problema de ordenação da sua própria época. Sendo assim, hermenêuticamente essa compreensão está ligada de forma inseparável da compreensão dos seus condicionamentos históricos, pelo que concluiu Coing, «só partindo desses condicionamentos pode o historiador conhecer bem os problemas aos quais o ordenamento jurídico por ele investigado tentou dar uma resposta».

droit dans les anciennes sociétés. Les frontières entre historiens et historiens du droit sont absurdes, elles sont même dommageables. Le dialogue fonctionne de manière inégale, quelquefois excellemment, mais quelquefois il est plutôt marqué par le non-dit, l'éloignement et la méconnaissance des écrits spécialisés. Mais cela devrait s'améliorer dans le cadre européen»⁴.

Existe, é certo, um esforço a fazer por parte de todos. Aos historiadores juristas deve caber, pelo seu exemplo, quer dizer, não desprezando o que outros saberes lhe fornecem de útil, contribuir para desacantonar alguma historiografia da reclusão no seu universo e que anda de costas voltadas para a realidade do jurídico enquanto fenómeno histórico. Aos historiadores ditos gerais, por seu lado, cabe certamente a afirmação de uma perspectiva inclusiva que sirva a superar o que já entre nós sugestivamente qualificou Rui Figueiredo Marcos de «concepção insular do direito na história»⁵. Isto, para que possam abater-se as *absurdas e prejudiciais* fronteiras de que nos fala Stolleis, cumprindo-se, a final, em nome da História, a imperiosa missão do trabalho em cooperação científica estreita entre historiadores e juristas-historiadores no quadro de uma saudável interdisciplinarietà.

Pela minha parte, e em coerência de pensamento, devo afirmar que me incluo entre os que não se conformam com uma história do direito esgotada num dogmatismo normativista de mero interesse formalístico e sistemático, aprisionada por um sistema de conceitos auto-suficientes, como se a história jurídica, se pudesse ou devesse fechar ao atendimento e compreensão de dados, que, não sendo jurídicos, foram geralmente — como já assinalei —, os modeladores do direito. E, além disso, também, aos contributos que permanentemente são apresentados noutros domínios científicos, que não podem deixar de considerar-se no nosso campo de investigação, cumprindo assinalar aqui as virtualidades da multidisciplinarietà, cuja valorização constitui *marca* do CEIS20, acolhida, aliás, significativamente, na sua designação.

Mas devo acrescentar que sou sensível à chamada de atenção de Tomás y Valiente, que embora defendendo uma concepção integradora da história do direito na história total, sustentava que essa integração não podia consistir numa mera justaposição, juntamente com outros ramos da historiografia, nem em prejuízo da «especificidade» do objecto e dos métodos da história do direito⁶.

Uma coisa é certa, o direito constitui um aspecto da cultura social que por definição constitui uma totalidade. Como foi justamente lembrado por Rui Figueiredo Marcos, «o direito não irrompe por actos solitários de génio, nem desaparece, fugidamente

⁴ Cf. Michael Stolleis, «Histoire du droit européen, toujours à l'état de projet?» <http://www.clio@themis.com>.

⁵ Cf. Rui Figueiredo Marcos, *A História do Direito e o seu Ensino na Escola de Coimbra*, Coimbra, Almedina, 2008, p. 24.

⁶ Cf. Francisco Tomás y Valiente, «Historia del Derecho e Historia» in *Once ensayos sobre la Historia*, Madrid, Fundación Juan March, Rioduero, 1976, pp. 161-181 e *Obras Completas, IV*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997, p. 3289. Observa António Pedro Barbas Homem, *História do Pensamento Jurídico, Relatório*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Suplemento, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 54, que «apenas um jurista familiarizado com os conceitos, as técnicas e o sentido prático do direito pode entender as ordens jurídicas do passado».

na noite do acaso. Insere-se sempre num certo contexto histórico constituinte e reconstituente. A própria natureza do direito reclama que se entenda vinculado à existência cultural e histórica do homem»⁷.

Ora, se o estudo global de um complexo sócio-cultural pretérito constitui um estudo de carácter histórico, não parece possível, nem admissível, que o estudo sectorializado de tal complexo possa qualificar-se de maneira diferente, quer dizer, também terá natureza histórica, pelo que a história do direito não pode ser senão uma história especializada ou um ramo da história global.

Estas considerações sobre a relação da história com o direito suscitam uma outra reflexão, a reflexão sobre o conceito e o método da historiografia do direito e as suas relações com a dogmática jurídica.

A discussão gerada em torno da problemática metodológica foi suscitada pelo sentimento de envelhecimento e estagnação da historiografia jurídica positivista, caracterizada pelo seu mais que prevalente interesse medievístico⁸ e pelo cepticismo quanto à consagração da contemporaneidade como objecto de investigação, ao qual andava ligado o preconceito em relação a certas fontes, para as quais se olhava com desdém, e para temas logo desvalorizados pelo sua época ou/e pelo seu conteúdo, como se a proximidade temporal fosse incompatível com a dignidade científica, ou certos géneros (v. g. o biográfico) estivessem condenados no domínio histórico-jurídico por uma como que inevitável ausência de densidade historiográfica ou de substantividade jurídica. A este propósito vale por certo a pena lembrar a importância dos estudos biográficos na reconstituição do passado; como ensinou Paradisi, «l'essere individuale entra nella storia soltanto attraverso la sua vita relazionale. E la storia, la storia nel suo più genuino e profondo significato, esiste soltanto come storia del rapporto dell'uomo con gli altri uomini»⁹.

Acusando-a de negar liberdade criativa ao historiador, Francesco Calasso denunciou a crise da historiografia jurídica positivista, crise essa que haveria de propiciar motivações renovadoras nos planos conceptual e metodológico, que tiveram expressão na obra,

⁷ Cf. Rui Figueiredo Marcos, *A História do Direito...* cit., p. 9. Convirá a este propósito recordar que Caeiro da Mata ao incumbir-se do elogio de Marnoco e Sousa, traçou um quadro negro sobre a situação dos estudos históricos e histórico-jurídicos em Portugal, cuja metodologia lhe sugeriu uma crítica incisiva cuja pertinência viria a ser amplamente demonstrada. Considerando limitado ao trabalho preparatório da crítica documental o estudo histórico do direito, Caeiro da Mata, censurava: «De facto, uma vez apreciado o valor e o conteúdo da fonte, a história do direito é tratada pela generalidade dos historiógrafos como uma cronologia das sucessivas modificações das normas, dos princípios reguladores das diversas matérias, abstraindo-se por completo da análise da íntima estrutura das instituições, das relações entre as várias instituições, e entre o fenómeno jurídico e outros fenómenos sociais, como o económico, o religioso, o moral, o político». Ora, concluía Caeiro da Mata, era «útil e até indispensável» o trabalho de «reconstrução das fontes» e a «crítica dos textos», mas tal não podia constituir «o temo dos estudos históricos» (cf. Caeiro da Mata, «O Professor Marnoco e Sousa e o estudo da história do direito», in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1916, pp. 366-367).

⁸ António Manuel Hespanha, *A História do Direito na História Social*, Colecção Movimento 25, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 13, observaria que em Portugal «as *famosae quaestiones* da história do direito não se situaram para cá do termo da Idade Média (...) e se encerraram nos estreitos limites de um debate de alta erudição».

⁹ Cf. Bruno Paradisi, *Apologia...* cit., p. 8 e 268.

entre muitos outros, de Bruno Paradisi. A edição da sua *Apologia della Storia Giuridica*, em 1973, suscitou uma revisitação do pensamento de Paradisi. Em França J. Gaudemet dedicou atenção à *Apologia* nas páginas da *Revue Historique de Droit Français et Étranger*¹⁰, em Espanha, Alfonso Garcia Gallo e Álvaro D'Ors apreciaram-na no *Anuario de Historia del Derecho Español*¹¹, em Itália, Luigi Bagolini nos *Quaderni Fiorentini*¹².

Diferentemente, porém, da interpretação de D'Ors, a história do direito não foi para Paradisi «antes de tudo história cultural e social»¹³. O que o Mestre italiano defendeu, com uma coerência que já se assinalou, foi a radical historicidade do direito¹⁴, da qual resulta, conseqüentemente, que o ponto de vista do historiador do direito não esteja no direito, mas fora dele, no imenso campo da história que necessariamente o compreende. Daqui não se infere, claro está, que o direito deixe de constituir o objecto imediato e específico da história jurídica, só que o direito é expressão do pensamento, de sentimentos e interesses humanos que o criam, modificam e interpretam, donde a conclusão de Bruno Paradisi de acordo com a qual aquela história particular não pode fazer-se senão pensando a história do direito a partir da interpretação dos factos jurídicos inseridos numa visão da fenomenologia histórica na sua totalidade¹⁵.

Tal como escreveu:

«Si avrà dunque vera e piena storia giuridica solatanto quando alla storia di quanto è sociale, cioè al suo ripensamento ed alla sua esposizione, si pervenga mediante una visione completa della realtà, e per questo attraverso un pieno intendimento di quanto l'individuo, che è così intimamente ed indissolubilmente legato alla società, há operato, creato o distrutto per se stesso e per quest'ultima»¹⁶.

¹⁰ Cf. *Revue Historique de Droit Français et Étranger*, Extrait du Vol. 53, 1975, pp. 84-85.

¹¹ Cf. Alfonso Garcia-Gallo, «Cuestiones de historiografía jurídica» in *Anuario de Historia del Derecho Español*, 44, 1974, pp. 741-752 e Alvaro D'Ors, «Sobre historiografía jurídica» in *Anuario de historia del Derecho Español*, 47, 1977, pp. 799-812.

¹² Cf. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 3-4 (1974-75), II «Socialismo giuridico», Ipotesi e letture, Tomo II, pp. 712-722.

¹³ Cf. Alvaro D'Ors, «Sobre historiografía... cit.», p. 803.

¹⁴ Cf. Francesco Calasso, «Storicità del diritto e Scienza del diritto» in *Storicità del Diritto*, *Civiltà del Diritto*, 15, Milão, Giuffrè, 1966, pp. 175-199. Tal com afirma José Artur Duarte Nogueira, *Objecto e Método na História do Direito (Algumas Considerações)*, Separata de Estudos em Homenagem ao Prof. Raul Ventura, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 245, «falar-se em historicidade do direito significa ter consciência que a ordem jurídica se realiza na história, que está concretamente relacionada com um determinado meio social, político, económico e cultural, nele nasce e se desenvolve. É, pois, muito variável e epocal, daqui derivando que o particularismo da experiência jurídica só se revelará em todas as suas facetas, através da concreta apreensão histórica da sua realização».

¹⁵ Cf. Bruno Paradisi, *Apologia della Storia Giuridica*, Bolonha, IL Mulino, 1973, pp. 266-267. Ainda, Luigi Raggi, *Diritto e Storiografia*, A proposito di alcune recenti discussioni, Estratto da B.I.D.R. «Vittorio Scialoja», Terza Serie, Milão, Dott. A. Giuffrè editore, 1964.

¹⁶ *Idem*, p. 54.

Um estudo que tenho em curso recorda-me o acerto desta lição de Paradisi. Com efeito, verifico a cada passo a insuficiência explicativa, e portanto o logro historiográfico, de um critério de investigação, de um critério metodológico, que exclusivamente me centrasse no direito — no caso em concreto na legislação judiciária do nosso século¹⁷ —, sem que me permitisse olhar essa realidade [normativa], sujeita a modificações, as mais diversas, desde fora, quer dizer desde fora do direito. Isto para apreender as razões extra-jurídicas que estiveram na base das decisões legislativas, as decisões normativas, os ideais axiológico-normativos¹⁸ que conduziram àquela realidade em estudo, cujo registo nas páginas do jornal oficial não as torna auto-explicativas.

Francesco Calasso, a quem já me referi, tratando do objecto da história do direito, e distinguindo o direito objectivo ou *norma agendi*, do direito subjectivo ou *facultas agendi*, interrogou-se, assim:

«Di quale diritto facciamo la storia? Si suole comunemente rispondere: del diritto oggettivo. Legi, consuetudini, e, per il contenuto normativo che puo essere loro congiunto, giurisprudenza e dottrina giuridica, sono oggetto di storia in quanto fonti produttive, immediatamente o mediatamente, di regole di condotta dei soggetti di un determinato ordinamento giuridico».

Porém, afirmava aquele professor:

«Ma anche questa risposta non dice tutto. All'occhio dello storico, le *normae agendi* non esauriscono tutta la realtà del fenomeno giuridico: esse rientrano nella categoria più vasta delle norme sociali, in quanto regolano (come quelle politiche, economiche, di convenienza ecc., e a differenza di quelle etiche o religiose) la condotta dell'*homo socius*, dell'uomo cioè che vive e opera in rapporto con altri uomini, e presuppongono quindi una *societas*, vale a dire un' organizzazione, all'interno della quale esse hanno valore e dalla quale sono poste: *ubi societas, ibi ius*»¹⁹.

Questão que por essencial tanto à historiografia jurídica como à ciência do direito foi exemplarmente elucidada pelo ilustre professor italiano prende-se com a relação entre história e dogma jurídico. Para Paradisi entre dogma e história, como entre

¹⁷ Tal como ensinou Paradisi, *Apologia...* cit., p. 266, «la storia del diritto non è soltanto ricerca di antecedenti legislativi o di sviluppi giurisprudenziale, mà è, in primo luogo, la ricerca del vincolo che unisce il diritto all'epoca sua».

¹⁸ António Manuel Hespanha, *O Direito e a História, Os caminhos de uma história renovada das realidades jurídicas*, Separata da *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, ano XVII, n.ºs 2-4, Coimbra, 1971, p. 48, justamente notou: «o decisivo no direito não são as normas, mas as intenções normativas nelas plasmadas, os ideais axiológico-normativos que, pela sua observação, se pretende realizar. Esses sim, esses constituem o fundamental do direito, assim se compreendendo que, para respeitar o direito, se possa ir além da lei ou mesmo contra a lei».

¹⁹ Cf. Francesco Calasso, *Medio Evo del Diritto, I – Le Fonti*, Milão, Dott. A. Giuffrè – Editore, 1954, pp. 26-27. Sobre a perspectiva de Calasso, cf. v.g., Antonio Marongiu, *Francesco Calasso e la metodologia della storia del diritto*, Estrato da *Nuova Rivista Storica*, Ano XLIX, Fasc. III-IV, 1965, pp. 371-384 e Marco Cardinale, *La Storia del Diritto tra Positivismo e Idealismo: Dai Prodrumi Gentiliani della polemica» Bonfante-Croce» al Metodo Storiografico di Francesco Calasso*, Estrato da «Apollinaris», LIX, 1986, pp. 279-302.

dogma jurídico e história jurídica, não existe unicamente diversidade, mas uma divergência essencial e uma oposição irreduzível²⁰. É nessa oposição que se funda a coerência e verdadeiramente também a utilidade da historiografia do direito na medida em que ela constitui uma interpretação não dogmática da natureza e do valor do dogma, no qual não pode ver uma lógica abstracta, válida em si mesma, mas uma lógica que constitui ela mesma um facto histórico, colocado no plano de todos os outros factos da história. A perspectiva de Paradisi denunciava, assim, o pensamento de, entre outros, Heinrich Brunner o qual sustentara que para a história do direito era matéria morta toda a que não pudesse conceber-se dogmaticamente²¹.

Superada a radical antinomia entre história e direito, que assentava em pressupostos conceptuais e metodológicos sobre a história e o direito já ultrapassados, impõe-se para concretização do objectivo assinalado a convergência dos investigadores, com respeito e valorização da autonomia dos seus saberes próprios.

Para essa finalidade não pode deixar de concorrer no domínio da investigação histórico-jurídica a consagração de um conceito de *fontes da investigação* necessariamente amplo, intencionalizado a superar o risco que Wieacker assinalou, qual era o que em sua opinião resultava da tendência do historiador do direito para «uma compreensão autoritariamente limitadora das suas fontes históricas»²². Essa constatação levaria o mesmo autor a afirmar que constituía «uma tarefa da história do direito libertar-se destas tendências e aproximar cada vez mais a sua exposição, através da inclusão contínua de novas camadas de experiência histórica, da realidade histórica individual»²³. Entre nós, Martim de Albuquerque também defendeu, em alternativa à proposta metodológica (*spezielle Verknüpfung*) de Helmut Coing²⁴, o recurso à

²⁰ Cf. Bruno Paradisi, *Apologia...* cit., p. 261.

²¹ *Idem*, p. 61 e ss. Ainda Rui Figueiredo Marcos, *A História do Direito...* cit., p. 17 (nota 25). Entre nós, Cabral de Moncada, «O problema metodológico na ciência da história do direito português» in *Estudos de História do Direito*, volume II, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949, p. 206 e ss., defendia que o jus-historiador devia «sobretudo orientar a sua actividade de investigação no sentido da caracterização e relação das formas e instituições jurídicas, como conceitos construtivos do espírito e elementos de um sistema de ideias e de crenças, precipitados nos factos, que são para ele justamente aquilo a que se chama direito». E acrescentava ainda aquele professor, sublinhando o que em seu entender constituíam as diferentes missões dos historiadores gerais e do direito, que a estes últimos importava «apenas reconstituir os diversos sistemas jurídicos que existiram no passado, fixá-los e explicá-los», mas, «sem sair do seu específico campo jurídico e, como consequência, buscando surpreender e determinar aí as relações de natureza mais do que lógica, espiritual, entre os próprios factos e conceitos jurídicos entre si, e não as relações sociológicas, genéticas, entre eles e os outros factos humanos e sociais». A posição assim definida por Moncada assentou expressamente numa referência a Emílio Lask que lembrara que Arnold e Ihering tinham chamado a atenção «para o facto de a história jurídica ou haver de estar exclusivamente ao serviço da dogmática do direito conservando a natureza de um disciplina jurídica, ou não poder fugir à tendência para só ver no direito e nas suas abstracções um facto social em conexão com a totalidade da vida», tendo ainda sido assinalados os nomes de Brunner, Below e Amira como partidários da mesma orientação, que mereceu a fundamentada e certa denúncia de Bruno Paradisi.

²² Cf. Franz Wieacker, *História do Direito Privado Moderno*, Tradução de A. M. Botelho Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 6 (nota 14).

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ Cf. Helmut Coing, *Las tareas...* cit., pp. 60-61.

«pluralidade de fontes» na sua «multiplicidade e heterogeneidade»²⁵, que, sendo ampla, consente ao jus-historiador uma abordagem empírica do objecto da sua investigação, consentindo-lhe liberdade criativa, sem o eximir de observar os particularismos próprios da sua arte, necessariamente determinados pela sua formação e cultura jurídicas.

A emergência da historiografia do Direito da contemporaneidade constitui um acontecimento que desejo pôr em relevo, até porque constitui no quadro geral dos estudos históricos uma tendência recente que vai abrindo perspectivas de diálogo científico entre historiadores e juristas historiadores. Aliás, a produção científica, já notável neste domínio, é indicativa do atractivo que exerce a matéria objecto de investigação que tem mobilizado investigadores com formações diversas e nalguns casos até, valha a verdade, e revele-se-me a franqueza, investigadores sem formação nenhuma...

Centrando-nos, pois, na história contemporânea, atente-se, a título de exemplo, na multiplicidade de estudos relativos às experiências totalitárias e autoritárias — e às suas implicações e expressões jurídicas —, que tiveram como palco a Europa no século XX. Campo muito fértil de produção científica, esse domínio — é interessante verificá-lo —, merece a atenção de historiadores do direito, os quais, a partir de trabalhos pioneiros de Paolo Ungari em Itália²⁶ e de Michael Stolleis na Alemanha²⁷, nos anos sessenta e setenta do século passado, têm contribuído no seu conjunto para superar o «medo» da contemporaneidade.

A consulta da muito útil *Bibliografia Orientativa del Fascismo*, de 1991, dirigida por Renzo De Felice, demonstra claramente a insipiência dos estudos especificamente no domínio da «cultura jurídica»²⁸, em contraste com a demais investigação sobre o fascismo. O *estado da ciência* àquela data — prova da emergência da contemporaneidade — não é já o dos nossos dias, principalmente depois dos contributos de figuras maiores da historiografia jurídica italiana, entre as quais cumpre salientar o prestigiado nome de Paolo Grossi.

Conforme notou o jus-historiador Aldo Mazzacane, o dado novo e mais evidente que emerge da historiografia jurídica italiana mais recente «é representado pela notá-

²⁵ Cf. Martim de Albuquerque, *História das Instituições, Relatório sobre o Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*, Lisboa, Separata da Revista da Faculdade de Direito, ano XXV, p. 182.

²⁶ Cf. Paolo Ungari, *Alfredo Rocco e l'ideologia giuridica del fascismo*, Biblioteca de Storia Contemporânea, Brescia, Morcelliana, 1963. Ungari integrou juntamente com Guido Astuti; Carlo Ghisalbetti; Camilo Gardina e António Marongiu o conselho científico da Rivista de Storia del Diritto Contemporaneo, dirigida por Claudio Schwarzenberg, aparecida em 1976.

²⁷ Cf. Michael Stolleis, *The Law Under the Swastika, Studies on Legal History in Nazi Germany*, Trad. Thomas Dunlap, Int. de Moshe Zimmermann, Chicago/Londres, University of Chicago Press, 1998, que recolhe diversos estudos do autor, entre os quais, «Community and national Community (*Volksgemeinschaft*): Reflections on Legal Terminology under National Socialism», de 1972.

²⁸ Cf. *Bibliografia Orientativa del Fascismo* (Dir. Renzo De Felice), I Fatti Della Storia, Strumenti di lavoro, 1, Roma, Bonacci Editore, 1991, p. 207. Naturalmente que ao longo da Bibliografia se encontram referenciados estudos cujos temas são sobretudo jurídicos (v.g. corporativismo, organização do Estado, relações com a Igreja) ou intimamente relacionados com o jurídico.

vel consistência dos contributos dedicados aos séculos XIX e XX»²⁹. Essa nova orientação teve no jus-filósofo Giovanni Tarello, através especialmente dos *Materiali per una Storia della Cultura Giuridica*³⁰, cuja publicação iniciou em 1971, um dos seus qualificados intérpretes, e no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno um notável meio de irradiação de novas orientações metodológicas e temáticas, cuja influência científica ultrapassou largamente as fronteiras de Itália. Já prestes a abandonar a direcção do Centro, que fundara há cerca de três décadas, Grossi dá testemunho do seu interesse pela história jurídica da contemporaneidade ao dedicar os *Quaderni Fiorentini*, editados em 1999, ao tema: «Continuità e trasformazione: la scienza giuridica italiana tra fascismo e repubblica»³¹, renovando-o, no ano seguinte, com a publicação da obra *Scienza giuridica italiana, un profilo storico 1860-1950*³².

A figura de Alfredo Rocco, um dos mais qualificados protagonistas da conquista do Estado e legislador emblemático do fascismo, tem inspirado um numeroso conjunto de autores³³. A organização judiciária, o direito processual civil e penal, a legislação laboral, a pena de morte, a codificação civil de 1942, as relações do Estado com a Igreja etc., têm vindo a ser objecto de atenção de historiadores e juristas historiadores³⁴.

²⁹ Cf. Aldo Mazzacane, «Tendenze attuali della storiografia giuridica italiana sull'età moderna e contemporânea», in *Scienza e Politica*, 6, 1992, p. 17.

³⁰ Cf. *Materiali Per Una Storia Della Cultura Giuridica*, raccolti da Giovanni Tarello, Istituto di Filosofia del Diritto della Università di Genova, Volume I/1971, Società Editrice Il Mulino, passaria a publicação semestral a partir de 1979, sendo actualmente editada no âmbito do «Dipartimento di Cultura Giuridica Giovanni Tarello, Sezione di Filosofia e Sociologia del Diritto» da Universidade de Génova. Sobre o autor e a sua obra, cf. *L'Opera di Giovanni Tarello nella cultura giuridica contemporanea*, a cura di Silvana Castignone, Temi e discussioni, Bolonha, Il Mulino, 1989.

³¹ Cf. *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 28 (1999) *Continuità e trasformazione: la scienza giuridica italiana tra fascismo e repubblica*, 2 Tomos, Milão, Giuffrè Editore.

³² Cf. Paolo Grossi, *Scienza Giuridica Italiana, Un Profilo Storico, 1860-1950*, Milão, Giuffrè Editore, 2000. Correspondendo a idêntico interesse, Luigi Ferrajoli, *La cultura giuridica nell'Italia del Novecento*, Roma-bari, Editori Laterza, 1999, que corresponde à segunda versão ampliada da colaboração do autor no volume *La cultura italiana del novecento para a Enciclopedia del Sapere* (1996).

³³ Além do já citado Paolo Ungari, *Alfredo Rocco...*, Alessandro Barbera, *Nazione e Stato in Alfredo Rocco*, La Storia, Sveva editrice, 2001; Rocco D'Alfonso, *Costruire lo Stato Forte, Politica, diritto, economia in Alfredo Rocco*, Presentazioni Arturo Colombo, Milão, FrancoAngeli Storia, 2004; Gennaro Malgieri, *Alfredo Rocco e le idee del suo tempo*, I libri di Percorsi, Roma, Editorial Pantheon, 2004 e Saveri Battente, *Alfredo Rocco, Dal Nazionalismo al Fascismo*, Milão, FrancoAngeli, 2005. Ainda, Alfredo Rocco, *Discorsi parlamentari*, Con un saggio di Giuliano Vassali, Senato della Repubblica, Archivio Storico, Roma, Il Mulino, 2005.

³⁴ Cf., v.g. Gian Carlo Jocteau, *La magistratura e i conflitti di lavoro durante il fascismo, 1926-1934*, Prefazione di Nicola Tranfaglia, Milão, Feltrinelli Editore, 1978; Raffaele Teti, *Codice Civile e Regime Fascista, Sull'Unificazione del Diritto Privato*; Milão, Dott. A. Giuffrè Edotore, 1990; Franco Cipriani, *Storie di Processalisti e di Oligarchi, La procedura civile nel Regno D'Italia (1866-1936)*, Per la storia del pensiero giuridico moderno, 38, Milão, Giuffrè Editore, 1991; Giovanni Tessitore, *Fascismo e pena di morte, Consenso e informazione*, Collana di Diritto e Società, Milão, FrancoAngeli, 2000 e Orazio Abbamonte, *La Politica Invisibile, Corte di Cassazione e magistratura durante il Fascismo*, Milão, Giuffrè Editore, 2003.

O fim da época franquista em Espanha abriu passo a uma incessante actividade publicística histórica. Sobre o direito nesse tempo é possível referenciar importantes publicações, da pena de historiadores do direito, mas também de historiadores não juristas, como é o caso, a título de exemplo, de: *Una Milicia de la Justicia. La Política Judicial del Franquismo (1936-1945)* da autoria de Mónica Lanero Táboas³⁵. Diversas monografias provenientes dos domínios jurídico-históricos e filosóficos têm permitido aprofundar o conhecimento de autores como Álvaro D'Ors³⁶, Luño Peña³⁷, Francisco Javier Conde³⁸, Legaz Lacambra³⁹ e Castan Tobeñas⁴⁰, entre muitos outros⁴¹, cujo pensamento jurídico, filosófico e político influenciou a ditadura espanhola.

Mais recentemente, já no quadro da chamada «Lei da Memória Histórica» — que devo dizer constitui um extraordinário objecto de reflexão histórica e jurídica⁴² —, têm-se multiplicado as publicações, de valor muito diverso, é facto, mas úteis no seu conjunto para o conhecimento da realidade jurídica da II República e do Franquismo, sem esquecer a da guerra civil, designadamente nos planos judiciário⁴³ e prisional⁴⁴.

³⁵ Cf. Mónica Lanero Táboas, *Una Milicia de la Justicia. La Política Judicial del Franquismo (1936-1945)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1996. Anteriormente e para a mesma época, Juan Cano Bueso, *La Política Judicial del Regimen de Franco (1936-1945)*, Madrid, Centro de Publicaciones, Secretaría General Tecnica, Ministerio de Justicia, 1985.

³⁶ Cf. Rafael Domingo, *Álvaro D'Ors, Una Aproximacion a su Obra*, The Global Law Collection, Thomson/Arazadi, Navarra, 2005.

³⁷ María Concepción Gimeno Presa, *La Filosofía Jurídica de Enrique Luño Peña*, Madrid, Editorial Tecnos/Fundacion Cultural Enrique Luño Peña, 2000.

³⁸ Cf. José Antonio López García, *Estado y Derecho em el Franquismo, El Nacionalindicalismo: F. J. Conde y Luis Legaz Lacambra*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1996.

³⁹ *Idem*. Ainda, AAVV, *Luis Legaz Lacambra: figura y pensamiento*, Maestros Complutenses de Derecho, 1, Madrid, Facultad de Derecho, Servicio de Publicaciones, 1993 e Jesus P. Rodriguez, *Filosofía Política de Luis Legaz Lacambra*, Prólogo de Luis Garcia San Miguel, Madrid, Marcial Pons, 1997.

⁴⁰ Cf. AAVV, *El pensamiento juridico de Castan Tobeñas: jornadas de homenaje en el centenario de su nacimiento*, Evaristo Palomar Maldonado, (ed.), Madrid, Universidad Pontificia de Comillas, 1991.

⁴¹ Revestem-se de interesse, sobretudo pelas visões alargadas, as obras de Ricardo Garcia Manrique, *La filosofia de los derechos humanos durante el franquismo*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1996 e de Benjamín Rivaya, *Filosofía de Derecho y primer franquismo (1937-1945)*, El Derecho y la Justicia, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1998.

⁴² Sugestiva das problemáticas implicadas e da sua importância revela-se a obra colectiva: *Derecho y Memoria Histórica*, Edición de José Antonio Martín Pallí y Rafael Escudero Alday, Madrid, Editorial Trotta, 2008.

⁴³ Cf. v.g., Pascual Marzal Rodriguez, *Magistratura y República, El Tribunal Supremo (1931-1939)*, Valencia, E.P.D., 2005; Manuel Álvaro Dueñas, «Por ministerio de la ley y voluntad del Caudillo», *La Jurisdicción Especial de Responsabilidades Políticas (1939-1945)*, Prólogo Marta Bizcarrondo, História de la Sociedad Política, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2006; Raúl C. Cancio Fernandez, *Guerra Civil y Tribunales: De los Jurados Populares a la Justicia Franquista (1936-1939)*, Prólogo de José Antonio Martín Pallín, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2007; Eduardo Barriobero y Herrán, *El Tribunal Revolucionario de Barcelona, 1936-1937, seguido de Eduardo Barrobero y Herrán «Nada menos que todo un hombre» de Jacinto Torbyo*, Introd. De Eduard Masjuan, Sevilha, Espuela de Plata, 2007 e Juan José del Águila, *El TOP, La represión de la libertad (1963-1977)*, Prologo de Gregorio Peces-Barba, Madrid, Planeta Historia y Sociedad, 2001.

⁴⁴ Cf. v.g. Iván Heredia Urzáiz, *Delitos políticos y orden social, Historia de la cárcel de Torrero (1928-1939)*, Zaragoza, Mira editores, 2005; Gutmaro Gómez Bravo, *La Redención de Penas, La Formación del Sistema Penitenciario Franquista, 1936-1950*, Madrid, Catarat, 2007.

Em França é também de sublinhar a relevância crescente da investigação sobre temáticas jurídicas do século XX. Meramente a título de exemplo refiro *La Justice des Années Sombres, 1940-1944*⁴⁵, que recolhe um conjunto de contribuições entre as quais se destacam as de Catherine Fillon, Denis Salas e Jean-Louis Halpérin, e a obra colectiva dirigida por Bernard Durand, Jean-Pierre Le Crom e Alexandre Somma: *Le Droit sous Vichy*⁴⁶, integrada nos importantes *Studien zur europäischen Rechtsgeschichte*.

Permito-me uma palavra sobre o Brasil, para referir a importância de estudos sobre o varguismo, no contexto do que foi designado por «corporativismo em português»⁴⁷, e assinalar a recente edição em Porto Alegre de um estudo de história jurídico-política sobre o Supremo Tribunal Federal, que teve origem numa dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito de Coimbra⁴⁸.

Em particular sobre o corporativismo nas ditaduras do sul da Europa, deve mencionar-se a obra colectiva dirigida por Aldo Mazzacane, Alessandro Somma e Michael Stolleis, editada em 2005⁴⁹.

No plano dos estudos históricos comparados reveste-se do maior interesse o volume de estudos que sob a coordenação de Federico Fernández-Crehuet López e António Manuel Hespanha, foi editado sob o título: *Franquismus und Salazarismus: Legitimation durch Diktatur?*⁵⁰.

Quero crer que entre nós o centenário da implantação da República pode constituir um acontecimento dinamizador de vários saberes para que se aprofunde o conhecimento dum período crucial da nossa história contemporânea, incompatível com a rigidez de fronteiras temáticas. Sendo assim, não é possível que se dispense no âmbito desses estudos a dimensão jurídico-política da situação saída do 5 de Outubro de 1910. A sua ponderação revela-se essencial ao entendimento da origem, evolução e factores de crise da proposta política que esteve na base do modelo constitucional de 1911. Há nesse sentido muito e importante trabalho a realizar, isto porque, não obstante contribuições valiosas que vêm sendo dadas à história da I República, ela é

⁴⁵ Cf. *La Justice des Années Sombres, 1940-1944*, Préface de Pierre Truche, Paris, La Documentation Française, 2001.

⁴⁶ Cf. *Le Droit sous Vichy* (Bernard Durand, Jean-Pierre Le Crom, Alessandro Soma, eds.), *Das Europa der Diktatur*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2006.

⁴⁷ Cf. O Corporativismo em Português, *Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho (organizadores), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008. Ainda, com amplas referências ao caso português, *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, a cura de Matteo Pasetti, Quaderni del Dipartimento di Discipline Storiche, Università di Bologna, Roma, Carocci Editore, 2006.

⁴⁸ Cf. Marcelo Paiva dos Santos, *A História não contada do Supremo Tribunal Federal*, Porto Alegre, Sérgio António Fabris Editor, 2009.

⁴⁹ Cf. *Korporativismus in den sudeuropäischen Diktaturen. Il corporativismo nelle dittature Sudeuropee* (Aldo Mazzacane, Alessandro Somma, Michael Stolleis Eds.), *Das Europa der Diktatur*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2005.

⁵⁰ Cf. *Franquismus und Salazarismus: Legitimation durch Diktatur?* (Federico Fernández-Crehuet López e António Manuel Hespanha Eds.), *Das Europa der Diktatur*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2008.

ainda em vastos domínios desconhecida, ou mal conhecida. E penso no direito, e nas importantes lacunas que importa colmatar na historiografia «jurídica» dessa época.

Fundamental será que o sentimento comemoracionista — que partilho —, sirva a dinamizar a investigação — naturalmente num quadro multidisciplinar —, que não obscureça a verdade histórica, «um banho de realidade forte» — para utilizar palavras de Vieira de Almeida numa reflexão sobre o significado e função da história⁵¹ — que não consinta pré-conceitos nem clichés os quais, em não poucos casos, têm contribuído para visões desfocadas da I República, algumas mesmo intoleráveis, no plano da ciência e da cidadania.

E termino:

Sem prejuízo do respeito pelas autonomias conceptuais e metodológicas determinadas pelos particularismos dos objectos de estudo de historiadores e juristas historiadores, não se vê que melhor e mais profícuo caminho possa ser trilhado senão aquele que se trace a partir da máxima convergência possível, no sentido de definitivamente colocar de lado perspectivas redutoras que são factores de desarmonia, onde só a sintonia é verdadeiramente criadora.

⁵¹ Vieira de Almeida, *História (Significado e Função)*, These para o 4.º ano do Curso Superior de Letras – Secção de Geographia e História – 1910, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911, p. 71.

Fernando Rosas

SEIS TESES SOBRE MEMÓRIA E HEGEMONIA
OU O RETORNO DA POLÍTICA

1. Os problemas que aqui desejo sinteticamente apresentar, respeitam à relação actual, isto é, nos debates hoje em curso, entre a luta pela Memória e o conceito de hegemonia que, para este efeito, pedi de empréstimo aos trabalhos de António Gramsci.

Na realidade, trava-se hoje na sociedade portuguesa, mas não só em Portugal, efectivamente em quase todas as sociedades do ocidente, um debate surdo mas crescente em torno da subsistência, da relevância ou dos conteúdos das memórias do século XX. E falo da Memória numa acepção mais vasta do que o discurso historiográfico, previa em relação a ele, e necessariamente informante e estruturante dos seus conteúdos, sem com ele, no entanto, se confundir. Falo do património físico e documental, falo de representações, de testemunhos, de registos escritos, orais ou filmados, de vivências, daquilo com que se constroem os discursos sobre o passado, mas de que se alimentam as visões actuais.

2. Esse debate, — e creio que no momento presente já não há escapatória purista que permita fugir a isso —, é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações societais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. A luta pela *inscrição* da Memória, para retomar o conceito do filósofo José Gil, é, neste sentido, um combate pelo presente e pelo futuro que travamos aqui e agora. Um combate da cidadania, antes de ser um investimento académico da História ou das outras ciências sociais, se bem que a ele indiscutivelmente ligado.

3. Assim sendo, a Memória não é uma «coisa» em si mesma, jazente inteiriça e passiva sob as poeiras do passado, na espera de que a tomem; não é um ente pairando univocamente asséptico sobre os conflitos actuais e passados ou sobre as paixões e as escolhas que eles exprimem. Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das

legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos. Por isso, a Memória é sempre matéria-prima para arquitecturas de geometria variável. Ou seja, não há um só e «verdadeiro» discurso sobre a Memória, não há memórias objectivamente puras, há memórias que conflituam, que se tentam anular, em última análise, quer se queira ou não, que tomam partido, pela intermediação de quem as convoca, face às grandes escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época. Numa época de crise como a actual — a segunda crise histórica dos sistemas liberais do ocidente, agudizada pelo recente colapso financeiro e económico — essa politização do tratamento da Memória, esse «retorno do político» como impregnante dos discursos das ciências sociais, torna-se mais evidente e inexorável.

4. É certo que falar de «retorno» do político é uma imprecisão que serve unicamente para enfatizar a verificação do fenómeno. Se o discurso historiográfico pode ser visto como uma tentativa de racionalizar e dar sentido aos vários tipos de patrimónios da Memória com que trabalha, o certo é que essa busca nunca deixou de ser condicionada política e ideologicamente pelo ser social do seu autor. Como dizia George Duby, não há história objectiva. E eu penso que a pior forma de manipulação ideológica da História é a reivindicação da sua pseudo-neutralidade ou da sua pretensa objectividade. Não sendo objectiva, a História deve ser metodologicamente séria e rigorosa. Essa é a fronteira epistemologicamente inultrapassável da disciplina. Quanto ao resto, ela acompanha os fluxos e refluxos, as paixões e as reacções do seu tempo. O ciclo da manipulação pela pretensa despolitização imposta pelo pensamento único neoliberal está em crise com tudo o resto. Regressa uma progressiva politização da sociedade de que a História vai ser o objecto privilegiado. E talvez se possa pensar que isso trará clarificação e responsabilização acrescidas. O que a meu ver é bom.

5. O mundo capitalista global e do neoliberalismo tem procurado preservar a sua hegemonia ameaçada, designadamente através de 3 tipos de esforços simultâneos de cerco, aniquilação ou manipulação da Memória.

O **primeiro**, talvez o mais generalizado, mais invisível e insidioso, e por isso mais eficaz processo, é o da criação pelas media e através de todas as formas de discurso dominante, de um ambiente de «*presente contínuo*» (E. Hobsbaurn), de anulação da memória e da História, da criação de «*espirais de silêncio*» (Habermas) em torno de qualquer expressão relevante de cultura crítica e progressista. Pretende-se purificar e legitimizar toda a casta de agressões e violações anti-sociais e antidemocráticas, através de uma absoluta anulação da memória dos processos históricos, dos conceitos e dos valores de potencial subversivo. O pensamento hegemónico totalizante constrói-se, assim, sobretudo de silêncios e omissões, de «verdades implícitas», de decorrências do «senso comum» invisivelmente imposto.

Compreende-se a utilidade central deste apagão permanente das memórias: é mais fácil impor as 10 ou 12 horas de trabalho aos operários da indústria automóvel, se eles não souberem, se se lhes apagar a memória dos rios de sangue que correram para a classe operária europeia conquistar a jornada das 8 horas de trabalho. O mesmo se diga do direito à greve, da existência da contratação colectiva e dos sindicatos livres ou da banalização da tortura. Ou seja: as tarefas da Memória são obviamente indissociáveis da sociedade que queremos como presente e futuro.

O **segundo** processo de ataque à Memória, é o revisionismo explícito dela e da História que suporta, o que torna particularmente transparente o projecto ideológico que lhe subjaz.

Quando o dr. Rui Ramos e a extrema-direita monárquica caricaturam a I República como um regime terrorista e caótico, num discurso primário decalcado da propaganda estadonovista, o que pretendem não é tanto tratar da I República, mas sim legitimar e banalizar a Ditadura Militar e o salazarismo que lhe teria sucedido como aurora redentora.

Mais uma vez o debate da Memória e a historiografia que o serve são inseparáveis dos imperativos e das escolhas de hoje, e convocam-se para os esclarecer e dar sentido.

O **terceiro** processo, como diria José Gil, é o da não inscrição silenciosa e insidiosa da Memória. Esse processo lento de esquecimento organizado, de demissão cívica, de banalização da ditadura, de desculpabilização, essa inculcação mansa de um indiferentismo difuso, meio covarde, meio ignorante, essa reabilitação torpe do salazarismo, da guerra colonial, das oligarcas do fascismo, veiculada pelas televisões (a começar pela pública!), pelos comentadores políticos de direita que dominam o panorama comunicacional, pelos concursos só aparentemente imbecis, até por alguns livros escolares.

6. Penso que é fundamentalmente em torno destes 3 tipos de manipulações que se há-de travar a luta pela Memória, muito mais ampla do que o estrito labor da historiografia. Tenho para mim que os movimentos de reabilitação e defesa da Memória *são sobretudo movimentos sociais*, que colaboram com a investigação histórica, mas a ultrapassam como movimentos cívicos, como exemplarmente nos ensina a grande luta pela reabilitação da Memória da República e dos que por ela tomaram no Estado espanhol. Penso que são *movimentos plurais* e não de partido ou de escola: a defesa da memória do antifascismo convive bem com o pluralismo dos discursos sobre a Memória e a História no quadro dessa recusa comum do apagamento e da manipulação. Ninguém é dono da Memória, nem da Resistência. Esse é um património da luta do povo português de que ninguém é interprete exclusivo ou privilegiado.

Para uma esquerda que vem de longe, os trilhos da Memória são a espinha dorsal da sua identidade. E essa consciência de si é o fulcro de todo o combate emancipatório. Tenhamos, pois, Memória.

(Página deixada propositadamente em branco)

COMENTÁRIO

Relativamente às comunicações apresentadas, existem vários temas que lhes são comuns.

Desde logo, a problemática que tem a ver com a influência que a política tem na história e vice-versa, isto é, até que ponto as iniciativas do mundo político colocam em questão o trabalho dos historiadores.

Um outro aspecto realçado diz respeito à procura que se tem vindo a verificar de um novo modelo de relacionamento internacional, no qual a ética pode desempenhar um papel importante.

A matéria que diz respeito à questão colonial também ficou patente em algumas das comunicações apresentadas, tendo sido referido a necessidade de se proceder ao estudo dessa temática numa perspectiva internacional e comparada, não esquecendo, de igual modo, a componente interdisciplinar, recorrendo-se para o efeito, à antropologia, à sociologia, etc., por forma a que todos os agentes da colonização contemporânea tenham o direito a um «inventário» desse passado tumultuoso.

No caso português, em concreto, deverá analisar-se, por exemplo, de que forma o discurso da oposição deixou marcas na historiografia, ajudando a perpetuar, em vez de esclarecer, os seus mitos.

Por outro lado, procura-se reflectir sobre as orientações metodológicas tradicionais da jus-historiografia, ponderando-se a sua relação com as prevacentes na historiografia dita «geral».

Foi igualmente realçada a necessidade de situar o actual debate em torno da memória e da história, sobretudo da memória e da história contemporânea, nas sociedades ibéricas, no quadro de uma crescente luta pela hegemonia centrada na significância destas representações e discursos.

Determinar qual o objectivo da inevitável politização da disciplina naquilo que é o seu perfil epistemológico e deontológico.

São questões que nos parecem ser do maior interesse e importância e por isso mesmo estamos certos que o debate que se seguirá permitirá esclarecer algumas delas.

(Página deixada propositadamente em branco)

HISTÓRIA E CIÊNCIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

HISTÓRIA E CIÊNCIAS NOS «OUTROS COMBATES PELA HISTÓRIA»
OU «OUTROS COMBATES PELA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS»

A história das ciências encontra-se em Portugal em nítido ascendente. Nas últimas duas décadas e meia, *grosso modo*, o papel dinamizador de alguns investigadores de Lisboa, do Porto e de Coimbra foi fulcral para estimular noutros investigadores mais novos a execução de estudos em história da ciência e o desenvolvimento e consolidação das diferentes unidades (não muitas, centros e grupos de investigação em diversas Universidades) que existem em Portugal, nesta área científica. Para nós próprios foi fulcral o estímulo concedido por essa geração mais experiente. A participação internacional de Portugal tem sido, igualmente, notória e em fase ascendente; a organização de iniciativas de natureza científica, de cariz nacional ou internacional tem tido igualmente uma fase positiva. Embora conscientes das limitações e condicionantes relativamente à institucionalização de uma área científica é importante sublinhar entre 2009 e 2010 o programa específico de financiamento de bolsas e de projectos de investigação proporcionado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, a propósito do Centenário da República.

Nesta breve introdução muito se poderia referir sobre questões da história da ciência que, do ponto de vista teórico, são relevantes. Seria igualmente oportuno referir as divergências e aproximações entre história das ciências e divulgação da ciência ou divulgação científica, muitas vezes geradoras de fortes equívocos. Estes equívocos servem, por vezes, como argumentos apressados para justificar trabalhos de menor qualidade em história da ciência. Contudo, apesar das suas especificidades, a história das ciências está sujeita a reflexões teóricas idênticas à da história. Podíamos, igualmente, falar de história da ciência e cultura científica, das relações entre ambas e da imprescindibilidade da história nos alicerces, na construção e na consolidação da cultura científica. Podíamos abordar, igualmente, as especificidades, convergências e divergências da história da medicina e da história da farmácia relativamente à história das ciências, entendida em sentido amplo. Contudo, todas estas considerações nos afastariam, do objectivo deste texto: tecer umas palavras de abertura deste painel, traçar um brevíssimo historial do Grupo de Investigação de História e Sociologia da Ciência do CEIS20 e abordar, ainda que sumariamente, os objectos das comunicações apresentadas.

O CEIS20, desde a sua origem em 1998, apresentou como um dos grupos de pesquisa o Grupo de História e Sociologia da Ciência que tem privilegiado a história da ciência no século XX e de modo particular a história da ciência em Portugal, pese embora o facto de algumas pesquisas, necessariamente, terem de recuar no tempo, penetrando no século XIX, incidindo-se essencialmente na história das ciências da vida e na história das ciências biomédicas. A história da medicina e da farmácia, dos hospitais e outras instituições, da higiene e da saúde pública, da psiquiatria, das ciências da vida, em particular, Darwin e os darwinismos, a relação ciência, saúde e sociedade neste caso numa articulação entre as perspectivas ética e socio-jurídica, têm sido algumas áreas de investigação desenvolvidas neste grupo de pesquisa. Assim, como já muitas vezes deixámos expresso em textos de apresentação deste grupo de investigação, o pano de fundo e a meta programática deste Grupo é avaliar o modo de recepção dos saberes científicos provenientes do estrangeiro: quando foram recebidas as doutrinas científicas estrangeiras, por quem foram acolhidas, como o foram, em que condições o foram e, ainda, avaliar o seu modo de reprodução, bem como as práticas resultantes desse saber científico. Embora Portugal tenha sido um país tradicionalmente receptor do saber científico estrangeiro, pretende-se a cada momento avaliar a vertente inovadora portuguesa sempre que ela tem lugar na ciência em Portugal. A história da ciência que pretendemos realizar privilegia, necessariamente, a articulação da história da ciência com a história cultural e política.

O painel «História e Ciências» apresentado no Colóquio Internacional «Outros Combates pela História», reuniu os investigadores do CEIS20, Romero Bandeira, Manuel Correia, Augusto Moutinho Borges, José Morgado Pereira e Ana Leonor Pereira, bem como Norberto Cunha, da Universidade do Minho.

Norberto Cunha na sua comunicação *Paradigmas, ciência e historiografia* tratou as noções de «paradigma» e de «ciência normal» exploradas por Thomas Khun, sublinhando qual o seu modelo de história das ciências. Esta intervenção serviu como interessante ponto de abertura para as comunicações que se seguiram no painel.

Romero Bandeira apresentou o tema *Paradigmas para situações de catástrofe* tendo sublinhado e interpretado, em traços gerais, desde o século XVIII à actualidade, as alterações que se operaram a nível de socorro médico e de medicina de catástrofe, fazendo sobressair paradigmas conceptuais, físicos e humanos, bem como o modelo sugerido pelo português Pedro Vitorino Ribeiro. Trata-se de um tema que o autor tem explorado consistentemente ao longo de vários anos e que demonstra a importância que a investigação histórica apresenta na resolução e nas tomadas de decisão em medicina de catástrofe.

Manuel Correia, fez a intervenção intitulada *Poder paradigmático da auto-representação: um exemplo do exercício do poder biográfico*, tendo como objecto a figura do Prémio Nobel Egas Moniz. Na sua intervenção o autor fez salientar um tópico que tem explorado nas suas pesquisas para doutoramento e que designa por «poder biográfico». Para tal explorou e tomou como ponto de partida três textos relevantes escritos por Egas Moniz sobre Júlio Dinis, Abade de Faria e Camilo Castelo Branco, publicados entre 1924 e 1925.

Augusto Moutinho Borges, apresentou o trabalho intitulado *Ontologia paradigmática do agir* comunicação que teve como ponto de partida a figura de S. João de Deus, articulando a sua actuação, a sua obra, os seus valores com o conceito actual de hospital

e a prestação de cuidados de saúde, sublinhando a iconografia alusiva ao Santo português. A história das instituições hospitalares e o cruzamento da vertente da arte com o hospital e a sua função assistencial tem sido objecto de pesquisas continuadas de Augusto Moutinho Borges, sendo de sublinhar o interesse dado aos hospitais militares.

A comunicação de José Morgado Pereira *Mudança de paradigma na psiquiatria portuguesa* aborda um assunto a que o autor investe cientificamente há vários anos, e em particular para a sua tese de doutoramento, tendo apresentado uma súpula das concepções psiquiátricas no início do século XX, sublinhando o papel de Júlio de Matos e as alterações conceptuais propostas, fazendo salientar o papel de Sobral Cid nas décadas de 20 e 30.

O painel terminou com a intervenção de Ana Leonor Pereira, fundadora deste Grupo de investigação do qual foi coordenadora científica. A comunicação intitulava-se *O paradigma darwiniano da história natural*. Nesta apresentação a autora incidiu, em tempo de comemorações dos 200 Anos de Darwin, sobre a afirmação do paradigma darwiniano de história natural com a publicação da obra de Darwin *On the origin of species*, em 1859, e outras obras do naturalista inglês como *The descent of man (...)* e *The expression of the emotions (...)*, que colocava em causa o «paradigma estático criacionista e essencialista da história natural»; a autora tomou como estudo de caso a realidade portuguesa.

Resta salientar que esta última comunicação integrou o Ciclo de Conferências proferidas por Ana Leonor Pereira subordinado ao tema «200 Anos de Darwin», organizado pela mesma investigadora e integrado nas actividades do Grupo de História e Sociologia da Ciência do CEIS20 e que se prolongou até 24 de Novembro de 2009.

Não é nossa intenção, nestas breves palavras, reportarmo-nos a questões teóricas sobre a história da ciência. Sobre a relação entre ciência e sociedade. Sobre o papel do historiador da ciência ou sobre a relevância da história da ciência e os seus diferentes públicos, temas muito sistematicamente abordados. Também poderíamos abordar um assunto sempre pertinente como a história da ciência em Portugal e, dado o tema do Colóquio, sublinhámos os combates pela história da ciência. Mas, o nosso objectivo foi fazer uma breve apresentação do painel e em traços gerais sublinhar alguns tópicos dos temas expostos e sua relação com o Grupo de investigação de História e Sociologia da Ciência do CEIS20, um Grupo de pesquisa que tem aumentado, em dez anos, em número de investigadores, em projectos de investigação, em resultados dessa mesma investigação materializados sob a forma de publicações, organização de colóquios e congressos, apresentação de trabalhos científicos em reuniões científicas, nacionais e internacionais, e em relações com o exterior. Também é de sublinhar o aumento significativo de jovens investigadores em fase de formação (doutoramento e mestrado), sinal que se pretende consolidar, e que significa algo do que de mais nobre uma instituição de investigação se pode orgulhar: fazer escola. Assim, tendo como ponto de saída ou como pano de fundo a intervenção de Norberto Cunha *Paradigmas, ciência e historiografia*, as restantes comunicações, realizadas por investigadores do Grupo de História e Sociologia da Ciência do CEIS20, fizeram sobressair grandes linhas temáticas existentes neste Grupo de pesquisa, tendo como perfil geral de investigação a história das ciências da saúde e da vida.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARADIGMAS, CIÊNCIA E HISTORIOGRAFIA

1. A história das ciências à margem dos pontos de vista de Kuhn

Com Thomas Kuhn — sobretudo a partir da sua obra emblemática *The Structure of Scientific Revolutions* (1962) — são completamente subvertidas as relações até então existentes entre história, filosofia e sociologia da ciência. A história da ciência ocupava-se, fundamentalmente, em organizar, segundo uma certa ordem, a sucessão de ideias e de descobertas, cuja acumulação era o que chamamos *ciência* (uma espécie de legitimação retrospectiva do presente) e tinha por objectivo o estudo das *teorias* e dos *métodos* — mais como realidades lógicas do que históricas — e a combinação do raciocínio e da experiência nas suas relações com a verdade. A ciência era, assim (como pensava Karl Popper), uma acumulação racional de teorias e métodos, cujo critério de verdade — e portanto, de progresso — era a sua verificabilidade empírica (imediate ou possível), ou, melhor ainda, a sua falsabilidade; pressupunha-se que a «realidade» era, ontologicamente, autónoma do cientista pela fiabilidade dos resultados; não ocorreria, ainda, aos cientistas que a fiabilidade dos seus resultados dependia quer da identidade das estruturas e categorias de inteligibilidade quer dos problemas e soluções que já tinham sido dados aos problemas que investigava. Ou seja, não ocorreria aos cientistas que a universalidade dos resultados das ciências estava ferida pela sua subjectividade e por algo, simultaneamente tão débil e tão forte, como a tradição do conhecimento. Se Newton o suspeitasse talvez não tivéssemos os *Principia Mathematica*, que só uma grande fé numa suprema razão sobrenatural, criadora e onnisciente podiam motivar. As ciências do passado não só eram «limpas», ou seja, não estavam inquinadas por ideologias ou pelo arbítrio de uma opinião como eram «transparentes», ou seja, mostravam a natureza *tal qual ela era*, sem os enganos dos sentidos e do senso comum, pondo a nú, para conhecimento de todos, como que a estrutura elementar e óssea de um edifício; em rigor, a de todos os edifícios. Esse acesso da ciência à universalidade, essa libertação das contingências da história e da «humanidade», tornara-a como que um saber «divino», oracular e escatológico. A ciência, à medida que progredia, ou seja, à medida que proporcionava ao homem um maior poder sobre a natureza (não só física, mas humana e social) foi-se convertendo numa religião laica — no cientismo (como aquele que pregavam Renan e Berthelot e, entre nós, a maior parte dos republicanos). E apesar das nefastas e catastróficas consequências da sua instrumentalização na I e na II Guerra Mundiais (e que hoje

continua por parte das grandes potências) e das advertências feitas sobre o seu poder (especialmente pela *Escola de Frankfurt*, pelos existencialistas e por cientistas como Feyerabend), os seus prosélitos continuam a dizer que o problema não está na ciência, mas no seu bom ou mau uso, como se o conhecimento científico estivesse acima de qualquer «suspeita» e as leis científicas fossem, intrinsecamente, «amorais». Por isso os cientistas continuam a defender o seu papel de eclesiásticos da nova religião da Humanidade (o que se entende numa corporação que, como todas as corporações, é movida por interesses). E as elites do Poder — porque dessa crença tiram imensos proveitos materiais e sociais — apregoam que não há outro caminho para a redenção da Humanidade (o Eu e Deus não são de fiar) e tratam de o incentivar (com instituições para a ciência e as tecnologias, com bolsas, com programas de investigação e desenvolvimento, com avultadas ajudas financeiras a empresas), como se a liberdade e a felicidade dependessem, incontornavelmente, da coisificação do real e da heteronomia.

2. A revolução kuhniana

Um travão a esta euforia cientista foi posto por Thomas Kuhn, ao procurar demonstrar que a ciência não era autónoma relativamente à história, que a dimensão lógica dos seus problemas, teorias, argumentos e métodos estava inquinada por crenças e factores psicológicos e sociais. Em contrapartida, o positivismo e o neo-positivismo (e o alvo exemplar de Kuhn é Karl Popper) estavam convictos que a ciência era uma actividade estritamente racional, contínua e acumulativa. Ora, para Kuhn, não era inteiramente racional, nem contínua nem acumulativa¹. Não era inteiramente racional, porque a verdade de certas soluções, só por si, não tem erradicado soluções falsas, quando são dominantes; não era contínua, porque apresentava descontinuidades estruturais, a que chamou «revoluções»; não era acumulativa porque — como tentou demonstrar (e parece-me com êxito) — o que conferia unidade a um determinado estádio histórico da ciência, nos períodos não revolucionários, não era um corpo mais ou menos definido de conhecimentos *proposicionais* mas a adopção, como modelo, de determinados exemplos de solução de «enigmas» ou «puzzles», deduzidos de *paradigmas* (definidos estes como «realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo tempo, proporcionam modelos de problemas e soluções a uma comunidade científica»²); definição que Kuhn, por mais de uma vez alterou³ e que, face às críticas de «ambiguidade» de que foi objecto — Alan Musgrave, assinalou-lhe 21 sentidos distintos⁴ — acabou por substituir, em 1970, por *matriz disciplinar* ou conjunto de

¹ Sobre esta controvérsia ver Imre Lakatos e Alan Musgrave (ed.), *Criticism and the Growth of Knowledge* (1970), London, Cambridge University Press, 1979. Doravante citaremos esta obra pela sigla *CGK*.

² Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962), London, The University Chicago Press, 1970, p. VIII e pp. 174-176 (doravante citaremos esta obra pela sigla *SRS*).

³ Veja-se o seu opúsculo *Second Thoughts on Paradigms*, Urbana, Illinois University Press, 1972, p. 23 e idem, «Postscript-1969», in, *SRS*, pp. 175-176 e pp. 181-191

⁴ Alan Musgrave, «Kuhn's Second Thoughts», in *The British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 22, n.º 3, 1971, pp. 267-306; ver ainda a análise de Margret Masterman, «The nature of a Paradigm», in *CGK*, pp. 59-89.

elementos de índole diversa que desempenham, na ciência normal, o papel que atribuíam ao paradigma. Para demonstrar esta evolução paradigmática da ciência, Kuhn recorreu à evolução das ideias científicas, especialmente ao estudo da estrutura das teorias, do seu lugar no interior de uma comunidade científica e às condições consideradas necessárias, pelos cientistas, para essas teorias serem sólidas.

3. O desenvolvimento paradigmático das ciências

Segundo Kuhn, a investigação científica desenvolve-se, em cada especialidade, de acordo com um «paradigma» (pedra angular da sua sociologia das ciências), aceite pela comunidade dos cientistas que praticam essa especialidade. Definiu-o como «a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. compartilhados por uma dada comunidade». Noção imprecisa, que defendeu, comparando-a a um verbo que estava para as suas formas e tempos (conjugados segundo certas regras), como aquele estava para os problemas que dele se podiam deduzir⁵; acabou — perante a persistência das críticas — por rectificá-la, identificando-a com uma «matriz disciplinar», entendida esta como o conjunto dos *puzzles-solving* ou resolução de enigmas que os membros de uma comunidade científica aprendiam na sua formação escolar, pelos livros de texto e por técnicas herdadas e partilhadas. Kuhn não associou, pois, a noção de paradigma a um sistema coerente de enunciados explícitos ou a um modo de pensar, mas a exemplos concretos de como abordar um tema de investigação, documentado em livros, que se tornaram como que paradigmas de uma disciplina — os *Principia* de Newton (para a mecânica), a *Origem das Espécies* (para a biologia evolucionista) ou a *Química Elementar* de Lavoisier (para a química) — onde havia que ter em conta (a) o tipo de *actividades* que formam parte de uma especialidade (b) os *problemas* a resolver e (c) o tipo de *estratégias* pertinentes para os abordar. Em suma, a sua *tradição*. São estes paradigmas — que os cientistas, em geral, só conhecem pelos seus modelos de investigação — que lhes fornecem a teoria, métodos e padrões da sua actividade. Por isso, os cientistas podem estar de acordo quanto à *identificação* do seu paradigma, mas não concordarem com a sua *interpretação* ou *racionalização* em concreto. Todavia é a interiorização desse paradigma, por via dos modelos de investigação, que dá ao cientista o sentimento de pertença a uma determinada comunidade *científica*⁶.

4. A ciência normal

A ciência *normal* — segundo Kuhn — é a actividade a que a maioria dos cientistas, de um determinado campo de especialização, ou seja, as «comunidades científicas» dedicam a maior parte do seu tempo (quando não está a passar por uma *revolução científica*), cingindo-se a um paradigma ou «matriz disciplinar», para abordar e resol-

⁵ T. Kuhn, *SRS*, p. 23.

⁶ Idem, *ibidem*, pp. 166-169.

ver os problemas ou «enigmas»⁷, que dele decorrem e cujas soluções são previsíveis⁸. Essa actividade normal tem uma dupla função: empírica e teórica. À primeira cabe recolher os factos que, à luz do paradigma, são, especialmente, reveladores da natureza das coisas, aqueles que são, directamente, comparáveis com as previsões da teoria paradigmática e encaminhar as observações e experimentações no sentido de as articular com aquela teoria (medindo, com precisão cada vez maior, as chamadas *constantes da natureza*, determinando o enunciado correcto das leis empíricas quantitativas e ampliando o campo de aplicação do paradigma); à segunda, cabe deduzir previsões, quer para ter mais informação quer para comparar essas previsões com os factos e, eventualmente, possibilitar a melhoria da formulação da teoria paradigmática⁹. Por isso, a ciência normal parece uma actividade de ajustamento permanente e reiterado ao leito de Procusto¹⁰.

5. As revoluções científicas

Mas o progresso científico, dentro da ciência normal, tem limites: os que são impostos a esta pelos seus paradigmas. Todavia, a partir de certo momento — por razões de índole diversa, umas *internas* outras *externas* à própria prática científica (para usarmos uma linguagem bachelardiana) — aparecem problemas que resistem, reiteradamente, à resolução possível e previsível dentro do seu paradigma; tipo de problemas que Kuhn denomina «*anomalias*»¹¹. É normal que estas anomalias acumuladas mobilizem parte da comunidade científica a que pertencem, que começa a explorar estratégias alternativas às soluções canónicas, abrindo caminho — caso recolham adeptos e consensos — à proliferação de heterodoxias¹². Por vezes, esta actividade, cientificamente, heterodoxa ou — como lhe chama Kuhn — *ciência revolucionária* tem como desenlace o aparecimento de um novo paradigma, cuja consolidação define novas actividades, novos problemas e novas estratégias resolutivas, que passam a ser as senhas identitárias da comunidade científica¹³. São ilustrações de mudanças de paradigma — onde, além da substituição de umas teorias por outras, se verifica uma transformação profunda tanto no modo de olhar como de interpretar o que se vê — a passagem da teoria aristotélica à galilaica, da astronomia ptolomaica à copernicana, da química do flogisto à de Lavoisier, etc. É esta substituição de paradigmas, que separa duas formas de ciência normal, que Kuhn denomina «*revolução científica*» (de que são exemplos a substituição da mecânica newtoniana pela mecânica relativista, a partir de 1905, e pela mecânica quântica a partir de 1925). Acontece, porém, muitas

⁷ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 10.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 25-34.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 24.

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 5-6, 52-53 e 97.

¹² Idem, *ibidem*, pp. 82-85.

¹³ Para uma explicação com novos argumentos sobre estas mudanças radicais de paradigmas, ver T. Kuhn, *What are Scientific Revolutions?*, Center for Cognitive Science, Cambridge, Mass., Massachusetts Institute of Technology, 1981.

vezes, que cientistas formados no paradigma duma comunidade científica não querem ou não podem converter-se ao paradigma alternativo — conversão agravada pela sua *incomensurabilidade*¹⁴ — o que, não impedindo que o triunfo do segundo venha a consumir-se, o prestígio e autoridade desses renitentes atrasam e perturbam a sua aceitação (muitas vezes até desaparecerem do mundo dos vivos). Não foi Fontenelle, cartesiano, um dos maiores obstáculos à introdução de Newton em França, ele que tanto prezava o progresso científico? Não coexistiu, durante décadas, o sistema ptolomaico com o sistema copernicano, ou com fórmulas de compromisso (como a de Tycho-Brahe)? O que mostra — ao contrário do que crê Popper — que não basta a *verdade* para impor uma teoria a uma comunidade científica. Há outros factores não menos importantes.

6. Implicações da teoria kuhniana

Quais as implicações metodológicas e lógicas desta teoria da evolução das ideias científicas? Em primeiro lugar, segundo Kuhn, o papel destacado que passa a ter, na evolução da ciência, o conceito de *comunidade* (que se resiste a uma análise subjectiva em termos meramente psicológicos, não resiste menos à sua identificação com uma lógica autónoma *a-histórica* da investigação científica); em segundo lugar, e em consequência da tese anterior, a precedência que deve ser atribuída às *práticas* científicas (em particular à resolução de problemas) — e à *tradição* em que se inscrevem — sobre as «ideias» (e teorias) no que toca à determinação do que é «o facto da ciência», que o mesmo é dizer que a ciência é mais o que os membros de uma comunidade científica *fazem* do que as teorias em que a subsumem (atitude coincidente com a do naturalismo filosófico-jurídico de Oliver Wendell Holmes Jr., para quem o direito emana, exclusivamente, da experiência e dos actos — historicamente situados — dos juízes e não da lógica e da ordem natural); em terceiro lugar — como consequência desta historicização da ciência — a renúncia de filósofos e cientistas à crença de que a ciência evolui em direcção à *verdade*. Efectivamente, o modelo de inteligibilidade da dinâmica do conhecimento científico (comunidades científicas e suas práticas, e renúncia à verdade como seu fim) não permite identificar critérios gerais do progresso científico, «idades de ouro» passadas ou futuras, nenhum tipo de «lei» gradualista, cíclica ou dialéctica. Deste ponto de vista, há flagrantes semelhanças entre o evolucionismo kuhniano e o evolucionismo darwinista, na medida em que ambos — ao remeterem para um «desde» e não um «para» — rejeitam qualquer finalidade macro-histórica nos processos que descrevem.

7. O que vale a teoria kuhniana para a ciência?

Tanto a *Revolução Copernicana* (1978) como a *Estrutura das revoluções científicas* (1962) procuram demonstrar, amplamente, o que acima expusemos: que a evolução das ciências depende, também, de variáveis que são desconhecidas da razão, quando

¹⁴ T. Kuhn, *SRS*, pp. 149-150.

não mesmo irracionais (como as crenças); que a rotura com a ciência normal, ou seja, as revoluções científicas, não derivam de um critério onto-lógico (que se baseia numa concepção dualista — indecidível — da natureza) mas da inadequação de práticas científicas com as soluções canónicas decorrente de um paradigma adquirido nas escolas ou numa comunidade científica; que sendo os paradigmas *incomensuráveis* não devemos falar de «progresso», no sentido das Luzes, mas de visões alternativas e *situadas* dos problemas; enfim, que o progresso científico — assente, exclusivamente, no princípio de verificabilidade e de falsabilidade e à margem de uma história que inclui a razão e a ultrapassa — é um mito; Em suma, as teorias científicas são *débeis*, não têm a «transparência» que o racionalismo crítico lhes atribui e têm zonas de sombra que nos levam a pô-las sob suspeita e a recusá-las como modelo holista de inteligibilidade da natureza, do homem e da sociedade.

Pondo de parte o inegável valor heurístico desta concepção kuhniana da evolução das ciências (assim como os problemas epistemológicos e limitações que levanta), interessa-nos, no caso presente, saber até que ponto esse modelo de inteligibilidade se poderia aplicar à evolução das ideias científicas em Portugal. É verdade que não protagonizamos qualquer revolução científica, embora tenhamos sido receptivos, polemicamente, a todas elas (a copernicana, a newtoniana, a química, a darwiniana, a relativista, etc.). Mas, como muitos outros países, temos comunidades científicas, onde se praticou e pratica a chamada «ciência normal». As recomendações de Kuhn poderiam servir-nos de orientação para ensaiarmos uma história desta, numa especialidade científica — por exemplo a comunidade *histológica* dos princípios do século XX, em Portugal.

7.1. A história de uma ciência contada de um outro modo

Os passos a dar para elaborar a história da histologia «normal» praticada em Portugal no limiar do século XX, é começarmos por identificar o seu paradigma ou matriz disciplinar. Ora segundo Celestino da Costa, no limiar do século XX (1915), não havia, em Portugal, uma tradição de investigação e ensino da Histologia que merecesse especial destaque¹⁵. Afirmção só aceitável como hipérbole e, mesmo enquanto tal, não

¹⁵ A. Celestino da Costa, «Abel Salazar, histologista», in *Portucale* 1 (5-6), 1946, pp. 3-4. Augusto Pires Celestino da Costa (16.4.1884-27.3.1956) foi um notável histologista e embriologista da Faculdade de Medicina de Lisboa, grande amigo de Abel Salazar, com quem manteve estreitas relações profissionais e epistolares. Xavier Morato, entre outros, considera-o «o fundador da 1ª escola embriológica da Península Ibérica» (in «Costa, Augusto Pires Celestino da», *VERBO* – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 6.º, Lisboa, Editorial Verbo, s.d., p. 134). Celestino da Costa licenciou-se em 1905, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde ingressou como preparador em 1910, ascendendo ao magistério universitário, em 1911, como professor da cadeira de Histologia e Embriologia. Personalidade de extraordinária competência, raro equilíbrio e vasta cultura, em breve viu os seus préstimos procurados e recompensados. Em 1917 é nomeado director do *Aquário Vasco da Gama* (funções que manterá até 1923); em 1919, é nomeado director do Laboratório Central do Hospital de S. José e, em 1935, é eleito director da sua Faculdade. Em 1934, presidirá à *Junta de Educação Nacional* da qual já fora vogal e vice-presidente. Em 1936 é nomeado presidente do *Instituto para a Alta Cultura*. Simultaneamente, filia-se em diversas agremiações científicas e pedagógicas, como a *Associação dos Médicos Portugueses* (à qual presidirá em 1920), a *Sociedade Portuguesa de Ciências*

corresponde à verdade (só compreensível pelo elevado grau de exigência científica de Celestino da Costa). Efectivamente — por exemplo — quando Abel de Lima Salazar, aluno da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, se matricula na cadeira de Histologia, no ano lectivo de 1909-10, é um professor, que desde há cerca de trinta anos, a pratica — e não um iniciado — que se apresenta a leccioná-la: Plácido da Costa¹⁶. Efectivamente, data de 1878, o primeiro curso livre e gratuito sobre histologia ministrado por Plácido da Costa e sob o patrocínio do professor de Anatomia patológica, Antunes Lemos. Plácido da Costa era ainda estudante. Um ano depois, ou seja, em 1879, apresenta uns *Apontamentos de microbiologia médica*, como dissertação inaugural, onde procura mostrar «a fisiologia geral do microscópio e (...) a sua prestimosa aplicação à diagnose clínica»¹⁷. Após a criação do curso prático de Histologia por Ricardo Jorge, em 1884-85, Plácido da Costa é convidado a assegurar (ainda que intermitentemente) a sua docência, o que fará até 1894; a partir desta data, com dinheiro remanescente do Legado Nobre, a Escola Médico-Cirúrgica do Porto entrega-lhe, sob contrato, a regência do curso de Histologia, situação que se manterá até à criação oficial da cadeira de Histologia na Escola, o que ocorre em 25 de Julho de 1903, por proposta do deputado Clemente Pinto. Depois de criada, oficialmente, a cadeira de Histologia passa a ter como regente Alfredo de Magalhães, que a deixa vaga em 25 de Outubro de 1909, optando pela *Matéria médica*. Vaga a cadeira de Histologia, o Conselho Escolar solicitou a Plácido da Costa o encargo da sua regência, pedido ao qual este acedeu, leccionando-a desde Maio de 1910 a Maio de 1916. Não há dúvida, portanto, de que a Histologia tinha uma *tradição* no Porto, associada, prioritariamente, ao nome de Plácido da Costa¹⁸, como reconheceu Magalhães Lemos, na dedicatória da sua tese de 1882: «Ao meu particular amigo A. Plácido. Iniciador dos estudos histológicos no Porto»¹⁹. E essa tradição ou matriz disciplinar (que é, paradigmaticamente, a mesma

Naturais (de que foi sócio fundador, em 1907), a *Sociedade Portuguesa de Biologia* (1920), *Sociedade Anatómica Portuguesa* (1903), a *Academia das Ciências de Lisboa* (1929), a *Sociedade de Estudos Pedagógicos* (à qual presidiu, também), a *Association dos Anatomistes* (sócio desde 1907 e seu vice-presidente em 1927), etc. Estas múltiplas actividades e compromissos não lhe coarctaram a investigação científica nem a divulgação cultural em que sempre fez questão de se empenhar. Fez estágios e trabalhou com eminentes cientistas como Mark Athias, Oskar Hertwig, Ramón y Cajal, Lange e Brachet. Publicou valiosos trabalhos de histologia e embriologia (como o seu *Manual de Histologia*, inicialmente publicado em 1921 e com sucessivas reedições melhoradas) e diversos opúsculos sobre um tema que lhe foi particularmente caro durante toda a sua vida (tal como a Abel Salazar): a questão do ensino, particularmente, o universitário. Sobre as suas ideias científicas e filosóficas ver o meu artigo «Celestino da Costa e a investigação científica em Portugal», in *Jornal de Notícias*, 26.2.1985, p. 8.

¹⁶ Para mais detalhes sobre esta multifacetada personalidade científica que primava por uma sólida formação humanística e um invulgar engenho inventivo, ver Maximiano Lemos, «António Plácido da Costa», in *Anuário da Faculdade de Medicina do Porto* (ano lectivo de 1915-16), 1917, pp. V-XXX.

¹⁷ A. Plácido da Costa, *Apontamentos de microbiologia médica* (Dissertação inaugural), Porto: Imprensa Comercial, 1879, p. 10.

¹⁸ Silva Pinto, «O Prof. António Plácido da Costa», in *Imprensa Médica*, Ano XVIII, n.º 1, 15.2.1954, p. 16. Opinião afim aparece no seu registo biográfico inserido no *Anuário da Faculdade de Medicina do Porto* (ano lectivo de 1913-14), 1915, p. 4.

¹⁹ A.S. de Magalhães Lemos, *A Região Psychomotriz* (Dissertação inaugural), Porto: Typographia Occidental, 1882.

de Celestino da Costa, em Lisboa e de Celestino Brites, Coimbra) será adoptada e continuada, quanto ao essencial, por Abel Salazar, como se pode verificar pelos sumários de Plácido da Costa e pelos relatórios dos trabalhos realizados no Laboratório de Histologia, durante os anos lectivos de 1913-14 e 1914-15, por António da Costa Portella e José Martins Barbosa, ambos seus Assistentes²⁰. No que diz respeito às aulas práticas, consta destes Relatórios o ensino do manejo do microscópio, o exame microscópico dos tecidos, de cortes de medula e da casca cerebral, o treino nos métodos de Golgi e Cajal, o exercício em diversas técnicas histológicas, o estudo dos reagentes, das matérias corantes, das fixações, impregnações, dissociações, cortes, etc.²¹; no que diz respeito às aulas teóricas, a cargo de Plácido da Costa, elas incluem a mesma temática que, subsequentemente, polarizará a investigação e ensino de Abel Salazar: a célula, a estrutura morfológica do protoplasma e a sua constituição físico-química, a membrana celular e a sua histogénese, a estrutura do núcleo celular, a fisiologia geral da célula, os diversos tipos de tecidos, o neurónio e a célula nervosa, as relações entre os elementos do tecido nervoso, a histofisiologia do neurónio e a histogénese do sistema nervoso, o sangue, o ovário (histogénese do óvulo, desenvolvimento do ovário, os folículos ováricos, a estrutura do ovário e a sua topografia), a fecundação e a segmentação, a formação dos diversos folhetos e, enfim, o embrião²². Como se vê, as exigências conteudistas e experimentais com que Celestino da Costa predicava a Histologia moderna²³ são amplamente satisfeitas pelas aulas práticas e teóricas que os supracitados relatórios sumariam. Estamos, pois, em condições de afirmar que, no limiar do século XX, há, entre nós (nas instituições universitárias de Lisboa, Coimbra e Porto), um paradigma ou matriz disciplinar em que se subsumem as práticas histológicas «normais» ou uma «ciência normal» da Histologia. Mas há também «anomalias». No caso do Porto — que conhecemos melhor e, por isso, a ele nos limitaremos — vêm da influência de Magalhães Lemos que aprendera histologia e microscopia com Plácido da Costa e executara a maior parte da sua tese inaugural, no Gabinete de Histologia fundado por Ricardo Jorge, tendo mais tarde, em 1883, frequentado, em Paris, os serviços de Mathias Duval (o célebre histofisiologista do sistema nervoso, partidário da «teoria celular» de Virchow e um dos pioneiros dos estudos neurológicos com o método de Golgi). Não admira, portanto, que Abel Salazar tenha aperfeiçoado, com Magalhães Lemos — como, de facto, aperfeiçoou — os conhecimentos iniciados com Plácido da Costa (tanto mais que os confrades do neuropsiquiatra portuense sempre lhe enaltecera o rigor e o método na investigação científica²⁴), procurando ultrapassar os estreitos limites da histologia que aprendera.

²⁰ O *Relatório* de Costa Portella foi publicado no *Anuário da Faculdade de Medicina do Porto* (ano lectivo de 1913-14), Porto, Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1915, pp. 149-153; o *Relatório* de Martins Barbosa foi publicado no mesmo *Anuário*, em 1916, pp. 145-50.

²¹ Ver, especialmente, o *Relatório* supracit., de Martins Barbosa, pp. 146-7.

²² *Ibid.*, pp. 148-50.

²³ In «Histologia», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 13.º, Lisboa, 1945, pp. 289-92.

²⁴ Ver, a este propósito, os depoimentos inclusos na obra *Homenagem ao Prof. Magalhães Lemos* (prestada na Faculdade de Medicina do Porto em 24 de Junho de 1925), coord. por Thiago d'Oliveira e Hernâni Monteiro, Porto, 1927.

Não escasseavam desafios, internos e externos, a soluções heterodoxas para os problemas da histologia «normal» (que por então não passava de uma ciência puramente descritiva). E esses estímulos, no que diz respeito a Abel Salazar, são de duas ordens: as razões da sua opção pela Histologia; e os problemas expostos na «*Lição inaugural*» com que iniciou a cadeira de *Histologia* no ano lectivo de 1916-1917. Começemos por rever as razões da sua opção pela Histologia.

Se atentarmos no objecto da histologia e no seu alcance heurístico²⁵ é fácil reconhecermos que ela leva muito mais longe do que a Anatomia um dos desideratos mais perseguidos pela investigação científica de Abel Salazar: a análise morfológica²⁶. Para quem — como Abel Salazar — partilhava uma concepção atomista e mecanicista das conexões psicofísicas, o acesso às «formas» microscópicas representava o acesso aos organismos mais elementares e às suas mais elementares funções, às formas simples de que deriva tudo o que é complexo. Mas não foi apenas o fascínio das formas nem os problemas psicofísicos que levaram Abel Salazar a optar pela histologia. Desde Bichat (1771-1801) que a *Anatomia geral*, seguindo fielmente os princípios do método experimental e o modelo analítico do sensualismo de Condillac, se tornara histológica, isto é, concebera e demonstrara, experimentalmente, que a realidade orgânica era constituída por partes homogêneas de territórios com uma mesma origem e um mesmo comportamento vital ou propriedades fisiológicas, ou seja, pelos «tecidos»; estes eram as «ideias simples» que permitiam entender e ordenar a complexa aparência dos organismos. O conhecimento dos tecidos passou a ser, portanto, desde Bichat, parte essencial das investigações anatómicas, acentuando-se essa tendência elementarista ao longo de todo o século XIX, não só por obra do empirismo associacionista e do positivismo mas também devido aos progressos da teoria celular, especialmente depois de Virchow. No limiar do século XX, a histologia tornara-se uma exigência básica da Anatomia. Tornar-se histologista — como fez Abel Salazar — foi, portanto, menos uma opção do que o corolário de quem fôra um brilhante aluno de *Anatomia descritiva*, Assistente de *Anatomia patológica* e um perspicaz investigador da anatomia microscópica do sistema nervoso. Mas não só a matriz científica da Anatomia determinou a opção histológica de Abel Salazar; outras razões, não menos relevantes, contribuíram para isso — as exigências epistemológicas do seu positivismo. É certo que Abel Salazar não subscrevia, por inteiro, as teses comteanas; estava, porém, de acordo com o que defendiam em matéria científica. Ora Comte, na 41.ª lição do seu *Cours de Philosophie Positive*, não só encarecera os ensinamentos de Bichat como afirmara que a análise histológica era condição prévia e necessária ao progresso filosófico da verdadeira análise anatómica²⁷. Repudiando como fantástica, metafísica e profundamente irracional a pretensão dos *Naturphilosophen* em explicar a formação dos tecidos por uma espécie

²⁵ A. Celestino da Costa, «Histologia», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 13.º, Lisboa, 1945, pp. 289-92.

²⁶ Idem, «Abel Salazar, histologista», in *Portucale*, 1 (5-6), 1946, p. 162. O próprio Abel Salazar chega a considerar os modelos microfísicos de Bohr e Rutherford como «formas» (in *Hematologia – ideias e factos novos*, Porto: Portucale Editor, 1944, p. 19).

²⁷ A. Comte, *Cours de Philosophie Positive*, t. 3.º, 4^{ème} éd., Paris, Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1877, pp. 368-369.

de mónadas²⁸, o filósofo francês — ainda de acordo com Bichat — afirmou que a ideia de tecido era o termo limite da decomposição abstracta do corpo humano, nada mais existindo para além desse limite, pela simples razão de que, para lá dele, não havia organização²⁹. A unificação do reino orgânico passava, pois, — no entender de Comte — quer pela redução de todos os tecidos elementares a um único tecido primitivo — limite essencial de todo o organismo — quer pela descoberta das leis invariáveis de transformação desse tecido geral em secundário, ou seja, em órgãos e aparelhos³⁰. Esse tecido não era, porém, a realidade nouménica do organismo mas o composto mais elementar susceptível de análise; por isso Comte advertirá que embora a histologia seja uma ciência indispensável para fundamentar positivamente a anatomia, em si mesma, — por muito importante que fosse — devia ser considerada como uma ciência puramente preliminar, porque os tecidos — como, aliás, os órgãos e os aparelhos — quando encarados, isoladamente, tinham apenas uma existência abstracta³¹. A histologia — em sua opinião — não esgotava, pois, o seu sentido na análise morfológica; outrossim, só ganhava pleno sentido quando inserida num objectivo mais vasto: o conhecimento da biologia e do seu objecto de eleição — o homem e a humanidade³². Ora, se Abel Salazar não seguiu, rigorosamente, as peugadas do filósofo francês — como a desconfiança deste quanto ao uso das observações microscópicas e quanto à teoria celular dos *Naturphilosophen*³³ — acatou, no entanto, o essencial das suas recomendações: a fundamentação da anatomia geral na histologia, a análise elementarista, sensista e associacionista como método de unificação do reino orgânico, a realidade última e simples do organismo — o tecido — como abstracção e, enfim, a histologia como ciência especialmente apta para elucidar os problemas fundamentais da biologia e decisivo contributo para a constituição de uma antropologia filosófica de raiz biológica. Como disse Abel Salazar, a histologia — antes da sua intersecção com a citologia — era uma ciência puramente descritiva e positiva onde o facto reinava como senhor absoluto³⁴; porém, depois dessa intersecção, a histologia não só se ligou ao complexo das outras ciências biológicas como aos problemas da divisão celular e às ciências fisico-químicas — exigidas pelo estudo da estática e da dinâmica da célula e pelo estudo da química do protoplasma — passando a intervir nas velhas mas sempre renovadas questões da biologia filosófica — como os complexos problemas da hereditariedade, da origem da vida, do preformismo, entre outros. O que tornou possível essa intersecção, tão profícua, não só de um ponto de vista científico mas

²⁸ *Ibid.*, p. 369.

²⁹ *Ibid.*, p. 372.

³⁰ *Ibid.*, pp. 344-6.

³¹ *Ibid.*, p. 345.

³² *Ibid.*, p. 208.

³³ *Ibid.*, pp. 369-70. Um excelente comentário às reservas de Comte à utilização do microscópio e à sua crítica aos *Naturphilosophen* encontramos-lo num texto de G. Canguilhem sobre a teoria celular incluído na sua obra *La connaissance de la vie* (2^{ème} éd., Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1980, pp. 64-66). Para um estudo da questão mais vasta da resistência da ciência francesa à microscopia ver a obra de M. Klein, *Régards d'un biologiste*, (Paris, 1980, pp. 48-50).

³⁴ Abel Salazar, «A orientação filosófica da histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, 3^a série, n.º 4, 1917, pp. 213-214.

também filosófico? Por um lado, a união definitiva da histologia à teoria celular efectuada por Albert von Kölliker (1817-1905); por outro lado, a formulação da teoria celular por Schleiden e Schwann e, sobretudo, por Rudolf Virchow (1821-1902). A influência de Kölliker exerceu-se a dois níveis: através do seu manual de histologia — o *Handbuch der Gewebelehre des Menschen* (1852) — que foi sucessivamente reeditado e traduzido ao longo da 2ª metade do século XIX³⁵ e considerado referência indispensável e paradigmática da histologia da época; e através das coordenadas aporéticas que estabeleceu para a histologia — ainda vigentes no início do presente século — que, em resumo, eram as seguintes: 1.ª – a histologia estava indissolúvelmente ligada à teoria celular, porque o tecido bichatiano era um conjunto de células da mesma espécie; portanto, a histologia era a ciência que estudava os sistemas celulares dos organismos; 2.ª – o ovo era uma célula; logo, a embriologia devia basear-se na teoria celular, recorrendo, consequentemente, à histologia; 3.ª – o sistema nervoso era um sistema celular; logo, competia, primordialmente, à histologia — então chamada, por isso mesmo, anatomia microscópica do sistema nervoso — investigá-lo (o que Kölliker fez não só investigando a formação do crânio, do sistema nervoso central, etc. mas incorporando os resultados das investigações de Golgi, a partir de 1884, e recebendo calorosamente, em 1889, a comunicação de Ramón y Cajal, na Sociedade Anatómica Alemã, sobre a textura do neurónio); 4.ª – a «lei de desenvolvimento» endógeno dos organismos — por ele formulada — era incompatível com a hipótese darwinista. Citologia, embriologia, sistema nervoso e anti-darwinismo — eis os alvos das investigações histológicas de Kölliker que, no essencial, serão também os de Abel Salazar. Havia, porém, uma questão que continuava em aberto para o histologista alemão: a lei que presidia à formação das células. É certo que Schleiden e Schwann tinham já descoberto que era a célula e não o tecido o elemento mais simples e constitutivo dos organismos vegetais e animais, levando mais longe que Bichat o atomismo associacionista e a análise das formas elementares dos organismos. Todavia, a explicação que davam sobre a origem das células e sobre as relações entre a estrutura e a vida era, cientificamente, obscura e metafísica: afirmavam que a célula era espontaneamente gerada (*generatio aequivoca*) pela «cristalização» dum protoplasma primitivo e indiferenciado. Ora coube a Virchow — sobretudo através da sua *Patologia Celular* (1858) com a qual procurou dar uma explicação positiva de toda a Anatomia — não só esclarecer os equívocos da teoria celular de Schleiden e Schwann, dando-lhe uma rigorosa e positiva constituição morfológica, mas arvorá-la em paradigma duma *Weltanschauung*³⁶. Através da investigação experimental, o biólogo e patologista alemão descobriu não só que a célula era o elemento morfo-fisiológico, fundamental e irredutível, do organismo mas também que a multiplicação celular se fazia por divisão — *omnis cellula e cellula*³⁷ — e não por geração espontânea, a partir dum blastema

³⁵ Uma edição francesa deste manual (*Éléments d'histologie humaine*, trad. de Marc Sée, Paris: Victor Masson et Fils, 1868) encontra-se no Instituto de Histologia da Faculdade de Medicina do Porto.

³⁶ É o que se depreende do fragmento duma carta que enviou a seu pai que, a seguir, reproduzimos: «Quero alcançar um conhecimento omnímodo da natureza, desde a divindade até à pedra» (Apud AA.VV., *Caminos abiertos por Santiago Ramón y Cajal*, Madrid: Editorial Hernando, 1977, p. 102).

³⁷ R. Virchow, *Disease, Life and Man*, selected essays translated and with introduction by Lelland J. Rather, Stanford: Stanford University Press, 1971, p. 88.

indiferenciado (aqui estava a resposta à questão deixada em aberto por Kölliker). Importantes consequências filosóficas retirou Virchow das suas conclusões experimentais: em primeiro lugar, a incognoscibilidade da realidade *em si*, visto que a natureza não oferecia quaisquer indivíduos absolutos, quaisquer átomos orgânicos — tudo nela era divisível; em segundo lugar, a relatividade e fenomenalidade do conhecimento científico dos seres vivos, cujo conhecimento nouménico passava a ser uma veleidade metafísica; em terceiro lugar, a negação da criação *ab initio* e a concepção da vida como a expressão duma soma de fenómenos físico-químicos sujeitos às leis da mecânica geral³⁸. Em resumo: o princípio de Virchow impunha a renúncia ao conhecimento absoluto, defendia o relativismo gnoseológico e científico, afirmava que tudo o que a ciência nos podia dar a saber acerca da vida se limitava às substâncias químicas e às leis da mecânica celular, ainda que uma explicação mecanicista da vida não implicasse, necessariamente, uma filosofia materialista, visto que — como ele próprio advertia — todo o conhecimento empírico era sempre incompleto e fragmentário³⁹.

Quanto à segunda ordem de razões — intimamente relacionada com a anterior como veremos — está toda ela contida na *Lição Inaugural* das aulas de Histologia, por Abel Salazar, o ano lectivo de 1916-1917, cujo tema foi a «A orientação filosófica da histologia moderna e seus vícios». Ainda que nela tenha abordado diversas questões (o papel constrangedor e anquilosante do saber compendiado⁴⁰, a natureza instrumental das teorias científicas — opinião a que não é alheia a influência de Poincaré, então bastante conhecido entre os intelectuais portuenses), as relações entre o conhecimento científico e a metafísica à luz das advertências kantianas⁴¹ a possibilidade de aplicação das analogias biológicas aos fenómenos político-sociais⁴², em conformidade com um generalizado organicismo social de índole spenceriana —, a sua atenção centrou-se, fundamentalmente, nos problemas filosóficos da biologia, que no início do presente século ainda se circunscreviam aos problemas da origem da vida, da evolução e da hereditariedade. Porquê estes problemas? Tanto os problemas da «vida» como os da «evolução» e da «hereditariedade» eram, no limiar do século XX, altamente, controversos, verdadeiros «enigmas» da actividade científica normal da histologia, da citologia e da embriologia; a solução do primeiro oscilava entre o mecanicismo e a teleologismo; a solução dos segundos, entre a evolução darwinista e o transformismo lamarckiano. Isto bastava para atrair a atenção dum cientista desafecto da histologia normal mas atraído pelas suas «anomalias»; mas havia também factores externos — um surto

³⁸ Apud A. Albarracín Teulón, *La teoría celular-história de um paradigma*, Madrid: Alianza, Editorial, 1983, p.198. Nesta obra de Teulón encontra-se não só um excelente quadro das fontes de inspiração de Virchow mas também algumas interessantes observações acerca do modo como associou as suas ideias biológicas e políticas (pp. 189-203 e pp. 244-46, respectivamente).

³⁹ R. Virchow, *op. cit.*, p. 108.

⁴⁰ Idem, «A orientação filosófica da histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, n.º 5, p. 320, nota 1 e n.º 6, p. 358. É interessante assinalar a convergência entre Abel Salazar e Thomas Kuhn acerca do papel dos manuais escolares na formação dos paradigmas científicos.

⁴¹ Idem, «A orientação filosófica da histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, n.º 5, pp. 322-323 e n.º 6, p. 347, respectivamente.

⁴² Idem, *ibidem*, n.º 8, pp. 486-87.

filosófico no Porto, a que não eram estranhos mesmo alguns médicos⁴³ e os radicais epistemológicos da sua disciplina — que não eram menos problemáticos nem de menor alcance que a sua prática histológica: a solução do problema da origem da vida era crucial para a definição da biologia que, então, se considerava — por Spencer e Worms, por exemplo — a matriz epistemológica da psicologia (e do problema entre o físico e mental) e da sociologia (e das ciências sociais em geral); por sua vez, o problema da hereditariedade era igualmente fundamental, porque podia estar nela a chave da nossa decadência, da (in)justificação dos privilégios hereditários, questionava a lei biogenética fundamental de Haeckel, a liberdade e o determinismo, a educação do futuro. Não surpreende, portanto, que Abel Salazar se interrogue sobre o paradigma da sua actividade científica, embora esteja consciente de que o seu interrogatório é um exercício científico-filosófico⁴⁴ e, nessa medida, qualquer resposta será falsa⁴⁵, porque esse tipo de interpelações decorria de «*uma forma de ver* o universo»⁴⁶, inerente à subjectividade humana e tinha por base a própria estrutura do nosso cérebro⁴⁷ (daí o seu acordo com Claude Bernard de que havia filosofia em todos os homens e cada um filosofava como Mr. Jourdain fazia prosa — sem o saber⁴⁸). Mas não desvalorizava essas «falsidades» filosóficas estimuladas pela actividade científica. Como ele mesmo sublinhou, as especulações metafísicas *ou* a filosofia (aqui — e não pela última vez — identificadas por Abel Salazar) eram «a lírica das ciências»⁴⁹, isto é, antecipações conjecturais sobre a realidade que se furtava ao controle experimental, o indizível que não devíamos silenciar — ao contrário do que aconselhava, por exemplo, Wittgenstein⁵⁰; portanto, eram «úteis e necessárias para o desentorpecer do embotamento a que tarde ou cedo, fatalmente, (...) levaria o árido acumular e observar de factos e suas leis»⁵¹.

⁴³ Como Júlio de Matos – nesta data já em Lisboa – e Magalhães Lemos, mas também Sampaio Bruno e Basílio Teles e o próprio movimento da *Renascença* que, apesar de ter defluído para o domínio literário e pedagógico, contava, entre os seus membros, gente muito interessada na filosofia – como Leonardo Coimbra, Teixeira Rego, Augusto Martins, Eugénio Aresta, Mendes Correia e Aarão de Lacerda, entre outros.

⁴⁴ Abel Salazar [Inéditos], B.G.U.M.[Biblioteca Geral da Universidade do Minho], misc. n.º 32981, pp. 30-31.

⁴⁵ Idem, «A orientação filosófica da Histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, 3ª série, n.º 4, 1917, p. 212.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ *Ibid.* Note-se que também Ernst Mach era da opinião que os indivíduos na plenitude da sua consciência encontravam em si mesmos *uma visão do mundo* para a qual não tinham contribuído e que cada um recebia como *um dom da natureza* (o sublinhado é nosso) e da civilização (in *La Connaissance et l'Erreur*, trad. de Marcel Dufour, Paris: Ernest Flammarion, 1930, p. 17).

⁴⁸ Claude Bernard, *Philosophie – manuscrit inédit*, texte publié et présenté par Jacques Chavalier, Paris, Boivin et C.^{ie} [1937], pp. 35-36.

⁴⁹ Abel Salazar, «A orientação filosófica da Histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, 3ª série, n.º 4, 1917, p. 214.

⁵⁰ L. Wittgenstein, *Tractatus Lógico-philosophicus*, edição bilingue de Tierno Galván, Madrid: Alianza Editorial, 1973, pp. 202-203 (proposições 6.522, 6.53 e 7.).

⁵¹ Abel Salazar, «A orientação filosófica da histologia moderna, e seus vícios (Lição de Abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», 3ª série, n.º 4, 1917, p. 215.

Se bem entendo Abel Salazar, a subordinação estrita do cientista aos problemas e soluções canónicas da sua especialidade científica não só lhe obnubilavam a dimensão paradigmática da sua actividade como o amarravam a um determinismo que ilaqueava a fonte incondicionada de todo o progresso: a liberdade; esta aparecia como a capacidade subjectiva de ir mais além da experiência possível, experiência que, todavia, ficava, *de facto*, sempre aquém dessa possibilidade. O filosofar aparecia, assim, como uma manifestação da livre actividade criadora do sujeito; como tal, não era algo de substantivo ou substantivável, era uma via e não um resultado, uma actividade aberta e não fechada; por isso, as teorias, não só filosóficas mas também as científicas deviam ser geradas e utilizadas «com a consciência da sua falsidade, da sua impotência, da sua longínqua distância da verdade, olhadas as coisas por uma forma absoluta»⁵², isto é, para Abel Salazar — como para Kuhn — não há sistemas absolutamente verdadeiros e os sistemas científicos não são excepção a esta regra; há, sim, — adverte — «sistemas melhores ou piores, sistemas que se sucedem, se substituem, em bloco, procurando cada vez mais perfeitamente adaptar-se ao complexo dos factos, abranger a totalidade das leis; é a marcha constante para um limite que jamais será atingido»⁵³. A sucessão e substituição dos sistemas nunca deve, pois, colocar-se à margem da possibilidade de verificação empírica, deve circunscrever o seu objecto ao mundo fenoménico (o que não implica a negação do mundo em si mas apenas a constatação da sua incognoscibilidade científica) e a sua revisibilidade é uma decisão do sujeito e não do paradigma em que se inscreve; o que permite concluir que as descobertas científicas não são endógenas a esses paradigmas mas produto de uma descontinuidade onto-gnoseológica que lhe é introduzida por uma variável que lhe é estranha: a especulação filosófica.

Mas não só razões de ordem subjectiva e metafísica determinaram a inquietação de Abel Salazar, histologista, pelo paradigma da sua especialidade; exigiam-na, também, razões de ordem objectiva. Quando o desenvolvimento de uma ciência gera uma soma considerável de factos, quem a cultiva é arrastado quer para o «terreno movediço e perigoso dos *porquês* finais e dos *como* inexplicáveis»⁵⁴ quer para a clarificação e delimitação das suas fronteiras e para uma busca da sua especificidade; assim aconteceu — segundo Abel Salazar — no limiar do século XX, com a histologia⁵⁵. Esta fora, durante longo tempo, uma ciência puramente positiva; todavia, uma progressiva acumulação de factos exigiu, não só a delimitação do seu objecto mas também uma «concepção geral» ou filosofia⁵⁶ ou seja, a especificação da sua «matriz disciplinar» ou «paradigma», cujos problemas e soluções «normais» Abel Salazar discutiu em controvérsia com um «manual» canónico e prestigiado: o *Traité d'Histologie* (1904) de Prenant,

⁵² *Ibid.*, p. 217.

⁵³ *Ibid.*, p. 217.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 214.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 213.

⁵⁶ Segundo um autor francês, contemporâneo de Abel Salazar e cujas obras tiveram entre nós, vincada influência — sobretudo nas escolas médias — a opinião de mestres como Hamelin, Boutroux, Bergson, Fouillé e Rauh (entre outros) era de que a primeira tarefa da filosofia era *pensar a ciência*, de quem se distinguia, por ser «uma investigação do que há de mais geral» (Abel Rey, *La Philosophie Moderne*, Paris: Flammarion, 1927, p. 16 e p. 25).

Bouin e Maillard (ao qual, por comodidade, nos referiremos doravante como o *Tratado* de Prenant). Porque escolheu Abel Salazar o *Tratado* de Prenant? Não foi pela particular aversão que tinha pela sua filosofia; esta — um materialismo mecanicista muito dependente da teoria celular de Virchow — era tido por Abel Salazar como um sistema «mais homogéneo e sólido que o dos vitalistas»⁵⁷. Não foi, portanto, por estar do lado dos adversários do materialismo mecanicista que Abel Salazar elegeu o *Tratado* de Prenant para a sua crítica. A razão foi outra e bem mais simples: a obra de Prenant era um epítome consagrado de histologia — era até aconselhado na Escola Médica portuense — e as suas opiniões faziam autoridade. Criticá-lo, mostrando as suas debilidades teóricas, era uma tarefa a vários títulos meritória: era um convite aos alunos para que ousassem criticar mesmo as fontes mais autorizadas — passo indispensável para a sua emancipação intelectual; um expediente polémico (e de ampla repercussão devido à importância dos interlocutores) para «sublinhar e salientar os vícios de uma sistematização filosófica contraditória e sem coesão»⁵⁸ e, por fim, uma oportunidade para apresentar uma explicação alternativa para os problemas fundamentais da biologia através de uma original análise de tipo psicológico.

Prenant definira o protoplasma como «o substractum dos seres vivos e o agente dos fenómenos vitais»⁵⁹; estabeleceu, assim, uma diferença implícita entre a vida e a sua estrutura físico-química, incorrendo num dualismo contraditório com o seu materialismo unicista⁶⁰. É certo que essa contradição, em parte, era devida às próprias dificuldades inerentes a qualquer definição (que nunca é exaustiva)⁶¹. Mas Prenant agravava essas dificuldades e, conseqüentemente, essa contradição, ao distinguir o protoplasma objectivo do protoplasma *em si*⁶². Efectivamente, o histologista francês ora considerou o protoplasma uma noção biológica objectiva, cuja análise competia

⁵⁷ Abel Salazar, «A orientação filosófica da histologia moderna, e seus vícios (Lição de abertura do Curso de Histologia de 1916-17)», in *Portugal Médico*, 3.ª série n.º 6, 1917, p. 357. Note-se que Virchow em 1897, em Moscovo, expôs o seu testamento científico que se pode sintetizar na defesa do princípio da *continuidade da vida*. Defende aí a continuidade da vida como «dogma de fé» do cientista; para ele não há *origem e fonte da vida*; não pode haver *doença* se não há uma *célula viva*. É preciso que esta exista e prolifere, talvez devido à proliferação de uma bactéria ou qualquer outra causa — *viva*. Semelhante sucessão da vida é o microscópio que a torna visível. Inspirou-se, para a formulação da sua teoria celular, em Schwan, Schleiden e Morgagni (mestre do pensamento anátomo-patológico). Defendeu Pasteur, mas opôs-se a Darwin. A constituição da teoria celular (através dos estudos histo-patológicos de Virchow) não se generalizou até aparecer o uso do microscópio composto de lentes acromáticas a partir de meados do século XIX, ainda que tenha ficado por esclarecer o problema da citogénese.

⁵⁸ *Ibid.*, 3.ª série, n.º 5, 1917, p. 321.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 320. Cf. A. Prenant, P. Bouin e L. Maillard, *Traité d'Histologie*, t. I: *Cytologie générale et spéciale*, Paris: Masson & C.^{ie} Éditeurs, 1904, p. 1.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 320.

⁶¹ *Ibid.*, p. 321. Estas reservas acerca da *definição* terão decorrido dos resultados da sua actividade científica e, talvez, duma certa receptividade ao convencionalismo de H. Poincaré (ver deste, *La Science et L'Hypothèse*, Paris: Flammarion, 1986, pp. 55-56). Anos depois, Abel Salazar retomará esta questão, reconhecendo não só o carácter convencional — ainda que não arbitrário — das definições mas insistindo, inclusivé, na sua precaridade num domínio tão exacto como a matemática (ver *O que é a Arte?*, Coimbra: Arménio Amado Editor, 1940, pp. 9-10).

⁶² Abel Salazar, *art. cit.*, 3.ª série, n.º 6, 1917, p. 352. Cf. com o *Traité* de Prenant, pp. 3-4.

às ciências físico-químicas⁶³ ora o considerou «uma unidade metafísica, que ultrapassava o campo da experiência, e entrava no da imaginação racional»⁶⁴. Incorreu, assim, — segundo Abel Salazar — num «grosseiro erro filosófico»⁶⁵ que, desde há muito, lançara os biólogos em dois campos opostos: o vitalismo e o mecanicismo.

Os vitalistas, admitindo embora que o protoplasma tivesse um conjunto de propriedades comuns à matéria, defendiam que essas propriedades mais não eram do que «modos diferentes de uma mesma e basilar propriedade biológica, a que [chamavam] princípio vital»⁶⁶. Para eles, a molécula vital não se confundia com a molécula química; a primeira, graças à sua proteiformidade, nutria-se, reproduzia-se, desejava, queria, etc., tinha, em suma, na instabilidade, o seu princípio de conservação; a segunda cessava quando terminava a sua actividade atómica. Este dualismo e a exigência de um princípio vital, eterno, imutável e hereditário, subjacente ao plasma somático, provocou — segundo Abel Salazar — algumas cavalgadas imaginativas e romances puros como a teoria de Naegeli que com meia dúzia de micelos, alguns agrupamentos, um gérmen e sôma acreditou resolver os problemas fundamentais da biologia⁶⁷, subestimando não só a complexidade da natureza e as advertências onto-gnoseológicas de Kant, mas alardeando um excesso de confiança na ciência, próprio de certos cientistas ingênuos e *bavadeurs*⁶⁸. Os mecanicistas, por sua vez, «negavam a existência de propriedades específicas do protoplasma, negavam a contractilidade, a sensibilidade, como funções de essência superior, pairando acima da matéria; o vitalismo resumia-se, para eles, na tradução mística de simples fenómenos físico-químicos»⁶⁹; as diferenças entre a matéria inorganizada e os organismos residia — em sua opinião — apenas no grau de complexidade e nos factores exógenos que a determinavam, sendo a vida uma actividade físico-química que não repelia, não desejava, nem precisava dos cognomes místicos com que a etiquetavam os vitalistas⁷⁰.

Ora, segundo Abel Salazar, tanto o vitalismo como o mecanicismo eram, epistemologicamente, frágeis. O vitalismo reduzia-se, na verdade, a uma verborreia, aparecendo «mais como questão de fé, de crença, do que como uma concepção baseada em sólidas razões»⁷¹. O mecanicismo, por seu turno, — que, segundo Abel Salazar, «nos moe o ouvido com a sua eterna, monótona e estafada área das moléculas, com as quais tudo explica, a começar pelo impossível»⁷² — não fica muito longe dos seus

⁶³ *Ibid.*, 3.^a série, n.º 5, 1917, pp. 321-22.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 321. O histologista francês — ao contrário do que afirma Abel Salazar — não hesita entre uma concepção metafísica e físico-química da vida; discute ambas, é certo, mas opta, inequivocamente, pela segunda ainda que o faça em termos contraditórios (Ver o supracit. *Traité*, pp. 2-4).

⁶⁵ Abel Salazar, *art. cit.*, n.º 5, p. 322.

⁶⁶ *Ibid.*, pp. 323-24.

⁶⁷ Abel Salazar, *art. cit.*, n.º 6, pp. 345-347. Também Prenant tinha afirmado que o micromerismo morfológico tinha sido levado por Naegeli «até à fantasia» e ao «domínio do fantástico» (*Traité* supracit., pp. 22-23).

⁶⁸ *Idem*, *art. cit.*, 3.^a série, n.º 6, 1917, p. 347.

⁶⁹ *Idem*, *art. cit.*, 3.^a série, n.º 5, 1917, p. 324.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 325.

⁷¹ *Idem*, *art. cit.*, 3.^a série, n.º 5, 1917, pp. 324; *idem*, *ibidem*, 3.^a série, n.º 6, 1917, p. 347.

⁷² *Idem*, *art. cit.*, n.º 6, p. 347.

antagonistas «em vacuidade, e na incompreensão lamentável dos fenómenos biológicos»⁷³. As provas experimentais que o mecanicismo apresentava a favor da sua tese eram — para Abel Salazar — inconcludentes e o argumento invocado para o desaparecimento futuro do que presentemente se ignorava — o progresso incessante da experiência — não colhia junto da histologista portuense para quem, nem o futuro estava, necessariamente, contido nos resultados das experiências presentes (sob pena de deixar de ser a incógnita que era), nem «a engrenagem lógica de um sistema, (...) significava por forma alguma a sua verossimilhança»⁷⁴. Na maneira de ver de Abel Salazar uma teoria, logicamente, verdadeira não tinha, pois, necessariamente, uma correspondência empírica. Por outro lado, o mecanicismo defrontava-se, ainda, com um outro obstáculo, até ao presente intransponível, para o qual já Abel Salazar chamara a atenção nas suas investigações passadas sobre os lobos cerebrais: a irredutibilidade de Tyndall, ou seja, a irredutibilidade dos fenómenos de consciência aos fenómenos físicos⁷⁵. O mecanicismo era, portanto, um «positivismo coxo», embora fosse um sistema «mais homogéneo e sólido do que os dos vitalistas»⁷⁶. Um e outro, porém, erravam porque eram reducionistas e, sobretudo, utilizavam, abusivamente, o raciocínio analógico⁷⁷; isto era flagrante, por exemplo, na já citada teoria dos micelos de Naegeli mas também no monismo materialista e mecanicista que utilizava a teoria atómica como se fosse uma realidade física e não como realmente era — uma «ficção científica, suposta representação e símile de coisas e factos na sua essência inabordáveis»⁷⁸.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ *Ibid.*, p. 357.

⁷⁵ *Idem, art. cit.*, 3.^a série, n.º 5, 1917, pp. 326-27.

⁷⁶ *Idem, art. cit.*, n.º 6, pp. 351 e 357.

⁷⁷ *Ibid.*, pp. 348-350.

⁷⁸ *Idem, art. cit.*, 3.^a série, n.º 8, 1917, p. 479; opinião afim já manifestada neste mesmo *art.*, n.º 6, p. 350. Que fontes terão inspirado Abel Salazar nesta sua concepção instrumental da teoria atómica? Não sabemos. No início do século actual já circulavam frequentemente, entre nós, obras de Poincaré, J.B. Stallo, Arthur Hannequin e Karl Pearson que negavam a existência real dos átomos e lhe atribuíam um carácter simplesmente conceptual e heurístico. Stallo, por exemplo, em *La matière et la physique moderne* (trad. de C. Friedel, Paris: Félix Alcan, 1884, p. 74), depois de mostrar a insuficiência da teoria atómica, reconheceu-lhe, contudo, um interesse instrumental dado que ajudava a representar as fases de transformação química e física mediante um progresso gráfico. Por sua vez, para Hannequin, no *Essai critique sur l'hypothèse des atomes dans la science contemporaine* (Paris: G. Masson, Editeur, 1895, p. 410 e pp. 143-144), «o átomo não é senão o objecto de um conceito», uma construção, útil e redutora, do entendimento, incorrendo numa grosseira ilusão todo aquele que nele pretenda ver não só o elemento absoluto do real mas o elemento último e incondicional – no sentido nouménico – das séries regressivas do complexo ao elementar. Para Karl Pearson, na sua conhecida obra *La Grammaire de la Science Physique*, (trad. de Lucien March, Paris: Librairie Félix Alcan, 1912, p. 393), tanto o conceito de átomo como o de partícula devem ser utilizados não porque correspondam a algo *em si* mas porque permitem vincular uma classe de fenómenos a um elevado e uniforme grau de exactidão, tanto na sua descrição como na sua previsão e, portanto, são uma simplificação para as nossas ideias e uma economia para o pensamento. Mesmo Louis Büchner, um autor tão lido entre nós nos fins do século passado e tão suspeito de materialismo primário, disse: «a palavra átomo não serve senão para exprimir uma noção convencional, ainda que indispensável, que atribuímos à matéria; mas é impossível fazermos uma ideia exacta da coisa que se chama átomo; nada sabemos da sua espessura, da sua forma, da sua posição, etc. Ninguém o viu» (in *Force et matière*, 2^{ème} éd., trad. de A. Gros-Claude, Paris: C. Reinwald, 1865, p. 24). Tudo isto me parece suficiente para ser levado a crer

Mas sobre um outro problema se dividiram os vitalistas e mecanicistas: a hereditari-
tariedade. Os primeiros afirmaram-se partidários da *especificidade celular* ou teoria
organogénica do gérmen, defendendo que este já continha — virtualmente ou de
forma pré-estabelecida — o organismo futuro, constituindo cada parte do «ovo» uma
parte determinada do futuro indivíduo⁷⁹; os factores exógenos — para estes partidá-
rios da teoria anisotrópica do ovo — apenas serviam para desenvolver e individualizar
uma preformação de capacidades inatas; os segundos estavam, porém, longe de pensar
desta maneira. Partidários da *indiferença celular* afirmavam que não só o protoplasma
do ovo era isotropo, não contendo em si, em esboço, qualquer organismo pré-forma-
do como invocavam, contra a pretensa especificidade dos folhetos, os fenómenos
heteroblásticos; a forma e a estrutura das células — em sua opinião — eram puras
determinações da função, sendo esta — por sua vez — uma simples determinação
quer da posição ocupada pela célula no organismo quer das influências exercidas sobre
ela por agentes externos⁸⁰. Ora, uma vez mais — segundo Abel Salazar — a razão não
assistia, por inteiro, a nenhuma das partes, pois existiam actos experimentais que
contradiam quer a anisotropia do ovo e a especificidade dos folhetos blastodérmicos
mas que excluíam, também, a possibilidade de uma especificidade celular nos órgãos
adultos (tais eram a regeneração do cristalino, da larva do Tritão pela retina, a forma-
ção de uma placenta extra-uterina na cavidade abdominal, etc)⁸¹. O indivíduo não
era, portanto, um efeito exclusivo da pré-formação ou de factores mesológicos mas,
sim, de factores endógenos, hereditariamente transmissíveis e de factores exógenos
que os influenciavam. A verdade não estava, pois, na exclusão unilateral de qualquer
dos termos mas numa certa relação entre eles, que nos é explicada por Abel Salazar
através de uma analogia social extremamente interessante pela sua submissão aos câ-
nones frenológicos mas também pelas preciosas indicações que nos dá sobre as suas
concepções sociais: «todo o homem nasce com tendências inatas para desempenhar
na sociedade um determinado papel; força-o a isso a sua orientação, a sua própria
estrutura moral ou mental; (...) Podemos assim dizer que o homem possui uma es-
pecificidade, mas essa especificidade é relativa, porque, muito embora o determine a
orientar-se sob determinada forma, não o impede de produzir, em circunstâncias
dadas, uma obra para que se diria não ter sido destinado. Assim, as suas aptidões e
qualidades específicas, não possuem um carácter de exclusivismo, mas de simples
hegemonia; elas sobrepõem-se, na ordem natural das coisas, sobre o grupo das restan-
tes aptidões que nele jazem habitualmente latentes, aflorando apenas quando as
circunstâncias o exigem. Qualquer coisa de idêntico se pode supor quanto à célula»⁸².

Identificado e descritos os problemas fundamentais da biologia filosófica (paradigma
da histologia e da citologia), como eram, canonicamente, encarados e resolvidos pela
comunidade científica, Abel Salazar passou a examiná-las do seu ponto de vista.

que a concepção atómica de Abel Salazar não dissentia da que era corrente entre a comunidade científica do seu tempo.

⁷⁹ Idem, *art. cit.*, 3.^a série, n.º 6, 1917, p. 354.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 355.

⁸¹ *Ibid.* Uma exposição das razões que podem assistir aos partidários da anisotropia e da isotropia do ovo é efectuada por Abel Salazar neste mesmo *art.*, n.º 8, pp. 480-83.

⁸² Idem, *art. cit.*, 3.^a série, n.º 8, 1917, pp. 486-87.

Distintamente dos seus confrades que invocaram os resultados da experimentação para justificar as suas teorias mecanicistas e vitalistas, remediando as incógnitas com extrapolações abusivas ou enteléquias metafísicas, Abel Salazar optou «pela análise experimental da sua génese psicológica»⁸³, isto é, optou por uma análise centrada na psicogénese desses conceitos e não na sua realidade empírica; porquê? Abel Salazar era um investigador de laboratório, sabia bem que uma acumulação de factos — só por si — não constituía ciência; por outro lado, conhecia a «revolução copernicana» imposta por Kant à teoria do conhecimento; sabia, portanto, que não era só graças às teorias que os factos se tornavam científicos mas que essas teorias eram uma «ficção» subjectiva, símile de uma presumida e inacessível realidade *em si*; o vitalismo e o mecanicismo só ingenuamente, portanto, podiam ser avaliados apenas pelos factos; a sua verdadeira explicação estava na fiscalização do modo como os concebia o sujeito; di-lo, inequivocamente: toda a filosofia, e toda a ciência não são mais do que construções do nosso espírito e (...) mesmo as ciências mais positivas são constituídas por factos vistos através de uma mentalidade; (...). Somos, pois forçados à fiscalização do órgão construtor, e essa fiscalização trazer-nos-á muitas vezes a chave de certas irredutibilidades e antagonismos habitualmente objectivados, erroneamente, e que, no entanto, só em nós são existentes»⁸⁴. O vitalismo e o mecanicismo eram, precisamente, um desses casos de «antagonismo psicológico»⁸⁵; um antagonismo similar àquele que — segundo Taine, Lewes, Spencer e Ribot — subjazia ao antagonismo psicofísico: os aspectos subjectivo e objectivo de um *mesmo* fenómeno. Resolvê-lo, exigia: 1.º — uma análise retrospectiva da psicogénese do conceito de vida; 2.º — uma análise da sua bipolarização em subjectivo e objectivo.

Abel Salazar explica-nos, como se segue, a formação desse antagonismo: «a experiência mostra, (...) que a noção da vida anda, indissolavelmente, ligada à ideia de movimento; mas nem tudo o que possui movimento determina em nós a ideia de vida (...). A noção de vida anda estreitamente ligada (...) a uma espécie particular de movimentos, produzindo-se em circunstâncias determinadas. Essa espécie particular de movimentos, é o movimento *espontâneo e livre*; ora a espontaneidade e a liberdade de movimentos, acarretando, como consequência forçada, a ausência de determinação para esse movimento, fazendo dele uma criação absoluta, uma espécie de geração espontânea, não é admissível pela razão. No entanto a ideia existe, e esta irredutibilidade entre a percepção, entre a ideia que no espírito se gera, e a negação que a razão lhe opõe necessita de uma explicação; — e essa é a seguinte: (...) todo o movimento é percebido e julgado espontâneo e livre quando ignoramos os seus determinantes e lhe não podemos prever, no instante t , a sequência, de forma, direcção e intensidade no instante tI , imediatamente sequente. É esse desconhecimento que gera em nós a ideia de vida. *Vida* é pois, psicologicamente, um movimento livre, espontâneo; racionalmente, um movimento indeterminado, melhor dizendo, um movimento a que não conhecemos determinação»⁸⁶. Em qualquer dos casos, a vida é movimento como já o tinham

⁸³ Idem, *art. cit.*, 3.ª série, n.º 7, 1917, p. 428.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 430.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *Ibid.*, p. 428.

assinalado (e cada um a seu modo, tinham tentado demonstrar), Virchow, Haeckel, Büchner, Herzen, Loeb e, sobretudo, Le Dantec; um movimento livre e espontâneo quando nos é dado na percepção; um movimento determinado quando o racionalizamos, porque «a necessidade de estabelecer aos efeitos uma causa, é uma consequência forçada da própria estrutura do órgão pensante»⁸⁷. Mas se esta causalidade é necessária não somos arrastados, em última instância, a postular uma causa última, livre e incondicionada, para os fenómenos vitais, caindo assim na mesma ilusão metafísica da percepção? A resposta de Abel Salazar é peremptória: supor uma causa aos efeitos, isto é, uma causa eficiente, não autoriza a especular sobre a sua causa última cuja existência ignoramos por completo⁸⁸. Contudo, é ao carácter incondicionado do movimento que, geralmente, se associa a especificidade vital; isso é claro, por exemplo, quando a experiência relativamente aos movimentos do objecto X (cuja determinação se ignora) lhe descobre as variáveis determinantes, de tal modo que é possível prever e antecipar os seus movimentos e trajectórias; então, a sensação de vida relativamente ao objecto X desaparece e o objecto que parecia vivo passa a autómato — foi o que se passou com a amíba⁸⁹. Esta é a maneira de ver do senso comum e de uma concepção metafísica da vida; mas não a única. A identificação racional das variáveis físico-químicas dos movimentos biológicos não aniquila a vida; o que nos dá é uma outra forma de a ver. Formas de ver certas categorias de fenómenos — eis o que são o vitalismo e o mecanicismo⁹⁰; longe de se contradizerem, completam-se, residindo a sua diferença no órgão construtor e não no objecto. É-se vitalista ou mecanicista pelo modo como se conhece e não pelo que se conhece; num feliz símile, Abel Salazar ilustra essa distinção e complementaridade: «entre as formas viciadas de ver os objectos, uma há a que chamamos perspectiva; a perspectiva não possui uma realidade objectiva; a sua existência é puramente subjectiva. Qualquer que seja o conhecimento racional ou experimental que possuamos dos objectos, jamais podemos libertar-nos de os ver através de uma forma especial de os conhecer, pois tal é uma determinação forçada da estrutura do nosso órgão visual e mental; assim, quando em frente de mim se desenrola um longo muro cujos bordos se aproximam com a distância, eu sei, porque a experiência me ensinou, que tal muro não possui por forma alguma os seus bordos caminhando um para o outro em linhas convergentes; eu sei, em resumo, que essa forma porque ele se me apresenta, não possui realidade objectiva; — no entanto, muito embora eu o saiba, muito embora eu o possa verificar, sempre e quando queira por uma experiência racional, jamais poderei deixar de vê-los através dessa forma subjectiva porque ele se me apresenta, isto é, em perspectiva. Posto isto imaginemos que duas seitas se formavam, disputando sobre o fenómeno; uma, teimando em desleixar o estudo experimental e positivo do muro, fazia convergir toda a sua atenção sobre o facto subjectivo, sobre a forma como ele nos aparece, e, erro fundamental, procura ver num facto, que é puramente subjectivo, um fenómeno objectivo, inerente ao muro, e como tal estudá-lo; *esse será o erro vitalista*; outra, teimando em mostrar-nos,

⁸⁷ *Ibid.*, 3.ª série, n.º 8, 1917, p. 482.

⁸⁸ *Ibid.*, 3.ª série, n.º 7, 1917, p. 429.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ *Ibid.*, p. 430.

pela experiência, que os bordos do muro jamais se encontrarão, teimando em demonstrar-nos que eles são paralelos, negará a forma especial pela qual o vemos, negará a existência da perspectiva, caindo assim no fundamental erro de negar a existência deste facto subjectivamente real: a existência de uma perspectiva; — e *esse será o erro mecanicista*»⁹¹. Nem o vitalismo nem o mecanicismo se dão conta, portanto, da índole subjectiva das suas teorias: o primeiro julga como predicado objectivo da vida o que não passa de uma maneira de a ver; o segundo, em nome da experimentação, nega a subjectiva da vida como sendo uma ilusão. Por isso, o vitalismo, embora reconhecendo o carácter físico-químico do protoplasma, acrescenta que este possui um *quid* que lhe é irreduzível e o transcende; o mesmo não diz o mecanicismo para quem esse *quid* é uma entidade, empiricamente inverificável e, conseqüentemente, metafísica. Um e outro — segundo Abel Salazar — caem num grave erro: o vitalismo julga como *essência* objectiva da vida o que não passa de uma mera perspectiva acerca dela; o mecanicismo, por sua vez, procura reduzir a vida a *factos* físico-químicos, ignorando — deliberadamente ou não — que não há factos «puros», que todos os factos estão inquinados de teoria — são construções da razão. O vitalismo e o mecanicismo não são, portanto, na realidade, antagónicos, mas maneiras distintas e complementares, ainda que irreduzíveis, de ver uma certa classe de fenómenos cuja realidade *em si* é uma incógnita — não só hoje, mas sempre⁹². A *vida* é o resultado da conjugação dessas duas maneiras de ver; Abel Salazar deu, até, um nome a esse «precipitado»: *força biológica*⁹³. Mas a força de Abel Salazar não é um conceito substancial; usa-a no sentido da física: uma designação simbólica para exprimir as relações entre os fenómenos no espaço e no tempo⁹⁴. É, então, a sua realidade meramente convencional? Nem a resposta afirmativa poderá ser provada nem o poderá ser a asserção contrária, «mas assim como na física tudo se passa como se ela existisse, assim em biologia ela será o determinante hipotético dos fenómenos biológicos»⁹⁵.

⁹¹ *Ibid.*, p. 431.

⁹² *Ibid.*, p. 433.

⁹³ *Ibid.*, 3.^a série, n.º 8, 1917, p. 438.

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ *Ibid.* Note-se, desde já, que não foi esta a única vez que Abel Salazar tratou do problema da origem da vida. Retomou-o posteriormente, em diversas ocasiões; provavelmente convicto da influência decisiva que teria sobre a fundamentação duma sociologia e política positivas. No entanto, a argumentação que veio a utilizar em prol dos seus pontos de pontos não revogou a que apresenta em 1916-17; pode mesmo dizer-se que quanto ao problema da origem da vida a sua atitude fica definida nesta data, limitando-se as achegas posteriores a reforçá-la. No início de 1935, o histologista portuense reiterava a sua já conhecida opinião acerca do problema da origem da vida: esta tinha dois aspectos, psicossomaticamente, condicionados — um subjectivo, outro objectivo — que só, unilateralmente, se podiam excluir um ao outro; ora tanto o vitalismo como o mecanicismo tinham incorrido nesta exclusão unilateral, dando por resolvido, à sua maneira, um problema prévio ainda insólvel — a irreduzibilidade de Tyndall — arvorando-se, assim, em soluções absolutas e, conseqüentemente, arbitrárias e metafísicas (in «Mecanismo e Vitalismo», *Germen*, n.º 1, 1935, p. 35 e pp. 37-40). Ainda neste ano de 1935, Abel Salazar introduziu um argumento novo na sua teoria. Recorrendo a Moritz Schlick, filósofo do Circulo de Viena que começara a divulgar entre nós, dirá que, sendo o sentido de uma proposição solidário da sua verificação, qualquer teoria acerca da vida só terá sentido se for redutível a enunciados de observação empírica. Ora, como o conceito subjectivo de vida é, segundo Abel Salazar, inexplicitável e irreduzível é, logicamente, um conceito desprovido de sentido, o

Como podemos verificar por este longa incursão sobre a actividade histológica de Abel Salazar, este não se afastou, na sua prática científica, da matriz disciplinar dos seus colegas pertencentes à mesma comunidade científica. Partiu de uma certa *tradição*, cujo conhecimento especializado lhe proporcionou a condição de «histologista» e de pertença a uma comunidade científica (competência que nada tinha a ver a falsidade ou verdade das teorias da sua disciplina, mas sim com a sua coerência relativamente ao paradigma donde foram deduzidas). É verdade que Abel Salazar se apercebeu que a Histologia — não enquanto ciência meramente descritiva, mas na sua intersecção com a Citologia e a Embriologia — suscitava vários problemas, e não poucos «enigmas» convergentes com interesses internos à sua actividade científica,

que não acontece com o conceito objectivo de vida que sendo redutível a uma síntese físico-química é, empiricamente, verificável e, portanto, um conceito provido de significado científico. Não implica isto, segundo Abel Salazar, a aniquilação do vitalismo. Não tendo sentido lógico tem, no entanto, um sentido psicológico, isto é, é uma *crença* decorrente da própria consciência do homem como existência e da qual não podemos prescindir como a não podemos provar experimentalmente (in «Mecanicismo e Vitalismo», *Germen*, n.º 5, 1936, pp. 40-42). Em 1939, retoma, de novo, a questão do vitalismo e do mecanicismo; fá-lo, porém, para assinalar a descoberta da cristalização dos ultra-vírus por Stanley que, em sua opinião, dava «um golpe fatal» no vitalismo, pondo, enfim, termo ao antagonismo entre a vida e a matéria. A opinião corrente, na comunidade científica, era que o estado cristalino era incompatível com a vida. Ora Stanley provara o contrário. Portanto, das duas uma, segundo Abel Salazar: «ou o estado cristalino é característico da matéria inerte; e então a virulência, a mutação, a multiplicação, a especificidade, o poder antigénico, e outras propriedades biológicas dos ultra-vírus são propriedades da matéria inerte. Ou o estado cristalino não é característica fundamental da matéria inerte e desaparece assim a distinção fundamental entre a vida e não-vida». Na primeira hipótese, segundo Abel Salazar, a matéria aparece-nos dotada de propriedades biológicas; na segunda hipótese, aparece-nos a substância viva dotada de propriedades até então consideradas como a barreira entre o mundo material e a vida; de qualquer modo, tanto numa como noutra hipótese a diferença fundamental entre a vida e a matéria desaparece. Esta continuidade entre os dois mundos parece ser confirmada — ainda segundo Abel Salazar — pela microfísica de Niels Bohr; continuidade que todavia, não poria fim à «ilusão» psicológica do vitalismo nem à função subjectiva que preenche (in «Vida e Matéria — uma descoberta sensacional», *O Diabo*, 3.6.1939, p. 3). No mês seguinte e neste mesmo periódico, num comentário crítico ao neo-vitalismo de Hans Driesch põe já, implicitamente, algumas reservas às ilações que pouco antes tirara da descoberta de Stanley. Embora rejeitando, severamente, qualquer tipo de neo-vitalismo — que tinha na conta de verborreias mascaradas de suposta base experimental — advertiu, no entanto, para a irredutibilidade mútua das facetas objectiva e subjectiva da vida, acrescentando que a eliminação absoluta desta última faceta retiraria à vida o seu conteúdo fundamental (in «Movimento de Ideias», *O Diabo*, 15.7.1939, p. 3). Ainda neste mesmo ano reiteraria esta mesma opinião: o *biogène* de Verworn, a *enteléquia* de Driesch, o *élan vital* de Bergson e o *horme* de von Monakow, entre outros, não passavam de invenções sem qualquer base experimental fiável, apresentadas para explicar a especificidade dum fenómeno cuja explicação nos escapava; a vida não era susceptível duma solução monista porque tanto a solução objectiva (construída) como a solução subjectiva (vivida) são partes intrínsecas da sua definição («A posição actual do vitalismo e do mecanicismo», in *O Diabo*, 18.11.1939, p. 3). Finalmente já depois de 1940, ou seja, depois de reintegrado no magistério universitário, voltou a tratar do problema da vida, para nos dizer, uma vez mais, o que já afirmara antes: que a noção da vida era «oriunda duma instituição fundamental, inexplicitável, um acto imediato de consciência», decorrente duma tendência natural do espírito humano; o vitalismo surgira da transformação dessa instituição num pseudo-conceito e a sua persistência explicava-se pela impossibilidade de extirparmos da ciência a raiz intuitiva da vida; a «substância viva», considerada na acepção metafísica, não tinha pois — segundo Abel Salazar — qualquer significado científico; poder-se-ia tolerar como rótulo geral duma categoria de fenómenos com determinadas características objectivas, mas esvaziando-o do seu conteúdo essencialista (in *Hematologia — ideias e factos novos*, Porto, Portucalense Editora, 1944, pp. 13-15).

mas, sobretudo, extrínsecos a ela, dado que mexiam com problemas, na época, tão relevantes como a origem da vida, a evolução e a hereditariedade. Por isso os atacou, à luz de um manual prestigiado — o de Prenant — denunciando as insuficiências e as incoerências das soluções nele consagradas, corrigindo a sua unilateralidade e lacunas com conhecimentos actualizados e, inclusivé, apresentando soluções alternativas. A meu ver, as suas soluções eram mais adequadas à realidade, explicavam-na mais e melhor, do que aquelas que criticou. Mas não vingaram. Assentavam num critério psicológico e filosófico que não tinha qualquer viabilidade holista. Por isso, ainda que excelente histologista acabou por não ser um histologista revolucionário.

8. A metodologia de Kuhn e a história da história

O que acabamos de mostrar é uma ilustração de como se pode aplicar, com proveito, a metodologia de Kuhn à história das ciências. Mas é aplicável esta metodologia ao estudo da história? As reflexões de Kuhn sobre esta possibilidade são quase residuais e nada relevantes, embora Barry Barnes tenha procurado mostrar como se poderiam utilizar, com proveito, nas ciências sociais⁹⁶.

Kuhn era da opinião — que cria partilhada por muitos — que a história, embora tivesse como objecto os factos do passado, não é uma crónica, ou seja, não é um conjunto de factos ordenados como aconteceram, não é uma *mera* descrição, mas uma estrutura narrativa onde factos e acontecimentos se tornavam compreensíveis⁹⁷. O que significava — e para Kuhn também — que a história era uma actividade que induzia a compreender e por isso devia mostrar não só factos mas também a sua conexão⁹⁸. Era explicativa. Todavia — sublinhou — até ao presente nenhum historiador concebera uma explicação aceitável da natureza dessas conexões, ainda que tivesse havido filósofos — estar-se-ia a referir, especialmente, a Popper e Hempel, ainda que não os nomeasse — que tentaram preencher esse vazio com o chamado «modelo de lei encoberta» (como as malogradas «leis» nomológico-dedutivas) que pressupunha que os acontecimentos descritos pelo historiador eram regidos por leis que podiam ou não, ser, imediatamente, conhecidas mas que, a partir do momento em que o eram, o historiador devia ser capaz de prever os acontecimentos, ainda que essa previsão fosse muito geral e, portanto, não se pudesse chamar, propriamente, uma explicação mas antes — ainda segundo Kuhn — um «esquema explicativo». É evidente que o modelo de «lei encoberta» era de inspiração pró-naturalista. Desde há séculos que seduzia filósofos, historiadores e cientistas. É verdade que o historiador realizava o

⁹⁶ Barry Barnes, *T.S. Kuhn and the Social Sciences*, N.Y. Columbia University Press, 182; para um contraste de Kuhn com Popper ver Félix Ovejero Lucas, «De Popper a Kuhn. Una mirada desde las ciencias sociales», in Salvador López Arnal, Albert Domingo Curto, Pere de la Fuente Collell e Francisco Tauste (ccordenadores), *Popper/Kuhn. Ecos de um debate*, Montesinos, Ediciones de Intervención Cultural, 2003, pp. 121-165.

⁹⁷ Thomas Kuhn, «Las relaciones entre la Historia y la Filosofía de la Ciencia» (1968/1976), in *La tensión esencial. Estudios selectos sobre la tradición y el cambio en el ámbito de la ciencia*, trad. de Roberto Helier, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1983, p. 28. Doravante citada pela sigla *TS*.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 29.

seu trabalho a partir de fontes, de dados obtidos na investigação, como fazia um cientista. E estabelecia relações causais entre os acontecimentos, das quais procurava retirar generalizações. Mas estas generalizações não decorriam, segundo Kuhn, de uma análise indutiva, mas da especulação racional, pelo que nunca podiam ser desmentidas ou confirmadas pela experiência, o que quer dizer que não eram verdadeiras nem falsas, mas metafísicas — como os *corsi* e *ricorsi* de Vico, a crença de Condorcet no progresso como o motor da história, os períodos orgânicos e críticos de Saint-Simon, o binómio autoridade/liberdade de Proudhon, a lei dos três estados de Comte, etc.. Não se podia, pois, falar de «leis» em história⁹⁹ e, nessa medida, o historiador não podia ter a veleidade de fazer previsões; não era nem um cientista social ou um profeta — como assinala. Aliás, não era accidental que, mesmo antes de começar a escrever, o historiador soubesse já o começo e o fim da sua narrativa¹⁰⁰. Kuhn não questionava que houvesse ou pudesse haver leis da conduta social que se pudessem aplicar à história. Mas aquelas que existiam considerava-as tão óbvias quanto duvidosas. Por exemplo: «a fome tende a provocar tumultos». Provavelmente a lei seria válida se se sublinhasse o «tende a», porquanto pode haver fome sem haver tumultos. A aceitação de uma narrativa como histórica não dependia, pois, de leis tão duvidosas como esta. Nem de quaisquer «leis». A capacidade explicativa de uma narrativa histórica — como sublinhou — era de outra ordem, porque os processos do historiador eram distintos dos do filósofo e do cientista: «o historiador não procurava amarrar os acontecimentos a leis e, por via delas, prever e controlar o futuro. O historiador procurava, primeiro que tudo, *reconstruir* o passado, interrogar-se sobre as ideias dos homens desses tempos pretéritos, como chegaram a elas, as suas conseqüências sobre os seus contemporâneos e sucessores, sobre o que nelas lhe parecia incoerente e inconsistente»¹⁰¹. Kuhn não negou que o historiador não tivesse acesso a leis e generalizações, como não disse que as não devia usar quando as tivesse. O que disse foi que, embora muitas leis pudessem acrescentar substância a uma narrativa histórica, não eram essenciais para a sua capacidade explicativa, porque a sua inteligibilidade era de outra natureza.

Como realizar, então, essa reconstrução inteligível do passado sem recurso a «leis»? Segundo Kuhn, a actividade do historiador podia comparar-se à de uma criança que tem um quebra-cabeças para resolver, cujas peças são quadrados (ainda que o historiador tenha — o que não tem a criança — uma série de «dados» ou peças extra que pode vir a utilizar). O enigma posto à criança consistia em levá-la a seleccionar entre todas as peças fornecidas, um conjunto de elementos cuja disposição formasse uma *gestalt* reconhecível e organizada coerentemente; o mesmo se passava com o historiador. Começa por investigar fontes, toma notas, organiza-as e reorganiza-as, tendo em conta um plano geral e uma estrutura narrativa. Mas acontece por vezes — e até frequentemente — que apesar de ter um plano claro da sua obra e todo o material de que precisa, não consegue transitar de um certo ponto a que chegou para o seguinte, nem descobrir o que o obrigou a parar. Tem, pois, de voltar atrás, encontrar outra ou mais

⁹⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, pp. 37-40.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 32.

informação e reescrever de novo, para solucionar o impasse, conectando, por fim, as partes entre si. Este impasse ocorre porque a actividade do historiador é governada por regras que não podem ser violadas (tal como o quebra-cabeças da criança). Nem no quebra-cabeças nem na narrativa histórica pode haver espaços vazios. Nem descontinuidades. Se o quebra-cabeças representa uma cena pastoril, as pernas de um homem não podem estar unidas ao corpo de uma ovelha; tal como numa na narrativa, um tirano não se pode transformar, da noite para o dia, num déspota benevolente. É certo que, para o historiador, há outras regras que não se aplicam à criança. Por exemplo: nenhum dos elementos da narrativa pode violentar os factos que o historiador preferiu omitir da sua história. Além de que a história deve conformar-se com as leis da natureza e com a sociedade que o historiador conhece. A violação destas regras implica a rejeição da narrativa do historiador. Mas tais regras — sublinha Kuhn — apenas limitam, não determinam o resultado do jogo da criança ou da narrativa do historiador. Em ambos os casos, o critério para determinar que o objectivo foi, correctamente, alcançado, consiste no reconhecimento de que as peças encaixam de modo que configuram algo conhecido (ainda que nunca tivesse sido visto). A criança certamente já vira antes fotografias semelhantes à imagem que configurou com as peças do *puzzle*; e o historiador certamente verificou que muitas das suas personagens tinham pautas de conduta semelhantes a outras que já conhecera. Mas essas semelhanças — diz Kuhn — ainda que se possam entender, racionalmente, não são traduzíveis sob a forma de leis. Ele mesmo já o procurara fazer, em vão, recorrendo à informática. E não o são — explica — porque a relação de semelhança «é global», não é redutível — como nas ciências — a um conjunto de critérios prévios mais elementares do que a própria relação de semelhança¹⁰². O que Kuhn está a querer dizer é que a compreensão, em história, decorre da relação global da narrativa e não de cada um dos acontecimentos de *per si*. O «todo» sobrepõe-se a estes, condiciona o seu significado, de tal modo que o historiador, ao rever o seu texto, possa dizer: «agora já sei o que aconteceu», ao mesmo tempo que afirma: «agora isto tem sentido; agora entendo; o que antes era para mim uma lista de factos converteu-se numa pauta reconhecível»¹⁰³. É o método hermenêutico que todos os historiadores, em seu entender, consciente ou inconscientemente, praticam. Não acontece, assim, na ciência. Direi mesmo que quando assim é, a ciência converte-se numa crença perigosa. Assim aconteceu com a generalização do paradigma newtoniano de inteligibilidade da natureza dos fenómenos celestes a domínios tão dispares como a vida mental (Locke), o corpo humano (Hoffmann e Boerhaave), o Direito (Pufendorf), as ciências naturais (Buffon) ou a política (Bentham). Por isso — adverte Kuhn, acertadamente — que enquanto o historiador não escrever a última página, ser-lhe-á impossível ter a certeza de não ter de começar de novo a sua narrativa, quiçá desde o princípio¹⁰⁴. Se a história tem sentido, se é compreensível, não se deve, pois, ao facto de se apoiar em leis gerais mas à confecção retroactiva e recorrente de uma *gestalt*¹⁰⁵, sujeita a certas regras, cujo significado está na memória e não no que os cientistas chamam o «conhecimento».

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 42.

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, pp. 32-33.

¹⁰⁵ Cfr. T. Kuhn, *SRS*, p. 111.

8.1. É aplicável esta metodologia da história das ciências à história da história?

Já vimos que as posições de Kuhn sobre a história são claras. A história não é uma mera narração de factos, mas uma *reconstrução* racional e hermenêutica do passado. Ainda que seja possível estabelecer entre os seus acontecimentos conexões causais, não é possível que essa causalidade conduza a generalizações do tipo de «leis». Não é, pois, científica. E todavia, Kuhn crê que a história explica (anda que não pela aplicação de modelos pró-naturalistas), porque o historiador investiga factos e acontecimentos, organiza-os e reorganiza-os, inscrevendo-os numa «forma» narrativa (no sentido que esta noção tem para a *Gestaltheorie*) segundo certas regras e por ele re-conhecida — graças a uma memória significativa — como semelhante, sob certos aspectos, a outras já vistas.

É possível aplicar esta explicação kuhniana da história aos acontecimentos da história e, em particular, aos da história de Portugal? Tenho dúvidas até que ponto este desiderato será razoável, embora Kuhn não tenha quaisquer pruridos em comparar as revoluções científicas (que são da esfera da física) às revoluções políticas (que são da esfera do social)¹⁰⁶. Por isso a tentação de aplicar a metodologia kuhniana à história, ainda que ousada, não me parece insensata. Para isso servir-me-ei, acrimoniosa e livremente, dos seus contributos quer para a história das ciências que das suas reflexões sobre a história. Pensemos nas noções kuhnianas de «paradigma», «ciência normal», «anomalias» e «revolução científica». Não me parece abusivo considerar que os problemas e soluções com que se depara uma qualquer historiografia, num determinado tempo e espaço — como a historiografia do Estado Novo salazarista — decorram de um paradigma, de uma «matriz disciplinar», cujos problemas e soluções se encontram estabelecidos, sobretudo, nos livros de texto (como o *Compêndio de História de Portugal*, de António Gonçalves Matoso, adoptado como livro único, para o 6.º ano dos Liceus desde a segunda metade da década de 30) e eram ministrados no ensino universitário através dos mestres-historiadores. Era essa a historiografia normal que se ensinava e aquela cuja especialização dava aos seus titulares, competência e autoridade para entrarem numa determinada comunidade «científica». É evidente que essa especialização na historiografia normal não se adquiria, subvertendo a historiografia existente, mas conhecendo bem os problemas que ela elegera e o modo como os solucionara: os factores determinantes da origem da nacionalidade portuguesa, a explicação dada para a crise de 1383-85, o papel quase sobrenatural atribuído a Nun'Álvares Pereira na defesa da independência de Portugal, as causas (sobretudo religiosas) da Expansão portuguesa quinhentista e o papel que nela teve o Infante D. Henrique e a sua dita «Escola de Sagres», a lição de ordem, disciplina e ciência que demos, ao Mundo, com os Descobrimentos, a responsabilidade dos judeus na animosidade popular que lhes era votada, o papel positivo da Inquisição na salvaguarda da unidade nacional (que tinha subjacente a unidade religiosa), o heroísmo patriótico de D. Sebastião, a nefasta acção de Pombal (que tornou a realeza autocrática e intolerante e aniquilou as ordens intermédias), o papel reparador de D. Maria I, o carácter destruidor e negativista das

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, pp. 92-93.

ideias iluministas e afrancesadas, a arrogância, indisciplina e conduta subversiva de Gomes Freire, Grão-mestre da maçonaria, as reformas «abstractas» (e portanto erradas) de Mousinho da Silveira, o sectarismo abominável e subversivo do Partido Republicano (sobretudo por ocasião do *Ultimatum*), a associação dos republicanos ao assassinato de D. Carlos, as perseguições religiosas, políticas, a desorganização da família e a anarquia espalhadas pela I República, o elogio de Sidónio (precursor dos governos de autoridade) e, por fim, a regeneração nacional com o Estado Novo de Oliveira Salazar. Enfim, todos estes problemas/soluções faziam parte da historiografia normal praticada pelos historiadores Estado Novo. Dominantes, é certo, mas não incontroversos. É verdade que aqueles que praticam uma ciência normal — e *mutatis mutandis* o mesmo se pode dizer da historiografia normal — tendem a resolver, até às últimas consequências, os «enigmas» que caracterizam a sua especialidade; o seu objectivo é mostrar a maior adequação à realidade (histórica) do aperfeiçoamento das suas soluções sem subverter o paradigma em que as subsumem. Ora, como diz Kuhn, os enunciados históricos (e é sob esta forma que nos aparecem, também, os seus problemas e soluções) não são susceptíveis de serem refutados ou confirmados pela experiência, o que implica que não são verdadeiros nem falsos. O que agrava as dificuldades quando surgem «anomalias» na suas soluções canónicas. Levar por diante a análise destas anomalias, pode conduzir a soluções heterodoxas e, no limite, a questionar o seu paradigma. Foi o que fizeram, entre outros, Alexandre Herculano, Basílio Teles, Barradas de Carvalho, Vitorino de Magalhães Godinho, António Sérgio, António José Saraiva, Borges Coelho e Borges de Macedo. Pode dizer-se que lhes coube fazer uma revolução historiográfica? São protagonistas de uma mudança de paradigma que se mostra mais coerente quanto às soluções que apresentaram (mais abrangentes e compreensíveis para com os factos) do que aquele que substituíram. Não se trata de quem fala verdade. A historiografia normal praticada durante o Estado Novo foi valiosa enquanto conseguiu resolver os problemas normais derivados do seu paradigma. Mas a prática e aperfeiçoamento dos seus problemas ou «enigmas», a procura dum maior ajustamento à realidade e a reiterada resistência de alguns problemas em serem resolvidos (anomalias) revelou as insuficiências do seu paradigma, e, conseqüentemente, a necessidade de o substituir por um outro sob pena de se agravar o seu *deficit* explicativo. Mas a substituição de um paradigma por outro não quer dizer que os enunciados da historiografia normal, postergados por um novo paradigma sejam falsos (nem verdadeiros); são simplesmente insuficientes; são elementos de um *puzzle* onde passou a haver buracos, que o paradigma alternativo se mostrou capaz de preencher¹⁰⁷. Os valores de verdade/falsidade passam a ser substituídos pelos de «sentido/sem sentido» de «totalidades» narrativas em confronto. Atitude hermenêutica que — convenhamos — não está muito longe do que pensava Kuhn da estrutura, evolução e revolução das ideias científicas.

¹⁰⁷ Cfr. Idem, *ibidem*, p. 147, p. 151 e pp. 157-58.

(Página deixada propositadamente em branco)

PODER PARADIGMÁTICO DA AUTO-REPRESENTAÇÃO:
UM EXEMPLO DO EXERCÍCIO DO PODER BIOGRÁFICO

1. Introdução

Os trabalhos de carácter biográfico acusam sempre um sobressalto narcísico¹. Quando alguém se ocupa da vida de outrem, sente-se obrigado a dizer ao que vem. Há as razões institucionais, ligadas ao projecto que nos acolheu; somam-se, às primeiras, as razões de enquadramento cultural e historiográfico, posto que o autor que analisamos, Egas Moniz², é incontornável a muitos títulos, quer no tocante à história da ciência, quer à história social, política e cultural, mas todo este leque de razões, expresso e óbvio, corresponde apenas àquilo a que foi chamado, na sociologia estrutural-funcionalista, «funções manifestas», tendo, tais termos e conceitos (funções manifestas/funções latentes) sido importados directamente da psicanálise³.

De facto, os excursos biográficos repartem, entre biógrafo e biografado, a notoriedade resultante, sendo que, em boa medida, o biógrafo vai frequentemente à boleia do biografado, beneficiando da notoriedade deste. Nesse sentido, poderemos admitir que a «função latente» do discurso acerca de outrem, se destina, pelo menos em parte, a engrandecer um às expensas do outro ou, pelo menos, a reforçar a identidade de um com base no conhecimento que se adquire e arvora acerca do outro.

Egas Moniz ilustrou este jogo biográfico tomando por objecto figuras da ciência e das humanidades, próximas e afastadas. Dos 34 ensaios de carácter biográfico que recenseámos, publicados entre 1924 e 1955, escolhemos os primeiros três, consagra-

¹ Este texto complementa um anterior conjunto de reflexões em que são questionadas as bases historiográficas de algumas das versões publicadas acerca da vida de Egas Moniz. Ver Correia, Manuel., «Espelho meu. Ilusão biográfica e ideal historiográfico: a construção de Egas Moniz» in *Estudos do Século XX*, n.º 8, 2008, pp. 187-201.

² António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, Médico Neurologista e Professor Universitário, (1874-1955).

³ Pela pena do próprio Merton: «... I have adapted the terms 'manifest' and 'latent' from their use in another context by Freud...» – MERTON, Robert K., *Social Theory and Social Structure*, New York, Free Press, 1957, p. 62.

dos, respectivamente, a Júlio Dinis⁴, ao Abade de Faria⁵, e a Camilo Castelo Branco⁶, publicados em 1924, o 1.º, e, em 1925, os outros dois.

Esta abordagem isola uma das componentes de «poder biográfico», que consiste na selecção e elaboração de versões acerca dos biografados, (perfis e desempenhos), implicando diferenças e semelhanças relativamente a quem assume o lugar do biógrafo. Coloca-se, neste caso, a questão de saber em que medida o género biográfico contribui para consolidar a identidade do biógrafo às expensas da notoriedade do biografado, criando na narrativa biográfica um espaço, mais ou menos pronunciado, para afirmar a identidade do biógrafo, expressa ou implicitamente.

O conceito de «poder biográfico» é aqui trabalhado como descritor das operações, pressupostos e estratégias que explicam a capacidade de influenciar, condicionar ou persuadir coetâneos, contemporâneos e vindouros, ao fornecer uma perspectiva, uma versão ou um padrão interpretativo centrados na vida, na biografia e na importância assumida por quem exerce esse poder. Quer quando fala de si próprio, quer quando fala de outro(s), o enunciador procede a uma significativa selecção de biografemas⁷. A análise comparativa entre biografemas adoptados e biografemas omitidos fornece indicações acerca do sentido que assistiu à selecção.

No caso particular do lugar do biógrafo, o inquérito abrange também as referências expressas e implícitas a si próprio (biógrafo), e ao valor acrescentado que a nota biográfica representa. Logicamente, quanto menos se fala de quem formalmente nos propomos falar, mais de outros e de nós próprios falamos. Chegamos, assim, à prova de consistência biográfica, isto é, ao valor latente do lance biográfico.

Independentemente de terem ou não sido explicitadas as razões da selecção do biografado, há sempre um par de evidências que nos deixam catalogar o interesse do biógrafo. Depois, a leitura pode revelar motivos cuja articulação diverge dos propósitos expressos. Finalmente, feito o balanço, pode concluir-se quais foram as matérias em que o biógrafo mais investiu, que novas revelações trouxe, que conclusões tira ou sugere.

Se adaptarmos a proposição atribuída a Newton de que *se vemos mais longe é porque nos pusemos às cavalitas de gigantes*, — para significar, entre outras coisas, que cada um de nós não parte do zero no conhecimento do mundo, tomando em nosso benefício muito do que antes de nós foi feito, — podemos descortinar, quase sempre, em cada biógrafo, um anão às cavalitas do biografado. A imagem é redutora mas incorpora a hipótese central deste conjunto de reflexões. Abordamos um autor com o intuito de

⁴ MONIZ, Egas. *Júlio Dinis e a sua obra*, Porto, Livraria Civilização, 1946, doravante referido pelas iniciais JDSO.

⁵ MONIZ, Egas. *O Abade Faria na história do Hipnotismo*. Conferência de Lisboa. Ampliada e dividida em capítulos. Publicação da Faculdade de Medicina. I Volume, Lisboa, 1925. Edição Facsimilada da Editorial Vega, Lisboa, S/D, grafado AFHH daqui em diante.

⁶ MONIZ, Egas. «A Necrofilia de Camilo Castelo Branco» in Saavedra Machado (Coord.), *In Memoriam de Camillo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925, que indicarei como NCCB a partir de agora.

⁷ Unidades biográficas elementares, na base das quais se compõe uma biografia, tal como na linguística estrutural se atribui a designação de fonema à menor unidade fonética articulável. Conceito elaborado por Roland Barthes, mencionado pela primeira vez no prefácio do seu livro *Sade, Fourier, Loyola* (BARTHES, *Roland. Sade, Fourier, Loyola*, Paris, Seuil, Collection «Points», 1971, p. 12).

conhecer melhor as suas contribuições, para, de algum modo, as julgarmos, e para tomar lugar nesse novo espaço de significação que se afirma no novo texto.

Tomaremos, para exemplificar, três ensaios de carácter biográfico que Egas Moniz escreveu sobre outras tantas figuras. Primeiro, o texto acerca do Abade Faria (AFHH), que Moniz enaltece pelo papel que teve na história do hipnotismo; depois, Júlio Dinis (JDSO), objecto do mais volumoso ensaio que Egas Moniz escreveu no género; e, finalmente, Camilo Castelo Branco (NCCB), a quem Moniz dedica, desde a 6.^a edição de *A Vida Sexual* (Lisboa, 1923, p. 393), um exercício de questionamento acerca de alegados traços de necrofilia, para depois, quer em *A Vida Sexual*, quer nesta sua contribuição para a obra colectiva *In Memoriam de Camillo*, — comemorativa do centenário do nascimento do autor do *Amor de Perdição* — concluir que não é (bem) disso que se trata.

É por esta altura (meados dos anos 20) que Moniz deixa de publicar quaisquer textos sobre sexualidade e psicanálise, contrariando, inclusivamente, um projecto que consistia em trazer a público uma obra de maior fôlego acerca dessas matérias⁸.

A alguns dos capítulos do nosso trabalho damos maior desenvolvimento na presente edição, esperando completá-los, em breve, com um volume que trazemos entre mãos sobre o Complexo Sexual que é, por assim dizer, o estudo filosófico e clínico da sexualidade que a escola de Sigmund Freud, de Viena, veio tão profundamente modificar⁹.

A manutenção de um tal projecto até, pelo menos, ao início dos anos 30, exclui a explicação geralmente adiantada para Moniz ter «abandonado» a produção científica neste terreno. O facto de se ter concentrado, com êxito, no aperfeiçoamento do método arteriográfico, — que viria a conduzir à Angiografia Cerebral, divulgada internacionalmente a partir de Junho de 1927, — não obstou a que prosseguisse, ao que o próprio afirma, na preparação de uma obra cujo sentido geral nos é revelado. Seria, segundo o próprio autor, o desenvolvimento das teses condensadas em *O Conflito Sexual*. O abandono do projecto que consistiria na publicação da obra tão prometida pelo autor como esperada pelo editor, dá-se, pois, no período de gestação da *psicocirurgia*, cuja investigação experimental se inicia em finais de 1935. É depois de se entregar à conceptualização da *psicocirurgia*, e iniciar a primeira série de leucotomias pré-frontais, que Moniz, sem qualquer justificação conhecida, abandona o projecto que consistiria no aprofundamento de abordagens anteriores, quer ensaísticas quer clínicas, em que adoptou a perspectiva psicanalítica.

Em todo o caso, e para efeitos de articulação entre psicanálise, biografia, psicografia e autobiografia, a invocação do saber psicanalítico concorre para o reforço do

⁸ Faz referência expressa a esse plano na 10.^a edição de *A Vida Sexual*, em 1931. A crer nos propósitos do editor, o projecto já estaria bastante adiantado: «Esperamos agora do Sr. Professor Egas Moniz o cumprimento de uma promessa que nos foi feita e para a qual, sabêmo-lo bem, tem amalhado muito material. É indispensável que o brilhante clínico complete esta série de estudos com o anunciado volume O Complexo Sexual.» Advertência do Editor in Moniz, Egas. *A Vida Sexual*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1932.

⁹ Ob. Cit., pp. XX e XI. Em pé de página, Moniz acrescenta que «(...) o Conflito Sexual – que corre impresso e que é uma condensação do trabalho de maior fôlego que pretendemos dar à estampa.»

«poder biográfico». Destina-se a descortinar, na história emocional e nas manifestações da sexualidade do biografado, um perfil explicativo das suas orientações, opções e destinos, de acordo com o padrão estabelecido com o ensaio de Freud sobre Leonardo da Vinci¹⁰.

Relativamente ao partido que Egas Moniz poderia ter tirado desse valor acrescentado que os saberes da psicanálise conferem ao poder biográfico, parece ter ficado pelo princípio, como argumentaremos a seguir. Foi pouco depois de ter iniciado a fase de produção de notas de carácter biográfico que Moniz abandonou o modelo de análise desenvolvido por Freud.

2. O Abade Faria: hipnotismo, ciência, psiquiatria e poder

O interesse de Moniz pelo hipnotismo mantém-se praticamente inalterado desde que lhe dedicou um primeiro escrito, em 1914¹¹, até, pelo menos, 1945, quando é convidado a discursar na cerimónia de homenagem prestada ao abade goense¹². Pelo meio, em 1925, Egas Moniz dá à estampa um estudo predominantemente biográfico acerca do Abade Faria (1756-1818), — «O Abade Faria na história do Hipnotismo»¹³.

O hipnotismo (o sonambulismo ou *sono lúcido*, como lhe chamou o Abade Faria) constituía, ao tempo, um fenómeno na fronteira dos saberes místicos, (incluindo as correntes espíritas), com os conhecimentos médicos e científicos. Fora objecto de várias obras orientadas para a descrição e racionalizada da sua natureza e efeitos. Lombroso (que Moniz lia e citava) dedicou a este assunto uma série de observações reunidas num volume publicado em 1911. Aí analisou as correlações entre as práticas espíritas e o fenómeno hipnótico, sem, no entanto, eliminar radicalmente os postulados do magnetismo *mesmeriano*¹⁴. O assunto revestia várias dificuldades de abordagem. Debatia-se, no plano médico-legal, a legitimidade do seu uso na investigação criminal, e colocava-se, mesmo, a questão de saber se o resultado dos interrogatórios a suspeitos hipnotizados deveria ou não ser considerado suficientemente fiável e probatório.

Tendo adoptado o método hipnótico como técnica auxiliar, quer de diagnóstico, quer de terapêutica, e sendo frequentemente solicitado a produzir pareceres médico-legais, Moniz veio a terreiro para pôr os pontos nos iis a esse respeito, em 1914, no artigo atrás referido. Já nesse texto se alude que o Abade Faria, no entendimento de um dos seus mais notáveis biógrafos, — Dalgado¹⁵ — desempenhou, na história do

¹⁰ FREUD, Sigmund. *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*, Lisboa, Relógio d'Água, 2007.

¹¹ MONIZ, Egas. «As novas ideias sobre o Hipnotismo. Aspectos médico-legais». *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. III, n.º 4, Separata de 14 pp, Lisboa, 1914.

¹² MONIZ, Egas. «O Abade Faria e o hipnotismo científico». Oração proferida na sessão solene de homenagem ao Abade Faria in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série LXIII, fasc. 5-6, pp. 191-197, Lisboa, 1945.

¹³ Conferência de Lisboa. Ampliada e dividida em capítulos. Publicação da Faculdade de Medicina. I Volume, Lisboa, 1925, cujo texto consultámos na edição anteriormente referida (ver nota 6).

¹⁴ LOMBROSO, Cesare. *Hipnotisme et spiritisme*, Paris, Ernest Flammarion, 1911.

¹⁵ DALGADO, D. G. *Mémoire sur la vie de l'Abbé de Faria*, Paris, Henri Jove, 1906.

hipnotismo, um papel crucial, ao tê-lo desembaraçado do enquadramento *mesmeriano* que fazia repousar na noção de magnetismo animal, enquanto fluido vital e universal, a explicação do fenómeno.

A decisão de Moniz, ao biografá-lo, 11 anos volvidos, corresponde, pois, antes de mais, à necessidade de consolidar a concepção de hipnotismo que abraçava, de modo a torná-la, aos olhos dos leitores, compaginável com as práticas médicas e científicas de que, acima de tudo, se arrogava. Neste caso, o trabalho de historiador, documentando e demonstrando o que cerca de um século antes fora feito pelo Abade Faria e reconhecido por muitos outros, constituiria um argumento inabalável para consolidar as «Novas ideias sobre o hipnotismo»¹⁶. Simbolicamente, Moniz coloca-se na esteira de Faria, indicando a filiação conceptual que contribuía para conferir respeitabilidade ao método e aos seus praticantes qualificados, demarcando-se das invocações místicas e mágicas que haviam também adoptado o sonambulismo, os tranSES mediúnicos e os «passes magnéticos».

Após ter apontado uma série de inexactidões em obras precedentes acerca do Abade, Egas Moniz, expõe o seu propósito «manifesto»:

*Servem estas apreciações para mostrar a necessidade deste estudo médico e biográfico, em que pretendemos fazer uma apreciação imparcial da obra do padre goense, divulgando-lhe o valor na pátria portuguesa, onde a sua vida é quase desconhecida.*¹⁷

A componente biográfica da obra segue de perto os trabalhos de Dalgado, acrescentando-lhe uma diligência, que, apesar de inconcludente, lhe permite manter hipóteses anteriores¹⁸. Apesar de os resultados obtidos nem sempre se ajustarem à versão de Moniz, ele insiste, valorizando mais a sua intuição do que as provas documentais. Aviva no biografado alguns traços polémicos (o envolvimento de Faria e de seu pai na conjura dos Pintos, que ainda suscita dúvidas, hoje, aos investigadores); sublinha algumas das suas fraquezas de carácter (o episódio em que Chateaubriand ridiculariza Faria por este não ter conseguido, tal como se propusera, matar um canário pela acção hipnótica, na casa de Marquesa de Custine¹⁹ e a sessão pública em que o actor Potier o põe a ridículo²⁰), reconhecendo-lhe, apesar disso tudo, um papel crucial na história do hipnotismo.

*O que é indispensável é levantar a sua memória do esquecimento a que foi votada em Portugal, à luz das doutrinas que defendeu, criando a sugestão hipnótica, que ainda, na hora presente, passado mais de um século, se mantém íntegra, tal como a descreveu.*²¹

¹⁶ MONIZ, 1914. *Ob. cit.*

¹⁷ AFHH, p. 27.

¹⁸ É o caso da sua confiança no valor de verdade dos títulos invocados por Faria, apesar da busca infrutífera de provas documentais acerca da pertença do Abade Faria à Sociedade de Medicina de Marselha, AFHH, p. 8 (nota de rodapé).

¹⁹ AFHH, pp. 48-49.

²⁰ *Ob. cit.*, pp. 113-114.

²¹ *Ibidem*, p. 109.

Porém, explorando a latitude que o exercício do «poder biográfico» confere, procede ao tratamento de outras questões que não têm a ver directamente com o biografado, mas se relacionam, ainda, com diferenças de entendimento acerca do hipnotismo, designadamente as que o opõem a Freud, Babinski e incertos. Moniz faz, pois, a partir daqui, aquilo que referimos no início: cria um espaço discursivo na narrativa biográfica, para que, além da afirmação que consiste em evocar o biografado, reproduzido pelo poder da palavra do biógrafo, e acrescenta-lhe um espaço de debate por interesse próprio.

Com Freud, as discordâncias são apresentadas indirectamente. Na altura em que Moniz deu forma de letra à sua lição «As bases da Psicanálise» (1915), Freud havia já abandonado a prática do hipnotismo, preferindo-lhe o diálogo em estado de vigília, a associação livre de ideias e a interpretação dos sonhos. Moniz admite que em circunstâncias quasi-hipnóticas²² também se consigam bons resultados, mas a sua combatividade na defesa do método desvela a preferência que lhe dedica.

Com Babinski a discussão é mais tortuosa. Babinski é um reputado neurologista francês que Moniz conhece desde o princípio do século, quando rumou a Paris com o fito de complementar a sua formação psiquiátrica e neurológica. Conhece-o pessoalmente. É visita de casa. Babinski apoiá-lo-á, dois anos depois, quando Moniz chegar a Paris, no início do Verão de 1927, com uma série de arteriografias debaixo do braço, reivindicando a paternidade do primeiro método de diagnóstico que permitirá visualizar, *in vivo*, a árvore arterial do cérebro. Porém, agora, trata-se apenas de aproveitar a boleia do Abade Faria para discordar de Babinski.

Babinski estabelece uma equivalência sumária entre histeria e hipnotismo. Para ele, o grau de permeabilidade à sugestão é directamente proporcional à histeria do paciente hipnotizado, o que se afigura, a Moniz, bastante redutor. Mas, ainda por cima, Babinski põe em causa a própria veracidade e autenticidade do hipnotismo. E, a esse propósito, Moniz não pode deixar de atalhar com os resultados da observação disponíveis, incluindo as suas próprias experiências. Para fazer vencer a sua tese, Moniz chega a classificar como «negativista» a argumentação de Babinski²³.

Apesar de, a partir de 1925, ter praticamente deixado de escrever acerca da sexualidade ou da psicanálise, Moniz ainda tornará a falar e escrever acerca do hipnotismo e do Abade Faria, cerca de 20 anos depois.

A justificação, dignificação e defesa do método hipnótico contra os seus detractores, ressalta do conjunto. A filiação simbólica, também. O pretexto biográfico pavimenta a via para um ajuste de contas com próximos e distantes, incapazes de discernir, na feira para onde o hipnotismo fora levado, a utilidade diagnóstica e terapêutica de que o autor, na primeira pessoa, dava testemunho experimental.

²² Moniz chama-lhe, noutro texto, o «estado hipnótico». Ver, p. Ex. MONIZ, Egas. «O Conflito Sexual» in *Portugal Médico*, n.º 9, 1921, p. 397.

²³ Moniz discute o conteúdo de um artigo de Babinski publicado na *Semaine Médicale* de 1910. (AFHH, p. 71). Curiosamente, em obra anterior – *A neurologia na guerra* (Moniz, 1917) – Egas Moniz não só adere como elogia a interpretação de Babinski acerca da histeria, abstendo-se, na altura, de quaisquer considerações de carácter psicanalítico. Agradeço ao Dr. Morgado Pereira a observação e o conselho de leitura que me permitiram constatar a intermitência com que Moniz se servia ou não do adquirido freudiano.

3. Júlio Dinis: um precursor da psicanálise?

Joaquim Guilherme Gomes Coelho foi, além de um consagrado homem de letras, usando o pseudónimo de Júlio Deniz, um médico, cuja preparação Moniz documenta e enaltece, lamentando a sua morte prematura e fazendo passar, frequentemente, a ideia de uma grande identificação e proximidade espiritual.

A obra foi inicialmente publicada em dois volumes²⁴, contendo, no capítulo final do 1.º, um dos textos de referência para a história da recepção da psicanálise em Portugal. Em *Júlio Dinis e a Sua Obra*, Moniz toma como instrumento de crítica literária, uma aplicação psicobiográfica (neste caso, no terreno da interpretação dos sonhos) a um episódio extraído de *Uma Família Inglesa*.

No entendimento de Egas Moniz, se o Abade Faria é considerado, ao fim e ao cabo, o precursor do hipnotismo moderno — do diagnóstico da histeria e da identificação e tratamento das neuroses — Diniz, poderia ser considerado um psicanalista *avant la lettre*.

O prefácio de Ricardo Jorge (1858-1939) a *Júlio Dinis e a Sua Obra*, (JDSO) exemplifica o distanciamento e a desconfiança que os ventos da psicanálise espalhavam na época, se bem que, simultaneamente, dê prova de uma certa curiosidade e abertura face ao seu carácter inovador. Confessando não ter ainda tido tempo de ler o texto todo, o célebre higienista escreve

*Discípulo do famoso Freud, um dos grande dominadores do pensar contemporâneo, aplica ao seu protagonista o sistema da psico-análise que tanto hoje anda em berra. Talvez por pequice da minha ignorância, estou um pouco de pé atrás sobre o freudismo. Não me quadram as suas generalizações temerárias a transcender os rigores da órbita científica, e muito menos a radicação sexualista das qualidades sentimentais e éticas. Erros que sejam, tem de reconhecer-se que na ciência e na prática há erros úteis de grande alcance, a abrir horizontes novos ao progresso da prescrutação ideativa; e não sofre dúvida que a psico-análise se tornou um instrumento crítico de alta valia. As biografias têm-se ressentido do seu influxo. Hei-de ler com mais detença o seu ensaio, e até doutrinar-me consigo sobre os mistérios do freudismo. Até morrer, aprender.*²⁵

Em JDSO, Egas Moniz acompanha, através de testemunhos e da leitura da correspondência, o agravamento da tuberculose de Júlio Dinis, as estadias na Madeira e, por fim, a sua morte, ocorrida em 12 de Setembro de 1871.

Moniz corrige algumas vezes Eça de Queiroz, cujo estilo crê reconhecer no memorial dedicado a Júlio Diniz, na edição de *As Farpas*, publicada no ano da sua morte. Em desacordo com a avaliação que Queiroz faz acerca da popularidade do autor de *A Morgadinha dos Canaviais*, Moniz vai anotando, em pé de página, as suas discordâncias²⁶.

²⁴ MONIZ, Egas. *Júlio Denis e a sua obra*, Lisboa, Casa Ventura Henriques, 1924, 2 Volumes.

²⁵ Ricardo Jorge. «Prefácio» in Moniz, Egas., *Júlio Dinis e a sua obra*, Lisboa, Casa Ventura Henriques, 1914, 3.ª Edição, I Volume, p. XV e XVI.

²⁶ N' *As Farpas*, o texto a que Moniz se refere, reza assim: «Tanto é o nosso mal que este espírito excelente não ficou popular: a nossa memória, fugitiva como a água, só retém aqueles que vivem ruidosamente, com

As características literárias que os autores de *As Farpas*²⁷ apontam à obra de Júlio Dinis, reduzem-na a uma espécie de paisagismo, relativamente acrítico. Face aos valores da escola do realismo, essa caracterização sublinhava os limites e insuficiências das observações do meio e de crítica social do autor, que passa frequentemente ao lado de questões conflituais. Ora esta constatação não merece reparo especial de Moniz. Nas artes plásticas, como na literatura, Egas Moniz faz precisamente da noção de paisagem um padrão estético. Quanto mais o artista é fiel ao mundo que o rodeia, reflectindo, como um espelho, o que está e o que passa, mais valiosa é a sua arte. Poderia ainda acrescentar-se que esta noção de paisagem estava também na base do escrutínio psiquiátrico que Moniz revela n' *Os Pintores da Loucura*²⁸.

O Título do capítulo XIV de JDSO é precisamente *Realista e Paisagista*. Egas Moniz explicita longamente o seu critério de análise estética, justificando a admiração que Júlio Diniz lhe despertava:

A escolha de gente boa para a urdidura dos seus romances pode, num certo meio social, trazer-lhe admiradores; mas não são em menor número os que preferem a arte martirizada dos que escarpelam as podridões sociais.

(...)

*Júlio Dinis deixou para outros as descrições dos aleijões físicos e sociais e andou, pela sua família e pela vida aldeã, a recrutar figuras ingênuas e doces, como as de alguns quadros de Goya, para as obrigar a representar apenas o indispensável na acção dos seus romances, de sorte a não se deturparem em exhibições cruéis. Procurou, em geral, terminar as suas narrativas de uma maneira agradável. A desgraça incomodava-o, revoltava-o. Raras vezes a fez cair, mesmo em fantasia, sobre os seus personagens.*²⁹

Os primeiros capítulos são dedicados ao Júlio Denis estudante, à sua dissertação inaugural e outros pormenores que se prendem com o percurso académico. Justificando a obsolescência parcial das teorias então vigentes, Moniz põe em destaque o que, desde 1864 (ano da formatura de Denis) até à data em que escreve, se desactualizou.³⁰

um relevo forte: Júlio Denis viveu de leve, escreveu de leve e morreu de leve!». Ao que Moniz contrapõe: «Se não o era [popular] nesse tempo – e cremos que já o era – veio depois a sê-lo.» [JDSO, p.117] ou «Nesta parte é que estamos em completo desacordo», [Ob.Cit., p. 119]

²⁷ Saliente-se que, independentemente de Moniz ter, ou não, acertado na identificação do estilo de Eça, Ramalho Ortigão permanece co-autor dos textos que compõem *As Farpas*.

²⁸ António Pedro Pita chamou a atenção para este aspecto da padronização estética de Moniz, referindo igualmente o seu embevecimento diante da obra de Júlio Diniz: «Do seu ângulo problemático, a arte prolonga a experiência empírica das coisas; a obra de arte é sempre, não uma transfiguração, que torna visível o que sem ela permaneceria desconhecido, mas uma aceleração do processo de reconhecimento em que o olhar pousado sobre a obra realiza uma operação de coincidência com elementos da ordem extra-artística, identificando verdade e verosimilhança. O elemento organizador do pensamento estético de Egas Moniz é a noção de paisagem.» Pita, A.P., «Arte, animal domesticado. A questão da arte na obra de Egas Moniz» in Pereira, A. L. e Pita, J.R., (Org.), *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, Minerva, 2000, p. 229.

²⁹ JDSO, pp. 247-248.

³⁰ «Nada mais fugaz, nada menos duradouro do que os livros e tratados de medicina! Em todas as ciências e nomeadamente nas ciências biológicas, a verdade é sempre relativa. Às concepções de hoje, sucedem-se as doutrinas opostas de amanhã. Na Medicina, sobretudo, onde os progressos são mais constantes

Dado que Gomes Coelho, praticamente, não exerceu actividade clínica, a crítica que Moniz lhe lança quanto à falta de apoio experimental e ao diminuto conhecimento de casos, revela-se deslocada relativamente ao biografado. Apesar das numerosas prevenções quanto ao carácter histórico do conhecimento científico e médico, da sua transitoriedade e rápida obsolescência, a condenação implícita das insuficiências do ensino e das práticas médicas anteriores, com várias manifestações pré-científicas, coloca o narrador numa posição redobrada de detentor de um conhecimento com maior capacidade e poder explicativos.

Em seguida, procede a uma série de classificações, conferindo uma proeminência especial à tuberculose. Compara a sua produção poética à de Soares dos Passos

*Júlio Dinis – poeta seguiu na esteira do romantismo melancólico e pessimista de Soares dos Passos*³¹.

Cita Morselli e Lombroso para sublinhar os efeitos da «psicose tóxica da tuberculose»³², e, lançando, de passagem, uma crítica às crenças de natureza homeopática³³, acentua a influência da tuberculose:

*Em resumo: a doença influiu, por certo, na sua obra, dando-lhe uma suavíssima atmosfera de melancolia e de bondade.*³⁴

Moniz procede, assim, a uma reavaliação de Júlio Dinis, arrumando a vertente médica e científica na conta dos arcaísmos recentes. Em contrapartida, reforça a importância artística e literária do autor de *Uma Família Inglesa*, contrariando aqueles que têm da obra e do autor uma opinião menos favorável.

Dinis, na mediação que Moniz dele faz, vira-se para a eternidade como um talentoso «paisagista», preocupado com a meteorologia no plano académico, condicionado pela psicose associada à tuberculose que o vitimou, mas dotado de um talento literário que ultrapassa todas as fragilidades elencáveis.

O ensaio biográfico e de crítica literária com cerca de 500 páginas na sua 6.^a edição, em que a obra passou a ser reunida num só volume³⁵. Tornar-se-ia difícil, a partir de então, ignorar o que Moniz escrevera acerca do autor dos *Fidalgos da Casa Mourisca*.

devido ao esforço de muitos milhares de seus cultores, a mutação é mais rápida e mais radical.» [JDSO, 32]. E acrescenta mais adiante: «Por isso não admira que, transcorridos sessenta e três anos sobre a tese de Gomes Coelho, cientificamente pouco possamos dela aproveitar. Ainda se o autor tivesse concretizado o seu trabalho em observações directas de doentes, ou experiências fisiológicas e laboratoriais, e a ambas se prestasse a natureza da tese, alguma coisa perduraria. Assim, tirando algumas notas, tudo é velho e desusado. Ao tempo, a orientação experimental e a rigorosa observação científica não marcavam ainda o caminho por onde deveria seguir o ensino médico.» [JDSO, 33]

³¹ JDSO, p. 177.

³² JDSO, pp. 178 e 179.

³³ Ob. Cit, pp. 189-190.

³⁴ Ibidem, p. 182.

³⁵ 6.^a Edição, Livraria Civilização, Porto, 1946. Anteriormente foi publicada em dois volumes, pela Casa Ventura Abrantes, Lisboa, 1924 e 1925.

Um e outro ficavam, deste modo, associados intertextualmente, tanto mais que Moniz se dava ao trabalho dedicado e minucioso de proceder a uma reconstrução biográfica em que, a par de matéria factual de fácil reconhecimento, reinterpreta aspectos até então desatendidos, ou pondo em relevo, mesmo, facetas completamente inexploradas. Na conta destas últimas, a aura do psicanalista *avant la lettre*, ocupa um espaço específico no conjunto de textos associados à recepção da psicanálise em Portugal. É o capítulo XVIII do 1.º volume (edição de Lisboa) e intitula-se *Júlio Dinis e a Psicanálise*.

Moniz extrai das páginas de *Uma Família Inglesa*, o episódio em que Cecília — uma das personagens — descreve um sonho que tivera recentemente. Despreza o cenário e concentra-se no fazer e desfazer de laços que uma estranha viagem de barco parece implicar. Procura relações entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente do sonho, sem perder de vista que se trata de uma construção literária. Carlos — outro dos personagens — vem a cavalo sobre o mar. Celina, acompanhada de outras gentes com quem se cruza no quotidiano, observa tudo, aflita, e quer gritar. Não consegue. Moniz conclui que, ao não conseguir gritar, Celina está a revelar a sua inconsciente recusa de desposar Carlos.

Moniz evidencia, face a Dinis, uma extrema empatia, acompanhada por uma constante justificação, admiração e concordância, apenas exceptuadas, aqui e ali, por razões de carácter histórico-científico. Júlio Dinis não chega a ser sujeito ao escrutínio edipiano, sendo-lhe reservado um limbo de leveza angelical, quase assexuada. Os seus amores são etéreos, os seus desejos moralmente irrepreensíveis, na vizinhança de um suposto ascetismo que o inocenta e o põe a salvo do império do inconsciente. É nessa versão de uma existência leve e breve que Moniz, no lugar do biógrafo, se projecta indistintamente.

Como prova de contraste entre a projecção e a denegação, a sombra de Camilo Castelo Branco perpassa já nas páginas de JDSO. Em primeiro lugar, porque é Chefe da Redacção da revista de onde é disparada uma das críticas desfavoráveis à obra de Júlio Dinis, que Moniz comenta; depois, porque é retratado pelo próprio Júlio Dinis num encontro casual, em Lisboa, no qual Camilo se desfaz em íntimas confidências, sem, no entanto, demover Júlio, que se mantém de pé atrás, desconfiado da espontaneidade de Camilo; e, finalmente, porque a etiologia das doenças de ambos passam frequentemente em subtexto.

4. Camilo Castelo Branco: um título abusado.

Antes desta aplicação da teoria da psicanálise à crítica literária com uma componente biográfica, Egas Moniz já fizera referência a Camilo em *A Vida Sexual*, propondo-se averiguar até que ponto o trecho que então cita e, mais tarde, retoma, na confecção do texto agora em análise, configurava, ou não, um caso típico de necrofilia³⁶.

³⁶ Egas Moniz propõe-se «Julgar o grande romancista perante a acusação que poderiam fazer-lhe de ter sido um necrófilo» (NCCB, p. 48). A inclusão do caso em *A Vida Sexual*, data da 6ª edição, de 1923, p. 393.

O pretexto funda-se numa elaboração de Lopes de Oliveira, cerca de 20 anos antes, na revista *Germinal*. Aí se remetia para a descrição da exumação do cadáver de Maria do Adro, amada de Camilo, numa noite de trovoadas e relâmpagos, incluída nas *Memórias do Cárcere*. Lopes de Oliveira acrescentara que Camilo conservara, depois, «sempre junto de si o esqueleto». O texto em apreciação fora publicado sob o título de «Memória Indelével», no *Aurora do Lima*, corria o ano de 1857. Desde então, motivou inúmeras apreciações a favor e contra a tese da necrofilia de Camilo³⁷.

Um ano antes, no opúsculo dedicado a Júlio Dinis, Moniz faz-lhe uma referência lateral. Tal como já mencionei, Egas Moniz compulsava algumas das críticas dirigidas ao seu biografado, considerando-as injustas. Entre elas, figuram as que lhe são dirigidas por José Maria de Andrade Ferreira, em textos publicados na *Gazeta Literária*, em cuja redacção se encontra Camilo Castelo Branco³⁸.

Fica no ar a ideia implícita de que Camilo poderia estar, ainda que indirectamente, associado a essas críticas desfavoráveis; depois, num encontro, em Lisboa, que Júlio diz ter ocorrido, e em que a atitude calorosa de Camilo contrasta com a frieza e reserva de Júlio. Daqui decorre que, a justificar-se a desconfiança de Júlio Dinis, Camilo, algum agravo lhe teria feito...

As relações entre Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco eram então descritas com base na correspondência do primeiro, que via em Camilo um certo tacticismo por detrás da afabilidade e da cortesia que lhe dispensava (mais em Lisboa do que no Porto); enquanto, da parte de Júlio Dinis, se manifestava uma certa frieza e desafeição, por ver nas manifestações de Camilo uma cortesia postíça e circunstancial.

É essa a impressão geral que fica, apesar de Camilo ter também manifestado, por escrito, o mesmo apreço e admiração que expressara pessoalmente e de viva voz, pela obra literária de Júlio.

Apesar das apreciações genéricas que Moniz vai fazendo, aqui e acolá, ao talento, à criatividade e ao estatuto literário de Camilo, acaba por deixar dele uma imagem desfavorável. Associa-o, primeiro, às cargas críticas de Andrade Ferreira, na *Gazeta Literária*; formula a suspeição de necrofilia, indagando sobre as ligações existentes entre o recurso literário e a biografia do autor; e, finalmente, absolve-o dessa perversão, assinalando, no entanto, as características social e moralmente insanas e reprováveis do comportamento de Camilo.

Camilo não é precisamente um necrófilo, no entender de Moniz, *mas...*; não consuma nenhum dos actos que caracterizam as perversões necrófilas, *mas...*; é aliás a instabilidade emocional, o estado de agitação e os impulsos descontrolados que configuram os arroubos criativos de Camilo, que estão na base do seu comportamento desregrado.

Basta ler o que Moniz escreve acerca de Júlio Dinis, a quem elogia a platitude, a serenidade e a recusa sistemática dos temas e personagens sombrios, para se deduzir, afinal, em que conta Moniz tinha Camilo.

³⁷ Ver, p. ex. Cabral, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p. 441.

³⁸ Moniz refere-se a uma edição da *Gazeta Literária* de 1868. Na crítica assinada por Andrade Ferreira, o estilo de Júlio Dinis é apodado de «repintado e lambido» (JDSO, p. 277).

Este ensaio de Moniz insere-se num conjunto de outras contribuições reunidas num volume *In Memoriam de Camilo*³⁹, destinado à celebração do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, que compreendia ainda a inauguração de um busto e atribuição do seu nome a uma das ruas da cidade do Porto.

Pondo de parte a arte da titulação, — já que a designação «A necrofilia de fulano» produz um efeito de sentido oposto ao da conclusão a que Moniz chegará, acabando por inocentar Camilo, — repare-se que, após a circunstanciada descrição da exumação do cadáver, Moniz vai anotando observações de extracção clínica. Camilo, por exemplo, ao tempo dos acontecimentos narrados, tinha 16 anos. Moniz comenta:

*Era o primeiro agitar de um complexo sentimental que tão fortes acidentes havia de trazer-lhe pela vida fora.*⁴⁰

E, após ter identificado o sujeito da enunciação com o autor da narrativa, prossegue, sinalizando o contacto com o cadáver mas recordando que na fase em que se estuda anatomia «não há uma grande repulsa pelos mortos», a que junta, de imediato, um argumento de autoridade: — «Todos os médicos o sabem».

Seguidamente, Moniz elimina o «móvel sexual». Se tal fosse o caso «Camilo não o contaria».

Constata a inexistência de qualquer ideia lúbrica no relato, e o facto de Camilo ter participado na exumação a convite de um médico, leva-o a aduzir que, quanto muito, se tratou de «uma extravagância a roçar pelo anormal»; garante que Camilo «não só nunca foi um anormal genésico, mas [também] não mostra, por este relato, o mais leve pendor para o campo das perversões sexuais»; e conclui que «Foi uma curiosidade comandada em parte pela sua índole de aventureiro sentimental».

As duas ideias fortes que ficam deste ensaio de Moniz são: 1.º, a de que a suspeita merece atenção (e o título, repito, sugere o oposto do que Moniz conclui); 2.º que «quanto muito» se tratou de uma «extravagância a roçar pelo anormal». O «roçar pelo anormal» é aqui a chave.

Enquanto, relativamente a Júlio Dinis, «avulta a verdade com que soube copiar do natural»⁴¹, Camilo, neste e em numerosos outros casos, «agita o complexo sentimental» que o «faz roçar pelo anormal».

Camilo é, assim, absolvido da acusação de que o «seu» comportamento poderia configurar uma perversão sexual em troca de um libelo acusatório de menor gravidade.

António Sardinha, que colabora também no *In Memoriam de Camilo*, exercita o ideário integralista, atribuindo a «anormalidade» de Camilo à sua ascendência hebraica, mas reconhecendo que:

Camilo, na sua espontaneidade fecundíssima, foi sempre governado por uma «disputa de mortos» como certamente diria Léon Daudet. Na verdade, se considerarmos a obra literária desse escritor como a libertação das imagens ancestrais que

³⁹ Saavedra Machado (Coord.). *In Memoriam de Camillo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925.

⁴⁰ NCCB, p. 52

⁴¹ JDSO, p. 237.

lhe povoam o subconsciente, Camilo Castelo Branco aparece-nos como da estirpe dos Shaskepeare e dos Balzac.⁴²

Também, para Sardinha, havia em Camilo algo que o aproximava da morte e dos mortos; a sua «hereditariedade hebraica» explicava a sua «inquietação nervosa» e a sua «alma mórbida», mas parece querer compensá-lo com a ilustre «estirpe» que lhe atribui.

5. Conclusão

Estes três ensaios de Egas Moniz exemplificam algumas das estratégias que o género biográfico acolhe.

No caso de JDSO, a projecção positiva é evidente. Egas Moniz fala de Júlio Dinis colocando-o no lugar do seu *alter-ego*. O enlevo narcísico manifesta-se na benevolência das observações, em contraste com a desafeição com que trata o Abade Faria e, sobretudo, Camilo Castelo Branco.

Júlio Diniz é a personificação da pureza e um antecipador da *Interpretação dos sonhos*; Faria, sugere, é licencioso mas também o precursor de uma nova concepção de hipnotismo auxiliar da psicanálise freudiana; Camilo é o génio febril e instável, a questionar os padrões de normalidade.

Assim, apesar da promessa implícita que a psicanálise oferecia para se ir mais longe na análise dos autores e das obras que Egas Moniz escolheu, a sexualidade de Camilo é exposta na fronteira da perversão necrófila; a de Faria é aludida e insinuada; e a de Júlio Dinis é omitida ou fantasiada.

A densidade biográfica é amplamente melhor conseguida com Dinis do que com Camilo ou Faria. A recolha documental, o investimento comparativo, a extensão textual, diferem abissalmente nestas três obras.

Comprovando que a biografia pode ser a continuação da auto-biografia por outros meios, Moniz identifica-se estreitamente com Dinis, assemelha-se a Faria no posicionamento face ao hipnotismo e aponta, com um título insinuante, para o que poderia ter sido uma perversão necrófila do autor do *Amor de Perdição*.

O instrumento analítico que permite inquirir sobre a intimidade do biografado, perscrutando-lhe o inconsciente, revelando aspectos da sua vida privada, preferências e orientação sexual, desejos, sonhos e fantasias, possibilitando ao biógrafo o exercício de um poder suplementar, mais intrusivo e estigmatizante, sobre o biografado, manifesta-se fragmentariamente nesta fase da produção monisiana, para, logo depois, desaparecer completamente dos seus escritos e conferências.

Paralelamente, como atrás referimos, os planos relacionados com a publicação de um tratado acerca das questões sexuais, outrora prometido e anunciado, deixam de ser mencionados, e caem no esquecimento.

Ao desenvolver o conceito de Processo Civilizacional, Norbert Elias estabeleceu, em paralelo, uma categorização assente no contínuo Envolvimento-Distanciamento (Involvement — detachment), para descrever a postura «psicológica» dos intervenientes

⁴² SARDINHA, António. «O Génio de Camilo», *In Memoriam de Camilo*, p. 634.

humanos. De acordo com a sua classificação, o maior envolvimento dos actores históricos traduz-se no particularismo, no imediatismo, e no localismo dos objectivos prosseguidos, enquanto o maior distanciamento favorece a generalização, a mediação, o planeamento e a globalização das estratégias. Para a matéria em estudo, tem particular relevância um dos exemplos que dá da operacionalização do conceito. Escreve ele que

To give a brief and all too simple example of their meaning in this context: a philosopher once said, «If Paul speaks of Peter he tells us more about Paul than about Peter.» One can say, by way of comment, that in speaking of Peter he is always telling us something about himself as well as about Peter. One would call his approach 'involved' as long as his own characteristics, the characteristics of the perceiver, overshadow those of the perceived. If Paul's propositions begin to tell more about Peter than about himself the balance begins to turn in favour of detachment.⁴³

Quer isto dizer que o pretexto biográfico pode comprometer-se na medida em que a narrativa resultante inclua mais (ou melhor) informação acerca do biógrafo ou das questões que leva a peito, do que a propósito do biografado.

Moniz é um dos autores que, em termos do exercício do poder biográfico, acusa um elevado grau de envolvimento. Mais no AFHH e na NCCB do que em JDSO, o biógrafo posiciona-se, apontando as diferenças da ciência do seu tempo face aos arcaísmos que constata; acrescenta quase nada à informação existente acerca de Camilo Castelo Branco e do Abade Faria, chamando à colação questões afins que debate, directa ou indirectamente, com outras figuras e autores; põe a nu as fragilidades dos biografados e lavra a versão que lhe parece mais indicada.

Com JDSO, o escritor-médico surge idealizado. Poupa-o ao escopo psicanalítico. Em vez de o submeter ao escrutínio cerrado do mesmo tipo do que Freud usou no caso de Leonardo da Vinci⁴⁴, projecta-o, criativamente, nas suas personagens romanescas. Ele é o Carlos Whitestone de *Uma Família Inglesa*⁴⁵ ou o Daniel de *As Pupilas do Senhor Reitor*⁴⁶, num elogio a roçar o panegírico:

(...) como a melhor expressão da alma portuguesa, carinhosa e sentimental, em que a bondade floresce como a mais alta característica da raça!⁴⁷

Apesar das numerosas manifestações de uma vida sentimental atribulada, Moniz não só banaliza a projecção do autor no comportamento dos seus personagens, como o angeliza em face dos deslizes prostibulares que se deduzem das cartas publicadas,

⁴³ ELIAS, Norbert. *Involvement and Detachment*, The Collected Works of Norbert Elias, Vol. 8, Dublin, University College Dublin Press, 2007, p. 69.

⁴⁴ FREUD, Sigmund. *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância/O Moisés de Michelangelo*, Rio de Janeiro, Imago, 1997.

⁴⁵ JDSO, p. 268.

⁴⁶ *Ob. cit.*, p. 441.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 484.

particularmente as da série íntima e confidente que troca com Custódio Passos. A convicção de Moniz relativamente a Júlio Diniz é da ordem da predestinação⁴⁸, da pureza⁴⁹ e, mesmo onde outros o julgavam, compreensivelmente, maçador, do encanto.⁵⁰

A selecção de biografemas continua a ser, em qualquer caso, o eixo principal da produção biográfica. O exercício do poder biográfico requer, em paralelo, uma articulação optimizada na esfera pública, persuadindo historiadores, editores, críticos *et j'en passe*, de que a versão apresentada está conforme às exigências do rigor, do respeito das fontes e do equilíbrio hermenêutico.

Coisa que, a acontecer, representaria, muito provavelmente, o fim da história.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*, Paris, Seuil, Collection «Points», 1971.
- CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
- CORREIA, Manuel. «Espelho meu. Ilusão biográfica e ideal historiográfico: a construção de Egas Moniz» in *Estudos do Século XX*, n.º 8, 2008, pp. 187-201
- DALGADO, D. G. *Mémoire sur la vie de l'Abbé de Faria*, Paris, Henri Jove, 1906.
- ELIAS, Norbert. *Involvement and Detachment*, The Collected Works of Norbert Elias, Vol. 8, Dublin, University College Dublin Press, 2007.
- FREUD, Sigmund. *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*, Lisboa, Relógio d'Água, 2007.
- LOMBROSO, Cesare. *Hipnotismo et spiritisme*, Paris, Ernest Flammarion, 1911.
- MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*, 1957.
- MONIZ, Egas. *A neurologia na guerra*, Lisboa, Casa Ferreira, 1917.
- MONIZ, Egas. *Júlio Denis e a sua obra*, Lisboa, Casa Ventura Henriques, 1924, I Volume.
- MONIZ, Egas. *Júlio Diniz e a sua obra*, Porto, Livraria Civilização, 1946.
- MONIZ, Egas. *O Abade Faria na história do Hipnotismo*. Conferência de Lisboa. Ampliada e dividida em capítulos. Publicação da Faculdade de Medicina. I Volume, Lisboa, 1925. Edição Facsimilada da Editorial Vega, Lisboa, 1977.
- MONIZ, Egas. «O Conflito Sexual» in *Portugal Médico*, n.º 9, 1921, pp. 385-401 (3ª série das antigas revistas *Gazeta dos Hospitais e Vida Médica*, Ano 14º).
- MONIZ, Egas. «A Necrofilia de Camilo Castelo Branco» In E.A e V. A. (Coord); e Saavedra Machado (Dir. Art.), *In Memoriam de Camillo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925.
- MONIZ, Egas. «As novas ideias sobre o Hipnotismo. Aspectos médico-legais» in *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. III, n.º 4, Separata de 14 pp, Lisboa, 1914.

⁴⁸ «Júlio Diniz nasceu escritor» (JDSO, p. 295).

⁴⁹ «(...) JD não suportava dedicações que não brilhassem puras e límpidas como a luz das estrelas» (*Ob. cit.*, p. 364).

⁵⁰ «De facto, quem lê os romances de Júlio Denis dispensaria uma ou outra apreciação mais longa de natureza psicológica. Contudo estas apreciações são, na maioria dos casos, as suas melhores páginas!» (*Ob. cit.*, p. 281).

- MONIZ, Egas. «O Abade Faria e o hipnotismo científico». Oração proferida na sessão solene de homenagem ao Abade Faria in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série LXIII, fasc. 5-6, p. 191-197, Lisboa, 1945.
- MONIZ, Egas. *A Vida Sexual*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1932, 14ª Edição.
- PEREIRA, A. L. e PITA, J. R., (Org.), *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, Minerva, 2000.
- PITA, A. P. «Arte, animal domesticado. A questão da arte na obra de Egas Moniz» in PEREIRA, A. L. e PITA, J. R., (Org.), *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, Minerva, 2000.
- SARDINHA, António. «O Génio de Camilo» In E.A e V. A. (Coord); e Saavedra Machado (Dir. Art.), *In Memoriam de Camillo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925.

ONTOLOGIA PRAGMÁTICA DO AGIR EM S. JOÃO DE DEUS

O estado da arte em S. João de Deus

Analisando os conceitos inerentes no título, que servem de base para o nosso desenvolvimento temático, directa e indirectamente relacionado com João Cidade, ou melhor dizendo com S. João de Deus, vamos debater um conjunto de ideias sobre a sua vida, a qual está profundamente inter-relacionada com o paradigma humano e a experiência sobre humana, para lidar com os humanos. E entendemos nesta abordagem deontológica, direccionada para o agir em prol do outro como matéria objectiva e elementos para a realização assistencial, num tempo e espaço circunscrito a um território peninsular, só foi possível pela existência de factores específicos. Realçamos a unidade entre os conceitos holísticos de João Cidade, o português, para aquela pessoa, que por sua vez se multiplica indefinidamente por todo um conjunto universal¹. A verdade é desenvolvida em unísono por uma variável de culto, não da sua responsabilidade, mas que transposto no semelhante, está impresso no lema proclamado, *fazei o bem a vós mesmos dando aos pobres*². Desenvolveu o seu agir, voltou-se para o outro onde se identifica para, também, crescer com a humanidade³.

O modelo que João Cidade deixou, aos seus companheiros de hábito, é, em nosso entender, um conjunto de valores sem limites, mostrando através de exemplos e práticas reais, o caminho e orientações a seguir mais além. Sem regras, sem normativas, sem um rumo confinado, ao que normalmente interpõe o que obedece ao instituidor, mas convicto nos princípios de bem-fazer, o que hoje é prática corrente nos países ditos civilizados. Se decantarmos os exemplos, as respostas e observações que o Santo nos deixou, concluímos que toda a essência, dos valores preconizados pelos objectivos para com o próximo, constituem, por inerência conceitual, todos os preceitos que hoje é normativo dos juízos de valor.

¹ GAMEIRO, Aires, O.H. – «*Tempo e originalidade assistencial de S. João de Deus. Koinonía, Filoxenia e Martyrion*». Lisboa: Hospitalidade-Rei dos Livros, 1998.

² MONTEIRO, Hernâni – *S. João de Deus (no 4.º centenário da sua morte)*. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 1950.

³ MARTINEZ, José Sanchez – «*Kénôsis-Diakonía*» en *el itinerario espiritual de San Juan de Dios*. Madrid: Fundación Juan Ciudad, 1996.

S. João de Deus é a personificação da entrega do ser humano para com a humanidade, numa totalidade abrangente em todos os sectores sociais e sem idades⁴. Na actualidade não estranhámos os exemplos que praticou, mas foi necessário que os tivesse concretizado para, de forma abrangente a toda a cidade granadina, serem desenvolvidos e proclamados ao continente europeu, e por sua vez ao mundo⁵. Mesmo que o homem irrompa pelo universo, há-de levar os exemplos de entrega e prática holística nas astronaves. Sem o saberem irão, tal como no séc. XVII os peninsulares fizeram, transmitir os ensinamentos de João Cidade, ou se quisermos, João de Deus, enraizar novos conceitos assistenciais a todos os que o rodeavam⁶.

Falar deste português, e depois de tantos autores o terem já feito, que podemos adiantar sobre os exemplos que perduraram no tempo até ao presente. Tivemos a oportunidade, conjuntamente com outros investigadores, de reunir a totalidade da bibliografia existente em Portugal sobre o Santo⁷, constatando que muito pouco iríamos acrescentar sobre tudo o que já foi dito. Desde a poesia à prosa, romances, banda desenhada, artigos, livros técnicos e científicos, de tudo se escreveu em torno de S. João de Deus. No entanto e pela componente que temos analisado, sobre a problemática assistencial, é a representação artística aquela que, sem palavras, expressa num nanossegundo, o que a visão humana permite captar⁸.

Aludiremos então à vida e obra de S. João de Deus pela imagem. De forma artística, erudita ou popular, esta visão estética permite-nos percorrer toda a panóplia dimensional que os milhares de palavras não conseguem reproduzir, ou fazer-nos re-crear no tempo cenográfico do espaço urbano andaluz.

De toda a matéria essencial para a concepção estética utilizada para, e como suporte, analítico relacionado com o agir de S. João de Deus, teremos alguma dificuldade em consubstanciar qual a representação que melhor caracteriza o seu amor pelo próximo, ou seja o outro.

Muitos têm sido os motivos captados pelos mestres para definir qual a representação mais fiel ao seu provir⁹. Desde o séc. XVII até ao presente localizamos e

⁴ ANGELINI, Fiorenzo – *S. João de Deus e S. Camilo de Lélis: Homens e Modelos para a Humanização e Pastoral da Saúde*. Lisboa, Cáritas Portuguesa, col. Cáritas, n.º 9, 1986.

⁵ BROCHADO, Idalino da Costa (coord.) – *São João de Deus, homenagem de Portugal ao seu glorioso filho, 1550-1950*. Lisboa: Bertrand, 1950.

⁶ MATOS, Manuel Cadafaz de – «*Para a historiografia de S. João de Deus (novas achegas)*». In: *Revista Almansor*. Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo, 2006, n.º 5, 2.ª Série, pp. 137-167.

⁷ GOMES, 2007, p. XXI-LI. GOMES, Josué Pinharanda (coord.) – «*A Bibliografia portuguesa relativa a S. João de Deus e às Ordens por ele inspiradas, 1950-2006*». In: *São João de Deus, homenagem de Portugal ao seu glorioso filho, 1550-1950*, fac-símile. Badajoz: Alcalá/OHSJD, 2006, pp. XXI-LI. Vide obra bibliográfica completa.

⁸ AZEVEDO, Carlos Moreira – «*As origens dos ciclos iconográficos de S. João de Deus*». In: *75 anos da Restauração da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*. Lisboa: Alcalá/OHSJD, 2006, pp. 201-219.

⁹ LARIOS LARIOS, 2006, pp. 139-184. LARIOS LARIOS, Juan Miguel, «*Iconografia de San Juan de Dios*». In: *Arte e cultura nell'Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio*. Roma: Cúria Generalizia Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio, 2006, pp. 139-184.

inventariámos em Portugal, centenas de figurações sobre o Santo¹⁰. Pela arte, e para tal consideramos todo o vasto conjunto de figurações pictóricas e escultóricas que levantamos em território nacional, podemos percorrer toda a vida de S. João de Deus, analisando todos os seus momentos de profunda dedicação assistencial.

A hagiologia de S. João de Deus

Desde «*O nascimento de S. João de Deus*» até ao «*Trânsito de S. João de Deus*», acompanhamos todos os passos que o guindaram ao estrelato canónico, passando pela beatificação em 1630, não sem antes entrarmos, a fundo, na sua deontologia paradigmática do agir.

Concentremo-nos nas figurações artísticas, pois as criações modulares desenvolvem-se em ciclos iconográficos temáticos, representativos da objectividade assistencial do Homem para com a humanidade. Em primeiro lugar temos as suas biografias¹¹, que perpetuaram os ciclos representados com base nos testemunhos do processo de beatificação. Damos como exemplo os que directamente estão relacionados com o tema, onde o desempenho profilático está documentado e resulta na admiração miraculosa da sua mística identidade.

Se as obras a que aludimos são, na sua maioria espanholas¹², pelo território nacional também se escreveram obras sobre a vida e obra do Santo. Em Portugal o tratado do séc. XVIII *S. João de Deus, Pai dos Pobres*¹³, é contundente para a sua glorificação. O interesse que esta obra tem, para a nossa análise, é da sua contemporaneidade com a prática dos centros assistenciais existentes em território nacional, fazendo-se dos hospitais o teatro e palco da vida do Santo, como se estas fossem coetâneos testemunhos do seu agir. Nesta obra, é referenciada a enfermaria do Hospital do Convento de Lisboa e de Montemor, onde podemos analisar a distribuição do centro assistencial, do quotidiano do Santo e das Casas por ele fundadas. Tudo em prol da assistência.

Desde o séc. XVII, a representação iconográfica de S. João de Deus tem uma orientação artística multifacetada. Tanto aparece com a romã na mão, ao jeito de afirmação do vaticínio que o Menino Jesus lhe atirou na borda de duma fonte «João, Granada será a tua cruz», e na outra a cruz patriarcal de fundador de uma Ordem Religiosa, como tendo um livro numa das mãos e a outra em ascética postura, ou segurando,

¹⁰ BORGES, Augusto Moutinho – «*S. João de Deus na arte em Portugal*». In: *Revista Jornadas de História da Medicina da Beira Interior*. Castelo Branco, 2007, n.º 18, pp. 96-108.

¹¹ GOMES, Josué Pinharanda – 2007, *ob. cit.*

¹² GOUVEIA, António de – *Vida y Muerte del Bendito P. Ivan de Dios, fundador de la ordê de la hospitalidad de los pobres e enfermos. Al Excmo. Sr. D. Dvarte, Marqués de Frechilla. D.F. Antonio de Govea – opô. De Cirene visitador Apos.^{co} en Persia del Consejo de Su Mag.^d y Su Predicador por la Corona de Portugal*. Madrid: por Thomas Iuitti, Impresor del Rey, MDCXXIII, e TRINCHERIA, Manuel – *Pasmosa vida, heroycas virtudes, y singulares milagros del Abraham de la ley de gracia, Patriarca, y fundados de la Sagrada religión Hospitalaria el glorioso San Juan de Dios*. Madrid: D. Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., MDCCLXXIII.

¹³ CORREIA, Frei Joseph – «*S. João de Deus, Pai dos Pobres, Introdução, Transcrição e Índice Remissivo por SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastásia Mestrinho*». Lisboa: Multinova, 1997.

pelas mãos, o crucifixo, tal como referem as fontes documentais no momento da sua morte e seu trânsito.

Aliás, o *trânsito de S. João de Deus* é o embrião artístico que remete o leitor à interpretação do bem morrer, em alusão às obras espirituais em perfeita comunhão com as corporais, tal como prescritas nas obras da misericórdia e seguidas na obra *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiro*¹⁴. E é por esse motivo que o Santo se fez representar, na Bandeira da Misericórdia da Guarda, estando ali figurado com um menino aos ombros, aludindo à cenografia do já referido vaticínio¹⁵. Esta figuração remete-nos para outra causa assistencial de João de Deus: as crianças. Temos alguns exemplos pictóricos sobre o tema em Castelo de Vide, pintura *a fresco*, na parede da sacristia do antigo Real Hospital Militar, e uma pintura a óleo sobre cobre, proveniente do antigo Real Hospital Militar de Ponte de Lima, para além da figuração, de pintura sobre tela, existente na Misericórdia de Borba.

Analisando estas representações temos de penetrar na imensidão iconoclasta sobre a hagiologia de S. João de Deus. Esta localiza-se em livros e estampa individualizadas, as quais circularam pela Europa, desde o passado, e concretamente do séc. XVI, até ao presente, e serviram de modelo para os mestre e pintores conceberem a representação do carisma joandeino¹⁶.

Exemplos por séculos na escultura e pintura

Em Portugal a figuração a que S. João de Deus está intimamente associado, tem origem no séc. XVII, na já referida Bandeira da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, em 1608, e projecta-se até ao presente¹⁷. A iconoteca hagiológica do Santo é muito vasta, abrangendo aspectos assistenciais, notícias miraculosas e verdadeiros exemplos e lições de vida, as quais, pelo despojamento material em que vivia, continuam a ser referenciadas nas pastorais ecuménicas internacionais gerais e especificamente nas hospitalares, que definem o visado como embrião da nova matriz assistencial. E a verdade é que os seus conceitos sobre a prática a desenvolver estão sempre actualizados¹⁸.

Vejamos então onde se localizam em Portugal as obras pictóricas e escultóricas. Da inventariação que efectuamos destaque, tanto a nível de significado como da expressão

¹⁴ SANTIAGO, Fr. Diogo de – *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1741, fac-símile, 2006.

¹⁵ BORGES, Augusto Moutinho – «*Culto a S. João de Deus na Bandeira da Misericórdia da Guarda*». In: *Revista Cidade Solidária*. Lisboa: SCM Lisboa, 2006, pp. 68-73.

¹⁶ Cúria Generalizia Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio, 2006. Cúria Generalizia Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio (coord.) – «*Arte e cultura nell'Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio*». Roma: Cúria Generalizia Ordine Ospedaliero di San Giovanni di Dio, 2006.

¹⁷ BORGES, Augusto Moutinho – *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834*. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa-UNL, 2007 (Tese de Doutoramento).

¹⁸ ANGELINI, Fiorenzo – *ob. cit.*, 1987.

conceitual do objecto como arte¹⁹, o silhar azulejar do Santo, séc. XVIII, c. 1740, quando estava internado no Real Hospital de Granada. A cenografia remete-nos a olhar o *português louco* a ser chicoteado, pois era este o tratamento dado aos doentes do foro psiquiátrico, perante observação dos médicos e enfermeiros. Nós somos parte integrante desta cenografia, como impávidos assistentes testemunhando o espectáculo, tal como todos os que lá se encontram.

Vamos, através de um exemplo por século, um para a escultura e outro para a pintura, referenciar aqueles que, para nós, constituem os modelos imagéticos dos ciclos artísticos assistenciais em Portugal, considerando-os testemunhos que, para além de glorificarem S. João de Deus, o colocam de forma interactiva, lado a lado com os seus interlocutores, tanto no passado como no presente.

A bibliografia que anexamos no final serve, para os mais interessados na temática, para novos ciclos de análise.

Século XVII

Escultura. *S. João de Deus patriarca.* Madeira estofada e policromada.

Localização: Capela da Casa de Saúde do Telhal. Estava no altar-mor da igreja do Convento-Hospital de S. João de Deus, em Lisboa, e actualmente em altar lateral da referida Capela.

Observações: Faz parte de um conjunto de S. João de Deus e S. Rafael.

Bibliografia específica: BORGES, Augusto Moutinho – *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834.* Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa-UNL, 2007 (Tese de Doutoramento).

Pintura. *S. João de Deus a receber o menino Jesus de N.ª Sr.ª de Guadalupe para o vestir.* Técnica a fresco.

Localização: Castelo de Vide, na Estrada do Marvão. Na sacristia da capela do extinto Real Hospital Militar de S. João de Deus. Propriedade privada.

Observações: Julgamos que este painel seria o primeiro de uma série, que por motivos que desconhecemos não foram concluídos.

Bibliografia específica: BORGES, Augusto Moutinho – *Iconografia de S. João de Deus no Alentejo, Séculos XVII-XX.* In: *Revista Almansor.* Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo, 2007, n.º 6, pp. 323-375.

Século XVIII

Escultura. *S. João de Deus a transportar um louco.* Madeira estofada e policromada.

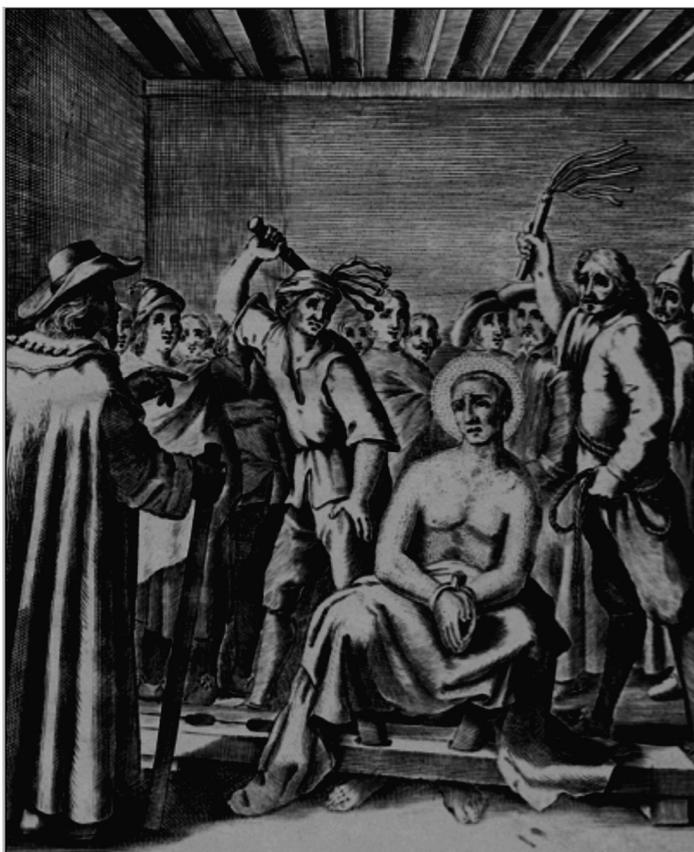
Localização: Castelo Branco. Museu da Santa Casa da Misericórdia.

Observações: Faz parte de um conjunto de S. João de Deus e da Rainha Santa Isabel de Portugal.

Bibliografia específica: FONSECA, Jorge – *Catálogo de exposição de Escultura e pintura sobre S. João de Deus.* Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo, 1995.

¹⁹ Sobre a representação do lava-pés vide GAMEIRO, Aires, O.H., e BORGES, Augusto Moutinho – «Alegorias da Fé: S. João de Deus». In: *Catálogo O azulejo nas Caldas da Rainha: Memória, Cerâmica, Brilho, Expressão e Narrativa Alegórica.* Caldas da Rainha: Museu do Hospital e das Caldas, 2007, pp. 7-11.

Pintura. *S. João de Deus internado no Hospital Real de Granada a receber o tratamento dado aos loucos.* Azulejo.



TRINCHERA, 1773, p. 104

Localização: Lisboa, no átrio do Convento-Hospital de S. João de Deus, Rua das Janelas Verdes à Pampulha. Actual comando da Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana.

Observações: Faz parte de um conjunto de sete painéis de azulejo com as figurações do *Nascimento de S. João de Deus*, *S. João de Deus pastor em Oropesa*, *S. João de Deus caiu do cavalo e foi ajudado por N.ª Sr.ª*, *S. João de Deus soldado alimentado pelo maravilhoso*, *S. João de Deus ouve o sermão de S. João de Ávila*, *S. João de Deus internado no Hospital Real de Granada a receber o tratamento dado aos loucos*, *S. João de Deus acusado de bruxaria por acender uma fogueira quando chovia*.

Bibliografia específica: BORGES, Augusto Moutinho – *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834*. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa-UNL, 2007 (Tese de Doutoramento), BROCHADO, Idalino da Costa (coord.), *São João de Deus, homenagem de Portugal ao seu glorioso filho, 1550-1950*. Lisboa: Bertrand, 1950, pp. 223-231. SILVA, Manuel Ferreira da – «S. João de Deus no contexto geral da história». In: *Hospitalidade com S. João de Deus no coração da história*. Lisboa: Hospitalidade-Rei dos Livros, 1994, pp. 77-115.

Século XIX

Escultura. Não temos referências.

Pintura. *S. João de Deus na enfermaria com um doente, ajudado por S. Rafael.* Azulejo.

Localização: Lisboa. Na actualidade está na escadaria secundária do Hospital de S. José.

Observações: O registo encontrava-se na antiga enfermaria S. João de Deus, que depois foi adaptada a biblioteca. Com obras de remodelação foi retirado e aplicado no local onde hoje se encontra.

Bibliografia específica: BORGES, Augusto Moutinho – *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitalários de S. João de Deus, 1640-1834*. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa-UNL, 2007 (Tese de Doutoramento), PINA, Madalena Esperança – *Traços da Medicina na azulejaria de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa-UNL, 2007 (Tese de Doutoramento), VELOSO, António Barros e ALMASQUÉ, Isabel – *Hospitais Cívicos: História e Azulejos*. Lisboa: Inapa, 1996.

Século XX

Escultura. *S. João de Deus com o doente ao colo.* Madeira estofada e policromada.

Localização: Lisboa. Sede da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.

Autoria: Mestre José Ferreira Thedim, 1928.

Observações: Foi Prémio Internacional de Escultura de arte sacra.

Bibliografia específica: TEDIM, José Manuel – «*As estátuas de S. João de Deus da responsabilidade da oficina do Comendador José Ferreira Thedim, o escultor da imagem de S. João de Deus, da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*». In: *75 anos da Restauração da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus*. Lisboa: Alcalá-OHSJD, 2006, pp. 222-228.

Pintura. *Vida e Obra de S. João de Deus.* Técnica a fresco.

Localização: Lisboa. Igreja S. João de Deus.

Autoria: Mestre Domingos Rebelo, 1952.

Observações: Tríptico.

Bibliografia específica: BORGES, Augusto Moutinho – «*As pinturas do Mestre Domingos Rebelo no Alentejo*». In: *Revista Almansor*. Montemor-o-Novo: CM Montemor-o-Novo, 2008, n.º 7, pp. 212-231.

Conclusão

Podemos, pela arte, analisar as diversas facetas assistenciais que caracterizam o agir universal de S. João de Deus.

A sua iconografia está difundida pelo mundo centrada, essencialmente, no tema da prática assistencial, quer na globalidade, quer especificamente no cuidado ao doente do foro psiquiátrico.

Do levantamento e inventariação que fizemos em Portugal, apresentamos alguns exemplos que, julgamos, representam a acção paradigmática universal do agir em S. João de Deus.

(Página deixada propositadamente em branco)

MUDANÇAS DE PARADIGMA NA PSIQUIATRIA PORTUGUESA

Uma nota prévia sobre a génese do conceito de paradigma, para relembrar que as investigações de Thomas S. Kuhn provêm de disciplinas que ele dominava perfeitamente: a astronomia e a física teórica, precisamente dois exemplos de ciências do conhecimento rigorosas. Ora a psiquiatria, ramo da medicina, não é uma ciência, mas um conjunto articulado de dados semiológicos e clínicos correlacionados entre si e, sem dependência hierárquica, com um grupo heterogéneo de disciplinas, desde a anatomia e a neurofisiologia até à psiquiatria psicodinâmica e à psicologia experimental, sem esquecer os importantes contributos das ciências sociais. Salvaguardadas pois as especificidades e afastado o risco de extrapolações simplistas e erróneas, podemos dizer, com Lanteri-Laura, que é manifestamente útil ao menos heurísticamente, tentar um exercício histórico/epistemológico, embora arriscado, utilizando este conceito de paradigma; Lanteri-Laura, a quem ouvi dizer que a psiquiatria é um saber, um saber-fazer e também um fazer-saber, citando Pierre Bourdieu e a sua «Teoria da Prática».

Regressemos aos primórdios do século XIX e à obra fundadora de Philippe Pinel (1745-1826), que no «*Traité Medico-Philosophique sur L'alienation mentale*» escreveu que «A feliz influência exercida nos últimos tempos sobre a medicina pelo estudo das outras ciências, não permite já dar à alienação o nome de loucura, porque, dessa maneira, pode ter um alcance indeterminado e estender-se sobre todos os erros e confusão das que é susceptível a espécie humana, o qual graças à debilidade e à depravação do homem, não teria limites. Deve-se então agrupar nesta categoria todas as ideias falsas e inexactas que formámos dos objectos, todos os erros salientes da imaginação e do juízo, tudo o que irrita ou provoca desejos fantásticos? Isso seria erigir-se em censor supremo da vida privada e pública dos homens, abarcar nessa perspectiva a história, a moral, a política e mesmo as ciências físicas...»

Compreende-se assim que nesse movimento conceptual Pinel fale de «**alienação mental**» e a distinga de um desvio jurídico ou ético da conduta, e a situe ao mesmo tempo como uma enfermidade, mas diferente de todas as outras, em particular das afecções simpáticas ou sintomáticas do cérebro, que deviam ser tratadas nos hospitais gerais, enquanto que a Alienação Mental só o deveria ser em estabelecimentos especializados para o seu Tratamento Moral.

O alienado ficava assim separado do criminoso e do delincente, assim como dos enfermos tributários da medicina geral, organizado em torno da escola de Paris e suas

instituições hospitalares. A alienação era uma enfermidade única, que podia ter várias apresentações sindrômicas, cuja semiologia distinta devia ser reconhecida a fim de as distinguir de outras enfermidades. A alienação mental apresentava assim quatro formas semiológicas típicas (o idiotismo, a demência, a mania e a melancolia).

Este primeiro período vai do fim do século das Luzes até meados do século XIX (paradigma da alienação mental) quer na tradição psiquiátrica francesa, germânica, italiana ou inglesa. Facto central deste período é também a construção dos Asilos¹.

A crítica de Jean-Pierre Falret à concepção de alienação mental de Pinel e Esquirol, inaugura o novo período, ou «**paradigma das doenças mentais**». Vai surgindo a distinção de certo número de afecções irreduzíveis entre si, e cujo conjunto escapa à unidade ou unificação, e que vai até aos anos 20 do século XX. Todo este período pode também ser designado como de Naturalismo Psiquiátrico. O edifício mais perfeito que coroa o período paradigmático das doenças mentais foi levado a cabo por Emil Kraepelin (1856-1926)².

As doenças mentais são pois espécies mórbidas naturais, irreduzíveis entre si. Começa a defender-se a necessidade de fazer reentrar a psiquiatria na medicina, há uma clara medicalização ou apropriação médica nalguns casos discutível, como por exemplo a propósito das perversões ou do suicídio. Tratava-se de uma posição doutrinal, pois continuavam a edificar-se asilos, e só após a I Guerra Mundial surgem os primeiros serviços abertos. Há diferenciações no tratamento, indicações e contra-indicações. Alguns medicamentos acalmavam a angústia e surgem depois os anti-epilépticos e os hipnóticos. O trabalho era utilizado para a prosperidade das instituições, mas alguns autores, como Herman Simon começam a dar-lhe finalidade terapêutica.

Em Portugal este é o período dos grandes alienistas, que desenvolveram e consolidaram a psiquiatria e a sua institucionalização (Miguel Bombarda, Júlio de Matos, Magalhães Lemos, Sobral Cid).

Este segundo paradigma das doenças mentais começa a entrar em crise para os finais dos anos 20: critica-se a atitude semiológica dos clássicos e a multiplicação de espécies mórbidas. Algumas grandes personalidades tinham sido arautos de novas visões da psicopatologia, e são figuras de transição para o terceiro paradigma (Freud, Janet, Bleuler, Jaspers). Começa a impôr-se mercê de influências diversas e cruzadas, convergentes e às vezes antagonistas, um novo paradigma dito das «**grandes estruturas psicopatológicas**»: a psicologia da forma (gestalt), a neurologia globalista, a filosofia fenomenológica, a psicanálise. Há um certo retorno à unidade embora com subdivisões inevitáveis, sendo a polarização principal à volta da dicotomia estruturas neuróticas versus estruturas psicóticas. Há uma nova relação entre história e estrutura e a introdução de novos autores das ciências humanas e da filosofia, de que são exemplo as figuras de Minkowski, Kretschmer e Henri Ey; (Minkowski utilizando o pensamento de Bergson, Kretschmer, o Neo-Kantismo, Henri Ey cujo organodinamismo tenta conciliar a obra do neurologista H. Jackson com a psicanálise de Freud e outros autores da escola alemã e francesa).

¹ Entre nós o melhor representante deste período é o médico Bernardino António Gomes (filho).

² Houve excepções e resistências. Morel (1809-1873), o autor do Tratado das Degenerescências manteve-se fiel à concepção da unidade absoluta da alienação mental. Interessado em aspectos etiológicos, deve em parte a Lamarck a influência para a sua obra, que é claramente pré-darwiniana.

Em Portugal, Barahona Fernandes é o maior representante deste terceiro paradigma. A psicopatologia toma agora uma importância central. Incrementam-se as terapias físicas por um lado, mas por outro desenvolvem-se a psicanálise, a sugestão e a hipnose, diversificam-se as técnicas terapêuticas, incluindo terapias de grupo, o psicodrama e mais tarde os psicofármacos. Também surge mais tarde a influência das ciências sociais, nomeadamente após a II Guerra Mundial. Este terceiro grande período estende-se até final dos anos 60, surgindo depois um conjunto muito diversificado de orientações e influências intrínsecas mas também extrínsecas à Psiquiatria.

Em Portugal, a grande figura da reforma na organização, legislação e ensino oficial da Psiquiatria é Júlio de Matos (1856-1922), também o maior tratadista da Psiquiatria Portuguesa. Positivista, e alienista-filósofo nas palavras de Barahona Fernandes, fundador com Teófilo Braga da revista «O Positivismo», republicano (do sector mais conservador do republicanismo português), delineou a construção do Hospital que leva o seu nome, inaugurado muito mais tarde.

Num trabalho de 1908 em que faz um balanço sobre a psiquiatria em Portugal de singular clareza, diz a certa altura num trecho fundamental para o tema que tratamos: «No louco vemos o **doente** que Pinel dignificou, não vemos o **agente degenerativo** que a psiquiatria contemporânea pôs em relevo». E parte para exemplificações significativas do seu pensamento: «a hospitalização dos alienados não é só um problema de beneficência; é ainda e sobretudo, um problema de defesa social, cuja solução incumbe aos governos e não pode confiar-se aos exclusivos sentimentos individuais»; e depois «na França, Bélgica, Itália, Alemanha sobretudo, a hospitalização oficial de alienados progride incessantemente, com uma especialização que todos os dias se afirma»; outro exemplo: «muitos crimes são obra sua; e a procriação destes seres anormais constitui, mercê da herança, uma das causas mais poderosas da degenerescência das raças. Se a piedade nos compele a protegê-los, os interesses superiores da espécie obrigam-nos a evitar o seu convívio». A hospitalização seria para Júlio de Matos a medida que harmonizava estas duas ordens de impulsos na aparência contraditórios, «sendo para o louco um abrigo e inigualável meio de tratamento, o manicómio é para a sociedade o único instrumento eficaz de defesa». Percebe-se claramente a reconversão da teoria da degenerescência tornada uma espécie de determinismo ou fatalidade biológica, acusando já a influência de autores como Spencer, Lombroso e uma certa leitura de Darwin. Denunciando o facto de não existir ensino oficial da Psiquiatria em 1908, enfatizava a necessidade de «se partirem os moldes espiritualistas da psicologia tradicional». Nos outros alienistas como Magalhães Lemos, Miguel Bombarda ou Bettencourt Rodrigues, encontramos a mesma concepção geral da hospitalização de alienados. Em tom mais moderado e neutro em Magalhães Lemos, mais radical e emocionalmente carregado em Bombarda, ao definir o manicómio como devendo ser ao mesmo tempo asilo, prisão, oficina, laboratório, quartel e hospital. Não se tratava só do corolário de uma era pré-psicofarmacológica como por vezes se diz, mas também consequência lógica de concepções psiquiátricas decorrentes de princípios filosóficos naturalistas, de várias matizes.

Por razões ideológicas, circunstâncias sociais e políticas, e influências científicas que precisam de ser estudadas, os alienistas portugueses, neste período de consolidação científica e organizativa da especialidade, ficaram mais próximos de autores como Krafft-Ebing, Magnan e Eugénio Tanzi, isto é, dos maiores arautos e difusores das

ideias de degenerescência na psiquiatria, e muito menos de figuras mais pura e simplesmente clínicas como Chaslin, Seglas e mesmo Ballet e Ball, que criticavam a extensão excessiva do conceito de degenerescência ou manifestavam fundadas reservas à sua validade conceptual.

Quanto a Sobral Cid (1877-1941) que sucedeu a Júlio de Matos na cátedra de psiquiatria em Lisboa em 1923, a sua obra é de transição entre o segundo e o terceiro período paradigmático porque nele se repercutem influências de autores e disciplinas que representam o apogeu do segundo paradigma e outros que iniciam o afastamento progressivo desta concepção. Quando num trabalho de 1924 considera que se atinge a compreensão científica de uma psicose quando chegamos à inteligência psicológica dos actos do alienado consideradas como manifestação de uma personalidade e das suas reacções sobre o meio, colocando-a a par e em paralelo com a explicação causal em termos anatomo-fisiológicos, ou quando afasta de forma inquestionável o conceito de degenerescência, opera um passo fundamental na direcção da psiquiatria moderna e na ultrapassagem do naturalismo psiquiátrico.

Trata-se também de um começo de compreensão da mente do paciente: superação da redução biológica naturalista com integração da dimensão psicológica, com a aceitação dos mecanismos psicológicos de defesa, procura da compreensibilidade dos sintomas, e o sublinhar do papel da afectividade. A partir daí constitui-se uma escola de psicopatologia com repercussões assistenciais e na prática institucional. Embora aceite unidades asilares para os totalmente inválidos e colónias agrícolas, Sobral Cid defende a localização do hospital psiquiátrico na cidade universitária, os serviços abertos, a ocupação e o divertimento dos doentes, a assistência social e a assistência familiar. Frente à filosofia «institucionalizadora» dos seus antecessores, anote-se a atenção à identidade individual dos pacientes e à sua preservação com exemplos de textos publicados entre 1927 e 1931; «a assistência psiquiátrica contemporânea, longe de propugnar pelo asilamento sistemático de todos os alienados, tem antes por objectivo dominante evitar na medida do possível o seu internamento, e quando ele se torna necessário, reduzir ao mínimo a sua duração». E «a nota dominante deste movimento evolutivo da assistência psiquiátrica é a tendência comum a todos os países cultos, a resolver o antigo complexo asilar num conjunto de organismos ou institutos de assistência nitidamente diferenciados e tendo em vista respectivamente a terapêutica, a profilaxia e a revalorização social do alienado». Ou ainda quando insiste na adopção de um regime individual, menos rigoroso no internamento e a defesa do *open-door*. Insiste igualmente na defesa do trabalho do serviço social, estabelecendo um contacto regular «e relações seguidas entre corpo clínico, doente e família, no sentido da revalorização social e pragmática dos doentes».

Sobre o universo asilar já não há grandes entusiasmos ou ilusões como se constata; «a praxe asilar mostra-nos que o internamento prolongado do esquizofrénico, longe de ter qualquer utilidade, lhe é em regra extremamente nocivo, pois que, favorecendo as tendências autistas, de certo modo consolida a sua desinserção do mundo real» e noutro trecho, «especialmente destinado a assegurar o internamente prolongado, muitas vezes definitivo dos doentes que lhe eram confiados, o asilo tendia naturalmente a converter-se numa espécie de depósito ou albergue de alienados». Daqui resulta a indicação imperativa de alta precoce ou antecipada, acrescenta.

Concluindo, a psiquiatria é o ramo da medicina em que a complexidade epistemológica e a presença dos valores está particularmente presente e de forma aguda. O grau de abstracção que requer a análise dos **factos** e dos **valores** em psiquiatria, o seu papel essencial na teoria e as suas decisivas aplicações práticas, e ainda a profunda relação que há entre uns e outros, torna necessária uma reflexão profunda e contínua sobre o rigor metodológico na avaliação dos factos clínicos e a complexa teia de valores que inevitavelmente os impregnam.

BIBLIOGRAFIA

- BERRIOS, German E. – *The History of Mental Symptoms*. Cambridge University Press. 1996.
- BYNUM, W.F.; PORTER, Roy; SHEPHERD, Michael – *The Anatomy of Madness*. Tavistock, London. 1985.
- CID, J. M. Sobral – *Obras*. Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1/2. Lisboa. 1983/84.
- FERNANDES, Barahona – *A Psiquiatria em Portugal*. Roche, Lisboa. 1984.
- LANTÉRI-LAURA, G. – *Psychiatrie et Connaissance*; Sciences en Situation, Paris. 1991.
- , *Essai sur les Paradigmes de la Psychiatrie Moderne*; Editions du Temps, Paris. 1998.
- MATOS, Júlio de – *Os Alienados em Portugal* in «Notas sobre Portugal», vol. 1. Imprensa Nacional. Lisboa. 1908.
- MICALE, Mark S.; PORTER, Roy – *Discovering the History of Psychiatry*. Oxford University Press. 1994.
- PEREIRA, J. Morgado – *Institucionalização e Reorientação da Psiquiatria Portuguesa nas Primeiras décadas do século XX*. In «Estudos do século XX»; n.º 5 – Ciência, Saúde e Poder. Ariadne Editora, Coimbra. 2005.
- PINEL, Philippe – *Traité Médico-Philosophique sur L'Aliénation Mentale*; 2ª Edição. Paris. 1809.
- POSTEL, Jacques – *Éléments pour une Histoire de la Psychiatrie Occidentale*. L'Harmattan, Paris. 2007.

(Página deixada propositadamente em branco)

O PARADIGMA DARWINIANO DA HISTÓRIA NATURAL

«the laws governing inheritance are for the most part unknown»,
The origin of species... Sixth edition, with additions and corrections.

London, John Murray, 1873, (edição definitiva) p. 10.

1. Introdução à lógica darwiniana da vida

Em qualquer parte do mundo, é voz corrente que o paradigma darwiniano da história natural defendido em 1859 é um paradigma inovador¹ face à narrativa estática e teleológica da história natural ainda dominante, na época vitoriana. De facto, desde o dia 24 de Novembro de 1859 até aos dias de hoje de 2009, ano do duplo aniversário (200 anos do nascimento de Darwin e 150 anos da publicação da *Origem das espécies*), a nova lógica da vida construída pelo naturalista inglês conheceu uma história complexa, mas de sucesso, que reforçou a sua substância epistemológica. Recorrendo aos clássicos, diremos, em duas palavras, que a obra inaugural *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*, fez de Darwin o «Newton da biologia»², no sentido em que o «longo argumento»³ da sua teoria da «mutabilidade das espécies»⁴ revolucionou a ciência dos seres vivos.

¹ Vide, entre centenas de catálogos, *Darwin 200. 1809/2009*, Catálogo de exposição, Viana do Castelo, C.M.I.A., 2009; *A evolução de Darwin*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009; John Van Wyhe, *Darwin. The story of the man and his theories of evolution*, Andre Deutsch, 2008.

² Julian Huxley, *O pensamento vivo de Darwin*. Trad. e notas Paulo Sawaya. São Paulo, Livraria Martins, 1940, p. 20. Vide também: Michael Ruse, «Darwinism fleurit!», *Isis*, Chicago, 88(1) 1997, pp. 111-117; François Jacob; André Langaney, «Genèse et actualité de la théorie de l'évolution», *La Recherche*, Paris, 296, 1997, pp. 18-25.

³ «...this whole volume is one long argument...», Charles Darwin, *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. (A reprint of the first edition). With a foreword by Dr. C. D. Darlington. London, Watts & Co., 1950, p. 389.

⁴ «the mutability of species», Idem, *ibidem*, p. 409. Ou: «the theory of descent with modification», *ibidem*, p. 147; «the theory of natural selection», *ibidem*, p. 167; «the doctrine of the modification of species», *ibidem*, p. 409.

Em termos historiográficos é assim: as autoridades já consagradas do domínio da história e da epistemologia das ciências da vida atribuem o estatuto de revolução científica⁵ à teoria darwiniana. A justificação deste estatuto baseia-se, em vários argumentos, sobretudo no poder unificador da teoria, no seu «unificatory pattern»⁶, um critério que foi apresentado pelo próprio naturalista inglês, desde 1868, nos seguintes termos: «I believe in the truth of the theory, because it collects, under one point of view, and gives a rational explanation of many apparently independent classes of facts»⁷, tais como, a sucessão geológica dos seres organizados, a sua distribuição nos tempos passados e nos actuais, as suas afinidades mútuas e as suas homologias⁸. Por outro lado, a defesa do estatuto de revolução científica da teoria darwiniana implica a sua demarcação do fixismo essencialista e também do transformismo de Lamarck. Neste sentido, o clássico François Jacob, num livro marcante e inesgotável, dá corpo ao argumento segundo o qual a teoria darwiniana, textualmente, «n'est pas simplement le prolongement d'une pensée transformiste qui aurait commencé à s'exprimer avec Buffon et Lamarck. C'est l'effet d'un changement dans la manière même de considérer les objects, le résultat d'une attitude radicalement nouvelle qui apparaît au milieu du XIX^e siècle»⁹.

Darwin inaugurou um novo código de leitura da complexidade e da historicidade dos organismos vivos, irredutível ao mecanicismo¹⁰), ainda que a descendência com

⁵ Nalguns casos o termo revolução consta do título de trabalhos capitais neste domínio. Vide, entre outros, Gertrude Himmelfarb, *Darwin and the darwinian revolution*, London, Chatto & Windus, 1959; John C. Greene, «O paradigma kuhniano e a revolução darwinista na história natural». In: *História e Prática das Ciências*, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1979, pp. 117-150; John C. Greene, «La révolution darwinienne dans la science et la vision du monde». In: *Nature, Histoire, Société. Essais en hommage à Jacques Roger*, s.l., Klincksieck, 1995, pp. 79-97; Michael Ruse, *La revolución darwinista (La ciencia al rojo vivo)*. Versión española de Carlos Castrodeza. Madrid, Alianza Editorial, 1983; D. R. Oldroyd, *Darwinian impacts. An introduction to the darwinian revolution*, Milton Keynes, The Open University Press, 1980; Denis Buican, *La révolution de l'évolution. L'évolution de l'évolutionnisme*, Paris, P.U.F., 1989; Patrick Tort, «La seconde révolution darwinienne». In: *Darwinisme et société*. Direction de Patrick Tort, Paris, Presses Universitaires de France, 1992, pp. 1-7; B. Continenza, «La teoria darwiniana tra evoluzione e rivoluzione». In: Guido Cimino; Bernardino Fantani, *Le rivoluzioni nelle scienze della vita*, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1995, pp. 109-126; Antonello La Vergata, «Che rivoluzione fu la rivoluzione darwiniana?». In: Guido Cimino; Bernardino Fantani, *Le rivoluzioni nelle scienze della vita, ob. cit.*, pp. 101-108.

⁶ Vide: Arthur L. Caplan, «The nature of darwinian explanation: is darwinian evolutionary theory scientific?», in: Laurie Rohde Godfrey, *What Darwin began. Modern darwinian and non-darwinian perspectives on evolution*. Edited by Laurie Rohde Godfrey. Boston e outras, Allyn and Bacon, 1985, pp. 24-35. À pergunta formulada, o autor responde positivamente: «when a theory manifests a *unificatory pattern* as powerful as that found in Darwinian theory's struggle for existence and natural selection, then scientists will go to great lengths (in the case of Darwinism a sustained effort of 125 years thus far) to preserve and defend the soundness of that basic pattern of explanation against apparent counter-examples, puzzles, and even empirical refutations», *ibidem*, p. 35. Itálico nosso.

⁷ Charles Darwin, *The variation of animals and plants under domestication*. (A reprint of the second editon, London, John Murray, 1885). Delhi, Daya Publishing House, 1989, vol. 1, pp. 13-14.

⁸ Vide: Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 8 e ss.

⁹ François Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*, Paris, Éditions Gallimard, 1970, p. 190.

¹⁰ Vide: Marcello Cini, «Sciences galiléennes et sciences darwiniennes». In: *Les pouvoirs de la science. Un siècle de prise de conscience*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1987, pp. 67-82.

modificações se processe através de um mecanismo chave: a selecção natural. Mas, a selecção natural¹¹, que preserva as variações individuais favoráveis ao processo adaptativo e elimina as variações nocivas, é um poder criador sem projecto apriorístico¹² que «trabalha sobre variações *não orientadas* e muda a população, conferindo maior êxito reprodutivo às variantes vantajosas»¹³. Para acentuar a criatividade da selecção natural, os fundadores do neo-darwinismo contemporâneo¹⁴ traduziram-na metaforicamente. «A selecção natural [é] comparada a um compositor por Dobzhansky; a um poeta por Simpson; a um escultor por Mayr; e precisamente ao Sr. Shakespeare por Julian Huxley»¹⁵. Por seu turno, Stephen Jay Gould, o conceituado paleontólogo americano e historiador da teoria da evolução, co-autor do evolucionismo pontualista (*punctuated equilibria*)¹⁶, sublinha a justeza das referidas metáforas. À semelhança do músico, do poeta ou do escultor que dão forma às notas, às palavras e à pedra, também a selecção natural trabalha a partir de uma matéria prima, a variação individual, favorecendo a conservação e a disseminação das variações úteis e eliminando as nocivas¹⁷. A matéria prima não é apenas joeirada. Como acentuou François Jacob, as variações são integradas e dispostas «em conjuntos adaptativamente coerentes, ajustados durante milhões de anos e milhões de gerações, em resposta ao desafio do meio ambiente. É a selecção natural que [...] lentamente, progressivamente, elabora estruturas cada vez mais complexas, órgãos novos, espécies novas»¹⁸. Na «bricolagem da evolução»¹⁹), os factores decisivos são a aleatoriedade das variações e a constante interacção dos organismos com o meio; este enunciado é simples, mas encerra os «atalhos sinuosos da contingência»²⁰ que marca toda a história da vida. Assim sendo,

¹¹ A definição dada em 1859 é a seguinte: «this preservation of favorable variations and the rejection of injurious variations I call Natural Selection», Charles Darwin, *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, p. 70. Na edição definitiva lê-se: «this preservation of favorable individual differences and variations, and the destruction of those which are injurious, I have called Natural Selection, or the Survival of the Fittest», Charles Darwin, *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Sixth edition, with additions and corrections. London, John Murray, 1873, p. 63.

¹² Vide o diagrama da árvore da vida construído por Charles Darwin, *On the origin of species...* (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, pp. 87-113.

¹³ Stephen Jay Gould, *O polegar do panda. Reflexões sobre história natural*, Lisboa, Gradiva, s. d., p. 87, sublinhado do Autor; vide também Charles Darwin, *On the origin of species...* (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, pp. 38-51.

¹⁴ Vide: Daniel Dreuil, «Néo-darwinisme. Neo-Darwinism». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 2 (Dir. Patrick Tort), Paris, Presses Universitaires de France, 1996, pp. 3165-3184.

¹⁵ Stephen Jay Gould, *O mundo depois de Darwin*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 36.

¹⁶ Vide: Ana Leonor Pereira, «[Recensão crítica de] Stephen Jay Gould, O polegar do panda. Reflexões sobre história natural. Lisboa, Gradiva, s. d., 370 p.», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 12, 1990, pp. 471-476.

¹⁷ Cf. Stephen Jay Gould, *O mundo depois de Darwin*, *ob. cit.*, p. 36 e ss.

¹⁸ François Jacob, *O jogo dos possíveis. Ensaio sobre a diversidade do mundo vivo*, Lisboa, Gradiva, 1985, p. 34.

¹⁹ Vide: Idem, *ibidem*, pp. 57-97.

²⁰ Stephen Jay Gould, *A vida é bela*, Lisboa, Gradiva, s. d., p. 287.

a teoria da descendência com modificações por selecção natural demarca-se também dos teleologismos vitalistas que caracterizam quer o fixismo essencialista tradicional quer o transformismo pretérito como o de Lamarck. No dizer de François Jacob «a concepção darwiniana tem, por isso, uma consequência fatal: o mundo vivo actual, tal como o vemos à nossa volta, é apenas um entre muitos possíveis. (...) Poderia muito bem ser diferente. Poderia mesmo não existir»²¹. Por seu turno, Stephen Jay Gould argumenta que a contingência é o selo da teoria darwiniana e não apenas um corolário²² da mesma.

2. A construção da *teoria da descendência com modificações por selecção natural*

A construção e, finalmente, a emergência da teoria darwiniana, em 1859, é um assunto inesgotável que, em nosso entender, ganha inteligibilidade no quadro dos modelos explicativos que se propõem ultrapassar a clássica distinção entre história (internalista e externalista) da ciência e filosofia da ciência²³. Não é nosso propósito colocar todos os factores em rede e, nessa base, pretender alcançar a compreensão plena da revolução científica darwiniana. Visamos apenas assinalar, com o sentido crítico possível, alguns dos factores mais divulgados como tendo sido factores estruturantes ou desencadeantes da revolução darwiniana.

De acordo com Marjorie Grene²⁴, a biografia de Darwin é insuficiente para explicar a revolução científica que o naturalista inglês operou, mesmo que ela seja iluminada por múltiplos factores, desde os geográficos aos sociais, além dos culturais e científicos. Todavia, como bem demonstrou Michael Ruse, a contextualização do autor e da sua obra tem o mérito de combater o mito do génio criador, isolado da comunidade científica do seu tempo²⁵, concepção alimentada, sobretudo, pela perspectiva indutivista da criatividade científica. Com efeito, o aprofundamento dos contextos, intra e extra científicos, pode conduzir à reavaliação da célebre viagem do Beagle, tradicionalmente vista como a condição *sine qua non* da emergência da teoria darwiniana.

Assim sendo, é possível questionar se a viagem de circum-navegação feita por Darwin, a bordo do navio Beagle comandado pelo capitão Fitzroy, entre 1831 e 1836²⁶,

21) François Jacob, *O jogo dos possíveis. Ensaio sobre a diversidade do mundo vivo*, ob. cit., pp. 34-35.

22) Vide: Stephen Jay Gould, *A vida é bela*, ob. cit., sobretudo p. 308.

23) Vide: a valiosa proposta de João Maria André, «Da história das ciências à filosofia da ciência. Elementos para um modelo ecológico do progresso científico», *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, 10, 1996, pp. 315-359.

24) Vide: Marjorie Grene, «Recent biographies of Darwin: the complexity of context», *Perspectives on Science*, Chicago, 1 (4), 1993, pp. 659-675.

25) Vide: Michael Ruse, *La revolución darwinista (La ciencia al rojo vivo)*, ob. cit., pp. 53-58.

26) Vide: Charles Darwin, *The voyage of the «Beagle». Journal of researches into the natural history and geology of the countries visited during the voyage round the world of H. M. S. «Beagle»*, London, The Amalgamated Press, 1905; Charles Darwin, *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Trad. J. Carvalho. Rio de Janeiro, Cia. Brasil Editora, 1937; Jean Marc Drouin, «De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes». In: Michel Serres, *Éléments d'histoire des sciences*, Paris, Bordas, 1989, pp. 321-335; Alan Moorehead, *Darwin. La expedición en el Beagle (1831-1836)*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1989.

foi o acontecimento *sine qua non* que decidiu a carreira de Darwin e que, portanto, terá decidido o futuro das ciências da vida e do homem. Como é por todos bem sabido, durante 5 anos à volta do mundo no *Beagle*, Darwin fez pesquisas geológicas, colecionou, sem restrições, volumes impressionantes de dados paleontológicos, botânicos, zoológicos e outros. Terá sido a observação desses factos, nomeadamente dos ossos dos mamíferos fósseis gigantes da América do Sul, das tartarugas e dos tentilhões das Galápagos, da fauna marsupial da Austrália, etc., que gradualmente despertou o seu espírito para a ideia de descendência com modificações, como advoga, entre outros, Jorge Enrique Adoum²⁷.

É indiscutível que a viagem do *Beagle* foi crucial e que, tanto o contacto directo com a natureza, como a observação comparativa dos inúmeros testemunhos colectados impuseram na sua mente a dúvida em relação ao fixismo e, como argumenta Stephen Jay Gould, «destruíram a fé de Darwin na imutabilidade das espécies»²⁸. De facto, data de finais da década de trinta do século XIX, o chamado «intervalo decisivo»²⁹ ou o tempo de gestação da inovadora lógica da vida. Tanto quanto se sabe, o primeiro desenho darwiniano da árvore da vida data de 1837 e, em 1839, Darwin redigiu algumas notas da futura teoria da descendência com modificações e nelas estabelecia já o paralelo entre selecção natural e selecção artificial³⁰. Posteriormente, em 1842³¹, Darwin faz o primeiro esboço da sua teoria e, em 1844³², escreve um longo manuscrito, cujo plano é praticamente idêntico à estrutura da obra de 1859.

Algumas investigações sobre a revolução darwiniana combatem a sobrevalorização, quer da viagem do *Beagle*, quer da interacção directa do cientista com a natureza, alimentada pelo próprio Darwin³³, e trazem para primeiro plano os factores contextuais, sobretudo, intra-científicos. Assim, defende-se que foi o extraordinário desenvolvimento da biologia³⁴ entre 1838 e 1859 (estudos embriológicos, estudos das estruturas orgânicas, do registo fóssil, da distribuição geográfica e outros) que possibilitou a

²⁷ Vide: Jorge Enrique Adoum, «Les Galapagos. L'origine de l'origine», *Le Courrier de l'Unesco*, Paris, 35 5) Maio 1982, pp. 24-28.

²⁸ Stephen Jay Gould, *O mundo depois de Darwin*, *ob. cit.*, p. 17.

²⁹ Vide: Germano da Fonseca Sacarrão, «Apontamentos sobre o darwinismo», *Naturália*, Lisboa, nov. sér., (2) Jan. 1982, pp. 30-32; (3) Maio 1982, p. 29.

³⁰ Vide: Daniel Becquemont, «Introduction». In: Charles Darwin, *Ébauche de l'origine des espèces (Essai de 1844)*. Traduction de Charles Lameere, revue, complétée et annotée par Daniel Becquemont. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1992, p. 7.

³¹ Vide: Charles Darwin, *The foundations of the origin of species, a sketch written in 1842*. Edited by his son Francis Darwin. Cambridge, Printed at the University Press, 1909.

³² Apenas pudemos consultar a edição francesa, Charles Darwin, *Ébauche de l'origine des espèces (Essai de 1844)*, *ob. cit.*

³³ Vide: Charles Darwin, *On the origin of species...* (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, pp. 1-5; Idem, *The variation of animals and plants under domestication*. (A reprint of the second edition, London, John Murray, 1885), *ob. cit.*, vol. 1, p. 9 e ss.

³⁴ Recorde-se que o termo biologia foi criado simultaneamente por Lamarck em França e por Treviranus na Alemanha em 1802. Vide Maurice Caullery, *Les étapes de la biologie*. Nouvelle édition par le Dr. Jean Torlais. Paris, Presses Universitaires de France, 1964, p. 43.

emergência do novo paradigma³⁵. Neste sentido, também Daniel Becquemont valoriza a investigação científica em curso na época, feita no quadro do fixismo e desvaloriza a ideia dos precursores de Darwin, especialmente do avô Erasmo Darwin e de Lamarck. De acordo com o autor, «Darwin doit bien plus aux recherches de ses contemporains ‘fixistes’ (anatomie comparée, embryologie, paléontologie, classification, distribution géographique) qu’aux premiers évolutionnistes que sont Lamarck et Erasmus Darwin»³⁶. Na verdade, é questionável que as especulações transformistas do médico, poeta e botânico Erasmus Darwin³⁷ (avô paterno de Charles Darwin) e de Lamarck, na sua *Philosophie Zoologique* (1809)³⁸, pressupondo a harmonia do universo e a hierarquia dos seres, tenham sido fonte inspiradora para um modelo tão diferente como é o paradigma darwiniano da história natural.

Na teoria lamarckiana, os organismos são detentores de uma capacidade de adaptação ao meio que garante a regularidade da progressão dos mesmos, em harmonia com as condições mesológicas³⁹. Diferentemente, Darwin constata a luta dos seres vivos entre si, pelo território, pelo alimento, pela descendência, sendo a sobrevivência dos mais aptos (selecção natural), isto é, daqueles que apresentam variações úteis e vantajosas, o alicerce da diferenciação genealógica por divergência e isolamento⁴⁰. Na teoria lamarckiana, a progressão é contínua e harmoniosa e não se baseia em qualquer conflitualidade. Segundo François Jacob, «il n’y a jamais de crise entre les êtres et la nature, aucun combat pour la conquête d’un territoire entre les êtres eux-mêmes»⁴¹.

³⁵ Vide: Dov Ospovat, *The development of Darwin’s theory. Natural history, natural theology, and natural selection*, 1838-1859, Cambridge, University Press, 1995.

³⁶ Daniel Becquemont, *Darwin, darwinisme, évolutionnisme*, Paris, Ed. Kimé, 1992, p. 12. Vide também Thomas S. Kuhn, *A tensão essencial*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 180 e ss.

³⁷ A influência da *Zoonomia* (1794-1796) de Erasmus Darwin no transformismo lamarckiano e na teoria da descendência com modificações de Charles Darwin é admissível, mas difícil de precisar como informa Pietro Omodeo no artigo «Darwin, Erasmus 1731-1802». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l’évolution*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. 812-815. Algumas obras capitais de Erasmus Darwin foram traduzidas para português. Por exemplo: *O jardim botânico de Darwin. Ou a economia da vegetação, poema com notas filosóficas, traduzido do inglês por Vicente Pedro Nolasco da Cunha*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1803-1804. Na Academia das Ciências de Lisboa existem os seguintes manuscritos: *Phytologia, ou philosophia da agricultura e horticultura, ou compendio de geurgia e phyturgia philosophicas, por Erasmo Darwin, doutor em medicina, e da Sociedade Real de Londres, etc., em 1800. Traduzida em portuguez [por Felix Avellar Brotero]*, 3 vols. (142, 248, 175 pp.). Ms. 361-363; *Zoonomia ou as leis da vida organica. Traduzida do original inglez em portuguez*. Terceira edição corrigida. Derby, 1805 – Manuscrito de 147 pp.. Ms. 379.

³⁸ Consultámos a seguinte edição: Jean Baptiste Lamarck, *Philosophie zoologique ou exposition des considérations relatives à l’histoire naturelle des animaux. (...)*. Nouvelle édition revue et précédée d’une introduction biographique par Charles Martins. Paris, Librairie F. Savy, 1873, 2 vols.. Sobre a teoria lamarckiana, vide, nomeadamente: A. de Quatrefages, *Charles Darwin et ses précurseurs français. Étude sur le transformisme*, Paris, Germer Baillière, 1870, pp. 42-59; M.J.S. Hodge, «Lamarck: un grand changement de cadre conceptuel». In: *Nature, Histoire, Société. Essais en hommage à Jacques Roger*, s.l., Klincksieck, 1995, pp. 229-239.

³⁹ Vide: Jean Baptiste Lamarck, *Philosophie zoologique... ob. cit.*, vol. 1, sobretudo pp. 71-347. Idem, *Articles d’histoire naturelle*, Paris, Éditions Belin, 1991, pp. 78-88.

⁴⁰ Vide: Charles Darwin, *On the origin of species... (A reprint of the first edition)*, *ob. cit.*, sobretudo pp. 87 e ss.

⁴¹ François Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l’hérédité*, *ob. cit.*, p. 165. Vide também André Langaney, «Fugue à deux voix pour une théorie», *Les cahiers de science & vie*, Paris, 6, 1991, pp. 6-18.

Também Stephen Jay Gould concluiu que, em Lamarck, «a variação é dirigida automaticamente para a adaptação e nenhuma segunda força como a selecção natural é necessária»⁴². Em duas palavras, dizemos com François Jacob que, na perspectiva lamarckiana, «le monde vivant n'est pas seulement le meilleur, mais le seul possible»⁴³. Pelo contrário, no paradigma darwiniano, o mundo vivo não traz as marcas da necessidade e da harmonia perfectibilista⁴⁴, mas da aleatoriedade, da contingência, da imprevisibilidade, da imperfeição e do imprevisto⁴⁵. Conforme argumenta Stephen Jay Gould, «Darwin reconheceu que a perfeição não pode fazer prova da evolução, porque a optimização oculta os trilhos da história»⁴⁶. A optimização ou perfeita adaptação, (como no caso da perfeição aerodinâmica de uma pena) tem um poder demonstrativo da descendência com modificações muito limitado. Pelo contrário, as imperfeições, como o improvisado «polegar» do panda gigante que se desenvolveu a partir do osso sesamóide radial do pulso⁴⁷, as estruturas vestigiais ou rudimentares, os remanescentes, como o apêndice humano, etc., constituem argumentos excelentes da teoria darwiniana. No dizer de Stephen Jay Gould: «Darwin reconheceu que a prova irrefutável da evolução deve ser procurada nos desvios, nas estranhezas e nas imperfeições que jazem nos trilhos da história»⁴⁸. Por isso, Darwin concluiu: «the wonder indeed is, on the theory of natural selection, that more cases of the want of absolute perfection have not been observed»⁴⁹.

Meio século depois da *Philosophie Zoologique* de Lamarck, o *estado da arte* faz nascer a ideia de contingência da vida, uma ideia estranha ao criacionismo essencialista mas também ao transformismo lamarckiano. Neste sentido, François Jacob sublinha que «les documents paléontologiques, la distribution géographique des espèces, le développement des embryons, les phénomènes de divergence des caractères à partir d'un ancêtre commun, l'extension de certains groupes et la disparition de certains autres, tout concourt à montrer la contingence des êtres vivants et de leur formation»⁵⁰. Na base desta argumentação, pode dizer-se que foram os progressos realizados pelas

⁴² Stephen Jay Gould, *O polegar do panda. Reflexões sobre história natural*, *ob. cit.*, pp. 88-89.

⁴³ François Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*, *ob. cit.*, p. 165.

⁴⁴ Esta é também a conclusão a que chegou a conceituada especialista Yvette Conry, como é notório neste resumo condensado: «la biologie darwinienne ne définit plus la vie par une tendance à la progression par la différenciation, mais par une capacité aux variations supportées par des organismes dont la spécificité réside précisément dans une différence aléatoire, celle-ci ne se typifiant à échelle de générations que par l'écart croissant dû à l'accumulation des minima différentiels et à l'éviction des déshérités», in: *L'introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1974, p. 218.

⁴⁵ Vide: François Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*, *ob. cit.*, sobretudo p. 190. Vide, também, Goulven Laurent, «Darwin ou l'héritage refusé», *Les cahiers de science & vie*, Paris, 6, 1991, pp. 34-50.

⁴⁶ Stephen Jay Gould, *A vida é bela*, *ob. cit.*, p. 308.

⁴⁷ Vide: Ana Leonor Pereira, «[Recensão crítica de] Stephen Jay Gould, O polegar do panda. Reflexões sobre história natural. Lisboa, Gradiva, s. d., 370 p.», *art. cit.*, pp. 471-476.

⁴⁸ Stephen Jay Gould, *A vida é bela*, *ob. cit.*, p. 308.

⁴⁹ Charles Darwin, *On the origin of species...* (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, p. 400. Vide também Idem, *ibidem*, pp. 147-177.

⁵⁰ François Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*, *ob. cit.*, p. 183.

ciências da terra e da vida, na primeira metade do século XIX, que possibilitaram «a revolução bem sucedida de Darwin», e que permitem compreender a «revolução falhada de Lamarck»⁵¹, para utilizar as expressões de John Greene.

Os avanços da geologia e de várias disciplinas biológicas, nas décadas de 30, 40 e 50 do século XIX, não explicam tudo, como é obvio. Além disso, a comunidade científica internacional não mostrava sinais de uma «psicologia de crise»⁵², relativamente ao denominado paradigma estático da história natural⁵³. No termo da década de cinquenta do século XIX, os naturalistas europeus «são quase todos mais ou menos criacionistas»⁵⁴.

É sintomático que o único naturalista britânico que antes de Darwin publicou uma teoria geral de tipo evolucionista, o tenha feito anonimamente. Com efeito, o naturalista e editor escocês, Robert Chambers⁵⁵ publicou em Londres, em 1844, uma obra intitulada *Vestiges of the natural history of Creation*, alicerçada em grande parte no evolucionismo cósmico da *Naturphilosophie* germânica⁵⁶ e no transformismo de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire⁵⁷. Esta obra foi alvo de críticas reprovatórias, quer por parte da opinião pública letrada, quer por parte dos especialistas, e não conseguiu abrir alguma brecha consistente no paradigma estático da história natural.

A reacção negativa da comunidade científica internacional à obra de R. Chambers reforçou a prudência de Darwin. De facto, em 1844, data da publicação de Chambers, a teoria da descendência com modificações encontrava-se perfeitamente esboçada; mas, só seria publicada quinze anos depois⁵⁸, sob o efeito do stress provocado pela leitura do trabalho inédito que, em 1858, o naturalista A. R. Wallace enviara a Darwin do arquipélago malásio, onde fazia explorações desde 1854, continuadas até 1862⁵⁹.

⁵¹ John C. Greene, «O paradigma kuhniano e a revolução darwinista na história natural», *art. cit.*, p. 136. Sublinhado do Autor.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 141.

⁵³ Vide: Idem, *ibidem*, sobretudo p. 131 e ss. Houve, no entanto, algumas controvérsias, como o famoso debate em França entre Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e Georges Cuvier em 1830 na Academia Real das Ciências. Sobre o assunto, vide, Hervé Le Guyader, «Geoffroy Saint-Hilaire, Étienne 1772-1844, et Cuvier, Georges 1769-1832. Débat». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 2, *ob. cit.*, pp. 1867-1883; Paul Pelseneer, «Os primeiros tempos da ideia evolucionista: Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier», *Jornal de Ciências Naturaes*, Lisboa, 2 (1) Jan.-Mar. 1922, pp. 1-11.

⁵⁴ Émile Noël, *O Darwinismo hoje*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981, p. 11.

⁵⁵ Vide: Mario Di Gregorio, «Chambers, Robert 1802-1871». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. 566-567.

⁵⁶ Recorde-se que a *Naturphilosophie* foi inaugurada por J.W. von Goethe, o filósofo Schelling e os cientistas Oken e Kiemeyer, entre outros, em fins do século XVIII e princípio do século XIX. Vide «Naturphilosophie», in: *MacMillan dictionary of the history of science*. Edited by W. F. Bynum, E. J. Browne, Roy Porter. London-Basingstoke, MacMillan Reference Books, 1983, pp. 292-293; Erik Nordenskiöld, *The history of biology. A survey*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1929, pp. 273 e ss.

⁵⁷ Sobre o transformismo de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, vide A. de Quatrefages, *Charles Darwin et ses précurseurs français. Étude sur le transformisme*, *ob. cit.*, p. 60 e ss.

⁵⁸ Vide: Michael Ruse, *La revolución darwinista (La ciencia al rojo vivo)*, *ob. cit.*, pp. 234-239; Stephen Jay Gould, *O mundo depois de Darwin*, *ob. cit.*, pp. 17-22.

⁵⁹ Vide: Gérard Molina, «Wallace, Alfred Russel 1823-1913». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 3, *ob. cit.*, pp. 4565-4586.

O trabalho de Wallace intitulava-se *On the tendency of varieties to depart indefinitely from the original type*⁶⁰ e nele Darwin viu estampada uma teoria semelhante à sua teoria da descendência com modificações por selecção natural.

No seu estudo bem fundamentado, Gerhard Wichler concluiu que, até 1859, a hipótese da criação das espécies, da constância e imutabilidade das mesmas, estava firmemente instalada, sendo Cuvier a grande autoridade de referência⁶¹. Fundador da paleontologia dos vertebrados⁶² e autoridade máxima em anatomia comparada, Cuvier deu a conhecer mais de cento e cinquenta espécies fósseis de vertebrados⁶³, entre as quais monstros célebres como o *megatherium*, o *ichthyosaurus* e o *plesiosaurus*. Na verdade, Cuvier sabia decifrar os esqueletos a partir de um único fragmento ósseo. Na base do princípio da correlação das formas nos seres organizados e de outras regras, Cuvier dominava a arte «de reconnaître un genre, et de distinguer une espèce par un seul fragment d'os»⁶⁴. De acordo com a sua leitura catastrofista da história da terra conjugada com o fixismo das espécies, Cuvier defendia que os seres que se sucederam na superfície do globo no decurso dos tempos geológicos, não apresentavam entre si qualquer relação de descendência. De cada vez que o globo terrestre sofreu uma revolução súbita e instantânea, os seres vivos que nele habitavam extinguíram-se por destruição. Por isso, em seu entender, «les espèces perdues ne sont pas des variétés des espèces vivantes»⁶⁵. A cada revolução do globo correspondia a destruição das espécies então existentes, tendo a última revolução ocorrido há cinco ou seis mil anos⁶⁶. Por isso, nos arquivos da terra faltavam as formas intermediárias, isto é, testemunhos fósseis de modificações graduais. Com este argumento perturbador⁶⁷, Cuvier desautorizava o anti-catastrofismo e o transformismo de Lamarck. De facto, o paradigma

⁶⁰ Este texto foi publicado no *Journal of the Proceedings of the Linnean Society*, Agosto de 1858 e reproduzido em *The Darwin-Wallace celebration held on thursday, 1st July, 1908*, London, Linnean Society of London, 1908, pp. 98-107. Foi divulgado em francês, nomeadamente na colectânea de Alfred Russell Wallace, *La sélection naturelle. Essais*. Traduits de l'anglais sur la deuxième édition avec l'autorisation de l'auteur par Lucien de Candolle. Paris, C. Reinwald et Cie., Libraires-Éditeurs, 1872, pp. 28-44.

⁶¹ Vide: Gerhard Wichler, *Charles Darwin. The founder of the theory of evolution and natural selection*, Oxford e outras, Pergamon Press, 1961, pp. 69-77.

⁶² A obra de Georges Cuvier, *Recherches sur les ossements fossiles de Quadrupèdes*, publicada em 1812, é considerada como sendo fundadora da paleontologia dos vertebrados. Vide: Goulven Laurent, «Paléontologie (Darwin et la), Palaeontology (Darwin and)». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 3, *ob. cit.*, pp. 3329-3335.

⁶³ Vide: Georges Cuvier, *Discours sur les révolutions du globe. Avec des notes et un appendice d'après les travaux récents de Mm. De Humboldt, Flourens, Lyell, Lindley, etc. rédigés par le Dr. Hoefer*, Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et C^{ie}., 1867, sobretudo p. 40 e ss; p. 70. O *Discours*, publicado pela primeira vez em 1812 como introdução a *Recherches sur les ossements fossiles (...)* foi trazido em português: *Discurso sobre as revoluções da superfície do globo e sobre as mudanças que ellas occasionaram no reino animal*. Traduzida da sexta edição franceza em 1832 por Francisco Ferreira de Abreu. Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

⁶⁴ Georges Cuvier, *Discours sur les révolutions du globe, ob. cit.*, p. 3.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 77.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 177-178.

⁶⁷ Atente-se no argumento de Cuvier: «Pourquoi les entrailles de la terre n'ont-elles point conservé les monuments d'une généalogie si curieuse, si ce n'est parce que les espèces d'autrefois étaient aussi constantes que les nôtres, ou du moins parce que la catastrophe qui les a détruites ne leur a pas laissé le temps de se

estático da história natural era acolhido pela comunidade científica internacional, inclusive pelos maiores amigos de Darwin, o geólogo Charles Lyell, os botanistas Joseph Hooker e Asa Gray e o zoólogo Thomas A. Huxley⁶⁸.

No entanto, Charles Lyell, nos seus *Principles of geology* (1830-1832), defendia a doutrina das «causas actuais», actualismo ou uniformitarismo, segundo a qual as causas que hoje produzem mudanças mínimas, regulares e contínuas na superfície da terra são as mesmas que provocaram as mudanças outrora ocorridas⁶⁹. A história da terra não é feita de «catastrophes subites, violentes et générales»⁷⁰ como pretendia Cuvier. O tempo geológico é uniforme e a evolução lenta e progressiva da face da terra resulta da acção de constantes agentes naturais que, em todos os períodos geológicos, produzem efeitos idênticos⁷¹. Apesar do seu uniformitarismo geológico, Lyell não aceitava a teoria transformista no mundo orgânico, tendo permanecido fixista até à revolução darwiniana em 1859. Nos seus *Principles of geology*, a teoria lamarckiana era longamente exposta e refutada⁷², o que pode ser tomado como mais um indicativo da vigência do paradigma estático até 1859⁷³.

A obra geológica de Lyell foi uma peça fundamental na elaboração da teoria darwiniana, o que é notório na *Origem das Espécies* e foi sublinhado pelo próprio Darwin na sua autobiografia⁷⁴. De resto, a construção da teoria da descendência com modificações seria impensável se Darwin não possuísse um bom nível de conhecimentos geológicos. Na Universidade de Edimburgo, que frequentou entre 1825 e 1827,

livrer à leurs variations?», *Discours sur les révolutions du globe*, *ob. cit.*, p. 78. Vide também o artigo «missing link», *MacMillan dictionary of the history of science*, *ob. cit.*, p. 272.

⁶⁸ Vide: Gerhard Wichler, *Charles Darwin. The founder of the theory of evolution and natural selection*, *ob. cit.*, p. 204 e ss. Depois de 1859, Thomas Huxley tornou-se o grande defensor público de Darwin e Asa Gray foi o pioneiro da teoria da descendência na América. Joseph Hooker e Charles Lyell também adoptaram o evolucionismo biológico. Mas é de salientar que cada um destes grandes cientistas construiu a sua versão da nova teoria.

⁶⁹ Sobre o uniformitarismo de Charles Lyell, vide Geof Bowker, «Les origines de l'uniformitarisme de Lyell: pour une nouvelle géologie». In: Michel Serres, *Éléments d'histoire des sciences*. Paris, Bordas, 1989, pp. 387-405.

⁷⁰ Charles Lyell, *Principes de géologie ou illustrations de cette science empruntées aux changements modernes que la terre et ses habitants ont subis*. Ouvrage traduit de l'anglais sur la sixième édition, et sous les auspices de M. Arago, par Mme Tullia Meulien. Paris, Langlois et Leclercq, 1843, vol. 1, p. XVI; sobre a refutação das revoluções súbitas na história da terra, vide, Idem, *ibidem*, p. 445 e ss.

⁷¹ Vide: Geof Bowker, «Les origines de l'uniformitarisme de Lyell: pour une nouvelle géologie», *art. cit.*, pp. 387-405; R. Furon, «La géologie». In: *Histoire générale des sciences*. Publiée sous la direction de René Taton. Tome III. vol. I – Le XIX^e siècle. Paris, Presses Universitaires de France, 1981, pp. 371-392.

⁷² Charles Lyell, *Principes de géologie... ob. cit.*, vol. 1, 1843, pp. 360-415; Idem, *ibidem*, vol. 4, 1848, pp. 1-130.

⁷³ Nas edições dos *Principles of geology* posteriores a 1859, Lyell expõe a teoria darwiniana, sem discordar dos seus traços fundamentais. Consultámos Charles Lyell, *Principes de géologie ou illustrations de cette science empruntées aux changements modernes de la terre et de ses habitants*. Ouvrage traduit sur la dernière édition anglaise, entièrement refondue, (...), par M. J. Ginestou. Paris, Garnier Frères, 1873, vol. 2, pp. 403-418.

⁷⁴ Charles Darwin, *Memorias y epistolario íntimo. Mi vida – Recuerdos del hijo – Correspondencia selecta*. Prólogo de Alberto Palcos. Buenos Aires, Editorial Elevación, 1946, p. 165 e ss.; vide também Michael Ruse, *La revolución darwinista (La ciencia al rojo vivo)*, *ob. cit.*, pp. 73-82.

e onde era suposto estudar medicina, por decisão paterna, Darwin dedicou-se à geologia e o mesmo ocorreu na Universidade de Cambridge entre 1828 e 1831 onde alcançou o diploma de «Bachelor of Arts». Pode dizer-se que, em Cambridge, onde estudou teologia como lhe determinara o considerado médico Robert Waring Darwin, seu pai, o jovem Charles dava, sobretudo, livre curso à sua vocação genuína⁷⁵. Durante a viagem do Beagle (1831-1836), Darwin leu e estudou os *Principles of geology* de Lyell⁷⁶ o que, a par das pesquisas feitas no terreno, de geologia⁷⁷, biogeografia e ecologia, foi determinante para a emergência da teoria da descendência com modificações. No entanto, a relação entre o uniformitarismo geológico e o evolucionismo biológico não era uma relação *necessária* como demonstrou Reyer Hooykaas⁷⁸ e, assim sendo, pode dizer-se que, em última análise, a teoria de Darwin⁷⁹ vem dele próprio, da sua inteligência, da sua consciência da inadequação do paradigma estático da biologia aos múltiplos dados científicos, avançados a partir dos anos trinta do século XIX. A sua intelecção do esgotamento do paradigma estático da história natural é uma das expressões da sua genialidade.

A par dessa consciência do esgotamento do fixismo essencialista, Darwin tinha a convicção de que a comunidade científica não estava preparada para aceitar o novo paradigma e também não lhe parecia que o público em geral esperasse a queda do criacionismo fixista⁸⁰. A verdade, porém, é que o dia 24 de novembro de 1859 mostrou algo muito interessante. Como é bem sabido, a *Origem das espécies* alcançou um êxito editorial imediato. Darwin reflectiu sobre o surpreendente sucesso da sua obra: 1.250 exemplares esgotados em 24 de Novembro de 1859; mais 3.000 exemplares em 1860, na segunda edição; até 1876, só em Inglaterra, havia 16.000 exemplares vendidos⁸¹.

⁷⁵ Vide: James A. Secord, «The discovery of a vocation: Darwin's early geology», *The British Journal for the History of Science*, London, 24 (2-81) Jun. 1991, pp. 133-157. Frank H. T. Rhodes, «Darwin's search for a theory of the earth; symmetry, simplicity and speculation», *The British Journal for the History of Science*, London, 24 (2-81) Jun. 1991, pp. 193-229.

⁷⁶ Vide: Michael T. Ghiselin, «Darwin, Charles Robert 1809-1882». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 1, *ob. cit.*, sobretudo p. 774.

⁷⁷ Vide: Sandra Herbert, «Charles Darwin as a prospective geological author», *The British Journal for the History of Science*, London, 24 (2-81) Jun. 1991, pp. 159-192.

⁷⁸ Reyer Hooykaas, «The parallel between the history of the earth and the history of the animal world»; «Geological uniformitarianism and evolution». In: *Selected studies in history of science*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1983, respectivamente pp. 447-466; pp. 467-488.

⁷⁹ Está fora de questão, como escreveu Reyer Hooykaas, que «Darwin borrowed from Lyell the idea of slow and imperceptibly small changes adding up to larger transformations in the course of very long periods», «Catastrophism in geology, its scientific character in relation to actualism and uniformitarianism». In: *Selected studies in history of science, ob. cit.*, p. 556.

⁸⁰ Vide: Charles Darwin, *Memorias y epistolario íntimo... ob. cit.*, p. 85 e ss.

⁸¹ Cf. Charles Darwin, *Memorias y epistolario íntimo... ob. cit.*, p. 84. Os números referidos coincidem com os dados da investigação de R. B. Freeman, *The works of Charles Darwin. An annotated bibliographical handlist*. Second edition revised and enlarged. Folkestone-Hamden, Dawson-Archon Books, 1977, pp. 84-87. Comparando com as tiragens de algumas obras literárias, os números referidos não são muito elevados. Mas, tratando-se de uma obra científica, a tiragem foi, de facto, excepcional. Vide: Gertrude Himmelfarb, *Darwin and the darwinian revolution, ob. cit.*, p. 209.

No entanto, Darwin justificava um tal sucesso com uma razão simples: a *Origem das espécies* era um volume pequeno (cerca de 420 páginas) escrito em 13 meses e 10 dias que abreviava selectivamente um longo manuscrito começado em 1856⁸².

Recorde-se que, para assegurar a Darwin os direitos de prioridade na descoberta da teoria seleccionista, Lyell e Hooker apresentaram em 1 de Julho de 1858 à Linnean Society of London o artigo de Wallace, já referido, precedido de excertos de manuscritos de Darwin datados de 1844 e de 1857⁸³. Compreende-se que, pela força destas circunstâncias, a *Origem das espécies* tinha de vir a lume, num prazo limitado. Foi o que sucedeu e a obra não é assim tão pequena comparada com outras obras científicas da época. Por isso, a reflexão de Darwin sobre o sucesso da sua obra pouco adianta. Claro que em 1859, o naturalista inglês já era conhecido do público, sobretudo pelas suas publicações respeitantes às pesquisas realizadas na viagem do Beagle; além disso, também gozava de prestígio no seio da Linnean Society of London e da comunidade científica internacional, nas áreas de geologia e de sistemática zoológica⁸⁴. No entanto, este prestígio do naturalista também não explica o sucesso de vendas da *Origem das espécies*.

3. A teoria da selecção natural, a matemática malthusiana e a luta pela vida de outros *memes*

A perspectiva sociologista baseada no argumento de Marx e de Engels, segundo o qual a teoria da selecção natural espelha a lógica económica e social da Inglaterra vitoriana, talvez adiante algo sobre o sucesso da obra de 1859. Recorde-se que em carta dirigida a Engels, datada de 18 de Junho de 1862, Marx avaliou a teoria darwiniana nestes termos: «(...) Darwin reconnaît chez les animaux et les plantes sa propre société anglaise, avec sa division du travail, sa concurrence, ses ouvertures de nouveaux marchés, ses 'inventions' et sa malthusienne 'lutte pour la vie'. C'est le *bellum omnium contra omnes* de Hobbes (...)»⁸⁵. A mesma interpretação da teoria darwiniana enquanto doutrina burguesa é emitida posteriormente, tanto por Marx (carta a Laura e Paul Lafargue, Londres, 15 de Fevereiro de 1869) como por Engels (carta a Piotr Lavrov, Londres 12-17 de Novembro de 1875)⁸⁶. Sem dúvida, qualquer teoria científica ou outra é construída num contexto histórico e é ela mesma histórica⁸⁷. Mas, de que

⁸² Vide: Idem, *ibidem*, p. 82 e ss.

⁸³ Os textos originais de Darwin e de Wallace foram reeditados em *The Darwin-Wallace celebration held on thursday, 1st July, 1908*, London, Linnean Society of London, 1908, pp. 87-107. Devido ao excepcional carácter, tanto de Darwin como de Wallace, o seu relacionamento continuou a ser bom, independentemente das posteriores divergências teóricas. Vide o elucidativo artigo de Ralph Colp, «I will gladly do my best'. How Charles Darwin obtained a civil list pension for Alfred Russel Wallace», *Isis*, Philadelphia, 83 (1) Mar. 1992, pp. 3-26.

⁸⁴ Vide: Michael Ruse, *La revolución darwinista (La ciencia al rojo vivo)*, *ob. cit.*, p. 315 e ss.

⁸⁵ Karl Marx; Friedrich Engels, *Lettres sur les sciences de la nature (et les mathématiques)*. Traduction et introduction de Jean-Pierre Lefebvre. Paris, Éditions Sociales, 1974, p. 21.

⁸⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 70 e p. 85, respectivamente.

⁸⁷ Sobre as implicações deste enunciado pacífico vide Gérard Fourrez, *La construction des sciences. Les logiques des inventions scientifiques. Introduction à la philosophie et à l'éthique des sciences*. Deuxième édition revue, s. l., De Boeck Université, 1992; Georges Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*,

modo o texto reflecte o contexto? Em que medida os contextos explicam o texto e, como no caso da *Origem das espécies*, o seu sucesso?

É perfeitamente pacífico aceitar que a construção da teoria da selecção natural e a sua afirmação pública tornam-se mais compreensíveis à luz do ambiente familiar e social, bem como da trajectória intelectual do seu autor. Darwin cresceu num nicho familiar marcado pela conjugação do espírito liberal tendencialmente agnóstico⁸⁸, do lado do pai e do avô paterno, com o espírito industrialista do lado materno, afirmado de modo singular na cerâmica, a famosa faiança artística de Wedgwood⁸⁹. Além da cultura (desde a cultura religiosa à cultura empresarial passando pela cultura médica e científica) e da fortuna herdadas, também é inegável que Charles Darwin leu, a título de distração do seu labor científico, algumas obras de economia e de demografia no verão de 1838, designadamente de A. Smith⁹⁰ e, sobretudo, de Malthus⁹¹. Mas, em que medida a leitura darwiniana do *Essay on the principle of population* (1798) de Malthus contribuiu para a estruturação lógica da teoria da selecção natural? Poder-se-á afirmar, sem reservas, que o princípio malthusiano da população serviu de fundamento à ideia de luta pela vida nos reinos animal e vegetal?

Darwin estendeu o princípio malthusiano da população a todos os seres vivos na terra⁹², mas o seu quadro problemático é muito distinto do objecto do economista inglês, Thomas Malthus. Este cuidou de equacionar o problema do progresso social, da felicidade e da perfectibilidade do homem à luz das dificuldades resultantes do desequilíbrio entre o poder reprodutivo da espécie humana e o poder da terra de produzir alimentos. Segundo os postulados malthusianos: «Primeiro: a comida é necessária à existência do homem. Segundo: a paixão entre os sexos é necessária e manter-se-á aproximadamente no seu estado actual»⁹³, conforme a regra de todos os tempos, pois, acrescenta Malthus, «no sentido da extinção da paixão entre os sexos, ainda não se registou o mínimo progresso. Parece existir com tanta intensidade no presente como há dois ou quatro mil anos»⁹⁴, donde resulta que «o poder da população

Lisboa, Edições 70, s. d., sobretudo pp. 11-42; Pietro Redondi, «Sciences». In: André Burguière, *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, pp. 623-630.

⁸⁸ Vide: Gertrude Himmelfarb, *Darwin and the darwinian revolution*, *ob. cit.*, p. 10.

⁸⁹ Vide, entre outros, Alberto Candeias, *A vida e a obra de Darwin*, Lisboa, Cosmos, 1941, sobretudo pp. 5-37. Anna Sproule, *Charles Darwin. A importância da teoria da evolução de Darwin na compreensão do mundo biológico*, Lisboa, Editora Replicação, 1991, p. 15 e ss.; Jonathan Howard, *Darwin*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 17 e ss.; Giuseppe Montalenti, *Charles Darwin*, Lisboa, Edições 70, 1984, pp. 9-19.

⁹⁰ Vide: Syluan S. Schweber, «Facteurs idéologiques et intellectuels dans la genèse de la théorie de la sélection naturelle». In: *De Darwin au darwinisme: science et idéologie. Congrès International pour le Centenaire de la mort de Darwin. Paris-Chantilly 13-16 Septembre 1982*. Édition préparée par Yvette Conry. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1983, sobretudo p. 130 e ss.

⁹¹ Vide: Michael T. Ghiselin, «Darwin, Charles Robert 1809-1882». In: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. 777-778.

⁹² Vide: Pierre Lantz, «Malthus-Sismondi-Darwin. Populations et concurrence vitale», *Les Études Philosophiques*, Paris, 3, Jul.-Set. 1984, pp. 385-398.

⁹³ Thomas Robert Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, Trad. Eduardo Saló, Mem Martins, Europa-América, s. d., p. 26.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

é infinitamente maior que o da Terra para produzir a subsistência do homem»⁹⁵. Essa diferença de grandeza é matematizada na célebre fórmula do princípio malthusiano da população: «a população, quando não controlada, aumenta em razão geométrica, enquanto a subsistência aumenta apenas em razão aritmética»⁹⁶.

Ora, enquanto Malthus era um pastor anglicano e um reformista social⁹⁷, defensor do voluntarismo moral (*moral restraint*), Darwin era um investigador, por conta própria e a tempo inteiro, da economia da natureza, empenhado na construção da lógica evolucionária da vida. As referências que Darwin faz nas suas obras capitais ao princípio malthusiano da população também não implicam a fundamentação teológica que Malthus atribuiu ao seu princípio, nem as medidas de controlo demográfico propostas pelo reverendo⁹⁸. Assim sendo, será absolutamente seguro afirmar que o ensaio malthusiano exerceu a função de «catalisador»⁹⁹ da teoria evolucionária por selecção natural concebida ao mesmo tempo mas, independentemente, por Darwin e Wallace?¹⁰⁰

É bem sabido que Darwin conta na sua *Autobiografia*, escrita em 1876, que, após a viagem à volta do mundo a bordo do Beagle (1831-1836), começou a desenvolver um trabalho imenso de ordenação de todos os factos de algum modo relativos às variações dos animais e das plantas, quer em estado doméstico, quer em estado de liberdade selvagem e que não tardou a compreender que «la selección era la clave del éxito que ha encontrado el hombre para crear razas útiles de animales y de plantas»¹⁰¹.

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ Malthus era membro do partido *Whig*. Vide: William Peterson, «La postérité de Malthus». In: *Malthus, le premier anti-malthusien*, Paris, Dunod-Bordas, 1980, pp. 230-235.

⁹⁸ Vide: Paul Crook, *Darwinism, war and history*, Cambridge, University Press, 1994, p. 17 e ss.

⁹⁹ Termo de William Peterson, «La postérité de Malthus», *art. cit.*, p. 213 e ss.

¹⁰⁰ Veja-se o testemunho do próprio A. R. Wallace: «both Darwin and myself, at the critical period when our minds were freshly stored with a considerable body of personal observation and reflection bearing upon the problem to be solved, had our attention directed to the system of *positive checks* as expounded by Malthus in his 'Principles of Population'. The effect of this was analogous to that of friction upon the specially-prepared match, producing that flash of insight which led us immediately to the simple but universal law of the 'survival of the fittest', as the long-sought *effective cause* of the continuous modification and adaptation of living things», *The Darwin-Wallace celebration held on thursday, 1st July, 1908, ob. cit.*, p. 9. É de notar que esta obra comemorativa do quinquagésimo aniversário da comunicação conjunta de Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, «On the Tendency of Species to form Varieties; and on the Perpetuation of Varieties and Species by Natural Means of Selection», inclui uma selecção de textos do *Essay* de Malthus feita e apresentada por Wallace na cerimónia. Em seu entender, aquelas passagens da obra malthusiana teriam sugerido tanto a ele próprio como a Darwin a ideia de selecção natural. Vide: *The Darwin-Wallace celebration held on thursday, 1st July, 1908, ob. cit.*, pp. 111-118. Este documento que está esquecido é do maior interesse para uma abordagem epistemológica da génese da teoria científica em causa. Atente-se, no entanto, que, já em 1858, Wallace e Darwin não sustentavam rigorosamente o mesmo modelo. Sobre este assunto, vide, entre outros, Georges Canguilhem, «Charles Darwin. I. – Les concepts de 'lutte pour l'existence' et de 'selection naturelle' en 1858: Charles Darwin et Alfred Russel Wallace». In: *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. Troisième édition. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1975, pp. 99-111.

¹⁰¹ Charles Darwin, *Memorias y epistolario íntimo... ob. cit.*, p. 81.

Mas, via-se confrontado com um problema: «cómo podía ser aplicada la selección a organismos vivientes en estado natural? He aquí lo que constituyó para mí un misterio durante algún tiempo. En octubre de 1838, es decir quince meses después de comenzada mi encuesta sistemática, me acaeció leer sólo por vía de entretenimiento, el libro de Malthus sobre la *Población*. Yo estaba bien preparado, por haber observado prolongada y continuamente los hábitos de los animales y de las plantas, para apreciar la lucha por la existencia que se encuentra en todas partes; y entonces se me ocurrió la idea de que en tales circunstancias, las variaciones favorables tenderían a ser preservadas, mientras otras menos felices serían destruídas»¹⁰². Ressalta desta exposição darwiniana da gênese da sua teoria que o princípio malthusiano da população substancializa a causa da luta pela existência, mas não explica a sobrevivência de uns indivíduos e a eliminação de outros, nada adianta quanto à problemática da *descendência com modificaciones* das espécies, que Darwin procurava equacionar a partir da noção de *luta*, mas também das noções igualmente capitais de *variação* e de *selecção*.

Por isso, perguntamos: a leitura da obra de Malthus terá contribuído de modo significativo para a formulação científica da sua hipótese capital? Deverá o epistemólogo limitar-se a reproduzir a explicação que o próprio Darwin deu¹⁰³ sobre o nascimento da sua teoria?

Por outro lado, a referência que Darwin fez ao ensaio malthusiano na *Origem das espécies*¹⁰⁴ estabelece um vínculo lógico entre o princípio da população e o princípio da luta pela vida, válido para todas as espécies. Mas, para se demarcar da inspiração malthusiana, Darwin sublinha que o princípio da população se aplica com mais intensidade ao mundo animal e vegetal do que à espécie humana. É que, no caso das plantas e dos animais, em estado de natureza, textualmente, «there can be no artificial increase of food no prudential restraint from marriage»¹⁰⁵. No entanto, esta nota não significava qualquer reserva darwiniana quanto à aplicação da teoria da luta e da selecção à espécie humana.

Assim, em *The descent of man* (1871) no capítulo II «On the manner of development of man from some lower form», Darwin, ao tratar o tópico «rate of increase», remete o leitor para a obra malthusiana¹⁰⁶. Em termos de estratégia epistemológica é de sublinhar que o tópico «rate of increase» é precedido pela problemática da variabilidade do corpo e do espírito do homem, da variação e das suas leis no homem e nos animais inferiores, da acção directa das condições existenciais, dos efeitos do uso das partes, enfim da questão crucial da hereditariedade; e, é sucedido pelo tópico da *selecção natural*. Situada entre o problema da *variação* e a defesa da hipótese da *selecção natural*, enquanto mecanismo evolucionário, a abordagem do crescimento demográfico à luz do princípio malthusiano serve, apenas, para justificar a inevitabilidade da *luta* pela existência.

¹⁰² Idem, *ibidem*.

¹⁰³ Sobre a pertinência desta questão vide Georges Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*, *ob. cit.*, p. 18 e ss.

¹⁰⁴ Vide: Charles Darwin, *The origin of species...* Sixth edition, *ob. cit.*, p. 50.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Charles Darwin, *The descent of man, and selection in relation to sex*, *ob. cit.*, p. 44, nota 57: «See the ever memorable ‘ Essay on the Principle of Population ‘, by the Rev. T. Malthus».

Tanto na obra *The descent of man* como em *The origin of species*¹⁰⁷, a lógica argumentativa é a mesma: da variação para a luta e da luta para a selecção. É no momento da *luta* que o princípio da população funciona e parece-nos que Darwin o valoriza porque ele se inscreve no quadro do modelo matemático de cientificidade que era justamente um modelo bastante creditado na época.

Darwin refere-se também ao princípio da população na obra *The variation of animals and plants under domestication* (1868)¹⁰⁸ a propósito da fauna e da flora do arquipélago das Galápagos e, de novo, se constata que a taxa geométrica de crescimento intraespecífico, necessariamente, determina a luta pelo alimento, pelo território e pela reprodução.

Em suma: na teoria darwiniana, as espécies animais e vegetais reproduzem-se tão rápida e abundantemente¹⁰⁹ que a luta pela vida é inevitável: luta entre indivíduos da mesma espécie, luta entre indivíduos de espécies diferentes e luta com as condições físicas da vida. É o poder de multiplicação das espécies que gera a luta donde resulta a sobrevivência dos mais aptos e a eliminação dos menos aptos, ou seja, a selecção natural das variações vantajosas e consequentemente a evolução adaptativa. A luta é fundamental mas a matéria prima sobre a qual opera a selecção natural é a variação.

À luz do exposto, parece-nos ser algo controverso que a leitura do ensaio malthusiano tenha sido a fonte inspiradora da articulação lógica entre variação, luta e selecção natural, embora tenha permitido fundamentar a ideia de luta no princípio da população. Mas, mesmo que se admita essa versão do nascimento da teoria darwiniana, será defensável que Darwin se limitou a transferir o espírito de competição reinante na economia política britânica (Adam Smith, Malthus, Ricardo) para a biologia? Será esta leitura sociologista da teoria darwiniana aquela que melhor dá conta do êxito da *Origem das espécies* ?

Seguramente, as razões contextuais, biográficas e científicas, culturais e economicossociais, não esgotam o assunto. Ilse Bulhof¹¹⁰ procurou a chave do sucesso da obra na sua dimensão literária e verificou que a *Origem das espécies* está escrita num excepcional estilo literário-retórico-poético. Quer isto dizer que a obra apresenta estratégias de comunicação, quer dos argumentos lógicos, quer das experiências sistemáticas, que não se situam no plano estritamente informativo. De facto, a obra é uma pesquisa da validade da hipótese da selecção natural frente a um imenso caudal de factos da natureza, e nessa busca há uma espécie de dança contínua entre argumentos e contra-argumentos, a qual imprime à sua hipótese uma vigorosa força persuasiva.

¹⁰⁷ Atente-se na sequência dos capítulos da obra *The origin of species*: «I- Variation under Domestication; II- Variation under Nature; III- Struggle for Existence; IV- Natural Selection; or the Survival of the Fittest», Sixth edition, *ob. cit.*, pp. V-VI.

¹⁰⁸ Vide: Charles Darwin, *The variation of animals and plants under domestication*, vol. 1, *ob. cit.*, p. 10.

¹⁰⁹ No impressionante texto darwiniano: «all organic beings, without exception, tend to increase at so high a ratio, that no district, no station, not even the whole surface of the land or the whole ocean, would hold the progeny of a single pair after a certain number of generations», Idem, *ibidem*, vol. 1, pp. 5-6.

¹¹⁰ Vide: Ilse N. Bulhof, *The language of science. A study of the Relationship between literature and science in the perspective of a hermeneutical ontology with a case study of Darwin's The origin of species*, Leiden, E.J. Brill, 1992.

Darwin, ora defende e logo ataca a sua hipótese e esse jogo argumentativo, que se salda na reivindicação do carácter científico da sua hipótese¹¹¹, desenrola-se num estilo literário ímpar. Por isso, Ilse Bulhof concluiu que «Darwin's principal successes due to his performance as a writer»¹¹². Sem dúvida, a obra agarra o leitor, sem dúvida essa qualidade deve ser tida em conta e até arriscamos pensar que Darwin terá desenvolvido a sua tendência para escrever bem no curso de teologia em Cambridge entre 1828 e 1831.

Por outro lado, importa ter sempre presente que a obra darwiniana defendia uma hipótese inovadora, que demorou cerca de vinte anos¹¹³ a ser testada e convertida em modelo teórico, *grosso modo* entre 1837 e 1859. Era normal que ela despertasse o interesse da comunidade científica e a curiosidade do público leitor. François Russo admite que nada há de extraordinário no sucesso da obra darwiniana pois uma revolução científica, ou «le saut dans la nouveauté est souvent offert par une publication qui fait sensation»¹¹⁴. A *Origem das espécies* não é uma excepção à regra¹¹⁵. Também ela teve um longo tempo de maturação para poder dar «o salto na novidade» de que fala François Russo. Darwin contava trinta anos quando começou a conceber a *teoria da descendência com modificações por selecção natural*. Aos cinquenta anos de idade dá à estampa a sua obra magna que se difundiu por todo o mundo em onze línguas até à morte de Darwin em 1882, e num total de vinte e nove línguas até 1977¹¹⁶. Outras obras de Darwin, especialmente *A Origem do homem*(1871) e *A expressão das emoções* (1872), obras que desenvolvem o «longo argumento» de 1859¹¹⁷, particularmente em relação à espécie humana, ficaram um pouco aquém da *Origem das espécies*.

Desde os primeiros anos da década de sessenta do século XIX, a teoria darwiniana foi difundida por Thomas H. Huxley e A. Russel Wallace sob a denominação de darwinismo¹¹⁸. Mas, não havia, de facto, uma identidade teórica absoluta entre as versões daqueles cientistas e, menos ainda, entre cada uma delas e a teoria darwiniana.

¹¹¹ Vide, por exemplo, Charles Darwin, *The variation of animals and plants under domestication*, vol. 1, *ob. cit.*, p. 8 e ss.

¹¹² Ilse N. Bulhof *The language of science... ob. cit.*, p. 89.

¹¹³ Vinte anos é o tempo médio de maturação das grandes obras científicas e filosóficas. Vide: Paul Scheurer, *Révolutions de la science et permanence du réel*, *ob. cit.*, sobretudo p. 7.

¹¹⁴ François Russo, *Nature et méthode de l'histoire de sciences*, Paris, Librairie Scientifique et Technique Albert Blanchard, 1983, p. 99.

¹¹⁵ Na história das ciências, algumas obras são marcos de viragem, sinalizam a emergência de novos paradigmas: «par exemple la publication des 'Principia' de Newton en 1687, de l' 'Origine des espèces' en 1859 par Darwin, de la Communication à l'Académie de Berlin en Décembre 1900 de Planck qui introduisait la notion de quanta, du mémoire d'Einstein en 1905 sur la relativité», François Russo, *Nature et méthode de l'histoire de sciences*, *ob. cit.*, p. 99.

¹¹⁶ Vide: R. B. Freeman, *The works of Charles Darwin. An annotated bibliographical handlist*, *ob. cit.*, p. 83.

¹¹⁷ Vide: Charles Darwin, *The descent of man, and selection in relation to sex*, *ob. cit.*, pp. 1-4; Idem, *The expression of the emotions in man and animals*. With a preface by Konrad Lorenz. Chicago-London, The University of Chicago Press, 1965, sobretudo, pp. 347-366.

¹¹⁸ Vide: Ernst Mayr, *Darwin et la pensée moderne de l'évolution*. Traduit de l'anglais (États-Unis) par René Lambert. Paris, Éditions Odile Jacob, 1993, p. 117.

Thomas Huxley não aceitava o princípio da selecção natural, enquanto Wallace não o aplicava à evolução da espécie humana¹¹⁹. De qualquer modo, o princípio da descendência das espécies a partir de um antepassado comum, segundo um processo de divergência, ligava a teoria darwiniana às múltiplas e heterogéneas versões, designadamente de Th. Huxley, Wallace, Lyell, Hooker, Asa Gray, Fritz Müller e E. Hæckel¹²⁰. Pode, então, afirmar-se que a ideia de evolução por *meios naturais* era uma constante no chamado darwinismo. Para além deste enunciado, entramos no terreno das incompatibilidades e, se bem compreendemos, é esta a razão que justifica a ausência de um verbete intitulado simplesmente *darwinismo* no monumental *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*. O que encontramos no referido dicionário é um conjunto de múltiplos darwinismos¹²¹ em que cada darwinista é um caso.

De facto, a conclusão que se retira de estudos já efectuados sobre o darwinismo, em diversas comunidades científicas, pode resumir-se neste enunciado: «in pratica, *Homo Darwinianus* è una specie politipica»¹²². No mesmo sentido, o especialista Jean Gayon faz esta advertência: «Tout historien dont l'intention serait d'embrasser la totalité des manifestations historiques du 'darwinisme' devrait d'abord faire face à l'extrême hétérogénéité de celles-ci»¹²³. Depois de ter estudado muitas fontes portuguesas, podemos acrescentar o seguinte: todo o historiador que tome como ponto de partida uma definição ideal de darwinismo, identificado com a teoria de Darwin, chega necessariamente a resultados perturbadores. Em nosso entender, foi o que aconteceu na análise que Yvette Conry fez do darwinismo francês. A sua definição de darwinismo¹²⁴ comporta e articula todos os elementos capitais da teoria darwiniana e, por isso mesmo, no final do seu excelente trabalho, Yvette Conry teve de concluir que, até ao final do século XIX, o darwinismo não foi introduzido em França: «nous déclarons avoir vainement cherché un darwiniste»¹²⁵.

Sem perder de vista a definição ideal de darwinismo, parece-nos ser legítimo adoptar um critério menos radical, atendendo à flexibilidade relativa da própria teoria darwiniana. Julgamos que essa flexibilidade resultou de dificuldades interiores à

¹¹⁹ Vide: Idem, *ibidem*, p. 127 e ss. Daniel Becquemont, *Darwin, darwinisme, évolutionnisme, ob. cit.*, p. 193 e ss.

¹²⁰ Vide: Ernst Mayr, *Darwin et la pensée moderne de l'évolution, ob. cit.*, p. 127 e ss.

¹²¹ O referido dicionário trata os seguintes darwinismos: alemão, anglo-saxónico, árabe, cubano, espanhol, francês, italiano, japonês, nórdico, russo, tendo como autores, respectivamente, Britta Rupp-Eisenreich, Mario di Gregorio, Mohammed Allal Sinaceur, Pedro M. Pruna, Diego Núñez, Gérard Molina, Giovanni Landucci, Britta Rupp-Eisenreich, Philippe Janvier, Vasilij Babkov. Vide: *Dictionnaire du darwinisme et de l'évolution*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. 822-1108.

¹²² Antonello La Vergata, «Che rivoluzione fu la rivoluzione darwiniana?», *art. cit.*, p. 105.

¹²³ Jean Gayon, *Darwin et l'après-Darwin. Une histoire de l'hypothèse de sélection naturelle*, Paris, Éditions Kimé, 1992, p. 4.

¹²⁴ Segundo Yvette Conry: «le darwinisme est une étiologie de l'évolution (en quoi il intègre une doctrine de la spéciation) à partir d'une problématique de l'adaptation, par la norme conceptuelle de la sélection (qui engage un contexte écologique) et le présupposé de la variation», *L'introduction du darwinisme en France au XIX^e siècle*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1974, p. 425.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

teoria da selecção natural, mas também do interesse de Darwin em que a sua teoria fosse secundada por um número crescente de cientistas.

O problema interno fundamental residia no desconhecimento das leis da hereditariedade, o que foi inteiramente assumido por Darwin, desde a primeira edição da *Origem das espécies*: «the laws governing inheritance are quite unknown»¹²⁶. Ora, se o problema das variações e da sua transmissão à descendência não estava resolvido, é óbvio que, tratando-se de um pré-requisito da selecção natural, esta apresentava alguma fragilidade. Ou, em termos mais simples: como pensar a selecção natural sem conhecer as leis da hereditariedade, já que estas encerram a chave do mecanismo da descendência com modificações? Sem uma ciência experimental da variação e da hereditariedade¹²⁷, como fundar a hipótese da selecção natural?

Não seria lógico que a comunidade científica oferecesse alguma resistência à selecção natural e, ignorando a distinção elementar entre soma e germen¹²⁸, recuperasse o princípio lamarckiano da hereditariedade dos caracteres adquiridos que, de modo algum, punha em causa o fundamental, isto é, a evolução por *vias naturais*? É perfeitamente compreensível que até às décadas de trinta e de quarenta do século XX, o darwinismo não apresente como característica fixa a selecção natural¹²⁹, embora esta constituísse o núcleo duro¹³⁰ da teoria darwiniana. De resto, o próprio Darwin, sem jamais abdicar da selecção natural das variações úteis, em termos de adaptação ao meio, teve necessidade de construir uma teoria provisória da hereditariedade, na qual, justamente, incorpora alguns factores lamarckianos, como a acção directa do meio (alimentação, clima, etc.) e a actividade do organismo (uso ou não uso dos órgãos) na origem das variações transmissíveis à descendência.

É que, das numerosas críticas feitas na década de sessenta do século XIX à *Origem das espécies*, algumas incidiam especialmente sobre a questão das variações e da sua transmissão¹³¹ e, por isso, não admira que, em 1868, Darwin desenvolva e torne

¹²⁶ Charles Darwin, *On the origin of species...* (A reprint of the first edition), *ob. cit.*, p. 11; na edição definitiva, escreve: «the laws governing inheritance are for the most part unknown», *The origin of species...* Sixth edition, *ob. cit.*, p. 10.

¹²⁷ Recorde-se que, praticamente, só a partir de 1920, com a genética das populações, na sequência da redescoberta de Mendel em 1900, se começa a formular a teoria matemática da selecção natural. É a genética das populações que vem construir o campo conceptual adequado e os meios de controlo experimental da hipótese da selecção natural. Vide: Jean Gayon, *Darwin et l'après-Darwin. Une histoire de l'hypothèse de sélection naturelle*, *ob. cit.*, p. 334 e ss.

¹²⁸ Como é sabido, a separação entre germen e soma foi introduzida por Weismann entre 1883 e 1892, na sua teoria do plasma germinativo que vibrou um golpe muito duro no princípio lamarckiano da hereditariedade dos caracteres adquiridos. Se as variações do organismo (o soma) não produzem efeitos sobre o germen, é lógico que a hereditariedade do adquirido é insustentável. Vide: Charles Lenay, *La découverte des lois de l'hérédité (1862-1900). Une anthologie*, s.l., Presses Pocket, 1990, p. 163 e ss.

¹²⁹ Vide: Ernst Mayr, *Una larga controversia: Darwin y el darwinismo*, Barcelona, Crítica, 1992, p. 143 e ss.

¹³⁰ Vide: Ernst Mayr, *Darwin et la pensée moderne de l'évolution*, *ob. cit.*, p. 117 e ss.

¹³¹ É de salientar a crítica de Fleeming Jenkin feita em 1867. O autor observava que as variações, mesmo muito vantajosas, se diluiriam na descendência pois, à luz da crença generalizada na hereditariedade por mistura, cada novo indivíduo apresentaria caracteres intermédios relativamente aos seus progenitores. Vide: Jean Gayon, *Darwin et l'après-Darwin. Une histoire de l'hypothèse de sélection naturelle*, *ob. cit.*, pp. 95-112.

pública a sua hipótese da pangénesis, na obra *The variation of animals and plants under domestication*. Em termos muito sumários, Darwin supõe que todas as células do corpo, em todas as etapas da vida, produzem gémulas que percorrem todo o corpo e se reúnem às células sexuais. Ora, sob a influência do meio e da actividade do organismo, as células podiam sofrer alterações e transmitir essas alterações às gémulas que, por seu turno, as comunicavam às células sexuais e estas transmitiam-nas à descendência¹³².

Admitir a hereditariedade dos caracteres adquiridos pelo soma, sob a acção directa do meio e do uso ou não uso dos órgãos, equivalia a aceitar o mecanismo transformista lamarckiano, embora sem renunciar ao estatuto que, desde 1859, atribuía à selecção natural. A permeabilidade da teoria darwiniana aos factores lamarckianos é também notória na edição definitiva da *Origem das espécies*. Ao resumir o volume, Darwin escreveu: «(...) species have been modified, during a long course of descent. This has been effected chiefly through the natural selection of numerous successive, slight, favourable variations; aided in an important manner by the inherited effects of the use and disuse of parts; and (...) by the direct action of external conditions (...)»¹³³. Nas palavras de Darwin, a selecção natural continua a ser o mecanismo chave da evolução, mas não é o único mecanismo. Sabe-se bem que a questão da hereditariedade era o *calcanhar de Aquiles* de Darwin e por isso o historiador compreende e relativiza as referências de tipo lamarckiano. Mas o historiador também constata que muitos cientistas acabaram por valorizar excessivamente os factores lamarckianos, tendo mesmo excluído a selecção natural das suas versões da transformação das espécies. Os mecanismos evolutivos que defendiam tinham um carácter rigorosamente natural, mas sem a selecção natural estavam longe do autêntico darwinismo darwiniano. Só no século XX, depois da genética e com a síntese evolutiva moderna é que o paradigma darwiniano da história natural começou a revelar todo o seu (aparentemente inesgotável) poder epistemológico.

¹³² Vide: Charles Darwin, «Provisional hypothesis of pangenesis», *The variation of animals and plants under domestication*, vol. 2, *ob. cit.*, pp. 349-399.

¹³³ Charles Darwin, *The origin of species...* Sixth edition, *ob. cit.*, p. 421. Darwin reafirma a não exclusividade da selecção natural na obra *The descent of man, and selection in relation to sex*, *ob. cit.*, por exemplo, p. 61.

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÕES
ECONÓMICAS E SOCIAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

José Amado Mendes

HISTÓRIA EMPRESARIAL: DA MONOGRAFIA APOLOGÉTICA AO INSTRUMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

1. Introdução

A história empresarial apresenta-se hoje como uma das disciplinas históricas mais jovens e dinâmicas¹. Aliás, a sua relevância advém, inclusive, da importância que assume actualmente a empresa. De facto, «com os Estados nacionais e as instituições internacionais, ela é uma das mais poderosas realidades associativas da história contemporânea»².

Em alguns países, a história empresarial já alcançou a devida maturidade e autonomizou-se, constituindo um campo específico de pesquisa, divulgação e ensino-aprendizagem. Noutros, continua ligada, como subdisciplina, à história económica. Todavia, mesmo nestas circunstâncias, muito tem contribuído não apenas para o enriquecimento da referida história como também para a sua actualização e revitalização, como já tive o ensejo de expor noutro trabalho³. Em qualquer dos casos, trata-se de uma temática digna de estudo e que carece de especial atenção.

Todavia, antes de prosseguir, convém esclarecer, afinal, o que é a história empresarial. Em primeiro lugar, note-se que ela apresenta «diversas caras», usando a

¹ O texto que ora se publica, revisto e anotado, foi inicialmente apresentado numa conferência proferida no âmbito do Simpósio Internacional de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo-Brasil (em 3 de Setembro de 2008) e no Colóquio Internacional «Outros Combates pela História», organizado na Universidade de Coimbra, pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS 20 (em 5 de Novembro de 2008).

² Giulio Sapelli, «La construcción social e histórica de la empresa: para un nuevo modelo teórico», Francisco Comín e Pablo Martín Aceña (coords. da edição), *La empresa en la Historia de España*, Madrid, Ed. Civitas, 1996, p. 473-487 (tal como nas restantes citações, a partir de língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade).

³ José Amado Mendes, «História das organizações na reabilitação da História Económica e Social», sep. das *Actas do Colóquio Portugal – Brasil. Uma visão interdisciplinar do século XX. 2 a 5 de Abril de 2003*, Coimbra, Quarteto/Ceis 20, 2003, pp. 133-148.

expressão de Jesús M.^a Valdaliso, a propósito de algumas publicações sobre assunto, vindas a lume em Espanha, alguns anos atrás⁴.

Por exemplo, se, em vez de história empresarial, falarmos de história das organizações — expressão mais abrangente e igualmente usada por certos autores —, aquela passa a referir-se também a um conjunto muito vasto de instituições que, não sendo propriamente empresas, com elas partilham muitas das suas características, em termos históricos, culturais, organizativos e de gestão. Recordo, por exemplo, organizações sem fins lucrativos⁵, actualmente mais conhecidas por empresas dos «sectores sociais»⁶: corporações de bombeiros, escolas, museus, associações, fundações e clubes desportivos.

Por outro lado, a história empresarial pode reportar-se ao estudo de casos — como uma espécie de biografia ou de prosopografia das empresas — neste caso, se incluir o estudo de várias empresas do mesmo tipo ou com características similares — ou à inserção e ao papel das empresas e dos empresários no desenvolvimento da economia, na evolução do capitalismo, nas formas de gestão, na sua relação com a estrutura e a escala empresarial, na linha das pesquisas desenvolvidas por Alfredo D. Chandler.

Pode ainda investigar-se a função das empresas no contexto das três revoluções industriais, perspectiva seguida na importante obra intitulada *Creating modern capitalism. How entrepreneurs, companies, and countries triumphed in three Industrial Revolutions*⁷.

Como já foi sublinhado, «a história empresarial pode entender-se como o estudo da empresa, segundo uma perspectiva histórica»⁸. Com efeito, «as origens, o crescimento e o rendimento da empresa como instituição são constitutivos da disciplina»⁹.

Obviamente que, empresários e gestores, como protagonistas principais da actividade empresarial, constituem igualmente objecto de estudo. Todavia, o que é válido para a história, em geral, é-o também, claramente, para a história das empresas. Trata-se de um processo em curso e não fechado.

Como esclarece Alan Robers, «não só não há escritos definitivos sobre o passado porque há sempre a possibilidade de que apareçam novos documentos, novas evidências, mas também (e isto é muito importante) porque o passado receberá novas interpretações no futuro através das relações que os acontecimentos passados têm com os futuros. Com efeito, como o futuro está aberto, o passado também o está»¹⁰.

⁴ Jesús M.^a Valdaliso «Las diversas caras de la historia empresarial en España. Un comentario sobre algunas publicaciones recientes», *Historia Industrial*, 9, 1996, pp. 175-180.

⁵ Peter F. Drucker, *As organizações sem fins lucrativos* (trad. do inglês), Lisboa, Difusão Cultural, 1994.

⁶ David Bornstein, *Como mudar o Mundo. Os empreendedores sociais e o poder de novas ideias* (trad. do inglês), Lisboa, Estrela Polar, 2007.

⁷ Thomas K. McCraw (ed.), *Creating Modern Capitalism. How Entrepreneurs, Companies, and Countries Triumphed in Three Industrial Revolutions*, Harvard University Press, 2000.

⁸ Alan Roberts, «La teoría en la historia empresarial», Carmen Erro (dir.), *Historia empresarial. Pasado, presente y retos de futuro*, Barcelona, Ed. Ariel, 2003, p. 63.

⁹ *Idem*, p. 61.

¹⁰ *Idem*, pp. 58-59.

2. Origem e evolução da história empresarial

1.º Período. A história empresarial já tem raízes profundas no tempo, podendo dizer-se que é quase tão antiga como as empresas, cuja importância e multiplicação coincidem com o desenvolvimento da economia moderna, desencadeada pela 1.ª revolução industrial, a partir das últimas décadas do século XVIII. Recorrendo a um exemplo português, lembro que já Acúrsio das Neves — figura muito interessante e algo paradoxal, pois foi, simultaneamente, conservador em política e progressista em economia —, afirmava, em 1827:

«Uma História completa dos nossos estabelecimentos fabris, acompanhada das competentes aplicações dos princípios de Economia Política e da Administração Fiscal, seria um importante serviço feito ao Estado, tanto pela novidade e dificuldade da matéria, que os nossos antecessores deixaram intacta e confundida, como pelos muitos auxílios que dela se podem tirar»¹¹.

Preocupado com a preservação das fontes, ao referir-se à informação que fornece sobre estabelecimentos industriais — particularmente relativa à Fábrica das Sedas do Rato, em Lisboa, e fábricas anexas —, acrescenta que o seu fim era «juntar memórias para que se não percam os materiais de que alguma pena mais feliz do que a minha se possa aproveitar para escrever a História dos nossos estabelecimentos de indústria»¹².

Todavia, no século XIX e primeiras décadas do XX, só muito esporadicamente se estudaram as empresas. As escolas históricas então em voga — nomadamente a positivista e a metódica — e a própria cultura elitista, que então imperava, não favoreciam a eleição da realidade empresa como objecto de estudo. O que então interessava, salvo raras excepções, eram os eventos políticos e militares, a história diplomática ou a biografia das chamadas grandes figuras, com menosprezo pelo quotidiano, pelo trabalho, pela economia e pela tecnologia, ambiente no qual as empresas se movimentam. A cronologia e a datação precisa de determinados eventos, baseadas na exploração minuciosa de fontes escritas e inéditas, eram então exaustivamente analisados.

Mesmo a chamada escola dos *Annales*, a partir de 1929, não fomentou a história empresarial, pois estava mais voltada para os fenómenos de massa — o macro e o colectivo —, susceptíveis de serem quantificados, analisados em série e traduzidos em gráficos e quadros, já que o individual e o particular não se enquadravam no paradigma científico a que a ciência histórica aspirava.

Porém, a questão começava a interessar a alguns investigadores e a própria direcção daquela revista (então designada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, começada a publicar em Estrasburgo, em 1929) não lhe era indiferente, pois inseriu, logo em 1931, um artigo de Norman S. B. Gras¹³. Este autor que, entretanto, publicou outros trabalhos sobre a matéria, foi o primeiro a ocupar a cátedra de História Empresarial,

¹¹ José Acúrsio das Neves, *Obras completas*, vol. 4: *Memória económica-política sobre a liberdade do comércio dos grãos com a sua aplicação às Ilhas dos Açores e outros escritos económicos*, Porto, Ed. Afrontamento, s. d., p. 145.

¹² J. Acúrsio das Neves, *idem*, p. 146.

¹³ O artigo, intitulado «Les affaires et l'histoire des affaires», foi publicado nos *Annales*, t. III, n.º 9, 1931, pp. 5-10.

criada na Harvard Business School, em 1927¹⁴. Anos mais tarde, também o investigador francês Bertrand Gille viria a interessar-se pelos arquivos das empresas, assunto sobre o qual publicou alguns trabalhos, nomeadamente uma obra, em 1958¹⁵.

Mas foi efectivamente nos Estados Unidos da América que a história empresarial começou a despertar maior atenção por parte de certos investigadores, nos anos de 1940-1950. Alguns escreviam sobre empresas, enquanto outros se dedicavam ao estudo de «gigantes industriais», como Henri Ford e John D. Rockefeller¹⁶.

Entretanto, em Portugal — assim como noutros países —, começava a aparecer, mais frequentemente, um género de história de empresa que viria a ter grande sucesso no futuro, isto é, a publicação de monografias, elaboradas no âmbito das comemorações de aniversários ou de outras datas marcantes.

Após a publicação da história da conhecida Fábrica de Porcelana Vista Alegre (que, aquando das comemorações do seu centenário, em 1924, além da respectiva História¹⁷, criou um interessante museu de empresa), em 1954, uma outra fábrica de cerâmica do distrito de Coimbra (Estrela de Alva, concelho de Penacova) publicava a sua história, ao comemorar o 50.º aniversário¹⁸. Como continua em actividade, recentemente editou a história do respectivo centenário, esta já elaborada segundo as normas académicas adequadas¹⁹.

2.º Período (anos 1960-1980). Este período, de modo muito particular no mundo anglo-saxónico mas não só, ficou indelevelmente marcado pelo extraordinário contributo de Alfred D. Chandler que, em 1962, publicou *Strategy and Structure*. Seguiram-se-lhe, entres outras, as obras *The Visible Hand* (1977) e *Scale and Scope* (1990)²⁰.

Como já foi devidamente sublinhado, «o trabalho de Chandler permanece central para a história empresarial, mais notoriamente através das suas generalizações acerca da relação entre estratégia e estrutura, a distinção entre sectores centrais e periféricos e a função da grande empresa na gestão e na inovação. As suas generalizações continuam a ser controversas e disputadas, mas ainda fornecem a estrutura central para a discussão neste imenso e rico campo de estudo»²¹.

¹⁴ Carmen Erró (dir.), *Historia Empresarial. Pasado, presente y retos de futuro*, Barcelona, Ariel, 2003, p. 206.

¹⁵ Bertrand Gille, *Les archives d'entreprises*, Paris, Imp. Nationale, 1958.

¹⁶ C. Erró (dir.), *op. cit.*, p. 207.

¹⁷ Theodoro Ferreira Pinto, *A Fábrica da Vista Alegre. O Livro do seu Centenário. 1824-1924*, Lisboa, Sociedade a Sociedade de Porcelana Vista Alegre, Ld.ª, 1924.

¹⁸ Manuel Ayres Falcão Machado, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da Economia Nacional (1904-1954)*, Tipografia Comercial, 1954 (2.ª ed., 1993).

¹⁹ Paula Cristina Ferreira Silva, *Cerâmica Estrela d'Alva. 100 anos de História. 1904-2004*, São Paio do Mondego, Estrela de Alva. Prefácio e coordenação de José Amado Mendes, 2004.

²⁰ Alfred D. Chandler, *La mano visible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana* (trad. do inglês), Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988; *Escala y diversificación. La dinámica del capitalismo industrial* (trad. do inglês), tomos I e II, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1996.

²¹ Franco Amatori e Geoffrey Jones (eds.), *Business History around the World*, Cambridge University Press, 2003, p. 3.

Joseph Schumpeter, em meados do século XX, havia chamado a atenção para o papel decisivo da empresa e do empresário, na inovação e no desenvolvimento económico. Por sua vez, A. D. Chandler alerta para o papel do gestor profissionalizado, verdadeira «mão visível», substituindo assim a concepção tradicional, defendida por Adam Smith (em 1776), para quem as forças do mercado — isto é, a «mão invisível»²² — desempenhavam papel crucial. Citemos o próprio Chandler:

«A mão visível da direcção substitui a mão invisível das forças do mercado, onde e quando a nova tecnologia e os mercados em expansão permitiram a circulação, sem precedentes históricos, de um elevado volume de mercadorias a uma grande velocidade, através dos processos de produção e de distribuição. A empresa moderna foi, pois, a resposta institucional ao rápido ritmo da inovação tecnológica e à crescente procura de consumo nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XIX»²³. Deste modo, nos Estados Unidos da América, como sucessivamente noutros países desenvolvidos, a economia entrava numa nova fase, ou seja, no chamado «capitalismo de gestão».

Para além da marca chandleriana que impregnou a pesquisa, sobretudo nos países anglo-saxónicos, este período ficou também caracterizado por outros aspectos, como um certo impulso dado à história empresarial, consubstanciado na publicação de obras resultantes de estudos de caso, geralmente patrocinados pelas próprias empresas.

Em Portugal, várias entidades bancárias, entre outras, passaram desde então a dispor das respectivas histórias, especialmente comemorativas de certas datas (centenário, meio século, etc.). Lembro, por exemplo, o Banco Nacional Ultramarino (1964), o Banco de Portugal (1971) e o Banco Lisboa & Açores (1972). Posteriormente, outros estudos de caso lhes sucederam até à actualidade — Banco Comercial Português, Montepio Geral, Banco Borges & Irmão, Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos —, apresentando-se este o sector como o mais dotado de histórias de empresa²⁴.

Se, em muitos casos, eram funcionários das próprias organizações que se encarregavam da tarefa — o que, não raro, condicionava a perspectiva de análise e induzia a elaboração de obras institucionais e um tanto laudatórias —, foi também por essa altura (meados de século passado) que começaram a ser solicitados historiadores profissionais para produzir monografias de empresas. Em certo sentido, pode afirmar-se que foi desde então que começaram a desenhar-se os dois modelos que ainda hoje perduram. Por um lado, a história institucional, mais ou menos apologética, na qual se narram, quase em exclusivo, os momentos gloriosos da empresa e a acção dos seus empresários, dirigentes e quadros mais destacados. Por outro, a história feita por

²² Adam Smith, *Riqueza das Nações* (trad. do inglês), vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fevereiro de 1981, p. 758.

²³ Alfred D. Chandler, *La mano visible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana* (trad. do inglês), Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988, p. 28.

²⁴ José Amado Mendes «La empresa bancaria en Portugal en el siglo XX. Evolución y estrategias», in Mario Cerutti, *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Tendencias/Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidade de Alicante, 2006, 350-372. Também publicado na revista *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 1992, pp. 39-56.

profissionais, inclusive acadêmicos, cujo objectivo primordial é não elogiar ou enaltecer mas sobretudo compreender e explicar o percurso da empresa e dos agentes e intervenientes no processo, tendo em consideração os êxitos e os fracassos, os momentos altos mas também as vicissitudes, a gestão eficiente e de sucesso, mas igualmente a que viria a manifestar-se desadequada; isto é, a vida da empresa.

Para o efeito, foi necessário vencer alguma indiferença ou mesmo desconfiança da parte dos historiadores, relativamente ao papel da empresa na história, e dos próprios empresários/gestores, quanto à necessidade de abrir os respectivos arquivos a estranhos, cuja finalidade nem sequer compreenderiam muito bem. Resistência não menor provinha do lado de muitos historiadores que, por motivos ideológicos, colocavam reticências à «bondade» da empresa e do empresário que, por definição, se encontravam do outro «lado da barricada».

Reportando-se a este comportamento — que também se verificou na história empresarial latino-americana —, notou o historiador de empresa colombiano, Carlos Dávila:

«Por várias décadas houve tabus poderosos que impediram muitos investigadores de se aproximar e estudar o empresariado, olhado por alguns como o seu «principal inimigo»; por outros como os «vende pátrias», «burguesia concupiscente» e «parasitária». Para muitos o empresariado sempre tem despertado — com razão — suspicácias. Estes preconceitos estiveram vinculados a processos económicos, políticos, ideológicos e sociais com que se debateu mais do que uma geração de académicos e intelectuais»²⁵.

Nas décadas de 1950-1980, registaram-se, todavia, consideráveis progressos, desse ponto de vista. Assim, em 1985, o prestigiado e conhecido historiador francês, François Caron, no prefácio às actas do colóquio de história empresarial, publicadas sob o interessante título *Memoire d'Avenir. L'Histoire dans l'Entreprise* (Blois, 21-22 de Maio de 1985), escrevia:

«A empresa reconciliou-se com a História. Enquanto a maior parte dos historiadores tem rejeitado os modelos simplificadores para tentar captar, na sua desconcertante complexidade, as realidades sociais, e particularmente as da empresa, os empresários têm vindo a tomar consciência da necessidade de compreender o passado para construir o futuro. O problema hoje é não limitar essa reconciliação a uma petição de princípio. É preciso instaurar um diálogo que resulte numa troca de serviços, justificada por uma convergência de interesses. A História, numa palavra, tem necessidade da empresa, tanto como a empresa a tem da História»²⁶.

Data igualmente desta fase a questão do *patrocínio*, na sua relação com a dependência ou independência do investigador. Se, em muitos casos, pelo menos nas últimas décadas, a história de empresa pode ter servido como dissertação académica e ter sido mesmo elaborada à margem e sem a iniciativa da respectiva organização — o que, no presente, continua a suceder —, na maioria ela resulta das diligências ou mesmo da encomenda dos seus responsáveis.

²⁵ Carlos Dávila L. de Guevara, *Empresas e História en América Latina. Un balance historiográfico*, Bogotá, TM Editores, 1996, p. XI.

²⁶ Maurice Hamon e Félix Torres, *Memoire d'Avenir. L'Histoire dans l'Entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987, p. 8.

Os objectivos podem ser muito diferentes: homenagear ou comemorar; conhecer as origens e a evolução da empresa; apreender as características essenciais da respectiva cultura, formada ao longo do tempo e, logo, em contexto histórico; fornecer aos proprietários/accionistas, dirigentes, gestores, técnicos, colaboradores, fornecedores e clientes, um conhecimento sólido acerca da identidade e das potencialidades da empresa, com vista a reforçar a sua imagem e credibilidade; proporcionar aos dirigentes e demais responsáveis pela gestão estratégica um meio que os auxilie a tomar as decisões mais adequadas, em cada situação; contribuir para um melhor conhecimento da história de determinada localidade, país ou região, recorrendo à exploração de fontes dos próprios arquivos empresariais.

Como conciliar os objectivos dos líderes da empresa com as exigências da investigação histórica — pautadas pelo rigor, a independência, o amor à verdade e a imparcialidade —, inclusive quando os encargos financeiros são suportados pela própria organização? Para alguns autores, embora de forma algo radical, patrocínio corresponde a parcialidade ou, o que ainda será mais grave, à tendência para narrar a história que mais favoreça a imagem da empresa.

Todavia, como já foi devidamente sublinhado, «o patrocínio [...] não é sinónimo de seguidismo nem de dependência, da mesma maneira que os investigadores que, nos começos do século XX, trataram de romper com os condicionamentos existentes, não poderiam classificar-se como tal. No fundo de tudo isso radica o profissionalismo do historiador que trata de realizar o seu trabalho, um conceito romântico mas que tem provado ser a única maneira de conseguir um ajuste entre qualidade e veracidade»²⁷. Por outro lado, como também já foi observado, «o historiador escreve sempre para um público mais ou menos amplo (geral, académico, ideológico ou qualquer outro), sem que isso signifique que trabalhe mediatizado, condicionado ou subjugado»²⁸.

Ainda nesta perspectiva, os nossos antecessores, por meados do século XX, já utilizaram um instrumento de enorme utilidade, que é o *contrato escrito*. Pela importância de que se reveste ainda hoje, merece que lhe dediquemos alguma atenção.

Num interessante e útil artigo de Christopher Castaneda, sob o título «Writing Contract Business History»²⁹, são fornecidos diversos elementos sobre a matéria. Entre outros, o autor reporta-se ao contrato celebrado entre uma empresa norte-americana e historiadores, para elaborarem a respectiva história. Mais uma vez, N. S. B. Gras esteve envolvido na iniciativa, pois, em 1947, havia-se tornado presidente da Business History Foundation.

Tratava-se da Humble Oil & Refining Company, uma subsidiária da Standard Oil of New Jersey (Exxon), cuja história viria a lume em 1959, sob o título: *History of Humble Oil & Refining Company. A Study in Industrial Growth*³⁰. O respectivo contrato viria a transformar-se, futuramente, no modelo a seguir, quando se optava por realizar contrato escrito. Dele constava, além do mais, o seguinte:

²⁷ Cármen Erro e Francisco Javier Caspisteghi, «Empresarios e Historia Empresarial. Algunas claves para un mutuo acercamiento», C. Erro (dir.), *op. cit.*, p. 185.

²⁸ *Idem*, p. 186.

²⁹ Christopher J. Castaneda, «Writing Contract Business History», *The Public Historian. A Journal of Public History*, vol. 21, Winter, 1999, n.º 1, pp. 11-29.

³⁰ Nova Iorque, Harper & Broders, 1959.

A Humble concordava em:

- permitir o acesso, para efeitos de investigação, a todos os seus registos disponíveis;
- programar e facilitar entrevistas com empregados/colaboradores;
- autorizar visitas às infra-estruturas, instalações e equipamentos;
- obter o manuscrito [original] concluído para ser submetido à leitura e crítica de executivos e ex-executivos, para críticas e sugestões;
- mas competia à Fundação/autores decidirem aquilo que, em última análise, deveria ser publicado³¹.

Como pode verificar-se pelos termos do contrato, era salvaguardado acesso a toda a informação da empresa — o que implicava a abertura dos arquivos para consulta, a visita às unidades industriais e a possibilidade de entrevistar colaboradores —, mas também a possibilidade de crítica e de apresentação de sugestões, embora a última palavra pertencesse aos autores da obra e não à entidade visada e, simultaneamente, patrocinadora.

Não se deve, contudo, alimentar ilusões. Nem sempre estes casos terminam com um fim feliz, como sucedeu na pesquisa referenciada. Como bem lembra o autor do artigo citado, «por uma variedade de razões [pelo menos nos Estados Unidos da América], cerca de 50% de todos os originais de história de empresas permanecem por publicar»³².

Em Portugal também temos exemplos destes últimos. Entre outros, lembro uma primeira biografia do Belmiro de Azevedo — empresário bem conhecido e indissociavelmente ligado à Sonae e à cadeia de grandes superfícies «Continente» —, que não chegou a entrar no prelo³³, e um estudo de uma dinastia de empresários do Centro do País, cuja obra, intitulada *Os Pinho de Vale de Cambra. Um caso de sucesso empresarial* (da qual eu fui um dos co-autores, com Manuel Braga da Cruz e Manuel Ferreira Rodrigues, 1999), a qual, por razões a que fomos alheios, também não obteve autorização para vir a lume³⁴.

3. História das empresas na actualidade: o estado da arte

Ao invés do que por vezes sucede em certos domínios da investigação, já dispomos de sínteses muito úteis, sobre a evolução da história empresarial, nas últimas décadas. Com efeito, para se obter uma visão de conjunto do desenvolvimento da disciplina, podemos recorrer a obras como:

³¹ C. J. Castaneda, *op. cit.*, p. 16.

³² *Idem*, p. 17.

³³ Segundo escreveu o próprio Eng.º Belmiro de Azevedo, a primeira tentativa de elaboração e publicação da sua primeira biografia «foi um insucesso desagradável – e, por isso, o projecto (por falta de qualidade) não vingou» (Magalhães Pinto, *Belmiro de Azevedo. História de Uma Vida*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 394).

³⁴ O Prof. Doutor Luís Valente de Oliveira dignou-se elaborar a «Apresentação» da obra, datada de 2 de Janeiro de 1998.

- *Business History Around the World* (ed. Franco Amatori e Geoffrey Jones, 2003);
- *Historia empresarial. Pasado, presente y retos de futuro* (dir. Carmen Erro, 2003);
- *Empres y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal* (coord. Mario Cerutti, 2006);
- *Empresas e Historia en América Latina. Un balance historiográfico* (comp. Carlos Dávila L. de Guevara, 1996);
- *British business history, 1720-1994* (John Wilson, 1995);
- *La empresa en la Historia de España* (coords. editoriais Francisco Comín e Pablo Martín Aceña, 1996);
- *International Bibliography of Business History* (Goodall *et al.*, eds., 1997);
- «Empresas e empresários», *Estudos Portugueses do século XX*, n.º 4, 2004 (coords. José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe)³⁵.

Não sendo possível, nas presentes circunstâncias, condensar toda a informação contida nas obras acabadas de referenciar — além de que outras poderiam igualmente ser indicadas —, permito-me apenas destacar alguns traços mais distintivos da situação da história empresarial na actualidade, como campo de estudo, pesquisa, ensino e divulgação.

Em primeiro lugar, deve destacar-se o desenvolvimento considerável ao nível da investigação, patentado pelas obras publicadas em grande número de países — livros de temática mais abrangente ou estudos de caso, revistas especializadas, artigos e comunicações —, bem como a organização de eventos dedicados à história empresarial, com a publicação das respectivas actas. Podemos referenciar, entre outros, encontros/colóquios organizados em França, no Japão, nos Estados Unidos (a série das *Business History Conference*, com um importante trabalho no domínio da pesquisa e da divulgação, começou em 1954 e prossegue, na actualidade), no México, no Brasil e em Portugal.

No Brasil, em 1991, realizou-se a Primeira Conferência Internacional de História de Empresas, que antecedeu o Congresso Brasileiro de História Económica, iniciado em 1993. A partir de então, os dois eventos, promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Económica, têm-se realizado conjuntamente. As actas tem vindo a ser publicadas com regularidade e, desde 1998, publica-se a revista *História Económica & História de Empresas*³⁶.

No que se refere a Portugal, além de proliferação de publicações, particularmente a partir da década de 1980, a Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES) tem dedicado atenção ao assunto, em alguns dos seus encontros anuais, designadamente nos seguintes:

- Évora (27 e 28 de Outubro de 1995), cujo XV Encontro integrou a *História Empresarial em Portugal* (as respectivas actas vieram a ser publicadas na conhecida revista *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 136/137, 1996, 2.º-3.º);
- Aveiro (15 e 16 de Novembro de 2002), no qual, além de investigadores portugueses, participou o reputado especialista, Geoffrey Jones, um dos coordenadores da obra já citada, *Business History around the World* (2003).

³⁵ As referências bibliográficas completas encontram-se no final do texto.

³⁶ C. Erro (dir.), *op. cit.*, p. 358.

Entre as instituições universitárias cujos investigadores se têm dedicado à história empresarial, em Portugal, permito-me salientar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro, o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto Superior de Economia e Gestão e a Universidade Autónoma de Lisboa – UAL (através do Centro de Estudos de História Empresarial – CEHE), em Lisboa, e o Departamento de História da Universidade de Évora. Entre outros projectos que, por certo, se encontrarão em vias de concretização, lembro o da elaboração de um *Dicionário de História Empresarial* (em vários volumes), em curso, no âmbito do referido CEHE, da UAL.

No que concerne à especificidade das histórias de empresas nacionais, também a diversidade é notória, considerando os diferentes contextos: geográfico, social, económico, cultural, político e histórico. Assim, enquanto nos Estados Unidos a grande empresa e o desenvolvimento da liderança — desde a sua vertente patrimonial à do capitalismo de gestão —, sob a influência de A. Chandler e seus seguidores, foram amplamente estudadas, noutros países as preferências apontaram noutros sentidos.

Com efeito, na Grã-Bretanha, a perda de liderança do primeiro país industrial — na expressão de Peter Mathias³⁷ —, durante a 2.ª Revolução Industrial, constituiu tema privilegiado; já na Alemanha, os historiadores centram-se mais nas grandes empresas, os aspectos técnicos e os novos produtos; por sua vez, no Japão, os estudos de caso têm sido privilegiados por maior número de investigadores, o mesmo se verificando em alguns países da Europa do Sul³⁸. Aqui, questões deixadas em aberto por Chandler — por exemplo, a pequena e a média empresa, a empresa familiar e os distritos industriais — têm sido frequentemente objecto de estudo.

Para o investigador italiano Giulio Sapelli, de um modo geral, a história de empresa, como disciplina, afirmou-se sob a influência de duas tradições culturais:

- a) norte-americana (influência de A. Chandler): desenvolvimento organizativo; crescimento tecnológico; dimensão dos mercados;
- b) francesa: modelos culturais da acção directiva, alicerçando uma fértil trajectória analítica prosopográfica³⁹.

Também a própria teoria e metodologia seguidas apresentam uma certa variedade, consoante o respectivo contexto e, inclusive, a formação de base do investigador. Quando este provém do campo da História — como se verifica, em muitos casos —, a tendência é para imprimir aos estudos um carácter mais humanista, valorizando os factores culturais na gestão e no percurso histórico da empresa. Se, ao invés, a sua formação resulta das áreas de Economia e Gestão, a tendência é para dar mais protagonismo a questões do foro económico propriamente dito, assim como à teoria explicativa da mesma matriz.

³⁷ Peter Mathias, *A primeira nação industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914* (trad. do inglês), Lisboa, Assírio & Alvim, s. d.

³⁸ C. Erro (dir.), *op. cit.*, p. 223 e ss.

³⁹ G. Sapelli, «La construcción social e histórica de la empresa: para un nuevo modelo teórico», F. Comín e M. Aceña (eds.), *op. cit.*, pp. 474-475.

No primeiro caso, podemos falar da história empresarial tradicional, sem o recurso explícito às teorias económicas. No segundo, estamos perante o modelo da história empresarial como economia aplicada, recorrendo concretamente às teorias alicerçadas na Economia Neo-Institucional, a Nova Economia Industrial e a Economia dos custos de transacção⁴⁰.

Em qualquer dos casos, como já foi recordado, a teoria é um meio e não um fim. A história empresarial é uma disciplina híbrida, situada entre a História, a Economia e a direcção estratégica de empresa. Nesse sentido, como afirma Robert Grand, referindo-se à direcção estratégica, «o propósito da História empresarial não é dar respostas, mas ajudar a compreender os problemas»⁴¹.

No que toca à história empresarial e ao seu papel, no sistema de ensino-aprendizagem e na formação de empresários, gestores e técnicos, a situação é igualmente diferenciada, não só entre países, mas também em relação a estabelecimentos do mesmo país. Todavia, um pouco por todo o Mundo — e salvo raras excepções —, há um défice considerável neste domínio.

Registam-se, todavia, excepções: certas universidades norte-americanas e britânicas, ou mesmo, a Colômbia — na América Latina —, onde, já há alguns anos (2003), a disciplina de História empresarial existia em 20 universidades, dedicando-se-lhe, como docentes e investigadores, professores dos departamentos de História, de Sociologia e de Administração⁴².

Em muitos casos, a história empresarial, no âmbito do ensino, ainda não adquiriu autonomia em relação à história económica, pelo que não se pode falar de uma disciplina, mas de um capítulo ou de uma alínea. Noutros, apenas consta como disciplina opcional, em cursos de História, Economia e Gestão/Direcção de Empresas. Noutros ainda, a matéria é focada em seminários de pós-graduação, constituindo mesmo temática de teses de mestrado e de doutoramento.

Independentemente da situação, mais ou menos favorável, a este novo ramo de pesquisa, urge investir muito mais na área do ensino — de graduação e de pós-graduação, com destaque para este —, para que a história empresarial se torne uma janela aberta para a sociedade contemporânea, proporcionando uma melhor compreensão do Mundo e do contexto em que nos inserimos.

4. Tendências e perspectivas futuras

Regra geral, o historiador evita pronunciar-se sobre o futuro sentindo-se muito mais à-vontade ao debruçar-se sobre o passado, aliás, dentro da vocação normal da natureza das próprias disciplinas históricas. Embora ciente do acabado de referir, permita-se-me a ousadia de apontar algumas pistas e fazer determinadas sugestões, com vista a conferir à história empresarial o lugar que ela, efectivamente, merece. Ao

⁴⁰ Jesús M.ª Valdaliso «Las diversas caras de la historia empresarial en España. Un comentario sobre algunas publicaciones recientes», *Historia Industrial*, 1996, 9, p. 179.

⁴¹ C. Erro (dir.), *op. cit.*, p. 39.

⁴² *Idem*, pp. 362-363.

assunto também se referem outros investigadores, por exemplo nos artigos intitulados «The Future of Business History». An Introduction» (Scranton e Horowitz, 1997) e «Business History and Beyond (Blackford, 1997), cuja leitura se recomenda.

4. 1. Enfoque e perspectivas temáticas. A avaliar pelos desenvolvimentos recentes da investigação, um dos filões mais significativos passará, obviamente, pela elaboração de monografias ou estudos de casos, que permitam esclarecer as origens, o desenvolvimento e a caracterização da empresa/organização.

Para o efeito, importa analisar: o contexto socioeconómico e cultural; o meio envolvente — aspectos geográficos, existência ou não de matérias-primas, fontes de energia, acessibilidades, meios de transporte e comunicações —, os fundadores e gestores mais relevantes, sua formação, experiência e motivações; o capital, os recursos humanos, os meios técnicos, os produtos e o seu carácter inovador; o mercado e a concorrência; a expansão e, se for o caso, a internacionalização.

Todavia, como a empresa é uma realidade dinâmica, a investigação não pode incidir apenas no momento da fundação ou em fases críticas do respectivo processo, mas é necessário acompanhar e tentar compreender a sua evolução através dos tempos, investigando as formas como se foi dando resposta a novas situações ou como se definiram estratégias consideradas como adequadas a cada situação.

Sob uma perspectiva tecnológica, não é suficiente atender apenas ao período de introdução de novas soluções técnicas; há que acompanhar a sua difusão e evolução, os resultados e as transformações entretanto introduzidas, a fim de avaliar a eficácia dos investimentos efectuados. A própria gestão — centralizada ou descentralizada, conservadora ou agressiva, profissionalizada ou rotineira —, à luz da relevância hoje atribuída à «mão visível», deve merecer igualmente atenção, o mesmo devendo suceder com a cultura de empresa e com a liderança implementada. O líder carismático — como foi entendido por Max Weber —, a profissionalização da actividade de gestão, a sucessão e as fusões e concentrações constituem, entre muitos outros, tópicos a esclarecer.

Porém, quando o objectivo ultrapassa o estudo individual de uma organização — isto é, o carácter biográfico —, para abranger todo um sector económico, a economia de uma localidade, região, país ou área mais vasta, tendo por ponto de partida a história empresarial, nesse caso interessa estudar, comparativamente, o conjunto das respectivas empresas, o que se assemelha à utilização do método prosopográfico, aplicado a grupos de indivíduos, com determinadas afinidades⁴³.

Para questões ainda mais abrangentes — evolução do capitalismo, capitalismo de gestão, revoluções industriais, globalização e outros —, também as empresas deverão ser perspectivadas de outro modo, não tanto em função de si próprias, mas antes na sua inter-relação com a realidade em estudo, devendo ser largamente utilizado o método comparativo. A propósito, mais uma vez se recorda a óptica seguida por A. Chandler.

⁴³ Sobre a empresa em contexto regional e operando em rede, ver, por exemplo: José Luis García y Ruiz Carles Manera (dirs.), *Historia Empresarial de España. Un enfoque regional en profundidad*, Madrid, LID Editorial Empresarial, 2006; Judith Clifton et al., *Redes e empresas en España. Una perspectiva teórica, histórica y global*, Madrid, LID Editorial Empresarial, 2005.

4. 2. *Fontes e metodologia.* Um dos legados mais relevantes da chamada *nova história* foi a revolução introduzida quanto ao conceito tradicional de fonte. Tradicionalmente, a fonte por excelência — e quase exclusiva — era o documento escrito (de preferência manuscrito) e inédito. A partir do alerta lançado pelos cultores da *nova história* — Marc Bloch e Lucien Fèbvre, F. Braudel, A. Silbert e Vovel, para nomear apenas alguns dos mais conhecidos —, os materiais e as tecnologias, as estruturas e as paisagens, a literatura e a arte, as lendas e os mitos e até os próprios silêncios passaram a ser considerados como potenciais testemunhos históricos.

No que se refere à história das empresas e dos empresários, os arquivos empresariais continuam a desempenhar um papel central na investigação histórica da própria organização, mas não só (também na história local e regional, na história de um determinado ramo ou negócio, de familiares dos empresários, etc.). Mas, para além daqueles, há que tirar partido, por exemplo, de edifícios (mesmo desactivados ou já em ruínas) e equipamentos; máquinas, activas ou desactivadas; produtos e moldes, desenhos e plantas, fotografias, catálogos e papel timbrado; legislação e estatísticas, imprensa nacional e local; fontes orais e objectos simbólicos, desde a indumentária aos logótipos, para dar somente uns tantos exemplos.

Ainda do ponto de vista metodológico, à análise quantitativa — imprescindível, quando se trata de avaliar produção e transacções, abastecimento, consumos e salários, capital investido e dividendos —, há que acrescentar a descritiva/compreensiva, de modo a contemplar motivações e interesses, sensibilidades, comportamentos e, o que é muito importante, a verdadeira *cultura da empresa*.

Segundo certos autores, o pós-modernismo também deverá reflectir-se na história empresarial. Por um lado, ao recusar seguir modelos pré-estabelecidos, mas considerando cada empresa como um caso específico, com as suas especificidades e particularidades. Por outro, ao «desconstruir» o discurso de auto-elogio, elaborado no seio da própria empresa — através da história de empresa chamada institucional ou de outros materiais promocionais — pelos seus responsáveis ou por profissionais, a pedido daqueles.

Sobre esta questão, são de útil leitura as palavras de Alan Roberts, no capítulo dedicado à «Teoria na História Empresarial», na alínea: «Uma história empresarial pós-moderna?»⁴⁴.

4. 3. *Profissionalismo: competência, rigor e ética.* Além do historiador/investigador profissional, académico ou com formação académica especializada, são por vezes solicitados, a elaborar monografias de empresas, outros profissionais, como publicitários, jornalistas, escritores, artistas, profissionais de *marketing* e de relações públicas, etc.

Estando ao serviço da empresa ou sendo contratados para executar essa tarefa, o que visam não é tanto efectuar uma investigação rigorosa, alicerçada em fontes e, tanto quanto possível, imparcial, mas sim apresentar produtos de carácter fundamentalmente promocional, com vista a reforçar, também por essa via, a respectiva imagem de marca.

Evidentemente que esses materiais são importantes e têm o seu lugar, mas não podem ser confundidos com histórias de empresas, elaboradas segundo as regras e a

⁴⁴ C. Erro (dir.), *op. cit.*, pp. 64-68.

metodologia da ciência histórica, em progressivo aperfeiçoamento desde, pelo menos, finais do século XVII até à actualidade.

De acordo com a teoria e a prática da pesquisa histórica, é necessário definir com precisão o tema a focar, delimitar o âmbito cronológico e geográfico, enunciar os objectivos a alcançar, formular hipótese de trabalho e esclarecer qual a metodologia a utilizar. Como não há compartimentos estanques na realidade socioeconómica e cultural, torna-se também necessário recorrer à interdisciplinaridade, recebendo contributos válidos de outros domínios do saber, desde a psicologia à sociologia, da estatística à contabilidade, da tecnologia à gestão.

As fontes a consultar devem ser diversificadas e exprimir várias sensibilidades e níveis de conhecimentos e de competências. Para o efeito, há que recorrer à documentação oficial e à privada — familiar ou mesmo pessoal, sem esquecer as regras de eventual sigilo, que poderão ter que ser usadas, em determinadas circunstâncias —, aos testemunhos orais de empresários, gestores e quadros técnicos, mas também operários e outros colaboradores, fornecedores e clientes, políticos e autarcas, com funções no meio onde a empresa está implantada ou opera.

Compete ao historiador, inclusivamente, destronar certos mitos, por muito arraigados que eles estejam. Um dos mitos mais vulgarizados é o de subvalorizar o activo com que o empresário se lançou na concretização de determinado projecto empresarial, empolando as carências e as limitações. Dir-se-á que o acto de heroicidade aparecerá, aos olhos da opinião pública, tanto mais extraordinário quanto mais humilde for o ponto de partida.

A questão foi muito bem analisada recentemente, por Eric Godelier, no artigo intitulado «Do You Have a Garage? Discussions of Some Myths about Entrepreneurship»⁴⁵. O autor dá exemplos vários de «gigantes» e «heróis de empresa», acerca dos quais foram mitificados aspectos relacionados com as suas origens modestas e a sua limitada formação académica, mas sem que tal os tenha impedido de alcançar o sucesso, nas empresas de referência que criaram. Refere, entre outros: Bill Hewlett e Dave Packard, Bill Gates e Andrew Carnegie, e Henri Ford, nos Estados Unidos da América; ou Louis Renault, Coco Chanel e François Pinault, em França.

Godelier, reportando-se à forma como Steve Jobs, o mítico fundador da Apple Macintosh, se tornou famoso, sublinha:

«Jobs transitou muito rapidamente do status social de estudante para o de empreendedor. Isto foi possível devido ao seu conhecimento e competência, adquiridos através da experiência prática no ramo». E acrescenta: «as mensagens implícitas são claras: a promoção social é baseada no mérito pessoal e em critérios democráticos; regras sociais e instituições não têm influência negativa no novo líder de negócios»⁴⁶.

Obviamente que os mitos não deixarão de influenciar a história, mas, recorda o ainda o mesmo autor, «estórias não são mitos e mitos não são história»⁴⁷.

⁴⁵ Eric Godelier «Do You Have a Garage? Discussions of Some Myths about Entrepreneurship», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, p. 5-6 (<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2007/godelier.pdf>).

⁴⁶ E. Godelier, *idem*, p. 1-6 (<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2007/godelier.pdf>).

⁴⁷ *Idem*, p. 12.

Um outro mito bem conhecido na história empresarial é a indevidamente chamada «lei das três gerações», segundo a qual a empresa é criada pelo avô, o filho leva-a ao auge e o neto encerra-a ou leva-a à falência. Não obstante a cada vez menor longevidade média das empresas — que, em alguns países, não ultrapassa as três décadas —, não há provas de que se trate, efectivamente, de uma lei, pois o reduzido número de estudos de caso, nos vários países, não permite tirar tais ilações.

Além do rigor, a história empresarial deve igualmente ser impregnada de ética. Questões hoje na ordem do dia, como a corrupção e a globalização⁴⁸, entre outras, não poderão deixar de ser contempladas, tal como a já referida cultura de empresa⁴⁹.

4.4. Para que serve a história empresarial? Em prol da utilidade da investigação histórica, sem complexos. Antes de concluir, permita-se-me fazer algumas considerações acerca da utilidade da investigação histórica, no que concerne à história empresarial. Até recentemente, era quase ofensivo perguntar para que serve a ciência, ramo do saber ou disciplina, particularmente na área das Humanidades.

Ao falar do assunto, vem-me geralmente à memória a resposta dada por esse grande brasileiro, homem de cultura, que foi Gladston Chaves de Melo. Interpelado pelo aluno, logo na primeira aula, que lhe perguntava para que servia a disciplina que ia leccionar — da área das Humanidades —, respondeu-lhe: «para nada». Em seguida, enumerou algumas das coisas mais maravilhosas da nossa vida, as quais, embora aparentemente não sirvam para nada, contribuem para nos tornar felizes.

Tradicionalmente, entendia-se que, em última análise, o estudo das Humanidades servia para tornar o homem mais culto e isso bastava. Contudo, no que à história diz respeito, desde há séculos que esta se revelou de utilidade, como meio de legitimação, factor de identidade, culto da memória ou forma de se obter um melhor conhecimento das raízes. No entanto, regra geral, essas finalidades não eram explicitadas e abertamente reconhecidas.

Hoje, porém, fala-se abertamente de uma *história pública*, *história aplicada* ou *história serviço* — como preferia chamar-lhe Jorge Borges de Macedo —, no âmbito da qual os conhecimentos e a competência na disciplina são expressamente utilizados para alcançar determinados objectivos.

A *public history*, nos Estados Unidos da América, é uma nova modalidade de história, que mobiliza associações, alimenta publicações periódicas de maior fôlego e, inclusive, já constitui matéria de cursos de graduação e pós-graduação, em cujo âmbito são elaboradas dissertações sobre a temática.

Trata-se de uma história destinada ao grande público — e não apenas a especialistas e académicos —, a qual poderá ter uma função relevante, nas empresas como na comunicação social, nos organismos governamentais e nas autarquias, nas associações

⁴⁸ Geoffrey Jones e R. Daniel Wadhvani, «Entrepreneurial Theory and History of Globalization», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, p. 1-26 (<http://www.thebhc.org/publications/BHEonline/2007/jonesandwadhvani.pdf>).

⁴⁹ Heli Valtonen, «Does Culture Matter? Entrepreneurial Attitudes in the Autobiographies of Twenty-Century Business Leaders in Finland and the United States», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, p. 1-24 (<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2007/valtonen.pdf>).

como nas fundações, nos museus como nas instituições dedicadas às indústrias da cultura, no turismo, com destaque para o turismo cultural. Escusado será acrescentar que contribui ainda para criar postos de trabalho, o que constitui uma premência no domínio das Ciências Humanas e Sociais.

No elenco curricular dos cursos acima referidos, é importante que, além das disciplinas que tradicionalmente os integram — ciências do âmbito das bibliotecas e dos arquivos, comunicação e informação, museologia e património —, a história empresarial tenha um lugar de relevo — a fim de preparar profissionais competentes na área —, dada a quase omnipresença da realidade empresa, na história contemporânea.

No já referido Colóquio realizado em Blois (França), em 1985, chamou-se a atenção dos participantes não só para a história da empresa, como para a história na empresa — o que, longe de constituir um jogo de palavras, significa duas realidades bem diferentes —, como aliás se infere do título do volume das respectivas actas. A história pode, efectivamente, ser de uma enorme utilidade na empresa, por exemplo, nos seguintes domínios:

- organização, utilização e preservação dos arquivos;
- instalação e gestão de museus, bem como estudo e salvaguarda de colecções e objectos de interesse na história da organização;
- resolução de questões do foro administrativo ou mesmo do contencioso, quando for necessário exhibir documentação útil para comprovar a titularidade de certos bens ou outras questões problemáticas;
- selecção de documentos, objectos, plantas ou desenhos de produtos antigos, a fim de serem utilizados pela publicidade, com vista a reforçar a credibilidade, alicerçada na experiência e nas provas dadas.

Conclusão

Como se destaca nas *Actas* do dito Colóquio, a história é «um fermento de identidade e de comunicação na empresa», constituindo os seus arquivos uma importante mais-valia. Na sua relação com a gestão, sublinha-se o papel da história como auxiliar da decisão na empresa ou, por outras palavras, como instrumento ao serviço da gestão estratégica. Aí se pode ler:

«Face à reconstrução espontânea do passado por parte dos actores da empresa [...], a História permite, com a ajuda da distância exterior trazida pelo historiador, reencontrar e compreender a realidade das coisas estratégicas. Contra uma perspectiva linear dos eventos, ela elabora uma contra-arqueologia sublinhando as inflexões significativas, as continuidades mas também as rupturas. Ela permite também estabelecer «cenários ao invés», a fim de captar a origem particular de uma estratégia que se prolongue no presente, com vista a compreender o contexto inicial, a manutenção e as achegas ulteriores. Instrumento de uma visão passada por definição, «profeta ao recuo», como se pode qualificá-lo, o historiador não evoca senão uma lucidez retrospectiva, *post-eventum*, uma capacidade que lhe é própria para estabelecer sínteses retrospectivas. [...]». E continua:

«Longe de ser pontual ou de estar confinada ao campo universitário, a história na empresa não cessa de demonstrar a sua utilidade, pelo que deverá enquadrar-se, embora sem se reduzir a essa vertente, na noção de história aplicada»⁵⁰.

BIBLIOGRAFIA

- AMATORI, Franco e JONES, Geoffrey (eds.), *Business History around the World*, Cambridge University Press, 2003.
- BASTO, Theodoro Ferreira Pinto, *A Fábrica da Vista Alegre. O Livro do seu Centenário. 1824-1924*, Lisboa, Sociedade de Porcelana Vista Alegre, Ld.ª, 1924.
- BLACKFORD, Mansel G. (1997), «Business History and Beyond», *Business and Economic History*, vol. 26, n.º 2, p. 283-289 (<http://www.h-net.org/~business/bhcweb/publications/BEHprint>).
- BORNSTEIN, David, *Como mudar o Mundo. Os empreendedores sociais e o poder de novas ideias* (trad. do inglês), Lisboa, Estrela Polar, 2007.
- CASTANEDA, Christopher J., «Writing Contract Business History» *The Public Historian. A Journal of Public History*, 1999 (Winter), vol. 21, n.º 1, pp. 11-29.
- CERUTTI, Mario (coord.), *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Tendencias/Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006.
- CHANDLER, Alfred D., *La mano visible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana* (trad. do inglês), Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988.
- CHANDLER, Alfred D., *Escala y diversificación. La dinámica del capitalismo industrial* (trad. do inglês), tomos I e II, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1996.
- CLIFTON, Judith et al., *Redes e empresas en España. Una perspectiva teórica, histórica y global*, Madrid, LID Editorial Empresarial, 2005.
- COMÍN, Francisco e MARTÍN ACEÑA (eds.), *La Empresa en la Historia de España*. Editorial Civitas, 1996.
- DÁVILA L. DE GUEVARA, Carlos (comp.), *Empresa e Historia en América Latina. Un balance Historiográfico*, Bogotá, TM Editores, 1996.
- DRUCKER, Peter F., *As organizações sem fins lucrativos* (trad. do inglês), Lisboa, Difusão Cultural, 1994.
- ERRO, Carmen (dir.), *Historia Empresarial. Pasado, presente y retos de futuro*, Barcelona, Ariel, 2003.
- GARCÍA, José Luis y CARLES MANERA, Ruiz (dirs.), *Historia Empresarial de España. Un enfoque regional en profundidad*, Madrid, LID Editorial Empresarial, 2006.
- GILLE, Bertrand, *Les archives d'entreprises*, Paris, Imp. Nationale, 1958.
- GODELIER, Eric «Do You Have a Garage? Discussions of Some Mythes about Entrepreneurship», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, p. 1-20 (<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2007/godelier.pdf>).
- GOODALL, Francis et al., *International Bibliography of Business History*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.
- GRAS, Norman S. B., «Les affaires et l'histoire des affaires», *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1997, t. III, n.º 9, 1931, pp. 5-10.

⁵⁰ Maurice Hamon e Félix Torres *Mémoire d'Avenir. L'Histoire dans l'Entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987, 9, pp. 223-226.

- HAMON, Maurice e TORRES, Félix *Mémoire d'Avenir. L'Histoire dans l'Entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987.
- «História empresarial em Portugal», *Análise Social*, 1996, vol. XXI, n.º 136-137, 2.º - 3.º.
- JONES, Geoffrey e WADHWANI, R. Daniel «Entrepreneurial Theory and History of Globalization», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, pp. 1-26 (<http://www.thebhc.org/publications/BHEonline/2007/jonesandwadhwani.pdf>).
- MACHADO, Manuel Ayres Falcão, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da Economia Nacional (1904-1954)*, Tipografia Comercial, 1954 (2.ª ed., 1993).
- MATHIAS, Peter, *A primeira nação industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914* (trad. do inglês), Lisboa, Assírio & Alvim, s. d..
- MCCRAW, Thomas K. (ed.), *Creating Modern Capitalism. How Entrepreneurs, Companies, and Countries Triumphed in Three Industrial Revolutions*, Harvard University Press, 2000.
- MENDES, José Amado, «História das organizações na reabilitação da História Económica e Social», sep. das *Actas do Colóquio Portugal – Brasil. Uma visão interdisciplinar do século XX. 2 a 5 de Abril de 2003*, Coimbra, Quarteto/CEIS 20, 2003, pp. 133-148.
- MENDES, José Amado, «La empresa bancaria en Portugal en el siglo XX. Evolución y estrategias», in CERUTTI, Mario, *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Tendencias/Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006.
- MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coords.) «Empresas e Empresários», *Estudos do Século XX*, 2004, n.º 4, Coimbra, Quarteto.
- NEVES, José Acúrsio das, *Obras completas*, vol. 4: *Memória económico-política sobre a liberdade do comércio dos grãos com a sua aplicação às Ilhas dos Açores e outros estudos económicos*, Porto, Edições Afrontamento, s. d..
- ROBERTS, Alan, «La teoría en la historia empresarial», Carmen Erro (dir.), *Historia empresarial. Pasado, presente y retos de futuro*, Barcelona, Ed. Ariel, 2003, pp. 57-80.
- SAPELLI, Giulio, «La construcción social e histórica de la empresa: para un nuevo modelo teórico», Francisco Comín e Pablo Martín Aceña (coords. da edição), *La empresa en la Historia de España*, Madrid, Ed. Civitas, 1996, pp. 473-487.
- SCRANTON, Philip e HOROWITZ, Roger, «The Future of Business History. An Introduction», *Business and Economic History*, 1997, vol. 26, n.º 1, pp. 1-4 (<http://www.h-net.org/~business/bhcweb/publications/BEHprint>).
- SILVA, Paula Cristina Ferreira *Cerâmica Estrela d'Alva. 100 anos de História. 1904-2004*, São Paio do Mondego, Estrela d'Alva. Prefácio e coordenação de José Amado Mendes, 2004.
- SMITH, Adam, *Riqueza das Nações* (trad. do inglês), vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fevereiro de 1981.
- VALDALISO, Jesús M.ª «Las diversas caras de la historia empresarial en España. Un comentario sobre algunas publicaciones recientes», *Historia Industrial*, 1996, 9, pp. 175-180.
- VALTONEN, Heli, «Does Culture Matter? Entrepreneurial Attitudes in the Autobiographies of Twenty-Century Business Leaders in Finland and the United States», *Business and Economic History. On-Line*, 2007, vol. 5, p. 1-24 (<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2007/valtonen.pdf>).
- WILSON, John F., *British business history, 1720-1994*, Manchester University Press, 1995.

Álvaro Garrido

ESTADO NOVO E CORPORATIVISMO.
UM PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO EM
HISTÓRIA ECONÓMICA E DAS INSTITUIÇÕES

1. O corporativismo como objecto historiográfico

Nos países da Europa do sul que conheceram regimes autoritários de inspiração fascista, a palavra *corporativismo* tornou-se hiper-referencial do ponto de vista sociológico e sub-analisada do ponto de vista histórico. Para este desequilíbrio concorrem, certamente, apropriações ligeiras da memória dos «corporativismos históricos»: por um lado, o carácter neocorporativo da maioria dos regimes democráticos europeus nos quais a concertação dos interesses ocupa um lugar de relevo no palco social e mediático¹; por outro, a filiação de valores sociais e de comportamentos de diversos grupos profissionais ou de interesse numa arraigada tradição corporativa da sociedade portuguesa, vício cultural alegadamente adquirido na longa experiência do corporativismo salazarista.

O estudo do corporativismo autoritário europeu do século XX exige um esforço comparativo, de modo a proporcionar interpretações caso a caso e Estado a Estado. A análise das experiências históricas de implantação dos sistemas corporativos parece-nos um método fundamental para esbater as explicações generalizadoras da politologia, sempre demasiado preocupada em estabelecer taxonomias. Outra via de método — e outra cautela epistemológica — reside na necessidade de temperar a dogmática doutrinária e a ideologia política do corporativismo com um esforço de interpretação das suas finalidades instrumentais e de compreensão das singularidades nacionais dos sistemas políticos que se reclamaram «corporativos».

Neste como noutros temas de investigação histórica que exigem distinguir o *discurso* da *prática* (ou a realidade das meta-realidades), importa situar a nossa perspectiva de análise e esboçar uma problemática que, dada a densidade doutrinária dos discursos que comporta e os ardis da propaganda, exige especiais cuidados hermenêuticos. Um bom caminho de estudo, ainda pouco ensaiado, será o de comparar entre si, ou

¹ Sobre a problemática do neocorporativismo, vide a síntese de Vital Moreira, *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*, Coimbra, Almedina, 1997, pp. 144-149.

entre as diversas experiências nacionais corporativistas, os usos políticos da ideia corporativa e dos aparelhos burocrático-institucionais que nela se apoiaram para cumprir, entre outras, as seguintes finalidades políticas: reorganizar a economia liberal debaixo dos interesses do Estado autoritário e das suas oligarquias; ordenar a sociedade de modo a prevenir a desordem pública e movimentos sociais hostis; impor sistemas de intermediação de interesses de forma a regular as relações entre o público e o privado no âmbito de instituições fortemente controladas pelo Estado.

Pôr em evidência o uso político e institucional do corporativismo implica tomar os sistemas corporativos como sistemas de «terceira via», fazendo fé na profecia doutrinária. Mas também exige privilegiar analiticamente o factor *organização*, principal imperativo doutrinário dos corporativistas, como se a organização corporativa fosse uma força autónoma que, pela mão do Estado, acabaria por dirigir os factores de produção e as próprias relações sociais². A organização corporativa, com toda a sorte de organismos que dela fizeram parte, foi a mais saliente e inovadora criação institucional dos Estados corporativos no sentido de domesticar o capitalismo, compartimentando os interesses e impondo a colaboração entre «capital» e «trabalho» num plano nacional.

Fazer história do corporativismo obriga, pois, a esforços redobrados no escrutínio das autenticidades. Tema ingrato e muito marcado pelas vicissitudes da memória histórica, dada a associação que sempre se estabelece entre a ideologia corporativa e os regimes fascistas, obriga a discernir as obscuras relações entre a *consciência* e a *acção*.

Teoria, doutrina, leis, e os mais diversos documentos que evocam o quotidiano burocrático dos organismos que funcionaram sob a égide do sistema corporativo, compõem uma assombrosa torrente discursiva. Trata-se de um imenso caudal de meta-fontes, nem sempre esclarecedoras do quotidiano das instituições e das vicissitudes do «corporativismo real». Essas séries de documentação de carácter institucional, quando não se perderam nos labirintos das transições políticas e reformas do Estado, parecem ter sido destinadas a persuadir os contemporâneos do sistema corporativo acerca das virtudes da «ideia do século» — assim chamou Mihail Manóiesco ao «corporativismo integral e puro»³ quando o declarou o único sistema de ideias capaz de resolver a «questão social» herdada do século XIX.

Do outro lado do «objecto», amiúde inacessível pelo caminho das fontes, ficam as instituições políticas, económicas e sociais criadas debaixo da doutrina corporativa — ou seja, o *sistema* e a *organização*, realidades que não coincidem de todo, conforme alertou Manuel de Lucena⁴.

As incoerências entre a teoria e a prática, as contradições dos corporativismos históricos da Europa de entre-guerras, em geral, e do sistema corporativo português instituído pelo Estado Novo, em particular, têm sido identificadas por historiadores, sociólogos e politólogos.

² Cf. Pedro Teotónio Pereira, *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, p. 108.

³ A expressão consta do próprio título da obra do autor romeno, muito divulgada em Portugal: *Le siècle du corporatisme: doctrine du corporatisme intégral et pur*, Paris, Félix Alcan, 1934.

⁴ Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, vol. I, pp. 102-106.

No caso português, tais evidências contraditórias têm-se revelado reconfortantes para o entendimento do corporativismo enquanto sistema, mas pouco estimulantes para o estudo histórico da sua experiência concreta. Nomeadamente, no que toca à acção quotidiana e ao impacto estrutural da miríade de organismos corporativos e para-corporativos imposta às forças vivas da «nação» a partir de 1933. O império da ideologia, os infindáveis textos doutrinários e a obsessão historiográfica de apurar em que medida o dogma corporativista gerou um sistema político e de representação de interesses realmente corporativo, parecem inibir a análise dos usos económicos da ideia corporativa e o estudo dos seus impactos sociais. Para tanto, falta estudar a prática das instituições corporativistas, cartografar os sectores económicos onde foram forçadas de modo vertical e horizontal e tipificar os seus impactos. Avanços que, estranhamente, a historiografia portuguesa não fez, após o fulgor dos anos setenta e oitenta do século XX.

Nos limites deste texto, propomos um debate preliminar sobre esta agenda de investigação, em especial sobre os sentidos da «economia corporativa portuguesa», expressão ambígua quanto baste. Pretende-se uma introdução ao tema e às problemáticas que ele encerra, exercício assente em três questões:

- a) Como estudar o corporativismo? A semântica corporativa: conceitos e ilusões doutrinárias.
- b) Como renovar o estudo histórico do «corporativismo português»?
- c) Tópicos para um programa de investigação em História Económica e das Instituições centrado no tema da «economia corporativa portuguesa».

2. O corporativismo português – uma fraude com relevância histórica

Philippe Schmitter, no seu conhecido ensaio redigido nos anos setenta do século XX, advertiu sobre a tentação de ignorarmos o corporativismo português pelo simples facto de ele ter sido «anacrónico e irrelevante»⁵. «Se o fizéssemos», acrescenta o sociólogo americano, «estaríamos a ir ao encontro daqueles que já chegaram à conclusão de que o Estado corporativo de Mussolini não passava de uma aldrabice, bem como daqueles que insistem em levar o corporativismo a sério como se fosse um autêntico *tertium genus* entre o capitalismo e o socialismo».

Nem uma coisa nem outra, com certeza. Na verdade, o corporativismo português — que sempre se anunciou «associativo» ou «autodirigido» — foi uma fraude: primeiro porque apenas existiu enquanto «corporativismo de Estado», conforme diversos autores concluíram e, antes deles, alguns doutrinadores do próprio sistema; segundo, porque as corporações, órgãos de cúpula de um verdadeiro sistema corporativo, levaram mais de vinte anos a serem criadas e quando o foram (em 1956-57) pouco funcionaram; por último e em síntese, porque o carácter corporativo do Estado Novo, solenemente vertido na Constituição, foi apenas uma veleidade, decerto resultante da necessidade de achar um móbil moderadamente revolucionário para o novo regime.

⁵ Philippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 166.

Afinal, mais do que uma ideologia de legitimação da indecisa Ditadura Militar de 1926-1933, o «corporativismo português» cedo mostrou o que era e ao que vinha: um dispositivo de consolidação do regime autoritário, um recurso de dominação e arbitragem de interesses, um precioso instrumento de arrumação da «economia nacional»⁶. De uma economia nacional dita «corporativa», mas dominada por diversas formas de regulação económica estatal. Nesse intervencionismo dirigista sobressaíram os organismos de coordenação económica, elementos de administração indirecta do Estado que, embora anunciados como provisórios e nessa medida «pré-corporativos», acabaram por ter uma vida mais longa do que os próprios organismos corporativos⁷. Como concluiu Vital Moreira, a organização corporativa acabou por ser apenas um modo marginal de regulação, um instrumento auxiliar da coordenação económica estatal⁸.

Perante estes argumentos, justificar-se-ia que os historiadores cultivassem um certo desdém pelo tema. Mas a verdade é que, no caso português o corporativismo foi uma «fraude», mas uma «fraude» de grande relevância histórica na medida em que o *sistema* e a *organização* persistiram enquanto o regime durou. Ou seja: porque em nome do «Estado corporativo» foram criadas dezenas de instituições oficiais de organização da vida económica e social da nação que, na maioria dos casos, existiram e funcionaram durante cerca de quarenta anos.

Sem contrariar estes raciocínios, Manuel de Lucena salientou que «o acento tónico da organização corporativa portuguesa está na economia, que bate e de longe todos os outros sectores organizados»⁹.

O juízo é claro e certoiro conquanto resiste à prova empírica. Portugal conheceu uma organização económica estatal de sugestões corporativas muito aquém do anunciado «Estado Corporativo», que acima de tudo serviu para reprimir conflitos sociais de natureza classista e para prevenir o confronto aberto dos interesses. Em rigor, o «Estado de ordem» português — liberal na economia, antiliberal na política —, achou nas ideias e instituições corporativas um expediente para se erguer e durar. Daí que nos pareça mais rigoroso considerar que o Estado Novo criou e impôs uma *ordem económica corporativa*.

Importaria discutir por que razões estas evidências e o apelo de estudo que supõem não alimentaram mais estudos sobre o corporativismo económico salazarista. À semelhança de outras problemáticas da historiografia dedicada ao Estado Novo português, também os estudos sobre o corporativismo começaram pelas grandes sínteses sem que se tivessem feito trabalhos prévios de análise, estudos sectoriais ou mesmo monográficos¹⁰.

⁶ Em perspectivas divergentes, vide Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta, 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 2ª ed., 1996, pp. 268-274; Nuno L. Madureira, *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 31-71.

⁷ Ver Vital Moreira, *ob. cit.*, pp. 137-144; Manuel de Lucena, «A herança de duas revoluções: continuidade e rupturas no Portugal post-salazarista», in Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal, O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 505-555.

⁸ Vital Moreira, *ob. cit.*, p. 233.

⁹ Manuel de Lucena, *ob. cit.*, vol. I, p. 162.

¹⁰ Algumas excepções não desmentem a regra: nos domínios da agricultura, vide, entre outros, os ensaios monográficos de Manuel de Lucena: «Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura», *Análise Social*, n.ºs 56-58, 1978-1979; «Salazar, a fórmula da agricultura portuguesa e

O «corporativismo económico português» — fiquemo-nos por esta perspectiva um tanto redutora, porém mais próxima da realidade histórica invocada — supõe um imenso novelo, composto por muitas linhas ensarilhadas: Teoria, Doutrina, Leis, Instituições, Política, Economia, Sociedade... E seria possível, ainda, desagregar o termo *corporativismo* e as suas históricas realidades em outras tantas categorias analíticas: Ideologia, Sistema, Organização, Interesses.

Por detrás desta diversidade teórica, obviamente esquemática mas bastante expressa na infundável produção de textos construídos pelos próprios corporativistas (fossem eles conhecidos doutrinadores preocupados com a autenticidade do sistema, fossem obscuros compositores de vulgatas da «ideia corporativa»), espreitam algumas questões essenciais. Perguntas pouco novas, é certo, mas relevantes para o entendimento do contexto histórico de aplicação das ideias corporativas: os nexos que se estabeleceram entre a «questão social» e a «crise do Estado liberal» na conjuntura internacional de problemas económicos e financeiros que acompanhou a Grande Guerra e boa parte de década de vinte; as relações entre nacionalismo, fascismo e corporativismo; o advento do intervencionismo económico estatal ligado à administração pública das subsistências, da vida económica em geral e à definição de políticas deflacionistas no após-guerra; por último, o Estado liberal (monarquias parlamentares ou repúblicas) perante a necessidade de intervir nos sistemas de intermediação de interesses, sobre os grupos organizados e oligarquias económicas — o refazer das relações entre o público e o privado como pilar da reconstrução autoritária ou totalitária dos Estados.

Numa expressão elucidativa do sentido pragmático com que a ideia corporativa serviu o projecto de reconstrução do Estado (a edificação do «Estado Novo»), Salazar sugeriu em 1933 que uma das tarefas da «República corporativa» seria a de amarrar os interesses ao Estado para reconstituir a autoridade pública¹¹.

No caso português, a temática do sistema corporativo foi das primeiras a contribuir para uma historiografia do Estado Novo e para o entendimento da sua arquitectura política e institucional. No entanto, a análise histórica dos processos de institucionalização da teoria e doutrina corporativas continua a ser escassa e intermitente, como se tratasse de um tema bolorento ou «menor» para a historiografia moderna do Estado Novo.

Uma simples pesquisa bibliográfica evidencia um claro predomínio de estudos sobre o corporativismo enquanto sistema político e ideológico, perspectiva especialmente cuidada nos ensaios de Philippe Schmitter. Mais raros são os trabalhos dedicados ao corporativismo enquanto sistema económico e institucional de condução da vida económica e social, ou seja, de estatização nacional da economia e da própria

a intervenção estatal no sector primário», *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 110, 1991. Numa perspectiva de história social do corporativismo agrário do Estado Novo, vide a dissertação de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea apresentada por Dulce Freire à Universidade Nova de Lisboa: *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura em Alpiarça na segunda metade do século XX*, Lisboa, 2008. Para o sector das pescas, ver A. Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, cit.; *Economia e Política das Pescas Portuguesas*, Lisboa, ICS, 2006.

¹¹ Cit. por Nuno L. Madureira, *ob. cit.*, p. 51.

sociedade¹². Ressalvem-se os preciosos trabalhos de Manuel de Lucena, em parte já citados, que conjugam a perspectiva política, jurídica e institucional e reúnem preciosas intuições interpretativas sobre outras faces do sistema corporativo português. No plano da teoria económica e da doutrina que lhe está associada, destacam-se as sínteses de J. M. Brandão de Brito e de Carlos Bastien e, mais recentemente, os ensaios de José Luís Cardoso.

Por ora, apenas nos interessa partilhar um conjunto de reflexões capazes de cercar o problema historiográfico do corporativismo português e, a partir daí, esboçar um programa de investigação sobre a «economia nacional corporativa» entre 1933 e 1974 — ideologia, circunstâncias e instituições.

Algumas questões prévias que colocámos encontram resposta consistente na historiografia internacional relativa aos fascismos que também se disseram corporativos. O programa de estudo é demasiado vasto, mas indispensável para se entender o contexto de formação dos «corporativismos históricos», bem como o recurso a aparelhos institucionais de inspiração corporativista para subordinar a economia e a sociedade à esfera da política — ao Estado investido em guardião do «interesse nacional».

O mesmo se pode dizer da historiografia portuguesa referente ao Estado Novo, cujo arranque, ainda em pleno marcelismo — uma coincidência que tem mais que se lhe diga e que, em certos casos, não fugiu à tendência neocorporativista que marcou as sociais-democracias do tempo — elegeu a problemática do corporativismo como prioridade. Não apenas porque boa parte das fontes históricas eram (e são) compostas por Leis, documentação relativamente fácil de reunir e consultar — assim optou Manuel de Lucena na sua *mémoire de fin d'études* apresentada ao Institut des Sciences Sociales du Travail de Paris, em 1971, publicada em 1976 — e de Philippe Schmitter, que em 1971 rumou a Portugal a fim de estudar, segundo o próprio sociólogo americano, «um caso de paleontologia política»: o «corporativismo de Estado» português que, embora imposto na década de trinta, sobrevivera ao desfecho da Segunda Guerra Mundial e resistira à morte de Salazar, inclusivamente com promessas de reforma no âmbito do «Estado social» imaginado por Marcelo Caetano¹³.

3. O Estado Novo – uma «República corporativa», uma «economia nacional corporativa»

O carácter corporativo do Estado Novo sempre foi apontado, quer pelos doutrinadores do sistema, quer por quantos o tomaram como matéria de estudo, como a principal singularidade do «fascismo português».

A título de argumento, basta enunciar dois factos; um de natureza discursiva; outro de ordem prática, aliás estruturante da organização económica e social que o Estado Novo plasmou de influências estrangeiras e impôs à Nação a fim de a organizar e subordinar:

¹² Como também reconheceu Howard Wiarda, «Corporativismo», in A. Barreto e M. Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 422.

¹³ Cf. P. Schmitter, *ob. cit.*, pp. 103-178.

- 1) A proclamação constitucional do Estado como «República unitária e corporativa» (art. 5º da Constituição plebiscitada em 1933);
- 2) O anúncio constitucional e para-constitucional¹⁴ do modelo económico corporativo; ou seja a fórmula doutrinária da «economia dirigida», solução política de «terceira via» entre o colectivismo socialista e o liberalismo individualista.

Para os fins deste debate, é o corporativismo económico, ou a mobilização da teoria e doutrina corporativas para a experiência histórica de institucionalização da «economia nacional de base corporativa»¹⁵ definida por Salazar em 1933 que importa considerar.

Alguns teóricos do sistema português, a exemplo de J. J. Teixeira Ribeiro, e a espaços a própria propaganda, preferiram a expressão mais realista de «economia dirigida» para designar a solução política de síntese — não propriamente de superação — entre liberalismo e socialismo. Em nosso entender, o corporativismo português não gerou uma economia corporativa autodirigida, mas uma *economia dirigida* ou uma *economia institucionalizada de sugestões corporativas*.

A par da liquidação do sindicalismo livre e da corporativização do «trabalho nacional» (tarefas iniciadas em 1933), a disciplina dos mercados e a organização compulsiva dos sectores económicos mais atingidos pela crise internacional, ou mais capazes de reclamarem a protecção do Estado (decisões negociadas em plena Ditadura Militar, sobretudo a partir de 1929), foram as prioridades do plano corporativo de Salazar. Esse processo sinuoso fez-se, sobretudo, através da *cartelização corporativa*, uma contradição de termos, visto que a doutrina sempre anunciara uma sociedade organizada em corporações de carácter não público, ou seja, um «corpo social» composto por órgãos de cúpula constituídos por iniciativa dos interessados, em boa comunhão entre «capital» e «trabalho».

Na prática, a corporativização da economia portuguesa nunca se verificou. Não houve uma economia corporativa portuguesa no plano teórico; nem tão-pouco ela existiu no plano prático, ou no terreno institucional fertilizado pela ideologia corporativa. O Estado Novo consentiu, na realidade, uma economia liberal menos estatizada do que aquela que o país conheceu durante a I República. No entanto, o paradoxo só é válido se o tomarmos no plano formal.

O Estado Novo não moldou uma «economia nova»; antes impôs uma economia dirigida e intervencionada, que se serviu da doutrina corporativa para criar instituições reguladoras dos conflitos de interesse. Tratou-se de impor uma miríade de organismos capaz de prevenir movimentos de acção colectiva conotados com a pregação marxista da luta de classes.

¹⁴ Referimo-nos, respectivamente, à Constituição de 1933 e à série de seis «decretos corporativos» — assim a propaganda os designou — de 23 de Setembro do mesmo ano: Estatuto do Trabalho Nacional, Grémios Obrigatórios, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casas Económicas, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

¹⁵ Menos categórica do que as expressões «economia nova» ou «economia corporativa», a expressão pertence a J. J. Teixeira Ribeiro, *Princípio e Fins do Sistema Corporativo Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1939.

Ainda assim, nenhum destes desvios e contradições do sistema corporativo português retira interesse ao estudo das respectivas instituições.

Como salientou Philippe Schmitter, o corporativismo foi a pedra angular de um regime autoritário ultra-institucionalizado¹⁶. Os grémios obrigatórios da lavoura, da indústria e do comércio, bem como os «sindicatos corporativos» dos mais diversos sectores do trabalho, serviram o propósito do Estado de criar um sistema horizontal de representação de interesses e uma rede vertical e horizontal de controlo político do «capital» e do «trabalho».

Esta errática e gigantesca tarefa, executada por lei entre 1932 e os últimos anos da Guerra de 1939-1945, resultou na imposição de cerca de três dezenas de organismos de coordenação económica (na prática eram serviços públicos que nada tinham de corporativos) a sectores vitais da exportação e importação de bens agrícolas e alimentares. A substituição parcial das importações de subsistências cujas produções nacionais eram cronicamente deficitárias e a garantia de importação de matérias-primas indispensáveis à indústria transformadora impeliram o Estado a fazer desses sectores «estratégicos» (e vulneráveis ao impacto de crises externas) domínios prioritários da intervenção pública. A «economia dirigida» mostrou-se, assim, tanto mais densa quanto as actividades económicas em questão mobilizaram o Estado autoritário a escudar-se numa economia política tendencialmente autárquica.

Os organismos de coordenação económica criados sob a égide do Estado nos sectores primário e secundário receberam poderes de «comércio de Estado», incumbências de diplomacia económica e prerrogativas de intervenção nos mercados dos respectivos produtos; foram-lhes atribuídas competências arbitrais sobre conflitos intra-sectoriais de interesse nas respectivas fileiras da «economia nacional»; foram-lhes cometidos poderes de regulação e fiscalização vertical das produções, do comércio e, nalguns casos, de fixação de preços administrativos.

4. Uma economia nacional de base corporativa?

Uma das ilusões mais comuns do *corporativismo fascista* — um composto de ideias sociais e políticas com cambiantes nacionais, pese a influência do arquétipo italiano — consiste na sugestão de uma fórmula política supraliberal, capaz de salvar o sistema capitalista de si próprio e de resolver a «questão social» por meio de formas associativas e espontâneas de organização dos interesses.

Nas suas pretensões regeneradoras do sistema capitalista-liberal, a teoria económica corporativa chegou a pugnar por um *homo corporativus*, uma nova condição da natureza humana capaz de garantir uma ordem económica e social fundada na comunhão entre o indivíduo e o Estado. Este último argumento doutrinal não só permitiu reafirmar a supremacia do conceito de «economia nacional» — colhido na velha escola histórica alemã de Economia Política, em especial na obra de Friedrich List¹⁷ —,

¹⁶ P. Schmitter, *ob. cit.*, p. 104 e pp. 132-142.

¹⁷ Vide Geoffrey M. Hodgson, *How Economics forgot History. The problem of historical specificity in Social Science*, London and New York, Routledge, 2001, pp. 56-64.

como serviu para declarar a ordem corporativa a única fórmula político-institucional do «bem-estar colectivo».

Como notou Brandão de Brito, a grande preocupação dos teóricos do corporativismo português foi a defesa do princípio da *concorrência imperfeita*¹⁸. Nesta acepção simultaneamente dogmática e pragmática, a organização corporativa seria o instrumento ideal e necessário para um forte intervencionismo do Estado na vida económica.

Autoritário e oligárquico, o sistema corporativo português ofereceu ao Estado em reconstrução um instrumento capaz de refazer as relações entre o público e o privado e impor uma vasta gama de instituições de intermediação dos interesses. Como o próprio Salazar admitiu, a conciliação arbitrada dos interesses teria por fim amarrá-los ao Estado através de negociações oligárquicas que, em boa parte, ainda decorreram no interior das associações patronais da era liberal. Acordos mais ou menos informais, foram feitos caso a caso e conforme os impactos da crise do capitalismo em cada sector da «produção nacional». Em moldes semelhantes, embora mais em surdina, essas negociações e favoritismos prosseguiram no interior dos grêmios corporativos, nos avatares burocráticos do condicionamento industrial e nos corredores dos próprios ministérios¹⁹.

Como foi dito, os doutrinadores mais relevantes e prudentes do sistema (na sua maioria, professores de Direito das universidades de Lisboa e Coimbra) chamaram a essa fórmula de organização oligárquica e autoritária do Estado e de intervenção num sistema capitalista atingido por sérios problemas no comércio internacional de bens e capitais, «economia dirigida» ou «economia dirigida de base corporativa». Deste modo, a doutrina oficial procurou demarcar a relação do Estado Novo com a vida económica dos modelos estatizados colectivistas e tentou conter o entusiasmo dos salazaristas que exaltavam categoricamente uma «economia corporativa» inspirada nos teóricos do fascismo italiano²⁰.

Estas e outras promessas vãs da doutrina e propaganda acabaram por ser denunciadas por destacadas figuras do regime salazarista. No caso português, diversos corporativistas que durante a década de trinta se haviam destacado como ideólogos e doutrinadores, depressa se desiludiram. Além da incumprida promessa do «Estado corporativo» — que nunca o foi, não obstante a existência de uma Câmara Corporativa no sistema político do regime²¹ —, alguns salazaristas insuspeitos verberaram o des-

¹⁸ J. M. Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 99-109.

¹⁹ Observámos detidamente estes processos relativamente às «pescas nacionais corporativas»: A. Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, cit.; Henrique Tenreiro: *uma Biografia Política*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2009, em especial, pp. 220-251.

²⁰ Os autores portugueses (que não deixaram de ser doutrinadores) que mais se esforçaram por teorizar a «economia corporativa» foram João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), José Joaquim Teixeira Ribeiro e, em parte, o próprio Marcelo Caetano, essencialmente um ideólogo e redactor de doutrina. Cf. J. M. Brandão de Brito, *ob. cit.*, p. 99 e ss.; Carlos Bastien e J. L. Cardoso, «From homo economicus to homo corporativus: A neglected critique of neoclassical economics», *The Journal of Socio-Economics*, 36, 2007, p. 120.

²¹ Sobre o papel da Câmara Corporativa no sistema político do Estado Novo, foi apresentada recentemente uma dissertação de Doutoramento, em Sociologia Política, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Nuno Estêvão Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, 2 vols., Lisboa, 2009.

lize do sistema para as autoritárias e pouco corporativas funções de intervenção do Estado na economia e para a colaboração forçada dos interesses dentro de instituições de direito público²².

5. Economia corporativa ou economia institucionalizada?

Na prática, o corporativismo português não gerou uma economia corporativa, mas uma economia *dirigida* ou *institucionalizada*. Por outras palavras, segundo Vital Moreira, o que realmente existiu foi «uma ordem económica estatal com uma componente corporativa»²³. Significa que não houve organização corporativa dos interessados, mas uma institucionalização das relações sociais e económicas dentro de entidades públicas e semi-públicas impostas pelo próprio Estado — organismos de coordenação económica, grêmios facultativos, obrigatórios e federações gremiais, sindicatos nacionais, casas do povo e casas dos pescadores.

Imposição legalista e burocrática, foi conduzida sem pudores de coerência com os ideais doutrinários que, na sua maioria, exprimiam o «corporativismo das encíclicas», ou a escola social-cristã do pensamento corporativista formado no século XIX. Em lugar desse corporativismo ideal e associativo, no campo económico e social Salazar permitiu a construção pouco planeada de um corporativismo fascista e secular, autoritário e burocrático, muito próximo da síntese crítica de Mihail Manóiesco, dos escritos do sociólogo austríaco Othmar Spann e dos economistas italianos Giuseppe Bottai e Ugo Spirito.

Apesar dos esforços de alguns professores portugueses, a teoria económica corporativa nunca se afirmou como modelo²⁴. A partir de 1949, coabitou como pôde com o keynesianismo, cujas ideias começaram a fazer escola em Portugal.

Eclética e pragmática, a economia corporativa portuguesa mostrou-se uma composição frágil de referências colhidas em diversas correntes do pensamento económico. Uma síntese com escassa autonomia teórica em relação ao paradigma neoclássico que servira a ordem económica liberal, cujas noções de «concorrência perfeita», «equilíbrio espontâneo dos mercados» e «bem-estar individual», os corporativistas criticaram com veemência. Além disso, em Portugal como no estrangeiro a ideologia económica corporativa permaneceu presa a um discurso doutrinário construído em torno do dogma do «interesse nacional», a tradução política da noção ética de «utilidade social colectiva»²⁵.

²² Entre outros, o próprio Marcelo Caetano, num conhecido opúsculo, resultante de uma conferência proferida a 23 de Março de 1950 no Gabinete de Estudos Corporativos: *Posição actual do corporativismo português*, Lisboa, Império, 1950.

²³ Vital Moreira, *ob. cit.*, p. 232.

²⁴ Cf. Carlos Bastien, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo. A Crise dos anos 1945-1954*, Lisboa, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989, vol. I, p. 183 e ss.

²⁵ J. L. Cardoso, *História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 35.

De acordo com a visão pragmática que Salazar amiúde exprimiu do corporativismo, a teoria e os princípios do sistema serviram, acima de tudo, para dar ao processo de institucionalização da vida económica e social — a colaboração dos interesses e a conciliação forçada do «capital» e do «trabalho» — uma lógica de arrumação que pudesse ser feita por via legislativa e burocrática.

As reformas orçamental, fiscal e do crédito impostas em 1928-29 pelo ministro das Finanças Oliveira Salazar, a revisão dos mecanismos de protecção pautal definida em 1929, o condicionamento industrial e a liquidação do sindicalismo associativo foram os demais instrumentos da construção autoritária de uma *economia institucionalizada de sugestões corporativas*. Esta, por sua vez, parece ter sido causa e efeito da construção de um Estado autoritário fortemente oligárquico e de sugestões fascistas.

6. Questões em aberto para um programa de investigação

A fim de discutirmos em profundidade a validade classificativa da expressão *economia institucionalizada de sugestões corporativas*, importa colocá-la à prova num projecto de investigação em história das instituições económicas do corporativismo português. As perguntas fundamentais desse programa de estudo parecem-nos as seguintes:

- a) Que nexos se estabeleceram entre o «Estado corporativo» e a «economia nacional corporativa»? Teoria, doutrina e discurso político-legislativo — um inventário de fontes.
- b) A institucionalização da «economia nacional corporativa» significou uma ruptura com os princípios e práticas da economia liberal?
- c) Que relações se identificam entre a teoria económica corporativa, a doutrina e a arquitectura institucional (o *sistema* e a *organização*)?
- d) Quais os processos típicos de implementação da ordem económica corporativa?
- e) Que perfis institucionais dominaram a economia dirigida portuguesa?
Uma cartografia por sectores; um mapa dos perfis institucionais de regulação/intervenção (matrizes, correlações e regularidades) ²⁶.
- f) Que relações se estabeleceram entre a construção da «previdência corporativa» e a organização económica e social corporativa? Uma análise sumária da vida financeira da organização corporativa.
- g) Como aferir o peso absoluto e relativo do sector público-corporativo da economia portuguesa entre 1933 e 1974?

A historiografia sobre o corporativismo português e a resposta ao leque de perguntas que colocámos levam-nos a supor que a institucionalização da ordem económica corporativa e a acção duradoura e persistente das suas instituições concorreram decisivamente para a longevidade da ditadura. Do mesmo modo, a «economia

²⁶ Para um apoio à identificação de fundos documentais, além do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e de diversas publicações institucionais da extinta Organização Corporativa, sugere-se a consulta do seguinte estudo: *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais/Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2003.

corporativa» fortaleceu os nexos entre o sistema político autoritário, a economia dita «nacional» nos seus sectores mais débeis e carentes de protecção e uma vida social muito inibida nos seus movimentos devido à asfixia que o corporativismo oligárquico sobre ela exerceu.

Mais do que insistir na história das oposições ao Estado Novo, questão sem dúvida relevante mas insuficiente, e no estudo dos processos de abertura do regime ao exterior, a historiografia do Estado Novo poderá renovar a sua agenda se, em vez de se privilegiar os avatares da memória, tiver a audácia de abordar a herança ditatorial na sua própria historicidade.

Nesta perspectiva — voltando a sublinhar que o corporativismo foi a única ideologia declarada na Constituição de 1933 —, o estudo da acção concreta das instituições corporativas e para-corporativas deverá voltar ao primeiro plano da historiografia do Estado Novo. Lugar que significativamente ocupou durante os seus primórdios, enquanto história crítica de um passado que finalmente prescrevia.

Volvidos trinta e cinco anos do fim da ditadura de Salazar e Caetano, o conhecimento histórico do Estado Novo teima em colocar-nos a mesma trilogia de problemas que o animou nas décadas de oitenta e noventa do século XX: 1) As origens ideológicas e sociais do regime e os seus processos de implantação no âmbito da crise do Estado liberal; 2) A natureza política do Estado Novo no contexto histórico dos fascismos da Europa de entre-guerras; 3) A extraordinária longevidade da ditadura portuguesa e a sua resistência às transformações externas e internas.

Se é certo que tudo cabe neste triângulo de questões, não é menos verdade que a «questão corporativa», ou a construção do sistema corporativo português nas suas singularidades e paradoxos, emerge em qualquer uma destas problemáticas.

A história contemporânea é, com frequência, uma história de ideias em movimento. Por estática e estrutural que pareça, a «ideia corporativa» foi um campo de ensaio social e uma moldura económica muito debatida e controversa: proclamada e logo deturpada, *essencial* mas falsa, *necessária*, porém contingente. Estudá-la nos contextos sócio-institucionais onde o corporativismo foi imposto e vivido com consentimento ou resistência significa tentar compreender o Estado Novo nas suas estruturas mais críticas e complexas, entre a ideologia e a prática, entre o dogma e a realidade.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIEN, Carlos, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo. A Crise dos anos 1945-1954*, 2 vols., Lisboa, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989 (Dissertação de Doutoramento em Economia, policopiada).
- BASTIEN, Carlos; Cardoso, José Luís, «From homo economicus to homo corporativus: A neglected critique of neoclassical economics», *The Journal of Socio-Economics*, 36, 2007.
- BRITO, José Maria Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CAETANO, Marcelo, *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935.
- , *Posição actual do corporativismo Português*, Lisboa, Império, 1950.
- , *O Sistema Corporativo*, Lisboa, 1938.

- CARDOSO, José Luís, *História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- FERNANDES, António de Castro, *O Corporativismo Fascista*, Lisboa, Editorial Império, 1938.
- FERREIRA, Nuno Estêvão, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, 2 vols., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009 (Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, policopiada).
- FREIRE, Dulce, *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura em Alpiarça na segunda metade do século XX*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008 (Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, policopiada).
- GARRIDO, Álvaro, *Economia e Política das Pescas Portuguesas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- , *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- , *Henrique Tenreiro: uma Biografia Política*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009.
- HODGSON, Geoffrey M., *How Economics forgot Economics. The problem of historical specificity in Social Science*, London and New York, Routledge, 2001.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- , «A herança de duas revoluções: continuidade e rupturas no Portugal post-salazarista», in Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal, O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989.
- , «Salazar, a fórmula da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário», in *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 110, 1991.
- , «Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura», in *Análise Social*, vols. XIV-XV, n.ºs 56-58, 1978-1979.
- MADUREIRA, Nuno Luís, *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- MANÓILESCO, Mihail, *Le siècle du corporatisme: doctrine du corporatisme intégral et pur*, Paris, Félix Alcan, 1934.
- MICHELIS, G. de, *La Corporation dans le Monde. Économie Dirigée Internationale*, Paris, Les Éditions Denoel et Steele, 1935.
- MOREIRA, Vital, *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*, Coimbra, Almedina, 1997.
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937.
- RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Princípio e Fins do Sistema Corporativo Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1939.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta, 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 2ª ed., 1996.
- , *Portugal século XX (1890-1976). Pensamiento y acción política*, Mérida, Junta de Extremadura, 2004.
- , *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- SCHMITTER, Philippe C., *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos Estado Novo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- , *Marcelo Caetano antes do Marcelismo*, col. «Cadernos do CEIS20», Coimbra, CEIS20, 2007.
- WIARDA, Howard, *Corporatism and development: the Portuguese experience*, Amherst, The University of Massachussets, 1977.
- , «Corporativismo», in A. Barreto e M. Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999.

(Página deixada propositadamente em branco)

A CRIAÇÃO DA IMAGEM EMPRESARIAL ATRAVÉS DA PUBLICIDADE

1. História empresarial como área de investigação

Em 2004, a revista *Estudos do Século XX*, uma publicação anual do CEIS20, foi dedicada à temática «Empresas e Empresários»¹. Reuniram-se investigadores nacionais e estrangeiros para reflectirem sobre temáticas que apontavam para a diversidade de abordagens que esta área historiográfica vem albergando. Procedeu-se, então, a uma forma de balanço do caminho que vinha a trilhar a história empresarial, particularmente em Portugal, pelas reflexões de J. M. Amado Mendes e Carlos Bastien², mas também em Espanha, através do estudo-síntese de Eloy Fernández Clemente. Posteriormente, a propósito de eventos científicos, de efemérides comemorativas ou do interesse académico, continuou-se a assistir a manifestações da vitalidade desta área historiográfica, entre nós.

O percurso traçado não esconde que a história empresarial ainda é uma área de investigação recente em Portugal. Assume, como outras, um carácter interdisciplinar, obrigando ao recurso de saberes sociais que se cruzam nos campos conceptuais e metodológicos. A partir dela, novos conhecimentos se têm revelado, no que respeita à história contemporânea, nomeadamente, os que giram em torno da organização de mercados, dos modelos de industrialização, da construção de elites locais e nacionais, entre outros.

Novas temáticas têm emergido, na sequência, não só da actividade dos investigadores que se dedicam à história empresarial, mas também da forma como têm vindo

¹ De maior vulto, para trás, em 2002, o Encontro Anual da Associação de História Económica e Social, realizado em Aveiro, tinha sido dedicado à temática «Empresa e instituições em perspectiva histórica».

² Carlos Bastien (2004) – «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», *Estudos do Século XX*, n.º 4, «Empresas e Empresários», CEIS20, Coimbra, pp. 41-58. José M. Amado Mendes «Elite empresarial e História das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», *Estudos do Século XX*, n.º 4, «Empresas e Empresários», CEIS20, Coimbra, pp. 17-39. José M. Amado Mendes é, ainda, autor de um largo número de outros estudos sobre esta mesma temática, quer sob o ponto de vista da história empresarial, propriamente dita, quer sobre o seu posicionamento na História Económica e Social.

a evoluir os conceitos de «empresário» e de «empresa»³. O desenvolvimento da tecnologia e da ciência, postas ao serviço da formação do novo empresário, acompanha uma nova fase deste percurso evolutivo. Tal é a função que Drucker (1997: 30) atribui, por exemplo, à Gestão. A empresa passou a ser definida como «*grupo humano com objectivos explícitos, que funciona segundo regras específicas, estabelece entre si um certo grau de interações, distribui funções entre os membros e cria uma identificação de todos com um ideal e com metas partilhadas, surgindo um sentimento de pertença a uma unidade colectiva*»⁴. Ao ser encarada como uma organização complexa que sintetiza conhecimentos, culturas e valores, a empresa aproximou-se da realidade que representa. Desenvolveu-se o quadro teórico, influenciado por Schumpeter e por Arthur Cole, que concedera as dimensões sociais e culturais à empresa e ao empresário. No sentido de dar resposta aos novos desafios científicos, novas fontes documentais têm vindo a ser consideradas e exploradas.

A história empresarial tem cumprido, ainda, a função de valorizar a tradição e o prestígio das organizações a que se tem dedicado. Tem permitido analisar a «história de vida» da empresa, na forma como ela evoluiu internamente e como, externamente, se deu a conhecer. Para tanto, foi necessário analisar estratégias adoptadas para consolidar e divulgar o bom nome que se pretendia.

2. Criação da imagem empresarial

Actualmente, há todo um conjunto de disciplinas que centralizam o seu interesse científico na actividade empresarial. A Gestão, a Comunicação, as Relações Públicas, a Sociologia das Organizações, o *Marketing*, a Publicidade são disso exemplo. Todas elas apresentam contributos teóricos para a História Empresarial.

O que nos ensinam? Por exemplo, que empresas e empresários, enquanto fracções de uma totalidade, se tornaram personagens sociais e económicas, com personalidade própria⁵, comportamentos e ideologias. A empresa, entendida como um todo, detém valores, crenças e maneiras de actuar que definem o seu comportamento; compõe uma identidade. A construção da identidade empresarial parece residir, exclusivamente, na própria empresa. Para alguns autores, distancia-se da imagem que se deve construir

³ A História Empresarial tem estado atenta ao quadro teórico desenvolvido por outras disciplinas como a Gestão, a Comunicação (principalmente Organizacional), as Relações Públicas, a Sociologia das Organizações. Lembramos o conjunto de estudos, organizados por Paulo Cardoso e Sofia Gaio, *Publicidade e Comunicação Empresarial. Perspectivas e Contributos*; o trabalho de Gareth Morgan, *Imagens da Organização*, entre outros. Relativamente ao empresário, lembramos, também alguns trabalhos de Peter Drucker.

⁴ Cfr. J. Esteves Rei, «Da comunicação empresarial na nova concepção de empresa», in *Publicidade e Comunicação Empresarial. Perspectivas e Contributos*, Porto, 2004, p. 228.

⁵ Belmiro de Azevedo, citado por Ricardo Miranda, expressa esta ideia, da seguinte forma: «Não acreditamos na imagem apenas transmitida através da publicidade. Antes das técnicas de *research*, dos números de mercado, das estratégias de *marketing*, a empresa é um ser com personalidade própria. É sobre esta personalidade que ela constrói toda a sua credibilidade», in *A Voz das Empresas*, Porto, 2002, p. 33.

no consumidor⁶; nesta perspectiva, a identidade pertence à empresa, enquanto a imagem pertence ao público. Por simplista, esta divisão é contestada por outras correntes. A identidade será antes o resultado da interacção que se estabelece entre a empresa e o consumidor, que lhe reconhece um conjunto de características vinculadas ao nome. A imagem, propriamente dita, é um resultado da identidade criada; é uma construção mental do público, abstracta, qualitativa, baseada nos valores da empresa.

Nos nossos dias, falar de criação de imagem implica, necessariamente, recorrer à Comunicação Empresarial. Enquanto domínio do saber, conscientemente desenvolvida para apoio às actividades empresariais, ela acompanhou o desenvolvimento económico da segunda metade do século XX. Disciplina recente, não significa que tenha sido uma criação dos anos após a II Grande Guerra. De facto, enquanto conjunto de técnicas de comunicação que a empresa domina para se dirigir ao público interno (funcionários) e ao público externo (clientes e sociedade, no geral)⁷, a comunicação empresarial já foi praticada, como forma estratégica de afirmação, desde finais do século XIX.

No que respeita à comunicação externa, as empresas criaram logótipos, anúncios publicitários e aquilo que hoje se designa por estacionário: papel de carta, envelopes, cartões. Um tornavam-se mais conhecidas do que outras, sem dúvida⁸. Com grande poder intuitivo, construía-se, tal como hoje, um triângulo de comunicação que respondia, em cada um dos seus vértices, às questões: o que faço? Como comunico o que faço? Como sou considerado pela sociedade? Os empresários gravavam novos procedimentos que conduziam à criação da imagem, em torno da actuação, da identidade e da comunicação da sua empresa. Neste conjunto, não deixavam de estar presentes códigos de valores e de ética profissional, abrindo-se à construção de uma cultura própria, em que se integraram preocupações cívicas. Assim podem ser entendidas as diferentes campanhas de solidariedade levadas a efeito por empresários, aquando da ocorrência de catástrofes, como cheias ou incêndios, podendo dirigir-se quer à população, quer a outros companheiros de ofício⁹. A actividade empresarial desenvolve-se através da forma como se conhece o mundo exterior e se actua sobre ele; manifesta-se num cenário multifacetado, como demonstra Peter Drucker que chega a concluir que a actividade empresarial diz respeito a todas as actividades dos seres humanos, excepto àquelas que poderíamos chamar mais «existenciais» de que «sociais»¹⁰.

⁶ Esta discussão é claramente apresentada por Jorge D. Fernandez Gómez, «La marca: activo estratégico de las organizaciones», in *Aproximación a la estructura de la Publicidad...*, pp. 34- 83.

⁷ J. Esteves Rei, *op. cit.*, pp. 227-237.

⁸ Lembramos, a título de exemplo, as estratégias empresariais desenvolvidas na região de Coimbra, Leiria e Aveiro, estudadas por J. M. Amado Mendes, Alda Mourão Filipe e Manuel Ferreira Rodrigues.

⁹ É o caso dos empresários leirienses, por exemplo. Cfr. Alda Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial da área económica de Leiria*, tese doutoramento, policopiada, 2000.

¹⁰ Cfr. P. Drucker, *Inovação e Gestão uma obra nova concepção de estratégia de empresa*, 4.^a ed., 1997, p. 43. Todo o capítulo 1 se debruça sobre a evolução das diferentes concepções por que o empresário (o *entrepeneur*) tem sido perspectivado.

O espírito empreendedor não se alheou da importância da avaliação interna e, principalmente, externa a que a sua acção estava sujeita. Como somos vistos por outrem? É a pergunta que coloca o empresário empenhado em encontrar a diferenciação, face aos seus concorrentes. Ele sabe que a imagem pública da empresa «não se forma apenas mediante comunicações e acções específicas e intencionais, mas também através de actuações da empresa.»¹¹. Aquilo que se diz e aquilo que se faz deve apresentar uma grande coerência e harmonia.

A imagem empresarial é hoje entendida como «o maior património das organizações»¹². Mas não é invenção recente: a preocupação em manter um nome limpo acompanha a história do empresário. Por razões sociais, éticas e morais, mas também para ter capacidade para competir no mercado. Um bom nome, uma boa imagem, gera negócios, atrai clientes, facilita parcerias, concede credibilidade e respeito. A Comunicação reconheceu a sua importância, económica e social, e tomou a imagem empresarial como um objecto de estudo. «Ser conhecido», «ser lembrado», «ser preferido» entrou nos sistemas de comunicação de qualquer organização. Nos nossos dias, a Comunicação Empresarial tem obrigatoriamente duplo sentido: ela destina-se a um grupo externo, os potenciais consumidores de um produto, bem ou serviço; destina-se, também, a todos aqueles que, no seu interior, colaboram nas suas actividades. Esta última vertente comunicacional é a mais recente. A necessidade de qualquer empresa dar conhecer ao público o que faz, como faz, quando o faz, porque o faz esteve na origem da criação de meios para comunicar com o exterior.

A publicidade nasceu exactamente da necessidade de a empresa vender, tornando-se «a voz» que espelha verbal e visualmente uma mensagem.

3. Relação entre a História e a Publicidade

O recurso à Publicidade, como pretexto para análises parciais sobre a sociedade, não é recente. Aliás, a sedução que produz no consumidor transmite-se facilmente ao estudioso. Daí resultaram abordagens a práticas de consumo entre adolescentes e entre públicos infantis; ao efeito produzido nos comportamentos face ao álcool e ao tabaco; à construção de padrões de beleza; à influência em consumos específicos, como material desportivo e vestuário¹³; à forma como se transmite a masculinidade¹⁴; a temas mais genéricos ligados à mulher e à criança. Nem todos estes estudos tiveram uma componente histórica. Vieram de áreas como a Educação, a Psicologia, a Sociologia, o *Marketing*, as Ciências do Desporto, a Publicidade, enquanto área de Comunicação.

¹¹ Cfr. Fábria Ortega Borges, «Comunicação empresarial integrada», in Paulo Cardoso, *op.cit.*, pp. 241-251.

¹² Utilizamos a expressão de Roberto de Castro Neves, um prestigiado consultor de empresas brasileiro, autor de uma obra dedicada ao tema da construção da imagem empresarial. *Imagem Empresarial*, 3.ª ed., 2003.

¹³ Lembramos os vários trabalhos realizados sobre a Coca-Cola, a Nike, a Benetton, a título de exemplo.

¹⁴ Este é o tema do artigo do antropólogo Marko Monteiro, com base na análise de uma revista brasileira, destinada a ambos os sexos: «A Perspectiva do Género nos Estudos de Masculinidade: uma análise da revista *Ele Ela* em 1969» [em linha], UNICAMP, 1997 [consult. 18 de Outubro de 2008], disponível em [www: <http://www.artnet.com.br/marko/artigo.html>](http://www.artnet.com.br/marko/artigo.html).

A historiografia portuguesa já conta com alguns trabalhos que firmaram uma relação com a publicidade. Propomos, neste momento, fazer um levantamento de alguns dos estudos realizados.

No ano de 1946, publicou-se uma obra pioneira no uso da publicidade institucional, com clara finalidade propagandística do Estado Novo. Com muita clareza, *A propaganda dos CTT: poderoso factor de aglutinação do Império*¹⁵, dava relevo à função ideológica que assumia a comunicação externa de grandes empresas, como os Correios e Telecomunicações de Portugal. O seu autor, Francisco do Vale Guimarães, associava o poder da mensagem publicitária/propagandística à missão do serviço público, veiculando os valores do próprio regime político.

Já entrara a década de 1960 quando, entre nós, se assistiu à divulgação de novos trabalhos que se centraram na publicidade, enquanto área de comunicação em fase de afirmação, aliada à dimensão histórica. O primeiro deles, publicado em 1964, analisava a publicidade radiofónica; no ano seguinte o interesse manifestava-se pela publicidade aos vinhos portugueses¹⁶. Apesar da crescente importância assumida pela publicidade, na sociedade portuguesa, que leva mesmo a que se viva a sua «época de ouro», na designação encontrada por Rui Estrela para se referir ao período 1960-1973¹⁷, segue-se um novo período de abrandamento editorial. Recupera-se, já após a instauração da democracia, com um primeiro trabalho de Regina Tavares da Silva, publicado em 1979, que analisou a imagem das mulheres, construída pela publicidade¹⁸. Escolhendo uma temática mais abrangente, o estudo realizado por nós e por Maria Isabel Serrão escolheu os anúncios publicados na imprensa local, entre meados do século XIX e inícios do XX, para acompanhar a evolução da sociedade de Leiria¹⁹. Estávamos em 1988.

Seguiu-se a comemoração do aniversário de uma agência de publicidade internacional, estabelecida em Portugal desde 1927, o Grupo McCann. Em 1992, completara 65 anos de actividade, encontrando-se o pretexto para analisar o trabalho feito e o seu impacto na sociedade portuguesa²⁰. A partir de então, sucederam-se os trabalhos de cunho académico que associaram a Publicidade à História. Alguns estudos foram elaborados no âmbito de disciplinas de Seminário, nomeadamente de Património Industrial, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Partiu-se da análise

¹⁵ Francisco do Vale Guimarães, *A propaganda dos CTT: poderoso factor de aglutinação do Império*, Lisboa, Tipografia Severo, 1946.

¹⁶ Estes trabalhos foram publicados na revista *Control de Publicid Y Ventas*. Cfr. Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo*, vol. II, Lisboa, 2004, p. 161.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 90-106.

¹⁸ Trata-se exactamente deste título: *A imagem das mulheres na publicidade*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão da Condição Feminina, 1979.

¹⁹ Alda Mourão Filipe e Maria Isabel Serrão, «Leiria: imagens da vida urbana através dos anúncios da imprensa local (1854-1910)», *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, realizado em 1988. Foram publicadas pela Câmara Municipal de Leiria, em 1991.

²⁰ Nuno Cardal, *Grupo McCann Portugal: 65 anos de publicidade*, Lisboa, Texto Editora, 1994.

da imprensa escrita, nacional ou regional, de sectores publicitários específicos, como a indústria, no geral, ou a indústria do calçado, em particular²¹.

Mais recentemente, o gás e a electricidade deram origem a dois trabalhos que passaram pelo recurso a cartazes, *posters* e anúncios — *Electricidade e Modernidade: cartazes, posters*; e *As imagens do Gás: as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e a produção e distribuição de gás em Lisboa*, uma publicação da Fundação EDP, em 2005²². É de salientar, nesta última obra, o capítulo assinado por Paulo Simões Rodrigues, em que, partindo dos cartazes publicitários, faz um percurso comparativo entre a Arte e a Publicidade²³.

Por esta mesma altura, Rui Estrela, publicou a sua tese de doutoramento em Comunicação, *A Publicidade no Estado Novo*, em 2 volumes, onde analisou a imagem publicitária e algumas campanhas, entre 1932 e 1973. Como o próprio autor afirma, conhecer a história do período foi a única forma de saber interpretar as funções ideológicas e sociais presentes. Só assim foi possível analisar os efeitos produzidos na sociedade de então, para identificar os sinais de abertura a novos valores, veiculados pela mensagem publicitária, como os estéticos e os sociais. Todos lembramos os anúncios que conferiam à mulher novos espaços de convívio, onde centralizava o interesse masculino, partilhando álcool e tabaco.

Ao participar na construção do imaginário comum, com que os indivíduos percebem o mundo, a publicidade participa também na construção de realidades culturais e sociais²⁴.

O percurso pela actividade científica que, no campo da história, tem recorrido à publicidade, como fonte de informação está sumariamente traçado. Sem ter dado origem a uma volumosa produção científica, não deixou de marcar uma linha de investigação que tenderá a aumentar, face a uma maior consciencialização do papel (de)formador de mentalidades que a publicidade desempenha. A década de 90 marcou o arranque de tal movimento.

Tal como ocorre com linhas de investigação mais recentes, no domínio do social, também o uso da publicidade, como fonte de informação, aproximou da História investigadores que se apresentaram com origens de formação distintas, como a Comunicação, a Sociologia, a Antropologia ou a Gestão. Desses diferentes olhares, resultou o traçar de um caminho multidisciplinar, enriquecido por novos quadros teóricos e metodológicos, com que os historiadores se têm enriquecido.

²¹ No contexto académico, só nos é possível referir o conjunto de trabalhos disponíveis para consulta em Institutos ou em Bibliotecas. Compulsámos, para este texto, arquivos e bibliotecas da Universidade de Coimbra.

²² O primeiro é de autoria de Ana C. Matos, Fernando Faria, Luís Cruz. O segundo é de Maria Helena de Freitas.

²³ Paulo Simões Rodrigues, «Entre Arte e Publicidade. A imagem do Gás nos cartazes», *op. cit.*, pp. 195-244.

²⁴ Este é o ponto de partida de Paulo B. Sequeira para analisar o papel desempenhado pela publicidade na sociedade. Cfr. «Consumidor mais consciente. Publicidade que aceita o desafio», in *Publicidade e Comunicação Empresarial*, pp. 99-118.

4. Publicidade como fonte histórica

O nosso estudo elegeu a publicidade, como fonte histórica²⁵. Ler a imagem, com este (novo) estatuto, constitui um desafio metodológico. Sem deixar de considerar as diferenças, ocorre uma aproximação aos autores que têm estudado a fotografia, em perspectiva histórica. Também eles reconhecem na imagem parte da cultura visual de quem produz, mas também de quem vê. Procuram não só encontrar significados para as composições imagéticas, mas também porque se encontram num patamar metodológico mais evoluído, que fornece modelos de organização da informação recolhida a partir das representações impressas na fotografia. O trabalho de Ana Maria Mauad pode ser apontado como um desses modelos, a partir da análise que faz a fotografias publicadas em revistas ilustradas, do Rio de Janeiro, na primeira metade do séc. XX²⁶. Desdobra a imagem em dois níveis de informação: o que respeita ao conteúdo e o que respeita à expressão. Daqui evolui para um conjunto de registos observáveis, traduzidos numa grelha organizativa dos dados registados.

A mensagem publicitária exige este e outros procedimentos, pela associação sistemática da palavra e pelas finalidades que pretende atingir. O registo da informação, a partir do anúncio publicitário envolve, para além de tudo o resto que o torna único, a análise da página em que se apresenta, bem como da dimensão e do espaço ocupado. No que respeita ao texto que completa a mensagem, as palavras requerem que se proceda a análise do conteúdo para reconhecer os discursos da sedução, especificamente publicitários, mas também os ideológicos e os culturais.

Todos os recursos teóricos que nos permitiram esta primeira abordagem ao uso da publicidade, enquanto fonte de informação para a construção do saber histórico, no que respeita directamente à construção da imagem empresarial, vieram de diferentes áreas científicas. Cruzámos a História com a Publicidade, o *Marketing*, a Comunicação Social, a Sociologia, a Antropologia²⁷.

Partimos da ideia inicial de que comunicar é uma necessidade sentida por qualquer empresa, em qualquer tempo, em qualquer lugar. Assim, usando a expressão de Ricardo Miranda (2002: 20), a publicidade pode mesmo ser reconhecida como «a voz das empresas». Para a «ouvir com clareza», é incontornável o apoio teórico que permite identificar os distintos níveis de discursos (narrativo, económico, estético, tecnológico, pedagógico), a diversidade de funções e a variedade de expressões (lúdica, sedutora,

²⁵ Entendemos a Publicidade como uma prática complexa, que abarca diversas dimensões: económica, social, cultural, ideológica, psicológica, estética. É uma disciplina da Comunicação, cuja materialização, a mensagem em si, sintetiza todas as dimensões enunciadas.

²⁶ É também importante o trabalho de Maria Ciavatta, «Educando o trabalhador da grande família da fábrica – a fotografia como fonte histórica», in *A leitura de imagens na pesquisa social. História, Comunicação e Educação*, S. Paulo, 2004, pp. 37-59.

²⁷ A interdisciplinaridade de que a publicidade é alvo está patente em algumas colectâneas de estudos que lhe são dedicados. Em 2005, foi publicada uma destas obras, *Os Sentidos da Publicidade: Estudos Interdisciplinares*, que reuniu o trabalho de especialistas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem Publicitária (NIELP), do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ivan Santo Barbosa (org.), *Os Sentidos da Publicidade...*, São Paulo, Editora Thomson Pioneira, 2005.

informativa, espectacular) que o anúncio publicitário pode assumir, no seu todo. Os contextos, em que tais estudos ocorrem, apontam para a sociedade do conhecimento e da informação²⁸, tal como o fazem associado à comunicação empresarial²⁹, à literatura³⁰, à educação³¹.

A reflexão sobre a criação da imagem empresarial, através da publicidade, no âmbito da História, requer algumas premissas:

- a) a existência de séries documentais que revelem homogeneidade temporal, institucional ou temática;
- b) o conhecimento dos contextos, ao nível da produção e da recepção;
- c) o princípio da intertextualidade, pelo reconhecimento da presença de vários «textos» em simultâneo;
- d) a mobilização de saberes teóricos e metodológicos que decorrem de diferentes disciplinas sociais, apontando para a multidisciplinaridade.

A publicidade, escolhida como fonte histórica, constitui-se como um documento que nos leva a entendê-la, à semelhança do que ocorre com a fotografia, como «uma medição, como uma produção social, cujo conhecimento não se esgota na aparência imediata da imagem»³². O momento da execução, o contexto da produção e da publicação, os espaços da circulação e do consumo da imagem publicitária formam um circuito social, cujo conhecimento é fundamental para a descodificação de todo o simbolismo presente. O documento publicitário não é um objecto isolado, mas integra-se num contexto marcado por quem o produziu, na lógica de construção de um discurso visual, dirigido a um destinatário (público) perfeitamente definido, nas suas características. Produtor e receptor desta mensagem são portadores de olhares culturais e ideológicos que podem ser distintos, alargando o significado do que se pretende transmitir e da informação que, efectivamente, se recolhe.

Em síntese, no nosso entender, a imagem publicitária, à semelhança do que ocorre com outros tipos de imagem, deve ser perspectivada sob quatro ângulos:

²⁸ Cfr. Raul Eguizábal Maza(coord.) *La Comunicación Publicitaria. Antecedentes y tendencias en la Sociedad de la Información y el Conocimiento*, Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, Sevilha, 2004.

²⁹ Cfr. Ricardo Miranda, *A Voz das Empresas*, Porto, 2002 e Paulo Ribeiro Cardoso et al *Publicidade e Comunicação Empresarial. Perspectivas e Contributos*, Edição Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2004.

³⁰ Cfr. Maria José Alonso Seoane, *Narrativa de ficción y público en España: los anuncios en la Gaceta y el Diario de Madrid (1808-1819)*, Editorial Universitat, Madrid, 2002.

³¹ Marc Ferro, a propósito do recurso didáctico ao cinema, afirmava numa entrevista: «o saber [hoje] passa necessariamente pela imagem» (*Folha de S. Paulo*, Separata, 11 de Setembro de 2004, p. 3, citado em *A leitura de imagens...*, p. 12).

³² Trata-se da visão que é conferida à fotografia, enquanto fonte histórica, mas que aplicamos, exactamente, à imagem publicitária. A autora, Maria Ciavatta, analisou as relações «familiares» estabelecidas entre a fábrica e o operário a partir de fotografias «oficiais» de algumas unidades brasileiras. Trabalha sobre um projecto mais alargado que tem como tema «O mundo do trabalho em imagens» *Op. cit.*, pp. 37-59.

1. o da *produção* – ao nível dos diferentes valores da sociedade que a produz;
2. o da *recepção* – agora ao nível dos valores de quem a recebe. O leitor da imagem visual pode incorporar novos significados culturais, relacionados com o contexto em que se encontra, e que pode diferir do contexto da produção. O que significa que não é um leitor passivo, porque interage com a imagem, atribuindo-lhe valores que se aproximam ou distanciam do seu universo cultural;
3. o do *produto* – que se revela ao nível da construção de uma narrativa que traz um tempo e um contexto, apelando aos sentidos e às referências culturais;
4. o da *circulação* – traçando o percurso da própria imagem publicitária, enquanto instrumento de comunicação.

Palavra e imagem cruzam-se para criar a mensagem. Por vezes, o uso exclusivo de texto conduz à expressão mais eficaz dos valores a transmitir, evitando a efeito distractor da associação de imagem.

Pode falar-se no outro lado da imagem. Os objectos ou os cenários escolhidos propõem uma visão do mundo comprometida com o contexto da sua produção, quer seja político, social, económico, estético, cultural. Estrutura-se uma «visão» no receptor, que se desdobra em realidade e em imaginário, que conduz a um exercício primeiramente estético, guiado por uma orientação política, social, cultural. Podemos lembrar, a título de exemplo, os resultados a que nos conduzem as análises permitidas pela publicidade sobre estudos de géneros: **que elementos contém a imagem, de facto? A que imaginário apelam? Que mensagem sublimam? Em que contexto ideológico, cultural são produzidas? Em que ambiente são recebidas?** Poder-se-á perceber, ainda, a existência de uma relação de causa/efeito, entre o autor e o «leitor» da imagem. Como escreve Isabel Calado (1994: 121), «não cabe a um simples emissor outorgar o sentido à mensagem, é necessário uma negociação». O que conduz à formulação de uma outra questão, muito associada à finalidade primária, que é dar a conhecer um produto ou serviço: **que efeito produz a mensagem?** Apresentam-se, assim, diferentes filões de informação. Para a História, importam os que definem os contextos da produção e os da recepção.

O uso da imagem publicitária, enquanto fonte histórica, requer a utilização de ferramentas metodológicas específicas e respostas a novas questões epistemológicas, que se colocam face à transversalidade com disciplinas que estabeleceram um diálogo muito recente com a História. A imagem não é um objecto disciplinar, por si só, exigindo um tratamento partilhado e cruzado por diferentes áreas do saber.

5. Estudo de caso: *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria*

5.1. A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria

Como estudo caso, encontramos-nos a iniciar a análise de uma publicação institucional: o *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria*, do Rio de Janeiro, editada entre os anos de 1913 e de 1931. Esta série documental, pela sua dimensão e temporalidade, apresenta-se como uma base de trabalho de grande qualidade e interesse.

A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria (CPCI) do Rio de Janeiro foi criada, por Decreto, em 16 de Setembro de 1911³³, fruto de um movimento de empresários de origem portuguesa, aí instalados. Para além de procurar facilitar as relações económicas com o Estado português, era encarada como uma necessidade para confirmar o poder económico já atingido por alguns e para apoiar a integração de muitos outros empresários. Era, ainda, tido como um interlocutor privilegiado com as autoridades brasileiras. Acresce, a tudo isto, o facto de se tratar de uma comunidade imigrante, cujo país de origem, em 1912, se apresentava em 6.º lugar, entre os países exportadores para o Brasil, «e eram os principais supridores de géneros alimentícios básicos, tais como feijão, bacalhau, azeites, vinhos, vegetais e milho, bem como de tecidos da manufactura portuguesa e matéria-prima», nas palavras de Eulália Lobo (2001: 33). Como a generalidade das associações profissionais, representava também uma *comunidade de interesses*³⁴, patente nos Estatutos e na sua prática filantrópica e social.

Pelo acervo fotográfico, aliado às secções noticiosas das suas publicações, podemos constatar que foi, também, criando espaços de sociabilidade para uma elite imigrante, à medida que se impunha numa rede de relações com as instâncias do poder (político, social, cultural). Ser sócio da CPCI significava ter um «ancoradouro», socialmente reconhecido. Podia significar solidariedade e ajuda em tempos difíceis. Podia significar a partilha de um espaço e de uma identidade que prolongava o espaço português no Brasil.

É a mais antiga das Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria, não só no Brasil, como no resto do mundo³⁵. Em 1911, a jovem República Portuguesa apoiava a criação destas associações por se tratar, sem dúvida, de estruturas prestigiantes para a sua própria afirmação no estrangeiro. O significado da fundação da CPCI, no início da década de 1910, ganha maior relevo por antecipar as suas congéneres, na praça do Rio de Janeiro: lembramos a Câmara Alemã, fundada em 1918, e a Câmara Italiana, fundada em 1950.

Nos seus primeiros Estatutos, divulgados em anexo ao Decreto de criação, dispunha-se, na alínea k) do art. I, que «Publicará um boletim em que se registem periodicamente todas as informações, notícias e estatísticas que interessem aos fins da instituição e, inclusivamente, artigos, estudos e quaisquer trabalhos de educação comercial e industrial úteis aos associados e ao comércio em geral». Ficavam traçados os objectivos que se pretendiam alcançar com a publicação que viesse a ser criada. Ao longo do ano de 1912, procuraram-se as condições para que o *Boletim* pudesse ser concretizado. E assim surge o primeiro número, em Janeiro de 1913, com o artigo «Abrindo», assinado por Fernão Botto Machado, então cônsul de Portugal no Rio de

³³ O decreto de criação aprovava, em simultâneo, os Estatutos da CPCI. Era assinado pelo Presidente Arriaga e pelo Ministro do Fomento, Sidónio Pais.

³⁴ Émile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 19.

³⁵ Cfr. Heloisa Paulo, «Entre republicanos e conservadores: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro», *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004, pp. 369-390. Em Paris, seria criada em 1918.

Janeiro³⁶. Iniciava-se uma publicação institucional, que irá prolongar-se por quase 20 anos. Após 5 anos de interrupção, a CPCI retomará uma publicação mensal, próxima do *Boletim*, em 1936, através da *Revista da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria*.

Não é o momento de analisar o conteúdo da publicação, apesar de rapidamente se identificarem movimentos que acompanham as alterações políticas vividas deste lado do Atlântico, como já identificou Heloisa Paulo, ao reconhecer em alguns dos sócios figuras ligadas à oposição ao Estado Novo³⁷. Interessa-nos focar a mensagem publicitária transmitida pelo primeiro órgão da CPCI, para perceber a forma como evoluiu, por esta via, a imagem empresarial da comunidade portuguesa que se transmitia aos leitores, em território brasileiro.

5.2. A publicidade do *Boletim*: metodologia de trabalho

A metodologia utilizada para proceder à análise de mensagens publicitárias pode assumir diversas soluções, um pouco na linha do que apresentam os autores que suportam a sua investigação em fotografias, e que já foram lembrados anteriormente. Não foi incorporado o método aplicado por Renato Seixas (2006: 234-381) a anúncios sul-americanos, por se tratar de uma série com características bem diversas da nossa (selecção de alguns anúncios de diferentes países do continente), cumprindo finalidades distintas (procura de elementos de uma identidade cultural sul americana), descrevendo a mensagem para analisar o seu conteúdo imagético e linguístico³⁸.

Apresenta-se uma proposta metodológica, que ainda se encontra em fase experimental, sujeita a alterações que permitam agilizar, principalmente, o processo de anotação de registos.

Partindo de uma série homogénea, pela utilização de um único órgão de publicação, a **primeira etapa** pressupõe um trabalho teórico que se torne alícere para o conhecimento dos contextos de *produção*, de *recepção* e de *circulação* do anúncio publicitário. Concretizando, para este estudo especificamente, deverá ser compreendida a forma como se instalou uma comunidade imigrante, com afinidades culturais, mas também sofrendo grande resistência por parte de alguns sectores. O lugar do imigrante português coloca-se no centro do debate, antigo, mas ainda muito do interesse de

³⁶ A colaboração de Botto Machado aponta para a estreita relação que, nestes primeiros anos a CPCI mantém com o Governo da República Portuguesa, com o movimento republicano e, a esclarecer, com a maçonaria. Deputado e diplomata, Fernão Botto Machado foi, também, autodidacta, solicitador, participante na sublevação do *5 de Outubro de 1910*. Dirigiu e colaborou em inúmeros jornais. Na carreira diplomática, é indigitado *Ministro na República na Argentina (1912)*, mas não tendo sido possível ocupar o cargo, foi nomeado *Cônsul Geral no Rio de Janeiro (1912) (Almanaque Republicano [em linha], [consultado em 23 de Maio de 2008], disponível em [www:<http://arepublicano.blogspot.com>](http://arepublicano.blogspot.com))*.

³⁷ Através de algumas das personalidades estudadas em *Aqui também é Portugal. A colónia Portuguesa do Brasil e o salazarismo* (2000) é possível acompanhar a forma como a implantação do Estado Novo é vivida no Brasil. Para a CPCI, em particular, *vide* Heloisa Paulo, *op. cit.*, pp. 369-390.

³⁸ Renato Braz Oliveira de Seixas, *Identidade cultural da América Latina nas mensagens publicitárias — aspectos dos processos de integração cultural e global*, S. Paulo, 2006.

várias áreas científicas, sobre a construção identitária da sociedade carioca. A óptica das abordagens acarreta extremos: desde a perspectiva do lugar inquestionável do imigrante português no desenvolvimento da economia e do espaço urbano do Rio de Janeiro, até à construção do português-anedota, que decorre da ideia de atraso, de níveis de cultura e de escolaridade muito baixos, que o remete para os escalões inferiores das categorias socioprofissionais, nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do XX. Numa sociedade que carregava o estigma de capital de antiga colónia, existiam marcas de repulsa ao passado. Para além de tudo o que ficou expresso, o Brasil representa uma identidade multicultural, já muito evidente na década de 1910 e que se torna mais complexa com a chegada de novas ondas de imigração. Um processo que ocorre em toda a América Latina, apontando para a sociedade global, antes da globalização. Estes pressupostos estiveram na base de uma tese de doutoramento que questionava se, a existir uma identidade cultural genuinamente latino-americana, os elementos de identificação estariam presentes nas mensagens publicitárias³⁹. Necessitamos, igualmente, conhecer a realidade empresarial do Brasil, no geral, e do Rio de Janeiro, em particular, de forma a compreender em pleno a actuação da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria e da classe que ela representa. Finalmente, será crucial compreender os diferentes valores da sociedade que produziu e recebeu as mensagens publicitárias do *Boletim*.

Assim entenderemos o *produto*, isto é, o anúncio em si mesmo, enquanto instrumento de comunicação que apela aos sentidos, criando e satisfazendo necessidades de consumo.

Partimos para a **segunda etapa**, analisando a evolução quantitativa, que aponta para períodos específicos do mercado e/ou da vida da CPCI, aos quais se deve dar uma atenção especial. Digamos, que se deve entender como uma primeira chamada de atenção para conjunturas, já identificadas previamente ou a exigir uma análise específica. Isto é, deve-se encontrar resposta à pergunta: o que aconteceu? A variação do volume de anúncios publicados no *Boletim* apontou, claramente, para o reflexo de conjunturas internacionais e a forma como reagiu a comunidade de sócios. Alterou-se o número de mensagens publicitárias em períodos como seja o da I Grande Guerra, da crise financeira e política da República Portuguesa (com um aumento considerável em 1927 e em 1928), da crise de 1929 e, finalmente, do caminho para a consolidação do novo regime em Portugal (1931 apresenta um número muito acima do verificado nos anos anteriores).

A **terceira etapa** corresponde à «leitura qualitativa» do conjunto que o acervo nos proporciona. Diríamos que é o momento de nos relacionarmos afectivamente com a fonte. Na generalidade, apreendem-se as características dos anúncios publicitários: dimensão, utilização de cor, tipo de imagem, extensão do texto, inclusão de filetes, composição estética, recursos técnicos, tipo e dimensão de letras. Daqui, cada anúncio passará a valer por si: entramos na **quarta etapa**. Corresponde à análise e descrição da mensagem publicitária, em si mesma, e da história dos recursos gráficos que a serviam, pois vão mudando com o tempo. É antecedida pela construção de um ficheiro, numa folha de cálculo, preparado para receber as anotações relevantes. Foram escolhidos

³⁹ Renato Braz Oliveira de Seixas, *op. cit.*

itens que se adequaram às necessidades de análise da presente série documental, de forma a não deixar de lado informação que fosse relevante, no seu conjunto, para conhecer a evolução da publicidade em si, dos contextos de produção e de recepção da mensagem, da entidade responsável pela publicação, a Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Cada anúncio publicitário é identificado pelas suas **características externas**:

Ano
Mês
Entidade responsável pelo anúncio
O que se publicita (produto/bem/serviço)
Tipo de negócio
Sector económico em que se enquadra
Frequência de publicação ao longo do ano

Seguidamente, passa-se às **características internas**. Neste domínio, considera-se a forma e o conteúdo. Assim, no que respeita ao primeiro grupo, o da **forma**, serão apreciados os seguintes aspectos:

Número e situação de página (frente/verso)
Dimensão atingida (células ocupadas, partindo da divisão da página em 2 colunas e 6 linhas, de acordo com o modelo de paginação da revista)
Técnica utilizada (linóleo, zincogravura)
Utilização de cor (sem cor/com cor)
Composição apresentada (texto/imagem/ambos)
Situação face à imagem (desenho/fotografia/misto)
Dimensão do texto (curto/longo)

Tomando em consideração o **conteúdo** da mensagem publicitária, procede-se aos registos de:

Elementos dominantes na composição (texto; figura; objecto; paisagem)
Especificação do elemento dominante
Figuração (pessoas; animais; edifícios; objectos, filete)
Detalhe de Figuração: Feminino, Masculino; Criança, Adulto; Edifício; Fábrica, Escritório; Animal; Objecto, Filete
Situação expressa (trabalho, lazer, quotidiano)
Especificação da situação
Palavra: palavra-chave; repetição de vocábulos; destaques
Mensagem: a ideia que é expressa

Os resultados a que vão conduzir os dados assim trabalhados ainda não estão disponíveis, pelo facto de se tratar de um trabalho em curso. Neste trajecto, já é clara a preocupação em construir uma imagem credível e ganhadora por parte de alguns anunciantes, sócios da Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Em conclusão

A história empresarial, como área de divulgação recente, entre nós, tem revelado novos filões de pesquisa, acompanhando o evoluir do conceito de «empresa» e de «empresário».

A procura de fontes documentais que deixem de se confinar aos arquivos de empresa e aos registos notariais tornou-se uma necessidade, um desafio e uma prática para os investigadores. Pela nossa parte, elegemos a publicidade como fonte histórica. Através dela, procuramos obter uma outra perspectiva sobre estratégias de criação de um nome, de uma identidade e de uma imagem no mundo empresarial. Tudo isto decorre em momentos políticos precisos, que desenham a evolução dos mercados e a criação de novos públicos. Esta constatação tem acarretado o atenuar de fronteiras do saber social. Para encontrar resposta para os novos desafios do conhecimento, o percurso da história empresarial passa pela Comunicação, pelo Marketing, pela Gestão, pelas Relações Públicas, pela Sociologia.

Ler a imagem com o estatuto de fonte de informação para a História, não é uma iniciativa inédita, como vimos. A variedade de temáticas em que a publicidade tem sido utilizada, associada à diversidade de órgãos de comunicação seleccionados, conduziu a processos metodológicos adequados a cada caso, em particular. A necessidade de encontrar procedimentos de recolha e de tratamento de informação obtida, continua a constituir-se, portanto, como um desafio metodológico.

O *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria*, do Rio de Janeiro, publicado entre 1913 e 1931, foi o ponto de partida. Os quase 20 anos em análise proporcionaram alterações sociais, políticas e culturais profundas. A publicidade demonstrou as mudanças que ocorreram à escala mundial, mas também à dimensão regional. Tratando-se de uma publicação da responsabilidade de uma comunidade de portugueses imigrados, com grande necessidade de reconhecimento e credibilidade locais, a publicidade inserida no *Boletim* sintetizou um estilo de vida, com padrões que faziam a ligação entre o Brasil, onde se fazia sentir a influência dos EUA, e Portugal, que se ia isolando do resto do mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO SEOANE, Maria José (2002) – *Narrativa de ficción y público en España: los anuncios en la Gaceta y el Diario de Madrid (1808-1819)*, Madrid, Editorial Universitatat.
- BASTIEN, Carlos (2004) – «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», *Estudos do Século XX*, n.º 4, «Empresas e Empresários», Coimbra, Ceis 20, pp. 41-58.
- CALADO, Isabel (1994) – *A utilização educativa das imagens*, Porto, Porto Editora.
- CARDOSO, Paulo Ribeiro; GAIO, Sofia Nora (orgs.) (2004) – *Publicidade e Comunicação Empresarial. Perspectivas e Contributos*, Porto, Edição Universidade Fernando Pessoa.
- CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.) (2004) – *A Leitura de Imagens e a Pesquisa Social. História, Comunicação e Educação*, São Paulo, Cortez Editora.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, Jorge D. (coord.) (2005) – *Aproximación a la estructura de la Publicidad, Desarrollo y funciones de la actividad publicitaria*, Sevilla, Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.

- FREITAS FILHO, Almir Pita (2002) – «A colónia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX», *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, (org. Carlos Lessa), Rio de Janeiro, Editora Record, pp. 163-197.
- GALHARDO, Andreia (2002) – *A sedução no anúncio publicitário. Expressão lúdica e espectacular da mensagem*, Porto, Edição Universidade Fernando Pessoa.
- GRUNIG, Blanche (1998) – *Les mots de la publicité*, Paris, CNRS Éditions.
- GUARINELLO, Norberto Luiz (2004) – «História científica, história contemporânea e história cotidiana», *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n.º 48, São Paulo.
- LOBO, Eulália (2001) – *Imigração Portuguesa no Brasil*, S. Paulo, Editora HUCITEC.
- MAZA, Raul Eguizábal (coord.) (2004) – *La Comunicación Publicitaria. Antecedentes y tendencias en la Sociedad de la Información y el Conocimiento*, Sevilha, Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.
- MENDES, José M. Amado (2004) – «Elite empresarial e História das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», *Estudos do Século XX*, n.º 4, «Empresas e Empresários», Coimbra, CEIS20, pp. 17-39.
- MIRANDA, Ricardo (2002) – *A Voz das Empresas*, Porto, Porto Editora.
- MORGAN, Gareth (2007) – *Imagens da Organização*, S. Paulo, Editora Atlas.
- NEVES, Roberto de Castro (2003) – *Imagem Empresarial*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Mauad Editora.
- PAULO, Heloisa – «Entre republicanos e conservadores: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro», *Estudos do Século XX*, «Empresas e Empresários», n.º 4, 2004, pp. 369-390.
- SEIXAS, Renato Braz Oliveira de (2006), *Identidade cultural da América Latina nas mensagens publicitárias – aspectos dos processos de integração cultural e global*, 2 volumes, tese de doutoramento apresentada ao Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Rafael Amaro

AS EMPRESAS COMO OBJECTO DA HISTÓRIA:
DE LOCAIS DE ALIENAÇÃO A ESPAÇOS DE CULTO

Introdução

Entre as múltiplas e complexas transformações a que foi possível assistir nas últimas quatro décadas, sobretudo nas sociedades ditas desenvolvidas, a centralidade económica, política e social das empresas, bem como a legitimação e aceitação do «espírito empresarial»¹ ao nível privado e público, estão entre as principais mudanças verificadas neste período, desde logo pelo papel desempenhado por este paradigma ideológico na aceleração do próprio processo de globalização. Assim, as empresas que, durante décadas, foram consideradas como lugares de exploração e de alienação e os empresários como principais responsáveis materiais pelo proclamado antagonismo entre o capital e o trabalho, como que se reconciliaram com a sociedade, dando origem a um período que alguns autores denominam de verdadeira glória, de moda mesmo, roçando nalguns casos o mito, sobretudo quando se pretende fazer acreditar que a solução para todos os problemas da sociedade passam por alargar a todas as áreas o modelo de gestão empresarial (J.P. Le Goff, 1993). Seja qual for, porém, o ângulo de análise deste fenómeno é fácil verificar que em nenhum outro período da já longa história do capitalismo a valorização das empresas e dos empresários atingiu níveis que possamos considerar sequer semelhantes. Verifica-se, aliás, por via disso, que o Estado e a sociedade dão a sensação de estarem cada vez mais dependentes do desempenho das empresas e dos empresários para a resolução de problemas tradicionalmente da responsabilidade daqueles, situação que, paradoxalmente, prejudicará a prazo as empresas (pelo facto de se lhe estar a pedir mais do que é o seu dever) e o próprio poder político que, subordinando-se ao poder económico, fica muitas vezes refém de soluções que, sendo boas para as empresas, não são necessariamente boas para a sociedade. Avolumam-se, por isso, as críticas de muitos autores a esta ideologia empresarial e ao «culto das empresas»² (por ex. J.P. Le Goff, 1993: 7; F. Torres, 1988),

¹ Utilizamos aqui o conceito de «espírito empresarial» no sentido que foi desenvolvido por J.P. Le Goff (1993) como sinónimo de ideologia empresarial que defende a lógica produtiva e de mercado, bem como os métodos de gestão empresarial como modelo de referência para a solução dos problemas da sociedade.

² Refira-se, a este propósito, o interessante número da revista francesa que dedicou a edição n.º 100 precisamente ao título «Le Culte de L'Entreprise» (Autrement (série mutations), n. 100, Septembre, Paris, 1988).

alertando o poder político e os cidadãos, entre outras razões, para os perigos da construção de uma sociedade subordinada a uma «lógica produtiva e de mercado», tendo como modelo único de referência «o espírito empresarial» (J.P. Le Goff, 1993: 7). Aliás, o desenvolvimento deste «espírito empresarial» enquanto ideologia tem evoluído a par de uma certa aceitação política, por parte da sociedade, do enfraquecimento do papel tradicional do Estado, nomeadamente naquilo que diz respeito à busca de soluções para problemas como o desemprego e a exclusão social (M. Husson, 1996). E neste sentido, dificilmente se pode desligar esta centralidade das empresas na sociedade (nomeadamente quando se propõem assumir papéis de responsabilidade social e mesmo de resposta ao vazio de valores e à impotência da política para «imaginar o futuro»³) do declínio das grandes utopias políticas e mais concretamente da crise do paradigma Keynesiano de desenvolvimento, principal responsável, como sabemos, pelo modelo de Estado de Bem-Estar (ou Estado social) que se seguiu à 2.ª Guerra Mundial. Do mesmo modo, como veremos adiante, dificilmente também poderemos desligar a valorização das empresas como objecto de estudo por parte das diferentes ciências sociais, incluindo a história empresarial que aqui no interessa, da nova centralidade e legitimação social que as empresas passaram a ter, nas últimas décadas, nas sociedades ditas desenvolvidas.

Os novos desafios teóricos da História Empresarial

Será, portanto, no quadro de referência desta nova centralidade e de assunção de novos papéis por parte das empresas e dos empresários que devemos reflectir sobre o percurso e os desafios da recente história empresarial. Antes de mais, é necessário, por um lado, fazer uma reflexão sobre as razões que teriam levado os historiadores a desvalorizar, no passado, a empresa enquanto objecto de estudo e, por outro, procurar entender o que mudou ao nível da sociedade e das empresas para que as ciências sociais, incluindo a história, passassem a inscrever na sua agenda de investigação as organizações empresariais. Neste sentido, parece-nos importante determo-nos no prefácio que François Caron (1987:7) escreveu para o livro⁴ que contém as actas do primeiro congresso sobre a história aplicada às empresas realizado em França, onde o autor resumiu a longa desconfiança (aliás, recíproca) que no passado recente existia entre os historiadores e as empresas: por um lado, a empresa, sendo por excelência uma instituição instável e, de algum modo efémera, lidava mal com o poder do seu passado, dado que a necessidade de sobrevivência económica e de modernização implicava a ruptura constante com processos antigos. Por sua vez, do lado dos historiadores parece ter existido sempre uma grande dificuldade em compreender a realidade do mundo das empresas. De tal forma assim teria sido que, no entender deste

³ Sobre esta incapacidade da política para «imaginar o futuro» ver o interessante livro de Edgar Morin; Ilya Prigogine e outros autores, *A Sociedade em Busca de Valores*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

⁴ Trata-se do livro editado sob direcção de Maurice Hamon e Félix Torres, *Mémoire D'Avenir L'Histoire dans l'Entreprise: Actes du 1er Colloque d'Histoire Appliquée aux entreprises organisé par Sain-Gobain e Public Histoire. Blois 21-22 mai 1985*, Paris, Economica, 1987.

investigador francês, até à década de oitenta terão sido raros os historiadores que procuraram «libertar-se dos modelos explicativos acusatórios, olhando as empresas como instrumentos de opressão e de exploração».

Embora esta visão das coisas seja mais correcta para a Europa Continental, sobretudo para a França, e menos para a historiografia anglo-saxónica, parece não haver dúvidas que a década de oitenta do século passado aproximou os historiadores das empresas, pondo fim ao que alguns têm chamado de uma longa desconfiança, com preconceitos ideológicos à mistura. É, por isso, legítimo perguntar, o que mudou do lado das empresas e dos historiadores para que as anteriores desconfianças fossem abandonadas? Ainda que muitas razões pertinentes possam ser aludidas (como o facto das empresas verem agora a história com outros olhos, ou do lado da história económica, o facto de terem perdido influência as perspectivas globalizantes e macro-económicas tão ao gosto das correntes marxistas e da escola dos *Annales*) estaremos sempre no domínio da superficialidade se não entendermos que aquilo que de facto mudou foi a crescente centralidade da empresa e dos empresários nas sociedades modernas. Esta centralidade (que leva muitos a considerar este período de «sociedade das organizações» e o esforço que os responsáveis pelas empresas têm feito em prol da legitimação social das empresas acabaram por contribuir para que as ciências sociais passassem a considerar as empresas como importante objecto de estudo. Dito de outro modo, as empresas, enquanto organizações concretas e centrais das sociedades democráticas modernas, espaço onde se reúnem homens e tecnologia organizados de maneira racional, onde se produz riqueza, mas também culturas próprias e valores, onde se traçam e definem missões e estratégias vencedoras e fracassadas, passaram a ser demasiado importantes para que a história não passasse a olhar para elas no quadro desta nova complexidade. É claro para todos que nem sempre foi este o ângulo de abordagem que esteve no centro da aproximação entre investigadores e empresários, mas esta é a vertente que nos parece mais interessante nesta reconciliação entre a história e a empresa como objecto. Encetar esta mudança, em termos teóricos e metodológicos, relativamente ao objecto empresa, parece-nos de extrema importância para o desenvolvimento da história empresarial. Para isso, é necessário, por exemplo, ter em conta a evolução verificada na missão das organizações empresariais, ao nível dos discursos e das práticas, num contexto de crise das tradicionais instituições sociais e políticas de referência (Estado, Ideologias, Igreja, Partidos, Sindicatos...), que acabaram por abrir espaço para a um outro papel das empresas nas sociedades modernas. Não entender esta mudança, em que a empresa ganha cada vez mais espaço no domínio da responsabilidade social e a sociedade como que exige cada vez mais respostas dela nesse domínio, tem sido, no meu entender, uma das principais lacunas teóricas dos trabalhos académicos (já nem sequer me refiro a outro tipo de estudos meramente publicitários, adequados a comemorações e apologéticos) no domínio da história empresarial. Refira-se, aliás, que nesta matéria a história deixou o caminho completamente aberto à sociologia que, em 1986, criou no seu seio a especialidade de «sociologia de empresa», vaticinando desde logo os sociólogos que primeiro utilizaram a expressão (Sainsaulieu e Segrestin, 1986) que as empresas estavam em mudança e que, «num contexto geral de enfraquecimento de referências sociais, a empresa tenderia a afirmar-se como um lugar de produção identitária, que tenderia a esboçar as representações significativas da sociedade futura».

Goste-se ou não, as principais correntes de gestão acentuam há muito esta mudança, seja quando evoluíram para a perspectiva rica de sentido como é o conceito das organizações como uma cultura (cultura organizacional), abandonando anteriores metáforas das empresas como máquinas ou sistemas, muito mais de acordo com os processos *tayloristas* e *fordistas* de produção, quer quando passaram a valorizar o lado identitário das organizações, procurando, com isso, a valorização dos recursos humanos como importantes factores de motivação e de competitividade (A. Lopes e L. Reto, 1990).

Esta mudança real das empresas, quer quanto ao seu papel na sociedade, quer quanto à sua missão, teve sempre subjacente uma ideologia empresarial que se estendeu a todos os domínios da vida social, complexificando os contornos da fronteira entre o que é público e o que é privado, passando-se a ver no espírito empresarial a solução para todos os problemas e nos empresários os principais guias de uma sociedade futura. Daqui resultou, é um facto, uma ideia de empresa com competências voluntárias cada vez mais vastas, assentes nos contributos dos mais modernos conceitos de gestão: referimo-nos a conceitos como responsabilidade social, defesa do ambiente, filantropia, relatórios de responsabilidade social, ética empresarial, cidadania corporativa, etc. (cf. A. Rego e outros, 1996).

Talvez por isso, alguns autores têm visto neste voluntarismo empresarial uma espécie de utopia industrialista *Saintsimoniana* actualizada, utopia muito em voga na segunda metade de Oitocentos, sob um duplo aspecto de eficácia e de ética: por um lado, «ela pretende responder às exigências da economia moderna e fazer da empresa o novo lugar que dá sentido ao que falta na sociedade; por outro, «este regresso à ética nas empresas acaba por ser significativo de uma tendência social: o economicismo iniciado na década de oitenta foi acompanhado de um reforço identitário ao nível da ética individual, emergindo a empresa como uma comunidade de pertença» (J.P. Le Goff, 1992: 278-279). Reside aqui, aliás, a necessidade das empresas recorrerem à história como elemento identitário através da memória⁵, no quadro de um novo conceito de empresa como organização que não produz apenas bens materiais, mas que também produz uma determinada cultura, com valores, símbolos, ritos e mitos. Estamos, portanto, no domínio da empresa que, enquanto organização, se sabe criadora de valores. É, por outro lado, a assunção da empresa dita pós-moderna que, pelo menos nos seus objectivos retóricos, anuncia a reconciliação dos homens nas organizações, reforçando a ideia da sua centralidade na sociedade, fazendo das empresas escolas de ética, de cidadania e de responsabilidade social⁶. Com a vantagem, como

⁵ Veja-se, neste sentido, A.R. Amaro (1993: 97-115).

⁶ Veja-se, neste sentido, o crescimento exponencial da literatura de gestão ligada ao desenvolvimento de conceitos com «Ética Empresarial» e «Responsabilidade Social das Empresas», bem como a aceitação deste último conceito, em 18 de Julho 2001, no Livro Verde da Comissão Europeia intitulado «Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas», legitimando politicamente as acções que diversas empresas europeias vêm adoptando nesta matéria. A título de curiosidade, atente-se na definição de Responsabilidade Social das Empresas que é dada no referido «Livro Verde»: «A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. [...] Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afectadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados».

referem vários autores, de a ética nas empresas se poder «dotar de uma imagem que se demarca do moralismo tradicional, apelando à autonomia e à livre escolha dos indivíduos», levando-os a interiorizar bons comportamentos e reforçando, com isso, a identificação de todos com a organização, ao mesmo tempo que reforça a sua autoridade enquanto garante da moral numa sociedade que parece ter perdido as suas referências comuns (cf. J.P. Le Goff, 1992: 203-204).

A assunção deste papel social por parte das empresas é, por si só, um programa novo de investigação, não podendo, como é óbvio, deixar de interpelar os historiadores. Saliente-se, neste sentido, a importante obra de Jean-Pierre Le Goff, *Le mythe de l'entreprise* (1992), que, partindo da análise crítica de documentos oficiais das empresas — códigos de conduta, missão, relatórios e projectos de empresa — coloca em dúvida a pretensão dos gestores das empresas de chamarem a si valores de responsabilidade social e éticos que, no seu entender, não estão ao alcance destas organizações. No mesmo sentido questiona-se também Félix Torres, num artigo sugestivamente intitulado «L'entreprise post-moderne», na revista *Autrement*, também com título sugestivo de «Le Culte de L'entreprise», quando observa que a sociedade parece esperar das empresas que sejam elas a «promover o investimento, que ajudem no relançamento das economias e do comércio externo, que criem empregos, que se apresentem como um lugar de formação e de esperança e que participem na vida das cidades sob a forma de mecenas» (F. Torres, 1988: 24).

As empresas e os empresários (que têm um papel económico e social meritório, diga-se) aparecem assim muitas vezes como o derradeiro refúgio da salvação ética (daí as empresas como comunidades éticas), ou mesmo o lugar onde se praticam os valores humanistas esquecidos. No discurso empresarial moderno, a empresa pretende afirmar-se «como um pólo de excelência em todos os domínios, proclamando alto e forte a sua missão social e cultural»; espera-se ainda que a empresa se assuma com responsabilidades de cidadania (a empresa cidadã) fomentando mesmo a cultura e a educação (J.P. Le Goff, 1992: 11). Saliente-se, a propósito, que o conceito de empresa cidadã, actualmente muito em voga na literatura e cursos de formação em gestão, teve um grande sucesso em França, em 1994, quando o presidente do Conselho Nacional do Patronato Francês (CNPFP) tentou convencer a comunidade patronal do seu país de que «se o objectivo principal da empresa era assegurar a sua rendibilidade, ela, contudo, não podia limitar o seu interesse ao dos seus accionistas, dos seus assalariados e dos seus clientes, desinteressando-se e abandonando à exclusão todos os que não encontram emprego» (D. Schnapper, 1998: 91-92). Em face destes objectivos, foram muitos os que lembraram que a expressão «empresa cidadã» deve ser entendida apenas «num sentido analógico. A cidadania, a igualdade de todos os cidadãos — o que distingue a nossa modernidade política — é um ideal, uma «utopia criada». Ora, a empresa reage a uma lógica diferente; tem os seus imperativos próprios, concretos». Ou seja, «por definição, contrariamente à cidadania formada sobre a igualdade formal, a empresa, concreta, económica, hierárquica na sua organização, não pode ser, enquanto tal, cidadã». A empresa, no seu funcionamento, quando muito tem a obrigação e o dever de não «esquecer que a dignidade do cidadão não acaba à sua porta. A empresa oferece aos cidadãos, essencialmente graças à sua actividade e ao seu êxito, as condições para o exercício da cidadania. Mas não a substitui e, em si mesma, não é cidadã» (D. Schnapper, 1998: 91-92).

Fica assim claro que, em rigor, a empresa pela sua natureza jamais poderá cumprir os requisitos políticos associados ao conceito de cidadania. Mas, para o que aqui nos interessa, é um bom exemplo do esforço que as empresas têm feito para melhorar a sua imagem social. Ora, uma desejável história nova das empresas, como já tem sido referido por alguns autores, não pode ignorar este percurso feito pelas organizações lucrativas. Os gestores das empresas modernas têm hoje plena consciência que uma empresa para além da sua produção tangível tem a capacidade de produzir e de reproduzir valores, com reflexos na formação da sua cultura organizacional e identidade e mesmo na imagem que pretendem fazer passar para a sociedade. De igual modo, os gestores modernos (tal como os historiadores) não desconhecem o extraordinário poder do discurso histórico na empresa e da empresa, sobretudo pelo facto deste funcionar, lembra Bernard Ramanantsoa (1987: 155), «como toda a ideologia, riscando o futuro portador de mitos». A história (ou melhor a escrita da história) assume na empresa o importante papel, enquanto elemento estruturador da memória, de contribuir, lembra ainda o historiador referido, para «dar um sentido à acção colectiva da empresa, participando na estruturação da sua identidade»; mas o discurso histórico sobre as empresas, sobretudo quando mitificador «pode também ocultar a realidade» (consciente ou inconscientemente, acrescentamos nós), transformando-se assim num instrumento de publicidade enganosa ou em mero instrumento panegírico glorificador de um qualquer poder ou organização.

Conclusão

Conclui assim, referindo que a investigação histórica sobre as empresas não pode ignorar que, do mesmo modo que no passado era redutor considerar as empresas apenas como locais de alienação e de exploração, muito semelhante será hoje o erro se o historiador fizer o estudo de uma empresa sem ter em consideração o contexto ideológico que pretende fazer das empresas autênticos locais de culto e dos empresários e gestores os heróis modernos. Felizmente, a empresa é hoje entendida na sua complexidade económica e social. Por sua vez, por mais paradoxal que isso possa parecer, em face dos inúmeros casos de corrupção e de falta de ética de algumas empresas e empresários, nunca como hoje a sociedade foi tão exigente para com o comportamento social e ético das empresas. A sociedade exige-lhes cada vez mais transparência e responsabilidade social. Ora, esta nova exigência de responsabilidade social das empresas, conceito tão comum na literatura recente da gestão das organizações lucrativas e não lucrativas, tem tudo para interpelar de um modo muito particular os historiadores das organizações empresariais, obrigando-os, é certo, a novos e diferentes voos teóricos e metodológicos⁷ (fazendo, aliás, jus a um discurso histórico problematizador de outros combates) que, necessariamente, os afastará de uma história de empresa sem conteúdo teórico, descritivo, narrativo, acrítico e muitas vezes apológico.

⁷ Vejam-se neste sentido os importantes trabalhos reunidos na revista *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004, integralmente dedicado a «Empresas e Empresários», com destaque para os artigos de J. Amado Mendes, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», pp. 17-39 e Carlos Bastien, «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica» pp. 41-58.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, António Rafael, «A Cultura Organizacional e o(s) poder(es) da história na estruturação da identidade da empresa», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 2, 1993, p. 97-115.
- Autrement (série mutations)*, n. 100, Septembre, Paris, 1988.
- BASTIEN, Carlos «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004, pp. 41-58.
- CARON, François, «Prefácio», in HAMON, Maurice e TORRES, Félix, *Mémoire d'avenir – l'histoire dans l'entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987.
- Edgar Morin; Ilya Prigogine e outros autores, *A Sociedade em Busca de Valores*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998
- European Commission. *Promoting an European Framework for Corporate Social Responsibility: a Business Contribution to Sustainable Development*. European Commission, 2001.
- European Commission. *Corporate Social Responsibility: a Business Contribution to Sustainable Development*. European Commission, 2002
- HAMON, Maurice e TORRES, Félix, *Mémoire d'avenir – l'histoire dans l'entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987.
- HUSSON, Michel, *A Miséria do Capitalismo. Uma Crítica do neoliberalismo*, Lisboa, Terramar, 1999.
- LE GOFF, Jean-Pierre, *Le mythe de l'entreprise – critique de l'ideologie managériale*, Paris, Editions la Découvert, 1992.
- LOPES, Albino e RETO, Luís, *Identidade da empresa e Gestão pela Cultura*, Lisboa, Edições Sílabo, 1990.
- MENDES, J. Amado, «Cultura de empresa: uma nova dinâmica organizacional», *Gestão e Desenvolvimento*, 1, 1992, pp. 49-57.
- MENDES, J. Amado, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004 p. 17-39.
- RAMANANTSOA, Bernard, «Identité d'entreprise: les contraintes de l'histoire» in HAMON, Maurice e TORRES, Félix, *Mémoire d'avenir – l'histoire dans l'entreprise*, Paris, Ed. Economica, 1987, pp. 145-161.
- REGO, Arménio e outros, *Gestão Ética e Socialmente Responsável*, Lisboa, Editora RH, 2006.
- REITTER, Roland e RAMANANTSOA, Bernard, *Pouvoir e Politique Au-delà de l'aculture d'entreprise*, Paris, McGraw-Hill, 1985.
- ROSA, Luís, *Sociologia de empresa Mudança e conflito*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- SAINSAULIEU, R.; SEGRESTIN, D.; «Vers une théorie sociologique du travail», *Sociologie du Travail*, 3, Paris, 1986, pp. 342-343
- SCHNAPPER, Dominique, «Os limites da expressão empresa cidadã», in Edgar Morin e Ilya Prigogine, *A Sociedade em Busca de Valores*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, pp. 91-100.
- THÉVENET, Maurice, *Audit de l'aculture d'entreprise*, Paris, Les Éd. D'organisation, 1986.
- TORRES, Félix, «L'entreprise post-modern», *Autrement*, n.º 100, 1988, pp. 22-27.
- VALA, Jorge; MONTEIRO, M. Benedita e LIMA, M. Luísa, «Culturas organizacionais uma metáfora à procura de teorias», *Análise Social*, Vol. XXIV (101-102), 1988, pp. 663-687.

(Página deixada propositadamente em branco)

A HISTÓRIA ECONÓMICA, SOCIAL E DAS ORGANIZAÇÕES:
CRISE, ESTAGNAÇÃO OU RETOMA?

1. Introdução

Na qualidade de comentador das comunicações apresentadas no âmbito do Painel «História e organizações económicas e sociais» do Colóquio Internacional «Outros combates pela história», cabe-me reflectir sinteticamente sobre a situação actual dos estudos de história económica, social e das organizações; acerca das perspectivas assumidas pelos quatro investigadores e docentes que procuraram caracterizar e analisar a evolução recente deste(s) subuniverso(s) historiográfico(s). Gostaria, no entanto, de começar por explicitar algumas referências de cariz mais pessoal e afectivo.

É com orgulho que participo num evento científico comemorativo dos dez anos de existência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Mau grado as suas limitações — resultantes dos bloqueios impostos pelo contexto envolvente e das nossas opções como investigadores —, trata-se, indiscutivelmente, de uma experiência positiva e de um espaço de trabalho operativo, hoje liderado pela Prof^a. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Saúdo, também, o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, meu professor e individualidade marcante do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, fundador e primeiro Coordenador Científico do CEIS20 da UC.

Destaco, igualmente com satisfação, o facto de integrar um painel de estudiosos constituído, quer pelo Prof. Doutor José Amado Mendes (orientador dos meus projectos de mestrado e doutoramento), quer pelos colegas Alda Mourão, Álvaro Garrido e António Rafael Amaro. Para além das respectivas qualidades como académicos (investigadores, docentes e gestores), evoco a partilha de vivências nos âmbitos da formação graduada e/ou pós-graduada, do desempenho profissional em instituições de ensino superior e/ou no Grupo de História Económica, Social e das Organizações do CEIS20 da UC.

Quanto à área de estudo em apreço, poderá afirmar-se que atravessou, desde o início da década de 1980, uma conjuntura de menor visibilidade e de significativas dificuldades internas. Centrada na análise dos grandes fenómenos económicos e sociais, foi associada ao marxismo e ao «paradigma moderno» num período de hegemonia dos valores ideológicos de centro/direita e do «subjectivismo pós-moderno». Sofreu as

consequências da «guerra fria» entre historiadores (sobretudo ligados à «história nova») e economistas que se interessam «pelo passado», muitas vezes influenciados pelos pressupostos da «new economic history» (enquanto «econometria retrospectiva»). Exigia, ainda, um volume de pesquisa empírica e um esforço de estruturação teórica dificilmente compatíveis com os critérios então dominantes de «elevada produtividade científica» e de «adaptabilidade à procura de discursos historiográficos».

Mais recentemente, verificou-se um intensificar da «crítica neomoderna» ao «paradigma pós-moderno», ou seja, quer ao relativismo e ao «neo-empirismo», quer a novas modalidades de «instrumentalização cientista», agora em favor do legitimar de uma «gestão neoliberal» do capitalismo e de uma «condução unilateral» de um sistema unipolar de relações internacionais. De forma conjugada, a afirmação de temáticas e metodologias de menor dimensão ou focalizadas em «objectos consensualizados» — história das empresas e de outras organizações, história das mulheres e de grupos socioprofissionais, história do desenvolvimento regional e de minorias étnico-religiosas — parecem ter viabilizado o ampliar da atractividade académica e do «impacto mediático» da história económica e social.

Tal como ao longo da «Grande Depressão» dos anos trinta do século XX, a ameaça do «terrorismo globalizado» e a «Crise de 2008» estarão hoje a potenciar a revitalização do interesse mesmo por «problemáticas clássicas» como são a história do pensamento económico e do subdesenvolvimento; a história das crises financeiras, económicas, sociais e políticas; a história do «Estado-Providência» e das «economias de guerra». Caberá, pois, aos historiadores aproveitar uma tal «janela de oportunidade» sistematizando as virtualidades do «pluralismo teórico-metodológico» e da cooperação interdisciplinar; demonstrando a relevância da investigação em ciências sociais e nas tecnologias delas derivadas.

2. Intervenções

Em «História empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica», José Amado Mendes descreveu as transformações e permanências daquela vertente da história económica e social desde os finais do século XIX/inícios do século XX até à actualidade. Ter-se-ia partido de uma configuração embrionária, marcada pela escassa valorização historiográfica dos fenómenos económicos e sociais; pelo carácter empirista e laudatório das «narrativas eruditas» propostas; em sentido contrário, por uma «condenação moral dos patrões e das empresas», encarados somente como agentes e locais de exploração e de alienação.

Ainda sob o predomínio de posturas ideológicas hostis aos valores do «capitalismo liberal», ter-se-ia verificado, depois, a afirmação de correntes historiográficas que atribuíam maior destaque às vertentes económica e social da realidade; a concretização de projectos de investigação que apresentavam as empresas como espaços complexos e nucleares onde é possível identificar inovação ou rotina, promoção socioprofissional ou dominação, cooperação ou conflito, decisão efectiva ou mera execução de orientações políticas definidas à escala nacional e global, criação de novas identidades ou construção do futuro a partir da reflexão sobre as experiências acumuladas.

Nas últimas décadas, perante a supremacia do pensamento económico monetarista e de «mundividências reformistas ou conservadoras», os empresários/os administradores

e as empresas voltaram a ser perspectivados como «heróis colectivos» e «agentes promotores de crescimento económico», merecedores de destaque por parte das ciências sociais. Em muitas empresas, a história e a arqueologia industrial passaram a contribuir para o reforço da importância da «cultura organizacional» enquanto instrumento de gestão interna e de relacionamento com o meio exterior.

Inversamente ao que tem vindo a ocorrer nos países mais desenvolvidos, em Portugal a generalidade das empresas continua a ignorar as potencialidades da «nova historiografia» e da salvaguarda do património industrial ou a optar por um registo de auto-elogio sempre que promovem a apresentação de leituras sobre o seu próprio passado. Escasseiam, pois, as monografias estruturadas em termos científicos, os arquivos históricos, as iniciativas expositivas baseadas nos pressupostos da «nova museologia», as estratégias de gestão fundadas na rentabilização objectivante da identidade histórica das organizações.

Sob o título «A criação da imagem empresarial através da publicidade», Alda Mourão considerou, essencialmente em termos teóricos e metodológicos, as problemáticas da cultura organizacional e da imagem empresarial, da utilização que os agentes económicos fazem da publicidade. Esboçou, depois, os vectores fundamentais de um projecto de investigação, ainda em curso, centrado no *Boletim da Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria*, órgão oficial da Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro nos anos de 1913 a 1931. O objectivo seria o de reconstituir e analisar a forma como, durante a Primeira República e a Ditadura Militar, empresas portuguesas se apresentaram «às autoridades» e ao(s) público(s) brasileiro(s).

Para além de questões relacionadas com o estudo de um determinado objecto empírico — a Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro —, sistematizaram-se informações acerca do modo como os historiadores das empresas (e outros) podem trabalhar núcleos documentais associados a temáticas como a cultura organizacional e a imagem empresarial, a publicidade e o associativismo patronal. Chamou-se, igualmente, a atenção para a pertinência de utilizar instrumentos de investigação concebidos por e de estabelecer laços de colaboração interdisciplinar com especialistas em economia e gestão, sociologia e antropologia, psicologia e jornalismo, *marketing* e publicidade.

Em «Estado Novo e corporativismo. Um programa de estudo em história económica e das instituições», Álvaro Garrido salientou a importância das vertentes político-administrativa, social e ideológica mesmo quando se estudam «temáticas económicas». Se, por norma, todos os «fenómenos económicos» devem ser correlacionados com outros vectores da «realidade global», em muitas sociedades as actividades económicas foram ou são deliberadamente subordinadas a valores e objectivos diferentes dos que correspondem à vigência exclusiva ou, mesmo, ao domínio do modo de produção capitalista.

Durante uma grande parcela do século XX, Portugal teria vivido sob regimes políticos — a Ditadura Militar e o Estado Novo — que encontraram no «corporativismo de Estado», no «proteccionismo não autárcico» e no «colonialismo defensivo» instrumentos, por um lado, de anulação ou atenuação dos efeitos desagregadores que o «capitalismo liberal» tinha nos tradicionais equilíbrios sociais, políticos e culturais lusos; por outro, de regulação totalitária ou autoritária entre interesses contraditórios: «do capital e do trabalho», dos diversos segmentos das elites económicas, do poder político e dos particulares (associações patronais e empresas, nacionais e estrangeiras).

Os aspectos eventualmente menos aprofundados pelos investigadores que, desde a década de 1970, analisam o comportamento das regionalidades económica e social ao longo das etapas ditatoriais do século XX português terão a ver com as implicações socioeconómicas da repressão e das modalidades oficiais ou oficiosas de enquadramento das «classes trabalhadoras», com o relacionamento entre os Governos e as «associações patronais generalistas» (Associação Industrial Portuguesa e Associação Industrial Portuense, Associações Comerciais de Lisboa e do Porto), com as parcerias externas toleradas ou procuradas pelo Estado e por empresas nacionais (no «Império» e nas «Províncias Ultramarinas», em outros países da Europa e nos EUA, na OECE e na EFTA ou na CEE).

Sob o título «As empresas como objecto da história: de locais de alienação a espaços de culto», António Rafael Amaro voltou a abordar as problemáticas da história empresarial e da cultura das organizações. Tendo começado por referenciar e contextualizar o aumento do destaque e a melhoria da imagem pública dos gestores e das empresas — ocorrido nas últimas décadas —, focalizou a atenção na análise dos argumentos que poderão levar os agentes económicos a investir no estudo da sua história, na salvaguarda do seu património cultural (em sentido amplo) e na ligação de ambos a uma cultura organizacional menos unilateral ou alienante.

Face à evidência de que muitos dos indivíduos e das organizações são forçados a ou optam por assumir posturas «menos responsáveis em termos éticos», a generalização de tecnologias derivadas da história e de outras ciências sociais (economia, geografia e sociologia, antropologia e psicologia) dependeria da demonstração da respectiva eficácia económica. Convergentemente, os dados empíricos permitiriam afirmar que uma utilização objectivante da história das empresas e da arqueologia industrial contribui para a requalificação da cultura organizacional; para uma gestão mais justa e mobilizadora no plano interno, mais informada e criativa no que diz respeito ao contacto com os clientes efectivos ou potenciais.

3. Conclusão

A terminar este breve comentário, diria que as quatro comunicações apresentadas no Painel «História e organizações económicas e sociais» confirmaram e ilustraram, tanto a relevância científica e tecnológica da história económica, social e das organizações, como alguns dos novos subuniversos de análise e intervenção entretanto delimitados. Lembraram, também, os factores que ajudam a compreender a «crise de visibilidade» que afectou a história económica e social desde os anos oitenta do século XX; as vantagens do estabelecimento de laços paritários de cooperação com outras áreas de conhecimento científico (interdisciplinaridade multilateral).

Enquanto amostra da investigação e da divulgação científicas hoje geradas nos âmbitos temáticos em apreço, as intervenções produzidas referem-se pouco, no entanto, à história social (ou das organizações sociais e das respectivas interações com os mecanismos económicos). Os associativismos empresarial e socioprofissional, a situação das mulheres e os fenómenos migratórios, os grupos étnico-religiosos e as organizações confessionais de enquadramento do laicado têm merecido, nos últimos anos, uma atenção que não foi reflectida pelo painel apenas devido aos critérios não sistemáticos da sua estruturação.

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Tal como o expressou Cristina Robalo Cordeiro, na sessão inaugural deste Colóquio, em palavras de fino recorte literário mas igualmente plenas de emoção que, de resto, têm perpassado ao longo destes dois dias em outros testemunhos pessoais, também eu faço uma declaração de interesses: declaro que fui aluna de Luís Reis Torgal em 1971 /72.

Como alguns de vós sabem, se devo a José Sebastião da Silva Dias a minha inicial entrada na carreira académica e na docência universitária como monitora, em 1974/75, não o devo menos a Luís Reis Torgal, pelo estímulo constante. Desde que fui sua aluna e fundamentalmente pela perseverança de tarefas que sempre me incutiui como Amigo e Colega e ainda mas não menos importante, também o confidente de muitas horas, boas e menos boas, e não só na academia. Ambos tiveram na minha vida um papel determinante.

Depois, nos anos 80 e 90, tive o grato privilégio de ser co-autora de estudos (um livro *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, a *Revista de História das Ideias* que ele relançou, uma obra colectiva, a *História de Portugal* e o seu volume 5) e de outras publicações que para mim representaram a maior das aprendizagens. E também a ele devo o privilégio de integrar o CEIS20 desde a sua criação. Nesse já longínquo quotidiano ousou dizer que fizemos Bolonha antes de Bolonha.

Este é o momento e o lugar de lhe manifestar o meu grande reconhecimento. Tudo o que já se disse sobre a luz que o seu exemplo de professor, de investigador e de cidadão derramou em muitos de nós foi também determinante para mim que pertencia a uma geração que então aprendia a ser adulta e cidadã em Coimbra e a pensar os tempos de mudança e de construção da democracia nos combates que se seguiram. Pessoalmente devo-lhe muito, até hoje.

Celebrando-se os 10 anos do CEIS20 justo é também dirigir uma palavra de muito apreço a Manuela Tavares Ribeiro, hoje sua actual Coordenadora e a melhor herdeira de um legado científico que também ela co-fundou e que tão bem hoje elevou com a sua extraordinária tenacidade e capacidade. Haverá melhor exemplo que este facto de aqui estarmos, há três dias, debatendo como numa partida de xadrez alguns das nossas investigações?

Que melhor metáfora poderia ter sido escolhida pelo Gonçalo Luciano que o jogo de xadrez que é a imagem escolhida para o cartaz deste colóquio? O xadrez é uma

batalha concretizada por soldados, os peões (os que nunca retrocedem), em volta de um rei (a peça mais valiosa), de uma rainha ou dama (a peça mais poderosa), um bispo, um cavalo e uma torre. Sem querer estabelecer qualquer identificação esta é uma bela metáfora de combate e um símbolo da supremacia da lógica pois o resultado de cada partida depende das decisões dos seus jogadores.

E assim vamos dar início a mais uma partida. Debater e equacionar o sentido da história em domínios da educação e da comunicação tal como o temos investigado e publicado no CEIS20. Vão ser abordadas questões ainda em aberto tais como os manuais, os espaços, os discursos escolares numa primeira parte e de seguida uma incursão pela história da imprensa académica nos fins de século, pela primeira definição de jornalista como homem de letras e finalmente por uma evocação da imprensa ibérica nas ditaduras. A todos agradeço o contributo para o debate pois com os vossos textos a história da Educação e da Comunicação ficará enriquecida.

Augusto José Monteiro

A (RE)VALORIZAÇÃO DE OUTRAS FONTES HISTÓRICAS

– A PROBLEMÁTICA DOS MANUAIS ESCOLARES

*«... Toda a investigação é, em última análise,
comandada pela natureza do problema a investigar...»*

(Fernando Catroga)

1. Velhas e novas fontes...

Graças aos seus «combates», que a levaram a levantar novos problemas, a multiplicar objectos de estudo, a interagir com outras áreas do saber e a bater-se por uma história diferente, a «Nova História» abriu caminhos para a exploração de um universo cada vez mais alargado.

Nos nossos dias, a produção historiográfica — com renovação de métodos e correcções de percursos (mesmo em relação à «Nova História») — joga com a multiplicidade, a heterogeneidade, a complementaridade e o cruzamento de fontes de mais diversa tipologia. Para tentar responder às perguntas e aos (novos) problemas que se (lhe) colocam, trilha caminhos que conduzem à exploração de documentos — materiais, testemunhos, vestígios — que eram ignorados ou subalternizados. Mas não fica por aqui: os que eram utilizados, depois de (re)valorizados e submetidos a apropriadas hermenêuticas, ganham um novo estatuto.

«Antes, ao princípio, era o documento; hoje é o problema. É uma revolução da consciência historiográfica» (Glénisson). O historiador, como nota Pierre Vilar, «avança por meio de *problemas*: os documentos só respondem se os interrogarmos segundo determinadas hipóteses de trabalho...». Nos tempos que correm, como acentua F. Catroga, «toda a investigação é, em última análise, comandada pela natureza do problema a investigar (...), mas quem transforma o *traço* em documento é a interrogação do historiador». O seu trabalho há-de ser «o da construção do

próprio dado documental, em ordem a elevá-lo a fonte, e o da correlata definição do objecto»¹.

Entre esses «traços», passíveis de se transformarem em documentos, contam-se os *manuais* escolares².

2. Dos manuais escolares...

O livro esteve presente nas escolas desde a invenção da imprensa, mas os manuais escolares (livros para ensinar e aprender), na sua concepção actual, são uma criação relativamente recente. Para Alain Choppin, pertencem a esta categoria «os livros intencionalmente elaborados para o ensino de uma determinada disciplina em contexto escolar». Um manual escolar é, «antes de mais, um livro que aborda interpretativamente (...) não só em termos conceptuais como também metodológicos e ainda políticos, culturais e sociais», o programa de determinada disciplina para determinado ano de escolaridade³. Este tipo de publicações, sem que aqui lhes documentemos a história, nasce e afirma-se em estreito paralelismo com o lançamento e consolidação dos «sistemas nacionais de educação» — institucionalizados com as revoluções liberais — que também criam e definem os demais elementos configuradores da escola contemporânea (organização académica, instituições de formação de mestres, enquadramento jurídico e administrativo, arquitectura, calendário...)⁴.

¹ VILAR, Pierre — *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa, Sá da Costa, 1985, p. 41. «A questão da problemática continua a comandar a definição do *campo*. (...) Condiciona a “invenção” dos métodos e a própria “invenção dos objectos”. «A realidade referenciada pelo discurso do historiador não se esgota no documento. A problemática dialoga com o *traço*...» — CATROGA, Fernando — «Conclusões?». In PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (coords) — *Transformações estruturais do campo cultural português (1900-1950)*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2005, pp. 509-525, pp. 519-525. (Aliás, todo o documento é «monumento»...).

² «A história do livro escolar está marcada por um conjunto de observações, critérios e requisitos metodológicos que o (sic) aproximam da história do livro, mas que também o afastam...» — MAGALHÃES, Justino Pereira de — «Um apontamento para a história do manual escolar — entre a produção e a representação». In: CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina; SILVA, José Luís; SOUSA, M^a Lourdes Dionísio de (orgs), *Manuais escolares. Estatuto, funções, história. Actas do I Encontro Internacional sobre manuais escolares*. Braga: Univ. do Minho, 1999, pp. 279-301, pp. 288-290. No âmbito destas temáticas — ver, v.g., CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger — *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 1997. Assistimos, com a «Nova História», à «invenção» das fontes massivas e da história serial. O historiador, além de dominar as regras de *conhecimento e crítica dos textos*, deve saber *estatística, fundamentos matemáticos da análise sociológica, informática* — VILAR, Pierre — *ob. cit.*, p. 46.

³ CABRITA, Isabel — «Utilização do manual escolar pelo professor de Matemática». In: *Manuais escolares...*, pp. 149-160, p. 149. Produtos diferenciados — pelo formato, pela iconografia, pelas formas textuais de expressão, pela retórica, pelas modalidades de utilização — ver CHOPPIN, Alain — *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette, 1992, p. 6, 12, 16; «Les manuels scolaires — de la production aux modes de consommation». In: *Manuais escolares...*, pp. 3-17.

⁴ BENITO, Agustín Escolano — «Introducción», «Libros para la escuela. La primera generación de manuales escolares». In: BENITO, Agustín Escolano (dir) — *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997, pp. 13-18, pp. 19-46, p. 16, pp. 19-22, p. 28, pp. 30-43.

O manual foi mais um instrumento na organização do sistema de instrução pública. A sua expansão está relacionada com a implantação de modelos de «ensino simultâneo ou colectivo» — em substituição «do individual e mútuo...» — que impuseram metodologias para responder, com racionalidade e uniformidade, às necessidades criadas pela difusão do sistema público de instrução primária (que assume funções de certificação). A divulgação dessas metodologias (os livros pessoais permitiam o trabalho sincronizado) e as novas possibilidades técnicas e económicas da indústria editorial foram decisivas para esta revolução do livro didáctico⁵. Os manuais constituem-se, a partir da segunda metade do século XIX, como um produto editorial específico: instrumentos para configurar o currículo e organizar a prática escolar. Em suma: o desenvolvimento da instrução, a melhoria das técnicas de impressão e o triunfo do ensino simultâneo vão favorecer a proliferação dos livros como utensílios pedagógicos de uso geral⁶.

Apesar das críticas dos «iconoclastas» do escrito (por vezes, como é o caso de Freinet, com boas razões) e apesar da existência e da concorrência dos outros suportes tecnológicos e informáticos, os manuais são ainda o recurso pedagógico por excelência⁷. O desenvolvimento de uma nova etapa da história destes livros coincide, aliás, com a erupção, no mundo da educação, desses competidores dos «meios convencionais de ensino». Os manuais, agora «reconfigurados», transformam-se em «utensílios polimórficos» que devem assumir funções múltiplas⁸.

O interesse do público e dos estudiosos por estas obras traduz-se em várias manifestações: coleccionismo (público e privado), lançamento de museus pedagógicos, realização de exposições, catalogação... Mas esse interesse também se objectivou em projectos institucionais como os que surgiram na Alemanha, em França, em Espanha,

⁵ Nas escolas das «primeiras letras» do Antigo Regime, alguns livros foram pensados com critérios didácticos (o *Catecismo* e a *Cartilha*). Os métodos de ensino individual não implicavam manuais uniformes, nem mesmo obras impressas; os textos escritos eram, muitas vezes, propriedade da escola ou do mestre — BENITO, Agustín Escolano — *ibidem*, p. 16, pp. 19-20; «El libro escolar en la Restauración», «El libro escolar en la segunda mitad del siglo xx». In: ESCOLAR, Hipólito (dir.) — *Historia ilustrada del libro español. La edición moderna. Siglos XIX y XX*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996, pp. 345-370, pp. 371-397, pp. 346-348, pp. 356-359.

⁶ CHOPPIN, Alain — «L'histoire des manuels scolaires: une approche globale». In: *Histoire de L'Éducation*, 9, Déc. 1980, pp. 1-25; «a uniformização dos manuais está estreitamente ligada ao desenvolvimento do ensino simultâneo» — ver *Les manuels scolaires...*, p. 8; sobre a edição escolar em França — pp. 54-78.

⁷ BENITO, Agustín Escolano — «El libro escolar...». In: ESCOLAR, Hipólito (dir.), *ob. cit.* pp. 371-397; ver RODRIGUES, Angelina Ferreira — «Das configurações do manual, às representações da literatura». In: *Manuais escolares...*, pp. 423-433, p. 423. Em Espanha, uma nova geração de manuais — que surgem com as reformas de meados dos anos sessenta (período «tecnológico» do franquismo) — prima pelas qualidades técnicas e artísticas. Idêntico fenómeno ocorre em Portugal; mas alterações deste tipo são já bem visíveis nos precoces «livros únicos» (manuais de leitura) do Ministério (o 1º sai em 1941).

⁸ Por incorporarem os contributos dos *media* (sobretudo dos mais interactivos), levantam (novos) problemas de legibilidade e de «navegação» — ver CHOPPIN, Alain — *art. cit.* In: *Manuais escolares...*, pp. 3-17, pp. 4-9, 11. O manual é «núcleo de um *corpus* textual vasto»: produtos satélites (livro do aluno, do professor, fichas, vídeos, *C.D.*...) com funções «enquadradoras» e complementares — CASTRO, Rui Vieira de — «*Já agora não se pode exterminá-los?* Sobre a representação dos professores em manuais escolares de Português». In: *Manuais escolares...*, pp. 190-191.

em Portugal... Os manuais escolares, de «objectos banais e até fungíveis» e de fontes praticamente ignoradas, acabaram por se transformar em documentos importantes⁹.

«A atracção que, na actualidade, estes antigos utensílios exercem, não procede só de motivações de carácter nostálgico que podem suscitar como indutores de processos psicológicos de identificação dos adultos com situações e objectos da sua infância...». Procede ainda da apetência que uma história da cultura mais sociológica — enfoque que se forja com a «Nova História» — manifesta não só pelas «obras maiores», mas por todo o tipo de literatura que, no âmbito do popular e do escolar, tem grande impacto nos processos de apropriação da cultura pelos sectores sociais que acedem ao escrito através de publicações ditas «menores»¹⁰.

Os livros (também os escolares) são, como nota Roger Chartier, uma «representação» do mundo que os produz e da cultura que deles se apropria. Os manuais, dada a sua tríplice (e complexa) natureza de instrumentos, simultaneamente «pedagógicos, culturais e ideológicos», concretizam relevantes funções em todos estes campos. Constituem um repositório «dos conhecimentos, das capacidades, das experiências legitimados na escola e para a escola; veiculam determinadas representações do mundo, do homem e do homem no mundo; são uma tecnologia fundamental nos processos de transmissão e aquisição daqueles conhecimentos, experiências e representações»¹¹.

O manual «é um *espelho da sociedade* que o produz, um cenário material no qual se representam os valores e as atitudes, os estereótipos e as ideologias que caracterizam a mentalidade colectiva (...), o que hoje se incluiria na expressão “currículo oculto”». A memória depositada nos compêndios pode ser percebida como «depósito de uma *paideia*, como expressão do *ethos* social e como registo de uma *ratio* didáctica; em definitivo, como a materialização de um currículo em todas as suas dimensões, nas suas estruturas, nos seus valores e nas suas formas de desenvolvimento»¹².

Alain Choppin, embora na mesma linha, introduz algumas correcções: o manual é, de certa maneira, «o espelho no qual se reflecte a imagem que a sociedade quer dar dela própria»; é, portanto, um «reflexo deformado, incompleto, muitas vezes idealizado».

⁹ BENITO, Agustín Escolano – in *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, p. 14, pp. 19-22; «Introducción», «La segunda generación de manuales escolares». In: BENITO, Agustín Escolano (dir) – *Historia ilustrada del libro escolar en España. De la posguerra a la reforma educativa*. Madrid, 1998, pp. 13-18, pp. 15-18, pp. 19-48, pp. 29-43; BENÍTEZ, Manuel de Puelles – «La política del libro escolar. Del franquismo a la restauración democrática». In: *ob. cit.*, pp. 49-72. Em Espanha, constituíam, desde a Restauração, os fundos (por vezes únicos) de que se alimentavam as bibliotecas domésticas das classes populares. «Têm sido objecto de projectos de investigação em grande escala de natureza serial» – ver MAGALHÃES, J. Pereira de – art. cit., p. 281; ver TORGAL, Luís Reis – In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 431-545, pp. 431-432, pp. 446-465. Linhas de investigação e trabalhos demonstram o espaço conquistado pelos manuais (cf. «Projecto *eme*» da Universidade do Minho) – ver «Apresentação». In: *Manuais escolares...*, pp. IX-XII. Ver DINIZ, Maria Augusta Seabra – *As fadas não foram à escola*. Porto: Edições Asa, 1994.

¹⁰ BENITO, Agustín Escolano – in *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, pp. 13-14; «El libro escolar en la Restauración», «El libro escolar en la segunda mitad del siglo xx». In: *ob. cit.*, pp. 345-397.

¹¹ «Apresentação». In *Manuais escolares...*, p. X.

¹² BENITO, Agustín Escolano – In: *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, p. 15.

Embora a imagem reflectida seja idealizada, esquemática e, por vezes, obsoleta (anacrónica?), «o manual é revelador, tanto por aquilo que diz, como por aquilo que cala, do estado de conhecimentos de uma época e dos principais aspectos e estereótipos de uma sociedade». É também, nos séculos XIX e XX, o «**suporte** — durante muito tempo privilegiado — dos conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos e técnicas cuja aquisição a sociedade julga necessária à perpetuação dos seus valores...». É um «vector ideológico e cultural — **veículo** de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura»¹³.

Condensam um determinado «capital cultural», susceptível de ser «simbolicamente assimilado»¹⁴. «No concerto ideológico do aparelho do Estado, tendem a veicular a ideologia dominante e, embora nem sempre se preste muita atenção à sua «música», porque é demasiado silenciosa, a verdade é que ela é «ouvida» e “divulgada...”¹⁵. O manual é «uma mediação cultural controlada pelos poderes públicos que autorizam o seu uso». As suas mensagens, umas vezes explícitas e outras subliminares — e mesmo a sua linguagem (com o seu jogo de conotações) —, têm sido instrumentalizadas para inculcar as ideologias dos poderes estabelecidos. Os manuais funcionam, por conseguinte, como mecanismos básicos da «microfísica do poder» (na conhecida expressão de M. Foucault)¹⁶. Veículos privilegiados das «finalidades socializadoras e integradoras do poder-saber instituído», são «instrumentos de poder» e, como tal, compreendidos pelos poderes que deles se servem. O manual escolar apresenta-se como um «condensado da sociedade que o produz: é histórica e geograficamente determinado»; «repousa numa procura que emana» da sociedade e exerce «sobre ela um poder»¹⁷.

Os livros escolares permitem compreender a natureza dos saberes validados; conhecer as ideias e os valores que veiculam (e que silenciam); identificar as concepções pedagógicas e didácticas. O manual «constrói e substitui o olhar, o pensar e o dizer (...). Mediatiza

¹³ CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires...*, p. 19-20. De forma mais ou menos dissimulada, reflectem o meio (social, cultural e político) em que os seus autores estão inseridos: estes não seriam mais do que intérpretes de certas facções das classes dirigentes (Jacqueline Freyssinet Dominjon) – ver, a propósito, RIEMENSCHNEIDER, Rainier – «La confrontation internationale des manuels. Contribution au problème des rapports entre manuels d'histoire et mémoire collective». In: Moniot, Henri – *Enseigner l'histoire. Des manuels à la mémoire*. Berne: Peter Lang, 1984, p. 133; cf. SERRANO, Clara Isabel – «Manuais escolares: «a ponte e a porta» da vida e da cultura». In: Revista de *Estudos do século XX*, «Cultura: imagens e representações», n.º 8, 2008. Coimbra, CEIS20, pp. 247-259, p. 251.

¹⁴ MATOS, Sérgio Campos – *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 48; cf. cap. 3: «Os livros escolares – linguagem e ideologia», pp. 48-83.

¹⁵ BRITO, Ana Parracho – «A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões». In: *Manuais escolares...* pp. 139-148, p. 139.

¹⁶ BENITO, Agustín Escolano – In: ESCOLAR, Hipólito (dir.) – *ob. cit.*, pp. 345-347. A atribuição de «objectivos de formação moral e patriótica» detecta-se desde a antiguidade. Mas é a partir do séc. XIX, com a vitória do liberalismo que o ensino da História se reafirma no «estabelecimento da nascente e necessária educação nacional» – PROENÇA, Maria Cândida – «Introdução». In: PROENÇA, Maria Cândida (coord.) – *Um século de ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 7.

¹⁷ CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires...*, p. 18; «L'histoire des manuels scolaires: une approche globale». In: *ob. cit.*, pp. 1-16; ver PINTASSILGO, Joaquim – «A República e o ensino da História». In: PROENÇA, Cândida – *ob. cit.*, pp. 53-74, pp. 56-57.

a interpretação da realidade». Há «uma aparente paradoxalidade: informa quanto a princípios orientadores, mas dilui-os e pode mesmo ocultá-los». A sua autoridade (acrescida) resulta do facto de valorizarem e prescreverem «como verdade e como ciência determinado conhecimento» (embora marginalizem e silenciem muitos saberes). «Não apenas contém um critério de verdade como ele próprio representa e é interpretado como sendo a verdade»¹⁸. A recente historiografia tem colocado questões importantes que respeitam essencialmente aos livros de História e a outros que são susceptíveis de serem ideologizados (de leitura, de moral, de civismo...) Entre essas questões, conta-se a de saber até que ponto o manual é, como sugerimos, «um objecto cultural autoritário»¹⁹.

Eles foram, desde sempre, um objecto datado (determinado historicamente). São o produto de grupos sociais que (também) buscam «perpetuar as suas identidades, os seus valores, as suas tradições, as suas culturas»²⁰. Os manuais, em que «se cristaliza um saber considerado socialmente útil», constituem um poderoso veículo de expressão da memória. Devem ser encarados como um «lugar de memória», como «o repositório de um conjunto de representações míticas e simbólicas que fazem parte de uma determinada consciência colectiva»²¹. Nesta linha, talvez se possam considerar, também, como mais um elemento de «panteonização», entre outros (de natureza material e imaterial) que as sociedades têm instituído. À sua maneira, «memoram», rememoram, visam combater o esquecimento (e a morte); guardiães de memórias, ajudam a (re)produzi-las e a (re)configurá-las. Ao serviço das memórias, que as diversas ideologias e os distintos regimes desejam conservar, os «heróis»/protagonistas e os acontecimentos «panteonizados» vão ganhando tonalidades diferentes²².

¹⁸ Ver MAGALHÃES, Justino Pereira de – art. cit.. In: *Manuais escolares...*, pp. 279-301, pp. 283-285.

¹⁹ As escolas (formais) nascem e mantêm-se à sombra das «Igrejas»; resquícios desse «carácter sagrado» ajudam a explicar a autoridade atribuída à Escola e, por extensão, aos instrumentos de ensino. O processo de escrita dos manuais «envolve sempre um discurso em que a dissimulação, a aparência de uma certa objectividade parecem desempenhar um papel essencial»; «o discurso pedagógico tende a erigir-se num discurso universal e absoluto». Dissimulam a própria relação com o poder instituído de que dependem. «Escondem a sua historicidade» e, nesse sentido, como quer Michel Certeau, impõem «uma não-história»-ver MATOS, Sérgio Campos – *ob. cit.*, p. 48, pp. 51-52, pp. 63-64.

²⁰ São um «*espaço de memória* no qual se objectivaram (...) os programas da cultura escolar de cada época, as imagens dominantes na sociedade que os produziu e utilizou e os modos de apropriação das disciplinas académicas» – BENITO, Agustín Escolano. In: *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, p. 15. Veículos de transmissão dos «sistemas de valores e dos discursos que legitimam os grupos dominantes da sociedade» – CHOPPIN, Alain – «Introduction», *Histoire de l'Éducation* (58), 1993, p. 5. (São também «influenciados», na sua concepção, pelos poderes fáticos...).

²¹ MATOS, Sérgio Campos – *História, mitologia, imaginário nacional...* – apud PINTASSILGO, Joaquim – art. cit., pp. 56-57. No caso dos manuais (História, Leitura, Educação Cívica), a memória quer-se identificada com a memória da nação – RADICH, Maria Carlos – *Temas de história em livros escolares*. Porto: Afrontamento, 1979; ver MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e sociedade no Portugal de Salazar. (A escola primária salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Presença/GIS, 1978; MATOS, Sérgio Campos – «O manual de história como lugar de memória». In: *O estudo da História. Boletim da APH*. Lisboa, 1988-1989, III série, n.ºs 7/8/9, p. 134.

²² Uma dimensão a explorar é a da *iconografia*. Enquanto os historiadores das mentalidades não conferiram às representações icónicas o estatuto de fontes de investigação, o universo das imagens foi subestimado. As ilustrações dos textos despertaram o interesse dos analistas, a partir do «uso» que alguns

Justino Pereira de Magalhães conclui que, no processo de escolarização (para os séculos XVIII, XIX e XX), o seu estatuto oscilou «numa dialéctica triangulada». A 1.^a fase «arrasta-se até ao terceiro quartel do século XIX»: o manual «identifica-se com a escola, como método e disciplina e posteriormente como enciclopédia»; a 2.^a marca os finais de Oitocentos e a I República: constitui «uma iniciação, uma conceptualização, uma remissão»; a 3.^a marca o Estado Novo até à década de sessenta («quando se observa uma progressiva tensão sobre o livro único»): o manual, «enquanto livro único constitui-se como uma antropologia, uma visão total e organizada sobre o mundo»²³.

No final do Antigo Regime, «sob o primado das Luzes, escola e manual escolar sobrepõem-se; uma situação que se altera no decurso do século XIX, à medida que o sistema escolar se estrutura e que a função da leitura se autonomiza e reforça face aos métodos catequísticos tradicionais. (...) Cumpre uma função enciclopédica, contendo todas as matérias...». Destaque para o livro de Emílio Aquiles Monteverde, *Manual Encyclopedico para uso das Escolas d'Instrução Primária* (Imprensa Nacional) que foi, provavelmente, o mais utilizado no decurso do século XIX. (Entre 1838 e 1879 conheceu mais de uma dezena de edições; inquéritos da inspecção, de 1863 e 1875, revelam que era utilizado em muitas escolas)²⁴.

Um momento importante e marcante: a reforma de Jaime Moniz (1894-95) — com a introdução de modelos graduados cíclicos — reflecte, em consonância, a preocupação de aprovar manuais gradativos (progressivos e concêntricos com uma maior diversidade temática), mas também de os articular em níveis e de os ajustar aos diversos tipos de ensino²⁵. (A República favorece as bibliotecas populares e o livro escolar como iniciação). Na I República, sob influência da Escola Nova, os manuais «são mais realistas no que se refere à lição de coisas (...). O manual reúne de forma estruturada um conjunto de informações, normas e noções básicas, entre as quais se intercalam referências biográficas e descrição das gestas, feitos e acontecimentos da história pátria». (Características estas que, em nossa opinião, já se detectavam, aliás,

autores — como Ariès e Vovelle (nomes ligados à «Nova História») — fizeram dos materiais icónicos e a partir da revalorização que a semiologia fez da retórica iconográfica — BENITO, Agustín Escolano — «Texto e iconografía. Viejas y nuevas imágenes». In: BENITO, Agustín Escolano (dir) — *Historia ilustrada... De la posguerra a la reforma educativa*, pp. 125-147, pp. 143-144; ROTGER, António Petrus — «Tecnologia del libro escolar tradicional...» In: *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, pp. 101-121.

²³ Esta dialéctica («evolutiva, mas também recursiva...») pode ser referenciada ao enquadramento legal e à história da escola... Art. cit.. In: *Manuais escolares...* p. 286. Ver ADÃO, Áurea — *Estado absoluto e ensino das primeiras letras*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

²⁴ Começa «com um tratado sobre ensino da moral, na forma de catecismo. É um vasto conjunto de deveres relativamente a toda a sociedade, incluindo os mais próximos, os superiores, os pares e os inferiores. Uma visão de mundo hierarquizada e estática». «A lição de coisas é apresentada sob uma lógica de história natural». (Tinha na base o *Methodo Facilimo*) — MAGALHÃES, Justino Pereira de — art. cit., pp. 285, 292. (A edição que consultámos data de 1870).

²⁵ Sobre esta reforma ver: Ó, Jorge Ramos do — «A reforma de Jaime Moniz (1894-95). A construção do ensino liceal de características modernas em Portugal». In: *Educação contemporânea... Estudos do século XX*, n.º 6. Coimbra: CEIS20, 2006, pp. 77-93. «Os manuais escolares apareceram no final do século XIX e nunca mais saíram do ensino secundário...». (Era preciso criar uma «verdade de conhecimento», distinta da verdade que a ciência falava).

em manuais dos fins da Monarquia e que prosseguem, como traços significativos, depois da queda da República). A iniciação à leitura foi objecto de algumas experiências metodológicas mais ou menos inovadoras e ousadas²⁶.

«O progressivo reforço da identidade entre instrução e escolarização, nas primeiras décadas do Estado Novo, tendo por objectivo uma lógica basista e minimalista da escolarização elementar, convertem o manual escolar em livro único e numa verdadeira antropologia»²⁷.

Sobre a correlação entre a valência «científica» e a axiológica, conclui: «No período de dois séculos de literatura escolar (...), a centralidade dos temas focalizados na relação entre conhecimentos de coisas e informação/formação de princípios, normas e valores, evolui para uma maior prevalência destes». No Estado Novo os manuais revelam-se «mais consistentes e orientados no plano ideológico, no plano axiológico (...)»²⁸.

O manual é um objecto complexo: devido aos contributos que congrega; às funções múltiplas que desempenha e às modalidades de exploração; ao seu estatuto ambíguo e ao seu carácter de «objecto cultural autoritário». Choppin, ao caracterizar o livro escolar, descreve-o como um «objecto multifacetado» — «os seus aspectos são diversos, as suas funções são múltiplas, o seu estatuto ambíguo» — «que respeita ao mesmo tempo às ciências políticas e económicas, à pedagogia, à sociologia, à edição; à Igreja, etc.»²⁹.

O estudo dos manuais não se compadece, como nota Pierre Caspard, com análises superficiais. As «evidências» podem levar a conclusões precipitadas. Tem que se contrariar, por exemplo, a tendência para associar e identificar, exclusivamente, determinados ideias e valores (que os livros veiculam) com um dado grupo social. É assim que a apologia do valor do trabalho e de outros valores que envolvem a família, não é exclusiva, como por vezes se faz crer, da ideologia burguesa. É que não encontramos, em princípio, em nenhuma época, obras pedagógicas (formais) que preconizem e publicitem a preguiça

²⁶ MAGALHÃES, Justino Pereira de – art. cit., p. 289, pp. 292-294.

²⁷ «O manual escolar ordena e permite a interiorização de uma visão sobre o mundo (...), antropologiza o leitor e o aluno» – Idem, *ibidem*, p. 286. O autor passa em revista uma série de manuais (de 1722 até 1973) – pp. 290-294.

²⁸ Com o Estado Novo, «as noções de coisas são relativamente secundarizadas, cedendo lugar ao simbólico e a uma progressiva abstracção e generalização de noções, princípios e valores» – idem, *ibidem*, p. 296. Para além das obras já citadas – sobre funções, estatutos, evolução e história dos manuais -, ver os estudos pioneiros de: BIVAR, Maria de Fátima Bivar (M^a Velho da Costa) – *Ensino Primário e ideologia*. Lisboa: Seara Nova, 2^a ed., 1975; RADICH, Maria Carlos – *ob. cit.*; MÓNICA, Maria Filomena – *ob. cit.*. Ver ainda: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Ed. Notícias, 2^a ed., 2000, pp. 237-291, pp. 257-276; PINTASSIGO, Joaquim – *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998; CARVALHO, Maria Manuela – *Poder e Ensino. Os manuais de História na política do Estado Novo (1926-40)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. FERRER, Alejandro Tiana (dir.) – *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*. Madrid: Univ. Nacional de Educación a distancia, 2000; TORRAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989; MATOS, S. Campos – «O ultranacionalismo da memória institucional». In: REIS, António (dir) – *Portugal contemporâneo (1926-1958)*, vol. IV. Lisboa: Alfa, 1990, pp. 339-348.

²⁹ CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires...*, pp. 5-15. Ver CASPASRD, Pierre – «De l'horrible danger d'une analyse superficielle des manuels scolaires». In: *Histoire de l'Éducation*, n.º 21, Janv. 1984. Institut National de Recherche Pédagogique, pp. 67-74.

e a imprevidência. Parece haver, por conseguinte, eixos ideológicos e axiológicos que integram o que se pode designar por uma *educatio perennis*³⁰.

Não se perca de vista a transversalidade dos diversos assuntos e conteúdos — que se presta às mais variadas e díspares análises temáticas — que, através dos tempos, têm vindo a integrar os manuais³¹. A propósito de ideários e valores que se podem manter — embora com colorações e conotações diferentes, dado que os contextos se alteram —, por longos períodos e em vários sistemas, podemos referir, por exemplo, a *pax ruris* e o culto do nacionalismo³².

Pelo que se sugeriu, o manual pode ser visto «como objecto fabricado, como suporte de um conteúdo educativo, como utensílio pedagógico, como produto institucional ou como veículo de uma ideologia, de um sistema de valores, de uma cultura»³³. Ao tentarmos lançar luz sobre as pistas e informações que os manuais podem fornecer, compreende-se melhor o seu reposicionamento no âmbito da investigação e o seu valor como objectos de análise e de estudo. A problemática da manualística diz respeito a diversos campos e áreas: inventariação e sistematização; produção, adopção, controlo e circulação; definição, caracterização e representação; recepção e apropriação. Os múltiplos olhares, de que são alvo, permitem avaliar os estatutos, as funções e as influências (reais e/ou potenciais) que lhes são atribuídos.

Para além das razões já aduzidas, «o súbito e generalizado interesse, pelos manuais da escola de ontem, deve associar-se a motivações relacionadas com a renovação nos processos de fazer história da educação ...»³⁴. Estes historiadores — centrados no exame dos discursos teóricos e políticos e nos processos de implantação dos sistemas

³⁰ Ver CASPASRD, Pierre – art. cit., pp. 69-70.

³¹ São muitos os estudos que têm como objecto temas transversais de índole muito diversa: cultural, científica, histórica, pedagógica... Para além dos exemplos já referidos, ver, *v.g.*: TORRALBA, Luís Reis – «Espanha vista na escola salazarista». In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre e TELO, António José (coords), *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*. Serie estudios portugueses, n.º 19, pp. 37-58; MONTEIRO, Augusto José; RODRIGUES, Maria da Glória – «A imagem de Filipe II na historiografia escolar portuguesa nos séculos XIX e XX». In: *O estudo da História: Espanha e Portugal...*, Revista n.º 2. A.P.H., 1997, pp. 119-138; SANTOS, Mariana Lagarto – «A formação da mentalidade colonial. Representações do Portugal ultramarino em livros de leitura». In: *Portugal. Revista de História das Ideias*, vol. 28. Coimbra: 2007, pp. 357-390.

³² Nos manuais de leitura e de história (e de educação moral e cívica) há uma valoração do universo rural que vem de longe; mantém-se mesmo quando o desenvolvimento económico, a malha social e até a «mentalidade colectiva» parecem não o justificar. As razões dessa presença podem não ser as mesmas (prosegue nos livros actuais por motivos ecológicos). Atente-se, *v.g.*, na permanência dos discursos sobre o patriotismo e o nacionalismo: o «exacerbamento do nacionalismo» – detectável nos programas de 1895, 1918 e 1936 – coincide com os conflitos em que Portugal, directa ou indirectamente, interveio: *Ultimatum*, Grande Guerra e Guerra Civil de Espanha – ver MATOS, S. Campos – *História, mitologia, imaginário nacional...*, pp. 25-27, pp. 38-39, p. 123.

³³ CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires: histoire et actualité* – apud PINTASSILGO, Joaquim – art. cit. In: *ob. cit.*, p. 5, pp. 56-57.

³⁴ BENITO, Agustín Escolano – «Introducción». In: *Historia ilustrada... Del Antiguo Regimén a la Segunda República*, pp. 13-18, p. 14; In: ESCOLAR, Hipólito (dir.) – *Historia ilustrada... La edición moderna. Siglos XIX y XX.*, pp. 346-347. A historiografia do manual (tal como a do livro) «tem-se desenvolvido a partir de três grandes linhas de orientação: uma entrada pela história económica e social; uma entrada a

educativos —, só em datas recentes, depararam com o significado dos textos dos manuais, ao ocuparem-se da «arqueologia material da escola»³⁵.

Os manuais situam-se dentro do vasto campo de textos normativos; transmissores de «valores afectivos, estéticos, sociais, intelectuais e espirituais», o seu interesse aumenta porque «fornecem elementos de leitura e descodificação do real»³⁶. Devido à complexidade da sua natureza, às suas múltiplas dimensões, à riqueza e diversidade dos seus conteúdos, às suas potencialidades, «o livro escolar constitui quer um objecto, quer um documento privilegiado da pesquisa historiográfica». Os ângulos de abordagem são variados: podem ser examinados como produto editorial com identidade própria; a sua análise é imprescindível para «uma história geral do livro» e, como vimos, para a «compreensão da história da educação» (do «quotidiano escolar»...); podem ser tratados, ainda, como objectos de «uma sociologia da cultura» (objectos culturais politicamente intervencionados). Podem ser abordados sob diversas perspectivas (que são complementares): histórica, tipológica, económica, editorial, institucional, comparativa. «Constituem um dos materiais mais ricos que o historiador pode explorar»³⁷. O interesse que despertam, explica-se por motivos relacionados com a renovação dos processos de fazer ciência em áreas disciplinares que os «elevaram» a fontes documentais e objectos de estudo. É o que acontece com historiadores (da educação, do movimento campo das «mentalidades», da cultura, das ideias), pedagogos, antropólogos, sociólogos. Como fontes susceptíveis de explorações múltiplas e de olhares cruzados, que possibilitam seguir pistas variadas, são muitos os problemas, de ordem técnica e metodológica, que os manuais levantam no seu estudo.

3. Livros de leitura: saberes e ideologia...

3.1. Dos livros de leitura...

Investigações recentes têm realçado a importância dos *livros de leitura* na escola primária. A escola elementar (definida para todos) não apresenta, no século XIX, grandes pretensões educativas: mesmo no ocaso desta centúria, pouco se ia além da

partir de uma etno-história do livro; uma entrada a partir da história cultural» – MAGALHÃES, Justino Pereira de – art. cit., p. 279.

³⁵ Cartilhas e livros de iniciação reflectem os métodos utilizados no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, melhor que outro testemunho. Os manuais marcam mais a prática lectiva do que os programas – ver BENITO, Agustín Escolano. In: ESCOLAR, Hipólito (dir.) – *Historia ilustrada del libro español. La edición moderna. Siglos XIX y XX*, pp. 345-348, p. 346; ver bibliografia que comprova o interesse pelos manuais (p. 368).

³⁶ BRITO, Ana Parracho – art. cit.. In: *Manuais escolares...* pp. 139-148, pp. 139, p. 142, pp. 145-146. Ver ALMEIDA, Miguel Vale de – «Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo». In: O'NEILL, Brian Juan e BRITO, Joaquim Pais de (orgs.) – *Lugares de Aqui. Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»*. Lisboa: D. Quixote, 1991, pp. 245-261, p. 247. Da «aparelhagem conceptual», a que se pode chamar Cultura, interessam, sobretudo, os «níveis ideativos» (conhecimentos, valores, crenças, «como corpo de ideias que ao mesmo tempo agem sobre a vida real e a reflectem») – p. 247.

³⁷ CHOPPIN, Alain – «L'histoire des manuels scolaires: une approche globale». In: *ob. cit.*, p. 1, 2, 16; art. cit.. In: *Manuais escolares...*, p. 14. Os manuais devem ser vistos no seu ambiente global (institucional, económico, editorial e pedagógico).

«leitura» e da doutrina sagrada. Certo é que a «leitura», em Oitocentos e Novecentos (mesmo quando o currículo se alarga, ou talvez por isso...), se converteu «num eixo “vertebrador” da prática escolar»³⁸. Modo privilegiado de acesso ao saber, foi considerada «um elemento educativo e didáctico de primeira ordem e não somente uma aprendizagem instrumental»³⁹.

Em 1934 manifestava-se a consciência da importância da língua: «é ainda o mais rendoso instrumento educativo, porque por ela se realiza o comércio das ideias e dos sentimentos»⁴⁰. Anos depois, na Observação dos Programas (aprovados em 16 de Julho de 1968), frisa-se que o seu «ensino — bem compreender, bem falar, bem escrever — sobreleva o de qualquer das outras matérias do programa. (...) Para além dos seus fins específicos, o ensino da língua portuguesa deve ser considerado como *excelente meio educativo* e como vínculo de unidade nacional». Estes paradigmáticos documentos são elucidativos acerca dos «poderes» atribuídos à língua: base essencial de conhecimentos, cimento de unidade, elemento de identidade — «*rendoso instrumento educativo*», ao serviço da inculcação de ideias, valores e sentimentos.

Destas potencialidades da língua resulta, no contexto da escola primária, o lugar central que as obras, que visam (especificamente) o seu ensino, ocupam como veículo de saberes — variados, básicos e úteis — e de mensagens ideológicas e catequéticas⁴¹. Em alguns destes manuais, claramente sesgados para a difusão do ideário do regime que servem, adensam-se os estereótipos ideológicos. Os livros de leitura contam-se, porventura, entre os manuais mais ideologizados... Pelas suas características, multifuncionalidade e centralidade, conheceram uma utilização intensiva (que, por sua vez, lhes acentua a importância). Ocuparam, no quotidiano escolar, um espaço imenso e tiveram até uma presença hegemónica e exclusivista⁴². Fizeram as vezes de outros livros

³⁸ Por ela e com ela, os alunos recebiam uma boa parte da sua bagagem educativa e cultural – FERRER, Alejandro Tiana – «La lectura como eje vertebrador de la practica escolar: una perspectiva histórica». In: *Manuais Escolares...*, pp. 35-53, pp. 35-36. Ver: PAULO, João Carlos – «A ensinar como um mestre» – manuais e organização da cultura escolar em perspectiva histórica». In: *Manuais Escolares...*, pp. 355-365, pp. 360-361.

³⁹ FERRER, Alejandro Tiana – *ibidem*, pp. 36-37. Estas considerações colhem, também (e especialmente), para os manuais de leitura (de utilização intensiva) – base de aprendizagens múltiplas, que têm um carácter genérico – e não apenas para colectâneas de textos destinados a leituras extensivas e complementares. Em Portugal, antes do Estado Novo (fins da Monarquia, I República), recorria-se frequentemente a estas últimas obras.

⁴⁰ Circ. de um director-geral: «Escola Portuguesa» (13.12.1934) – In: MÓNICA, M.ª Filomena – *ob. cit.*, p. 284.

⁴¹ As lições participam de vários modelos: *apologético, catequístico, enciclopédico; lúdico*. Atente-se nas funções dos seus níveis de estruturação (discursivo, narrativo, actancial, ideológico...) e nas dimensões declarativa, processual e representativa – SOUSA, Maria de Lourdes Dionísio de – «Níveis de estruturação e dimensões de transmissão dos livros de português». In *Manuais escolares...*, pp. 495-505; BARBEIRO, Luís – «Funcionamento da Língua: as dimensões activadas a partir dos manuais escolares». *Ibidem*, pp. 99-110, p. 108. No programa de Língua Portuguesa (M.E. – DGEBS, 1991) é conferida à escrita o estatuto de conteúdo fundamental.

⁴² Como veremos, os «livros únicos» do Estado Novo, para a escolaridade obrigatória, são o exemplo mais acabado de livros (de leitura) que se revelaram excludentes. O regime de «livro único» teria vigorado de 1895 a 1905 (reforma Jaime Moniz), no contexto de um «projecto de socialização política nacionalista, não sectária»; agora (em 1936) surge no contexto de um programa «nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária» – MATOS, Sérgio Campos – *História, mitologia, imaginário nacional...*, pp. 62-63.

escolares, em especial dos de moral, de educação cívica e de história. Não perderam (mesmo nos dias de hoje) algumas características «enciclopédicas», herdadas de Oitocentos (e do Antigo Regime): continuam a manter um carácter compósito e heterogéneo. Estão entre os materiais didácticos de mais largo «alcance social».

O papel destas obras deduz-se, também, das capacidades para divulgar matérias de outras disciplinas... No Programa de História (16 de Julho de 1968) da 4.^a classe pode ler-se: «as matérias indicadas no programa terão o seu complemento no livro de leitura, onde serão incluídos textos narrativos de episódios exemplares das figuras mais significativas do passado» (Portaria 23 485).

3.2. Continuidades e inovações

Na dialéctica entre permanências/continuidades e evoluções/inovações (entre o «tempo longo» e o «tempo breve»), não se pode cair em «critérios pautados por meras mudanças de regimes» para periodizar, por exemplo, «a história das ideias políticas, ou fenómenos como o nacionalismo». (O mesmo poderíamos dizer a respeito dos fenómenos culturais...) Em suma, e como acentua Fernando Catroga, «não se pretende negar a existência de transformações, mas dizer que, se o modelo evolucionista é insuficiente, também o descontinuista o é»⁴³.

São muitas as continuidades que, reflectindo inércias e permanências (sociais, culturais, mentais), se detectam nos compêndios escolares. É assim que «os manuais de história, como os de outras disciplinas, publicados nos anos subsequentes à implantação da República pouco se distinguem dos seus antecessores»⁴⁴. (E há livros que, provenientes da Monarquia, são «republicanizados»). Há obras, oriundas da República, que continuam a ser utilizadas depois de 1926, porque os manuais republicanos já tinham um «acentuado carácter nacionalista, que, com o colonialismo, é bem identificativo da cultura republicana...», e porque, numa primeira fase (1930-1936) do regime autoritário, houve, como nota António Nóvoa, «uma difícil substituição de legitimidades» no que toca à organização e às matérias de ensino⁴⁵. Mas, estes traços (patrióticos), que se vão manter, conhecem um exacerbamento com Carneiro Pacheco (1936-1940). As reformas do ministro⁴⁶ passam também pelos compêndios.

Ver, deste autor, o excelente artigo, «Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista». In: *Clio*, nova série, vol. 2. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 85-107. (Contém muitos dados sobre o controlo e vigilância dos manuais).

⁴³ Conclusões? In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís (coords) – *ob. cit.*, pp. 523-524. Para conceitos ainda fundamentais da análise histórica – estrutura, conjuntura; tempo longo, médio, breve; longo prazo e curto prazo – ver VILAR, Pierre – *ob. cit.*. É preciso atentar nos ritmos evolutivos e nas sincronias e «des-sincronias» (desfasamentos) dos múltiplos componentes e factores (políticos, económicos, sociais, culturais...)

⁴⁴ PINTASSILGO, Joaquim – art. cit., pp. 57-58. Os manuais aprovados anteriormente (em especial na sequência do concurso aberto entre 1908 e 1909) deviam ser «sujeitos a uma muito cuidada revisão e actualizados segundo as novas instituições republicanas» (1910). Por vezes a actualização resume-se a pouco...

⁴⁵ TORGAL, Luís Reis – In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre e TELLO, António José (coords), pp. 37-58, pp. 39-41.

⁴⁶ Abrem verdadeiramente caminho, segundo A. Nóvoa, para «a construção nacionalista da educação». A partir das reformas de Cordeiro Ramos (1929-1930) lançam-se as bases de uma escola apostada na endoutrinação.

Como é óbvio, se os manuais são publicações que comprovam resistências e prolongamentos, também traduzem alterações e mudanças de poder. Aquando das mudanças de regime, deparamos com livros, sobretudo nas disciplinas de História e de Português, que «pressurosamente» substituem as páginas de propaganda por outras tão ou mais servis para com os novos senhores⁴⁷. Um exemplo é dado pelo *Compêndio de História de Portugal* de Alves Grandinho⁴⁸... No ano lectivo de 1973-74, o autor escrevia, entre outros encómios, sobre Salazar: «A obra do Estado Novo é muito vasta. (...) É trabalho contínuo, persistente de um homem de génio, que se consagrou, durante quarenta anos à vida da Nação. Em primeiro lugar salvou-a do abismo (...). Depois encaminhou-a para outros rumos mais elevados material e moralmente, atingindo no conceito dos povos o mais elevado grau. Graças ao esforço e inteligência do homem que nos comandou, Portugal é hoje citado como exemplo digno de ser imitado. Negá-lo, seria negar o calor do Sol» (pp. 227-228). Em 1976 (4ª ed., revista e aumentada) desaparecem os elogios a Salazar e numa nova rubrica, intitulada «Decadência do Regime», o autor descobre que «as características anti-democráticas do Estado Novo foram sentidas ao longo de 40 anos de governo de Salazar não só na forma ditatorial como governou, mas também nas instituições fascizantes que criou (...)»⁴⁹.

Num texto forçosamente sucinto (por força das circunstâncias é muito o que silenciámos), vamos fazer breves referências a conteúdos e dimensões ideológicas (reflexo da sobredeterminação ideológica e política que condiciona as obras escolares) de alguns livros de leitura que têm sido objecto dos nossos estudos.

3.2.1. *Dos fins da Monarquia e da I República*

Começamos por aludir à presença tutelar de João de Deus... A 1.ª edição de *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura...* sai no Porto em 1877 (com a data de 1876). A oposição à Monarquia fez da *Cartilha* uma bandeira na luta pela «democratização» do ensino⁵⁰. Em 1896 (uma das edições que utilizámos) constava de duas partes: a 2.ª (que nos interessa) constituía um «livro de leitura» (complementar) com textos corridos. Intitulava-se: *Arte de leitura. Segunda parte. Os deveres dos filhos. Tradução por João de Deus (com aprovação do Governo)*; incluía, também, um conjunto de poemas com o título «Grinalda Poética» (pp. 133-146). Os textos haviam sido traduzidos (e adaptados?) de uma obra francesa. A outra versão, que privilegámos, data de 1921.

⁴⁷ Helena Matos – «Os livros do poder». In: *Público*, 30.09. 2008. O proselitismo «não se esgota nas disciplinas tradicionalmente afectas à propaganda como a História» (ver áreas de Geografia e de Ciências...)

⁴⁸ 3.ª ed.. «Para uso dos candidatos aos exames de admissão às Escolas do Mag. Primário». Braga, Livraria Cruz, 1973 – «Sétimo Período» (pp. 224-235).

⁴⁹ Prosseguem as invectivas (pp. 226-227). Mas há mais: no programa da I República, que tanta antipatia lhe provocara, descortina (em 1976) a inclusão de «princípios socializantes altamente avançados para a época ...».

⁵⁰ Ver CATROGA, Fernando – «Os caminhos polémicos da geração nova». In: MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. V. Círculo de Leitores, 1993, pp. 569-581, p. 581; ALAÍZ, Vítor – «Deus... João de». In: NÓVOA, António (dir.) – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Ed. Asa, 2003, pp. 465-466.

Tinha sido «republicanizada» em 1912. O «livro complementar da arte de ler» intitula-se agora *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura. Segunda Parte* (tem apenas 64 páginas). Desta versão «republicanizada» já não constam, por conseguinte, o título (*Os deveres...*) e a indicação *tradução por...*⁵¹. A «republicanização» traduziu-se, para além de lições suprimidas e simplificadas, no corte de passagens e de textos de (manifesta) inspiração religiosa. Na edição de 1921 não constavam, por exemplo, poemas como: *O operário*, que acabava a pedir «por amor de Deus...»; *Mãe do céu*; *Salve Rainha*; *Hino à Virgem e Cristo*⁵².

Esta *Segunda parte* contém mensagens dirigidas essencialmente ao sentimento.⁵³ Celebra-se, acima de tudo, o amor filial e o amor fraternal. O trabalho e o estudo, essenciais para a promoção social, são as grandes «armas» dos desfavorecidos. *Valentim* (1921:34; 1896: 52) — em 1921 apagam-se deste texto todas as referências religiosas — que vivia numa aldeia de França, órfão de pai, conseguiu tirar um curso superior em Inglaterra. Histórias singelas e comoventes, que sofrem (por vezes) de excesso de sentimentalismo, colhem o seu húmus num universo miserável, povoado de casos sociais graves⁵⁴.

A *Cartilha* foi muito utilizada no primeiro terço do século XX... Os textos da autoria do poeta conheceram grande divulgação em diversas publicações escolares. (Os seus escritos, de inspiração religiosa, são recuperados após a queda da I República). Muitos compêndios apresentam textos laudatórios que celebram o escritor, o pedagogo e o cidadão.

Dos fins de Oitocentos, destacamos um livro de 1898, que já ia na 11.^a edição — *Leituras escolares. Para uso dos alunos do 2.º grau do ensino elementar (coligidas e anotadas por Arlindo Varella e J. M. Silva Barreto. Adoptadas por decreto de 23 de Out. de 1897)* —, porque nele se consagram diversas áreas temáticas que, no essencial, vão marcar os futuros compêndios. (Pensamos tratar-se de um livro auxiliar, para leituras complementares). As matérias são agrupadas por grandes temas que constam do índice: *Contos e Apólogos; Poesia; Acções e Ditos Memoráveis; Instrução Vária; Moral e Religião; Civilidade; Higiene; História; Geografia; Economia; Ciências Físicas e Naturais*. A secção de *História* conta, entre outros, com textos de Cândido de Figueiredo e de Pinheiro Chagas⁵⁵. Celebram-se as campanhas africanas (em *O combate de Magul*, p. 368) que prestigiavam os «portugueses de agora».

⁵¹ Numa nota à *Cartilha Maternal* da 24.^a edição (1912, segunda parte) diz-se: a «*Cartilha Maternal* – primeira parte – passa a ter, desde agora, um novo complemento na *Cartilha Maternal* – segunda parte –, assim mesmo intitulada e para substituir *Os deveres dos filhos*». «Mantém o mesmo espírito educativo dos *Deveres dos filhos*...». A segunda parte, embora se repitam «diversos capítulos dos *Deveres*, é uma selecção, cuidada, de vários originais do autor». (Há alguns textos novos). Fixam-se os textos que chegam aos nossos dias.

⁵² Exemplo de um texto suprimido: *Gratidão devida aos pais* (1896, pp. 3-9), com referências a Deus, não consta da edição de 1921. *Hino de amor* (de «Grinalda poética»), inspirado no maravilhoso cristão, continua a figurar na 1.^a parte. (É também uma «lenda vertida do francês»).

⁵³ «Quanto ao assunto (...) educa: inspira-se nos sentimentos naturais de respeito e amor filial» – edição de 1896, p. 2; ed de 1921, p. 2. (Este breve texto é uma resposta do *tradutor* – como se intitula –, datada de 15.07.1879).

⁵⁴ Esse universo, tão marcante em Portugal, alimenta notáveis criações – obras de Raul Brandão, de impressivo humanismo, onde avulta *Húmus* (1917), precursora de importantes movimentos literários.

⁵⁵ Autores habituais, com Henrique Lopes de Mendonça, nos livros da República que exaltam figuras, valores e factos consensuais para o ideário republicano. Ver nesta linha: *Matança dos cristãos-novos em Lisboa* (p. 338).

Inclui temáticas e conteúdos que se mantêm — sobretudo nos livros das classes finais —, com adaptações, na I República. Antes de 1910, já se tinham imposto teorias e directrizes — do agrado de pedagogos republicanos — que vão marcar orientações pedagógicas futuras e nortear autores de manuais da I República.

De Trindade Coelho, tenha-se em conta, pelo seu programa significativo, a bem organizada (por temas) obra *O terceiro livro de leitura* (Lisboa, 1903)⁵⁶.

O livro de Rita dos Mártires e outro, analisado nas versões de 1909 e de 1912, permite compreender, na sequência do que dissemos, o que se passou com o triunfo do novo regime — o que permaneceu e o que mudou. Da edição «republicana» deste *Livro de Leitura para as Escolas de Instrução Primária. 2.ª e 3.ª classes* — de José Bartholomeu Ritta dos Mártires e António Francisco dos Santos⁵⁷ — já não constam os poemas, da autoria de João de Deus, *Oração do Pobre, Crucifixo, Padre-Nosso, Salve-Rainha* e a poesia *Ave-Maria*. Mantém-se *Benefícios do Cristianismo*, com uma «concepção secularizada do cristianismo» que é visto como precursor dos princípios de Liberdade e de Igualdade⁵⁸, valores caros ao republicanismo. Com o novo regime, os textos religiosos, ainda que da autoria de João de Deus, vão (praticamente) desaparecer... (fig. 1 e 2).

Quanto ao mais, o livro é o de 1909... Textos (muitos deles ficcionais) que fazem a pedagogia do civismo; trechos, no âmbito das *lições das coisas*; páginas com preceitos higiénicos; textos que tratam assuntos relacionados com a cultura, a literatura e as artes. Avulta o carácter pragmático de ensinamentos sobre o mundo rural — a natureza (flora e fauna) está em força — e mensagens para combater as credices, promover a ciência e o progresso⁵⁹.

3.2.2. Na I República...

Para além da utilização da *Cartilha* de João de Deus, houve autores que «criaram» *Cartilhas* e propuseram métodos⁶⁰ para iniciação das crianças (fig. 3 e 4).

⁵⁶ Objectivos paradigmáticos: «Ministrar conhecimentos positivos, educar a razão e o sentimento, arredar a superstição, formar uma ideia exacta das coisas e até dos preconceitos nacionais». Refira-se *Pátria portuguesa* (1906) de João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão; aprov. pelo Gov., como «livro destinado para prémio aos alunos distintos nas escolas de instrução primária» (concurso de 1904). Ver *Livro de leitura para a 4.ª classe*, de Júlio Brandão — «aprovado oficialmente» (1906-1909, 2.ª edição) — mantém a estrutura já consagrada; ver, ainda, o *Livro de Leitura para as escolas de instrução primária*, 4.ª classe (aprov. oficial), de José de Carvalho e Silva, José Nunes da Graça e José Joaquim de Oliveira, 3.ª edição, Lisboa, 1909.

⁵⁷ *Ensino Primário Oficial*, 1.º grau, 1909; 7.ª edição, 1912 — Livraria Aillaud e Bertrand.

⁵⁸ Cf. CATROGA, Fernando — *O republicanismo em Portugal...*, p. 261.

⁵⁹ A lição *O livro* (p. 119) constitui um incentivo à leitura. A obra, «republicanizada», fez toda a República: destina-se em 1921 (48.ª edição) apenas à 3.ª classe («Adoptado oficialmente»); tem outro co-autor, José Nunes Baptista. De António Francisco dos Santos (já inspector), J. B. Rita dos Mártires e José Nunes Baptista: *Leituras. 4.ª classe. Ens. Prim. oficial, 2.º grau*, 18.ª edição (aprov. pelo decr. de 21/11/1910 e pela Comissão Revisora, em 1913); não há textos religiosos; *Inquisição*, p. 180, invectiva a acção da abominável instituição.

⁶⁰ O mais interessante foi o de Manuel Antunes Amor: *Cartilha Moderna. Como Lili e Lulu foram educados no primeiro anno da escola. Methodo legographico analytico-synthetico* (1.ª ed., 1910). Ver: José Maria dos Santos: *Cartilha popular. Sistema racional de leitura* (1912); Domingos Cerqueira: *Cartilha Escolar* (1912).

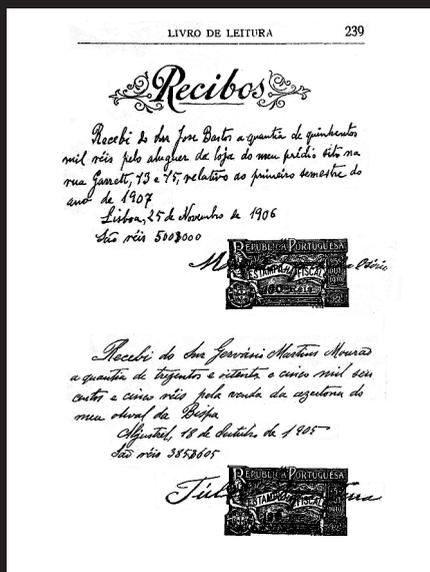
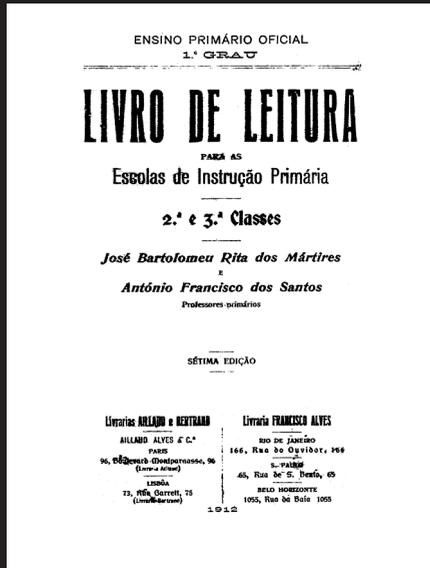


Fig. 1 e 2 – Já sem textos religiosos e ainda com «parte manuscrita»...

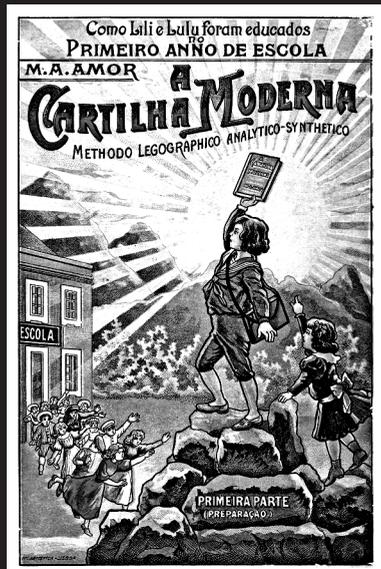


Fig. 3 – *Cartilha escolar* de Domingos Cerqueira (1912)

Fig. 4 – Método «legográfico» de Manuel Amor

Refira-se o *Livro de leitura para a primeira classe*, de Ulisses (Ulysses) Machado. A 14.^a edição, de que nos servimos, foi publicada depois de 1922. Muitos dos textos identificados (com referência à obra e ao autor) são extraídos da marcante «literatura francesa». Quanto à estrutura, impõem-se núcleos temáticos essenciais nestas classes iniciais: a Escola e o aluno, a família.

Leituras modernas. Livro de leitura para a 4.^a classe. Instrução Primária, 2.^o grau,⁶¹ por Júlio de Castro Rodrigues, José Joaquim de Oliveira e José de Carvalho e Silva, é uma obra aprovada no mês seguinte ao da proclamação da República (decreto de 21.11.1910). Apesar da semelhança de «componentes» com alguns antecessores, é um livro mais «republicano» — e um «mapa» para o que havia de vir — já sem textos religiosos e sem autores que (agora) não eram recomendáveis⁶².

Um desvio na rota, para referir *Portugal nossa terra. Educação Cívica* — um autêntico *catecismo* republicano. João Soares e Elísio de Campos⁶³ elucidam-nos sobre a demopédia republicana e sobre o que devia ser a «religião cívica» do «sagrado amor à Pátria». Dão-nos uma «representação republicana» do passado⁶⁴ que transparece (também) em manuais de Leitura e de História (fig. 5 e 6).

3.2.2.1. Manuais de autores marcantes: para uma «oficina de cidadãos»...

A escola, em especial através da instrução primária, devia ser «uma oficina em que se fabrica o cidadão». Os republicanos dão continuidade à educação cívica, que vinha da Monarquia, impondo-lhe um cariz patriótico mais inequívoco. Para colaborarem nesta tarefa, importantes personalidades da cultura investem na produção de manuais.

De Amália Luazes, escolhemos o *Livro de leitura para a 4.^a classe. Ensino Primário oficial*, 2.^a edição, 1916. (*Aprovado pelo Governo da República*, por Decreto de 21.11.1910 e por Decreto especial de 27.09.1916). Aposta, como poucos, na divulgação da ciência e da técnica; na celebração do progresso; na exaltação do espírito racional e

⁶¹ Livraria Portuense Ed., Porto, 1912. Esta 2.^a edição resulta do decreto de 21.11.1910, que determina «uma cuidada revisão» dos livros didáticos anteriores e também da necessidade de actualizar a ortografia (1911).

⁶² Na área «científica» – relatos de importantes conquistas do homem (visto como um ser perfectível) e biografias de inventores. A História inclui temas do agrado republicano. Em *A Inquisição* (p. 207), Andrade Corvo denuncia-lhe as iniquidades. Não podia faltar o amor à natureza (aos animais e às árvores) e a defesa dos ninhos (*Um ninho de passarinhos*, p. 182). Aí está, entre os textos ficcionais, *A neve* (p. 39), de Augusto Gil, que tanto sucesso vai ter. Veja-se, ainda, de José Agostinho: *O meu livro. Livro de leitura corrente*, 1913 (Porto), para a educação de adultos. Temas desta obra – Agricultura, Higiene, Moral, Ed. Cívica, Gov. Doméstico, Vulgarização Científica – integram vários compêndios. Ver ainda para a educação cívica – «cartilhas para o povo» (fins do séc. XIX e começos do XX) de José Falcão (autor de um «best-seller») e de Trindade Coelho.

⁶³ Aprovado por decreto do Governo da República de 20.06.1917, na sequência do concurso (de 04.02.1916) aberto para um livro de «Educação cívica» (destinado «às escolas primárias e normais e educação pós-escolar»).

⁶⁴ É o que acontece, por exemplo, com *A decadência – Inquisição e Jesuítas* (p. 87); com *O Marquês de Pombal* (p. 120) – o mais ousado Marquês da historiografia demoliberal e republicana –, o «grande patriota», o revolucionário «pré-liberal», o «pré-democrata»; com a abordagem de vários temas do século XIX liberal.

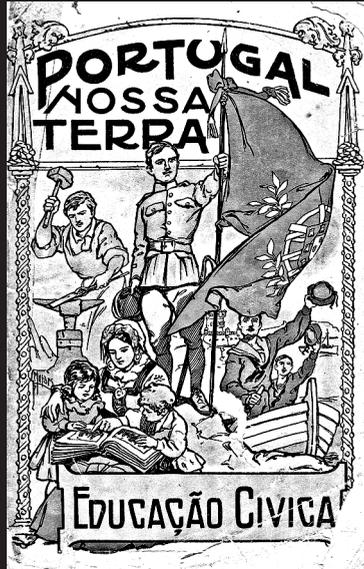


Fig. 5 e 6 – Um «catecismo» republicano

empreendedor. Ensinam-se os valores que deviam nortear o homem republicano: trabalho perseverante, coragem, fraternidade humana, «solidarismo», dádiva, respeito pelo meio-termo (a nova política do *juste milieu*); o cultivo da saúde (do corpo e do espírito). O nacionalismo é alimentado com páginas da História de Portugal. Como em outras obras, *Gomes Freire de Andrade* — que desaparece dos manuais estadonovistas — é celebrado como um excelso herói.

Ao analisar o *Livro de leitura...*⁶⁵ da 4.^a classe — também aprovado em 1916 —, de João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão, concluímos que estamos perante uma obra «republicana» e literária. O livro que é «republicanizado», provém de 1905 (aprov. por decreto de 04.09.1903). Em 1916, já não constam: *Nasceu Jesus; A divina Providência; O que Deus faz é pelo melhor; A alma; A extrema-unção* de Alexandre Herculano; *A morte de Nun'Álvares* de Oliveira Martins; *D. Frei Bartolomeu dos Mártires* de Manuel Bernardes; *O arcebispo e o pastorinho* de Frei Luís de Sousa. É enorme a percentagem de textos literários. Grande parte das figuras «biografadas» provém do mundo da cultura. Na versão de 1905, a História era ensinada com lições de Pinheiro Chagas. Agora, em *Cartas dum avô para um neto*, dão-se quadros históricos que reflectem «visões», representações e ideias construídas pelo ideário liberal e republicano⁶⁶.

Ana de Castro Osório é autora, entre outras obras, de *O livrinho encantador...*⁶⁷ As suas publicações didácticas visam a educação cívica e patriótica das crianças. Nesta obra (*O livrinho*) é claro o intuito de combater as ideias erradas do «povo ignorante», de promover a instrução e o progresso. Há uma aposta na dignificação e na promoção das mulheres.

As obras de Ulisses Machado conheceram, pelo número de edições, uma grande popularidade. Os seus manuais apresentam a peculiaridade de serem aprovados em 1922 (pelo mesmo decreto) e de cobrirem a 2.^a, a 3.^a e as 4.^a e 5.^a classes⁶⁸.

O *Livro de leitura para a quarta e quinta classes da Escola Primária* aborda os temas habituais (ruralidade, higiene, muita história, civismo e patriotismo, ciências e técnicas).

⁶⁵ *Livro de leitura para as Escolas de Instrução Primária, 4.ª classe. Ensino Primário Oficial (2.º grau)*. Organizado por..., Lisboa, 1916. Os temas pouco diferem dos do seu *Livro de Leitura para as Escolas de Instrução Primária, 2.ª e 3.ª classes*, Lisboa (1914).

⁶⁶ A 2.^a carta (p. 59) fala de Lisboa. Não se concretizaram, em nome da racionalização espacial e de teorias higienistas e sanitaristas, os anseios demolidores do neto (que o avô compreende). «O bairro de Alfama foi o que menos te agradou e pareceu-te que todos os seus becos e vielas deviam ser substituídos por jardins, praças e ruas largas e arejadas como as da cidade nova...» Há que ter paciência: «Nem tudo pode fazer-se num dia...». Na educação cívica, volta-se a *Os ninhos* (p. 41): «Como é possível que se esqueça (...) que sempre um ninho (...) representa o amor duma mãe?»

⁶⁷ *Livro de leitura*. Ilustrações de Leal da Câmara. «Aprovado oficialmente, para a 2.ª classe» (1922). Nos poemas e em algumas lições sente-se a oficina criativa da escritora.

⁶⁸ (Aprov. oficialmente pelo Dº do Gº de 30.01.1922). *Livro de leitura para a 3.ª classe do Ensino Primário Geral* (11.ª ed. 1922): muitos temas retomaram, com uma «disposição progressiva», os da 2.ª classe; é grande a presença do mundo rural — em *O ouriço cacheiro* (p. 163) rebatem-se as acusações que lhe são feitas; dos textos «científicos», destacam-se os relativos à Higiene: em *O quarto de dormir* (p. 112) recomenda-se que ninguém deve «defecar nele...» *Livro de Leitura para a segunda classe...* (12.ª edição, 1922) tem bastantes semelhanças com o da 1.ª.

O poema *Os ninhos (Diálogo infantil)*, do professor Manuel Subtil, visa convencer as crianças a não praticarem o que parecia ser um lúdico «desporto» nacional: tirar ninhos (p. 293). Ensina-se história e patriotismo (em versões republicanas). *O combate de Magul* (p. 331) demonstra que as guerras de África, em «terras selvagens», provam a valentia dos «portugueses de agora...» (Os negros «avançam aos gritos e aos pulos como animais ferozes...») ⁶⁹.

Destinado especificamente à Índia, temos o surpreendente *Livro de leitura para as 3.ª e 4.ª classes*, de António Leite de Magalhães, António Alves Prudente e José Benedito Gomes. Em 1926 sai uma «nova edição melhorada e corrigida» (da de 1922). Apresenta pouca «cor local», apesar de, na Introdução (de 1921) se ler que o livro «deveria ser português e indiano».

3.3. Vem aí o Estado Novo...

A «republicana» *Cartilha Escolar (Ler, escrever, contar)*, de Domingos Cerqueira, merece, pelo seu longo percurso, uma alusão. Vinda dos primórdios da República (1912), continua nas salas de aula, mesmo depois de Carneiro Pacheco ter sido ministro (1936-40). Ainda era utilizada, nalgumas escolas, para iniciação à leitura, nos primórdios da década de 50. Não há textos sobre a religião cristã, mas há lições, com pobrezinhos, que ensinam solidariedade e trechos patrióticos (que incitam a «verter o sangue» pela Pátria).

Leituras II classe — um livro «exemplar» — é da autoria da criativa e duradoura equipa encabeçada por Manuel Subtil ⁷⁰. A edição, de que nos servimos, é de 1933. (É um manual que poderia ter «entrado» nas escolas da I República). Ao dizê-lo exemplar, não estamos a avaliar as dimensões pedagógica, literária e estética, que nos parecem apreciáveis. Dizemo-lo assim porque segue os preceitos a que deveria obedecer — segundo os autores — um «livro moderno», concebido de acordo com os princípios da Educação Nova. (Muito elogiado, mesmo fora de portas, por figuras notáveis ligadas a esse movimento). Como «primeiros» (e principais) «centros de interesse» (como aí se diz), ilustrados com inúmeras lições, temos a *família* e a *escola* ⁷¹.

⁶⁹ Mais uma referência: a obra de José Nunes da Graça — *Leituras escolares para a 4.ª e 5.ª classe das escolas de instrução primária* (datadas de 1922). *Ensino Primário oficial* — faz uma leitura muito crítica da religião cristã.

⁷⁰ Os outros elementos: Cruz Filipe, Faria Artur e Gil Mendonça. Aprovado oficialmente, Bertrand (irmãos).

⁷¹ Uma referência para a reformulação do *Livro de Leitura para as Escolas de Instrução Primária, 2.ª e 3.ª classes* (ed. de 1914) — cf. nota 65 —, da autoria de João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão (juntem-se-lhes Câmara Reys e Rodrigues Miguéis, responsável pelas ilustrações). Não se hesita na reformulação, apesar dos seus autores já haverem morrido. (Há mais exemplos destas práticas). O manual é dividido em dois: *O meu livrinho. Leituras para a 2.ª classe* e *O que nós aprendemos. Leituras para a 3.ª classe*. Este, da 3.ª classe que analisámos (2.ª ed.), é provavelmente dos fins dos anos 20 (início dos 30) e já ostenta várias marcas salazaristas. Outros manuais populares: Clotilde Mateus e J. Diogo Correia — *Leituras para a 4.ª classe* (ed. de 1935); *Caminho Florido. Livro de leitura para a IV classe*, Estefânia Cabreira e Oliveira Cabral (1.ª ed. 1933).

3.3.1. Com Carneiro Pacheco: a sagrada (e patriótica) oficina das almas...

A decisiva acção do ministro, na construção dessa escola que devia ser, como Salazar proclamava (em 1934), a «sagrada oficina das almas», também passa pela reforma dos manuais escolares que se tornam mais consequentes nos planos ideológico e axiológico. Em Dezembro de 1936, C. Pacheco escreve a Salazar: «envio-lhe oito colecções de *livros de leitura* que estavam aprovados e contêm já alterações impostas (...). Longe de perfeitos, já são úteis». (São feitas intervenções, com a mesma lógica, nos compêndios de história da escola primária). Os manuais, censurados e modificados com cirúrgicas intervenções, foram o «fiel espelho do endurecer do regime e reflexo das guerras de propaganda»⁷². Destas obras, por vezes oriundas da Monarquia, da responsabilidade de vivazes autores, suprimem-se alguns textos e instila-se (mais) religião, mais patriotismo e mais propaganda doutrinária (para legitimar o regime). A fórmula vai manter-se. Muitos dos que foram intervencionados — em especial os da 4.ª classe — só voltam a ser «tocados» nos anos 60...

O *Livro de Leitura. III classe*, de João Grave, documenta exemplarmente o que se passou. Em 1932 (fora «aprovado oficialmente» em 1929) ainda não se notam as alterações políticas que vão ocorrendo no país. Depois, «autorizado oficialmente para o ano escolar de 1936-1937», é outro livro. (O autor, falecido em 1934, não deu qualquer anuência às alterações impostas...). Suprimem-se algumas lições — que podiam ser consideradas suspeitas — e substituem-se por textos marcados pela ideologia e pela doutrina do novo regime. Onde se lia, em 1932, *O soldado e a corneta* (p. 11) — uma lição pacifista —, passa a ler-se, na versão de 1936-37, um patriótico texto sobre *Mocidade Portuguesa*.

Das novas lições, há um conjunto que glorifica a grande Pátria pluricontinental e a obra do Estado Novo. *Ontem e hoje* (p. 94) celebra a notável restauração e incita à fidelidade. «O avô do Chico adoeceu gravemente e o senhor Professor deu-lhe uma semana de férias para ir à terra ver o avô». Quando regressou vinha feliz com as melhoras do avô e as impressionantes melhorias na aldeia (casas, água, estradas, luz eléctrica, telefone). O professor explica-lhe que deve «tudo isso e muito mais ao Estado Novo (...) que só exige em troca o amor e a lealdade de todos os portugueses». Os problemas dos que tinham fome e frio eram resolvidos com iniciativas como a da «Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno» que distribuía pelos necessitados — de preferência ceguinhas... — abafos e cobertores. Era «mais uma linda obra do Estado Novo» (*A ceguinha já não tem frio*, p. 176). Não deve haver nenhum texto tão envolvente — que tão bem mescle história, pátria e nação — como o extenso *Portugal não é um país pequeno* (p. 177). Em o *General Carmona* (p. 42), António Ferro enaltece a acção

⁷² Ver MATOS, Helena – *Salazar. A propaganda*. Lisboa: Temas e Debates, 2004, vol. II, pp. 141-195, p. 144; «Manual em Estado Novo». In: *Revista do Expresso*, 9 de Setembro de 2000, p. 54-57. O Decreto-Lei n.º 27 279, de 24.11.1936, autoriza o ministro – enquanto não chegasse o «único livro» (para cada classe) – a adoptar «soluções transitórias ...». Sobre toda esta problemática, ver MONTEIRO, Augusto José – «As verdades que convêm à Nação: como Carneiro Pacheco reescreveu os livros de leitura do ensino primário». In TORGAL Luís Reis; PAULO, Heloisa (coords) – *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (Actas). Coimbra: 2008, pp. 255-276.

do Presidente e atribui-lhe um notável papel: «São enormes os dons deste grande Chefe de Estado». Também se introduzem lições de cariz religioso⁷³. (fig. 7, 8 e 9).

Os livros da «*Série Escolar Educação*», que já provêm da I República, são dos mais populares e duradouros.

Na edição de 1937, do *Livro de leitura para a 3.ª classe*, lê-se: «autorizado oficialmente para 1937-38»⁷⁴. A lição *A moral e a instrução cívica* acaba (em 1935) com «Obedecei, pois, às leis e dai a vida pela Pátria» (p. 150); na versão de 1937-38 acrescenta-se — «Amai a Deus sobretudo e ao próximo como a vós mesmos». Nem de propósito: sai *O aldeão malicioso e o demónio* e entra *Salazar* (p. 88), que se quer identificado com o Santo Condestável. «Sempre a Providência permitiu que, na hora crítica, aparecessem homens de boa vontade que (...) conseguiram libertá-lo (a Portugal) das garras que tentavam asfixiá-lo». Salazar também foi salvador. O seu nome «glorioso» é conhecido «em todo o mundo. E quando, daqui a muitos anos, as gerações futuras o pronunciarem, hão-de dizer baixinho, de olhos fitos no altar da Pátria: — Foi um grande Português!»

Ao comparar o *Livro de leitura para a 4.ª classe* de 1933-34, com o «autorizado oficialmente para 1938-39»⁷⁵, vemos que são fundamentalmente dois textos que dão o tom das alterações: *Portugal corporativo* (1938-39: 34) e *A obra do Estado Novo I e II* (p. 178 e 180). Esta lição é, porventura, do conjunto de manuais compulsados, a que mais e melhor propagandeia Salazar. A um Salazar «messiânico», junta-se um Salazar «rebuçado», dotado de espantosas virtudes. «Depois de “arrumada a casa” (...), Salazar volta a sua atenção para as almas. A mesma revolução que ele operara no terreno material, procura agora realizá-la no domínio do espírito (...). Salazar tudo consegue, causando admiração e inveja ao mundo. Portugal está completamente transformado. (...). Sacrifica a sua própria saúde por amor de Portugal e dos Portugueses! (...) Salazar é o chefe ideal: manda com doçura, com autoridade moral e com firmeza. O exemplo da sua vida, voluntariamente obscura, dá-lhe um extraordinário prestígio e uma força sem igual (...)»⁷⁶.

⁷³ Da 30.ª edição de *Leituras II* (já referido), do «grupo» de Manuel Subtil, publicada em 1937, passam a constar vários textos de cariz religioso. Introduce-se também *Um chefe* (p. 76): Salazar, «salvador desta Pátria arruinada», vê exaltadas as suas qualidades. «Este nome há-de ficar em letras de ouro nas páginas da nossa história».

⁷⁴ No rosto lê-se para 1938-1939. Aparece «autorizado» e não «aprovado»; esperava-se chegar rapidamente ao livro único para todas as classes. (Chegámos à data de 1935 pelo registo da Biblioteca Nacional de Lisboa).

⁷⁵ A data de 1933-34 apenas consta do ficheiro da Biblioteca Nacional de Lisboa — *aprovado oficialmente*; na de 1938-39: *autorizado oficialmente* —; o autorizado sugere provisoriedade.

⁷⁶ Livros, de grande divulgação, que foram intervencionados: *Leituras II* (em 1937) de Manuel Subtil e outros; o popular *Finalmente... (Leituras para a quarta classe)*, de Joaquim Tomaz, Chagas Franco e Ricardo Rosa y Alberty, de 1937 (6.ª edição); o popularíssimo *Leituras. IV classe*, da mais conhecida equipa de autores (Subtil e outros) que, depois de 36, se torna um livro «salazarista». Junte-se-lhes: *Leituras para o ensino primário ... Quarta classe*, da autoria dos Pires de Lima — cotejamos uma edição de 1932 com uma *autorizada oficialmente para o ano lectivo de 1936-37* (que vai ser a matriz das que vêm depois). As obras de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista, reformuladas, merecem a Helena Matos uma atenção especial (art. cit.; *ob. cit.*, pp. 203-207). Sobre alterações nos livros destes dois autores, nos da «Série Escolar Educação», nos de Ulisses e nos de Subtil (e outros), ver o nosso citado artigo.

há ninguém que não sinta, que não adivinhe a sua benéfica influência na marcha das coisas públicas. Quando há pouco mais de dois anos esteve doente, em perigo de vida, todos os portugueses, desde o chefe do seu governo até ao mais humilde trabalhador, seguiram com ansiedade a marcha da sua doença, certos já de que a sua desapareção constituiria uma grande perda nacional.

Fora do País, a figura simpática, veneranda do Presidente Carmona é conhecida em todo o Mundo. A fidalguia do seu perfil, o seu rosto de linhas nobres, a sua inteligência e a sua bondade, conquistam, sem esforço, todos os estrangeiros que o visitam e não mais o esquecem.

Grande coração, aristocracia e diplomacia naturais, milagroso bom senso, patriotismo sereno e firme, tais são as qualidades essenciais deste grande Chefe de Estado, que Portugal soube encontrar numa das horas mais belas da sua História.



ANTÓNIO FERRO.

A CÈGUINHA JÁ NÃO TEM FRIO

— Mãi! Ó Mãi! A cèguinha já não tem frio! — gritou Manuela para a mãi que estava à janela para a ver chegar da escola.

Manuela subiu a quatro e quatro os degraus da sua escada e, depois de beijar a mãi, continuou:

— Dei à cèguinha o pão que a mãi me entregou para ela e como a vi bem agasalhada com um rico chaile de lã, perguntei-lhe quem lho tinha dado.

— ¿ E quem foi? ¿ Quem teve pena da pobre vèlha?

— Foi a Junta da Frèguesia, mãi... — e Manuela continuou:

— Parece que o Governõ não quiere que ninguém tenha fome nem frio e por isso mandou distribuir pelos pobres muitos abafos e muitos cobertores. Diz ela que até veio no jornal. ¿ A mãi não leu?

— Li, sim, filha. Ela refere-se, com certeza, à Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, mais uma linda obra do Estado Novo, que não cessa de procurar o bem-estar de todos os portugueses.

PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO

João era um garoto esperto, simpático até, mas nenhum dos companheiros o estimava. À hora do recreio, ficava sòzinho a um canto, silencioso, mal humorado, e o senhor Professor não conseguia ainda perceber a causa de tão estranha hostilidade.

Um dia, antes de começar as lições, resolveu tirar o caso a limpo.

— Ouve lá, João: ¿ Porque andas sempre só e de mau humor? ¿ Porque ficas a um canto, a falar com os teus botões, em vez de correr e de pular como os outros? ¿ Porque foges dos teus camaradas?

— Ele não foge; nós é que fugimos! — gritou, lá do seu canto, o pequeno e endiabrado António.

— ¿ Mas porquê?! Isso é muito feio! — rathou o senhor Professor.

— É que...

— Senhor Professor, éle...

— É um toleirão!

— Diz que...

— Tem vergonha de ser português! — gritou o António com uma tal indignação, com uma voz tam vibrante que os outros sentiram desejos de aplaudir, como no teatro.

— ¿ Tens vergonha de ser português? — perguntou o senhor Professor, fixando-o com uns olhos severos que nunca ninguém lhe vira. — Pode lá ser!

Fig. 8 e 9 — ... já transformado em «livro útil»

3.3.2. Verdadeiras estrelas...

Os «únicos livros» — «a cada classe corresponderá um único livro» com «matérias de todas as disciplinas» (recomendações de 1936, 1937 e 1940) — vão funcionar como «livros únicos»⁷⁷. A utilização destes compêndios, forçosamente privilegiada, foi quase hegemónica.

O livro da primeira classe (1.^a edição, 1941), *O livro da segunda classe* (1.^a edição, 1944) e *O livro de leitura da 3.^a classe* — que sai em 1951 (no rosto: *O livro da terceira classe*) — são manuais cuja realização foi assumida pelo Ministério da Educação Nacional⁷⁸. Cada um deles era *o livro*, como se fosse uma súmula (de todos os livros) e uma «bíblia». Correspondem aos manuais «perfeitos» com que o ministro sonhara...

A estrutura é quase idêntica nos três. Para os manuais da 1.^a e da 2.^a classes: leitura, *doutrina cristã e aritmética*⁷⁹. Para o da 3.^a: leitura — mais enriquecida — e *doutrina cristã*. A educação religiosa, com ensinamentos ortodoxos, é marcante. «Ao contrário dos Livros de Leitura do período da República e dos do período pós-25 de Abril (...), o ensino religioso aparece como parte integrante do ensino da leitura e da escrita»⁸⁰. Muitas lições fazem a apologia da *aurea mediocritas* e da *pax ruris*⁸¹.

*O livro da primeira classe*⁸² é um manual inovador no panorama nacional. É, provavelmente, o mais bem concebido da trilogia. Representa um grande salto qualitativo em relação aos seus antecessores, em especial no que respeita ao arranjo gráfico. São frequentes os conselhos sobre regras e preceitos que deviam ser observados no cumprimento das obrigações para com os familiares, para com o próximo, para com Deus. A família é um «centro de interesse» com *habitat* na maioria das páginas.

⁷⁷ Para muita gente foram os «livros» por excelência. Nostalgia, saudosismo e tentações regressivas, que não aconteceram (e não acontecem) por acaso, levam à sua reedição, a partir dos meados dos anos 80. Ver MONTEIRO, Augusto José — «Heróis do lar, nação católica e rural»: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo». In: Revista de *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), pp. 209-231; MINEIRO, Adélia Carvalho — *Valores e Ensino no Estado Novo. Análise dos Livros Únicos*. Lisboa: Ed. Sílabo, 2007, cap. 7, pp. 221-290.

⁷⁸ Como os livros a concurso não tinham agradado, em 1940 «é autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear (...) uma comissão de pedagogos e artistas» para a sua elaboração — ver Dec. n.º 30 316, de 14.03.1940.

⁷⁹ Decreto n.º 27 882 (21.07. 1937): «com a concentração do texto relativo às disciplinas de cada classe em um só compêndio receberá a criança (...) a ideia da unidade da cultura». (Língua Portuguesa, Moral, Aritmética, Educação Física, Canto Coral). Compreensivelmente, as duas últimas disciplinas tiveram pouco acolhimento.

⁸⁰ ALMEIDA, Miguel Vale — art. cit., p. 260.

⁸¹ A utilização de textos, que incidem sobre a civilização rural, representa uma continuidade que sai reforçada nestes livros dos anos 40 — Ver FERREIRA, António Gomes — «O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário». In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, n.º 3, 1999, pp. 137-153. Ver MOLLO, Susanne — *A escola na sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1979 (França, 1969): surpreendentemente, são muitas as semelhanças com as lições dos manuais de França (mesmo os dos anos 60), no que respeita a conteúdos abordados. Há inércias que pesam... Estes modelos, estes arcaísmos, nos anos 50 e 60, já eram, como acentua Mollo, pouco compatíveis com uma sociedade que se industrializa — cf. pp. 102-105; pp. 79-165, *maxime*, pp. 98-121, pp. 164-165.

⁸² Servimo-nos da 3.^a edição (1944), ed. Domingos Barreira, Porto e da de 1958 (8.^a ed.) que é quase igual à de 1944.

As omnipresentes e exemplares mães — também esposas e «fadas do lar» — são concebidas à imagem e semelhança da mãe de Cristo. As páginas estão povoadas de representações, estereótipos, *clichés*, pré-conceitos (preconceitos) e pré-juízos (prejuízos) sobre o género feminino. Em *Quando eu for grande* (p. 84), várias crianças manifestam os seus desejos: há quem queira ser médico, aviador, padre, lavrador, professora, missionária. Filomena, «batendo as palmas», exclama: «quero ser dona de casa como a nossa mãe!»⁸³

O livro da segunda classe (6.^a ed.: 1958) também insere muitas lições sobre a família e o lar. As meninas deveriam aprender os papéis que lhes competiam... O menino vai aos ninhos. Rasga as calças. A irmã coseu-as... Um raio de sol parecia dizer: «Como são lindas as meninas que sabem costurar!» (*Cuidados de irmã*, p. 8). As meninas «competem dar alegria à casa» (*Alegria na casa*, pp. 15-16)⁸⁴.

O livro de leitura da 3.^a classe (4.^a ed., 1958, Ministério da Educação Nacional) acentua a propaganda. É um texto sobrecarregado de «nacionalismo, ruralidade e sobreposições de história, memória e ideologia»; estaria em «simbiose com a ideologia do regime, com a sua proposta de visão do mundo e da sociedade portuguesa...». Os temas, respeitantes ao país rural, formam um verdadeiro *corpus*. O que surge «como original é (...) a sobreposição, a coincidência entre os valores transmitidos pelo Estado e os valores da sociedade camponesa...»⁸⁵. Não será exagero falar em *felicitas ruris*... Às mulheres mondadeiras, «a labuta não as cansa». «Saem de casa logo de manhã cedo, a rir, como se fossem para uma festa». Cantam todo o dia e quando regressam a casa (*As Mondas*, p. 15). Os ceifeiros também cantam (como no da 2.^a). Depois, narra-se a alegria das vindimas⁸⁶. Em *Orgulho de mãe* (p. 43), Maria da Várzea ensina à urbana D. Arminda — que lamenta a sorte da aldeã — o que é a verdadeira felicidade: «... Os filhos e as canseiras que eles nos dão é que são a nossa riqueza. É por eles que nós somos felizes». Não era, com certeza, um Portugal assim, que certas elites, menos conservadoras — interessadas no desenvolvimento do país —, queriam manter...

Nos textos de história — que não consta dos anteriores —, as presenças de «os Heróis» e dos períodos escolhidos «são em si significativas, mas são-no mais ainda as ausências»⁸⁷ (fig. 10 e 11).

⁸³ Ver ainda: *O pastor* (p. 89) que vive feliz e em perfeita harmonia com as suas ovelhinhas; *A cantina escolar* (p. 68) mostra como o regime contribuía para resolver os problemas das crianças pobres. Várias alusões textuais e (sobretudo) iconográficas à Mocidade Portuguesa: lusitos e lusitas misturam-se com referências aos Chefes. Na letra L: «Viva Salazar!...» Na C lê-se: «Carmona! Viva Carmona! ...». Na 8.^a ed. já se lê: «Vou a casa do Costa! Ouí cantar cocorocó!». (Carmona morreu em 1951).

⁸⁴ «Apresentem-se constantemente alegres e sempre caridosas para seus pais e seus irmãos, e também para os criados, se os tiverem (...) Ajudem sua mãe a tratar dos serviços domésticos e dos irmãozinhos mais novos...». «Por mais humilde que seja a casa, um ramalhete de flores sobre a mesa dá uma nota de alegria». Do mundo rural — que tanto se evoca —, canta-se a alegria com que os trabalhadores agrícolas se entregam aos seus trabalhos.

⁸⁵ Não deparamos, praticamente, «com referências a cidades e ao meio industrial» — Cf. ALMEIDA, M. V. de — art. cit., pp. 249-256 e p. 260.

⁸⁶ Em *Os ceifeiros* (p. 57): «não há trabalho custoso, quando não falta a vontade de trabalhar». *As vindimas* «são o trabalho mais alegre das fainas agrícolas» (p. 73).

⁸⁷ Heróis inevitáveis: p. 95, 107, 125, 141, 143, 153. Não podia faltar a apologia de valores tradicionais (ver, v.g., *A Joaninha*, p. 11). Dos autores representados destaca-se Afonso Lopes Vieira. *Vozes de animais*

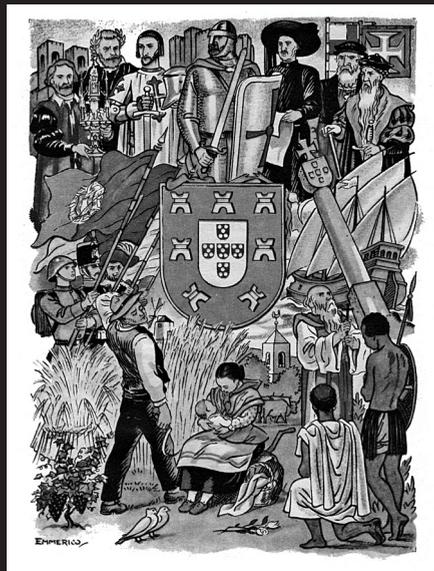


Fig. 10 e 11 – Páginas dos «livros únicos» da 1.ª e 3.ª classes:
os «livros perfeitos» com que Carneiro Pacheco sonhara...

3.3.3. Alguns «corredores de fundo...»

A já referida obra de Rita dos Mártires (e outros) é um persistente e vivaz manual: *Leituras para a 3.ª classe das escolas de instrução primária* conhecia, em 1947, a 60.ª edição⁸⁸. Já tinha sido alvo dos ajustes ditados por C. Pacheco. Cobre um arco temporal que vai de 1898 (há uma edição desta data) até, pelo menos, aos anos 50...

O livro de João Grave (1872-1934), para a 3ª classe, é mais um exemplo elucidativo: proveniente da Monarquia, entra em pleno Estado Novo⁸⁹.

Finalmente..., para a 4ª classe, faz também um longo percurso. Depois de fixado o texto em 1936-37, conhece grande notoriedade, a avaliar pelas edições e pelos anos que se manteve como livro oficial. Nos anos 60 ainda era «aprovado oficialmente»⁹⁰.

Leituras. IV classe — da autoria dessa famosa equipa de manualistas — constitui, porventura, o maior *best-seller* dos compêndios do século XX. Em 1967 já ia na 132.ª edição!⁹¹ (Fig. 12 e 13).

O *Livro de leitura para a 4.ª classe*, da «Série Escolar Educação...», conhece uma enorme popularidade. Vejamos um ligeiro exemplo de alguns dos sintomáticos ajustamentos feitos nos anos 60... A lição *Portugal insular e ultramarino* (p. 16), que consta da versão aprovada em 1961, é uma variante actualizada de *Possessões portuguesas* (p. 37) da edição de 1951. Os 21 milhões de Portugueses vivem «todos sob a mesma bandeira», obedecem «aos mesmos Chefes», têm a mesma história (estas passagens são novas). E da frase, «os portugueses souberam, como ninguém, colonizar e

(p. 93) continua em cartaz! O zelo dos «avaliadores» e/ou a autocensura dos autores leva(m) à eliminação dos últimos versos de *A neve* (p. 173) de Augusto Gil: «Mas às crianças Senhor/ Porque lhes dais tanta dor?! / Porque padecem assim?!». Além dos livros únicos, que não chegaram a ter rigorosa exclusividade, há outros que circulam e são até aprovados oficialmente (quando aqueles já estavam em vigor). São «“estrelas” secundárias»... A versão do *Livro de leitura para a 3.ª classe...* – Série Escolar Educação – de António Figueirinhas, «aprovado oficialmente», dos fins dos anos 50, reproduz *ipsis verbis* o que foi «autorizado para 1944-1945». Ainda desta «Série»: o da 1.ª classe – numa edição dos fins dos anos 50, princípios dos 60 –, sem indicação de aprovado oficialmente; é igual ao «autorizado para 1938-1939»; o *Livro de leitura para a 2.ª classe* – num exemplar de 1957 – não inclui «aprovado oficialmente». De Manuel Subtil e outros, ainda vimos a 77.ª edição de *Leituras II classe* (1947); *Leituras I classe* ainda sai em 1956 (45.ª edição). Estes livros tinham sido tornados «úteis» com C. Pacheco.

⁸⁸ Cf. nota 59. Na 52.ª edição – 1932 (depósito legal), «adoptado oficialmente», Porto – tinha este exacto título.

⁸⁹ *Livro de leitura para a 2ª e 3ª classe* (sic) em 1908; na versão «republicana» de 1922, que consultámos, agora apenas para a 3ª, para além de outras diferenças, não há textos religiosos... Cf. *supra*, «Com Carneiro Pacheco...».

⁹⁰ Ver nota 76. Esta indicação «aprovado oficialmente» surge na 10ª ed., na 13.ª (1952?) e na 16.ª (fins dos anos 50?). Várias narrativas (exemplares) têm como protagonistas *Os três amigos: Manuel, Jorge e Antoninho* (p. 8). As relações entre os meninos ricos e o pobre (Antoninho) eram um paradigma do que deveria ser a colaboração interclassista.

⁹¹ Muitos anos em vigor: desde 1931... O fenómeno torna-se dificilmente explicável: 9.ª, 1932; 20.ª, 1935; 26.ª, 1937; 60.ª, 1948-49. Atenção ao «folhetim» do *Jorge* – pobre, «bom aluno e pontual» – protagonista de narrativas que trazem a escola para a ribalta e veiculam valores: resignação, companheirismo, caridade, honestidade...

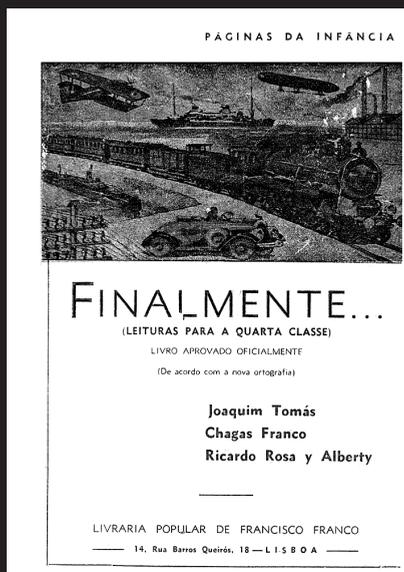
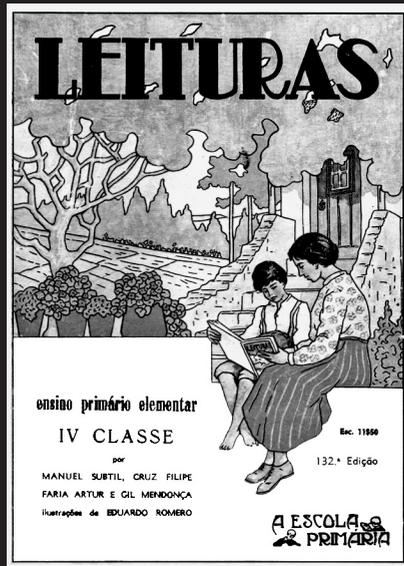


Fig. 12 e 13 – Ainda aprovados oficialmente nos anos 60...
Leituras. IV classe: o best-seller dos manuais do séc. XX

civilizar», caiu a palavra colonizar. O livro, com um *facies* novo, e ligeiros retoques, é adoptado, ainda, no período marcelista⁹².

Estes três manuais — *Leituras...*, *Finalmente...*, *Livro de leitura...* — gozaram de manifesta preferência. Constituíram, para os alunos da 4ª classe (só tornada universalmente obrigatória em 1960), o complemento por excelência dos «livros únicos» dos três primeiros anos.

A obra de Augusto Pires de Lima e de Américo Pires de Lima, *Leituras para o ensino primário ... Quarta classe*, vinda do início dos anos 30, ainda é publicada em 1967⁹³.

3.3.4. Ao «cair do pano»...

Para além dos manuais que, vindos de longe, eram utilizados nos últimos anos do Estado Novo — e que tiveram um importante papel —, há outros que aparecem na segunda metade dos anos 60.

Portugal. Livro de leitura da terceira classe — aprovado por despacho ministerial (05.04. 1965)⁹⁴ — é uma obra destinada ao *Ultramar*, em especial a Angola. São muitos os materiais (escritos e iconográficos) relacionados com a realidade africana (sobretudo com a de Angola). Quando tanto se investia nas «campanhas de pacificação», tinha perfeito cabimento um doutrinador livro para as colónias. Para além do que podia fazer pela língua — cimento de unidade —, seria mais um instrumento de formação e de propaganda. Destacamos alguns dos muitos textos da bem orquestrada propaganda oficial... *A unidade portuguesa no mundo de hoje* (p. 122) serve propósitos de inculcação ideológica. Testemunham essa «irmandade» heróica, do Portugal pluricontinental: «D. Aleixo Corte Real, sangue de Timor; Aniceto do Rosário, sangue de Goa; Maciel Chaves e Mota da Costa, sangue do Portugal europeu, que, como Honório Barreto, da Guiné, Salvador Correia de Sá, do Brasil, Luís Lopes de Sequeira, de Angola, e tantos outros, heróis consagrados ou anónimos, que lado a lado, e sem olharem à cor da sua pele, têm lutado e arriscado a vida, generosamente, pela grandeza do destino da nossa querida Pátria...». *O milagre português* (p. 91) explica-se facilmente:

⁹² Das muitas lições que remetem para o universo rural, destaca-se o poema *A Cidade e a Aldeia*, de Abílio de Mesquita (que já consta da versão de 1933-34: 81); reproduzido noutros manuais; a autêntica «alma de Portugal» está na Aldeia (grafada com maiúscula).

⁹³ *O moinho dos negros*, vindo de 1932, ainda se mantém em 1960 (p. 85): «A farinha [de milho], é claro, fica sempre grosseira...». Não há problemas: «Os pretos, porém, não dispõem de paladar muito delicado, e contentam-se com uma alimentação grosseira». Esta opinião já não consta da versão de 1966. O texto só é suprimido em 1967. A dimensão propagandística está em *Prestígio de Portugal* (1966 e 1967: 65) de Noel de Arriaga (que substituiu *O Estado corporativo* –1960: 65). *O crocodilo* (p. 146), uma narrativa assustadora pela crueldade (vinda de 1932), ainda figura em 1967. A versão de 1937 conta com algumas lições encomiásticas que vão desaparecer na de 1960; exemplo: *Salazar e o Infante D. Henrique* (p. 100) – António Ferro sugeria que o Infante ressuscitado bem poderia ser Oliveira Salazar.

⁹⁴ «Edições ABC» (Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, Sá da Bandeira), Porto, 1965. A língua portuguesa é designada como «língua nacional» (p. 131): «lições de leitura» (de linguagem) para a 3.ª classe (4.º ano).

«Homens de diferentes raças, vivendo como verdadeiros irmãos (...) trabalham de mãos dadas para o engrandecimento da Pátria comum, que vai do Minho, na Europa, a Timor, na Oceânia — não por vãs honrarias na terra, mas para a eterna glória de Deus. Foi este o espírito que sempre conduziu o punhado de portugueses que assombrou o mundo com os descobrimentos. É este, afinal, o segredo de o «Milagre português». O *S. Portugal de aquém e além céu* (p. 124) é um trecho de Simões Müller: «Os heróis portugueses saíram a descobrir mundo; os santos partiram para desvendar o Céu. À nossa epopeia trágico-marítima corresponde, assim, a nossa história trágico-celeste. E D. Portugal, de aquém e além-mar, confunde-se com S. Portugal de aquém e de além-Céu» (fig. 14 e 15).

3.3.5. *Próximos e diferentes*

O *novo livro de leitura da 4.ª classe*, de António Branco, prima pela singularidade. A edição original foi analisada por M.^a Velho da Costa. Teria aparecido em 1968 (mais propriamente, segundo pensamos, em 1967).

Em 1969, sai uma versão (de acordo com o programa de 1968) que fixa o texto e que acaba por resultar mais «suavizada»⁹⁵. Mas o livro continua inovador pelas propostas pedagógicas e gráficas e porque muito voltado para a aprendizagem da língua. Há muitos textos literários que surpreendem pelos seus autores⁹⁶. Inovador, porque as lições de formação cívica e «patriótica» se mostram pouco ideologizadas e porque não respeita a sugestão programática de que a língua deve «ajudar» a «desenvolver» o «sentimento religioso». Este manual foi a «andorinha que não fez a primavera». Constitui mais um sinal das contradições que se iam agudizando...

O regime ainda perfilha outros bem mais consentâneos com a ideologia oficial. O *Livro de leitura da 4.ª classe*, de Joaquim Gaspar — «Atualizado segundo os novos programas para o ensino primário. Oficialmente autorizado o seu uso»⁹⁷ —, esteve, como poucos, ao serviço da doutrinação oficial. Constitui o «reverso da medalha» do compêndio de Branco. Está muito próximo do livro para o ultramar... A informação transmuta-se em propaganda. Era fundamental, com o país em guerra, publicitar na retaguarda a grande pátria una e multirracial. O mineiro negro — de *Eu sou português* (p. 62) — trabalha «para lá da fronteira»; mas, apesar de ganhar «muitíssimo bem», regressa a Moçambique, porque se está a proceder ao recenseamento. É que, como diz, «se lá ficasse, não me contariam cá no número dos Portugueses

⁹⁵ Porto Editora, Porto, s/d. Data de entrada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 03.10.1969.

⁹⁶ Monteiro Lobato e Olavo Bilac; Sidónio Muralha, Sofia de Mello Breyner, António Botto; Ferreira de Castro, Manuel Mendes, Bernardo Santareno, Carlos Oliveira, Manuel da Fonseca, Alves Redol... *A balada da neve* (p. 75) não conhece cortes.

⁹⁷ Atlântida Ed., Coimbra, 1968. A portaria dos novos programas é de 16 de Julho. As 5.^a, 6.^a e 7.^a edições saem neste mesmo ano. (Em Setembro de 1968 toma posse Marcello Caetano). Sobre as obras de Joaquim Gaspar e de António Branco – ver BIVAR, Maria de Fátima, *ob. cit.*, pp. 156-204.

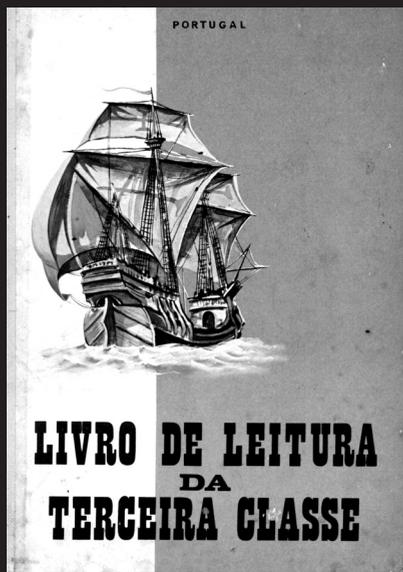


Fig. 14 e 15 – Uma obra para o Ultramar...

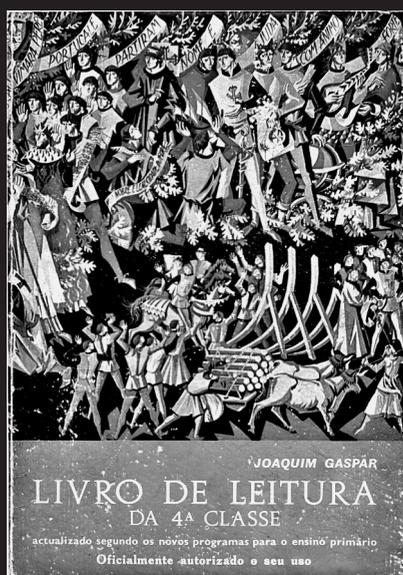
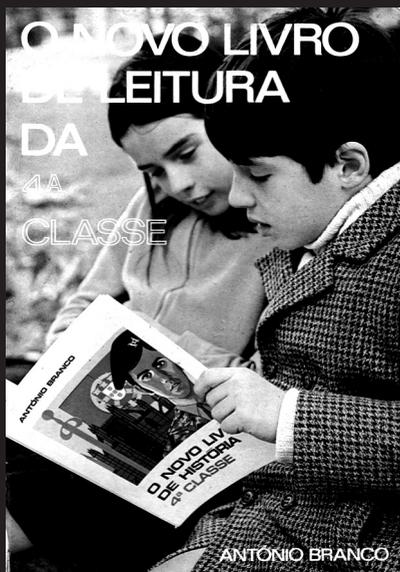


Fig. 16 – Uma andorinha que não fez a Primavera

Fig. 17 – Ao serviço da doutrinação oficial

e eu sou Português». Em *Cartas familiares*, um furriel, em missão em Angola, lembra que as terras são «bem portuguesas». Mais diz: «É certo que me lembro da família e da aldeia (...); mas não é menos certo que me sinto feliz por me ter sido dada a oportunidade de, como soldado, concorrer o melhor que posso, para a defesa e engrandecimento da Pátria (...) Os nossos inimigos são apenas os estrangeiros, porque os nativos olham-nos com simpatia extrema, orgulhosos de serem portugueses. Não fogem de nós, fogem para nós...»⁹⁸ (fig. 16 e 17).

4. A terminar...

Como outras fontes, os manuais escolares exigem um aperfeiçoamento de métodos de análise e enfoques interpretativos inovadores. Torna-se ainda necessário reunir condições para operacionalizar abordagens que contemplem a sua complexidade. A sua história será reescrita à medida que forem surgindo novas linhas de investigação e contribuições mais aprofundadas.

O livro — onde cabe o popular e «democrático» manual escolar —, o jornal, a rádio, a televisão, e mais recentemente a Internet, têm vindo a revolucionar (desde o século XV), de modos diferentes, o mundo da comunicação, os universos da cultura e do conhecimento. Os manuais, pelas suas características, pelo seu campo de acção e pela sua influência, participam, à sua maneira, da qualidade e do estatuto dos *media*⁹⁹.

A Escola funciona (em todos os regimes) como instituição socializadora e endoutrinadora¹⁰⁰. Sendo sempre significativos os conhecimentos e valores à volta dos quais as gerações são chamadas a identificarem-se colectivamente, o manual, instrumento chave das estratégias educativas, contribuiu, a seu modo, para a formação de sucessivas gerações; constituiu, mesmo, «durante gerações, o utensílio fundamental que

⁹⁸ Uma referência para dois livros que são **parentes próximos** e que provam que as coisas estavam a mudar... As novidades temáticas são poucas, mas fazem parte de uma «nova geração» de manuais (que inclui o de Branco): pela estética inovadora (embora os livros únicos já tivessem atingido grande perfeição), porque mais ajustados às crianças e porque bem menos ideologizados do que os livros únicos (que substituem). O *Livro de leitura da primeira classe* (1967), de M.^a Luísa Torres e outras, traz a chancela do Ministério. As inovadoras ilustrações, de Luís Filipe de Abreu e Maria Keil, afastam-se da iconografia tradicional. No *Livro de leitura da 2.^a classe* (1968), de Judite Vieira, Manuel Ferreira Patrício e Silva Graça, com os mesmos ilustradores, não se detectam mensagens patrióticas e nacionalistas; há a preocupação de despertar o gosto pela leitura. Refira-se ainda outro inovador livro (resultante de «uma experiência pedagógica» do Ministério...): *Caminhos. 3.^a classe* («decreto-lei de 10.03.1967»), de Aldónio Gomes, Leonoreta Leitão e outros (Min. da Ed., Lisboa, 1973). (fig. 18 e 19).

⁹⁹ Sobre as relações dos manuais com os *media*, ver CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires...*, p. 23; ver a perspectiva de um historiador: TORRALBA, Luís Reis – In: *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, pp. 538-545.

¹⁰⁰ É assumida como um meio fundamental para «formar» (informar, conformar, formatar). Mas há diferenças... O ministro da justiça, em 1931, definia assim a educação: «educar é sempre torcer, podar, cortar, contrariar, esmagar» – In MÓNICA, M.^a Filomena – *ob. cit.*, p. 310. O trabalho de modelação – com C. Pacheco impõe-se a metáfora do *molde* – faz com que a ideologia se sobreponha à pedagogia e se materialize nos «livros úteis» e, sobretudo, nos «livros únicos». Para S. C. Matos «apenas será pertinente qualificar uma ideologia de dominante quando ela está ligada a um Estado ditatorial». (Esta noção aplicada ao Estado Novo não levantaria problemas) – *História, mitologia, imaginário nacional...*, p. 49.



98

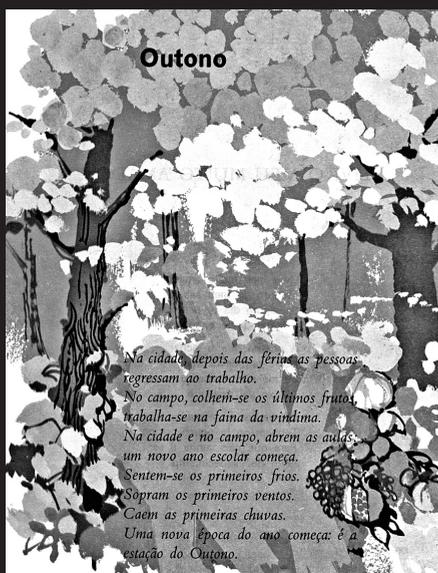


Fig. 18 e 19 – Dois (inovadores) livros - da 1.^a classe (1967)
e da 2.^a classe (1968) - que vêm substituir os «livros únicos»

forjou a estrutura intelectual do povo francês»¹⁰¹. (Como é manifesto, não apenas do francês...). É assim compreensível que todos os regimes — e em especial os mais autoritários, porque mais impositivos e mais ciosos das suas «verdades» — se sintam tentados a orientar e a fiscalizar (policar) os compêndios escolares. Para chegar à normalização e uniformização, têm sido alvo de variadas estratégias de controlo (que conduziram à imposição de livros únicos), justificadas por razões académicas, religiosas (eclesiásticas), por motivos ideológicos e por compromissos políticos. Pelas suas características, os livros de leitura contam-se entre os que mais apetites e desvelos despertam por parte dos órgãos oficiais.

Porque não se podem sopesar verdadeiramente as suas funções e a sua influência, a avaliação dos seus efeitos não pode ser consensual. Georg Eckert considera que assumem uma importância fundamental na formação dos jovens para a vida; contudo, há outros autores (ver Brunschwing) para quem a consciência histórica se forma bem mais por influência de impressões emotivas, do que por ensinamentos veiculados nos manuais¹⁰².

Como já sugerimos, são de facto muitos os problemas que se levantam com a sua recepção e apropriação... Como acentua Sérgio Campos Matos, «a questão da recepção, ou melhor, dos efeitos da sua mensagem sobre os consumidores, permanece problemática»¹⁰³. Sendo certo que, como adultos «educados» todos reflectimos, de certo modo, «não só o *como*, mas também *aquilo* que estudámos e aprendemos» (Kieran Egan), está por determinar «num contexto nacional, caracterizado por práticas de literacia reconhecidamente “débeis”, a influência que este tipo de materiais terá no modo como entendemos o mundo e, nele, os outros»¹⁰⁴. Para começar, «há partes da cultura escolar que não foram objecto do manual e a pedagogização do manual não se operou sempre da mesma forma e com igual relevo...» Depois, é grande a pertinência das observações de Roger Chartier: «Como passar do livro para o leitor e para a leitura através de investigações centradas sobretudo na banda da produção e da oferta? A uma estética da produção e da representação subjaz uma estética da recepção, como (re)conhecê-la e como relacioná-las?» É muito difícil «medir» a sua relevância na «conformação das mundividências» dos que por eles «aprenderam»¹⁰⁵. Além disso,

¹⁰¹ CHOPPIN, Alain – «L’histoire des manuels scolaires: une approche globale», p. 16; cf. MATOS, S. C. – *idem, ibidem*, pp. 48-49.

¹⁰² Lembre-se que os manuais, analisados por Eckert, são da Alemanha nazi (vórtice de um regime totalitário). Para outros, os manuais (como, por exemplo, os de história) serão muito responsáveis pela formação... Marc Ferro nota que «a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos» – cf. *Falsificações da História* (tradução infeliz de *Comment on raconte l’Histoire aux enfants...*, 1981). Lisboa: Europa-América, s. d. Há autores (entre eles, Riemnscheider) que defendem que só produzem um efeito seguro quando se adequam às vivências quotidianas – vide RIEMENSCHNEIDER, Rainier – *ob. cit.*, p. 129, 132, 133. Sobre posições acerca do papel dos manuais na formação – cf. SERRANO, Clara Isabel – *art. cit.*, pp. 251-252; cf. Sérgio Campos Matos, *ob. cit.*, pp. 50-51.

¹⁰³ *Ob. cit.*, p. 50. O que os manuais permitem, sobretudo, é retirar ilações acerca «da mentalidade dos seus produtores e das instâncias a que se encontram ligados».

¹⁰⁴ Apresentação». In: *Manuais escolares...*, p. X. «A história do livro escolar (...) passa também e quiçá essencialmente pela apropriação...» – ver MAGALHÃES, Justino Pereira de – *art. cit.*, p. 297. Sobre os poderes do manual e os seus limites – CHOPPIN, Alain – *Les manuels scolaires...*, pp. 22-23.

¹⁰⁵ Apud MAGALHÃES, Justino Pereira de – *art. cit.*, p. 281, p. 286.

é fundamental pensar que a doutrina explícita não é o mais importante processo de transmissão dos valores dominantes e que os canais informais revelam grande eficácia. Em face disto tudo, como avaliar a importância (real) da acção dos manuais sobre os destinatários, o papel desempenhado nos processos de socialização e de doutrinação e na edificação das memórias (individual, social)?¹⁰⁶

Em suma: um magno problema é o da distância entre o que se ensina e o que se aprende. Que caminhos e descaminhos entre a enunciação, a recepção e a apropriação? Como são assimilados os saberes, as ideologias e os valores?¹⁰⁷

Seja como for, os manuais têm vindo a cumprir o seu papel de difusores de conhecimentos, de catalisadores de atitudes e de comportamentos, de guias — de «ponte e porta» — para a «entrada na vida e na cultura»¹⁰⁸. E se a influência que exercem é (praticamente) impossível de avaliar, acabam por deixar marcas indeléveis que podem ser festivas ou amargas.

Eduardo Lourenço, ao falar de Poesia (que, como diz, nos «esconde da morte») e ao interrogar-se acerca do poema que teria entrado («como um ladrão») na sua alma, invoca os manuais de leitura: «Pode nem ter sido uma daquelas singelas poesias de João de Deus que, como a *Engeitadinha*, figurava na minha selecta (...). Ou alguma do Junqueiro, como a abertura de *Os Simples*, no mesmo registo mas mais optimista». Foi por inesperados caminhos que chegou ao descobrimento do sonho (de que é urdida a matéria poética). A culpa foi da sua cartilha: «Mas pensando bem, talvez nada me tenha deixado mais perplexo, abrindo-me a porta do sonho, que uma mera frase destinada a ilustrar o uso do «Z» no meu primeiro livro de escola: «O filho do Zeferino foi a casa dos filhos da mãe do Zebedeu». Nessa hora fora da vida toda a poesia do mundo estava inteira neste enigma prosaico. E ainda hoje lá permanece»¹⁰⁹. Mas, nem sempre as recordações ficam do lado doce da memória...¹¹⁰

¹⁰⁶ Sobre história e ideologia e construção das memórias, ver ainda: MOTA, Luís — «Memória(s), imagens do passado e discursos identitários na imprensa escolar». In: *Estudos do século XX*, n.º 8, 2008, CEIS20, pp. 233-246; MATOS, Sérgio Campos — *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa, Colibri, 1998, pp. 56-71, pp. 384-462; TORRAL, Luís Reis — *História e ideologia*, p. 20, 31-32; TORRAL, Luís Reis e CATROGA, Fernando — *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, pp. 431-545, pp. 547-673.

¹⁰⁷ Ver problemas relacionados com a recepção da ideologia educacional; como os alunos assimilam essa ideologia; resistências e anticorpos às aprendizagens normativas — MÓNICA, M^a Filomena — *ob. cit.*, p. 348-358, p. 348, pp. 350-351. Vejam-se como resistências à doutrinação: os desfasamentos entre os ideais e os valores do Estado Novo e o que era (foi) assimilado e praticado (não houve a desejada receptividade aos discursos normativos sobre religião e sobre patriotismo); na I República, o discurso sobre laicismo ficou longe dos efeitos desejados.

¹⁰⁸ Ver MAGALHÃES, Justino Pereira de — art. cit., p. 285; SERRANO, Clara Isabel — art. cit., pp. 247-259.

¹⁰⁹ «Prefácio». In: *Os poemas da minha vida*. Público: 2006. Muitos manuais continuam a encerrar charadas e enigmas ainda mais surpreendentes. Ver o que escrevemos in PEREIRA, Sara (dir.) — *Memórias da Escola Primária portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 55-63; «Prefácio». In: MONTEIRO, Pedro; MONTEIRO, Rodrigo — *Novíssima cartilha ilustrada*. Coimbra: Pé de Página, 2004, p. 5-10.

¹¹⁰ Se há casos de profunda afectividade pelos manuais escolares (revisitados na vida adulta), também os há de rejeição simbólica violenta — MAGALHÃES, Justino Pereira de — art. cit. p. 288.

António Simões Rodrigues

PARA OUTRAS LEITURAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.
O PAPEL DA ARQUITECTURA ESCOLAR

Começo por me congratular com a caminhada encetada, há dez anos pelo Centro de Investigação Interdisciplinar do Século XX da Universidade de Coimbra ao qual estou ligado desde a primeira hora. Quis também estar presente e acompanhar a merecida homenagem ao Prof. Reis Torgal, um amigo de longa data, um humanista a quem se reconhece um enorme sentido profissional e a grande solidariedade que soube viver e transmitir a todos os que com ele trabalham. As suas inegáveis qualidades de Professor cultivadas na exigência, no rigor, no sentido crítico que amalgamou de forma singular com a tolerância e a afectividade, gerando a autenticidade de uma escola que esteve e está muito para além do que é institucional.

Desejo ao Professor Reis Torgal a continuação do seu meritório trabalho em prol da cultura e do CEIS20 que criou e dinamizou com particular dedicação.

Depois desta breve introdução passo à temática que me propus abordar.

Os estudiosos da História da Educação reconhecem hoje a importância do espaço escolar, espaço de socialização e de instrução, cenário onde os protagonistas da relação pedagógica e da acção educativa se encontram e desempenham os seus papéis. A arquitectura como toda a construção humana espelha um contexto histórico-cultural, traduz aspirações sociais e reflecte o gosto, a idealização da vida, a sensibilidade estética, o génio e as fantasias dos projectistas. No entanto a criatividade esbarra muitas vezes com o poder, com as regras a que deve obedecer o projecto do chamado templo laico, definindo os seus espaços concebidos em função de objectivos específicos, ligados a valores e interesses sociais. O desenho do espaço escolar tornou-se cada vez mais importante à medida que o sujeito educativo passou a ser a criança, que necessita de crescer em ambiente acolhedor e saudável. A localização no tecido urbano, a ambiência paisagística, os custos, as tecnologias, os materiais a utilizar são outros condicionantes nos projectos arquitectónicos.

Dada a extensão da matéria e as limitações do tempo, iremos apenas tratar da arquitectura escolar primária, tentando conjugar a palavra e a imagem já que esta no seu poder descritivo, ajuda-nos a revigorar a memória da escola que tivemos ou que gerações anteriores frequentaram. Trata-se de um espaço mitificador, legendário onde cresceram e se movimentaram crianças, intervieram professores na orientação da

aprendizagem, estimulando, nem sempre da forma mais acertada, o desenvolvimento cognitivo e sócio-afectivo dos alunos. São espaços onde mergulham as raízes da nossa cultura, testemunhos de outros tempos, de outras mentalidades, de outras visões de ensino que não deixam de marcar o nosso imaginário colectivo, alicerçar a nossa identidade. São espaços a que nos ligam múltiplas recordações, designadamente de colegas com quem partilhámos sonhos, com quem aprendemos a observar com um outro olhar a realidade, rasgando horizontes que já não se confinavam ao meio familiar. Recordações marcadas pela afectividade, pelo desejo de aprender, de decifrar o mistério das letras e dos números. Recordações do espírito de companheirismo, das brincadeiras, dos jogos, dos passeios, do convívio, da amizade nascida na primeira caminhada das nossas vidas. Mas também recordações menos agradáveis, resultantes do confronto entre a ânsia da liberdade de uma criança e as exigências do quotidiano escolar e o sentimento de justiça ferida pela aplicação de certos castigos. É a propósito destes vem-me à memória a afirmação produzida em 1931, no X Congresso de Protecção à Infância em que o Ministro da Justiça, José de Almeida Eusébio afirmava: «Educar é sempre torcer, podar, cortar, contrariar e esmagar». Infelizmente este espírito reinou durante tempos infintos em muitas escolas. A repressão educativa era uma realidade com contornos diversos e de difícil esvaziamento. Mas, voltemos à história, deixemos para trás séculos de escola quando esta estava ligada à igreja secular, à monástica, aos municípios, aos particulares, ou quando mais tarde, no tempo da reforma pombalina as escolas régias assumiram o primeiro patamar do nosso ensino público, numa afirmação do Estado como responsável pela educação.

Vamos então na nossa rápida incursão pela história da educação a partir da revolução liberal que perspectivou a educação como uma necessidade dos povos, o caminho para o progresso, a tarefa central da vida social, bem na linha dos ideais iluministas. Estamos no século XIX que alimentou o mito da educação, fomentando reflexões teóricas e práticas. Foi também a época em que o movimento romântico envolveu todos os campos da criação artística, todo o mundo da cultura, produzindo mudanças na mentalidade europeia. Mas se o mundo da cultura e da ciência projectava uma outra visão da criança, o dinamismo da revolução industrial, os progressos da técnica e da ciência fizeram emergir uma nova consciência educativa. As exposições universais que se iam realizando nalgumas cidades europeias também deram alento às mudanças na aprendizagem ao apresentar projectos mais racionalizados e atractivos de edifícios escolares, ao dar a conhecer novos equipamentos, particularmente modelos de carteiras, ao proporcionar material didáctico mais sugestivo e motivador.

Se se pretendia uma escola, de todos e para todos, formando o homem e o cidadão, tornada centro de gravidade da vida social, não podíamos manter um parque escolar sem qualidade, sem condições higiénicas, sem o mínimo conforto.

Não era possível cumprir o preceito da Constituição de 1822 que determinava que em todos os lugares do reino funcionassem escolas de primeiras letras, numa altura em que havia uma escola por 120 km².

As nossas escolas de primeiras letras funcionavam em velhos edifícios conventuais, em casas municipais ou particulares conhecidas por casa da escola, onde as salas de aula eram por vezes, mal iluminadas e arejadas, onde o frio ou o calor se fazia sentir, e mal apetrechadas de mobiliário escolar, tornando pouco motivadora e aliciante a vida dos pequenos estudantes. Se às deficientes condições em que se desenrolavam os

trabalhos escolares juntarmos um ensino marcado por tarefas mecânicas, rotineiras, mnemônicas e onde os castigos corporais eram frequentes, temos de reconhecer que não era fácil a vida das crianças a quem não era permitido sonhar, soltar a imaginação, desenvolver a criatividade, dialogar, encontrar respostas ao seus porquês, fortalecer a afetividade. A nossa literatura dá-nos algumas imagens da escola, como por exemplo, Feliciano de Castilho, defensor de um sistema de alfabetização e de escolarização, e teorizador do método de Leitura Repentina, escrevia, em 1863, numa dedicatória ao rei D. Luís, na sua obra «O Outono»:

«Entre-se numa escola velha. Sente-se logo o que seja repugnância, de terror, de reprovação instintiva, de excreção involuntária, vendo naquele espaço estreito, mal arejado, nem sempre bem iluminado, desgracioso, fétido, um bando de inocentes condenados à imobilidade, ao silêncio, ao pasmo estúpido, sobre bancos duros e sem encosto, como os das galés, com pernas pendentes, os olhos automaticamente fitos sobre o indecifrável e odioso enigma de uma página, isto em face de um mestre antipático, tão cativo, tão desgraçado como eles, seu tiranizado e seu tirano, alternativamente, e a cujo lado avultam brasões milenários do ensino desnatural, os instrumentos de dor e de vergonha, os impotentes auxiliares de impotência dele: a vara, a férula, as orelhas asininas».

Bem tentaram governantes como Rodrigo da Fonseca pela lei de 7 de Setembro de 1835, ou Costa Cabral pela lei de 20 de Setembro de 1844 alterar a situação e determinar que as escolas primárias deveriam funcionar em edifícios públicos especialmente preparados para esse fim. Reconhecia-se que a «casa da escola» tinha condições em muitos casos, degradantes, como deixa parecer uma nota do governo regenerador, enviada em 1863, aos inspectores escolares. Mas para além da falta de qualidade dos edifícios escolares, o seu número era exíguo, não respondia às necessidades de um ensino que se pretendia alargar a números cada vez maior de crianças. Em 1862 havia em Portugal 1553 escolas públicas e 1117 livres. O distrito de Aveiro tinha 96 escolas públicas e 55 livres.

As primeiras normas portuguesas para regulamentar a construção dos edifícios escolares foram publicadas em 1866. Inspiravam-se na legislação francesa de 1858 e tentaram acompanhar o que se fazia para além-Pirinéus. Passava a haver regras sobre a localização, os edifícios deveriam ser construídos em locais nobres dos centros urbanos, afastadas de zonas perigosas para a saúde física e moral das crianças. A área das salas de aula seria proporcional ao número de crianças, cerca de 1m² por aluno. Iluminada e arejada por amplas janelas de 1,20m de largura colocadas a uma altura que não permitia a quem estava sentado nas carteiras visionar o que se passava fora, facilitando assim a concentração, fundamental na aprendizagem. As escolas deveriam ter também uma sala destinada às festas escolares e uma biblioteca. A entrada principal era encimada por um campanário que recordava aos alunos a obrigação da aula e estimulava o professor à pontualidade. No teto da sala de aula poderia ser pintada uma rosa-dos-ventos com um anemoscópio que ajudaria a conhecer as observações meteorológicas.

A legislação de 1866 permitiu regulamentar as escolas construídas, graças ao testamento do Conde Ferreira, um emigrante bem sucedido em terras brasileiras e que ao regressar a Portugal dedicou-se à vida empresarial e política, tornando-se um benemérito, auxiliando as misericórdias do Porto e do Rio de Janeiro, apoiando a

construção de hospitais e legando por testamento a importância de 144.000 reis para ajudar a construção de 120 escolas primárias. O projecto era único, os municípios deveriam colaborar cedendo os terrenos em local apropriado e saudável. O governo atribuía um subsídio de 10.000 reis ajudando a financiar as obras, mas impondo o rigoroso cumprimento do programa.

Em 1875 um inquérito mandado realizar pelo governo de Fontes Pereira de Melo, revelou que mais de metade das escolas primárias funcionavam em edifícios particulares. D. António da Costa, político e pedagogo, 1884, na obra «Auroras da instrução pela iniciativa particular» dava a conhecer o filantropismo de muitos cidadãos que mandaram construir escolas, ajudando a atenuar as carências do nosso parque escolar.

Os nossos escritores continuavam a tecer duras críticas ao estado das nossas escolas por exemplo, Eça de Queirós na obra «Uma Campanha Alegre» extraída da parte por si elaborada de «As Farpas» escrevia que «os edifícios escolares na sua maior parte são uma variante torpe entre o celeiro e o curral». O jornal «O Conimbricense» de Janeiro de 1874 referia as condições de funcionamento de uma escola da Tocha, em que a sala de aula não defendia os alunos da chuva, do frio, do calor e que ficava situada por cima do curral do porco. Em 1883 as conferências pedagógicas realizadas em Lisboa também denunciavam a falta de qualidade das nossas escolas e a dificuldade dos professores em tentar, neste cenário, utilizar metodologias menos rígidas e mais motivadoras. A Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em 1881, fez um estudo sobre o parque escolar e apontou um conjunto de regras a que deviam obedecer as construções dos edifícios.

Em 1897 a Associação dos Engenheiros Portugueses partindo de estudos elaborados anteriormente e de outros realizados na Europa, apresentou um importante trabalho que serviu de base às medidas tomadas pelo governo progressista de Luciano e Castro, que aproveitando um momento de algum alívio das finanças públicas, abriu um concurso destinado à construção de escolas primárias que obedecessem às exigências dos higienistas e dos pedagogos.

O país era dividido em sete regiões: Minho e Douro, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo, Algarve e Ilhas adjacentes. Cada região deveria utilizar os materiais característicos (granito, xisto, calcário, tijolo, basalto) e usar preferencialmente as técnicas tradicionais. A escola era uma construção que deveria enquadrar-se nas características da região como um elemento integrador da sua identidade.

O arquitecto Adães Bermudes que cursou na Academia Portuense de Belas Artes do Porto e na Escola de Belas Artes de Paris, apresentou um projecto escolar que viria a ganhar a medalha de ouro da Exposição Internacional de Paris de 1900. Em Março de 1898 Bermudes venceria o concurso aberto pelo governo, para construção de escolas primárias. Apresentou dois projectos para escolas com dimensões diferentes. Em qualquer deles estava contemplada a casa do professor com dois pisos, situada na ala principal. Pretendia-se simbolizar a promoção social do professor como mensageiro da ilustração. Os edifícios escolares inspirados em modelos franceses caracterizavam-se pelo equilíbrio das linhas, pela simetria e simplicidade das fachadas, pela elegância da torre sineira, pelas amplas janelas. As portas e os vãos das janelas apresentavam um friso em tijoleira que no seu colorido dá uma sensação acolhedora, atraente. As salas de aula, revestidas a azulejos na parte interior das paredes, com um pé direito acima

de 4 metros, dispunham de uma área por aluno superior a um metro quadrado, respondendo às exigências legais. Tinham recreio coberto e ao ar livre, reconhecendo-se que estes espaços eram fundamentais na vida escolar. São os locais de encontro, dos jogos, com as suas regras que estimulam a solidariedade de grupo, o fortalecimento da amizade e a disciplina.

Apesar do esforço que ia sendo feito o Regulamento do Ensino Primário de 1902, elaborado no governo de Hintze Ribeiro, reconhecia que as grandes deficiências do parque escolar primário ainda se mantinham. Em 1909, nas vésperas da implementação da República, o inspector Carneiro de Moura afirmava que mais de três mil escolas primárias continuavam a funcionar em edifícios particulares sem as condições exigidas pela lei.

A República com a lei de 29 de Março de 1911 lançava uma profunda reforma do ensino das primeiras letras que tinha como grande objectivo habilitar o homem para a luta da vida. O ensino primário passava a ser estruturado em três graus: o Elementar de três anos, o Complementar de dois e o Superior.

O parque escolar com o aumento do número de anos de ensino primário no seu conjunto e com o crescimento da população escolar ainda ficou mais limitado e incapaz de responder às necessidades. Em 1910 o ensino primário era frequentado por 271.830 alunos, subindo, no ano seguinte para 291.800. Em 1911 a República criou mais de 206 escolas do ensino primário, número que continuava a ser exíguo. Em 1913 o governo de Afonso Costa nomeava uma comissão presidida pelo arquitecto Adães Bermudes e de que fazia parte um médico e um professor para elaborar um manual de normas técnicas, pedagógicas e higiénicas, que passaria a regulamentar todas as futuras construções escolares. A verdade é que os edifícios desta época embora em número insuficiente, primaram pela qualidade. As dificuldades que enfrentavam as finanças públicas, sobretudo a partir da 1ª Guerra Mundial, tornaram limitadora a acção dos governos no investimento no campo de ensino. A criação das escolas móveis nas freguesias onde não havia possibilidade de funcionar escolas fixas ajudou a partir de 1913 a atenuar o problema. Estas escolas seriam extintas em 1930 pela Ditadura militar. A filantropia de cidadãos ou nalguns casos a acção das populações contribuíram para que novos edifícios escolares fossem construídos. Apesar das vozes críticas que se faziam ouvir um pouco por todo o lado, a situação não era fácil de resolver, o Estado e as câmaras municipais não conseguiam orçamentar as verbas necessárias e os empreiteiros queixavam-se do aumento contínuo do custo das obras e da falta de materiais o que tornava difícil o seu acabamento. O jornal «O Professor Primário» de 2 de Novembro de 1924 escrevia «O vergonhoso vexame porque está passando a escola popular com os despejos constantes a intermináveis (por falta de pagamento das rendas), suprema falência da nossa instrução nacional».

Muitos projectos escolares de inegável qualidade foram aprovados, mas por falta de verbas não foram concluídos ou nalguns casos as obras nem sequer foram iniciadas. Os edifícios escolares projectados na República e que foram construídos entre 1926-1935 são designados por Projectos Antigos ou Projectos-tipo. Todos foram codificados segundo as sete regiões estabelecidas em 1897 pela Associação dos Engenheiros Portugueses, anteriormente referida. Foram projectos assinados por arquitectos de grande prestígio como Jorge Segurado, Jorge Bermudes, Frederico de Carvalho, Guilherme Rebelo de Andrade, Eugénio Correia. Vejamos algumas imagens reveladoras

da beleza e da qualidade destes edifícios escolares como o de Ançã (Cantanhede), Valença (Minho), Azenhas do Mar (Sintra).

São projectos de dois pisos, de grande funcionalidade caracterizada pelo geometrismo das suas linhas arquitectónicas. Para além das salas de aula amplas, tinham um museu-biblioteca, gabinete para professores e recreio coberto.

A política seguida pela Ditadura Militar e pelos primeiros anos do Estado Novo não beneficiaram as construções escolares. A redução dos anos de ensino primário para três e o fechar de escolas primárias por Cordeiro Ramos, desde que tivessem uma frequência de menos de quarenta alunos, revela o pouco interesse pelo ensino das primeiras letras. Tentava-se atribuir aos municípios a responsabilidade da construção e manutenção das escolas primárias, o Estado apenas subsidiava. Entretanto os edifícios concluídos após o 28 de Maio de 1926 deveriam ter uma placa com a inscrição «concluído pelo governo da Ditadura em 19...».

Uma vez mais será a acção dos beneméritos a ajudar a suprimir as deficiências do nosso parque escolar primário, até porque o Salazarismo virava as suas atenções para edifícios a construir dos ensinos liceal, técnico e universitário.

O Ministro das Obras Públicas, Eng. Duarte Pacheco reunia á sua volta nomes consagrados da engenharia e arquitectura portuguesa e fazia aprovar, em 1935, os Projectos de Tipo Regionalizado dos arquitectos Rogério de Azevedo e Raul Lino. Alguns belos edifícios, como se pode observar pelas imagens, apresentam um bom enquadramento paisagístico e urbano apostando na funcionalidade.

Salazar havia limitado, na década de trinta, as verbas para a construção de escolas primárias, alegando dificuldades das Finanças Públicas. Mas no ano de 1940, o Estado Novo em período de grande afirmação, de exaltação patriótica e de apoteose do regime lançava-se nas comemorações do 8º Centenário da fundação de Portugal e no 3º Centenário da Restauração. Pretendia-se dar ao mundo a imagem de um regime que proporcionava a paz e o progresso, numa altura em que a Europa se destruíra nos horrores da 2.ª Guerra Mundial.

Em 15 de Julho de 1941, um despacho de Salazar definia o Plano da Rede de Escolas do Ensino Primário e dos Postos Escolares. Reconhecia-se a falta de qualidade da grande parte dos edifícios escolares primários e propunha-se que de futuro as escolas a construir pelas câmaras fossem apoiadas pelo Estado. Da escola modelo de uma sala de aula para quarenta alunos, partia-se para outras de maiores dimensões a erguer nos centros urbanos mais populosos. O texto defendia a utilização de materiais de construção característicos de cada região e nele escrevia-se: «Se a casa portuguesa oferece, pelos materiais ou linha exterior, a marca regional que faz diferir do Alentejo para a Beira ou para Trás-os-Montes, não havia desculpa para a implantação por toda a parte de um tipo abstracto, número banal de série. E concluía-se: «é preciso confiarmos nos arquitectos de gosto a solução do problema». As escolas primárias a construir iam melhorar substancialmente as condições do ensino.

O projecto do Plano dos Centenários foi concebido pelo arquitecto Manuel Fernandes de Sá que se apoiou nos trabalhos produzidos anteriormente pelos seus colegas Rogério de Azevedo e Raul Lino, que acabariam por ser um tanto marginalizados pelo regime. Com o decorrer do tempo e a partir de 1946, numa tentativa de reduzir o custo das obras, estas foram perdendo qualidade. Em 1959 o governo reconhecia que ainda estavam por construir 3.228 escolas, a explosão escolar do início da

década mostrava a incapacidade do Regime em resolver satisfatoriamente o problema. Entre 1926 a 1960 a população escolar primária duplicou. As escolas do Plano dos Centenários erguidas por todo o país, não deixaram de representar uma importante mensagem de propaganda do regime, que até afirmava ter sido o único capaz de dar solução às carências do parque escolar primário.

Em 1961, os Ministros das Obras Públicas e da Educação, Eng.^{os} Arantes e Oliveira e Leite Pinto tentaram melhorar a situação do nosso ensino dinamizando um novo Plano de Construções Escolares que também respondesse ao encontro das orientações saídas do Projecto Regional do Mediterrâneo. Algumas escolas construídas como a de Mem Martins, em Lisboa, foram financiadas pela OCDE e marcaram uma ruptura com as concepções arquitectónicas anteriores. São projectos como o da Fonte da Moura, no Porto, conhecida pela «escola de vidro» que não se restringem à sala de aula. A sua concepção, o desenho das suas amplas divisões, facilita a utilização de práticas pedagógicas diversificadas e a possibilidade de uma maior abertura à comunidade.

(Página deixada propositadamente em branco)

Luís Mota

MEMÓRIA, HISTÓRIA E DISCURSOS IDENTITÁRIOS.
CONTRIBUTOS PARA UM DEBATE

Neste trabalho¹ coloco o enfoque nas relações entre Memória e História procurando apresentar uma construção teórica que saliente a importância da complementaridade entre Memória e História e reconheça, e valorize, o papel do sujeito na narrativa histórica. Discuto as principais conclusões do estudo da Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989) que se centrou nos discursos dos actores — professores, professoras, alunos e alunas — percebidos como acção, confrontando a análise dos produzidos na imprensa escolar com os enunciados em situação de entrevista. Início por uma abordagem à memória, que os gregos traduziam por *mneme*, referência à lembrança, algo de passivo, e por *anamnesis*, significando procura activa de recordações².

Memória pessoal, memória colectiva

A recordação terá as suas raízes na subjectividade, mas só se torna possível por referência aos outros, ao que lhe é exterior e à sociedade³. A memória individual emerge como resultante de uma relação polarizada de diferentes memórias (pessoais, familiares, de grupo, etc.) radicada numa construção permanente⁴. A *anamnese* surge assim como experiência de subjectividade e como espaço para «a identidade do eu»⁵ unificar os tempos sociais de participação do indivíduo.

Uma análise do processo histórico das reflexões sobre a memória destaca a bipolarização entre uma fenomenologia da memória individual e uma sociologia da

¹ Um agradecimento à Teresa Cunha que com as suas leituras atentas, das diferentes versões, comentários e sugestões, contribuiu para a forma do presente trabalho.

² Cf. RICOEUR, Paul – *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

³ Cf. HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

⁴ Cf. CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001, p. 16.

⁵ Idem, *ibidem*.

memória colectiva⁶, expressão da atribuição da memória à vivência pessoal ou à sua dimensão social e colectiva. A «interiorização da alteridade»⁷ permite uma analogia entre estruturas do tempo subjectivo e a que confere sentido à vida colectiva⁸, estimulando a entificação da dimensão social e colectiva da memória, génese da «reflexão exterior» e integrada numa sociologia da memória colectiva⁹, de tradição durkheimiana, que foi consagrada por Maurice Halbwachs¹⁰ e cujas posições viria a rever, em parte, no *Mémoire collective*¹¹, considerando a memória social virtual como pano de fundo onde indivíduos e grupos constroem, respectivamente, as memórias individuais e colectivas, constituindo o reconhecimento de um papel activo do sujeito através da sua memória individual no processo de socialização e na modificação do que recebe por herança¹². A memória individual torna-se dependente do papel desempenhado pelo indivíduo em cada grupo de pertença¹³.

A memória social como prática do discurso

Numa análise de histórias de vida conduzida por Gérard Namer¹⁴, a memória apresenta-se como uma narrativa organizada, um diálogo virtual que compreende a linguagem, o sistema de julgamento, as noções e categorias colectivas constringido pela formalização do ritual, do conteúdo e tom da prática social do diálogo num momento e dum grupo num dado espaço. A memória como diálogo social formalizado, pronta a ser dita perante um público, que resulta de um diálogo interior prévio, dirigindo-se a um vago público futuro, e que se actualiza nas interacções sociais. A memória individual insere-se nos modelos culturais de diálogo da sociedade e grupos de pertença do indivíduo¹⁵.

Em situação de entrevista, de modo ocasional ou provocado, vai-se além da memória acessível do sujeito, tocam-se recordações isoladas, de que o sujeito fala a primeira vez. Trata-se da emergência de memórias escondidas, na medida em que podem corresponder a temas mais ou menos interditos e porque não são susceptíveis de serem preparadas no foro interior do sujeito por um diálogo social. Consiste numa

⁶ Cf. RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 2000, pp. 112-163.

⁷ CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001, p. 18.

⁸ Idem, *ibidem*. É partindo desta analogia que Reinhart Koselleck radica a consciência histórica moderna na visão judaico-cristã do tempo. Veja-se KOSELLECK, Reinhart – *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1990.

⁹ Cf. RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 2000, pp. 112-163.

¹⁰ HALBWACHS, Maurice – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 [1925].

¹¹ HALBWACHS, Maurice – *ob. cit.*, 1997.

¹² Cf. CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001, p. 20.

¹³ Cf. NAMER, Gérard – *ob. cit.*, 1987, p. 230.

¹⁴ Cf. NAMER, Gérard – *ob. cit.*, 1987. Veja-se ainda: NAMER, Gérard – Postface. In HALBWACHS, Maurice – *ob. cit.*, 1994.

¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 129-133.

memória deslocada pelo tom em que seria falada, num contexto de memória abrangente ou regional.

A atenção a dispensar a fricções, contradições e aos diferentes interesses no interior de grupos e indivíduos leva a colocar o enfoque nos «processos e actores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias»¹⁶, sublinhando a importância de memórias subterrâneas, «como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas»¹⁷ que se contrapõem à memória oficial, num trabalho de subversão, no silêncio, irrompendo «em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exarcebados»¹⁸. A memória entra em disputa, existindo conflito e competição entre memórias concorrentes. As memórias subterrâneas permanecem em estruturas de comunicação informais passando sem se fazerem notar pela sociedade. Surge assim espaço, nas lembranças, para zonas de sombra, silêncios e «não-ditos». A «fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável»¹⁹ separa as memórias subterrâneas das memórias oficiais.

A memória como sustentáculo da coesão interna do grupo, oferece pontos de referência resultantes de um trabalho profissional de enquadramento que resulta na produção de discursos e objectos materiais que, colocando o enfoque nas memórias individuais, permitirá destacar os limites desse trabalho e realizar uma aproximação ao papel do indivíduo no controlo dos desfasamentos entre a imagem oficial e as suas lembranças pessoais²⁰.

O trabalho de esquecimento é fundamental na memória colectiva. A mudança de estrutura de um grupo estará na base de alterações na sua memória, transformando a recordação em esquecimento²¹. O esquecimento do grupo obedece a uma finalidade, o interesse do grupo — uma política de esquecimento²², transparecendo a natureza selectiva do passado. A memória é o ponto de chegada da interacção entre esquecimento e conservação. A restituição integral do passado é uma impossibilidade²³. Existirão traços que serão conservados e outros esquecidos, conservar sem escolher não será um trabalho de memória²⁴. A recordação tende a esquecer-se do esquecido²⁵,

¹⁶ Vejam-se: POLLAK, Michael – Memória, Esquecimento, Silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 4. [Consult. 2006-01-21]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. POLLAK, Michael – Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, pp. 200-212. [Consult. 2006-01-21]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. POLLAK, Michael – *L'Expérience Concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Editions Métailié, 2000.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Cf. HALBWACHS, Maurice – *ob. cit.*, 1997.

²² Cf. NAMER, Gérard – *ob. cit.*, 1987.

²³ Cf. TODOROV, Tzvetan – *Les Abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 1995, p. 14.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Cf. CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001.

recordar será seleccionar e esquecer mas será também resgatar e terá sempre por base um trabalho da memória²⁶.

Memória, História e Historiografia

A distinção entre História e Memória é inquestionável e, de resto, trata-se de um assunto amplamente documentado²⁷. O meu ensejo é assinalar características comuns entre a memória e o trabalho historiográfico, nomeadamente, ao nível da selecção, do finalismo ao presentismo, na verosimilhança, na representação, numa perspectiva não contínua do tempo e na relação entre o sujeito e o seu objecto²⁸.

A historiografia é, assim, também ela, produtora de memórias e tradições. Se por um lado, a narrativa histórica se centra na denominação, se preocupa com os sujeitos, a memória dá subida atenção à descrição, à qualificação dos acontecimentos e ao sentido dos acontecimentos. Se aspiramos a uma verdade de adequação, será necessário confrontar os testemunhos orais com outras fontes mas a memória acolhe mais facilmente a experiência física e espiritual, incita-nos a matizar e a complexificar os nossos julgamentos sem os condenar a um relativismo integral. A memória compensa a dificuldade em atingir uma verdade de adequação por uma maior verdade de desvendamento, de revelação, revelando o sentido dos acontecimentos com tanta eficácia como as formulações abstractas dos historiadores. As duas diligências são complementares, se pretendemos conhecer o interior das experiências dos defensores de ideologias opostas, deveremos ouvir as narrações memorialísticas; se desejamos conhecer o valor das suas posições, as consequências práticas de uma e de outra, a relação entre palavras e actos, deveremos debruçar-nos sobre o trabalho dos historiadores. A verdade de adequação que caracteriza a história e verdade de desvendamento que marca a memória complementam-se e completam-se²⁹.

²⁶ Cf. RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 2000, pp. 82-111. Não cabe aqui analisar o trabalho da memória, enquanto linguagem pública, colectiva e instituinte, patente nas comemorações, espaço de luta de memórias concorrentes. A esse propósito veja-se: CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001; CATROGA, Fernando – *Ritualizações da História*. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996; MENDES, José Manuel de Oliveira – *ob. cit.*, 2003, pp. 59. José Manuel Mendes mobiliza no seu estudo as análises de Barry Schwartz sobre as diferentes versões de Abraham Lincoln de acordo com a época histórica; Mona Ozouf descreve a utilização da festa revolucionária ao serviço da memória. A comemoração integra o programa revolucionário – tratava-se de «alimentar» a recordação da revolução. Veja-se: OZOUF, Mona – *La Fête Révolutionnaire*. Paris: Gallimard, 1976.

²⁷ É o caso de autores como Lucien Febvre, Henri-Irenée Marrou, Pierre Nora e Krzysztof Pomian. Cf. CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001, p. 25. Vejam-se: FEBVRE, Lucien – *Combates pela História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. MARROU, Henri-Irenée – *Do conhecimento Histórico*. Lisboa: Editorial Aster, 1974. NORA, Pierre *et al.* – *ob. cit.*, 1984. POMIAN, Krzysztof – *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999. Ainda sobre o entendimento desta relação em Pierre Nora veja-se: RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 2000, pp. 522-535.

²⁸ Cf. CATROGA, Fernando – *ob. cit.*, 2001, pp. 40-50. Veja-se a este propósito: RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 2000.

²⁹ Cf. TODOROV, Tzvetan – *La mémoire devant l'histoire*. In *Terrain* 25 (1995) 101-112.

Memória, cultura e ideologia

A problemática da cultura

A natureza simbólica da memória³⁰ justifica a atenção a dedicar aos processos simbólicos, para a compreensão das dinâmicas relacionadas com as construções das memórias individuais, colectivas e sociais, sustentando que os símbolos, o processo de simbolização e os produtos simbólicos são o resultado da interação³¹.

Adopto a concepção geertziana de cultura³² conceito «essencialmente semiótico»³³ considerando que o «homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu»³⁴, em que a cultura são as teias e a sua análise, percebida como «uma ciência interpretativa, à procura do significado»³⁵, de algo que se apresenta e pode ser lido como um texto, «uma hierarquia estratificada de estruturas significantes»³⁶, socialmente estabelecido e contextualizado. No estudo da cultura os significantes são actos simbólicos e o objectivo é a «análise do discurso social»³⁷, no ensejo de desvendar «as estruturas conceptuais que informam os actos dos sujeitos, o *dito* no discurso social»³⁸.

O indivíduo tem um papel criativo nas representações colectivas, impondo-se a necessidade de estar atento à existência de alternativas aos processos de produção cultural dominante³⁹ incorporando o contingente e o aleatório na análise dos processos culturais, integrando a resistência cultural e a produção de contramemórias como possíveis alternativas, tanto mais que as culturas dominantes parecem constranger mais na acção e luta política⁴⁰ do que ao nível do pensamento e ideologia⁴¹.

Neste sentido, na linha de Bernard Lepetit⁴², a formação social, analisada como uma categoria de prática social, deve ser encarada como construtora das suas próprias

³⁰ Cf. NAMER, Gérard – *ob. cit.*, 1987, pp. 58-62.

³¹ Cf. MENDES, José Manuel de Oliveira – *ob. cit.*, 2003, p. 60.

³² Cf. GEERTZ, Clifford – *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 13-41.

³³ Idem, *ibidem*, p. 15.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 17.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 36.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 37.

³⁹ Cf. SAID, Edward – *Culture and Imperialism*. London: Vintage, 1995.

⁴⁰ Cf. SCOTT, James – *Dominance and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

⁴¹ Cf. MENDES, José Manuel de Oliveira – *ob. cit.*, 2003, p. 62.

⁴² Cf. LEPETIT, Bernard – Une autre histoire sociale. In *Correspondances*. Bulletin scientifiques de l'IMRC, 1996. [Consult. 2006-02-18] Disponível em URL: <http://www.irmcmaghreb.org/corres/textes/lepetit.htm>. Trata-se de uma transcrição da comunicação oral realizada por Bernard Lepetit e que constituiu a sua intervenção nas jornadas *Pratiques du métier d'historien* (1996), organizado em Cartago, pelo IMRC (Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain) e pela Academia Tunisina, com o patrocínio da Maison des Sciences de l'Homme e da École des hautes Études en Sciences Sociales, e cujo texto o autor nunca chegou a rever pois foi surpreendido, prematuramente, pela morte duas semanas depois.

referências, instituições, identidades sociais, laços sociais. O enfoque na acção valoriza a descrição em detrimento da explicação, a compreensão do mundo passa por uma descrição fina dos fenómenos, permitindo responder à questão do *como*, articulada com o recurso às escalas. A descrição permite captar a acção na sua configuração temporal e espacial, possibilita a resposta à questão *porquê*, na medida que reporta as acções aos contextos de sentido na qual elas têm lugar. Na ordem das categorias temporais ter em conta a acção e os actores conduzirá à valorização da curta duração, do acontecimento, da acção situada. É numa série de acções situadas, na inter-relação e na interacção que se constroem as regras e as normas. Nesta ordem prestar atenção à acção não implica necessariamente a desvalorização da longa duração. A recentração na acção coloca no presente toda a carga temporal da história e leva a encarar com seriedade os modelos temporais dos actores⁴³.

O papel da ideologia – os dilemas ideológicos

A ideologia⁴⁴ na acção dos «empresários da memória» — mediadores e produtores de memórias colectivas — constitui um eixo central. Não caberá aqui uma análise cuidada de um conceito tão elusivo⁴⁵, sublinho, contudo, que a ideologia fornece recursos para a «negociação do sentido e da produção de consensos, tradições e memórias»⁴⁶. Procurando salientar que as ideologias são portadoras de contradições e dilemas, parto das propostas de Boaventura Sousa Santos⁴⁷, considerando uma concepção retórica do conhecimento, sustentando que as ideologias produzem lugares comuns e senso comum, constituindo-se em premissas de argumentação, tornando-se temporariamente em «factos ou verdades»⁴⁸, que «são objectos com aceitação suficientemente intensa para não exigir reforço pela argumentação»⁴⁹ ou podem

⁴³ Cf. LEPETIT, Bernard – *ob. cit.*, 1996.

⁴⁴ A palavra ideologia terá tido uma utilização positiva quando um grupo de pensadores se identificava como *idéologues*, uma escola filosófica francesa setecentista, que perfilhava uma filosofia semântica – com a pretensão de radicar a filosofia nas ideias afastando-a das coisas e da realidade. Opositores de Napoleão e do Império – de que Destutt de Tracy, eram tratados pejorativamente por *idéologues*, estando assim na génese da conotação negativa, que remonta a Napoleão. Cf. RICOEUR, Paul – *ob. cit.*, 1991, pp. 69-70. Uma análise mais detalhada pode encontrar-se em: THOMPSON, John B. – *ob. cit.*, 1995, pp. 44-49.

⁴⁵ Cf. RICOEUR, Paul – *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991. Sobre o conceito de ideologia vejam-se ainda a título de exemplo: LARRAIN, Jorge – *The Concept of Ideology*. Londres: Hutchinson, 1979. LARRAIN, Jorge – *Ideology and Cultural Identity. Modernity and the Third World Presence*. Cambridge: Polity Press, 1994. THOMPSON, John B. – *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴⁶ MENDES, José Manuel de Oliveira – *ob. cit.*, 2003, p. 67.

⁴⁷ Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa – *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da Experiência. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume I*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 93.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

transformar-se em argumentos que servem a «construção, reconstrução ou abandono de memórias colectivas e sistemas simbólicos»⁵⁰.

As ideologias são produtoras de lugares-comuns, de senso comum⁵¹. A ideologia não como um sistema completo e unificado de crenças mas como portadora de contradições e temas opostos. Sem temas contrários os indivíduos não conseguiriam resolver ou decifrar problemas dos seus mundos sociais ou experienciar dilemas e sem isso pensá-los seria impossível⁵².

Os temas contrários do senso comum — que possui natureza dilemática, permitem aos indivíduos pensar as suas vidas⁵³, capacitando-os a discutir e resolver situações da vida quotidiana. Os dilemas de uma pessoa não são os de outra⁵⁴. Os dilemas são dilemas sociais pois referem-se a imagens sociais⁵⁵. O senso comum possui vocabulário que expressa os temas conflitantes, as palavras expressam avaliações morais, termos frequentemente expressos em oposições anti-téticas que facilitam a oposição de julgamentos morais⁵⁶.

Os temas contrários que fornecem as sementes da argumentação e do pensamento estão intimamente ligados, a reflexão sobre um dilema, conduz a sopesar prós e contras como se de uma argumentação se tratasse. A argumentação social pode ser vista como modelo para o pensamento social⁵⁷. Se pensamento e argumentação estão ligados então a capacidade para usar a retórica é universal. Em qualquer sociedade se pode esperar que as pessoas se auto-justifiquem e ao criticarem as visões de outros, elas utilizaram a retórica da argumentação⁵⁸. Os aspectos dilemáticos podem ser explícitos ou implícitos, dependendo em parte dos processos sociais e das práticas discursivas existentes nas comunidades de pertença⁵⁹. Neste enfoque faz sentido a distinção entre

⁵⁰ MENDES, José Manuel de Oliveira – *ob. cit.*, 2003, p. 67. Reforço, na linha de José Manuel Mendes, a importância de estar atento à distinção entre registos públicos e ocultos – das elites e de dominados, onde a resistência à dominação é constante e irrompe de múltiplas formas, nomeadamente pela indignação, e, por outro lado, a desconstrução da concepção homogénea dos subordinados.

⁵¹ Cf. BILLIG, Michael *et al.* – *Ideological Dilemmas. A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage, 1988. BILLIG, Michael – *Methodology and Scholarship in Understanding Ideological Explanation*. In ANTAKI, Charles org. – *Analysing Everyday Explanation. A Casecook of Methods*. London: Sage, 1988. BILLIG, Michael – *Collective Memory, Ideology and the British Family*. In MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek org. – *Collective Remembering*. London: Sage, 1990. BILLIG, Michael – *Ideology and Opinions. Studies in Rhetorical Psychology*. London: Sage, 1991. Utilizei, em particular, para a minha abordagem sintética, o primeiro dos textos aqui referido de Michael Billig (1988) e a reflexão analítica de José Manuel Mendes que, aliás, se revelou essencial.

⁵² Cf. BILLIG, Michael *et al.* – *Ideological [...]*, 1988, p. 2.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 9.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp. 16-17.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 18.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, pp. 20-24.

ideologia vivida e ideologia intelectual, sendo a primeira identificada com a forma de vida de uma sociedade e a segunda, um sistema integrado de ideias⁶⁰.

A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História.

Quero sublinhar como ponto prévio por um lado, a percepção da investigação científica como um processo interactivo moldado pela minha história pessoal, biografia, género e classe social de pertença, bem como pelas das pessoas do estudo e, por outro lado, um entendimento dos dados de investigação como selecções da realidade, sem contudo, contradizer o conceito de objectividade ou o esforço que desenvolvo para aumentar essa possibilidade.

Enquadrado numa abordagem de investigação qualitativa centrei a atenção no estudo dos discursos dos actores sociais, percebidos como acção, privilegiando como técnicas de recolha de dados, a análise documental de uma publicação periódica e a entrevista, colocando os actores sociais em discurso directo. Para a análise e tratamento de dados mobilizei as propostas da teoria ancorada (*Grounded Theory*) articulada com a análise crítica do discurso, na proposta de Teun Van Dijk.

A análise documental centrou-se no jornal *Rumo*, periódico da responsabilidade dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra que asseguravam a respectiva direcção, redacção e administração. A publicação conheceu dois períodos de existência, o primeiro, entre 21 de Janeiro de 1949 e 15 de Julho de 1957 e, um segundo, entre 1 de Dezembro de 1959 e Fevereiro de 1969. O hiato ficou a dever-se às dificuldades criadas pela mudança de instalações da escola. O jornal teve quatro subtítulos — *Rumo*:

- i) Jornal dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra;
- ii) Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra;
- iii) Mensário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra;
- iv) Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.

Constituiu um estudo exaustivo, tendo como unidade de análise a notícia e os diferentes artigos que compõem o jornal. A abordagem orientou-se para a problemática ideológica e simbólica dos vários discursos, estando atento à forma como os actores sociais reproduzem o discurso oficial ao nível local e institucional, pretendendo detectar temas e recursos mobilizados na construção da argumentação. Procurei identificar os níveis mobilizados na argumentação — do local ao internacional, entre o micro e o macro, destacando objectivos propostos, os aliados e os adversários, e a opacidade em relação a certos posicionamentos. Resultou numa construção da ideologia e representações no Estado Novo organizada em cinco conceitos chave: a Moral Católica, a «Educação Nacional», o Quotidiano, a Política e a Mulher.

No âmbito da Moral Católica irrompeu uma concepção de pessoa humana, vista e percebida como imagem e semelhança de Deus e as normas de conduta a seguir. Destaco o papel atribuído à igreja, o código de conduta, as representações sociais e a acção das missões católicas.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 25-32.

A análise do conceito de «Educação Nacional» centrou-se sobre a política educativa, nomeadamente o combate ao analfabetismo e o Plano de Educação Popular coincidindo com uma importante fase de mobilização da formação social portuguesa. A categoria ensino surge caracterizada nas subcategorias de ensino normal, no binómio educação *versus* instrução, a educação integral, a coeducação e as relações entre a escola e a família. Da explicitação do conceito de «Educação Nacional» surgem ainda as categorias de professor e criança caracterizadas pelo papel e imagem dos actores sociais. A categoria escola é assinalada enquanto espaço educativo e de inculcação ideológica, num momento vital da existência da Escola do Magistério Primário de Coimbra, a inauguração do seu edifício construído de raiz.

Os discursos sobre o quotidiano centraram-se em questões como o clima relacional, as festas, as cerimónias, os órgãos institucionais e organizações existentes. No âmbito das organizações surgiram a Liga Escolar Católica, as Conferências de S. Vicente de Paulo — a feminina e a masculina, S. João Maria de la Salle — e a Liga Intensificadora de Acção Missionária.

O conceito de Política operacionalizou-se em quatro categorias: o Estado, o nacionalismo corporativo, Portugal e o ultramar e as relações internacionais. Numa abordagem sincrónica em 1962, coloquei o enfoque dos discursos produzidos sobre Portugal e o ultramar e as relações internacionais. Numa perspectiva diacrónica, orientei a análise para os posicionamentos face à família.

A aproximação aos discursos sobre a Mulher foi feita em termos comparativos, escolhendo dois momentos diferentes, em que me detive sobre o comportamento social da mulher, as relações com o género masculino, o seu papel e expectativas no lar e no mercado de trabalho. Dediquei especial atenção aos discursos sobre a mulher enquanto professora do ensino primário.

A importância de complementar um «discurso oficial» patente no jornal *Rumo* e a possibilidade de ouvir os actores sociais em discurso directo sobre todo o tempo de existência da instituição, incluindo os períodos como as experiências pedagógicas, e a normalização, atravessando épocas historicamente marcantes e de intenso confronto ideológico, espaços de conflito e competição de memórias concorrentes, abriram espaço para o recurso à entrevista e à mobilização da memória dos actores sociais.

O recurso às vozes dos actores sociais permitiu romper com a ideia do carácter hegemónico dos discursos estado novistas. No que se refere à concepção de professor, atente-se nas palavras de Francisco Quaresma, professor da Escola na década de sessenta, constrói uma crítica do «espírito de missão» conotando-a com uma época. Começa por considerar que esse «espírito de missão» já na época em que foi professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra era um «slogan» e diz mesmo que «já não se acreditava muito nesse espírito de missão». Argumenta que a associação entre professor e sacerdócio esbarra em dois obstáculos, por um lado, a sua desadequação à década de sessenta e, por outro, tratava-se de uma postura desadequada ao nível ético dos alunos-mestres e das alunas-mestras. Identifica uma adversária, Julieta Carvalho, invectivando contra as suas posições e postura:

«Luís Mota: Sr. Dr., continuando a nossa conversa, como é que vê o papel do professor, como é que via, nessa altura, na Escola do Magistério, o papel do professor. Também entendia, ou entende, o professor como um espírito de missão? (//)

Francisco Quaresma: (//) (eh) Bom, isso (//)

Luís Mota: (//) Ou, como é que vê esse espírito de missão?

Francisco Quaresma: Bom, isso já na altura era um slogan que, (eh) já não se acreditava muito nesse espírito de missão. É claro, o professor é um profissional (eh) e o espírito de missão tem que existir mas temperado por outros espíritos, não é, (eh) aquela coisa do sacerdócio, do professor ser o sacerdócio pois, já na altura os sacerdotes andavam pelas boates e tal, e o professor é que seria o sacerdócio, não! (hã), o professor tem de ser um educador, tem que ser um formador, tem que ser um homem que dê um exemplo, não é, mas também não pode agora armar em sacerdote e estar a querer aquilo que uma determinada (ah) época ou uma determinada (eh) idade, até pode compreender. Sim porque ninguém, no mundo, com uma idade de dezassete ou dezoito anos compreendia certas reivindicações de ordem moral, (ah) como por exemplo fazia a D. Julieta. Sim, essa Sr.^a e tal, que com muito boa intenção, sem dúvida, ela era uma pessoa (eh) superior nesse aspecto, mas claro, queria que os alunos alinhassem já por uma idade avançada, (ah) não podia ser, não é. Contrariava um bocado os namoricos, elas andavam aí a esconder-se pelos cantos com os namoricos para que a D. Julieta não visse, é claro, já era um exagero, não é [a sorrir]. Ora, não é essa verdadeiramente a missão do professor. Ela fazia aquilo por bem, não é, mas era um bem que no fim de contas acabava por nem ser bem, não é. Ora, o professor tem que ser um educador, um formador (eh) tem que ser compreensivo em relação a uma determinada idade, e ter um determinado temperamento porque nem todos os alunos têm o mesmo temperamento, não é, (eh) se há uns mais dóceis há outros que não são, (eh) se há uns alunos têm mais propensão até para se desviar de determinadas normas (ah) outros não terão, (ah) de maneira que o professor tem que ser um orientador fundamentalmente mas nunca um impositor, não é».

Quando aborda a sua formação e desempenho profissional, refere a importância da bibliografia francófona — janela de oportunidade, para uma formação autodidacta:

«Francisco Quaresma: [...] E eu fazia-o muito frequentemente porque tive a facilidade de arranjar uns livros franceses, não é, ah e belgas, que já estavam a ver as coisas de uma maneira diferente, lia aquilo e fundamentalmente o que me interessava aqui era que os alunos sássem mentalizados daqui, com esta ideia central, que a criança era um ser vivo que estava ali e que era preciso merecer uma atenção muito especial e que, antes de castigar ou antes de reprimir, [...]».

Partindo da situação de entrevista procurei restituir a voz aos actores sociais, explicitando a descrição e sentido que os seus discursos dão aos acontecimentos e momentos vividos na Escola do Magistério Primário de Coimbra e como qualificam o papel que a instituição desempenhou na sua vida e nas realidades local e nacional, no sentido do passado e prospectivo, ensaiando ir além da abordagem meramente institucional e mobilizando história e memória, num enfoque de complementaridade. Nesta perspectiva e com a disciplina de Teoria e Dialéctica da História em análise, criada durante as experiências pedagógicas, atentemos no discurso de Joaquim Viegas, director da Escola, criador da disciplina, autor do programa e seu principal impulsionador:

«Joaquim Viegas: Exacto.

Luís Mota: tinha si, poderia ter sido um erro, ou um excesso. Como é que, como é que vê essa situação, era essencial para o processo de desconstrução,

Joaquim Viegas: Pois.

Luís Mota: daquilo que existia e essencial para essa consciencialização política, atendendo ao contexto da época ou é essencial, tout-court, se me permite (.)

Joaquim Viegas: Por acaso quem, quem promoveu a disciplina fui eu e quem fez o programa fui eu e, portanto, está a falar com a pessoa que percebe qual era a intenção da, da, da disciplina, embora sempre com a participação do director-geral, tivemos, a esse nível, evidentemente, que tivemos uma protecção especial, um, um incentivo fundamental da, da direcção, da direcção-geral, do, do Rogério Fernandes e do (//) Salvado Sampaio,

Luís Mota: (//) Salvado Sampaio.

Joaquim Viegas: que era, que era o director de serviço, eram, eram, aliás, o clima era espantoso, não é, mas (ham) a disciplina parecia-me, exactamente na, naquela perspectiva de dar consciência política, não uma consciência política partidária, embora a Teoria e Dialéctica da História parecesse (eh) parecesse, como é que hei-de dizer, mono, ((sorri)) mono, mono-direccionada, se quisermos, mas na, na, na, na perspectiva que eu tinha era a necessidade de dar aos alunos, como disse à pouco, a, a possibilidade de conhecer a realidade, conhecer a História portuguesa no sentido das emancipa, digamos da, do, da, das aspirações, da, da, da população mais pobre, se quisermos, da, da população oprimida socialmente e economicamente, os movimentos que foram sendo gerados e reprimidos no sentido da emancipação, portanto, era necessário que os, os professores percebessem isso, de forma a inserir a sua função nesse movimento, nesse movimento, não é, (ham) e era, era, era um pouco nesse sentido, da consciência política da função, da função do, do, do professor, não é, que deve ser um agente de emancipação, um agente de emancipação, deve corresponder às aspirações, deve fazer elevação da cultura, portanto, combater o analfabetismo e, por isso, o professor que nós pretendíamos formar não era um professor escolar, mas era um professor social, um professor que agia não só com as crianças mas também com, com os pais das crianças, com os avós das crianças, e portanto, deveria de certa forma ser um, um, um animador do desenvolvimento social, não é, portanto, a, aquela, aquela disciplina parecia fundamental, não é, evidentemente que eu, eu, eu sei, foi, foi a primeira a ser eliminada (//) logo e objecto, inclusivamente,

Luís Mota: (//) Sim, sim.

Joaquim Viegas: dum intervenção do, do Sottomayor Cardia, na televisão, uma coisa curiosa, quer dizer, sentiram tanto o peso daquela disciplina que me lembro do, do Sottomayor Cardia dizer que era uma disciplina estalinista, não é, bom achei, ri-me da, da, da expressão dele, não é, estalinista, havia ainda preconceitos muito grandes, havia muito medo da, da, da classe média intelectual se quisermos assim, quer dizer, havia muito medo, a, como aliás se verificou depois, quando, quando os, os próprios políticos acabaram por, por se associar ao, à, à CIA, aos americanos, nós sabemos o papel que a CIA (//) desempenhou na, na contra-revolução,

Luís Mota: (//) Desempenhou.

Joaquim Viegas: ou naquilo que depois o próprio Car, o Sottomayor Cardia falou na *normalização*, ((ri)) na *normalização*, não é, e hoje é curioso ver o, o, o Mário Soares ser tão anti-americano ou pelo menos, anti-americano no sentido da política

americana, não é, portanto, a história também é feita disto, dessas, dessas, dessa, é, é pendular, vai-se para a frente, vem-se para trás, portanto, não é um, não é um percurso (//) linear, não é, e,

Luís Mota: (//) Linear.

Joaquim Viegas: e, e, portanto, naquele altura nós estávamos, digamos, o pêndulo estava todo voltado à esquerda, isso, isso é óbvio, não é, estava todo voltado à esquerda e a cadeira, era exactamente isso, falava na, na vertente científica, na vertente política, na, havia uma terceira vertente, que era a vertente cultural, não é, [...]».

A argumentação de Joaquim Viegas pode sintetizar-se em três pontos:

- i. A justificação histórica e ideológica da disciplina.
- ii. A disciplina e o combate político-ideológico no plano nacional e internacional — os adversários de ontem são os de hoje.
- iii. Uma leitura histórica e da História: a metáfora do pêndulo.

Constrói a argumentação de justificação da disciplina assente na sua importância para a formação dos professores e em face do professor que se pretendia formar. O objectivo primeiro era dotar o futuro professor de consciência política — recusa explícita da formação política partidária, ainda que possa parecer uma disciplina unidireccionada — isto é, no intuito de que este conheça o sentido da História no que traduz de aspirações e libertação dos mais pobres e oprimidos, do ponto de vista social e económico. A tomada de consciência deveria conduzir o professor a transformar-se em «agente de emancipação», o professor social.

A retórica deixa de se centrar na disciplina para passar ao plano nacional, transformando-se em combate político-ideológico quando dialoga com Mário Sottomayor Cardia, que considerou a disciplina estalinista, o que Joaquim Viegas considerou ser fruto do preconceito e receio da «classe média intelectual». Esta posição de Cardia, tem para Viegas, paralelo, na política internacional, com os políticos a associarem-se à *Central Intelligence Agency* (CIA), sugerindo o papel desta organização na contra-revolução, que em Educação teve a sua tradução — baptizada e conduzida por Sottomayor Cardia — na *normalização*. Neste discurso os adversários de ontem são os de hoje, daí que Joaquim Viegas, deixe cair o desabafo: «e hoje é curioso ver o Mário Soares ser tão anti-americano ou, pelo menos, anti-americano no sentido da política americana».

Adoptar uma concepção de História, na medida em que a considera cíclica e não linear, mas cíclica no sentido da distribuição e equilíbrio de forças face ao poder e, simultaneamente, caracteriza o momento da História de Portugal que criou condições para as experiências pedagógicas e, em particular, para o aparecimento da disciplina de Teoria e Dialéctica da História, reconduzindo assim a sua argumentação dos planos internacional e nacional de novo à disciplina, analisando as suas diferentes vertentes.

A análise das memórias dos actores sociais centra-se, também, nos posicionamentos pessoais, dilemas ideológicos e memórias concorrentes face às vivências na Escola do Magistério Primário de Coimbra e nas questões que vão desde a concepção de professor às perspectivas que os actores sociais guardam da formação, aos planos de estudo e avaliação. Os dilemas ideológicos pessoais podem ilustrar-se com o discurso de Marta Santos que começa por tomar posição: no plano de estudos das Experiências houve coisas «com as quais eu não concordei», porque «exageradas» e «datadas».

Discordância, pura e simples para, em diálogo consigo própria, matizar com um não concordei «entre aspas», encerrando com a necessidade da discordância ser clarificada e aprofundada:

«Marta Santos: [...] (ham) Agora, (eh) houve também coisas (eh) no plano de estudos do período revolucionário, que eu, com as quais eu não concordei e que achei (eh) achei, (eh) exageradas, achei datadas, por exemplo, como é o tal caso da, daquela disciplina que eu agora não me lembro como é que era chamada (.)

LM: Teoria e Dialéctica da História.

Marta Santos: Exactamente, não é, pronto, isso, «não concordo» entre aspas, eu vou explicar porque é não, porque é que não, não concordei, porque é que achei que (eh) (.) vou explicar melhor porque eu não, não, se calhar não é bem não concordei, é assim, para uma (eh) instituição que tinha vivido com a OPAN ss, permanentemente sido inculcada aquela organização, sem mais nenhuma cultura política de nenhuma natureza, eu acho que era importante ser introduzido, ter sido introduzido uma cadeira de cultura política, sinceramente, agora não tinha que ser uma cadeira de cultura política (eh) marxista, mas também não fez mal, eu acho que não, não ((ri)) não foi nenhuma, não foi nenhum, não foi nenhum vírus, não é, agora, a minha ideia, até também possivelmente aqui porque eu sou, uma das minhas áreas de especialidade é a questão, é a questão da, dos currículos, (hem), é que estas, estas áreas, (eh) são áreas de circunstância, estas disciplinas são disciplinas de circunstância naquele momento (//) responde aquele período.

LM: (//) Ao momento histórico, não é.

Marta Santos: Não, naquele, para aquele período estaria ajustado, estávamos no período das dinâmicas culturais, era o predo, era o dominante, pronto, acabou, não fez mal a quem teve a cadeira em si mesma, mas era alguma coisa que se via desde logo ou desde muito cedo que estaria condenada a desaparecer. O que veio, agora, a questão é esta, essas disciplinas tinham uma, um tempo, pronto, (ah) e o que veio a seguir, eu já não lembro o que é que foi distribuído, são coisas, são disciplinas académicas (.)

LM: Logo a seguir veio Introdução à Política.

Marta Santos: Pois, que é uma coisa que, pois, está bem.

LM: Que é igual ao Secundário.

Marta Santos: Que é igual ao Secundário. (.)

LM: E depois não veio nada.

Marta Santos: E depois não veio nada isso aí é que eu acho que está mal, isso aí é que eu acho que está muito mal, não é. Vir igual ao Secundário (ahg) já era uma situação que talvez de, porque esta gente, há mas também eles entravam com o 5º ano, mas eu acho que a formação política, mínima, mas uma formação política consistente é importante na formação profissional, é, é importante, é preciso que aconteça. Não ter nada é muito mais grave do que ter tido Introdução ao, ao Marxismo, isso eu não tenha dúvida absolutamente nenhuma».

De um modo geral os entrevistados mobilizavam uma leitura da história, reactivando memórias e acontecimentos a que conferiam carácter fundacional, socorrendo-se de uma experiência vivida que destacavam como única e sinalizando aliados e adversários

— os comunistas, os fascistas, a extrema-esquerda —, para legitimarem os seus posicionamentos.

Atentemos em duas leituras, de alunos-mestres, sobre o período das experiências pedagógicas e da normalização, no que se refere às tensões político-ideológicas. Na análise das relações entre alunos-mestres e alunas-mestras, Óscar Nunes data da *normalização* as tensões político-ideológicas e avança com o exemplo da Associação de Estudantes. Só com a *normalização* surge «uma relação diferente» e uma certa crispção político-ideológica está na origem de duas listas. As transformações que ocorrem nas escolas têm origem em alterações e mudanças no equilíbrio de forças políticas a nível nacional, e mostra claramente como os diferentes actores mobilizam temas locais e nacionais nos seus discursos:

«Óscar Nunes: [...] e eu recordo-me que por exemplo nesse segundo ano, no primeiro ano nós tínhamos uma Associação de Estudantes, que eu nem me lembro como é que foi constituída, mas penso que foi um bocado do género, quem é que quer e era o pessoal das turmas e as turmas escolhiam, (ah) ficas tu e tal, e a coisa era assim, no segundo ano e depois desta situação toda de mudança, passa a haver entre nós uma, uma relação diferente, (eh) a Associação de Estudantes, houve duas listas, logo, eu estava numa com o Pedro, com o Trincão, com essa malta, o Zé Maria, não sei quê, o Mário estava noutra, com o Aires, com essa malta e (hã, hã), estavam noutra, (hem) depois, e no terceiro ano isso volta a acontecer, no segundo ano, perdemos nós por uns trinta votos e no segundo, no outro ano, ganhámos por uns vinte votos, porque jogava-se ali muito na altura, para conseguir ganhar, nas regentes, como as ex-regentes era pessoal mais velho e pessoal do ponto de vista político, digamos, mais conservador, deram a vitória, no primeiro ano, à lista, digamos, se quisermos politicamente, menos, mais à direita e nós, quando percebemos isso fizemos a campanha, no ano a seguir, eu lembro-me de ir de bicicleta mais uns colegas a Montemor, porque havia uma série delas lá, fazer uma festa e lanchar com elas e tal, porque, ((a rir)) porque era aí que se jogava, porque nos estudantes era equilibrado, (ah) e inclusivamente nos estudantes no terceiro ano, essa lista é, cá está os factores políticos intervêm aí, essa segunda lista perde também porque nós conseguimos identificá-los com um colega nosso que tinha sido expulso da Escola por ser informador da PIDE em 74, que era o Manuel, que depois disso teve problemas de outro tipo (//) (hein) ((sorrindo)), pronto,

Luís Mota: (//) O marido da Manuela.

Óscar Nunes: e que foi readmitido já na fase do Falcão e já cá estamos nós a dizer, isto é outra vez o regresso do e não sei quê, e conseguimos que ele pusesse um dia o autocolante da outra lista e a partir daí eles perderam porque, mesmo o pessoal mais coiso como não, (eh) pá aquela coisa, estávamos em 76-77, o 25 de Abril tinha sido há três anos, um gajo ter estado ligado, informador da PIDE, ainda por cima era um gajo com actividade na Escola estava já, era um tipo reconhecido na rádio e tal, então e o gajo tinha actividade, dava-se bem com toda a gente e andava a fazer queixa dos colegas, isso não era bem visto, nada, e então ele perde, a lista perdeu quando nós percebemos que se jogava nas regentes e quando nós o colámos a eles à lista, e portanto, mas aqui mostra o quê, para dizer o quê, que há aqui factores claramente políticos já, (eh) na relação entre os estudantes, (eh) e portanto, nós a partir daí, desse segundo ano, e isto notou-se mais, nós quebrámo-nos em termos de Associação de

Estudantes, e foi em conflito que estivemos, mesmo com alturas complicadas que a malta quase não se falava e aquelas coisas todas, depois claro (//) depois

Luís Mota: (//) Havia uma certa crispação.

Óscar Nunes: Houve, houve ali crispação clara e já uns com os outros e, portanto, nessa relação é evidente que isso surgiu. Depois entretanto, pronto, aquilo acabou, depois estivemos uns anos sem nos ver, sem nos vermos, e depois quando nos encontrámos, fizemos todos umas festas, não, isso depois passa, mas na altura isso notou-se muito».

A problemática pela voz de Alberto Sousa está no cerne das críticas às Experiências Pedagógicas, numa argumentação de defesa da *Normalização*, onde tudo decorreu na «maior normalidade» donde resultaram divisões pessoais que não ficaram «para a vida»:

«Alberto Sousa: [...] houve as primeiras eleições democráticas para a Associação de Estudantes, cada turma elegia um delegado e esses delegados formavam uma coisa chamada a Comissão Central de Alunos, mas podia ser um, um António, uma Maria ou um Zé que nunca se tinham visto senão nos corredores da Escola, que não tivessem um projecto comum, não tivessem uma ideia comum, esses é que eram os representantes dos alunos, a, a, logicamente quando se fizeram as primeiras eleições, apareceram listas, de pessoas que se identificavam minimamente com alguns princípios, queriam determinados objectivos, atingir determinados objectivos, e fizeram-se as primeiras eleições em que uma lista de que eu fazia parte ganhou as eleições com cerca de 75% dos votos, mas tudo sempre da mesma, da, da maior normalidade e sem, pequenas divisões pontuais na altura, pessoais, entre alguns elementos mas que nem sequer ficaram para a vida e as pessoas hoje convivem todas, logo passados uns anos, conviviam todas (hem) independentemente dessa divisão, isso para dizer que não foi uma divisão muito vincada [...]».

E discute criticamente a estrutura e funcionamento da Comissão Central de Alunos – órgão existente durante as Experiências Pedagógicas:

«Luís Mota: Tu estavas-me a dizer em termos de intervenção escolar, por que, até por que és o primeiro entrevistado que me refere essa situação, a primeira Associação de Estudantes, do período 74-75 não era uma Associação de Estudantes, por aquilo que tu disseste.

Alberto Sousa: Não, não, não era a Comissão Central de Alunos que era um aluno eleito em cada turma, cada turma atirava um para uma Comissão Central de Alunos, eu fui eleito no 1º ano, também na minha turma, como delegado à Comissão Central de Alunos, era o delegado da turma X, mas encontrei lá pessoas que, quer dizer, a Comissão Central de Alunos, não era (.) (//) digamos, não era,

Luís Mota: (//) Não era homogénea.

Alberto Sousa: não era homogénea e permitia toda, toda (ham) permitia todas as influências que os professores quisessem fazer, os professores podiam condicionar a nível de cada turma o voto, que era muito mais fácil condicionar o voto a grupos de quinze, vinte pessoas, do que condicionar a um universo de trezentos, que eram o 1º e 2º ano da Escola, e no meu tempo já o 1º, 2º e 3º ano da Escola, quatrocentos

alunos, às vezes, trezentos alunos, quatrocentos, ora com, a nível de uma turma é muito mais fácil às vezes uma eleição numa turma de vinte ganha-se com cinco votos, portanto, esse tipo é que ia representar aqueles vinte, mais cinco do outro lado, mais cinco do outro lado, a, e isso não, não é democrático, quer dizer, é uma forma de democracia em pirâmide, mas que não, não é tão democrático como uma lista que se apresenta à Escola inteira e que a Escola inteira vota e que tem, a lista A, a lista B, a lista C (//) para escolher,

Luís Mota: (//) Claro.

Alberto Sousa: e isso (//), e que leva um programa atrás e tal,

Luís Mota: Com programas definidos.

Alberto Sousa: ali não havia programas nenhuns, era o tipo mais engraçado da turma ou o tipo mais, mais, que falava mais ou que dava mais nas vistas, até por que as eleições eram logo feitas ali em, no princípio do ano, ao fim de três semanas de aulas, portanto, era fácil controlar aquilo e eu penso que, por essa Comissão Central de Alunos onde está, onde estive, não tenho dúvidas que havia ali um certo grupo que mantinha a posição de força ali».

Sublinha, ainda, o «funcionamento em células mais reduzidas que tem também uma componente ideológica» como ele explica:

«Luís Mota: E em termos dos diferentes departamentos da própria Escola tipo secção de Reprografia, Bar a (.)

Alberto Sousa: Aí não me recordo (ah) eu tenho ideia que nalgum tempo, havia um representante dos alunos nessas secções, mas, mas não tenho a certeza absoluta e não sei era antes se era depois, creio que até era antes, que haveria, portanto, no período de 75-76, que haveria um representante dos alunos no Bar, não sei quê e tal, mas era toda, o que eu queria dizer com isto, é que era toda uma lógica de funcionamento diferente, a partir do momento que a Associação de Estudantes não se reúne numa sala fechada, fecha a porta, e combina o que é que vai fazer, quer o director goste quer não goste, quando é um elemento da turma que vai lá e que depois vai à turma levar as conclusões, vota na turma, volta à Comissão Central de Alunos, quer dizer são lógicas completamente diferentes e que estão inseridas num, num (//) num princípio (.)

Luís Mota: (ah) quer dizer, as decisões da Comissão estão dependentes das (//), da aprovação nas turmas.

Alberto Sousa: (//) Muitas vezes era, por que as pessoas não tinham um programa não sabiam o que é que os seus colegas pensavam sobre uma questão que tinha sido colocada ali pela primeira vez, então vamos ver o que é que a turma pensa, depois para a semana voltamos a trazer a opinião da turma, e era assim um bocado, e que tem a até a ver, quer dizer, é uma forma de funcionamento em células mais reduzidas que tem também uma componente ideológica, como nós sabemos, não é.

Luís Mota: Claro.

Alberto Sousa: (ah) não havia um Parlamento, não é, digamos, en, enquanto a Associação de Estudantes é um Parlamento, qualquer pessoa entra, põe questões, faz-se uma RGA, não sei quê, antes não era assim, era a turma pelo delegado, o delegado pelos outros delegados, depois o, a Comissão Central de Alunos também creio que tinha o, já não sei como é que isso funcionava bem, para te ser franco, mas creio que

tinha um presidente ou, ou três pessoas que essas é que iam falar com o director, portanto, era, era um lógica completamente diferente e, cada turma não se repre

Luís Mota: Era uma coisa vertical, não é?

Alberto Sousa: Sim, cada aluno não se revia na Comissão Central de Alunos, quando muito revia-se no seu (//) delegado de turma,

Luís Mota: (//) No seu representante.

Alberto Sousa: uma coisa assim, enquanto a Associação, havia os que gostavam da Associação que tinham votado nela e os que não gostavam (//), pronto,

Luís Mota: (//) Claro, é evidente.

Alberto Sousa: mas era a Associação de todos os estudantes».

Concluo o meu excuro com uma nota em que pretendo sublinhar a recusa dos actores sociais em se deixarem remeter ao silêncio e à invisibilidade, afirmando o valor e legitimidade das suas posições e diferenciando-as. Centrada na questão das classificações de curso, narra Francisco Quaresma, professor na década de sessenta:

«Luís Mota: Sr. Dr. já agora, a propósito de alunos e falou há um bocado nas prendas por causa das notas, como é que era a avaliação, qual é que era a concepção de avaliação que havia aqui na Escola (//)

Francisco Quaresma: (//) Ora, era um bocadinho exagerada, na minha maneira de ver, era exagerada mas, (eh) havia uma razão para isso. Como sabe, as médias finais, as notas finais eram dadas numa reunião dos directores, os directores levavam as informações da Escola para Lisboa e depois entre si, os directores na presença do director-geral, na presidência do director-geral, combinavam, bom, este ano vamos dar tantos % de 17, tantos % de 16, tantos % de 14, (eh) normalmente não reprovava ninguém, não é, porque todos aqueles indivíduos que chegavam ao fim do ano normalmente passavam, com maior ou menor nota passavam, portanto, a nota da Escola era apenas uma informação, (eh) um aluno que fosse bom aluno aqui na Escola, pois nesse rateio geral (eh) ficaria com o dezassete ou dezasseis, com a nota máxima mas, se houvesse muitos indivíduos com uma nota boa já ultrapassava aqueles tantos % combinados por eles, portanto, baixaria e tal, enfim. Ora, portanto, aí não se pode dizer que houvesse exagero, não é, porque se, se houvesse exagero isso era com, (eh) da combinação resultante entre eles, não é. Agora, propriamente aqui dentro, durante o curso, havia, havia assim uns exageros, os alunos queixavam-se que eram mais favorecidos o, o fulano ou cicrano ou beltrano, que havia, não, não, enfim, eu não sei verdadeiramente se

[Interrupção devido a quebra de privacidade do espaço de realização da entrevista]»

Esta interrupção na entrevista viria a revelar-se importante, pois acabou por conduzir o nosso entrevistado em direcção à situação da classificação final e à reunião do júri único, em Lisboa, em que o nosso entrevistado — relatando uma situação vivida onde ele, de algum modo, desempenha um papel de interface nas relações interpessoais — nos oferece uma visão das reuniões do júri único e nas classificações a atribuir no período do Estado Novo, na década de sessenta, em seu entender, se jogava mais do que uma simples atribuição de uma classificação final a alunos(as)-mestre(as) e poderia adquirir relevância as relações interpessoais e os posicionamentos de cada um,

nomeadamente dos directores, em face da situação política e das elites do regime. Atentemos:

«Luís Mota: Podemos recomeçar Sr. Dr..

Francisco Quaresma: Havia, houve até um ano em que houve uma desinteligência entre o director-geral e o Dr. Loureiro, já não sei a que propósito que se pegaram um bocado, não é, é claro que o director-geral estava um bocado manietado porque o Loureiro estava ligado ao Santos Costa, não é, mas por outro lado, houve um atrito e sei que vão para essa reunião e o director-geral, como de costume, diz então este ano vamos (eh) assentar nisto, tantos % de 16, tantos % de 15 e tal, sim senhor, e depois, começava isto: «Dr. Loureiro este aluno que nota tem em Psicologia? Tem dez em Psicologia, não é» — que era a minha nota, eu era sempre uma notas desgraçadas ((sorri)). «Pronto, então esse aluno fica com dez, acabou, o resto não me interessa mais» e tal. Eh e chegámos a uma determinada altura em que os alunos aqui da Escola estavam corridos a dez, onzes, dozes, (eh) e não passava daquilo. Esse rapaz Barros, telefonou-me e disse-me: «(oh), tu fazes ideia do que se está aqui a passar, a tua nota é que está a comandar aqui a nota da Escola, a Escola aí está a ficar com um nível muito baixo em notas». Eu: «(oh) pá explica-me lá bem isso.». «Olhe...», explicou-me o que se passava. Bom, eu telefonei para o director-geral: «(oh) Sr. director-geral, eu precisava muito urgentemente de falar com o Sr. director-geral, se eu for a Lisboa, recebe-me já?». «(ah) recebo, venha venha». Cheguei lá e disse: «((oh)) Sr. director-geral, para, consta-me que o Sr. Dr., o Sr. director-geral, que está a fazer base, muito, muita base na minha nota». «Pois, a sua nota é a única que me merece confiança». «((oh)), Sr. director-geral mas não pode fazer isso, porque eu dou notas baixas exactamente para travar as outras mas, assim bem vê, isso não pode ser porque os alunos da Escola de Coimbra em relação aos outros...». «Realmente, eu nunca tinha pensado isso». «((oh)) Sr. director-geral ((ri)) mas isso é, é elementar». «Mas então as suas notas...!». «Pois é, eu dou notas baixas durante o curso, exactamente para ver se os outros também baixam porque às vezes há notas disparatadas, não é, e as minhas notas eu tenho consciência...». «Bom, então quanto é que você lhe parece, que se deve aumentar à sua nota?». «((oh)) Sr. director-geral, (eh, eh) eu não sei, talvez aí dois, três valores». «Sim, (ah) está bem, então eu vou pensar...». «(oh) Sr. director-geral mas tenha paciência, pense nisso de maneira que os alunos da Escola de Coimbra, que nem devem ser melhores nem piores, devem ser iguais aos outros, que não saiam com uma nota, porque aquela nota marca-os depois para o resto da vida». Bom, efectivamente, as coisas compuseram-se, (eh) (eh) alinharam mas havia, havia assim aqui um, umas notas um bocadinho des, disparatadas, havia, havia, dezo, na frequência dezoitos e dezanoves, isso era um, ora de alunos (eh) (//)

Luís Mota: (//) Que saíam daqui (//)

Francisco Quaresma: (//) Pois.

Luís Mota: e depois eram corrigidas na reunião com o director-geral.

Francisco Quaresma: Depois na reunião, não é. É claro mas depois o director-geral também baseava-se na minha nota (//)

Luís Mota: (//) Pois, o que prejudicava.

Francisco Quaresma: Está claro, nem oito nem oitenta, ora vamos lá ver. ((ri)) Sim, senhor».

Concluindo...

A análise de conteúdo das páginas do *Rumo* reenvia para a ideologia e representações do Estado Novo, num sentido totalizador e totalizante. A moral católica tem um carácter constitutivo e a religião católica é assumida como raiz. No conceito de «educação nacional» é possível identificar a inculcação ideológica, a carga simbólica e a presença da temática oficial. Ao nível do quotidiano emergem o peso da vivência católica patente na consagração anual ao sagrado coração de Maria e a mudança de edifício, espaço para uma narrativa cerimonial bem ao jeito do Estado Novo. Projecta-se uma imagem da mulher no lar, a mãe, a cónjuge e a primeira educadora, onde não faltam sugestões para afazeres domésticos, a decoração, a arrumação e receitas de culinária. A política afina pelo mesmo diapasão, exprimindo um nacionalismo corporativo, pugnando por um ruralismo compaginado com a exaltação da pátria enquanto nação, sustentando um universalismo cristão lusíada, numa abertura ao lusotropicalismo. As narrativas do *Rumo*, com raras excepções, traduzem o investimento simbólico e ideológico do Estado Novo.

A leitura memorialística conduz a uma dimensão emocional e afectiva, resultante da experiência física e psicológica, que obriga a complexificar os julgamentos sem os condenar a um relativismo integral. Julgamentos resultantes dum encadeamento singular de circunstâncias, interesses próprios ou do seu grupo, procedendo duma análise e de uma selecção, com manifesta preocupação com o detalhe e o exemplo, traduzindo uma verdade sobre a vida dos homens, intersubjectiva e não referencial, expressão de posicionamentos e dilemas pessoais. Contributo importante para humanizar e vivificar as narrativas.

Os entrevistados, inicialmente localizados mais próximos desta ou daquela corrente de opinião, reconstituíram momentos e tensões, sendo visíveis as hesitações e inflexões no raciocínio e construção da argumentação — sem esquecer a sua dimensão contingente — tendo a preocupação de destacar o seu papel e sublinhando a preponderância da sua acção face à realidade vivida, transportando para a narrativa as dimensões emocional e afectiva, sobressaindo revolta, sentimentos de injustiça, ressentimentos — é do sofrimento que vem a recordação — obrigando e forçando muitas vezes a que, também nós assumíssemos posições face aos acontecimentos ou ideias. Nem sempre foi fácil manter esse distanciamento e a existência de um conhecimento mútuo anterior não facilitou.

BIBLIOGRAFIA

- BILLIG, Michael – Collective Memory, Ideology and the British Family. In MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek org. – *Collective Remembering*. London: Sage, 1990.
- BILLIG, Michael – *Ideology and Opinions. Studies in Rhetorical Psychology*. London: Sage, 1991.
- BILLIG, Michael – Methodology and Scholarship in Understanding Ideological Explanation. In ANTAKI, Charles org. – *Analysing Everyday Explanation. A Casecook of Methods*. London: Sage, 1988.
- BILLIG, Michael *et al.* – *Ideological Dilemmas. A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage, 1988.
- CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

- CATROGA, Fernando – Ritualizações da História. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- GEERTZ, Clifford – *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
- HALBWACHS, Maurice – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 [1925].
- LEPETIT, Bernard – *Carnet des croquis. Sur la connaissance historique*. Paris: Albin Michel, 1999.
- LEPETIT, Bernard – De l'échelle en histoire. In REVEL, Jacques – *Jeux d'échelles. La microanalyse à l'expérience*. Paris: EHESS-Gallimard-Seuil, 1996.
- LEPETIT, Bernard – Histoire des pratiques. Pratique de l'histoire. In LEPETIT, Bernard – *Les Formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995.
- LEPETIT, Bernard – *Les Formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995.
- LEPETIT, Bernard – Une autre histoire sociale. In *Correspondances*. Bulletin científiques de l'IMRC, 1996. [Consult. 2006-02-18] Disponível em WWW: <URL: <http://www.irmcmaghreb.org/corres/textes/lepetit.htm>>.
- MENDES, José Manuel de Oliveira – *Do Ressentimento Ao Reconhecimento. Vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- MENDES, José Manuel de Oliveira – *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2003.
- MOTA, Luís – *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989). Entre Ideologia, Memória e História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Dissertação de doutoramento.
- NAMER, Gérard – *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksiek, 1987.
- ORTNER, Sherry – Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. In *Society for Comparative Study of Society and History* 37 (1) (1995).
- POLLAK, Michael – *L'Expérience Concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Editions Métailié, 2000.
- POLLAK, Michael – Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, pp. 200-212. [Consult. 2006-01-21]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>.
- POLLAK, Michael – Memória, Esquecimento, Silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, pp. 3-15. [Consult. 2006-01-21]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>.
- RICOEUR, Paul – *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- RICOEUR, Paul – *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da Experiência. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Volume I. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.
- SCHUDSON, Michael – How Culture Works: Perspectives from Media Studies on the Efficacy of Symbols. In *Theory and Society* 18 (1989), pp. 159-160.
- THOMPSON, John B. – *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social na era dos meios de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TODOROV, Tzvetan – La mémoire devant l'histoire. In *Terrain* 25 (1995) 101-112.
- TODOROV, Tzvetan – *Les Abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

Manuel Alberto Carvalho Prata

CULTURA E INSTRUÇÃO: ALGUNS TÓPICOS NA IMPRENSA
PERIÓDICA ESTUDANTIL DE COIMBRA (1880-1900)

Como membro do CEIS20, quero, em primeiro lugar, saudar e felicitar a sua direcção, na pessoa da Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e também a Prof.^a Isabel Vargues, coordenadora do grupo a que pertenço, não só por esta iniciativa, para comemorar os dez anos de existência do Centro, mas também no reconhecimento, merecido, ao Prof. Doutor Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, meu Mestre e Grande Amigo, de há longos anos, e ainda pelo felicíssimo título que encontraram, *Outros Combates pela História*, para este colóquio, fazendo-nos assim recordar Lucien Febvre, Marc Block e outros, que encetaram um combate importante em prol de uma nova história.

1. Que História?

Como todos sabemos, com o movimento dos Annales, a história sofre um grande impulso e uma grande renovação, quer ao nível dos conceitos, quer ao nível metodológico. Se, para a escola metódica o documento escrito era a fonte por excelência, para os homens dos Annales a concepção de fonte alarga-se e diversifica-se. Para estes novos arautos, a história devia fazer-se com documentos escritos, quando existem, mas também, como nos diz Lucien Febvre, «sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais... Numa palavra, com tudo aquilo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem»¹.

Em termos metodológicos, o estudo de séries, por exemplo, ganha preferência relativamente ao estudo de acontecimentos isolados e factos singulares, pois se estes se moviam num tempo curto, havia que dar mais atenção a um tempo médio e longo.

Para além da longa duração, a Escola dos Annales atribuía, também, uma grande importância à questão da interpretação, isto é, ao *porquê*, em vez de ao *quando*.

¹ Lucien Febvre, *Combates pela História*, tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Monis, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1977, p. 213.

Como consequência destas coordenadas, o movimento dos Annales reivindica uma história com um forte sentido de interdisciplinariedade, uma história global e civilizacional e, portanto, de dimensão social.

Face a este corolário, à noção de «Estado-Nação» sobrepõe-se, agora, a noção de «Estado-Sociedade». Esta mudança veio, sobretudo em França, pôr fim à história-memória e, conseqüentemente, multiplicar as memórias particulares. Daí que Pierre Nora nos diga que «La nation-mémoire aura été la dernière incarnation de l'histoire-mémoire»².

Estas mudanças tiveram, igualmente, os seus reflexos ao nível das instituições escolares, no processo de ensino-aprendizagem e, portanto, na instrução e na cultura. A publicação do relatório Girault, em 1983, em França, é bem a prova disso, pois cerca de 2/3 dos alunos inquiridos não faziam ideia de muitos acontecimentos e da sua localização no espaço e no tempo, desconheciam o nome de muitas personalidades e tinham um conhecimento fraccionado da realidade³.

Fruto de uma ideologia reinante, entre nós não se operaram as mudanças que se verificaram em França, nos anos subsequentes a 1930. No nosso país não houve rupturas, mas uma certa continuidade com uma ou outra ligeira inovação, sobretudo em concepções pedagógico-didáticas, como aconteceu com a reforma do ensino liceal de 1947-48⁴. Só a partir da crise do Estado-Novo, nos 60, a situação começa a sofrer modificações, que se acentuam depois do movimento de Abril de 1974.

Pesem embora as críticas aos homens dos Annales, o que é certo é que o conceito de História foi-se recompondo e modificando. A História não é mais, como eu aprendi nos bancos do liceu, uma narração cientificamente ordenada dos factos do passado, nos quais o homem é o actor.

A história é hoje uma ciência, sobretudo quando feita «por um corpo especializado de técnicos, a ordem dos historiadores»⁵, mas também porque a dignidade de ciência lhe vem da necessidade que a história tem de técnicas e de actualização dos seus métodos. Amado Mendes diz-nos mesmo que, na metodologia actual, se continua a usar «o rigor da crítica, a exactidão das referências, a fidelidade na transcrição de textos e a indicação precisa das fontes»⁶.

Ciência, sim, mas não uma ciência «tout court», mas vista em toda a sua complexidade e no seu sentido mais lato e diversificado, porque atenta e interessada em todas as modalidades. Mas também uma ciência viva e actuante e não uma relíquia do passado. A história torna-se contemporânea, uma vez que o passado, ao ser apreendido no presente, procura responder aos seus problemas, anseios, preocupações e interesses.

² Pierre Nora, «Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux», *Les lieux de mémoire. La République*, vol. I, Paris, Gallimard, 1984, p. XXIII.

³ Cfr. Luís Reis Torgal, «História...Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional», *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987, p. 849.

⁴ «Acresce que há disciplinas cujo ensino simultâneo é sem dúvida vantajoso, pelas relações de umas com as outras, como sucede por exemplo, com o Português e o Francês..., a Literatura e a História. O ensino sucessivo de disciplinas isoladas não se molda a um dos objectivos normais do curso geral dos liceus, que é o desenvolvimento não por parcelas, mas global, de todas as faculdades e tendências do espírito» (Decreto-Lei n.º 36 507, *Diário do Governo*, I Série, n.º 216, de 17 de Setembro de 1947, p. 881).

⁵ H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, 3ª. ed., tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974, p. 25.

⁶ José Maria Amado Mendes, *A história como ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 71.

Mas também ainda, porque se todo o conhecimento é relativo, a história não dá respostas exactas nem conclusões definitivas. Daí a existência e a defesa de uma história problema.

2. Mais História da Educação

No que à área da História da Educação diz respeito, diremos, na senda de Joaquim Ferreira Gomes⁷ e António Nóvoa⁸, que a infância desta disciplina se situa no último terço do século XIX, que está umbilicalmente ligada à formação de professores, desde 1901⁹ e que por motivos vários, não lhe tem sido reconhecido um estatuto autónomo, apesar dos inúmeros títulos que têm sido dados à estampa desde 1870, com a publicação da obra *A Instrução Nacional*, de D. António da Costa.

À semelhança do que aconteceu com a história em geral, a grande renovação da História da Educação deu-se, também, após Abril de 1974. Como muito bem anotou Ferreira Gomes, assistimos, a partir de então, a «uma investigação menos condicionada, mais multifacetada e mais preocupada com o passado contemporâneo»¹⁰.

Reflectindo sobre a historiografia da Universidade em Portugal, numa comunicação apresentada em 1987 ao 1.º Encontro da História da Educação em Portugal, Reis Torgal não só nos dá conta de um conjunto de fontes, documentos e bibliografia sobre a matéria, como também nos alerta para uma nova maneira de fazer e encarar a história. A este propósito diz-nos: «A nossa intenção é ultrapassar a análise essencialmente factual e formal, que tem caracterizado alguns estudos anteriores, e encarar a instituição universitária como uma *realidade social*, veiculadora de *concepções culturais* próprias, que têm subjacentes *mecanismos ideológicos* de poder e de contra-poder e que supõe a reprodução de determinadas *estruturas mentais*. Assim, procurar-se-á captar as suas *bases de conservação* e a sua *dinâmica de mudança* e os *focos de conflito* interno e de confronto com outras forças»¹¹.

Com algumas excepções e de que é exemplo António Nóvoa¹², de uma maneira geral, a investigação histórica em educação tem sido levada a cabo por historiadores isolados.

⁷ «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993, pp. 55-64.

⁸ «Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal cit.*, pp. 11-22.

⁹ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, «Situação actual da História da Educação em Portugal», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 11 e ss.

¹⁰ «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal cit.*, p. 57.

¹¹ Luís Reis Torgal e Maria do Rosário Azenha, «A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 182.

¹² É o caso da obra *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (Séculos XIX-XX)*, dir. de António Nóvoa, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993, que teve a colaboração da seguinte equipa de investigação: Filomena Bandeira, João Carlos Paulo, João Paulo Salvado, Maria da Luz Sampaio, Susana Miranda e Vera Teixeira. Como consultores internacionais: Pierre Caspard e Maurits De Vroede.

Uma vez que a sociedade de hoje se pauta por um forte sentido de universalização da informação através dos meios de comunicação social, que a história deve ser entendida no seu sentido lato e polimorfo, que o saber é cada vez mais um saber constituinte e interdisciplinar e porque a História da Educação, como qualquer outro ramo do saber, deve estar sempre disponível a reconstituir-se e a renovar-se, pois só assim terá capacidade para responder às necessidades e exigências dos tempos, que mudam, haverá que procurar novos caminhos e soluções. Haverá que criar não só uma nova figura de investigação, mas também procurar novos campos de acção. A primeira passaria pela apresentação e execução de projectos que integrassem investigadores com formações diferenciadas (o CEIS20 poderá ser aqui um bom exemplo); a segunda, por intensificar as pesquisas de outras fontes, indo assim ao encontro do que Lucien Febvre apelidou de «zonas pioneiras» da História, pois, em seu entender e sempre que há carências, «ser historiador é... nunca se resignar»¹³. São, com toda a certeza, combates bonitos e interessantes pela História, em geral, e pela História da Educação, em particular, sobretudo quando disciplinas como a História e a Filosofia, que nos ajudam a pensar e a compreender o homem, são, hoje, preteridas em favor de novas tecnologias, que são importantes, naturalmente, mas como instrumentos de trabalho no processo de ensino-aprendizagem.

De uma maneira geral, até aqui, a História da Educação tem-se desenvolvido, essencialmente, no âmbito e espaço nacionais. Mas os tempos são de mudança. Caminhamos no sentido de uma progressiva permeabilidade de fronteiras culturais. Graças aos avanços técnicos e científicos e à partilha da informação assistimos, também, ao nascimento de uma consciência universal que leva à existência de problemas comuns que requerem soluções conjuntas.

Ao nível do ensino superior, o processo de Bolonha, com a sua proposta de internacionalização de instituições, professores e alunos, pode ajudar a evidenciar melhor aquelas verdades. Os homens da História da Educação têm aqui uma porta aberta para um novo e aliciante combate, que é irem ao encontro do mundo de além-fronteiras e, portanto, investigarem outras realidades sociais e culturais, que, certamente, nos ajudam a compreender melhor as nossas. Poder-se-ia caminhar no sentido de uma História da Educação comparada.

Não queremos com isto olvidar a dimensão nacional e local, onde já se produziu muita coisa. Mas, convínhamos, também, onde há ainda muito a fazer. Retomando o exemplo da historiografia da Universidade, diremos que, para além de uma revisão a fontes já estudadas, se façam e intensifiquem pesquisas de outros materiais como livros de memórias que estudantes escreveram, livros de contos e poesias, récitas, fotografias, códigos de praxe, processos académicos, comunicados da Associação Académica, panfletos, livros de curso, jornais e revistas, etc. É que, hoje, como há sessenta e cinco anos, a história da Universidade «não está ainda feita»¹⁴, apesar dos inúmeros trabalhos que, entretanto, têm vindo a ser dados à estampa.

¹³ *Combates pela História cit.*, p. 213.

¹⁴ António de Vasconcelos, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. II, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1988, p. 111.

Mas há também que alargar a investigação a outros campos como, por exemplo, ao ensino particular, ao actual ensino técnico-profissional e compará-lo com o antigo ensino comercial e industrial e ao ensino politécnico.

Há, igualmente, que visitar os arquivos distritais e as bibliotecas municipais assim como os arquivos e as bibliotecas de instituições de ensino espalhadas por esse país fora, onde há, com toda a certeza, um grande manancial de documentação que é desconhecido e da qual é importante fazer o seu levantamento. A título de exemplo recordamos os vários jornais e revistas escolares que se publicam em muitas escolas, os arquivos das antigas escolas de Educadores de Infância e do Magistério Primário, dos liceus e das escolas comerciais e industriais. São bons combates em prol de mais História da Educação e, conseqüentemente, de uma boa contribuição para a renovação do trabalho historiográfico.

3. Imprensa periódica e história da cultura

O conceito que hoje se tem de cultura é um conceito amplo, que nada tem a ver com aquele outro, restrito, que passava, simplesmente, pelo campo particular de práticas e de produções intelectuais e artísticas de uma determinada elite. Pensar a cultura é não excluir as noções de produção e reprodução cultural, mas também reconhecer como é que todas as relações, incluindo aqui as económicas, as sociais e as políticas, se organizam em esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Neste sentido, entende-se a cultura como um conjunto de significações que passam não só pelas práticas, produções e reproduções, mas também pelos discursos e pelos procedimentos aparentemente menos culturais.

Como sabemos, o século XIX foi, em Portugal, um grande século de instrução e de cultura. Segundo Joaquim de Carvalho, «depois do século XVI nenhum outro se lhe compara»¹⁵. As noções de «instrução pública» e de «instrução popular» fizeram aqui a sua afirmação e desenvolvimento¹⁶. De igual modo, a par de uma cultura burguesa assistimos, também, à valorização de uma cultura popular. É que, apesar das diversas tendências, tanto os monárquicos liberais como, mais tarde, os republicanos reconheciam que a ignorância é inimiga do desenvolvimento, da liberdade e da justiça. Por isso, era através da educação, da instrução e da cultura que se devia erguer o edifício social.

Embora o século XIX tenha feito uma certa divulgação do livro¹⁷, foi sobretudo através dos jornais e das revistas que o público ia tomando conhecimento dos principais

¹⁵ Joaquim de Carvalho, *Obra Completa. V – História e crítica literárias. História da Ciência*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 41.

¹⁶ Cfr. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984; «Produção e reprodução cultural», *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

¹⁷ «A facilidade de comunicação e a competição de novos livreiros, Orçel à frente, de mais rasgo e actividade que os seus predecessores timoratos, quando não vigiados, fizeram com que Coimbra abrisse de par em par as janelas da curiosidade pelo que se publicava além fronteiras e nos escaparates da Calçada se ostentassem os frontispícios mais atraentes da última hora» (Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, p. 52).

acontecimentos, adquiria informações sobre as mais diversas matérias e se inteirava dos propósitos das diferentes forças políticas. Em 1841, era António Feliciano de Castilho quem se congratulava com o jornalismo do século, porque, em seu entender, era mais através dos jornais e não dos livros que as ideias, a cultura e a ciência deviam chegar a todos, mas sobretudo às camadas populares. Por isso dizia: «os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos»¹⁸.

Mais tarde, Teófilo Braga, falando-nos da importância de uma boa opinião pública, diz-nos que a melhor via para se fazerem chegar ao povo as ideias era o recurso às publicações periódicas, sendo a revista científica e literária o instrumento mais eficaz, na medida em que ela «é o meio mental em que melhor se elabora um livro»¹⁹.

Também D. Antonio da Costa evidencia as vantagens que a força de uma boa imprensa pode trazer. Em sua opinião a imprensa pode prestar um excelente serviço não só à educação popular, porque por ela «se difunde um número imenso de ideias proveitosas»²⁰, mas também na consciencialização cívica dos cidadãos, já que a existência de liberdade «chama os cidadãos todos a tomar parte na vida social»²¹.

Para além de uma importante fonte de informação histórica, os jornais e as revistas assumem-se, igualmente, como espaços privilegiados de formação, de intervenção e de animação. Assumindo-se como uma forma de produção e reprodução cultural, a imprensa afirma a sua importância no contexto de uma história da cultura.

4. Características gerais da imprensa estudantil

Como realidade social que é, a Academia de Coimbra é veiculadora de concepções culturais, às quais não são alheios mecanismos ideológicos de poder e contra-poder. Estas concepções culturais desenvolviam-se à margem das aulas e do estudo das sentenças e passavam, nos cafés, nas tascas, nas repúblicas, em casas particulares e outros locais de sociabilidade, pela discussão de temas literários, filosóficos, educativos, religiosos, etc.

Detendo-se em pensamentos reflexivos, os estudantes de Coimbra, sobretudo os mais intelectuais e os mais activistas, tiveram a intuição do espírito dos tempos, vendo em jornais e revistas não só movimentos de opinião e de cultura, mas também de carácter político.

Diga-se, desde já, que a imprensa estudantil não é uma imprensa qualquer. Ela tem características que lhe são muito próprias. Para além de uma vida bastante efémera, pois, por motivos vários, a grande maioria das publicações não vai além de 2-3 meses, da sua composição e apresentação gráfica, porque algumas apresentam-se copiografadas, litografadas e com bastantes ilustrações, o que lhes confere um certo aspecto provocatório, o tipo de público a que se destinam, normalmente um público bastante

¹⁸ Apud Luís Reis Torgal e Isabel Vargues, «Produção e reprodução cultural», *Ob. cit.*, p. 693.

¹⁹ *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, p. 170.

²⁰ *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p. 239.

²¹ *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 8.

diversificado²², a maior parte delas situa-se em campos opostos e até antagónicos em relação à Universidade, apesar de, normalmente, a ideia de estudante de Coimbra ser sinónimo de Universidade²³.

De uma maneira geral, os periódicos estudantis afirmam-se, antes, por um certo distanciamento e até por uma posição de irreverência em relação à Universidade e aos seus mestres. Daí as muitas críticas que fazem à estrutura universitária em si mesma, à esterilidade da sua ciência e ao modo como muitos professores se assumem²⁴.

As temáticas abordadas centram-se, essencialmente, na divulgação de uma cultura de cariz mais prático e perspectivada em termos de presente e de futuro. A perspectiva de uma cultura para o futuro passa, inclusivamente, pela escolha dos próprios títulos e pelos objectivos que os norteiam, sobretudo os de tendências republicanas. Se a *Revista Científica e Literária* se preocupava «com o grande movimento social, que em volta de nós se opera; adquirir a consciência nítida do que somos, do que valemos e do que podemos valer, económica e politicamente»²⁵, já o jornal *Voz de Porvir*, cujo título é sintomático, nos diz claramente que os seus redactores estão apostados em ensinarem «a todos a maneira de preparar o futuro, mas um futuro em que a honra não seja um mito, nem a moralidade objecto de escárnio; em que a economia não seja, como é hoje, sinónimo de desperdícios inúteis e funestos, nem o trabalho causa de desdêns e vilezas»²⁶.

5. Cultura e instrução na imprensa estudantil – alguns tópicos

Apesar de o liberalismo fazer da cultura uma das suas pedras de toque, o que é certo é que, até 1850, os golpes e contragolpes políticos não possibilitaram a estabilidade social e cultural do nosso país. Graças à reconciliação das classes possidentes, esta tarefa vai ser, em parte, obra de Regeneração, quer através do lançamento que fez das grandes obras públicas, as quais tiveram o seu corolário na abertura de estradas e na rede ferroviária, do que é exemplo a linha da Beira Alta, que possibilitou a ligação Lisboa-Paris, a partir de 1865, quer no surto de desenvolvimento agrícola e bancário e, a partir de 1870, do sector industrial²⁷.

²² *O Panorama Contemporâneo*, por exemplo, tinha correspondentes e vendia-se em mais de 30 localidades, só no continente.

²³ Alfredo de Pratt, *Bohemia de Coimbra. (Epizodios da vida academica)*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899, p. 12.

²⁴ A título de meros exemplos referimos dois depoimentos de alunos. O primeiro, de Campos Lima criticando o grande desajustamento dos conteúdos programáticos à realidade da vida. Diz-nos que havia «muito bacharel formado que nunca ouviu falar em Darwin mas é capaz de papaguear, aprendida na aula de História, a patranha de Adão e Eva» (Campos Lima, *A Questão da Universidade. (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, p. 40). O outro é do aluno J. F. Azevedo e Silva sobre o modo como, em 1882, o Prof. José Frederico Laranjo regeu a cadeira de Direito Administrativo. Este testemunho foi publicado num jornal estudantil (Cfr. *A Evolução*, n.º 29, 22 de Julho de 1882, pp. 2-3).

²⁵ *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, Coimbra, Dezembro de 1880, p. 1.

²⁶ *Voz do Porvir*, n.º 1, Coimbra, 7 de Março de 1897, p. 1.

²⁷ Cfr. Oliveira Martins, *Portugal Contemporaneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s.d.; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Embora Coimbra fosse, na província, um centro difusor de cultura, por causa da sua Universidade, foi a partir de 1865 que aquele mundo isolado em que o estudante vivia começou a sofrer profundas alterações. Graças aos livros que chegavam pelo comboio, as novas ideias de além-fronteiras começam a instalar-se e a sociedade passa a ser encarada numa nova dimensão, ou seja, numa perspectiva de totalidade, cuja expressão se consubstancia, agora, na ideia de Humanidade²⁸.

Como jovens do seu tempo, os estudantes de Coimbra, sobretudo os mais audazes intelectualmente e os mais activos politicamente, não vão ficar quietos face aos enunciados deste novo ambiente cultural. Entusiasmados, cantam em verso o novo pensamento. Assim fez Henrique Pereira, no poema que, propositadamente, intitulou de «Positivismo»:

«A ciência cavou o abismo do passado
Desentranhou da história as crenças primitivas
e arrastando Jeová à luz, já verminando,
cravou-lhe o bisturi nas carnes ainda vivas!
Era velho de mais, aborreceu-lhe a idade
Minava-o o reumatismo, a gota, o desalento
e deixou-se morrer em nome da verdade
E as cinzas que deixou levadas pelo vento
Perderam-se no ar; e o livre pensamento,
Criou um novo Deus: o amor da Humanidade»²⁹.

Alguns chegam mesmo a acreditar que se vivia uma época decisiva, porque entendiam que nem a filosofia que servia de suporte ao liberalismo nem a monarquia constitucional, porque assentes num fundo individualista e jusdivinista eram já capazes de resolver as contradições existentes na sociedade. Por isso escreviam: «a função do constitucionalismo é... preparar o povo que o absolutismo educou para a democracia que tem de lhe suceder. Vê-se, pois, que o constitucionalismo é de sua natureza transitória e está condenado a desaparecer como todo o órgão que não tem função»³⁰.

A solução passa, agora, pela adopção do evangelho do positivismo. Se à Revolução Francesa coube a felicidade de libertar o indivíduo, aos positivistas cabe efectivar um projecto regenerador que englobe os níveis cultural, moral, económico e político da sociedade. Este sentido de totalidade traduzia-o um periódico estudantil nos seguintes termos: «até hoje a revolução pretendia tornar o indivíduo livre e independente, agora pretende criá-lo sócio»³¹.

²⁸ «Mas a nossa descoberta suprema foi a da Humanidade. Coimbra de repente teve a visão e a consciência adorável da Humanidade... Por todos os botequins de Coimbra não se celebrou mais senão essa rainha de força e graça, a Humanidade» (Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, 3.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 255).

²⁹ Apud, *A Evolução*, n.º 6, Coimbra, 1 de Janeiro de 1882, p. 3.

³⁰ *A Evolução*, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1881, p. 1.

³¹ *Folha Académica*, n.º 3, Coimbra, 3 de Março de 1886, p. 12.

Todavia, este projecto regenerador não passava por uma via revolucionária, à maneira do socialismo, mas antes por uma reforma intelectual e moral da sociedade. Depois, com o tempo, viriam as necessárias alterações políticas e económicas. Para a concretização deste projecto havia que educar e instruir o povo. Daí que um jornal de estudantes escreva: «a ilustração é uma das condições indispensáveis para o progresso material dos povos; porque da inteligência esclarecida dos que os regem, depende a adopção das medidas sensatas que lhes proporcionem prosperidade»³², para a *Revista Científica e Litteraria* logo acrescentar: «este trabalho... compete aos novos, à mocidade»³³. É isto que os estudantes de Coimbra vão procurar fazer, em diversos periódicos.

De uma maneira geral, uma das principais linhas de força que estes periódicos nos transmitem é a ideia de progresso. Ligada à ideia de progresso está a de cientismo, isto é, a concepção de que a ciência é a forma terminal do conhecimento humano. O progresso só era possível desde que passado pela ciência³⁴.

Ligada às ideias de progresso e de ciência está a de instrução, como sendo «um dos primeiros elementos, para uma nação se poder engrandecer, progredir e finalmente para incutir a verdadeira força a todo o organismo social»³⁵.

O conceito de instrução funciona aqui como um verdadeiro motor de cultura e de promoção civilizacional. Daí que nos vários periódicos se divulguem o maior número de temas e de questões, para ilustrar o público. Assim, a *Revista Científica e Litteraria* procurava «abrir um campo de publicação não só às manifestações da Arte, mas também às da ciência»³⁶. Também *O Panorama Contemporaneo*, para além de alguma criação literária e poética divulgava estudos sobre Língua Portuguesa, História, Arte e assuntos vários no domínio das Ciências da Natureza. Questões de religião e de política foram igualmente tratadas na revista *A Academia de Coimbra*. O mesmo se passava com *Folha Académica*, ao propor «abranger todas as manifestações intelectuais, desde a crónica ligeira e fugidia, ao meditado artigo de ciência»³⁷.

Diga-se, no entanto, que a divulgação destes conhecimentos não era feita de uma maneira qualquer. Tendo sempre presente um certo sentido pedagógico, procurava-se utilizar uma linguagem simples e inteligível, de acordo com o tipo de público a que se dirigiam, pois, caso contrário, «a ciência não aproveita a ninguém. Por isso é preciso expungí-la, quanto possível, do arsenal técnico, do aparato severo que cinge a ideia na forma, da aridez nua sem prejuízo da verdade»³⁸.

³² *O Panorama Contemporaneo*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, p. 33.

³³ *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, Coimbra, Dezembro, 1880, p. 2.

³⁴ «A ciência espalha por toda a parte os seus benéficos resultados, a civilização caminha e o progresso triunfante invade todas as manifestações da actividade humana» (*Voz do Porvir*, n.º 2, Coimbra, 14 de Março de 1897, p. 2).

³⁵ *Correio da Universidade*, n.º 1, Coimbra, 16 de Outubro de 1886, p. 1.

³⁶ *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 3.

³⁷ *Folha Académica*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1886, p. 1.

³⁸ *O Panorama Contemporaneo*, n.º 6, Coimbra, 15 de Fevereiro de 1884, p. 47.

Divulgam-se, também, conhecimentos úteis e práticos para a vida, a par de alguns conselhos. Sob o título genérico de «As Belezas da Sciencia», *O Panorama Contemporâneo*³⁹, em vários números, dava a conhecer as últimas conquistas da ciência. Num desses artigos, Manuel Emídio Garcia, socorrendo-se do exemplo das «huertas de Valência», chama a atenção dos nossos agricultores para os modos de se conseguir aproveitar melhor a água para regar os campos; no mesmo sentido, o jornal *A Evolução* exorta os agricultores do Douro a «formar uma associação com estatutos e uma direcção encarregada de estudar as questões que importam a esta região agrícola e representar os seus interesses»⁴⁰. Este mesmo periódico recomendava a leitura de alguns livros como *Higiene do Gabinete de Trabalho*, recentemente publicado em Paris, onde se apontam normas e princípios sobre o modo como, numa cidade, se deve montar um escritório⁴¹. Com o título de «Sciencia para todos», outro periódico ensinava algumas maneiras de se obter corrente eléctrica⁴², para a revista *A Social* anunciar o começo das aulas nocturnas para operários, no Instituto de Coimbra⁴³.

Procura-se, igualmente, instruir e cultivar os leitores com temas de carácter literário. São os contos, os romances e os folhetins que a maior parte dos periódicos publicam, mas onde não falta a sátira e a crítica de costumes.

Um lugar especial para a poesia, sendo de assinalar poemas de António Feijó, Manuel da Silva Gaio, Amélia Janny, António Nobre, Silvestre Falcão, Alexandre da Conceição, Rodrigues Braga e outros. Numa clara apologia da ciência e dos novos ideais, são deste último os seguintes versos:

«E a bela Crença-nova, – a casta virgem – Mãe
da exacta concepção do código do Bem –
modesta como a paz, fria como um cutelo,
debalde a tem chamado a língua do escapelo!»⁴⁴

Anote-se ainda, em algumas publicações, a existência de secções e artigos relativos à História de Portugal, num claro intuito de evidenciar grandes figuras e factos da nossa história, mas também de cultivar o orgulho de ser português⁴⁵.

No campo dos estudos morais, exalta-se a instituição familiar e defende-se uma educação própria para a mulher. A mulher que, até aqui, era vista como um ser inferior, passa a ser encarada como um modelo potencial de virtude. Na revista *Zumbidos* critica-se a comissão encarregada das comemorações do centenário de Camões, no

³⁹ *O Panorama Contemporâneo*, n.ºs 6, 7, 8 e 9, de Fevereiro, Março e Abril de 1884, pp. 46-48, 56, 64 e 68 e ss.

⁴⁰ *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 3.

⁴¹ *A Evolução*, n.º 5, Coimbra, 25 de Dezembro de 1881, p. 3.

⁴² *O Clarim*, n.º 3, Coimbra, 6 de Março de 1902, p. 2.

⁴³ *A Social*, n.º 3, Coimbra, 8 de Fevereiro de 1897, p. 37.

⁴⁴ Apud, *Revista Scientifica e Litteraria*, n.º 3, p. 80.

⁴⁵ «É louvável e proveitoso que haja alguém a avivar, na geração presente, a descorada reminiscência dos tempos de labor e de honra, que tão distante levaram a fama de nossos ascendentes» (*A Crítica*, n.º 2, Março de 1888, p. 4).

Porto, por ter realizado, no Palácio de Cristal, um concurso de beleza feminina, porque «em lugar do prémio de beleza, os senhores comissários poderiam ter instituído com mais proveito o *prémio de virtude*»⁴⁶.

Nos vários periódicos desenvolve-se uma campanha em prol da instrução feminina, a qual não se deve limitar a uma escolaridade mínima, mas abrangendo todos os níveis e graus de ensino. Nesta matéria, periódicos houve que chegaram mesmo a noticiar o número de mulheres que frequentavam e se haviam já formado, em universidades estrangeiras⁴⁷.

Mas, porque «a natureza deu faculdades e funções, não inferiores, mas distintas»⁴⁸, das do homem, as escolas públicas devem-lhes oferecer uma educação apropriada.

Entendendo ainda que a família não devia ser uma instituição despótica, quando entre marido e mulher deixasse de reinar o amor, a paz e a esperança de reconciliação, alguns periódicos faziam a defesa do divórcio.

Reconhecendo a imensa importância da instrução e de cultura, estes jovens estudantes pugnam pela necessidade de introduzir reformas na instrução pública. Para além da construção e equipamento de escolas, da criação de escolas profissionais, de uma revisão nos vencimentos dos professores, a instrução primária devia tornar-se obrigatória e gratuita, para que «nenhuma criança, por causa da pobreza de seus pais, seja privada desta alimentação espiritual não menos necessária que o pão do corpo»⁴⁹. Os conteúdos e os métodos de ensino deviam ser igualmente alterados, ensinando às crianças, «em vez (do) catecismo religioso... o catecismo da natureza»⁵⁰. Pugnava-se assim por uma visão secularizada da vida e da cultura.

Ainda no âmbito da instrução e da cultura e porque a moral é também sinónimo de evolução, bem-estar e progresso, uma outra linha de força que os vários periódicos nos transmitem é a ideia de que o trabalho é indispensável para a conquista de melhores condições de vida. Por isso ele é definido como um dom e um bem próprio do homem⁵¹; como uma força da virtude sobre o vício, do bem sobre o mal⁵²; como uma força moral⁵³; aliado à ciência, era a supremacia do homem sobre a natureza⁵⁴ e, de mãos-dadas com a Razão, era a fórmula libertadora dos fracos e dos oprimidos⁵⁵.

⁴⁶ *Zumbidos*, n.º 1, p. 74.

⁴⁷ O jornal *Portugal* dava a seguinte notícia: «A imprensa alemã relata nas faculdades de direito, medicina e letras da Universidade de Berlim se matricularam cerca de duzentas senhoras». (*Portugal*, 1.º ano, n.º 2, Coimbra, 14 de Novembro de 1897, p. 3). Veja-se, também, *O Pedante*, n.º 8, Coimbra, 28 de Abril de 1901, p. 3.

⁴⁸ *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 3.

⁴⁹ *Idem*, p. 2.

⁵⁰ *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 6.

⁵¹ «O trabalho é o verdadeiro património do homem» (*Correio da Universidade*, n.º 3, Coimbra, 31 de Outubro de 1886, p. 2).

⁵² *Idem*, p. 2.

⁵³ «A ideia e o preceito de que o trabalho... (é) sim uma necessidade orgânica, uma virtude moral» (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 5).

⁵⁴ *Idem*, p. 7.

⁵⁵ Cfr. *O Clarão*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1910, p. 1.

No sentido de revolucionar mentalidades, questiona-se, também, a religião, pois acredita-se que havia chegado o momento de exilar Deus e se proclamar uma nova religião — O amor da Humanidade.

Para além de se responsabilizarem os jesuítas e a inquisição pelo atraso cultural do país⁵⁶, critica-se o culto da Imaculada Conceição, a infalibilidade do Papa e denunciam-se os ataques que Pio IX fez à ciência e à modernidade, para se concluir que uma reconciliação entre a ciência e a religião é impossível, uma vez que os métodos de uma e de outra eram contrários⁵⁷.

Reconhecendo a resistência que os defensores da velha religião ofereciam, a melhor maneira de se implementar o novo projecto era apostar na educação do povo e desencadear uma forte campanha de ilustração de carácter anticlerical. Neste sentido assistimos a um forte ataque à ignorância, aos costumes e formação do clero. Em nome da liberdade, Manuel Joaquim Massa, no artigo «Os Missionários», alerta o povo para os perigos que podem vir do púlpito e do confessionário. Acusando o clero de pregar uma moral e eles próprios fazerem o contrário, lança-lhes uma campanha de descrédito, para reconhecer que homens assim não são necessários em Portugal⁵⁸.

Confrontados com o estado de decadência em que a sociedade se encontra, estes jovens jornalistas responsabilizam o sistema político vigente, que apelidam de «geringonça constitucional»⁵⁹, por todo o atraso que se verifica no país. Daí que um jornal nos diga: «toda a fonte de vida da monarquia... está na própria ignorância, embrutecimento ou atraso dos povos sujeitos a ela»⁶⁰. Impunha-se, por isso, questionar o modelo estabelecido e, conseqüentemente, fornecer à sociedade outros esquemas de pensamento, mais consentâneos com os sentidos da evolução e modernidade. Se a monarquia não servia, também o modelo socialista não entusiasmava, pelo que, no entender de alguns, «a forma de governo que nos pode dar mais soma de garantias materiais e morais é a República»⁶¹. Havia assim que esclarecer e politizar o público leitor. Em artigos vários como, por exemplo, «Um partido por afinidade», os redactores de *Zumbidos*⁶² denunciam o modo de actuação das forças políticas, satirizam o seu comportamento de «empenhoca», pelo que, num tom de bom humor, alguns partidos são apelidados de «o partido dos sogros».

Reconhecendo a falta de cultura política da nossa gente, João de Caires, em «Críticas e Afirmções»⁶³, reflectia sobre a melhor maneira de, em Portugal, se instituir o sufrágio universal, enquanto Carlos Borges, no artigo «A instrução e a política», escrevia: «Ensinem aos homens rudes do campo quais são os seus direitos... rasguem com luz

⁵⁶ Cfr. *O Panorama Contemporaneo*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, pp. 35-36.

⁵⁷ «A religião fortifica-se na imutabilidade dos seus dogmas. A ciência nada considera imutável, e estabelece a evolução como a lei suprema tanto do mundo cósmico, como do mundo social» (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 87).

⁵⁸ Cfr. *Portugal*, n.º 6, Coimbra, 18 de Maio de 1896, p. 2.

⁵⁹ *Zumbidos*, n.º 1, p. 38.

⁶⁰ *A Evolução*, n.º 8, Coimbra, 15 de Janeiro de 1882, p. 3.

⁶¹ *Idem*, n.º 1, p. 1.

⁶² *Zumbidos*, n.º 1, pp. 26-32.

⁶³ *A Academia de Coimbra*, n.º 3, pp. 5-7 e n.º 5, pp. 3-4.

a escuridão do seu pensar e verão se a golilha da ameaça os arrastará como a bestas a lançar numa urna a lista em que vai inscrito o nome, muitas vezes, dum desconhecido»⁶⁴.

Como se pode concluir, o problema político, como aliás todos os outros, resumiam-se a um problema de educação, de instrução e de cultura, uma vez que a nova revolução de que se falava era entendida como evolução e não como sublevação.

BIBLIOGRAFIA

1. Periódicos

A Academia de Coimbra – 1886

O Clarão – 1910

O Clarim – 1902

Correio da Universidade – 1886-1887

A Crítica – 1888

Diário do Governo, I Série, n.º 216, 17 de Setembro de 1947

A Evolução – 1881-1882

Folha Académica – 1886

O Panorama Contemporaneo – 1883-1884

O Pedante – 1901

Portugal – 1896

Portugal – 1897

Revista Científica e Litteraria – 1880-1881

A Social – 1897

Voz do Porvir – 1897

Zumbidos – 1880

2. Outras Fontes

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CARVALHO, Joaquim de, *Obra Completa. V – História e crítica literárias. História da Ciência*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

—, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955.

COSTA, António da, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

—, *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.

⁶⁴ *A Social*, n.º 2, Coimbra, 24 de Janeiro de 1897, p. 25.

- FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Monis, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1977.
- GOMES, Joaquim Ferreira, «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993.
- , «Situação actual da História da Educação em Portugal», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- LIMA, Campos, *A Questão da Universidade. (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907.
- MARROU, H. I., *Do conhecimento histórico*, 3.ª ed., tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s.d..
- MENDES, José Maria Amado, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.
- NORA, Pierre, «Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux», *Les lieux de mémoire. La République*, vol. I, Paris, Gallimard, 1984.
- NÓVOA, António, «Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993.
- , *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- PRATT, Alfredo de, *Bohemia de Coimbra. (Epizodios da vida académica)*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899.
- QUEIROZ, Eça de, *Notas Contemporâneas*, 3ª. ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d..
- TORGAL, Luís Reis e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- , «Produção e reprodução cultural», *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- TORGAL, Luís Reis e Maria do Rosário Azenha, «A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- TORGAL, Luís Reis, «História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional», *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987.
- VASCONCELOS, António de, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. II, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1988.

ESCRITORES E JORNALISTAS: UM ESTUDO DE CASO

1. O próprio preâmbulo deste evento afirma que se pretende debater, neste espaço, o sentido da História, numa lógica pluridisciplinar, entendendo-a como Ciência Social e Humana. Assim, dada a riqueza, a complexidade e a heterogeneidade da vida e da Obra do vulto que escolhemos, parece-nos adequado propor uma abordagem à faceta jornalística de Eça e, através dela, explorar algumas directrizes fundamentais da História da Imprensa Oitocentista.

Como é sabido, o século XIX, época áurea da imprensa, assistiu a um conjunto de mutações políticas, sociais e culturais, quase sempre lideradas por uma elite intelectual, nascida das Lutas Liberais e do Romantismo, extremamente interventiva em diversas áreas da sociedade.

De facto, se Eça de Queirós foi e é um escritor de renome, autor de várias obras de indiscutível mérito estético-artístico, que integram, enquanto tal, o cânone literário oitocentista, também não é menos verdade que a maleabilidade e a versatilidade da sua produção escrita abraçou outros géneros paraliterários que decorrem incontestavelmente do seu empenhamento nas questões políticas e históricas do seu tempo.

Por outro lado, se a História pode ser entendida como a narrativa do que aconteceu e a Literatura a textualização do que poderia ter acontecido, no fundo, ambas fazem parte de uma macro-narrativa — também construída pelo discurso jornalístico — que nos permite ler, questionar, problematizar e decifrar o Homem e o seu Tempo.

2. À semelhança de muitos escritores portugueses do século XIX, Eça de Queirós manteve durante toda a sua vida activa uma relação de grande proximidade com o mundo da imprensa, em pleno florescimento durante todo o século. Desde a década de sessenta, quando redige e edita o jornal *Distrito de Évora*, até ao final dos anos noventa, no momento em que encerra a sua colaboração com o importante jornal brasileiro *Gazeta de Notícias*, Eça nunca se afasta dos jornais, quer como colaborador e correspondente, quer através de participações públicas pontuais, quer ainda pela publicação de alguma da sua ficção.

A ligação de Eça de Queirós ao jornalismo do seu tempo é, de facto, uma das marcas incontornáveis da sua vida e da sua obra, já que, desde os longínquos tempos

dos folhetins dominicais de *Prosas Bárbaras*¹, publicados na *Gazeta de Portugal* entre 1866 e 1867, até aos últimos anos da sua vida, o escritor manteve uma relação de grande proximidade com diversos jornais e revistas.

Essa relação adquiriu, ao longo dos anos, perfis de diferente natureza: nuns casos, o jornal cedeu a Eça, como aliás era comum no jornalismo da época, espaço de publicação e divulgação de algumas das suas obras; noutros, serviu de suporte e de *medium* à afirmação pública de determinados posicionamentos políticos, ideológicos ou estéticos, como o prova o elenco de suas cartas públicas²; finalmente, o jornalismo oitocentista enriqueceu-se com uma vastíssima colaboração cronística de Eça como correspondente exterior, como o demonstram as *Cartas de Londres*, publicadas no final da década de setenta no jornal *A Actualidade* do Porto e o grande conjunto de textos com que o autor abrilhantou as páginas da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1897.

Para além destes três tipos de experiência que atestam a incontestável proximidade entre Eça e a imprensa do século XIX, não podemos de modo nenhum obliterar o importante papel do autor na feitura e direcção de outras publicações: como director e redactor único do jornal regional *Distrito de Évora*, experiência da juventude que, como se sabe, foi fundamental na formação do escritor/jornalista; como colaborador empenhado d'*As Farpas*, projecto serial de índole reformista, partilhado com Ramalho Ortigão; como mentor e director da célebre *Revista de Portugal*, projecto editorial de altíssima qualidade, com fins pedagógicos e patrióticos indiscutíveis; como colaborador da *Revista Moderna*, periódico publicado em Paris, entre Maio de 1897 e Abril de 1899, da responsabilidade do brasileiro Martinho Carlos de Arruda Botelho e em que Eça publicou *A Ilustre Casa de Ramires*, três dos seus contos («A Perfeição», «José Matias» e «Suave Milagre»), bem como algumas crónicas³. Além destes projectos de maior envergadura, há que ter também em consideração as colaborações pontuais com diversos jornais da época, tais como *O Atlântico*, *a Ilustração* e *O Tempo*, em que o escritor publica alguma da sua mais importante epistolografia pública, nomeadamente a célebre carta a Pinheiro Chagas «Brasil e Portugal», a carta-obituária em homenagem a Victor Hugo e a carta «Tomás de Alencar, uma explicação», respectivamente.

Aquilo que este elenco vem confirmar é a forte ligação de Eça de Queirós ao jornalismo oitocentista, uma ligação persistente, heterogénea e multifacetada. De facto, para além de grande romancista, Eça soube também, com muita mestria, cultivar outros tipos de escrita não ficcional, podendo afirmar-se, com verdade, que foi também um eminente jornalista do seu tempo. Esta é a opinião de muitos estudiosos da sua obra que reservam sempre um olhar atento à faceta jornalística da sua personalidade.

¹ A edição crítica destes textos redistribuiu-os e reeditou-os de outra forma, nomeadamente sob o título de *Textos de Imprensa I* (edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho). Apesar de tudo, utilizamos por comodidade o título escolhido por Luís de Magalhães, aquando da primeira edição em livro, em 1903, até porque, segundo os critérios da Edição Crítica, estes folhetins da *Gazeta de Portugal* foram redistribuídos entre *Textos de Imprensa I, Contos e Epistolografia*.

² Queirós, Eça de – *Cartas Públicas*, edição crítica de Ana Teresa Peixinho. Lisboa, INCM, 2009.

³ Cf. Matos, A. Campos – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Caminho, 1993. 2ª ed., pp. 847-848.

Jaime Brasil, num artigo já antigo intitulado «Eça de Queiroz, jornalista», considera Eça de Queirós um «jornalista de raça, isto é: de temperamento, de vocação, de amor apaixonado pelo ofício; jornalista profissional, pois durante certo período da sua vida só teve como únicos proventos os auferidos na imprensa; jornalista, visto ter exercido o mais nobre magistério possível de exercer em jornais: o de crítico; jornalista até ao escrever os seus romances, os quais, sob a capa romanesca, são ora panfletos de socio-crítica, ora doutrinação e norma de conduta.»⁴. Também Jacinto Baptista afirma que «se o jornalismo foi privilegiado meio de expressão e de comunicação de Eça com os leitores, nem por isso o episódico redactor do *Distrito de Évora* perdeu nunca, em relação aos jornais e à actividade dos jornalistas, o distanciamento crítico e a abordagem percuciente, irónico quando caso disso, que foi a sua constante atitude perante outras manifestações humanas.»⁵

Bastará, para o constatar, que olhemos transversalmente para a sua obra, onde encontramos uma frequente e assídua colaboração em diversos periódicos do seu tempo; e tal colaboração não se restringe à publicação, em folhetim, de romances ou contos, como era habitual na época, uma vez que são bastantes as páginas de índole jornalística, através das quais o autor traça o panorama crítico da sociedade portuguesa, analisa friamente a situação política do país e do Mundo, descreve personalidades contemporâneas, acompanha a evolução de cenários internacionais, trava polémicas com outros indivíduos, analisa a imprensa internacional, etc. Claro que, em muitos destes casos, a colaboração de Eça com a imprensa permitia-lhe retirar dividendos extras que o ajudavam a suportar o estilo de vida para o qual o salário de diplomata era insuficiente. No entanto, apesar de o factor financeiro ter tido um peso bastante considerável na carreira jornalística de Eça de Queirós, acreditamos com Jacinto Baptista que «seria, porém, grave injustiça e erro notório limitar à preocupação lucrativa, de complemento à fonte de subsistência regular, a actividade periodística de Eça (...)»⁶.

3. Tendo em consideração o contexto histórico-cultural em que se move Eça de Queirós, convém referir que a acumulação das funções de escritor e jornalista era um facto muito comum. Como explica Isabel Vargues, a profissão de homem de letras era à época, cumulativa com outras, nomeadamente com a de jornalista: «Tal como em França, Inglaterra e Espanha também em Portugal os profissionais do jornalismo mantinham laços com a política e com a literatura, exercendo já então uma influência considerável na sociedade através de uma imprensa de opinião, que só mais tarde se tornaria noticiosa e informativa.»⁷. Num artigo sobre o homem de letras oitocentista, Fátima Outeirinho, recuperando o exemplo de Eça, afirma: «Eça de Queirós funciona como ilustração clara de uma experiência partilhada com tantos outros homens de

⁴ Brasil, Jaime – «Eça de Queiroz, jornalista». In: Pereira, Lúcia Miguel e Reis, Câmara (orgs.) – *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Livros do Brasil, 1945. pp. 509-520.

⁵ Baptista, Jacinto – «Eça jornalista». In: Matos, A. Campos (org.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Caminho, 1993. 2.^a ed., p. 326.

⁶ Idem, *Ibidem*. p. 326.

⁷ Vargues, Isabel Nobre – «A Afirmação da Profissão de Jornalista em Portugal: um poder entre poderes?» In: *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2003. Vol. 24, pp. 158-159.

letras do seu século, conjunto de experiências essas que nos conduz a equacionar o campo literário oitocentista como estando fortemente estribado numa relação íntima entre periodismo e literatura.»⁸

Este é, em nossa opinião, um aspecto incontornável da História do Jornalismo português que nos exige uma reflexão mais demorada. Na verdade, à semelhança do que sucede em França⁹, o nosso jornalismo vive, durante todo o século XIX intimamente dependente das esferas literária e política, sendo que muitos dos «jornalistas» eram simultaneamente políticos, deputados ou escritores: «todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica, ao contrário do que acontecera, como vimos, nos séculos XVII e XVIII»¹⁰; e, segundo um testemunho de época, da autoria de Teixeira de Vasconcelos, director da *Gazeta de Portugal*, periódico em que Eça se estreou como folhetinista, «os escritores que são hoje o ornamento das letras nacionais, todos receberam o baptismo na pia jornalística e foram os gloriosos ascendentes da novíssima geração dos redactores portugueses.»¹¹. Alguns estudiosos da História do jornalismo francês defendem mesmo que a sua especificidade, mais resistente à entrada da influência anglo-americana, se ficou a dever à dupla origem do seu jornalismo, simultaneamente político e literário, origem essa nunca renegada. Não nos cabe aqui desenvolver esta particularidade da história do jornalismo francês, mas basta observarmos os debates que ocorreram no fim do século XIX sobre a forma de fazer jornalismo em França, para percebermos as grandes fricções provocadas pela entrada dos modelos americanos no universo francês. Esta ligação dos homens de letras ao jornalismo processa-se, ao longo do século XIX, de diversas formas e é um fenómeno tipicamente europeu que trouxe consequências para a evolução das formas de fazer jornalismo. Note-se que o jornalismo inglês já no século XVIII vive esta aliança entre homens de letras e jornais: Daniel

⁸ Outeirinho, Fátima – «A imprensa periódica e o folhetim na vida do homem de letras oitocentista». In: *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e sua Geração*. Tormes, Fundação Eça de Queiroz, nº 11/12, p. 82.

⁹ Para Thomas Ferenczi, esta dupla origem do jornalismo francês é uma das características identitárias da sua história, responsável inclusive pela forma híbrida e matizada com que o jornalismo absorveu, no final do século XIX, a vaga anglo-americana: «L'histoire du journalisme français montre en effet que celui-ci présente deux traits récurrents. Le premier est son lien avec la politique, le second sa relation avec la littérature.» (Ferenczi, Thomas – *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Paris, Plon, 1993, p. 12.) Também Jean Chalaby, num estudo comparativo entre o jornalismo francês e o anglo-americano, defende que um dos motivos para o atraso na modernização do jornalismo em França se ficou a dever ao forte envolvimento entre imprensa, política e literatura: «Em França, nesse período, o jornalismo permaneceu sob a influência das suas esferas tradicionais de origem, a política e a literatura. A importância conferida à forma literária afastou dos jornais franceses o estilo telegráfico das notícias anglo-americanas. Além disso, um número significativo de jornalistas franceses continuava a escrever na tradição dos publicistas, numa escrita de propaganda de doutrinas políticas e de defesa dos interesses de um grupo político particular.» (Chalaby, Jean – «O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)». In: *Media & Jornalismo*, Nov. 2003, Vol. 1, n.º 3, p. 6. (<http://revcom.portcom.intercom.org.br>).

¹⁰ Tengarrinha, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1989. 2.^a ed., p. 191.

¹¹ Vasconcelos, Teixeira, *apud* Venâncio, Fernando – «A Linguagem da Imprensa Portuguesa (1840-1870). Os testemunhos contemporâneos». In: *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996. Vol. XXXV, p. 385.

Defoe, autor do célebre *Robinson Crusóe*, publicado em folhetins em 1719 no *Daily Post*, possuía um jornal — *The Review*; Joseph Addison, Dean Swift e Richard Steele foram os principais ensaístas ingleses da centúria de setecentos. J. Addison, escritor e político, escreve para *The Tatler* e também funda a revista *The Spectator* em 1711, com Richard Steele, também político e escritor. Dean Swift, famoso pelas suas *Gulliver Travells*, era irlandês, ensaísta, político e panfletário, tendo participado no *The Tatler*, *The Examiner* e *The Spectator*.

Antes da autonomização da profissão de jornalista, processo lento e apenas concluído no final do século, através da organização de Congressos Internacionais e da criação de Associações profissionais e de sindicatos, os jornais eram dirigidos e escritos em parte por escritores e intelectuais que viam o jornal como um modo de angariar público leitor e como forma de compensar o parco sustento conseguido com a venda dos livros. Esta realidade verifica-se também em França, onde, como explica Marie-Ève Thérénty, as difíceis condições económicas dos homens de letras, devido à abolição das pensões e do mecenato, levam os escritores a procurar escritas mais lucrativas¹².

Na verdade, antes de se atingir a autonomia profissional, na viragem do século XIX para o século XX, ser jornalista era já uma profissão mas era também uma ocupação reservada quer a literatos, quer a políticos, que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião. Escrever nos jornais era uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicitar ideias, de divulgar obras, de defender ideologias, de travar polémicas diversas, enfim, de participar activamente na construção da esfera pública. Desde o nosso primeiro Romantismo, ideologicamente iluminado pelo Liberalismo, os nossos escritores movimentam-se simultaneamente no mundo da Literatura e no dos jornais: a título de exemplo, lembremos que em 1846 surge a Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, liderada por Almeida Garrett e José Estêvão, que agrupou um conjunto de escritores e jornalistas, a fim de reflectirem sobre o desenvolvimento da imprensa nacional¹³.

Na verdade, foi este período da História Portuguesa que, pela sua especificidade, melhor projectou a importância do jornal como veículo ideológico e como meio de combate. O período que José Tengarrinha apelida de imprensa romântica ou de opinião foi construído pelo empenhamento das grandes penas da nação, que depressa entenderam o importante potencial revolucionário dos jornais. Não é coincidência que seja precisamente neste período que começam a surgir certas vozes críticas contra os jornais e os jornalistas, como o já conhecido libelo de José Agostinho de Macedo, com o sintomático título *Exorcismos contra Periódicos e outros malefícios*, publicado em 1821¹⁴. José Agostinho de Macedo¹⁵ foi uma figura polémica do início do século XIX:

¹² Thérénty, Marie-Ève — *Mosaïques. Être écrivain entre presse et roman (1829-1836)*. Paris, Honoré Champion, 2003, p. 21.

¹³ A este respeito, veja-se: Tengarrinha, José — *Ibidem*, pp. 191-192.

¹⁴ Este libelo foi publicado na Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, com licença da Comissão de Censura.

¹⁵ Veja-se: Coelho, Jacinto do Prado — *Dicionário de Literatura*. Porto, Figueirinhas, 1994. Vol. II, pp. 588-589.

franciscano expulso da Ordem, satirista, polemista, crítico acérrimo dos ideais iluministas franceses, sobretudo após as Invasões Napoleónicas, este homem foi um defensor da causa miguelista, tendo atingido, através dos seus escritos violentos e pessoais, muitos dos nossos liberais, nomeadamente Garrett¹⁶. É uma figura incontornável do movimento panfletário português, tendo sempre como alvo os partidários do regime constitucional, como o ilustra o célebre panfleto *A Besta Esfolada* de 1828-29. O texto *Exorcismos contra Periódicos e outros malefícios* é um dos muitos textos escritos sobre jornalismo, já que este autor é o primeiro a encabeçar a lista dos mais produtivos estudiosos do Jornalismo¹⁷. No entanto, este texto não possui uma dimensão académica ou teórica, sendo antes um ataque verrinoso à proliferação de periódicos liberais e aos seus agentes, viperinamente chamados de «periodiqueiros». De qualquer forma, podemos entendê-lo como um sintoma do importante e crescente peso da imprensa na constituição da opinião pública, neste conturbado início de século, em que o combate pelas ideias liberais e constitucionais se fazia neste novo *forum* de discussão. Apesar da linguagem desbragada, contra os «periodiqueiros» e a «praga dos periódicos», interessa-nos, no momento, reter este texto como um exemplo paradigmático da gradual afirmação da imprensa na vida política do país e também do envolvimento dos homens de letras na sua dinâmica.

Este envolvimento arrasta-se ao longo de toda a época oitocentista e já no final do século, não esqueçamos, começam a fundar-se associações de profissionais que visavam a defesa dos homens de letras e dos jornalistas: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, em 1880, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, em 1882, a Associação dos Jornalistas, em 1896, a Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, etc. Como explica Isabel Vargues, a primeira foi criada em Lisboa, «no âmbito do programa das comemorações camonianas, com o fim de estabelecer uma biblioteca de jornalismo e de lançar o embrião de uma Escola de Jornalismo»¹⁸. A segunda, com sede no Porto, foi criada em homenagem póstuma ao grande jornalista António Rodrigues Sampaio, fundador d'*A Revolução de Setembro*, e «foi a associação de imprensa mais duradoura em Portugal, alcançando grande prestígio»¹⁹. Quer isto dizer que, mesmo no âmbito do movimento associativo profissional, detectamos esta aliança entre escritores, homens de letras, e jornalistas. Desde os escritores da primeira geração romântica, como Garrett e Herculano, passando por Feliciano de Castilho, Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, quase todos os membros da Geração de 70, até aos poetas finisseculares como Fialho

¹⁶ «Tendo participado acesamente no polémico projecto da Constituição portuguesa e colaborado inicialmente com o vintismo, ele acabou por recusar o liberalismo em curso, fixando-se na superconservadora falange miguelista, e, em publicações soltas ou periódicas, despejou toda a sua bília contra os herdeiros retardados da Revolução Francesa.» (In: Machado, Álvaro Manuel (dir. e org.) – *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1996. 1.^a ed., p. 288.

¹⁷ Referimo-nos a um recente estudo de Jorge Pedro Sousa, efectuado em Setembro de 2007: Sousa, Jorge Pedro – «Produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974». In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos. 29 de Agosto a 2 de Setembro de 2007.

¹⁸ Vargues, Isabel – *Ibidem*. p. 168.

¹⁹ Idem – *Ibidem*. p. 170.

de Almeida, Afonso Lopes Vieira, e muitos outros, todos os grandes nomes da nossa Literatura do século XIX estão irremediavelmente ligados à imprensa do seu tempo. Estes nomes são exemplos de como, desde o início da centúria de oitocentos, para além dos jornalistas de profissão, sem nenhuma preparação especial para a exercerem, ser jornalista era também uma ocupação para o homem de letras, cuja imagem pública estava intimamente associada à Literatura. Aliás, para José Tengarrinha, esta participação dos nossos escritores no jornal foi determinante para o incremento da qualidade da escrita jornalística no século XIX, comparativamente com o que ocorria nos séculos precedentes.

4. Esta sobreposição dos campos literário e jornalístico, ambos em processo de autonomização ao longo do século, foi, como já referimos, uma marca característica do jornalismo francês, em que escritores como Balzac, Victor Hugo, Eugène Sue, Zola e tantos outros abrihantaram as páginas dos periódicos não apenas através da publicação de ficção — recorde-se a importância capital do romance-folhetim, a partir da década de trinta —, mas também pela publicação de crónicas jornalísticas, outro género muito apreciado no jornalismo oitocentista e geralmente reservado às grandes penas. Ora, na nossa opinião, como em muitas outras áreas sócio-culturais oitocentistas, também o jornalismo português ostentou um «afrancesamento» indiscutível, pois todo o século XIX é marcado pela presença constante do escritor-jornalista, nas páginas dos periódicos da altura. Não apenas os já citados escritores romântico-liberais, mas também os elementos da famosa Geração de 70, participaram activamente na elaboração e direcção de muitos periódicos²⁰. Assim, uma História da imprensa periódica portuguesa passa obrigatoriamente pela história da afirmação e consolidação da elite intelectual e cultural oitocentista. Ou, como conclui Fátima Outeirinho, «atentar pois na faceta de cronista, jornalista ou tradutor de um autor é contribuir para uma tomada de consciência da multiplicidade de relações que o campo literário estabelece dentro do campo cultural.»²¹.

O jornalismo era também encarado pelos homens de letras e pelos políticos como um patamar de acesso a outras carreiras ou funções, uma passagem obrigatória para abrir portas e conseguir uma promoção sócio-profissional. Numa análise às nossas elites intelectuais da primeira metade de oitocentos, Maria de Lourdes Lima dos Santos constata precisamente este aspecto: «O jornalismo, mais do que uma alternativa, aparecia como um modelo relativamente rápido e fácil para fazer uma reputação,

²⁰ A título de exemplo recorde-se que Ramalho Ortigão se revela, desde muito jovem, um activo colaborador em jornais e revistas do tempo, tendo escrito para *O Jornal do Porto*, para a *Gazeta Literária*, para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e para a *Revista Contemporânea* e continua a publicar, mesmo depois de Eça de Queirós abandonar o projecto em 1872, as suas *Farpas*. Oliveira Martins colabora com *A Revolução de Setembro* e com *O Jornal do Comércio* desde finais da década de sessenta, dirige, com Antero e Batalha Reis, a *Revista Ocidental*, em 1875, e funda dois jornais nos anos oitenta: *A Província* do Porto e *O Repórter* de Lisboa. Também Teófilo Braga, outro membro da Geração de 70, prestou uma intensa colaboração em variados jornais: *O Instituto*, *A Grinalda*, *O Ocidente* e a *Revista de Portugal*. Batalha Reis escreve para *O Repórter* e para a *Gazeta de Notícias*, entre 1888 e 1896, um conjunto de crónicas sob o título «Revista Inglesa» e colabora em variados periódicos: *A Ilustração*, *Diário de Notícias*, *A Luta*.

²¹ Outeirinho, Fátima – *Ibidem*, p. 91.

valorizar-se e começar a escalada para a desejada meta. Fazer jornalismo (e particularmente jornalismo político) significava enveredar por uma via promocional que, nos novos tempos, exercia sobre os jovens desfavorecidos um poder de atracção comparável ao da carreira eclesiástica no antigo regime.»²².

O carácter provisório da actividade jornalística e o facto de esta actividade funcionar em paralelo com outras carreiras são sinais claros de que, ao longo de todo o século XIX, sobretudo até à década de 90, a profissão de jornalista teve de percorrer um lento caminho em direcção à sua autonomização, que só se atinge, como dissemos, quando começam a organizar-se as associações profissionais e os congressos do fim-de-século. Este fenómeno verificado na história do jornalismo português é comum a outros países europeus, nomeadamente a França onde, ao longo de toda a centúria de oitocentos, o jornal ou a revista são os espaços de promoção, publicidade e afirmação pública dos homens de letras. Como explica Thomas Ferenczi, referindo-se à participação dos homens de letras no campo jornalístico, o jornalismo é sobretudo uma via de passagem e não um local de chegada, ele é sobretudo importante por facilitar o acesso a certos patamares sócio-profissionais²³; também para Christian Delporte a maioria dos contemporâneos viam o jornalismo como uma experiência, um ritual de passagem, uma etapa que poderia conduzir a uma celebridade rápida, funcionando como a antecâmara da literatura ou do poder²⁴.

Um romance queirosiano como *A Capital!*²⁵ dá-nos bem a ideia de como a figura do jornalista era projectada como uma importante influência em determinados meios, nomeadamente na estreia de jovens escritores e artistas. Artur Corvelo, protagonista do romance que anseia com uma vida de sucesso na capital, é conduzido pelos meios artísticos pela mão do pouco escrupuloso jornalista Melchior que, utilizando as páginas do «Século», jornal em que trabalhava, publicita o drama do jovem dramaturgo e o apresenta a deputados e artistas. Curiosamente, a ficção europeia, nomeadamente a francesa, revela uma propensão para retratar jornalistas nos seus enredos, geralmente conotando-os disforicamente com indivíduos sem escrúpulos, de duvidosa aptidão técnica e carreiristas sociais. Leiam-se *Bel-Ami* de Maupasant ou *Illusions Perdues* de Balzac para se ter uma ideia do olhar que os grandes romancistas da época lançaram sobre jornais, jornalistas e imprensa.

A falta de preparação para a profissão e a sua frágil autonomia são aspectos a ter em consideração quando se fala na projecção ficcional de jornalistas e de jornalismo. Estamos convictos de que a imprensa, ao longo de todo o século XIX, foi um albergue profissional para um vasto grupo de pessoas de proveniência social, cultura e formação muito díspares e que, se olharmos para os tipos queirosianos como Melchior Cordeiro d'*A Capital!* ou Palma Cavalão d'*Os Maias* percebemos que eles são precisamente o

²² Santos, Maria de Lourdes Lima dos – *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1985, p. 332.

²³ Ferenczi, Thomas – *Ibidem*, p. 29.

²⁴ Delporte, Christian – *Les journalistes en France 1880-1950. Naissance et construction d'une profession*. Paris, Ed. du Seuil, 1999, p. 17.

²⁵ *A Capital!* é um romance póstumo publicado em 1925 pelo filho do romancista, provavelmente escrito no final dos anos setenta.

produto acabado dessas discrepâncias. Atentemos nas palavras de outro censor da sociedade portuguesa finissecular — Fialho de Almeida — também ele um activo e frequente colaborador na imprensa do seu tempo, sobretudo como cronista²⁶:

«(...) o **repórter português** não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora. Sai dos **déclassés que as escolas rejeitaram**, e dos tipos frustrados que se quiseram eximir às profissões francamente laboriosas e correntes. **Não é um homem de letras**, e por outro lado falta-lhe educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam; é **literatiço falho, artigoleiro** sem predicados de moralista, a posição especial que ele se fez no jornalismo, onde ninguém tem consciência das responsabilidades do seu papel, permite-lhe o gozo da imunidade de que ele abusa, e dá margem a exorbitâncias profissionais de que ele se vangloria.»²⁷

O excerto citado é parte integrante de um dos folhetos panfletários dos seus célebres *Os Gatos*, publicados, como se sabe, entre 1889 e 1894. Vale a pena, na nossa opinião, determo-nos na análise de alguns aspectos deste texto pois acreditamos que ele ilustra algumas das ilações a que fomos chegando ao longo deste trabalho. Ressalta destas palavras do autor a impreparação dos repórteres, provenientes de uma classe sem escolaridade, deficitária do ponto de vista da cultura e da formação, por clara oposição aos homens de letras. Assim, de facto, se confirma, pelas palavras de Fialho de Almeida, a convivência entre escritores, eruditos e homens da pena, com outros jornalistas, com pouca preparação, sem aptidão técnica específica, para quem os jornais, em expansão ao longo do século, surgiam como um último reduto. Certamente que esta dicotomia criava tensões no campo jornalístico, bem patentes nas palavras do escritor-jornalista, para mais tendo em consideração a evolução da imprensa no final do século, no sentido de privilegiar cada vez mais um conjunto de estratégias comerciais que ditavam a sedução da massa de leitores.

Ora, em nossa opinião, o modo como a literatura europeia plasmou a imagem dos jornais e dos jornalistas, conotando-a negativamente, deriva, em grande parte desta tensão: por um lado, o homem de letras, cultivado, erudito, criador de textos de autor, por outro lado, o repórter que, como comenta Fialho, tinha de «encher o número» do jornal, nem que para tal tivesse de recorrer a «um amontoado de inconseqüências, de perfídias, de baixeiras e de calúnias.»

Daqui decorrem conseqüências a vários níveis, sendo a mais evidente o facto de o escritor/homem de letras, afeito desde o início do século a ocupar um lugar dominante no universo da imprensa, quer como folhetinista, quer como cronista ou fazedor de opinião, se ver ultrapassado por um conjunto de mudanças que prescindiam da sua erudição e do seu saber, em benefício de um conjunto de «artigoleiros», sem ética nem moral, facilmente ajustáveis aos gostos do público, progressivamente direccionados

²⁶ Fialho de Almeida «começa a tornar-se famoso quer como contista quer sobretudo como cronista, pela sua colaboração em periódicos como *Novidades* (...), *O Repórter*, *Pontos* nos II, (...) *Correio da Manhã*, *O Contemporâneo* (...)» e muitos outros. (In: Machado, Álvaro Manuel – *Ibidem*. p. 23).

²⁷ Almeida, Fialho de – *Os Gatos*. Selecção e introdução por Maria Antónia Carmona Mourão e Maria Fernanda Pereira Nunes. Lisboa, Ulisseia, 1986, p. 139. (Negritos da nossa responsabilidade).

para um jornalismo sensacionalista e hipersensível, do tipo da *yellow press* norte-americana.

Apesar de esta bipolarização no campo da imprensa ser um facto, aliás decorrente da falta de autonomia da profissão que, como dissemos, só se consegue a partir da organização de congressos, associações e sindicatos, na transição do século XIX para o século XX, o homem de letras, escritor e intelectual, mantém-se integrado no movimento jornalístico, ora colaborando como cronista, ora assumindo-se como o folhetinista de serviço, ora escrevendo opinião e publicando ficção. Não esqueçamos que um dos momentos cruciais de intervenção no espaço público, neste fim-de-século, foi da lavra de um grande escritor: trata-se da célebre carta «J'accuse!», dirigida ao Presidente francês e publicada no jornal *L'Aurore*, a propósito da condenação do Capitão Dreyfus.

5. Uma outra motivação que atraía os homens de letras para o mundo da imprensa tinha que ver com os proveitos financeiros. Num país marginal como o nosso, com público restrito, poucos leitores e um fraco mercado livreiro, os dividendos adquiridos da escrita jornalística representavam uma mais-valia considerável que compensava os parcos proventos da venda dos livros²⁸. O caso de Eça é exemplar no que a este aspecto diz respeito, pois a carreira de correspondente de imprensa permitia-lhe equilibrar melhor as suas complicadas finanças, embora, depois de uma análise pormenorizada dos contratos entre Eça de Queirós e os seus editores, Fernando Guedes conclua que Eça de Queirós, no final do século, era o escritor português mais bem pago da época²⁹. Como explica Elza Miné, «se, na segunda, metade do século XIX, colaborar em jornais e revistas acabou por constituir-se, para tantos escritores, além de elo directo com seu público, suplemento orçamentário indiscutível, e se também nesse tempo a versatilidade era a qualidade que, por excelência, caracterizava o jornalista completo, não estranha que o jornal se constituísse num laboratório privilegiado da palavra e que a produção dessa *espécie de jornalista* que foi Eça de Queirós se incluía, de fato e de direito, no domínio do literário.»³⁰.

Bastará, para o comprovarmos, lermos algumas das cartas que Eça dirigiu aos amigos mais próximos para nos apercebermos desta realidade. Em carta dirigida a

²⁸ Remetemos para a análise circunstanciada de Maria de Lourdes Lima dos Santos: Santos, Maria de Lourdes – *Ibidem*, p. 187-227.

²⁹ «Também os seus proventos de escritor se tornaram significativos: de *Os Maias*, em 1883 e 1888, recebeu um conto de réis; *A Relíquia*, em 1885, rendeu-lhe também um conto de réis; a *Correspondência de Fradique Mendes*, em 1889, traz-lhe quatrocentos mil réis; *A Cidade e as Serras*, em 1895, trezentos mil réis de adiantamento; *A Ilustre Casa de Ramires*, em 1899, outro adiantamento de trezentos mil réis. Em moeda de hoje são cerca de 4.800.000\$00 a que se deve acrescentar o que foi recebendo pelas novas edições do *Crime* e do *Primo Basílio* (...): 180\$000 (...) pela 3.^a edição do *Crime*; 90\$000 (...) pela 3.^a edição do *Primo Basílio* e o que há a acrescentar da colaboração na imprensa brasileira e na portuguesa (...)» (Guedes, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII-XIX*. Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, 1987, p. 230-231).

³⁰ Miné, Elza – *Páginas Flutuantes – Eça de Queirós e o Jornalismo do Século XIX*. S. Paulo, Ateliê Editora, 2000, p. 49.

Alberto de Oliveira, datada de 23 de Janeiro de 1896, Eça diz, a propósito da sua colaboração na *Gazeta de Notícias* do Rio:

«Ora o meu amigo sabe que eu sou, tenho sido nestes últimos anos, um redactor regular da *Gazeta de Notícias* do Rio, recebendo um salário regular. Em mais de quatro meses, não mandei à *Gazeta* o valor, em prosa, de um bilhete-postal. Também por escrúpulo, não tendo dado o trabalho, não cobreí o salário. Mas esses salários são indispensáveis ao meu orçamento — e para legitimamente os receber agora, tenho de mandar para o Rio o montão de prosa a que eles correspondem e que os justifica.»

(Queirós, Eça de — *Correspondência*. Coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho. Lisboa, I.N.C.M., 1983. 1º e 2º Vols., p. 360).

Esta carta é um dos muitos exemplos de como era importante para o autor enviar com regularidade textos para os jornais: Eça necessitava, para viver de acordo com o nível de vida a que se habituara, de ganhar o dinheiro destas colaborações³¹. Não se pense, no entanto, que eram apenas as motivações financeiras que impeliam o escritor para as páginas dos jornais. A qualidade estética dos seus textos deixa perceber, de facto, que Eça também escrevia por prazer e por desafio intelectual, como, aliás, deixa bem expresso em carta dirigida a Ramalho Ortigão, a 10 de Julho de 1879, um ano antes, portanto, de iniciar a sua colaboração com a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro:

«Meu pai escreveu-me há dias, falando-me do desejo que tinha Gonçalves Crespo (...) em me convidar para mandar correspondências ao «Jornal do Comércio». Isto vem exactamente combinar com o meu próprio desejo; eu necessito fazer correspondências, por higiene intelectual. Tenho-me posto no mau hábito de ler todas as manhãs montões de jornais: e esta grossa massa de política cai-me no cérebro, não é digerida, e pela sua presença impede o jogo regular das faculdades artísticas. (...) Preciso purgar a inteligência destas fezes. Quero um vaso.

O «Jornal do Comércio» parece-me preencher esta função útil» (Queirós, Eça de — *Ibidem*, p. 180).

A escrita jornalística constituía, então, para Eça uma forma de catarse e de organização mental: a massa de informação recebida e absorvida pela leitura de jornais era a matéria-prima que as correspondências do autor trabalhavam, moldavam e reinterpretavam. Apesar de tudo, como o excerto da carta deixa perceber, os jornais não eram tidos em grande consideração pelo cronista que os olhava quer como um meio de ganhar dinheiro, quer como uma forma de «vazar» algumas ideias acumuladas que lhe poderiam perturbar a criação literária, afinal, a grande paixão de Eça.

³¹ Como explica Carlos Reis, referindo-se à correspondência parisiense, «n'oublions pas que ces collaborations journalistiques répondaient aussi à la nécessité de gains supplémentaires, ressentie par un Eça que harcelaient les difficultés financières, aggravées par les exigences d'une famille déjà relativement nombreuse, dans une ville chère comme Paris.» (Reis, Carlos — *Eça de Queirós Consul de Portugal à Paris 1888-1900*. Paris, Centre Culturel C. Gulbenkian, 1997, p. 110).

Face a este aparente desprezo pelos jornais e da já conhecida motivação financeira que conduzia o escritor para a escrita mais utilitária, as páginas jornalísticas de Eça de Queirós revelam, em nossa opinião, uma qualidade surpreendente, em nada inferior à das obras literárias. Espalhados entre a década de 60, até ao momento da sua morte, estes textos, na sua maioria de dimensão epistolar, dedicam-se a temas muito diversificados, revelam diferentes níveis de profundidade e estilos bem diversos. Essencialmente inspirados na leitura dos periódicos ingleses e franceses, que Eça lia em quantidade e variedade, eles transmitem-nos uma visão caleidoscópica da Europa do tempo, sempre filtrada pelo olhar atento e crítico do escritor-jornalista.

Desde as remotas crónicas de política internacional do jornal *Distrito de Évora*, até às dezenas de cartas com que exerceu as funções de correspondente europeu da *Gazeta de Notícias*, o leitor consegue compor o puzzle dos acontecimentos políticos, sociais e culturais mais marcantes da segunda metade do século, desde a Guerra russo-turca, aos desígnios imperialistas ingleses, passando pelas greves operárias do mundo anglo-saxónico ou por acontecimentos como a Grande Exposição Universal de Paris. Naturalmente que todos estes acontecimentos, filtrados da imprensa internacional, são expostos em discursos de clara dimensão opinativa, em que impera a subjectividade e o ponto de vista do cronista. Através destes textos de imprensa, conseguimos perceber a mundividência do escritor, a sua inimitável ironia e a sua eterna propensão para a crítica social, sobretudo quando o alvo é Portugal, país de onde se encontra ausente, mas nem por isso menos presente na mente do escritor jornalista. Leiam-se os textos de *Cartas de Londres*, publicados n'*A Actualidade* do Porto, ou algumas crónicas de *Cartas de Inglaterra*, publicadas serialmente na *Gazeta de Notícias*, para se perceber que, mesmo comentando situações socio-políticas europeias, é Portugal o destinatário visado.

A leitura da sua vastíssima colaboração cronística e epistolar também nos permitirá verificar a persistência de um conjunto de estratégias discursivas e narrativas mais próximas do ideal jornalístico pré-industrial do que propriamente a submissão aos novos padrões de escrita: o persistente recurso à forma epistolar, a propensão narrativa dos textos, a persistência do discurso descritivo, a literariedade de algumas crónicas, o diletantismo temático e a forte presença da opinião e da subjectividade discursiva são estratégias típicas de um jornalismo literário que insiste em resistir à vaga anglo-americana, que começava a invadir a imprensa europeia no final do século. Estamos certas de que a prática jornalística queirosiana traduz o ideal de um jornalismo interventivo, empenhado e, sobretudo, construído com os cuidados e a elevação que uma escrita literária merece.

6. Para concluirmos, resta-nos sublinhar que é precisamente esta valorização literária dos textos de imprensa queirosianos que permitiu que eles fossem resistindo ao tempo e vencendo a efemeridade que geralmente afecta textos jornalísticos. Embora circunscritos a contextos precisos e retratando cenários históricos circunscritos, estas crónicas possuem uma dimensão atemporal que ainda hoje suscita releituras e interpretações. Ora, num colóquio como este, intitulado «Outros Combates pela História», parece-nos que o exemplo de um homem de letras como Eça de Queirós nos pode levar a questionar até que ponto a imprensa não começa a ser, a partir do século XIX, um instrumento fundamental da escrita da História, tendo sobretudo em consideração,

por um lado, os agentes fulcrais deste jornalismo — os escritores e homens de letras — e, por outro, uma visão lata da historiografia enquanto a narrativa de um certo período de tempo. Uma narrativa, acrescentamos, construída como um palimpsesto, em que todos os produtos culturais de uma época são chamados à colação. Permitam-me que termine citando um outro escritor-jornalista, mais recente e também inquietado com estas questões da História: «basta-me pensar [diz José Saramago] que sempre será melhor ciência aquela que for capaz de me proporcionar uma compreensão duplicada: a do Homem pelo Facto, a do Facto pelo Homem.»³²

Ora, o caso que aqui apresentámos, o de Eça de Queirós, é apenas um dos mais conhecidos, afamados e estudados, dentre um riquíssimo manancial de homens e mulheres de letras que, ao longo de todo o século XIX, se dedicaram à escrita jornalista, integrando de facto e de direito a História da Imprensa portuguesa. Neste sentido, a nossa abordagem deixa algumas pistas de investigação, constatando-se que muito ainda há para trabalhar neste domínio.

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

- Almeida, Fialho de – *Os Gatos*. Selecção e Introdução por M. Antónia Mourão e M. Fernanda Nunes. Lisboa, Ulisseia, 1986.
- Macedo, José Agostinho de – *Exorcismos contra Periódicos e outros malefícios*. Lisboa, Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821.
- Queirós, Eça de – *A Capital! (começos duma carreira)*. Edição Crítica de Luiz Fagundes Duarte. Lisboa, INCM, 1992.
- Queirós, Eça de – *Correspondência*. Organização e Edição de Guilherme de Castilho. Lisboa, INCM, 1983. Vol. I.
- Saramago, José – «História e ficção». In: *Jornal de Letras, Artes & Ideias*. 6 de Março de 1990, p. 17-19.

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

- Baptista, Jacinto – «Eça jornalista». In: Matos, A. Campos – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Caminho, 1993, 2.^a ed., p. 326.
- Brasil, Jaime – «Eça de Queiroz, jornalista». In: Pereira, Lúcia Miguel e Reis, Câmara (Org.) – *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Livros do Brasil, 1945.
- Chalaby, Jean – «O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)». In: *Media & Jornalismo*, Nov. 2003, Vol. 1, n.º 3, p. 6. (<http://revcom.portcom.intercom.org.br>).
- Coelho, Jacinto do Prado – *Dicionário de Literatura*. Porto, Figueirinhas, 1994. Vol. II, p. 588-589.
- Delporte, Christian – *Les journalistes en France 1880-1950. Naissance et construction d'une profession*. Paris, Ed. du Seuil, 1999.
- Ferenczi, Thomas – *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Paris, Plon, 1993.

³² Saramago, José – «História e ficção». In: *Jornal de Letras, Artes & Ideias*. 6 de Março de 1990, pp. 17-19.

- Guedes, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII-XIX*. Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, 1987.
- Machado, Álvaro Manuel (dir. e org.) – *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1996. 1.^a ed.
- Matos, A. Campos – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Caminho, 1993, 2.^a ed.
- Miné, Elza – *Páginas Flutuantes – Eça de Queirós e o Jornalismo do Século XIX*. S. Paulo, Ateliê Editora, 2000.
- Outeirinho, Fátima – «A imprensa periódica e o folhetim na vida do homem de letras oitocentista». In: *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e sua Geração*. Tormes, Fundação Eça de Queiroz. n.º 11/12, p. 81-92.
- Reis, Carlos – *Eça de Queirós Consul de Portugal à Paris 1888-1900*. Paris, Centre Culturel C. Gulbenkian, 1997.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos – *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- Sousa, Jorge Pedro – «Produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974». In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos. 29 de Agosto a 2 de Setembro de 2007.
- Tengarrinha, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1989. 2.^a ed., p. 191.
- Thérenty, Marie-Ève – *Mosaïques. Être écrivain entre presse et roman (1829-1836)*. Paris, Honoré Champion, 2003.
- Vargues, Isabel Nobre – «A Afirmação da Profissão de Jornalista em Portugal: um poder entre poderes?». In: *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2003. Vol. 24.
- Venâncio, Fernando – «A Linguagem da Imprensa Portuguesa (1840-1870). Os testemunhos contemporâneos». In: *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996. Vol. XXXV, p. 381-391.

Alberto Pena Rodrigues

PORTUGAL, ESPAÑA Y LA HISTORIA DEL ESTADO NOVO.
LAS RELACIONES IBÉRICAS Y LOS MEDIOS DE
COMUNICACIÓN SALAZARISTAS EN LOS AÑOS TREINTA

Introducción

La historiografía contemporánea portuguesa ha concedido una singular importancia a la Guerra Civil española como uno de los momentos históricos que han forjado el destino de Portugal. Su estudio coincide con las investigaciones sobre la dictadura del Estado Novo, que encontraron en el enfrentamiento civil español un pilar fundamental en la consolidación del régimen salazarista. Sin duda, el 18 de julio de 1936, abría para el Portugal de Salazar un camino hacia el entendimiento con España, con la «nueva» España del general Franco, dentro del complicado panorama de las relaciones ibéricas. Salazar se identificó rápidamente con el bando rebelde del Caudillo porque era el complemento ideológico perfecto para llevar a cabo, sin peligrosos contagios democráticos provenientes del país vecino y con garantías de futuro, su proyecto político autoritario en Portugal. La propaganda del Estado Novo resucitó el viejo anatema del «perigo espanhol», del endémico temor a una invasión castellana, ante la animadversión manifiesta existente entre su régimen y la IIª República. O «ditador das Finanças», como era conocido el autoritario líder luso, explotó astutamente este factor psicológico y propagandístico para encender la llama del nacionalismo portugués en la sociedad lusa contra el Frente Popular español, vencedor de las elecciones de febrero de 1936 en España, y en el que su propaganda veía ambiciones territoriales sobre Portugal. Durante la guerra, de hecho, hubo una doble orientación propagandística del Estado Novo en este sentido: por un lado, se alimenta una fuerte corriente nacionalista contra el «perigo espanhol» de la IIª República y, por otro, se estimula la fraternidad peninsular sobre la base de la identificación de la ideología franquista y salazarista. La IIª República era un peón de la Internacional Comunista que estaba hipotecando España en el sentido más amplio de la expresión, mientras el Alzamiento militar representaba la instauración de los valores tradicionales, un verdadero nacionalismo a semejanza del Estado Novo, según la interpretación de los órganos del salazarismo, que podría acabar definitivamente con los recelos entre las naciones ibéricas. Franco y Salazar se necesitaban el uno al otro como las dos caras de una misma moneda. Por todo ello, la dictadura portuguesa utilizó todos los instrumentos

ideológicos posibles para que la España *nueva* gozase del reconocimiento internacional lo más rápido y amplio posible, como deseaba el gobierno de Burgos. Una victoria franquista significaba un triunfo del salazarismo, una garantía de estabilidad. La diplomacia lusa, por tanto, se puso al servicio del Alzamiento Nacional sin condiciones.

La intervención de Portugal en la guerra de España fue, fundamentalmente, de naturaleza político-ideológica. Mientras la participación italiana, alemana o soviética, fue una intervención esencialmente armamentística, Portugal debió poner en el brasero del conflicto todas sus estratagemas propagandísticas, tanto desde una dimensión política como puramente mediática. En este sentido, nuestros argumentos tratan de demostrar que, de los países que apoyaron a los bandos en lucha, ninguno hizo un esfuerzo tan grande como el gobierno portugués, que vivió la Guerra Civil española como un asunto interno. En esta batalla contra el enemigo *común*, desentrañamos cuáles fueron las claves ideológicas de la alianza tácita que establecieron Franco y Salazar y hasta dónde llegó la influencia del Estado Novo en la reivindicación de los intereses del gobierno de Burgos en los foros internacionales. Los investigadores de este período concluyeron, como apuntamos más arriba, que la diplomacia de Portugal estuvo al servicio del gobierno de Burgos. Pero, si la intervención portuguesa fue político-ideológica, era necesario, por tanto, investigar a fondo las claves de la propaganda salazarista y el uso que se hizo de los medios de comunicación portugueses y la censura, así como el intercambio ideológico que hubo entre los franquistas españoles y los salazaristas, junto a otros aspectos no menos importantes, como el papel de los intelectuales portugueses, que, indudablemente, influyeron de algún modo en el devenir de los acontecimientos.

Este estudio cobra todo su sentido, como se verá, por la trascendencia que tuvieron las diferentes campañas de propaganda para consolidar el Estado Novo y el régimen franquista. Campañas en las que, por supuesto, intervinieron directamente el Secretariado de Propaganda Nacional y los Serviços de Censura portugueses, que actuaron como controladores de la libertad de expresión y diseñadores de una determinada manera de pensar. «A opinião pública é indispensável à vida de qualquer regime. Os govêrnos, por mais apoios de que disponham, não se mantêm usando a fôrça, mas tendo-a», apuntaba Salazar en los años treinta, de cuya autoría es también la memorable frase: «O que parece é». Lo que significaba, según la filosofía política del dictador portugués, que había que dirigir, encauzar la opinión pública dentro de los moldes ideológicos de la dictadura, como así se hizo durante toda la Guerra Civil española. El largometraje producido por el SPN en 1937, *A Revolução de Maio*, en el marco del conflicto español, es toda una muestra de esa voluntad de control estatalista sobre el pensamiento, poniendo al servicio de la propaganda la industria cinematográfica nacional. Y junto al cine, la prensa y la radio pasaron a ser dos puntos de apoyo fundamentales en la configuración y conculcación de la ideología salazarista, actuando de manera auténticamente totalitaria. Lo cierto es que, desde su llegada al gobierno, Salazar expresó su preocupación por el control de la comunicación social y la necesidad de crear órganos propios como el *Diário da Manhã*. Y si Salazar estaba preocupado por los medios a principios de los años treinta, evidentemente, durante la guerra fratricida española, inevitablemente, tenía que hacer uso y abuso de ellos para imponer sus tesis favorables en todo momento a la victoria del Movimiento Nacional español.

La telaraña de la estructura ideológica del régimen de Oliveira Salazar es mucho más compleja y difícil de abarcar de lo que a simple vista parece.¹ La propaganda salazarista en 1936 se extiende a través de todo el entramado corporativo de los Sindicatos Nacionais, de la União Nacional, la Mocidade Portuguesa, la Legião Portuguesa, la Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho y muchos otros organismos que encauzaron la voluntad popular hacia una implicación activa con los organismos del Estado Novo. Por ello, a través de un estudio que creemos suficientemente extenso y profundo para alcanzar conclusiones fundamentadas, entraremos de lleno en el análisis de las funciones de sus dos principales controladores y catalizadores de esa propaganda, los Serviços de Censura y el SPN, y de los *mass-media* en relación con la guerra de España.

El estudio de las estructuras propagandísticas del Estado Novo, lógicamente, nos llevan a conocer sus estrechas relaciones con los canales de difusión de la información en Portugal, totalmente amordazados y serviles con las consignas oficiales. La prensa, la radio y el cine portugués son estudiados prestando especial atención a la vinculación de éstos con los ideólogos salazaristas y franquistas. Algunos aspectos de esa relación, dentro de un amplio marco sobre el análisis de los principales periódicos portugueses, son tratados de manera específica, como es el caso de los corresponsales portugueses en España o el papel desempeñado por los intelectuales, con la pretensión de dejar al descubierto su grado de implicación en la batalla de propaganda del Estado Novo. También pasamos revista a la permanente colaboración entre la compañía franquista *Cifesa* y la productoras cinematográficas portuguesas. La propaganda cinematográfica², realizada de forma programada desde el SPN, que creó un eficaz *Cinema Popular Ambulante* para llevar hasta los pueblos los logros del gobierno de Salazar y las virtudes del franquismo, contribuyó notablemente a mitigar el espíritu de agitación de algunos sectores sociales portugueses que se solidarizaron con la IIª República española. Además, la propaganda a través del celuloide tuvo una proyección exterior gracias a la producción del largometraje de Aníbal Contreiras *A Caminho de Madrid*, que se difundió en diversos países en una de las etapas más críticas y decisivas de la guerra, en diciembre de 1936. Y si el cine desempeñó una función relevante, por su parte las emisiones de la radio portuguesa fueron cruciales para los rebeldes franquistas en los primeros meses de batalla. El *Rádio Club Português (RCP)*, dirigido por el incansable capitán Jorge Botelho Moniz, realizó intensas retransmisiones especiales en español que prestaron una excepcional ayuda al bando rebelde, además que ofrecerles incluso apoyo técnico para reparar emisoras en territorio franquista. Junto al *RCP*, la *Emissora Nacional* del Estado Novo, que puso en marcha un servicio de emisiones internacionales, y muchas otras pequeñas estaciones radiofónicas de varios puntos de Portugal, emprendieron su particular «guerra de las ondas» contra el bando leal.³

¹ Sobre la estructura, la organización y los fundamentos ideológicos del régimen salazarista, entre otros muchos aspectos, puede consultarse la obra «definitiva» del profesor Luis Reis Torgal: *Estado Novo, Estados Novos*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2009.

² Cf.: Torgal, Luis Reis (coord.), *O cinema sob o olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2000.

³ Cf.: Pena, Alberto, *Salazar, a imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2007.

En definitiva, como se podrá comprobar a continuación, la colaboración propagandística a todos los niveles entre el franquismo y el salazarismo, que tuvo efectos extraordinariamente positivos para el general Franco (especialmente en el contexto diplomático), revela una excepcional compenetración entre ambos regímenes, aliados para conseguir una victoria de la autoritarismo contra el sistema democrático de la República. Al finalizar la guerra, el 22 de mayo de 1939, el mismísimo Salazar lo dejaba muy claro en unas frías manifestaciones ante su Asamblea Nacional. Decía entonces que no le importaba el sacrificio que había hecho su país ni el número de soldados portugueses muertos en la guerra. Lo importante era que, en general, el objetivo se había cumplido. «Orgulha-me que tenham morrido bem e todos — vivos e mortos — tenham escrito pela sua valentia mais uma página heroica da nossa Historia. Não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo!»

Este breve estudio se centra, básicamente, en intentar describir cuál era la estructura propagandística y fundacional del Estado Novo, en 1933, y cuál fue su desarrollo en función de las entonces determinantes relaciones ibéricas, en el umbral de la Guerra Civil española, basándonos, fundamentalmente, en el papel desempeñado por los principales diarios portugueses.

1. Portugal y España en los años 30

Las relaciones peninsulares siempre fueron difíciles y complejas. Durante largas etapas del siglo XX, Portugal y España vivieron una especie de guerra fría alimentada por un desinterés e ignorancia mutua que selló la frontera con bloques de hielo. Tanto César Oliveira⁴ como Hipólito de la Torre Gómez⁵ han estudiado en profundidad estos años y han conseguido aclarar muchas incógnitas sobre la historia de las complicadas relaciones ibéricas, creando un corpus bibliográfico importante que sirve como base para adentrarse en el estudio de cuestiones más específicas como puede ser esta investigación. Ambos historiadores están básicamente de acuerdo en que, en el primer tercio de siglo, el iberismo adquiere una nueva dimensión, con un significado más peyorativo para el nacionalismo portugués, en parte influenciado por los temores, muchas veces infundados, del denominado «perigo espanhol», al que se identificaba con el imperialismo español. La «fractura peninsular»,⁶ se fue abriendo cada vez más hasta llegar a las posiciones antagónicas e irreconciliables que impusieron a un lado la dictadura portuguesa y, al otro, la democracia española. En el período que va de la

⁴ Entre las obras de César Oliveira citamos las siguientes: *Portugal e a IIª República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1985); *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 2.ª edición, 1988; *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

⁵ Entre las obras de Hipólito de la Torre Gómez relacionamos: *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1931-1936)*, Mérica, Uned, s.d. (1988); *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal (1910-1919)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1983; *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Espanha-Portugal (1919-1930)*, Lisboa, 1985; con Josep Sánchez Cevelló, *Portugal en el siglo XX*, Madrid, Istmo, 1992, entre otras.

⁶ Cf.: Idem, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal (1910-1919)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1983.

proclamación de la IIª República en España, el 14 de abril de 1931, hasta el estallido de la Guerra Civil, el 18 de julio de 1936, el distanciamiento entre las dos naciones peninsulares se debe más a un problema de regímenes opuestos que a una cuestión de talante popular. Esta etapa aparece marcada por dos momentos perfectamente diferenciados en las relaciones luso-españolas. La que va de abril de 1931 a noviembre de 1933, con rumbos políticos totalmente divergentes y polarizados en ambos países, y desde entonces hasta febrero de 1936, cuando se instala en España un gobierno conservador, que tiende puentes entre las dos naciones con incipientes proyectos en común.⁷ Tras la victoria del Frente Popular en las elecciones de febrero de 1936, las relaciones peninsulares sufrieron un progresivo desgaste y deterioro debido, en gran medida, a la incompatibilidad de dos sistemas políticos que poco o nada simpatizaban. En España, se instauró un gobierno progresista nacido de la victoria electoral de los partidos de izquierdas coaligados dentro de un régimen democrático y republicano. Portugal, en cambio, estaba en proceso de consolidación de un régimen autoritario, anti-democrático y anti-liberal, fundado sobre las bases de un golpe militar y profundamente nacionalista.

Cuando la soberanía popular decide poner fin a la monarquía de Alfonso XIII en España tras la dictadura de Primo de Rivera, el gobierno portugués estaba todavía apagando los rescoldos de la revuelta emprendida por las guarniciones militares y civiles republicanos en los archipiélagos atlánticos de Madeira y Azores, que vendrían a encender por contagio un nuevo foco revolucionario en Bolama, en la colonia de Guiné-Bissau el 17 de abril. Las intenciones de los revolucionarios, que no tenían de entrada demasiados visos de éxito contra todo el ejército y la Armada portuguesa de la metrópolis, eran reivindicar la vuelta a la normalidad constitucional en el país, que en aquel momento tenía al general Domingo de Oliveira como Presidente do Conselho.⁸ Esta fue una seria advertencia para la dictadura lusa, consciente del peligro que representaba la instauración de la IIª República en España, no sólo por las influencias indirectas que podía tener sobre el atezado movimiento republicano portugués, sino también por la conspiración de los propios exiliados en territorio español y Francia, conocido como era para el gobierno militarista luso que el último presidente de la República portuguesa, Afonso Costa, y los miembros de la llamada «Liga de Paris» estaban en contacto con miembros del gobierno español.⁹ El cambio de régimen en España no pasó inadvertido para la prensa portuguesa, que critica sin ambages la mudanza política española. Prácticamente, todos los diarios lusos desencaderaron una guerra larvada de titulares contra la IIª República. César Oliveira hace un análisis bastante exhaustivo de la actitud e los diarios nacionales portugueses en este período, encontrando una sorprendente coincidencia entre el discurso político de Oliveira Salazar y los comentarios periodísticos de los medios de comunicación sobre este

⁷ Cf.: Torre Gómez, Hipólito, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1931-1936)*, Mérida, Uned, s.d. (1988); y Oliveira, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, op. cit., pp. 31-43.

⁸ Cf.: Soares, João (compil.), *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné, 4 de Abril a 2 de Maio de 1931. Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979, p. 23.

⁹ Cf.: Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, op. cit., p. 75 y ss.

tema.¹⁰ *A Voz*, el *Diário da Manhã* y *O Século* fueron los *artilheiros* principales de la propaganda salazarista en esta cuestión. Una vez más, el *República* predicaba en el desierto en coherencia con su forma de interpretar lo que ocurría en España, plasmando en la portada del 14 de abril de 1931 un «Viva a República Espanhola» y procurando hacer propaganda del sistema democrático español hasta el límite de lo que le consentía la Censura. César Oliveira describe los tres temas centrales de la propaganda que alimentaban las razones del Estado Novo para justificar su aversión a la IIª República y avivar el anti-españolismo en la opinión pública portuguesa. El primer *leit-motiv* que movía el engranaje de la demagogia de la dictadura contra el régimen español era el riesgo de la «União Ibérica», que según los relatos de la prensa portuguesa, era una consecuencia *lógica* de la voluntad anexionista de un gobierno español aliado de los «traidores» emigrados políticos portugueses. Por otro lado, el sistema español era tachado de anárquico e inseguro, y, en tercer lugar, según Oliveira, la existencia de una supuesta trama masónica internacional en la que estaba integrado el gobierno español.

La agresividad de la propaganda de Portugal contra España era un tanto injustificada, pero lo cierto es que la IIª República tampoco tenía ninguna simpatía por el rumbo que estaba tomando la situación política del país vecino. Asimismo, la prensa española no fue precisamente un actor mudo y neutral en la aguda tensión que separaba a los dos Estados, aunque la censura era mucho más restrictiva del lado portugués, y en España existían, de hecho, periódicos como el *ABC*, *La Nación* o *El Debate*, que apoyaban abiertamente a Salazar. Además, el gobierno español presidido por Azaña le regaló una ocasión de oro a Portugal para otorgarle veracidad a los argumentos de su propaganda. Manuel Azaña e Indalecio Prieto, en negociaciones con exiliados portugueses, como Jaime Cortezão, Bernardino Machado o Moura Pinto, a los que estaba dispuesto a financiar una operación para el derrumbamiento de la dictadura en su país, fueron blanco de duros ataques mediáticos cuando finalmente se descubrió la trama contra el gobierno portugués.¹¹ El triunfo de la coalición entre la Confederación de Derechas Autónomas (CEDA) de José Mª Gil Robles y el Partido Radical de Alejandro Lerroux el 19 de noviembre de 1933 fue una pomada para las purgaciones que empezaban a reventar en las relaciones peninsulares. A partir de entonces ambos Estados ibéricos firmaron las paces y comenzaron a cultivar una amistad que aplacó las animosidades de las respectivas prensas. El Secretariado de Propaganda Nacional invitó incluso a varios intelectuales españoles, como Ramiro de Maeztu, Wencesalo Fernández Flórez, Miguel de Unamuno y el Marqués de Quintanar, a visitar, en junio de 1935, el Portugal de Salazar junto con otros intelectuales europeos de prestigio, dentro de lo que António Ferro llamó la «Embaixada Cultural». Entre las personalidades invitadas de otros países se encontraban Maurice Maeterlinck, Gabriela Mistral, François Mauriac, Jacques Maritain, entre otros.¹² La invitación de los intelectuales

¹⁰ Cf.: Oliveira, César, *Portugal e a IIª República de Espanha (1931-1936)*, *op. cit.*, p. 100.

¹¹ Cf.: Torre Gómez, Hipólito, *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil de Espanha (1931-1936)*, *op. cit.*, pp. 85-100.

¹² Cf.: Medina, João, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, p. 20.

españoles era, en cierto sentido, conciliatoria en las relaciones entre ambos Estados, aunque el convite fue cursado justamente con preferencia de escritores de ideología muy conservadora como Maeztu, Quintanar y Fernández Flórez, acompañados por el progresista y perplejo Unamuno. Esta fue una señal luminosa en medio de otros muchos actos de aproximación con carácter oficial entre el Estado Novo y la IIª República, como por ejemplo la visita a España del ministro de Asuntos Exteriores portugués, Armindo Monteiro, a mediados de octubre de 1935, tras unas sorprendentes declaraciones del ministro de Estado español, Alejandro Lerroux, que apoyaban la política colonial portuguesa. Todo esto dejaba traslucir un nuevo orden peninsular que los medios de comunicación reflejaron en sus columnas con críticas más suavizadas.

Pero las elecciones de febrero de 1936 en España truncaron de nuevo este acercamiento con la formación de un gobierno del Frente Popular, después de los periódicos portugueses hiciesen su particular campaña a favor de la CEDA.¹³ Las relaciones peninsulares volvieron a la guerra de propaganda. A medida que el gobierno portugués fue comprendiendo que era imposible la reconciliación, intentó convencer, por todos los medios, a su aliado inglés de la gravedad del momento, en el que Portugal se sentía una víctima de las «ideias anexionistas ou federalistas ibéricas» del gobierno español. Manuel Azaña solicitaba, el 5 de marzo de 1936, al embajador portugués en Madrid, el fin de los ataques periodísticos de la prensa portuguesa. Todo parecía que iba a calmarse cuando Azaña y Riba Tâmega se prometieron un sincero compromiso para evitar más conflictos y estrechar al máximo los contactos. Sin embargo, el gesto diplomático de ambas partes vulneró la más elemental cortesía para convertirse en un meditado gesto de hipocresía. Porque, el 18 de marzo, Riba Tâmega informa a Salazar de nuevos contactos entre Azaña y los exiliados portugueses para planear una «revolución» en Portugal.¹⁴ El confidente que le transmitía esta información, probablemente de forma alarmista e interesada, era el Conde de Romanones, que volvió a insistir en esos contactos, advirtiéndole que el gobierno español estaba preparando un cambio político en Portugal mediante el apoyo a los opositores portugueses en Madrid.¹⁵ Al margen de la veracidad de aquellas confidencias, este tipo de informaciones resultaban muy creíbles para el gobierno portugués, sensible — y con razón — a cualquier entendimiento entre los emigrados políticos portugueses y Manuel Azaña, por lo que reaccionaba ante ellas sacando la *couraça* anti-española y apuntando hacia Madrid con toda su artillería propagandística. La conocida como «grande imprensa» de Portugal, los diarios nacionales, emprendieron con dureza una guerra informativa contra el Estado español. El órgano del partido único del Estado Novo, el *Diário da Manhã*, el diario *O Século*, el *Diário de Notícias*, el *Diário de Lisboa*, los católicos *A Voz y Novidades*, y las cabeceras de Porto, *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* y *Comércio*

¹³ Cf.: Torre Gómez, Hipólito de la, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1936-1939)*, *op. cit.*, pp. 103-123.

¹⁴ Cf.: AOS/ANTT, CO/NE-B, Pasta 1, 96.^a subdivisión, hoja n.º 295. Telegrama n.º 45 del embajador portugués en Madrid a Oliveira Salazar, 18/03/1936. Estas circunstancias son citadas también por César Oliveira, aunque utiliza otras fuentes.

¹⁵ Cf.: Idem, hoja n.º 297. Telegrama s/n.º, 20/03/1936.

do Porto, participaron de la campaña contra la IIª República con estilos y tonos de protesta diferentes. El diario *República* de Ribeiro de Carvalho, era el único eco, controlado, de disidencia respecto a la propaganda oficial del gobierno portugués, adoptando en ocasiones una postura de simpatía hacia el régimen español, y funcionando así como válvula de escape para el desafiante movimiento republicano portugués.

En mayo de 1936, el cruce de noticias y comentarios periodísticos de sesgo claramente difamatorio alcanzó su punto más crítico. En las zonas fronterizas, donde la prensa de los respectivos países se leía y se distribuía, no sin algunas restricciones, y el interés informativo por las noticias del país vecino eran mayores, los hechos se precipitan. El diario de Badajoz *Vanguardia* publica el 24 de mayo, de forma muy destacada, un manifiesto contra «las infamias de la prensa portuguesa» que acompaña a un furibundo editorial contra el gobierno del país vecino.¹⁶ El periódico español mostraba su indignación por el comentario de un editorial de *O Século* en el que se decía que «los efectos de las últimas elecciones legislativas españolas se traducen, entre otras cosas, en bárbaros asesinatos con exposición de los cadáveres de las víctimas colgados de las verjas de sus mismas fincas».¹⁷ El *Vanguardia*, aunque con elegancia y tacto, responde de forma amenazadora a este ofensivo comentario:

«A nosotros, como a todo buen español, nos causa justa indignación la serie de patrañas que están lanzando a la publicidad ciertos periódicos, que precisamente por ser extranjeros debieran tener más respeto para con España. La noticia que publica este diario (*O Século*), como aquella otra que se publicó anteriormente sobre la quema de la Catedral de Badajoz, es completamente falsa. Pero no son falsas, en cambio, las informaciones verídicas que nosotros poseemos sobre muchas de las cosas que están ocurriendo en Portugal. Somos más prudentes y más respetuosos que ellos, y por tratarse de un país extranjero, y hoy, triste es decirlo, en un estado de verdadera desgracia, guardamos silencio. Sin embargo, todo tiene un límite, y de seguir la prensa lusitana por ese camino habremos de salirle al paso de una manera firme y enérgica.»¹⁸

El 27 de mayo de 1936, el diario madrileño *Claridad* publica un nuevo artículo contra «los crímenes de la dictadura vaticanista», que no cayó en saco roto para el gobierno de Salazar. Nada tenía que perder el Estado Novo jugando las mismas cartas que Madrid. Por ello se decidió a colaborar con los opositores al Estado español. Eso fue lo que hizo Portugal los momentos previos al golpe del 18 de julio. Las idas y venidas de Lisboa de agentes al servicio de Mola y Sanjurjo era algo del conocimiento de Salazar, que consentía cómplicemente, mientras esperaba que el Alzamiento triunfara por el *bien* de su dictadura.

¹⁶ Cf.: AHD/MNE, 3.º P, A 1, M 447, Porceso n.º 96. Anexo al oficio n.º 41/36-A del cónsul de Portugal en Badajoz al ministro de Negócios Estrangeiros. *Vanguardia. Diario Republicano de Izquierdas*, 24/05/1936.

¹⁷ Cf.: Idem, *ibidem*.

¹⁸ Cf.: *Ibidem*.

2. La estructura propagandística del Estado Novo

El secretariado de Propaganda Nacional fue fundado bajo la dirección de António Ferro¹⁹ y la supervisión de Salazar el 25 de septiembre de 1933. Su objetivo era el de «iluminar» al mundo sobre el «caso portugués», según la expresión del propio director del organismo. Era una arma esencial de la política salazarista, «tanto mais que muitos portugueses sofrem o complexo de inferioridade de só acreditarem que fizeram alguma coisa quando os estrangeiros lho repetem, quando se sentem envaidecidos com os seus elogios», decía Ferro. O sea: que el SPN trataba de que los portugueses ganasen confianza en sí mismos y tuviesen orgullo de la obra del Estado Novo, de lo «nacional», dentro de un proceso de renovación moral que el régimen llamó la «política do espírito».

Evidentemente, el peso específico que tenía el SPN dentro del régimen autoritario del Estado Novo lo obligó a jugar un papel primordial en el complicado panorama político nacional e internacional. Su misión era *proteger* al gobierno dictatorial de las campañas de propaganda contrarias a su política y difundir su propia visión de la realidad para *crear* adeptos de su líder Oliveira Salazar, así como popularizar los principios ideológicos y morales sobre los que asentaba el Estado autoritario portugués, en el molde de la denominada «política do espírito». No en vano, el Secretariado de Propaganda Nacional dependía directamente de la Presidência do Conselho, y, desde mayo de 1936, también la *Emissora Nacional* y la Direcção dos Serviços de Censura.

En julio de 1936, el organismo que dirigía el insigne periodista y escritor António Ferro llevaba casi tres años de funcionamiento con excelentes resultados. Además del patrocinio de diversos actos, premios o actividades de propaganda nacionalista, el SPN había conseguido que la prensa nacional y provincial diese un giro importante en su línea editorial. Cada vez eran menos las publicaciones que se atrevían a desafiar al gobierno con una posición crítica. Para hacerse una idea del cambio radical que produjo el Secretariado de Propaganda Nacional en el panorama periodístico portugués, en un año, entre diciembre de 1933 y el mismo mes de 1934, se había aumentado en un 20% el porcentaje de periódicos provinciales favorables al Estado Novo. Su estructura

¹⁹ António Ferro (1895-1957) tuvo una trayectoria intelectual muy singular. Desde muy temprana edad, manifestó sus dotes literarias y su debilidad por el periodismo. Se vinculó al movimiento modernista portugués. Fue editor de la revista modernista *Orpheu* (1915) y publicó, en esta primera etapa, varias obras, como *Misal de Trovas* (1912) o *Cartas do Marinho* (1919), que era una colección de sus crónicas publicadas en *O Século*. Tras una provechosa estancia en Brasil, vuelve en 1924. Entonces, hace sonadas entrevistas a dictadores, militares e intelectuales nacionalistas europeos para *O Século* y el *Diário de Notícias*, entre ellos, Mussolini, Miguel Primo de Rivera, el general Pétain, Gabriel d'Annunzio, o Clemenceau, que fueron recogidas en su libro *Viagem à volta das Ditaduras*. Su obra política se vería ampliada con *Préface à República Espanhola* (1933), en la que pretende hacer una radiografía de la vida pública española mediante la descripción de algunos de sus ilustres personajes, como Marcelino Domingo, José Ortega y Gasset, Indalecio Prieto o Miguel de Unamuno. Entonces Ferro ya se sentía identificado con el Estado Novo y, en 1932, publica una serie de entrevistas a Salazar en el *Diário de Notícias* recogidas en *Salazar. O Homem e a sua obra* (1933), que alcanzó numerosas ediciones en varios idiomas. En 1933, Ferro es llamado para dirigir el Secretariado de Propaganda Nacional, a través del que pone en práctica su proyecto intervencionista en el arte y la cultura portuguesa. En 1935 crea el *Cinema Popular Ambulante* y, poco después, el *Teatro do Povo*. Otras de sus obras: *A Fe e o Império* (1935), *Homens e Multidões* (1938), *A política do espírito e os prémios literários do SPN* (1935).

orgánica, por otra parte, estaba perfectamente definida²⁰ y poseía un equipo de varias decenas de redactores dentro de los llamados Serviços Informação e Imprensa que se ocupaban de *fabricar* noticias e informaciones varias que enviaban a los periódicos para su publicación mediante pago o imposición. El Jefe de esta sección, Artur Maciel, estuvo como aviador al servicio del general Mola, en Burgos, antes de que aquél falleciese en junio de 1937. En este departamento, «cada redactor», rezaba el decreto sobre el funcionamiento del SPN, «tomará a seu cargo os jornais que lhe forem indicados e, independentemente do estabelecimento de directrizes e informações de carácter geral, fornecerão artigos, sueltos e notícias que a sua observação lhes mostrar convenientes para elevar o valor político dêsses jornais». Si los periódicos no se avenían a publicar las informaciones enviadas o adoptaban una postura contraria a la situación, se ponían en marcha otros procedimientos más expeditivos a través de la Direcção Geral da Censura, al que los redactores remitían el informe oportuno, o se empleaban los mecanismos más convencionales del Ministério de Justiça.

El SPN trabajaba bajo la supervisión de la Presidência do Conselho al igual que la *Emissora Nacional*, o sea de Oliveira Salazar, quien transmitía consignas y marcaba el rumbo ideológico de la organización. Con el conocimiento directo del dictador portugués, la Censura y el SPN establecieron, a partir de junio de 1935, un «serviço directo de informações», por medio del cual ambas instituciones se intercambiaban sus boletines internos y otros datos de interés para desarrollar más eficazmente sus tareas respectivas, que, de este modo, se hicieron complementarias. Con la aprobación de Salazar, el aparato de propaganda del Estado Novo pasó a enviar a la Direcção Geral da Censura su *Boletim da Imprensa*, donde se recogían las tendencias editoriales de los periódicos nacionales, de provincia y los isleños, así como una circular especial periódica con informaciones confidenciales relacionadas con la «formação mental» de los periodistas de cada medio. Por su parte, los Serviços de Censura remitían al SPN sus boletines semanales sobre los cortes realizados para registrar y actuar en consecuencia sobre las actitudes *revirahistas* de la prensa. Este trabajo coordinado se extendió también al partido único del régimen, la União Nacional, que, por orden de Salazar, estableció una «íntima colaboração» con el organismo encabezado por António

²⁰ Según el Decreto-ley nº 115 del 23 de noviembre de 1935 de reforma del Secretariado de Propaganda Nacional, los servicios del organismo se dividen en tres: Serviços Centrais, Serviços de Informação e Imprensa y Serviços Exteriores. La primera sección, según se hizo constar e en el artículo 2 del decreto-ley, tenía como competencias principales la expedición de correspondencia, el control de la contabilidad y la tesorería, la tramitación de documentación interna y el control del régimen y trabajos de los funcionarios. La segunda sección tenía como misión regular las relaciones de la prensa con los poderes del Estado, supervisar las informaciones, conferencias o discursos que se transmitían por las emisoras radiofónicas, orientar y dirigir todas las acciones propagandísticas del gobierno nacional o internacionalmente, en colaboración con todos los organismos portugueses de propaganda existentes en el extranjero y, concretamente, las Casas de Portugal, editar y fomentar la edición de publicaciones sobre los logros del Estado Novo, «combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no país de quaisquer ideas perturbadoras e dissolventes da unidade nacional» (parágrafo «g»), estimular la participación de los intelectuales en la política de propaganda nacional y difundir mundialmente la acción civilizadora de Portugal en sus colonias. En cuanto a los Serviços Exteriores, tenía como funciones la organización de propaganda a través del cine y el teatro, la producción de películas, la organización de manifestaciones nacionales, fiestas públicas y espectáculos, así como conferencias en centros de prestigio nacionales o extranjeros y establecer el intercambio de periodistas y escritores de renombre. Cf.: AOS/ANTT, CO/PC-12, Pasta n.º 10, hojas n.º 330-333.

Ferro. Esto afectó especialmente al órgano del partido, el *Diário da Manhã*, que quedaba subordinado «às directrizes que lhe forem dadas por intermédio do Secretariado de Propaganda Nacional». Para llevar a cabo los trabajos de propaganda de estas instituciones había financiación suficiente para garantizar el éxito de cualquier campaña. El presupuesto anual establecido por el Ministério do Interior para 1936 ascendía a la cantidad de 1.800.000 escudos repartidos de la siguiente manera:

Diário da Manhã 912.000
Serviços de Censura 465.000
União Nacional 360.000
Gabinete del ministro 60.000
Liga 28 de Maio 24.000
Imprevistos 38.400

El Secretariado de Propaganda Nacional, además de ejercer un control directo sobre la prensa y la radio, puso en marcha la producción de decenas de documentales sobre el Estado Novo,²¹ a partir de 1938 encuadrados dentro del *Jornal Português* (una especie de NO-DO que recogía en formato informativo los principales acontecimientos del mes), así como el largometraje *A Revolução de Maio*, que era un canto a la obra de Salazar.²² El *Cinema Popular Ambulante*, el *Teatro do Povo*, los Premios Literarios, o el patrocinio de publicaciones periódicas, libros y folletos de carácter nacionalista, salazarista o en defensa de la dictadura, como *O Decálogo do Estado Novo*, reproducían y fundamentaban el discurso político del régimen.

La censura previa estaba completamente legislada e institucionalizada en Portugal cuando estalló la Guerra Civil española. En mayo y septiembre de 1936, el gobierno de Salazar endureció aún más la censura previa con dos decretos especialmente restrictivos para la libertad de prensa, que eran la puntilla a la libertad de expresión, ya de sobra restringida desde la instauración de la dictadura en Portugal.²³ El primero prohibía la fundación de nuevas publicaciones sin el reconocimiento oficial de la «idoneidade intelectual e moral» de los propietarios y directores, así como la difusión en Portugal de prensa extranjera con contenidos prohibidos para los medios de comunicación nacionales. El decreto de septiembre obligaba a todos los funcionarios, el juramento por escrito de aceptación del orden social establecido por la Constitución salazarista de 1933, con el expreso rechazo del comunismo y cualquier movimiento subversivo. A partir de entonces era difícil encontrar un periódico que no apareciese adornado con la frase represora «Visado pela Comissão da Censura». Además, como apunta Graça Franco, existían otras medidas que tenían por objetivo silenciar a la prensa por medio de la quiebra forzada de la empresa editora. Salazar tuvo, desde un

²¹ Cf.: Matos-Cruz, José de, *Prontuário do Cinema Português (1896-1989)*, Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989.

²² Cf.: Paulo, Heloisa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, p. 112 y ss.

²³ Cf.: Franco, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 65 y ss.

principio, muy clara cuál debía ser la función de la censura dentro del Estado Novo a preguntas de António Ferro, al que propone la creación de un colegio de periodistas para solucionar los problemas de los informadores con la Censura:

«Não há nada que o homem considere mais sagrado que o seu pensamento e do que a expressão do seu pensamento. Vou mais longe: chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor. Uma digestão laboriosa, uma simples discussão familiar, podem influir, por exemplo, no corte intempestivo duma notícia ou da passagem dum artigo. Eu próprio já fui em tempos vítima da censura e confesso-lhe que me magoiei, que me irritei, que cheguei a ter pensamentos revolucionários... (...). Ora o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve, opressão e despotismo. Mas vou oferecer-lhes uma solução para este problema (...): porque não se cria uma Ordem dos Jornalistas como se criou uma Ordem dos Advogados?»²⁴

La prensa se había convertido en un estamento poderoso que, necesariamente, debía estar ligado al gobierno y servir a éste para conducir los destinos del país. Era la plataforma divulgadora de la cultura nacional y la creadora de estados de opinión que, si no estaban debidamente controlados, podían obstaculizar la labor «constructiva» del Estado Novo. Así percibía el gobierno salazarista a los medios de comunicación. Dicho con otras palabras: «Salazar quiere fazer da imprensa um poderoso elemento do progresso nacional, ao serviço do Bem da Nação», en palabras de *A Voz*.²⁵ En este contexto, los informadores no podían trabajar al margen de la política informativa del gobierno. Indefectiblemente, tenían que incorporarse y formar parte de las estructuras corporativas del país. «A missão do jornalista é cheia de nobreza e responsabilidade. É uma arma que só deve servir á verdade. Quando transgride a norma que a deve orientar no serviço da verdade e da Nação, frustra a sua missão e torna-se um elemento altamente daninho», según el criterio del ministro do Interior, Mário Pais de Sousa. Desde este punto de vista, es lógico que los órganos salazaristas considerasen la libertad de prensa como un elemento nocivo para el país: «A liberdade de Imprensa é dos pretextos mais frequentes e mais clamorosos para discursatas liberais e subversivas.»²⁶ Para controlar mejor la actividad de los periodistas portugueses, el 26 de febrero de 1934 se fundó el Sindicato dos Jornalistas con 300 socios.²⁷ Sus funciones eran complementadas por el Grémio da Imprensa Diária, integrado dentro del régimen corporativo de acuerdo con el artículo 23 de la Constitución de 1933, en el que se dice que «a Imprensa exerce, uma função de carácter público, por virtude da qual não

²⁴ Ferro, António, *Salazar*, op. cit., pp. 93-95.

²⁵ *A Voz*, n.º 3698, 11/06/1937, p. 1.

²⁶ *Idem*, n.º 3610, 13/03/1937, p. 1.

²⁷ Cf.: *Diário da Manhã*, n.º 2049, 01/01/1937, p. 17.

poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas oficiosas de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Govêrno». El principal objetivo del Grémio da Imprensa Diário era velar por el ejercicio profesional del periodismo dentro del orden político y social establecido por el Estado Novo. Los fundadores del Grémio fueron los directores y propietarios de los más importantes diarios portugueses. Entre 1932 y 1936, se silenciaron todos aquellos periódicos que, fuera cual fuera su ideología, no acataban el *status quo* de la dictadura.²⁸

Además, el aparato de propaganda del Estado Novo se completó con la creación de la *Emissora Nacional (EN)*, con la que pudo contar regularmente, desde el primero de agosto de 1935. El propio Oliveira Salazar fue el encargado de apadrinar e inaugurar la estación radiofónica estatal año y medio antes del inicio de la Guerra Civil española, el 9 de diciembre de 1934. Desde la sede de la União Nacional en Lisboa, el dictador luso profirió su primer discurso radiofónico en directo. Aunque, ya desde abril de 1934, la *Emissora Nacional (EN)* hacía emisiones experimentales. Las emisiones regulares de la *EN*, sin embargo, no comenzaron hasta el primero de agosto de 1935, bajo la administración del Ministério de Obras Públicas e Comunicações de Duarte Pacheco y la dirección de Henrique Galvão. Al principio de la guerra española, la potencia de la *EN* no sobrepasaba los 5 Kw de potencia. En 1939, sin embargo, ya alcanzaba los 20 Kw., que le permitieron realizar transmisiones intercontinentales de gran calidad. Su sede principal estaba en la calle de Queluz, en un edificio que concentraba unas buenas instalaciones mejoradas a lo largo de la Guerra Civil española. Poseía unidad móvil, y un auditorio para orquestas. Fue una de las radios europeas pioneras en la instalación del control de sonido automático, con tres mesas que permitían a realización de tres programas distintos al mismo tiempo. Su organización interna estaba controlada por una comisión administrativa, presidida por Henrique Galvão.

Evidentemente, sería ingenuo afirmar que solamente las instituciones y medios citados eran los únicos instrumentos de propaganda que tenía el Estado Novo para extender y afianzar su ideología o sus intereses políticos. Gracias a esta poderosa estructura, cuyos pilares fundamentales eran el Secretariado de Propaganda Nacional y los Serviços de Censura, el gobierno luso pudo controlar la comunicación social de Portugal en la más amplia extensión del término. Tanto la prensa provincial como los grandes diarios se vieron abocados a seguir las pautas ideológicas del régimen si no querían desaparecer. Las grandes empresas periodísticas del país, como la Sociedade Nacional de Tipografia, que editaba *O Século* y *O Século Ilustrado*, la Empresa Nacional de Publicidade, propietaria del *Diário de Notícias*, así como el periódico del monárquico y católico Fernando de Souza, *A Voz*, el *Diário de Lisboa* dirigido por Joaquim Manso, el diario de la Iglesia Católica, *Novidades*, y los tres buques insignia de la prensa de Porto, el *Comércio do Porto*, *o Primeiro de Janeiro* y el *Jornal de Notícias* se alinearon con el discurso salazarista sin condiciones. Tan sólo, y como repetiremos a lo largo de esta investigación, el diario *República* soportó estoicamente los cortes de la Censura sin hacer el caldo gordo al Estado Novo.

²⁸ Cf.: Rosas, Fernando, y Brandão de Brito, J. M., *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand, vol. 1, 1996, pp. 139-140.

3. El fin de las relaciones con la España democrática

Varios autores han relatado ya en diversos trabajos las múltiples razones que tenía el gobierno de Salazar para forzar la suspensión de relaciones diplomáticas con la IIª República española,²⁹ que se produjeron el 23 de octubre de 1936, cuatro meses después de la eclosión de la Guerra Civil española. En los momentos previos al enfrentamiento armado, las relaciones luso-españolas eran tensas y difíciles, agravadas en muchos casos por la recíproca campaña de propaganda contra el país vecino. La prensa estaba azuzada por los respectivos gobiernos para atacar al contrario en un intento por crear un clima de desestabilización interna. Se trataba de fomentar los movimientos contestatarios en el territorio *enemigo* para derrumbar el régimen contrario. La manifiesta incompatibilidad entre ambos sistemas políticos percibida por los dos Estados peninsulares, conducía inevitablemente al lógico deseo recíproco de derrocamiento, como se ha explicado en el capítulo anterior. Este clima de irritación debido a la aversión mutua de los regímenes peninsulares parecía no dejar más alternativa que la de seguir por la misma senda combativa para sembrar el germen de la autodestrucción en el territorio nacional del país vecino. El Estado Novo fue muy tremendista en este sentido, realizando una visceral e infatigable campaña contra España, cuyo gobierno del Frente Popular representaba los intereses de la Internacional Comunista, según el mayoritario punto de vista de la «grande imprensa».

El dictador portugués fijó como objetivo prioritario de las columnas periodísticas el combate al gobierno de Madrid, tal y como se puede constatar en la lectura de los periódicos lusos de la época. Cualquier brote de oposición interna, Salazar lo achacaba directamente a los manejos de los «comunistas» españoles, como ocurrió, ya en plena Guerra Civil, con la revuelta de los marineros del 8 de septiembre de 1936, cuya verdadera causa era la reclamación de mejoras salariales y la reintegración de 17 compañeros expulsados de la Marina. «En el espíritu de sencillos marinos fue posible, gracias a la insistente acción de desnacionalizados de todos los pueblos, a la campaña de los periódicos españoles y folletos portugueses, a la influencia contagiosa de los malos ejemplos, lanzar la idea del auxilio internacional a los «camaradas» rojos, uniendo los barcos propios a los de ellos», decía Salazar en el comunicado oficial publicado por la prensa portuguesa el 9 de septiembre.³⁰ Comunicado que se aireó con toda la crudeza de sus agresivas críticas contra el Estado español.

Con este desalentador panorama diplomático, el historiador y lusitanista Claudio Sánchez-Albornoz llegó a Portugal el 15 de mayo de 1936, dispuesto a reconducir las relaciones por senderos más amistosos y fomentar el entendimiento a todos los niveles. La cortesía lusitana le ofrece una recepción amigable por parte de las instituciones públicas, e incluso se le brinda la oportunidad de hablar por los micrófonos de la

²⁹ Entre otros, cf.: Torre Gómez, Hipólito de la, *La relación peninsular en la antecámara de la Guerra Civil (1931-1936)*, Mérida, Uned, s. d. (1988); Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d. (1980), pp. 74-81; Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 2.ª edición, 1987, pp. 86-122; 190-201; idem, *Portugal e a IIª República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1985).

³⁰ *Portugal y la Guerra Civil de España. Documentos y notas*, Lisboa, Ediciones del SPN, s. d. (1939), p. 29.

emisora que sería uno de los peores látigos propagandísticos contra el gobierno español y él mismo, el *Rádio Club Português*, a través de la cual pidió al pueblo luso el olvido de las rencillas «siempre pasajeras» de los dos países, dentro de un discurso que era todo un canto a la fraternidad peninsular.³¹ Pero ya era demasiado tarde para hacer propuestas pacíficas. Salazar había tomado la resolución de apoyar cualquier conato de rebelión militar en España que tuviese garantías de éxito. Sánchez-Albornoz resistió en Lisboa todo tipo de presiones e injurias provenientes del gobierno portugués, de los agentes rebeldes y de la prensa lusa para que abandonara su puesto tras el pronunciamiento del 18 de julio. El presidente de la Junta de Defensa Nacional, Miguel Cabanellas, le envió un telegrama ordenándole que abandonara la embajada y cediera sus poderes en favor de sus representantes. La mayoría de los funcionarios de las legaciones españolas en Portugal adhirieron al Movimiento. Pero el diplomático leal aguantó hasta que las relaciones oficiales se vieron cortadas por decisión de Portugal. En sus informes, el embajador español dejó constancia del vendaval propagandístico de la prensa portuguesa, que dio rienda suelta a sus lógicas ansias de denigrar al gobierno de Madrid apoyando a los insurgentes, con cuyo destino las principales cabeceras lusas se identificaban plenamente:

«La prensa portuguesa se ha empleado a fondo desde el primer día de la insurrección atacando furiosamente a todo lo que represente la legalidad republicana española y ensalzando hasta el infinito los generales y tropas insurrectas. La censura periodística, que en este país es estrechísima, tacha inexorablemente cualquier noticia que directa o indirectamente denote una situación favorable al Gobierno de Madrid y en cambio fomenta por medio de los censores que controlan cada periódico, toda la campaña de falsedades y ataques al gobierno legítimo que hasta hoy se ha desarrollado.»³²

A pesar de esta hostilidad hacia el Estado español, Pedro Teotónio Pereira, amigo personal, confidente, asesor y ministro de Comercio e Industria de Salazar,³³ a la postre nombrado embajador portugués en España, creyendo que el Alzamiento no tendría éxito, recomendó al dictador portugués echarle una mano al gobierno democrático de Madrid a los pocos días del estallido bélico. Esta actitud sería una buena oportunidad para acabar con los recelos en las depauperadas relaciones peninsulares. Pereira propone difundir un comunicado de solidaridad con el pueblo español en el

³¹ Cf.: Idem, 536-50-1/3, in Martín, José Luis (compil.), *Claudio Sánchez-Albornoz. Embajador de España en Portugal (mayo-octubre 1936)*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, documento n.º 5, pp. 103-106.

³² Cf. ARH/FLC, 538-50-3/4. Informe del embajador de España al ministro de Estado, s. d. (agosto de 1936), in Martín, José-Luis, *op. cit.*, doc. n.º 26, p. 159.

³³ El papel de Pedro Teotónio Pereira durante la Guerra Civil española fue extraordinariamente importante, no sólo como miembro del gobierno, sino también como propagandista. El 7 de diciembre de 1937 fue nombrado «agente especial» del Estado Novo ante el gobierno de Burgos y el 28 de abril de 1938, cuando Salazar reconoce *de jure* a las autoridades franquistas, se convierte en embajador portugués en España. Véanse, entre otros: Pereira, Pedro Teotónio, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, Lisboa, Verbo, vol. 1, pp. 269-345; idem, vol. 2, pp. 17-208.

que el gobierno portugués ofrece su ayuda militar a Madrid. El comunicado propuesto por Pereira decía lo siguiente:

«A Nação portuguesa vem assistindo com dôr sincera aos acontecimentos que encham de luto a vida da Espanha e faz todos os votos para que a nação irmã regresse em breve a uma vida de paz e harmonia entre os seus cidadãos. Certamente o Governo de Madrid não tem conhecimento dos actos de banditismo que ha alguns dias veem sendo cometidos em algumas localidades da provincia de Badajoz e que teem tranzido de horror e indignação as populações portuguesas da zona fronteiriça. (...) O Governo portuguez não podendo assistir com indiferença – dados os laços profundos que unem Portugal ao povo espanhol – a acontecimentos da natureza daqueles a que acima se refere, está na disposição de oferecer ao Governo de Madrid e sob a fiscalização do seu adido militar em Lisboa, os elementos militares necessários para restabelecer imediatamente a ordem naquela região e entregar a mesma às autoridades que o Governo espanhol para ali enviar.»³⁴

Pero como la propuesta era meramente coyuntural y ligada al posible fracaso del golpe rápido que pretendían realizar los rebeldes, Pereira cambia automáticamente de opinión al ver que los sublevados avanzan hacia Madrid. Entonces, traza un plan de apoyo urgente a los franquistas, convencido de que la única salida que había para la supervivencia del Estado Novo era precisamente ésa: ponerse del lado de los rebeldes. «Afirmo que nada nos livra já de uma ofensiva, de uma guerra do governo comunista espanhol, se este vencer e esmagar o exército. Dificilmente, muito dificilmente, só por milagre, podemos suportar esse ataque. Ao passo que, se o conflito se estabelecesse agora, apoiados no exército espanhol, a vitória para nós seria provável», decía. Efectivamente, tal y como planeaba el ministro portugués y como muy bien explicó Fernando Schwartz, Salazar iba a preferir jugárselo «todo a una carta».³⁵

El plan de Pereira desglosado por puntos, proponía cerrar la embajada portuguesa en Madrid, expulsar inmediatamente al embajador español en Lisboa, nombrar un comisario financiero secreto para asesorar a los facciosos en sus compras de armamento, acusar a Madrid ante la Sociedad de Naciones por proporcionar armas a los comunistas que proponen la anexión de Portugal (sic), hacer propaganda en otros países a favor de los rebeldes alegando «*legítima defesa*» y movilizar el ejército portugués. Pero como para llevar a cabo este ambicioso plan era necesario crear un clima de apoyo popular al gobierno, Pereira propone estimular la movilización social por medio de una campaña de propaganda, o sea: «organizar a preparação do espirito público para os acontecimentos, num sentido de defeza nacional anti-comunista e anti-iberista», según las palabras del asesor de Salazar.

Sin ningún género de dudas, los acontecimientos tuvieron mucho que ver con este proyecto del ministro de Comercio e Industria, como se podrá comprobar a lo largo

³⁴ Cf.: *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, vol. 1, 1987, docs. n.º 27a, p. 47.

³⁵ Cf.: Schwartz, Fernando, *La internacionalización de la Guerra Civil española (julio de 1936-marzo de 1937)*, Barcelona, Ediciones Ariel, 1971, p. 127.

de esta investigación. Era urgente extender la telaraña de propaganda anti-Madrid, por extensión anti-comunista, a todos los rincones del país para evitar que los opositores, los denominados *reviralhistas*, aprovecharan la guerra civil española para prender la mecha de una revolución social en Portugal.³⁶ «É preciso que eles sintam por toda a parte um pulso de ferro. A propaganda assume, porém, tais proporções que me convenço que isto vai com uma verdadeira mobilização das forças sãs do Paiz e com uma forte contra-ofensiva antes que a deles tome corpo», escribe Pereira el 9 de septiembre a Salazar.³⁷ En la misma carta, le informa que su ministerio le concedió una subvención de 100.000 escudos a la Federação Nacional de Alegria no Trabalho (FNAT) para el adoctrinamiento político de los operarios.

Las quejas del gobierno de la IIª República por la actitud de los medios de comunicación portugueses fueron constantes. Pero no sirvieron de nada. Irremediablemente, toda la prensa lusa estaba del lado de los sublevados, haciendo una intensa campaña contra el gobierno legítimo español. Por más que Sánchez-Albornoz quiso hacerse escuchar por la opinión pública portuguesa, el silencio impuesto por la censura amordazó completamente su libertad de expresión. La Censura lo obligó al silencio. Así, la entrevista por él concedida el 22 de julio al diario *República* se la tragarón los censores. En ella, el diplomático republicano hacía afirmaciones que resultaron muy molestas por su ataque, precisamente, al régimen de censura previa y sus elogios a la resistencia del *República* contra este estado de cosas:

«Desejaria pôr em guarda a opinião pública portuguêsa contra as informações tendenciosas que se tem dado em Portugal sôbre a situação da minha Pátria. Mas estou seguro de que os amigos de Espanha não acreditam nesses boatos, cuja origem é tão conhecida que não vale a pena acentuar demasiadamente (...)»

«(...) – Diga que estou ainda muito sensibilizado com a atitude da «República» cujos esforços para nos dar notícias exactas de Espanha são evidentes. E diga ainda que como representantes da República Espanhola acreditado em Portugal me cumpre agradecer e pôr em destaque os honestos esforços do seu jornal para informar os seu leitores.»³⁸

³⁶ La preocupación del régimen por el «contagio comunista», se convirtió en una obsesión durante toda la guerra. Su red de confidentes era infinita. Por todo el país, había agentes al servicio del Estado Novo pertenecientes a los organismos corporativos, que alertaban inmediatamente a las fuerzas de seguridad en cuanto percibían alguna señal de propaganda *reviralhista* o favorable al bando leal español. En el Archivo del Ministério do Interior (Arquivos Nacionais Torre do Tombo), concretamente en los documentos perteneciente al Gabinete do Ministro, se encuentran pruebas sobradas de esa preocupación de las autoridades portuguesas por eliminar cualquier brote de apoyo al «comunismo» español. La propaganda clandestina fue, en este sentido, tremendamente perseguida y castigada. En Portugal, durante la Guerra Civil española circularon algunos periódicos de resistencia anti-fascista cuya preferencia informativa era el conflicto español, con apelos de ataque a la dictadura portuguesa para apoyar a los «hermanos» de España. Órganos como *Avante*, *Barricada*, *Solidariedade*, entre otros, fustigaron al Estado Novo desde las cavernas tipográficas del país. Cf.: AMI-GM/ANTT, M 493, C 48.

³⁷ Cf.: *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1939)*, op. cit., documento nº 28, p. 57. Carta del 05/09/1936.

³⁸ Cf.: *Boletim de Registo e Justificação de Cortes*, n.º 169, 22/07/1936. AMI-GM/ANTT, M 482, C 35.

En cambio, tres días antes, sí fueron permitidas las declaraciones del general Sanjurjo a *O Século* a favor de la revuelta en España, manifestando entonces el León del Riff que «(...) o movimento militar espanhol corresponde a um estado de opinião do país, que não pode manifestar-se de outro modo. O Exército, que partilha dos sentimentos da nação e é a única fôrça organizada que ainda existe em Espanha, viu-se obrigado a pôr termo a um estado de coisas absolutamente intoleravel».³⁹ Sanjurjo, además de líder de la rebelión militar, era uno de los personajes españoles más admirados por la prensa portuguesa. A su muerte, algunos diarios le rindieron un fraternal homenaje. Su fallecimiento, como consecuencia de un accidente aéreo el 20 de julio de 1936, cuando pretendía unirse a los facciosos en territorio español, siempre se atribuyó al probable fallo mecánico o al exceso de carga de la avioneta.⁴⁰ Sin embargo, la hipótesis del atentado, barajada en algunas ocasiones, nunca se pudo sostener por falta de pruebas, a pesar de que se llegó a atribuir a los anarquistas portugueses. En cambio, los hallazgos documentales a los que hemos tenido acceso, aportan pruebas a favor de la versión terrorista, aunque el atentado sería cometido por un espía al servicio de Madrid y sargento del ejército portugués llamado Ramiro Núñez, en colaboración con dos oficiales de aviación lusos. Según los informes policiales secretos encontrados en el Archivo General de la Administración de Madrid y en el Archivo do Ministério do Interior portugués, el accidente pudo deberse a un acto de sabotaje cometido cuando la avioneta que pilotaba el capitán Ansaldo repostó combustible en Lisboa. En el depósito del aparato, según los citados informes, se introdujeron 20 litros de amoníaco.⁴¹ La operación fue financiada directamente por el director general de la policía española, Ángel Gallarza, quien el 20 de julio estaba en la capital portuguesa para ultimar la operación, como constatan los informes de la Polícia de Vigilância do Estado (PVDE),⁴² y como él mismo declaró en febrero de 1938 al periódico barcelonés *L' Humanitat*, en el que reconoce su implicación en el atentado.⁴³ De todas formas, no se le otorgó demasiado crédito al testimonio de Gallarza porque no aportaba pruebas de su estancia en Portugal y porque decía desconocer cómo se realizó el acto terrorista, aunque insistía en que sus colaboradores portugueses le habían dado su palabra de que Sanjurjo no saldría de Portugal sin darle más detalles de la operación. Algunos medios portugueses creyeron que su relato no era verídico y tenía como objetivo valorizar los servicios secretos republicanos dentro de una estrategia de propaganda.

El corte de las relaciones diplomáticas entre el Estado Novo y la IIª República sobrevino por una serie de circunstancias derivadas de la Guerra Civil española que resultaron ofensivas para el gobierno portugués y a las que la prensa lusa le dio la oportuna publicidad. Salazar encontró «excusas» suficientes para suspender las relaciones.

³⁹ *O Século*, nº 19520, 19/07/1936, p. 1.

⁴⁰ Cf.: Preston, Paul, *Franco. Caudillo de España*, Barcelona, Grijaldo, 1994, p. 195.

⁴¹ Cf.: AGA, Exteriores, caja nº 6631. Servicio e Información de Tánger, nota nº 2081, 02/07/1938; idem, nota informativa nº 2187, 12/07/1938.

⁴² Cf.: AMI-GM/ANTT, M 481, C 34, 4ª subdivisión. Informe confidencial nº 1368/936-I del director de la PVDE, Agostinho Lourenço al ministro do Interior, 25/07/1936.

⁴³ Cf.: *A Voz*, nº 3585, 16/02/1936, pp. 1 y 6.

En principio, antes de que los rebeldes se hiciesen con toda la línea fronteriza con Portugal, a mediados de agosto de 1936, tras la conquista de Badajoz, el gobierno luso advirtió al español de supuestas vulneraciones de la soberanía nacional portuguesa durante los combates próximos a la frontera entre ambos bandos. Hechos sobre los que no recibieron una explicación «satisfactoria» de Madrid.⁴⁴ El gobierno legítimo español reconoció su incapacidad para hacer las investigaciones oportunas en aquellos momentos, ya que los territorios rayanos quedaron en poder de los facciosos. A este motivo se sumaron otros relacionados con la supuesta aprehensión de correspondencia diplomática, un incidente con el buque de guerra portugués *Nyassa*, supuestas desconsideraciones hacia el cuerpo diplomático portugués acreditado en España y las acusaciones de Sánchez-Albornoz contra el gobierno de Salazar. Pero la decisión de ruptura diplomática fue tomada por Salazar después de que Madrid presentase ante el Comité de Londres, a principios de octubre de 1936, pruebas de la intervención portuguesa, alemana e italiana en España.⁴⁵ El fin de las relaciones, de todas formas, venía a confirmar lo que ya estaba en boca de todos: el irrefrenable deseo del gobierno del Estado Novo de retirar el reconocimiento implícito del derecho legítimo de la IIª República a defenderse del movimiento rebelde, para poder actuar así con mayor coherencia, en los foros internacionales, en contra del gobierno español elegido democráticamente.

Las consecuencias políticas del corte de relaciones, hecho oficial el 23 de octubre de 1936, agravó aún más el panorama diplomático de la IIª República, porque, a partir de entonces, Portugal pasó a casi institucionalizar unos fluidos contactos con el gobierno de Burgos y, en una acertada expresión de Fernando Rosas, Salazar se convertiría en el ministro de Asuntos Exteriores de Franco,⁴⁶ aunque el reconocimiento *de jure* del Estado rebelde no llegó hasta el 28 de abril de 1938. Pero, sobre todo, la prensa portuguesa rompe con cualquier tipo de convencionalismo político para transformarse en el adalid de la opinión pública mundial contra los «rojos», los «vermelhos» de Madrid. El 18 de octubre, cuando la suerte de las relaciones peninsulares estaba echada, el *Diário de Notícias* hace un minucioso relato, ilustrado con la foto del embajador ruso en Madrid, sobre las «miseráveis campanhas do marxismo espanhol contra Portugal». Recuerda la conspiración de Azaña con los emigrados políticos portugueses para «bolchevizar» la Península Ibérica desde la plataforma de la asociación madrileña Amigos de Portugal, instigados desde la prensa «marxista». Sus comentarios se defienden de la campaña de «mentiras» del gobierno de Madrid contra Portugal y los «nacionalistas» españoles. Por eso, no se reprime de llamar la atención del embajador español, al que critica su actitud pasiva contra la propaganda de la prensa española contra el Estado Novo, mientras él disfruta del sosiego lusitano: «(El embajador español) passeia livremente pela nossa capital, satisfeito, por certo, de assim se

⁴⁴ Cf.: *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa durante a Segunda Guerra mundial (1936-1947)*, op. cit., documento n.º 215, p. 194. Telegrama R-78 del ministro dos Negócios Estrangeiros al encargado de Negocios de Portugal en Londres, 25/08/1936.

⁴⁵ Cf.: Delgado, Iva, *op. cit.*, pp. 74-81; Oliveira, César, *op. cit.*, pp. 190-201.

⁴⁶ Cf.: Rosas, Fernando, «A Guerra Civil de Espanha na Sociedade das Nações. Salazar, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Burgos», in revista *História*, n.º 82, Lisboa, 1985, pp. 32-53.

ver longe de aquele terror «vermelho». Porque não desmente o sr. embaixador de Espanha em Lisboa, como legítimo representante do seu Governo, as miseráveis atoardas espalhadas sobre Portugal em Madrid, Barcelona, Alicante e outras terras onde ainda flutua a bandeira bicolor?», se pregunta el *Diário de Notícias*. Por su parte, el *Diário da Manhã*, el 24 de octubre, califica de «inevitável» la suspensión de las relaciones entre los dos gobiernos, apuntando que sería «indecoroso» no poner fin a aquella situación. Por eso, dice el editorial del órgano de la União Nacional, «o Govêrno tem a absoluta certeza de que a Nação aprova incondicionalmente a sua decisão, disposta a correr todos os riscos e a suportar todos os sacrifícios para a sustentar como, onde e até onde fôr preciso!».⁴⁷ El *Diário da Manhã* publica tres días después la foto de Claudio Sánchez-Albornoz, disponiéndose e embarcar en el barco «Almada Star» camino de Francia, junto a la nota oficial entregada por el ministro de Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, al diplomático español en el que se le anuncia que debe abandonar Portugal. El órgano de la União Nacional saca a relucir el orgullo nacional ante la firme actitud del gobierno, mientras llama traidores a los que apoyen al gobierno de Madrid:

«O sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros falou a única linguagem que usa o Govêrno de Portugal – a linguagem da verdade, a linguagem da dignidade nacional!. (...) Seria, na verdade, trair o sentimento e o interesse nacional, não querer ver na resolução tomada a única atitude digna do Govêrno dum País como Portugal. Se há alguém que ouse pensar diferentemente, é porque não pensa, procede ou vive como português, mas como traidor ou estrangeiro dentro da própria Pátria. Pensar como os marxistas de Madrid e já não ser português – é ser contra Portugal!».⁴⁸

A Voz apoya «sem hesitação» el corte de las relaciones al tiempo que intenta rebatir la «legitimidad democrática» de la IIª República, argumentando que las elecciones de febrero de 1936 habían sido un fraude y que el Frente Popular había obtenido muchos votos comprometiendo la unidad de España al prometer la independencia del País Vasco y Cataluña (sic). Además, hace un particular balance del gobierno español, aportando una estadística de sus «logros». *A Voz* evalúa el período del gobierno de las izquierdas españolas cuantificando en 178 el número de incendios terroristas, 199 saqueos a iglesias y 700 tiroteos callejeros. «Formidável balanço da mentirosa legitimidade do Govêrno da *Frente Popular*, concluye la cabecera católica. *O Século* aplaude también la decisión de Salazar contra la «crápula comunista» mientras aguarda la llegada de un nuevo embajador de España, de la España «nacional». «Essa sanção aplaude-a o país, apoiam-na todos os portugueses que nem querem ser escravos de Moscovo, nem ver o prestígio nacional diminuído. Esclareceu-se uma situação incompatível com a nossa dignidade de povo livre e honrado. Ainda bem. Já saiu de Portugal o embaixador do sr. Azaña junto do Govêrno português. Dentro em pouco virá outro. E será êsse o verdadeiro representante da Espanha redimida.»⁴⁹ El *Diário*

⁴⁷ Cf.: *Diário da Manhã*, nº 1982, 24/10/1936, p. 1.

⁴⁸ Cf.: Idem, nº 1985, 27/10/1936, p. 1.

⁴⁹ Cf.: *O Século*, nº 19619, 27/10/1936, p. 1.

de Lisboa es el que más espacio dedica a la marcha del embajador español, en cuya noticia hay un cierto lamento, pero, en cambio, el editorial justifica completamente la actitud del gobierno portugués y se pone del lado faccioso. El *Comércio do Porto* publica algunas cartas de asociaciones y organismos corporativos dirigidas a Salazar en las que demuestran su incondicional apoyo a la política seguida por Lisboa respecto de la España leal.⁵⁰ Además, reproduce un elogioso editorial del *Faro de Vigo* por el comportamiento diplomático de la nación vecina, del que el *Comércio do Porto* se muestra orgulloso ante sus lectores titulado el texto con el lema «Portugal, exemplo das Nações»:

«Á diplomacia portuguesa somos, também, em grande parte, devedores do fracasso das hipócritas manobras com que preparavam a traidora intervenção nos nossos assuntos certos poderes exóticos ligados á «Frente Popular». É verdade que outros Estados têm contribuído para o malogro desses sinistros projectos, porém, a atitude de Portugal tem importancia decisiva dada a sua vizinhança com a Espanha e a clareza e desassombro com que foi exposta. Esta conduta acaba de definir-se e caracterizar-se com a resolução tomado pelo Govêrno do dr. Oliveira Salazar de romper as relações diplomáticas que ainda vinha sustentando com aqueles que falam em nome da legalidade que unicamente existe nas suas imaginações. O documento em que se consigna esta resolução é notabilíssimo pela concessão dos factos em que se funda e pela forma como se qualifica. Põe-se, nêle, em evidência, a absoluta falta de autoridade do Ministério de Azaña sobre os elementos que deveriam obedecer-lhe. Portugal teve de defender como Espanha, e ao lado desta, a sua independencia ameaçada no século passado por um invasor que menospresava as nossas glórias e ria das nossas crenças e tradições. Um perigo identico se apresenta ãos dois povos irmãos, ainda que a sua origem seja distinta.»⁵¹

Pero esta propaganda fue complementada con las tópicas celebraciones y actos populares de homenaje a la política exterior del Estado Novo. El corte de las relaciones con Madrid fue motivo de una gran manifestación de agradecimiento al dictador, por su resuelta y decidida actitud frente a España, que los organismos corporativos y el *Diário da Manhã* se encargaron de convocar para la noche del 31 de octubre. «O país inteiro vibra de orgulho e entusiasmo neste momento histórico em que o Govêrno do Estado Novo defende com desassombro e galhardia o bom nome de Portugal perante as insólitas agressões de dos Govêrnos de Moscovo e Madrid», decía el día de la «manifestação patriótica» el órgano salazarista,⁵² que hace un llamamiento para que toda la sociedad portuguesa se dé cita en Lisboa para proclamar su derecho a defenderse contra los ataques externos del «comunismo español», arropando con su asistencia a su líder:

⁵⁰ Cf.: *Comércio do Porto*, n.º 287, 01/11/1936, p. 1.

⁵¹ Cf.: *Idem*, n.º 289, 03/11/1936, p. 1.

⁵² *Diário da Manhã*, n.º 1989, 31/10/1936, p. 1.

«Esta noite, ás 21 horas, juntam-se, no alto da Avenida, milhares de portugueses. O que pretendem?. O que desejam?. Num momento em que todo o Mundo se convulsiona, se agita, desvairado; em que as reclamações de vária ordem se apresentam e atropelam – êsses milhares de portugueses nada exigem, nada reclamam. Um só pensamento os une e impulsiona, uma só vontade os determina: querem afirmar a sua solidariedade e o seu agradecimento ao Govêrno da Nação, que tão alto tem levantado o nome de Portugal, defendendo-o de torpes arremetidas madrilenas e moscovitas, impondo-o à respeitosa admiração de todos os povos que consideram património común a civilização ocidental: Somos uma força, enérgica, ordeira, decidida!. Sabemos o que queremos e para onde vamos. Temos no Govêrno um Chefe e este tem a seu lado colaboradores dignos da sua obra – confiados todos no honrado prestígio da figura venerada e ilustre do primeiro magistrado da Nação. Quando esta é atacada pelos caluniadores, pelos mentirosos, os portugueses dão-se as mãos, acertam o ritmo dos corações, erguem-se como um só homem – como se o inimigo, em armas, batesse á sua porta (...). Emocionante espectáculo será o do desfile dum imensa multidão á luz intensa dos focos e archotes, aclamando a Pátria e os que mais alto a representam».⁵³

El cortejo discurrió por las calles lisboetas de acuerdo con un plan oficial y un orden preestablecido. A la cabeza de la manifestación iba una banda de música interpretando los himnos nacionales, a la que seguía una gran bandera de Portugal sujeta por 30 muchachos de la Mocidade Portuguesa, luego iba otro gran pendón del partido único del régimen seguido por la dirección del mismo, y así sucesivamente. Todo salió según las directrices marcadas por los propios estamentos oficiales. El *Diário da Manhã*, que ofrecía todo lujo de detalles sobre su organización en el número de la jornada previa al acto público, advertía a sus lectores que «é indispensável a maior pontualidade e acatamento ás indicações da comissão». Así se hizo, y al final, los manifestantes acudieron a la Praça do Comércio, donde el Presidente do Conselho, después de escuchar el mensaje de apoyo del «pueblo» portugués en boca del comandante de la Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, representante «electo» de la multitud allí congregada, se dirigió a todo el país, gracias a la retransmisión en directo realizada por la *Emissora Nacional*. La plaza, abierta al Tajo, estaba perfectamente iluminada. Para que hubiese luz suficiente, varios barcos de guerra anclados en el río proyectaban potentes focos sobre el lugar. Antes de la llegada de Salazar, hubo lanzamiento de fuegos de artificio y se cantaron los himnos de la Patria. Salazar, que vio publicado su discurso íntegro en la mayoría de los diarios portugueses, declaró su deber de proteger el país frente a las amenazas contra la independencia nacional procedentes del bando leal español y se arrogó el derecho de realizar las «campanhas diplomáticas» contra Madrid en Europa:

«Terminaram vitoriosamente as últimas campanhas diplomáticas e, com isso, nos devemos regosijar; mas sôbre a minha alma insatisfeita uma pequena nuvem paira ainda, porque se por aqueles triunfos se pode aferir a excelência dos nossos princípios,

⁵³ Idem, pp. 1 y 8.

também infelizmente pela sua pretensa novidade, se pode medir um pouco a decadência moral da Europa, contra que ainda a medo de alguns se reage. Que fizemos ou fazemos que não possa ou não deva ser feito em toda a parte? (...). Confesso que me dêu êste último e forçado acto da nossa política externa: nós e a Espanha somos dois irmãos, com casa separada na Península, tão vizinhos que podemos falar-nos das janelas, mas seguramente mais amigos porque independentes, e ciosos da nossa autonomia. Como peninsulares, episódicos inimigos e constantes colaboradores nas descobertas e divulgação da civilização ocidental, cobrem-nos de luto as desgraças e horrores da sua guerra civil, sentimos como nossas as perdas do seu património material e artístico, o derramamento do seu sangue, o trágico desaparecimento de alguns dos seus maiores valores; e parece-nos que alguma coisa se quebrou – embora confiemos não ser por muito tempo – dêstes laços que á Espanha nos ligavam. Mas as realidades eram dolorosas e espressivas demais para sôbre elas se asentarem relações com algum sentido; nem vimos outro meio de mantermos dentro do direito senão evitar que tombe em pura ficção o responsabilizar pelas faltas cometidas os que perante o Mundo se apresentam tendo a autoridade e a força efectiva suficientes para o fazerem acatar».⁵⁴

El *Diário da Manhã* interpretó, al día siguiente, que la convocatoria había sido «impressionante, pela sua grandiosidade e sinceridade, vibração, entusiasmo, fé patriótica, admirável como exemplo de ordem e de inexcedível como afirmação de vitalidade nacional». Y subraya que el pueblo «pôs-se ao serviço do Chefe para que este o guie e faça do sacrificio da sua vida a grandeza e imortalidade da Pátria.» El *Diário de Notícias* cifró la asistencia a la manifestación en 50.000 personas, que recorrieron las principales calles de Lisboa en medio de la más esperpéntica parafernalia paramilitar, con centenares de miembros de la Mocidade Portuguesa, la Legião Portuguesa, la União Nacional y diversos organismos corporativos uniformados y portando pancartas y banderas contra el gobierno de Madrid y a favor de Salazar. El *Diário da Manhã* publicó durante varios días una lista interminable con los nombres de cientos de personas que quisieron hacer constar su respaldo público a la política internacional del gobierno.

La manifestación de Lisboa tuvo su réplica en Porto el 5 de noviembre. Para convocar a todos los portugueses, la União Nacional y las demás instituciones corporativas con competencias propagandísticas difundieron pasquines y carteles por toda la ciudad con textos como este:

«1) «Se és pela desordem – Pelos assaltos – Pelo crime – Pelo incêndio comunista, não vás a manifestação da quinta-feira». 2) Homens do Porto!. Cumpri o vosso dever. Manifestai na quinta-feira o vosso aplauso de bons portugueses ao melhor dos portugueses! 3) Estudantes!. Vós que sois a vanguarda da Pátria, estai com ela na manifestação da quinta-feira. 4) Portugueses: o povo do Porto e de todo o Norte

⁵⁴ Cf.: Idem, n.º 1990, 01/11/1936, p. 1. Véase el discurso completo de Oliveira Salazar in *Dez Anos de Política Externa...*, op. cit., documento n.º 566, pp. 536-538. «Os grandes princípios da política exterior portuguesa. Suspensão das relações diplomáticas com a Espanha», 31/10/1936.

de País, através da União Nacional, vai na próxima quinta-feira exprimir o Govêrno a sua gratidão e aplauso pela sua digna e enérgica atitude no presente momento internacional. Ninguém pode, nem deve faltar, a esta grandiosa manifestação que se realizará pelas 21 e 30. Operários, estudantes, povo do Porto, é necessário gritar bem alto a nossa admiração por Salazar». ⁵⁵

El «acto patriótico» de Porto tuvo una cobertura periodística similar a la realizada en Lisboa. La concentración se hizo en la Praça da Batalha y la Rua Alexandre Herculano, para continuar por la Rua Santa Catarina, Rodrigues da Fonseca, Sá da Bandeira, Praça da Liberdade, Avenida do Aliados y, finalmente, Praça do Município, donde intervinieron el escultor Teixeira Lopes y el ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, quien dijo que la raza portuguesa era la raza de un pueblo fuerte, a imagen y semejanza de Salazar y que, por lo tanto, estaba predestinado a civilizar el mundo. ⁵⁶ Acorde con el mensaje de Pais de Sousa, durante el desfile nacionalista, los afiliados de los estamentos corporativos del Estado Novo distribuyeron un manifiesto dirigido a los trabajadores, a los se que pedía el reconocimiento público por la magna obra política y social de Salazar: «A gloriosa epopeia da nossa Pátria, cantada e glorificada em todo o Mundo pelo génio conquistador e colonizador dos Lusitanos, revive na hora presente, no hino de redenção e soberania, que todos vós ireis cantar, perante os ilustres membros do Govêrno da Nação pelo Portugal Grande, que êles tão digna e galhardamente representam!. Em oração, no altar da Pátria, em grito de guerra, no campo de luta, aclamemos o seu nome, como canto de vitória: Salazar!. Salazar!. Salazar!.» El dictador portugués decidió, a partir de aquel momento, tomar él mismo las riendas de la política exterior, asumiendo la cartera de Negócios Estrangeiros ⁵⁷ y enviando a Londres a su anterior titular, el perspicaz y fiel Armino Monteiro, que pasó a ejercer como embajador en Inglaterra.

Este fue, pues, el ambiente belicista, combativo, heroico, sobre el que se cimentó la estructura ideológica del Estado Novo, sobre el que fermentó el germen de la opresión salazarista, pendiente del resultado (incierto en los primeros meses del conflicto) de la Guerra Civil española. Una victoria de la democracia española supondría una derrota para el proyecto autoritario luso, según las propias cábalas de Salazar, que decidió acelerar la consolidación especialmente del aparato represor y de una extensa red de medios que ejercían de altavoces de su propaganda.

4. Conclusiones

El régimen del Estado Novo es un proyecto político que no se podrían entender sin prestar atención las relaciones ibéricas de los años treinta, una época en la que ambas naciones peninsulares atravesaron un período de relaciones convulsas y ambas

⁵⁵ Cf.: *Diário da Manhã*, n.º 1993, 04/11/1936, p. 1.

⁵⁶ Cf.: *Idem*, n.º 1995, 06/11/1936, p. 1.

⁵⁷ Salazar ocupó la cartera de Negócios Estrangeiros el 6 de noviembre de 1936 y no la abandonó hasta el 4 de febrero de 1947.

sufrieron una crisis de identidad, agudizada por importantes cambios de transformación política. El Portugal de Salazar se desarrolló bajo la presión de saber que España tenía un destino político diferente, con un proyecto democrático, que podría resultar perjudicial para la estabilidad política y social de la sociedad lusa. Por ello, el dictador portugués incentivó la creación de fuertes estructuras propagandísticas, como el Secretariado de Propaganda Nacional, que desarrolló campañas de comunicación contra el gobierno español de la II República, que derivaron en la expulsión del embajador español en Lisboa, ya iniciada la Guerra Civil española, un conflicto que Salazar siempre percibió como un asunto interno de Portugal, teniendo en cuenta que en el desenlace final de la misma estaba en juego también el destino del Estado Novo.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Manuel Matoso Martinho

COMENTÁRIO

Começo por cumprimentar e saudar a Senhora Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 e, todos os colegas que, ao longo dos anos, integram ou tem colaborado com este Centro de Investigação. Uma palavra de sinceras felicitações pelos 10 anos de actividade do Centro, uma actividade frutuosa que se vem desenvolvendo e alargando, sob a sua orientação, de forma sistemática e prestigiante não só em Portugal, como nos países lusófonos ou mesmo, estrangeiros.

E, agora, um abraço de profunda e sincera amizade, de reconhecimento e de gratidão ao Professor Doutor Luís Reis Torgal, que foi o fundador deste Centro de Investigação e seu coordenador científico, durante nove anos, pela acção desenvolvida e pelo carinho que sempre lhe dedicou, devotando-lhe grande parte da sua vida de professor e investigador.

E perdoe-me Professor Luís Torgal a inconfidência que vou fazer referindo e trazendo à memória os tempos passados e vividos na Pampilhosa, junto à velha, mas sempre nova, Escola Primária Tomaz da Cruz, onde uma longa amizade se foi alicerçando e solidificando, ao longo dos anos, até ao momento de se tornar um dos mais ilustres ornamentos da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra e do próprio CEIS20.

Depois desta sentida, mas breve evocação, irei pronunciar algumas palavras, relativas à temática do painel «História, Educação e Comunicação», moderada pela Prof. Doutora Isabel Nobre Vargues que aproveito para, sinceramente, cumprimentar e saudar.

Pelo elevado nível científico dos trabalhos apresentados, pela diversidade dos temas tratados — que vão desde a problemática dos manuais escolares, passando pela arquitectura escolar no ensino primário, pelo debate dos conceitos de memória, história e identidade até à reflexão sobre a imprensa periódica estudantil de Coimbra, passando, ainda, sobre a temática escritores e jornalistas estruturada na personalidade e obra de Eça de Queirós, para culminar na história da imprensa ao tempo das ditaduras peninsulares — torna-se extremamente difícil elaborar uma síntese significativa e fazer o respectivo comentário.

Poderemos, no entanto, afirmar que, globalmente, as temáticas apresentadas se podem integrar, em sentido lato, no conceito de «cultura escolar». O conceito de «cultura escolar» instalou-se de modo definitivo, no âmbito histórico-educativo, a

partir da década de noventa, do século passado, que pondo em relevo a cultura da escola, como produto tipicamente escolar, deixa configurado um emaranhado de normas, teorias e práticas que, sedimentadas ao longo do tempo e interagindo entre si, explicam ou podem explicar numerosos aspectos do funcionamento real das instituições, estabelecendo uma síntese delimitada por um conjunto de elementos — pessoais, materiais e funcionais¹. Falar de cultura da escola é salientar o papel da memória na educação, constituído pela cultura empírico-prática que vai sendo elaborada pelos professores no exercício da sua profissão e se transmite, por diferentes mecanismos, nas relações que se dão no cotidiano das instituições. A cultura da escola estrutura-se, também, à volta dos saberes que geram a reflexão e a investigação, traduzindo-se nos textos científicos que ensaiam as interpretações acerca da escola e que são objecto das diferentes ciências da educação e, aparece, ainda, associada aos discursos e às práticas de ordem político-institucional configuradas à volta dos sistemas educativos e se exprimem numa linguagem normativa que serve de suporte à organização formal da educação. Esta vertente, ligada ao conceito de escola como organização, estrutura-se nos contornos administrativos e burocráticos que regulam e gerem o funcionamento dos sistemas e instituições e interagem com os agentes e grupos que intervêm na gestão da realidade educativa².

É, na perspectiva da cultura da escola, que vamos encarar os temas versados nas diferentes comunicações, nomeadamente, o da arquitectura escolar, centrado no diálogo entre os projectos educativos e a concepção do espaço.

A arquitectura escolar além de poder ser considerada como um cenário arquitectónico e urbanístico, foi vista, também, como «um lugar de escola», representando, em termos históricos, um modelo de escolarização, possuidor de uma grande carga simbólica no seio da qual se formam e se formaram sucessivas gerações de famílias. O tema foi analisado em relação ao ensino primário mas, pode, ainda, ser visto, considerando o ensino secundário, no seio da dicotomia ensino liceal/ensino técnico.

No que respeita ao ensino liceal e, se recorrermos à época da criação dos liceus, ou seja à Revolução de Setembro de 1836, a arquitectura dos liceus não teve «rostro próprio» e só, na época de crise e queda da Monarquia e incios da República, é que os espaços arquitectónicos foram programados de raiz e, embora de um modo lento, se começaram a materializar.

No entanto, só após o 28 de Maio de 1926, é que se começou a encarar, com empenho político, o problema das instalações liceais, programa lançado por volta de 1938.

¹ Popkewitz, Th., Franklin, B. M., y Pereyra, M.A., «Historia cultural y educación. Ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización», Ed. Pomares, Barcelona, 2003.

² Dominique Júlia, «La culture scolaire comme object historique», in Nóvoa, António, *et al.*, «The colonial experience in education», Paedagogica Histórica, Supl. Series, I, Gent, 1995, p. 356; A. Viñao, «Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes», in Almuíña, C., e al., «Culturas y Civilizaciones, Pub. Universidad de Valladolid, Valladolid, 1998, pp. 168-169; Nóvoa, A., «A história do ensino primário em Portugal», Encontro de História da Educação, F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1988, pp. 45-64; Escolano Benito, A., «Las culturas escolares del siglo XX. Encuentros y desencuentros», in «Revista de Educacion», n.º especial «La educación en España en el siglo XX», 2000, pp. 201-218.

Este facto pode pôr-nos as seguintes questões:

- Por que motivo os sucessivos governos de Salazar encararam de frente o problema de instalações próprias e adequadas para o ensino liceal?
- Que políticas de construções foram consideradas, ao longo dos anos, pelo Salazarismo?

Responder a estas questões é centrar a análise e o estudo nos projectos dos liceus edificados pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, entre 1938 e 1952, procurando encontrar os princípios e as marcas da ideologia do Estado Novo, que estiveram na base da construção destes espaços.

O espaço escolar deverá ser entendido «como uma construção socialmente materializada» onde as relações de poder se estruturam e se regulam.

Há que conhecer a génese do modelo escolar, entender historicamente a escola e exercitar a análise das características semânticas dos edifícios, compreender os sinais, os tempos e os modos da sua gramática arquitectónica, pois, o «espaço como o tempo não existe senão quando é ocupado». É um lugar portador de discursos e indutor de práticas sociais.

Não nos podemos esquecer que, durante o Estado Novo, houve uma clara política de controle do ensino através duma redefinição da sua função social, pedagógica e formativa que é patente no modo como incidiu nos planos de estudo, nos programas de ensino, na estrutura escolar, na organização pedagógica, na administração, nos exames, na inspecção, na arquitectura e no espaço escolar.

Todas as medidas tomadas se integram numa mesma matriz ideológica que faz sobressair a importância atribuída à educação como factor fundamental na formação do imaginário nacionalista que persistiu, em especial, no período compreendido entre 1930 e 1960.

O período de 1938 a 1952 é o «tempo forte dos liceus», como o designou o Prof. António Nóvoa, em que os novos liceus construídos espelham os valores estéticos e ideológicos dominantes e sintetizados na expressão «Liceus do Estado Novo».

Após 1952, vai verificar-se uma viragem — 1952-1958 — é a viragem para as construções no ensino técnico.

O eclodir da Guerra Colonial, em 1961, veio mostrar a incapacidade do Estado para construir uma rede qualificada de Escolas Técnicas e orientar os estudantes para esta modalidade de ensino, o que motivou um retorno à política edificadora do Estado Salazarista, voltada para os liceus. É o período de 1958-1969. Tudo o que se encontrava ligado ao acto pedagógico estava envolvido por um universo ideológico, onde os lugares da tradição, da Pátria, de Deus, da ordem e da obediência, por exemplo, têm um lugar especial. Deus, Pátria, Família, Autoridade, Trabalho eram valores; as grandes certezas que Salazar e o Estado Novo procuraram inculcar na vida política portuguesa pois, sem elas «as almas dilacerarão pela dúvida», e pelo «negativismo do século». Na linha do pensamento Salazarista não se podia discutir Deus pois, era evidente «a necessidade de uma espiritualidade superior»; não se podia discutir a Pátria pois se entendia que «a tendência universalista do povo português» não se podia confundir «com o suspeito internacionalismo humanitário» da época. Não punha em dúvida ser no seio da Família que o homem nasce, ser na Família que se educam as

gerações, se gere o mundo dos afectos uma vez que o homem isolado seria um homem sem ânimo, perdendo o seu nome, perdia a sua moral e a sociedade perdia a sua coesão.

Não se discutia o Trabalho pois, este conduzia «à honra e à glória». Daqui a criação dum modelo de organização em que se atribuía ao capital «um valor social» ao procurar a prosperidade do homem e, simultaneamente, evitar a eclosão de conflitos laborais assumindo, assim, o homem uma posição de orgulho ao procurar o engrandecimento da Pátria.

Justificava-se a Autoridade pois, era necessária à manutenção da Ordem, sem a qual nenhuma sociedade podia resistir e prosperar.

A Família e a Escola tinham por missão, no dizer de Salazar, «imprimir nas almas em formação», «aqueles altos e nobres sentimentos», como o amor profundo à Pátria. A criança ao atingir a idade adulta habituada a que lhe falassem e valorizassem os valores da ordem, da disciplina, da Nação e do Estado ficava arredada de outros valores como democracia, liberdade ou mesmo, soberania do povo. Para os jovens a liberdade confundia-se com o bem do povo e com a vontade popular.

Estes princípios passaram ao campo educativo, preparando as ideias fundamentais da política educativa do Estado Novo, que se começaram a notar a partir de 28 de Maio de 1926 mas, só passados 10 anos, em 1936, com a nomeação de Carneiro Pacheco, para Ministro da Instrução Pública, é que se concretizam, com a aprovação e publicação da lei «Remodelação do Ministério da Instrução Pública».

Neste domínio é de salientar, em especial, as determinações referentes aos programas e aos livros de leitura das classes do ensino primário, como foi salientado, reflectindo profunda influência italiana e, graficamente bem apresentados.

As Bases IX e X da referida Lei prescreviam que «seriam revistos os quadros das disciplinas e os respectivos programas em todos os graus de ensino» e que haveria um único compêndio para cada ano ou classe nas disciplinas de História de Portugal, História Geral, de Filosofia e de Educação Moral e Cívica.

Um outro diploma, este de 1936, ao referir-se ao currículo do ensino primário determinava que «o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física de criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as suas virtudes morais e um vivo amor a Portugal», afirmando, ainda, que deveria ser reduzido ao ensino da «Língua Portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios); Aritmética e Sistema Métrico; Moral; Educação Física; Canto Coral».

Para se conseguir este objectivo era necessário que os manuais reflectissem os ideais do Salazarismo, isto é, serem eficazes no que se reporta à formação da mentalidade nacionalista e católica, daí, «a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário», o que veio possibilitar ao Governo uma política de controle dos manuais escolares para este nível de ensino.

Nesta linha de pensamento não queremos deixar de referir, «o que se passou na vizinha Espanha em que o final da Guerra Civil deu origem ao nascimento do «Nuevo Estado». A escola do nacional-catolicismo caminhará entre a «pobreza material» e a «abundância espiritual», entre a escassez de meios e recursos para o ensino e o controle da acção ideológica que «fazia a defesa do patriotismo, da religião católica, da tradição e um renovado espírito de cidadania».

De entre os muitos exemplos que podem ser citados, como pensamentos pedagógicos da época, citaremos que «a Religion, España y Trabajo» é «o que tens de ensinar» e, por muito que se analise o programa «verás que tudo cabe nesses três grandes campos que te falo», nas palavras dirigidas aos Professores por D. Gonzalo Gálvez Carmona, Inspector de «Primera Enseñanza» de Granada e, na mesma linha de pensamento, se expressa o Inspector de Barcelona José Maria Azpeurrutia³.

Não podemos deixar de referir, ainda, a carta Circular de 5 de Março de 1938 e a Lei da Educação Primária de 1945 que caminhava no mesmo sentido — «A Escola deve estar ao serviço da Religião e da Pátria», no contexto de uma educação baseada nos princípios da autoridade, da disciplina, do sacrifício e serviço sem limites à ideia de uma Espanha Católica⁴.

No século XIX, designado como «o século dos periódicos», os estudantes da Academia de Coimbra viram nos jornais e nas revistas o meio mais eficaz para fazer chegar junto do público as suas mensagens e, num verdadeiro espírito de missão, fundaram vários periódicos com a consciência, é certo, do seu carácter efémero.

Muitos destes jornais são jornais de índole literária, de crítica ou de intervenção política constituindo um vasto património cultural que irá despertar a atenção dos historiadores, captando os erros das instituições que frequentavam, caricaturando ou, exagerando mesmo, as suas críticas e despertando para novas políticas culturais.

Conhecer estes jornais é conhecer uma boa perspectiva da juventude, pela sua posição de irreverência em relação à escolas e aos seus professores, encarando esse conhecimento como um espaço de grande importância para o contexto da história pois, como escreveu Emídio Garcia «O jornal, ainda mais que o livro, é hoje e há-de continuar a ser um dos poderosos agentes educadores que podem e devem purificar e preparar o meio social em que vivemos»⁵.

O final do século e inícios do seguinte foi um período no qual ocorreram importantes acontecimentos quer a nível internacional — a conferência de Berlim, a segunda revolução industrial, a 1.ª Guerra Mundial, a revolução russa, quer a nível nacional — o Ultimatum Inglês, a revolta de 31 de Janeiro, a proclamação da República.

Além disso, em Portugal é o surgir do liberalismo com o cartismo e o setembrismo e as correntes do socialismo, do positivismo, do evolucionismo e do republicanismo que a Academia de Coimbra considerou como solução para os vários problemas que afligiam e preocupavam a sociedade.

³ Gálvez Carmona, G., «Nuestra Pedagogía», Ed. y Lib. Prieto, Granada, 1938, pp. 175-177. Nesta linha de pensamento se exprimiu José Maria Azpeurrutia, Inspector de Barcelona, numa conferência pronunciada, em Setembro de 1939, no Curso de Orientación y Perfeccionamiento del Magisterio de Barcelona, com o título «Algunos aspectos del vivir de la Nueva Escuela Nacional» exortando os professores «Vosotros hacéis vuestro plan de trabajo y vuestros programas, teniendo en cuenta siempre esos dos grandes principios de Dios y de Patria, y conformaos con ello hasta que venga un programa oficial» (p. 42).

⁴ Sobre o Franquismo ver, entre outras, obras de A. Mayordomo, «Historia de la Educación en España», tomo V, «Nacional-Catolicismo y Educación en la España de Posguerra», 2 vols., M.E.C., Madrid, 1990; e Camara Villar, G., «Nacional-Catolicismo y Escuela. La socialización política del Franquismo (1936-1951)», Hesperia, Jaen, 1984.

⁵ «Mosaico», n.º 1, Coimbra, Dezembro, 1874, p. 2.

A ciência e as ideias de progresso e moral social eram a condição fundamental para uma melhoria das condições humanas e os jornais permitindo a difusão dessas ideias, espalhando a instrução no povo, divulgavam os conhecimentos científicos e faziam a apologia das novas ideias. Numa palavra, fomentavam a cultura e defendiam o orgulho de ser português gerando uma nova mentalidade — uma mentalidade anticlerical que pretendia ser secular e laica, e uma sociedade mais justa e equilibrada.

De grande interesse, ainda, é a investigação referente a Eça de Queiroz que na veste de jornalista colocava as ciências históricas na base das ciências sociais.

A pena de jornalista e as suas crónicas passam por vários jornais e revistas. O ano de 1888 é o início da «Revista de Portugal» que dirige e em que dirá — «entrando nesta aventura é fazer com que exista neste malfadado Reino uma publicação (...) onde todos os meses alguns espíritos cultos se reúnam, trazendo uma ideia, uma noção, uma fantasia, uma frase, qualquer coisa com que mutuamente se interessem e interessem o público». Mas, a aventura termina em 1892. Já antes, desde 1877, publica, regularmente crónicas de carácter muito diverso para vários jornais, nomeadamente, para «A Tarde», para o «Actualidade» do Porto (1877-1878), — *Crónicas de Londres*, para a «Gazeta de Notícias», do Rio de Janeiro, — *Cartas de Inglaterra* (1880-1882), *Ecos de Paris* (1880-1894), *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* (1893-1897).

Não podemos deixar de referir que, depois de uma pequena passagem por Lisboa, de Janeiro a Julho de 1867, passou a redigir na íntegra um jornal da oposição «O Distrito de Évora». Regressa a Lisboa e retoma a colaboração na «Gazeta de Portugal» (1866), para em 1888 assumir o consulado em Paris.

Os factos atraíram sempre mais vigorosamente a sua sensibilidade do que a sua razão e a ironia é uma unidade englobante da sua multifacetada obra de ficção, de crítica e de jornalista, que n'«As Farpas» se concretiza.

A parte escrita por Eça é coligida em 1889-1891 em «Uma Campanha Alegre», onde põe a ironia, ao serviço da justiça e da educação.

A apreciação que Eça faz em «As Farpas», (Março de 1872), crítica, não menos contundente que a de Ramalho, referente «ao estado da Instrução Pública em Portugal», termina com estas palavras «eis resumidamente o estado da instrução: 2300 escolas num país de 4 milhões de habitantes! De 700.000 crianças a educar, apenas se encontram 97.000 escolas! Destas 97.000 apenas se apuram 1940!»⁶.

Conclusão queirosiana — «A instrução em Portugal é uma canalhice pública»⁷. O mal era geral a todos os níveis. Em relação ao ensino primário acrescenta Eça: «A escola entre nós, é uma grilheta do abecedário, escura e suja: as crianças, enfatiadas, repetem a lição, sem vontade, sem inteligência, sem estímulos: o professor domina pela palmatória, e põe o tédio da sua vida na rotina do seu ensino»⁸.

No que respeita ao seu vencimento, chama a atenção para o seu magro vencimento que não chegaria para tratar dele, da família, da escola e até dos alunos e explica: «O aluno pobre só aceita o ensino absolutamente gratuito. Se tem de comprar penas, lápis, lousa, pauta, papel — abandona a escola. O professor é obrigado a pagar estes

⁶ «Uma Campanha Alegre», vol. II, pp. 104-105.

⁷ Idem, nota 6.

⁸ Idem, nota 6, p. 103.

apetrechos, de outro modo desertam-lhe da aula e o vazio da sua escolha seria o fim do salário»⁹.

E agora uma última referência — à celeuma que se levantou no Parlamento à proposta de introdução da ginástica nos colégios femininos, segundo a descrição de «Os Maias»¹⁰. Eça, noutra das suas obras, escreve que a mulher lisboeta é anémica, não se alimenta a não ser de doce e de alface, não faz exercício e anda cheia de cintas e espartilhos, isto é, «membros sem exercício; pulmões sem ar; circulação comprimida; digestão estrangulada»¹¹.

E termino felicitando, mais uma vez, os colegas pelo interesse das temáticas apresentadas, pela análise e reflexão produzidas, pelo diálogo que poderão gerar, numa palavra, pelo elevado contributo que deram dignificando este Colóquio, no momento em que se comemora a passagem do 10º aniversário do CEIS20.

⁹ Idem, nota 6, pág. 102.

¹⁰ «Os Maias», págs. 539-540.

¹¹ Idem, nota 6, vol. II, pág. 111-112.

(Página deixada propositadamente em branco)

HISTÓRIA, IDEIAS E ARTES

(Página deixada propositadamente em branco)

António Manuel Hespanha

DIREITO MODERNO E INTERTEXTUALIDADE.
DIREITO PRÓPRIO E DIREITO COMUM EM
«*DE JURE LUSITANO*» (1645),
DE MATEUS HOMEM LEITÃO

Mateus Homem Leitão escreveu, em 1645, uma obra intitulada «Acerca do direito português». Um título que muitos hoje considerariam enganador, de tal modo estamos habituados ao modelo jurídico do Estado-Nação. Colocados num outro paradigma político e jurídico – o da pré-modernidade (a que Luís Reis Torgal dedicou uma obra hoje clássica) – o título danos bem conta da efectiva natureza do direito daqueles dias – sobretudo doutrinal, cruzando fronteiras, de um cosmopolitismo compósito e não homogeneizador. Numa parte final do texto, empreende-se uma análise estatística dos autores citados que, além de elucidar os equilíbrios entre juristas do reino e estrangeiros, nos informa também sobre o progresso da literatura jurídica consonante com a prática dos tribunais das novas monarquias sobre os grandes tratados tardo-medievais de cunho «europeu».¹

I. O Autor

Não é muito rica a informação biográfica que a *Bibliotheca Lusitana* nos dá acerca do autor da obra que agora se publica. Barbosa Machado dá-o como natural de Braga, filho de Gregório Rodrigues, cavaleiro da casa dos Duques de Bragança, e de D. Maria Leitão. Nada nos diz sobre a data do seu nascimento, mas indica que era irmão de um prolífero professor da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, o Doutor António Homem Leitão.

¹ Escolhi, para esta recolha de escritos em honra de um querido e velho amigo, mestre e colega de Universidade, um texto sobre uma temática integrada no período a que ele, a meu ver, deu um contributo mais distinto – a época moderna. A sua obra sobre o pensamento político seiscentista continua, a meu ver, inultrapassada, por muitos que possam ser os pontos em que outras leituras problematizem as suas conclusões.

Doutorou-se em Direito Canónico, pela Universidade de Coimbra², onde integrou o Colégio Doutoral de S. Pedro e S. Paulo³; foi Lente de Prima [*Decretais*]⁴, na Faculdade de Cânones. Mais tarde, entra como Desembargador na Relação eclesiástica de Braga⁵. Familiar do Santo Ofício, subiu, ainda enquanto desembargador em Braga, a Promotor e, depois, a Deputado da Inquisição de Coimbra, tornando-se Inquisidor em Évora⁶ (em 1646/03/17)⁷ e, depois, a Inquisidor de Coimbra (1649/11/02). Terminou a sua carreira de jurista, como era habitual, no Desembargo do Paço. Publicou *De Jure Lusitano in tres tractatus. Primus de Gravaminibus. Secundus de Securitatibus. Tertius de Inquisitionibus; Conimbricae*, Emmanuelem Carvalho, 1645⁸; *De Conscientia vera, et singularis observatio; Parisiis, apud Sebastianum Cramoisy Regis, ac Reginae Architypographum et Gabrielem Cramoisy*, 1652⁹.

² Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* : historica, critica e cronológica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente; revisão de Manuel Lopes de Almeida, vol. III.

³ Sobre este, v. *Catálogo da Bibliotheca do «Real Colégio de São Pedro» de Coimbra* Sobre os colégios universitários de Coimbra, António Garcia Ribeiro de VASCONCELOS, *Os colegios universitários de Coimbra*, Coimbra, 1938; *A Forja dos Homens. Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Séc. XVII*.

⁴ Sobre as cátedras e cursos das Faculdades jurídicas, nesta época, v. Estatutos da Universidade de Coimbra (1559), ed. Serafim Leite, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963), 91-93: «Canones. De Canones averá 7 cadeiras: Huma de prima em que se lerão as Decretais. E averá cento e cinquenta mil reis. Outra de vespara, em que tambem se lerá das Decretais. E averá por anno cento e vinte mil reis. Outra de terça, en que se lerá o Decreto. E averá por ano cento e vinte mil reis. Outra, antes de vespora, em que se lerá o Sexto. E averá por ano secenta mil reis. Outra de Clementinas, que se lerá depois do Decreto, que averá por ano sacenta mil reis. E estas cadeyras assim se averão por cadeyras maiores na Faculdade. Menor das Decretais, que se lera a ora das Clementinas e terá por ano trynta mil reis. Outra menor das Decretais, que se lerá depois da lição de vespora, que averá trynta mil reis. Leias. De Leis averá oito cadeiras: Huma de pryma, em que se lerá ho Esforçado. E averá por ano cento e cyncoenta mil reis. Outra de vespora, em que se lerá o Digesto Novo. E averá por ano cento e vynte mil reis. Outra de terça, em que se lerá o Digesto Velho. E averá por ano cem mil reis. Outra dos tres livros do Codeguo que se lerá. antes da de vespora. E averá por ano sincoenta mil reis. Estas cadeiras se averão por as maiores da Faculdade. Averá duas cadeiras menores de Codeguo, que se lerão huma depois da cadeyra de Digesto Velho, e outra depois da lição de vespora. E averá cada huma delas por ano trynta mil reis. Averá duas cadeyras de Instiluta e huma concorrerá com a cadeyra de Digesto Velho, e a outra com a dos tres livros do Codeguo. E averá cada huma por ano vynte mil reis».

⁵ Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, III; Nicolás ANTÓNIO, *Bibliotheca Hispana Nova*, Madrid, Imprenta de la viuda y herederos de Don Joaquin Ibarra, Impresor Real, 1788, II, p. 92.

⁶ Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana [...]*, III; Nicolás ANTÓNIO, *Bibliotheca Hispana Nova [...]*, II, p. 92. Estatutos da Universidade de Coimbra (1559), ed. Serafim Leite, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963.

⁷ Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana [...]*, III; Nicolás ANTÓNIO, *Bibliotheca Hispana Nova [...]*, II, p. 92.

⁸ Matthaeo Homem LEITÃO, *De ivre lusitano : tomus primus in tres utiles tractatus divisus [...]*, 1645; também *Conimbricae*, Franciscum de Oliveira Academiae Typog., 1735 e 1736 .

⁹ Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana [...]*, III; Nicolás ANTÓNIO, *Bibliotheca Hispana Nova [...]*, II, p. 92.

Quanto a seu irmão¹⁰, António Homem Leitão¹¹, sabe-se bastante mais, nomeadamente quanto à sua obra, pois se encontram muitas apostilhas manuscritas das suas lições universitárias.

II. Os temas

Um leitor de hoje equivocar-se-ia facilmente quanto ao conteúdo da obra que agora se edita. O autor promete, de facto, uma obra sobre o «direito lusitano», o que hoje indicaria uma exposição geral do direito português do século XVII.

Logo o subtítulo nos indica que não se tratará disso, pois promete três tratados dedicados, aos agravos, às cartas de segurança e às inquirições ou devassas. E, no entanto, o autor estava a falar claro para os leitores da sua época. Era então habitual distinguir entre a tradição jurídica europeia, cultivada nas Faculdades de Leis e de Cânones de todos os Estudos Gerais da Europa — o chamado *jus commune*, direito comum –, e o direito próprio de cada Reino ou cidade — o chamado direito próprio ou particular. O equilíbrio entre os dois era muito desigual, pois a maior parte do corpo do direito era constituído por direito comum, contendo o direito próprio apenas algumas especialidades particulares a cada Reino.

Mateus Homem Leitão, um académico com estreitos contactos no mundo da prática, no qual mais tarde se envolve directamente, tanto no foro civil como no foro eclesiástico, escolheu para tema do seu livro justamente alguns desses pontos em que o direito português se afastava do direito comum, preferindo precisamente aqueles que maiores embaraços causavam na prática quotidiana dos tribunais, nomeadamente dos tribunais superiores, que frequentava como magistrado. Como ele mesmo diz «[...] os assuntos nele contidos constam apenas do direito da nossa Ordenação e, por outro lado, nesses tratados [já escritos sobre esses pontos] quase não se refere o direito comum e as leis ou os costumes das restantes Províncias, bem como os seus estatutos ou costumes. Escolhemos os mesmos tratados também pelo facto de que neles e noutros (que, com a ajuda de Deus, constituirão o segundo tomo) falta a interpretação dos nossos autores, sendo, embora, matéria difícil e de todos os dias» (*Ad lect.*).

Ou seja, o autor ia ocupar-se dos pontos em que o direito pátrio contrariava o direito comum e em que, por isso mesmo, a doutrina e a prática hesitavam. Mas, ao contrário do que anuncia, abunda nas referências ao *ius commune*, justamente porque era à luz deste — das suas regras e institutos mais gerais, do seu «espírito» — que se levaria a cabo a interpretação e integração das soluções específicas do direito português.

O primeiro tema foi sempre, durante todo o direito do Antigo Regime e ainda no século XIX¹², uma *via crucis* dos juristas : a distinção entre *apelação* e *agravo*. Aqui, a

¹⁰ Fr. Luís de SÃO BENTO, «Miscelâneas manuscritas», Bib. Nac. Lisboa, Reservados, Cod. 1077, fl. 47v..

¹¹ A não confundir com o Doutor António Leitão Homem, antes referido, cujo parentesco com estes, se existente, é incerto.

¹² Veja-se António Joaquim de Gouvêa Pinto, Manual de apellações, e agravos ou deducção systemática dos princípios mais sólidos, e necessários, relativos à sua matéria, fundamentada nas leis deste Reino [...];

questão prendia-se com as restrições que as Ordenações (*Ord. Fil.*, III, 69, pr.) punham aos recursos de apelação, relativamente ao que acontecia no direito comum¹³, ao mesmo tempo que alargavam o âmbito do recurso de agravo¹⁴. Na prática do foro e na literatura especializada, a questão complicava-se por várias razões. Em primeiro lugar, porque a distinção conceitual entre as duas formas de recurso não era óbvia; em segundo lugar, porque muitos dos juristas, formados, nas universidades, na doutrina do direito comum, tendiam a recorrer por apelação, conforme a este direito, desconhecendo que o direito pátrio prescrevia antes, em muitos casos, o recurso de agravo, pensando que «[...] nos casos em que é permitido apelar por direito comum, o mencionado recurso do agravo é supérfluo e inútil e, por conseguinte, desconhecido pelo próprio Direito»¹⁵. A confusão — porventura jogando sempre a favor da regra do direito comum — era enorme, conforme testemunha o próprio autor:

«[...] com efeito, nenhuma pronúncia do Juiz pode agradar às duas partes; daí se segue que aquele a quem desagrade recorre imediatamente à apelação: seguramente porque muitas vezes duvida se a sentença é definitiva ou interlocutória. Por outro lado, se consta que é interlocutória, duvida se deve apelar dela, ou, pelo contrário, interpor agravo; do mesmo modo, duvida se é permitido interpô-lo por instrumento ou por petição, ou, finalmente, se apenas no processo [...] Sirvam-me de testemunhas os Advogados e os Juizes, se, na prática, existe, entre nós, algo mais confuso, mais difícil de compreender e menos tratado pelos nossos compatriotas. Digam quantas vezes os Juizes superiores rejeitaram apelações por serem casos de agravo; e, inversamente, quantas vezes rejeitaram um agravo, porque devia ser interposto apenas no processo»¹⁶.

Esta última prática revelava já o equilíbrio real entre direito comum e direito próprio, na prática porventura ainda mais desfavorável este último do que aquilo que o era em teoria. Nas questões 1 e ss. deste tratado, o A. tenta chegar a uma regra que distinga claramente a apelação do agravo e que esteja de acordo com os dados do direito pátrio. A sua conclusão (qu.1, n.º 10) é a de que a decisão interlocutória, da qual só se pode agravar, mas não apelar, «é aquela que determina alguma questão ou artigo suscitado de uma maneira incidental ou emergente, em razão e por ocasião da causa principal». Como é habitual na forma de discorrer da época, «a esta regra devem ser oposta limitações e extensões, ampliando-a a casos em que rigorosamente ela não

Lisboa, 1813; obra que se apresenta como uma actualização e desenvolvimento do texto de Mateus Leitão Homem («Prefácio», III ss.).

¹³ Atendendo a todo o Direito, é permitido apelar de qualquer interlocutória que tenha força de definitiva ou um agravo irreparável. Quanto ao Direito canónico, depois de Trento (sess. 24, *de reformat*, cap. 20, alargara-se também o âmbito da apelação, prática ainda fomentada pela praxe da Chancelaria Apostólica (*Tract. I* [...], qu. 2, n.º 3)

¹⁴ Cf. *Tract. I* [...], Pref..

¹⁵ *Tract I*, Pref..

¹⁶ *Tract I*, Pref..

se aplicaria e, em contrapartida, evitando o seu uso noutros» (Tract. I, Qu. 1, n.º 10). Na formulação desta regra, Mateus Homem tem em conta os textos e a opinião dos doutores, embora seja muito ambicioso quanto à capacidade própria de corrigir os erros e deficiências da doutrina estabelecida¹⁷ e de encontrar, fundado nos textos do direito e na razão, uma solução correcta

«Estás a ver, sapientíssimo leitor, perfeitamente explicado qual é a sentença que deve ser considerada interlocutória; e, *embora alguns doutores estabeleçam, como regra principal, a mesma que nós seguimos, todavia, nenhum deles desce às questões e explicações que nós transmitimos, sem as quais esta regra não fica segura nem explicada, nem é entendida esta matéria*; e confesso que, *antes de emprender este trabalho, não a entendia claramente, nem sem confusão e erros, por aquilo que encontrava escrito, mas com uma contínua reflexão e estudo, recorrendo às fontes do direito e à razão, quando a autoridade dos autores ou falhava ou me parecia duvidosa, cheguei às resoluções atrás expostas nesta matéria* »¹⁸.

E, como Mateus Homem explica, optar por uma forma ou outra de recurso não era indiferente.

O segundo tratado é dedicado às cartas de seguro, instituto a que não se encontrava referência em qualquer texto de direito comum¹⁹. E que, segundo o autor, decorria de um costume antiquíssimo do Reino de Portugal. As cartas de seguro consistiam num privilégio ou acto de graça que protegia contra uma prisão baseada numa prova sumária²⁰. O autor é eloquente na demonstração das suas vantagens

«[2] [...] foi um uso inventado de uma maneira justíssima e prudente [...] pois, anteriormente, aqueles que suspeitavam de que contra si estava decretado, ou de que deveria ser decidido, um mandato de captura, ao fugirem com medo do cárcere, e ao deixarem, assim, a sua casa, e, em virtude disso, ao caírem muitas vezes na pobreza, resvalavam para crimes maiores e mais graves [...] e, finalmente, privados da esperança de

¹⁷ «Os doutores não nos legaram qualquer regra para identificar as interlocutórias que contêm um agravo reparável ou um irreparável; mas, apenas em alguns casos, disseram, sem qualquer norma ou método, que é causado um agravo irreparável, muitas vezes em contradição uns com os outros; donde, com razão disse Scaccia, de sentent. et re judic., glos. 14, quaest. 4, num. 46, que os doutores entenderam mal esta matéria e a explicaram pior» (Tract. I [...], Qu. 2, n.º 1).

¹⁸ Tract I, qu. 1, n.º 12.

¹⁹ Tract. II [...], Pref..

²⁰ Tract. II [...], Sumário, n. 7: «[...] a carta de seguro de que tratamos pode ser definida como sendo uma certa licença concedida ao réu por quem tem poder de a conceder, para que possa vir a juízo, e para que não seja encarcerado em virtude de um decreto de captura sumariamente emitido, a não ser quando, por direito e pela própria natureza da segurança, deve ser encarcerado [...]. Embora esta definição não conste das Ordenações – que dão o instituto como corrente e conhecido – os principais lugares onde ele é referido são, maxime, *Ordenações, e leis do Reino de Portugal: recopiladas per mandado do muito alto catholico & poderoso Rei Dom Philippe o Pio*, Lisboa, no Most[eir]o de S. Vicente, Camara Real de S. Magde, da Ordem dos Conegos Regulares por Pedro Crasbeeck, [1603] [de aqui em diante, *Ordenações filipinas = Ord. fil.*], I, 15; I, 24,23; e I, 58, 40; V, 130; textos de onde se pode extrair o fundamental do seu regime.

conseguir a anterior liberdade, cometiam crimes graves: homicídios, furtos e outros. [3] Por outro lado, depois de inventado este remédio, os réus, providos dele, vivendo na sua própria casa, sem medo do cárcere, interessados nos seus negócios, deixam de existir os inconvenientes que resultavam da fuga e da ausência, e defende-se a utilidade pública e privada»²¹.

O autor segue explicando a tipologia destas cartas. O primeiro tipo era o da *Carta de seguro Real*, que os magistrados régios concediam a quem temesse «com razão, que o inimigo lhe fosse fazer uma ofensa», dando ordem «ao adversário que não ofenda, por qualquer modo, com factos ou com palavras, o requerente da carta de seguro (*Ord. fil.*, I, 7, 20; V, 129). A segunda espécie de carta de seguro era «a concedida pelo Juiz do Couto, a quem foge para lá, para que, com esta segurança, possa andar fora do Couto, pelo Reino, durante um certo e determinado tempo aí expresso» (*Ord. fil.*, V, 123). Finalmente, a terceira espécie era a que se concedia ao réu para que pudesse vir a Juízo, e para que não fosse preso até julgamento²².

O terceiro tratado é dedicado às inquirições ou devassas. Assunto em que a prática jurídica portuguesa era «de tal maneira divergente do Direito comum, das tradições dos Doutores e dos usos das outras Províncias, que, com razão, se pode dizer que este assunto pertence apenas ao nosso Direito e, deste modo, pertence ao tratado do Direito Pátrio»²³. E, na verdade, a prática de averiguar, formalmente, ouvindo testemunhas e procurando oficiosamente reunir provas, de actividades criminosas não especificadas, era algo de muito estranho num sistema jurídico em que o direito penal ainda se baseava, sobretudo, na acusação de parte, remetendo o juiz para o papel de destinatário dos resultados de um esforço probatório que se entendia caber essencialmente aos ofendidos. Neste contexto de um processo penal fundamentalmente acusatório (por oposição, justamente, a um processo inquisitório), «os autores atribuem ao arbítrio [régio] os casos em que deva ser formada a inquirição geral [cita a Glosa e Bártolo]». Tudo aquilo que se cometia ao juiz, assim com este âmbito genérico e indeterminado, era que procurasse «os homens criminosos, para que a Província seja limpa deles, e não há ninguém que não veja até que ponto isto é diferente da inquirição que se faz interrogando as testemunhas»²⁴. Mesmo no caso de um crime em concreto, a obrigação do juiz de inquirir quem o teria cometido era algo apenas introduzido pela opinião dos Doutores, pelo Direito consuetudinário ou por constituições particulares dos Reinos²⁵. Também nos requisitos para o desencadear da inquirição, o direito português era muito menos exigente do que o direito comum : enquanto este exigia a existência do corpo do delito, em Portugal entendia-se que bastavam «informações ou vestígios»;

²¹ *Tract. II* [...], qu. I, ns. 2 ss.

²² *Ord. fil.* [...], V, 130, in princ., e § 1, e V, 124, § 23, e I, tit. 15, in princ.; V, 130, § fin., e V, 124, § 23, in princip.; *Lei da Reforma da Justiça*, § 1, incorporada da ed. das *Ord. fil.*

²³ *Tract. III* [...], Pref. Cf. *Ord. fil.* [...], I, 58, 31-35.; I, 65, 31-72.

²⁴ Cf. *Ord. fil.* [...], I, 65, 35.

²⁵ *Ibid.*.

conferindo-se, assim, mais iniciativa e poderes inquisitórios ao juiz²⁶, tanto nas devassas (ou inquirições) gerais²⁷, como nas inquirições especiais^{28,29}.

A enumeração dos casos de devassa geral e especial — que é feita nas questões 2 e 3 — é da maior importância para o conhecimento do direito penal e da fase instrutória do processo penal, já que se abunda em casuística e na prática corrente em cada uma das situações delictivas. Do ponto de vista dos historiadores do direito, mas também dos historiadores gerais, este último tratado valerá bem a publicação da obra.

Do ponto de vista temático — repetimos —, Leitão não escreve aquilo que nós hoje entenderíamos como um «tratado de direito português», pois esperaríamos deste título uma obra exaustiva e sistemática do conjunto do direito em vigor em Portugal. É que — como se disse — não era essa a perspectiva que dominava no período em que o nosso autor escreve. Em Portugal, vigorava uma constelação de direitos, doutrinariamente hegemônica pelo *ius commune*, o corpo doutrinário que os juristas europeus tinham construído sobre as fontes jurídicas romanas e canônicas, durante os séculos XII a XVI, e que continuava agora a desenvolver-se, sobretudo à custa do uso que os grandes tribunais dos reinos e senhorios da Europa faziam desse legado. Como em todos os outros reinos, existia, no entanto, um corpo de direito, fragmentário e desprovido de unidade temática, criado no reino — pela lei, pelas práticas (estilos) dos tribunais e, em certa medida, pela doutrina local — que enviesava num sentido particular o direito comum. Este era o tal direito próprio — no caso, o direito português —, que se afastava do direito comum e que, por isso, se integrava na categoria genérica dos

²⁶ Tract. III [...], qu. 3.

²⁷ «Inquirição geral a que se forma em épocas determinadas, quando o Juiz inquire se alguém teria cometido aqueles crimes sobre os quais interroga; e chama-se geral porque, ordinariamente, deve ser feita pelos Juizes naquelas épocas determinadas. Estas inquirições fazem-se, mesmo que, de modo nenhum, conste ou se suspeite que aqueles crimes, sobre os quais se inquire, foram cometidos por alguém, no que diferem das especiais, que, como adiante diremos, apenas se formam quando chega ao conhecimento do Juiz que foram cometidos aqueles crimes sobre os quais é obrigado a inquirir, quando acontecem»; mas também, «aquela que se faz todos os anos contra os Ministros da justiça, que são pessoas determinadas [embora genericamente designadas], Tract III, qu. 1, n. 2 ss.. V. casos em que a lei as determina em qu. 2 do mesmo Tratado.

²⁸ As «inquirições especiais apenas as que se formam por ocasião dos delitos que acontecem, como, por exemplo, sobre o homicídio de Tício, causado durante a noite por um ferimento, sobre um furto feito a Seio, e sobre outros delitos semelhantes que acontecem», *ibid.*. Casos em que a lei as manda fazer na qu. 3.

²⁹ Fontes: *Ord. fil. [...]*, I, 65, 39 (Devassas gerais sobre juízes) e título I, 58, 31 ss.; sobre as devassas especiais, *Ord. fil. [...]*, I, 65, 31 e ss.. Neste título, a Ordenação, depois de ponderar a necessidade de se evitarem «os inconvenientes que contra serviço de Deus e nosso se seguiriam de se tirarem devassas gerais», manda a todas os juízes que as não tirem. Acolhendo assim a regra do direito comum. Mas continua: «Porém, para que os malefícios sejam sabidos e punidos, somente tirem e sejam obrigados a tirar as devassas particulares sobre as mortes, forças de mulheres, que se queixarem, que dormiram com ellas carnalmente por força, fogos postos, e sobre a fugida de presos, quebrantamento de cadeia, moeda falsa, resistência, ofensa de Justiça, cárcere privado, furto de quantia de marco de prata e dahi para cima [...], roubo em caminho, ou no campo, [...] arrancamento de arma em Igreja, ou procissão, [...] arrancamento de arma em corte, [...] ferimento feito de noite, [...] pessoa ferida no rosto, ou aleijada de algum membro, ou sendo ferido com Besta, Espingarda, ou Arcabuz [...]»; *ibid.*, nº 35: «Item, trabalhem de saber dos malfeteiros, e os prender, e se na terra não forem, saber onde são [...]». O elenco era, assim, bem vasto; embora Mateus Homem Leitão o procure restringir, por interpretação, aos casos de maior gravidade.

iura propria dos vários senhorios europeus. É isto, justamente, o que Mateus Homem Leitão quer descrever, pegando naqueles institutos que as particularidades da lei, da prática jurisprudencial ou da doutrina tinham destacado do direito comum.

Não se trata de um corpo que se auto-sustente doutrinamente — como veremos de seguida. E, por isso, ele tem que recorrer, a todo o instante, à doutrina do direito comum. Trata-se de um importante factor de descaracterização, que vai limando as arestas dissonantes do direito próprio, propondo dele interpretações cada vez mais condizentes com a opinião comum dos doutores. Só que esta, no momento em que Leitão escreve, já está muito atenta ao estilo dos tribunais do reino — sobretudo dos tribunais palatinos, bem como à legislação real, que, em Portugal, tinha tido uma «codificação» muito precoce. E, por isso, este livro representa também um sinal da auto-consciência e auto-confiança dos juristas de cada reino — de cada *província*, como escreve o autor — na afirmação das particularidades jurídicas do seu meio. Isto não se explica tanto por algum sentido «nacionalista»; mas antes pelo facto de estes juristas estarem divididos entre a Universidade e a advocacia ou a consulta junto dos tribunais reais e, nesta medida, terem necessariamente que atender ao direito que aí se praticava.

III. As fontes

É interessante analisar um pouco mais a composição deste corpo literário de referência.

As *Ordenações Manuelinas* já tinham traçado uma linha de orientação sobre as preferências nas escolhas dos autores. Mantendo a preferência a dar à Glosa de Acúrsio e aos comentários de Bártolo — que aqui continuam a estar presentes, por citação directa ou por evocação indirecta -, mandava-se ter em conta os autores mais modernos porque, nos termos adoptados, normalmente seguiriam orientações mais conformes à boa razão³⁰. Na verdade, é durante os sécs. XV e XVI que, por toda a Europa, os grandes tribunais curiais — desde as Rotas romana ou pisana aos Tribunais de Corte portugueses, napolitanos ou milaneses — passam a constituir normas de decidir que se instituem em referência doutrinal. A sua prática, que é «digestiva» tanto das leis como da silva das opiniões, disputa à *opinio communis doctorum* o papel de dirigir a doutrina, sendo certo que a balança cada vez se inclina mais para estas interpretações *praticadas* nos conselhos colaterais dos reis.

Muito desta progressiva tendência para substituir o primado quase absoluto do *ius commune clássico* por uma sua versão cada vez mais filtrada pelo uso que os altos tribunais das monarquias modernas dele iam fazendo poderia ser detectado por meio de um estudo da evolução das bibliotecas dos juristas ou pelos conselhos que são dados para a constituição destas. Os estudos sobre bibliotecas de juristas continuam a ser

³⁰ Sobre o direito subsidiário nas Ordenações, o mais detalhado estudo de conjunto é o de Guilherme Braga da CRUZ, *O direito subsidiário na história do direito português*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975; ou os respectivos capítulos de Nuno J. Espinosa Gomes da SILVA, *História do Direito Português. Fontes de Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006.

incipientes e pouco sistemáticos, para além de enfermarem do vício metodológico de suporem que os juristas não tinham outros recursos literários fora dos seus livros pessoais³¹.

Interessantes, num plano mais global, são as obras que identificam em geral o panorama livreiro de uma região. O que nos países ibéricos, é facilitado pela existência de inventários das obras que passaram pelo visto da Inquisição. Javier Malagón-Barceló utilizou este tipo de fonte para avaliar das leituras jurídicas na América castelhana: os inventários dos livros jurídicos examinados pelo Tribunal da Inquisição existentes no Archivo Nacional de Mexico (1585-1695, contendo c. de 8000 títulos de todas os ramos do saber, dos quais o autor apenas estuda o direito). Por aí consegue identificar

³¹ Curiosamente, são mais frequentes para a área latino-americana. No Chile e no México alguns autores têm especializado nesta área. Destaco os nomes de Bernardino BRAVO LIRA («Autores y obras jurídicas de la época del barroco en América y Filipinas», em *Derecho común y derecho propio en el Nuevo Mundo*, Santiago de Chile, Editorial Jurídica de Chile, 1989), de Javier BARRIENTOS GRANDÓN, *La cultura jurídica en el reino de Chile. Bibliotecas de oidores de la Real Audiencia de Santiago (s. XVII-XVIII)*, Santiago, 1992; Id., «La biblioteca del oidor Sancho García de Salazar (c.1630-1688). Notas para el estudio de la cultura jurídica en el reino de Chile (II)», em *Revista de Historia del Derecho Ricardo Levene*, 29, Buenos Aires, 1992, pp. 7-28; Id., «El humanismo jurídico en las librerías del reino de Chile (s. XVII-XVIII)», em *Revista de Derecho de la Universidad Austral de Chile*, III, nº 2, Valdivia, 1992, pp. 25-34; Id., «Librería de Don Sebastián Calvo de la Puerta, (1717-1767) Oidor de la Real Audiencia de Guatemala», em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54551999002100016&lng=en&nrm=iso&tlng=es; Id., *La cultura jurídica en la Nueva España: sobre la recepción de la tradición jurídica europea en el virreinato*, Mexico City: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM, 1993; (Id. em co-autoria com Javier RODRIGUEZ TORRES), «La biblioteca jurídica antigua de la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile», em *Revista de Estudios Histórico Jurídicos*, XIV, Valparaíso, 1991, pp. 291-334); de Antonio DOUGNAC RODRÍGUEZ, «Reforma y tradición en la biblioteca de un obispo ilustrado de Chile. El caso de Francisco José de Marán (1780-1807)», em *Revista Chilena de Historia del Derecho*, 16, Santiago, 1990-1991, pp. 579-618); M. ASPELL e C. PAGE, *La biblioteca jesuítica de la Universidad Nacional de Córdoba*, Córdoba del Tucumán, 2000. Muito interessante, sobre uma ilustração prática desta adaptação do *ius commune* à situação colonial: Francisco CUENA BOY, «Utilización Pragmática del Derecho Romano en dos Memoriales Indianos del Siglo XVII sobre el Protector de Indios», em *Revista de estudios histórico-jurídicos*, n. 20, Valparaíso 1998 (= http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54551998000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Sobre bibliotecas e cultura jurídica no Brasil colonial: com base em cerca de um milhar de processos de inventário de Mariana, de 1714 a 1822, v. a tese de doutoramento (USP) inédita de Luiz Carlos VILLALTA, *Reformismo, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*, São Paulo: USP, 1999; Rubens Borba de MORAIS, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo – Rio de Janeiro, SCCTESP, 1979; outros dados podem ser encontrados no livro de Stuart SCHWARTZ, *Sovereignty and Society in Colonial Brazil: The High Court of Bahia and Its Judges, 1609-1751*, Berkeley: University of California Press, 1973; Arno & Maria José WEHLING, *Direito e Justiça no Brasil colonial. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro – 1751/1808*. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife: Editora Renovar, 2004; Id., «Cultura jurídica e julgados do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: a invocação da Boa Razão e o uso da doutrina: uma amostragem», em Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Estampa, 1995. Para a península ibérica, Rafael V. FEBRER ROAMGUERA, «Pere Joan de Capdevila, catedrático y abogado (c.1495-1558). Biografía y estudio bibliográfico de su biblioteca jurídica», em <http://66.102.9.104/search?q=cache:QwBsCT5jcyIJ:www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mvfebrer.pdf+ancarrano&hl=en&ct=clnk&cd=4>. Vicente GRAULLERA SANZ, *Juristas valencianos del siglo XVII*, València, Biblioteca Valenciana, 2003; José TRENCHS ÓDENA, «Juan Fernández de Porto y su biblioteca jurídica (1383)», *Saitabi*, XXXVIII (1988), pp. 63-87.X; J. A. PLANAS (ed.), *Historia de la literatura jurídica en la España del Antiguo Régimen*, Vol. I, Madrid: Castelletti Font, Claudia 2000.

cerca de 400 juristas cujas obras foram importadas para a Nova Espanha³². Um primeiro estudo desta lista parece confirmar que, também nas colónias americanas — e, porventura, em grau ainda superior — as fontes clássicas do direito comum estavam definitivamente superadas por uma literatura jurídica que o adaptara às diferentes situações locais, com os seus diferentes contextos jurídicos, quer tivessem sido criados por leis, posturas municipais, estilos de julgar, costumes prescritos.

Na insuficiência de estudos empíricos, podemos recorrer a autores que dava conselhos aos juristas sobre como formar uma biblioteca ou sobre como estudar o direito.

Na viragem do séc. XVI para o séc. XVII, dois autores espanhóis preocupam-se com a metodologia do direito, bem como com a deontologia dos juristas. São eles Juan de Matienzo (1510-1579) e Francisco Bermúdez de Pedraza (1585-1655).

Juan de Matienzo é autor de um *Dialogus relatoris et advocati*, publicado postumamente, em 1608³³. Nesse livro — que é organizado como um diálogo entre um jurista prático e um outro mais teorizante — ele identifica a ciência do direito, não apenas com o saber as leis, mas com um juízo sólido e natural³⁴. Para consolidar esta ciência, nada melhor do que uma experiência passiva [observação da realidade vivida] e activa [intervenção nas lides]³⁵, que informasse acerca da prática do direito, já que «o estilo derroga a lei» (*ibid.*, p. 67 v.) e, por isso, *experientia facit artem*, sendo a mestra das coisas (*ibid.*, p. 68); correspondentemente, a ciência é a filha da prática e da memória (*est filia usus et memoria*): «Quem quiser ser sábio nas coisas humanas — conclui —, não precisa apenas de livros, nem de disciplinas retóricas e dialécticas; precisa também de actuar e exercer nas coisas humanas, bem como recordar-se de todas as coisas acontecidas, como também saber e informar-se dos perigos que decorreram das mesmas coisas e não apenas deleitar-se, como em sonho, com algumas inutilidades verbosas ou imagens dos livros ou dos mestres» (p. 68 v.).

Embora não entre em conselhos precisos sobre leituras, Matienzo diz já o fundamental sobre a importância da mera tradição literária do direito comum. Numa palavra, ela nada vale, é um sonho verboso e imaginário, se não for combinada com aquilo que se pratica. Tal como com os médicos, é de preferir os juristas empíricos aos racionais. E, claro, os empíricos, são os que observam as práticas usadas e, ao escolherem os livros, escolhem aqueles, modernos, que as reflectem.

O outro destes juristas — que, publicando na mesma altura, de facto escreverá cerca de trinta anos depois — é o espanhol Francisco Bermúdez de Pedraza, na sua *Arte legal para estudiar la jurisprudência con la exposición de las Institutas*³⁶. Observa

³² Javier MALAGON-BARCELÓ, *A literatura jurídica espanhola do Século de Ouro na Nova Espanha. Notas para o seu estudo*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará 1967, 70-108 (lista dos autores de obras visadas pelo Tribunal).

³³ Pinciae, 1608.

³⁴ P. 64, n. 3: non nudam legum scientia sed solido ac naturalis iudicio coniunctam & solidatam».

³⁵ III, caps. 9 ss., p. 66-67.

³⁶ Salamanca, Imp. Antonio Rodríguez, 1612. Do mesmo género, para além do que se referirá a seguir, *Modus studende iurisprudencia utriusque juris studiosis* (Manuscr. Bib. Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, 563 {1617-1622}).

que o estudo do direito devia ser feito sobretudo pelo direito real, e não sobre o direito canónico ou romano, pois o jurista não iria praticar em Roma, nem em séculos remotos. Apesar disso, ao aconselhar as leituras suplementares aos grandes *corpora* dos direitos civil e canónico, aconselha, citando André de Alciato, que se adquirisse Bártolo, que trataria das acções mais frequentes; Baldo, prestigiado no foro; e Paulo de Castro. Para além destes, Alexandre de Imola, Jasão del Mayno, Juan Pedro de Ancarano, Tibério Décio, Oldrado da Ponte, Rafael de Fulgosio (1367-1427), Felino Maria Sandeo, Juan Azo, Henrique se Susa (o Cardeal Hostiense, + 1270). Dos espanhóis, apenas aconselha a glosa de Gregório López (1496-1560) às *Siete Partidas*³⁷, os comentários às *Leis de Toro*³⁸, de António Gomez, o comentário de Juan de Matienzo (1510-1579) ao livro V da *Recopilación*³⁹, a concordância entre as *Partidas e a Nueva recopilación*⁴⁰, de Sebastián Jiménez⁴¹. Mais interessante, porém, é o método de trabalho que aconselha na harmonização de todas estas fontes — corpos de direito civil e canónico, doutrina italiana dos sécs. XIII e XIV, legislação castelhana do séc. XIII (*Siete Partidas*) e, mais tarde, dos sécs. XIV a XVI, com destaque para a *Nueva Recopilación* : depois de estudar alguns dos textos mais notáveis do Digesto justinianeu, com auxílio das anotações de Azo e de Bártolo, o jurista verificaria se cada texto tinha correspondência nas *Siete Partidas*, utilizando a concordância de Sebastián Jiménez, no sentido de ver até que ponto os textos castelhanos eram esclarecidos, ou pelo direito justinianeu ou pelos seus comentadores medievais, com destaque para Bártolo, Baldo e o Abade Panormitano⁴². Além disso, haveria que ler Diego Perez⁴³ e Antonio Gomez (se houvesse alguma remissão para as Leis de Toro. Ou seja, Pedraza, nos inícios do séc. XVII, já tomava bem conta da necessidade de combinar o direito comum com o direito próprio, apesar de recomendar ainda uma grande atenção aos grandes comentadores italianos do séc. XIV Trinta anos depois, o português António de Sousa Macedo, no seu livro *Perfectus doctor in quacumque scientia maxime iurisprudentia*^{44,45},

³⁷ Glosa a las Siete Partidas.

³⁸ 83 leis, sobre diversas matérias civis e criminais sobre que havia controvérsia ou desactualização, promulgadas em 1505, por ocasião das cortes celebradas em Toro.

³⁹ Commentaria in librum quintum recollectionis legum Hispaniae, 1560.

⁴⁰ Nueva Recopilación de las Leyes del Reino y Autos Acordados, 1537.

⁴¹ Sebastián JIMENEZ, Concordantiarum iuris utriusque [...] in qua praeter plures Leges Partitarum [...] tum omnes leges, ut vocant Regni, Styli, Ordinamenti et Novae Recipationis, una cum omnibus glossis [...], Tolti, 119.

⁴² Nicolò de' Tudeschi (Panormitanus) (1386-1445).

⁴³ Commentaria in libro VIII Ordinationum regni Castellae, Salmanticae, 1574.

⁴⁴ Londinii [1644] ed. cons. 1653.

⁴⁵ Sobre este tipo de literatura: Donald R. KELLEY, «Jurisconsultus Perfectus: The Lawyer as Renaissance man», em *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 51 (1988), 84-102; e Gianluigi BARNI, «Appunti sul «De perfecto doctore» di Emilio Ferretti [...]», em *Archivio giuridico*, 1588(1960) 128-138. Sobre história dos juristas, destaque: Richard L. KAGAN, «Law Students and Legal Careers in Eighteenth-Century France», *Past & Present*, 68 (1975), 38-72; Lauro MARTINES, *Lawyers and Statecraft in Renaissance Florence*, Princeton, 1968; William J. BOUWSMA, «Lawyers and Early Modern Culture», *The American Historical Review*, 78 (1973), 303—327; Lenard R. BERLANSTEIN, *The Barristers of Toulouse in the Eighteenth Century (1740-1793)*, Baltimore, 1975; Wilfrid PREST, ed., *Lawyers in Early Modern Europe and América*,

quase que copia alguns dos conselhos de Pedraza. Manda ler Bártolo, Baldo e Paulo de Castro, pelas mesmas razões, embora anteceda este conselho por um outro referente a obras «de metodologia», como diríamos hoje, representativas da insistência, típica de humanistas e pós-humanistas, nas questões de método⁴⁶. Seguem-se outras referências clássicas : Alexandre de Imola, Andrea de Alciato; de novo, Ancharus e Filipe Décio (1454-1535), Alexandre de Alexandria (1461-1523) e outros modernos (Menochius, Surdus, Mascardus, Cardeal DominicusTuscum), combinados embora com uma reverência a alguns dos mais antigos, como Azo e Idrado, a proósito dos quais se repetem velhos brocardos — «chi non a la Summa de Azo non entra en palazzo»; «Quien tiene por si Oldrado tiene el pleyto acabado». No meio deste *pot-pourri*, Macedo não deixa de se perguntar : «Quais são os melhores : os antigos ou os modernos? O tempo voraz tudo dissolve e abate, nada sendo tão duro que resista e atenua o seu trato; mas só a verdade não é enfraquecida pelo tempo, pelo que é chamada sua filha, ao passo que a mentira, essa, envelhece. Por isso, se vemos perdurar por muito tempo o nome e as sentenças de um doutor, podemos crer sem dúvida que nele vivia uma singular verdade e que as suas opiniões continham, absoluta e pura, essa verdade {...} e daí que a opinião dos antigos seja de preferir à dos modernos; isto, estando nós em dúvida, e não quando conste abertamente que a opinião dos mais recentes é mais verdadeira» (ob. cit., p. 57). «Hoje, porém — adverte, num dito típico da época —, como há tanta quantidade de livros, para se poupar trabalho preferem-se livros facilimos, cuja leitura nada acrescenta. Daí que seja bom ler livros bons, como Alciato, que parece que durante sete anos nada leu senão a Glosa e Bártolo», evitando a mobilidade própria de quem tem muitos livros, pois «ter muitos livros e muitos autores e todo o género de volumes manifesta algo de vago e de instável; é que nunca está em nenhum lado quem está em todo o lado» (*ibid.*, 59). Ou seja, mais do que Pedraza, Macedo parece um tradicionalista, com pendor para o imobilismo. Na verdade, não será tanto assim. O que Macedo teme, mais do

New York, 1981; Richard L. KAGAN, *Lawsuits and Litigants in Castile, 1500-1700*. Chapel Hill, N.C., 1981; Filippo RANIERI, «From Status to Profession: The Professionalisation of Lawyers as a Research Field in Modern European Legal History.», *The Journal of Legal History*, 10 (1989): 180-190. Trad. de «Vom Stand zum Beruf: Die Professionalisierung des Juristenstandes als Forschungsaufgabe der europäischen Rechtsgeschichte der Neuzeit», *Ius Commune*, 13 (1985), 83-105; síntese: Id., «Der europäische Jurist. Rechtshistorisches Forschungsthema und rechtspolitische Aufgabe», em http://www.europaeische-juristenausbildung.de/Publikationen/von_Prof._Ranieri/der_europaeische_jurist.pdf. Diego QUAGLIONI, «*Civilis sapientia*». *Dottrine giuridiche e dottrine politiche fra Medioevo ed Età. moderna*, Rimini, Maggioli, 1989; David A. BELL, *Lawyers and Citizens: The Making of a Political Elite in Old Regime France*, New York, 1994; James S. AMELANG, «Barristers and Judges in Early Modern Barcelona: The Rise of a Legal Elite», *The American Historical Review*, 89 (1984): 1264-1284; W. Christopher BROOKS, *Lawyers, Litigation and English Society since 1450*, London, 1998; Lucien KARPIK, *French Lawyers: A Study in Collective Action, 1274 to 1994*. Translated by Nora Scott. Oxford, 1999; Joana Estorninho de ALMEIDA, *A Forja dos Homens. Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Séc. XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004. Dois dos raros estudos biográficos de juristas portugueses. António Vasconcelos SIMÃO, «O Doutor Manuel Rodrigues Navarro, jurista e cristão novo», *Miscelânea histórica de Portugal*, 1983. III, 77-110; Manuel CASTELO BRANCO, «Pedro Alvares Seco, doutor honoris causa em direito civil pela Universidade de Coimbra», *Miscelânea histórica de Portugal*, 1983. II, 31-52.

⁴⁶ Ioannes Baptista de CACCIALUPIS, *Tractatus de modo studendi in utroque iure*, Venetiis 1472; Mathaeus Gribaldus (MOPHA), *De methodo ac ratione studendi in iure libri III*, 1541.

que Pedraza, é a variabilidade das opiniões, pois já vive numa época em que se estava consciente, não apenas dos prejuízos causados por uma doutrina e jurisprudência variáveis, as em que, agora do ponto de vista da teoria do direito, se cria numa verdade resistente ao tempo e à opinião, que se devia procurar, ou pelas boas regras do método, ou pela adopção de opiniões que tivessem resistido à usura dos tempos.

Pela mesma altura, Baptista Fragoso (1559-1639) escreve um enciclopédico tratado sobre o governo da República⁴⁷, aborda também este problema das razões de decidir dos juristas⁴⁸. Recomenda, antes de tudo, que se siga a opinião mais provável, que ele define como a que reúne argumentos de peso, de um ou mais juristas de autoridade, versados na matéria e não antiquados (p. 176)⁴⁹. Continua, em todo o caso, a julgar que são de preferir a Glosa e Bártolo (p. 187)⁵⁰. A sua escolha de uma biblioteca ideal deveria privilegiar, de novo, os grandes clássicos trecentistas. Materializando uma posição mais conservadora e mais rígida quanto à variabilidade — temporal e local — do direito comum. Provavelmente, esta sua aparente rigidez seria, no entanto compensada, pelo mais largo campo de manobra que concede ao arbítrio do juiz, permitindo que ele se mova por razões de natureza ética e, mesmo, pessoalíssima, ao decidir aquilo que hoje chamaríamos os «casos difíceis»⁵¹

Mas voltemos ao nosso Mateus Homem Leitão, que publica entre estes dois grupos de autores. A análise das suas citações é uma outra via para avaliar o equilíbrio entre antigos e modernos, clássicos e vernáculos, que se estava a redesenhar.

Se olharmos para a lista das obras citadas por Mateus Homem Leitão, vemos que aí estão presentes as grandes sumas da prática dos altos tribunais, cujo título raramente deixa de conter uma referência a essa natureza praticada das opiniões recolhidas (*praxis aurea, practica lusitana, practica criminal, practica causarum criminalium, quaestionum in usu forensi, decisiones Senatus Regni, Practicarum observationum sive decisionum supremi senatus regni, Praxis ecclesiasticae et secularis cum actionum formulis, & actis processuum, tomi tres, Domus Supplicationis Curiae Lusitanae Ulisiponensis magistratus, styli, supremique Senatus consulta*, etc.). Se alinharmos as obras pelo número de vezes em que são citadas, entre as primeiras da lista (por exemplo, as que obtêm mais de 40 citações), quase $\frac{3}{4}$ têm esta natureza. As restantes, são as grandes obras de referência,

⁴⁷ Battista FRAGOSO (S.I.), *Regimen Reipublicae Christianae, ex Sacra theologia...Nunc primum in lucem prodit*, Lugduni, sumpt. Haered. Gabr. Boissat, & Laurentii Anisson, 1641-1652 (ed. póstuma).

⁴⁸ P. I, l. IV, d. 10, nº 2, p. 173 ss..

⁴⁹ Embora não seja de abandonar a opinião mais antiga por causa da simples novidade («non est recendendum a communi sententia propter novas phantasias», p. 183).

⁵⁰ De notar é o modo como, nas razões de decidir se combinam regras de natureza «epistemológica» com regras «morais»: assim, «o juiz pode afastar-se da opinião comum para favorecer viúvas, órfãos, pessoas miseráveis, a subsistência dos matrimónios ou últimas vontades» (p. I, l. IV, d. 10, nº 2, 186); ou, no caso de no caso de as opiniões se equivalerem, o juiz pode «dividir a causa», compor as partes ou decidir arbitrariamente, podendo fazê-lo a favor do amigo («secluso scandalo posse iudicem propter amicum modo secundum hanc, modum secundum illam pronunciare; quia si detur scandalo non potest », embora houvesse quem considerasse estar em perigo moral quem, ceteris paribus, julgasse sempre a favor dos amigos, como os bispos que preferiam sempre os seus consanguíneos, por afecto e paixão; o autor não concorda, p. 199). Outras regras a aplicar em caso de dúvida insanável: *pro possidente* (p. 204); *pro libertate* (p. 208); *pro lege* (entenda-se, texto de direito civil ou canónico, ou lei do reino, p. 209); *pro excomunionem (pro securiore)*.

⁵¹ V. nota 40.

que se encontrariam em qualquer biblioteca universitária, colegial ou, mesmo, de um jurista bem informado. Vejamos o elenco das obras que obtém mais de 30 citações:

- FEBO, Melchior (+ 1632), *Decisiones Senatus Regni Lusitaniae. In quibus multa quae in controversiam quotidie vocantur, gravissimo illustrium senatorum iudicio deciduntur. Tomus primus [-secundus]*, Ulyssipone 1619].
- SCACCIA, Sigismundus (15.-16..), *Tractatus de appellationibus, in duas partes divisus*. Franckfurt & Leipzig, Fellgibel, 1615].
- FARINACIUS, Prosperus (1554-1618), *Practica criminalis* [*Praxis et theoricæ criminalis libri duo in quinque titulos distributi*, Francofurti, 1606].
- BARBOSA, Manuel (1546-1639), *Remissiones doctorum de officiis publicis, jurisdictione, et ordine judiciario [...] Vlyssipone : typis Petri Craesbeeck, 1620.*
- CLARO, Giulio (1525-1575), *Practica criminalis* (...), 1559.
- CABEDO, Jorge de (1525-1604), *Practicarum observationum, sive decisionum supremi senatus regni lusitaniae. Offenbachii Ysenburg : ex officina Chalcographicâ Conradi Nebinii, 1610.*
- MARANTA, Robertus (1470/90-1530), *Tractatus de ordine iudiciorum vulgo speculum aureum et lumen, advocatorum [...] Venetiis, apud Cominum de Tridino Montisferati, 1557* (é o mais citado, decerto por ser um processualista de nota, logo, especialista nos temas tratados do livro de Mateus Homem Leitão).
- VALASCUS, Thomas (Tomé Vaz)(1553- ?), *Allegationes super varias materias, 1612*].
- SAXOFERRATO, Bartolus de (1313-1357), *Omnia... opera... : adnotationibus Iacobi Anelli de Bottis... et Petri Mangrelloe Cauensis... : gemma legalis...* 6.^a ed., Venetiis, Iunta, 1590- ...:
- MENOCHIO, Giacomo (1532-1607), *De arbitrariis iudicum quaestionibus et causis libri duo...* Coloniae Agrippinae, apud Vidua, & heredes J. Gymnici, 1599.
- SUAREZ DE PAZ, Gonzalo (? -1590), *Praxis ecclesiasticae et secularis cum actionum formulis, & actis processuum, tomi tres, Salmanticae : apud Petrum Lassum, 1583.*
- VALASCUS, Álvaro (1526-1593), *Decisiones consultationum acrerum iudicatarum in Regno Lusitaniae. Alvaro Valasco [...]. Venetiis : apud Io. Baptistam, & Io. Bernardum Sessam, 1597*].

Além dos principais praxistas portugueses de então, os grandes processualistas (R. Maranta, G. Menochio, S. Scaccia) e praxistas penalistas (P. Farinacius e Júlio Claro) e, naturalmente, Bárto, ainda ele.

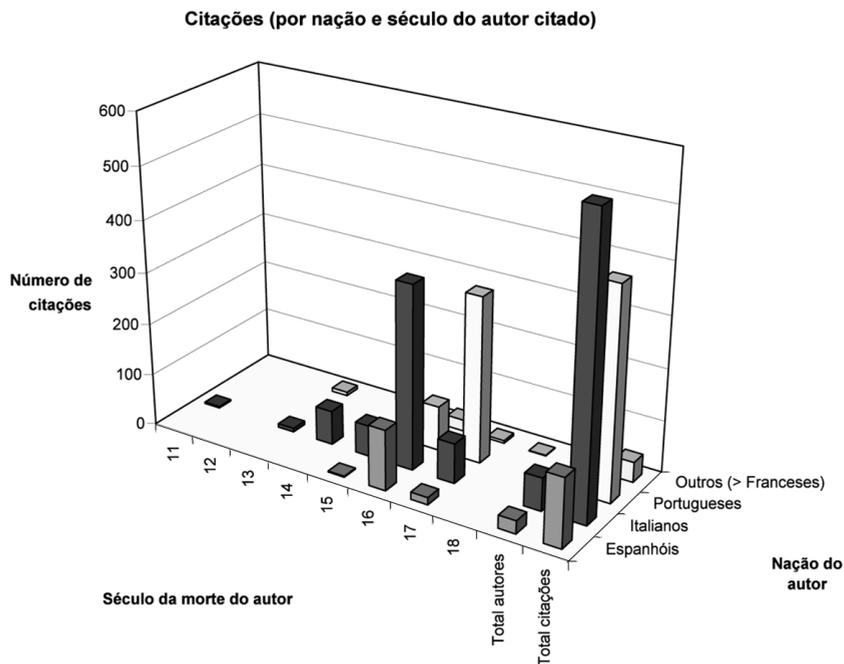
Mas vejamos, num quadro estatístico e correspondentes gráficos, como se compunha o elenco das citações⁵², ventilado pela nação do autor citado e o séc. da sua morte⁵³.

	Séc. 11	Séc. 12	Séc. 13	Séc. 14	Séc. 15	Séc. 16	Séc. 17	Total autores	Total citações
Espanhóis					2	117	14	25	133
Italianos	3		7	66	60	354	77	64	567
Portugueses						86	320	20	406
Outros (> Franceses)			7		4	22	5	12	39

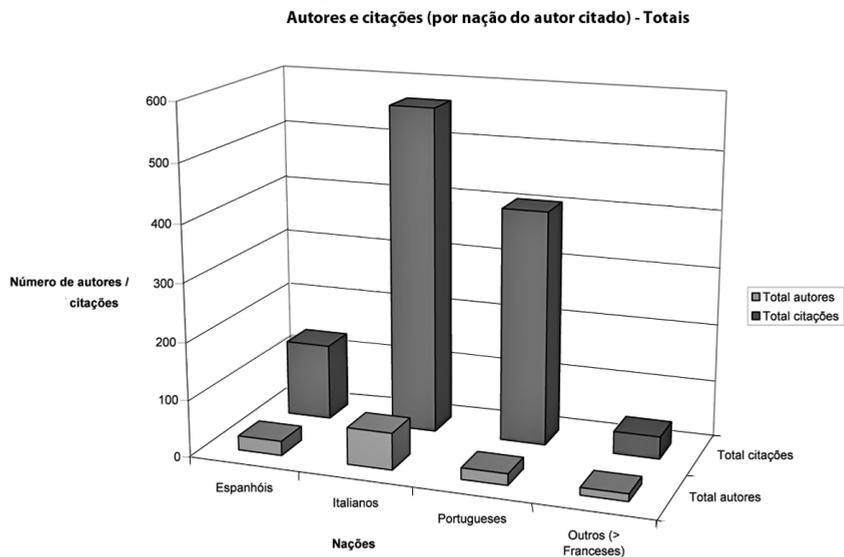
⁵² Identificámos mais de 90 % das obras e autores citados.

⁵³ Escolhemos a data da morte porque, ao utilizar o século como intervalo, esta é a mais próxima da grande divulgação da sua obra.

Em gráficos :



Esmiçando mais :



Abordando a questão pelo lado das «nações», vemos como mesmo uma questão em que o direito próprio se afastava sensivelmente do direito comum, a literatura italiana ocupa ainda um lugar de enorme destaque, reunindo mais de metade dos autores citados e a metade certinha das citações feitas. Já os portugueses, sendo embora muito menos citados (16 %) aproximam-se dos italianos na frequência com que o são (35 %), ultrapassando largamente os espanhóis em número de citações, embora os autores da nação vizinha sejam ligeiramente mais do que os portugueses. Ou até, tratando-se de «direito português», o autor dá uma nítida preferência aos autores do reino, melhores conhecedores das suas leis e, sobretudo, da forma como estas eram praticadas nos tribunais, não deixando, embora, de enquadrar este direito próprio, no grande continente de que ele emergia e se destacava, o direito comum europeu. Ao adoptar este processo de formar a decisão, Mateus Homem está a dar um exemplo impressionante da forma típica dos juristas de então de combinar o cânone com o vernáculo. O direito comum clássico permanecia um cânone de referência, útil para efeitos de interpretação de integração de lacunas ou, mesmo (já raramente), para correcção de excessos inoportunos de originalidade dos direitos próprios. Mas as formas vernaculares do cânon — os direitos próprios — tinham já, onde se manifestassem, ganho uma primazia que permitia ao jurista que justificasse as suas opiniões com recurso a doutrina «local». E, assim — como vimos no segundo gráfico — à medida que as datas das obras vão subindo na escala dos séculos, diminui a presença dos autores italianos (colunas vermelho escuro) — representantes do cânone do direito comum — e vai aumentando a dos juristas locais, desde logo a dos portugueses (colunas amarelas) e, embora menos, a dos grandes sumistas espanhóis da segunda metade do séc. XVI (colunas azuis).

Se da Europa passássemos ao Novo Mundo, nomeadamente às colónias ibéricas nas Américas, veríamos, decerto, que o panorama não era diferente, nesta progressiva ascensão do vernáculo frente ao clássico. Mas que aí, aquele arbítrio do juiz que antes vimos ser proposto por Baptista Fragoso⁵⁴ tinha um impacto ainda maior, permitindo assimilar condições sociais e políticas muito distintas das cidades italianas do *trecento* ou, mesmo, das metrópoles ibéricas⁵⁵.

É uma ilusão supor que esta geografia das citações seja rigorosa e que o autor tenha compulsado tudo aquilo que cita. Frequentemente, ele mesmo admite ter citado autores em segunda mão, nomeadamente utilizando compilações de tópicos doutrinários ou prontuários de direito. Mas nem precisava de o dizer : a estrutura das obras jurídicas da época — como a deste próprio livro — convidavam à pseudo-citação, pois constituíam repositórios de opiniões de outros autores, numa versão que tanto pode

⁵⁴ V. p. 15.

⁵⁵ Cf. A. M. HESPAÑA, «Porque é que foi portuguesa a expansão portuguesa?», comunicação apresentada ao «Colóquio Internacional do Centro de História do Além Mar – De um e de outro lado do Atlântico», 2-4 Novembro 2005. a publicar nas respectivas actas, bem nas do encontro *O Governo dos Povos. Poder e administração no Império Português*, Universidade Federal Fluminense, Paraty, 2005; «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro», comunicação ao «Encontro Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no Mundo Português – sécs. XVI a XVIII», Departamento de História e Linha de Pesquisa História Social da Cultura/PPGHIS, IFMG, Belo Horizonte; em *Quaderni fiorentini per la Storia del pensiero giuridico moderno*, 2006, 59-81.

ser quase literal como apenas aproximativa ou resumida. Isto apesar de Manuel Homem Leitão prometer no prefácio ir praticar uma economia de citações naquilo que fosse claro e inquestionável, encostando-se à opinião mais recebida, como mandavam as regras do direito, da deontologia e da moral. Mais tarde, a regra inversa de citar muito será duramente criticada por Luís António Verney e, alguns anos depois, banida do ensino pelos Estatutos da Universidade de 1772, que determinavam que o método «analítico» fosse substituído pelo «compendiário». No entanto, apenas em parte. Pois, já no séc. XIX, defenderá outro «prático empedernido», Manuel de Almeida e Sousa (de Lobão), propõe-se a ser insistente e minucioso nas matérias mais árduas, afastando-se daquele elegante leveza que ele acha que caracteriza o discurso dos filósofos do direito.

Fosse qual fosse o projecto e as promessas, este modelo de acumular citações é o que apesar de tudo prevalece nesta obra de Leitão. Não percamos de vista o que este modelo discursivo tem de próprio da época. Citavam-se autores em segunda mão, muitas vezes em textos cuja fiabilidade era ignorada, por via das gralhas ou da mão do anterior compilador; descontextualiza-se a frase; aqui e ali, dá-se-lhe um jeito que a adapte aos objectivos argumentativos pretendidos; combinam-se autores que séculos separam e de cuja cronologia o utilizador frequentemente não conhece sequer. Cria-se, assim, um corpo textual de referência, completamente a-histórico, feito de átomos doutrinários, que cada autor de novo recombina com uma grande liberdade.

A lógica hermenêutica subjacente era, justamente, a de um saber ruminativo, em que uma multidão de autores colectivamente revelava a probabilidade de correcção jurídica, sob a forma de curtas regras, polivalentes, convocáveis para várias estratégias de fundamentação, embora umas tivessem uma natureza mais geral do que outras (embora, como eles diziam, algumas fossem mais artísticas, mais ligadas a uma «arte» local do que outras).

ANEXO

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
		<i>Decisiones Rotae Romanae, comp. Fr de Roxas</i> (1662 ?) 19, 33, 47, 231, 234 (citação indirecta); Poderá ser também : <i>D. Prosperi Farinacii IC. Romani Sacrae Rotae Romanae decisionum ab ipso recentissimè selectarum et hactenus nondum editarum partes duae. Cum argumentis, summiis, et triplici índice, uno causarum, altero argumentorum, tertio rerum et verborum locupletissimo. Opus posthumum.</i> Lugduni : sumptibus Iacobi Prost, 1633.	5
		González Téllez, Manuel (+ 1649)(?), <i>Commentaria perpetua in singulos textus quinque librorum Decretalium Gregorii IX, ed. póstuma</i> , 1673.	15
?		Bodavia : <i>Historia pontificum [...]</i> . Não consegui identificar.	1
?		Covas [?] : Não consegui identificar (Será Covarrubias ?).	7
?		Fabianus (?-?) : <i>Commentaria et Summae Codicis, lib. 1-9</i> ou Fabrianus, Antonius (1557-1624) : <i>Commentaria ad Pandectas</i> , 1659).	1
Esp	16/17	Aldrete, José S. J. (1560-1616) : <i>De religiosa disciplina tuenda libri três</i> , 1615.	1
Esp	16	Azor, Juan, S.J. (1535-1603) : Cita o seu comentário à <i>Summa theologica : Institutiones moralium. Editio postrema</i> . 5 vols. Lugduni : Ex Typographia Horatii Cardon 1610-1612.	1
Esp	16	Carrera [Principal de Salamanca] [Luis Carrera (s. XVI) : <i>Practica causarum criminalium</i> [?].	1
Esp	16	Castillo de Bobadilla, Jerónimo (1546/7-1605) : 1547-1605) : <i>Política para corregidores</i> , 2 vols. (Madrid, 1597).	2
Esp	15	Castro, Paulus de (†1441) : <i>Commentarii in jus civile</i> . Lyon : Johannes Dominicus Guarnerius, haeredes Johannis Moylin, 1543.	2
Esp	16	Covarrubias y Leyva, Diego de (1512-1577) : <i>Variarum Resolutionum juridicarum ex jure pontificio, regio, et Caesareo Libri III ... Variarum ex jure Pontificio, Regio, et Caesareo Resolutionum, liber quartus</i> . Francofurti, Martini Lechleri, Impensis Sigismundi Feierabend. 1577 & 1578.	9
Esp	16	Dias, Joannes Bernardus (séc. XVI) : <i>Practica criminalis canonica : in qua omnia fere flagita, quae a clericis committi...</i> Bernardus, Johannes B. Venetiis. 1582).	2
Esp	16	Dueñas, Pedro de (+ 1557) : <i>Regularum utriusque iuris cū ampliacionibus ac limitationibus.</i> , Salamanca, 1554.	2
Esp	16/17	Garcia, Nicolás (+ 1645) : <i>Tractatus de beneficiis, amplissimus et doctissimus declarationibus cardinalium S. Congr. Concilij Trident & Decisionibus Rotae</i> , Saragozza Madr., Tavanni.	6
Esp	16	Gomez, Antonio (1501-1562/72) : <i>Variarum resolutionum tom. tres ultimarum voluntatum, contractuum, delictorum materiam continentes</i> , Lugduni, 1602.	7
Esp	16/17	Gutierrez, Juan (+ 1618) : <i>Commentarium in Authentica habita puberum in Consiliorum siue responsorum... Volumen unum</i> . Francofurti, apud Z. Palthenium, 1611.	5
Esp	16	<i>Las Siete Partidas del sabio Rey don Alonso el Nono / nuevamente glosadas</i> , por el Licenciado [...], Salamanca : Andrea de Portonariis, 1565.	11

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Esp	16/17	Mariana, Juan de (1536-1624) : <i>Historia de rebus Hispaniae libri XXV</i> , Toledo, 1592.	1
Esp	?	Mendoza, Pedro González (1571-1639) : <i>Practica de curas : en la qual se dan documentos a los confesores y curas de almas para administrar los Santos Sacramentos a sus subditos y cumplir deuidamente con sus obligaciones en conformidad de... Paulo del Ritual Romano Paulo V</i> , En Huesca : por Pedro Bluson..., 1624.	2
Esp	16/17	Mieres [?] : <i>De Majoratu</i> [não cosegui identificar esta obra com mais precisão]	
Esp	16	Molina, Luis de (séc. XVI) : <i>De Hispanorum primogeniis libri quator. Authore Ludovico de Molina...</i> , Compluti, escudebat Andreas de Angulo, 1573.	1
Esp	16	Molina, Luis de, S.I. (1535-1600) : <i>Tractatus de iustitia et de iure</i> , Cuenca, 1598.	4
Esp	16	Morla, Pedro a. : <i>Emporium utriusque iuris quaestionum in usu forensi. admodum frequentium in quinque divisum partes</i> , València, 1599.	1
Esp	16	Palacios Rubios, Juan López de (1450-1524) : Co-autor das <i>Leys de Toro</i> e do famoso <i>Requerimiento</i> : <i>Glosemata Legum Tauri quas vulgus de Toro Appelat omnibus in iure versantibus nimis proficua a Joanne Lopez de Palacios Ruuios</i> . Impressum in Florentissima Salmanticensi Academia : Expensis Johanis de Junta 1542.	1
Esp	16	Peguera, Lluís (séc. XVI) 163, 214, 226 (<i>Decisiones aureae civiles et criminales</i> , 1605).	3
Esp	16/17	Perez, Antonius [Perezus, Antonius](1583-1673) : <i>Praelectiones in duodecim libros codicis Justiniani imp. quib. leges omnes, et authenticae perpetua serie explicantur, mores hodierni inseruntur, & quid sit juris antiqui, novi & novissimi enodatur ac breviter exponitur</i> , 1626.	1
Esp		Sanchez, Thomas (1550-1610) : <i>Disputationes de sancti matrimonii sacramento</i> , Matriti, 1605.. : <i>Opus morale in præcepta Decalogi</i> , Matriti, 1613.	
Esp	15/16	Sanchez, Thomas (1550-1610) : <i>Disputationes de sancti matrimonii sacramento</i> , 1602.	22
Esp	15/16	Sotus, Domingo de (1494-1560) : <i>Tractatus de iustitia et de iure</i> , Salamanca, 1553.	2
Esp	16	Suarez de Paz, Gonzalo (? -1590) : <i>Praxis ecclesiasticae et secularis cum actionum fórmulis, & actis processuum, tomi tres, Salmanticae : apud Petrum Lassum, 1583 (BN)</i> .	33
Ita	15/16	Afflicti, Matthaeus de (1448-1528) : <i>Decisiones Sacri Consilii Neapolitani...</i> , Lugduni, Heredi Giunta, 1552.	4
Ita	14	Albertus ou Albertinus : Citação indirecta. Inidentificável.	4
Ita	14	Andreae, Johannes (1270-1348) : <i>Glossa ordinaria ao Liber VI e às Clementinas</i> .	1
Ita	11	Aretinus, Guido or Guido d'Arezzo (c.990-1050) : [citação indirecta]. Não identificável.	3
Ita	13	Bellapertica, Petrus de (Pierre de Belleperche) (+ 1308) : <i>Repetitiones ; repiticiones super Codicem</i> , Paris, 1515. : <i>Commentaria in Digestum novum - Repetitiones variae</i> , Frankfurt/M. 1571 (Vitus Polantus) (reimpr. <i>Opera iuridica rariora</i> , 10, Bologna 1968. : <i>Lectura Codicis</i> (de facto, não de Bellapertica, mas de Jacobus de Ravenneio, Paris, 1519 (reimpr. Bologna 1967). : <i>Lectura Digesti novi</i> , impr. 1571, com algumas <i>Repetitiones</i> ao <i>Digestum vetus</i> e ao <i>Digestum novum</i> . <i>Lectura Institutionum</i> , Paris 1512, 1514, Lyons 1536 (reimpr., Bologna 1972 ; <i>Opera iuridica rariora</i> , 7). <i>Quaestiones vel Distinctiones</i> , Lyon 1517 (reimpr. Bologna 1970, <i>Opera iuridica rariora</i> , 11). [http ://www.bautz.de/bbkl/p/petrus_d_bel.shtml].	1

País	Sec.	Autores e obras	Cit.
Ita	16/17	Bonacina, Martino(1585-1631) : <i>Summa theologiae moralis</i> , 1631.	10
Ita	13	Bonacosa, H. & F. Husanus : <i>Tractatus de servis vel famulis et hominibus tam liberis quam propriis</i> . Colonia, J. Gymnicus, 1590.	3
Ita	15/16	Bossius, Aegidius [Bossi (Bosso), Egidio] (1487-1546) : <i>Tractatus varii qui omnem fere criminalem materiam excellenti doctrina complectuntur et in quibus plurima ad fiscum et ad principis auctoritatem ac potestatem necnon ad vectigalium conductiones, remissionesque pensionum pertinentia diligentissime explicantur... ab omnibus erroribus novissime emendatum...</i> Venetiis, Apud. Ioan. Bapt. Somaschum, 1565.	9
Ita	16	Brunus (?) : <i>Compendium</i> [inidentificável].	1
Ita	14	Butrius, Antonius (Antonio de Butrio) (1338-1408) : <i>Lectura super secundo libro Decretalium. Pars prima</i> (ms. Existente na Lilian Goldman Library, em Yale University).	1
Ita	16/17	Capycius, Antonius (1450/70-1545) <i>Decisiones S. Regii consilii Neapolitani... Regium consiliarum editae, ad omnes ferme quotidiano casus enucleandos, causidicis omnibus nedum utiles, sed perquam necessariae. Vota praeterà quae daerant, & quatuor decisiones nusquàm aliàs impressas. in hac postrema editione addidimus omnia n&c denuò diligentissime ab omnibus mendis recognita. Adiecto indice rerum ac uerborum copiosissimo, maxime ampliato prout signo hac reperitur.</i> Venetiis, apud D. Liliun, 1557.	1
Ita	16/17	Carocci, Vincenzo (1580- ...): <i>Tractatus locati, et conducti, in quo de pensionibus, fructibus, caducitatibus, remissionibus, salarijs, & similibus, noua, quotidiana, & practicabilis materia pertractatur. D. Vincentio Carocio Tudertino, I. C. clariss. auctore. Cum indice locupletissimo.</i> – Coloniae Agrippinae, apud Ioannem Gymnicum, sub Monocerote, 1584.	1
Ita	16	Cartari, Flaminio (séc. XVI), <i>Flaminii Chartarii i.u.c. Urbetani Tractatus de executione sententiae contumacialis capto bannito. In quo non pauca scitu digna, ad uniuersam huius rei theoreticam, & praxim, ac motuum propriorum, & co</i> , Venetiis : apud Ioannem Zenarium & fratres, 1587.	1
Ita	15/16	Cassador, Guilelmus, (1447-1527) : <i>Decisiones et intelligentiae ad regulas cancellariae</i> , Venedig 1513.	1
Ita	16	Castro, Gabriel Pereira de (1571-1632) : <i>De manu regia tractatus, Ulysiopone</i> , 1622-1625.	7
Ita	16	Claro, Giulio (1525-1575) : <i>Practica criminalis</i> (...), 1559.	49
Ita	16	Contardus, César (séc. XVI) 33 : provavelmente, Commentarii in L. Diffamari C. de Inge & Manu. Rome, A. Blado, 1551.	1
Ita	14/15	Corneus, Petrus Philippus (1385 - ca. 1455) : <i>Consilia, pars I-IV</i> . Perugia, 1501/1502.	3
Ita	14/15	De Gambiglionibus, Angelus (1328-1417) : <i>Tractatus de maleficiis</i> , 1518.	10
Ita	16	Decianus, Tiberius [Utinensis](1509-1585) : <i>Tractatus criminalis... utramque continens censuram</i> . Venice, 1590).	4
Ita	16/17	Diana, Antonino de (1586-1663) : <i>Resolutiones morales</i> , Romae, 1586.	1
Ita	16/17	Farinacius, Prosperus (1554-1618) : <i>Practica criminalis</i>] [<i>Praxis et theoricæ criminalis libri duo in quinque titulos distributi</i> , Francofurti, 1606)].	77

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Ita	14	Ferreto, Ferretus de (ca. 1295-1337) : De... Disputationen et Consilia (Civ)].	1
Ita	16	Filliucius, Vicentius, S.J. (séc. XVI) : <i>De Sacramentis in genere, Baptismo confirmatione et Eucharistia</i> : Não consegui identificar a obra citada.	8
Ita	16	Follerius, Petrus (séc. XVI) : <i>Practica criminalis Petri Follerii, ... dialogice contexta, secundum dispositionem Capitulorum, Constitutionum, Pragmaticarum et Rituum Regni Neapolitani ... Adhaec, Praxis et Theorica causarum criminalium Jacobi Novelli ... Praeterea Tractatus aureas ad defensionem omnium adversus quascunque accusationes et inquisitiones pro quibuscunque criminibus, eodem Jacobo Novello, Lugduni : Apud Jac. Juntae, 1556).</i>	1
Ita	14	Geminianus, 9 : (citado por Iason).	1
Ita	15/16	Gramaticus, Thomas (1473-1556) : <i>Decisiones Neapolitani consilii auctore Matthaeo de Afflictis ... novis ... decisionibus Thomae Grammatici</i> . Francofurti 1600.	4
Ita	14	Grandinus, Albertus (séc. 14) : Citação indirecta (<i>apud</i> Farinacius).	1
Ita	16/17	Gratianus, Stephanus (? - 1625) : <i>Disceptationes forensium iudiciorum ... accesserunt additiones ad decisiones nota provinciae Marchiae</i> . Romae, ex typographia Reverendae Camerae Apostolicae, 1609.	16
Ita	15	Imola, Alexander de (1424-1477) : <i>In primam [-secundam] Digesti Noui. Prima [-Secunda] pars commentariorum Alexandri Tartagni Imolensis, ... super Digesto Nouo, exactissima uigilantia castigata, ac typis elegantisculis denuo excussa. Cui accesserunt annotationes praeclarissimorum virorum domini Francisci de curte, domini Bernardini de landriano, ac domini Francisci de doctoribus. Necnon apostillae et complurimum neotericorum ... Adito [!] insuper amplissimo domini Hieronymi Loretti Repertorio, multo plures quam antea eiusdem iurison. sententias continente, Venetii : [al segno della Corona], 1549.</i>	1
Ita	13	Innocentius IV (Sinibaldo Fieschi,1200-1254)(?) : Citação indirecta.	2
Ita	16	Lancellottus, Robertus (1522- 1590) : <i>Tractatus De Attentatis Et Innovatis Lite, & Appellatione pendente, & in aliis casibus ... Roberto Lancellotto I.C. Perrisino Authore. Novissime Hac Editione Ab Eodem Authore recognitus, et ... locupletatus, nunc denuò ... in lucem ... in Germania prodit. Cvm Indice ... Locupleto, Francofurti ad Moenum : Beckerus, 1600).</i>	21
Ita	15	Lanfrancus de Oriano (Lanfranco Oriano, 1398- 1488) : Citação indirecta. Existem várias obras suas manuscritas. : <i>Practica Lanfran. Aurea & excellens iudicibus : aduocatis : notarijs : practicisque omnibus : oppido quam necessaria iudiciaria practica ... domini Lanfranci de Oriano Brixiani : cum apostillis clarissimo – (Impressum Venetiis : per Ioannem Andream Vauasorium cognomine Guadagninum & Florium fratrem eius, 1541 Mensis Octobris). : Praxis iudiciaria Lanfranci De Oriano, cum Benedicti Vadii, et Celsi Hugonis annotationibus. A Iacobo Boniour plurimis axiomatibus, in schematibus proximè locupletata. Ad Cardin. Lotharingum Carolum L – Venetiis : apud Andream Reuenoldum, & Bartholaemeum Rubinum, 1565. : Repetitiones domini Lanfranchi de Oriano. Repetitio c. quoniam contra falsam, de probationus [!]. Repetitio clementina sepe de verborum significatione. Repetitio Clemen. dispendiosam de iudicijs. Repe – [Pavia : Giovanni Giolito De Ferrari il vecchio, prima del 1520].</i>	1

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Ita	157/16	Maranta, Robertus (1470/90-1530) : <i>Tractatus de ordine iudiciorum vulgo speculum aureum et lumen, advocatorum ... Accesserunt disputationes decem, quaestionum legalium ...</i> Venetiis, apud Cominum de Tridino Montiferati, 1557 (é o mais citado) : <i>Aurea praxis Dn. Roberti Marantae Venusini ... vulgo Speculum aureum et lumen advocatorum inscripta.</i> Coloniae Agrippinae : apud Theodorum Baumium, 1578.	47
Ita	15/16	Marsigli, Ippolito (Hyppolitus de Marsiliis) (1450-1529) : <i>Tractatus de quaestionibus in quo materiae maleficiorum pertractantur</i> , Lyon, Jacobus Myt. 1524 [citação indirecta].	3
Ita	16/17	Marta, [Giacomo Antonio] (1559-1628) : <i>Decisionum novissimarum almi colegii Pisani causarum delegatarum vel ad Consilium sapientis transmissarum vota doctoris Martae [...]</i> , Venetiis, apud L. A. & J. de Francis, 1608.	2
Ita	16	Mascardus, Josephus (?-1588) ou Mascardi, José (-1588) : <i>Conclusiones probationum omnium quae in utroque foro quotidie versantur ... quibus canonicae, civiles, feudales, criminales caeteraque materiae continentur ... omnia summo studio postremo hac editione recognita [...]</i> , Venetiis/ apud Damianum Zenarium/ 1584-1588].	13
Ita	14/16	Maynus, Iason (Giasone del Maino (1435-1519) Citações indirectas do seu comentário ao Digesto Velho.	7
Ita	16	Menochio, Giacomo (1532-1607) : <i>De arbitrariis iudicium quaestionibus et causis libri duo ...</i> Coloniae Agrippinae, apud Vidua, & heredes J. Gymnici, 1599. : <i>Consiliorum sive responsorum.</i> Francofurti ad Moenm : typis & sumptibus Wechelianorum, apud Danielem & Dauidem Aubrios & Clementem Schleichium, 1616-1629. De arbitarii iudicium quaestionibus, et causis, libri duo. Florentiae : apud Carolum Pectinarium, 1571.	38
Ita	16	Monte, Hieronymus de (séc. XVI) [: <i>Tractatus de finibus regendis [...]</i> , Venetiis, apud Iordanum Ziletum, 1574.	1
Ita	16	Novello, Jacopo (séc. XVI) : <i>Practica criminalis Petri Follerii, ... dialogice contexta, secundum dispositionem Capitulorum, Constitutionum, Pragmaticarum et Rituum Regni Neapolitani ... Adhaec, Praxis et Theorica causarum criminalium Jacobi Novelli ... Praeterea Tractatus aureas ad defensionem omnium adversus quascunque accusationes et inquisitiones pro quibuscunque criminibus, eodem Jacobo Novello, Lugduni : Apud Jac. Juntae, 1556.</i>	1
Ita	14	Penne, Lucca da (c. 1325-1390) : Cita o seu Comentário ao Código.	4
Ita	13/14	Pistoia, Cinus de (1270-1336) : Cita-se, indirectamente, a sua <i>Lectura supra Codicem.</i>	1
Ita	14/15	Platea, Joannes de (início séc. XV) : <i>Lectura institutionum</i> , ca. 1427 ? ; citação indirecta.	1
Ita	13/14	Ponte, Oldradus de (+ 1337) : <i>Consilia et questiones</i> , 1ª ed. impressa, 1478.	1
Ita	13	Portius, Azo (1190-1220) : <i>Azonis lectura super codicem (Ad singulos leges XII librorum codicis Justiniani commentarius)</i> , Parisiis 1577 : <i>Azonis summa super codicem : instituta, extraordinaria. : Ad singulas leges XII. librorum Codicis Justiniani, Commentarius et magnus apparatus, nunc primùm in lucem ed. ex bibliotheca Ant. Contii, [Lugd], Stoer & Faber, 1596 Summa Azonis, locuples ivris civilis thesaurus : Hactenus deprauatissima, nunc autem iugi sedulitate & exquisito studio D. Henrici Draesij ... restituta. Acc. ... geminus index</i> , Basileae, Episcopius, 1572.	1

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Ita	15	Puteo, Paris de (séc. XV) : <i>Tractatus de Syndicatu</i> , 1529.	4
Ita	16/17	Riccus, Johannes Aloysius (? -1643) : <i>Collectanae decisionum in sex partes distributa, cum nova septimae partis additione nunquam impressae. In quibus omnes ferè casus, in quam pluribus orbis tribunalibus Italiae, Galliae, Hispaniae, Germaniae, & Poloniae, ac praesertim Rotae Romanae, ac Curiae Archiepiscopalis Neapolitanae, decisi hucusque, & controversi complectuntur.</i> Venetiis, apud Iuntas, 1628.	2
Ita	16	Ripa, Iohannes Franciscus (Sannazarius a) (séc. XVI) : <i>Commentaria in l[egem] Generaliter. C[odici] de secundis nuptiis [= C. 5.9.5]. Eiusdem[ue] perpulchra aliquot responsa in materia binuborum ...</i> , Lugduni, apud Vincentium Portonarum/ 1536.	3
Ita	16	Sairus [Robert (Gregory) Sayer ou Seare], O.S.B., [séc. XVI, canonista, moralista] (1560-1602) : <i>Clavis regia sacerdotum casuum conscientiae, sive Theol. Moral. a Fr. Gregorio Sayro Ord. S. B. composita, cui accesserunt utilia additamenta nec non Catena aurea de comparatione peccatorum Rev. P. Fr. Paulini Berti Ord. Er. S. Aug.</i> Venetiis, 1610.	11
Ita	14/15	Salicetus, Bartholomaeus (? - 1412) : <i>Lectura super libros IX Codicis.</i>	4
Ita	16	Sandaeus, Felinus (Felino Maria Sandeo 1444-1503) : <i>Prima (-tertia) in quinque Decretalium. lib. I</i> , Lugduni : apud Senetionis fratres, 1549.	17
Ita	14	Saxoferrato, Bartolus de (1313-1357) : <i>Omnia... opera... : adnotationibus Iacobi Anelli de Bottis... et Petri Mangrelloe Cauensis... : gemma legalis... 6ª ed., Venetiis : Iunta, 1590-... : Nas BGUC e BN, várias edições parciais, Veneza 1523-1581.</i>	38
Ita	15/16	Scaccia, Sigismundus (15.-16..) : <i>Tractatus de appellationibus, in duas partes divisus.</i> Franckfurt & Leipzig, Fellgibel, 1615].	86
Ita	15	Soccini, Mariano, (1482-1556) : : <i>Summi legum prudentum coryphaei domini Mariani Socini iunioris patritii Senen. Ad rub. ff. de verb. oblig. subtiles, atque eruditissimae interpretationes.</i> – Bononiae : apud Ioannem Rossium, 1565. : <i>Commentaria cum profundissima, tum fructuosissima in quatuor (vt vocant) lecturas vespertinas, siue ordinarias, communi interpretum more in celebrioribus Italiae gymnasiij</i> – Venetiis : apud Franciscum Franciscum Senensem, 1571. : <i>Mariani Socini iunioris ... iurisconsulti ... Commentaria in. ff. Infort. & Nouum grauissima, atque vtilissima. Nunc longe quam antea ab omnibus mendis repurgata. Cum summarijs, & copiosissimo indice</i> - Augustae Taurinorum : apud haeredes Nicolai Beuilacuae, 1576. : <i>Consilia Mariani Socini iunioris. Consiliorum claris. celeberrimi. iuris consulti D. Mariani Socini iunioris patritij Senensis pars prima [-secunda] ...</i> - Venetiis : [al segno della Corona], 1544-1545.	1
Ita	16	Surdus, Johannes Petrus (? -1598) : <i>Decisiones Sacri Mantuani Senatus ...</i> , Venetiis, Haeredes D. Zenarium, 1606.	11
Ita	15	Tartagnus, Alexander (1424-1477) : <i>Lectura super libros IX Codicis, cum apostillis Alexandri Tartagni</i> , Venetiis : Baptista de Tortis, 1496.	11
Ita	14	Tudeschis, Nicolaus de (†1445), ou Abbas Panormitanus : <i>Commentaria in quinque Decretalium libros</i> , Venetiis 1617 ; <i>Commentaria in Clementinas Epistolas</i> , Venetiis 1617 ; <i>Repetitio in c. Per tuas</i> , Venetiis 1617 ; <i>Consilia</i> , Venetiis 1617 ; <i>Quaestiones (Disputationes et Allegationes)</i> , Lugduni 1551 ; <i>Lectura in decretales</i> , Lyon 1524 ; <i>Thesaurus singularium in iure canonico decisivorum</i> , Venetiis 1617].	13

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Ita	16/17	Tuscius, Dominicus (Cardinalis) (1535-1620) : <i>Practicarum Conclusionum</i> , 1621-1670.	4
Ita	14/15	Ubaldis, Baldus de(1327-1400) : <i>Commentaria in Corpus Juris Civilis Super Codicis</i> (Primo - Nono), Lugduni : apud Melchior e Gaspar Trechsel, 1539 ; outras eds. Parciais entre 1517 e 1551. : <i>Baldi Vbaldi Perusini ... In sextum codicis librum commentaria / Alexandri Imolen. Andreae Barb. Celsi, Philippiq. Decij Adnotationibus illustrata ; necnon summarijs, & indice vno verborum ac rerum locupletissimo vniuersas Digest. Cod. ac Instit. materias complectente ...</i> , Venetiis : [Luca Antonio Giunta], 1577.	24
Ita	16	Vale Rolandus a (séc. XVI) : <i>Consiliorum seu mauis responsorum ... Liber tertius</i> . Augustae Taurinorum, sumptibus J. Dominici Tarini, 1579.	1
Ita	16/17	Verselius, James Francis [Francus Verselius] (1535-1620) : (médico ?).	1
Ita	16	Vestrius, Octavianus (séc. XVI) : <i>In Romanae Aulae actionem, et iudiciorum mores</i> , Venetiis, apud Dominicum et Cornelium de Nicholinis, 1560.	1
Ita	16	Vide, Elias de [Vinetus] (séc. XVI) : Cita uns <i>Schola ad Joannem de Sacrobosco</i> . Out Alexandrinus, Apianus (séc. IV d.C.) : <i>De civilibus Romanorum bellis ... historia</i> , Mainz. Johannes Schoeffer. 1529.	1
Por		Barreiros, Gaspar (+ 1574, corógrafo) : <i>Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros o ano de MDXXXVI, começando em Bada na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Itália</i> , Coimbra, 1561.	1
Out	15	Aufrerius, Stephanus (Etienne Aufréri,1458?-1511) : <i>Repetitio Clem. 1. Ut clericorum de officio ordinarii. In qua agitur de pontificis et imperatoris potestate et clericorum correctione. Cum tractatu utilissimo De iurisdictione seculari super personis ecclesiast. & rebus earum. Et vice versa de iurisdictione ecclesiae super laicis, eorumque bonis per 149. casus. Item Tractatus de recusationibus iudicum per 92. causas. Auctore Stephano Aufrerio (...)</i> Accessit in fine tractatus brevis Bernardi Laurenti, quibus casibus secularis iudex manus in clericum iniiciat. Opera et studio Matthaei Boys Docto. cum pluribus additionibus, remissionibus, summarijs & gemino indice illustrata & recusa. Coloniae Agrippinae, apud Henricum Falckenburg, 1597.	1
Out	16/17	Connanus, Franciscus (1508 - 1551) : <i>Commentariorum iuris civilis libri X</i> (Lugduni, 1566).	1
Out	13	Durandus, Guilielmus (também denominado <i>Speculator</i> , Guillaume Durant, †1296) : <i>Speculum (ou : Libellus) legatorum</i> .	6
Out	16	Everardus, Nicolaus (1462-1532) : <i>Topicorum seu de locis legalium liber</i> , 1516.	3
Out	17/18	Gabrielis (Romanus), Antonius (+1555) : <i>Conclusiones communes, de expensis [...]</i> ; ou Paul Antoine Grégoire (1678-1743), <i>Theologia moralis uniuersa</i> , 1726.	1
Out	16	Gallebart, Jean (séc. XVI) : <i>Sacrosanctum œcumenicum Concilium Tridentinum : additis declarationibus cardinalium Concilii interpretum ex ultima recognitione Joannis Gallebart [...]</i> : cum decisionibus variis Rotæ Romanæ eodem spectantibus [...]; 1622.	1
Out	16/17	Lapide, Cornelius a, S.J. (1567- ?) : Escreveu uma longa série de comentários a vários livros das Sagradas Escrituras, um dos quais é aqui citado (ao Evangelho de S. João).	1

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Out	16/17	Lessius, Leonardus, S.I. (1554-1623) : <i>De justitia et iure ceterisque Virtutibus cardinalobus Libri Quatuor</i> , 1605.	3
Out	16	Mysinger, Joachim (1517-1588) : <i>Apotelesma, siue corpus perfectum scholiorum ad quatuor libros institutionum iuris civilis ...</i> Lugduni, apud G. Rouillium, 1585.	7
Out	15	Papae, Guido (Guy de la Pape, 1402-1487) : <i>Decisiones Gratianopolitanae, auctore Guidone Papae, nunc demum fidelius et castigatius quam usquam antea editae</i> , Francoforti, 1595.	3
Out	2	Ptolomeu, Claudius (100-168) : <i>Cosmographia Claudii Ptolomaei Alexandrini [...] manu Domini Nicolai Germani, Presbyteri secularis descripta, tabulisque egregie pietis adornata [...] circa annum 1467 [...]</i>	
Out	15/16	Rebuffus, Petrus (Pierre Rebuffe, 1487-1557) : <i>Tractatus de sententiis praeiudicialibus, seu provisionalibus, ubi materia alimentorum (...)</i> . Acc. <i>Tractatus de sententia et de re iudicata</i> , I.B. Pontani. Cologne, J. Gymnicus, 1595.	3
Out	13	Sacroboscos, Johannes de (+ 1256) : <i>Tractatus de sphaera</i> , Ferrara, 1471.	1
Out	15/16	Tiraqueau, André [Andreas Tiraquellus] (1488-1558) : <i>De Legibus connubialis & Jure Maritali</i> , Parisiis. 1546 : <i>De poenis legum ac consuetudinum, statutorumque temperandis aut etiam remittendi</i> , 1562.	7
Por	17	Almeida (ou Leitão), Domingos Homem de [Senador] (+ 1644) : <i>Analysis excelentiarum in numeri quinarum [...]</i> , 1643.	7
Por	16/17	Amaral, António Cardoso do (+ p. 1614) : <i>Liber utilissimus [...]</i> , 1610.	9
Por	16/17	Barbosa, Augustinus (1590-1649) : <i>Collectanea doctorum tam veterum, quam recentiorum, in ius pontificium universum...</i> , Lugduni : Sump. haered. Petri Prost, Philippi Borde, et Laurentii Arnaud, 1647.	3
Por	16/17	Barbosa, Manuel (1546-1639) : <i>Remissiones doctorum de officiis publicis, jurisdictione, et ordine judiciario in librum primum, secundum, et tertium Ordinationum Regiarum Lusitanorum, cum concordantijs utriusque juris, legum partitarum, ordinamenti, ac novae recopilationis Hispanorum : Accessere Castigationes et additamenta ad Remissiones libri quarti, & quinti Ordin. Reg... opera & diligentia P. Augustini Barbosa...</i> , Vlyssipone : typis Petri Craesbeeck, 1620. (BGUC) :	56
Por	16/17	Cabedo, Jorge de (1525-1604) : <i>Practicarum observationum, sive decisionum supremi senatus regni lusitaniae</i> . Offenbachii Ysenburg : ex officina Chalcographica Conradi Nebinii, 1610.	48
Por	16/17	Castro, Gabriel Pereira de (1571-1632) : <i>Decisiones Supremi Eminentissimique Senatus Portugalliae</i> , 1621.	13
Por	16/7	Castro, Manuel Mendes de (sécs. XVI-XVII) : <i>Repertorio das ordenações do Reyno de Portugal...</i> , Lisboa, Por Pedro Craesbeeck, 1623.	23
		<i>Domus Supplicationis Curiae Lusitanae Ulisiponensis magistratus, styli, supremique Senatus consulta</i> , Lisboa] : ex officina Gerardi de Vinea : expensis Sebastiani Garciae bibliopolae, 1622.	20
Por	16/17	Cunha, Rodrigo da (1577-1643) : <i>Catalogo e historia dos Bispos do Porto ... por ... Bispo do Porto . - No Porto : Por Ioaõ Rodriguez impresor...</i> , 1623.	3

País	Séc.	Autores e obras	Cit.
Por	16/17	Febo, Melchior (+ 1632) : <i>Decisiones Senatus Regni Lusitaniae. In quibus multa quae in controversiam quotidie vocantur, gravissimo illustrium senatorum iudicio deciduntur.</i> Tomus primus [-secundus] Ulyssipone 1619] BN, BGUC .	98
Por	16/17	Fonseca, Emanuel Themudo da (15.. -16 ..) : <i>Decisiones et quaestiones senatus archiepiscopalis metropolis olysiponensis regni : Portugaliae</i> , pars I. et II, 1646 ^(*) .	8
Por	16	Gamae, Antonius (1520-1595 : <i>Decisiones supremi senatus regni Lusitaniae</i> , 1 vol., 1604.	10
Por	16	Gouveia, Pedro Cabral [Mestre conimbricense] (15.. - 16..) : <i>In Cap. Qualiter et quando 17 tt.º de Accusationibus a Domino Petro Cabrali</i> , 1620 ; Ms.B.U.C.,Cod. 2066, fl. 1,p. 17.	4
Por	16/17	Leão, Duarte Nunes de (1530-1608) : <i>Collecção de leis extravagantes com addições das leis extrauagantes... / per o licenciado [...]</i> , Lisboa, per João Blauio de Colonia, 1560.	1
Por	17	Macedo, António de Sousa de (1606-1668) : <i>Decisiones supremi Senatus iustitiae Lusitaniae, et supremi Consilij Fiscii ac patrimonij Regij, cum gravissimis Collegis decretae : triplici Indice ... locupletatae ; Cui accesserunt aliae decisiones hactenus ineditae cum Apologetica Juridico pro immaculata Conceptione Virginis Deiparae</i> , Ulyssipone, 1660.	2
Por	15/16	Pinhel, Aires (Pinellus. Arius, Arii Pineli Lusitani) (+1559) : <i>Ad constitutiones Cod[icis] de bonis maternis [= C. 6.60] doctissimi amplissimique commentarii Arii Pineli, quibus maternae successionis iura feliciter explicantur</i> PLA Francofurti/ ex officina typographica Egenolphii Emmelii, impensis Petri Kopffii/ 1614. : <i>Arii Pineli Lusitani, iureconsulti Ad Constitutiones Cod. de bonis maternis : doctissimi amplissimique commentarij, : quibus maternae successionis iura : feliciter explicantur. Adiectus est : rerum omnium ditissimus index. - Nunc : recens impressus, recognitus, et : repurgatus. – Venetiis, ad cadentis : Salamandrae insigne, 1570.</i>	1
Por	16/17	Ribeiro, João Pinto (+1649) : <i>Tres relações em alguns pontos de direito [...]</i> , 1643.	8
Por	16	Sousa (Mestre de Coimbra [?]) : Não consegui identificar, embora tenha havido vários professores de Coimbra autores de apostilhas com títulos semelhantes aos citados.	9
Por	16	Valascus, Álvaro (1526-1593) : <i>Decisiones consultationum acrerum iudicatarum in Regno Lusitaniae. Alvaro Valasco auctore celeberrimo. Supremae curiae Lusitaniae regio senatore, & in academia Conimbricensi olim iuris caesarei professore primario. Opus omnibus in foro versantibus apprime utile, et nunc maiori cum diligentia emendatum, atque excusum. Cum indice duplici. priore Consultationum in initio, & posteriore materiarum utroque, locupletissimo.</i> Venetiis : apud Io. Baptistam, & Io. Bernardum Sessam, 1597].	30
Por	16/17	Por 16/17 Valascus, Thomas (Tomé Vaz) (1553- ?) : <i>Allegationes super varias materias</i> , 1612].	41

^(*) Incluída, por esta época, no *index librorum prohibitorum*.

Francisco José Calazans Falcon

A HISTÓRIA DAS IDÉIAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA RECENTE:
UMA TENTATIVA DE BALANÇO

Prólogo

A intenção de apresentar um «balanço crítico» da historiografia brasileira recente do ponto de vista da «História das Idéias» tem diante de si não poucas dificuldades teóricas e conceituais. Há, em primeiro lugar, o fato, amplamente reconhecido, de que os historiadores não estão em geral habituados ou inclinados a questionar seriamente as implicações teórico-metodológicas dos termos e conceitos que utilizam, nomeadamente, no nosso caso, os conceitos de *idéias*, *história das idéias*, e *historiografia*. Em segundo lugar, situa-se a necessidade de fazer face a problemas historiográficos que dizem respeito a condições e características especificamente brasileiras no campo dos estudos e trabalhos relacionados com a problemática das *idéias*. Tais dificuldades constituem os dois eixos em função dos quais se articula a exposição que se segue.

I. A História das Idéias na historiografia brasileira recente.

1.1. Questões prévias

A título de esclarecimento inicial, entendamos o caráter «recente» como sendo o período correspondente ao final dos anos 60 e aos começos dos anos 70 do século XX e que daí se estende aos dias atuais, ou seja, à época contemporânea da historiografia brasileira. Definir *historiografia* constitui um primeiro problema. Lapa (1976) e Fico — Polito (1992) ativeram-se em seus trabalhos apenas às obras *de história* escritas por *historiadores profissionais*. cremos, no entanto, que, para o estudo da história da história das idéias em nosso país, os critérios desses dois autores é praticamente inviável. Preferimos assim recorrer a Iglesias (1971), quando propõe que se dê prioridade às obras de história e aos estudos sobre essas obras, deixando em plano secundário a questão das qualificações acadêmicas e profissionais do *sujeito historiador*; assim sendo, mais significativa do que a questão da *formação* é a da *intenção* de escrever um texto *de história*, intenção esta que deverá ser ratificada pela comunidade de profissionais da história quanto ao reconhecimento do caráter *histórico* do mesmo texto.

Uma vez equacionada a questão da *historiografia* passemos a outra questão bem mais difícil: as idéias como objeto de estudos e pesquisas na historiografia *ocidental* como um todo e na brasileira em particular. Para começar, cumpre observar que não há entre nós uma autêntica tradição historiográfica em termos de uma *história das idéias* propriamente dita ou mesmo de história intelectual. Ao lado destes dois aspectos, válidos no longo prazo, é não menos importante sublinhar que, durante a segunda metade do século XX, quando uma parte significativa da pesquisa e da escrita da história entre nós teve no marxismo seu horizonte teórico, (Novais, 1990), houve pelo menos duas gerações de historiadores muito mais dispostos a indagar acerca de *ideologias* do que de *idéias*, além de situarem umas e outras como *epifenômenos*, de natureza *superestrutural*, determinados pela base econômica. Vale também assinalar que tais circunstâncias, apesar de meramente conjunturais, quando se tem em vista a longa duração historiográfica, marcaram profundamente o período que estamos estudando.

Além desses problemas teórico-metodológicos, aos quais retornaremos mais adiante, é necessário também mencionar algumas das dificuldades que ainda hoje enfrentam os historiadores que, como nós, se propõem a produzir um estudo sobre a escrita da história das idéias no Brasil: fontes documentais, abordagens metodológicas, compartimentações disciplinares.

Fontes

São ainda muito escassas e incompletas as fontes informativas a respeito da produção historiográfica que se refere às idéias. Os levantamentos disponíveis, poucos por sinal, priorizam em suas rubricas ora os períodos da História do Brasil, ora áreas temáticas, como História Econômica, Política, Regional, Social, e Cultural. Fica assim bastante difícil descobrir a partir de tais rubricas os textos de História das Idéias e História Intelectual. Tampouco a análise dos índices de periódicos especializados, de catálogos de dissertações e teses, ou de programas de simpósios de História, possibilita um acesso seguro aos trabalhos de história das idéias, salvo quando os títulos dos próprios trabalhos contêm alguma referência mais ou menos explícita. Na maior parte dos casos, no entanto, é preciso tentar adivinhar a partir dos títulos ou mesmo dos autores quais são aqueles que realmente apresentam algum tipo de recorte centrado numa problemática de história intelectual ou das idéias.

Metodologia

Até começos dos anos 80 os trabalhos sobre história das idéias são em geral biografias intelectuais (do tipo vida e obra de um personagem do mundo intelectual ou político), análises de ideologias ou doutrinas políticas, (de preferência algum dos conhecidos *ismos contemporâneos*), bem como estudos ou manuais de idéias pedagógicas, jurídicas, estéticas, econômicas, científicas, etc. Predomina em tais trabalhos a tradição *positivista* então dominante, havendo também, embora em menor número, trabalhos baseados em pressupostos teóricos *marxistas*. Somente aos poucos foram

surgindo trabalhos mais próximos de uma história intelectual (ou de uma história social das idéias) distinta daquelas duas perspectivas antes mencionadas e associada, agora, à influência crescente tanto da *Nouvelle Histoire* (francesa) como da *Nova História Intelectual* (anglo-saxônica). Ainda no campo das questões metodológicas, vale lembrar dois outros aspectos: os objetos de estudo e as fontes documentais utilizadas. Quanto aos objetos, quer a partir do conceito de *idéias*, quer do de *ideologias* (a confusão conceitual é muito grande), há estudos sobre *tomadas de consciência, formas ou estilos de pensamento*, no âmbito das idéias políticas, assim como pesquisas sobre *milenarismo, religiosidade*, movimentos estéticos, tendências literárias, doutrinas pedagógicas, no campo sócio-cultural. Já do ponto de vista das *fontes documentais* há a preocupação de agregar novas fontes àquelas mais tradicionalmente utilizadas — documentos oficiais ou coleções particulares —, daí resultando uma verdadeira vaga de estudos e pesquisas sobre coleções de periódicos (anos 70/80) centrados em períodos históricos específicos ou na orientação político-ideológica dos próprios periódicos escolhidos.

Aos poucos, no decorrer dos anos 90, tendeu a generalizar-se o processo denominado de dispersão ou fragmentação da produção historiográfica em geral e da história das idéias em particular. Assim, o estudo das idéias deixou de ser o eixo de uma constelação de disciplinas históricas bem definidas e passou a fazer parte de estudos e pesquisas genericamente situados no campo da história cultural, ou da história social da cultura. Constituíram exceções a essa regra a história das idéias econômicas, a história das idéias políticas, e a história da teoria (ou teorias) sociais. Aliás, pode-se observar nessa época que os autores ao trabalharem com estas últimas disciplinas tendem a referir-se cada vez menos a **idéias** e mais e mais a **teoria**.

Para complicar um pouco mais esse panorama, registre-se o fato de que os pressupostos teórico-metodológicos tenderam a assumir um grau maior de complexidade e sofisticação, no qual a tradicional distinção entre positivismo e marxismo ficou em plano secundário, ou foi posta de lado, pois, agora, os debates enfocam sobretudo problemas ligados à *contextualização* (em seus diversos sentidos), a partir de pressupostos lingüísticos, antropológicos, literários, etc.

Compartimentações disciplinares

O estudo das idéias segundo uma perspectiva realmente *histórica* jamais se constituiu entre nós como tarefa específica dos historiadores profissionais, ou seja, daqueles assim reconhecidos pela comunidade intelectual. A bem dizer, cada uma das inúmeras disciplinas constituídas ao longo da história das ciências e dos saberes em geral, especialmente durante os séculos XVIII e XIX, produziu uma historiografia própria, específica, intrinsecamente ligada à matéria-objeto de cada disciplina, e pertencente como tal ao respectivo campo: um tipo de assunto a ser pesquisado pelos especialistas da própria disciplina e não pelos historiadores propriamente ditos. Definiram-se então, em épocas e circunstâncias distintas, as disciplinas pertencentes ao campo das ciências humanas e, em particular, ao das chamadas *ciências sociais*: as histórias das idéias sociológicas, políticas, econômicas, filosóficas, jurídicas, estéticas, literárias, entre várias outras. Tal universo disciplinar baseava-se na premissa da existência de diferentes tipos de *idéias*, as quais deveriam ser estudadas pelos especialistas de cada uma das disciplinas respectivas.

Essa compartimentação disciplinar revelou-se pouco propícia ao desenvolvimento de uma autêntica *história das idéias*. Como consolo, talvez seja interessante lembrar que R. Chartier (1990) assinalou a existência de tradições mais ou menos idênticas a essas para o caso francês.

1. 2. As idéias na historiografia brasileira recente

As idéias estão sempre presentes na historiografia brasileira, inclusive na mais recente, embora se encontrem geralmente em lugares os mais diversos e inesperados, quase sempre um tanto distantes da História das Idéias propriamente dita.

No período que estamos estudando aqui, são ainda poucos os estudos que se apresentam como visões históricas de conjunto em termos de história das idéias e/ou das ideologias e do movimento intelectual.

Citando apenas as obras mais conspícuas, encontramos: «História da Inteligência Brasileira», em 6 volumes, escrita por Wilson Martins (1976-1978), «A Ideologia da Cultura Brasileira», de Carlos Guilherme Mota (1975), a «Dialética da Colonização», de Alfredo Bosi (1992), a «Evolução do Pensamento Político Brasileiro», de Vicente Barreto e Antonio Paim (1989), muitos dos livros de Luiz Costa Lima, como por exemplo, «Pensando nos Trópicos» (1991) e «A Aguarrás do Tempo» (1989) aos quais poderíamos acrescentar trabalhos produzidos por autores de preocupações intelectuais tão diversas como são os casos de Nicolau Sevcenko, Renato Ortiz, Roberto Ventura, Roberto Schwarz, Alcir Lenharo, Sergio Adorno, Sergio Miceli, Fábio Lucas, Eduardo Jardim de Moraes, Carlos Nelson Coutinho, além de tantos outros. Capítulo à parte corresponde aqui aos trabalhos publicados por Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho, mais voltados para a problemática político-institucional e das ideologias e mentalidades durante o século XIX e na passagem deste ao século XX, enfocando o Brasil Imperial e o Republicano.

No bojo destas nossas referências, muito incompletas por sinal, há *historiadores e não-historiadores* — se retomarmos aquela nossa discussão inicial. É também necessário observarmos que algumas das melhores obras sobre a evolução das idéias no Brasil — pensando aqui sobretudo na busca de grandes sínteses que caracteriza tais obras — foram publicadas alguns anos antes de 1970 — nossa data-limite. Tal fato, no entanto, não impediu que tais trabalhos exercessem grande influência entre os historiadores preocupados com a evolução das idéias entre nós. Tal vem a ser o caso, por exemplo, dos livros produzidos por Antonio Cândido, Sergio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Nelson Werneck Sodré, Fernando de Azevedo, Vamireh Chacon, Djacir Menezes, Nelson Saldanha, A. L. de Machado Neto, João Camilo de Oliveira Torres.

Na década de 80 realizaram-se alguns importantes congressos e simpósios em função de temáticas abrangentes mas muito importantes também em termos de história das idéias, ideologias, elites políticas e intelectuais, manifestações culturais, etc. Tais foram os casos nomeadamente de eventos como o I Congresso Internacional sobre a Inquisição (S.P., 1987), o Congresso Internacional sobre Escravidão (S.P. e R.J., 1988), o Congresso sobre República (S.P. e R.J., 1989), o seminário «Tiradentes, Hoje» (Belo Horizonte, 1992), o «Congresso Internacional A Revolução Francesa e

o Brasil» (R.J., 1989), o «Congresso América 92» (S.P. e RJ, 1992). Dos anais desses eventos constam inúmeras comunicações de interesse para a historiografia das idéias pois elas dizem respeito a idéias/ideologias, intelectuais, cultura, etc. Temos aí um farto material a organizar e analisar do ponto de vista da história intelectual e das idéias.

E, já que estamos aludindo ao fato de existir uma razoável produção em boa parte ainda dispersa e quase esquecida, capaz, no entanto, de imprimir novas características a este nosso balanço, é bom lembrar que existe um outro filão à espera de pesquisas sistemáticas: os anais dos Simpósios de História, nacionais e regionais, promovidos pela ANPUH desde 1961; os catálogos de dissertações e teses aprovadas nos programas de pós-graduação em História, programas estes que têm se multiplicado, sobretudo a partir da década de 90. Temos aí trabalhos baseados em pesquisas sérias em fontes documentais ricas e inovadoras, sobre temáticas predominantemente de História do Brasil, recortando objetos como mentalidades, ideologias, idéias, vida intelectual, práticas e representações sociais, entre outros.

1.3. Algumas questões teóricas mais frequentes

Idéias e ideologias

Uma das características da historiografia brasileira ao longo do último quarto de século, no que diz respeito às idéias, vem a ser a importância cada vez maior atribuída pelos historiadores ao estudo de objetos e questões pertencentes ao universo que, talvez pela falta de denominação mais precisa, é geralmente chamado de *ideológico*. Trata-se, porém de um *ideológico* destituído de qualquer valoração, *neutro ou apenas descritivo*, se assim se preferir dizer. Para esse processo de disseminação de um *ideológico* destituído de *ideologia*» contribuíram alguns fatores teóricos típicos da conjuntura historiográfica recente: o advento dos chamados «pós-marxismo», «pós-estruturalismo» e «pós-modernismo», bem como as várias questões em geral associadas aos assim chamados «retornos».

O declínio da hegemonia teórica marxista produziu, entre outras coisas, algo que se poderia muito bem chamar de desideologização do termo **ideologia**, quer dizer, tornou-se cada vez mais frequente o uso desse termo no sentido de alusão a conjuntos de idéias características de determinados lugares e épocas, em estreita associação com certas práticas e representações sociais as mais variadas. **Ideologia** deixou assim de significar uma forma de visão ou consciência falsa ou equivocada da *realidade*, um pseudo-conhecimento sempre em oposição ao conhecimento *verdadeiro* — ou científico. Retirou-se da *ideologia* aquele tipo de valoração negativa, típica da tradição marxista, recuperando-se em certo sentido sua acepção primeira, criada pelos chamados *Ideólogos* franceses do final do século XVIII que propuseram a necessidade de uma «ciência das idéias» à qual batizaram de Ideologia. Ao mesmo tempo, convém não nos esquecermos da importância dos trabalhos de Karl Mannheim (1936), voltado para a necessidade de repensar o conceito de ideologia de uma forma mais compreensiva, bem como os esforços de Paul Ricoeur, mais recentemente (1986), no sentido de

repensar e de certo modo recuperar o conceito de «ideologia» no âmbito de uma nova inteligibilidade.

Estruturalismo e pós-estruturalismo

No campo teórico marxista, após a Segunda Guerra Mundial, bastante marcado pelo processo de recuperação dos textos de Gramsci, destacou-se, nos anos 60, a leitura de Marx proposta por Louis Althusser e seus discípulos caracterizada entre outros aspectos, pela defesa de uma interpretação *estrutural* do pensamento marxista, e no pressuposto teórico da existência, em Marx, de uma diferença/oposição radical entre ciência e ideologia. Assim, foi apresentada uma visão do *real* como constituído de *instâncias* hierarquizadas e afirmado o papel decisivo, em última instância, das determinações estruturais. Ao postular o papel fundamental e determinante da *infraestrutura*, Althusser desejava reforçar os pressupostos do materialismo histórico e, como consequência, o caráter derivado e dependente das superestruturas políticas e ideológicas, embora introduzindo certas nuances como o conceito de *determinação em última instância* e as noções de *autonomia relativa e sobredeterminação*. «Ideologia», por conseguinte, é o nome do conceito que identifica a *região ou instância do real* correspondente às formas de pensamento, às manifestações simbólicas e culturais em geral.

As primeiras críticas dirigidas ao althusserianismo, em começos da década de 70, derivaram-se do prestígio alcançado pela Linguística entre as ciências humanas e sociais (Robin, 1973), tendo ainda como pano de fundo as repercussões dos textos de Michel Foucault (1963, 1966). Na esfera da *história* propriamente dita tem lugar, também nos anos 70, a crítica antiestrutural dos historiadores britânicos comprometidos com uma leitura bem diferente do marxismo, contrária às interpretações de Althusser e seus epígonos, destacando-se entre esses críticos E.P. Thompson (1978). Não tardou muito, portanto, a surgir uma nova tendência logo denominada *pós-estruturalismo*, embora um tanto imprecisa quanto às suas características específicas, fato este que não constituía propriamente exceção numa era marcada pela farta utilização do prefixo «pós». Tal como já fora assinalado por Foucault, é a idéia mesma de *realidade* que é posta em xeque, assim como, também, o conceito de *totalidade*.

No Brasil, anos 70 /80, novos autores e obras ocuparam rapidamente as posições de vanguarda até então reservadas a Marx/Engels, Gramsci e Althusser. De um lado, difundiram-se os trabalhos de historiadores e cientistas sociais pertencentes ao chamado *marxismo britânico* (E. P. Thompson, Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Terry Eagleton, Raymond Williams, Cliff Slaughter, Perry Anderson, entre outros), de outro, verificou-se uma retomada de interesse pela obra de Max Weber, quer em França, em função, por exemplo, de Raymond Aron, quer na Grã-Bretanha, com a *redescoberta dos trabalhos* de Norbert Elias; antropólogos, como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, Louis Dumont e Marc Augé, sociólogos, como Pierre Bourdieu e E. Veron, atraíram cada vez mais as atenções dos historiadores. A penetração dessas novas *influências* veio contribuir para a ocorrência de significativas transformações na *oficina da história* do ponto de vista dos objetos estudados e das abordagens utilizadas, fortalecendo tendências já existentes, favoráveis à multiplicação ao infinito de abordagens e objetos — a chamada *fragmentação*.

Pós-modernismo

A noção de «pós-moderno» surgiu primeiramente no campo das artes plásticas tendo sido introduzida, a seguir, no campo dos estudos literários, tornando-se mais tarde uma espécie de referência mais ou menos generalizada na esfera das ciências humanas e sociais (anos 70/80). Polêmica, quase sempre imprecisa em termos de definição conceitual e delimitação histórica, a noção de «pós-moderno» está nas origens de inúmeros equívocos e confusões, associada como tem sido a tudo que se apresenta como *novo* ou apenas *diferente* na produção historiográfica contemporânea. Exageros e simplificações acerca de objetos historiográficos e abordagens metodológicas distorcem com frequência as análises sobre a natureza da presença dita *pós-moderna* na historiografia atual. Tal como tentamos demonstrar (Falcon, 2000), o ponto de partida para uma compreensão mais exata do problema deve ser a análise das diferenças entre os pressupostos teórico-metodológicos de duas historiografias: a moderna e a pós-moderna. Tal análise, no entanto, foge por completo aos nossos atuais objetivos.

Para nós, aqui e agora, talvez seja suficiente reter tão somente algumas questões teóricas que vieram marcar seriamente as análises sobre a produção e natureza do *discurso histórico*, a partir da década de 1970: o chamado «giro linguístico», ou *linguistic turn*, e os assim denominados *retornos*: da narrativa, do político, e do sujeito. Destas questões queremos agora destacar apenas a última — *o retorno do sujeito* —, em conexão com a presença de duas perspectivas metodológicas fundamentais: a historicista e a empirista.

Dentre os diversos *retornos* típicos da historiografia contemporânea, o «retorno do sujeito» nada mais é, na verdade, que o resultado da progressiva superação da conhecida distinção epistemológica entre sujeito e objeto do conhecimento no âmbito da atividade historiadora, distinção esta herdada do século XIX. Já não é mais possível sustentar a validade dessa separação, ou seja, negar a presença e importância que o sujeito desempenha quer do lado da matéria histórica, quer do lado da produção do discurso histórico. Trata-se de um longo processo, já esboçado desde as primeiras décadas do século XX, no qual podemos detectar a presença de alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que revelam uma forte presença do historicismo, (Falcon, 1997). Paralelamente a esse fenômeno, entretanto, nota-se na historiografia atual, sobretudo após o declínio das abordagens totalizantes de cunho estrutural, um crescimento significativo do papel desempenhado pela busca e tratamento dos chamados dados empíricos pelos historiadores empenhados na produção de conhecimento histórico acerca de objetos os mais variados, ou mesmo inesperados.

A noção de um processo caracterizado como de *retorno do sujeito*, refere-se assim a duas coisas distintas, mas mutuamente complementares: a busca da presença, papel, e importância do sujeito — individual ou coletivo — no próprio processo histórico; a afirmação do papel decisivo do sujeito historiador, enquanto interprete e narrador do processo histórico — como produtor de um *discurso histórico*. Num e noutro caso, porém, o que realmente importa é reconstituir e perceber os fenômenos históricos do ponto de vista de seus próprios agentes, através da compreensão das respectivas práticas e representações nos termos de seus próprios autores, a começar pelo sentido dos discursos materializados em textos. Desse ponto de vista, cabe ao historiador assumir uma atitude mais compreensiva do que explicativa a fim de poder *resgatar* as idéias,

formas de pensamento, tomadas de consciência, as ideologias enfim, conforme as entendiam os próprios agentes históricos estudados, deixando em plano secundário, ou até mesmo omitindo, possíveis teorias explicativas ou interpretativas que transcendam as circunstâncias de tempo e lugar de sua produção e circulação. Uma das principais consequências de tais atitudes é o reforço, a ênfase, quanto à importância da linguagem — elemento decisivo para que se possa compreender *em seus próprios termos* o sentido das práticas e representações sociais veiculadas através das *fontes documentais*.

No campo específico da história das idéias, devemos também lembrar o fato representado pela importância que nele se tem atribuído à questão do *simbólico*, a partir sobretudo de trabalhos realizados acerca dos *imaginários sociais*, aí incluídos os *mitos e as utopia, e as ideologias*. Uma outra característica da escrita contemporânea da história, de natureza metodológica, é a presença dominante do *empirismo*, ou melhor, de uma certa perspectiva *empírica* da pesquisa histórica francamente assumida como tal. Tal tipo de *empirismo* constitui apenas uma certa maneira de afirmar o primado das fontes documentais sobre as teorizações propriamente ditas. Caberia assim ao historiador ir em busca das idéias tal como estas se encontram em fontes *literárias* ou em todo tipo de registro de testemunhos, vivências, memórias, etc. O importante em tais casos é não partir já com uma explicação preconcebida mas, sim, reconstruir eventos e idéias conforme o olhar, ou olhares, dos próprios contemporâneos. Afinal, é preciso antes ou acima de tudo evitar o pecado capital do anacronismo, daí o cuidado com o vocabulário «de época», e a obediência às formas de pensar típicas da sociedade em exame, quer coletivas, quer individuais.

Somente a título de exemplificação, tomemos agora alguns trabalhos recentemente publicados em nosso país e que de certa maneira podem materializar muito do que afirmamos anteriormente.

1. Jancsó, István (Org.) — «Brasil: Formação do Estado e da Nação». S. Paulo, Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003. O livro inclui «Idéias e Conceitos» e mais três «esferas»: do Estado, da Nação, e das Representações. Resultado de um Seminário, este trabalho inclui pouquíssimas comunicações que não digam respeito, de algum modo, às *idéias*. Todavia, tal como já foi por nós antecipado, com a exceção, talvez, da primeira parte, não se trata de textos classificáveis como exemplos de uma história das idéias no seu sentido mais tradicional ou *clássico*.
2. Furtado, Júnia Ferreira (Org.) «Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português». Belo Horizonte, UFMG, 2001. Abrangendo variados tópicos — Mulheres e Gênero, Comércio e Comerciantes, Revoltas e Motins, Conjurações, A Crise do Império — esta coletânea inclui alguns textos de história política e de história social nos quais o papel das *idéias* pode ser considerado fundamental, embora, naturalmente, não se possa rotulá-la de um volume de história das idéias.
3. Mota, Carlos Guilherme (Org.) — «Viagem Incompleta. A experiência brasileira». S. Paulo, SESC, 2000. Nos dois volumes que constituem esta obra está sempre presente a afirmação inicial do organizador: «Idéias de Brasil, eis a

temática geral da obra que o leitor tem sob seus olhos». Em seu conjunto, constituem uma verdadeira antologia de autores e idéias sobre o Brasil, ao longo de cinco séculos. Uma verdadeira história das idéias à qual, entretanto, faltou o nome.

4. Chiappini, Ligia, Dimas, Antonio, e Zilly, Berthold (Orgs.), «Brasil, país do passado?». S. Paulo, EDUSP/Boitempo, 2000. O livro reúne estudos a respeito de alguns dos mais importantes autores, especialmente literatos, que pensaram a entidade chamada «Brasil». Talvez um livro de história cultural, mas como afirmar que nele as idéias não constituem o elemento fundamental?
5. Rocha, João Cezar de Castro (Org.), «Nenhum Brasil Existe». Rio de Janeiro, UERJ/Topbooks, Univercidade, 2003. Ao longo desta pequena enciclopédia desfilam dezenas de contribuições acerca dos mais variados temas de história cultural e literária do Brasil e, como é inevitável, boa parcela dos respectivos textos abordam de uma forma ou de outra aspectos e problemas de história das idéias.

A partir dos cinco exemplos citados, talvez se possa perceber concretamente muito do foi antes afirmado acerca não somente da fragmentação do campo historiográfico mas, também, da dispersão temática hoje predominante. Em termos de trabalhos de historiadores, só para exemplificar, selecionamos três dos mais representativos: Ronaldo Vainfas, autor, entre outros livros, de «Ideologia e Escravidão» (1986) e «A Heresia dos Índios» (1995), nos quais a análise de idéias/ideologias serve de ponto de referência para o estudo de diversas práticas e representações sociais; Laura de Mello e Souza, autora também de diversos trabalhos e que produz, em o «Inferno Atlântico» (1993), um estudo de «demonologia e colonização nos séculos XVI-XVIII» o qual, sob determinado prisma, não deixa de ser uma história das idéias; Ricardo Benzaquém de Araújo, em seu livro «Guerra e Paz» (1994), um estudo rigoroso sobre «Casa Grande & Senzala» e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, onde são ainda as idéias que constituem o elemento central de indagação e interpretação.

Além de textos publicados em livros, coletâneas ou não, há alguns casos, raros por sinal, de periódicos voltados para o estudo das idéias, como, por exemplo: a revista «Idéias», do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, publicada a partir de 1994, cuja Comissão Editorial é composta de alguns eminentes pesquisadores, cientistas sociais e filósofos, não especialistas, na sua maioria, em história das idéias. Aliás, percorrendo-se alguns de seus exemplares é fácil perceber que o conceito de «idéias» aí presente é extremamente amplo; a revista «Discurso», do Departamento de Filosofia da USP, mais vinculada a uma perspectiva marcadamente filosófica, publica já há bastante tempo (desde 1970) trabalhos dos mais originais no campo da problemática das idéias de um ponto de vista tipicamente filosófico, embora bastante aberto, de fato, ao diálogo com as demais ciências do homem. Estas são apenas duas menções, escolhidas quase ao acaso, pois, existem hoje em dia algumas dezenas de periódicos ligados à história, às ciências sociais, à literatura e à filosofia nos quais, em maior ou menor grau, é possível encontrar artigos ou comunicações pertencentes ao campo da história das idéias!

Talvez possamos agora concluir, provisoriamente, que na historiografia brasileira recente as idéias constituem, cada vez mais, objeto de interesse dos historiadores dedicados à história cultural, intelectual e das «mentalidades», sem falar nos pesquisadores, «historiadores» ou não, que continuam a trabalhar com aspectos da história das idéias na esfera de disciplinas mais ou menos «autônomas». Ao mesmo tempo, convém lembrar, são bastante raros os exemplos de trabalhos e estudos dedicados a uma história das idéias em termos mais ou menos estritos, ficando as exceções por conta, principalmente, das idéias políticas, econômicas e filosóficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1970) – Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Presença /Martins Fontes, 1980. Idem – Pour Marx. Paris, Maspero, 1966.
- ANDERSON, Perry (1977) – Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto, Afrontamento, pp. 42-48.
- BADIOU, Alain (1976) – Théorie de la contradiction. Paris, Maspero.
- BAKHTIN, Mikhail (1979) – Marxismo e Filosofia da Linguagem. S. Paulo, Hucitec.
- BARRETO, Vicente e Paim, Antônio (1989) – Evolução do Pensamento Político Brasileiro. Belo Horizonte, Itatiaia /EDUSP.
- CHARTIER, R. (1990), A História Cultural, entre práticas e representações. Lisboa, Difel, p. 29.
- CASSIRER, Ernst (1988), L'Idée de l' Histoire. Les inédits de Yale et autres écrits d'exil. Paris, Cerf. 8.
- , (1950), Filosofia de la Ilustración. México, Fondo de Cultura Económica.
- , (1950), The Problem of Knowledge. New Haven, Yale University Press, pp. 226-242.
- COSTA Lima, Luiz (1991) – Pensando nos Trópicos. Rio de Janeiro, Rocco.
- CARDOSO, Ciro F.S. y Brignoli, Hector P. (1976) – Los Métodos de la Historia. Barcelona, Crítica, pp. 61-66.
- , (1976) – Perspectivas de la historiografía contemporánea. Mexico, Septentas, pp. 18-19.
- CARVALHO, José Murilo de, (2000) «História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura», in Topoi, UFRJ, n.º 1. setembro, 2000, pp. 123-152.
- DARNTON, Robert (1990), O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. S. Paulo, Cia. das Letras, p. 188 e segs.
- FOUCAULT, M. (1971) L'ordre du discours. Paris, Gallimard.
- , (1969) L'archéologie du savoir. Paris, Gallimard.
- , (1966) – Les mots et les choses. Une archéologie des science humaines. Paris, Gallimard.
- FALCON, Francisco J. Calazans (2000) – «História e Representação», in: Ciro F. Cardoso e Jurandir Malerba (Orgs), Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, S.P., Papirus, pp. 41-80.
- , (2002) – «Historicismo: antigas e novas questões», in História Revista, Goiânia, UFGoiás, vol. 7, 1/2, pp. 23-54.
- , (2005) – «Utopia e Modernidade», in Morus.Utopia e Renascimento, n.º 2, pp. 161-184.

Zília Osório de Castro

A NOSTALGIA DA ETERNIDADE
E O IDEÁRIO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

Depois do conhecido texto de François Furet, publicado nos anos oitenta (1985) e intitulado *Burke ou la fin d'une seule histoire de Europe*, não mais foi possível desconhecer o antagonismo que a obra do parlamentar inglês mostrou existir entre as concepções políticas e filosóficas francesas e inglesas enunciadas e divulgadas relativamente à *Revolução* de 1789. Os primeiros viam-na como uma manifestação da razão, traduzida em ideias e opiniões consequentes. Os segundos, nomeadamente na pugada de Burke, consideravam-na como o acontecimento mais pasmoso de todos os tempos ao consubstanciar a ruptura da civilização europeia. A identidade que politicamente unira os dois países fora destruída para dar lugar à sobrevalorização do que a evolução dos tempos viera distinguir: o racionalismo empírico e histórico inglês e o racionalismo abstracto e ahistórico francês. Daqui que a legitimidade da revolução dependesse, para uns, da reconquista de uma herança e, para outros, da conquista de um tesouro. Ou seja, para aqueles ela daria continuidade ao que fora conquistado no tempo, para outros daria origem a uma nova era. Daqui que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* se tornasse em França o elemento fulcral fracturante e ao mesmo tempo estruturante da *Revolução* devido à sua raiz jusnaturalista, e carecesse de sentido para Burke, para quem os direitos individuais se definiam e concretizavam no interno real do todo social e expressavam simultaneamente a utilidade recíproca do ser individual e do todo colectivo.

O contributo de Burke no quadro do pensamento pós-revolucionário teria sido de contrapor dois ideários: um marcado pela continuidade e o outro pela ruptura, um pela tradição, o outro pela sua recusa. E, quanto à sua formulação partir daqui, trouxe duas concepções de tempo para o âmbito da reflexão e conceptualização política. Não havendo dúvida de que a adopção do racionalismo jusnaturalista representa o culminar do valor do temporal no ideário revolucionário, não deixa também de ser certo que trouxe uma imagem parada de tempo. A *Revolução* trouxe a noção de um tempo novo. Colocava os cidadãos e as instituições no temporal, mas paradoxalmente situava-se a si mesma fora do tempo. Rejeitava o passado e imobilizava o presente e o futuro no quadro rígido dos conceitos. Defender que a Revolução nascera do nada e se mantinha parada no tempo era para Burke o maior dos absurdos.

Para ele não havia presente nem futuro sem passado. Entendia a vida dos seres humanos, assim como a vida das sociedades, como um longo processo aquisitivo e ao mesmo tempo acumulativo de coisas novas. Deste modo existia uma perene interação entre todas as gerações. Cada uma era subsidiária da anterior e conjugava-se com a seguinte. Isto significava que a tradição, enquanto devir no tempo, se tornava essencial à política que ele entendia como sendo um ajustamento do poder à sociedade real, e esta inseria-se na tradição como contínua adaptação às circunstâncias. Assim, o pensamento e a prática políticos não prescindiam da continuidade e esta trazia consigo a imagem fluida de tempo. O tempo histórico ganhava deste modo foros de cidadania no quadro da reflexão política como um dos elementos indispensáveis tanto à sua formulação enquanto tal, como quanto à sua compreensão e interpretação.

A crítica à Revolução francesa a partir destes enunciados e das suas consequências estão na gênese do pensamento político burkeano presente nas *Reflexões sobre a Revolução francesa*. Confundindo tradição e tradicionalismo, ignorando a concepção de tempo que subjaz aos fundamentos teológicos da contra-revolução teocrática, os seus teóricos não só recorreram aos seus enunciados contra a revolução, como na prática o alinharam entre os seus defensores. «Pourtant — dirá François Furet — il n'y a pas grand chose en commun entre le traditionalisme libéral du parlementaire whig et le providentialisme de Maistre, ou la monarchie organicista de Bonald. La Contre-Révolution française ne partage avec Burke ni son sens des libertés, ni son attachement aux institutions représentatives, ni sa conception jurisprudentielle de temps, et moins que tout, bien sur, la valeur exemplaire qu'il donne à l'histoire anglaise»¹. Se bem que o pensamento de Burke estivesse longe dos princípios da Revolução francesa e também dos contra-revolucionários teocráticos, ele não deixou de ser considerado igualmente como um contra-revolucionário. A Revolução destruía a continuidade histórica que, segundo ele, naturalmente tornava perenes as instituições políticas, apesar das alterações circunstanciais que o devir histórico implicava. Como tal, a revolução em si mesma, e qualquer que ela fosse, era contrária à estabilidade política. Sendo nefasta, importava combatê-la.

Idêntico sentimento, embora ditado por princípios diferentes ressalta do pensamento de Bonald e do de Maistre. Para estes a Revolução era um mal tanto na sua doutrina, como na prática. Sem negar que fora um «événement unique dans l'histoire», Maistre não deixava de precisar «qu' elle est mauvaise, radicalement; aucun élément de bien n'y soulage l'oeil de l'observateur; c'est le plus haut degré de corruption connu; c'est la puré impureté»². Os seus princípios ignoravam o magistério do cristianismo, a sua prática afastava-se dos preceitos divinos. Deus enquanto origem e garante de toda a ordem política fora substituído pelo império da razão, e a vocação escatológica do ser humano viu-se reduzida ao carácter temporal da sua existência. A Revolução viera destruir a estrutura política e social que importava repor. Seria este o papel da contra-revolução.

¹ FRANÇOIS FURET, «Burke, ou la fin d'une seule histoire de l'Europe», FRANÇOIS LEBRUN et ROGER DEPUY, org., *Les résistances à la Révolution*, Paris, Imago, 1987, p. 360.

² BERNARD VALADE, «Les théocrates», JEAN TULARD, dir., *La contre-révolution, origines, histoire, postérité*, Paris, Perrin, 1990, p. 301.

Deus que se servira dos homens para os castigar, servir-se-ia agora deles para os colocar de novo na condição de criaturas, já que, como afirmava Maistre, a divindade «punit pour régénérer»³. Mas também com eles pretendia restabelecer a sociedade com as características que lhe atribuíra. Os seres humanos eram seres sociais e a existência da sociedade se bem que os precedesse sob o ponto de vista ontológico, congregava-os sobre o ponto de vista social. «J'ai vu dans ma vie — escrevia Maistre — des Français, des Italiens, des Russes (...) mais quant à l'homme, je déclare ne l'avoir rencontré de ma vie»⁴. Por seu lado o ideal de Bonald era uma sociedade orgânica, integrada, «groupement de familles et de métiers, société agricole conçue comme ensemble de communes rurales au sein desquelles, de temps immémorial, les paysans attendent de Dieu leur subsistance et leur salut»⁵. Embora nem sempre concordasse na doutrina enunciada, estes dois expoentes máximos do pensamento teocrático contra-revolucionário tinham em comum as suas bases fundamentais. Em primeiro lugar o providencialismo. Só este conferia sentido à vida dos homens, das sociedades e da política. Depois a crítica que daí advinha às inovações trazidas pela Revolução e ao corte com a tradição. Ao recorrerem a Deus para explicar a realidade, colocavam-na fora do tempo, ou seja, sem passado e sem futuro. Os seres humanos, o mundo e a vida referidos à acção criadora da divindade traziam indelével na sua essência o sinal da eternidade e uma perspectiva escatológica da sua razão de ser.

Por seu lado, a tradição seria a revelação no tempo dessa mesma eternidade que continuamente se realizava sem o contributo que se pudesse dar à sua formação e à sua transformação. A tradição era entendida como a vontade de Deus revelada no tempo, sendo a vontade dos homens a sua expressão. Ou seja, ela era a realização da eternidade no tempo, do dever ser que sucessivamente se revelava. Neste sentido, afirmou Bonald: «bien loin de pouvoir constituer la société, l'homme par son intervention, ne peut qu'empêcher que la société ne se constitue, ou pour parler plus exactement, ne peut que retarder le succès des efforts qu'elle fait pour parvenir à sa constitution naturelle»⁶.

A tradição poder-se-ia definir, portanto, como o caminhar no sentido do dever ser ao longo dos tempos, caminho que só por si se situava no plano da eternidade, já que acompanhava a acção providencial da divindade que tudo havia disposto: ao criar o homem como ser social, ditou a emergência da sociedade e do poder. Ao homem restava encontrar os meios para efectivar uma sociabilidade de origem divina, como tal, em si mesma imutável, embora na sua concretização resultasse de uma busca constante de perfectibilidade. Era este o ponto de convergência entre a providência divina e a acção humana. Dentro do imutável, o homem construía o mutável. Dentro da eternidade divina colocava-se o tempo humano. Nesta perspectiva, a tradição, no sentido acima referido, tornava-se incontornável. Fazia parte do ser humano enquanto

³ *Idem, ibidem*, p. 301.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 306.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 296.

⁶ LOUIS DE BONALD, *Théorie du pouvoir*, Préface, p. 121, cit. por ALAIN PETIT, «Burke et Bonald: les equivoques du tradicionalisme», *Un lieu de mémoire romantique. La Révolution de 1789*, Nápoles, Vivarium, 1993, p. 54.

ser social. O mesmo não acontecia com o tradicionalismo ao defender uma idade de ouro no passado e ao procurar fazê-lo renascer. Para os teocratas esta não existia porque contrariava as premissas escatológicas do seu modo de pensar. Seria adoptar a imagem do não tempo no plano do tempo.

O pensamento teocrático afastava-se de forma abissal do pensamento revolucionário, não só no plano político, mas também nas concepções bem mais globalizantes de cariz cultural. Ao racionalismo contrapunha-se o providencialismo, à tradição sobrepunha-se a ruptura revolucionária, à eternidade contrapunha-se o temporal, à onnipresença da religião substituía-se a sobrevalorização da metafísica laica. Sob o ponto de vista cultural estavam face a face duas concepções divergentes do ser humano, do mundo e da vida. Sob o ponto de vista político era igualmente divergente o modo de pensar os seus respectivos três suportes, ou seja, as noções de cidadão ou membro da sociedade, da própria sociedade e do poder que a regia. Sob o ponto de vista das características humanas, opunha-se a razão, «deusa da ruptura», aos sentimentos que eram inseparáveis da tradição.

Consequentemente, os seguidores dos princípios teocráticos rejeitavam a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, pedra angular da Revolução, pelo seu carácter laico e pelo seu individualismo. Rejeitavam a ideia de constituição escrita a datada, porque entendiam que a sociedade estava naturalmente constituída pela intervenção criadora de Deus. Rejeitavam a soberania popular e as formas do seu exercício, ou seja, *in limine*, a monarquia constitucional representativa. Numa palavra rejeitavam a Revolução nos seus princípios e nas suas consequências. Contudo, imbuídos de providencialismo e do sentido de eternidade que o acompanhava, consideravam-na, em última análise, como estando nos planos de Deus e, portanto, com um significado que ultrapassava as contingências dos tempos. Numa palavra, o tempo divino legitimava o tempo histórico⁷ com os seus contratempos. Perante o pessimismo radical de uns, desenhava-se o optimismo ilimitado de outros. Se a fé e a providência faziam cerrar as fileiras de uns a aposta na razão apresentava-se como a bandeira dos militantes revolucionários. Mundos completamente estanques? Talvez não. As festas revolucionárias estudadas por Mona Ozouf mostram que se os revolucionários transferiram a sacralidade com o recurso à religião, os contra-revolucionários teocráticos, nomeadamente Bonald, advogaram o regresso ao sagrado a partir da Revolução⁸.

Segundo se julga, todo o ideário contra revolucionário filiava-se numa destas correntes de pensamento: a «historicista» (para alguns tradicionalista), de Edmund Burke e a teocrática de Joseph de Maistre e Luís de Bonald⁹. Uma e outra sofreram em França e na Europa acentuações diferentes ditadas pelo contexto e pelas circunstâncias, mas o essencial manteve-se caracterizador. Se bem que, no dizer de François Furet, a

⁷ Cf. GÉRARD GENGEMBRE, *Bonald, la doctrine pour et contre l'Histoire*, FRANÇOIS LEBRUN et ROGER DUPUY, *Les résistances à la Révolution*, cit., p. 349.

⁸ Cf. MONA OZOUF, «Religião revolucionária», FRANÇOIS FURET e MONA OZOUF, *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 596-606.

⁹ Cf. MASSIMO BOFFA, «La Contre-Révolution, Joseph de Maistre», *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*, vol. 3, *The Transformation of Political Culture. 1789-1848*, ed. François Furet and Mona Ozouf, Oxford..., Pergamon Press, 1989, pp. 291- 321.

obra de Burke marcasse o fim de uma Europa única, como já se referiu, as de Maistre e de Bonald alargaram-lhe a complexidade. História, tradição e razão tornaram-se componentes recorrentes do pensar a política e consagraram diferenças que se iriam manter e até acentuar com o passar dos anos. Deste modo, seria redutor distinguir no pensamento contra-revolucionário apenas o cânon comum, esquecendo o naipe das diferenças também elas, ou sobretudo elas, identificadoras do contraponto que se colocava à Revolução. Seja como for, uma coisa é certa. Não há contra-revolução sem haver revolução e os termos em que esta se objectiva reflectem-se inevitavelmente naquela.

Portugal recebeu os reflexos da Revolução francesa e teve a sua própria revolução liberal. E sofreu igualmente o impacto da contra-revolução. Uma e outra, como é evidente, ficaram marcadas pelo tempo e lugar em que ocorreram, o que lhes conferiu identidade própria. Tendo agora em conta o ideário da contra-revolução em Portugal, também aqui se assinalam influências das duas referidas correntes de pensamento — a «historicista» e a teocrática. No entanto, a primeira nem sempre foi considerada como contra-revolucionária. Teve expressão no contexto da Revolução de vinte e, até hoje, ainda não foi suficientemente estudada. Pode, porém, apontar-se Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato como um dos seus expoentes. Eleito deputado às Cortes de 1821, depois da Vilafrancada integrou uma comissão nomeada por D. João VI para elaborar uma proposta de constituição adequada à índole portuguesa. Se bem que se afigure evidente a filiação burkeana do seu pensamento¹⁰, nunca foi considerado como um contra-revolucionário, mas sim como um liberal moderado. Pretendia uma monarquia liberal de tipo inglês, longe dos radicalismos franceses. Ao contrário de Burke, não se manifestou contra a Revolução e, decerto por isso, sobre ele não recaiu o anátema a que aquele ficou sujeito.

Um outro nome a reter neste contexto será o de José Acúrsio das Neves que pede um estudo mais aprofundado neste sentido. Para já, importa salientar a sua rejeição da Revolução e do espírito revolucionário. Esta encerrava uma crítica à mudança e, com ela, a defesa do *status quo*. Neste sentido escreveu em 1823: »Para que serviria agora mudar a nossa forma de governo e dar uma constituição? Para melhorar a sorte da nação? Não é preciso. Estamos muito bem com a constituição que temos e todas as mudanças de governo são perigosas»¹¹. Neste mesmo sentido censurou os direitos individuais, sobretudo a liberdade e o carácter de valor absoluto que lhe era atribuído pela Revolução. A liberdade teria de ser controlada pelo poder estabelecido sob pena de se tornar libertária e introduzir na sociedade o caos e a desordem. Só o seu constrangimento se adequava à vida humana e ao seu aperfeiçoamento¹². As revoluções

¹⁰ Cfr. PEDRO PÁSCOA MARTINS, *Ideologia e temporalidade. As ideias políticas de Francisco Manuel Trigoso (1777-1838)*, Lisboa, FCSH/UNL, 1995. Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política.

¹¹ JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES, «Continuação das Cartas aos Portugueses. Seguem-se as que foram escritas depois da restauração do governo legítimo de sua Magestade», *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, t. IV, Porto, Afrontamento, s. d., p. 105.

¹² Cfr. ANTÓNIO PEDRO MESQUITA, *O Pensamento Político Português no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 312, 314.

eram um mal pela ruptura que provocavam ao contrário das reformas que, não só eram naturais, como desejáveis. Obviavam que se caminhasse para «a velhice» das instituições. Estas podiam manter-se vivas se se actualizassem sob o signo da ordem e de acordo com os costumes e a história. Ou seja, entendia a política como contextualizada no tempo e no lugar, sofrendo positivamente a evolução ditada pela experiência concreta da vivência humana. Contrapunha, assim, a imagem do tempo que fluía sem cessar à ruptura revolucionária assente na abstracção das ideias que, neste modo de pensar, nada tinham a ver com a realidade histórica dos povos. E afastava, igualmente como politicamente improcedente, a ideia de não tempo, de eternidade, por não se coadunar com o sentido que atribuía à política.

Embora no âmbito de um ideário diverso poderá juntar-se a estes dois a presença de Faustino José da Madre de Deus Pereira Coutinho, autor de vários textos, entre os quais se salienta um que intitulou *Os povos e os reis* e publicou em 1825. Esta obra representa a permanência do «historicismo» de cariz burkeano, com recorrência à tradição nos termos em que aquele o fazia com nítida recusa da Revolução e de todas as revoluções. «As revoluções subversivas são (...) abomináveis e calamitosas», sublinhava, e eram-no porque alteravam a ordem existente¹³. Mas as reformas eram possíveis e até desejáveis desde que realizadas por quem tivesse autoridade para as fazer. Dizia: «Eu não insto para que os povos sejam escravos da monarquia absoluta; não me oponho a que esta adquira qualquer grau de perfeição de que seja susceptível, pugno unicamente para que ela não seja reformada por quem não tem autoridade de a reformar»¹⁴. Não se afigura que houvesse aqui laivos do liberalismo conservador de Burke¹⁵ porque a tradição histórica que utilizou no contexto da recusa da Revolução corria no sentido da defesa da legitimidade da monarquia absoluta, embora não a defendesse como o única forma de governo¹⁶.

Saliente-se, todavia, que não recorreu ao discurso providencialista, facto que o afasta da família dos teocratas. Pelo teor das suas palavras, poderá sim ser considerado como expoente particularizado da corrente do «historicismo» contra-revolucionário. Este particularismo reside no facto de Faustino da Madre de Deus integrar o tempo no seu pensamento, embora esquecendo ou minimizando as circunstâncias que lhe trariam o sentido da mudança. É certo que admitia as revoluções, mas também é certo que acima de tudo colocava a ordem e a conservação, ideias que apontam no sentido da permanência, se não da perenidade. Teria sido no quadro deste eventual duplo sentido que invocou as Cortes de Lamego e as Leis Fundamentais ali instituídas como ponto de partida e fundamento da situação política então criada e que os povos legitimamente não poderiam alterar em virtude do contrato então realizado, se bem que a pudessem aperfeiçoar.

¹³ FAUSTINO JOSÉ DA MADRE DE DEUS PEREIRA COUTINHO, *Os povos e os reis: opusculo ofrecido aos portuguezes*, Lisboa, Impresa Régia, 1825, p. 96.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 99.

¹⁵ Cfr. ANTÓNIO PEDRO MESQUITA, *ob. cit.*, p. 385.

¹⁶ São estas as suas palavras: «pugno pela conservação de todas as formas de governo; e logo não sou parcial de governo algum, sou unicamente amigo da ordem» (*Idem, ibidem*, 97).

Paralelamente a esta corrente do ideário contra revolucionário houve também quem seguisse a pegada de Maistre e de Bonald, adoptando o seu modo de pensar igualmente com particularismos próprios. Nomeia-se como um destes autores Filipe Neri Sousa Avelar. Geralmente identificado como legitimista, empenhado na defesa de D. Miguel como rei de Portugal, o seu ideário serviria para fundamentar os seus régios direitos. Usou para isso uma tríplice argumentação — histórica e jusnaturalista, coroada com a invocação da providência de Deus como ponto culminante do seu modo de pensar. Pelo lugar que esta ali ocupava mais que pela economia do discurso que, como o autor referiu, se centrava nos princípios do Direito natural, pareceria ser adequado colocá-lo entre o número dos teocratas, embora se tenha consciência de ser uma opção discutível.

Na apresentação do seu pensamento em defesa dos direitos de D. Miguel recorreu, tal como Faustino da Madre de Deus, às Leis Fundamentais e às Cortes de Lamego onde foram promulgadas. Ora, invocar estes factos do passado para reforçar a defesa de uma situação do presente não deixa de ter um duplo sentido. Por um lado indicia que a legitimidade política tinha, segundo ele, raízes históricas. Por outro que essa mesma legitimidade resultava da permanência dessas mesmas raízes. Ou seja, o discurso histórico tomava o sentido do discurso da tradição que, sem pretender um retorno ao passado, tornava presente esse mesmo passado. Assim o entendeu, em parte, Filipe Neri Soares de Avelar ao publicar o seu opúsculo de apoio a D. Miguel como rei de Portugal. Segundo o autor, «os portugueses deram o trono em 1139 ao seu primeiro e ínclito monarca e fizeram nas Cortes de Lamego as primeiras Leis Fundamentais da monarquia» e deram-no sucessivamente a D. João I e D. João IV¹⁷. Por fim, continuava o Autor, usaram desse mesmo direito, reconhecendo D. Miguel como seu legítimo rei e senhor chamado ao trono por essas mesmas Leis no preciso momento em que seu pai faleceu, 10 de Março de 1826.

Contrariamente ao que se poderia pensar, estes casos concretos da História de Portugal, no entender de Filipe Avelar, embricavam teoricamente numa doutrina universal que, também ela tivera expressão durante o consulado pombalino. Referimo-nos ao direito natural moderno longamente invocado na sua filiação pufendorffio-wolfiana. Para defender os direitos de D. Miguel este autor citou Grocio, Pufendorf, Wolff e Vattel juntamente com De Real e Montesquieu para fundamentar a legitimidade do seu direito à sucessão. Entendia ele, apoiado no magistério destes autores, que a nação podia conceder ao seu chefe a autoridade e os direitos que lhe aprouvesse sem quaisquer restrições. Daqui que estes fossem idênticos aos da sociedade política que lhos atribuíra e que quando esta os depositasse nas mãos de uma só pessoa esta adquiria o título de Rei. Nas suas palavras: «Podendo a Nação conceder ao seu Chefe o grau de autoridade e os direitos que lhe parecer, ela não é menos livre a respeito do nome, dos títulos e das honras com que o quiser condecorar. Se o Chefe do estado é Soberano, ele tem na sua mão os direitos e a autoridade da Sociedade Política e, por consequência; ele mesmo pode prescrever o seu título e as honras que se lhe devem render (...)»¹⁸.

¹⁷ FILIPPE NERI SOARES DE AVELAR, *A legitimidade da exaltação do muito alto, e muito poderoso rei, O senhor D. Miguel Primeiro, ao Throno de Portugal, demonstrada por principios de direito natural e das gentes*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1828, pp. 37-38.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 18.

Soares Avelar não ficou por aqui na defesa dos direitos que pretendia defender. Invocou ainda o direito divino, lembrando que «a Coroa de Portugal não dependia senão de Deus», se bem que «só o povo tivesse o direito de eleger o rei»¹⁹ (35). Isto significa que apesar da influência do jusnaturalismo moderno, o Autor professava a doutrina da origem divina do poder. Este seria transmitido mediatamente ao rei por intermédio do povo. Além disso, sendo Deus «o Supremo árbitro dos impérios»²⁰ e o homem «árbitro do mundo» prescrevia a todos os seres regras universais que a todos obrigavam. Daqui que, em última análise; o Autor sem descurar a História, nem a modernidade jusnaturalista, mantivesse a tradicional fé na acção providencialista da divindade. Sendo assim, a ideia de não-tempo, de eternidade, sobrepunha-se à peregrinidade da evocação da história e do direito natural, a qual transmitia uma imagem parada de tempo. Sendo assim, colocava a política no plano abstracto e a-temporal dos princípios, fora do concreto da sua prática.

António Joaquim de Gouvea Pinto trouxe uma outra amplitude ao providencialismo político, apenas esboçado pelos autores anteriores. Salientou que Deus ao criar o primeiro homem criara igualmente o primeiro rei e confiara-lhe a autoridade, a eleição e o domínio que lhe eram adequados. A partir daqui concluía que «reinam os reis não por eleição humana, não por capricho nem por pacto livre dos homens, não por necessidade nem por acaso, mas pelo mesmo Deus que os elege com eleição eterna»²¹. Deu-lhes um poder absoluto e instituiu a sucessão como meio quase exclusivo de garantir a continuidade do seu poder e de consagrar a hereditariedade do trono como a forma mais perfeita do cumprimento dos seus desígnios. Os legisladores portugueses acataram restes princípios e deram-lhes forma de lei. Assim se decretou a legitimidade e legalidade da doutrina segundo a qual «o príncipe soberano recebendo de Deus imediatamente o supremo poder e autoridade, não reconhece na terra superior algum temporal (...) que está livre da força coactiva da lei, porque a lei tem toda a sua força do poder do príncipe (...) que é sobre a lei e que nenhuma por ele feita o pode obrigar»²².

Estavam assim enunciados os princípios fundamentais da monarquia pura de origem divina que poderia ser eterna. Não porque não admitisse reformas. Mas porque estas não podiam contrariar as «leis fundamentais da monarquia» que garantiam a forma de governo «estabelecida por Deus em Portugal»²³. Gouvea Pinto plasmava deste modo a ideia de eternidade na doutrina enunciada. Esta recebia de Deus a sua imutabilidade e tal como ele, estava fora do tempo. Isto não significava que a partir daqui não enunciasses a possibilidade de um contínuo aperfeiçoamento das instituições políticas e que, por isso mesmo, não demonstrasse sensibilidade ao devir histórico e, daí, à prática política que fora seguida ao longo do tempo, tanto em Portugal como

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 35.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 41.

²¹ ANTONIO JOAQUIM DE GOUVEA PINTO, *Os caracteres da monarquia, Expostos em resumo, para o fim de mostrar ao mesmo tempo a preferência, que ela merece entre as mais formas de Governo. Offerecidos a Sua Magestade Elrei D. João VI, N. Senhor*. Lisboa, Na Impressão Regia, 1824, pp. 6-7.

²² *Idem, ibidem*, p. 27.

²³ *Idem, ibidem*, p. 29.

em diversos países. Criticava-a ou defendia-a, tendo como referência os princípios acabados de expor. E mais. Apontava os efeitos calamitosos que haviam decorrido da sua não observância. O sentido da temporalidade que acompanha a imagem fluida de tempo atravessava todo o seu discurso, tendo como pano de fundo nunca esquecido a ideia de eternidade. Seria esta, aliás, a dar sentido à vida que se vivia.

Torna-se interessante salientar que no quadro da monarquia pura de direito divino, característico de uma certa modernidade, desponta a contemporaneidade representada pelo devir no tempo e que alguém que defendia estas ideias se tornasse num acérrimo defensor da legitimidade de D. Miguel. É verdade que para o fazer invocou as Leis de Lamego e os princípios do direito público português, além da providência e do direito natural e das gentes, socorrendo-se ainda do discurso histórico para tornar claro que D. Miguel tinha o poder *ipso jure*, sem necessitar nem de aclamação nem de coroação e que a convocação de Cortes nem era de Direito fundamental nem elas teriam voto deliberativo para defender a sua legitimidade como rei de Portugal, aliando neste caso concreto, o temporal e o eterno para atingir o seu objectivo²⁴.

Idêntica aliança entre a eternidade da lei e da providência divinas e a perenidade da Leis Fundamentais da monarquia encontra-se, se bem que em termos diferentes, em José Agostinho de Macedo e em Frei Fortunato de São Boaventura. Para o primeiro, religião e política eram faces de uma mesma moeda, o que significava que encarava a política como uma das facetas da perspectiva de todo o real. Daqui resultava uma interpretação providencialista da política e dos acontecimentos políticos. Neste último sentido escreveu: «A Divina Providência que tão visivelmente vigia sobre os destinos de Portugal, guardava a vida do seu legítimo soberano no coração, como guardou no templo de Jerusalém o Menino Jesus (...). Por um fio de milagres nunca interrompido, contra a esperança, contra as manobras péssimas dos seus gorados inimigos, conduziu D. Miguel ao Reino (...) para o assentar no trono dos seus maiores»²⁵. Os factos políticos, nomeadamente o regresso do legítimo rei a Portugal resultavam, pois, da aliança simultânea do providencialismo divino e do «voto e proclamação unânimes do povo»²⁶.

Sendo assim, defendeu a legitimidade de D. Miguel contra as expectativas dos defensores da soberania de D. Pedro. De forma positiva, apoiou-se, para isso, nas Leis Fundamentais aprovadas em Lamego e nas decisões dos Três Estados do Reino quanto à ordem da sucessão. Recorrendo a argumentação de cariz negativo, criticou os revolucionários vintistas e cartistas, acusando-os de terem ultrapassado decisões seculares referentes à monarquia portuguesa. Acusou-os de rebelião e de terem levado a cabo um movimento «democrático e republicano» contrário à tradição e à legalidade²⁷.

²⁴ Veja-se *Idem, Demonstração dos direitos, que competem ao Senhor D. Miguel I. sobre a sucessão da Coroa de Portugal, legitimidade da sua aclamação feita pelas Câmaras do Reino com o Clero, Nobreza e Povo: autoridades destas Câmaras, e das Côrtes de Portugal, a este respeito*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1828.

²⁵ JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, *Refutação do monstruoso, e revolucionário escripto impresso em Londres intitulado Quem he o Legítimo Rei de Portugal? Questão portugueza submetida ao juízo dos homens imparciaes*, Londres impresso na officina portugueza 1828, Lisboa, Na Impressão Regia, 1828, p. 63.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 63.

²⁷ Cfr. *Idem, ibidem*.

No caso em apreço, mostrou-se adepto da perenidade dos textos fundadores e da possibilidade da sua perene utilização. Parece evidente, portanto, que lhe faltava sensibilidade para integrar no seu discurso a imagem fluida de tempo própria da dinâmica histórica e permanecia adepto do valor abstracto do temporal. Era neste que enquadrava o relato dos acontecimentos como singular expressão de determinações aprovadas de uma vez para sempre. Fundamentava a legitimidade de D. Miguel em resoluções tomadas no passado que se acreditava pertencerem ao presente. Caracterizava-as a perenidade e não a historicidade. José Agostinho de Macedo transmitia esta forma de pensar quando se referiu ao paralelismo entre as declarações das Cortes de Lamego e a sua própria actualidade: «Não queremos outro rei senão D. Afonso Henriques disseram aqueles primeiros portugueses; não queremos, dizem os portugueses existentes, senão o mui alto e muito poderoso rei e soberano, o senhor D. Miguel I, que Deus visivelmente prospera e que Deus por sua paternal providência nos conservará»²⁸.

Esta dupla legitimidade resultava da acção criadora de Deus ao criar o homem como um ser social. Por isso, ele era essencialmente um ser «nascido para a sociedade dos seus semelhantes»²⁹ pelo que todos os aspectos da sua sociabilidade, inclusive a política, estavam marcados indelevelmente na própria natureza. Por sua vez, cada associação tinha em si regras próprias que faziam parte da sua essência enquanto tal. Sob o ponto de vista político, por exemplo, não tinha sentido falar de uma constituição nova, já que a constituição era em si mesma perene, como perenes era cada um dos seus membros³⁰. Consequentemente, Deus não era apenas o criador da sociedade mas também o seu legislador. Sem as suas leis ela caminhará para a dissolução. A partir daqui, Agostinho de Macedo concluía que a realidade temporal das nações era o reflexo da sua essência perene: «Há quase sete séculos que a nação não reconhece, nem tem, nem quer ter outra Lei Fundamental mais que o Pacto primordial de Lamego, conservado intacto»³¹.

Frei Fortunato de São Boaventura não se afastou significativamente desta forma de pensar quer em geral quanto à aliança da política e da religião, quer em particular em relação às Leis Fundamentais e às Cortes de Lamego, apesar de não estarem na origem da realeza de D. Afonso Henriques, pois que «muito antes que o saudassem e aclamassem rei no Campo de Ourique»³² já era reconhecido como tal. As Cortes apenas haviam confirmado pelo direito, o que já existia de facto. O poder régio tinha origem divina: «o rei dos reis comunica o seu poder e autoridade aos reis da terra»³³, afirmava, apontando para o enunciado da origem divina directa e imediata da soberania.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 79.

²⁹ *Idem, Bazes eternas da Constituição Política achadas na cartilha de Mestre Ignacio*, Lisboa, Impressão Rua Formosa, 1824, p. 38.

³⁰ «Não pode fazer-se uma constituição nova porque ela está feita e depositada eternamente na mesma essência e natureza do homem», dizia (*Idem, ibidem*, p. 40).

³¹ *Idem, Refutação...*, cit., p. 13.

³² FREI FORTUNATO DE SÃO BOAVENTURA, Lisboa, Tip. Maygrense, 1829, n.º 6, p. 24.

³³ *Idem, Instrução Pastoral do Arcebispo de Évora aos seus diocesanos sobre a obediência que devem ao mui Alto e Poderoso Senhor D. Miguel I*, Lisboa, 10 de Junho de 1632, p. 6.

Pelo mesmo princípio — a vontade de Deus — a monarquia hereditária era a mais conforme com a sua natureza. E também ela fora criada por Deus. Por seu lado, a «reunião indissolúvel do rei com o povo português»³⁴ prescrita pelas Leis Fundamentais era expressão da unidade política hierarquizada com raízes na teoria da origem divina directa e imediata da soberania régia e nos atributos dos reis. Enfim, a aliança da religião e da política até aqui enunciada sob o ponto de vista teórico, tinha incidências práticas, caracterizadas pela excelência da sua caracterização. Atente-se no sentido destas palavras: «Felizes, dourados tempos e eternamente saudosos foram por certo esses dias em que os portugueses foram unânimes em dar a César o que é de César, sem faltarem nunca á outra dívida mais forte e mais sagrada qual é pagar a Deus o que é de Deus»³⁵.

Na continuidade da sua reflexão, Frei Fortunato lembrava que Portugal havia vivido «seiscentos anos de monarquia» que haviam sido seiscentos anos de «glória», por ter mantido a fé na prudência e misericórdia divinas³⁶. Havia sido «as doutrinas subversivas e destruidoras da ordem social» que haviam aberto o caminho às heresias religiosas³⁷ ou porque punham em causa as verdades imutáveis da religião ou porque não respeitavam os justos limites da jurisdição de cada uma delas. Nestes termos, criticava a «abusiva» intervenção dos poderes políticos na vida da Igreja, de clara influência regalista, assim como identificava os liberais pela sua impiedade pois «desertando da bandeira da lealdade, desertavam igualmente da bandeira da fé»³⁸. Só D. Miguel e o que ele representava em termos políticos, seriam abençoados por Deus, por estarem de acordo com a sua doutrina. À Igreja e a si próprio como um dos seus membros pertencia defendê-los para que renascessem os dias gloriosos em que Portugal tornasse de novo a ser a «nação mais católica do universo»³⁹.

Não restam dúvidas, se dúvidas pudesse haver, que a imagem última de tempo perfilhada por Frei Fortunato de São Boaventura era a da eternidade. Imbuído da ideia de que Deus estava presente e explicava a existência e a vida dos seres humanos só ela lhes dava sentido e sem ela tudo seria nulo. Ao mesmo tempo, parece intuir que o não-tempo, a eternidade, que afinal se identificava com a divindade, não excluía a vida no tempo se vivida de acordo com os princípios da religião cristã, em todas as actividades humanas, nomeadamente na política. De igual modo, parece igualmente poder intuir-se dos seus escritos que à Igreja pertencia uma função social, se não política, que desempenharia mediante uma aliança com o estado, dentro dos parâmetros da jurisdição de cada um.

³⁴ *Idem*, *Gazeta de Lisboa*, 8 de Julho de 1828.

³⁵ *Idem*, *Instrução pastoral...*cit., p. 1.

³⁶ *Idem*, «Protestação do Arcebispo de Évora, Fr. Fortunato de S. Boaventura contra o scisma declarado em a cidade do Porto», VISCONDE DE SANTARÉM, *Correspondência Política e Diplomática*, p. 517.

³⁷ *Oração Gratulatória que na solemne acção dos habitantes da Cidade de Coimbra endereçaram ao todo poderoso, por verem restituído a Portugal o Senhor D. MIGUEL I. O Desejado recitada em a Igreja Parochial de S. João de Almedina a 11 de Maio do presente anno por Frei Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcoçaba*, Coimbra, Real Imp. da Universidade, 1828, p. 3.

³⁸ *Idem*, *Protestação...*cit., p. 519.

³⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 518.

A estes nomes outros se poderiam juntar alargando o campo da reflexão. Lembremos os de António Ribeiro Saraiva e de José da Gama e Castro, assim como o do próprio D. Miguel, se bem que não raras vezes entre eles o discurso da perenidade sobreleve o da eternidade. Embora os seus particularismos, sem dúvida por isso mesmo, enriquecessem esta abordagem, o essencial da problemática terá ficado suficientemente delineado para poder ser aprofundado na temática que se pretendeu focar. Isto é, a ideia de eternidade como um dos aspectos a salientar no pensamento contra-revolucionário nos seus atributos compreensivos-interpretativos, assim como na comparação que é possível estabelecer com as ideias de perenidade, de temporalidade e, enfim, no confronto com a emergência do temporal.

ARTE NACIONAL: CONCEITO E FUNCIONALIDADE

1. Nação: descoberta e reinvenção

A nação é uma identidade colectiva que apela a um discurso sobre a unidade, a originalidade e a diferença. Independentemente de se reportar à «vontade geral» ou ao sentimento de pertença a um povo (com a sua língua, raça, história e cultura), apresenta-se como uma *comunidade imaginada* (Benedict Anderson). A identidade nacional é um fenómeno mental, *aprendido*, que não depende automaticamente de factores geográficos, étnicos ou religiosos, mas apenas da vontade colectiva de viver em comum. Anne-Marie Thiesse dá uma forma extrema a esta ideia: «A nação nasce de um postulado e de uma invenção. Mas só se mantém viva com a adesão colectiva a essa ficção.»¹

As diferentes histórias nacionais contêm um traço comum da maior importância: a denodada procura e *reinvenção* de uma cultura própria. A criação das culturas nacionais constitui uma corrente internacional recente, que assenta, de modo paradoxal, na invenção de mitos da sua antiguidade. Nasce num pequeno grupo de pessoas cultas, mas propaga-se com rapidez, até se tornar, em poucas décadas, num movimento de massas. A partir de meados do século XVIII, a identidade nacional afirmou-se como um princípio criador original, ao estabelecer uma nova teoria da cultura, que tende a substituir, como referência, a Antiguidade greco-romana pelas épocas bárbaras das origens remotas da nação. A nação está no Povo, «fóssil vivo» desses primeiros antepassados. É ao Povo e à sua cultura que se torna necessário «regressar» para encontrar os fundamentos da Nação.

Como facilmente se compreende, a reinvenção das culturas nacionais relaciona-se intimamente com a descoberta dos próprios países: descoberta da história, dos heróis, do Povo e da própria paisagem. Se o patriotismo não é senão o «amor das nossas coisas», principalmente, como é natural, daquelas que melhor nos identificam, distinguem e exaltam, tal afeição supõe um conhecimento razoável do País, que no princípio do século XIX manifestamente não existia. Nem a História, nem a Literatura,

¹ Anne-Marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 18.

nem a Antropologia, nem os estudos artísticos e patrimoniais ofereciam nessa data uma visão global de Portugal.

A verdadeira descoberta de Portugal realizou-se nas décadas seguintes. Não nos referimos apenas à descoberta do património, mas à da realidade geográfica e paisagística, entusiasticamente sugerida por Almeida Garrett nas *Viagens na Minha Terra* e, em 1843, num artigo do *Jornal de Belas-Artes*: sair das cidades, abandonar a política, tomar um vapor, subir o Tejo até Vila Nova, embarcar num batel e admirar, por fim, as «águas saborosas, margens risonhas, paragens ilustradas por acções generosas, — um panorama delicioso, uma continuada mutação de cenas lindíssimas!»

O conhecimento do País não resulta apenas da soma de novas informações. Teve uma dimensão ideológica fundamental, que procurei agora aplicar à arte.

2. Feição estereotípica

Arte nacional começou por exprimir mais uma ambição do que um território. A sua ideia ganhou espaço a partir de 1840, tornou-se uma preocupação maior no final do século XIX e um desígnio obsidante durante o Estado Novo.

O tema insinuou-se a partir de dois tópicos: o estilo manuelino e a pintura dos séculos XV e XVI. Nos anos em que estas propostas nasceram para um debate que se havia de prolongar durante mais de um século, já o *Jornal de Belas-Artes* clamava pelo «regresso» ao Povo, dando os mais vigorosos exemplos literários e elogiando as aproximações de Roquemont à pintura de costumes.

A arte nacional conheceu um movimento pendular: procura de especificidades no passado, criação ideologicamente orientada no presente. À primeira vista, parecia suficiente encontrar um estilo nacional. A sofisticação da pesquisa acabou por consagrar invariantes estilísticas ou espirituais, vagas, inverificáveis, mas de grande ressonância e força mobilizadora.

Apesar da falta de discussão teórica dos conceitos, é evidente a tendência para conceber a arte como uma expressão da autonomia espiritual da nação. Ramalho Ortigão e José de Figueiredo radicaram a originalidade artística nas mesmas particularidades históricas, culturais, étnicas e mesológicas que fundamentam a independência nacional. E neste caso, a arte nacional constitui uma aporia, uma necessidade e, como os regimes autoritários e totalitários vincarão, um dever.

Um dos aspectos mais relevantes da arte nacional é o seu carácter estereotípico. Os pintores e arquitectos ouviram constantes apelos ao aporuguesamento, mas poucas indicações precisas acerca dos procedimentos

A feição estereotípica alcançou uma das máximas expressões no fenómeno da *casa portuguesa*. O estudo comparado das casas rústicas, criadas por toda a Europa nas últimas décadas do século XIX, mostra o potencial hermenêutico do enfoque nacional. Divididos pela ideologia, os defensores e os adversários da *casa portuguesa* discutiram sem se ouvirem. O regionalismo arquitectónico não configura apenas uma reacção à industrialização ou uma apologia do regresso ao campo. Demonstra a capacidade de o mundo rural sustentar uma cultura nacional.

A emergência de *casas nacionais* em países tão distintos como França, Hungria, Polónia, Finlândia, Suécia, Rússia, Roménia e EUA evidencia a necessidade de integrar

a *casa portuguesa* num contexto internacional e, em vez de perseguir uma mirífica base etnográfica, compreender que se está perante uma reinvenção, aliás nunca negada por Raul Lino. Surgida como hipótese no final do século XIX e relegada pela dúvida etnográfica durante mais de uma década, foi por fim criada pelos arquitectos e pelas revistas da especialidade a partir sobretudo da segunda década do século XX, quando Rocha Peixoto já havia demonstrado a sua inconsistência tradicional.

A confusão com a arquitectura popular constitui, aliás, um dos mais persistentes equívocos. A *casa portuguesa* é um eclectismo pseudo-vernáculo e, como todos os eclectismos, privilegia o decorativismo. A sua longevidade tem uma expressão artística irrecusável, mas restaria incompreensível se não se observasse o seu fundamento nacional. A confusão com a arquitectura do povo manteve-se apesar da pronta resposta dos etnólogos e do estudo exaustivo do Sindicato dos Arquitectos nos anos cinquenta. O mito resistiu às verdades conhecidas porque é a expressão do ideário neogarrettiano e de um entendimento eclético da arquitectura e porque se converteu num dos mais persistentes abrigos da retórica da tradição, consagrada pelo movimento das nacionalidades.

3. Neogarrettismo

Neogarrettismo é o termo que melhor designa o encontro entre a literatura, a pintura e a própria fotografia na transição para o século XX. Ainda antes de Silva Porto pintar as suas cenas rurais e de Alberto de Oliveira invocar o nome de Garrett, Júlio Dinis criou um universo neogarrettiano *avant la lettre*. Os seus quatro romances revelam uma preferência pelos ambientes rústicos, apesar de só os conhecer de estadas curativas. O que ressalta nos seus livros, «romances de costumes que têm a aparência ou a solução de romances de amor», na perspicaz observação de José-Augusto França, é «a doçura duma vida patriarcal em que a Natureza se apresenta como garantia da honestidade dos caracteres»².

Júlio Dinis marca um caminho, que nos anos de 1891 a 1894 se alargou com os contos de *Os Meus Amores*, de Trindade Coelho, os poemas de *Os Simples*, de Guerra Junqueiro, as crónicas de *Palavras Loucas*, de Alberto de Oliveira, e a emergência da questão da *casa portuguesa*, modos convergentes de expressão de uma *pax rustica*.³

Em nenhum pintor essa *pax rustica* foi tão exuberantemente exposta e geralmente reconhecida como em José Malhoa. Não nos referimos, como é evidente, à pintura de história, que ocupa um lugar secundário na sua obra, nem às representações da burguesia urbana, raras, ou das paisagens, mais frequentes no início da carreira. O José Malhoa consagrado pela opinião ilustrada do tempo é o que pinta o povo, sobretudo o povo rural. A despeito de outras qualidades, foi a capacidade de recriar o universo campestre, segundo uma visão neogarrettiana, que atraiu as atenções e fidelizou os seus admiradores.

² José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 426.

³ Expressão usada por José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, p. 554.

O mundo rural esteve na origem do alegado portuguesismo, um dos tópicos mais consensuais criados em torno de José Malhoa. A ideia de que seria «o pintor mais português de Portugal» acentuou-se particularmente na década de 1890. Valorizou-se até ao exagero o facto de não ter sido pensionista no estrangeiro, como se isso o tivesse afastado de influências nefastas e garantido a expressão de um «puro portuguesismo», do «génio da raça». ⁴ A *Comédia* de 2 de Junho de 1902 considerou-o o «mais nacional de todos os pintores portugueses, aquele que menos se deixou influir pelas imitações do estrangeiro, e que melhor interpreta o sentimento da nossa boa terra cantante e luminosa». E quase cinquenta anos decorridos, Egas Moniz escreveu que a sua «pintura é Portugal».

«As imagens contaminam», assinala António Sena, referindo-se à mútua influência da pintura e da fotografia. «As semelhanças «artísticas» entre as fotografias de Marques Abreu ou Alvão e a pintura de José Malhoa (1855-1933) — desde «*Cócegas*» (1904), passando por «*Só na Aldeia*» (1911), até «*Paleio*» (1930) — não são apenas temáticas. São afinidades mais profundas que permitem supor alguma admiração e atenção recíprocas.» ⁵ É esta sintonia das artes que pretendemos destacar. O gosto naturalista e pictorialista criou em fotografia, como José Malhoa realizou na pintura, uma identidade portuguesa recortada nas paisagens, nas gentes e nos costumes essencialmente rurais.

4. Temas e essências

No desenvolvimento da arte nacional, tal como no dos próprios ideários, a última década de Oitocentos marca uma viragem. A revista *Arte Portuguesa*, publicada durante o ano de 1895, evidencia uma tendência para passar da pesquisa histórica de uma «estética portuguesa» para a sua aplicação prática. Pela força que assumem, os modos de nacionalização da arte são o elemento verdadeiramente inovador deste periódico e da sua época.

Os temas foram o principal modo de nacionalização da arte durante os séculos XIX e XX, em parte porque eram uma via directa de acesso à cultura popular: melodias populares, na música; vivências campestres, na pintura; a *casa portuguesa*, na arquitectura. Os discursos sobre a identidade artística portuguesa assumiam um carácter hipotético ou conjectural e exerciam-se no âmbito concreto de autorias, estilos e particularidades decorativas.

Na transição para o século XX, a procura de uma arte nacional refinou os seus processos. Reconheceu-se que a simplicidade de um estilo arquitectónico não satisfazia o objectivo de encontrar uma autonomia espiritual estruturada, aplicável a todos os campos da cultura e a todos os momentos históricos. As convicções nacionalistas passaram a tolerar menos a dúvida e o carácter transitório das especificidades, acabando por impor discursos assertivos e interpretações essencialistas.

⁴ Paulo Henriques, *José Malhoa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p. 164.

⁵ António Sena, *História da Imagem Fotográfica em Portugal (1839-1997)*. Porto, Porto Editora, 1998, pp. 216 e 217.

A leitura essencialista da identidade artística portuguesa emergiu da busca de uma «escola portuguesa de pintura», ao tomar traços caracterológicos que a aproximam de outros ramos da cultura. Enquanto se recriava o tópico da saudade, José de Figueiredo inaugurava o estudo dos painéis de Nuno Gonçalves afirmando, em 1910, que «a arte portuguesa, conformemente ao temperamento da nossa raça, é uma arte calma, docemente contemplativa»⁶. Daqui decorreu a ideia de um sentimento estético português, que Reynaldo dos Santos perseguiu com vigor até 1970.

Este foi, aliás, um dos autores que melhor correspondeu às novas tendências, colocando a sua reputação científica ao serviço de um desiderato intrinsecamente nacionalista. A ele se devem as sínteses acerca das «constantes de sensibilidade artística portuguesa», de validade trans-histórica, expostas em artigos intitulados *O Espírito e a Essência da Arte em Portugal* (1941) e o *Carácter da Arte Portuguesa Através dos Tempos* (1961).

Reynaldo dos Santos aplicou à arte o «nacionalismo científico» defendido pelo antropólogo Mendes Correia. Tratava-se de engrandecer a pátria através dos estudos artísticos, revelando a personalidade da nação. É também em termos caracterológicos que o portuguesismo é definido por Luís de Freitas Branco e Santiago Kastner na música (lirismo, idealismo e simpatia, para o primeiro; ternura, saudade, grande humanidade e simplicidade, para o segundo), por Jorge Dias na antropologia cultural (simpatia, espírito sonhador e imaginativo, embora com sentido prático, capacidade de adaptação e ausência de sentimento rácico), por Jaime Cortesão na história (hombridade, plasticidade amorável e inquietação) e por Joaquim de Carvalho na cultura (constância multissecular, substrato afectivo e tendência saudosista).⁷

A procura das essências conduziu a identidade nacional a um plano conceptual tão etéreo que se tornou possível unir, num único discurso, convicções artísticas, ideológicas e políticas. Serve de exemplo o ensaio de Eduardo Malta sobre Nuno Gonçalves, considerado um pintor original, *insofismavelmente* português, verdadeiro «pintor-modelo de uma raça»⁸. Nuno Gonçalves apresenta-se, em 1932, como o *chefe*, o unificador da pintura portuguesa, o guia de todos os pintores, aquele que acabaria com os percursos transviados e mostraria a *verdade* na arte, que então se procurava também na política.

A defesa intransigente de uma identidade artística nacional conduziu a tentativas de imposição de normas estéticas. Até ao fim do século XIX, as indicações revestem-se de um carácter benigno. Adquirem um arroubo exclusivista durante o neogarrettismo. E chegam a constituir uma obrigação do Estado nos regimes autoritários e totalitários.

⁶ José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa, 1910, pp. 134-135.

⁷ Jorge Dias, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, conferência originalmente proferida em 1950; Joaquim de Carvalho, *Compleição do Patriotismo Português*. Coimbra, Atlântida, 1953; Jaime Cortesão, *O Humanismo Universalista dos Portugueses*. Lisboa, Portugalia Editora, s.d.; Teresa Cascudo, «Razão vs. Quimera na musicologia portuguesa da primeira metade do século XX», in: António Pedro Pita e Luís Trindade (coord.), *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português (1900-1950)*. Coimbra, Ariadne Editora/CEIS20, 2005, sobretudo pp. 408 e ss.

⁸ Eduardo Malta, *Nuno Gonçalves*. S.l., s.e., 1932, pp. 13-15 e 21.

O que antes era um movimento liderado pelos intelectuais passou gradualmente a ser assumido pelos políticos. As propostas converteram-se em exigências. A arte nacional oficializou-se. Raul Lino e o pintor Severo Portela Júnior pediram ao Estado que controlasse a actividade artística.

5. Antimodernismo

É no enfoque nacional oitocentista que se encontram as raízes mais profundas do antimodernismo desenvolvido nos regimes totalitários. A animosidade contra o estrangeiro, observada em algumas passagens de Almeida Garrett, apresenta uma cordialidade que as primeiras décadas do século XX substituirão por um tom cada vez mais irascível. O antimodernismo tem várias motivações. Uma das mais importantes é precisamente o seu internacionalismo. Em Portugal, entre os anos vinte e sessenta, a arte moderna foi atacada em nome da beleza, da moral, da raça, da civilização ocidental, do cristianismo e da própria nação. Mas foi nas décadas de trinta e quarenta que a lógica nacional conduziu à tentativa de estatização do antimodernismo, patente em escritos de Raul Lino, Fernando de Pamplona e de António Ferro.

Creio poder falar-se de um *antimodernismo nacionalista*, no qual os aspectos políticos sobrepõem as considerações estéticas. A alegada consagração da arte moderna, realizada por António Ferro e pelo SPN/SNI, não é mais do que a estatização parcial do antimodernismo. A tendência para recusar a arte moderna, patente em máximo grau no nazismo e no estalinismo, assumiu no Estado Novo uma feição menos radical nas suas consequências. Se a análise estética deste processo ainda levanta dúvidas, a dimensão ideológica é indiscutível. Basta ler a obra integral de António Ferro para concluir que abandonou o modernismo quando adoptou o nacionalismo. E que foi como nacionalista que, à frente do SPN/SNI, procedeu à domesticação da arte moderna. Dele se pode dizer, portanto, que foi modernista contra a nação e nacionalista contra o modernismo.⁹

6. Contra a arte nacional

A arte nacional é uma corrente que nasce amigavelmente nos anos de 1840, cresce no meio século seguinte e torna-se caudalosa, exclusivista, arrastando artistas, intelectuais e políticos. Chegou a parecer unânime. Mas, em cada época houve autores isolados, por vezes quase silenciosos, que se ergueram contra o «preconceito nacionalista». Já lhe chamei «uma ilustre linhagem»: Athanasius Raczyński, que diminuiu a importância desse enfoque; Joaquim de Vasconcelos, que atacou a fixação nacionalista no estilo manuelino e preveniu contra a «ignorância vaidosa para maior glória da Pátria»¹⁰;

⁹ Foi precisamente o que escrevemos e tentámos provar no artigo «António Ferro e a propaganda nacional antimoderna», in: Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (coord.), *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, pp. 289-299.

¹⁰ Joaquim de Vasconcelos, *A Pintura Portuguesa nos Séculos XV e XVI*. Porto, 1881, pp. 9 e 35.

Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, que ostensivamente a ignoraram; Fernando Lopes-Graça, que no início dos anos trinta realizou o primeiro grande ataque ao portuguêsismo estereotipado, ele que haveria de cultivar intensamente a fonte popular; os jovens arquitectos do congresso de 1948, que precisavam de se libertar de um peso que os constrangia.

Foi sempre fácil mostrar a inconsistência da arte nacional. O que parece ter faltado foi a vontade. Em 1945, a expressão estética do edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra motivou uma troca de argumentos entre Cottinelli Telmo e o Conselho Superior de Obras Públicas que revelou a vacuidade em que caíra a militância nacionalista em arte. O relator do parecer daquele organismo, Rodrigues de Carvalho, defendia a necessidade de harmonizar o imóvel «com o ambiente e as tradições locais» de Coimbra e do próprio País. No entanto, convidado a ser mais explícito, não foi capaz de sair do lugar-comum, deixando ao arquitecto a tarefa de encontrar uma «ideia bem *nossa*». Um século de argumentação nacional não conseguiu ultrapassar os pontos fracos de um discurso estereotípico. Os argumentos eram menos importantes do que a motivação.

Por trás do emaranhado de caminhos, a arte nacional apresenta móveis estáveis, sintetizados por Anders Aman para a arquitectura.¹¹ Tratou-se sempre de *renovar através da tradição*. É neste discurso paradoxal que reside uma das mais importantes chaves hermenêuticas do nacionalismo artístico.

¹¹ Anders Aman, *Architecture and Ideology in Eastern Europe During the Stalin Era. An aspect of cold war history*. Nova Iorque e outras, The Architectural History Foundation / The MIT Press, 1992. (Título da edição original: *Arkitektur och Ideologi in Stalintidens Östeuropa. Ur det kalla krigets historia*, 1987).

(Página deixada propositadamente em branco)

Alexandre Ramires

COMBATES PELA IMAGEM NA HISTÓRIA DO SÉCULO XX
– UM PERCURSO PESSOAL

Terão as imagens um papel a desempenhar na investigação histórica? Poderão ser consideradas como uma fonte documental que acrescenta uma nova dimensão aos registos do passado? E como se dá a interacção com a memória individual e colectiva? Poderá o recurso à imagem fornecer à memória documentação referenciada, que lhe limite a deriva para zonas de penumbra que alteram a percepção da realidade?

Para dar a conhecer as metodologias que utilizei para responder a estas questões passarei a relatar algumas das actividades que desenvolvi nas últimas décadas, com o objectivo de atribuir à imagem a relevância que julgo poder ter para o conhecimento, reconhecendo a sua especificidade para que possa ser devidamente enquadrada e rentabilizada.

Desde a infância que a imagem exerceu sobre mim um fascínio e sedução que me fizeram utilizá-la como fonte importante de conhecimento. Numa primeira fase foi a banda desenhada, com os Mundos de Aventuras, os Zorros, os Ciclones e os Tintins, com histórias que frequentemente interagiam com a História e a Ciência, fornecendo a pouco e pouco a consciência dos momentos únicos que estávamos a viver, como a corrida para a Lua, a descoberta do DNA ou a tectónica de placas, não esquecendo as utopias sociais que pareciam inevitáveis. Ora tudo isto começava a ser visualizado através de publicações periódicas e revistas. As utopias e conceitos abstractos podiam ser associadas imagens, o que possibilitava um ritmo mais acentuado de progressão na integração de conhecimentos, e sobretudo a interligação de várias áreas de saber específico. As peças do puzzle da racionalização e interpretação da realidade compunham sínteses que nos faziam crescer.

A par da Banda Desenhada, as colecções de cromos também tiveram o seu papel. Como não recordar a História de Portugal da Agência Portuguesa de Revistas, que ainda hoje contamina o imaginário de muitos portugueses sobre a sua História. A prova disto podemos encontrá-la no filme *Non*, de Manoel de Oliveira, em que há planos que parecem decalcados directamente.

Mas a tecnologia que inundou a sociedade de imagens foi sem dúvida a televisão, substituindo aos poucos muitos dos hábitos culturais, e os imaginários a eles associados, por outras referências que mais atordoaram do que ensinaram. Embora os horários de emissão nos primeiros tempos fossem muito limitados, comparados com o que são hoje, a novidade era suficientemente forte para desviar os olhares.

Os primeiros conteúdos televisivos que me chamaram a atenção foram as séries de aventuras, como Robin dos Bosques, ou as animações do Gato Félix, do Rato Mickey, e as da Warner como o Zé Colmeia, o D. Quixote e o Pepe Legal, entre outras, e, como não podia deixar de ser, os jogos de Futebol da Taça dos Campeões Europeus e da Taça das Taças. Nesta primeira fase, nos inícios dos anos 60, a televisão tinha sobretudo uma função de entretenimento.

O outro grande fornecedor de imagens era sem dúvida o Cinema, com as matinés dos fins de semana, ou as soirées, que se frequentavam assiduamente durante as férias e, por vezes, a meio da semana. As sessões de cinema eram efectuadas em salas de dimensões apreciáveis, sobretudo se comparadas com as que as vieram substituir. Pelo menos na província, eram constituídas por dois filmes, a estreia local e um filme mais antigo que circulava até esgotar a licença de exibição de cinco anos que então vigorava.

Este registo de exibição cinematográfica permitiu o preenchimento dos imaginários do cidadão nacional com o essencial das produções cinematográficas do mundo ocidental.

São exemplos: os Westerns do cinema americano e não só, os filmes italianos, desde os Fellinis, Rosselinis e Antonionis ao peplum e ao western Spaguetti, o cinema espanhol com a Marisol e o Joselito, ou o Cantiflas do México, sem esquecer o cinema português dos anos trinta e quarenta, por vezes com propaganda à mistura, como foi o caso de «O Chaimite» de Brun do Canto, ou com os noticiários que antecediavam algumas exposições. Em suma, com o cinema os imaginários iam circulando à escala global e antecipavam o que é hoje a oferta multifacetada de produtos visuais.

Contudo, em actividades culturais que integravam o cinema como objecto, actuavam os Cineclubes que alargavam o âmbito dos produtos disponíveis para documentos com outro valor cultural e político. Assim, eram visionados alguns autores proibidos e produzidos, no âmbito do cinema amador nacional, algumas obras que exerciam a autonomia possível no regime de então. Foi por esta via, com recurso aos formatos de 8mm e Super8, e por vezes em 16mm, que foram recolhidas imagens que podem recuperar o ambiente destes anos em Portugal. Infelizmente o trabalho de inventariação e recolha destes documentos não está feito. O super 8 também foi utilizado na luta política para projectar ao domicílio filmes proibidos como o «Couraçado Potemkine» de S. Eisenstein, entre outros.

Nos finais dos anos 60 e inícios de 70, a televisão começa a incorporar produções de alto valor cultural e científico, sobretudo por iniciativa da BBC, com uma série de nome «Civilization» sobre História de Arte, concebida e apresentada por Kenneth Clarke, curador do Museu Britânico e que aconselhava Calouste Gulbenkian nas aquisições para a sua colecção. Logo a seguir é produzida uma outra, desta vez sobre História da Ciência, «Ascent of Man», com autoria de J. Bronowski. São séries de uma enorme qualidade, ainda hoje mantêm toda a sua relevância. Infelizmente a lógica de usar, ver e esquecer fez com que sejam hoje praticamente desconhecidas. Estas duas séries passaram na televisão portuguesa ainda antes do 25 de Abril. Por cá, o que se produzia eram os trabalhos de António Manuel Baptista e Eurico da Fonseca nas ciências, os de Vitorino Nemésio, Hermano Saraiva e David Mourão Ferreira nas humanidades, e os de recolha de cultura popular levada a cabo por Michel Giacometti, com a série «O Povo que Canta».

Em 1975, no âmbito de um projecto apresentado por Michel Giacometti ao Ministério da Educação para integrar o Serviço Cívico Estudantil, o «Plano Trabalho e Cultura», tive a oportunidade de utilizar a fotografia e contactar com os primeiros vídeos portáteis para registar estas realidades que estavam em fase de desaparecimento acelerado, também por influência da televisão. Este projecto deu origem a alguns trabalhos académicos, à criação do Museu do Trabalho, em Setúbal, mas sobretudo permitiu-me, passados trinta anos, devolver as imagens registadas ao lugar onde tinham sido captadas e verificar que a recolha de imagens, atenta às transformações a ocorrer, tem um valor elevado para a memória da Cultura Local.

Este primeiro contacto com o registo em vídeo antecipou o aparecimento de tecnologias que permitiam armazenar um volume suficientemente elevado de documentos em imagem que iriam, a prazo, tornar possível associar, a praticamente a todos os conceitos fundamentais das mais diversas áreas e níveis de conhecimento, imagens com conteúdo capaz de os visualizar.

Logo a seguir envolvi-me em actividades de dinamização cultural que utilizavam o Cinema como instrumento, com a projecção de filmes em 16mm, nomeadamente com a exibição de títulos como «Las Hurdes» de Luís Bunuel, ou os filmes de Charlie Chaplin e Buster Keaton. Nestas actividades tive a oportunidade de trabalhar de perto com Joaquim Namorado, poeta e matemático, nome incontornável na actividade cultural associada à luta política.

Para a exibição de filmes de ficção e documentários com conteúdos científicos recorria-se às filmotecas das embaixadas, nomeadamente à da França, para os filmes de ciência, e à do Canadá para os filmes de animação de Norman MacLaren, entre outros.

Na sequência destas actividades integrei o Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra, onde fiz parte da direcção. A primeira prioridade, para além da organização dos ciclos de cinema, foi o registo cinematográfico, no formato Super8, dos acontecimentos que nos pareciam mais interessantes: Assembleias Magnas, campanhas eleitorais e actividades culturais.

Por esta altura o grande evento cinematográfico em Portugal era o Festival de Cinema da Figueira da Foz, que tinha particularidades únicas de acesso à produção cinematográfica mundial. São vários os exemplos: a presença de realizadores importantes à escala mundial no que respeita ao que se fazia de realmente novo no Cinema; a possibilidade de assistir às estreias dos últimos filmes portugueses, que faziam por estar prontos para ali poderem estrear; o contacto com filmes que dificilmente poderiam voltar a ser visionados, tendo em conta que o vídeo doméstico ainda não existia e, finalmente, as facilidades de estadia e participação que eram proporcionadas. Em suma, dez dias em Setembro em que se via e aprendia mais do que em todo um ano de idas ao Cinema.

Não posso aqui deixar de referir um filme que vi na Figueira em 1981, na mesma altura que conheci o seu autor, e que muito me influenciou nos trabalhos que viria a desenvolver nos anos seguintes. Trata-se de «Diálogos com uma mulher desaparecida» de Leo Hurwitz (1909-1991), aliás objecto da minha única incursão na crítica cinematográfica com um artigo publicado na revista *Vértice*. Este filme viria a ganhar o prémio do Festival de Leipzig para o filme documental, em 1981, e o prémio do FIPRESCI (federação internacional de critica cinematográfica), como também já tinha

acontecido na Figueira. De que trata, afinal? É uma montagem/narrativa com documentos cinematográficos de eventos importantes no século vinte, que vão da guerra civil de Espanha até aos movimentos pelos direitos cívicos nos Estados Unidos, recolhidos por Leo Hurwitz e pela sua mulher Peggy Lawson, que tinha como profissão a montagem de filmes. Quando Peggy morreu, em 1971, Hurwitz, já com idade avançada, 72 anos, começa a construir uma narrativa em imagem, com filmes obtidos e vividos em conjunto, tendo como resultado um registo único de interacção entre Memória filmada e História. Foi um belo exemplo de como o registo de vivências, pelas técnicas que começavam a estar acessíveis, poderiam originar obras relevantes. Infelizmente é um filme que não se encontra hoje disponível no mercado.

Na sequência destas experiências vi-me envolvido na organização de ciclos de cinema português; foi a primeira ocasião de regresso às salas do filme de Manoel de Oliveira «Amor de Perdição», depois de uma polémica exibição televisiva em quatro episódios.

O projecto seguinte foi reeditar, em Coimbra, um Festival de Filme Amador, com alguma ressonância Internacional. Foi o FIFAC, que contou uma vasta participação internacional, e que incorporou no seu júri nomes relevantes como Alves Costa, à época decano dos críticos de Cinema, e a escritora Ilse Losa. Começou no mesmo ano dos Encontros de Fotografia, mas foi interrompido depois de três anos de existência devido às intermitências que os ciclos na participação estudantil na Associação Académica sempre provocam.

Estamos num tempo em que surgem, para o cidadão comum, duas grandes revoluções tecnológicas: a do registo em vídeo, e a da informática, embora esta última ainda não tivesse capacidade para armazenar conteúdos visuais que o registo em vídeo já permitia. A minha opção foi claramente pelo vídeo. Só recentemente, e com o aparecimento dos DVD's, os computadores o conseguiram superar; foram precisos mais de vinte anos para isso se verificar. Entretanto, ainda foi possível efectuar alguns trabalhos de interacção com as várias tecnologias em presença — vídeo, computador e super8 — como foram os filmes para as peças de Teatro do CITAC e da Bonifrates, D. Duardos e Ibéria Sector 5.

Com o aparecimento da tecnologia vídeo abriram-se algumas oportunidades no mundo do ensino, tanto na formação de professores como na disponibilização de conteúdos visuais para uso em contexto educativo. Assim, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e para utilização na formação prestada no ramo educacional, foi criado um laboratório de Micro-Ensino, que tinha como função registar uma aula simulada dos candidatos a professores, identificar e analisar comportamentos e propor as melhores soluções. Nesta actividade assegurei a operacionalidade dos equipamentos. Noutra instituição, o Instituto Português de Ensino à Distância (antecessor da Universidade Aberta), prestei algumas colaborações.

O tempo era de possibilidades vastas para a utilização da imagem. Finalmente, a capacidade de dominar os conteúdos da televisão para uma utilização com conta, peso e medida, de controlar o ritmo da linguagem cinematográfica, de escolher, testar e partilhar as imagens com os conteúdos abstractos do conhecimento. Estava-se no momento de começar o trabalho de sistematização, de arquivo e disponibilização das imagens, nesta civilização que já as produzia em quantidade e qualidade, mas que não as tratava nem disponibilizava para as aprendizagens que só poderiam ter lugar na

Escola, com uma abrangência que pudesse aumentar o número de conteúdos a ensinar e possibilitar a sua inter penetração para sínteses cognitivas que dessem uma nova coesão ao conhecimento.

Como concretizar esta convicção? A oportunidade surgiu no exercício da minha profissão de professor de Física do Ensino Secundário em Portimão, na Escola Secundária de Manuel Teixeira Gomes. Numa primeira fase, rentabilizar as gravações que já tinha efectuado quando ensinei em Coimbra e em Pombal, tratá-las para o ensino da Física e da Química e depois alargar a actividade a outras áreas de conhecimento, tarefa que me foi facilitada ao integrar o Conselho Directivo para criar e gerir um arquivo de vídeo para uso escolar, que passado algum tempo já tinha níveis elevados de utilização e que conseguia responder a solicitações de outras escolas e instituições. Caminhos novos se abriam.

No começo dos anos 90 fui convidado para integrar o Centro de Recursos de Professores da Direcção Regional de Educação do Centro, com as funções de responsável pelo sector de Tecnologia Vídeo, continuando, durante quatro anos, a desenvolver as técnicas e as disponibilidades que o avolumar do arquivo de vídeo me permitiam, ou seja, responder com propostas de imagens para utilização pedagógica nas mais variadas áreas de conhecimento e níveis de ensino. Neste sentido, desenvolvi técnicas inovadoras para o tratamento e utilização do vídeo em contexto educativo e orientei acções de formação para professores para lhes dar a conhecer as novas oportunidades que se abriam, para além de os alertar para a ilusão de conhecimento que o mero contacto com as imagens gera, para a necessidade de fazer a ponte com os saberes já estabelecidos em áreas curriculares, sem esquecer a avaliação da eficácia da transmissão de conhecimentos por esta via, a fim de aferir a eficácia das imagens utilizadas. Esta actividade foi interrompida, na sua dimensão institucional, quando, na sequência da diminuição do número de professores destacados ordenada pelo Ministério de Manuela Ferreira Leite, fui impedido de continuar a desempenhar estas funções.

Em 1996 fui convidado para dirigir e implementar o que seria o arquivo de imagem da Câmara de Coimbra, — que viria a ter a designação de Imagoteca Municipal de Coimbra — e para desenvolver uma actividade que consistia na criação de eventos com dimensão visual e ao mesmo tempo organizar e disponibilizar os fundos de imagens que fosse possível reunir. Naturalmente, estas funções implicaram uma investigação sistemática sobre a História da cidade de Coimbra, as suas transformações e os seus protagonistas, e a identificação das situações e momentos em que Coimbra teve um real protagonismo na cultura, na ciência e na política, de modo a tornar possível a descoberta de fontes documentais que fizessem prova dessa relevância. Foram quatro anos de incessante actividade, num cruzamento permanente de documentos, que permitiu salvar milhares de imagens e disponibilizá-las através de exposições com o auxílio das tecnologias que, nesses tempos trepidantes de inovação tecnológica, foi possível utilizar.

Mas passemos a alguns exemplos. Nessa altura chegou à Imagoteca um volume apreciável de negativos proveniente do espólio de Fernando Marques, o Formidável, que recentemente tinha falecido. Identificar o legado era uma tarefa apreciável. Estava fora de questão passar a papel as imagens em negativo, pelo volume de trabalho que significava, não sendo por esta via possível identificar o conteúdo do fundo em tempo útil para o tornar visível, justificando assim os custos necessários à sua conservação.

Por feliz coincidência tinha surgido no mercado uma máquina que permitia, por via electrónica, ver em positivo, num ecrã de televisão, o conteúdo dos negativos (a FV-10, da Fuji): bastava carregar num botão. Foi assim possível visualizar vários milhares de negativos e verificar que este fundo era único pela amplitude e variedade dos temas e momentos abrangidos. Daqui saiu material para várias exposições, quer realizadas em Coimbra, quer fora, por exemplo: «Estado do Tempo» nos Encontros da Imagem em Braga; «Memórias das Oposições», em Coimbra; «Homenagem a Fernando Marques» feita pelo CNID (Clube Nacional de Imprensa Desportiva), na Figueira da Foz; «Há horas que são de todos», (sobre os acontecimentos do 25 de Abril em Coimbra); «Coimbra, 17 de Abril de 1969»; «Olhares Cruzados», sobre a selecção Nacional no Mundial de Futebol de 1966; «Homenagem aos Internacionais A da A.A.C.»; «Carris», sobre Eléctricos e Comboios em Coimbra; «Obras», sobre transformações físicas no tecido urbano de Coimbra, entre outras. Este Fundo regista quarenta anos de História Local e Nacional de uma forma exemplar.

Ao desenvolver estas actividades deparei com algumas questões teóricas importantes, como a de avaliar o grau de credibilidade e rigor a que se pode aspirar na interpretação das imagens e o que fazer para as integrar na memória, uma vez que esta é um processo dinâmico que incorpora de uma forma inconsciente muitos elementos estranhos. Ora, se as imagens forem devidamente enquadradas e certificadas como fontes documentais seguras, poderão ser instrumento para a tomada de consciência das metamorfoses a que estão sujeitas pela memória, e contribuir para uma melhor aproximação à realidade.

Tentei organizar a utilização das imagens ao elaborar cronologias com narrativa cinematográfica, para acrescentar uma possibilidade de arrumação das imagens capaz de reconstituir visualmente momentos e eventos de relevância social, cultural e política.

Como exemplos de cronologias visuais elaboradas para o século vinte, posso referir: «Imagens da República», elaborada com o professor António Pedro Vicente; «Cliché Garcez», sobre o fotógrafo Arnaldo Garcez, do Corpo Expedicionário Português, na 1ª Grande Guerra; «Missão Botânica, Angola 1927», com as imagens obtidas pelo professor Luís Carriso; «Arcindo Madeira, um Abraço em Traço», sobre os seus desenhos; «Memória das Oposições, 1945-1973», elaborada com a Doutora Heloisa Paulo; «A Alta que Falta», com uma reconstituição visual do que foi a Alta de Coimbra; «A construção da Ponte de Stª Clara, em 1954»; «A crise Académica de 1969»; «25 por 25 em Abril um Quartel Depois», onde se fez a reconstituição do que aconteceu no 25 de Abril de 1974 em Coimbra.

A primeira cronologia em imagem que concretizei começou a ser feita, ainda na década de 70 do *séc.* XX, com a organização das fotografias da secção fotográfica da A.A.C., para reconstituir os acontecimentos da Crise Académica de 1969. Foram depois utilizadas para as confrontar com as memórias de alguns dos protagonistas, o que me permitiu entender algumas características importantes sobre a natureza da memória, seus apagamentos, amplificações e alterações.

Para além disto impunha-se continuar o registo do quotidiano, já com recurso ao vídeo e à fotografia em 35mm: espectáculos, conferências e celebrações, com uma filosofia de registo semelhante à da Associação Europeia de Arquivo de Filmes «Inédits», que adota a necessidade de salvaguardar e conservar os registos visuais feitos por

cidadãos comuns, de modo a que no futuro exista uma recolha diversificada de imagens capazes de fornecer objectos de estudo, até para temas que hoje ainda não conseguimos antecipar.

Por esta altura foi criado o CEIS20, e foi natural enquadrar algumas destas actividades nas iniciativas públicas que o Centro começava a desenvolver, como foram as comemorações dos quarenta anos da campanha eleitoral de 1958, a exposição «Memórias das Oposições», as eleições em Coimbra (1945-1973).

Estas actividades, e as descobertas de fundos fotográficos antigos, fizeram-me tomar a consciência de que os momentos mais importantes a investigar eram os do início da imagem fotográfica, nos meados do séc. XIX, provavelmente as imagens que mais se justifica proteger para o futuro. E, para minha surpresa, Coimbra e a sua Universidade tinham aí desempenhado um papel importante. Naturalmente, estas investigações traduziram-se em exposições sobre a fotografia antiga de Coimbra: — «Revelar Coimbra» e «Passado ao Espelho» — que contaram com catálogos que ajudaram a colocar Coimbra na História da Fotografia de Portugal.

A partilha de imagens leva naturalmente à descoberta de novas, que foram aos poucos recuperando e implantando uma visão fotográfica do século vinte, com autorias que foram descobertas e investigadas, por exemplo: os trabalhos fotográficos de Belisário Pimenta, Afonso Rasteiro, Luís Carrisso, Jacinto Araújo e Silva e Fernando Marques, ou de fotógrafos nacionais como: Aurélio da Paz dos Reis, Benoliel, Marques de Abreu ou Domingos Alvão.

As minhas funções como Coordenador do Arquivo de Fotografia do Porto permitiram-me alargar o conhecimento sobre a produção fotográfica Nacional, e naturalmente fazer comparações com outros fundos que já conhecia, abrindo-me possibilidades de leituras das e nas imagens que levaram a algumas descobertas.

A actividade científica do CEIS20 permitiu o exercício de investigações, que deram origens a produções, como as Exposições «Fixar a Universidade» sobre a Universidade de Coimbra na comemoração do 3º Centenário de Camões, ou «Brasil-Portugal» sobre a 1ª travessia do Atlântico Sul, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ou a «Fotobiografia de António José de Almeida».

Todos estes trabalhos desenrolaram-se como se de Combates se tratasse, porque me parece que a imagem ainda não tem o papel que deveria ter, até por algumas publicações não incorporarem condições necessárias para uma visualização adequada das imagens. Não é claro se existe espaço para a elaboração de narrativas visuais com identidade ou se as imagens apenas se destinam a ilustrar textos. Se as publicações não dispuserem de características capazes para incorporar a imagem com a qualidade necessária, não poderemos ganhar para a imagem um lugar equiparável ao do texto escrito e, como resultado, uma interacção equilibrada e produtiva entre os dois registos.

Termino com um esclarecimento sobre o título desta comunicação. Inicialmente deveria ser uma comunicação conjunta com o Professor António Pedro Vicente sobre Fotografia e História mas, por razões de saúde do nosso amigo, tal não foi possível. Quanto se tornou claro que seria eu a fazê-la sozinho, pensei abordar um tema que me é caro, o do uso da imagem na relação entre Memória e História, mas depois julguei ser este apenas parte dum Combate mais geral pelo uso da Imagem, que seria importante fixar num texto sem imagens.

(Página deixada propositadamente em branco)

Paulo Cunha

A CENSURA E O NOVO CINEMA PORTUGUÊS

Nesta apresentação pretende-se rever as relações entre a censura e o cinema português no período pós-António Ferro. Interessa sobretudo analisar a influência da censura no percurso do designado novo cinema português, período de renovação do cinema português que se estende desde o abandono de António Ferro da política cultural e artística do Estado Novo até à remodelação da Cinemateca Portuguesa no contexto da reorganização institucional do pós-25 de Abril (1980), então dotada de autonomia administrativa e financeira.

A publicação, em 2000, do volume *O Cinema sob o Olhar de Salazar...*, coordenado pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal, assinalou simbolicamente o culminar de uma aproximação entre a ciência histórica e o cinema que foi ganhando forma durante a década anterior. De facto, esta publicação, ao reunir um conjunto de investigadores maioritariamente com formação historiográfica, representou um ponto de viragem significativo na produção historiográfica em torno do fenómeno cinematográfico em Portugal.

Os primeiros textos sobre cinema português, publicados durante as décadas de 1920-30, partiram essencialmente da iniciativa de jornalistas cinematográficos, divulgando uma natural curiosidade em torno de uma invenção técnica que revolucionara visivelmente as actividades sociais e recreativas das populações urbanas. O conteúdo destes escritos mediáticos passava sobretudo pela divulgação de informações sem grande cuidado analítico. Em contrapartida, a análise e a reflexão foram as principais preocupações das produções escritas dos primeiros intelectuais cinéfilos portugueses. Movidos por interesses artísticos e culturais, os primeiros cronistas e críticos que dedicaram especial atenção à escrita sobre cinema abordavam essencialmente as questões estéticas e éticas da máquina de filmar, denunciando simultaneamente pouco interesse pelo desenvolvimento de uma historiografia com bases científicas.

A partir da década de 40, começam a ser publicados os primeiros escritos proto-históricos. Procurando construir uma história do cinema português, estes primeiros autores limitavam a sua investigação ao inventário e registo de elementos considerados fundamentais — «filmes, figuras, factos» — sem grandes preocupações reflexivas.

A partir do final dos anos 70, começam a dar à estampa as primeiras publicações de carácter histórico subordinadas ao cinema português. Os seus autores — sem formação histórica específica — eram essencialmente cinéfilos mais entusiasmados e

empenhados no estudo do cinema português, figuras geralmente associadas a entidades públicas ligadas ao cinema, nomeadamente a Cinemateca Nacional.

Na viragem para a década de 1990 verificou-se um importante surto dos primeiros estudos universitários dedicados à temática do cinema. Um pouco por todas as áreas disciplinares, «esta temática começa a adquirir estatuto universitário, dando lugar a teses académicas focadas por diversos ângulos de análise e diferentes metodologias.»¹ De uma forma cada vez mais consistente, as temáticas relacionadas com o cinema começam a servir de objecto de estudo em disciplinas metodologicamente tão diversificadas como a Antropologia, a Psicologia, a Estética, as Literaturas ou a Arquitectura.

A chegada de historiadores ao nicho cinéfilo permitiu o desenvolvimento de uma actividade historiográfica orientada por critérios e métodos científicos até aí desconhecidos nessa área. A valorização da história do cinema retirou-a definitivamente do gueto cinéfilo e a designada «gente do cinema» perdeu o monopólio da escrita sobre o cinema português, permitindo o desenvolvimento de uma produção historiográfica independente que parte agora sobretudo de centros de investigação agregados a instituições de ensino superior.

Esta aproximação entre historiadores e a prática historiográfica em torno do cinema português ou do cinema em Portugal permitiu rever ou reler diversas teses sustentadas em publicações entretanto consagradas. Entre os períodos mais revistos pela prática historiográfica recente encontra-se o designado novo cinema português, o período de renovação da cinematografia portuguesa que marcou as décadas de 1960-70. Desse período resolvi trazer aqui uma reflexão sobre o papel da censura cinematográfica durante esse período, exercício que se pretende integrar no tema mais geral das relações de poder entre a geração do novo cinema português e o poder político de então.

a) Durante a vigência de António Ferro (1933-1949)

Entre 1933 e 1949, durante o período em que António Ferro dirigiu a política cultural e artística do Estado Novo, no momento da sua institucionalização e de reconhecido maior investimento ideológico, a censura ao cinema português fazia-se sentir sobretudo na fase da pré-produção. A monopolização dos meios de produção não permitia a concretização de nenhum projecto cinematográfico fora da alçada ou vigilância oficial.

De facto, não se conhece neste período qualquer proibição integral de um filme e são poucos os exemplos de cortes de cenas por parte da censura. Dos filmes produzidos entre 1933-1949, são publicamente conhecidos cortes em apenas dois filmes:

- *Maria Papoila* (1937), de Leitão de Barros – O filme teve cortes em algumas cenas;²
- *Aldeia da Roupa Branca* (1938), de Chianca de Garcia – O filme teve um «pequeno corte» por «imoral»;³

¹ TORGAL, Luís Reis – «O cinema português e os estudos universitários», In: TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Cinema sob o Olhar de Salazar...* Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 13-14.

² MATOS-CRUZ, José de – *O Cais do Olhar*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1999, p. 55.

³ *Ibidem*, p. 56.

Estes dois títulos foram assinados por duas das figuras cinéfilas mais marcantes das décadas iniciais do Estado Novo. Apesar de desconhecermos concretamente quais as cenas ou planos cortados, acreditamos que se trataram de cortes pouco ou nada significativos na construção fílmica das obras. Estes dois filmes constroem-se em torno de um confronto entre a valorizada imagem da mulher rural e a depreciada imagem da mulher urbana, que se reforça essencialmente nos elementos visuais. Ambos os filmes apresentam algumas sequências filmadas em espaços considerados de alguma reserva moral, nomeadamente em casas de diversão como os *cabarets*, onde as mulheres fumam e bebem de forma social e moralmente reprovável. Não estranhámos, portanto, que os planos censurados integrassem algumas dessas sequências mais sensíveis para a moral dominante da época.

Neste período inicial de acção de António Ferro e do seu Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o regime conseguiu rodear-se de um importante núcleo de realizadores que asseguraram uma produção de conteúdos geralmente condizentes com os princípios da *Política do Espírito*. Esse núcleo, encabeçado por António Lopes Ribeiro e integrando figuras como Leitão de Barros, Brum do Canto, Chianca de Garcia e Arthur Duarte, monopolizou a produção fílmica de longa-metragem ficcional. Dos filmes portugueses produzidos e estreados entre 1933-44, cerca de 75 por cento do total são da responsabilidade deste núcleo, a saber: António Lopes Ribeiro (5), Leitão de Barros (5), Jorge Brum do Canto (5), Chianca de Garcia (3) e Arthur Duarte (3).

A estratégia de António Ferro passou pelo apoio de iniciativas que se enquadrassem dentro do espírito da sua política cultural. Desta forma, os meios e os recursos humanos da recém-criada e pequena «indústria» cinematográfica portuguesa envolviam-se nestes projectos e não teriam disponibilidade para embarcar noutros.

Entre os filmes directamente patrocinados ou louvados pelo regime encontram-se títulos que comprovam a existência de uma linha programática do regime para o cinema português:

- *As Pupilas do Senhor Reitor* (1935), de Leitão de Barros – Louvado pela Inspeção dos Espectáculos como «bela expressão da arte nacionalista»;⁴
- *A Revolução de Maio* (1937), de António Lopes Ribeiro – Patrocínio da Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Interior, da Agricultura, da Marinha e da Guerra, União Nacional e PVDE;⁵
- *Ala-Arriba* (1942), de Leitão de Barros – Patrocínio do SPN, Comissariado do Desemprego/Ministério das Obras Públicas;⁶

A instituição, em 1944, dos Prémios de Cinema do Secretariado Nacional de Informação (SNI, nova designação para o SPN) representou mais uma forma de discriminação positiva. Os primeiros filmes premiados foram realizações dos membros do núcleo de cineastas afectos ao regime, assim como as consideradas jovens promessas como Perdigão Queiroga, João Mendes e Manuel Guimarães. Para além do prestígio

⁴ Ibidem, p. 52.

⁵ Ibidem, p. 55.

⁶ Ibidem, p. 65.

social do prémio, os contemplados também beneficiaram de prémios monetários que podiam ser significativos comparativamente ao custo de produção, nomeadamente no caso das curtas-metragens.

Também em 1944, a responsabilidade da censura prévia passou para a alçada do SNI. No ano seguinte, foi instituída legalmente uma Comissão de Censura que tutelava a censura teatral e cinematográfica. Esta Comissão era constituída pelo Secretário-Geral do Ministério (presidente), pelo Inspector dos Espectáculos (vice-presidente), nove vogais e um secretário. O SNI estava representado através de três delegados.

A legislação cinematográfica de 1948 — a célebre lei de protecção ao cinema nacional — impunha que qualquer tipo de exibição só seria possível após a atribuição de uma «licença de Exibição», dependente de um «visto de censura». Era a institucionalização do controlo, legislando ainda sobre a criação de salas de cinema e a segmentação etária dos filmes.

De facto, todos os principais mecanismos de discriminação — tanto positiva como negativa — aplicados à produção e exibição cinematográfica foram institucionalizados durante o período de vigência de António Ferro na direcção do SPN/SNI.

b) Os anos 50 e o singular caso de Manuel Guimarães

Após a demissão de António Ferro, o sector cultural do Estado Novo conheceu um período de clara descaracterização ideológica. Perdido o fulgor dos primeiros anos⁷, ao mentor da *Política do Espírito* sucederam José Manuel da Costa e Eduardo Brazão, cujos apagados consulados (1949-1958) ficariam marcados pela falência técnica do cinema português. O fracasso das direcções de Costa e Brazão significaria igualmente o insucesso do legado de Ferro, materializado, em 1955, com o designado «ano zero do cinema português». A saída de Ferro significou também a perda de influência e a fragmentação do núcleo de cineastas afectos ao poder.⁸

A falência da política cinematográfica de Ferro tornava-se evidente quando, logo em 1948, o prémio de melhor filme não foi atribuído. Na década seguinte, entre 1950 e 1959, num total possível de 10 prémios para o melhor filme foram atribuídos apenas 4 prémios (*Frei Luís de Sousa*, 1950; *Chaimite*, 1953; *Rapsódia Portuguesa*, 1958; *A Luz vem do alto*, 1959). Parecia evidente que o regime passou progressivamente a não se identificar com a produção cinematográfica nacional.

Apesar das expectativas motivadas pela publicação de diversa legislação que prometia o contrário, o apoio financeiro estatal ao cinema português nesta década foi muito discreto:

⁷ «Mas o tempo correu, os pioneiros envelheceram, António Ferro saiu para a diplomacia, o organismo cresceu, absorveu novas tarefas, admitiu muito pessoal que já não tinha o fogo, o entusiasmo, a imaginação (e até a fidelidade ideológica...) das primeiras horas e apenas procurava ganhar a vida.» In: CAETANO, Marcello – *Minha memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo, 1977, p. 460.

⁸ António Lopes Ribeiro abandonou as longas-metragens com *O Primo Basílio* (1959) e Leitão de Barros com *Vendaval Maravilhoso* (1949), enquanto Brum do Canto iniciava um exílio voluntário do cinema após a rodagem de *Chaimite* (1953) e Chianca de Garcia partira, já em 1938, para o Brasil.

- *Frei Luís de Sousa* (1950), de António Lopes Ribeiro – Primeiro apoio do recém-criado Fundo de Cinema Nacional;⁹
- *Eram Duzentos Irmãos* (1952), de Armando Vieira Pinto – Patrocínio do Ministério da Marinha;¹⁰
- *Rapsódia Portuguesa* (1958), de João Mendes – Patrocínio do SNI;¹¹

Em relação aos filmes censurados, não se conhecem neste período proibições integrais. Dos filmes com cortes parciais são públicos os seguintes exemplos:

- *Saltimbancos* (1951), de Manuel Guimarães – O filme teve alguns cortes da censura;¹²
- *A Garça e a Serpente* (1952), de Arthur Duarte – O filme teve cortes da censura;¹³
- *Nazaré* (1952), de Manuel Guimarães – O filme teve muitos cortes da censura;¹⁴
- *Vidas sem Rumo* (1956), de Manuel Guimarães – Uma versão original do filme foi cortada em 45%, segundo o realizador, por critérios comerciais e de censura;¹⁵

Na história do cinema português, a década de 50 ficaria marcada pela discussão em torno da figura de Manuel Guimarães, um dos casos mais singulares do cinema português dessa década. Depois de ser assistente de Manuel de Oliveira e de alguns dos mais profícuos realizadores da época, como António Lopes Ribeiro, Jorge Brum do Canto, Arthur Duarte e Armando de Miranda, Guimarães estreou-se na realização com o documentário *O Desterrado* (1949), distinguido com o Prémio Paz dos Reis, com que o Secretariado Nacional da Informação (SNI) distinguia as melhores curtas-metragens.

Dois anos depois realizou o seu primeiro filme de fundo, *Saltimbancos*, no qual, a partir dum argumento do romancista Leão Penedo, se focava a decadência dum pequeno circo ambulante. No entanto, a censura não perdoaria alguns pormenores do filme e impôs alguns cortes. Alguns meses depois, Guimarães apresentou *Nazaré* (1952), com argumento do escritor neo-realista Alves Redol, a segunda longa-metragem que retratava agora a vida difícil da comunidade piscatória daquela vila. Mais uma vez, a censura não permitiria o filme conforme fora concebido. De uma forma esperada, o regime, e a censura em particular, ainda não estavam preparados para revelar a dura realidade da vida do pescador, preferindo uma visão mais corporativista da mesma realidade.

Tal como acontecera com *Saltimbancos*, também este *Nazaré* foi desfigurado pela acção da censura prévia, em particular uma passagem que o próprio realizador muitas

⁹ MATOS-CRUZ, José de – *op. cit.*, p. 93.

¹⁰ *Ibidem*, p. 97.

¹¹ *Ibidem*, p. 109.

¹² CUNHA, Paulo – «A recepção crítica de Manuel Guimarães». In: *Cadernos do CEIS20*, no prelo.

¹³ MATOS-CRUZ, José de – *op. cit.*, p. 97.

¹⁴ *Ibidem*, p. 99.

¹⁵ *Ibidem*, p. 107.

vezes lembrou: um pescador desesperado vê-se obrigado a penhorar o próprio casaco que o agasalha para se poder alimentar e à sua família. Ao que parece, Henrique Tenreiro, presidente da Direcção da Junta Central das Casas dos Pescadores e reconhecido «patrão das pescas», ficou muito susceptibilizado com esta sequência do filme que punha em causa a imagem pública do pescador propagandeada e difundida pelo Estado Novo, o eterno trabalhador remediado que vive na alegria da pobreza.¹⁶

Mais grave seria, no entanto, o que se viria a passar com *Vidas Sem Rumo* (1956), a sua terceira longa, a partir de um argumento original do próprio Manuel Guimarães com diálogos de Alves Redol. Três anos de rodagem e uma significativa parte de cenas censuradas — autores calculam que 45% a 80% de cenas originais foram cortadas — tornaram este filme num dos casos mais tristemente célebres do cinema português. Enquanto projecto, *Vidas sem Rumo* existia pelo menos desde 1948, antes mesmo de *Salimbancos* e *Nazaré*. No entanto, a sua rodagem só começou em 1952, com um segundo argumento feito em colaboração com Alves Redol. Porém, *Vidas sem Rumo* haveria de sofrer inúmeros cortes da censura e o realizador só o deu por concluído em 1956, depois de ter filmado uma segunda vez um número significativo de cenas e de ter substituído uma actriz, para conseguir que o filme resultante tivesse ainda inteireza. Ainda assim, o filme só seria aprovado com cortes da censura.¹⁷

Sem qualquer dúvida, podemos afirmar que a censura a estes filmes de Manuel Guimarães foi movida por razões puramente ideológicas. A declarada influência da literatura neo-realista nestes filmes foi vista pelo regime como uma ameaça à sua organização e ordem política. O tratamento da crítica mais conservadora e os próprios relatórios de visionamento dos filmes pelos censores não deixam margem para dúvidas, tratava-se claramente de uma censura ideológica.¹⁸

c) A década de 60

Em 1958, Marcello Caetano, então Ministro da Presidência, entregou a direcção do SNI a César Moreira Baptista, seu fiel político, que impôs um alento renovado ao organismo. Com poucas esperanças nos realizadores no activo — a designada «geração dos assistentes» — o novo responsável pela política cultural decidiu investir em duas frentes distintas: por um lado, decide investir dinheiro do Fundo para conceber bolsas de estudo no estrangeiro a novos valores que o sector carecia; por outro lado, investiu significativamente na recém-criada televisão pública, procurando aí a formação de novos valores para a tão desejada renovação cultural.

Ao contrário do que reproduz a generalidade da opinião publicada, a década de 1960 encerra profundas contradições no que diz respeito às relações entre o regime político e a geração do novo cinema português.¹⁹ A história do cinema português

¹⁶ CLETO, Germano – *Rumos do cinema Português*. Lisboa: FAOJ, 1979, p. 24.

¹⁷ CUNHA, Paulo – *op. cit.*

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ CRUCHINHO, Fausto – «O Conselho de Cinema. Notas sobre o seu funcionamento», In: TORGAL, Luís Reis – *O Cinema sob o Olhar de Salazar...*, pp. 344-345.

entretanto consagrada e institucionalizada defende que a geração do novo cinema constituía um movimento de oposição política e ideológica ao regime e, por esses motivos, conheceu um feroz ataque por parte do poder vigente. No entanto, os recentes trabalhos de investigações têm revelado novos dados e factos que não permitem ver esse período da história do cinema português com tanta clareza.

As contradições deste período ao nível das relações entre poder político e o novo cinema começam ao analisarmos comparativamente as listas dos filmes censurados e dos filmes subsidiados com dinheiros públicos. Ironicamente, nessa lista comparativa encontramos dois filmes que são exemplos flagrantes do desacerto da nova estratégia cultural do regime: *Catembe* (1965), de Faria de Almeida, e *Domingo à Tarde* (1965), de António de Macedo, foram subsidiados pelo Fundo de Cinema Nacional e conheceram a dureza da censura. No caso do filme *Catembe*, o filme foi sujeito a 103 cortes. Tinha uma metragem original de 2400m e ficou reduzido a 1200m, apenas 48 minutos. Os cortes terão sido sugeridos pela Agência Geral do Ultramar. Todo o material cortado foi destruído. O filme acabou por não ser exibido.²⁰

Vejamos então a lista dos filmes censurados e, quando possível, as razões apresentadas para os cortes:

- *Pássaros de Asas Cortadas* (1963), de Artur Ramos – O filme teve 17 cortes impostos pela comissão de censura.

«No fundo, o filme ‘Pássaros de Asas Cortadas’ – que originalmente é uma peça de Luiz Francisco Rebello, representada dois anos antes pela Eunice Muñoz, no Teatro da Trindade – é quase como que o desenvolvimento de duas histórias, porque o filme vai ser igualmente a história da ruptura da Elsa com a sua classe social, com a família, com o amante. Evidentemente que o filme, tal como acabou por ser passado nas salas de cinema, já não tinha a força com que o queríamos, já não foi o sucesso que imaginávamos, antes pelo contrário.

Agora o que é importante, no que respeita à censura, é que esta intervém para limar todas as arestas, todas as imagens, até imagens simples, como a de um olhar para o relógio, a deixar perceber que o rico pensava estar já a perder muito tempo com o funeral da filha do chaffeur, ou a imagem de um olhar panorâmico para o copo de whisky, quando a filha percebe a estratégia do pai. Quer dizer: enquanto eu, através desses grandes planos e dessas panorâmicas, procurava transmitir essas diferenças de classe, de estatuto social, ou seja, procurava denunciar essas diferenças, a censura agia exactamente ao contrário, cortando todos os diálogos, todas as imagens, mesmo as que não tinham diálogos, que pudessem salientar o domínio de uma classe sobre outra. (...)

Digamos que nós sublinhámos mais aqueles aspectos da diferenciação de classes. E a verdade é que a peça no teatro não foi censurada, mas o filme levou dezassete cortes, cortes verdadeiros, cortes cirúrgicos exactamente nos planos ou nas cenas em

²⁰ CANDEIAS, Rodrigo – *Catembe: a «outra banda» de Lourenço Marques*. Coimbra: Trabalho de seminário de licenciatura apresentado no Instituto de História e Teoria das Ideias da FLUC, 2003.

que eu pretendia sublinhar a diferença de classes e o domínio de uma classe sobre a outra, o que evidenciava que a censura aos filmes era feita por gente que sabia de facto o que era cinema.»

Artur Ramos, 1999²¹.

- *Catembe* (1965), de Faria de Almeida – O filme foi sujeito a 103 cortes. Tinha uma metragem original de 2400m e ficou reduzido a 1200m, apenas 48 minutos. Os cortes terão sido sugeridos pela Agência Geral do Ultramar. Todo o material cortado foi destruído. A Inspeção-Geral dos Espectáculos justificou a interdição «por não ser oportuna a sua exibição».
- *Domingo à Tarde* (1965), de António de Macedo – O filme teve 4 cortes da Censura.

«O primeiro choque foi com o ‘Domingo à Tarde’. O filme ficou concluído no Verão de 1965 e já tinha estreia no Império para Outubro. Foi submetido à censura obrigatória e depois de muito tempo por lá andar foi ‘aprovado’ com quatro cortes. Dois abrangiam a sequência do ‘filme dentro do filme’, onde o ‘emissário das trevas’ destrói um crucifixo, outro era a sequência da discoteca onde duas raparigas dançam uma com a outra, acariciando-se; e finalmente o quarto era uma parte do diálogo entre o ‘diabo’ e o padre, já quase no final.

Quando o Cunha Telles (que era o produtor) me mostrou o ofício da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos, onde se anichava a censura, dei pinotes, porque aquelas amputações me obrigariam a cortar ainda mais, para não haver ‘saltos’ e continuar a manter-se algumas fluidez montagística. Além de que, é bom frisar, a crueldade máxima deste inqualificável regime que era a censura não cortava nada, impunha sadicamente ao pobre do autor que fosse ele a amputar a sua própria obra, com obrigatoriedade de ir depois, humildemente, àquela tenebrosa instituição com os pedaços cortados (provavelmente ainda a escorrer sangue) para verificação, após o que o filme seria então autorizado a circular.»

António de Macedo, 1992²².

Neste período há ainda, pelo menos, dois casos de um tipo de censura pouco habitual na época. Ao invés de cortar planos ou cenas consideradas excessivas, os filmes *A Caça* (1963) e *Os Verdes Anos* (1962) conheceram uma acção censória que passava pelo acréscimo de cenas. No caso do primeiro filme, uma curta de Manuel de Oliveira, o fim escolhido pelo realizador (a morte de uma personagem) foi considerado pessimista pela censura, que exigiu ao realizador — até porque o filme foi feito com fundos públicos — um final feliz. Perante a impossibilidade de ver aprovado o filme como o

²¹ Excertos do depoimento do realizador. In: AZEVEDO, Cândido – *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

²² Excertos do depoimento do realizador. In: *Arte 7*, n.º 5, Outono de 1992.

havia concebido, Oliveira resolveu acrescentar cerca de um minuto ao filme, precisamente o prolongamento da cena final da morte, de forma que a personagem que deveria morrer fosse salva pelos seus companheiros. No caso de *Os Verdes Anos*, os censores terão exigido ao realizador uns acrescentos em algumas sequências consideradas ambíguas e dúbias, nomeadamente em relação à orientação sexual do protagonista.²³

No que diz respeito à discriminação positiva, este período também está marcado por diversas contradições. Se *Verdes Anos*, *Rio do Ouro* (projecto irrealizado de Paulo Rocha) e *Belarmino* não receberam qualquer apoio oficial, a partir de *Domingo à Tarde* quase todos os projectos apresentados pelo produtor/realizador Cunha Telles receberam apoio do Fundo:²⁴

- *Catembe* (1964) e *A Feira* (1970), de Faria de Almeida;
- *Domingo à Tarde* (1965) e *Sete Balas para Selma* (1967), de António de Macedo;
- *As Ilhas Encantadas* (1963) e *A Caminho do Sol* (1964), de Carlos Villardebó;
- *O Cerco* (1969) e *Meus Amigos* (1971), de Cunha Telles;

Para além das produções de Cunha Telles, também outros nomes relevantes da geração do novo cinema receberam apoios financeiros à produção:

- Paulo Rocha com *As Tentações de Santo Antão* (não concretizado);
- António de Macedo com *Almada Negreiros Vivo Hoje* (1969);
- Fernando Lopes com *Uma Abelha na Chuva* (1971);
- Manuel Costa e Silva com *Vermelho, Amarelo e Verde*;
- Faria de Almeida com *Portugal Desconhecido*;

Estes dados irrefutáveis obrigam a olhar de forma atenta a intervenção do poder político durante este período, permitindo desfazer alguns «mitos» que foram sendo consagrados e reproduzidos pelas principais obras publicadas sobre a história do cinema português.

Em relação aos prémios de cinema, tal como tinha acontecido na década anterior, esta década voltou a ficar marcada pela não atribuição de prémio de melhor filme em 1963 (ano de *Acto da Primavera*, filme financiado pelo Fundo), 1966 (ano de *Domingo à Tarde*, filme financiado pelo Fundo), 1967 e 1968 (ano de *Sete Balas para Selma*, filme financiado pelo Fundo).

d) As contradições do Marcelismo

A transição para a década de 1970 ficaria marcada sobretudo por um número inédito e significativo de proibições integrais por parte da censura cinematográfica:

²³ Depoimento de Fausto Cruchinho, 20 de Novembro de 2008.

²⁴ CRUCHINHO, Fausto – *op. cit.*, pp. 344-345.

- *Quem espera por sapatos de defunto morre descalço* (1970), de João César Monteiro – Cortes da censura inviabilizaram a distribuição comercial;
- *Nem Amantes, Nem Amigos* (1970), de Orlando Vitorino – Filme exibido pela primeira vez em Portugal em 1983, na Cinemateca Portuguesa;²⁵
- *Nojo aos Cães* (1970), de António de Macedo – Filme proibido por ser considerado «perigoso e contrário aos interesses nacionais»;²⁶
- *Grande, grande era a cidade* (1971), de Rogério Ceitel e Lauro António – Filme interdito após ante-estreia no Festival de Santarém;²⁷
- *Índia* (1972), de António Faria – Proibição integral;²⁸
- *Deixem-me ao menos subir às palmeiras* (1972), de Lopes Barbosa – Primeiro filme feito no Ultramar por ultramarinos. Proibição integral;²⁹
- *O Mal-Amado* (1974), de Fernando Matos Silva – Proibição integral e negativo confiscado;³⁰
- *Sofia e a Educação Sexual* (1974), de Eduardo Geda – Proibição integral;³¹

Sobre este último, convém recuperar aqui o depoimento do realizador sobre o processo do filme com a censura:

«Tudo se passou em 1974, o ano de todos os prodígios.

Em Fevereiro, a cópia de montagem de ‘Sofia’ estava pronta. (...) Apesar do tema do filme ser inédito no panorama do cinema português e ‘ousado’, casos mais ou menos eruditos que, em nome da cultura e da modernidade, lhe deixassem passar algumas obras-primas do cinema mundial que se encontravam com ‘pena suspensa’. Lembro-me de ter intercedido, com mais ou menos êxito, em favor de Eisenstein, de Oshima, de Jean Vigo e de Glauber Rocha.

Devíamos estar em fins de Março quando fui chamado ao edifício da censura, mesmo ao lado do Instituto Português de Cinema. Fui recebido, salvo erro, por Caetano de Carvalho, que me explicou as razões que, finalmente, tinham levado à reprovação do filme. Que analisara a situação e que não era possível fazer cortes porque estes deixariam o filme sem sentido. Que as obras de arte não se deviam mutilar, pelo que era preferível pura e simplesmente proibi-las. Que, quando os distribuidores preferiam exhibir os filmes com cortes, enganando assim os espectadores, o problema era deles e não da censura, que se limitava a cumprir uma missão patriótica.»

Eduardo Geda, 1992³².

²⁵ MATOS-CRUZ, José de – *op. cit.*, p. 143.

²⁶ MACEDO, António de – *Como se fazia cinema em Portugal. Inconfidências de um ex-praticante*. Lisboa: Apenas Livros, 2007, p. 28.

²⁷ MATOS-CRUZ, José de – *op. cit.*, p. 145.

²⁸ *Ibidem*, p. 159.

²⁹ *Ibidem*, p. 149.

³⁰ *Ibidem*, p. 154.

³¹ *Ibidem*, p. 155.

³² Excertos do depoimento do realizador. In: *Arte 7*, Lisboa, n.º 5, Outono de 1992.

Destes oito títulos proibidos integralmente, não deixa de ser significativo que metade fazem referências directas ou indirectas à política colonial do regime: tanto *Índia* como *Deixem-me...* questionavam a ideia portuguesa de colonização exemplar, enquanto *O Mal-Amado* e *Grande, Grande era a Cidade* (1971) exploravam dois *faits-divers* relacionados com traumas resultantes da experiência colonial.

Para além das proibições integrais, conhecem-se mais dois casos de filmes que, apesar de ver concluída a rodagem anos ou meses antes da revolução, foram preservados e não arriscaram sequer o visionamento do exame prévio:

- *Fragmentos de um filme-esmola: A Sagrada Família* (1973), de João César Monteiro – Rodado entre 1972-73, mas estreado apenas em 1975;³³
- *Os Brandos Costumes* (1975), de Alberto Seixas Santos – Rodado entre 1972-73, mas estreado apenas em 1975;³⁴

O fim da «ilusão marcelista» coincidiu com a estreia dos primeiros filmes produzidos pelo Centro Português de Cinema com a protecção da Fundação Calouste de Gulbenkian. O apoio da Gulbenkian deu à generalidade dos cineastas da nova geração uma inédita autonomia financeira necessária para arriscarem em projectos que não necessitavam da receita de bilheteira para se financiarem.

Em Março de 1974, o Instituto Português de Cinema (IPC) — instituto público de apoio à produção cinematográfica criado pela legislação 7/71 com a clara missão de «combater» a crescente influência do CPC — apresentou o seu primeiro plano de produção que, de uma forma inédita, privilegiava abertamente um núcleo de cineastas conotados com o novo cinema português.

Em relação aos projectos de longa-metragem, foram contemplados oito de autores bem distintos:

- Manuel Guimarães (*Cântico Final*);
- Artur Ramos (*Matai-vos uns aos Outros*);
- Manuel de Oliveira (*Benilde ou a virgem-mãe*);
- António de Macedo (*O Princípio da Sabedoria*);
- José Fonseca e Costa (*Mefistófeles e Maria Antónia*);
- Paulo Rocha (*A Ilha dos Amores*);
- António da Cunha Telles (*Continuar a Viver*);
- José Sá Caetano (*Os Corpos Celestes*);

Na curta-metragem, de quarenta e um concorrentes foram contemplados cinco projectos de jovens promessas:

- Lauro António (*Vamos ao Nimas*);
- Ricardo Ruas Neto (*A Lenda do Mar Tenebroso*);
- António Escudeiro (*Os Últimos Aventureiros*);
- Sinde Filipe (*O Piano*);
- Hélder Mendes (*As Aves Migratórias*).

³³ MATOS-CRUZ, José de – *op. cit.*, p. 153.

³⁴ *Ibidem*, p. 156.

De um total inédito de vinte e três projectos apresentados, o Conselho de Cinema decidiu-se por beneficiar projectos de fundadores e membros do CPC, um estreante e um cineasta maldito, uma figura do velho cinema que procurara por várias vezes a renovação.

Hipótese de interpretação

Para interpretar estes dados contraditórios, propomos uma hipótese que passa pela valorização de um aspecto fundamental geralmente desvalorizado pelos autores das principais obras sobre a história do cinema português. A complexa teia de relações pessoais e institucionais entre elementos do novo cinema e figuras de destaque do aparelho estatal e de várias instituições privadas parece fornecer inúmeras pistas para explicar várias questões aparentemente paradoxais e inexplicáveis. A importância dos encontros informais e relações subterrâneas entre os diversos protagonistas e figurantes do novo cinema sugere jogos de cumplicidades e de influências e valoriza a *petite histoire* do cinema português como factor especulativo essencial para a compreensão de todo este período do novo cinema português. As listas de subsídios à produção, bolsas de estudo e prémios, atribuídos por instituições oficiais e privados, o desempenho de diversas funções públicas, a participação em iniciativas privadas, a cumplicidade profissional, entre outros, são factores que revelam a importância que algumas relações pessoais e institucionais poderão ter interferido no processo de afirmação e reconhecimento do novo cinema.

Entre as principais figuras oficiais ligadas à questão cinematográfica contam-se os sucessivos dirigentes do SNI/SEIT e o eterno director da Cinemateca Portuguesa.

César Moreira Baptista, depois de ter desempenhado diversos cargos de responsabilidade intermédia em vários órgãos corporativos³⁵, foi responsável máximo pelo SNI/SEIT durante praticamente todo o período de afirmação do novo cinema (1958-73). Enquanto titular desse cargo, Moreira Baptista teve responsabilidade por um esforço de promoção de tímidas soluções para a crise do cinema português (criação do curso de cinema do EUCE, atribuição de diversas bolsas de estudo), mas também pelo silenciamento do movimento cineclubista e de luta contra outras formas de oposição cinéfila. A responsabilidade pela alteração da política de subsídios do Fundo, que passou a apoiar um novo tipo de documentarismo, é geralmente atribuída a Moreira Baptista, assim com uma falta de confiança na «geração dos assistentes» que condenou o velho cinema à falência³⁶.

Pela continuidade na Direcção-geral da Cultura Popular e Espectáculos, Caetano de Carvalho tornou-se numa das principais figuras oficiais a ter responsabilidade nas relações do Estado Novo com o cinema português. Apesar de se tratar de um «homem do sistema» — consultor literário dos serviços de programação da RTP, chefe da Repartição da Imprensa Estrangeira, director dos Serviços de Informação do SNI,

³⁵ Ó, Jorge Ramos do – «SPN/SNI/SEIT», In: *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 88.

³⁶ COSTA, João Bénard da – *Histórias do Cinema*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991, p. 114.

vogal da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos —, são várias as figuras do novo cinema que reconhecem aspectos positivos na figura e na acção de Caetano de Carvalho, atribuindo-lhe uma boa conduta em relações fulcrais no reconhecimento do novo cinema enquanto cinema português. António de Macedo recorda que este dirigente procurou «ser correcto no trato com os realizadores da ‘oposição’»³⁷. No caso concreto da discussão da lei 7/71, também se reconhece a Caetano de Carvalho um esforço de estabelecer um diálogo razoável com os vários interesses corporativos do sector cinematográfico, desde a sua deslocação à sede do SNPC ao estabelecimento de contactos pessoais com algumas figuras do novo cinema, nomeadamente com Fernando Lopes³⁸. O respeito manifestado por diversas ocasiões pela geração do novo cinema e o desempenho cordial das suas funções oficiais fizeram de Caetano de Carvalho uma figura simpática na gestão de algumas questões fundamentais ao novo cinema.

Pedro Pinto, que em 1973 sucedeu a Moreira Baptista como Secretário de Estado, é outra figura a quem a generalidade da nova geração atribui um desempenho positivo para o reconhecimento do novo cinema. De forma efémera mas decisiva, Pedro Pinto presidiu ao Conselho de Cinema que atribuiu o primeiro Plano de Produção do IPC, considerado como o principal sintoma da abertura do regime ao novo cinema.

Manuel Félix Ribeiro destacou-se como o primeiro director da Cinemateca Nacional e chefe da secção do Serviço de Cinema do SNI. Apesar de desempenhar estas funções institucionais, Félix Ribeiro manteve relações de cordialidade com diversas figuras do novo cinema.

Percorridas as principais figuras oficiais ligadas à definição institucional do cinema, resta agora cruzar estes dados com as relações estabelecidas entre o regime e alguns dos elementos com percursos mais contraditórios do novo cinema:

António da Cunha Telles ingressou muito jovem na Mocidade Portuguesa, «ali permanece longos anos, até à última fase no Centro Universitário da Rua D. Estefânia»³⁹. É um dos primeiros bolseiros do Fundo do Cinema Nacional (1959) e, no regresso do IDHEC, é chamado a dirigir o jornal de actualidades *Imagens de Portugal* (1961), a direcção do I Curso de Cinema Experimental da Mocidade Portuguesa (1961) e os serviços de produção da Direcção-Geral do Ensino Primário (1961). Apesar de não obter subsídios oficiais para as primeiras produções, Cunha Telles é beneficiado para algumas co-produções e para *O Cerco*.

Como sublinha Fernando Lopes⁴⁰, Cunha Telles «tinha então uma relação muito curiosa com o Poder — era à sua maneira um homem do Poder, um dos jovens que o Poder acarinhava». Noutra passagem, o mesmo Fernando Lopes afirma que o produtor «tinha relações privilegiadas com o regime (era um protegido de Baltasar Rebello de Sousa)», mas, no momento crucial, «deixaram-no cair»⁴¹.

³⁷ MACEDO, António de Macedo – Entrevista inédita ao autor, 3 de Março de 2004.

³⁸ SANTOS, Alberto Seixas – Entrevista inédita ao autor, 17 de Março de 2004.

³⁹ «António da Cunha Telles», In: *Plateia*. Lisboa, n.º 521, 26 de Janeiro de 1971, p. 44.

⁴⁰ LOPES, Fernando – «Centro Português de Cinema. Entrevista», In: *Cinema Novo Português 1960-74*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, pp. 58-59.

⁴¹ Idem, p. 73.

Apesar de tudo, foi com a primeira realização de Cunha Telles que o SNI finalmente reconheceu uma obra do novo cinema com o seu Grande Prémio de Cinema. Depois de alguns prémios de curta-metragem, pela primeira vez um filme do novo cinema conquistou o prémio mais cobiçado para a longa-metragem, contrariando o ostracismo a que destinaram anos antes as obras das Produções Cunha Telles. Em sintonia com esta abertura, Cunha Telles foi um dos realizadores beneficiados pelo primeiro plano de produção do IPC (*Continuar a Viver*). Jorge Leitão Ramos afirma que, independentemente da «nossa opinião estética ou ética da sua actividade», Cunha Telles esteve directa ou indirectamente relacionado com «muito do que de importante aconteceu nos últimos vinte e cinco anos do cinema português»⁴². Em relação a subsídios do Fundo de Cinema Nacional, o produtor Cunha Telles beneficiou de verbas para o documentário *Lisboa* e para as longas *As Ilhas Encantadas*, *Domingo à Tarde* e *Sete Balas para Selma*; o realizador Cunha Telles recebeu subsídios para os seus primeiros dois (*O Cerco* e *Meus Amigos*).

José Fonseca e Costa, apesar do valor reconhecido, viu impedida a sua entrada na RTP por indicação da PIDE, depois de ter sido um dos seus presos políticos. Apesar de fazer parte da primeira «vaga» — estava previsto ser a quarta produção de Cunha Telles — Fonseca e Costa só realizou a primeira longa-metragem na década de 1970, atraso forçado pela acção da PIDE. Intensificando a sua prática fílmica no cinema industrial e turístico, Fonseca e Costa foi um dos membros mais activos na fundação do CPC. Através de Artur Ramos, Fonseca e Costa travara conhecimento com Pedro Pinto, o último responsável da SEIT e presidente do IPC. Fernando Lopes afirma mesmo que «Artur Ramos e Fonseca e Costa conheciam há muito o Pedro Pinto e eram amigos dele»⁴³. Em 1974, foi um dos elementos do novo cinema que foram beneficiados pelo primeiro plano de produção do IPC (*Mefistófeles e Maria Antónia*). Por outro lado, Fonseca e Costa foi colega de faculdade de Magalhães Mota, o elemento da «ala liberal» mais activo na discussão da lei 7/71.

Na prosopografia de António de Macedo, o facto mais relevante da ligação do realizador ao poder instituído foi a integração, por convite expresso de Pedro Pinto, no Conselho de Cinema saído da revisão legislativa de 1971. Outro dado significativo é uma reconhecida e «longa relação de amizade» com Félix Ribeiro, quando se torna um «assíduo frequentador» da Cinemateca Nacional. Quanto às relações com o SNI, António de Macedo foi premiado com o Prémio Paz dos Reis por três vezes (1967, 1969 e 1971) e recebeu subsídios do Fundo para *Domingo à Tarde*, *Sete Balas para Selma* e *A Promessa*. Para além disso, foi um dos beneficiados pelo primeiro plano de produção do IPC (*O Princípio da Sabedoria*). Em 1966, o realizador realizou dois trabalhos para a televisão pública⁴⁴. Paradoxalmente, António de Macedo conheceu a acção da censura em quase todas as suas obras de longa-metragem: proibição total de *Nojo aos Cães*; cortes parciais e «escurecimento laboratorial» em *Domingo à Tarde* e cortes em *A Promessa*, só autorizados posteriormente devido ao sucesso internacional do filme.

⁴² RAMOS, Jorge Leitão – *Dicionário do Cinema Português 1962-1988*. Lisboa: Caminho, p. 383.

⁴³ LOPES, Fernando, *op. cit.*, p. 68.

⁴⁴ MATOS-CRUZ, José de – *António de Macedo. Cinema, a viragem de uma época*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores e Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 61-66.

Algumas considerações finais

No caso particular da censura ao cinema durante a década de 60 e na primeira metade da década seguinte, o que se verifica é que existem demasiados dados contraditórios nas medidas de discriminação positiva e negativa por parte das autoridades políticas e culturais.

Parece evidente também que a ideia de uma censura cinematográfica irrepreensível e implacável está longe de ser a mais apropriada no caso do cinema português da década de 60 e da primeira metade da seguinte. Se na década de 50 a discriminação negativa ao cinema português foi mais coerente e eficaz — veja-se o exemplar caso de Manuel Guimarães —, o mesmo não sucedeu com o designado novo cinema português. Coerência e eficácia não são, definitivamente, as características que melhor assentam à acção da censura cinematográfica durante o período de afirmação e reconhecimento do novo cinema português.

Para melhor ilustrar a hipótese aqui apresentada, transcrevemos de seguida um excerto de um depoimento de António de Macedo acerca do processo de obtenção da autorização de exibição do filme *Nojo aos Cães* no Festival de Bérigamo:

«A situação era delicada, se os broncos das comissões de censura vissem o filme, que, do ponto de vista deles, devia ter peçonha até aos olhos, não haveria autorização. O Francisco de Castro [produtor] então lembrou-se de uma maroteira: como o despacho final dependia da autoridade do dr. Caetano de Carvalho, então director-geral, por sinal muito amigo dele, convidou-o a assistir a uma projecção privada no estúdio das 'Produções Francisco de Castro', na Rua Damasceno Monteiro, com a presença do realizador, mal a cópia acabasse de sair do laboratório. O director-geral anuiu.

O Castro organizou um bufete cheio de aperitivos e de garrafas de bom *whisky*, o dr. Caetano de Carvalho apresentou-se com o chefe da repartição, que era o saudoso dr. Félix Ribeiro, e passámos todos uma tarde agradabilíssima, a ver o filme, bobina a bobina, à medida que as bobinas chegavam do laboratório, conversando muito e bebendo mais. À saída, dizia-me o director-geral com um brilho de felicidade nos olhos:

- Senhor Arquitecto (era comigo), para a próxima faça um filme mais optimista, este é muito deprimente. Amanhã sem falta terá a autorização para ir a Bérigamo.»

António de Macedo, 2007⁴⁵.

Com este excerto não pretendemos, de forma alguma, atenuar ou aligeirar a castradora influência da censura na actividade cinematográfica portuguesa. Queremos apenas realçar a importância da complexa rede de relações subterrâneas de cumplicidade no desenlace de algumas decisões contraditórias relativas às práticas discriminatórias positivas e negativas no período do designado novo cinema português.

⁴⁵ Excertos do depoimento do realizador. In: MACEDO, António de — *op. cit.*, p. 29.

(Página deixada propositadamente em branco)

MÚSICA E IDENTIDADE NA OBRA DE FERNANDO LOPES-GRAÇA:
UMA ABORDAGEM ENTRE A HISTÓRIA E A CRÍTICA

Os historiadores da música têm discutido nas últimas décadas a natureza da conexão das obras musicais concretas com a sucessão de acontecimentos na qual se inscrevem.¹ O grande desafio tem sido o de integrar uma «estrutura», susceptível de ser descrita mediante ferramentas analíticas ou interpretativas, num «sistema», cujo devir é narrado mediante ferramentas historiográficas. No que diz respeito à obra musical de Fernando Lopes-Graça, devido ao facto do seu estudo estar ainda numa fase incipiente, impõe-se lembrar que os discursos que pretendam explicá-lo serão, sempre e em todo o caso, construções conceptuais, consequência de factores de ordem diversa — metodológicos, sem dúvida, mas também derivados dos interesses pessoais dos seus autores — que, no âmbito desta publicação, não parece pertinente discutir de forma exaustiva.² O discurso historiográfico deve ser sempre uma hipótese explicativa, ou seja, não pode assumir uma função de explicação causal. A História da Música é apenas possível na medida em que o historiador mostra o lugar da composição na história, entendendo,

¹ V., como introdução, BRITO, Manuel Carlos de – «Round Table IV: Historiography» (16th Congresso da Sociedade Internacional de Musicologia, Londres, Royal College of Music, 14-20 de Agosto de 1997, «Music and Sister Disciplines: Past, Present and Future»), *Acta Musicologica*, 69, 1, 1997, pp. 22-28. Os resultados da mesa redonda estão publicados em GREER, David (ed.) – *Musicology and Sister Disciplines: Past, Present, Future: Proceedings of the 16th International Congress of the International Musicological Society*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

² A bibliografia referente a esta matéria é, aliás, considerável, cf. STANLEY, Glenn – «Historiography» e «Musicology. II. Disciplines of musicology. 1. Historical method», em L. Macy (ed.), *Grove Music Online*, (Último acesso 1 de marzo de 2005), <http://www.grovemusic.com>. V., ainda, os clássicos estudos de DAHLHAUS, Carl – *Grundlagen der Musikgeschichte*. Köln, Musikverlag Hans Gerig, 1977 (do qual existe disponível uma tradução inglesa, *Foundations of Music History*. Cambridge University Press, 1983) e KERMAN, Joseph – *Musicology*. Londres, Fontana Paperbacks, 1985, assim, como os ensaios mais recentes de TREITLER, Leo – «What kind of Story is History?». In: *Music and the Historical Imagination*. Cambridge, Harvard University Press, 1989, pp. 157-175; «The historiography of music. Issues of past and present». In: COOK, Nicholas e EVERIST, Mark (eds.) – *Rethinking Music*. Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 356-377; e «La interpretación histórica de la música: una difícil tarea». In: MARTÍN GALÁN, Jesús e VILLAR-TABOADA, Carlos (eds.). *Los últimos diez años de la investigación musical: cursos de invierno 2002*. Valladolid, Universidad de Valladolid, Centro Buendía, 2004, pp. 1-36.

nas palavras de Leo Treitler, «a natureza histórica das obras a partir da sua constituição interna», como «a impressão de um contraponto de registos narrativos e de dimensões que têm o texto [musical] como *cantus firmus*».³ Esta é uma técnica de composição utilizada desde a Idade Média e associada ao estilo contrapontístico, aquele com mais títulos de nobreza da história da música. Como o seu nome aponta, baseia-se na utilização de um tema prévio que serve de fundamento a partir do qual se elabora uma peça musical. O dito *cantus* é desenvolvido e transformado mediante técnicas imitativas, mas mantém-se permanentemente integrado na textura global da composição. A metáfora de Treitler é sugestiva na medida em que, usando uma imagem musical, centra no texto musical o ponto de partida da investigação histórica.

A imagem é ainda interessante na medida em que relembra a importância do próprio discurso do historiador, em cuja textura se integra, não apenas o *cantus firmus* que é a obra musical, mas também as suas elaborações. Estas, trasladando a metáfora para um terreno diferente, incluem, por um lado, as ressonâncias que uma determinada música provocou no círculo que a recebe e, por outro, as outras músicas que nela ressoam. Esta abordagem introduz-nos no domínio da crítica, um âmbito no qual a musicologia académica não se tem sentido demasiadamente confortável, talvez devido à sua ligação com os meios jornalísticos. No entanto, também dentro da disciplina universitária se têm levantado vozes que reivindicam a importância de desentranhar as virtualidades interpretativas que contêm as obras musicais. Talvez uma das melhores definições de crítica seja a que vamos transcrever imediatamente, extraída de um dos trabalhos fundamentais da autoria Joseph Kerman: «é a maneira de olhar para a arte tentando tomar em consideração o significado que exprime, o prazer que provoca e o valor que assume hoje para nós». Aplicada à prática musicológica, fundamenta um programa que se ocupa «das peças de música e das pessoas que as escutam, de factos e sentimentos, da vida do passado e do presente, do reflexo da imagem privada de um compositor no espelho público da audiência.»⁴ Joseph Kerman, com a publicação de *Musicology*, em meados da década de 80, conseguiu divulgar esta reivindicação do papel da crítica exposta, na realidade, em meados da década de 60.⁵ Este surpreendente salto cronológico — duas décadas a defender posturas semelhantes do ponto de vista metodológico — explica-se pela permanência da orientação contrária na musicologia, ainda apegada à descrição «positivista» das estruturas, quer formais, quer institucionais ligadas à composição e à prática musical, assim como ao tradicional género biográfico. A abertura para aceitar, no contexto da musicologia

³ V. TREITLER, Leo – «What kind of Story is History?». Op. cit., p. 173.

⁴ KERMAN, Joseph – «A Profile for American Musicology», *Journal of the American Musicological Society*, 18, 1965, p. 63. Kerman parafrasea as conclusões de ACKERMAN, James S. e CARPENTER, Rhys – *Art and Archeology*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1963, particularmente as expostas no artigo «The Historian as Critic», de Ackerman e incluído no referido livro: «As long as the work of art is studied as a historical document it differs from the archival document only in form, not in kind. The art historian should be interested in the difference in kind, which is immanent in the capacity of art to awaken in us complex responses the are at once intellectual, emotional, and physical, so that he needs, in addition to the tools of others historians, principles and methods specifically designed to deal with this unique mode of experience.», cit. por Joseph KERMAN, *ibidem*.

⁵ V. KERMAN, Joseph – *Musicology*, Londres, Fontana Paperbacks, 1985.

académica, a liberdade própria da crítica, conjugou-se com a progressiva introdução de conceitos próprios da ciências sociais no terreno da historiografia. Aqueles acrescentaram novos filtros distanciadores e sublinharam o seu carácter construído. Neste ensaio, vamos reclamar por momentos a permeabilidade entre estes discursos para abordar um conjunto de obras da autoria de Fernando Lopes-Graça na perspectiva do conceito de identidade.⁶ O combate centra-se na reivindicação das possibilidades que a crítica como método e o ensaio como género abrem ao historiador da música.

Antes de prosseguir, cabe assinalar que o seu envolvimento nos debates estéticos e ideológicos da época distinguiu Lopes-Graça da maior parte dos músicos seus contemporâneos.⁷ Ele próprio exerceu de forma esclarecida a crítica, como parte de um percurso que podemos qualificar como de típico do intelectual de esquerda durante o Estado Novo. Através da sua amizade com Manuel Mendes, o compositor entrou em contacto com a doutrina da *Seara Nova*, onde chegou a colaborar a partir de 1931. Integrou-se rapidamente nos cenáculos literários de Coimbra, onde se instalou depois de lhe ter sido fixada residência em Alpiarça, por motivos políticos, durante alguns meses em 1932. Precedido pela auréola de crítico impiedoso adquirida após as suas polémicas com o também compositor e crítico Rui Coelho, Lopes-Graça foi recebido com simpatia e cumplicidade pelos escritores aglutinados em torno da *Presença*. Chegou a colaborar nas suas páginas entre 1934 e 1935 e, no ano seguinte, organizou, conjuntamente com a revista, um recital de música vocal que foi saudada por Luís de Freitas Branco nas páginas de *O século* e de *O Diabo* como um acontecimento histórico. *O Diabo* foi justamente a seguinte publicação que abriu as suas portas a Lopes-Graça em Novembro de 1934, precisamente com um artigo de crítica ao nacionalismo musical de Rui Coelho. Nesse mesmo ano, o nome de Lopes-Graça viu-se envolvido numa campanha encetada pelo jornal nacional-sindicalista *Revolução Nacional* contra o que se designa nas suas páginas como «o polvo revirvalho-comunista».⁸ A campanha, que atingiu o patamar do difamatório, contribuiu para que Lopes-Graça não usufruísse de uma bolsa de estudos em Paris que lhe tinha sido concedida pela Junta de Educação Nacional, que, por sua vez, era uma das instituições visadas pelo jornal. Em 1936, Lopes-Graça foi convidado a colaborar no primeiro número da revista *Manifesto*. A criação desta revista coincidiu com um movimento de radicalização da crítica — animada pelo Partido Comunista Português, que pouco tempo antes havia começado a implementar uma estratégia política de carácter frontista e a actuar dentre os círculos intelectuais — caracterizada por uma explícita preocupação pela articulação da criação artística com a necessidade de abordar temas explicitamente

⁶ Referimo-nos a uma identidade social e cultural, modeladora da subjectividade e sujeita a diversos tipos de negociações. Cf. STOKES, Martin (ed.) – *Ethnicity, Identity and Music: The Musical Construction of Place*. Oxford/Nova Iorque: Berg Publishers, 1994, especialmente a introdução. V., ainda, BAUGNET, Lucy – *L'Identité Sociale*. Paris, Dunod, 1998.

⁷ Pode ser considerado um compositor-intelectual no sentido dado por FULCHER, Jane F. – *The Composer As Intellectual: Music and Ideology in France, 1914-1940*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

⁸ V. [Fausto FONTES (pseudónimo)] – «O polvo revirvalho-comunista. Desde a Escola até à repartição, desde a oficina pública aos lugares mais baixos do funcionalismo, que vemos nós, que espectáculo se nos depara?», *Revolução Nacional* (13-III-1934), p. 1.

políticos e sociais.⁹ Lopes-Graça foi detido em Agosto de 1936, acusado, conforme consta do relatório policial, de «propaganda subversiva e organização da Frente Popular».¹⁰ Após a sua libertação, Lopes-Graça partiu para Paris. Dali enviou, entre 1937 e 1939, várias crónicas sobre a vida musical da capital francesa que foram publicadas na *Revista de Portugal*. Após o seu regresso de França, Lopes-Graça fez durante alguns meses crítica teatral em *O Diabo* e manteve durante cerca de uma década uma colaboração regular com a *Seara Nova* como crítico musical. Em 1946, começaram a ser editados textos da sua autoria na revista *Vértice* e, em inícios da década de 50, para além de ter fundado juntamente com João José Cochofel a *Gazeta Musical*, os seus artigos apareceram na *Ler* e no suplemento literário de *O Comércio do Porto*. As suas colaborações na *Seara Nova* e na *Vértice* a partir de meados da década de 40 foram em parte influenciadas pela sua entrada no Partido Comunista Português, que data da mesma altura, e pela sua participação no Movimento de Unidade Democrática. Ao contrário, a sua ligação com a revista *Ler* marcou o início de uma dissidência de carácter individual que culminou com a defesa da sua independência criativa, que, enredada num processo de depuração e regresso à ortodoxia no seio do Partido, culminou, no que lhe diz respeito, com o seu afastamento em 1954. Por um lado, esta trajectória impediu-lhe, como a tantos outros, de beneficiar da estabilidade profissional daqueles que estavam ao abrigo das instituições estatais. Por outro lado, a sua integração, na condição de «engenheiro de almas», no PCP é inseparável de projectos de cariz artístico, que, sobretudo a partir de 1948, corresponderam directamente ao modelo sintetizado no denominado Manifesto de Praga, que Lopes-Graça tentou divulgar em Portugal, após ter marcado presença no Congresso da União dos Compositores e Musicólogos Progressistas onde as afamadas teses foram redigidas.¹¹ Obviamente, a sua participação directa nestes foros de discussão convida à interpretação da sua música numa perspectiva cultural.

Ainda, a partir da década de 30 e durante toda a Guerra-Fria, o mundo da cultura e das artes transformou-se na arena onde se confrontaram pesadas ortodoxias que, noutros palcos, usaram a mais extrema violência. A tentação de transformar a arte numa metáfora política era demasiado forte, e até proveitosa, para ser ignorada, pelo que os artistas viram-se obrigados a conviver com ela. No que diz particularmente respeito à música, a diversificação dos estilos verificada durante as décadas imediatamente

⁹ Dez anos após a sua publicação, a melhor visão de conjunto acerca das relações entre o PCP e os intelectuais continua a ser MADEIRA, João – *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os intelectuais*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996. É um trabalho particularmente valioso no que diz respeito a Lopes-Graça, já que contextualiza do ponto de vista histórico a dimensão política da sua actividade pública. Os mais recentes trabalhos biográficos dedicados por José Pacheco Pereira à figura de Álvaro Cunhal contêm também esclarecedoras referências ao compositor, v. PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vols. II e III. Lisboa, Temas & Debates, 2001 e 2005.

¹⁰ Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, PVDE, Secção Internacional, Proc. Crime 1184/936.

¹¹ Exemplos deste tipo de projectos são a publicação do volume de *Marchas, danças e canções*, origem dos subsequentes volumes de *Canções Heróicas* ou o trabalho à frente do Coro da Academia de Amadores de Música (cujo embrião datava de 1945) a partir de 1950. No que diz respeito à actividade do coro, v. Viriato Camilo e Teresa Camilo (eds.), *O Coro da Academia de Amadores de Música e Fernando Lopes-Graça*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

anteriores foi sentida como a dissolução de uma tradição musical que, desde meados do século XIX, se considerava inquestionável.¹² Essa experiência, somada ao desaparecimento do público relativamente homogêneo a que se destinava a produção musical erudita e à crescente presença dos meios de reprodução mecânica e da música popular que estes difundiam, baralhou as regras do jogo. Fez com que muitos compositores tentassem encontrar soluções para restituir à música a sua «seriedade» anterior. Unida a preocupações democráticas, a inquietação tentou encontrar apaziguamento na procura de um novo público, conceptualmente identificado com o «povo» e formado por «homens comuns». Ou seja, de um público não necessariamente coincidente com a elite que acorria habitualmente às salas de concerto. O populismo, nas suas diversas versões e gradações, tornou-se palavra de ordem. A intenção de compor (ou de criar e, portanto, de agir) para o povo foi uma das formas (e também uma das justificações) pelas quais se canalizou naquela época a procura de uma tradição que, depois dos radicalismos dos anos anteriores, se sentia como perdida, destruída ou, nas estimativas mais optimistas, em vias de extinção. Diferentes definições do conteúdo da ideia de povo determinaram — por decisão própria ou por imposição externa — as escolhas dos compositores em termos, não apenas poéticos, mas também técnicos, contribuindo à actualização da ideia de que a música podia cimentar sonoramente identidades. A geração da qual Lopes-Graça fez parte foi particularmente perturbada por todas estas circunstâncias.

Um dos assuntos típicos em qualquer discussão relativa ao papel da composição musical na construção de uma identidade é o da função atribuível à música tradicional. Pode ser argumentado que um dos elementos que permite ligar a criação artística com o posicionamento político de Lopes-Graça é o seu uso nas suas composições. Porém, já nas suas primeiras obras, ou seja, num período anterior ao seu ingresso no Partido Comunista, Lopes-Graça deixava entrever a influência desses temas, recorrentes nas artes plásticas e na literatura portuguesas da altura. Por exemplo, as *Variações sobre um tema popular português*, assim como as *Canções sobre quadras populares portuguesas* (1934), o *Pequeno cancionário do Menino Jesus* (1934) e as *Canções ao gosto popular* (1934-6), sobre poemas de António Botto, estavam mais relacionadas com um bucolismo esteticista — bastante comum nas artes portuguesas desde fins do século XIX — do que com a pesquisa nas possibilidades oferecidas pela música tradicional enquanto material musical com dimensão interventiva, assunto que se tornaria central para o compositor após 1938. O dito bucolismo, porém, não estava reduzido ao mero pitoresco. Assim, por exemplo, com a primeira audição das mencionadas *Variações sobre um tema popular português*, a obra que inaugura o seu catálogo em 1927, Lopes-Graça, então finalista no Conservatório, surpreendeu através de uma brilhante escrita pianística, distinta por três características principais: um apurado sentido do ritmo, uma imaginativa e rica paleta harmónica e o gosto pela exploração do timbre e da ressonância do instrumento.

¹² Cf. WALTER, Michael – «Music of Seriousness and Commitment». In: COOK, Nicholas e POPLE, Anthony (eds.). *The Cambridge History of Twentieth-Century Music*. Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2004, pp. 286-306.

Foi a partir da sua estadia em Paris, onde se deixou fascinar pela audição de obras de Manuel de Falla (*O Retábulo de Maese Pedro*, o *Concerto para cravo*) e de Béla Bartók (*Música para cordas, percussão e celesta*) que até então eram desconhecidas para ele, quando se deparou pela primeira vez com a possibilidades abertas pela manipulação da música tradicional portuguesa. Em Paris, Lopes-Graça relacionou-se com o compositor Charles Koechlin, de quem chegou a receber algumas aulas privadas, o qual defendeu nas páginas de *L'Humanité* a necessidade de criar uma música para o «povo». Falla e Bartók forneceram-lhe soluções para resolver o problema do tratamento criativo da música tradicional como material e para a criação de um «folclore imaginário». São exemplos explícitos desta influência as *Quatro Canções de Federico García Lorca*, uma das melhores obras que Lopes-Graça escreveu na década de 50, onde se projecta a sombra do bailado *O Amor Bruxo*, ou as oito suites para piano explicitamente intituladas *In memoriam Béla Bartók*, escritas entre 1960 e 1975. Em 1938, o ano em que iniciou o trabalho das suas primeiras harmonizações para voz e piano de *Canções populares portuguesas*, Lopes-Graça optou portanto pela via da modernização das mesmas através do seguinte processo: a melodia mantém-se claramente identificável, mas o piano comenta-a, recorrendo a processos e modelos fornecidos pela composição erudita do século XX. Paralelamente, em obras como a *Sonata nº 2* (1939) para piano ou as *Danças breves* (1938, 1941-1948), a música popular funcionou para ele como um referente idealizado, cujas características são parcialmente imitadas, salientadas ou, mais simplesmente, evocadas conforme tópicos também estabelecidos em composições anteriores de outros autores. Nestas obras, e nas que se sucederam até meados da década de 40, num surto criativo assombroso materializado, ainda, nas partituras de um quarteto com piano, dois concertos para piano e orquestra, uma sinfonia e uma cantata baseada em poemas de Miguel Torga, Lopes-Graça quis representar «aquilo a que poderemos chamar o espírito colectivo nacional».¹³ O tom destas suas palavras é grandiloquente, sem dúvida. Não deve, porém, levar-nos a pensar que o projecto que sintetizavam fosse monolítico.

O cerne da questão do equilíbrio entre o legado do passado (objectivado, quer na tradição erudita, quer na música tradicional, quer ainda nas soluções propostas em obras concretas abrangidas no cânone pessoal de Lopes-Graça) e a necessidade histórica de desenvolver um tipo de linguagem pessoal e moderno, no qual o colectivo nacional se identificasse, colocam-se obras tão diferentes entre si como o Quarteto com Piano (1938; rev. 1963), os Concertos para Piano e Orquestra nos. 1 e 2 (1941 e 1942, com revisões posteriores) e a *História Trágico-Marítima* (1942; rev. 1959 para barítono e coro feminino). Voltaremos a elas depois de lembrar que a sua composição coincidiu no tempo com a experiência, por parte de Lopes-Graça, das actividades culturais da Frente Popular e da Exposição de 1937, em Paris, e da Política do Espírito, concebida por António Ferro e que atingiu na Comemoração dos Centenários em 1940 o seu ponto de maior visibilidade. Isto é, com a instauração de políticas — nem sempre coesas na prática, embora correspondessem com princípios ideológicos gerais — na área artística

¹³ LOPES-GRAÇA, Fernando — «Diálogo sobre a música». In: *Nossa Companheira Música*. Lisboa, Caminho, 1992, 2ª edição, p. 129. A afirmação foi proferida no decurso de uma entrevista, publicada na revista *Vértice* em 1946.

que determinaram a programação das instituições musicais e, nessa medida, orientaram os compositores. Por exemplo, ficando pelo caso português, no referido Ano dos Centenários, todas composições musicais estreadas fizeram parte integrante do programa geral das comemorações, que, por seu turno, foram o único estímulo para a criação de obras para grandes formações, nomeadamente para orquestra.¹⁴ A propaganda nacionalista orquestrada pela Secretaria dirigida por António Ferro acabou por criar um facto estético que afectou todos os compositores, independentemente das suas opções políticas e incluindo Lopes-Graça. Numa perspectiva mais alargada, a intervenção do Estado (ou de movimentos aspirantes a dominar o Estado) na produção de eventos musicais instrumentalizados favoreceu a ideia de que os compositores deviam participar reforçando ou refutando com seu discurso musical o discurso político. Mais ainda, também na imprensa oposicionista portuguesa, o nacionalismo artístico foi apresentado como um problema fundamental da arte contemporânea e Lopes-Graça como aquele que tinha sido capaz de encontrar a sua resolução no âmbito musical.¹⁵ Porém, como veremos a seguir, o resultado era mais complexo do que o esperado.

Por exemplo, o Quarteto com Piano introduz a questão de combinar o legado beethoveniano, patente no trabalho motivico que interliga os três andamentos e directamente referenciado no estilo fugato do primeiro deles, com a apropriação das soluções propostas por Falla no seu concerto para cravo, que Lopes-Graça utiliza como base para a composição dos últimos andamentos da sua obra. Esta mistura prende-se com a ideia de construção de um iberismo poético, considerada por Lopes-Graça como uma das constantes da sua obra, e da concepção do «portuguesismo cultural» como uma parte desse todo que, por sua vez, devia integrar-se num projecto europeu mais amplo. O Quarteto foi estreado quase três décadas após à sua criação, pelo que não contamos com nenhum eco crítico desta época. Sim está documentada a recepção crítica do primeiro dos referidos Concertos para Piano, distinguido com o prémio de composição do Círculo de Cultura Musical e estreado em Lisboa e em Madrid sob a batuta de Pedro de Freitas Branco.¹⁶ As críticas espanholas à obra coincidiram em assinalar que Lopes-Graça tinha tentado atingir — de forma nem sempre conseguida, mas não por isso menos meritória — o equilíbrio entre o uso da música tradicional, o recurso a uma linguagem musical moderna e a utilização de um género clássico (enquanto uma boa parte da crítica lisboeta pareceu tê-la entendido como uma espécie de concurso, cujo objectivo era identificar a origem dos motivos utilizados, quando não plagiados de obras da autoria de Falla, Richard Wagner, Richard Strauss, alguns russos e também de Rui Coelho e Albert Ketelby!). Ainda, o Segundo Concerto para Piano, o andamento lento, concebido como uma «Evocação de Ravel», apresenta o «arabesco» musical, típico

¹⁴ Cf. LEIRIA, César – *Arquivo Musical Português, ano de 1940 (1º ano)*. Lisboa, Edições Sassetti, 1940.

¹⁵ V., por exemplo, COCHFEL, João José – «O papel de Fernando Lopes-Graça na música portuguesa», *O Comércio do Porto* (11-IV-1954).

¹⁶ Este tipo de intercâmbios fez parte dos acordos bilaterais estabelecidos pelos governos português e espanhol na altura. No que diz respeito ao limitado alcance dos mesmos, v. MARTÍNEZ DEL FRESNO Beatriz – «Realidades y máscaras en la música de la posguerra», en PÉREZ ZALDUONDO, Gemma e CABRERA GARCÍA, María Isabel (Coord.), *Dos décadas de cultura artística en el franquismo (1936-1956)*. *Actas del congreso*, Granada, Universidad de Granada, 2001, pp. 31-82.

da moderna «arte pela arte» desde que Robert Schumann tomou emprestada a expressão a Friedrich Schlegel, confrontado com os elementos estilísticos típicos do folclorismo, patentes no último andamento. Mais uma vez, estamos perante um tipo de reflexão puramente musical sobre materiais preexistentes, que Lopes-Graça tinha desenvolvido com anterioridade no segundo dos *Epitáfios* para piano, de 1931. Nesta peça, experimentou as possibilidades decorrentes de uma abordagem «moderna» da herança do pianismo oitocentista. Dedicada «a uma Donzela», tem como modelo, o *Prelúdio em mi menor* do op. 28 de Fryderyk Chopin. O original é evocado de forma evidente. Porém, as transformações harmónicas e rítmicas e, sobretudo, o uso truncado da linha melódica, a qual é manipulada por Lopes-Graça conforme uma concepção motivico-instrumental incompatível com o carácter «cantabile» do original, tornam a melancólica poesia romântica numa espécie de reflexão musical, que, sem enveredar plenamente pelo caminho do grotesco, é serena e distanciada. Por seu turno, a *História Trágico-Marítima*, obra fundamental iniciada nestes anos sobre poesia de Miguel Torga, é o oposto de uma obra celebrativa no «sentido construtivo da vida cantando a heroicidade em vez da nostalgia, as emoções vigorosas em vez do requinte subjectivo» que João José Cochofel reclamava em 1943 para a música do seu tempo.¹⁷ É, paradoxalmente, também o contrário da «perspectiva apologética e patriótica» própria do uso propagandístico da literatura trágico-marítima por parte do Estado Novo.¹⁸ O tom poético dos textos de Torga, que Lopes-Graça conheceu nas páginas da revista *Manifesto*, antes mencionada, contribuiu para que assim fosse. Os poemas foram recolhidos posteriormente no volume intitulado *Poemas Ibéricos*, onde Torga mostrou, não só o seu iberismo e os efeitos que a experiência da Guerra Civil espanhola teve na sua geração, mas também o potencial da poesia como espaço para o exercício da dissidência (em graus diversos), o qual foi desenvolvido por Lopes-Graça de forma constante ao longo da sua carreira. Na versão revista, a partitura — tal como acontece com os poemas de Torga no que diz respeito à história da literatura — apresenta sinificativas referências intertextuais que amplificam o significado do texto verbal. Entre outras, as alusões à música de Claude Debussy e de Benjamin Britten estabelece as bases para a criação musical de uma imagem do Portugal marítimo, que até então, curiosamente, tinha estado ausente da mente da maior parte dos compositores lusos.

Esta pluralidade nas vias de construção de uma identidade nacional (ou do «espírito colectivo nacional») conviveu, em Lopes-Graça, com a reflexão em torno das possibilidades criativas oferecidas pelo recurso à música tradicional na composição erudita. De facto, este tema constitui também um dos eixos mais consistentes da sua

¹⁷ V. COCHFEL, João José — «A música e o nosso tempo», *Seara Nova*, 832-3 (1943). Trata-se de um manifesto musical publicado por João José Cochofel nas páginas da *Seara Nova* e que originalmente foi uma conferência realizada na Casa do Alentejo, em Junho de 1943, a qual foi ilustrada com música interpretada ao vivo por Maria da Graça Amado da Cunha. As peças escolhidas foram as *Vinte visões fugitivas*, de Prokofiev, e, de Bartók, três *Burlescas* e a *Sonata* de 1926. No dito artigo, intitulado «A música e o nosso tempo», por sinal dedicado a Lopes-Graça, Cochofel expõe as bases da nova música tal como entendia ela dever ser quando inserida num programa mais amplo de intervenção.

¹⁸ Cf. MARTINS, José Cândido de Oliveira — *Naufrágio de Sepúlveda (Texto e Intertexto)*. Lisboa, Replicação, 1997, pp. 143-168 (capítulo dedicado à presença da literatura trágico-marítima na literatura contemporânea).

produção literária entre inícios da década de 40 e meados da seguinte. Os textos do compositor relativos a este assunto apresentam, ao longo dos anos, mudanças significativas quanto à avaliação das implicações do uso da canção popular e do significado do nacionalismo em música. Lopes-Graça passou de considerar inevitável a inconsciente comunhão entre o artista e a comunidade, na década de 30, a expor, a partir da década de 40, o que devia ser considerado como canção popular e como devia ser trabalhada. Desde a relação casual entre o compositor e a comunidade em que nasceu até à conversão desse acaso num compromisso consciente entre o artista e o seu meio houve um processo racional que, no seu caso, variou a sua abordagem do uso do material popular. Todavia, esta conclusão, com as consequências estéticas que se lhe associam, adquiriu, em inícios dos anos 50, aspectos de radicalização doutrinária e política, ligada ao seu activismo na égide das teses expostas no Manifesto de Praga.¹⁹

Quando começou a trabalhar sobre a canção popular portuguesa, Lopes-Graça não tinha experiência de campo, pelo que as melodias que utilizou na sua obra tinham sido, quer editadas em antologias, quer harmonizadas para voz e piano por outros compositores. Nos anos 30, para além de diversos cancionários realizados em moldes etnográficos, pelo menos dois compositores portugueses tinham escrito versões de canções tradicionais com um objectivo divulgativo: Francisco de Lacerda e, em menor medida, Cláudio Carneiro. O livro de Rodney Gallop, *Cantares do povo português*, de 1937, alertou Lopes-Graça para o manancial da canção tradicional, particularmente para aqueles exemplos em que se evidenciava a sobrevivência dos modos arcaicos e de uma maior flexibilidade rítmica. Anos depois ficaria claro que Lopes-Graça já estava numa fase de apropriação das características formais das canções que coincidiam com os elementos que, para ele, proporcionavam uma via de inovação técnica para a composição. Assim, nem toda a música rural era de igual interesse para o compositor, que mostra nos seus escritos uma decidida preferência por aquelas canções mais raras — toscas e bárbaras, usando os seus adjetivos — que presumivelmente provinham de um fundo mais antigo e nas quais não se verificava nem a uniformização dos modos maior e menor nem a influência das métricas regulares. Eram essas canções as que, na sua opinião, revelavam «a quem sabe compreendê-la, as verdadeiras virtualidades musicais do povo português».²⁰ O compositor recusou as fórmulas mais estereotipadas da representação, feita para ouvidos urbanos, daquilo que pretensamente era a música rural, para preferir aquelas canções que conservavam todas as virtudes do primitivo. As implicações desta preferência não eram tão só de ordem técnica, mas também simbólica, como ele próprio aponta neste esclarecedor comentário:

¹⁹ A tensão entre a autonomia estética do compositor e o seu empenhamento político chegou a um ponto crucial nestes anos, tal como se mostra em CASCUDO, Teresa — «A recepção do modernismo musical em Portugal a través da acção de Fernando Lopes-Graça», em Pedro J. Maia (ed.), *Fernando Lopes-Graça*, Porto, Atelier de Composição, no prelo.

²⁰ LOPES-GRAÇA, Fernando — «Apontamento sobre a canção popular da Beira Baixa». In: *A música portuguesa e os seus problemas*, vol. III. Lisboa, Edições Cosmos, 1973, p. 190. O artigo foi originalmente publicado na revista *Seara Nova*, em 1947.

À pobreza tonal destas canções, ao seu rudimentarismo morfológico, à sua banalidade expressiva, já agora é possível opor um outro tipo que, pela variedade das suas formas, pela sua riqueza tonal, pela flexibilidade do seu ritmo, pelas possibilidades harmónicas e polifónicas que apresenta, é capaz de enobrecer o nosso folclore, substituindo à imagem-lugar-comum de uma canção predominantemente ligeira, petulante, simplistamente alegre ou corriqueiramente amorosa, a *imagem-realidade* de uma canção capaz de nos dar, em ressonâncias de elevado conteúdo artístico, não isentas de grandiosidade, toda a intensa vida do nosso povo, nos seus aspectos dramáticos, místicos, amorosos, satíricos, bucólicos ou dionisíacos.²¹

Contudo, o «folclórico» era, para Lopes-Graça, apenas um aspecto do «nacional» precisamente porque quem o utilizava facilmente podia cair no perigo de esquecer a necessidade de, usando de novo uma expressão de Lopes-Graça, o transcender para criar uma obra de arte digna desse nome: «Em arte — neste caso na música — o «folclórico» pode ser ou uma matéria a explorar ou um método de descoberta e afirmação do nacional a tentar. No primeiro caso, tem de ser transcendido, se não nos queremos ficar numa arte de segunda mão; no segundo, tem de ser analisado com discernimento, para dele extrairmos as premissas de uma linguagem e de um estilo que, sendo embora nacionais, alcancem validade universal.»²² Ou, como se diz no mesmo texto por outras palavras: «O folclore é um material. Precisamos de trabalhá-lo, dar-lhe o brilho clássico.» Num outro artigo, «Sobre a canção popular portuguesa e o seu tratamento erudito», Lopes-Graça explicou a maneira como o material tradicional podia ser transformado em «versões de concerto». O que aparece como o objectivo principal é a modernização e valorização das fontes tradicionais. Nas suas palavras: «O tratamento artístico da canção popular portuguesa é perfeitamente compatível com todos os recursos e conquistas da moderna técnica e gramática musicais; e direi mesmo que só aplicando-lhe, com o devido discernimento, está bem de ver, esses recursos e conquistas, é que ela se poderá valorizar completamente.»²³ Ou seja, consciente da dimensão simbólica associada ao uso da música do povo, usando as suas próprias expressões, Lopes-Graça não renunciou à sua função de intermediário ou de tradutor dessas produções para fazê-las aptas para um contexto que lhes era alheio: o do ritual das salas de concerto citadinas e o das técnicas modernas de composição.

Diversas técnicas de escrita permitiram-lhe adaptar o material sonoro original. Tinham como princípio comum a compensação do habitualmente curto âmbito vocal das canções, aumentando, variando ou decorando, também apenas timbricamente, a sua escala base. Centrando-se na harmonia, Lopes-Graça chegou a propor como exemplo a utilização de harmonias de quarta e de quinta, a imitação em tonalidades

²¹ LOPES-GRAÇA, Fernando – «Valor estético, pedagógico e patriótico da canção popular portuguesa». In: *A música portuguesa e os seus problemas*, vol. II. Lisboa, Caminho, 1986, 2ª edição, p. 112. O artigo foi originalmente publicado na revista *Vértice*, em 1949.

²² LOPES-GRAÇA, Fernando – «Sobre os arranjos corais das canções folclóricas portuguesas». In: *A música portuguesa e os seus problemas*, vol. II, op. cit., p. 118, nota.

²³ LOPES-GRAÇA, Fernando – «Sobre a canção popular portuguesa e o seu tratamento erudito». In: *A música portuguesa e os seus problemas*, vol. I. Lisboa, Editorial Caminho, 1989, 1ª edição, p. 140. Originalmente publicado na revista *Seara Nova*, em 1942.

afastadas, a adição de pedais interiores alheios à melodia, o adorno dos acordes perfeitos com três ou quatro apogiaturas e o aproveitamento das características modais das canções como processo de renovação harmónica. O compositor não pretendia, porém, limitar o seu labor a um mero exercício de composição. Coloca no mesmo plano o trabalho sobre a expressão, afirmando que se tratava de explorar as características psicológicas e morfológicas de cada canção, sem alterar o seu primitivismo e a sua pureza, e de traduzi-las musicalmente na parte instrumental. As *Glosas*, de 1950, são um dos exemplos melhor conseguidos da utilização de canções tradicionais, que aparecem literalmente citadas, como base de especulação musical.

Desde meados da década de 50, porém, o compositor deixou, em termos comparativos, de dar tanta importância à questão da utilização directa da música tradicional como material de base, enveredando por um caminho mais abstracto.²⁴ A prova é que as suas obras mais inovadoras do período — por exemplo, os *Cinco nocturnos*, de 1957-1959, o ciclo vocal *As Mãos e os Frutos*, de 1959, ou *Canto de amor e de morte*, de 1961 — não estão directamente relacionadas com a música tradicional, a qual, a partir de então, ficou circunscrita a uma espécie de prática paralela que se manifesta em obras como as *Melodias Rústicas Portuguesas*, nas quais seguiu a via da «actualização» do material tradicional original citado, isto é, o seu objectivo principal era a da transferência para um médio que permitisse a sua difusão, e não tanto o seu uso como base para a especulação. Este desenvolvimento subsequente da obra musical de Lopes-Graça prolongou-se até finais da década de 70, culminando com o *Requiem para as vítimas do fascismo em Portugal* (1979). Esta é a época do *Quarteto de cordas nº 1*, vencedor do prémio de composição Rainier III de Mónaco em 1965, e do *Concerto da camera col violoncelo obbligato*, dedicado a Mstislav Rostropovich e estreado por este violoncelista em Moscovo, em 1967, assim como do melodrama-cantata *Dom Duardos e Flérida*, a primeira e única obra de teor operático da autoria de Lopes-Graça estreada, em 1970, no Teatro Nacional de São Carlos. Nestes anos, ao longo da década de 60, Lopes-Graça também começou a ser programado nos Festivais Gulbenkian de Música e a ser retransmitido na Emissora Nacional com certa regularidade.

Tal como tinha acontecido em meados da década de 40, quando foi criada a imagem do Lopes-Graça nacionalista-progressista, na década de 60, as mudanças patentes na sua obra permitiram uma assimilação da mesma por parte da geração mais nova. Foi o compositor Jorge Peixinho, representante dessa geração, quem, em primeiro lugar, assinalou o lugar especial ocupado pelos *Cinco Nocturnos* na produção de Lopes-Graça, considerando-os, juntamente com o *Canto de Amor e de Morte*, uma das obras mais relevantes dos anos de plena maturidade do compositor.²⁵ Na sua análise, Peixinho salienta a integração dos elementos de cada peça, abolindo os conceitos de verticalidade

²⁴ O seu trabalho no domínio da recolha de música tradicional começou a ser desenvolvido em parceria com Michel Giacometti a partir de 1959. Resultou nos cinco álbuns da Antologia da Música Regional Portuguesa (1960-1971) e no *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1981.

²⁵ PEIXINHO, Jorge — «Canto de amor e de morte. Introdução a um ensaio de interpretação morfológica». In: *III Ciclo de Cultura Musical. Fernando Lopes-Graça* [brochura editada pela Associação de Letras da Faculdade de Direito de Lisboa em colaboração com a Juventude Musical Portuguesa], Lisboa, Abril de 1966, pp. 35-40 e «Lopes-Graça: uma figura ímpar da cultura portuguesa». In: *Uma homenagem a Fernando Lopes-Graça*. Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos/Edições Afrontamento, 1995.

e horizontalidade (isto é, de harmonia e de melodia) e a sua elaboração a partir de processos que a unificam através de uma complexa técnica de inter-relações entre os elementos melódicos, conseguida através de processos múltiplos de transformação. No fundo, Peixinho fez de Lopes-Graça uma espécie de antecedente legitimador dos princípios composicionais partilhados pelos compositores vanguardistas das décadas de 50 e de 60. Contudo, Lopes-Graça, que na década de 50 se tinha demarcado das posições mais radicais representadas por um Pierre Boulez ou um Karlheinz Stockhausen, continuou mantendo as distâncias nas suas obras da década de 60.²⁶ Esta distância foi, por exemplo, explicitada por João José Cochofel numa crónica de 1961, onde comparava precisamente Lopes-Graça e Stockhausen, então de visita em Portugal, afirmando que ambos eram representantes das duas atitudes antagónicas em que se dividiam as tendências musicais da época, uma que, «embora atenta aos recursos de novos meios e de novas possibilidades, os procura integrar na continuidade de uma tradição; outra que aguerridamente pretende fazer tábua rasa do passado e se lança na busca infrene do ineditismo.»²⁷ *As Mãos e os Frutos*, sobre textos de Eugénio de Andrade, e o Quarteto nº 1, compostos, respectivamente em 1959 e em 1964, são duas das obras que ilustram a procura da renovação dentro da tradição assinalada por Cochofel. Já os géneros em que se enquadram — o ciclo de canções para voz e piano e o quarteto e corda — assinalam essa permanência através da referência ao legado musical oitocentista, com o qual Lopes-Graça sempre se empenhou em criar laços.

A propósito do mencionado ciclo vocal, o compositor escreveu: «Não pretendi «rasgar novos horizontes», porque não alimento pretensões dessa ordem. Se eu tenho, de facto, uma «estética» pessoal (o que me parece duvidoso), creio não me ter afastado muito dela em *As Mãos e os Frutos* — apenas a terei subtilizado e porventura enriquecido com a experiência e as meditações destes últimos anos. Mas quiçá os meus críticos vejam no ciclo, como já viram nos *Nocturnos* para piano, uma nota nova na minha arte... Não sei.»²⁸ A concepção motívica do ciclo — que usa recorrentemente um desenho melódico de curto âmbito intervalar — e a exploração nele dos parâmetros métrico e rítmico como elemento de desenvolvimento são dois elementos de carácter técnico que, posteriormente, aplicou de forma intensiva em obras instrumentais posteriores. Uma delas é o mencionado quarteto que, por seu turno, tem nos quartetos de Bartók a sua referência imediata, nomeadamente no que diz respeito ao uso de

²⁶ Cf. LOPES-GRAÇA, Fernando – «À volta do dodecafonismo: comentários ao depoimento de Pierre Boulez». In: *Reflexões sobre a música*. Lisboa, Editorial Caminho, 1978, 2ª edição revista e aumentada, pp. 97-108. Publicado originalmente na *Gazeta Musical*, em 1953. Uma parte deste debate enquadrou-se no âmbito das relações que Lopes-Graça manteve com vários compositores brasileiros contemporâneos com os quais partilhou posições estéticas e ideológicas; cf. CASCUDO, Teresa – «Fernando Lopes-Graça e os compositores brasileiros: a polémica «dodecafonismo vs. nacionalismo» entre 1939 e 1954 numa perspectiva comparativa». In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.), *Portugal-Brasil: Uma visão Interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 269-284.

²⁷ COCHFEL, João José – «Novas obras de Lopes-Graça. Stockhausen em Lisboa», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, 128/9 (1961), p. 356.

²⁸ Carta de Fernando Lopes-Graça a Manuel Dias da Fonseca, citado em Fonseca, Manuel Dias da – «*As Mãos e os Frutos* de Eugénio de Andrade e Fernando Lopes-Graça», *Vértice*, 196/197 (1960), p. 79.

padrões melódicos e motivos definidos em torno de âmbitos intervalares muito curtos que dão a impressão de «se procurarem», ao cromatismo de raiz modal, ao desenvolvimento de texturas polifónicas de carácter imitativo, simétricas por vezes, e à utilização de insistentes acordes dissonantes com acentuações multiformes. Lopes-Graça, inclusive, cita de forma fugaz, efeitos tímbricos que se associam imediatamente ao compositor húngaro. A manipulação das formas tradicionais aplicadas em cada um dos andamentos tem também a sua origem na produção quartetística bartokiana, que, por seu turno, está directamente relacionada com a liberdade aprendida nas últimas obras de Beethoven.

A propósito de *As Mãos e os Frutos*, cabe referir o seu enquadramento numa das linhas de força patentes na obra de Lopes-Graça: a predominância da música vocal. Não encontramos nenhum exemplo comparável entre os contemporâneos do autor de autor que tenha usado de maneira tão constante e frutífera a literatura portuguesa como factor para o seu desenvolvimento artístico. Lopes-Graça foi o primeiro, e em ocasiões o único, compositor em usar os poemas de autores tais como Fernando Pessoa, Camilo Pessanha, José Régio, Miguel Torga ou o próprio Eugénio de Andrade, entre outros muitos. Isto não revela apenas o gosto pessoal do compositor, que era um ávido e interessado leitor. Mostra também a sua confiança no poder da palavra, particularmente da palavra poética, e da voz humana como material para ser tratado musicalmente e para intervir socialmente. Como foi anteriormente apontado, a poesia foi um dos poucos repositórios de liberdade possíveis durante o Estado Novo. A poesia, ainda, fundamentou a intenção de Lopes-Graça de integrar a sua obra musical numa tradição válida e actuante, em parte fundamentada na existência prévia de um cânone liberal-republicano no qual se valorizava, não apenas o uso da língua nacional, mas também a utilização da canção popular como material ideal de reconhecimento e recriação de uma identidade e o recurso aos géneros da música instrumental 'pura'. A língua nacional é, obviamente, um dos veículos de agregação colectiva mais importantes dos usados pelo nacionalismo. No caso de Portugal, as virtualidades subsequentes da união da língua nacional e da música foram, proporcionalmente ao volume de produção musical do meio, assinaladas e defendidas. Os primeiros apólogos desta união foram os que criaram a base argumentativa sobre a qual se fundamentou a tarefa de Lopes-Graça, especialmente no que diz respeito ao seu trabalho como compositor de música vocal. Por um lado, o cânone da literatura nacional proporcionou-lhe um ponto de apoio no objectivo da criação de uma música especificamente portuguesa, para além de imbricar simbolicamente a sua própria música num dos mais poderosos elos da tradição cultural portuguesa. Por outro lado, o próprio trabalho sobre a prosódia portuguesa está unido a questões técnicas especificamente musicais: é inseparável da tentativa da modernização da melodia (entendida como parâmetro da composição), dando-lhe uma feição próxima da entonação da fala. Relativamente a deste último aspecto, cabe pensar que o respeito de Lopes-Graça pelos textos que utilizou é também uma mostra da sua posição face a uma manifestação artística superior que mantém a sua identidade à margem da manipulação musical.

Após o 25 de Abril, Lopes-Graça tornou-se numa figura tutelar para a cultura, patrocinada pelo Estado através de sucessivas encomendas, que manteve os rasgos da sua imagem de compositor-intelectual mediante a vinculação da sua música com outras

figuras simbolicamente muito importantes — na medida em que foram institucionalmente construídas — da cultura portuguesa. Entre estas, encontram-se as de Luís de Camões e Fernando Pessoa: Lopes-Graça, por exemplo, foi convidado pela Secretaria de Estado da Cultura para compor uma ópera inspirada no primeiro e colaborou activamente nas comemorações do centenário do segundo através da composição de peças vocais sobre poemas da sua autoria. As *Sete predicções de «Os Lusíadas»*, de 1980, foram a sua resposta a um destes requerimentos. A dimensão simbólica da obra, para além de estar patente no facto de ser uma encomenda do governo, vê-se reforçada pelo programa do concerto em que foi apresentada, no âmbito das comemorações do centenário de Camões, por motivo do qual, e para além da obra de Lopes-Graça, foram interpretados os *Madrigais camonianos*, compostos por Luís de Freitas Branco entre 1935 e 1943. A comparação das duas obras caracteriza as intenções de Lopes-Graça e a sua relação com o passado. Enquanto Freitas Branco manifesta uma atitude neo-clássica, de cariz revivalista, baseada na recriação dos modelos renascentistas — de certa maneira comparável à que Lopes-Graça tinha mostrado nas suas primeiras canções sobre os sonetos do poeta, que datam de fins da década de 30 e de inícios da década de 40 — o autor das *Predicações* começa por violentar o texto camoniano, escolhendo uma série de fragmentos, que determinam a estrutura da obra, guiado pelo seu conteúdo crítico e tentando reforçar musicalmente a sua expressividade. O antecedente da obra, cujas intenções pedagógicas são evidentes, podemos encontrá-lo não tanto nos madrigais de Freitas Branco, mas numa obra de Viana da Mota, as *Invocações dos Lusíadas*, cantata iniciada em 1897 e concluída em 1915.²⁹ Mas as reacções críticas à estreia da cantata de Lopes-Graça reflectiram fundamentalmente a dificuldade com a que a sua obra podia ser assimilada dentro das linhas de debate dominantes na altura. Assim, Augusto M. Seabra assinalou o «atraso» da obra de Lopes-Graça em relação às «linhas fundamentais da evolução musical», apresentando o isolamento da obra do compositor como um reflexo da inexistência de descendências estéticas na música portuguesa que constituíssem uma tradição nacional.³⁰ Por seu turno, na sua crónica do mesmo concerto, Mário Vieira de Carvalho viu o mesmo problema de forma diferente, salientando o «propósito de inserção mais profunda numa cultura, num povo» como o fio condutor de toda a produção musical de Lopes-Graça.³¹ Dificilmente, por um lado, do ponto de vista estilístico, a sua obra podia ser integrada no discurso de cariz historiográfico que então imperava na visão da composição musical contemporânea. Por outro lado, a grande narrativa de matriz comunista, veiculada por Vieira de Carvalho, protagonizada por Lopes-Graça enquanto artista «representativo» mergulhado no húnus do seu povo, tornava ainda mais profunda essa dificuldade.

Lopes-Graça, que se tinha debatido ao longo de toda a sua carreira com o problema da ausência de uma tradição, tal como assinala Seabra, aprofundou na reflexão sobre o mesmo assunto nas suas últimas composições, onde se detecta uma tentativa

²⁹ V. CASCUDO, Teresa — «A música instrumental de José Viana da Mota». In: CASCUDO, Teresa e TRINDADE, Helena (Coord.), *José Viana da Mota, cinquenta anos depois da sua morte 1948-1998*. Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 1998, pp. 49-63.

³⁰ V. SEABRA, Augusto M. — «*Os Lusíadas* segundo Lopes-Graça», *Diário de Notícias* (30-VIII-1980).

³¹ CARVALHO, Mário Vieira de — «Lopes-Graça e *Os Lusíadas*», *Diário de Lisboa* (25-VIII-1980).

de recuperação do passado: tanto do passado do próprio Lopes-Graça, como do passado da história da música ocidental. Está patente, por exemplo, nas homenagens explícitas a Joseph Haydn e a Ludwig van Beethoven, mas também a outras obras dedicadas ao Opus Ensemble que partilham o mesmo carácter dir-se-ia auto-paródico: as *Geórgicas* e os *Sete apotegmas*. Todavia, incluem-se nessa mesma linha os oito quadros coreográficos de *Danças*, uma encomenda da Companhia Nacional de Bailado composta entre 1984 e 1986 que, significativamente, é uma volta aos modelos instaurados na primeira metade do século, reflectindo a influência de Igor Stravinsky (*Le Sacre du Printemps*) e de Manuel de Falla (*El Sombrero de Tres Picos*). E, finalmente e sobretudo, a sua última e beethoveniana sonata para piano, de 1981, que culmina um processo criativo desenvolvido ao longo de cinco décadas no âmbito de um dos géneros mais prestigiosos e melhor alicerçados na tradição. As seis sonatas para piano que escreveu, a primeira das quais data de 1934, ilustram bem o conceito que o compositor tinha da forma legada pela história e da maneira como podia ser manipulada por um autor do presente.

A complexidade que apresentam a figura e a música de Fernando Lopes-Graça faz com que ambas resistam às mais variadas aproximações, dificultando qualquer tentativa de apreensão ou avaliação simplistas. Isto não é, obviamente, um convite ao relativismo nem ao esvaziamento da dimensão política da sua figura pública. Significa apenas que para percebê-la em toda a sua dimensão parece ser preciso perseverar na criação discursos que contribuam para a sua historização, sob pena de reduzir o compositor aos traços de um herói de banda desenhada. Nas suas composições, Lopes-Graça revelou-se um artista reflexivo e completo, cuja vincada personalidade não podia ser senão uma ameaça ao projectar-se sobre a fachada de ordem e contentamento que vigorou em Portugal durante décadas, imposta mediante a censura e a propaganda exercidas pelo Estado Novo. A sua actuação enquanto artista foi para ele inseparável dos compromissos que, como cidadão, tinha contraído com a «Cidade» e com a «Grei», como ele próprio assinalou reiteradas vezes. A sua coerência levou-o a assumir também uma inequívoca posição política como militante do Partido Comunista Português. Porém, vale a pena insistir na ideia de que o Fernando Lopes-Graça criador não merece ser reduzido apenas à parcela do seu trabalho artístico que foi manifestamente concebida em função das suas causas políticas: as suas opções nunca foram avaliadas de forma consensual, nem podem ser entendidas no âmbito de um jogo simplista de causas e efeitos. A música de Lopes-Graça quis representar uma forma de «ser português». Foi, no entanto, feita à medida do homem e não do Estado: escuta-se umas vezes irónica, outras, trágica, e, sempre, comovente e expressiva. A mão do seu eu criador não se submeteu e quis dominar, de forma inquietante, os ouvidos de quem escutasse a sua música. Com efeito, e tal como se mostrou neste ensaio, a sua identidade como compositor (associada a um cânone pessoal que parece reforçado pela sua inclusão no repertório e nos discursos estéticos e historiográficos de que ele bebeu, representado nos autores que fomos citando ao longo do texto) articulou-se com os traços sonoros por ele imputados à identidade nacional.

Fica aqui o desejo de que um discurso crítico cada vez mais amplo sirva para perceber cada vez melhor a figura de Fernando Lopes-Graça, um compositor nascido na província, excluído institucionalmente durante décadas do ponto de vista político e profissional, dedicado com firmeza à sua arte num médio estéril e hostil — «neste

doce País das Uvas, onde não há tradição musical alguma de relevo, [...] onde quase se pode mesmo dizer que esta arte não existe como força espiritual»³² — e que, contrariando todas as expectativas, criou uma obra sincera e coesa, sem comparação possível no contexto musical do seu país e impressionante quando pensada no contexto internacional. A sua perseverança artística assegurou-lhe um lugar único na história da música portuguesa e, se os devidos canais de difusão alguma vez tivessem existido — ou existissem nos dias de hoje —, teria feito dele uma figura de relevo no panorama da música europeia do século passado. Porém, esta exibição de optimismo militante que deve ser temperada com uma dose de realismo. A sobrevivência do legado de Fernando Lopes-Graça depende da perdurabilidade de um conjunto mais alargado de práticas, de instituições e de conceitos de cujo desaparecimento, não vale a pena ignorá-lo, estamos presentemente a ser testemunhas privilegiadas. Mais ainda, se interpretarmos as suas composições musicais eruditas enquanto formas simbólicas que fariam supor a existência de repertórios sonoros nos quais determinadas pessoas reconheciam a sua pertença a um grupo, o certo é que o alcance da sua obra resultou ser bastante limitado. No entanto, tomar isto em consideração deve ser apenas o estímulo para continuar a estudá-lo, atribuindo novos sentidos à música que ele criou.³³

³² LOPES-GRAÇA, Fernando — «Doutrinas antimusicais». In: *Reflexões sobre a música. Op. cit.*, p. 216. A citação data de 1934.

³³ O presente artigo foi realizado no âmbito do projecto «Fernando Lopes-Graça, um século de música portuguesa», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos, POCI/EAT/61157/2004).

ENCERRAMENTO

(Página deixada propositadamente em branco)

VELHOS E NOVOS COMBATES PELA UNIVERSIDADE E PELA HISTÓRIA

A história oficial e a história «privada» do CEIS20

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra perfaz por esta altura dez anos. Este foi verdadeiramente o motivo da nossa celebração, com a realização de um interessante colóquio — mais um... — sobre um tema da maior actualidade, a que se chamou, por clara inspiração de uma obra de Lucien Fèbvre, «Novos Combates pela História». Por isso, como membro do CEIS20 e seu mais antigo investigador, coube-me a honra de encerrar este encontro. Orgulho-me desta minha representação e do decénio que já passou, aspirando a estar presente na próxima celebração, que há-de ocorrer em 2018.

Não devemos agradecer a nós próprios nem aos amigos, mas não quero deixar de saudar a minha colega Prof.^a Maria Manuela Tavares Ribeiro, actual coordenadora científica deste Centro, e o meu colega Professor João Rui Pita, vice-coordenador, que comigo colaborou directamente na formação do Centro em anos anteriores a 1998. Eles ergueram este colóquio, apoiados por outros colegas (que peço desculpa de não identificar) e pelos membros não investigadores do CEIS20 (propositadamente não lhe quis chamar «funcionários», num tempo caracterizado pela existência de «funcionários», «gestores» e «burocratas», que matam, tantas vezes, a nossa liberdade e o nosso gosto de pensar e de trabalhar). Eles pertencem ao centro como cada um de nós (os que pesquisam em História), vivendo os seus problemas.

O CEIS20 não é, porém, uma invenção minha. Ele mergulha num tempo já (para mim) impreciso em que orientei uma equipa de investigadores que não pertenciam à Universidade de Coimbra. A ideia surgiu da Doutora Heloisa Paulo, brasileira ou portuguesa (que importa?), actualmente bolsreira de pós-doutoramento da FCT, e do Doutor Armando Malheiro da Silva, então arquivista em Braga e hoje professor da Universidade do Porto, na área de Ciência da Informação, embora para mim seja sempre o historiador contemporaneísta que orientei. Mas, a ideia foi prontamente aceite por todos nós: o Doutor Carlos Cordeiro (professor na Universidade dos Açores), o Mestre José Luís Lima Garcia (professor na Escola Superior de Educação da Guarda), o Doutor Luís Oliveira Andrade, da Universidade de Aveiro (que já não está fisicamente entre nós, mas cuja memória nos acompanha no nosso quotidiano), e eu próprio. Éramos seis, pelo que *Seis* passaria a ser uma palavra mágica, tanto aplicada

ao número de investigadores que nos reuníamos periodicamente, na minha casa, em Figueira de Lorvão (concelho de Penacova), ou na casa Malheiro da Silva, em Paderne, no concelho de Melgaço, como ao *Centro* que queríamos fundar — *CEIS20* (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX). Interdisciplinar era, pois, uma das características essenciais da unidade de pesquisa que nessa altura vivia somente nos nossos sonhos. No entanto, também a desejámos transversal, a pesquisadores de vários países e a várias escolas do ensino superior ou do ensino básico e secundário (situação que parece hoje não estar adequada a uma noção de escola que se burocratizou, que parece mais estar interessada na *forma* do que na *matéria*, ou seja, nos métodos de ensinar, ou nem isso, do que no conteúdo científico e cultural, que é a base do conhecimento e do espírito crítico).

O resto... é a história já narrada pela minha colega Maria Manuela. A história de um centro que, para se fundar, se instalar e progredir, contou com o apoio de todos os reitores que passaram pela Universidade de Coimbra, desde 1998 ou ainda antes, Professores Rui Alarcão, Fernando Rebelo e Fernando Seabra Santos; de todos presidentes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Professores Luís Magalhães, Fernando Ramôa Ribeiro e João Sentieiro; pelo ministro Professor Mariano Gago, que esteve presente na inauguração da nossa nova sede. E que teve e tem ainda a colaboração das Fundações (as verdadeiras Fundações de mecenato), como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Engenheiro António de Almeida, presidida pelo nosso colega Fernando Aguiar Branco, e da Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida primeiro pelo Professor Fernando Regateiro e agora pelo Professor José de Faria Costa e pela Dr.^a Maria João Padez. É a história de um centro que se organizou e reorganizou (bem ou mal), ao sabor das políticas da investigação, nem sempre consequentes, que fomos oportunamente criticando. Um Centro, sobretudo, que tem trabalhado quanto pode e como pode, editando regularmente a sua revista, *Estudos do Século XX*, vários ensaios nos *Cadernos do Século XX*, que publica três colecções, muitos livros, que organizou muitos colóquios, cujas actas têm sido editadas (a última das quais, acabada de sair pela Imprensa da Universidade, se intitula *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*), que tem organizado exposições, a começar numa realizada exactamente em 1998, sobre Humberto Delgado e as eleições de 1958 para a Presidência da República, cujo cartaz (espécie de *ex-libris*) está na entrada da elegante «Casa das Ardenas» na rua Filipe Simões, onde viveu o linguista Prof. Paiva Boléo e o médico Dr. César Anjo, figura de grande significado da oposição ao Estado Novo de Salazar. Então, em 1998, não tínhamos ainda eira nem beira ou vivíamos em pequenos cubículos nos edifícios da Reitoria ou dos Serviços Internacionais na rua Oliveira Matos, e reuníamos-nos onde podíamos dispor de uma sala, até que a Reitoria nos destinou aquele excelente espaço.

Amor à História e à Universidade

O CEIS20 é afinal hoje a casa onde trabalhamos, onde combatemos pela história e onde sublimamos as nossas frustrações universitárias, «sob o signo de Bolonha», sobre as quais continuo a escrever (mesmo aposentado), pois — posso dizê-lo — para além da minha Família, que sempre constituiu o centro da minha vida, os meus grandes amores foram e são a Universidade e a História.

Não se atrevam os colegas que aqui quiseram estar presentes, como comunicantes neste colóquio, membros e colaboradores, ou os simples amigos do CEIS20 e todos os presentes — a quem agradeço vivamente — considerar como romântica e serôdia esta verdadeira «declaração de amor». Proferiu-a o próprio Lucien Fèbvre, em relação à História, num dos textos integrados no livro cujo título — como dissemos — inspirou este encontro, *Combats pour l'Histoire*, colectânea publicada em 1953. Disse-o, e depois escreveu-o, na abertura a três conferências de iniciação à História, proferidas no início de 1941 e destinadas a alunos da *École Normale Supérieure*:

Amo a História. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas — algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a História — e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo.¹

Quanto à Universidade, tenho-a louvado e criticado, como alguém que a ama. Perdoem a utilização exemplar dos nomes que vou proferir (porque pode parecer da minha parte uma presunção), mas criticaram-na, em várias épocas e circunstâncias, e amaram-na, Francisco Soares Franco, Almeida Garrett, Antero de Quental, António José de Almeida, Bernardino Machado, Sidónio Pais, Sobral Cid..., e tantos outros, como Joaquim de Carvalho (cujos cinquenta anos da sua morte se estão a celebrar na Figueira da Foz, sua terra natal). Rodrigues Lapa, Aurélio Quintanilha, Mário Silva ou os meus professores Sílvio Lima, Silva Dias e Miguel Baptista Pereira (só para falar daqueles que pela «lei da morte» já não estão entre nós).

A Universidade, o seu sentido, em tempos de crise, e os combates pela Universidade

Acima de tudo — e é isto que se está a esquecer, neste início de século e finais do século XX, que também já foi nosso — a Universidade é Ciência, é Cultura e é Ensino, que tanto pode viver num curso de História, de Filologia Clássica, como num curso de Física ou de Engenharia de Materiais. Não devemos esquecer que o famoso MIT (a Universidade americana é normalmente mal compreendida, sobretudo quando a ela queremos recorrer como «exemplo», na lógica do que Ortega y Gasset chamava, ironicamente, as «universidades dos países exemplares»), o MIT de que tanto se fala no domínio dos saberes práticos, tem excelentes secções de História, de Línguas e Literaturas e de Filosofia. Mesmo em Portugal, ainda por vezes se pensava assim. Fui professor na Universidade de Aveiro, em 1973, no então recém-criado curso de Telecomunicações onde, conjuntamente com uma equipa liderada pelo Professor Silva Dias, leccionava a disciplina de... História da Cultura!

A Técnica pode e deve existir, tem de existir, e é responsável pelas grandes maravilhas do nosso tempo, mas não nos podemos deixar subjugar por ela. Por isso, no mesmo texto de que falei há pouco, Lucien Fèbvre, na altura em que analisava a sucessão do império da razão burguesa ao qual se seguia o grito de dor do proletariado, falava da

¹ «Viver a História», *Combates pela História I*, tradução portuguesa, Lisboa, Presença, 1977, p. 37.

«Tragédia do Progresso»². E, na verdade, o domínio da técnica preocupou historiadores ou filósofos, bem como os cientistas do século XX, como Einstein. Em Portugal, Leonardo Coimbra, que teve uma formação de base no domínio das ciências exactas e naturais e da náutica, no seu texto fundamental, *O problema da Educação Nacional* (1926), entendia a Universidade como a alma da Educação, da Cultura e da Ciência e expressava-se desta forma, discutível sem dúvida, mesmo para o tempo em que escrevia, na qual colocava o ensino técnico num lugar à parte: «Uma Universidade é antes de mais nada, o saber teórico, seja: faculdade de ciências da natureza, faculdade de ciências do espírito e faculdade de Filosofia. O resto são as faculdades técnicas, variadas segundo as necessidades e o condicionalismo de cada região»³.

Acima de tudo, e nunca esquecendo o alarme que nos foi lançado, com algum exagero, mas com muito dramatismo e muita preocupação em relação ao futuro (preocupação saudável) por universitários, pensadores e escritores dos anos vinte e trinta do século passado, que viam, penosamente, surgir a ideia de que uma política tecnocrática devia dominar no espaço da educação, com tendência para a ligação a ideologias únicas e às práticas autoritárias ou totalitárias, deveremos hoje perguntar «O que é a Universidade?». Não defino nada — como sempre digo, as definições podem levar à cristalização dos conceitos. Mas afirmo peremptoriamente — como muitos universitários o estão, felizmente, a fazer em todo o mundo, quer sejam historiadores, humanistas, filósofos, matemáticos ou engenheiros informáticos — que a Universidade e a Educação não podem estar ao serviço da técnica, de uma produtividade simples, ou simplista, numa lógica neo-liberal e pragmática, sobretudo de uma produtividade do lucro, independentemente da sua estabilidade e do seu papel social. De uma produtividade que não discute os sistemas sociais, científicos e culturais, que não se interroga e que não quer que os técnicos, os gestores, os cientistas ou os professores e os estudantes se interroguem.

Ortega y Gasset, numa famosa oração proferida em Madrid, em 1930, afirmava:

A vida é um caos, uma selva selvagem, uma confusão. O homem perde-se nela. Mas o seu espírito reage ante essa sensação de naufrágio e de perda: trabalha para encontrar na selva «vias», «caminhos»; isto é: ideias claras e firmes sobre o universo, convicções positivas sobre o que são as coisas e o mundo. O conjunto, o seu sistema, é a cultura no sentido verdadeiro da palavra; completamente ao contrário, pois, do ornamento. Cultura é o que salva do naufrágio vital, o que permite ao homem viver sem que a sua vida seja uma tragédia sem sentido ou radical envilecimento.

Não podemos viver humanamente sem ideias. [...]

[...]

Cultura é o sistema *vital* das ideias em cada tempo.⁴

² *Combates pela História*, ed. port., vol. I, p. 55.

³ *O problema da Educação Nacional*. Tese apresentado ao Congresso da Esquerda Democrática, em 26 de Abril de 1926. Porto, Marânus, 1926, p. 44.

⁴ *Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930, pp. 57-59. A tradução portuguesa é da nossa responsabilidade, mas pode ver-se outra tradução, de Filipe Nogueira, sem dúvida de melhor qualidade, na edição portuguesa recente (outra foi feita por Sant'Anna Dionísio e editada pela Seara Nova em 1946) *Missão da Universidade e outros textos*, Coimbra, Angelus Novus, 2003, pp. 47-48.

Para Ortega, a Universidade era, acima de tudo, uma «Universidade de Cultura», embora fosse também uma escola de formação profissional e, além do mais (*además*), um centro de Ciência, embora se equacionasse a questão de saber se as verdadeiras unidades de investigação não deveriam viver com independência, tendo em conta que, se a Universidade deveria preparar bons profissionais cultos, não teria necessariamente de preparar cientistas. Como se vê, trata-se de um problema difícil de resolver, sobre o qual mesmo hoje se discute.

Mas também hoje se equaciona, curiosamente, o problema da falta de cultura. Tal como no tempo de Ortega y Gasset, mas agora numa época marcada pela massificação e por artificiais ideias de saber, pela lógica de conhecimentos práticos ou de «competências» (na nova gramática intelectual). Veja-se, por isso, o interesse deste texto:

Hoje atravessamos – contra certas presunções ou aparências – uma época de terrível incultura. Nunca talvez o homem médio esteve tão abaixo do seu próprio tempo, do que este tempo lhe pede. Do mesmo modo, nunca abundaram tanto as existências falsificadas, fraudulentas. Quase ninguém está no seu lugar adequado, ligado ao seu autêntico desígnio. O homem normalmente vive de subterfúgios com os quais se mente a si mesmo, fingindo ter à sua volta um mundo muito simples e arbitrário, apesar de que a consciência vital o avisa aos gritos que o seu verdadeiro mundo, o que corresponde à plena actualidade, é profundamente complexo, preciso e exigente. Mas, tem medo – o homem médio é hoje muito débil, a despeito das suas gesticulações de valentia –, tem medo de abrir-se a este mundo verdadeiro, que exigiria muito dele, e prefere falsificar a sua vida, mantendo-a hermética no casulo do seu mundo fictício e simplicíssimo.⁵

E, nesta mesma lógica, Ortega (que publicou primeiro o seu notável texto no jornal *El Sol* e por isso pedia desculpa aos «periodistas») invectiva contra os jornais que davam conta de um mundo fictício (hoje diríamos «virtual»), esquecendo o que era verdadeiramente importante: «Quanto mais importância substantiva e perdurante tem uma coisa ou pessoa menos falarão dela os jornais, e, ao invés, destacarão nas suas páginas o que esgota a sua essência em ser um «sucesso» e dar lugar a uma notícia.»⁶ A Universidade, ao contrário do que (segundo Ortega) sucedia, teria, pois, de intervir no mundo e numa Europa que vivia de «cabeça para baixo» («*con la cabeza para abajo y los pies piruteando en lo alto*»). Daí o facto de ter de se reformar e conhecer a medida da sua responsabilidade. E assim terminava o seu discurso Ortega y Gasset:

É, pois, questão de vida ou de morte para a Europa rectificar tão ridícula situação. *Para isso tem a Universidade que intervir na actualidade como Universidade*, tratando os grandes temas do dia a partir do seu ponto de vista próprio – cultural, profissional, científico. Deste modo não será uma instituição só para estudantes, um recinto *ad usum delphinis*, mas uma instituição que, envolvida na vida, nas suas urgências, nas suas paixões, há-de impor-se como um «poder espiritual» superior frente à Imprensa, representando a serenidade frente ao frenesim, a séria agudeza frente à frivolidade e à verdadeira estupidez.

⁵ *Idem*, 117-118. Na edição portuguesa mais recente, p. 74.

⁶ *Idem*, p. 142. Na edição portuguesa, p. 83.

Então voltará a ser a Universidade o que foi nas suas melhores horas: um princípio promotor da história europeia.⁷

Obviamente que a vida, as urgências e as paixões do nosso tempo são outras. Perdoem-me citar, por isso, tão insistentemente este belo texto que se intitula *Misión de la Universidad*, de 1930, como tantos outros já o fizeram ao longo da história mais ou menos recente. Mas o certo é que actualizando o texto — falando dos jornais, mas também da rádio, e sobretudo da televisão e da Internet — não podemos deixar de pensar no sentido das palavras do filósofo espanhol, que foi tão seguido e citado, como discutido, à direita e à esquerda. Acima de tudo — tal como fiz nos ensaios «A Universidade e as «condições» da imaginação» e a «A Universidade entre a Tradição e a Modernidade»⁸, usando outros exemplos e outros pensadores, que hoje reflectem sobre a Universidade, procurando escarpelizar os paradigmas do passado e do presente — o que desejo é apelar para a ideia de uma Universidade de conhecimento, interventiva, que ensine com competência e com exigência, utilizando as técnicas de hoje mas sem se deixar encadear por elas, pensando mais no conteúdo do que na forma, mais na independência do que na autonomia, menos na produtividade e no «sucesso» do que na formação da inteligência e do espírito crítico (não há Universidade sem Espírito Crítico), menos na lógica empresarial do que numa concepção social e comunitária que sempre fez parte da sua essência europeia.

Mas, já agora, deixem-me acrescentar alguns passos de Joaquim de Carvalho, no ano dos cinquentenário da sua morte, que, infelizmente nunca cheguei a conhecer, pois já falecera quando entrei na Universidade em 1960. O seu texto de referência foi publicado em 8 de Novembro de 1933 (faz quase neste dia 75 anos), com o título sugestivo «Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano», publicado no *Diário Liberal*, de Lisboa. Foi um tempo de grandes discussões acerca da Universidade, como vieram a ser os decénios seguintes. Os próprios professores, na sua maioria ligados ao regime em formação, escreveram uma representação dirigida ao então ministro da Instrução Pública, queixando-se das condições do ensino. Mas, intervieram também, de modo diferente, outros professores mais ou menos «marginais» em relação ao Poder, mas sempre intervenientes (Rodrigues Lapa ou Aurélio Quintanilha, Hernâni Cidade, Geraldino Brites ou Adriano Rodrigues), intelectuais como António Sérgio, «gente nova» partidária do movimento de «Renovação Democrática» (como Lobo Vilela, Joaquim Magalhães, Adeodato Barreto, Adolfo Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos). Joaquim de Carvalho não subscreveu o texto dos seus colegas de Coimbra, mas concordou basicamente com ele no artigo citado. Permito-me ler uns passos do texto do professor de Filosofia e de História da Cultura, pois são de uma notória actualidade e entusiasmam qualquer leitor ou qualquer ouvinte. Fala sobre o tempo, sobre o sentido do estudo universitário, ou sobre a importância da cultura, numa evidente influência de Ortega y Gasset:

⁷ *Idem*, pp. 142-143.

⁸ *A Universidade e as «condições» da Imaginação*. «Cadernos do CEIS20». Coimbra, CEIS20, 2008, e «A Universidade entre a Tradição e a Modernidade» in *Revista Intellectus*, ano 07, vol. I – Rio de Janeiro, 2008, <http://www.intellectus.uerj.br>

Percorra-se com espírito equânime o plano de estudos de algumas, senão de todas as Faculdades, e a peçonhenta verdade da carência de tempo livre, para mestres e estudantes, surgirá com profunda evidência. Atirado de uma cadeira para outra cadeira, de um curso para outro curso, das aulas teóricas para as aulas práticas, o professor é inexoravelmente compelido à burocratização do magistério, ao ensino fácil e à repetição – coisas terríveis para mestres e alunos.

Para mestres, porque lhes cerram o intelecto à imaginação criadora e os convertem em provincianos do Espírito, e para os estudantes, porque lhes geram a sensação de que a aprendizagem não exige o esforço diário e a ciência é como os frutos maduros, que estão acolá à espera de quem os colha.

[...]

Escolar, estudante e estudioso são três palavras diversas, cuja diversidade não impede que toda a gente lhes reconheça o parentesco de membros de uma única família. Ser escolar é adquirir o direito de frequentar as aulas; ser estudante é, pelo menos, cumprir suficientemente os deveres da escolaridade, mas o ideal é que os escolares e os estudantes sejam estudiosos, e ser estudioso na juventude não tem a significação farisaica do jovem limitar as suas vigílias, as suas curiosidades e a sua formação interior – a qual, claro, não é o mesmo que formatura –, aos estudos oficiais da Universidade.

Todo o jovem que transita durante cinco anos por uma Faculdade e viveu à margem dos problemas eternos, dos anelos do seu tempo e não ouviu a tenuíssima voz das gerações, que nos estão dizendo ser ciência difícil e um esforço infatigável e sem descanso, frustrou a sua vida para sempre.

Pode ser um técnico útil, mas é uma alma perdida e a arrepiante verdade é que a organização vigente é uma máquina infernal de perda de almas. Costuma dizer-se que a juventude é a idade heróica, mas é, pelo menos, a única idade da vida que tem o direito absoluto ao desperdício do tempo em holocausto às nobres paixões. A ciência oficial não é toda a ciência e menos ainda toda a cultura, e o grande pecado da organização em vigor é roubar o tempo e supor que propicia ao estudante o viático intelectual para toda a vida pós-escolar.

E, noutro passo, recordando mais uma vez Ortega, escrevia Joaquim de Carvalho:

Os despojos da mortífera peçonha estão aí, bem visíveis: a crescente diminuição de vocações científicas, a quebra de continuidade no ensino dos grandes mestres finados, a carência apavorante de jornais e revistas da juventude escolar, e em sua substituição sub-produtos reles de boémia pseudo-espirituosa. Podemos nós, os que nos preocupamos com a saúde moral e política da nossa Pátria, ser indiferentes ao brado de alerta contra a mortífera peçonha? Este é o facto nu e cru, e é sobre o facto, em si, descarnado e sem tintas de retórica, que deve incidir a atenção pública. Quem há aí que não sofra com magoada indignação o justificado retraimento dos nossos editores e o crescente desinteresse por tudo – tudo – que afirme qualquer faceta do Espírito?

Dir-se-ia que vivemos submergidos por uma vaga de estupidificação colectiva, mas o nosso dever elementar, espere-nos ou não o sucesso, mesmo sem esperança de êxito, é remar contra a vaga.

Enfim — repetimos — o tempo é outro. Contudo, nunca poderemos esquecer a lição de quem nos precedeu, a que poderemos juntar os testemunhos, discutíveis, sem dúvida (não há nenhum juízo que não o seja), mas empenhados, na luta por uma Universidade e (mais latamente) um Ensino e uma Cultura ao serviço da sociedade, e não defensores de uma Universidade Empresarial ao serviço do Capital. Por exemplo, poderemos acrescentar os testemunhos do filósofo francês Jacques Derrida⁹ ou do canadiano, professor de literatura comparada, Bill Readings¹⁰, ou do professor de Filosofia da Educação da Universidade de Hamburgo Andrea Liesner¹¹, ou do sociólogo da Universidade de Oxford Hermínio Martins¹², ou do matemático francês Laurent Laforgue, demitido do *Conseil Supérieur d'Éducation* por ter denunciado que o sistema educativo francês estava em vias de destruição, ou de Christophe Charle, prestigiado historiador da Universidade de Paris I, na Introdução ao livro *Les ravages de la «modernisation» universitaire en Europe*¹³.

Combates pela História

Combates pela Universidade, combates pela História... Velhos e novos combates... Também nos anos trinta ou quarenta a História passou por um momento de crise. Lucien Fèbvre nos seus *Combats* afirmava de forma bem clara, referindo-se ao relativismo que atingiu a Ciência:

[...] a crise da História não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos — o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano. Ou, mais precisamente, é apenas, ao mesmo tempo, um sinal e uma das consequências de uma transformação muito nítida e muito recente da atitude dos homens de Ciência, dos cientistas frente à Ciência.¹⁴

Por isso, Lucien Fèbvre e o movimento dos *Annales* lutavam por uma História vivida («Vivre l'Histoire» — é o título das lições de Lucien Fèbvre, de 1941), por uma História que não fosse uma mera narrativa do passado, mas que compreendesse a sociedade de qualquer época, sem a «actualizar», sem a tornar um artifício ideológico.

⁹ *L'Université sans condition*, Paris, Éditions Galilée, 2001. Tradução portuguesa, com um Posfácio por Fernanda Bernarda, *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003. Este texto foi apresentado pela primeira vez na Universidade de Stanford (Califórnia — EUA), em Abril de 1998.

¹⁰ O obra, com o título original *The University in ruins*, publicada pela Harvard University Press, em 1996, foi completada por Diane Elam, dado que Bill Readings faleceu num desastre de aviação. Foi publicada em português: *A Universidade em Ruínas*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

¹¹ «Education or service? Remarks on teaching and learning in the entrepreneurial university», in *Educational Philosophy and Theory*, vol. 38, n.º 4, 2006.

¹² «The marketisation of universities and some contradictions of academic knowledge-capitalism», in *Metacrítica. Revista de Filosofia*, n.º 4, 2004. Hermínio Martins escreveu depois uma versão corrigida e actualizada, em 2007.

¹³ Christophe Charle e Charles Soulié (dir.), *Les ravages de la «modernisation» universitaire en Europe*, Paris, Éditions Syllepse, 2007.

¹⁴ *Combates pela História*, ed. cit., vol. I, p. 49.

Nós hoje, historiadores, tornamos a ter de lutar não exactamente por essa História que, apesar de muitas virtudes e de ter tido, ela própria, a sua evolução e a sua auto-correcção, esqueceu por momentos a história política, a história militar, a biografia, mesmo a história da cultura que quase reduziu à história das mentalidades. O CEIS20 foi, em parte, motivado por esse combate, com algum sucesso, mas com algumas derrotas, pois não é possível fazer frente ao espectáculo dos *media*, ao monopólio das editoras e das distribuições livreiras e ao seu receio de publicar obras científicas de algum volume, perante a invasão de obras pequenas e fáceis, que se lêem depressa, ou de textos volumosos para entreter, que se vão lendo ao longo dos dias.

Mas isso não sucede apenas na História. Deixámos de ter referências de autores e de «escolas» no domínio historiográfico, como deixámos de ter referências na literatura, tirando dois ou três nomes de «clássicos» (antigos, modernos ou contemporâneos) que os novos quase não conhecem e os velhos falam deles ainda para se agarrarem a «alguma coisa». Parece indiscutível que o que se vende é uma literatura esotérica, como a de Paulo Coelho, que se consome depressa e parece deixar o homem cheio de esperança e de fé, que efectivamente não tem. Ou uma literatura de mistérios históricos, que Umberto Eco lançou com grande qualidade, mas que se abastardou numa lógica de enigmas que se crêem como reais, e que são quase de pura ficção, de que o mais célebre é, evidentemente, *O Código Da Vinci*, de Dan Brown. Ou livros grandes, cheios de história ou de «estória(s)», que custam relativamente pouco dinheiro e dão para ler (ou para não ler) durante muito tempo, como dizia a hospedeira de bordo do filme de Steven Spielberg, *Terminal de Aeroporto (The Terminal)*, acerca de um livro sobre Napoleão, para o «apátrida» com pátria, que passou a viver num espaço de passagem para alguma coisa que constantemente se procura e se não encontra.

Temos de continuar a fazer História e de esforçar-nos para que a Memória seja não uma memória forjada pelos *media*, como sucedeu com o programa «Grandes Portugueses», mas que seja uma Memória captada no momento com métodos científicos e, porventura, depois orientada de forma científica e de modo pedagógico-didacticamente correcto. Devemos esforçar-nos por provar que não são os pequenos livros que por aí abundam e que são considerados verdadeiros «sucessos editoriais», de «narrativas», de «memórias», de «pequenas estórias», de algum sensacionalismo de apresentação, mesmo que sejam de algum interesse, ou outros — o que é mais grave — de aparência científica mas com intenções inconfessadas, que correspondem ao que chamamos HISTÓRIA. A História e toda a Ciência resulta de um parto difícil, com cesariana, e não deve ser entendida como algo que facilmente se apreende como dizia Joaquim de Carvalho. Lucien Fèbvre — mais uma vez — falando das «investigações colectivas» que afinal fazem hoje parte do nosso trabalho de grupo, reafirmava sobre a História aquilo que Ortega dizia da Cultura e Joaquim de Carvalho da generalidade da Ciência e do Ensino, ou seja, que a História é uma ciência complexa como as outras, integrada em cada época e na nossa época:

A Ciência – e com isso significo a Sociedade das Ciências – a Ciência é feita por historiadores que radicam no meio da sua época: é o mesmo para os matemáticos, os físicos, os biólogos... os historiadores [...].¹⁵

¹⁵ «Por uma história dirigida. As investigações colectivas e o futuro da História», in *Combates pela História*, p. 88.

Enfim, é este o nosso «combate pela História e pela Universidade», «pela Universidade e pela História», «pela Cultura, pela Ciência e pelo Ensino».

A visão realista do presente e a esperança de uma nova época.

O papel do historiador

Como vêm, este não é um combate de pessimismo, mas é um «combate». Acredito que estamos a terminar um ciclo neoliberal e consumista que nos consome o dinheiro e a alma, que consome a sociedade dos mais pobres, mas também dos mais incultos.

Ainda há poucos anos, François Furet, num livro de correspondência com Ernst Nolte sobre os temas do Fascismo e do Comunismo (que parecem ser, por vezes e infelizmente, as únicas saídas para uma crise capitalista e demoliberal, perante a falência das práticas «social-democráticas» ou de «socialismo democrático», que acabam facilmente por alinhar no sistema capitalista, vá ele por onde for, mesmo por um sistema neoliberal, repetindo velhas experiências, ainda que embelezadas por novas cosméticas, e que se sabe incapaz de resolver os problemas da economia, da sociedade e do Homem) escrevia, na abertura do opúsculo, um texto que há anos transcrevi num artigo¹⁶, no meio do pessimismo e da esperança:

Tal é o pano de fundo melancólico deste fim de século. Aqui estamos nós confinados a um horizonte único da história, empurrados para a uniformização do mundo e para a alienação dos indivíduos à economia, condenados a retardar-lhes os efeitos sem ter qualquer domínio sobre as causas. A história apresenta-se tanto mais soberana quanto nós acabamos de perder a ilusão de a governar. Mas, como sempre, o historiador tem o dever de reagir contra aquilo que assume, na época em que escreve, um ar de fatalidade: está farto de saber que são efémeras essas espécies de evidências colectivas. As forças que trabalham pela universalização do mundo são tão poderosas que provocam encadeamentos de circunstâncias e de situações incompatíveis com a ideia de lei da história. Por maioria de razão com a ideia de previsão possível. Compreender e explicar o passado deixou de ser coisa simples.¹⁷

«Eu tenho um sonho...» Quero ter um sonho ou fazer uma previsão à maneira dos filósofos da História e não de alguns «políticos» que tudo justificam, para se manterem no poder, mesmo com a aparência da mudança, como na velha afirmação (por vezes desgastada) de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, através da personagem do Príncipe de Salinas, no livro *Il Gattopardo (O Leopardo)*, adaptado ao cinema na

¹⁶ «O Poder da História. A História do Poder», in *Actas del II Congreso Internacional História a Debate*. Celebrado en Santiago de Compostela los días 14-18 julio 1999. Tomo II, Santiago de Compostela, HAD, 2000, pp. 207-211. Outra edição: in *Oficinas da História, Coimbra*, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, pp. 177-185.

¹⁷ François Furet e Ernst Nolte, *Fascismo e Comunismo*. Tradução portuguesa de *Fascisme et Communisme* (Paris, Librairie Plon, 1998). Lisboa, Gradiva, 1998, p. 9.

obra-prima de Luchino Visconti: «Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude.» ou, como mais vulgarmente se diz, «É preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma». Não foi isto que sucedeu presentemente com a crise do sistema bancário, no contexto do sistema neoliberal, que levou mesmo o nosso «Nobel», José Saramago¹⁸, com o notável valor de um símbolo, a pedir o julgamento do caso como «crime contra a humanidade»?

Quero acreditar que estamos no início do fim de um ciclo e espero que o futuro de novo nos traga o reaparecer dos idealismos, condicionados pelos valores de uma nova época, que inclui a ideia utópica de democracia e não aquela que por aí se desgasta no nosso dramático quotidiano. Mais do que nunca, então, os historiadores têm de «combater», com os seus estudos objectivos («só a Ciência é revolucionária») e com os seus compromissos de cidadãos. Por isso termino com mais uma afirmação de Lucien Fèbvre, no ainda dramático mas promissor tempo de fim de guerra:

Nestes anos em que tantas angústias nos oprimem, não quero repetir com o Michelet do *Peuple*¹⁹: «Jovens e velhos, estamos cansados.» Cansados, os jovens? Tenho esperança que não. Cansados, os velhos? Não quero. Para lá de tantas tragédias e perturbações, grandes claridades brilham no horizonte. No sangue e na dor cria-se uma humanidade nova. E portanto, como sempre, uma História, uma Ciência histórica à medida de tempos imprevistos prepara-se para nascer. Desejo que, antecipadamente, o meu esforço tenha sabido adivinhar e abraçar as suas direcções e que os meus riachos possam dilatar o seu caudal.²⁰

¹⁸ *Expresso*, 18 de Outubro de 2008.

¹⁹ Michelet, *Le Peuple*, Paris, Comptoir des Imprimeurs réunis, 1846.

²⁰ *Combates pela História*, Prefácio assinado de Le Souget, no Natal de 1952, *ed. cit.*, p. 12.

(Página deixada propositadamente em branco)

RESUMOS

(Página deixada propositadamente em branco)

Releitura de Althusser: o teatro no centro da teoria

António Pedro Pita

Em *Pour Marx*, a obra de Louis Althusser intensamente lida, comentada e parafraseada também em Portugal, sobretudo em alguns meios universitários a seguir ao 25 de Abril, um capítulo parece ter sobrevivido incólume às tempestades hermenêutico-políticas: «Le “Piccolo”, Bertolazzi e Brecht (Notes sur un théâtre matérialiste)».

Como esta incursão no teatro fosse estranha à reinterpretação do marxismo de que *Pour Marx* lançou os fundamentos, o texto motivou unicamente (se motivou) leituras rápidas e silenciosas, sem consequência teórica nem ressonância pública. A presente comunicação não pretende interpretar esse silêncio, nem determinar o seu lugar entre a rasura e o desconhecimento. Pretende reler o texto hoje porque há boas razões para considerar que se trata do «verdadeiro centro geométrico e teórico do livro».

A crítica volta-se, num primeiro momento, para a problematização dos conceitos de consciência e de consciência de si – problematização que pertence às operações conceptuais no interior de *Pour Marx* bem como ao aprofundamento do estatuto das ciências humanas e da importância da psicanálise, que Althusser desenvolve, ao mesmo tempo, em textos que deixou dispersos.

Palavras-chave: Althusser, crítica, consciência, filosofia da história, ideologia

O valor epistemológico da História da História

Fernando Catroga

Com uma finalidade supletiva, a articulação entre a vigilância epistemológica externa com a interna aconselha a fazer-se uma crítica (e autocrítica) do resultado do trabalho dos historiadores, elegendo-o como o objecto da própria historiografia. Defende-se, deste modo, a importância epistemológica da história da historiografia, quer dizer, da «reflexão e análise sobre a escrita da história e as estratégias retóricas e cognitivas seguidas pelos seus autores, e plasmadas na obra histórica». Elena Hernández Sandioca, 2004. No fundo, trata-se de extrair consequências do pressuposto que a sustenta, já que, se toda a acção humana é histórica (e historiável), porque não o serão

os seus esforços cognitivos para apreender essa condicionalidade? De facto, o historiador tem de ser pensado como uma actividade epocal, desencadeada a partir de horizontes de pré-compreensão, húmus de onde emergem as questões historiográficas (C. E. Schorske, 1998).

Palavras-chave: historiografia, epistemologia, crítica, história da história, análise histórica

O desamor do contraditório. Elementos para uma problemática da prova

Rui Cunha Martins

Esta intervenção discute o carácter disponível da História. Em ordem a esse objectivo, percorrem-se duas linhas de inquérito. Uma primeira, que coloca o problema em termos de acolhimento, indaga sobre a disponibilidade da historiografia para forjar novas problemáticas e, designadamente, para o fazer a partir da incorporação de desafios «carregados» de actualidade. E uma segunda, que coloca o problema em termos de ancoragem, interroga-se sobre a aparente predisposição da produção historiográfica para se adequar, preferencialmente, a determinadas instâncias políticas (as quais encontram, nessa cumplicidade, a condição da sua própria demarcação), imprimindo à questão da disponibilidade um forte acento contextual. É provável que, neste ponto, a discussão se veja obrigada a convocar para a problemática a noção de limite, precisamente o mecanismo com que a demarcação e o contexto trabalham, e, não por acaso, um mecanismo tópico, também, da própria democracia.

Palavras-chave: historicidade, democracia, contexto, limite, dispositivo

O Historiador, os Arquivos e as Novas Tecnologias. Notas para debate

Caio Boschi

Parte-se de um truísmo: a mais elementar, e, por isso, a mais fulcral actividade do historiador é o seu contacto com as fontes, o seu diálogo com as fontes. Quando tal operação se realiza com base em acervos documentais institucionais observa-se um perigoso acriticismo por parte dos pesquisadores. Assim, quase sempre, a consulta aos instrumentos de busca e/ou de recuperação da informação se faz sem o necessário cuidado e sem o emprego de pressupostos metodológicos essenciais. Ocioso referir-se aos equívocos e distorções daí advindos na produção historiográfica. A questão é tão mais preocupante quando se têm em conta as progressivas facilidades proporcionadas pelas Novas Tecnologias para o desenvolvimento da investigação científica. Refletir sobre essa matéria à luz de certa vivência em projectos de pesquisa respeitantes à História Político-Administrativa da América Portuguesa é o objectivo da comunicação.

Palavras-chave: arquivística, discurso historiográfico, epistemologia histórica, história institucional, organicidade documental

Da cientificidade e sobrevivência da História na era da informação

Armando Malheiro da Silva

O ponto de partida da reflexão que se pretende trazer e partilhar nesta comunicação é muito actual e corresponde às múltiplas possibilidades tecnológicas com que podemos hoje desenvolver todos os aspectos da nossa vida, desde a pessoal e familiar até à profissional, passando por muitos outros níveis. A designada Sociedade da Informação, na expressão a-histórica dos sociólogos, que melhor se pode entender se usarmos os conceitos de estrutura e conjuntura, sendo que o primeiro sugere a presença de uma nova época – a Era da Informação – e o segundo postula, a partir de 1989, a expansão em curso de uma rede de fluxos os mais diversos, cada vez mais globalizados, oferece-nos exemplos interessantes para uma reflexão sobre a cientificidade da História.

Toma-se como exemplo, o «domínio» na web designado Second Life, cujo criador pretendeu fosse não um jogo, mas uma outra vida ou um Mundo paralelo àquele em que vivemos. Faz sentido distinguir real e virtual? Há ou não acontecimentos que se entrelaçam numa teia complexa de acções individuais e colectivas passíveis de serem cientificamente reconstituídos e compreendidos pela História? As teses relativistas ou pragmatistas com Rorty e Hayden White à cabeça sucumbem ou reforçam-se perante o exemplo radical do Second Life?

Eis apenas algumas das questões para as quais se busca, aqui, um esboço de resposta.

Palavras-chave: história científica, neo-cientismo historiográfico, relativismo ou pragmatismo, Second Life

Commemorer: Le cas de l'Espagne (1981-2009)

Bernard Vincent

Les rapports entre histoire, politique et mémoire sont aujourd'hui au coeur de nombreux débats qui ne peuvent laisser les histoires indifférentes. Dans l'ensemble ce sont les contemporanéistes qui ont le plus contribué sans doute parce que le plus directement impliqués. On le voit bien à travers le cas espagnol et français avec l'exemple des lois françaises contre le négationnisme en 1990 ou sur la reconnaissance du génocide arménien en 2001 ou de la loi espagnole du 26 décembre 2007 définissant les droits des victimes de la Guerre Civile et de la dictature franquiste. Je voudrais cependant souligner que tous les historiens sont concernés en tant que professionnels et que citoyens. A travers quelques cas toujours espagnols et français je voudrais rappeler combien les initiatives du monde politique mettent en question le travail des historiens, les thèmes qu'ils retiennent comme les manières d'écrire.

Palavras-chave: história, política, memória, comemoração, evento

***Um percurso político: José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957).
De abnegado regenerador a autonomista pragmático***

Carlos Cordeiro

A História tem assistido, nos últimos tempos, à renovação dos estudos biográficos. Após décadas de uma historiografia preocupada, sobretudo, com as análises estruturais sobre a economia, os movimentos sociais, a evolução das mentalidades, em que o indivíduo parecia ter sido relegado para o limbo da História, regressa o estudo biográfico, não enquanto exercício panegírico, mas na abordagem científica do papel do biografado no ou nos contextos históricos que é preciso compreender.

Não será, propriamente, um estudo biográfico que nos propomos apresentar sobre tão importante personalidade da cultura, da política e do jornalismo açoriano. O nosso propósito limita-se a, com base na bibliografia e documentação que pudemos consultar, esboçar a intervenção política de José Bruno Tavares Carreiro em contextos históricos tão diversos como os da Monarquia Constitucional, a I República, a Ditadura Militar e (menos significativamente) o Estado Novo.

Palavras-chave: biografia, jornalismo açoriano, J. B. Tavares Carreiro, autonomia açoriana, açorianismo

Ética, Política e Relações Internacionais

Carlos E. Pacheco Amaral

Perspectivando o homem como um ser que se constrói ao longo da história na panóplia de núcleos comunitários em que se insere, esta comunicação recorre aos grandes períodos históricos da nossa tradição civilizacional. Procuramos perscrutar o quadro normativo que os enforma, na esperança de melhor compreender a des-ordem internacional que atravessamos e, desta forma, contribuir para a identificação das grandes linhas de força norteadoras dos novos modelos de ordem, doméstica e internacional, actualmente em gestação. Para o efeito recorreremos aos princípios fundamentais de ética e de poder político, e à relação que se tem vindo a estabelecer entre eles ao longo dos tempos, quer no estabelecimento das várias formas do político que conhecemos, quer no modelo de relações internacionais para que apontam.

Palavras-chave: comunidade, ética, história, política, relações internacionais

Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (século XX)

Fernando Tavares Pimenta

A historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política. Mas o seu potencial é enorme e é cada vez mais consistente a produção científica sobre o colonialismo português em África. No futuro, a historiografia portuguesa deverá adoptar uma perspectiva internacional e

comparativa do fenómeno colonial. Deverá fazer a história do colono português e dos estratos intermédios mestiços e de origem asiática. Para fazer a história dos colonizados, deverá adoptar uma perspectiva interdisciplinar, dialogar com a antropologia e a sociologia, recorrer à teoria e metodologia dos *subaltern studies*.

Palavras-chave: historiografia colonial, colonialismo, colono, colonizado, África

História Colonial: História do Colonizador ou História do Colonizado?

José Luís Lima Garcia

Esta comunicação abordará a questão do estudo da História Colonial nos dias actuais. Mau grado o esquecimento social, este período continuou a importunar a consciência de milhares de herdeiros de «colonizadores» e de «colonizados». Tal como Claude Liauzu sugeria em 2004, todos os agentes da colonização contemporânea têm o direito a um «inventário» desse passado tumultuoso, muito embora essa investigação deva ser feita com o rigor do paradigma de Lucien Febvre nos seus «combates» pela História.

Palavras-chave: colonização, história, ideologia, memória, nação

Mito e História: as oposições na historiografia portuguesa

Heloisa Paulo

A historiografia portuguesa nos últimos 20 anos tem tratado o século XX de forma intensiva, em especial a relativa ao período salazarista, abordando questões até então relegadas para o debate político de pós 25 de Abril. A passagem do discurso político para o historiográfico não anulou, contudo, certas concepções impostas pelo momento revolucionário, sobretudo no que respeita aos estudos acerca da oposição à ditadura militar e ao salazarismo. O nosso objectivo é tentar analisar de que forma o discurso da oposição, criado com um intuito combativo, deixou marcas na historiografia, ajudando a perpetuar em vez de esclarecer os seus mitos.

Palavras-chave: oposição, historiografia, oposicionistas, memória, mito

História e Direito: perspectivas de um combate necessário

Luís Bigotte Chorão

A intervenção proposta destina-se a reflectir criticamente sobre as orientações metodológicas tradicionais da jus-historiografia, ponderando-as na sua relação com as prevalentes na historiografia dita «geral». Constitui igualmente objectivo analisar as virtualidades da colaboração interdisciplinar entre historiadores e jus-historiadores.

Palavras-chave: historiografia, jus-historiografia, metodologia, interdisciplinidade, historiadores

Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política

Fernando Rosas

Pretende-se através da presente comunicação situar o actual debate em torno da Memória e da História - sobretudo da Memória e da História Contemporâneas nas sociedades Ibéricas, no quadro de uma crescente luta pela hegemonia centrada na significância destas representações e discursos. Determinar qual o efeito da inevitável politização da disciplina naquilo que é o seu perfil epistemológico e deontológico («qual é a utilidade da História?») é o que se tentará discutir.

Palavras-chave: memória, história, hegemonia, epistemologia, deontologia

Paradigmas, Ciência e Historiografia

Norberto Cunha

Segundo Thomas Kuhn, a história interna das ciências torna mais inteligível o seu progresso, a partir do século XVII, do que as variáveis extra-intelectuais (propostas por Merton, Weber, Tawney, etc.). Para o demonstrar recorre às noções de «paradigma» e «ciência normal», que, na medida em que invocam, respectivamente, uma tradição interna de investigação e uma actividade de grupo (as comunidades científicas) contrariam quer a perspectiva metodológica extra-intelectual quer a da pura racionalidade do progresso científico (Popper).

O conhecimento científico é, pois, do seu ponto de vista, não uma história de problemas, teorias e argumentos, cujo progresso se valida pela verificação ou pela falsação, mas a história de problemas-soluções standardizados ou paradigmas, aceites, exercitados e desenvolvidos por uma comunidade científica (de que resulta a «ciência normal»), cujo progresso acontece quando aqueles já não respondem, satisfatoriamente, aos problemas postos por esta (na sua investigação das relações de correspondência teoria/natureza). Este o modelo de história das ciências que nos é proposto por Kuhn, que, todavia, em seu entender, não é extensivo ao estudo da história, pois as explicações que esta nos dá não são susceptíveis de generalizações sob o tipo de leis nem de previsões.

Palavras-chave: paradigma, ciência normal, revolução científica, história das ciências, história

Poder paradigmático da auto-representação: Um exemplo do exercício do poder biográfico

Manuel Correia

Estudo comparativo de três textos biográficos da autoria de Egas Moniz (1874-1955). Reflexão e análise.

Egas Moniz ilustrou este jogo biográfico tomando por objecto figuras da ciência e das humanidades, próximos e afastados. Dos 34 ensaios de carácter biográfico que

recenseámos, publicados entre 1924 e 1955, escolhemos os primeiros três, consagrados, respectivamente, a Júlio Dinis, ao Abade de Faria, e a Camilo Castelo Branco, publicados entre 1924 e 1925.

Esta abordagem isola uma das componentes de «poder biográfico», que consiste na evocação da vida e obra de terceiros para fins diversos.

Palavras-chave: biografia, poder biográfico, Egas Moniz, psicanálise, psicobiografia

Ontologia pragmática do agir em S. João de Deus

Augusto Moutinho Borges

João Cidade, o português que nasceu no ano de 1455 em Montemor-o-Novo, é uma das figuras mais peculiares da assistência universal, pois criou e desenvolveu, de forma totalmente inovadora, uma nova cultura holística para com o ser humano.

João de Deus, assim rebaptizado em jeito de reconhecimento, olhava para o indivíduo como um ser integral, totalmente despojado de preconceitos anti-sociais, sem olhar à religião, cor ou a outro qualquer obstáculo que o impedisse de realizar o que se propunha a fazer.

S. João de Deus, pela perenidade do seu agir em prol de todo o ser humano, foi canonizado em 1690. É considerado o fundador do conceito hospitalar moderno e continua a difundir a sua prestação de cuidados de forma inovadora, num todo integral.

Palavras-chave: S. João de Deus, prestação de cuidados, ser integral, assistência hospital, perenidade

Mudanças de paradigma na psiquiatria portuguesa

José Morgado Pereira

O autor caracteriza em termos gerais as concepções psiquiátricas no início do século vinte, referências as personalidades fundamentais e descreve depois os objectivos essenciais que a especialidade procurava cumprir dando exemplos a partir da obra de central importância de Júlio de Matos (1856-1922).

A lenta superação deste Modelo inicia-se com os trabalhos de Sobral Cid (1877-1941) na década de 1920/1930, que se faz eco de novos autores, reflectindo diferentes concepções e repercutindo-se na forma de abordar os pacientes, na visão do que é a hospitalização, e no próprio modo de encarar o futuro da psiquiatria.

Além da História Ideológica e da História Institucional, é importante traçar uma história das doenças mentais, ou das concepções sobre o que as doenças mentais são.

Palavras-chave: história da psiquiatria, pensamento médico, história das mentalidades, epistemologia da psiquiatria, institucionalização da loucura

O paradigma darwiniano da História Natural

Ana Leonor Pereira

O paradigma darwiniano da história natural incluindo a espécie humana afirma-se em 1859 na obra *On the origin of species...* A teoria defendida nesta obra colocava em causa o paradigma estático criacionista e essencialista da história natural. Esta obra bem como as obras de 1871 *The descent of man, and selection in relation to sex...* e de 1872 *The expression of the emotions in man and animals...* constituem o corpo teórico da revolução científica de Darwin que teve impacto a nível mundial na cultura científica, social e política. Para ilustrar esta afirmação recorreremos ao caso português.

Palavras-chave: Darwin, espécies, descendência com modificações, luta pela vida, selecção natural

História Empresarial: da Monografia apologética ao instrumento de Gestão Estratégica

José Amado Mendes

As raízes da história empresarial remontam ao século XIX, mas tem sido nas últimas décadas que o seu desenvolvimento se tem intensificado. Entre outras especialidades, a história empresarial/história das organizações regista consideráveis progressos, quer como disciplina autónoma, quer ligada à história económica.

Como apresenta muitas «caras», urge reflectir acerca de vários aspectos: temáticas e metodologia; teoria e prática; relação dos historiadores com os responsáveis pelas empresas; patrocínio, dependência e independência. Como modalidade de «história aplicada» que é, urge investir mais significativamente na formação académica de historiadores de empresa, atenuando o desequilíbrio entre investigação e formação.

Além da análise dos aspectos enunciados, será traçada uma panorâmica geral deste novo «território» da história, noutros países como em Portugal.

Palavras-chave: história empresarial, empresa, estratégia, gestão, formação

Estado Novo e Corporativismo. Um programa de investigação em História Económica e das Instituições

Álvaro Garrido

Nos países da Europa do sul que conheceram regimes autoritários de inspiração fascista, a palavra corporativismo tornou-se hiper-referencial do ponto de vista sociológico e sub-analisada do ponto de vista histórico.

Neste como noutros domínios, a memória social das ditaduras incorporou no discurso político da «era democrática» algum património semântico dos fascismos,

mas olvidou a historicidade desses conceitos. No que respeita ao corporativismo – conceito tão complexo e poluído por discursos doutrinários que chega a intimidar os historiadores –, no caso português continua a ser escassa a análise histórica dos processos de institucionalização da teoria e da doutrina corporativas.

Como salientaram autores como Juan Linz, Stanley Payne, Philippe Schmitter e Manuel de Lucena, a relação histórica dos fascismos com a ideologia corporativista foi muito variável no grau e na forma. Para os fins deste debate, é o corporativismo económico, ou a mobilização da teoria e doutrina corporativas para a experiência histórica (concreta) de institucionalização da «economia nacional de base corporativa» definida por Salazar em 1933 que mais importa discutir.

Palavras-chave: Estado Novo, corporativismo, fascismo, economia, ideologia

A criação da imagem empresarial através da publicidade

Alda Mourão

A história empresarial tem revelado novos conhecimentos, relativos à história contemporânea. Novas temáticas têm emergido, acompanhando o evoluir do conceito de «empresa».

O nosso estudo elegeu a publicidade, como fonte histórica. Ler a imagem, com este (novo) estatuto, constitui um desafio metodológico. O nosso quadro teórico passou pelo cruzar de informação, decorrente de diferentes áreas (Publicidade, Marketing, Comunicação Social, Sociologia) com a História.

Como estudo de caso, partimos de uma publicação institucional: o Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, entre 1914 e 1939.

Palavras-chave: empresas, história empresarial, imagem empresarial, fontes históricas, publicidade

As empresas como objecto da História: de locais de alienação a espaços de culto

António Rafael Amaro

Pretende-se com esta reflexão, em torno da crescente importância que as empresas, enquanto objecto da história, ganharam nas últimas três décadas, realçar o papel do paradigma ideológico dominante neste mesmo período (marcado, essencialmente, pela crise do Estado social e pelo neoliberalismo) no desenvolvimento da investigação em história empresarial. Será inútil, a nosso ver, pretender desligar aquilo que alguns autores têm vindo a denominar de culto das empresas e dos empresários do fim de um paradigma, também ele acrítico e redutor, em que a história (à semelhança das outras ciências sociais) desvalorizava a empresa como objecto de estudo. Felizmente, a empresa é hoje entendida na sua complexidade económica e social e não apenas como local de exploração e de alienação, colocando, por isso, interessantes desafios

teóricos e metodológicos às várias ciências sociais que sobre ela se debruçam. Ora, o paradigma actual de responsabilidade social das empresas, conceito tão comum na literatura recente da gestão das organizações lucrativas e não lucrativas, tem tudo para interpelar de um modo muito particular os historiadores das organizações empresariais, obrigando-os, é certo, a novos e diferentes voos teóricos e metodológicos (fazendo, aliás, jus a um discurso histórico problematizador de outros combates) que, necessariamente, os afastará de uma história de empresa sem conteúdo teórico, descritivo, narrativo e muitas vezes apologeticamente.

Palavras-chave: história empresarial, ideologia empresarial, culto empresarial, responsabilidade social das empresas, empresas cidadãs

A (re)valorização de outras fontes históricas. A problemática dos manuais escolares...

Augusto José Monteiro

De documentos ignorados a fontes valorizadas – o seu reposicionamento no âmbito dos estudos históricos e da educação. Caracterização dos manuais escolares (ME): estatutos e funções. Os ME como fontes históricas: sua importância para a construção da história da educação, das ideias e das mentalidades e para o estudo do imaginário. A complexa natureza dos ME: instrumentos pedagógicos, culturais e ideológicos. Veículos de saberes, de ideias, de valores; de «representações do mundo, do homem e do homem no mundo». O papel dos ME nos processos de doutrinação e de socialização, na construção das memórias (individual e social), no forjar «da estrutura intelectual dos povos». Ao serviço do poder e da política – estratégias de controlo dos ME (em especial dos de história e de língua portuguesa). Problemas na análise dos ME: da influência potencial à influência real. Os «livros de leitura» (LL): multifuncionalidade, centralidade e utilização intensiva (sobretudo na escola primária). Para a história dos LL (dos fins da Monarquia ao 25 de Abril): continuidades/permanências e inovações...

Palavras-chave: fonte/documento, manual escolar, livros de leitura, saberes, ideologias/mentalidades/ imaginários

Para outras leituras da História da Educação. O papel da arquitectura escolar

António Simões Rodrigues

A visão que se pretende traçar apoia-se nos factos entendidos como fundamentais no diálogo entre os projectos educativos e a concepção dos espaços escolares que as imagens ajudam a ilustrar e a perceber a sua importância social. O Estado ao assumir a responsabilidade do ensino público das primeiras letras lançou reformas

sobre a sua estrutura, duração, conteúdos e obrigatoriedade, legislou sobre as regras a ter em conta nos edifícios escolares e abriu concursos públicos para o cumprimento dos seus projectos. É de 1866, reinado de D. Luís, a primeira legislação portuguesa que estabeleceu regras sobre os edifícios escolares, contemplando as escolas a construir na sequência da doação do Conde Ferreira.

Palavras-chave: beneméritos, instituições, arquitectos, ensino público, escolas

Memória, História e Discursos Identitários. Contributos para um debate

Luís Mota

A minha análise centra-se nas relações entre Memória e História procurando apresentar uma construção teórica que saliente a importância da sua complementaridade e reconheça, e valorize, o papel do sujeito na narrativa histórica. Parto de contributos teóricos significativos sobre as interrelações entre a memória individual, a memória colectiva e a memória social – percebida como prática do discurso, para sublinhar a plasticidade das memórias individuais e, num segundo momento, debruço-me sobre as relações entre Memória, História e Historiografia. Compaginando a concepção de cultura geertziana e o papel da ideologia, como portadora de contradições e temas opostos – matéria-prima para uso pelos sujeitos na retórica de argumentação, destaco a atenção a conceder aos discursos dos actores e aos recursos de argumentação que mobilizam. Com este suporte teórico concluo o excuro com uma síntese metodológica e a apresentação das principais conclusões que o estudo da Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942-1989) me suscitou. O enfoque colocado nos discursos dos actores – professores, professoras, alunos e alunas – percebidos como acção, confrontando a análise dos produzidos na imprensa escolar com estoutros elaborados em situação de entrevista.

Palavras-chave: memória, história, magistério primário, imprensa escolar, entrevistas

Cultura e Instrução: alguns tópicos na imprensa periódica estudantil de Coimbra (1880-1900)

Manuel Alberto Carvalho Prata

Com o movimento dos Annales assistimos a um grande impulso de renovação da História, quer ao nível dos conceitos, quer das metodologias.

Embora sem estatuto autónomo e olhada até com alguma desconfiança, a História da Educação, entre nós, também não fugiu a esta onda reformadora. O evoluir do tempo e a necessidade de dar resposta a novas realidades e exigências levam a que se travem mais combates em prol de mais História da Educação, abraçando novas temáticas e, conseqüentemente, pesquisando e interrogando novas fontes.

A história da cultura é um campo excelente para desenvolver essa tarefa, porque o conceito de cultura é hoje um conceito muito amplo. Para além da educação e da

instrução ela envolve outras áreas como, por exemplo, o problema editorial, pois é através de livros, de jornais e de revistas que se difunde instrução e cultura.

A Academia de Coimbra teve e tem a sua imprensa periódica, que tem características muito particulares. Ontem como hoje, aos discursos nela vertidos não são alheias determinadas realidades sociais e determinados posicionamentos, sejam eles políticos, ideológicos, morais, literários e estéticos, que nos ajudam a compreender lógicas de transformação social, mas também resistências e conflitualidades que têm a ver, por exemplo, com o estado civilizacional do país e com relações de poder e contra-poder.

Palavras-chave: História da Educação, investigação, imprensa estudantil, cultura, instrução

Escritores e Jornalistas: um estudo de caso

Ana Teresa Peixinho

À semelhança de muitos escritores portugueses do século XIX, Eça de Queirós manteve durante toda a sua vida activa uma relação de grande proximidade com o mundo da imprensa. Desde a década de sessenta, quando redige e edita o jornal Distrito de Évora, até ao final dos anos noventa, em que encerra a sua colaboração com o jornal brasileiro Gazeta de Notícias, Eça nunca se afasta dos jornais, quer como colaborador e correspondente, quer através de participações públicas pontuais, quer ainda pela publicação de alguma da sua ficção. Esta ligação dos homens de letras ao jornalismo processa-se, ao longo do século XIX, de diversas formas e é um fenómeno tipicamente europeu que trouxe consequências para a evolução das formas de fazer jornalismo.

Palavras-chave: imprensa, escritor, homem-de-letras, opinião, folhetim

Portugal, España y la Historia del Estado Novo. Las Relaciones Ibéricas y los medios de comunicación salazaristas en los años treinta

Alberto Pena Rodrigues

Esta breve investigación pretende aportar algunas claves más sobre la relación diplomática entre Portugal y España en los años treinta, cuando ambos países ibéricos habían iniciado rumbos políticos divergentes e incluso contrapuestos. El modelo autoritario del Estado Novo era incompatible con el espíritu democrático y reformista de la II República. En este contexto, la prensa de ambos países desencadenó una guerra de propaganda, con noticias que denigraban al gobierno del país vecino y que procuraban su desestabilización política. La manifiesta incompatibilidad de regímenes y la mutua repulsión propagandística acabaría por desembocar en el apoyo incondicional del salazarismo al franquismo durante la Guerra Civil española.

Palavras-chave: Portugal, Espanha, propaganda, ditaduras, salazarismo

Direito moderno e intertextualidade. Direito próprio e Direito comum em «De Jure Lusitano» (1645), de Mateus Homem Leitão

António Manuel Hespanha

O objectivo deste texto é o de considerar as modificações do Iluminismo não na perspectiva dos seus conteúdos normativos, mas no das regras internas ao próprio discurso. Ou seja, quanto à gramática, ao campo de objectos e ao formato das relações comunicativas que ele implicava. Tomamos como amostra textos de dois juristas que, na época, podiam ser considerados como representantes típicas de atitudes pós- e pré-iluministas, respectivamente um académico elegante e renovador, grande mestre das gerações seguintes de juristas metodologicamente actualizados, o lente de Coimbra Pascoal de Melo Freire, e um advogado de província, tradicionalista mas escritor prolífero e de sucesso entre os práticos, Manuel de Almeida e Sousa, de Lobão. Como ambos reflectiram sobre o seu estilo literário, constituem dois testemunhos valiosos do que se estava a passar em termos de escrita do direito nestes anos de transições dramáticas.

Palavras-chave: direito comum, juristas, literatura jurídica, Estado moderno, pluralismo jurídico

A História das Idéias na historiografia brasileira recente: uma tentativa de balanço

Francisco José Calazans Falcon

Na presente comunicação pretendemos apresentar um balanço crítico da História das Idéias na historiografia brasileira mais recente. Julgamos necessário, porém, partir da exposição de alguns problemas conceituais presentes na escrita de tal história. Ideologia, estruturalismo, pós-estruturalismo e pós modernismo constituem alguns desses problemas. No fundo, pensamos que também no caso da história das idéias é fundamental que se esteja atento à questão do discurso histórico hoje em foco.

Palavras-chave: história das idéias, estruturalismo, discurso histórico, retorno do sujeito, história intelectual

A nostalgia da eternidade e o ideário contra-revolucionário

Zília Osório de Castro

A contra-revolução ao rejeitar a ruptura própria de todo e qualquer movimento revolucionário repudiava a mudança. Reportava-se ou a um passado mítico, a uma idade de ouro, uma vez existente e a que se pretendia regressar, ou a uma crença de uma perenidade situada fora do tempo e do lugar, vocação última dos seres humanos. A ser assim, por detrás do pensamento contra-revolucionário ou de resistência à

revolução, existia uma ideia de eternidade, de não tempo, de ideal perdido ou projectado que o caracterizava fosse qual fosse o teor do discurso utilizado.

Palavras-chave: ideia de tempo, eternidade, contra-revolução, pensamento político português, discurso político

Arte nacional: conceito e funcionalidade

Nuno Rosmaninho

A arte nacional é um conceito que aproxima e esclarece épocas, regimes e soluções estéticas. Valoriza a dimensão ideológica subjacente às formas artísticas, articula o tempo longo e a conjuntura e promove uma visão interdisciplinar da realidade. A arte nacional é, em primeiro lugar, uma proclamação, cuja feição estereotípica tende, no final de Oitocentos, para o essencialismo. É o termo de uma dicotomia que tem como oponente a arte internacional. Integra-se no conceito mais amplo de «culturas nacionais» e traduz o desejo de dar um conteúdo ao sentimento de pertença a uma nação. Em Portugal, nasceu na primeira metade do século XIX, a partir de dois assuntos (estilo manuelino e «escola portuguesa de pintura») e desenvolveu-se até alcançar a máxima expressão por volta de 1940, determinando fenómenos tão diversos como o revivalismo neomanuelino, a pintura de costumes, a «casa portuguesa», a colonização ideológica do classicismo, a revalorização do estilo pombalino e a atitude antimoderna.

Palavras-chave: Arte nacional, antimodernismo, Casa Portuguesa, identidade nacional, neogartismo

Combates pela imagem na história do século XX. Um percurso pessoal

Alexandre Ramires

Considera-se que a memória é um processo dinâmico que incorpora de uma forma inconsciente, muitos elementos estranhos. Se não houver o recurso a fontes documentais idóneas constitui um registo impreciso, fragmentado e frequentemente contraditório.

Tentamos com a utilização da imagem, acrescentar uma possibilidade de organização de memórias visuais que se possam constituir como referências seguras para a rememoração.

Nesta comunicação mostraremos exemplos de organização destas fontes documentais em imagem, recorrendo à fotografia e ao vídeo, tornando possível a sua mostra e partilha, num registo de identificação e datação rigorosa organizada cronologicamente, de modo a tornar possível reconstituir visualmente momentos e eventos de relevância social, cultural e política.

Mostraremos alguns exemplos aplicados à História do Século XX em Portugal.

Palavras-chave: fotografia, vídeo, memória, Coimbra, século XX

A censura e o Novo Cinema Português

Paulo Cunha

Nesta apresentação pretende-se rever as relações entre a censura e o cinema português no período pós-António Ferro. Interessa sobretudo analisar a influência da censura no percurso do que designamos por novo cinema português, período de renovação do cinema português que se estende desde o abandono de António Ferro da política cultural e artística do Estado Novo até à remodelação da Cinemateca Portuguesa no contexto da reorganização institucional do pós-25 de Abril (1980), então dotada de autonomia administrativa e financeira.

Palavras-chave: censura; novo cinema; Estado Novo; marcelismo, cinemateca

Música e identidade na obra de Fernando Lopes-Graça: uma abordagem entre a História e a Crítica

Teresa Cascado

Os historiadores da música têm-se debatido nas últimas décadas com uma dúvida capital, que se prende com o discernimento de quais serão as vias que permitem conectar as obras musicais concretas com a sucessão de acontecimentos na qual se inscrevem. O grande desafio é o de integrar uma «estrutura», susceptível de ser descrita mediante ferramentas analíticas ou interpretativas, num «sistema», cujo devir é narrado mediante ferramentas historiográficas. Nesta perspectiva, a história da música é possível na medida em que o historiador mostra o lugar da composição na história, entendendo, nas palavras do musicólogo americano Leo Treitler, «a natureza histórica das obras a partir da sua constituição interna», como «a impressão de um contraponto de registos narrativos e de dimensões que têm o texto [musical] como *cantus firmus*».[1] Esta comunicação pretende apresentar uma síntese do estado da questão relativa à historiografia musical, que incidirá fundamentalmente nas histórias gerais da música recentemente publicadas. Será ainda discutido o papel pioneiro desempenhado, por volta de 1970, no domínio da musicologia pelos trabalhos do mencionado Leo Treitler e do historiador alemão Carl Dahlhaus.

Palavras-chave: Fernando Lopes-Graça, historiografia, música, história da música, musicologia

(Página deixada propositadamente em branco)

OS AUTORES

(Página deixada propositadamente em branco)

AMARAL, Carlos E. Pacheco – Doutor em Filosofia, Universidade dos Açores. Professor Auxiliar, com Agregação, da Universidade dos Açores. Investigador do CEIS20.

AMARO, António Rafael – Doutor em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da FEUC. Investigador do CEIS20.

ANDRADE, Luís Vieira de – Doutor em Ciências Sociais, especialidade em Ciências Políticas. Professor Catedrático da Universidade dos Açores. Investigador do CEIS20.

BORGES, Augusto Moutinho – Doutor em História das Ciências da Saúde, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Conservador do Museu de S. João de Deus. Investigador do CEIS20.

BOSCHI, Caio – Professor Titular de História do Brasil da UFMG (aposentado). Professor Titular do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor colaborador (Leitor em História do Brasil) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CASCUDO, Teresa – Doutora em História da Arte e Musicologia, Universidade Nova de Lisboa. Professora Associada da Universidade de La Rioja. Investigadora do CEIS20.

CASTRO, Zília Osório de – Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Especialista em História Moderna e Contemporânea, com relevância para a História das Ideias Políticas e Institucionais.

CATROGA, Fernando – Doutor em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático da FLUC. É investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e membro do Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española.

CHORÃO, Luís Bigotte – Doutor em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Jurista e Professor Universitário. Investigador do CEIS20.

- CORDEIRO, Carlos** – Doutor em História, Universidade dos Açores. Professor Auxiliar, com Agregação, da Universidade dos Açores. Investigador do CEIS20.
- CORREIA, Manuel** - Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE. Doutorando em História da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Colaborador do CEIS20.
- CUNHA, Norberto** – Professor Catedrático aposentado da Universidade do Minho. Director do Museu Bernardino Machado de Vila Nova de Famalicão.
- CUNHA, Paulo** – Mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseiro de Doutoramento da F.C.T. Colaborador do CEIS20.
- FALCON, Francisco José Calazans** – Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Prof. Titular, aposentado, da UFF (Universidade Federal Fluminense)
- GARCIA, José Luís Lima** – Mestre em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Professor - Coordenador da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico da Guarda. Colaborador do CEIS20.
- GARRIDO, Álvaro** – Doutor em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da FEUC. Director do Museu Marítimo de Ílhavo. Investigador do CEIS20.
- HESPANHA, António Manuel** – Doutor em História, Universidade Nova de Lisboa. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Investigador Honorário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professor e investigador visitante em várias instituições universitárias portuguesas e estrangeiras.
- MARTINHO, António Manuel Matoso** – Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra. Investigador do CEIS20.
- MARTINS, Rui Cunha** – Doutor em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da FLUC. Investigador do CEIS20.
- MENDES, José Amado** – Doutor em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático aposentado da FLUC.
- MONTEIRO, Augusto José** – Mestre em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor aposentado do Ensino Universitário e Secundário. Colaborador do CEIS20.

- MOTA, Luís** – Doutor em História da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor da Escola Superior de Educação de Coimbra. Investigador do CEIS20.
- MOURÃO, Alda** – Doutora em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora do Instituto Politécnico de Leiria. Investigadora do CEIS20.
- NETO, Vítor** – Doutor em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da FLUC. Investigador do CEIS20.
- NUNES, João Paulo Avelãs** – Doutor em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da FLUC. Investigador do CEIS20.
- PAULO, Heloisa** – Doutora em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do CEIS20.
- PEIXINHO, Ana Teresa** – Doutora em História do Jornalismo, área científica de Ciências da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar da FLUC. Investigadora do CEIS20.
- PENA RODRIGUES, Alberto** – Doutor Europeu pela Universidad Complutense de Madrid. Decano da Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación de la Universidad de Vigo, onde é Professor Titular.
- PEREIRA, Ana Leonor** – Doutora em História da Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar da FLUC. Investigadora do CEIS20.
- PEREIRA, José Morgado** – Licenciatura em Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Chefe de Serviço de Psiquiatria do Hospital de Sobral Cid. Assistente convidado da FMUC. Director do Internato Médico, Investigação e Ensino, do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra. Colaborador do CEIS20.
- PIMENTA, Fernando Tavares** – Doutor em História, Instituto Universitário Europeu de Florença. Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Investigador do CEIS20.
- PITA, António Pedro** – Doutor em Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático da FLUC. Investigador do CEIS20. É Director Regional da Direcção Regional de Cultura do Centro.
- PITA, João Rui** – Doutor em Farmácia, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra – Professor Associado, com Agregação da FFUC. Vice - Coordenador do CEIS20.

- PRATA, Manuel Alberto Carvalho** – Doutor em História da Educação, Universidade de Coimbra. Professor Coordenador na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda. Investigador do CEIS20.
- RAMIRES, Alexandre** – Licenciado em Física. Professor da Escola Secundária de Jaime Cortesão, em Coimbra. Colaborador do CEIS20.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro** – Doutora em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora Catedrática da FLUC. Coordenadora Científica do CEIS20.
- RODRIGUES, António Simões** – Professor aposentado do Ensino Universitário e Secundário. Colaborador do CEIS20.
- ROSAS, Fernando** – Doutor em História Económica e Social Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor Catedrático da FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Presidente do Instituto de História Contemporânea da FCSH / UNL.
- ROSMANINHO, Nuno** – Doutor em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro. Colaborador do CEIS20.
- SILVA, Armando Malheiro da** – Doutor em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Minho. Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Colaborador do CEIS20.
- TORGAL, Luís Reis** – Doutor em História das Ideias pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático Aposentado da FLUC. Investigador do CEIS20.
- VARGUES, Isabel Nobre** – Doutora em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar da FLUC. Investigadora do CEIS20.
- VINCENT, Bernard** – Spécialiste de l'histoire du monde ibérique, directeur d'Études à l'EHESS, docteur honoris causa des universités d'Alicante, Almeria et Grenade.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

